SEMANA INACIANA - MOSTRA DE EMPREENDEDORISMO - MOSTRA CIENTÍFICA - MINICURSOS - PALESTRAS - VISITAS PROGRAMADAS



II SEMANA DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INCLUSÃO SOCIAL

DE 13 A 17 DE SETEMBRO

ANAIS

VI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

II SEMANA DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE – SOCIEDADE

13 a 17 de Setembro de 2004

ANAIS DA VI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Universidade Católica de Pernambuco

Comissão Central

Presidente: Prof. Junot Cornélio Matos
Coordenador: Prof. Francisco Luiz dos Santos
Secretário Executivo: Prof. Jorge Cândido

Comissão de Eventos Acadêmicos e Científicos

Coordenadora: Profª Arminda Saconi Messias

Coordenação da VI Jornada de Iniciação Científica

Profª Galba Takaki

Recife, 2004

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Reitor

Pe. Theodoro Paulo Severino Peters, S.J.

Pró-reitor Acadêmico

Prof. Erhard Cholewa

Pró-reitor Administrativo

Prof. Altamir Soares de Paula

Pró-reitor Comunitário

Profª Fátima Breckenfeld

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Prof. Junot Cornélio Matos

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Junot Cornélio Matos

Editor: Prof. Paulo Fradique

Redator: Prof. Fernando José Castim Pimentel

Revisores:

Prof. Albanio Paulino da Silva

Prof. Álvaro Augusto M. Negromonte

Profª Rachel de Hollanda Costa

Profª Haidée Camelo Fonseca

Capa: Àgora Comunicação

Arte-final e Diagramação:

Ednaldo Muniz

Jacqueline Leite

Júnior França

S471a Semana de Integração Universidade-Sociedade (2. : 2004 : Recife, PE) Anais da VI Jornada de Iniciação Científica, Recife, 13 a 17 de setembro de 2004 / org. Universidade Católica de Pernambuco. - Recife : FASA, 2004.

1 V. (várias paginações)

1. Ciência e tecnologia. 2. Pesquisa. 3. Congressos e convenções. I. Título. II Universidade Católica de Pernambuco.

CDU-5/6

ISBN 85-7084-042-X

O CONTEÚDO E REDAÇÃO DOS TRABALHOS REUNIDOS NESTES RESUMOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES



Ensino, Pesquisa e Extensão: Desenvolvimento Regional e Inclusão Social

13-17 de setembro de 2004

A **Semana de Integração Universidade-Sociedade (SIUS)** é o maior evento anual da UNICAP, aberto para toda a Sociedade. Nesse ano, o tema – Ensino, Pesquisa e Extensão: Desenvolvimento Regional e Inclusão Social – representa as principais atividades da Universidade, na busca pelo desenvolvimento regional aliado às questões humanitárias defendidas pela UNICAP. São apresentados, à Sociedade, assuntos de interesse em pesquisa científica e tecnológica, educação nos níveis de Graduação e Pós-graduação e eventos culturais e esportivos, ligados ao ambiente acadêmico.

Esse grande evento, também, é constituído de outros eventos, antes realizados, isoladamente, como a) a Jornada de Iniciação Científica, com apresentação dos Trabalhos dos alunos do Programa PIBIC (UNICAP/CNPq/ FACEPE); b) a Semana do Estudante de Administração, iniciativa do Departamento de Economia e Administração; c) a Mostra de Pesquisa, com apresentações dos Trabalhos científicos de pesquisadores da UNICAP e de outras instituições e d) Semana Inaciana, dedicada a discussões e atividades sobre a metodologia, pedagogia e espiritualidade, baseadas na História de Santo Inácio de Loyola.

Vários aspectos da produção de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNICAP poderão ser conhecidos, através dos diversos recursos que compõem o Evento:

- Sessão de Comunicação de Pesquisa (apresentação de 70 Artigos científicos);
- Jornada de Iniciação Científica (apresentação de 230 Trabalhos desenvolvidos);
- Minicursos em diversas áreas (46 Minicursos);
- Palestras (9 Apresentações);
- Mostra de Empreendedorismo;
- Visitas a Laboratórios e outros setores acadêmicos, como a Biblioteca da UNICAP;
- VI Semana Inaciana;
- Apresentações artísticas e culturais;
- Torneio e demonstrações esportivas envolvendo vários Colégios e a Universidade;
- Estandes institucionais das Pró-reitorias e Centros com seus Departamentos;
- Estandes de outras Empresas e Instituições;
- II Fórum de Grupos de Pesquisa.

O Público participante é composto por alunos e professores da UNICAP e de outras Instituições de Ensino e Pesquisa. A participação como visitante é aberta a toda Sociedade.

Convidamos honrosas personalidades para as palestras durante o evento, como:

1. Min. Eduardo Campos – Ministro da Ciência e Tecnologia
2. Prof. Celso Pinto de Melo – Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFPE
3. Prof. Antônio Dimas – Membro do Comitê Assessor da CAPES-MEC
4. Prof. Guilherme Sales Melo – Membro do Comitê Assessor da CAPES-MEC
5. Eng. Manuel Augusto Oliveira Aguiar – Coordenador de Programas para Deficientes Físicos da CHESF
6. Prof. César Sá Barreto – CAPES-MEC
7. Prof. Emídio Cantídio de Oliveira Filho – UFRPE / CAPES
8. Prof. Michel Feossy – Pró-reitor da UFCG
9. Prof. Aurélio Molina da Costa – Sociedade Brasileira de Bioética - PE

O Evento, também contempla a participação de várias Instituições Públicas e Privadas e Empresas do Setor Produtivo.

Prof. Junot Cornélio Matos
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação
Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

A AFETIVIDADE MASCULINA NA TRAJETÓRIA DO CASAMENTO
Joyce de Melo Beltrão
Zuleica Dantas Pereira Campos
Zélia Maria Melo 41

A ANTROPOLOGIA FILOSÓFICO-TEOLÓGICA DE TOMÁS DE AQUINO: A UNIDADE SUBSTANCIAL DA ALMA E DO CORPO
Erisson Roberto Monteiro da Silva
José Urbano de Lima Júnior 45

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA FUNÇÃO NO CENTRO DE JUSTIÇA TERAPÊUTICA DE PERNAMBUCO
Rodolfo de Araujo Bacelar
Mirian de Sá Pereira 49

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS
Thiago Litwak Rodrigues de Souza
Mirian de Sá Pereira 53

ABORTO: SOFRIMENTO OU DESCASO?
Amanda Marques Duque
Prof. Dr. Sergio Sezino Douets Vasconcelos 57

A COMPREENSÃO DE LEITURA PELO INDIVÍDUO AFÁSICO: UM ENFOQUE DA TEORIA DA LÓGICA MENTAL
Wadna Ferreira Gomes
Bianca Arruda Manchester de Queiroga 61

A COMPREENSÃO DE NARRATIVAS ORAIS PELO INDIVÍDUO AFÁSICO: UM ENFOQUE DA TEORIA DA LÓGICA MENTAL
Danielly Raquel Januário Santos
Ana Augusta de Andrade Cordeiro 65

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA TEORIA DE MICHEL FOUCAULT
Ariosto Afonso de Morais
Stéfano Gonçalves Régis Toscano 69

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NORDESTE NOS FILMES "CENTRAL DO BRASIL" E "ABRIL DESPEDAÇADO"
Raquel do Monte Silva
Alexandre Figueirôa Ferreira 74

A CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA : A SINGULARIDADE DA CRIANÇA DIANTE DA INSTITUIÇÃO QUE A RECEBE
Florrie Fernandes Albuquerque
Zélia Maria de Melo 78

A DISTINÇÃO DAS EXPRESSÕES "DIREITO" E "PERSONALIDADE" EM UMA VISÃO COMPARATIVA ENTRE O CÓDIGO CIVIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Marcela Vilas Foerster
Stéfano Gonçalves Régis Toscano 82

A ESCRITA DE SURDOS ORALIZADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO VISTA SOB O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM
Luanna Elvira de Melo Ferraz Lima
Edna Maria da Silva Cavalcanti 86

A EUTANÁSIA: DESCASO OU COMPAIXÃO?
Maristela Rezende Leite
Sergio Sezino Douets Vasconcelos 91

A HABILIDADE DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS SILOGÍSTICOS PELO INDIVÍDUO AFÁSICO: UM ENFOQUE NA TEORIA DA LÓGICA MENTAL
Aíla Patrícia Faria Carneiro
Ana Augusta de Andrade Cordeiro 95

A HISTÓRIA DA AQUISIÇÃO E DA APRENDIZAGEM DA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Ana Catarina Diniz Chaves
Edvirges Ruiz
Maria Cecília Antunes de Aguiar 99

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE QUANTO ÀS CONTRIBUIÇÕES
Mylenna Cruz Arcoverde
Silvia Diniz 103

ALTERAÇÕES DA FUNÇÃO DE DEGLUTIÇÃO: RELATOS DE FONOAUDIÓLOGOS SOBRE SUCESSOS E INSUCESSOS NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS
Shirley Luciani Pereira Alves
Elisabeth Cavalcanti Coelho 107

ALTERAÇÕES DA FUNÇÃO DE DEGLUTIÇÃO: RELATOS DE FONOAUDIÓLOGOS SOBRE SUCESSOS E INSUCESSOS NO ATENDIMENTO A PACIENTES ADULTOS
Milena Rebeka de Lira Freire
Elisabeth Cavalcanti Coelho 112

AMBIENTES COLABORATIVOS EM TELEMEDICINA
Pedro Henrique Gomes Jatobá
Guilherme Vilar 117

AMBIENTES DE TRABALHO COLABORATIVO: ESTUDO E APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO E MEDICINA
Rafael Carvalho Almeida Lima
Francisco Madeiro Bernardino Junior 122

A MÍDIA E A MUDANÇA E REPRESENTAÇÃO DOS VALORES FAMILIARES ENTRE OS JOVENS DA UNICAP
Claudecy Cardoso Jorge
Luiz Alencar Libório 127

A MODERNIZAÇÃO DO RECIFE NAS NARRATIVAS LITERÁRIAS DE JOAQUIM CARDOZO, CÉSAR LEAL, CARLOS PENA FILHO E JOÃO CABRAL DE MELO NETO
Paloma Pascoal dos Santos
Luís Manuel Domingues do Nascimento 132

A MODERNIZAÇÃO DO RECIFE NAS NARRATIVAS LITERÁRIAS DE OSMAN LINS, GILVAN LEMOS E HERMILIO BORBA FILHO
Larissa Maria Duarte de Araújo
Luís Manuel Domingues do Nascimento 136

A MOTIVAÇÃO NAS EMPRESAS INCUBADAS SEGUNDO VICTOR VROOM
Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo
Helder Pontes Régis
José de Arruda Raposo
Maria Luiza Nery do Nascimento
Bianca Bastos Mazullo 140

ANÁLISE ACERCA DAS ALTERAÇÕES LINGÜÍSTICAS PRESENTES NO DISCURSO DE SUJEITOS AFÁSICOS QUE NÃO FORAM SUBMETIDOS AO TRATAMENTO FONOAUDIÓLOGICO
Roberta Cristiny Medeiros de Souza
Alcidezio Luiz Sales de Barros 145

ANÁLISE ACERCA DAS ALTERAÇÕES LINGÜÍSTICAS PRESENTES NO DISCURSO DE SUJEITOS AFÁSICOS SUBMETIDOS AO TRATAMENTO FONOAUDIÓLOGICO
Mônica Maria Bezerra
Alcidezio Luiz Sales de Barros 150

ANÁLISE BIOQUÍMICA E HISTOQUÍMICA DE *Penicillium spp* ISOLADOS DE ÁREAS CONTAMINADAS COM PETRÓLEO

João Mário da Silva

Ricardo da Silva

Aline Elesbão do Nascimento 154

ANÁLISE DA CONCEPÇÃO JURÍDICA CONCERNENTE AOS REFUGIADOS E APÁTRIDAS EM NÍVEL INTERNACIONAL

Labibe Ferreira Sucar Atiê

Geraldo Antônio Simões Galindo 158

ANÁLISE DA CONCEPÇÃO JURÍDICA CONCERNENTE ÀS GUERRAS EM INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS

Maria Tereza Dalla Nora

Geraldo Antônio Simões Galindo 161

ANÁLISE DA PRÁTICA AVALIATIVA x TEORIA DOS EDUCADORES EGRESSOS DA UNICAP QUE ATUAM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS (RPA 4) DA CIDADE DO RECIFE

Manuela Cavalcante Silva

Marluce Jaques de Albuquerque 165

ANÁLISE DA PRÁTICA AVALIATIVA x TEORIA DOS EGRESSOS DA UNICAP, QUE ATUAM NAS ESCOLAS PARTICULARES (RPA4) E NO MUNICÍPIO DE RECIFE

Irney da Silva Freitas Marques

Marluce Jaques de Albuquerque 169

ANÁLISE DOS PROJETOS EXPERIMENTAIS EM RÁDIO DE 1998 A 2003

Ivambya Moreira Guedes

Aline Maria Grego Lins 173

A ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DO AFÁSICO: A UTILIZAÇÃO DOS MARCADORES CONVERSACIONAIS NO PORTADOR DE AFASIA

Cinthia Gomes da Silva

Marigia Ana de Moura Viana 177

A ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DO AFÁSICO: A UTILIZAÇÃO DE MARCADORES PARALINGÜÍSTICOS NO PORTADOR DE AFASIA
Izabella Cristina de Aguiar Gomes
Prof ª Dra. Marígia Ana de Moura Viana 180

A ORIGEM E AS NOVAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO CIVIL NO TOCANTE ÀS QUOTAS E À ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES LIMITADAS
Andreza Lizziane Alves de Lima
Nair Leone 184

A PECUÁRIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCANO E SUAS PERSPECTIVAS
Marcio Miceli Maciel de Sousa
José Mauricio Pereira
Karla Maria Félix Silva 188

APERFEIÇOAMENTO DO SOFTWARE EDUCACIONAL DO MÓDULO DE FÍSICA ELETRICIDADE
Luiz Augusto Leite Ferreira
Fernando José Bertino de Figueiredo 192

APERFEIÇOAMENTO DO *SOFTWARE* EDUCACIONAL DO MÓDULO DE FÍSICA MECÂNICA
Ana Virgínia Pedrosa Figueiredo
Fernando José Bertino de Figueirêdo 195

APLICAÇÕES DE REDES NEURAIS
Gustavo Rau de Almeida Callou
Sérgio Mário Lins Galdino 199

APLICAÇÃO DO DIREITO TELEMÁTICO AO PROCESSO JUDICIAL BRASILEIRO, IMPORTANDO, NO QUE COUBER, AS MEDIDAS JÁ ADOTADAS NO DIREITO TELEMÁTICO ITALIANO
Cláudia Mascarenhas Leite
Alexandre Freire Pimentel 203

APLICABILIDADE DOS TÍTULOS DE CRÉDITOS VIRTUAIS
Camila Martins Galvão
Onélia de Medeiros Pontes 206

APLICAÇÃO DE MÉTODOS DE PROGRAMAÇÃO LINEAR NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA ALOCAÇÃO ÓTIMA DE EXECUTORES A TAREFAS
Rafaella Carvalho Lucena
Emerson Alexandre de Oliveira Lima 209

A POLÍTICA POMBALINA E OS SEUS REFLEXOS EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII
Ocivaldo Scripnick de Oliveira
Maria da Glória Dias Medeiros 213

A PROTEÇÃO À RELAÇÃO DE EMPREGO MEDIANTE TUTELA DE URGÊNCIA-REINTEGRAÇÃO PROVISÓRIA DO EMPREGADO
Emanuelle Lima de Albuquerque
Sérgio Torres Teixeira
Marina Jucá Maciel 216

A PRODUÇÃO DE LAVOURAS NO AGRESTE DE PERNAMBUCO E SUAS PERSPECTIVAS
Karla Maria Félix Silva
José Maurício Pereira
Márcio Miceli Maciel de Souza 221

ARGUMENTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS EFEITOS DA AFASIA NA VIDA DO PORTADOR: NAS SUAS RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES
Kalina de Kássia Silva Santana
Maria de Fátima Vilar de Melo 225

ARQUITETURA RESIDENCIAL VERTICALIZADA: EDIFÍCIO TORRE X EDIFÍCIO QUADRA
Márcio Barbosa Erlich
Andréa Nascimento Dornelas Câmara 229

"AVÓS" E "NETOS" DO RECASAMENTO: PERCEPÇÃO DO PAPEL
Juliana Monteiro Costa
Cristina Maria de Souza Brito Dias 233

AS CORRENTES DO PENSAMENTO CÍVICO CATÓLICO NOS ANOS 1937 – 1952
Rita de Cássia Ivo de Melo Machado
Ferdinand Azevedo 237

ASPECTOS LEGAIS DA TERCEIRA IDADE: ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PROTEÇÃO
Clarissa Matias Braz de Almeida
Antônio Natanael Martins Sarmento 240

ASPECTOS LEGAIS DA TERCEIRA IDADE: SAÚDE, TRABALHO, HABITAÇÃO E CULTURA
Carolina Cavalcanti Gonçalves
Antônio Natanael Martins Sarmento 244

ASPECTOS SOCIOJURÍDICOS DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
Maria Augusta de Albuquerque Melo Diniz
Valéria Maria Cavalcanti Lins 248

AS PESSOAS "MADURAS" DA COMUNIDADE LAURA GONDIM, EM APIPUCOS, E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LAZER
Mayra Silva Wanderley
Ana Lucia Hazin Alencar 252

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DEFENSORES PÚBLICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ACERCA DA LIBERDADE ASSISTIDA
Valderez de Andrade Barroca
Raimundo Marcone de Andrade Proto 255

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROMOTORES DE JUSTIÇA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ACERCA DA LIBERDADE ASSISTIDA
Clarissa Ribeiro Souza de Faria Neves
Raimundo Marcone de Andrade Proto 259

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JUÌZES DE DIREITO ACERCA DA LIBERDADE ASSISTIDA
Carolina de Albuquerque Seabra
Raimundo Marcone Proto 264

AS SINGULARIDADES FEMININAS NAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS
Ana Cláudia Melo Mendonça
Zélia Maria de Melo
Zuleica Dantas Pereira Campos 269

ATIVIDADES LACASES E PEROXIDASES PRODUZIDAS POR MICRORGANISMOS
Danielle Renata Padilha Ribeiro
Alexandra Amorim Salgueiro
Roziana Cunha Cavalcanti Jordão 274

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS EMPRESAS INCUBADAS BASEADA NOS CICLOS SIMPLES E DUPLO DE CHRIS ARGYRIS
Bianca Bastos Mazullo
José de Arruda Raposo
Helder Pontes Régis
Maria Luiza Nery do Nascimento
Thiago Nunes Bezerra de Melo 278

AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA EM UM GRUPO DE TERCEIRA IDADE NA CIDADE DO RECIFE
Angélica Maria Castro Baía
Erideise Gurgel da Costa Silveira 283

AVALIAÇÃO DE RETORNO DE INVESTIMENTO COMO INSTRUMENTO GERENCIAL ESSENCIAL PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EFETIVOS DE PROJETOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Roberto Gomes Aguiar Filho

Eduardo Carneiro Campelo Junior 287

AVALIAÇÃO DE RISCOS COMO INSTRUMENTO GERENCIAL ESSENCIAL PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EFETIVOS DE PROJETOS EM ENGENHARIA DE SOFTWARE (ARPES)

Eronita Maria Luizines Van Leijden

Eduardo Carneiro Campelo Junior 291

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Ana Cristina Guimarães Carneiro

Cláudia Satie Hamasaki 295

AVALIAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA EM PACIENTES SUBMETIDOS A LARINGECTOMIA PARCIAL PELA TÉCNICA CIRÚRGICA: CRICOIDOEPIGLOTOPEXIA

Simone de Morais Simões

Erideise Gurgel da Costa Silveira 300

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA PSICOLOGIA CLÍNICA

Ana Carolina Novaes Escorel

Célia Maria Souto Maior de S. Fonsêca 304

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Ana Carolina Carneiro da Cunha Cruz

Cristina Maria de Souza Brito Dias 308

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA PSICOLOGIA JURÍDICA
Paula Barbosa de Oliveira
Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca 313

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL
Marília Pereira Lopes
Cristina Maria de Souza Brito Dias 317

A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA TRANSAÇÃO PENAL NO III FÓRUM UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Raone Iauacanã Ferreira de Aguiar
Marília Montenegro Pessoa de Mello 321

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA PELOS IDOSOS NA REGIÃO METROPOLITANA
Gemma Gonçalves de Araújo
Rosângela Araújo Viana de Lira 325

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA PELOS IDOSOS NO RECIFE
Gabriel Souza Vasconcelos
Rosângela Araújo Viana de Lira 328

BRASIL E PORTUGAL SOB OS DISCURSOS INTEGRALISTAS
Isabella Cristina de Souza Lisboa
Ferdinand Azevedo SJ 332

CADEIAS PRODUTIVAS DO NORDESTE E A INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL
Eminêncio Lumumba Gomes
Abraham Benzaquen Sicsú
Frederico Jayme Katz 335

CÁLCULO MENTAL EM AÇÃO: ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES E DOS ALUNOS
Cândida Carolina Berenguer de Souza
Yara Maria Leal Heliodoro 338

CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DO CONCRETO AUTO-ADENSÁVEL
Daniela Carvalho Moura
Romilde Almeida de Oliveira 342

CAPACIDADE DE PREENCHIMENTO DO CONCRETO AUTO-ADENSÁVEL
Geovani Almeida da Silva
Romilde Almeida de Oliveira 346

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS: ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA
José Carlos Costa Mourão Barboza
Nilza Simões Corrêa de Albuquerque 350

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO JESUÍTA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA
Evandro Ferreira da Silva
Nilza Simões Corrêa de Albuquerque 355

CARIÓTIPO E HETEROCROMATINA CONSTITUTIVA EM *OMMEXECHA VIRENS* (ORTHOPTERA)
Danielle Brandão de Carvalho
Marília de França Rocha 359

CIDADANIA: ORIENTAÇÕES PARA A PROFISSÃO, LEGISLAÇÃO E ÉTICA
Fabiana Caroline Muniz Cruz
Maria Cristina Guimarães Oliveira
Maria de Fátima Galindo M. Fernandes 364

COMPREENSÃO ORAL DE CRIANÇAS COM DESVIO FONOLÓGICO
Natália Câmara Lima Alves de Souza
Jônia Alves Lucena 368

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: DA TEORIA À PRÁTICA
Natália Dantas Pimentel
Maria Cristina Guimarães Oliveira
Maria de Fátima Galindo M. Fernandes 372

COMUNICAÇÃO NO PINA: INDICADORES HISTÓRICOS E CULTURAIS
Fernando Rafael de Albuquerque Silva
Maria Cristina Guimarães Oliveira
Maria de Fátima Galindo M. Fernandes 376

CONCRETO DE ALTO DESEMPENHO (CAD)
Alexandre Moraes Maranhão Filho
José Orlando Vieira Filho 380

CONFIGURAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PARTICULARES DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE
Roberta Caldas Domingues da Silva
Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas 383

CONFIGURAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE
Karla Daniele de Sá Araújo Maciel
Albenise de Oliveira Lima 387

CONTRIBUIÇÕES DAS MONOGRAFIAS DE JORNALISMO PARA O CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Raquel Barros Andrade
Aline Maria Grego Lins 391

CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS EXPERIMENTAIS EM RÁDIO, DE 1988 A 1997, PARA O CURSO DE JORNALISMO DA UNICAP
José Henrique Cavalcanti Mota Filho
Aline Maria Grego Lins 395

DA ADMISSIBILIDADE DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
Judith Karine Cavalcanti Santos
João Ferreira Braga 399

DA ADMISSIBILIDADE DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS
Manuella Pollyanna de Menezes Silveira
João Ferreira Braga 403

DEFESA DO RÉU NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
Ticiana Benevides Xavier Correia
Conceição Maria Reis de Albuquerque
Roberto Paulino de Albuquerque Júnior 407

DEFESA DO RÉU NA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO CONSUMIDOR
Roberto Paulino de Albuquerque Júnior
Conceição Maria Reis de Albuquerque
Ticiana Benevides Xavier Correia 411

DEFINIÇÃO DOS LIMITES DOS SISTEMAS DA PRODUÇÃO DOS PRODUTOS COM BASE CIMENTO
Eric Cavalcante Miranda
Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira 415

DEGRADAÇÃO E REMOÇÃO DE HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS POLICÍCLICOS (DERIVADOS DO PETRÓLEO) POR FUNGOS DA ORDEM MUCORALES
Fabíola Carolina Gomes de Almeida
Galba Maria de Campos Takaki 419

DESAFIOS E DILEMAS DO CATOLICISMO NO CONTEXTO URBANO DO RECIFE
Christiano Vasconcelos Diniz
Sérgio Sezino Douets Vasconcelos 423

DESCRIÇÃO DE OBJETOS EM MOVIMENTO, EM SEQÜÊNCIAS DE VÍDEO
José Torres Calazans Júnior
Robson Cavalcanti Lins 427

DESENVOLVIMENTO DA BASE DE DADOS E INTERFACE DE INTERAÇÃO HOMEM-MÁQUINA
Celso Augusto Raposo Lisboa Brennand
Sérgio Murilo Maciel Fernandes 431

DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO DA CRIANÇA SURDA NOS PRIMEIROS MESES DE IDADE: INTERAÇÃO FACE-A-FACE
Adélia Maria Revorêdo da Silva
Silvana Maria Sobral Griz 436

DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO DA CRIANÇA SURDA NOS PRIMEIROS MESES DE IDADE: INTERAÇÃO MÃE-OBJETO-BEBÊ
Glaurea Regina de Santana Nunes
Silvana Maria Sobral Griz 440

DESENVOLVIMENTO DE ALGORITMO PARA DETECÇÃO DE PARÂMETROS QUE AUXILIEM A CLASSIFICAÇÃO DE TUMORES EM BENIGNOS OU MALIGNOS
Everton Rodrigues da Silva
Francisco Luiz dos Santos 444

DESENVOLVIMENTO DE MODELOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS PARA ENSINO DE FISIOLOGIA – ESTUDO DA PRESSÃO ARTERIAL E SEUS DETERMINANTES
Fabiana Araújo Gonçalves de Figueirêdo
Edílson Alves da Silva Júnior 448

DESENVOLVIMENTO DE MODELOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS PARA O ENSINO DE FISIOLOGIA – ESTUDO DO DÉBITO CARDÍACO E SEUS DETERMINANTES
Mônica Patrícia Rodrigues do Nascimento
Edilson Alves da Silva Júnior 453

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE APOIO AO DIAGNÓSTICO DE CARDIOPATIAS PEDIÁTRICAS
Jana Jasmin Del Prado Filartiga
Tânia Maria Nery 457

DESENVOLVIMENTO DO HARDWARE E PROCESSAMENTO DO SISTEMA
Mitsuo Takaki
Sérgio Murilo Maciel Fernandes 461

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A NOVA SUDENE NO DISCURSO DO DIARIO DE PERNAMBUCO
Victor Ramos de Carvalho
Heitor Costa Lima da Rocha 465

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A IMPRENSA: A NOVA SUDENE NO DISCURSO DO JORNAL DO COMMERCIO
Juliane Planzo de Farias
Heitor Costa Lima da Rocha 469

DESCRITORES DE MOVIMENTO EM SEQÜÊNCIAS DE VÍDEO
Hemir da Cunha Santiago
Robson Cavalcanti Lins 473

DINÂMICA FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE
Uilma Almeida Marques
Albenise de Oliveira Lima 477

DINÂMICA FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PARTICULARES DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE
Priscilla Gadelha Moreira
Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas 481

DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Juliana Passos de Castro

João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira 485

DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA COLETIVA – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DECISÓRIO E REFORMAS AXIOLÓGICAS E CRATOLÓGICAS NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Mariana Chaves Gonçalves

Thales Cavalcanti Castro

Lucas Monteiro de Souza 489

DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA COLETIVA – ANÁLISE DE RESOLUÇÕES APROVADAS NO CONSELHO DE SEGURANÇA ENTRE 1991 E 2003 PARA ENVIO DE MISSÕES DE PAZ SOB OS AUSPÍCIOS DA ONU

Lucas Monteiro de Souza

Thales Cavalcanti Castro 492

ECONOMIA PERNAMBUCANA PÓS-1990: UM ESTUDO DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Bruno Wallace Batista de Souza

Luís Henrique Romani de Campos 495

EFEITO DO COBRE PROVENIENTE DO LODO TÊXTIL NO RENDIMENTO DO MILHO

Hannelore Alves e Silva

Arminda Saconi Messias 499

EFICÁCIA DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Marilia Lenaide Cavalcanti de Arruda

Valeria Maria Cavalcanti Lins 503

EFICIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO E DO CRESCIMENTO DE PLÂNTULAS NA REGENERAÇÃO NATURAL DA MATA DO SABONETE, NO ENGENHO MEGAÓ, MUNICÍPIO DE GOIANA, PERNAMBUCO

Isabel Cristina Lopes dos Santos

Sérgio Tavares 507

EFICIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO E DO CRESCIMENTO DE PLÂNTULAS NA REGENERAÇÃO NATURAL DA RESERVA ECOLÓGICA DE CAMAÇARI, CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE

Ana Luiza Souza Leão Ferreira

Sérgio Tavares 510

EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA EFICÁCIA DA TUTELA SUBSTANTIVA JUDICIAL NA COMARCA DE RECIFE/PE

Rodrigo de Almeida Leite

Ricardo Silveira Ribeiro

Ana de Fátima Queiroz Santos 513

EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO: ANÁLISE DA EFICÁCIA DA TUTELA SUBSTANTIVA JUDICIAL NA COMARCA DE RECIFE/PE

Renata Cristina Batista Aleluia

Ricardo Silveira Ribeiro

Ana de Fátima Queiroz Santos 517

ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIOCULTURAL COM PORTADORES DE AFASIA: UM RECURSO PARA INCLUSÃO SOCIAL

Naara Ferreira Araújo de Oliveira

Maria Lúcia Gurgel da Costa 521

ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIOCULTURAL VOLTADOS A AFÁSICOS E SEUS FAMILIARES: A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA COMO RECURSO PARA INCLUSÃO SOCIAL

Janaína Moreira de Lemos

Maria Lúcia Gurgel da Costa 525

ESTIMATIVA DE PARÂMETROS GEOTÉCNICOS DE SOLOS REGIONAIS

Thiago de Moraes Silva

Joaquim Teodoro Romão de Oliveira 529

ESTUDO BIOQUÍMICO E ULTRA-ESTRUTURAL DE *Aspergillus sp* TERMOFÍLICOS ISOLADOS DE SOLOS CONTAMINADOS COM PETRÓLEO

Hélder Elísio Evangelista Vieira

Aline Elesbão do Nascimento 533

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS NARRATIVAS DELIRANTES DE SUJEITOS PORTADORES DE ESQUIZOFRENIA INTERNOS NUM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

Kátia de Carvalho Meira

Moab Duarte Acioli 538

ESTUDO DA CINÉTICA E GEOMETRIA DE TUMORES

Rosa Helena Monteiro de Oliveira

Francisco Luiz dos Santos 542

ESTUDO DA MICOBIOTA EM SOLO CONTAMINADO COM DERIVADOS DE PETRÓLEO

Aline Alves Barbosa

Kaoru Okada

Galba Maria de Campos Takaki 546

ESTUDO DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS EM PERFIS TÍPICOS DA CIDADE DO RECIFE

Glauber Carvalho Costa

Joaquim Teodoro Romão de Oliveira 550

ESTUDO DO MÚSCULO PSOAS MAIOR EM SEUS ASPECTOS ANÁTOMO-FUNCIONAIS, RADIOLÓGICOS E BIOMECÂNICOS NA APLICAÇÃO CLÍNICA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS TERAPÊUTICAS

Emiliana Azevedo da Costa

Aluízio José Bezerra 555

ESTUDO DOS PARÂMETROS DA EFICIÊNCIA DE TROCA TÉRMICA EM FORNOS ROTATIVOS A GÁS NATURAL

Daniele de Castro Pessoa de Melo

Valdemir Alexandre dos Santos 559

ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICAS PARA A REDUÇÃO DA COMPLEXIDADE COMPUTACIONAL DA QUANTIZAÇÃO VETORIAL
Euclides Napoleão Arcoverde Neto
Francisco Madeiro Bernardino Junior 563

EXPERIÊNCIAS MÍSTICAS ENTRE MULHERES EVANGÉLICAS PORTADORAS DE ESQUIZOFRENIA
Renata Dias Henriques de Araujo
Moab Duarte Acioli 568

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES NORDESTINAS E AS POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL
Esmeraldo Mendes Das Chagas Neto
Abraham Benzaquen Sicsú 572

EXPRESSÃO ORAL DE CRIANÇAS COM DESVIO FONOLÓGICO
Millena Nóbrega Campos de Sousa
Jônia Alves Lucena 576

FONOAUDIOLOGIA E AUTISMO: O QUE DIZEM OS FONOAUDIÓLOGOS
Meriely Máximo da Silva
Nadia Pereira S. G. de Azevedo 580

FONOAUDIOLOGIA E AUTISMO: UM ESTUDO DE CASO CLÍNICO
Joyce Batista do Nascimento
Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo 584

FORMAÇÃO DO GESTOR: HABILIDADES BÁSICAS PARA O EXERCÍCIO DA GESTÃO ESCOLAR
Maria Alice de Moraes Ximenes
Maria da Conceição Bizerra 588

GRUPOS CULTURAIS DE CONVIVÊNCIA PARA PORTADORES DE PARKINSON: BENEFÍCIOS E IMPLICAÇÕES FONOAUDIOLÓGICAS
Melissa Vilar Gomes
Maria Lúcia Gurgel da Costa 592

HABILIDADES SOCIAIS ENTRE OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
Aline Maria Raposo Lira
Suely de Melo Santana 596

HABILIDADES SOCIAIS ENTRE OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Fernanda Cristina Meirinhos
Suely de Melo Santana 601

HOSPITAL E ATIVIDADES RELIGIOSAS E SOCIAIS REALIZADAS PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLINDA
Marianne Silva Carvalho
Newton Darwin de Andrade Cabral 605

"HACKERS": INFRATORES DA LEI
Hilário Gurgel da Cunha Netto
Edijéce Martins Ferreira 609

HERMENÊUTICA DA FEDERAÇÃO
Paula Vale de Siqueira Campos
Marcelo Labanca Corrêa de Araújo 613

IMPACTOS DO TURISMO RURAL DE LAZER E DA EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NO AGRESTE PERNAMBUCANO
Marcelo Ferreira Ribeiro
Cláudia Satie Hamasaki 616

IMPLEMENTAÇÃO E PROJETO DE OPERADORES INVARIANTES À TRANSLAÇÃO VIA MORFOLOGIA MATEMÁTICA E ALGORITMOS GENÉTICOS
José Wellington Pereira Soares
Robson Pequeno de Sousa 620

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA QUANTO ÀS TAXAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS
Joanita Gomes de Morais
Sílvia Diniz 625

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA QUANTO AOS IMPOSTOS FEDERAIS
Elayne Ranniere Siqueira e Silva
Silvia Diniz 629

INFLUÊNCIA DO LODO TÊXTIL NO COMPORTAMENTO DE MACRONUTRIENTES EM SOLOS DE PERNAMABUCO
Bruno Esteves Távora
Arminda Saconi Messias 633

INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO E DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SEM REDUÇÃO DO TEXTO: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
Thaís Carneiro da Silva de Queiroz
Gustavo Ferreira Santos 637

INVESTIGAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES RUPESTRES ZOOMÓRFICAS EM ACERVOS DE PERNAMBUCO: DESCRIÇÃO E CATALOGAÇÃO
André Luiz Gomes Soares
Albérico Nogueira de Queiroz 640

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO NORDESTE: A ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INCENTIVO

Carmem Virginia de Albuquerque Cavalcanti

João Alexandre de Lira Cavalcanti

Ana Cláudia Arruda

Isabela Neri Eustáquio

Roberta Carolina Araújo 644

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO NORDESTE: AVALIAÇÃO DE IMPACTO NA ECONOMIA LOCAL

Isabela Luciana Araujo Neri

João Alexandre Lira Cavalcanti

Ana Claúdia Arruda

Carmem Virgínia Cavalcante

Roberta Carolina Tavares Araújo 648

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL FEDERATIVA

Camila Carvalho Pinto de Melo

Marcelo Labanca Corrêa de Araújo 652

MACHOS OU MASCULINOS? UM ESTUDO SOBRE CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES E PRODUÇÃO DE CONDUTAS VIOLENTAS EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Ana Patrícia Loureiro Freire Lopes

Maria do Amparo Rocha Caridade 656

MACHOS OU MASCULINOS? CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES E PRODUÇÃO DE CONDUTAS VIOLENTAS EM JOVENS QUE COMPÕEM O MERCADO INFORMAL DE TRABALHO

Helena Maria Diu Gonçalves Raposo

Maria do Amparo Rocha Caridade 660

MANIPULAÇÃO GENÉTICA: DESAFIOS ÉTICOS DA INTERVENÇÃO E DA EXPERIMENTAÇÃO COM EMBRIÕES HUMANOS

Suenya Talita de Almeida

Degislando Nóbrega de Lima 664

MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO E A POLUIÇÃO DAS ÁGUAS POR LIXO DE SERVIÇO DE SAÚDE: ANÁLISE DO PROBLEMA NO DIREITO BRASILEIRO

Carolina Expósito Tenório Miranda de Morais

Gustavo Ferreira Santos 668

MEIOS DE ATAQUE À COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL, TENDO EM VISTA A INSERÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 741 DO CPC PÁTRIO

Fernando Sérgio da Rocha Faria Filho

Ricardo de Oliveira Paes Barreto 672

MÉTODOS APROXIMADOS PARA O PROJETO DE PAREDES ESTRUTURAIS SUBMETIDAS A CARGAS LATERAIS

Gustavo Frutuoso Lopes

Romilde Almeida de Oliveira 676

“OS FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS E TELEOLÓGICOS DO ESTADO EM TOMÁS DE AQUINO”

Jaires Firmino da Silva

José Urbano de Lima Júnior 680

O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO TRABALHISTA – EFETIVIDADE SOCIAL DO PROCESSO TRABALHISTA

Marina Jucá Maciel

Sérgio Torres Texeira

Emanuelle Lima de Albuquerque 683

O ACONTECIMENTO GLOBAL NA MÍDIA IMPRESSA LOCAL: A COBERTURA DA GUERRA DO IRAQUE NA PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL DO COMMERCIO
Daniela Cisneiros Arrais
Cláudio Roberto de Araújo Bezerra 687

O ACONTECIMENTO GLOBAL NA MÍDIA IMPRESSA LOCAL: A COBERTURA DA GUERRA NO IRAQUE NA PRIMEIRA PÁGINA DA FOLHA DE PERNAMBUCO
Juliana Reis de Albuquerque
Cláudio Roberto de Araújo Bezerra 691

O PAPEL IDEOLÓGICO DAS CHARGES E CARTUNS PARA OS LEITORES DOS JORNAIS PERNAMBUCANOS
Luciana Cardoso Carvalho
Nadilson Manoel da Silva 695

OS CUSTOS DO NÃO-SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO RURAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO
Diego Luiz Maia e Silva
Marisan Mariano de Sousa 699

O IMPACTO DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA ECONOMIA DE BASE LOCAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO
Roberta Carolina Tavares de Araújo
Ana Cláudia Arruda
João Alexandre Lira Cavalcanti
Carmem Virgínia Cavalcante
Isabela Luciana Araújo Neri 703

O ESPAÇO DA FANTASIA DOS CONTOS DE FADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS (MENINAS) SEDUZIDAS PELA VIRTUALIDADE DOS JOGOS DE COMPUTADOR
Karlise Maranhão de Lucena
Carlos Alberto Gomes de Brito 707

OS BENEFÍCIOS DA ELETRIFICAÇÃO RURAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO E AS NOVAS ATIVIDADES RURAIS
Filipe Costa de Souza
Marisan Mariano de Sousa 711

OS PARÂMETROS FIXADOS PELO NCC ACERCA DO CONSELHO FISCAL, DELIBERAÇÕES, AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL E DISSOLUÇÃO DAS SOCIEDADES LIMITADAS
Juliana Cordeiro Pires Mascena
Nair Leone 715

OS JESUÍTAS NO IMAGINÁRIO SOCIAL PERNAMBUCANO NO SÉCULO XVIII
Rosa Almeida de Menezes
Maria da Glória Dias Medeiros 718

ORGANIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONSULTORIA SOBRE FILIAÇÃO POR ADOÇÃO DISPONÍVEL NO SITE: http//www.unicap.br/sofia
Hilmar Regina dos Santos
Edilene Freire de Queiroz 721

O ESPAÇO DA FANTASIA DOS CONTOS DE FADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS (MENINOS) SEDUZIDAS PELA VIRTUALIDADE DOS JOGOS DE COMPUTADOR
Bruna Roberta Pires Meira de Vasconcellos
Carlos Alberto Gomes de Brito 725

O LEGADO DOS CORPOS DA PAZ EM PERNAMBUCO: VERSÃO OFICIAL DE SUA ATUAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1961 E 1981
Alana Pinto Moreira
Newton Darwin de Andrade Cabral 729

O LEGADO DOS CORPOS DA PAZ EM PERNAMBUCO: VERSÃO POPULAR DE SUA ATUAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1961 E 1981
Nataly de Queiroz Lima
Newton Darwin de Andrade Cabral 733

O SERVIÇO DE HIGIENE MENTAL DE PERNAMBUCO (1920 – 1930)
Bernardo Porto Araújo
Zuleica Dantas Pereira Campos 737

O IMPACTO DO USO DO ÁLCOOL NA PRÁTICA CRIMINAL
Edna d'Arc Cavalcanti Santos
Marcus Túlio Caldas 741

OS ORGANIZADORES DE TURNO NO DISCURSO DO AFÁSICO
Júlia da Silva Marinho
Marígia Ana de Moura Viana 746

O MARACATU E SUAS APORTAÇÕES
Edvaldo Monteiro da Silva
Zuleica Dantas Pereira Campos 750

ORFANATO E ESCOLA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLINDA
Emmanuelle Joanne de Souza
Newton Darwin de Andrade Cabral 754

O MAL MORAL: DEFINITIVA E GENUÍNA SOLUÇÃO AGOSTINIANA DO MAL
Fabiano Teixeira Bezerra
Marcos Roberto Nunes Costa 758

O CLIMA E A EXPECTATIVA NAS EMPRESAS INCUBADAS
Maria Luiza Nery do Nascimento
Helder Pontes Régis
José de Arruda Raposo
Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo
Bianca Bastos Mazullo 762

PREVALÊNCIA DE TABAGISMO ENTRE SUJEITOS INTERNOS EM ENFERMARIAS DE HOSPITAL PSIQUIÁTRICO E GERAL DA REDE SUS EM RECIFE-PE
Nathália de Carvalho Milet
Moab Duarte Acioli 766

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA COMO GARANTIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO PARA AS MINORIAS RACIAIS: ESTUDO COMPARATIVO BRASIL COM OS EUA
Maria Catarina Ventura da Silva
Gustavo Ferreira Santos 770

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE
Anamaria Tavares de Lima
Carlos Alberto Cavalcanti Martins 774

PRODUÇÕES ESCRITAS DE SURDOS: UM ENFOQUE NA PONTUAÇÃO DAS HISTÓRIAS
Tarciana Karla de Amorim Oliveira
Vivivany Andréa Meireles Alves 778

PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS DA FALA EM CRIANÇAS COM HÁBITO DE SUCÇÃO DE DEDO E / OU DE CHUPETA
Raquel Moura Lins Acioli
Elba Alcântara Manzi 782

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS FAMÍLIAS DE ESCOLAS DA REDE PARTICULAR DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE
Melisa Pereira da Silva
Carlos Alberto Cavalcante Martins 786

POSSIBILIDADES DE FLEXIBILIZAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA E A SUA CONSTITUCIONALIDADE, À LUZ DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 741 DO CPC BRASILEIRO
Talita Rodrigues Mendonça
Ricardo de Oliveira Paes Barreto 789

PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO A PARTIR DO QUE DIZEM OS PROFESSORES DO CURSO DE FONOAUDIOLOGIA DA UNICAP SOBRE A DAP
Flávia de Aquino Santana
Denise Maria de Queiroz Barbosa Lopes 793

PROCESSO JUDICIAL: ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE MODALIZAÇÃO NAS INTERAÇÕES INTERPESSOAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS
Anna Rafaela Rodrigues da Silva
Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves 798

PALAVRAS DE OFÍCIO
Edson Fernando Sales de Lima
Elizabeth Angélica Santos Siqueira 802

PRODUÇÃO DE BIOSSURFACTANTES POR *CANDIDA GLABRATA* UTILIZANDO ÓLEO DE ALGODÃO COMO SUBSTRATO
Juliana Moura de Luna
Leonie Asfora Sarubbo 805

PROCESSO DE COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS DO TIPO NARRAÇÃO E DO GENERO LITERAL DESENVOLVIDOS POR ADOLESCENTES SURDOS
Suzane de Lima Benvindo
Denise Costa Menezes 809

PROCESSO DE COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS DO GÊNERO NOTÍCIA JORNALÍSTICA E DO TIPO NARRAÇÃO, DESENVOLVIDA POR ADOLESCENTES SURDOS
Flávia Regina Filgueira Tamarindo
Denise Costa Menezes 813

PALAVRAS DO SER
Sandra Regina Pereira de Freitas
Elizabeth Angélica Santos Siqueira 817

POTENCIAL BIOTECNOLÓGICO DE FUNGOS ISOLADOS DE SOLO CONTAMINADO COM PETRÓLEO
Marcela Vieira Leite
Kaoru Okada
Galba Maria de Campos Takaki 820

POTENCIAL BIOTECNOLÓGICO DE FUNGOS FILAMENTOSOS ISOLADOS DE SOLO CONTAMINADO COM DERIVADOS DO PETRÓLEO
Emanuela de Souza Lyra
Kaoru Okada
Galba Maria de Campos Takaki 824

PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES POR SELEÇÃO NATURAL
Caio César de Carvalho Almeida
Sérgio Mario Lins Galdino 828

PERCEPÇÃO DO PRIMEIRO CICLO X RESULTADOS DO MEC: O CASO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNICAP
Elisabeth Francisca da Costa
Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira 832

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE PAIS ADOTIVOS ATRAVÉS DE OFICINAS INTERATIVAS
Jecilene Gonçalves Walzertudes
Edilene Freire de Queiroz 836

QUAISQUER QUE SEJAM AS CONSEQÜÊNCIAS: DOM HELDER CAMARA E AS DENÚNCIAS DE TORTURA NO BRASIL PÓS-1964
Felipe Pereira da Silva
Newton Darwin de Andrade Cabral 840

RÁDIO E TELEVISÃO COMUNITÁRIA: UM SETOR DE INTEGRAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES
Flávia Regina Ferreira dos Santos
Maria Cristina Guimarães Oliveira
Maria de Fátima Galindo M. Fernandes 843

RAZOABILIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS
Walter Gomes D'Angelo
João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira 847

RELAÇÕES ENTRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO CICLO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA CIVIL E OS RESULTADOS DO MEC

Fabiana Lins Resende

Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira 850

REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE: ANÁLISE DO PERFIL DOS APROVADOS NO CURSO DE PEDAGOGIA

Deborah Maria Hazl

Maria da Conceição Bizerra 854

REPRESENTAÇÃO FAMILIAR EM CRIANÇAS DE ESCOLAS DA REDE PARTICULAR DE ENSINO DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE

Kelly Florêncio Trigueiro

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas 858

REPRESENTAÇÃO FAMILIAR EM CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE

Adriana Tavares Pessoa

Albenise de Oliveira Lima 861

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO LAZER DOS ADOLESCENTES DA COMUNIDADE LAURA GONDIM, EM APIPUCOS

Ilka Guedes dos Santos

Ana Lúcia Hazin Alencar 865

REPRESENTAÇÕES DA REALIDADE: ANÁLISE DO PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA NO CICLO PROFISSIONALIZANTE

Juliana Nascimento Guimarães

Lúcia Maria de Andrade da Silva Caraúbas 869

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTE SOBRE O PAPEL DOS PAIS

Mariana de Araújo Malheiros

Maria de Fátima Vilar de Melo 873

RETORNOS CRESCENTES DE ESCALA E O PROCESSO DE AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA

Renato Correia de Albuquerque

Luís Henrique Romani de Campos 877

SETORES INDUSTRIAIS DINÂMICOS E AS POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

Suanny Mirella Silva

David Rosenthal 881

SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL DO CRESCIMENTO DE TUMORES

Keyla Mary Cavalheiro Mendonça

Francisco Luiz dos Santos 885

SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO: ESTUDO COMPARATIVO DO BRASIL, CORÉIA E OUTROS PAÍSES ASIÁTICOS

Carlos Raphael Macêdo Ribeiro

David Rosenthal 889

SOCIEDADE E RECAÍDA: ELEMENTOS PSICOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS IMPLICADOS NA DIFICULDADE DE MANTER A ABSTINÊNCIA EM PACIENTES DEPENDENTES DO ÁLCOOL

Michelle Maria Campos Carvalho

Marcus Túlio Caldas 893

SUJEITOS ADULTOS E ALFABETIZADOS PORTADORES DE AFASIA: É POSSIVEL (RE)CONSTRUIR A LINGUAGEM ORAL SOBRE A ESCRITA?

Elis Leal Cavalcanti

Elba Alcântara Manzi 897

TÉCNICAS DE ESCALONAMENTO PARA BANCO DE DADOS DE TEMPO-REAL

José Henrique Lins Neto

Maria Lígia Barbosa Perkusich 901

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E MODELOS APLICADOS À GENÉTICA E À BIOLOGIA MOLECULAR
Daniela Santiago Vilar
Tânia Maria de Oliveira Neri 905

TIPOLOGIA BIOÉTICA DE PARECERES EMITIDOS PELOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA NO RECIFE
Walleska Romena de Sousa Costa
Degislando Nóbrega de Lima 909

TÍTULOS DE CRÉDITO VIRTUAIS: PRINCÍPIOS, UTILIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS
Alena Guerra de Moraes Teles
Onélia de Medeiros Pontes 914

TRANSAÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL
Natália Barbosa de Medeiros
Marília Montenegro Pessoa de Mello 917

TRANSEXUAL: MUDANÇA DE NOME E DIREITOS DA PERSONALIDADE
Bruno Henning Veloso
Antônio Natanael Martins Sarmento 921

TRANSPORTE E METABOLISMO DE *CUNNINGHAMELLA ELEGANS*: SÍNTESE DEGRADAÇÃO E APLICAÇÃO DE POLIFOSFATO
Thayse Alves de Lima e Silva
Galba Maria de Campos Takaki
Clarissa Daisy da Costa Albuquerque 924

UMA ALTERNATIVA AO MÉTODO DE EDMONDS PARA EMPARELHAMENTOS EM GRAFOS QUAISQUER: APLICAÇÃO AO PROBLEMA DA ALOCAÇÃO ÓTIMA DE HORÁRIOS
João Paulo de Melo Ataide
Emerson Alexandre de Oliveira Lima
Glaucio Gomes de Magalhães Melo 928

UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM AUDIÊNCIAS DE TRANSAÇÃO PENAL NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
Mariana Pacheco R. Almeida
Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves 932

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS AUDIÊNCIAS DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM VARAS CÍVEIS
Jéssica Mariana Japiassú
Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves 936

UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A EVOLUÇÃO DA TÉCNICA PROCESSUAL
Michelle Oliveira Souza
Alexandre Freire Pimentel 940

UTILIZAÇÃO DA PONTUAÇÃO NAS HISTÓRIAS PRODUZIDAS POR SURDOS
Kátia Cesário de Holanda Cavalcanti
Viviany Andréa Meireles Alves 948

UTILIZAÇÃO DE ÓLEO DE CANOLA E GLICOSE COMO SUBSTRATOS PARA A PRODUÇÃO DE AGENTES SURFACTANTES POR *CANDIDA LIPOLYTICA*
Charles Bronzo Barbosa Farias
Leonie Asfora Sarubbo 952

A AFETIVIDADE MASCULINA NA TRAJETÓRIA DO CASAMENTO

Joyce de Melo Beltrão[1]; Zuleica Dantas Pereira Campos[2]; Zélia Maria Melo[3]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Sociologia do Centro de Ciências Sociais participante do grupo de pesquisa "Interação Social e Familiar" E-mail: zuleica@unicap.br
[3]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, líder do grupo de Pesquisa "Interação Social e Familiar". E-mail: zelia@unicap.br

Resumo
Nos últimos quarenta anos, a vida social, amorosa e familiar dos homens mudou substancialmente. A emancipação feminina, a liberação sexual, a inserção da mulher no mercado de trabalho e as rupturas de casais e famílias desorientaram os homens. Este encontra-se envolvido num processo de mudança social, a qual tem demandado uma nova identidade masculina. As dificuldades de adaptação masculinas a essas mudanças têm repercutido também na relação matrimonial. É a partir dessa problemática social que o presente trabalho se propõe investigar a afetividade masculina na trajetória matrimonial, analisando as mudanças ocorridas nas diferentes etapas da vida conjugal, ao mesmo tempo que pretende registrar o processo de individualização do masculino durante essa trajetória. Assim, baseado nos tradicionais estudos sobre classe média em antropologia social, teremos como método de trabalho a rede de relações, estabelecendo uma reação em cadeia, na qual o casal interpelado servirá de intermediário entre nós e os casais conhecidos de sua rede de relações. Utilizaremos a entrevista semi-estruturada como instrumento para coleta de dados, que deverá ser realizada nos bairros de Boa Viagem e Setúbal. De acordo com os resultados obtidos, observamos que o encontro amoroso geralmente ocorre através de um amigo em comum ou um parente. Também constatamos que, durante a trajetória conjugal, os homens, consideram-se bastante realizados e satisfeitos no casamento. Durante o período gestacional de suas esposas, eles afirmaram ter participado das consultas médicas, do pré-natal e alguns até assistiram à realização do parto. Consideram-se bastantes realizados como pai.

Palavras-chave: identidade masculina; relacionamento; paternidade.

Introdução

Sabe-se que, atualmente, em nossa sociedade, muitas mudanças têm ocorrido. A rapidez e a intensidade que essas mudanças têm alcançado merecem uma especial atenção, sobretudo no relacionamento conjugal. Temas como: separação de casais, novos papéis familiares, sexo, drogas e violência têm sido bastante discutidos em nossa contemporaneidade.

Nos últimos quarenta anos, os homens vivenciam transformações sociais e culturais, que têm produzido uma reviravolta em sua identidade masculina. Falar sobre o masculino em nossa contemporaneidade já não comportaria a imagem de homem dos antigos modelos. Desde sempre, o homem, para ser reconhecido como tal, tinha de construir sua identidade a partir de suas conquistas. Era pela conquista da força, do dinheiro, do poder e das mulheres que o homem legitimava a sua posição fálica.

Projeto: Relações Matrimoniais: suas trajetórias na vida afetiva e social. **Órgão Financiador:** PIBIC-UNICAP

De acordo com Michel Dorais: “O trabalho, o poder, a família e mesmo a aparência física e a sexualidade do homem se modificaram. Essas mudanças não apenas exigiram adaptações por parte dos homens, mas mudaram a própria noção de masculinidade”. (DORAIS,1991/P.18). Com a inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho o homem se viu fragilizado.
Outra mudança que abalou a identidade masculina– e especialmente nesta pesquisa iremos deter-nos a este ponto – foram as mudanças ocorridas nas relações matrimoniais. Até pouco tempo, o cerne da identidade masculina estava na função de esposo e pai que o homem assumia na família. O homem se afirmava em sua masculinidade por ter uma família que registrasse seu sobrenome e por ser responsável pelo provimento financeiro desta família. Hoje, já não é assim. Uma quantidade cada vez maior de homens atravessam a vida adulta, alternando entre diferentes estilos de vida e de *status* matrimoniais. “É cada vez menor o número de homens que se definem a partir do papel de esposo e pai”. (DORAIS, 1991 P.25). Ao mesmo tempo, sabemos que não é o desejo do homem ficar sozinho. O homem continua procurando alguém com quem compartilhe sua vida, continua precisando de uma companhia. O vínculo amoroso com a mulher lhe é imprescindível.

> O homem procura alguém com quem ele fique à vontade para poder contar o que faz, alguém com quem compartilhar cada momento, alguém para apóia-lo em seu crescimento, que possa aplaudi-lo (todo homem precisa de alguém que o admire confirmando suas capacidades). Fica sem sentido um homem passar a maior parte de seu tempo trabalhando e galgando os estágios da vida profissional, conquistando espaços, plataformas e não ter para quem mostrar, com quem compartilhar. (CUSCHNIR, 2001/ P.131)

E, dessa forma, muitos homens estão relacionando-se no casamento de maneira conflituosa, encontram-se divididos entre os antigos modelos masculinos e os novos e, por isso, muitas vezes, o seu discurso destoa de suas atitudes. Assim afirma Cuschnir (2001): “Muitos homens já descobriram que não detêm mais o poder absoluto, que não têm preparo necessário para lidar com uma mulher capaz (...) E a mulher esclarecida sabe o que quer”.(CUSCHNIR, 2001/P.132). O posicionamento feminino tem gerado no homem incômodo e angústia.
A imagem do homem provedor sofreu um golpe. A inserção das mulheres no mercado de trabalho afetou, de muitas maneiras, a identidade masculina, aniquilando a ideologia sexista que alimentou durante muito tempo o mito da superioridade masculina. Antes, o homem conquistava o sucesso econômico para obter o prestígio das mulheres, hoje eles estão tendo que dividir, compartilhar esse espaço com elas.
Assistimos, hoje, a uma feminização do espaço social e da cena política, a qual tem produzido uma reviravolta nas principais fontes de identidade masculina. É nesse momento que se instala o temor masculino. Eles temem que esse espaço seja penetrado pelo gênero feminino, uma vez que o ambiente público sempre foi masculinizado. A perda dessa onipotência abalaria o alicerce que sustenta sua própria identidade, pois, de acordo com Dorais (1988): “Os homens medem a própria capacidade pelo sucesso econômico e pelo *status* social que obtêm, dos quais o trabalho econômico é o índice principal” (DORAIS, 1988/ P.18).
Nesse ínterim, surgem diversos questionamentos e, por vezes, rigidez. Tendo em vista que, como mostrou Restrepo (1994) em seus estudos sobre a ternura, produziram-se em nosso mundo estereótipos excluindo como vergonhoso o sentimento amoroso, especialmente quando se trata do gênero masculino, pois, para a nossa cultura, a ternura apenas é admitida na relação mãe-filho. Assim, falar de homem terno e carinhoso geraria desconfiança quanto à sua masculinidade. Por essa razão, os homens temem e sentem-se inseguros frente a essas mudanças.
Contudo, os homens, aos poucos, vão aprendendo que o afeto, a ternura, a delicadeza são virtudes que podem ser compartilhadas por ambos os sexos. Os homens têm necessidade de serem validados por sua parceira e de se sentir amados através do seu olhar. A insegurança de alguns homens é

potencializada pelos mitos da masculinidade, na qual uma sexualidade ativa e conquistadora continua a ser um dos principais símbolos da virilidade.
Entretanto, as exigências femininas na vida sexual não são como as dos homens. A sua preocupação primeira não é o desempenho sexual, mas o afeto deles. Elas desejam relações de reciprocidade, em que os homens não se envolvam apenas sexualmente, mas que haja um envolvimento profundo, ao mesmo tempo que elas não querem que esse "novo homem" perca em demasia seus ares de macho. É neste cenário que se vêem amiúde desamparados. Certamente, o feminismo favoreceu mudanças na mentalidade e no comportamento de alguns homens. Mas as significações e as interpretações dadas à sexualidade não podem ser apagadas como se apaga um risco de lápis. Por isso as transformações na vida sexual masculina ocorrem paulatinamente. Contudo, a inovação é sempre possível.
É a partir dessa problemática social, sobre a relação de afeto e sentimentos amorosos nas instituições conjugais, que o presente trabalho se propõe investigar a afetividade masculina na trajetória matrimonial, analisando as mudanças ocorridas nas diferentes etapas da vida conjugal, ao mesmo tempo que registra o processo de individualização do masculino durante essa trajetória.

Metodologia
Utilizamos a entrevista como instrumento para coleta dos dados com o cônjuge masculino. Participaram 15 homens com experiência diferente em duração do casamento, ou seja: casamento de 0 a 10 anos de duração; de 11 a 20 anos e acima de 20 anos (TURATO, 2003). Eles foram ouvidos separadamente, momento em que exploramos a perspectiva individual dos homens envolvidos.
O conjunto de entrevistados foi determinado a partir de nossos conhecimentos pessoais e de conhecidos de pessoas próximas, estabelecendo uma reação em cadeia, na qual, o casal interpelado serviu de intermediário entre nós e os casais conhecidos de sua rede de relações. A heterogeneidade foi um critério para a escolha dos entrevistados.
Seguimos um roteiro de entrevista no qual exploramos a trajetória afetiva e social do casal. Começamos pela fase do namoro, depois o noivado, casamento, filhos e, por fim, perspectivas do casal. Dentro de cada bloco, abordamos temas de nosso interesse, relativos à pesquisa.
Depois da coleta de dados, foram realizadas as sistematizações das informações, nas quais agrupamos as informações colhidas dos respectivos ciclos de casais, referente a cada momento do relacionamento conjugal e, a partir daí, iniciamos a nossa análise qualitativa baseada nas pesquisas bibliográficas estudadas.
E, assim, os resultados obtidos nesta segunda fase da pesquisa, estão sendo comparados com os da primeira fase, em que foram pesquisados os bairros de Casa Forte e Parnamirim, locais onde reside a classe média mais tradicional. Os três ciclos de casamento estabelecidos na investigação anterior serão mantidos e comparados não só entre si, mas com relação as especificidades de gênero.

Resultados e Discussão
Segundo o plano de trabalho, observamos que o encontro amoroso normalmente acontece em ambiente que é comum a ambos (escola, bairro, igreja) ou através de alguém que é conhecido por ambos (amigo, irmã, primo), semelhantemente à primeira fase da pesquisa. Percebemos que o controle dos pais é mais rígido nas famílias mais tradicionais, embora também haja nas famílias pertencentes à classe média nova, entretanto de forma mais suave.
Também constatamos nas entrevistas que, com relação à fidelidade, os homens pertencentes à nova classe média não apresentaram relacionamentos extraconjugais. Afirma Paulo, pertencente ao primeiro ciclo residente em Boa Viagem:

> Porque se eu estou com minha esposa, eu sou fiel à minha esposa. Tanto sou

> fiel a ela como tenho certeza que ela é fiel a mim. Pode ser até que eu me engane, mas até agora não. Tem que haver 100% de confiança ou então... Se você não tem confiança com quem você vive vai ter em quem? Você dorme com aquela pessoa, do seu lado, vive com você e você não confiar naquela pessoa achar que ela pode estar lhe traindo, eu não concordo não. Ou eu sou, ou eu não sou, eu não sei ter vida dupla, enganar as pessoas.

Contudo os homens pertencentes à classe média tradicional falaram abertamente sobre suas relações extraconjugais e mostraram os valores absorvidos pela educação machista que sempre receberam. Declara Márcio, pertencente ao primeiro ciclo, residente em Casa Forte: *Nisso eu sou muito machista, eu admito eu ter um outro relacionamento, mas ela não pode. Dela é total, mas minha eu acho que não tem importância nenhuma não. Eu me vejo na possibilidade de ter um outro relacionamento, desde que eu não me envolva emocionalmente, só sexo.* Este resultado mostra o que já pontuamos na introdução, que, mesmo após a emancipação feminina, a qual cobra da sociedade mais igualdade entre os sexos, os comportamentos tradicionais ainda estão bastante arraigados e a sua influência ainda é muito forte, especialmente nas classes mais tradicionais. Acreditamos que nova classe média está absorvendo novas significações sobre relação familiares, especialmente no que se refere à educação masculina. Declara Marcelo, pertencente ao primeiro ciclo, residente em Boa Viagem: *As festas dos meus filhos eu não falto nunca, eu vou, brinco, eles curtem isso... E meu pai nunca participou dessas coisas, e eu sinto muito isso. Então eu não quero nunca que meus filhos passem o que eu passei. Pra mim eu senti muito.*

Conclusão

A partir dos resultados obtidos em nossa pesquisa, concluímos que, no primeiro momento do casamento, o homem está voltado para a aquisição, tanto material, quanto afetiva. Há, nesse momento, na afetividade masculina, uma maior disponibilidade para o relacionamento. No segundo momento, o homem, já com os filhos adolescentes, mudam suas demandas, exigindo de seu papel de pai um outro processo de transformação. No último momento da relação conjugal, com os filhos adultos, o homem encontra-se mais maduro e mais voltado para o lar, desejando ter mais tempo de lazer com a esposa.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Católica de Pernambuco, ao PIBIC e, e a todos os entrevistados que contribuíram para a realização deste trabalho.

Referências

CUSCHNIR, L. **Homens e suas máscaras**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DORAIS, M. **Tour les hommes le font Parcours de la sexualité masculine.** Montréal Québec (Canadá): VLB, 1991.

DORAIS, M. **L'homme désemparé. Les crises masculines: les comprendre pou s'en déprendre.** Montreal, Québec (Canadá): VLB, 1988.

RESTREPO, L. CARLOS. **El derecho a la ternura**. Satafé de Bogotá, D.C.– Colômbia: Arango Editores, 1994.

TURATO, E.R. **Tratado de metodologia da Pesquisa Clínico – Qualitativa**. Construção teórico– espistemológico, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis- RJ: Vozes, 2003.

A ANTROPOLOGIA FILOSÓFICO-TEOLÓGICA DE TOMÁS DE AQUINO: A UNIDADE SUBSTANCIAL DA ALMA E DO CORPO.

Erisson Roberto Monteiro da Silva[1]; **José Urbano de Lima Júnior** [2]

[1]Estudante do Curso de Licenciatura em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Mestre em Filosofia e Professor do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Ética e Política Medieval. E-mail: urbanojr@unicap.br.

Resumo

É na Suma Teológica, obra escrita em três grandes partes, que Tomás de Aquino melhor expressa a sua teoria sobre a unidade substancial do corpo e da alma. Na primeira parte dessa obra, mais especificamente nas questões 75 e 76, está o cerne de sua teoria sobre as relações do elemento espiritual, alma, com o material, corpo. O objetivo desta pesquisa, bem expresso no seu título, é compreender como se dá à relação alma e corpo, sem cair em dualismo ou materialismo reducionista. Assim, no desenvolver da pesquisa, utilizando o método da leitura analítico-comparativa com interpretação (hermenêutica), foi possível identificar que: o ser humano é um composto, formado de dois princípios distintos, um material e outro espiritual; embora distintos, esses princípios estão substancialmente unidos, ou seja, não há entre eles uma união apenas acidental; a alma está naturalmente inclinada a unir-se com o corpo e esse corpo é parte integrante da essência humana; ademais, a alma é o princípio vital e intelectual, sendo este o fator diferencial das demais espécies animais; é próprio da alma conhecer e a união com o corpo permite um maior conhecimento a partir das coisas sensíveis; a alma é subsistente, não morre com a corrupção do corpo, embora separados pela morte; a alma mantém em relação ao corpo o desejo de reunir-se, acontecimento esse possível a partir da ressurreição.

Palavras-chave: homem; dualismo; materialismo; conhecimento

Introdução

A antropologia constitui-se como o estudo do homem em sua existência, ação e relação com o mundo. Tomás de Aquino baseia-se nos pressupostos estabelecidos por Platão, Aristóteles, Agostinho, Averróis, entre outros, para formular o seu argumento filosófico-teológico da unidade alma e corpo. Nessa época, os debates sobre a constituição material e espiritual do ser humano eram intensos.

A questão 75, desenvolvida em sete artigos nos quais discorre sobre a natureza espiritual da alma, sua subsistência, incorruptibilidade e distinção em relação às almas dos irracionais e dos anjos. Na questão 76, com oito artigos, nos quais expõe seu entendimento sobre a forma como os dois elementos se unem, além de negar algumas teorias vigentes ao seu tempo.

Projeto: Ética e Política no pensamento patrístico-medieval. **Órgão Financiador:** PIBIC / UNICAP.

O Doutor Angélico parte do pressuposto de que a alma é o princípio vital. Afirma ele: “para conhecer a alma, deve-se partir do pressuposto de que ela é o primeiro princípio da vida dos seres vivos que nos cercam, pois aos seres vivos chamamos de animados e aos carentes de vida de inanimados”(AQUINO, Tomás de. S. Th I. Q. 75. Art. l). É possível identificar, neste estudo, que a alma sozinha não constitui a essência humana, o homem não é só alma, mas um composto de alma e corpo. Na conceituação dada pelo filósofo de Aquino, alma é a forma, enquanto que o corpo é a matéria; a primeira tem como operação própria conhecer, enquanto que o corpo é movido pela alma e a corporeidade oportuniza uma ampliação do conhecimento. Assim, os seres vivos, especificamente o homem, “tem a vida em ato primeiro pela sua alma, e a vida em ato segundo por suas operações, que emanam das faculdades vitais como de seus princípios imediatos” (HUGON, Pe. Édouard. 1998, p. 125).

A alma e o corpo, se tomados isoladamente, constituem substâncias incompletas, somente a união forma uma substância completa. “Se existissem separados, a substância intelectual e o corpo seriam espécies de gêneros diversos, mas unidos são princípios de um mesmo gênero” (LIMA JUNIOR, 2003, p. 464). Argumenta-se ainda que “a alma humana não tem como os anjos, o conhecimento naturalmente infuso, seu conhecimento é obtido a partir das coisas sensíveis e, evidentemente, por via dos sentidos. A alma humana possui não apenas a faculdade de entender, mas também a de sentir” (LIMA JUNIOR, 2003, p. 465).

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a teoria da unidade substancial da alma e do corpo na antropologia filosófico-teológica de Tomás de Aquino, evidenciando a superação do dualismo psicofísico e do materialismo reducionista. Além de conhecer os fundamentos metafísicos e teológicos que orientam a hierarquização dos seres na obra criacionista e identificar as qualidades próprias da alma humana.

Metodologia

De cunho bibliográfico, a pesquisa iniciou com a seleção de textos a serem estudados, entre eles do próprio Tomás de Aquino e de comentadores e, em seguida, foi feita a leitura com fichamento, apresentação e discussão dos mesmos junto ao professor.

O método utilizado foi sempre da leitura analítico-comparativa, procurando identificar a conceituação (terminologia) e objetividade do pensamento antropológico tomista, por meio da interpretação (hermenêutica).

O foco desta pesquisa são as questões 75 e 76 da parte I da Suma Teológica de Tomás de Aquino, que explicita ser o homem um composto de alma e corpo, argumento também identificado e refletido pelos comentadores estudados, entre eles o próprio orientador desta pesquisa.

Toda a análise feita sobre o título deste projeto foi apresentada e discutida com os membros do grupo de pesquisa Ética e Política Medieval. Por fim, construído o texto final da pesquisa.

Resultados e Discussão

Para o Doutor Angélico, o homem é um composto de alma e corpo, isto é, na ordem dos seres criados por Deus, este possui duas naturezas, uma material, o corpo, e outra espiritual, a alma.

A alma é o que vivifica os seres vivos. “Viver é mover-se por si mesmo, por uma operação que parte do sujeito e nele permanece, o desenvolve, o aperfeiçoa, o completa ou pelo menos o mantém na perfeição”, afirma Pe. Hugon (1998, p.121) baseado na filosofia tomista. Entretanto, Tomás estabelece uma diferença entre os seres vivos pela sua operação; a alma humana é incorruptível, une-se ao corpóreo como forma para apreender os sentidos que possibilitam maior conhecimento, enquanto que, no animal, a alma não possui operação própria, só existe como receptora da ação do sensível para reconhecer algo, não pensa e é corruptível. A alma humana é

diferente das demais por ser intelectiva e subsistente, ela possui a capacidade de inteligir (pensar) e existe em si mesma e por si mesma.
A alma, sendo subsistente e imaterial, é evidentemente imortal, não se corrompe com o fim do corpo. Tomás não pensou em instinto de morte, já que todo ser pensante deseja existir sempre.
Deve-se entender, ainda, que a alma é uma forma absoluta que está naturalmente inclinada a unir-se com a matéria; é uma substância intelectual composta de ato e potência.
A alma humana é entre as formas a mais nobre, por sua potencialidade de transcender a matéria. Matéria (corpo) e forma (alma) constituem uma unidade, de tal maneira que o ser de todo o composto é também o ser da mesma alma. Não existe nenhuma intermediação nesta união, acontece de imediato. Nessa relação alma e corpo, um outro fator complementar ao poder de conhecer, que tem a alma intelectiva, é o tato; "ao órgão do tato, é necessário, que seja intermediário entre os contrários que pode sentir, tais como o quente e o frio, o úmido e o seco, etc. Ele está em potência aos contrários e pode senti-los. Portanto, na medida em que o órgão do tato se aproximar mais dessa combinação média, nessa mesma medida o tato será mais refinado" (AQUINO, Tomás de. S. Th,. I. Q. 76. Art. 5).
Uma objeção que muito exigiu de Tomás foi saber se o princípio intelectivo se multiplica com a multiplicação dos corpos. Sabiamente, o Angélico afirmou ser impossível um único intelecto para todos os homens, logo, a alma multiplica-se com a multiplicação dos corpos; a ação intelectual entre os homens é distinguida pelas representações imaginárias, cada alma vê as coisas de maneira diferente, o fato de os homens serem seres individuais não os impede de conhecer. Cada parte do corpo vê as coisas de acordo com a sua importância e função. Pois, "haja um ou vários intelectos, o que se conhece é uma só coisa. Pois o que se conhece não está no intelecto por si mesmo, mas segundo sua semelhança. O conhecimento se faz pela assimilação daquele que conhece com a coisa conhecida, resulta que uma mesma coisa pode ser conhecida por vários" (AQUINO, Tomás de. S. Th. I. Q. 76. Art. 2). Poderia então se perguntar, onde está a alma antes de unir-se ao corpo? Contrariando o pensamento Platônico, de Plotino e outros, que afirmaram ter a alma existência anterior à união ao corpo, Tomás argumentará que a união da alma com o corpo acontece quando o corpo está disposto e não no instante da concepção, o processo seria o seguinte: "o embrião seria primeiro informado por uma alma vegetativa, em seguida por uma alma sensitiva, as quais prepariam o caminho para a alma humana, ..., e esta viria informar um organismo digno dela" (HUGON, Pe. Édouard. 1998, p. 136).
No estudo antropológico, a alma deve ser considerada como forma substancial e não acidental, pois é essa forma que fornece atualidade e realidade a tudo o que é corporal no homem, pois já afirmara Aristóteles ser a alma um "ato do corpo, de um corpo natural organizado que tem a vida em potência" e que essa potência não exclui a alma. Assim, a alma enquanto forma substancial se encontra toda inteira em cada parte do corpo pela totalidade.

Conclusão

Com esta pesquisa, conclui-se que a essência do humano é a unidade do composto, alma e corpo, e em nenhum momento isso representa dualismo por ser próprio da alma unir-se ao corpo. O dualismo é algo superado por Tomás e a unidade exclui o materialismo reducionista.
O intelecto é o fator diferencial entre o homem e os demais seres de sua espécie, sendo a operação própria do homem conhecer, ato que não pode ser exercido por um órgão corporal.
Deve ficar claro que a união forma e matéria é substancial e não acidental, a alma não se utiliza do corpo. Na atualidade, a discussão alma e corpo vem sendo destacada pelas descobertas das neurociências, a alma como foi aqui explicitada passa a ser reduzida agora a interações neurais e suas funções orgânicas explicadas a partir dessas interações. E se a visão antropológica de Tomás de Aquino era utilizada como paradigma crítico ao pensamento dos filósofos antigos e modernos

que reduziam a natureza humana à oposição radical entre alma e corpo, é ainda uma fonte que chama a atenção para que estas novas descobertas não recaiam no materialismo reducionista.

Agradecimentos

A Deus pela força; ao professor orientador, pela contribuição no desenvolvimento e crescimento filosófico; à Universidade Católica de Pernambuco, pela oportunidade de pesquisar em uma área um tanto desconhecida por muitos; e aos demais professores e amigos, pela caminhada intelectual já feita, particularmente no grupo de estudos.

Referências

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**.Trad. Aldo Vannucchi; et al. São Paulo: Edições Loyola, 2002. v. 2, parte I.(Questões 44-119)

HUGON, Padre Édouard. **Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino:** as vinte e quatro teses fundamentais. Trad. D. Odilão Moura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 318 p. (Coleção Filosofia nº 77)

LIMA JÚNIOR, José Urbano de. **A unidade substancial na antropologia de Tomás de Aquino**. In: Ângela Vaz Leão; Vanda O. Bittencourt (org.). Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais. Belo Horizonte: ABREM, 2003.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA FUNÇÃO NO CENTRO DE JUSTIÇA TERAPÊUTICA DE PERNAMBUCO*

Rodolfo de Araujo Bacelar[1] ; Mirian de Sá Pereira[2]

[1] Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: rodolfobacelar@hotmail.com
[2] Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa NUPESJ – Núcleo de Pesquisa e Estudos Sócio-Jurídicos. E-mail: mirian@unicap.br

Resumo

Estudar o Ministério Público como instituição incumbida de observar a ordem jurídica em defesa dos direitos da sociedade é o objetivo geral do trabalho que realizamos. Para compreender e melhor alcançar a função da instituição, consideramos necessário ir em busca de suas origens históricas no contexto das diferentes sociedades que nos antecederam. É importante identificar ao longo dos tempos a constituição e o desenvolvimento da instituição. O conhecimento do processo de formação do *Parquet* se realizou nas primeiras etapas do trabalho, com o levantamento das principais obras que tratam do tema. Das leituras realizadas fizemos uma verificação das formas originais que identificavam o Ministério Público, levando em conta a época em que tais procedimentos existiam. Apontamos também em nossa pesquisa a identificação de qual foi o tratamento dado ao Ministério Público nos textos constitucionais brasileiros desde 1824 até os nossos dias. O direito lusitano, do qual se desenvolveu a ordem jurídica brasileira, foi tratado com especial cuidado, buscando-se preservar sua importância histórica. Levando em conta ter sido a área penal a que originou a atuação mais efetiva do Ministério Público estando diretamente vinculada ao tema deste trabalho, o foco da investigação foi direcionado para ela. Escolhemos o Centro de Justiça Terapêutica como o espaço adequado para acompanhar a ação do *Parquet* no combate e prevenção aos crimes relacionados a entorpecentes. Como se trata de uma pesquisa empírica, o que implicou a busca de dados reais na realidade social, utilizamos entrevistas e questionários cujas informações estão sendo analisadas nesta fase do projeto.

Palavras-chave: Ministério Público Social; Entorpecentes; Combate e Prevenção; Tratamento Terapêutico.

Introdução

O papel desenvolvido pelo Ministério Público no combate e prevenção dos crimes relacionados a substâncias entorpecentes justifica-se pela maneira incontrolável com que o uso dessas substâncias vem-se expandindo e, principalmente, pela desproporção observada entre o poder do tráfico e a desestruturação do poder público oficial.
Com o advento da Constituição Federal de 1988, a qual deu ao Ministério Público o perfil de

* **Projeto:** Ministério Público: Discurso e Prática. Uma Pesquisa Empírica. **Órgão financiador:** Programa Institucional de Base de Iniciação Científica. PIBIC-UNICAP

órgão autônomo, o *Parquet* libertou-se dos grilhões que o escravizavam aos interesses dos governos e dos governantes, passando a atuar em "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis." (art. 127, *caput*, CF/88).

O combate à criminalidade, exercido hoje pelo Ministério Público, não se dá apenas com ações repressivas, ao contrário de sua antiga característica (exclusiva) de acusador criminal, mas também com ações preventivas, que visam à recuperação do infrator, através de tratamento adequado para cada tipo de caso, de modo que, ao cumprir sua pena, o infrator se veja livre da causa que o levou a delinqüir e, sobretudo, livre das seqüelas advindas do sistema carcerário brasileiro.

A problemática das drogas, na atual conjuntura social brasileira, juntamente com a desestruturação do sistema penitenciário nacional, o qual não dá condições de uma real ressocialização do preso, foi que fez surgir o Centro de Justiça Terapêutica, para que, nos casos de ser preso um infrator usuário de drogas, dependendo das circunstâncias do crime, este seja submetido a um tratamento que provoque mudança no seu comportamento, fazendo com que o mesmo perceba o caráter negativo de sua conduta e se conscientize do mal causado. É improdutivo jogá-lo em um dos presídios ou penitenciárias do Estado, onde estaria "livre" para ter acesso, mais facilmente, às drogas, aumentando sua dependência química, bem como "aperfeiçoando-se" na arte da delinqüência.

Já afirmava, em 1763, o insigne jurista italiano Césare Beccaria que "entre as penalidades e no modo de aplicá-las proporcionalmente aos delitos, é necessário, portanto, escolher os meios que devem provocar no espírito público a impressão mais eficaz e mais durável e, igualmente, menos cruel no corpo do culpado". (BECCARIA: 2001).

É nessa idéia, apresentada pelo "Marquês de Beccaria", que calcamos nosso estudo, fazendo a ligação entre o Ministério Público e o Centro de Justiça Terapêutica, por se tratar de uma instituição voltada à recuperação e ressocialização do infrator usuário de drogas.

A justiça terapêutica nasceu para empregar um novo paradigma: retirar o dependente do sistema de encarceramento para o de tratamento, através de um conjunto de medidas no objetivo de possibilitar que infratores de menor potencial ofensivo (usuários e dependentes) de drogas entrem e permaneçam em tratamento, modificando seus anteriores comportamentos delituosos para comportamentos socialmente adequados, com menor dano possível à sua integridade emocional, física e comportamental mediante procedimento previsto no artigo 89 da Lei n.º 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais).

Face ao descaso do Estado na prestação da assistência médico-terapêutica necessária, inclusive garantida por lei, aos usuários de drogas, e à total impossibilidade de o sistema penitenciário nacional promover a real ressocialização do preso, é que se justifica o presente estudo, uma vez que, sendo o Ministério Público, hoje, defensor dos interesses da sociedade, não deve afastar-se do seu papel, promovendo a justiça para o bem-estar coletivo.

A pesquisa, ainda em andamento, objetiva verificar, na realidade fática, se a atuação do Ministério Público no Centro de Justiça Terapêutica satisfaz às necessidades sociais.

Metodologia

Utilizamos os métodos e as técnicas de investigação da Sociologia do Direito para encontrar na realidade prática como se dá a atuação do Ministério Público junto ao Centro de Justiça Terapêutica, bem como verificar qual a impressão que essa atuação produz na sociedade, tendo em vista que a Sociologia do Direito, hoje, é centrada na questão de saber qual é o lugar e a função das instituições e das regras jurídicas na sua relação com o conjunto do sistema social (ARNAULD; DULCE: 2000).

Num primeiro momento, realizamos um levantamento bibliográfico, no intuito de obter um

bom aporte teórico acerca do tema. Procuramos, também, identificar o surgimento do Ministério Público até sua conceituação atual. Sempre buscando entender como se dá a sua atuação no Centro de Justiça Terapêutica.

A parte empírica da pesquisa foi iniciada com aplicação de entrevistas aos membros do Ministério Público que exercem seu mister nessa área, bem como aos membros do Centro de Justiça Terapêutica, e com a aplicação de questionário aos usuários de drogas que são submetidos ao tratamento oferecido pelo Centro de Justiça Terapêutica, visando à compreensão de como se dá o relacionamento entre essas duas instituições, os meios como suas atividades se relacionam e como o tratamento oferecido é recebido pelo usuário.

Com base nos dados obtidos na pesquisa empírica e com o desenvolvimento de um pensamento crítico, de um raciocínio indutivo-científico, levantaremos hipóteses em busca de formar novas idéias sobre o tema tornando, a realidade fática dos usuários de substâncias entorpecentes mais compreensível e, possivelmente, indicando soluções para o problema do usuário-infrator.

Resultados e Discussão

A pesquisa, ainda em andamento, tem como proposta o direcionamento da atuação do Ministério Público, hoje concebido como defensor da sociedade, no Centro de Justiça Terapêutica, considerando a importância dos trabalhos oferecidos pelo Centro em face da gravidade dos crimes que mantêm relação com o tráfico de entorpecentes.

Dos estudos até aqui realizados constatou-se, que na legislação vigente, relacionada ao tema da pesquisa (Lei n.º 6.368/76, Lei n.º 9.099/95 e Lei n.º 10.409/02), já existem mecanismos que podem ser utilizados no sentido de se oferecer a aplicação de medidas profiláticas quanto aos casos de uso de substâncias entorpecentes, tais como a transação penal e a substituição de penas. Assim, havendo meios legais vigentes que podem proporcionar a aplicação de penalidades mais condizentes com os anseios sociais, resta verificar, no decorrer do presente estudo, se tais meios vêm sendo utilizados e como são utilizados pela instituição em análise. fazendo, dessa maneira, que a lei tenha uma aplicação em harmonia com a justiça, pois “a finalidade das penalidades não é torturar e afligir um ser sensível, nem desfazer um crime que já está praticado” (BECCARIA: 2001), mas produzir no apenado o sentimento de arrependimento do mal que fez e não de produzir nele um sentimento de revolta por receber um castigo além do merecido.

Conclusões

Dos estudos realizados e com os dados obtidos até o presente momento, percebemos que o Centro de Justiça Terapêutica traz um modelo alternativo ao precário modelo atual de imposição de penas, enquanto que o *Parquet*, com seu novo perfil constitucional, adota uma posição de real defensor dos interesses da sociedade, atuando no sentido de zelar pelos direitos individuais e coletivos e pela observância dos princípios constitucionais, notadamente, o da dignidade da pessoa humana.

O Ministério Público, justamente por apresentar-se como órgão incumbido de velar pelos interesses da sociedade, é que merece destaque neste estudo. É nosso interesse constatar se a atuação do Ministério Público produz repercussão por sua atividade na diminuição do número de infratores. O Centro de Justiça Terapêutica é a entidade que recebe os usuários-infratores para cumprirem o tratamento como alternativa à pena pela transgressão praticada.

O nosso trabalho pretende verificar se a integração das atividades do Ministério Público com as do Centro de Justiça Terapêutica produz, na realidade, mudança significativa no comportamento do usuário-infrator que recebe o tratamento. Na verdade, conhecemos o discurso formal das suas instituições, o que nos interessa é saber se elas realizam o que delas espera a sociedade.

Agradecimentos

Ao PIBIC - UNICAP, pela oportunidade concedida; a Thiago, colega de projeto; aos meus pais, pelo apoio.

Referências

ARNAULD, André-Jean; DULCE, Maria José Farinas. **Introdução à Análise Sociológica dos Sistemas Jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BECCARIA, Césare. **Dos Delitos e Das Penas**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BRASIL. Constituição, 1998. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2003.

SOUTO, Cláudio; SOUTO, Solange. **Sociologia do direito: uma visão substantiva.** 3. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS.

Thiago Litwak Rodrigues de Souza[1]; Mirian de Sá Pereira[2].

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da UNICAP;
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas da UNICAP, Participante do Grupo de Pesquisas e Estudos Sociojurídicos da UNICAP, e-mail: **mirian@unicap.br**

Resumo

O presente trabalho tem por escopo estudar a atuação do Ministério Público junto às pessoas portadoras de deficiência física, possibilitada pela Constituição Federal de 1988, que ampliou significativamente o rol de atribuições do *Parquet*, instituição, agora, independente e autônoma, responsável pela defesa da sociedade. Primeiramente, fizemos um levantamento bibliográfico do tipo exploratório, descrevendo as origens históricas do Ministério Público e as principais características do Ministério Público brasileiro. Em seguida, passamos a analisar a questão da deficiência, verificando a relação existente entre o Ministério Público e os deficientes físicos. Analisando a legislação brasileira vigente, percebemos uma acentuada evolução no tratamento das pessoas portadoras de deficiência, sem que, contudo, sua eficácia, em alguns casos, tenha sido alcançada. O papel social do Ministério Público, apesar dos avanços, ainda carece de acertos, esbarrando em alguns empecilhos. Todavia, a prática vem provado que, em futuro próximo, as ações do Ministério Público na defesa dos direitos dos deficientes físicos atingirão elevado grau de eficiência.

Palavras-Chave: ministério público social; interesses difusos e coletivos; portadores de deficiência; tutela ministerial.

Introdução

O Ministério Público, tradicionalmente considerado "Órgão de Acusação Criminal, auxiliar do Judiciário; subordinado ao Executivo", adquiriu, com a Constituição Federal de 1988, o *status* de Órgão independente e autônomo, função essencial à Justiça, situado fora da estrutura dos demais poderes da União.

Suas funções institucionais foram significativamente ampliadas, passando o *Parquet*, sem prejuízo de suas atribuições primordiais, a exercer "*a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*" (art. 127, *caput*, CF), objetivando, eficazmente, a realização dos valores estatais.

O atual posicionamento do Ministério Público possibilita-o desempenhar a defesa da ordem democrática, dos direitos coletivos e dos direitos personativos; ou seja, patrocinar a defesa da sociedade e de seus interesses. Assim, assumido o papel de defensor da sociedade, compete a

Projeto: Ministério Público: discurso e prática. Uma pesquisa empírica. **Órgão Financiador:** PIBIC-UNICAP.

essa "nova" instituição atuar na proteção dos valores e direitos consagrados na Constituição, consolidando-se, enfim, como Instituição, exercendo suas atribuições, altruisticamente, em prol da sociedade; perseguindo soluções que correspondam aos anseios sociais e à concretização dos ideais de uma cidadania plena.

É sabido que vivemos em uma sociedade essencialmente injusta, marcada por fortes desigualdades, exemplificadas com a discriminação sofrida pelas chamadas "minorias", na qual se enquadram os deficientes físicos, diuturnamente impedidos de viverem com dignidade, por lhes faltar assistência governamental e plena proteção a seus direitos.

Falar-se em direito do deficiente físico é reconhecer que essa categoria necessita de proteção, cabendo, também, ao Ministério Público defendê-lo, como hipossuficiente, assegurando-lhe o respeito à sua dignidade como pessoa humana e defendendo os direitos que a legislação lhe concede.

Deve, pois, o Ministério Público, empenhar-se na concretização dos direitos fundamentais dessas pessoas. Essa atuação forte e precisa resultará na promoção da justiça, tornando eficazes os fundamentos e objetivos da nossa República, que visa ao respeito à dignidade da pessoa humana; à criação de uma sociedade livre, justa e igualitária; reduzindo-se as desigualdades sociais; eliminando-se os preconceitos e toda e qualquer forma de discriminação.

Metodologia

Para o eficaz desenvolvimento deste trabalho, fez-se necessário, primeiramente, um levantamento bibliográfico do tipo exploratório, consultando as principais interpretações doutrinárias dos estudiosos do assunto, a fim de obter uma melhor familiarização com o tema proposto e orientar nossas posições futuras.

A partir daí, de posse do conteúdo geral, ainda na linha exploratória, retomamos, no espaço e tempo da sociedade, os registros primeiros do surgimento e evolução institucional do Ministério Público. Logo em seguida, identificamos as origens históricas do Ministério Público brasileiro e, analisando todas as Constituições que já vigoraram em nosso país, apontamos suas principais características e a forma como se deu o desenvolvimento da instituição até atingir seu atual perfil.

Com base nesse perfil, dissecamos o neófito texto constitucional, analisando as funções, os princípios institucionais, bem como as garantias e vedações referentes ao Ministério Público brasileiro.

Nesse contexto, tomando por base o tema escolhido para o presente trabalho, ativemo-nos à função prevista no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, interpretando-a extensivamente, a fim de alcançar, especificamente, o desenvolvimento das atividades relacionadas à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Num primeiro momento, realizamos um estudo sucinto e teórico sobre a questão da deficiência. Analisamos, logo após, a fundamentação constitucional dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, alicerçando-a no princípio da isonomia. E, por fim, identificamos a relação existente entre o Ministério Público e a pessoa portadora de deficiência, discorrendo sobre os diversos modos de atuação, judicial ou não, desse órgão, na proteção dos direitos de tais pessoas.

Ao final, por ser aspecto imprescindível ao presente trabalho, realizamos uma pesquisa empírica para o tema em questão, acompanhando algumas ações ajuizadas, destinadas à integração social e respeito aos direitos das pessoas portadoras de deficiência física; apontando, na prática, através de entrevistas, o relacionamento do Ministério Público, com os deficientes físicos e com os demais órgãos e instituições que atuam, especificamente, nessa área; além de, ainda, verificar de como vem sendo exercida a fiscalização dos estabelecimentos destinados ao abrigo das pessoas portadoras de deficiência.

Resultados e Discussão

A legislação brasileira já evoluiu bastante no tocante à proteção das pessoas portadoras de deficiência.

A Constituição Federal de 1988, em obediência ao seu espírito cidadão, foi o marco significativo no tratamento especial dispensado às pessoas portadoras de deficiência. Vários são os dispositivos nela contidos relativos a tais pessoas, dando-lhes a necessária proteção e garantindo-lhes direitos.

Complementando e dando continuidade a esses dispositivos constitucionais, várias leis infraconstitucionais surgiram posteriormente, objetivando efetivar o pleno exercício dos direitos assegurados aos deficientes físicos.

Apesar de tantas inovações legais, a eficácia desses preceitos normativos não foi atingida por completo, haja vista a realidade de nosso país, na qual os direitos só são cumpridos, em sua grande maioria, compulsoriamente, raramente de forma voluntária, espontânea.

Nesse contexto, insere-se o Ministério Público, notório defensor da sociedade, para defender e assegurar às pessoas portadoras de deficiência o preceituado pela legislação vigente.

À vista dos dados empíricos coletados, verifica-se que o Ministério Público vem atuando positivamente na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, contudo, para que o seu papel social seja plenamente consolidado, ainda falta superar alguns óbices.

O governo, já que se mostra impotente nessa área, haja vista possuir outras e mais importantes prioridades sociais, deveria conceder aumentos à dotação orçamentária destinada ao Ministério Público, a fim de que essa instituição suprisse tanto a ausência governamental, quanto a insuficiência de meios que o próprio órgão possui e, nesse aspecto, poderia nomear mais Promotores de Justiça para atuar nessa área; promover a capacitação dos membros antigos para essa neófita função; ou, ainda, integrar a instituição com entidades assistenciais e com as próprias pessoas portadoras de deficiência.

Os dados obtidos até o momento, em consonância com o acompanhamento prático da questão, porém, torna-nos otimista com relação à superação dessas barreiras, pois o espírito dos membros do Ministério Público está engajado e impulsionado a, mesmo contrariando a falta de incentivos, superar todas as dificuldades, e, de uma vez por todas, afirmar a instituição que compõe como real defensora da sociedade civil.

Destarte, temos consciência de que, em breve, a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência, no que depender do Ministério Público, deixará, como vem ocorrendo, de ser letra morta nos dispositivos legais, para se tornar realidade, alcançando-se, ao menos, um dos objetivos fundamentais da República Federativa de nosso país.

Conclusões

A legislação brasileira já evoluiu bastante no tocante à proteção das pessoas portadoras de deficiência. Todavia, a eficácia dessas normas, em alguns casos, não foi inteiramente alcançada.

A configuração do novo papel social do Ministério Público, não obstante os notórios, louváveis e irrefutáveis avanços alcançados pela instituição no combate à exclusão social das pessoas portadoras de deficiência física, ainda precisa ser plenamente concretizado.

A real afirmação do Ministério Público Social ainda esbarra em alguns empecilhos, dentre os quais se destaca a falta de apoio governamental com relação ao aumento da dotação orçamentária do Ministério Público; a insuficiência de meios e a falta de planejamento e/ou de integração de alguns membros do Ministério Público nas ações em defesa da pessoa portadora de deficiência. Contudo, a experiência prática vem demonstrando que essas barreiras vêm sendo paulatinamente superadas.

Dando continuidade à capacitação dos antigos membros do Ministério Público para atuação nessa área; estimulando-se ainda mais a parceria do Órgão ministerial com as entidades de apoio às pessoas portadoras de deficiência, a aproximação da instituição com tais pessoas. Será só uma questão de tempo para que as ações do Ministério Público na defesa dos direitos dos deficientes físicos atinjam alto grau de eficiência, cujos resultados promoverão a inclusão social dessas pessoas.

Agradecimentos

Sou eternamente grato à Universidade Católica de Pernambuco, pelo louvável programa de iniciação científica; ao colega Rodolfo, pelo companheirismo no desenrolar da pesquisa; e, ainda, aos membros e funcionários do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Referências

BRASIL. Constituição, 1998. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Rideel, 2003. 305p**.**

BRASIL. Constituições. **Constituições do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1986. 726p.

CARVALHO, Ruth Lies Scholte (org.) et al. **Manual prático do promotor de justiça.** Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

LYRA, Roberto. **Teoria e prática da promotoria pública.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1989. 272p.

MAZZILI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do ministério público.** São Paulo: Saraiva, 1993. 290p.

_____. A defesa dos interesses difusos em juízo. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional. 11**. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 836p.

ROCHA, José de Moura. **Das origens do ministério público.** Rio de Janeiro, 1971. 32p.

SAUWEN FILHO, João Francisco. **Ministério público brasileiro e o estado democrático de direito.** Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 254p.

ABORTO: SOFRIMENTO OU DESCASO?[1]

Amanda Marques Duque[1]; Prof. Dr. Sergio Sezino Douets Vasconcelos[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia de Ciências Humanas – CTCH;
[2]Professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião do Centro de Teologia e Ciências Humanas – CTCH, Participante do Grupo de Pesquisa Fé e Cultura Urbana. douets@unicap.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a complexidade do aborto, na apresentação do quadro geral da sua prática, além da contextualização das motivações sociais e psicológicas, e a perspectiva da mulher que o pratica, composto por um breve conceito das fundamentações da bioética, que facilitará a compreensão de tema tão polêmico. O contexto do pluralismo é de extrema relevância, como a saúde física e mental da mulher, diante das diversas faces culturais. A metodologia utilizada consistiu numa pesquisa bibliográfica e interpretativa. De acordo com os resultados obtidos, verifica-se o quanto comprometida é a saúde da mulher e quão grande é o seu sofrimento psíquico e biológico no que concerne à prática do aborto, visto que a legislação brasileira aceita a sua prática, salvo em duas hipóteses. Além das motivações e causas que levam a sua prática, e o ponto de vista teológico moral.

Palavras-chave: bioética; código penal; teologia moral.

Introdução

O tema ao qual se propõe a pesquisa que segue não é apenas delicado e profundo, mas, acima de tudo, fala da necessidade humana de respeito à vida, em toda a sua complexidade presente e futura.

O aborto não é um problema a que possa se possa chegar, de forma rápida, a uma resposta direta e objetiva, pois, olhando através deste, abre-se, diante de nossa consciência, um prisma de questões que o tornam um assunto de temáticas teológica, ética, biomédica, social e até mesmo filosófica, pois, diante dele, não há como deixar de questionar radicalmente a existência humana.

A bioética discute, elabora e oferece os princípios éticos sobre o comportamento humano, faz reflexões sobre o direito à vida, ao começo e ao término da mesma, além da orientação e aperfeiçoamento de profissionais das áreas de saúde e de humanas. Portanto, visam a solucionar os conflitos morais ligados às necessidades de todas as pessoas. De acordo com Tristam e Engelhardt, em seu livro *"Fundamentos da bioética"*, "o início da vida biológica não é início de vida como pessoa (...) vivem-se meses de vida biológica antes que haja prova da vida da mente."

Desse modo, o nosso trabalho não quer definir se o aborto é certo ou errado e em que situação pode ou não ser realizado, mas libertá-lo de preconceitos, vendo-o além do estigma. Tentar chegar ao cerne da questão, ao núcleo instintivo humano que nos dá o livre-arbítrio e a

[1] **Projeto:** Ética Cristã. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP

consciência do bem e do mal. Esta pesquisa visa, também, a um diálogo transdisciplinar entre a bioética e a Teologia Moral Católica, buscando apresentar elementos que possam contribuir no debate atual, levando em consideração a realidade das mulheres envolvidas, a partir de dados colhidos sobre a realidade da prática de abortos e da complexa constelação das suas motivações.

Para a Teologia Moral, o começo da vida humana se dá desde a concepção e que o ato do aborto é considerado um homicídio, de acordo com a lei de Deus do mandamento "não matarás". Além dessas questões, a doutrina cristã afirma que não cabe à ciência biológica decidir sobre as questões morais e filosóficas, pois não é da sua competência a decisão quanto ao momento do surgimento da pessoa humana na sua integralidade. Por outro lado, redes feministas como as "Católicas pelo Direito de Decidir", em seu livro *"Aborto legal: implicações éticas e religiosas"*, além das autoras como Batista e Laranjeira, em seu livro, *"Aborto: desafios da legalidade."* do S.O.S. Corpo, entre outras –, lutam pela legalização do aborto, partindo da situação social e econômico da mulher não vendo contradição entre a sua postura ética e a fé cristã, buscando apenas o direito de escolha do livre arbítrio no que concerne a essa questão.

Porém, no Brasil, só é permitido o aborto com os amparos legais salvo duas situações: a primeira, para salvar a vida da mãe e, a segunda, quando a gravidez é resultado de um estupro. Sendo assim, na ótica jurídica, aborto é a interrupção da gravidez em qualquer fase da gestação, podendo ser espontâneo ou provocado. Afinal, de acordo com os autores Bacha e Grassioto, em seu artigo *"Aspectos éticos das práticas do aborto clandestino"*, argumentam que as leis são mutáveis e que não há um consenso em relação à questão da interrupção da gestação. É lícito, segundo elas, supor que o aborto deve ser muito menos um problema legal e muito mais uma questão filosófica, de convicção moral e religiosa, de saúde e de direitos da mulher.

Desse modo, a pesquisa não mostra uma coletânea de dados estatísticos sobre a problemática ética da legalização ou não da prática do aborto. Partimos de dados da situação concreta das mulheres neste processo, nos contextos social, econômico e cultural, buscando analisar a complexidade que envolve, para as mulheres comprometidas, a decisão de uma interrupção ou não da gestação de uma criança, que não consiste de ideais abstratos e universalizantes e, muitas vezes, descontextualizados, não conseguem contribuir para uma discussão séria e frutífera que envolve, na sua grande maioria, uma situação complexa e dolorosa para as pessoas atingidas.

Diante disso, a finalidade do presente estudo resulta na contribuição à discussão ética na sociedade atual, utilizando-se da bioética, na busca dos aspectos relevantes a esta problemática. Na contribuição de um diálogo transdisciplinar, a partir das motivações e dos desafios das mulheres atingidas no processo, buscando evitar uma discussão comum que não leve em conta a contextualidade na qual o tema deve ser abordado.

Metodologia

A modalidade metodológica da pesquisa teve um caráter bibliográfico e interpretativo, constando da leitura, sistematização, análise de livros, textos, pesquisas científicas, periódicos e ensaios que proporcionam a fundamentação teórica do tema proposto.

Resultados e Discussões

Não são conhecidos em números reais e concretos os números de abortos no Brasil, visto que seu fracasso é resultado da sua ilegalidade. A tabela a seguir mostra o número de óbitos e internações hospitalares ocorridos na região Nordeste, mesmo que sejam poucos esclarecedores esses dados, os eles mostram a realidade dessas mulheres.

TABELA 1 – NÚMERO DE INTERNAÇÕES E ÓBITOS HOSPITALARES COM DIAGNÓSTICO DE ABORTO NO SUS, NA REGIÃO NORDESTE EM 2000.

Região Nordeste	Nº de Internações no SUS	Nº de Óbitos Hospitalares
Maranhão	3.937	1
Piauí	6.286	0
Ceará	14.001	1
Rio Grande do Norte	3.136	0
Paraíba	1.892	0
Pernambuco	14.185	1
Alagoas	4.971	0
Sergipe	5.274	8
Bahia	32.271	8

Fonte: *Dossiês: aborto inseguro, 2001.*

Por conseguinte, vê-se que a falta de assistência médica leva a probabilidade maior na causa de morte materna. De tal modo que a qualidade, o atendimento e as informações são precárias, pois a clandestinidade está ligada à subinformação nessas causas quando se chegam aos hospitais.

A opção em realizar um aborto representa para a mulher uma situação profunda e intensa de conflitos entre o desejo de gerar ou não uma criança e as condições reais para a sua criação. Pois, muitas vezes, é um momento de solidão vivido somente por ela, gerador dúvidas, medos, angústias, culpas, ansiedades, insegurança, punição, comprometimento da auto-estima, deixando, assim, seqüelas físicas e psicológicas para o resto da vida.

Conclusão

Conclui-se que a Bioética se preocupa com a ética da vida, com o objetivo na defesa da qualidade de vida humana. Saber quando surge a existência humana, é um campo complexo e contraditório na discussão atual.

Porém o Código Penal Brasileiro considera a sua prática ilegal, salvo algumas situações discutidas no presente estudo, contribuindo, assim, ainda mais, para um alto índice de aborto clandestino, que, segundo estimativas, chega a cerca de 1,5 milhões em todo o Brasil.

Verifica-se, também, que grande parte da discussão na bioética e na Teologia Moral Católica não leva suficientemente em conta as circunstâncias psicológicas além das motivações que levam tantas mulheres a tomarem essa difícil decisão.

Além da sua complexidade, o tema analisado necessita de uma maior contextualização na sua abordagem ética e teológica, buscando libertar-se da sua tendência argumentativa abstrata e puramente conceitual para que sejam possíveis, na sua discussão, aspectos que levem em conta a complexa rede de motivações e conflitos a partir das mulheres envolvidas.

Percebemos que é de grande importância, na continuação deste debate, a contribuição sempre maior de outras ciências, provocando assim uma discussão transdisciplinar, que favoreça sempre mais o amadurecimento desta questão tão relevante para a bioética e a Teologia Moral cristã.

Agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Sérgio Sezino Douets Vasconcelos, a Universidade Católica de Pernambuco e ao PIBIC-UNICAP, a Fábio Azevedo, ao SOS Corpo e a Gestos que facilitaram muito em minhas pesquisas e aos meus pais.

Referências

BACHA, Â. M.; GRASSIOTO, O. M. **Aspectos éticos das práticas do aborto clandestino.** Banco de Dados. Disponível na Internet. Http:://www.cfm.org.Br/revbio.htm. Acesso em: 31 de out. 2003.

BATISTA, C.; LARANJEIRA, M. (Org.). **Aborto:** desafios da legalidade. Recife: Cadernos S.O.S. Corpo, 1998. v. 2.

CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. Banco de dados. Disponível na internet. Http://www.vatican.va/. Acesso em: 20 de abr. 2004.

ENGELHARDT, Jr.; TRISTRAM, H. **Fundamentos da bioética.** São Paulo: Loyola, 1998.

PEREIRA, I. G. *et al*. **Aborto legal:** implicações éticas e religiosas. São Paulo: [S.1.], 2002.

[1] A COMPREENSÃO DE LEITURA PELO INDIVÍDUO AFÁSICO: UM ENFOQUE DA TEORIA DA LÓGICA MENTAL

Wadna Ferreira Gomes[1]; Bianca Arruda Manchester de Queiroga[2].

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, participante do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem. E-mail: wadna_gomes@yahoo.com.br; bianca@unicap.br

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar as conseqüências da afasia em níveis cognitivo e lingüístico. A metodologia utilizada foi à aplicação de dezesseis problemas na forma de pequenas histórias (narrativas escritas) a um indivíduo afásico, de 48 anos, de sexo feminino, com escolaridade de nível superior, com hábitos de leitura e cuja hipótese diagnóstica foi de afasia de expressão. A tarefa foi realizada individualmente e o experimentador explicou ao participante que, ao final da leitura de cada história, haveria uma pergunta, a qual ele deveria responder "certo" ou "errado". De um modo geral, o grau de dificuldade foi baixo, pois o mesmo teve um bom desempenho em compreender as narrativas com a possibilidade de ler novamente dependendo de sua necessidade. Pôde ser percebido que, apesar da dificuldade de falar, o sujeito teve uma boa compreensão das narrativas. No entanto, no que se referiu à decodificação, o mesmo apresentou uma certa dificuldade de realizar a junção das palavras para formar uma estrutura frasal ou textual. Confrontando os resultados desse teste com as demais bolsistas, foi possível observar que a participante teve uma maior dificuldade nas tarefas de narrativas, tanto oral como escrita, do que na de silogismo.

Palavras-chave: afasia; cognição; linguagem.

Introdução

Desde o final do século XIX, a afasia tornou-se uma entidade clínica bem definida e os estudiosos que se interessavam por ela já descreviam o essencial de sua tipologia.
Nos últimos anos, dois sistemas de classificação importantes se destacaram por obter um certo grau de aceitação clínica. São eles: o Sistema de Classificação de Afasia de Boston e o Sistema de Classificação de Afasia de Luria (1970). A classificação de Boston tem sido amplamente aceita e utilizada até hoje, por ser uma classificação que abrange todos os tipos de lesões cerebrais. Mac-Kay (2003), por exemplo, utiliza e descreve esse sistema de classificação. Segundo a autora, existem oito síndromes de afasia clinicamente observáveis. A afasia de Broca é caracterizada pela produção de fala não-fluente e pelo empobrecimento da capacidade de repetição. A compreensão auditiva, porém, é relativamente mantida. A produção da fala é vagarosa, exige esforço, e é muitas vezes acompanhada por distúrbios motores da fala (apraxias e/ou disartrias). Na afasia de Wernicke, a característica mais importante apresentada pelo sujeito é uma deficiência na

[1] **Projeto:** Aspectos Cognitivos da Linguagem nas Afasias. **Órgão Financiador:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco

compreensão da linguagem. Conseqüentemente, esses pacientes têm problemas para entender o que lêem e o que ouvem. O maior problema para alguns afásicos de Wernicke está na compreensão de palavras faladas (surdez verbal), enquanto que, para outros, a maior dificuldade está na compreensão de palavras escritas (cegueira verbal). A afasia de condução caracteriza-se por uma deficiência da repetição desproporcional em relação à fala espontânea e à compreensão oral e escrita. Na afasia global, ou total, todas as funções importantes de linguagem estão seriamente deficientes, incluindo os componentes expressivos e receptivos da linguagem. A afasia transcortical motora se caracteriza por uma acentuada redução na quantidade e complexidade da fala espontânea com preservação da capacidade de repetir. A afasia transcortical sensorial caracteriza-se por deficiência da capacidade de compreensão em conjunto, com preservação da repetição e uma produção de fala fluente. A afasia de isolamento (afasia transcortical mista) é uma síndrome rara, caracterizada por capacidade de repetição preservada, em associação com uma acentuada redução da fala espontânea e deficiência da compreensão da linguagem. A afasia anômica é uma forma de afasia comum em que o paciente tem uma pequena dificuldade expressiva ou receptiva. A leitura e a escrita estão preservadas, na maioria dos casos. Segundo Coudry (1988; p. 05), “a afasia se caracteriza por alterações de processos lingüísticos de significação de origem articulatória e discursiva produzida por lesão focal adquirida no SNC, em zonas responsáveis pela linguagem, podendo ou não se associar a alterações de outros processos cognitivos”. De acordo com Mac-Kay (2003), a afasia em si não e uma doença, mas um sintoma complexo relacionado a uma desordem neurofisiológica que envolve os mecanismos cerebrais. O distúrbio de linguagem pode ser acompanhado de modificações no comportamento, nas esferas intelectuais e emocionais, nas atitudes e na personalidade. Também é inegável a influencia dos hábitos, experiências, educação e inteligência do paciente na manifestação dos sintomas. A partir das classificações e definições de afasia, é possível estabelecermos uma íntima relação entre as áreas de funcionamento do cérebro, linguagem e cognição. Cognição é o processo através do qual o mundo de significados tem origem, concentrando-se no processo de conhecimento e não na mera resposta a estímulos, atribuindo significados à realidade em que se encontra, além de analisar os processos que intervêm entre o estímulo e o comportamento. É preciso que o cérebro esteja saudável para que possamos falar, escrever, ler, compreender, fazer contas, realizar inferências e, algumas vezes, até mesmo emitir sons. O que acontece é que os impulsos cerebrais não estão organizando-se adequadamente para que o indivíduo possa falar. Ele também não compreende bem o que se fala, embora não esteja surdo. As palavras ditas ficam parecendo um amontoado de sons como, por exemplo, quando ouvimos uma língua estrangeira. Portanto, o indivíduo afásico pode ouvir e não compreender. Essa dificuldade pode também estender-se à leitura, à escrita, à matemática e à lógica. Teóricos têm demonstrando que a habilidade de raciocínio lógico está intimamente relacionada à linguagem (e.g. Cordeiro, 2003; Dias, 2003; O’Brien, 1998; Roazzi, 2003). Essa afirmação tem como pressuposto que a linguagem é formada por partículas lógicas e quantificadores que estão à serviço do pensamento lógico, sendo estes um formato representacional de estruturas lógicas presentes na mente humana. No sujeito afásico, não só a linguagem, mas as habilidades cognitivas podem estar comprometidas. Dependendo do grau e tipo da lesão, é possível que a habilidade de raciocinar logicamente esteja comprometida em graus diferentes, ou seja, dependendo da forma (oral ou escrita) e o contexto (silogismo ou narrativa) em que o problema lógico seja apresentado. Portanto, interessa-nos investigar de que forma se estabelece a relação entre lógica e linguagem, considerando a lesão do sujeito afásico deste estudo.

Metodologia

Foram aplicados 16 problemas de narrativas escritas a um sujeito afásico de 48 anos, do sexo feminino, com escolaridade de nível superior, com hábitos de leitura e cuja hipótese diagnóstica

era de Afasia de Expressão, por causa de um AVC gerado por problemas pessoais e profissional que debilitou a sua saúde. O material de teste consistiu de uma tarefa de narrativa escrita. A tarefa foi formada por dezesseis problemas na forma de pequenas histórias. Em cada conjunto, houve quatro histórias controle, sendo todas as histórias constituídas de duas ou três afirmações e uma conclusão. O participante deveria decidir se a conclusão estava certa ou errada. A tarefa de narrativa foi realizada individualmente, sendo apresentada por escrito pelo experimentador. Tarefa de Narrativa escrita: Nesta tarefa, o experimentador explicou ao participante que ele deveria ler pequenas histórias e que ao final de cada história haveria uma pergunta a qual ele deveria responder "certo" ou "errado". Caso, o participante não tivesse êxito nestes exemplos, seria dada uma nova instrução. As respostas do participante foram anotadas em um protocolo individual.

Resultados e Discussão

De um modo geral, o grau de dificuldade na tarefa de narrativa escrita foi baixo, pois o sujeito teve um bom desempenho na compreensão das narrativas, já que havia a possibilidade de ler novamente dependendo de sua necessidade (Tabela I).

Tabela 1 - Freqüência de respostas na tarefa de narrativa escrita

Acertos	Erros
11 (68,8%)	**05 (31,2%)**

Como pôde ser percebido, apesar da dificuldade de falar, o sujeito teve uma boa compreensão das narrativas. No entanto, no que se refere à decodificação, o mesmo apresentou uma certa dificuldade em realizar a junção das palavras para formar uma estrutura frasal ou textual. Ao término dos problemas, foram realizadas algumas perguntas a respeito da tarefa, tais como: "Você gostou?", "Foi cansativo?", "Qual tarefa você achou mais difícil?", para que o sujeito expressasse sua opinião com relação às mesmas. As opiniões relatadas fizeram-nos acreditar que os problemas foram bem elaborados, sendo bem compreendidos, apesar do cansaço apresentado pelo participante. Comparando os resultados desse teste com os das demais bolsistas, foi possível observar que a participante teve uma maior dificuldade nas tarefas de narrativas, tanto oral como escrita, provavelmente, em decorrência da complexidade da estrutura lingüística dessa modalidade de tarefa (Tabelas 2 e 3). É provável que, por ter uma estrutura lingüística mais simples, a tarefa de silogismo foi mais facilmente resolvida.

Tabela 2 - Freqüência de respostas na tarefa de narrativa oral

Acertos	Erros
11 (68,8%)	**05 (31,2%)**

Tabela 3 - Freqüência de respostas na tarefa de silogismo

Acertos	Erros
22(91,7%)	**2 (8,3%)**

Especificando a idéia de autores que afirmam que a habilidade de raciocínio lógico está intimamente relacionada à linguagem (e.g. Cordeiro, 2003; Dias, 2003; O'Brien, 1998; Roazzi, 2003), os resultados da presente investigação mostram que o raciocínio lógico parece estar relacionado à capacidade de compreensão da linguagem, uma vez que observamos resultados satisfatórios na resolução de problemas da lógica predicativa em um individuo com distúrbio de expressão.

Conclusões

Considerando que o sujeito que participou do estudo tem uma afasia de expressão, é possível concluir que esse tipo de afasia parece não acarretar problemas cognitivos, na resolução de problemas lógicos constituídos por quantificadores ("cada", "todos", "alguns", "nenhum") e partículas lógicas ("e" e "ou"). Foi possível perceber um maior número de acertos na tarefa de silogismo em relação às tarefas de narrativa oral e escrita, não havendo diferenças entre estas últimas. Esses resultados, no entanto, precisam ser melhor investigados em uma amostra maior.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/UNICAP pelo financiamento desta pesquisa, à clínica de Fonoaudiologia da UNICAP, pela disponibilidade em contribuir para a sua efetivação.

Referências

CORDEIRO, A. A. A. **Resolução de problemas da Lógica Mental a predicativa por surdos usuários da língua de sinais brasileira :** um enfoque da Teoria da Lógica Mental. – Tese não publicada, 2003.

MacKAY, A.P. **Afasias e Demências.** São Paulo: Santos, 2003.

PONZIO, J.; LAFOND, D.; DEGIOVANI, R.; JOANETTE, Y.; TUBERO, A. L. ; HORI, C. N. **O Afásico convivendo com a lesão cerebral**. São Paulo: Santos, 1995.

A COMPREENSÃO DE NARRATIVAS ORAIS PELO INDIVÍDUO AFÁSICO: UM ENFOQUE DA TEORIA DA LÓGICA MENTAL

Danielly Raquel Januário Santos[1]; Ana Augusta de Andrade Cordeiro[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: danefono@yahoo.com.br
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.E-mail: augusta@unicap.br. Participante do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem.

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar as conseqüências da afasia, em níveis cognitivo e lingüístico. A metodologia utilizada foi a aplicação de dezesseis problemas na forma de narrativas, com um indivíduo afásico, de 48 anos, sexo feminino, com escolaridade de nível superior, com hábito de leitura anterior ao AVC e cuja hipótese diagnóstica foi de afasia de expressão. A tarefa foi realizada individualmente, sendo apresentada oralmente pelo experimentador, explicando-se ao participante que, ao final de cada história, haveria uma pergunta à qual ele deveria responder "certo" ou "errado". De um modo geral, o grau de dificuldade foi baixo, visto que a participante teve um bom desempenho na tarefa de narrativa, mesmo sem haver apoio da leitura. Todavia, havia a possibilidade de o experimentador repetir as narrativas, dependendo da necessidade. No entanto, no que se referiu à decodificação, foi observada uma certa dificuldade de realizar a junção das palavras para formar uma estrutura frasal ou textual. Confrontando os resultados dessa tarefa com as demais bolsistas, foi possível observar que a participante teve uma maior dificuldade nas tarefas de narrativas, tanto orais como escritas, do que na tarefa de silogismo.

Palavras-chave: afasia; cognição; linguagem.

Introdução

Desde o final do século XIX, a afasia tornou-se uma entidade clínica bem definida e os estudiosos que se interessavam por ela já descreviam o essencial de sua tipologia. Nos últimos anos, dois sistemas de classificação importantes se destacaram por obter um certo grau de aceitação clínica. São eles: o Sistema de Classificação de Afasia de Boston e o Sistema de Classificação de Afasia de Luria (1970). A classificação de Boston tem sido amplamente aceita e utilizada até hoje, por ser uma classificação que abrange todos os tipos de lesões cerebrais. Mac-Kay (2003), por exemplo, utiliza e descreve esse sistema de classificação. Segundo a autora, existem oito síndromes de afasia clinicamente observáveis: A afasia de Broca que é caracterizada pela produção de fala não-fluente e pelo empobrecimento da capacidade de repetição. A compreensão auditiva, porém, é relativamente mantida. A produção da fala é vagarosa, exige esforço e é, muitas vezes, acompanhada por distúrbios motores da fala (apraxias e/ou disartrias). Na afasia de Wernicke, a característica mais importante apresentada pelo sujeito é uma deficiência na compreensão da linguagem. Conseqüentemente, esses pacientes têm problemas para entender o que lêem e o que ouvem.

Projeto: Aspectos Cognitivos da Linguagem nas Afasias. **Órgão financiador:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco.

O maior problema para alguns portadores da afasia de Wernicke está na compreensão de palavras faladas (surdez verbal), enquanto que, para outros, a maior dificuldade está na compreensão de palavras escritas (cegueira verbal). A afasia de condução caracteriza-se por uma deficiência da repetição desproporcional em relação à fala espontânea e às compreensões oral e escrita. Na afasia global, ou total, todas as funções importantes de linguagem estão seriamente deficientes, incluindo os componentes expressivos e receptivos da linguagem. A afasia transcortical motora se caracteriza por uma acentuada redução na quantidade e complexidade da fala espontânea com preservação da capacidade de repetir. A afasia transcortical sensorial caracteriza-se por deficiência da capacidade de compreensão, em conjunto com preservação da repetição e uma produção de fala fluente. A afasia de isolamento (afasia transcortical mista) é uma síndrome rara que se caracteriza por capacidade de repetição preservada, em associação com uma acentuada redução da fala espontânea e deficiência da compreensão da linguagem. A afasia anômica é uma forma de afasia comum em que o paciente tem uma pequena dificuldade expressiva ou receptiva. A leitura e a escrita estão preservadas, na maioria dos casos. Segundo Coudry (1988; p. 05), "a afasia se caracteriza por alterações de processos lingüísticos de significação de origens articulatória e discursiva produzida por lesão focal adquirida no SNC, em zonas responsáveis pela linguagem, podendo ou não se associar a alterações de outros processos cognitivos". De acordo com Mac-Kay (2003) a afasia em si não é uma doença, mas um sintoma complexo relacionado a uma desordem neurofisiológica que envolve os mecanismos cerebrais. O distúrbio de linguagem pode ser acompanhado de modificações no comportamento, nas esferas intelectuais e emocionais, nas atitudes e na personalidade. Também é inegável a influência dos hábitos, experiências, educação e inteligência do paciente na manifestação dos sintomas. A partir das classificações e definições de afasia, é possível estabelecermos uma íntima relação entre as áreas de funcionamento do cérebro, linguagem e cognição. Cognição é o processo através do qual o mundo de significados tem origem, concentrando-se no processo de conhecimento e não na mera resposta a estímulos, atribuindo significados à realidade, além de analisar os processos que intervêm entre o estímulo e o comportamento. É preciso que o cérebro esteja saudável para que possamos falar, escrever, ler, compreender, fazer contas, realizar inferências e, algumas vezes, até mesmo emitir sons. O que acontece é que os impulsos cerebrais não estão organizando-se adequadamente para que o indivíduo possa falar. Ele também não compreende bem o que se fala, embora não esteja surdo. As palavras ditas ficam parecendo um amontoado de sons como, por exemplo, quando ouvimos uma língua estrangeira. Portanto, o indivíduo afásico pode ouvir e não compreender. Essa dificuldade pode também estender-se à leitura, à escrita, à matemática e à lógica. Teóricos têm demonstrando que a habilidade de raciocínio lógico está intimamente relacionada à linguagem (e.g. Cordeiro, 2003; Dias, 2003; O'Brien, 1998; Roazzi, 2003). Essa afirmação tem como pressuposto que a linguagem é formada por partículas lógicas e quantificadores que estão à serviço do pensamento lógico. No sujeito afásico, não só a linguagem, mas as habilidades cognitivas podem estar comprometidas. Dependendo do grau e tipo da lesão, é possível que a habilidade de raciocinar logicamente esteja comprometida em graus diferentes, ou seja, dependendo da forma (oral ou escrita) e o contexto (silogismo ou narrativa) em que o problema lógico seja apresentado. Portanto, interessa-nos investigar de que forma se estabelece a relação entre lógica e linguagem, considerando a lesão do sujeito afásico deste estudo.

Metodologia

Foram aplicados 16 problemas de narrativas orais a 1 sujeito afásico de 48 anos, do sexo feminino, com escolaridade de nível superior, com hábito de leitura pregresso ao AVC, e com hipótese diagnóstica de Afasia de Expressão. O material de teste consistiu de uma tarefa de narrativa oral

a qual era formada por dezesseis problemas na forma de pequenas histórias, sendo todas constituídas de duas ou três afirmações e uma conclusão. A tarefa foi realizada individualmente, sendo apresentada oralmente pelo experimentador. O mesmo explicava ao participante que ele contaria pequenas histórias e que, ao final de cada uma, haveria uma pergunta à qual ele deveria responder “certo” ou “errado”. Foi ainda esclarecido ao participante que o problema poderia ser repetido, caso ele se tivesse esquecido do que foi dito anteriormente. As respostas do participante foram anotadas em um protocolo individual.

Resultados e Discussão

De um modo geral, o grau de dificuldade na tarefa de narrativa oral foi baixo, pois o sujeito teve um bom desempenho na tarefa de narrativa, mesmo sem ter o suporte da leitura (Tabela 1).

Tabela 1 Freqüência de respostas na tarefa de narrativa oral

Acertos	Erros
11 (68,8%)	**05 (31,2%)**

Como pôde ser percebido, apesar da dificuldade de falar, teve uma boa compreensão das narrativas. No entanto, no que se refere à decodificação, o mesmo apresentou uma certa dificuldade em realizar a junção das palavras para formar uma estrutura frasal ou textual. Ao término dos problemas, foram realizadas algumas perguntas a respeito da tarefa, tais como: “Você gostou?”, “Foi cansativo?”, “Qual tarefa você achou mais difícil?”, para que o sujeito expressasse sua opinião com relação às mesmas. As opiniões relatadas fizeram-nos acreditar que os problemas foram bem elaborados, sendo bem compreendidos, apesar do cansaço apresentado pelo participante. Comparando os resultados desse teste com os das demais bolsistas, foi possível observar que a participante teve uma maior dificuldade nas tarefas de narrativas, tanto orais como escritas, provavelmente, em decorrência da complexidade da estrutura lingüística dessa modalidade de tarefa (Tabela 2 e 3). É provável que, por ter uma estrutura lingüística mais simples, a tarefa de silogismo tenha sido mais facilmente resolvida. Esse aspecto, porém, será melhor investigado com a continuidade da aplicação das tarefas a outros sujeitos.

Tabela 2 Freqüência de respostas na tarefa de narrativa escrita

Acertos	Erros
11 (68,8%)	**05 (31,2%)**

Tabela 3 Freqüência de respostas na tarefa de silogismo

Acertos	Erros
22(91,7%)	**2 (8,3%)**

Especificando a idéia de autores que afirmam que a habilidade de raciocínio lógico está intimamente relacionada à linguagem (e.g. Cordeiro, 2003; Dias, 2003; O’Brien, 1998; Roazzi, 2003), os

resultados da presente investigação mostram que o raciocínio lógico parece estar relacionado à capacidade de compreensão da linguagem, uma vez que observamos resultados satisfatórios na resolução de problemas da lógica predicativa em um indivíduo com distúrbio de expressão.

Conclusões

Considerando que o sujeito que participou do estudo tem uma afasia de expressão, é possível concluir que este tipo de afasia parece não acarretar problemas cognitivos, na resolução de problemas lógicos constituídos por quantificadores (“cada”, “todos”, “alguns”, “nenhum”) e partículas lógicas (“e” e “ou”). Foi possível perceber um maior número de acertos na tarefa de silogismo em relação às tarefas de narrativa oral e escrita, não havendo diferenças entre estas últimas. Esses resultados, no entanto, precisam ser melhor investigados em uma amostra maior.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/UNICAP, pelo financiamento desta pesquisa; à clínica de Fonoaudiologia da UNICAP, pela disponibilidade em contribuir para a sua efetivação.

Referências

CORDEIRO, A. A. A. **Resolução de problemas da Lógica Mental a predicativa por surdos usuários da língua de sinais brasileira:** um enfoque da Teoria da Lógica Mental**.** Tese não publicada, 2003.

MacKAY, A.P. **Afasias e Demências.** São Paulo: Santos, 2003.

PONZIO, J.; LAFOND, D.; DEGIOVANI, R.; JOANETTE, Y.; TUBERO, A. L. ; HORI, C. N. **O Afásico convivendo com a lesão cerebral**. São Paulo: Santos, 1995.

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA TEORIA DE MICHEL FOUCAULT

Ariosto Afonso de Morais [1]; Stéfano Gonçalves Régis Toscano[2]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa Teoria Geral do Direito. E-mail: escravopibic@yahoo.com.br.

Resumo

Para analisar o surgimento do escravo como sujeito de direito, é preciso não só compreender como se deu o processo histórico desde a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz mas também enfatizar principalmente a situação jurídica do escravo com a promulgação da Lei do Ventre Livre, a qual retrata uma situação em que um ser tido como objeto (apropriável e penhorável) dá origem a um sujeito de direito por descendência. O Governo Imperial criou um clima favorável às mudanças necessárias. Para isso o Império contou com a colaboração do Parlamento e do Judiciário, ou seja, com a criação de leis e sua efetiva aplicação, o que proporcionou uma evolução do processo segura, sem colocar em jogo a produção e as fontes de riquezas existentes. E de qualquer forma, fez com que o próprio escravo participasse do movimento, considerando-se sujeito de tal processo. A base da pesquisa sobre a formação de um sujeito de direito será inserida no conjunto de procedimentos de Michel Foucault, que mostra a doutrina de constituição por objetivação e subjetivação, a qual também desperta o interesse pelo conhecimento das relações de poder, infiltrando-as no plano jurídico. É mister a análise do processo de objetivação, para a identificação do surgimento do escravo como sujeito, o que se dá através das práticas divisórias, da classificação científica e da autoformação. De acordo com essa classificação, estão delimitados os principais questionamentos norteadores do trabalho.
Palavras-chave: judiciário; escravidão; formação do sujeito.

Introdução

Versa nossa pesquisa sobre o período da escravidão, levando-se em consideração a mentalidade jurídica e as práticas concernentes ao fenômeno escravista entre o período da "Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871" até o advento da Lei Áurea de 1888.
O estudo, do que tomamos a liberdade de mencionar, como as estratégias da mentalidade jurídica da época, diz respeito à análise das concepções favoráveis e desfavoráveis à escravidão. Partimos do raciocínio de que tal debate, além do plano político também se realizou no plano jurídico.
A categoria sujeito de direito é tomada como fundamental no interior da ordem jurídica. Entende que o sujeito é o foco do qual se constituem as demais categorias jurídicas, isso porque o sujeito é a representação jurídica do indivíduo como agente econômico.
Para isso o nosso esforço teórico se apoiou fundamentalmente na teoria foucaultina cujo cerne da pesquisa se situa justamente na problemática do sujeito: "Eu gostaria de dizer, antes de mais

Projeto: Do Sujeitado ao Sujeito – Por uma investigação da conversão do escravo em sujeito de direito sob a perspectiva Foucaultiana. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco

nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos (...) Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos" (FOUCAULT:1999).

A abolição foi o resultado de vários movimentos. Primeiro descobrimos quais eram os verdadeiros interesses que o impulsionavam, ou seja, dos mentores do movimento. O que promoveu essa tendência foi a inadequação do trabalho escravo à economia capitalista. Principalmente quando o capitalismo passa da etapa que se define com "capitalismo comercial" para o "capitalismo industrial", fase a que prima pelo poder de compra, dando início ao consumo para todas as camadas sociais. (VASCONCELOS: 1996)

Dessa forma, por trás do discurso britânico pela Abolição, existia o grande interesse que no lugar do escravo estivesse um assalariado, podendo assim consumir seus produtos.

Conforme a historiografia vem demonstrando, a chamada Lei do Ventre Livre foi muito mais que um simples sancionamento legal em relação à libertação do escravo. Em torno dessa lei, foi edificada uma estratégia política de avanço e recuo em relação aos objetivos históricos que a referida legislação pretendia alcançar. (CONRAD apud PAPALI: 2003).

Para analisar questões estruturais e conjunturais, faz-se necessária a compreensão mais apurada da lei de 1871 bem como se deu sua aplicação. Essa lei não apenas ganhou o necessário apoio político para estratégia de transição como também estabeleceu premissas tais que, a partir dela, a transição pacífica e consensual da escravidão para o trabalho livre se tornou uma imposição. Ao adiar a abolição, ela foi sumamente importante para transição ordenada, estabelecendo o controle sobre o mercado de trabalho livre em formação.

Essa lei não se limita aos ingênuos, também regula o que era habitual, ou seja, a alforria mediante pagamento de pecúlio, por um valor que era acordado com o senhor a título de indenização. A Lei deu acesso para o escravo ao Judiciário, para o arbitramento do valor caso não chegasse a um acordo com o seu Senhor. Com isso, a liberdade do escravo mediante pagamento de pecúlio deixou de ser uma liberalidade do Senhor, para ser um direito daquele.

Os escravos passaram a recorrer à esfera jurídica, antes reservada apenas aos livres. Ainda não eram considerados "sujeitos", mas esta legislação a eles destinada permitia que sua condição já não fosse interpretada apenas como restrita aos domínios da propriedade privada.

Vale salientar que, mesmo promovendo a abolição "por cima", os escravos foram "incluídos no processo" desde o início, através de suas insatisfações, sejam em manifestações públicas, ou ingressando com ações no judiciário para garantir os direitos assegurados.

Sendo assim, buscou-se na pesquisa preponderantemente a análise do escravo em sujeito, partindo-se da observação dos acontecimentos históricos, da influência da sociedade como também da formação jurídica em torno do escravo.

O estudo das práticas sociais que impulsionaram o abolicionismo é importante para identificar como se deu o processo de constituição do escravo como sujeito de direito.

Foi com base na doutrina do processo de constituição por objetivação e subjetivação de Michel Foucault que desmistificamos como se deu a formação do escravo em sujeito.

O processo de objetivação seriam as práticas sociais tendentes a colocar o homem como um objeto, ou seja, submetê-lo a um processo disciplinar capaz de torná-lo um objeto útil e dócil. Já o método de subjetivação é compreendido como as práticas presentes na cultura capaz de tornar o homem um sujeito, ou seja, prendê-lo a uma identidade atribuída, a qual ele reconhece como própria. Contudo, tanto um método como outro, ou mesmo os dois conjuntamente, visam à constituição do sujeito moderno.

Logo, o sujeito expressará o resultado dos métodos de constituição por objetivação e/ou subjetivação presentes no dado momento histórico. Assim, a constituição do sujeito se dá quando, no exercício da vida cotidiana, o indivíduo fixa sua identidade reconhecendo-a como verdadeira,

como também sendo reconhecida pelos outros indivíduos.
A relação de força para Foucault não se dá apenas por formas de dominação reprimindo seus objetos, mas, por mecanismos que visem a constituir seu objeto como produtor e organizador. Foucault desenvolve a idéia de relações de forças que formam saberes e produzem discursos em detrimento da noção de poder como aparelho que apenas reprime.
Foucault parte do princípio de que o sujeito não é um dado, mas algo que é montado, construído. Opondo-se às noções de um sujeito transcendental apriorístico, Foucault deseja mostrar que antes de ser o sujeito o elemento organizador dos discursos e dos saberes, são justamente os discursos e práticas reais advindas das mais diversas instituições do tecido social que moldam o sujeito, de tal forma que este poderá ser fragmentado, compondo-se em tantas partes quantas forem as fontes discursivas e práticas (muitas vezes em oposição).
Concluindo, buscou-se na pesquisa analisar a formação do escravo em sujeito, pelos seguintes modos de objetivação: das práticas divisórias, por corresponder à visão do escravo como não sujeito; da classificação, que permitiu a modificação da condição de escravo para o de sujeito de direito; e da autoformação, que foi analisado até o ponto em que tal operação tenha sido englobada pelo poder político-jurídico.

Metodologia

Em relação ao direito, Foucault afirma que o mesmo serviu como forma de garantir o exercício do poder soberano para "limitá-lo" e simultaneamente legitimá-lo, dissolvendo no interior da relação de comando o fato da dominação. Não se trata apenas de uma dominação do tipo soberano – súditos, mas de uma dominação generalizada dos sujeitos entre si. Sendo assim, o direito deve ser investigado a partir dos processos de sujeição por ele praticados por intermédio de seus aparelhos e pelos processos que ele disponibiliza para a sujeição de um governado sobre o outro.
Assim, Foucault enuncia algumas precauções de método para a análise da problemática jurídica. A primeira refere-se ao afastamento das formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro. Pelo contrário, deve-se estudar o direito em suas instituições mais locais, em que ele se vincula a técnicas e instrumentos cada vez menos jurídicos. A Segunda instrução adverte para o equívoco de olhar o direito apenas do lado da sua intenção. O correto é estudá-lo justamente no ponto em que esta intenção encontra-se com as práticas reais. A Terceira precaução é a de não tomar o poder e o direito que o garante como um fenômeno maciço, homogêneo, a indicar a oposição de um grupo coeso contra outro(s), mas como algo que circula, que resulta de um processo de contínuas oposições e conchavos. A Quarta precaução afirma que o poder não é algo que se desloca, ou se locomove de cima para baixo. O poder e o direito devem ser vistos também de forma ascendente. Deve-se também observar como tais fenômenos, dotados de sua própria história e espaço, são pouco a pouco convertidos, colonizados pelas formas de dominação cada vez mais globais. A Quinta precaução diz respeito à necessidade de se atentar para os métodos de observação, as técnicas de registro, os aparelhos de formação de um saber, mais especificamente de uma verdade resultante das formas jurídicas. (cf.1999, p. 182-186).
Em resumo, trata-se de analisar não o edifício jurídico da soberania que representaria justamente o ponto em que o direito se encontra mais depurado, sobretudo porque menos visível, mas no âmbito da sua transubstanciação em operadores materiais, em formas de sujeição, no ponto em que o jurídico e o não-jurídico se entrelaçam mais visivelmente.
Analisamos as divergências, e contraposições dentro do próprio direito, acerca do problema da escravidão, o que nos levou à análise dos processos e leis da época. Além disso, provocamos a emersão dos movimentos, estratégias adotadas pelos próprios escravos, submetidos pelo jogo do poder e de como esse poder se apropriava de suas estratégias e lutas, buscando convertê-las em

seu benefício, transformando-as também em um discurso, uma verdade sobre a escravidão.

Resultados e Discussão

Tabela 1 A Constituição do Sujeito na Teoria de Michel Foucault.

1 Breve histórico acerca do tema	1 Enfatizar principalmente a situação jurídica do escravo com a promulgação da Lei de 1871, que retrata a situação em que um ser tido como objeto (apropriável e penhorável) dá origem a um sujeito de direito por descendência, o que foi aprimorado com a lei dos Sexagenários, desencadeando finalmente, a lei Áurea.
2 Métodos decorrentes da Teoria Foucaultina	2 Análise das estratégias de subjetivação-objetivação (constituição do sujeito) no embate travado entre abolicionistas e antiabolicionistas; das práticas legais e judiciais; de como os escravos, diante das estratégias referidas, engendram sua autoformação-subjetivação bem como estas eram absorvidas pelo poder político.
3 Conceito de sujeito de direito	3 Sujeito é o ente que pode ser titular de direitos, de obrigações e participa das relações jurídicas. Ser dotado de liberdade para alienar sua força de trabalho ou o produto dela. Segundo Foucault, é aquele que dá origem à formação de um saber.
4Responsáveis pela formação do escravo em sujeito	4 Para a formação do escravo em sujeito, é impossível separarmos a atuação parlamentar, o judiciário e a sociedade. A ação parlamentar, impulsionada pela figura do imperador, através de suas legislações, marcava as lutas sociais em torno da escravidão e da constante possibilidade de liberdade.
5 Resultados alcançados	5 Foi identificada, nas análises obtidas, a conversão do escravo em sujeito nos processos, ocasionado pelo reconhecimento de sua emancipação pelo Judiciário (produção de verdade jurídica por meio da verdade processual). Foi importante o embasamento teórico-prático das funções do direito como instrumento de dominação dos grupos sociais, além da forma de reconhecimento institucional dos dominados. Alcançou-se, com a realização da pesquisa, a compreensão de como as práticas políticas e jurídicas (enquanto discursos) se entrelaçaram para a realização do processo de subjetivação-objetivação do escravo.

Conclusões

Para Foucault, o sujeito não é um dado, algo originalmente completo. Mas, sim, algo constituído, ou seja, o sujeito é o resultado de um processo de constituição.

A conclusão da nossa pesquisa, portanto, mostra que, através dos métodos foucaultianos de constituição do sujeito, o escravo, na verdade, nunca foi verdadeiramente sujeito de direito. Isso porque a sociedade, o parlamento e o judiciário contribuíram para que o escravo interiormente pensasse ser autor das suas relações jurídicas, porém, os responsáveis por isso tinham por trás um outro interesse. Os escravos, ao pensarem ser sujeitos de direitos, não iriam lutar por essa condição, pois a mesma já havia sido alcançada. Dessa forma, as elites do país manteriam os ex-escravos à margem da sociedade já que seriam capazes de agirem por si sós. Então, apesar de muitas vezes se pensar que é o mundo exterior que reconhece o sujeito de direito como tal, Foucault mostra que o verdadeiro sujeito de direito é aquele que promove saberes, aquele que tem capacidade de escolha através de seu poder. Logo, o escravo, apesar de se sentir sujeito, na verdade, ele foi apenas o resultado de um processo de quem era verdadeiramente sujeito de direitos.

Agradecimentos

Ressaltam-se os agradecimentos aos colaboradores que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa: ao PIBIC, à UNICAP, à PROPESP, aos Professores Fernando A. Lapa Guimarães e Miriam de Sá Pereira, pelo incentivo; a minha namorada, por ter vivenciado e contribuído durante toda a pesquisa.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** Trad. Maria Ermantina Galvão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfão:** a construção da liberdadce em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume: Fapesq. 2003.

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. **Ventre Livre, Mãe Escrava:** a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 1996.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NORDESTE NOS FILMES "CENTRAL DO BRASIL" E "ABRIL DESPEDAÇADO"*

Raquel do Monte Silva[1]; Alexandre Figueirôa Ferreira[2];

[1]Estudante do curso de Com. Social/ Jornalismo do Departamento de Com. Social do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Com. Social do Centro de Ciências Sociais.
E-mail:figueirôa@unicap.br;

Resumo

Os filmes "*Central do Brasil"* e "*Abril despedaçado*" , do diretor Walter Salles Jr., utilizam o cenário nordestino para compor as suas narrativas. A análise dos elementos narrativos, nessas obras permite-nos inferir que elas reforçam os modelos vigentes de representação social do Nordeste, colaborando, assim, para a reprodução de uma identidade cultural congelada. Ao optarmos pela análise estética das obras mencionadas, reconhecemos que a mesma abrange uma abordagem em torno dos fenômenos de significação considerados como fenômenos artísticos. Ancorados na teoria, procuramos identificar os elementos estéticos que contribuem para a vigência do modelo de representação social do Nordeste, nos filmes *Central do Brasil* (1998) e *Abril despedaçado* (2000). Em *Central do Brasil*, a opção estética do diretor nos permite encontrar um Nordeste lúdico, puro e redentor. Salles propõe o cruzamento entre a estética da fome cinemanovista com a tradição melodramática. Em "*Abril despedaçado*", o diretor coloca a região como um personagem que interfere na ação narrativa. Este trabalho busca compreender que tipo de visão os filmes de Salles constroem sobre o país. E até que ponto essa visão se aproxima dos pressupostos do Cinema Novo e, sobretudo, reforça o modelo consagrado de representação social do Nordeste. A relevância científica desta pesquisa está em contribuir para o debate acerca do imaginário social sobre o Nordeste e sua população no cinema brasileiro contemporâneo, isto é, investigar como a região e os seus habitantes são representados nos filmes.

Palavras-chave: linguagem audiovisual; representações sociais; cinema brasileiro;

Introdução

A construção imagética do Nordeste na cinematografia brasileira deu-se através de imagens-clichês compostas por cactos, terra gretada e paisagens sertanejas que denotavam miséria. Essas representações têm sido reforçadas ao longo da história, legitimando estereótipos. Na década de 60, durante o movimento do Cinema Novo, a região configurou-se como cenário que respaldava a proposta de tomada de consciência social, criando, assim, uma equivalência visual da idéia de subdesenvolvimento em circulação no imaginário nacional da época. Os cineastas cinemanovistas propunham um projeto de cinema nacional em que uma linguagem moderna, ancorada na realidade pudesse transformar a sociedade brasileira. O diretor Walter Salles em *Central do Brasil* (1998) e *Abril Despedaçado* (2000) recorre ao ambiente nordestino e tenta resgatar algumas propostas que, guardando as devidas proporções, estão próximas da temática do Cinema Novo.

A análise dos elementos estéticos como a montagem, o enquadramento e a iluminação,

Projeto: A construção da imagem do Nordeste nos filmes "Central do Brasil" e "Abril Despedaçado". **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

colabora para a construção do discurso narrativo de uma obra fílmica. A análise estética abrange uma abordagem em torno dos fenômenos de significação considerados como fenômenos artísticos. "A estética do cinema é, portanto, o estudo do cinema como arte, o estudo dos filmes como mensagens artísticas". (AUMONT, J. ... et al, 2002) Em *Central do Brasil* e *Abril Despedaçado*, Salles ao fazer suas escolhas artísticas, propõe o cruzamento entre a estética da fome – o conjunto de ideais estéticos propostos pelos cinemanovistas – com a tradição melodramática.

Este trabalho busca compreender que tipo de visão os filmes de Salles constroem sobre o país, tendo o Nordeste como referência. E até que ponto essa visão se aproxima dos pressupostos do Cinema Novo e, sobretudo, reforça o modelo cristalizado de representação social do Nordeste. Ancorados na teoria, procuraremos identificar os elementos estéticos que contribuem para a vigência do modelo de representação social do Nordeste nas obras citadas. Consideramos que Salles, ao representar imageticamente a paisagem nordestina, colabora para a reprodução de uma identidade cultural congelada. A relevância cientifica desta pesquisa está em contribuir para o debate acerca do imaginário social sobre a região nordestina e sua população no cinema brasileiro contemporâneo, isto é, investigar como os habitantes da região são representados nos filmes.

Metodologia

A metodologia aplicada é do domínio da análise de filmes. Como os filmes estudados – *Central do Brasil* e *Abril Despedaçado* – enquadram-se na classificação do cinema narrativo, buscamos, a partir de uma análise temática dos seus enredos e do estudo de suas estruturas narrativas, compreender como eles, por meio de suas marcas formais de enunciação e das funções dos protagonistas, reproduzem os modelos vigentes de representação social do Nordeste. A análise das duas obras em questão também debruçou-se sobre questões estéticas da linguagem cinematográfica e verificou de que forma códigos específicos como enquadramento, montagem, iluminação etc. têm repercussão nos problemas da representação.

Resultados e Discussão

A construção da imagem do Nordeste seco e distante e do nordestino místico, rude, sofrido e lutador deu-se no espaço simbólico ao longo de nossa História e tem sido reproduzida e reelaborada na contemporaneidade pelo cinema brasileiro.

Na obra cinemanovista *Deus* e o *Diabo na Terra do Sol* (1963), o diretor Glauber Rocha apresenta um filme em que o sertão, a seca, o vaqueiro e o beato são utilizados como imagens e personagens simbólicos representantes de uma realidade miserável em que predomina a dominação e a alienação. Glauber lança mão da história e dos mitos populares para utilizá-los como instrumentos de desalienação das massas. O filme *Vida Secas* (1963), dirigido por Nelson Pereira dos Santos, apresenta o Nordeste como uma região que determina a vida dos personagens e a sua representação é feita por uma família nordestina rude, sofrida e lutadora.

Em *Central do Brasil*, observamos a permanência de uma imagem que busca a reafirmação de uma identidade cultural para o cinema brasileiro. *Abril Despedaçado* enfoca um cenário nordestino em que encontramos costumes tradicionais. Os personagens estão imersos numa região miserável em que a iminência da morte circula os personagens.

Walter Salles, ao dirigir as duas obras em questão, convoca temas e significações que se referem ao Cinema Novo. Em *Central do Brasil*, as cenas como a da Estação Central, da romaria, do pau-de-arara encontramos uma escolha artística que converge para uma estética documental. Nesse filme, o diretor cruza o sertão cinemanovista com o melodrama, no entanto o sertão aparece romantizado, lúdico, apenas incrementando a narrativa. Sob este aspecto, *Central do Brasil* diverge dos filmes *Vidas Secas* e *Deus e o Diabo*, visto que, nessas duas obras, o sertão é

apresentado como palco da violência, da ruptura, da dominação e da prisão a que os personagens estão submetidos. Em *Vidas Secas* e *Abril Despedaçado*, a paisagem é seca e determina a vida dos personagens. Salles, assim como Rocha em *Deus e o Diabo*, finaliza a narrativa de *Abril Despedaçado* com o protagonista de frente para o mar. No entanto, em *Abril*, o mar representa a infinidades de possibilidades e para Rocha o encontro de Manuel com o mar denota a visão de um mundo sem saídas.

Nos filmes dirigidos por Walter Salles, existem diversas marcas narrativas que indicam que as obras têm como cenário o Nordeste ou que elas se relacionam com a região. Tanto no que diz respeito às imagens escolhidas por Salles ou ainda quando nos deparamos com a fala dos personagens, encontramos essas marcas.

Em *Central do Brasil*, fica mais evidente que a obra fílmica tem como pano de fundo o Nordeste, visto que a maior parte das cenas dialogam com essa idéia. Logo, nas seqüências iniciais, deparamo-nos com personagens que ditam cartas para serem entregues em cidades nordestinas. Além das referências diretas às cidades situadas na Região, temos no discurso verbal, falas carregadas de sotaque e marcas lingüísticas regionais.

Os personagens apresentados por Salles imprimem o discurso da ingenuidade e da religiosidade, sintetizando a "alma" do povo nordestino. Os tipos físicos escolhidos pelo diretor juntamente com o figurino contribuem para essa síntese.

Nas seqüências que envolvem a viagem, encontramos imagens que dialogam com as representações de Nordeste encontradas no inconsciente coletivo do povo brasileiro. Cenas como a de retirantes na estrada, romeiros viajando em paus-de-arara e a imagem do padre Cícero contribuem para a confirmação dessa representação.

Em *Abril Despedaçado*, as marcas de Nordeste se confirmam desde o início, como por exemplo, na seqüência inicial ao serem apresentados os créditos "Sertão brasileiro, 1910". A narração em *off* do menino descrevendo os personagens e o ambiente, também contribui para essa representação. O ingrediente religioso também é bastante presente no filme. A paisagem seca e o processo de produção da rapadura configuram essa idéia de Nordeste.

Ao compararmos as duas obras de Walter Salles, observamos que em *Central do Brasil* o diretor torna mais evidente o propósito de apresentar a região e o seu povo, a partir de uma memória visual já conhecida da realidade nordestina, mas retirando dela o seu valor ideológico de região subdesenvolvida. É um Nordeste pitoresco, repleto de crendices, porém jamais uma região de alienados políticos. No filme *Abril Despedaçado*, esse propósito visual é mantido, mas ele sofre deslocamentos, tendo em vista que o diretor, ao fazer as suas opções artísticas, apresenta o ambiente da trama como um lugar onírico. No filme, predomina a impressão de que o Nordeste está apenas servindo de fundo para descrever a estória do protagonista, Tonho.

Conclusões

Ao montar suas peças cinematográficas, Walter Salles nos indica o desenvolvimento de um discurso que tem como cenário principal a região do Nordeste brasileiro. Concluímos que o diretor, nos filmes *Abril Despedaçado* e *Central do Brasil*, tenta dialogar com o Cinema Novo, utilizando-se de seus elementos e cenários, todavia distancia-se do mesmo, ao romantizar o sertão. Observamos que há em Salles o abandono do discurso político-sociológico corrente nos filmes cinemanovistas. O diretor apresenta não o sertão violento e insuportável glauberiano, mas um sertão lúdico, inocente e puro.

Sem dúvida, ele nos oferece personagens e imagens que convergem com o repertório de representações já conhecidos. Contudo, se por um lado Walter Salles, ao colocar o Nordeste nas telas, contribui para legitimação de uma identidade cultural congelada, em que a seca, a miséria e o sofrimento aparecem como características evidentes da região, por outro esvazia significações

precedentes, ao reenquadrá-las e articulá-las numa perspectiva melodramática de estórias individuais, sem nenhum valor simbólico que permita uma leitura sociopolítica.

Agradecimentos

Primeiramente, a Deus pela oportunidade oferecida e aos meus pais.

Referências

AUMONT, Jacques et al. *A estética do filme*. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 2002. (Coleção Oficio de Artes e Forma)

A CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA : A SINGULARIDADE DA CRIANÇA DIANTE DA INSTITUIÇÃO QUE A RECEBE

Florrie Fernandes Albuquerque[1]; Zélia Maria de Melo[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora titular do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas Lìder do Grupo de pesquisa interação social e familiar E-mail: zélia@unicap.com.br .

Resumo

O objetivo do estudo é compreender a criança institucionalizada e como essa estabelece relação afetiva com a família e a instituição que a recebe. O método utilizado foi qualitativo, que envolveu dez crianças institucionalizadas com idade entre 01 e 06 anos, quatro crianças do sexo feminino e seis do sexo masculino com permanência diária na instituição, no entanto, sem compromisso com adoção. Utilizamos a observação participante e a entrevista semi-dirigida com um membro da família da criança institucionalizada, profissionais da instituição e a criança. A participação da criança é através da observação, da fala dos pais e da presença da mesma durante o processo de entrevista. Constatamos a repetição da história de vida das crianças com a trajetória do sofrimento das mães por abandono. Apesar das diferentes configurações familiares, estiveram presente nas narrativas de forma direta, ou indireta, os registros de fragilidade dos vínculos entre a mãe e a criança. A negligência junto ao abuso físico é considerada maus tratos por omissão, falha em prover as condições mínimas de sobrevivência e atenção às necessidades básicas da criança, de afeto, educação e, principalmente, supervisão e cuidado. Ausência de vínculos nas relações familiares, possivelmente acarretará dificuldade de eles tecerem laços afetivos dentro da família e provavelmente, no espaço comunitário.

Palavras-chave: família – instituição- criança

Introdução

Durante o séc. XVIII e parte do séc. XIX, o processo de institucionalização no Brasil era liderado pela igreja, concretizando-se pelo recolhimento de crianças órfãs e abandonadas, filhas naturais de prostitutas e escravas em entidades asilares de cunho caritativo e assistencial como são exemplo as santas casas de misericórdia. O principal objetivo dessas instituições era a diminuição da mortalidade infantil, tentando garantir a sobrevivência das crianças até os três anos, tempo em que ficavam internas. Essas instituições, por serem pobres, nem sempre poderiam assegurar a higiene e os cuidados necessários para resguardar a saúde das crianças. Com a proclamação da República, e a crescente urbanização em decorrência da industrialização, surgiu um enorme contingente de crianças abandonadas. A concepção de infância passa a adquirir uma dimensão social, deixando de ser objeto de interesse, preocupação e ação predominantemente do âmbito privado da família e da Igreja, para tornar-se uma questão de cunho político-social e de competência administrativa do Estado. A instituição é conceituada por Bleger como “uma configuração de conduta duradoura, completa, integrada e organizada, mediante a qual é exercido controle social e por meio da qual são satisfeitos os desejos e necessidades sociais fundamentais.”.(1994,p.37) De acordo com essa definição, cabe questionar se as regras impostas pela instituição são condizentes com a história da criança, pois os controles sociais e institucionais divergentes da instituição familiar, em conseqüência, romperiam com os mitos e tradições no imaginário da

história individual. A organização desse grupo transmite uma história particular, mesclada com o contexto da vida coletiva. Diante desses registros negativos sobre a institucionalização da criança, alguns autores como Altoé, 1985/1990/1991; Guirado,1980; Rizzini, 1985; Weber e Gagno, 1995 citado por Motta (2001) destacam que a criança institucionalizada é o protótipo dos resultados devastadores da ausência de uma vinculação afetiva estável e constante dos prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo ao desenvolvimento infantil. Ante as afirmações, é possível questionar as relações vinculares da criança com a sua família em etapa anterior e posterior à institucionalização. Para pertencer ao grupo familiar, necessita estabelecer laços nas esferas biológica e sociocultural, em conformidade com as regras condizentes com a história dessa família, na convivência dentro do enquadre ao respeito com o outro, mesmo o outro *diferente* no contexto da dominação de uma
sociedade antagônica e partilhada na *diferença* e na *semelhança*. Os vínculos se entrelaçam nos contextos psíquico e social, constróem movimentos, escrevem e reescrevem a história particular, em que influenciam e são influenciados pelo contexto universal. (BOWLBY, 1990) A família se organiza e preserva as tradições, mantém os mitos e ritos que interessam à manutenção e sobrevivência da história. Exerce o controle dos "ritos" no cotidiano da vida do sujeito. Assim, os hábitos e costumes relacionados no dia-a-dia são elementos norteadores das experiências e vivências do ser humano. A instituição, provavelmente, atende a um sistema de controle, organiza e tece os movimentos sociais e familiares dentro dos ideais traçados por um sistema; coerente ou em desacordo com os ideais familiares. Certamente, a ruptura das tradições possibilitará uma quebra nas relações vinculares, uma desordem no percurso do ritmo familiar — os laços transformados em desenlaço, a ordem em desordem, um espaço para consolidar posturas de vivências transgressoras. Cabe-nos refletir como o meio institucional irá influir nas vivências da criança, e tentar compreender como a criança institucionalizada estabelece relação afetiva com a família e a instituição que a recebe. Diante dos questionamentos da importância da família no criar e tecer laços vinculares no processo de crescimento de uma criança, o que possibilita a essa mãe ou pais alojar essa filha(o) no "lar " que não representa a casa, dita no aconchego, mesmo reconhecendo as dificuldades socioculturais da família.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que envolveu dez crianças institucionalizadas com idade entre 01 e 06 anos, quatro crianças do sexo feminino e seis do sexo masculino com permanência diária na instituição, no entanto, sem compromisso com adoção. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a observação participante. O método valoriza e tem como proposta a preocupação de aprofundar e conhecer a natureza da relação da instituição com a população em estudo. Tal sistematização propicia o conhecimento das relações existentes entre o pesquisador e a instituição pesquisada. (Dururham, Cardoso R. 1986). Entrevista semidirigida foi feita com um membro da família da criança institucionalizada, com profissionais da instituição e a criança. A participação da criança se realiza através da observação, da fala dos pais e da presença durante o processo de entrevista com um elemento da família. Nos estudos de DOLTO(1972:p 176: 203), a criança participa das entrevistas, sabendo do que se trata e com possibilidade de intervir através da palavra ou de uma outra linguagem com expressões de agrado ou desagrado diante da fala dos pais.

Resultados e Discussão

O estudo foi realizado em uma casa-lar, situada no Recife. A instituição é composta de 104 funcionários dispostos da seguinte forma: coordenação (geral, técnica, administrativa); auxiliares administrativos; equipe técnica (duas psicólogas, duas assistentes sociais, três pedagogas, uma

advogada, uma fonoaudiólogas, uma nutricionista, uma médica, duas odontologistas) e equipe de apoio. Estão abrigadas na instituição noventa e três crianças, de zero a quatorze anos. As crianças com sentença de destituição do poder de família somam dez, as com processo de destituição de poder de família em tramitação somam vinte e nove, vinte e uma crianças mantêm o vínculo com os pais e estão temporariamente na instituição. As crianças restantes fazem parte de casos muito específico, crianças que estão perdidas e a instituição espera resposta dos pais entre outros.

Tabela 1 – Sexo das crianças

Sexo	N° de crianças	F
Feminino	38	40,86
Masculino	55	59,14
TOTAL	93	100

As crianças abrigadas são dispostas em setores de acordo com o sexo e a faixa etária. Durante a coleta de dados, foi observada uma divergências entre os discursos e as práticas. Os discursos a que nos referimos tratam dos relatos dos pais sobre a tríade criança –instituição – família, que ao ser confrontado com a realidade observável sobre a mesma tríade, e acrescida dos dados extraídos através dos documentos e fichas de entrada da criança na instituição nos indicou questões a serem analisados.

Tabela – 2 Idade das mães biológicas ou responsáveis

Idade	F+	F
15-20 anos	1	16,66
20-25 anos	1	16,66
25-30 anos	3	50
Total	6	100

Através da coleta de dados, observamos que as mães das crianças institucionalizadas são mulheres jovens, que, em sua grande maioria, estão situadas na faixa etária de vinte a trinta anos e que tiveram sua iniciação sexual muito precoce.

Tabela 3– Profissão das mães

Profissões	F+	F
Doméstica	3	50
Ambulante	1	16,66
Do lar	1	16,66
Total	6	100

As mães demonstraram preocupação para com o sustento das crianças, já que muitas delas revelaram ter abandonado os estudos, em resumo, foram pressionados pela situação a se encaminharem para ocupações segundo as oportunidades oferecidas pela estrutura econômica,

muitas das quais suprimem as expectativas de melhoria profissional. A maioria da mães trabalham como doméstica. Apenas uma das mães continua a estudar, porém trata-se de um caso muito específico, pois é uma adolescente de dezesseis anos e também é interna em instituição semelhante à que seu filho se encontra, e sua remuneração advém de um curso de trânsito que é assistido pelo governo.

Tabela 4 – Motivo da institucionalização da criança

Causa	F+	F
Negligência/ maus tratos	4	66,66
Rapto	1	16,66
Total	6	100

Os motivos que levaram as crianças a serem institucionalizadas, podemos destacar como principal a negligência e os maus tratos por parte das genitoras.

Conclusão

Constatamos a repetição da história de vida das crianças com a trajetória do sofrimento das mães por abandono. A presença de situações abusivos à integridade da vida familiar marca a intensidade dos componentes violentos. Impossível apontar apenas uma causa. Os indivíduos que foram manipulados, agredidos, possivelmente, sentem-se justificados a agir de forma semelhante; e como também não precisam ter sofrido atos violentos, pois geralmente um comportamento aprendido — exemplo: crianças expostas à violência dentro de casa, de parentes ou outros modelos de comportamento — Leva o indivíduo a imitá-lo. Apesar das diferentes configurações familiares, estiveram presente nas narrativas de forma direta, ou indireta, os registros de fragilidade dos vínculos entre a mãe e a criança. A negligência com o abuso físico é considerada maus tratos por omissão, falha em prover as condições mínimas de sobrevivência e atenção às necessidades básicas da criança, de afeto, educação e, principalmente, supervisão e cuidado. Ausência de vínculos nas relações familiares, possivelmente acarretará para a criança dificuldade de tecerem laços afetivos dentro da família e, provavelmente, no espaço comunitário. A falta de perspectiva da família pode ser um elemento propiciador de tais comportamentos, também comprovados pela pesquisadora MELO nos seus estudos nas áreas periféricas da cidade do Recife.

Referências

BLEGER, J. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: ed. Artes Médicas, 1984.

BOWLBY, J. **Apego:** a natureza dos vínculos. São Paulo: Martins Fontes. 1990.

DOLTO, F . O encontro, a comunhão e a transferência. In __ **O caso Dominique**. Rio de Janeiro : Zahar editores. 1972.

DURHAM, E; CARDOSO, R. et al. (org.). **A aventura antropológica.** Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

MOTTA, M. A P. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO, Z.M. **Violência y Familia:** Supervivencia en la casa y en la calle, Tese de Doutorado em Psicologia na Universidad de Deusto, Bilbao, Espanha. 1999.

A DISTINÇÃO DAS EXPRESSÕES "DIREITO" E "PERSONALIDADE" EM UMA VISÃO COMPARATIVA ENTRE O CÓDIGO CIVIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Marcela Vilas Foerster[1]; Stéfano Gonçalves Régis Toscano[2].

[1]Estudante do Curso de Bacharel em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: marcelavilas@hotmail.com
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa Teoria Geral do Direito.

Resumo

Para separar as definições de direito e de personalidade, na Constituição Federal e no Código Civil, dando enfoque especial ao artigo segundo, faz-se mister a exploração do assunto, em bibliografias e legislações. Tudo com o uso concomitante da hermenêutica jurídica. Estabeleceu, a legislação em vigor, um regime de proteção ao nascituro em seu art. 2º do C.C. de 2002, que tanto se reflete no domínio do Direito Civil como na Carta Magna. Sabe-se que a partir de certo instante, o nascituro representa um ser individualizado, com carga genética própria, que não pode ser confundida nem com a do pai nem com a da mãe. No código civil vigente, a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Já que se deve considerar o que o sistema normativo reza, então é necessário salientar que os direitos daquele que está para nascer, é uma exceção, porque o concito de feto não se encaixa no de personalidade, pois o feto não tem ainda aptidão para adquirir direitos e deveres. Ou deveria o legislador atribuir outra palavra em vez de direitos do nascituro, posto que o feto não tem a personalidade, ora citada. Esse é apenas o início da problemática que se une a questões como por exemplo: o fato de o embrião ser considerado uma pessoa ou uma coisa. Pela teoria concepcionalista, o rebento é, sim, um indivíduo, uma pessoa desde a concepção, com expectativa de vida própria.
Palavras-chave: natureza jurídica; nascituro; dignidade.

Introdução

Segundo Miguel Reale (1999, p. 35), o Código Civil é a "Constituição do homem comum". De fato, o Código Civil desenvolve espectros de direitos e deveres que somente são genericamente demarcados no texto constitucional. Assim ocorre com o direito de propriedade, com a liberdade contratual, com as regras de família etc.

Na sua concretude, o C.C. torna-se, muitas vezes, mais relevante para o "homem comum" do que a própria Carta Magna. Surge, então, um problema específico, muito relevante sob o prisma hermenêutico. O art. 2º do CC em vigor, determina que a personalidade civil do homem se inicia no nascimento, com vida, resguardados os direitos do nascituro.

Este estudo irá tratar do artigo 2º da parte geral do Código Civil. É uma lei que suscita várias discussões, por exemplo: a respeito do momento exato do nascimento com vida, uma vez que o artigo não diz expressamente qual é esse instante e sobre os direitos concernentes ao rebento. Vale ressaltar que nascituro é o nome dado ao ser humano já concebido, que se encontra em estado fetal, dentro do ventre materno.

Projeto: O Início da Personalidade e os Direitos Atribuídos ao Nascituro. **Órgão Financiador:** Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

Faz-se mister, dessa forma, uma maior explanação sobre o referido artigo a fim de melhor organizar um trabalho de grande valia, principalmente, para os estudantes de direito.
A pergunta que se faz é a seguinte: qual o sentido da restrição da extensão da personalidade civil diante do texto constitucional? A essa pergunta se junta outra: como os problemas de bioética e biodireito, suscitados pelas novas tecnologias, serão solucionados?
Para o ordenamento jurídico não se exige a viabilidade, isto é, aptidão para a vida. Não importa se o ente humano nasça com, por exemplo, aberrações teratológicas ou malformação e que não tenha a forma humana, comunicando-se com o mundo exterior. Basta nascer com vida, ou seja, com a separação do ventre materno e a respiração com a troca oxicarbônica no meio ambiente. É o começo da personalidade jurídica.
Vida e morte, dois extremos, dois opostos, dois fenômenos em cuja seqüência se desenvolve todo o destino do homem, do ser humano considerado como pessoa pelo Direito. Para este, tanto o evento vida como o evento morte são considerados fatos jurídicos, pois, não obstante considerados fatos de ordem natural, em que a vontade humana não assume qualquer papel relevante, são fatos dos quais o direito se origina. Sendo assim, o evento natural - vida e morte - entra para o mundo do Direito no momento em que a *norma agendi*, isto é, a norma de agir, objetivamente considerada, como direito objetivo, incide e atua sobre o fato, o acontecimento mesmo de ordem natural, para torná-lo jurídico, gerando daí, para o seu titular um direito subjetivo, um direito que lhe é próprio, uma faculdade de agir, conferida pelo sistema jurídico, na configuração da relação jurídica.
Por serem a vida e a morte consideradas como fatos jurídicos, tem-se, naturalmente, que resolver se o aborto terapêutico, a proveta e a triagem dos embriões possuem justificativas plausíveis, ou são atos de imoralidade, já que das experiências - dependendo do momento inicial em que se considera a existência do ser humano - teremos implicações diversas. Serão legais tais atos, se considerarmos o embrião como coisa. Mas, se verificarmos que não são coisas e sim pessoas, as implicações serão inúmeras não só para o Direito, mas também para a Medicina e a sociedade.
Será o embrião um indivíduo da espécie humana, ou apenas parte do corpo humano, ou ainda, produto do mesmo, como o esperma e o óvulo são? Será o zigoto uma coisa ou uma pessoa? Caso seja considerado pessoa, o que fazer com os embriões excedentes decorrentes de inseminações artificiais e fertilizações *in vitro*? O Conselho de Medicina diz que se deve utilizar até quatro zigotos, na reprodução assistida, e o restante, que destino terá? Será jogado fora? Congela-se mesmo com o alto custo? Será que as pessoas são tão mais seres humanos que os embriões, a ponto de dar a estes como futuro a destruição? Ou será que quando se unem o óvulo e o espermatozóide, resultando no embrião, por já termos um código genético próprio e pronto para a vida, deve-se considerá-lo ser humano? Essas são algumas repercussões jurídicas deste tema, cujas disposições legais ainda não existem, talvez por serem pouco sedimentadas no âmbito social.
Pretende-se, portanto, delimitar o âmbito de significação e aplicabilidade do artigo segundo do CC/02. Em outras palavras, o objetivo consiste em investigar as recíprocas afetações que há e podem haver entre essas normas e os direitos e garantias individuais insculpidos no art. 5º da Constituição Federal, procurando averiguar a repercussão na aplicação do direito aos fatos novos.

Metodologia

Para que o cumprimento deste estudo fosse realizado e seus objetivos atingidos, foi utilizado o tipo da pesquisa exploratório, no qual há uma familiarização do assunto considerando as visões tanto de quem elaborou a lei, o legislador no caso, quanto por parte da população, que é quem irá desfrutá-la. Segundo o procedimento de coleta, o tipo adotado foi o bibliográfico/resumo, cuja análise dá condições para redigir o trabalho. Conforme a fonte de informação foi utilizada a de

campo, pela observação direta da realidade (a sociedade) e a bibliográfica, pela coleta de dados já organizados e publicados como o Código Civil.
Fez-se mister, ainda, o uso da hermenêutica jurídica, ciência da interpretação de textos de leis, que tem por objetivo o estudo e a sistematização dos processos a serem aplicados para fixar o sentido e o alcance das normas jurídicas, seu conhecimento adequado, adaptando-as aos fatos sociais. É o que se executou durante todo o trabalho de pesquisa.

Resultados e discussão

A distinção das expressões "Direito" e "Personalidade" em uma visão comparativa entre o Código Civil e a Constituição Federal.

Conclusões

No ordenamento jurídico moderno pátrio, pela teoria concepcionalista, o rebento é, sim, um indivíduo, pessoa, sujeito de direitos e garantias. Segundo Washington de Barros (1995, p. 59) "Discute-se se o nascituro é pessoa virtual, cidadão em germe, homem in spem. Seja qual for a conceituação, há para o feto uma expectativa de vida. A lei não pode ignorá-lo e por isso lhe salvaguarda os eventuais direitos".

Entretanto igual tratamento não possui o embrião extra-uterino, crio-preservado ou "congelado", sendo silente todo o ordenamento jurídico a seu respeito.

O Conselho Federal de Medicina, numa tentativa de normatizar a situação do zigoto humano, impõe limites à sua produção e implantação no útero, para evitar o chamado embrião excedente. Uma espécie de "incômodo" para alguns casais que não sabem que destino dar a seus "ex-futuros filhos", depois de uma bem sucedida gravidez.

Ser humano. Este, independentemente de sua condição, raça, sexo e idade é dotado de personalidade. Esta, para o nascituro é resguardada desde a concepção, posto que já possui seu código genético próprio, o que vem a ratificar a posição adotada neste trabalho.

Agradecimentos

Á minha família que colaborou com a realização deste, incentivando-me, juntamente com a UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco.

Referências

ALMEIDA, Silmara J. A. Chinelato: **Direito do Nascituro a Alimentos**: Do Direito Romano ao Direito Civil, Revista da Procuradoria Jurídica de São Paulo, RT 34.

BARROS, Washington: **Curso de Direito Civil**, São Paulo, Saraiva: v.1. 1995.
BOURGUET, Vicent. **O ser em gestação, reflexões bioéticas sobre o embrião humano**, São Paulo, Editora Loyola: 2002.

Conselho Federal de Medicina (Brasil). **Resolução 1.358/92**. Adota normas éticas para utilização das técnicas de reprodução assistida. Disponível em http://www.cfm.org.br/.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. São Paulo, 2. ed, Editora Saraiva:1996.

FACHIN, Luiz Edson (coord.).**Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Renovar: 2000.

FIUZA, Ricardo (coord.). **Novo código civil comentado**, São Paulo, Editora Saraiva: 2002.

GOMES, Orlando**. Introdução ao Direito Civil**. Rio de janeiro, 14. ed, Editora Forense: 1999.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Procriações Artificiais e o Direito**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais: 1995.

Limongi França R. **Fato Jurídico**. In. França RL, coordenador. Enciclopédia Saraiva do Direito v.36. São Paula: Saraiva, 1977. p. 347-348.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. Rio de Janeiro, 8. ed, Editora Freitas Bastos: 1996.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. São Paulo, 2. ed, Tomo I, Editora Bookseller: 2000.

MORAES, Alexandre**. Direito Constitucional**. São Paulo, 9. ed, Editora Atlas: 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituição do Direito Civil.** 3. ed, Rio de Janeiro, Forense: 1992.

REALE, Miguel. *O* **Projeto do Novo Código Civil**. São Paulo, Saraiva: 1999.

A ESCRITA DE SURDOS ORALIZADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO VISTA SOB O FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM

Luanna Elvira de Melo Ferraz Lima[1]; Edna Maria da Silva Cavalcanti[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da UNICAP, e-mail: luannaemfl@hotmail.com;
[2]Professora Adjunto I do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da UNICAP, e-mail: emsc2@ig.com.br. Participante do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem.

Resumo

O presente estudo propõe-se a refletir sobre a escrita da criança surda, tendo como base o Interacionismo Brasileiro da autora Cláudia de Lemos que compreende o funcionamento da linguagem dentro dos eixos metafóricos e metonímicos. Adotou-se essa teoria para analisar a escrita de crianças surdas, uma vez que esta permite apreender como se dá esse funcionamento, e a importância que a interpretação do outro tem na constituição da escrita. Este projeto de pesquisa tem o objetivo de analisar a escrita de surdos oralizados, não priorizando o erro ou desordem na escrita e, sim, considerá-los como um movimento necessário ao processo de aquisição da mesma. A análise dessa escrita se deu a partir de textos produzidos por 10 sujeitos surdos oralizados, um texto de cada sujeito, perfazendo um total de 10 textos analisados, e os resultados obtidos continuam indicando que a língua oral parece permitir aos surdos que a usam, com efetividade, uma tendência a deslocar-se mais com relação à escrita nos eixos metafórico e metonímico.

Palavras-chave: interacionismo, significantes, metafóricos, metonímicos

Introdução

Conhecer a história e as filosofias educacionais para surdos é um passo importante para iniciar um projeto de estudos mais aprofundados sobre essas crianças. Essa história nos trará informações essenciais em relação à exposição social, às relações e ao desenvolvimento cognitivo da criança surda de uma forma geral. Segundo Goldfeld (1997), partindo do princípio que o desenvolvimento da criança passa por duas etapas, a primeira em nível interpsíquico e depois intrapsíquico, essa visão provoca uma reflexão mais profunda sobre as dificuldades da criança surda, pois, se a cultura, a linguagem e o diálogo são fatores essenciais para o desenvolvimento infantil e sendo justamente essa área comprometida no surdo, conclui-se que as conseqüências da surdez devem ultrapassar e atingir todas as áreas de desenvolvimento infantil. O interesse em desenvolver este projeto partiu do que foi vivenciado na prática fonoaudiológica com o surdo diante do que a escola nomeia “dificuldade” e que levou a questionar sobre como a linguagem escrita é adquirida pelas crianças surdas que, muitas vezes, passando pelo processo de escolarização, apresentam uma escrita muito diferente daquela da criança ouvinte. Portanto, buscou-se nesta pesquisa analisar a escrita da criança surda partindo de uma proposta que privilegia compreender o funcionamento da linguagem como um movimento necessário, com seus deslocamentos constitutivos e constituintes, para o processo de sua aquisição: a teoria Interacionista Brasileira de Cláudia de Lemos.

A idéia que a sociedade tinha antigamente era de que o surdo só apresentava aspectos negativos e, a partir dessa idéia, acreditava-se que ele não poderia ser educado. Devido aos avanços

tecnológicos que facilitavam a aprendizagem da fala pelo surdo, houve um investimento maior de diversos projetos profissionais na busca de instrução para essas crianças, como por exemplo: o oralismo, que visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes; a comunicação total, que se preocupa com a utilização de recursos espaço-visuais para a comunicação; e o bilingüismo, que tem como princípio que o surdo deve ser bilíngüe adquirindo primeiro a LIBRAS e depois a língua de seu país. Segundo Goldfeld (1997), o ensino da língua oral para crianças surdas necessita de uma terapia fonoaudiológica que ofereça uma estimulação sistematizada, além de interação fora da terapia que permita o uso da oralidade; diferentemente do que ocorre em crianças ouvintes, as quais adquirem a língua através de diálogos contextualizados em suas relações sociais, que se estruturam cognitivamente; há uma internalização da língua. Uma das grandes preocupações com a alfabetização da criança surda encontrada na literatura brasileira é a de identificar onde está a culpa dos fracassos escolares dessas crianças. Porém, nesse projeto, iremos deter-nos no fato de como a escrita da criança surda se desenvolve, vista sob a perspectiva do Interacionismo Brasileiro de De Lemos, segundo o qual o funcionamento da linguagem se dá sob os eixos metafórico e metonímico, que significam seleção e combinação, respectivamente. Para fundamentar nossa pesquisa, buscamos por essa abordagem teórica entender que a constituição da linguagem se dá numa perspectiva dialógica. Embora saibamos que o processo de aquisição da linguagem abordado por essa teoria se dá em crianças ouvintes, tomamos o mesmo caminho para abordar a aquisição da linguagem escrita do surdo, quando abolimos o pensamento de que o surdo escreve de forma diminuída e privada. A condição necessária para o processo de aquisição da linguagem é a interação da criança com o outro, entendendo-se que o outro na maioria das vezes é a mãe, e é essa quem permite a inserção do "iniciante" na linguagem, já que ela, a mãe, se encontra assujeitada pela linguagem. A criança, tendo a necessidade de se expressar, coloca seus significantes em circulação e, dessa forma, possibilita mudanças em relação à linguagem, se constituindo assim como sujeito diante dessa mesma linguagem, mas, para que essa constituição se dê, ela passa antes por uma dependência dialógica do outro e, a partir daí, ela vai criando novos sentidos, dando novas invenções e reflexões à sua linguagem. Ainda dentro desse raciocínio, De Lemos (1986) diz que a interação é o espaço de produção de sentidos, ou seja, que não há significação que se dê antes e fora da situação interacional. Buscando as leis gerais dos eixos metafórico e metonímico, foi possível para De Lemos (1992) identificar essas relações na aquisição da linguagem, quando observou "cruzamentos de enunciados presentes em cadeias manifestas e latentes". Para análise e compreensão da escrita da criança surda, tomaremos por base os elementos teóricos metodológicos do Interacionismo Brasileiro de De Lemos, que entende o funcionamento da linguagem através dos eixos metafórico e metonímicos e, segundo Soares (2003), "A relação entre estes dois eixos propicia uma mobilidade de substituições de elementos de mesmo valor ao longo do eixo metafórico". Ainda de acordo com ela, o elemento selecionado passa a ser transportado, em seguida, para o eixo metonímico do discurso adulto-criança, no qual vai poder entrar em combinações com outros elementos ali colocados.

Metodologia

1. Amostra

Os participantes desta pesquisa foram 10 surdos oralizados, de ambos os sexos e uma faixa etária que variou dos 09 aos 21 anos de idade, com perda auditiva moderada, severa e/ou profunda, no grau de escolaridade do ensino fundamental ao ensino médio.

2. Material

Neste estudo, foi utilizado papel, lápis, canetas e álbum de figuras com temas sugeridos pelo examinador, a saber, carnaval e férias e os textos produzidos pelos sujeitos surdos.

3. Procedimento

Para a execução deste trabalho, foi realizado, inicialmente, contato com a Clínica Manoel de Freitas Limeira para permissão da seleção dos 10 sujeitos surdos oralizados. Posteriormente, foi feita a identificação dos 10 sujeitos surdos oralizados que estavam do ensino fundamental ao ensino médio, cujos pais ou responsáveis assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente elaborado. O material analisado consta de textos produzidos pelos sujeitos surdos, a partir de temas sugeridos pelo examinador. Com esse material, foram feitas análises qualitativas baseadas no Interacionismo brasileiro de De Lemos que compreende o funcionamento da linguagem nos eixos metafórico e metonímico.

Resultados e discussão

A análise dos dados terá início com uma produção textual de um surdo bilateral profundo que é oralizado e freqüenta escola regular. Foi solicitado à criança que escrevesse sobre carnaval ou férias; ela optou por escrever sobre as férias. Na Figura 1, observam-se significantes na cadeia metonímica em que a criança se refere aos nomes dos familiares com que estiveram juntos nas férias. Percebe-se que seu texto se resume aos participantes de suas férias. Apesar de não estar alfabetizada ainda, a criança já mostra que os enunciados presentes no seu texto circulam em seu cotidiano já que os significantes que aparecem se referem ao nome de seus familiares. Segundo Mota (1995), a constituição da escrita da criança está relacionada a um funcionamento de unidades lingüísticas de várias naturezas, encontrado nos textos do outro. O que a autora quer dizer é que a escrita se constitui de enunciados vindos do outro.

Figura 1. Significantes da cadeia metonímica

A análise da Figura 2, é de um material escrito referente ao tema férias que é de um surdo oralizado com surdez severa, ele usa a língua oral como forma de comunicação. Em seu texto, podemos ver que ele se desloca nos dois eixos da linguagem (metafórico e metonímico). Ao iniciar o texto, percebe-se na cadeia manifesta uma metáfora, quando a criança omite o artigo “o” em: *eu fui para acapamento* ? quando seria eu fui para “o” acampamento. Ainda no mesmo texto percebe-se outra operação metafórica, em vez de aparecer na cadeia manifesta o significante “pega”, veio *“bega”*. A criança queria dizer que a colega pega a bola. É possível perceber que esse texto enfoca suas férias e também a Semana Santa.

Figura 2. Material escrito referente ao tema férias

Na Figura 3, temos uma produção textual que desliza nos eixos metafórico e metonímico da linguagem. A criança que produziu este texto é oralizada e estuda em colégio regular. No trecho "*... lá na praia caminhamos, tomamos sol que eu amo tomar sol para ficar bronzeada, mas não é bom...*". O que se tem aqui, nesta cadeia manifesta, é o sujeito manifestando sua paixão pelo sol, no entanto ela opera no eixo metafórico, quando diz "*... mas não é bom...*". Ela queria dizer que ama o sol, mas ele não é bom para a pele, para isso ela opera com uma metáfora ao omitir "para a pele".

Figura 3. Produção textual

Conclusões

Esta pesquisa se propõe a discutir a escrita da criança surda. O interesse partiu do que foi vivenciado na prática fonoaudiológica com o surdo diante do que a escola nomeia de "dificuldade". A análise do material colhido ainda não foi concluída até o presente momento, mas os resultados acima continuam indicando que a língua oral parece permitir aos surdos que a usam, com efetividade, uma tendência a deslocar-se mais com relação à escrita nos eixos metafórico e metonímico.

Agradecimentos

Agradecemos a Deus pelas oportunidades, ao PIBIC – UNICAP pelo financiamento, à Clínica Manoel de Freitas Limeira por permitir a realização desse estudo.

Referências

DE LEMOS, C. T. G. **Interacionismo e Aquisição de Linguagem.** In: Revista de documentação de estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. vol. 2, n. 2, São Paulo, 1986.

_____ **Os Processos Metafóricos e Metonímicos como Mecanismos de Troca.** In: Substratum, v. 1, 1992.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda:** Linguagem e Cognição numa perspectiva Sócio-Interacionista. São Paulo: Editora Plexus, 1997.

MOTA, S. B.V. - **O Quebra-cabeça:** a instância da letra na aquisição da escrita. Tese de Doutorado, PUC - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

SOARES, S.L.F. **A Escrita da Criança Surda Vista Sob o Funcionamento da Linguagem**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, RECIFE, 2003.

A EUTANÁSIA: DESCASO OU COMPAIXÃO?[1]

Maristela Rezende Leite[1]; Sergio Sezino Douets Vasconcelos[2].

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Urbana. E-mail: douets@unicap.br

Resumo

Tem-se com este trabalho, o objetivo de refletir o tema da bioética a partir da complexidade que envolve a prática da eutanásia, apresentando as suas diferentes modalidades e os critérios da sua aplicação nos países onde ela é permitida. Serão levadas em conta as argumentações contrárias e favoráveis à sua aplicação, buscando-se caracterizar as diferentes motivações sociais e psicológicas que influenciam no debate atual. Em um segundo momento, deverá ser apresentada e analisada, de forma diferenciada, a discussão na Teologia Moral Católica sobre a morte assistida, bem como o lugar em que a eutanásia está inserida na Jurisprudência do Brasil e as motivações de algumas instituições envolvidas na discussão sobre o tema.

Palavras-chave: morte; bioética; Teologia Moral Católica.

Introdução

A morte constitui-se no mais profundo dos mistérios da existência humana e, por mais que se invista nesse terreno, tudo não acaba passando de simples indagações sem resposta. Desde os tempos mais remotos da história da humanidade, o ser humano se indaga sobre o sentido da sua finitude vivido na sua forma mais radical através da inevitável experiência da morte.
Para muitos, ela é entendida como uma grande frustração: o fim da vida. Ela confisca para si toda a positividade, ela rompe o modo da nossa ligação com o mundo. Ela não vem de fora ou simplesmente no final da vida biológica, mas, sim, coincide com a vida. O homem vai morrendo a prestação.
Na nossa sociedade moderna, marcada por uma cultura cada vez mais centralizada nos ícones da jovialidade e do prazer, torna-se cada vez mais difícil o confronto com a finitude inerente a todo e qualquer ser humano. Nesse contexto, não é difícil de compreender o porquê de a realidade da morte ser cada vez mais escondida e evitada pela grande maioria da população e pelos Meios de Comunicação Social. A morte está se tornado cada vez mais um tema tabu. Conseqüentemente, não é difícil compreender o desconforto que a temática da finitude humana gera na cultura atual.
É nesse contexto que, de forma paradoxal, o tema da eutanásia é colocado no debate atual em alguns países ocidentais, principalmente nos países desenvolvidos do hemisfério norte. Se por um lado, de modo geral, o confronto com o sofrimento e com a finitude é evitado, por outro, cresce nos países desenvolvidos vozes que se levantam, propondo o debate em torno da eutanásia e a sua legalização.
O Estado brasileiro admite o direito de matar, desde que encaixado e restrito ao que preceitua o

[1] **Projeto:** Ética Cristã. **Órgão Financiador:** Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

artigo 23 do Código Penal. A Tradição cristã afirma radicalmente o preceito "Não matarás", ressaltando, todavia, a situação extrema de matar para se defender legitimamente. Há também tipos diferenciados de eutanásia: a positiva e a negativa.
O debate atual em torno da eutanásia traz outros desafios à bioética que devem ser problematizados, pois estão profundamente relacionados com os pressupostos antropológicos que condicionam as relações humanas no seu conjunto. Aplicar a eutanásia é um questionamento profundo e comprometedor. Não se pode negar os graves problemas éticos, morais, religiosos e políticos que têm origem no debate sobre as possibilidades da sua legalização.
O objetivo geral desta pesquisa é apresentar, nos seus aspectos econômico, político, social, psicológico e, de modo especial, ético a problemática atual em torno do debate que se realiza em algumas sociedades, principalmente nos países desenvolvidos, sobre a legalização da eutanásia, buscando problematizá-la a partir da nossa cultura atual marcada pela indiferença e negação de temas que a confrontam com a realidade da finitude inerente ao ser humano.
Ela quer favorecer e proporcionar, no mundo acadêmico, a discussão ética em torno de um dos temas centrais da bioética na atualidade, buscando analisar a contribuição da Teologia Moral Católica nessa discussão atual que envolve diferentes setores da sociedade.

Metodologia

A modalidade metodológica da pesquisa terá um caráter bibliográfico e interpretativo. Constará da leitura, sistematização e análise de livros, textos e ensaios que possam proporcionar a fundamentação teórica do tema pesquisado.

Resultados e Discussão:

As questões da bioética se apresentam, muitas vezes, sob a forma de tensões entre deveres aparentes e contraditórios. Ela nada tem de metafísica. É uma disciplina pragmática. A bioética se esforça por propiciar benefícios, limitando perigos. O termo EUTANÁSIA foi criado por *Sir. Francis Bacon* (1561-1626), Chanceler inglês e Barão de Verulamio, em 1623, em sua obra "*História da vida e da Morte*". Bacon sustentou a tese de que, nas enfermarias consideradas incuráveis, era absolutamente humano e necessário dar uma boa morte e abolir o sofrimento dos enfermos. Basicamente, seu sentido seria o de uma boa ou bela morte (prefixo *eu*= beleza + sufixo *tanatos*= morte).
Os principais países onde é realizada legalmente a eutanásia são: Uruguai, Holanda, Colômbia, Estados Unidos e Bélgica. Os tipos de eutanásia são a passiva, aquela na qual se age por omissão; a ativa, na qual existe um ato comissivo; ortotanásia, como a morte natural; e a distanásia, que seria a morte com sofrimento.
Cada caso deve ser analisado de *per se*, não se podendo generalizar as situações. Há casos que a medicina permanece estática e a eutanásia viria como solução. Outros, em que não se justificaria a ação eutanásica, sendo passível de punição o seu autor. Segundo pode-se apurar, a eutanásia tem sido muito combatida pela opinião pública, muito embora continue sendo aplicada clandestinamente. As correntes que discutem a eutanásia se avolumam. Uns defendem a licitude ou a moralidade da eutanásia, não vendo eles, periculosidade alguma no agente, quando há a sua suplicação insistente da vítima e admitem, pacificamente, a impunidade mediante perdão judicial. Outros, consideram a eutanásia uma figura delituosa, considerando-a sempre um homicídio, embora privilegiado. Assim dizer que "ser contra a eutanásia" porque só a Deus cabe tirar a vida, não é argumentação suficiente a embasar uma condenação. Ser favorável, apenas por sê-lo, não é postura

condizente com mentalidade intelectual. Aceitar ou não a eutanásia implica estar preparado moral e intelectualmente numa análise reflexiva de suas causas e conseqüências e nunca se deixar determinar pela emotividade do momento.

Todo sistema social do mundo ocidental e mesmo a atual estrutura da família evitam o pensamento e o aparecimento da velhice e da morte. Inúmeras pessoas morrem nos hospitais e nas clínicas onde suas existências ficam o mais possível escondidas do olhar público. Além disso, freqüentemente, a profissão médica mostra-se imbuída da convicção de que seu objeto máximo é o de combater a morte e prolongar a vida tanto quanto isso seja tecnicamente possível. Conseqüentemente, o sofrimento dos pacientes é prolongado: sua vida fica reduzida a um nível vegetativo. O pior é que o paciente se transforma de sujeito em objeto, uma espécie de cobaias. Para a lei, não existe a eutanásia, e os atos praticados em seu nome são taxativamente chamados de homicídio, pouco importante para a lei se o crime fora cometido contra alguém de doença incurável, ou que tivesse poucos segundos de vida. Pesará, tão-somente, o fato de o agente ter praticado a infração com *animus necandi*, ou seja, a vontade consciente de matar. O Estado a protege por uma exigência de interesse público. Todos os que ofendem os interesses do Estado são punidos. A vida é um direito irrenunciável, inegociável e indisponível. Nosso Código nunca aceitou a teoria da eutanásia e as realizadas, todas foram havidas como homicídio.

Os progressos da medicina aguçam o problema da eutanásia ou, pelo menos, puseram em maior evidência o problema da "morte digna". Isso aconteceu em duas direções: na direção do progresso tecnológico da assistência aos moribundos e na direção assim chamada socialização da eutanásia. As técnicas de reanimação permitem a muitos terem prodigiosa e total recuperação, mas, com freqüência, condenam alguns a tratamentos de prolongamento da agonia, mais que da vida. O médico, a seu talente, pode recorrer à obstinação terapêutica, de sorte que ele utiliza de recursos máximos da medicina, durante o tempo que julgar necessário, e prolongar a vida de um ser de maneira artificial, numa verdadeira violentação da maneira de morrer. Nesses casos, configura-se a distanásia, uma espécie de morte sob tortura tecnológica, praticada pelos tanatocratas ou administradores da morte. Existem, hoje, recursos farmacológicos e instrumentais que propiciam ao médico lutar contra a morte até as últimas conseqüências. O paciente permanece num estado miserável, com uma péssima qualidade de vida por alguns dias, semanas ou meses. Então, aí é que entra o direito de morrer.

Ninguém pode atentar contra a vida de um inocente sem se opor ao amor de Deus para com ele, sem violar um direito fundamental, irrenunciável e inalienável, sem cometer, por ele, um crime de extrema gravidade. Todo homem tem o direito e, ou melhor, o dever de conformar sua vida com o desígnio de Deus. Esta lhe foi conferida como um bem que deve dar seus frutos já aqui na terra, mas que encontra sua plena perfeição apenas na vida eterna. Agora, escreve Bizzato, é necessário reafirmar com toda firmeza que nada, nem ninguém, pode autorizar a morte de um ser humano inocente, seja feto ou embrião, menino ou adulto, velho, enfermo incurável ou agonizante. Ninguém, além disso, pode pedir este gesto homicida para si mesmo ou para outros confiados à sua responsabilidade, nem pode consenti-lo explícita ou implicitamente. Nenhuma autoridade pode legitimamente impô-lo nem permiti-lo. Trata-se, com efeito, de uma violação da lei divina, de uma ofensa a dignidade da pessoa humana, de um crime contra a vida, de um atentado contra a humanidade.

Conclusões

Esse projeto visa a contribuir no desenvolvimento do debate sobre a problemática atual da bioética no que se refere à eutanásia na sociedade contemporânea. Através do estudo bibliográfico foi analisada a sua origem e os países nos quais ela é atualmente praticada.

Foram abordadas, também, as motivações psicológicas e sociais que impulsionam alguns indivíduos a procurarem ou não a morte assistida. Também analisamos o "lugar da morte" na cultura pós-moderna, buscando perceber as dificuldades que a sociedade enfrenta ao se confrontar com o problema radical da finitude e do sofrimento inerentes à existência humana. Discorremos sobre a Jurisprudência Brasileira ante esse ato finalístico, que preocupa cada vez mais sua tipificação.
O trabalho se preocupou em dar ênfase à uma problemática "abafada", porém perceptível, entre a ala médica, com seus interesses políticos e econômicos. É algo muito sério que vem preocupar tanto a família do doente incurável, quanto, e principalmente, o próprio doente que está pensando em dar um fim ao seu sofrimento.
E, por último, comentamos a posição da Igreja Católica em relação à eutanásia, pois para essa instituição há uma maneira mais adequada para morrer, que é deixar a morte chegar naturalmente, sem prolongá-la nem antecipá-la.

Agradecimentos

A Deus, por sempre me dar forças. Aos meus pais, por me apoiarem. Ao meu amigo Tiago Cesar, por me ter dado oportunidade de desenvolver esta pesquisa e ao PIBIC-UNICAP.

Referências Bibliográficas

ANGERAMI, Valdemar Augusto. **A ética na saúde**. São Paulo: Paulinas, 1997.

BIZZATO, José Ildefonso. **Eutanásia e responsabilidade médica**. São Paulo: Editora de Direito, 2000.

LANA, Roberto Lauro. **Eutanásia**: Mitos e controvérsias medicolegais. Disponível em: <http:/ /www.geocitie.com/ HotSprings/ Villa/1696/ monografia.html>. Acesso em 23 out. 2003.

RAMPAZZO, Lino. **Antropologia**, religiões e valores cristãos. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. **Transplante de órgãos e eutanásia** (liberdade e responsabilidade**)**. São Paulo: Saraiva, 1992.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética I**- fundamentos e ética biomédica. São Paulo: Loyola, 1996.

A HABILIDADE DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS SILOGÍSTICOS PELO INDIVÍDUO AFÁSICO: UM ENFOQUE NA TEORIA DA LÓGICA MENTAL

Aíla Patrícia Faria Carneiro[1] ; Ana Augusta de Andrade Cordeiro[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. participante do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem. E-mail: ailapatricia@yahoo.com.br ; augusta@unicap.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar as conseqüências da afasia em níveis cognitivo e lingüístico, através da resolução de problemas silogísticos pelo indivíduo afásico. A metodologia utilizada foi a aplicação de 24 problemas na forma de silogismo com um indivíduo afásico, de 48 anos, sexo feminino, com escolaridade de nível superior, com hábito de leitura pregresso ao AVC, e com hipótese diagnóstica de afasia de expressão. A tarefa foi realizada individualmente, sendo apresentada oralmente pelo experimentador, onde explicou-se ao participante que, ao final de cada problema, haveria uma conclusão à qual ele deveria responder "certo" ou "errado". De um modo geral, o grau de dificuldade foi baixo, apresentando um bom desempenho na habilidade de raciocinar, mesmo sem possuir o apoio da leitura, mas com a possibilidade de o experimentador repetir os problemas dependendo de sua necessidade. Foi observado que, apesar da dificuldade de falar, o sujeito teve uma boa compreensão dos problemas silogísticos. Confrontando os resultados do teste com as demais bolsistas, foi possível observar que a tarefa de silogismo foi a de uma maior facilidade de resolução quando comparada às tarefas de narrativas, tanto orais como escritas.

Palavras-chave: afasia; cognição; linguagem.

Introdução

A linguagem humana é única na natureza, pois só ela tem a capacidade de simbolizar pensamentos simples ou complexos, concretos ou abstratos.

Quando a linguagem é comprometida por lesão do córtex cerebral, ela não é afetada de forma generalizada, como a redução global da capacidade da linguagem. Pelo contrário, as lesões em diferentes partes do córtex cerebral perturbam funções específicas da linguagem. A essa alteração da capacidade lingüística, seja na compreensão, seja na produção, ou em ambas, à qual não seja atribuível um impedimento mecânico, dá-se o nome de **AFASIA**.(KANDEL; SCHWARTZ & JESSEL, 1997).

Os pacientes com distúrbios da fala e da compreensão foram a principal fonte de dados para a proposição de modelos para os mecanismos cerebrais da linguagem falada. Alguns não conseguem falar, outros não conseguem compreender e outros, ainda, apresentam diversos distúrbios que lhes provocam erros de expressão e de compreensão. Há aqueles que podem vir acompanhados de modificações do comportamento, nos aspectos intelectuais, emocionais e na personalidade.

Projeto: Aspectos Cognitivos da Linguagem nas Afasias. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco

Suas lesões bem analisadas mostram uma rede de áreas conectadas que compõe o sistema lingüístico humano: áreas conceitualizadoras, que realizam o planejamento do conteúdo da fala e a compreensão do que é ouvido; áreas formuladoras, que se encarregam do planejamento e compreensão de forma das palavras e das frases; e áreas articuladoras que comandam os movimentos necessários à fala.

Em relação à linguagem e outras funções cognitivas, os autores citados acima afirmam que essas funções estão localizadas no córtex cerebral, que recobre os hemisférios cerebrais. Em cada um dos hemisférios cerebrais, o córtex sobrejacente é dividido em quatro lobos anatomicamente distintos: Frontal, Parietal, Occipital e Temporal.

Esses lobos desempenham funções especializadas: O lobo frontal está relacionado ao planejamento das ações futuras e ao controle do movimento; o lobo parietal, à sensação tátil e à imagem corporal; o lobo occipital, à visão, e o lobo temporal, à audição, além do aprendizado, memória e emoção.

Segundo (KOLB; WHISHAW, 2002), em geral, os psicólogos utilizam o termo "cognição" para descrever os processos envolvidos no pensamento. Esse termo quer dizer, literalmente, "conhecimento". Para os neurocientistas comportamentais, a cognição implica a habilidade de responder a estímulos, sejam externos ou internos. Os estímulos externos são aqueles que estimulam a atividade neural em nossos receptores sensoriais. Os estímulos internos incluem impulsos do sistema nervoso autônomo bem como os processos neurais relacionados a constrições, como memória e motivação.

A localização das funções cognitivas tem grande importância clínica e explica por que certas síndromes são características de doenças em regiões específicas do cérebro.Contudo, esta localização não significa que uma função específica seja mediada exclusivamente por uma região do cérebro. Significa que certas áreas estão mais envolvidas com um tipo de função do que outras. Na realidade, a maioria das funções requer a ação integrada de neurônios em diferentes regiões. É improvável, portanto, que qualquer função cognitiva comportamental (especialmente funções como o pensamento, a percepção e a linguagem) seja compreendida focalizando-se uma região do cérebro sem considerar as relações dessa região com outras regiões.

No sujeito afásico, não só a linguagem mas também as habilidades cognitivas podem estar comprometidas. Dependo do grau e do tipo da lesão, é possível que a habilidade de raciocinar logicamente esteja comprometida em graus diferentes, ou seja, dependendo da forma (oral ou escrita) e o contexto (silogismo ou narrativa) em que o problema lógico seja apresentado.

Diante da necessidade de compreender o raciocínio lógico humano, faz-se necessário definirmos o conceito de lógica. A princípio, a lógica é uma linguagem, mas não da especificidade, seu objetivo não é comunicar, mas sim organizar, entender, compreender e fazer sintetizar. A lógica é o próprio raciocínio humano, que utiliza imagens, sons, entre outras sensações, para obtenção de informações. Já a linguagem comunica a informação estruturada conforme a vontade e necessidade do homem. As lógicas organizam várias formas de linguagem e ocorre a transmissão de idéias e sentimentos entre os homens.

O ser humano, por estar em contato freqüente com as mais diversas informações advindas de seu meio ambiente, a partir de variadas fontes e em intervalos de tempo diferentes, utiliza-se de uma Lógica Mental para integrar essas informações, conectá-las a experiências anteriores e realizar inferências que vão além das informações que estão explicitadas.

Teóricos têm demonstrado que a habilidade de raciocínio lógico está intimamente relacionada à linguagem (e.g. Cordeiro, 2003; Dias, 2003; O'Brien, 1998; Roazzi, 2003). Essa afirmação tem como pressuposto que a linguagem é formada por partículas lógicas ("e" e "ou") e quantificadores da linguagem ("cada", "todos", "alguns", "nenhum"), que estão a serviço do pensamento lógico.

A Teoria da Lógica Mental propõe explicar as inferências que são realizadas rotineiramente e que envolvem o uso de partículas lógicas. Toda vez que as premissas (proposições) estão presentes na memória de trabalho e houver uma motivação para se compreender as informações que estão sendo processadas, observa-se uma Lógica Mental envolvida na resolução de problemas.

Tomando como pressuposto essa concepção, acreditamos que estudos dessa natureza poderiam proporcionar uma maior compreensão entre a relação pensamento e linguagem e suas alterações, em indivíduos lesionados cerebrais, fornecendo subsídios importantes para a prática clínica fonoaudiológica. Portanto, interessa-nos investigar de que forma os sujeitos afásicos resolvem problemas silogísticos, sendo esses constituídos por quantificadores ("cada", "todos", "alguns", "nenhum") e partículas lógicas ("e" e "ou"), especificamente investigar se a forma de apresentação desses problemas é um facilitador ou não para a resolução dos mesmos.

Metodologia

A amostra foi constituída por um indivíduo afásico de 48 anos, sexo feminino, com escolaridade de nível superior, hábito de leitura pregresso ao AVC e com hipótese diagnóstica de Afasia de Expressão. O material de teste se constituiu de uma tarefa de silogismo formada por 24 problemas da lógica predicativa, que eram divididos em dois *sets*: SET A e SET B. Cada um dos conjuntos (*sets*) continha doze problemas silogísticos constituídos de uma ou duas afirmações e de uma conclusão. Os problemas eram apresentados com auxílio das figuras de um galo na praia e de uma caixa de presente. Aquele era apresentado ao participante como sendo o galo TON- TON. Explicava-se a ele que, dentro da caixa, existiam objetos e que o experimentador dizia sempre a verdade, mas o galo poderia falar a verdade ou a mentira, e caberia ao participante julgar se o galo estava certo ou errado.

As tarefas foram realizadas individualmente, sendo apresentada oralmente pelo experimentador. Foi esclarecido ao participante que o problema poderia ser repetido, caso ele não tivesse compreendido o que foi dito anteriormente.

As respostas de cada participante foram anotadas em um protocolo individual.

Resultados e Discussão

Com base nas tarefas aplicadas, foi observado um nível baixo de dificuldade, obtendo um bom desempenho na resolução de problemas silogísticos. (Tabela 1).

Tabela 1 - Freqüência de respostas na tarefa de silogismo

Acertos	Erros
22(91,7%)	2 (8,3%)

Dentre as dificuldades encontradas pela participante, destacou-se o uso dos quantificadores de linguagem ("cada", "todos", "alguns", "nenhum") nas sentenças que foram relatadas durante a aplicação como sendo complicadas para o raciocínio mental.

Ao término dos problemas, foram realizadas algumas perguntas a respeito da tarefa, tais como: "Você gostou?", "Foi cansativo?", "Qual tarefa você achou mais difícil?", para que o sujeito expressasse sua opinião com relação às mesmas. Diante da opinião, pôde-se concluir que as tarefas foram bem elaboradas, sendo bem compreendidas apesar do cansaço

apresentado pelo participante. Comparando os resultados dos testes com os das demais bolsistas, foi possível observar que a participante teve uma maior facilidade de resolução na tarefa silogismo, quando comparada às tarefas de narrativas, tanto orais como escritas. Esse fato deu-se, provavelmente, em decorrência da diferentes complexidades lingüísticas entre essas duas modalidade de tarefa (Tabelas 2 e 3). É provável que, por ter uma estrutura lingüística mais simples, a tarefa de silogismo tenha sido mais facilmente resolvida. Esse aspecto, porém, será melhor investigado com a continuidade da aplicação das tarefas a outros sujeitos.

Tabela 2 - Freqüência de respostas na tarefa de narrativa oral

Acertos	Erros
11 (68,8%)	05 (31,2%)

Tabela 3 - Freqüência de respostas na tarefa de narrativa escrita

Acertos	Erros
11 (68,8%)	05 (31,2%)

Conclusões

Considerando que o sujeito participante do estudo tem uma afasia de expressão, é possível concluir que esse tipo de afasia parece não acarretar problemas cognitivos, na resolução de problemas lógicos constituídos por quantificadores ("cada", "todos", "alguns", "nenhum") e por partículas lógicas ("e" e "ou"). Foi possível perceber um maior número de acertos na tarefa de silogismo em relação às tarefas de narrativas oral e escrita, não havendo diferença entre essas últimas. Esses resultados, no entanto, precisam ser melhor investigados em uma amostra maior.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/UNICAP, pelo financiamento desta pesquisa; à clínica de Fonoaudiologia da UNICAP e à supervisora Maria da Conceição Silveira, pela disponibilidade em contribuir para a efetivação desta pesquisa.

Referências

CORDEIRO, A.A.A. **Resolução de problemas da Lógica Mental a predicativa por surdos usuários da língua de sinais Brasileira.** Um enfoque da Teoria da Lógica Mental. (2003). Tese de Doutorado Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

KANDEL, ERIC R. ; SCHWARTZ. JAMES H. ; JESSEL THOMAS M. **Fundamentos da Neurociência e do Comportamento.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,1997.

KOLB, BRYAN ; WHISHAM Q. IAN. **Neurociência do Comportamento.** 1. ed. Brasileira, São Paulo: Manole, 2002.

A HISTÓRIA DA AQUISIÇÃO E DA APRENDIZAGEM DA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Catarina Diniz Chaves[1]; Edvirges Ruiz[2]; Maria Cecília Antunes de Aguiar[3]

1.Estudante do curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas; 2. Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; 3. Professora do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas, participante do grupo de pesquisa GEEP; e-mail: saafc@elogica.com.br, ruizam@torricelli.com.br, maaguiar@elogica.com.br.

Resumo

O atual projeto é uma continuação de pesquisas iniciadas entre 2000/2002, sobre o desenvolvimento multidimensional do conceito de localização espacial. Os objetivos específicos da investigação consistem em: ampliar a configuração das histórias de vida e a caracterização sócioeconômica e cultural dos alunos da creche e da escola; analisar os processos psicológicos intuitivos e lógicos, utilizados por crianças de quatro a seis anos, quando desafiadas a resolverem situações-problema, no decorrer da realização da tarefa piagetiana "O Homem a Ser Situado na Paisagem"; e relacionar as histórias de vida configuradas com o desenvolvimento das aquisições e das aprendizagens da criança. Os dados obtidos, até então, foram coletados através de seis visitas à comunidade e conversas informais com cinco mães, uma avó e um pai dos sujeitos e, assim, pudemos traçar um perfil da comunidade carente estudada. 90% das mães tiveram gestação saudável, 50% das crianças apresentam doenças respiratórias e 40% dos pais estão desempregados. Aplicamos a tarefa piagetiana a 13 meninas e 7 meninos, de 4 a 6 anos, de escola municipal. Compararam-se os dados dessa pesquisa com os das anteriores. E essas comparações mostram que as posições da tarefa que obtiveram o maior índice de erros, 40%, foram as de nº 2(cruzamento entre o rio e a estrada), 9(setores II e IV, na estrada), 10(setor II, estrada, rio e caminho) e 12(setores I e IV, em cima da estrada).

Palavras Chave

educação infantil; desenvolvimento do conceito de localização espacial; famílias; história do aluno.

Introdução

Nosso projeto consiste num estudo ampliado da investigação, iniciada em maio de 2000, quando produzimos e efetivamos dois projetos de pesquisas (2000/01, 2001/02), sobre o desenvolvimento psicopedagógico do conceito de espaço, com crianças e adolescentes (entre quatro a 12 anos) de uma creche da Educação Infantil e de duas escolas do Ensino Fundamental dos sistemas público, municipal e estadual de ensino. A metade desses sujeitos também participou do Projeto Horizonte/

Articulando a Aquisição, a Aprendizagem da Criança e a Representação Social da Professora: Uma Construção Didático-pedagógica no Campo Conceitual da Localização Espacial na Educação Infantil. Órgão financiador: Pibic/UNICAP

UNICAP e do SUVAG(serviço para surdos), ouvintes e surdos de duas pesquisas da professora Tânia Nery, nossa colega do Departamento de Educação, com a qual trabalhamos em equipe por dois anos, juntamente com cinco bolsistas do Curso de Pedagogia e uma do Curso de Psicologia, todas do PIBIC/UNICAP, tendo uma delas renovado, uma vez, a sua bolsa.

No momento, estamos analisando os dados de nossa terceira pesquisa, configurando as características da saúde, econômicas, sociais, culturais das crianças, da creche e das escolas, públicas municipais, que se têm constituído nosso campo de pesquisa desde 2000.

Inspirando-se na abordagem da didática da matemática francesa, Engenharia Didática (Artigue, 1992), estamos, assim, complementando a a*nálise preliminar*, que objetiva identificar um quadro composto por múltiplas variáveis incluídas no vasto *campo do conceito de espaço*, incluindo a *localização espacial* e do cenário pedagógico da educação escolar, no nível da Educação Infantil, Grupo 3, em passagem para o Pré-escolar, ou início do 1º, Ciclo do Ensino Fundamental.

É importante esclarecer o que Clements e Batista (1992) dizem, na sua revisão, quanto ao que está ainda obscuro a respeito do raciocínio espacial o qual estamos dando destaque, como o cerne da nossa problemática de pesquisa desde 2000, como seja: quais são os processos intuitivos, cognitivos, sócioafetivos da cultura escolar e familiar relevantes, na construção do conceito de *localização espacial*, na aquisição e aprendizagem desse conceito pela criança.

Os estudos de Piaget e Inhelder constituem obras de significativa importância para qualquer investigação sobre o conceito de espaço, especialmente para aqueles que adotam a abordagem da significação e evolução psicológica. Dentre elas, destacamos aquelas sobre a construção do real (1937/1975), representação do espaço (1956/1993), a geometria espontânea da criança (1960) e a imagem mental (1971). Para a formação desse conceito, esses dois autores consideram que dois processos psicológicos são essenciais: a percepção e a representação espacial. Como a primeira é constituída na presença do objeto, através do seu contato direto, e a representação, na ausência do mesmo, com a intervenção da imagem mental, “o espaço perceptivo é constituído muito mais rapidamente do que o espaço representativo” (Piaget e Inhelder, 1993, p.471)

Metodologia

Foram selecionados aleatoriamente, de 20 sujeitos com idade entre 4 a 6 anos, sendo 7 meninos e 13 meninas, de escola municipal. Antes da pesquisa, foi realizado um estudo piloto com 2 crianças do sexo feminino, com idade de 4 e 6 anos, que não faziam parte dessa amostra. Foram feitas visitas à comunidade, entrevistadas cinco mães, uma avó e um pai dos sujeitos da amostra. Conversas informais e entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os informantes, além de registradas em protocolos. As observações da pesquisa foram registradas em Diário de Campo (DC). Formam aplicadas entrevistas clínicas aos sujeitos a partir da tarefa Piagetiana “O homem a ser situado na paisagem”. Confeccionaram-se as maquetes dessa tarefa piagetiana primeiramente testadas nas 2 crianças de 4 e 6 . Em seguida foi feita a aplicação da mesma tarefa às 20 crianças da amostra.

Resultados e Discussão

O resultado do estudo piloto foi semelhante aos observados por Piaget (Piaget e Inhelder, op. cit.). Em relação à aplicação da tarefa Piagetiana “O homem a ser situado na paisagem”, foram analisados os erros de cada sujeito em relação as posições solicitadas, e esses erros comparados aos de pesquisas anteriores, os resultados dessa análise podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 1-Freqüência/ percentagem de erro por posição da tarefa do Homem a ser Situado na Paisagem

Posições	Amostra de 2000		Amostra de 2001		Amostra de 2004		Total	
	Freqüência	Percentagem	Freqüência	Percentagem	Freqüência	Percentagem	Freqüência	Percentagem
1	0	0%	2	13%	0	0%	2	2%
2	9	**23%**	11	**73%**	10	50%	30	**40%**
3	0	0%	3	20%	11	55%	14	18%
4	0	10%	8	53%	4	20%	12	16%
5	3	7%	7	46%	2	10%	12	16%
6	3	7%	9	60%	6	30%	18	24%
7	1	2%	8	53%	17	**85%**	26	35%
8	5	12%	9	60%	13	65%	27	36%
9	6	15%	8	53%	16	**80%**	30	**40%**
10	8	20%	10	**66%**	12	60%	30	**40%**
11	3	7%	6	40%	14	**70%**	23	31%
12	10	**25%**	11	**73%**	9	45%	30	**40%**
13	9	**23%**	8	53%	7	35%	24	32%
14	3	7%	5	33%	5	25%	13	17%
15	3	7%	3	20%	0	0%	6	8%
total	**39**		**15**		**20**		**74**	

Conclusão

Com os resultados obtidos até então, através da visita à comunidade e da entrevista semi-estruturada com os familiares dos sujeitos, foi observado que a média de pessoas morando nesses domicílios é de 6 pessoas, por residência.

A maioria das crianças, nas horas livres, utiliza o espaço fora de suas moradias (na rua e calçada) para realizarem suas brincadeiras. A mãe e a avó tomam conta delas, nesses momentos, quando não estão na creche.

Segundo a família, 60% dessas crianças apresentam comportamento agressivo; 20% são bastante ativas e 20% quietas e caladas.

Em 60% dos casos, seus nascimentos aconteceram através de parto normal, tendo 90% das mães uma gestação saudável, com filhos pesando entre 2100g e 3600g, ao nascerem.

Metade das crianças observadas apresenta problemas de saúde, relacionados ao aparelho respiratório (asma, cansaço, alergia e resfriados) e o restante possui boa saúde. No que diz respeito à ocupação dos pais, 60% das mães são dona de casa e 40% dos pais estão desempregados.

O ambiente familiar é pequeno com, no máximo, dois quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro e 1 terraço.

No que diz respeito à aplicação da tarefa piagetiana “O homem situado na paisagem”, na pesquisa de 2004, que consiste em dois relevos exatamente iguais, representando uma paisagem. Ambos os modelos são atravessados de alto a baixo por um riacho, apresentando ao lado direito uma colina alongada sobre a qual está situada uma casa de teto amarelo. Uma estrada parte do canto inferior esquerdo e atravessa em diagonal cruzando o rio. Outra casa significantemente maior que a de teto amarelo tem o teto vermelho e encontra-se à esquerda da estrada, no canto inferior; ambas as casas são ligadas por um estreito caminho que atravessa o riacho, por uma ponte. No mesmo setor da casa vermelha, mas no canto esquerdo superior do relevo, encontram-se três árvores dispersas.

Também foi utilizado um anteparo removível para ser posto entre as duas maquetes, em diferentes situações no decorrer do experimento, impedindo que o sujeito domine com o olhar os dois

relevos ao mesmo tempo. Dois bonecos iguais são utilizados, um deles fica com o experimentador, que o coloca em quinze posições diferentes, apresentadas. O outro boneco ficará com o sujeito ao qual é solicitado situá-lo no seu relevo, na mesma posição. Depois que o sujeito localiza definitivamente seu boneco, ele deve ser levado a explicar verbalmente, de olhos fechados (algumas vezes, pode-se aceitar explicações com olhos abertos), onde ou por que o localizou naquela posição. Diferentemente da pesquisa piagetiana, utilizamos o anteparo e a rotação de 180º com crianças de 3 a 4 anos, com o objetivo de testar os resultados.

Pudemos observar que as posições 1 e 15 foram as que obtiveram o maior índice de acertos (todos os sujeitos colocaram os bonecos nos locais sugeridos), enquanto na posição 7, houve o maior número de erros, 17 sujeitos erraram, e, em seguida, a 9, com 16 sujeitos errando a posição solicitada. Já na comparação entre as pesquisas de 2000, 2001 e 2004, podendo ser observada acima, no item resultados e discursão, vimos que as posições 2, 9, 10 e 12 obtiveram o maior índice de erro, 40%. De acordo com a pesquisa realizada em 2000, apenas as posições nº 2 e 12 coincidem com o resultado da comparação entre os índices de erros das três pesquisas; já na pesquisa de 2001, as posições que coincidiram foram as de nº 2,10 e 12, e na nossa última pesquisa apenas a 9 está entre as quatro de maior índice de erro. Para conhecermos melhor as posições, 2 é o cruzamento entre o rio e a estrada, a 9 está nos setores III e IV(na estrada), a 10 no setor II(estrada, rio e caminho) e a 12 ns setores I e IV(em cima da estrada)

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC/UNICAP pelo apoio financeiro à pesquisa.

Referências

AGUIAR, M. C. A de, NETA, E. e LEÃO, F.B. Desenvolvimento cognitivo da localização espacial: subsídios para uma proposta didática. In: **XV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste.** São Luíz: UFMA/Mestrado em Educação, GT 19, p. 1-11, 2001. CD-room.

ARTIGUE, M. Didactic Engeneering. **Recherches en Didactique de Mathématiques**. Grenoble: La Pensée Sauvage, 41-66, 1992.

CLEMENTS, D. H. e BATISTA, M. T. Geometry and espacial reasoning. In Douglas, A. e Grouws (Ed.), **Handbook of research on Mathematics teaching learning**. New York: Simoom e Schuster Macmillan, p. 420-64, 1992.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Trad. de Maria Alice M. D'Amorim. Rio de Janeiro: Florence, 1967.

PIAGET, J. e INHELDER, B. A. **The child's conception of geometry**. London: Routledge and Paul, 1960.

_____ **Mental imagery in the child**. London, Routledge and Paul, 1971.

_____ **A construção do real na criança**. Tradução de. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zaahar, 1975. 360 p.

_____.**A representação do espaço na criança**. Tradução. de Bernardina M. de Albuquerque. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE QUANTO ÀS CONTRIBUIÇÕES

Mylenna Cruz Arcoverde[1]; Silvia Diniz [2]

[1]Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais; E-mail: mylenna_arcoverde_29@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa: Linguagem e Direito. E-mail: dinizsilvia@uol.com.br

Resumo

Com fulcro na pesquisa em curso, financiada pelo Programa Institucional de Base de Iniciação Científica-PIBIC, intitulada "A inconstitucionalidade da lei tributária: uma análise da jurisprudência quanto às contribuições", fez-se um levantamento minucioso e bastante relevante quanto a ações tramitantes no STF, cuja discussão gira em torno de cada uma das contribuições. O principal objetivo do presente projeto circunda nas adins – ações diretas de inconstitucionalidade – que, através de um controle repressivo, visam a declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e, conseqüentemente, a sua expurgação do ordenamento jurídico brasileiro. Pretende, com isso, solucionar os problemas surgidos com a eficácia e os efeitos das decisões na órbita tributária, através da análise das ações diretas pelo Supremo Tribunal Federal. Entre as contribuições analisadas, tem-se a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS – Programa de Integração Social, CPMF – Contribuição sobre Movimentação Financeira e ,por fim, a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, as quais foram explanadas de forma sucinta, porém satisfatória ao longo da pesquisa. É mister ressaltar que , por meio do endereço eletrônico < www.stf.gov.br>, foram localizadas todas as ações tramitantes na suprema corte, inclusive as adins pertinentes às contribuições acima elencadas.

Palavras-chave: tributário; constitucionalidade; efeitos.

Introdução

Em face da atual situação brasileira, que vem passando por reformas e provocando o surgimento de sucessivas Leis Ordinárias, a instabilidade no mundo jurídico tem-se instalado. Em conseqüência disso, o instituto do Controle de Constitucionalidade ganha grande ênfase como forma de proteção de nossa Lei Maior, contra as possíveis violações. Controlar a constitucionalidade, conforme o constitucionalista Alexandre de Morais, "significa verificar a adequação (compatibilidade) de uma lei ou de um ato normativo com a constituição, verificando seus requisitos formais e materiais." (MORAIS, Alexandre, 2002:579)

Não se pode falar em controle de constitucionalidade sem antes fazer alusão à supremacia da constituição, pois esta se coaduna com a noção de constituição rígida e com a proteção dos direitos fundamentais. A supremacia constitucional é a única garantia de que o Direito pode oferecer contra o arbítrio do Estado, especialmente quando este se expressa através de lei. Dada a importância da Constituição para o nosso ordenamento jurídico, sua elaboração requer um

Projeto: Inconstitucionalidade de Lei Tributária: uma Análise da Jurisprudência. **Órgão financiador**: UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco.

processo mais dificultoso do que é dado à elaboração de leis ordinárias, ratificando, desta forma, sua supremacia. Ronaldo Poletti afirma que o tema do controle de constitucionalidade das leis, baseado no princípio da supremacia da Constituição, implica colocar a Carta Magna acima de todas as outras manifestações do direito, as quais, ou são com ela compatíveis ou nenhum efeito devem produzir. (POLETTI,Ronaldo,2000:03).

Existem várias formas de controlar a constitucionalidade, mas a pesquisa se restringiu ao controle concentrado de constitucionalidade feito pelo STF – Supremo Tribunal Federal, onde foi encontrado um total de 291 (duzentos de noventa e um)documentos, dos quais 44(quarenta e quatro) referentes ao COFINS, entre estes, 03 (três) adins, juntamente com as medidas cautelares; 211 (duzentos e onze) referentes ao PIS, entre estes, 07 (sete) adins, juntamente com medidas cautelares; 33 (trinta e três) referentes à CPMF, entre estes, 05 (cinco) adins, juntamente com medidas cautelares; e 03 (três) referentes à CSLL, entre estes, nenhuma adin, nem medidas cautelares. (BRASIL,2004).

Metodologia

Tendo em vista os objetivos traçados anteriormente, no projeto de pesquisa, e objetivando uma maior eficácia na abordagem do tema proposto, utilizamos, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, em livros, manuais, periódicos, acerca do controle de constitucionalidade das leis, de maneira abrangente, para posteriormente analisar as adins da Suprema Corte.

Para a análise ser possível, foi necessária uma busca minuciosa, no site do Supremo Tribunal Federal www.stf.gov.br, das ações tramitantes naquela corte, para, posteriormente, ser feita a análise dos acórdãos na íntegra, no que tange às adins, e um levantamento estatístico em relação a todas as ações encontradas.

Resultados e discussão

Com o objetivo de vislumbrar melhor os resultados estatísticos obtidos com a pesquisa, foi feita uma tabela que explana as adins – ações diretas de inconstitucionalidade – e as cautelares encontradas, juntamente com o Estado em que foram ajuizadas, as datas dos julgamentos, o dispositivo atacado pela referida ação e a decisão da suprema corte, pela procedência ou improcedência da ação direta.

COFINS				
Adin	Estado	Data de Julgamento	Dispositivo atacado	Decisão
ADIN 1417-0	Distrito Federal	02/08/1999	Art. 18 da Lei nº 9.715/88	Procedente em parte
ADIN 1417/MC	Distrito Federal	07/03/1996	Art. 17 da MP nº 1.325/96	Procedente em parte
ADIN 1318/ MC	Distrito Federal	27/09/1995	MP nº 1.048/95	Improcedente

PIS				
Adin	Estado	Data de Julgamento	Dispositivo atacado	Decisão
ADIN 1417-0	Distrito Federal	02/08/1999	Art. 18 da Lei nº 9.715/88	Procedente em parte
ADIN 1417/ MC	Distrito Federal	07/03/1996	Art. 17 da MP nº 1.325/96	Procedente em parte
ADIN 1318 MC	Distrito Federal	27/09/1995	MP nº 1.048/95	Improcedente
ADIN 835 MC	Distrito Federal	23/04/1993	Art. 9º da Lei 8.177 de 01/03/1991.	Improcedente
ADIN 9	Distrito Federal	27/03/1992	Decreto lei nº 2445/88	Improcedente
ADIN 7	Distrito Federal	07/02/1992	Decreto lei nº 2445/88	Improcedente
ADIN 9/MC	Distrito Federal	04/05/1989	Decreto lei nº 2445/88	Improcedente

CPMF				
Adin	Estado	Data de Julgamento	Dispositivo atacado	Decisão
ADIN 2666-6	Distrito Federal	03/10/2002	Art. 3º da EC 37/02	Improcedente
ADIN 2031-5/ MC	Distrito Federal	29/09/1999	Art. 75 e parágrafos acrescentados ao ADCT pela emenda nº 21/99	Procedente em parte
ADIN 1640-7	União Federal	12/02/1998	Lei nº 9.438/17	Improcedente
ADIN 1497/MC	Distrito Federal	09/10/1996	Lei nº 9.438/17	Improcedente
ADIN 1501-0/MC	São Paulo	09/10/1996	Lei nº 9.438/17	Improcedente

CLSS
Não houve adin referente a esta contribuição

Conclusões

Dentro do que foi aludido e compreendido com as pesquisas feitas acerca do projeto em tela, concluo que, dentro de uma perspectiva estatística, foram encontradas 12 (doze) ADINS - ações declaratórias de constitucionalidade – incluindo as cautelares, sendo a maior demanda referente ao PIS – Programa de Integração Social – perfazendo um total de 07 (sete) ações diretas, entre os anos de 1989 e 1999. Em seguida, veio a CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – com 04 (quatro) adins , entre os anos de 1996 e 2002. O COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – vem logo em seguida com 03 (três) ações diretas entre os anos de 1995 e 1999 e por fim a CSLL – Contribuição sobre o Lucro Líquido, que não foi alvo de nenhuma adin durante o período de busca.
Dentro dessa perspectiva estatística, vislumbramos a importância do controle de constitucionalidade em nosso ordenamento jurídico, uma vez que visa assegurar nossas garantias constitucionais contra leis ou atos normativos que violem nossa Lei Maior.

Agradecimentos

À UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, órgão financiador da pesquisa, pois, sem esta instituição, não seria possível o desenvolvimento da referida pesquisa.

Referências

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 579;

POLETTI, **Ronaldo**. Controle da constitucionalidade das leis**. 2. ed. Rio de janeiro: Forense, 2000, p. 03.**

ADIN nº 1417-0 Disponível em:
http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?PROCESSO=1417&CLASSE=ADI&cod_classe=504&ORIGEM=IT&RECURSO=0&TIP_JULGAMENTO=M > último acesso em 26 de março de 2004.

ADIN nº 1417/MC Disponível em:
http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?PROCESSO=1417&CLASSE=ADI%2DMC&cod_classe=555&ORIGEM=IT&RECURSO=0&TIP_JULGAMENTO=M > último acesso em 26 de março de 2004.

ADIN nº 1318/MC Disponível em http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?classe=ADI-MC&processo=1318&origem=IT&cod_classe=555> último acesso em 26 de março de 2004.

ADIN nº 835 /MC Disponível em: http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?classe=ADI-MC&processo=835&origem=IT&cod_classe=555> último acesso em 26 de março de 2004.

ADIN nº 9 Disponível em: http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?classe=ADI-MC&processo=835&origem=IT&cod_classe=555> último acesso em 26 de março de 2004.

ADIN nº 7 Disponível em: http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?classe=ADI&processo=7&origem=IT&cod_classe=504> último acesso em 26 de março de 2004.

ADIN nº 9/MC Disponível em: http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?PROCESSO=9&CLASSE=ADI%2DMC&cod_classe=555&ORIGEM=IT&RECURSO=0&TIP_JULGAMENTO=M> último acesso em 26 de março de 2004.

ADIN nº 2666 Disponível em: http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?classe=ADI&processo=2666&origem=IT&cod_classe=504> último acesso em 05 de abril de 2004.

ADIN nº 2031-5/MC Disponível em: http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?PROCESSO=2031&CLASSE=ADI%2DMC cod_classe=555&ORIGEM=IT&RECURSO=0&TIP_JULGAMENTO=M_> último acesso em 05 de abril de 2004.

ADIN nº 1640-7 Disponível em : http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?classe=ADI-QO&processo=1640&origem=IT&cod_classe=20> último acesso em 05 de abril de 2004.

ADIN nº 1497/MC Disponível em: http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?classe=ADI-MC&processo=1497&origem=IT&cod_classe=555> último acesso em 05 de abril de 2004.

ALTERAÇÕES DA FUNÇÃO DE DEGLUTIÇÃO: RELATOS DE FONOAUDIÓLOGOS SOBRE SUCESSOS E INSUCESSOS NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS*[1]

Shirley Luciani Pereira Alves[1]**; Elisabeth Cavalcanti Coelho**[2]

[1] Estudante do curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH) e Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: shirleyluciani@ig.com.br;
[2] Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH) e Orientadora do PIBIC da UNICAP. E-mail: bethccoelho@bol.com.br. Participante do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem.

Resumo

Esta pesquisa parte de uma investigação qualitativa em relação aos diversos aspectos que geram sucessos e insucessos na intervenção fonoaudiológica junto a crianças que portam alterações da função de deglutição. Acredita-se que o conhecimento desses aspectos poderá gerar reflexões construtivas no exercício clínico desse profissional. Nesta perspectiva, visa identificar aspectos facilitadores do sucesso e fatores que conduzem ao insucesso, bem como verificar as estratégias utilizadas pelos fonoaudiólogos na tentativa de reverter fatores que conduzem aos insucessos nesse tipo de intervenção. A investigação contou com amostra de dez fonoaudiólogos da Região Metropolitana do Recife, que atuam com crianças com alterações da função de deglutição, caracterizando-se como um estudo de caráter exploratório. O instrumento foi um questionário, circunscrevendo questões relativas ao trabalho com a função de deglutição. Os dados obtidos foram agrupados a fim de elucidar a discussão. A colaboração da família foi o aspecto mais salientado pelos profissionais participantes, como facilitador do sucesso no processo terapêutico. Sua ausência é pontuada como fator de maior incidência nos insucessos. Ao se defrontarem com essa ausência, procuram incentivar a presença da mesma como uma das estratégias, a serem utilizadas para reverter os fatores desfavoráveis, rumando em direção a um processo terapêutico eficaz.

Palavras-chave: Fonoaudiologia; Motricidade Oral; Processo Terapêutico.

Introdução

Este estudo surgiu da constatação de que, na prática clínica com crianças com alterações na área da Motricidade Oral, nem sempre os processos revertem positivamente. Muitas vezes os tratamentos são interrompidos ou até mesmo os novos padrões não chegam a ser totalmente automatizados.

Discutir questões dessa natureza remete-nos inicialmente a uma revisão da literatura no que diz respeito ao sistema estomatognático e suas funções, pois, segundo Tanigute (1998), a função de deglutição não pode ser vista de forma isolada e independente, já que faz parte de um sistema em que funcionam outras funções.

A partir de autores como Douglas (2003) e Marchesan (1999), são pontuados, ao longo do

* **Projeto:** Alterações da Função de Deglutição: relatos de fonoaudiólogos sobre sucessos e insucessos – **Órgão Financiador:** Programa Institucional de Base de Iniciação Científica (PIBIC) / Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

trabalho, aspectos constitutivos do sistema estomatognático, como conceito, grupos de estruturas e funções.

O estudo aqui proposto traz, inicialmente, explanações sobre o sistema estomatognático e as funções orais, referenciando-se a: sucção, respiração, fonação e articulação, mastigação e deglutição.

No seguimento, contempla as alterações da função de deglutição e comenta sobre os vários fatores que podem gerar alterações na sua execução, como: aspectos respiratórios, alimentares, morfológicos e posturais dos órgãos fonoarticulatórios, bem como hábitos bucais e tonicidade / mobilidade da musculatura envolvida. Compreende-se, então, que tais fatores, entre outros, quando não transformados, podem ser explicativos de insucessos terapêuticos em Fonoaudiologia.

Marchesan (1998a), em seu estudo sobre o diagnóstico e as possibilidades terapêuticas nesta função, reconhece a necessidade de caracterizar o que vem a ser a deglutição atípica, questionando se haveria um padrão que poderia ser visto como um padrão adaptado, ao que chamou de deglutição adaptada. No decorrer do trabalho, serão vistas características que referenciam cada uma.

Finalmente é enfocada a reeducação fonoaudiológica, salientando-se aspectos relacionados à conscientização da problemática e dos objetivos a serem alcançados, à postura oral, ao tônus e mobilidade da musculatura, às demais funções orais envolvidas e, principalmente, à função deglutitória. Marchersan (1998b) pontua que a intervenção fonoaudiológica poderá ser realizada com sucesso, quando os objetivos são alcançados, ou poderá defrontar-se com fatores que promovam insucessos.

Este estudo pretende investigar os fatores que desencadeiam tais sucessos e insucessos no processo terapêutico fonoaudiológico destinado a crianças portadoras de alterações na função de deglutição, verificando as estratégias utilizadas pelos fonoaudiólogos participantes para reverter fatores que conduzem aos insucessos neste processo.

Metodologia

A amostra foi constituída por dez fonoaudiólogos da Região Metropolitana do Recife, independente do tempo de atuação clínica e gênero, sendo apenas exigido que atuassem na área de Motricidade Oral, especificamente com alterações da função de deglutição com população infantil.

O instrumento utilizado foi um questionário, contendo questões relativas ao trabalho com a função de deglutição. As respostas foram categorizadas em Tabelas para a análise final dos resultados, que se deu de forma qualitativa, apontando para os sucessos e insucessos do atendimento fonoaudiológico em crianças.

Vale salientar que inicialmente os fonoaudiólogos participantes foram informados verbalmente e por escrito sobre os objetivos do estudo, concordando em colaborar. Neste momento, assinaram um termo de consentimento para utilização das informações cedidas, sendo-lhes garantido o anonimato.

Resultados e Discussão

O primeiro questionamento foi em relação aos fatores que geram sucessos no processo terapêutico com crianças em relação às alterações da função de deglutição. Estes dados encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1 Fatores que geram sucessos no processo terapêutico com crianças em relação às alterações da função de deglutição

RESPOSTAS OBTIDAS	QUANTIDADE
1. Colaboração da família	7
2. Condições orgânico funcionais favoráveis do paciente	5
3. Embasamento teórico prático do terapeuta	3
4. Conscientização do paciente	2
5. Demanda do paciente	3
6. Demanda da família	4
7. Disciplina da criança	2
8. Assiduidade do tratamento	2
9. Dinâmica do terapeuta com a criança	4
TOTAL	32

Evidencia-se a colaboração da família como fator mais salientado pelos fonoaudiólogos como gerador de sucesso no processo terapêutico. Gomes (1998, p.104) afirma que, principalmente "(...) quando se trata de crianças pequenas ou mesmo das maiores que às vezes ainda são muito dependentes, teremos que solicitar a colaboração dos pais".
Outros fatores, dispostos na Tabela acima, também foram citados como geradores de sucessos e indispensáveis aos profissionais, a fim de relacioná-los à prática clínica com a população infantil.
A Tabela 2 refere-se aos fatores que geram insucessos no processo terapêutico com essas crianças citados pelos fonoaudiólogos.

Tabela 2 Fatores que geram insucessos no processo terapêutico com crianças em relação às alterações da função de deglutição

RESPOSTAS OBTIDAS	QUANTIDADE
1. Falta de colaboração da família	7
2. Condições orgânico funcionais desfavoráveis do paciente	5
3. Demanda do paciente	3
4. Demanda da família	4
5. Não conscientização da criança	3
6. Falta de embasamento teórico prático do terapeuta	3
7. Falta de assiduidade ao tratamento	2
8. Indisciplina da criança	2
9. Ausência de diálogo com ortodontistas	1
10. Falta de dinâmica do terapeuta com a criança	5
TOTAL	35

Assim como na Tabela1, a família é o foco. No entanto aqui é ressaltado o oposto, ou seja, a sua falta de colaboração.Acredita-se na necessidade de o profissional manter-se atento, ao identificar essa ausência e outros aspectos referidos nessa Tabela, a fim de reverter falhas no processo terapêutico.
No seguimento, os fonoaudiólogos mencionaram algumas ações para reverter fatores que levam aos insucessos (Tabela 3):

Tabela 3 Ações para reverter fatores que levam aos insucessos no processo terapêutico com crianças em relação às alterações da função de deglutição

RESPOSTAS OBTIDAS	QUANTIDADE
1. Incentivar a colaboração da família	6
2. Encaminhar a profissionais especializados: ortodontistas, otorrinolaringologistas	4
3. Trabalhar a demanda com o paciente	4
4. Trabalhar a demanda com a família	2
5. Dinamizar a relação terapeuta x criança	3
6. Disciplinar a criança	1
7. Suspender o atendimento, pelo fato de a "correção" orgânica não estar ajudando	1
TOTAL	21

Entre os fatores, incentivar a colaboração da família foi o mais referenciado Nesta linha de pensamento, o grupo familiar passa a ser "um facilitador do bem-estar da criança", o que está de acordo com Coelho (2000, p.120), e torna-se imprescindível a sua presença na reabilitação das alterações miofuncionais.

Conclusões

Nesta pesquisa, o objetivo volta-se a investigar aspectos que geram sucessos e insucessos na intervenção fonoaudiológica das alterações da deglutição.
Especificamente, o estudo identifica diversos facilitadores do sucesso, entre eles, o que obtém destaque recai sobre a colaboração da família, sendo de grande relevância ao processo terapêutico. Em contrapartida, a falta de colaboração da família revela-se como principal fator de insucesso na prática com crianças portadoras de alterações da função de deglutição. Constata-se que a maioria dos profissionais pesquisados afirma que o incentivo à colaboração da mesma é uma das estratégias utilizadas para reverter fatores que conduzem aos insucessos na prática com essas crianças.

Agradecimentos

A Deus, a minha família, ao PIBIC / UNICAP – CNPQ pelo apoio à Pesquisa Científica, aos profissionais participantes e a todos que me incentivaram na realização desta pesquisa.

Referências

CARVALHO, G. D. **S.O.S. Respirador Bucal**. São Paulo: Lovise, 2003.

COELHO, E. C. **O pai na clínica fonoaudiológica:** ausente ou excluído. Dissertação de Mestrado. **Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia**. PUC. São Paulo, 2000.

GOMES, I. C. D. Família e Fonoaudiologia. In: _____. Fundamentos em Fonoaudiologia: aspectos clínicos da Motricidade Oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p.99-105.

MARCHESAN, I. Q. Deglutição: diagnóstico e possibilidades terapêuticas. In: _____. **Fundamentos em Fonoaudiologia**: aspectos clínicos da Motricidade Oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998a, p.51-58.

MARCHESAN, I. Q. Avaliação e terapia dos problemas da respiração. In: _____. **Fundamentos em Fonoaudiologia**: aspectos clínicos da Motricidade Oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998b, p.23-36.

MARCHESAN, I. Q. **Motricidade oral**: visão clínica do trabalho fonoaudiológico integrado com outras especialidades. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pancast, 1999. 93p.

TANIGUTE, C.C. Desenvolvimento das funções estomatognáticas. In: MARCHESAN, I. Q. **Fundamentos em Fonoaudiologia**: aspectos clínicos da Motricidade Oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. p. 01 – 06.

ALTERAÇÕES DA FUNÇÃO DE DEGLUTIÇÃO: RELATOS DE FONOAUDIÓLOGOS SOBRE SUCESSOS E INSUCESSOS NO ATENDIMENTO A PACIENTES ADULTOS

Milena Rebeka de Lira Freire[1] ; Elisabeth Cavalcanti Coelho[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH) e Bolsista do Pibic da UNICAP. E-mail: milenalira@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH), Participante do Grupo de Pesquisa: Linguagem, Lógica, Cognição e orientadora do Pibic da UNICAP. E-mail: bethccoelho@bol.com.br.

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar aspectos que geram sucessos e insucessos na intervenção fonoaudiológica das alterações da deglutição em pacientes adultos, verificando as estratégias utilizadas pelos fonoaudiólogos para reverter fatores que conduzem aos insucessos com estes pacientes. Contemplou teoricamente o sistema estomatognático e suas funções com ênfase na deglutição, suas alterações e o processo de reeducação. A amostra foi constituída por 10 fonoaudiólogos que atuam na área de motricidade oral e que, após as formalidades envolvendo esclarecimento dos objetivos do estudo e as assinaturas de consentimento, responderam a questionário semi-estruturado com perguntas, envolvendo a prática clínica com a função deglutitória. As respostas foram categorizadas e analisadas de forma qualitativa, sendo esta uma pesquisa exploratória. Os resultados apontam que, no trabalho com deglutição de adultos, os fonoaudiólogos salientam aspectos que envolvem o paciente, o profissional e a equipe para que haja o sucesso terapêutico.

Palavras-chave: Fonoaudiologia; Motricidade oral; Processo Terapêutico.

Introdução

A grande incidência de pessoas com alteração na função de deglutição nas diversas faixas etárias é fato na clínica fonoaudiológica. Durante a reeducação desta função, muitas vezes o profissional depara-se com insucessos, mas também são observados êxitos. Logo, ter o conhecimento sobre fatores que conduzem ao sucesso ou ao insucesso ganha relevância, uma vez que possibilita reflexão e transformação na prática clínica fonoaudiológica.

Segundo Marchesan (1999), o sistema estomatognático é considerado um conjunto de estruturas bucais que desenvolvem funções em comum, além de ter a constante participação da mandíbula e a relação com os sistemas nervoso e circulatório. As funções orais são: sucção, respiração, fonação e articulação, mastigação e deglutição.

Considerada por Tanigute (1998) uma função também de relevância para o sistema estomatognático, a deglutição tem por objetivo encaminhar o bolo alimentar da cavidade bucal ao esôfago, sendo uma “atividade neuromuscular complexa e integrada”.

Projeto: Alterações da função de deglutição: relatos de fonoaudiólogos sobre sucessos e insucessos. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco.

Tendo início a partir da 12ª semana de vida intra-uterina, essa função amadurece com os diferentes tipos de consistências alimentares dados à criança e com o nascimento dos primeiros molares decíduos, desencadeando então os movimentos de mastigação.

A função deglutitória pode ser dividida, segundo Magendie (*apud* TANIGUTE, 1998), em três fases: oral, faríngea e esofágica. A primeira fase é considerada voluntária e consciente, e por este motivo pode ser acelerada, retardada ou interrompida; a faríngea é consciente e involuntária, dependendo então de uma ação reflexa; por fim, a esofágica, também involuntária, mas inconsciente, dá término ao processo de deglutição, levando o bolo alimentar do esôfago até o estômago.

Um padrão normal de deglutição para Hanson (1999) é aquele no qual a ponta da língua posiciona-se contra o processo alveolar superior e as bordas laterais contra as gengivas pelas laterais do arco dental, impedindo que o alimento se espalhe nas laterais ou pela parte anterior. Ao seu término não devem restar partículas de alimentos nos dentes e/ou na língua.

No que diz respeito às alterações de deglutição, Marchesan (1998, p. 56) considera que a atipia ocorre quando o padrão deglutitório se afasta do padrão normal, havendo, portanto, uma modificação inadequada de língua e/ou de estruturas que participam, durante a fase oral, da deglutição, sem que haja alteração de forma na cavidade oral.

Nestes casos, apenas o trabalho fonoaudiológico possibilitaria modificação no modo de deglutição, estando a alteração apenas nesta função, pois as estruturas responsáveis por ela estariam adequadas.

Em contrapartida, a deglutição adaptada, segundo Marchesan (1998), ocorre devido à existência de algum problema como má oclusão ou respiração bucal, e diferentemente da atipia, dificilmente o indivíduo automatizará o padrão correto de deglutição.

Nestes casos, quando o fonoaudiólogo trabalha sem o apoio do dentista, depara-se com dificuldades em transformar e estabilizar novos padrões.

Para Junqueira (1998), é necessário que o dentista esteja atento ao diferenciar e diagnosticar os casos em que, mesmo após tratamento, o indivíduo permanece com os hábitos anteriores. Portanto, a reabilitação fonoaudiológica da deglutição é bastante importante, uma vez que tem a finalidade de evitar recidivas.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar aspectos que geram sucessos e insucessos na intervenção fonoaudiológica das alterações da deglutição, especificamente identificar aspectos facilitadores do sucesso no processo terapêutico de adultos com alterações na deglutição; identificar fatores que conduzem ao insucesso no processo terapêutico de adultos com alteração na deglutição, além de verificar as estratégias utilizadas pelos fonoaudiólogos, visando reverter fatores que conduzem aos insucessos do processo terapêutico com adultos.

Metodologia

Inicialmente foram contatados dez fonoaudiólogos da Região Metropolitana do Recife, independente do tempo de atuação clínica e gênero, que atuassem na área de Motricidade Oral, especificamente com alterações da função de deglutição com população adulta.

Esses fonoaudiólogos foram informados sobre os objetivos da pesquisa através da Carta de Informação ao Participante (ANEXO 1), e ao concordarem em colaborar, assinaram um Termo de Consentimento (ANEXO 2) para utilização das respostas, uma vez que lhes foi garantido o anonimato. Teve com o instrumento um questionário (ANEXO 3), contendo questões relativas ao trabalho com a função de deglutição. A análise final dos resultados se deu de forma qualitativa, apontando para os sucessos e insucessos do atendimento fonoaudiológico da deglutição em pacientes adultos.

Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados deste estudo está baseada nas respostas dadas pelos 10 fonoaudiólogos participantes. Os dados estão expostos através de Tabelas envolvendo os fatores que geram sucessos e insucessos no processo terapêutico, bem como nas ações tomadas pelos profissionais para reverter os insucessos no processo.Os fatores apontados como geradores de sucesso estão na Tabela 1.

Tabela 1 fatores que geram sucessos no processo terapêutico

Respostas Obtidas	Quantidade
1. Conscientização do paciente	10
2. Demanda do paciente	9
3. Avaliação minuciosa do terapeuta	5
4. Embasamento teórico-prático adequado do terapeuta	4
5. Acompanhamento interdisciplinar	4
6. Condições orgânico-funcionais favoráveis	2
7. Inclusão da família no processo terapêutico	2
8. Conhecimento do sujeito pelo terapeuta	1
9. Motivação do fonoaudiólogo	1
10. Explicação das alterações ao paciente	1
Total	40

Das 39 respostas encontradas, duas tomam lugar de destaque, a saber: conscientização do paciente e demanda advinda deste. Pode-se afirmar que todos os participantes da pesquisa apontam a conscientização do paciente como fator principal gerador do sucesso no processo terapêutico com adultos que tenham alteração na função de deglutição. Para Marchesan (1999), a conscientização do paciente é fator contribuinte na terapia de deglutição, uma vez que as atitudes deverão partir do próprio paciente, cabendo então ao profissional fornecer orientação necessária em relação às possibilidades para determinados casos. Para a autora, a demanda também faz-se bastante necessária para a terapia de deglutição com adultos, pois é considerada como um dos fatores que impulsionam ao sucesso. No seguimento, a Tabela 2 refere-se aos fatores que geram insucessos no processo terapêutico.

Tabela 2 fatores que geram insucessos no processo terapêutico

Respostas Obtidas	Quantidade
1. Desmotivação do paciente	6
2. Falta de embasamento teórico-prático	5
3. Ausência de acompanhamento interdisciplinar	3
5. Condições orgânico-funcionais desfavoráveis	2
9. Recidivas	1
10. Instabilidade do estado emocional do paciente	1
11. Dificuldade em trocar informações com a família do paciente	1
12. A não escuta do paciente	1
Total	20

Das 20 respostas obtidas, duas se destacaram: a desmotivação do paciente e a falta de embasamento teórico-prático. Estas foram referidas como os maiores fatores geradores de insucessos no processo terapêutico de adultos com alteração de deglutição. Segundo Marchesan (1999), para que a reabilitação fonoaudiológica tenha êxito, faz-se necessária também a motivação do paciente, caso contrário o insucesso virá à tona. Vale salientar que a falta de embasamento teórico-prático, assim como a não-utilização de técnicas eficazes, essenciais e diretas, segundo Hanson (1995)

possibilitará também insucesso no processo terapêutico. Na Tabela 3, os dados obtidos relacionam-se com as atitudes/estratégias que os profissionais usam para reverter fatores que conduzem ao insucesso no processo terapêutico.

Tabela 3 fatores que revertem insucessos no processo terapêutico

Respostas Obtidas	Quantidade
1. Acompanhamento interdisciplinar	**6**
2. Motivação do paciente	**5**
3. Embasamento teórico-prático	**2**
4. Exames complementares	**1**
5. Criação da demanda	**1**
7. Divisão das responsabilidades entre terapeuta-paciente	**1**
8. Busca da compreensão dos determinantes	**1**
9. Entendimento das ações e reações do paciente	**1**
10. Reelaboração do plano terapêutico	**1**
Total	**19**

Das 19 respostas encontradas, destacam-se: acompanhamento interdisciplinar, citado seis vezes e a motivação do paciente, cinco vezes. Neste sentido, consideram fundamental a presença de uma equipe interdisciplinar, com estratégia para reverter fatores que conduzem aos insucessos. Para Marchesan (1999), a equipe multidisciplinar deve conter profissionais como: médicos, dentistas, fisioterapeutas e psicólogos. Estes por sua vez, deverão conhecer bem os papéis de seus colegas de trabalho, assim como as possibilidades e limitações dos mesmos, além de decidir, juntamente com a família e o paciente, a prioridade do trabalho a ser iniciado. Outra importante estratégia utilizada pelos fonoaudiólogos entrevistados foi a motivação do paciente, como já dito anteriormente, considerada por Marchesan (1999) possibilitadora de sucesso terapêutico. Para tal fizeram-se importantes os conhecimentos elucidados nas Tabelas expostas acima, com a finalidade de que o profissional reflita sobre sua intervenção clínica.

Conclusões

Nosso objetivo nesta pesquisa foi investigar aspectos que geram sucessos e insucessos na intervenção fonoaudiológica das alterações de deglutição, verificando as estratégias utilizadas para reverter os fatores que dificultam o processo terapêutico com adultos. Constatamos que todos os profissionais pesquisados afirmam que a conscientização do paciente é um dos principais fatores que geram sucesso no processo terapêutico de adultos com alteração na deglutição. Além disso, apontam também para a demanda do paciente, avaliação minuciosa, embasamento teórico-prático adequado do terapeuta e o acompanhamento interdisciplinar. Em contrapartida, a falta de motivação do paciente e a falta de embasamento teórico-prático adequado do terapeuta são os aspectos identificados como implicados com os insucessos no processo. Diante disto, procurando reverter as possibilidades de insucesso, os fonoaudiólogos procuram investir na motivação do paciente, bem como contar com o trabalho da equipe interdisciplinar. Pode-se considerar então que os profissionais relevam a relação interdisciplinar, uma vez que promove a troca de saberes, além de obter uma prática clínica mais abrangente visando a um melhor prognóstico para o paciente. Finalmente, concluímos que no trabalho com deglutição de adultos, os fonoaudiólogos deste estudo salientam aspectos que envolvem o paciente, o profissional e a equipe para que haja o sucesso terapêutico.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, à família, a todos aqueles que contribuíram de certa forma para esta pesquisa, e à Universidade Católica de Pernambuco.

Referências

HANSON, M. L.; BARRET, R. H. Deglutição atípica e distúrbios correlatos: uma visão geral. In: _____. **Fundamentos da miologia orofacial**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1995, p. 03 – 43.

MARCHESAN, I. Q. Deglutição – diagnóstico e possibilidades terapêuticas. In: _____. **Fundamentos em fonoaudiologia**: aspectos clínicos da motricidade oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 52-58.

MARCHESAN, I. Q. **Motricidade oral**: visão clínica do trabalho fonoaudiológico integrado co outras especialidades. 2. ed. Ver. e ampl. São Paulo: Pancast, 1999. 93p.

TANIGUTE, C. C. Desenvolvimento das funções estomatognáticas. In: MARCHESAN, I. Q. **Fundamentos em Fonoaudiologia**: aspectos clínicos da Motricidade Oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. p. 01 – 06.

AMBIENTES COLABORATIVOS EM TELEMEDICINA

Pedro Henrique Gomes Jatobá[1]; Guilherme Vilar[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT). Integrante do Grupo de Pesquisa Tecnologias da Informação (GTI) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). e-mail: pjatoba@dei.unicap.br
[2] Professor do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT). Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias da Informação (GTI) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). e-mail: vilar@dei.unicap.br

Resumo

A prática médica exige que os profissionais de medicina trabalhem constantemente em grupo. O avanço da tecnologia tornou possível a colaboração de pessoas suportada por computadores, o que permitiu a redução de custos e distâncias. A telecardiologia é uma especialização da telemedicina que viabiliza diagnósticos cardíacos a distância. O desenvolvimento de ambientes colaborativos adaptados à telemedicina possibilita que grupos médicos utilizem os benefícios de uma comunidade virtual no diagnóstico de pacientes a distância. O presente trabalho tem como objetivo de desenvolver um sistema colaborativo que possibilite a telecardiologia entre grupos médicos localizados em centros distintos.

Palavras-chave: sistemas colaborativos, telecardiologia, modelagem de sistemas.

Introdução

Desde a invenção do telefone, foram iniciadas tentativas de transmitir sinais cardíacos para profissionais treinados, entretanto, as condições de transmissão eram insuficientes para um diagnóstico de qualidade (CARDIOLOGY RESEARCH LABORATORY, 2003).
A transferência de dados médicos em formato eletrônico entre localidades distintas é denominada telemedicina. Essa transferência médica pode utilizar uma variedade de tecnologias de telecomunicação que podem incluir linhas telefônicas convencionais, conexões de alta velocidade, internet e satélites (CARDIOLOGY RESEARCH LABORATORY, 2003).
O avanço tecnológico alcançado nas últimas décadas vem ampliando as formas dos profissionais interagirem durante a prática médica (SHORTLIFFE et al, 2000).
A telemedicina vem sendo usada em um número crescente de especialidades médicas. Existem sistemas de telemedicina para a cardiologia, *home care*, atendimentos de emergência, dermatologia, psicologia, oncologia, hematologia, entre outros (CARDIOLOGY RESEARCH LABORATORY, 2003). Apesar dessa diversidade, a cardiologia é uma das áreas mais requisitadas por sistemas (LOGAN, 2003). A telemedicina aplicada à cardiologia é denominada telecardiologia.
A telecardiologia consiste na transmissão de parâmetros cardiovasculares, exames e dados médicos relevantes à cardiologia entre locais distintos (MATTOS et al, 2002). Diferentes estratégias podem ser adotadas para a realização da telecardiologia, por exemplo, as técnicas *Store and Forward*

Projeto: Ambientes colaborativos em telemedicina. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP.

(*S&F*) e tempo real. Na *S&F* a informação é gerada, armazenada e posteriormente transmitida para o destino (TRIPPI *apud* LOGAN, 2003).
A escolha da estratégia tem um impacto importante nos custos e benefícios do sistema de telecardiologia, mas independentemente da estratégia, a transmissão de informações cardiológicas, como um eletrocardiograma ou um ecocardiograma, pode ser um passo essencial na abordagem de doenças cardíacas graves (MURDISON *apud* MATTOS et al, 2002).
Um sistema de informação (SI) é um conjunto de módulos complementares interligados, responsáveis pelo recebimento, processamento, distribuição e uso das informações (ZACARIAS, 2003). Um sistema colaborativo é o tipo de SI que fornece um ambiente para o gerenciamento de grupos com objetivos afins, permitindo que os mesmos compartilhem informações de interesse comum (GEROSA, 2002).
O desenvolvimento de sistemas colaborativos adaptados à telemedicina permite que as informações sejam compartilhadas entre médicos, através de ferramentas colaborativas. Dessa maneira, os médicos de diferentes níveis de qualificação podem formar comunidades virtuais e usufruir os seus benefícios durante a prática médica (JATOBA et al, 2003).
O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um sistema colaborativo adaptado à telecardiologia, que possibilite a troca de informações médicas entre centros distintos, considerando as características particulares de um sistema médico e as necessidades específicas do ambiente em que o mesmo será inserido.

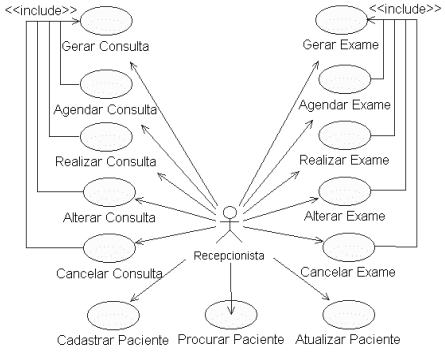
Metodologia

O estudo sobre a organização do serviço de cardiologia pediátrica e fetal constituiu-se numa etapa preliminar para o desenvolvimento de um sistema colaborativo aplicado à telecardiologia. Esse estudo é fundamental para o sistema de telemedicina ser focado na medicina e não na tecnologia. (WHITTEN e ALLEN, 2003).
O desenvolvimento do sistema utiliza a metodologia de *Rational Unified Process* (RUP). Esse processo de desenvolvimento é guiado por casos de uso e centrado na arquitetura do sistema (SOARES, 2004). O processo instanciado pelo RUP é incremental e iterativo, podendo ser utilizado para desenvolver uma versão inicial e progressivamente incorporar funcionalidades ao sistema em novas versões. Esse incremento acontece por meio de manutenções evolutivas que executam novos ciclos de desenvolvimento do RUP (SOARES, 2004).
Cada versão desenvolvida utilizando o método RUP é formada por um ciclo de desenvolvimento, constituído por quatro fases: concepção, elaboração, construção e transição. As fases do ciclo são formadas por atividades específicas e complementares. A concepção determina o escopo do projeto, a elaboração define os requisitos e a arquitetura do sistema, a construção desenvolve o sistema definido e a transição implanta o sistema desenvolvido (SOARES, 2004).
O desenvolvimento do sistema, de acordo com a metodologia adotada para este projeto, encontra-se em fase final de elaboração.

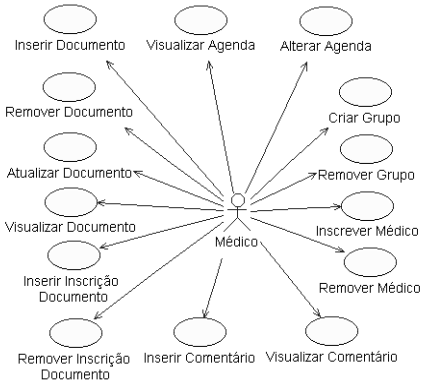
Resultados e Discussão

O estudo sobre o atendimento cardiológico foi realizado através de entrevistas e acompanhamento dos profissionais da UCMF durante a realização das rotinas médicas. Foram analisados os tipos de consultas e exames médicos que podem ser realizados e os tipos de informações relacionadas aos mesmos. Durante as consultas, são coletados dados e gerados documentos textuais. Podem ser realizados exames e os mesmos podem gerar outros documentos com imagens e gráficos associados. Depois da consulta o médico pode solicitar novos exames, solicitar o agendamento de uma consulta de segmento ou liberar o paciente. Após essa etapa preliminar, seguiu-se a

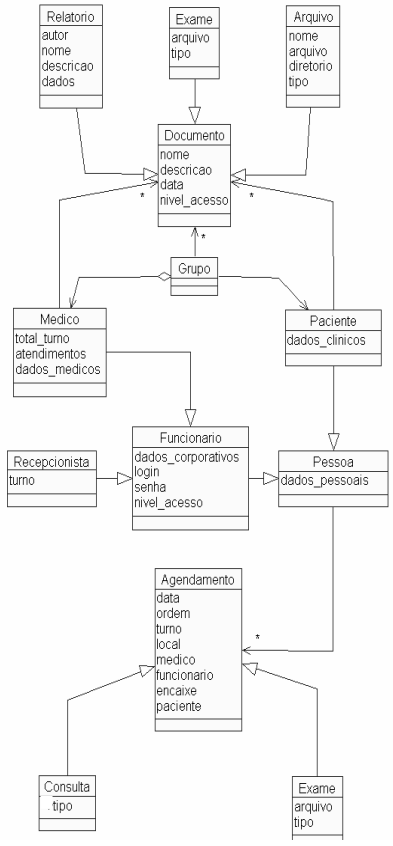
metodologia RUP, gerando os artefatos respectivos a cada fase executada.
O artefato levantamento de requisitos definiu o objetivo do sistema e suas funções essenciais, definidas através de reuniões com os funcionários da UCMF. Essas reuniões definiram a versão inicial contendo os módulos de agendamento e atendimento, permitindo assim a marcação e realização de consultas e exames e possibilitando a colaboração entre médicos para diagnósticos a distância e segunda opinião clínica através da troca de documentos, utilizando a estratégia *S&F*.
Após a conclusão desse artefato, foram identificados os principais casos de uso destes módulos. No módulo agendamento, os casos de uso essenciais foram definidos, gerando o artefato Diagrama de Casos de Uso desse Módulo (Figura 1a). O mesmo método foi aplicado ao módulo de atendimento, gerando o seu diagrama respectivo (Figura 1b).
Os casos de uso do módulo atendimento permitiram identificar que classes darão suporte à colaboração entre médicos, através da criação de grupos e da troca de documentos médicos. O detalhamento realizado foi apresentado aos médicos da UCMF e refinado para refletir a rotina dos futuros usuários.



(a) Módulo agendamento.



(b) Módulo atendimento



(c) Diagrama de Classes do sistema

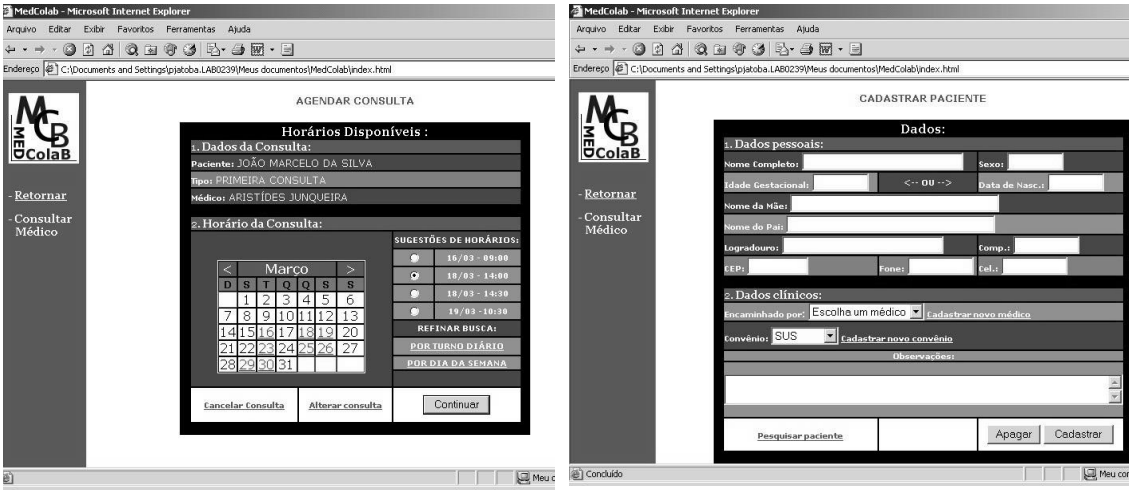
Figura 1 – Diagramas de casos de uso e classes dos módulos iniciais.

O detalhamento dos casos de uso possibilitou a elaboração da arquitetura candidata do sistema, que sofreu refinamentos, resultando no diagrama de classes, com o objetivo de ilustrar as classes básicas do sistema, seus atributos e suas relações, conforme mostra a Figura 1(c). Foram executadas durante essa fase tarefas de *design*, por meio da elaboração de telas do sistema de acordo com os casos de uso do módulo agendamento. Essas telas foram submetidas aos usuários para mudanças

até se adequarem às suas necessidades (Figura 2).

Conclusões

Um sistema colaborativo adaptado à telemedicina tem restrições específicas no acesso e manipulação das informações em comparação a outros sistemas de colaboração. Esse tipo de sistema deve impedir acessos indevidos a documentos dos pacientes, permitindo apenas que membros do grupo responsável pelo paciente com um nível de acesso válido possam manipular as informações. O sistema deve impedir que informações de um paciente sejam adulteradas ou eliminadas. Uma vez inseridos, os documentos podem ser atualizados com novas informações e essas atualizações são registradas pelo sistema. A remoção desses documentos não implica exclusão física das informações, apenas na indisponibilidade delas no sistema.
O modelo desenvolvido no presente trabalho contempla as características particulares de um sistema colaborativo adaptado à telemedicina.



(a) Tela para a definição de um horário. (b) Tela de cadastro de um paciente.

Figura 2 – Telas do módulo agendamento

Agradecimentos

Ao PIBIC-UNICAP por financiar a pesquisa e aos funcionários da UCMF-RHP pela contribuição essencial no desenvolvimento deste trabalho.

Referências

CARDIOLOGY RESEARCH LABORATORY. 'Telemedicine - Technology for medical diagnosis and patient care.', University of Athens, School of Medicine. Disponível em: < http:// users.forthnet.gr/ath/giovas/telemed/ > Acesso em: Dez. 2003.

GEROSA, M. A.; FUKS, H.; LUCENA, C.J.P., 'Using a Groupware Technology to Implement Cooperative Learning via the Internet – A case study', **Proc. of the Hawaii Int. Conf. on System Sciences**, Big Island, Hawaii, 2002.

JATOBA, P.H.; LIMA, R.; VILAR, G.; OLIVEIRA, E.; MATTOS, S.S. 'Collaborative Environments for Telecardiology', **Proc. 25th Int. Conf. of the IEEE Eng. in Medicine and Biology Society**, Cancun, México, 2003, pp. 291, 2003.

LOGAN J. 'Introduction to Telecardiology' In: **Telemedicine Today – Articles**. Disponível em: < http://www2.telemedtoday.com/articles/telecardiology.shtml > Acesso em: Dez. 2003 >

MATTOS, S.S.; MOSER L.; SEVERI R.; HEDAYOGLU F. 'Telemedicina em Cardiologia Pediátrica e Fetal', **Revista Brasileira de Ecocardiografia**, 15(2): 2002.

SHORTLIFFE, E.H.; PERREAULT, L.E.; WIEDERHOLD, G.; FAGAN, L. M. **Medical Informatics**: Computer Applications in Health Care and Biomedicine. EUA: Springer, 2000. p.3-40.

SOARES, S. 'INF1706 – Engenharia de Software'. Disponível em: < http://www.dei.unicap.br/~sergio/es/aulas>. Acesso em Mar. 2004.

WHITTEN, P.; ALLEN A. 'Organizational Structure in Telemedicine Programs' In: **Telemedicine Today – Articles**. Disponível em: < http://www2.telemedtoday.com/articles/organizationalstructure.shtml > Acesso em: Dez. 2003.

ZACARIAS M. S. 'Sistemas de Informação. Disponível' em: < http://w3.ualg.pt/~mzacaria/si/SI-tema1.pdf >. Acesso em Out. 2003.

AMBIENTES DE TRABALHO COLABORATIVO: ESTUDO E APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO E MEDICINA

Rafael Carvalho Almeida Lima[1]; Francisco Madeiro Bernardino Junior[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), UNICAP. e-mail: racal@dei.unicap.br.
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), UNICAP, Participante do Grupo de Pesquisa Tecnologias da Informação e do Grupo de Pesquisa Processamento de Sinais. e-mail: madeiro@dei.unicap.br

Resumo

As tecnologias da informação e da comunicação vêm desempenhando um papel importante em diversos segmentos da sociedade, como os setores da educação, da saúde, de sistemas de informações gerenciais, de sistemas bancários e outros. Esse trabalho aborda as tecnologias da informação, mais notadamente os ambientes de trabalho colaborativo, no contexto da educação e das aplicações médicas. Tem como objetivo apresentar contribuições que levem à melhoria dos serviços médico-hospitalares, permitindo, por exemplo, que médicos com especialidades distintas, níveis de qualificação diferentes e distribuídos geograficamente, possam interagir de forma síncrona ou assíncrona, por meio de ferramentas de trabalho colaborativo. O trabalho também tem o propósito de desenvolver aplicações voltadas para a área da Informática na Educação, tendo como objetivo melhorar a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem. São apresentados resultados referentes à análise comparativa de ambientes virtuais de aprendizagem, sendo desenvolvido um modelo de um sistema colaborativo de telecardiologia.

Palavras-chave: informática na educação; informática na medicina; tecnologias da informação e da comunicação; g*roupware*.

Introdução

A sociedade vem passando por transformações estruturais, decorrentes do uso, em larga escala, dos computadores e aparelhos de telecomunicações nas mais diversas atividades humanas, provocando impactos e gerando desafios nos setores políticos, sociais, econômicos, educacionais, entre outros. A principal conseqüência da revolução digital foi o surgimento de uma nova economia, em que o sucesso profissional passou a depender da capacidade de aprender, da alta qualificação e da constante atualização. O sucesso passou a depender da capacidade de transformar informação em conhecimento e conhecimento em inovação (capital intelectual) (TAKAHASHI, 2000).

Fica mais que evidente a função que deve ser desempenhada pela educação nesse contexto. A necessidade de uma maior qualificação profissional é um fator crítico na Sociedade da Informação (TAKAHASHI, 2000), destacando-se também, as habilidades das pessoas para o trabalho em grupo, tanto nas universidades quanto nas empresas e demais corporações (GEROSA *et al*,

Projeto: Tecnologias da Informação Aplicadas à Educação e à Medicina. **Órgão Financiador:** PIBIC/CNPq/UNICAP.

2001). Nesse cenário, destaca-se a importância dos ambientes virtuais de trabalho colaborativo, que são constituídos de *groupwares* – "ferramentas ou tecnologias baseadas em mídia digital que dão suporte às atividades de pessoas organizadas em grupo, que podem variar de tamanho, composição e local de trabalho" (FUKS, 2000).

Dentre as diversas áreas do sistema social, o segmento médico, pela natureza de suas atividades, pela quantidade de informações que precisam ser processadas e, também, pela velocidade com que, às vezes, algumas daquelas informações têm de ser geradas, exige de seus profissionais uma atualização permanente para a realização de diagnósticos precisos e tratamentos adequados. A educação médica a distância permite, com grande flexibilidade de tempo e espaço, uma maior interação e troca de informações entre profissionais de Medicina de diferentes regiões e especialidades, possibilitando-lhes uma formação continuada e uma oferta de melhores serviços. Este trabalho se propõe a apresentar uma contribuição para o enfrentamento desses desafios, através do estudo das modernas tecnologias da informação e comunicação, com a aplicação de ambientes virtuais de trabalho colaborativo na prática médica, tendo como objetivo aumentar a eficiência, o alcance e a flexibilidade dos serviços médico-hospitalares. O trabalho também tem como meta trazer contribuições para o surgimento de comunidades virtuais de aprendizagem, visando a transformar em oportunidades pedagógicas o trabalho médico realizado nos ambientes colaborativos. Essa iniciativa faz parte do conjunto de ações previstas em convênio estabelecido entre o Real Hospital Português (RHP) e a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). O trabalho também tem como meta apresentar um modelo de sistema colaborativo de telecardiologia.

Metodologia

Na etapa inicial deste trabalho, foram selecionados, instalados e estudados os seguintes ambientes virtuais de aprendizagem: o *AulaNet* (EDUWEB, 2003), o *Virtus* (VIRTUS, 2003) e o *Teleduc* (NIED-UNICAMP, 2004), todos gratuitos e desenvolvidos em universidades públicas e privadas do Brasil. Em seguida, foi realizada uma análise comparativa desses ambientes, tendo como base alguns aspectos levantados por Haguenauer *et al* (2003), com a finalidade de levantar as vantagens e desvantagens desses ambientes e os cenários educacionais adequados para sua utilização.

Na segunda etapa, partiu-se para o desenvolvimento de atividades voltadas à área médica. Nessa etapa, foi utilizado o Processo de Desenvolvimento de *Software* Unificado, mais especificamente o *Rational Unified Development Process* (RUP), em razão de o ambiente colaborativo adaptado à telemedicina ter restrições no acesso e na manipulação de informações comparado a outros ambientes colaborativos. O RUP possibilita um desenvolvimento de forma incremental e iterativa, sendo esse guiado por Casos de Uso e centrado na arquitetura (*framework*) do sistema. O RUP é composto de quatros fases: concepção, elaboração, construção e transição (LARMAN, 2000; JACOBSON *et al* 1998).

Resultados e Discussão

Os resultados apresentados nesta seção estão divididos em duas partes. A primeira parte refere-se à análise comparativa dos ambientes virtuais de aprendizagem estudados, e a segunda apresenta os resultados da execução do RUP. Ao realizar a análise comparativa dos ambientes virtuais de aprendizagem, os seguintes aspectos foram abordados: instalação, administração do ambiente, ferramentas de colaboração e segurança.

No que diz respeito aos requisitos de instalação, os ambientes Aulanet e Teleduc necessitam de um aporte de infra-estrutura de servidores conectados à Internet e aplicativos sobre os quais esses ambientes executam. O Teleduc executa em plataforma gratuita, enquanto que o Aulanet roda no sistema operacional Windows da Microsoft, sendo necessária a licença de uso. Já o ambiente Virtus oferece toda a infra-estrutura gratuita, sendo necessário apenas o cadastramento

do professor ou da instituição nesse ambiente.
A administração, no ambiente Aulanet, é bem estruturada e dividida em papéis desempenhados pelos seus usuários. O administrador é responsável pelas configurações de modo geral, por registrar usuários no ambiente, definir seu papel (professor ou aluno), liberar matrícula do aluno para um determinado curso, publicar cursos dos professores, entre outras atividades. O professor é responsável por criar o curso, porém a publicação do curso e a matrícula do aluno são atividades realizadas pelo administrador do ambiente, podendo gerar alguns conflitos. O professor que deseja simplesmente publicar um curso de suporte a sua disciplina presencial precisará aguardar a formalização desse pedido para iniciar suas atividades, o que nem sempre é desejável. Em contrapartida, para uma instituição que deseja ofertar cursos totalmente a distância, deve haver esse tipo de controle para que se possa avaliar a qualidade dos cursos que serão publicados. No Virtus, não é necessária a presença de vários profissionais para desempenharem atividades de administração distintas, pois o administrador e professor-orientador é o usuário que fez o cadastro do ambiente virtual de estudo (AVE) no sistema. O administrador fica responsável tanto pela gerência do ambiente, que é simples e intuitiva, quanto pelo processo educativo, não sendo necessária a intervenção de um administrador para a publicação do seu curso. Isso é muito interessante quando se deseja utilizar o ambiente como uma ferramenta auxiliar para atividades de apoio ao ensino presencial. A gerência no ambiente Teleduc é semelhante à do Aulanet.
A segurança, tanto no ambiente Aulanet quanto no Teleduc, é realizada através do acesso restrito, por meio de autenticação de senha e *login*. Isso faz com que só as pessoas que são cadastradas tenham acesso ao ambiente. Já, no Virtus, o ambiente é aberto para qualquer pessoa intervir, podendo atrapalhar o desenvolvimento de atividades que estão sendo realizadas por professores e alunos. Isso faz também com que não se tenha domínio total sobre as atividades que estão sendo realizadas no ambiente, porque pessoas podem passar-se por outras e desenvolverem atividades de forma errônea, refletindo na ferramenta, acompanhamento de alunos. Pelo fato de a segurança ser limitada no Virtus, a gerência dos participantes em suas atividades pode se tornar complicada e causar uma insegurança por parte daqueles que utilizam o ambiente para fins educacionais.
A seguir, é apresentado um modelo de sistema colaborativo adaptado à telecardiologia. Este trabalho vem sendo realizado em parceria com a Unidade Cárdio materno-fetal (UCMF) do Real Hospital Português (RHP) e a fundação Círculo do Coração. O modelo apresenta as entidades mais importantes do núcleo do sistema e suas relações.
Na execução do primeiro ciclo do RUP, estabeleceram-se dois módulos: o de agendamento e o de atendimento, considerados pelos profissionais da área médica como os mais relevantes do sistema que se pretende implantar no Real Hospital Português.
Na fase de concepção, foram realizadas entrevistas com profissionais de Cardiologia, para levantamento de requisitos do sistema. Essas informações geraram os diagramas de casos de uso nas Figuras 1a e 1b, que nos mostra uma visão geral do sistema, seus atores (agentes externos que interagem com o sistema) e seus requisitos funcionais.
O detalhamento dos casos de uso foi utilizado para análise do sistema orientada a objetos, identificando os conceitos (objetos) do sistema e seus relacionamentos, para a confecção do diagrama de classes (artefato), na Figura 1c. O diagrama de classes ilustra o modelo conceitual dos módulos de agendamento e de atendimento e o resultado do projeto até o momento. O RUP, para esse sistema, encontra-se na fase de elaboração, na qual estão sendo detalhados os demais casos de uso, para a execução dos demais passos relativos a essa fase.

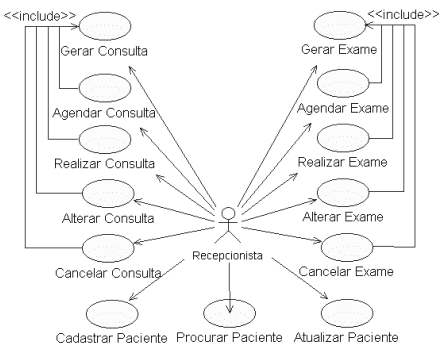
Conclusões

Este trabalho apresentou uma análise comparativa de ambientes de aprendizagem colaborativa.

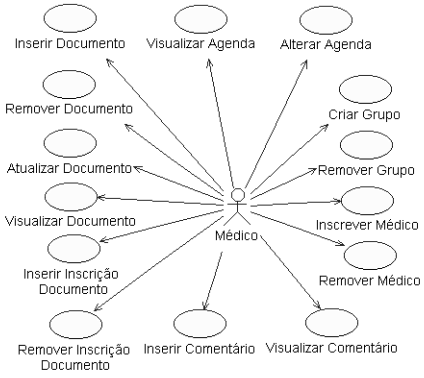
Apresentou, também, um modelo de ambiente colaborativo para telecardiologia, o qual permite que informações armazenadas formem bases de conhecimento, que são acessadas por médicos, visando a um processo de educação médica continuada. Além disso, o modelo apresenta restrições específicas no acesso e manipulação de documentos do paciente para impedir seu uso indevido e resguardar a segurança do paciente.

Agradecimentos

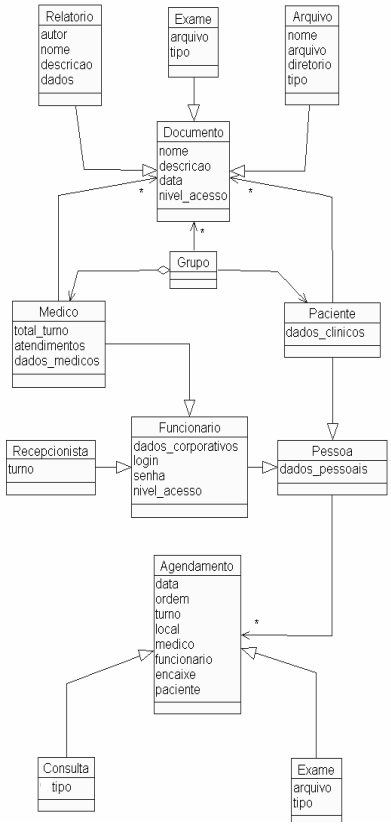
Ao PIBIC/CNPq/UNICAP pelo incentivo financeiro à pesquisa.



(a) Módulo agendamento.



(b) Módulo atendimento.



(c) Diagrama de classes.

Figura 1: Módulos de agendamento e de atendimento e diagrama de classes do sistema colaborativo de telecardiologia.

Referências

EDUWEB. **AulaNET**. Disponível em: <http://www.eduweb.com.br/portugues/elearning_tecnologia.asp>. Acesso: jul. 2003.

FUKS, H. Aprendizagem e trabalho cooperativo no ambiente AulaNet**. Revista Brasileira de Informática na Educação,** Florianópolis, n. 6, p. 53-74, abr. 2000.

GEROSA, M.A.; FUKS, H.; LUCENA, C.J.P. Tecnologias de informação aplicadas à educação: construindo uma rede de aprendizagem usando o ambiente AulaNet**. Revista Informática na Educação: Teoria e Prática,** Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 63-74, dez. 2001.

HAGUENAUER, C. J.; LOPEZ, F.B.; MARTINS, F.N. Estudo comparativo de ambientes virtuais de aprendizagem. **Colabora - Revista Digital da CVA-RICESU,** Santos, v.2, n.5, p. 47-55, ago. 2003.

JACOBSON, I.; BOOCH, G.; RUMBAUGH, J. **The Unified Software Development Process**. USA: Addison-Wesley, 1998.

LARMAN, C. **Utilizando UML e padrões:** uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos. Porto Alegre: Bookman, 2000. 492p.

NIED-UNICAMP. **Teleduc**: ambiente de ensino à distância. Disponível em: <http://teleduc.nied.unicamp.br>. Acesso: jan. 2004.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação do Brasil:** livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VIRTUS. **VirtusClass**. Disponível em: <http://www.virtus.ufpe.br>. Acesso: nov. 2003.

A MÍDIA E A MUDANÇA E REPRESENTAÇÃO DOS VALORES FAMILIARES ENTRE OS JOVENS DA UNICAP.

Claudecy Cardoso Jorge[1]; Luiz Alencar Libório[2]

[1]Estudante do curso de Teologia do Departamento de Teologia e Ciências da Religião do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Participante do Grupo de pesquisa FECULTUR: fé e cultura urbana[1] .
E-mail: laliborio@aol.com.br.

Resumo
Desde tempos idos, a família foi alvo de influências externas a ela, o que provocou mudanças na dinâmica familiar. Antes se tinha o modelo patriarcal, em que o homem tinha precedência sobre todos os integrantes da família. Passou-se posteriormente para a família nuclear, na qual a mulher ganha espaço e responsabilidades externas ao lar. Atualmente, já se fala em família pós-nuclear, que seriam as famílias múltiplas, a monoparental, a de convivência e até mesmo a de homossexuais. As influências externas à família são muitas. Hoje em dia, a influência mais perceptível é a da potente mídia. Para tanto, procurou-se averiguar se essas influências atingem os jovens universitários da UNICAP, através de pesquisa de campo, realizada com vinte e cinco jovens com posterior análise quantitativa e qualitativa. Com os resultados, notou-se que os jovens universitários possuem boa centração (cognição) e descentração (crítica), daquilo que é veiculado, via mídia, sendo eles bastante realistas e objetivos. Isso se dá porque os jovens estão em pleno exercício do pensamento formal. Conjectura-se que este resultado não se repetiria caso a pesquisa fosse realizada com adolescentes e jovens de instituições públicas de ensino.

Palavras-chave: juventude; percepção; vivência; interpretação.

Introdução

Historicamente, a família sempre foi alvo de críticas e influências externas a ela. No período entre 1870 e 1950, tais influências são mais perceptíveis em vista do surgimento de correntes de pensamento, a saber, o liberal, o positivista, o católico e o socialista, que, com suas teorias críticas, a partir do ponto de vista de cada um, deram novo rumo aos valores vivenciados no seio da família. Mas a grande influência se deveu, no Brasil, ao catolicismo romanizado, e à linha positivista, que, com o lema *ordem e progresso*, declarou que o pensamento católico e liberal era inapto para reestruturar a instituição familiar na nova república (AZZI, *In* RIBEIRO, 1987, p. 85-119). Durante a história, a família passou por modificações consideráveis como: de patriarcal para nuclear; de extensa para limitada; de rural para urbana, etc. A família, como toda a sociedade, é uma realidade dinâmica. As formas de se vivenciarem os valores continuam mudando, agora não tanto pelo domínio da Igreja ou grupo social, mas sim pela potente influência da mídia. Hodiernamente, já se fala muito de família pós-nuclear na qual se enquadram as famílias múltiplas, a monoparental, a de convivência e até mesmo a de homossexuais.

[1]**Projeto:** Instituições sociais e mídia: suas influências na mudança dos valores juvenis, vivenciados e representados pelos universitários da UNICAP. **Órgão financiador:** PIBIC – UNICAP.

Segundo Jorge Yarce, "a televisão é o meio moderno que mais exerce influência sobre o indivíduo. É um mecanismo revestido de técnica e linguagem própria" (YARCE, 1993, p. 7) que, além de estimular a violência, impõe o desejo consumista, materialista, erótico, fenômenos facilmente incorporados pela juventude. Para chegar a tais objetivos (imposição de comportamentos), toda a programação midiática é prepara visando a isso, fazendo com que o sujeito que está do outro lado da tv se sinta atraído, conquistado e conseqüentemente, levado a vivenciar tais estímulos no seu dia-a-dia. A mídia exerce maior influência sobre crianças e adolescentes, fase em que os indivíduos ainda não são completamente capazes de criticar realisticamente (descentração) os fenômenos que se lhes apresentam.

Sendo assim, esta pesquisa se limita a um público de 18 a 24 anos, tempo esse em que os sujeitos já são capazes de perceber e criticar cognitivamente os fenômenos que lhe são transmitidos à mente, via mídia.

Os objetivos da pesquisa são: a) verificar se a mídia e suas técnicas bem elaboradas mudam e como mudam os valores familiares dos jovens universitários da UNICAP; b) citar e analisar quantitativa e qualitativamente, após pesquisa de campo, os valores familiares, mudados ou não e representados pelos jovens universitários da UNICAP.

Metodologia

Fizeram-se, de início, leituras indicadas pelo professor orientador concernentes ao tema da pesquisa, visando a uma sólida fundamentação da pesquisa em questão. Tais leituras estão relacionadas com cada aspecto do trabalho, como a família, a juventude, a fenomenologia e a cognição. Com isso se pôde fazer um questionário claro e objetivo e de fácil compreensão. Feito o questionário misto (aberto e fechado), aplicou-se o mesmo a três jovens, em pré-teste, para averiguar a clareza e a compreensão das questões. Os dez quesitos – que são antecedidos pelos dados sociodemográficos (identificação) – se subdividem em três partes: 1) questões de 1-4: relacionam-se diretamente com a dimensão axiológica familiar percebida, vivenciada e interpretada pelos jovens universitários; 2) questões de 5-9: relacionam-se à mídia com suas técnicas para a mudança ou não dos valores familiares vivenciados e representados pelos jovens universitários; 3) questão 10: refere-se mais diretamente à dimensão cognitiva dos entrevistados, buscando saber suas opiniões em relação aos programas veiculados pela mídia, quais os programas que eles consideram de boa qualidade e por que eles os consideram bons. O questionário foi apresentado a vinte e cinco jovens da UNICAP, de modo aleatório, tendo participado alunos de oito cursos dos três centros da universidade.

Após a aplicação do questionário, foi feita a análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos. Com a análise quantitativa, procurou-se conhecer e quantificar as preferências, percepções, opiniões e anseios das pessoas pesquisadas (MENDONÇA, 2001, p. 63). Com a análise qualitativa, procurou-se conhecer mais a fundo o pensamento das pessoas entrevistadas representativo, mas não significativamente, do universo de alunos da UNICAP (MENDONÇA, 2001, P. 66).

Resultados e Discussão

Para os jovens entrevistados (25), toda a família, inclusive a deles, transmite valores basilares ou superiores, como: valores ético-morais, valores educacionais, valores relacionais, entre outros. Essa constatação está de acordo com teóricos que afirmam que, nessa faixa etária (18-24 anos), o indivíduo está em pleno exercício consciente da vivência dos valores (SHELER, 1954, apud BOCHENSKI, 1962, p. 144). As três questões iniciais mostram que os jovens são bastante coerentes com suas opiniões. Por viverem a fase do pensamento formal, os entrevistados já são capazes de objetivamente selecionar aqueles valores apresentados fenomenicamente à sua mente como sendo os mais importantes, inclusive os religiosos, referentes ao "eu transcendental", exterior

ao seu mundo imanente (LALANDE, 1999, p. 398).

Baseados não somente numa experiência adolescencial, mas numa vivência já madura dos valores, os jovens externam com objetividade que os valores são importantes porque formam a personalidade, propiciam uma convivência saudável, dão fundamento e norte para a vida. Para os jovens, a família é o lastro primordial da sociedade em que se forma o jeito de ser dos filhos, através da transmissão de valores basilares, de que todo o indivíduo necessita.

Dentre os entrevistados, 72% percebem que a mídia muda os valores familiares transmitidos aos filhos, principalmente quando não se tem uma boa estrutura mental e familiar, especialmente quando as técnicas são bem elaboradas para imporem o que os grupos ideológicos e econômicos (a maioria do Sudeste) querem, por exemplo: o consumo exacerbado. Os valores familiares mais mudados são: fraternidade e companheirismo, personalidade (caráter) e honestidade, educação (amor, saúde) e responsabilidade. Por outro lado, 28% dos entrevistados afirmam que a mídia não muda os valores familiares se a transmissão dos mesmos for bem feita pelos pais, e se a estrutura familiar for segura, sendo os pais presença ativa na vida de seus filhos. Segundo alguns entrevistados, a falta de senso crítico pode, como afirma Piaget, mudar certos valores antes fundamentais (PIAGET, 1978, apud MEUNIER, 1995, p. 19-25). Observa-se que os jovens têm uma clara percepção da influência que a mídia exerce sobre os indivíduos e a família, ao nível de valores, confirmando o que afirma Dekerckhove, sobre o poder de mudança das estruturas mentais pela mídia (DeKERCKHOVE, 1994, p. 420).

Fato inusitado e inesperado é que 88% dos entrevistados afirmam que a mídia não mudou os *seus valores* familiares, embora alguns admitam que, na fase da adolescência, alguns valores foram mudados, fato muito comum para quem está no início da fase do pensamento formal (PIAGET, 1976, p. 249-260). Esses jovens com um pensamento formalizado reconhecem que a mídia influencia negativa e positivamente os sujeitos. Mas o fato é que, para a maioria, a mídia é apenas instrumento de passatempo e é algo que não muda estruturas mentais já maduras e socializadas (DEBESSE, 1965, p. 13).

Mas se se quer ser coerente, é importante observar que esses jovens pertencem a famílias bem estruturadas nas quais a mídia não tem tanta influência para mudar a estrutura mental e os princípios recebidos. Conjectura-se que os resultados teriam sido bem diferentes se a pesquisa tivesse sido realizada com adolescentes e jovens de instituições de ensino público.

Dos entrevistados, 20% perceberam que as técnicas utilizadas pela mídia influenciam na mudança dos valores familiares, servindo-se de mentiras, criando ambientes favoráveis para veicular subliminarmente o conteúdo, principalmente através das novelas, filmes, jornais e revistas, empregando muitas delas o verbo no imperativo para impor suas mercadorias. A maioria, 80% dos jovens, acha que a mídia, com suas técnicas bem elaboradas, não influencia na mudança dos valores familiares recebidos, o que mostra certa coerência cognitiva dos conteúdos fenomenicamente apresentados à mente, fato que não confirma DeKerckhove (DeKERCKHOVE, 1994, p. 420).

A possível explicação para o acima colocado é que a pessoa, na adolescência, é mais maleável às mudanças, enquanto que, na juventude, já há uma maior solidez na percepção, vivência e representação dos valores. Também há quem declare que os valores mudam de modo inconsciente e quando as pessoas ainda não tinham opinião formada, é o que afirma também Debesse (DEBESSE, 1965, p.13). Na vivência e representação dos valores, alguns dos entrevistados declaram que: a) a mídia manipula, condiciona e impõe uma mentalidade consumista; b) a mídia ajuda e perturba o crescimento axiológico do sujeito, questiona e exige respostas; c) a mídia proporciona uma explosão de informações que bombardeiam a mente dos indivíduos; d) a mídia instiga à violência e à banalização da família. Um entrevistado declara que a mídia favorece o relacionamento interpessoal. Há quem volte a afirmar, coerentemente, que a ausência da família deixa espaço para que a mídia invada a mente da pessoa, influenciando e mudando seus valores.

Essas representações confirmam Piaget, que assim assegura: “o jovem é capaz de representar o possível com relação a constatações reais” (PIAGET, 1955, apud BATTRO, 1978, p. 182).
Quando se pergunta ao jovem sua opinião sobre os programas veiculados pela mídia, praticamente 2/3 deles têm opiniões negativas. Para eles os programas são perigosos, destrutivos, prejudiciais, mercantilistas, inúteis, sexista (nudez), porcaria, péssima qualidade, ruins e poucos instrutivos. E 1/3 dos jovens acha que existem programas mais ou menos bons. Os melhores programas mencionados são: os jornais em geral (10) Tv Cultura (4); documentários como o Discovery Channel (3); programas de entrevistas como: Jô Soares (3), Marilia Gabriela, Roda Viva, Observatório da Imprensa, Sem Censura (1); programas culturais como os transmitidos pela TVU e Futura. Alguns dão preferência à mídia pernambucana porque esta retrata a realidade do Nordeste. Um entrevistado diz que a novela das oito (Rede Globo) é de boa qualidade porque se atém também a questões sociais importantes em nossos dias. Programas educativos e infantis como o Castelo Rá-Tim-Bum também são mencionados.
O grupo de entrevistados demonstra ter uma boa centração (cognição) e descentração (crítica) diante do que é veiculado pela mídia. Segundo Piaget, isso se deve por já serem jovens que superaram a volubilidade da adolescência, apresentando-se os fenômenos às suas mentes (fenomenologia) sem as turbulências cognitivo-emocionais da adolescência (PIAGET, 1978, apud, MEUNIER, 1995, p. 19-25). Os jovens universitários que participaram da pesquisa são possuidores de um exercitar racional bastante rico, podendo descrever as percepções e representações tidas, de modo cognitivamente equilibrado e realista, com o poder dedutivo-hipotético e com capacidade de representação do conhecido, como já se aludiu anteriormente.

Conclusões

Este trabalho foi de suma importância para que se possa ter noções de pesquisa de campo, com o uso dos métodos quantitativos e qualitativos, principalmente, quando se chega a resultados diferentes do que se conjecturava *a priori*. Os jovens universitários mostram ter uma boa base familiar, com uma boa transmissão e recepção de valores humanos, afetivos e ético-morais. Mas este resultado provavelmente não se repetiria se a pesquisa fosse aplicada a adolescentes e jovens da rede pública de ensino. Por isso vale ressaltar a necessidade de se fazer tal pesquisa entre esses jovens e, posteriormente, fazer a comparação com resultados, advindos das duas pesquisas. Ao concluir este trabalho, há sensação de que os desafios apenas começaram a se apresentar aos pesquisadores, ou seja, não se chegando a um ponto final, mas sim a um novo ponto de partida.

Agradecimentos

Como todo aquele que crê em Deus, eu agradeço em primeiro lugar a Ele, que me concede vida e me agracia com seus dons. Agradeço também ao PIBIC-UNICAP, pelo apoio financeiro. Meus agradecimentos especiais vão para o Pe. Luiz Libório, pela paciência, incentivo e dedicação ao orientar-me neste trabalho.

Referências

BATTRO, A . M. **Dicionário terminológico de Piaget.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978. 245 p.

DEBESSE, M. **L’Adolescense.** Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1965, 110 p.

DeKERCKHOVE, D. “Brainframes”, mente, tecnologie e mercato. **Vita e Pensiero**: Bologna, v. 77, p. 420-432, 1994.

LALANDE, A, **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** São Paulo: Loyola, 1999. p. 398.

MENDONÇA, Duda. **Casos e coisas.** São Paulo: Globo, 2001. p. 63-67

MEUNIER, J-P. *et al.*, **Chínes de têlêvision et usagers familiaux.** Paris: PUF, 1995, 144 p.

RIBEIRO, I. (Org.) **Família e valores.** São Paulo: Loyola, 1987. 243 p.

YARCE, Jorge. **Televisión y família.** Madrid: Ediciones Palabras, 1993. 248 p.

A MODERNIZAÇÃO DO RECIFE NAS NARRATIVAS LITERÁRIAS DE JOAQUIM CARDOZO, CÉSAR LEAL, CARLOS PENA FILHO E JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Paloma Pascoal dos Santos[1]; Luís Manuel Domingues do Nascimento[2]

[1]Estudante do Curso de Licenciatura em História do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; [2]Professor do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas do grupo de pesquisa História e Identidades no Nordeste; e-mail: luismdomingues@uol.com.br

Resumo

O nosso projeto de pesquisa está voltado para a realização de uma reflexão crítica do conjunto de narrativas literárias, que analisou e criticou os caminhos e os desdobramentos dos fatos, acontecimentos e processos históricos ocorridos na cidade do Recife de 1945 a 1975. Estabelecemos uma relação entre a narrativa literária e o contexto histórico, em foco, baseando-se na literatura em forma de poesia, encontrada nas obras de Joaquim Cardoso, João Cabral de Melo Neto, Carlos Pena Filho e César Leal. Essa relação que procuramos estabelecer entre a narrativa literária e o contexto histórico é de tamanha relevância para se entender e para o desenrolar desse projeto. A mesma, está fundamentada na constatação da averiguação de certas obras literárias do período, e conseqüentemente traçar-se um perfil de diversificados fatores sociais acerca do período em foco. Ou seja, dos anos que transcorreram de 1945 a 1975, houve um processo de instauração de modernização e modernidade que se operavam no contexto da fase de internalização da produção e de constituição de uma sólida sociedade capitalista, caracterizada por suas classes sociais e a intensificação do consumo de mercadorias, abrangendo tanto o contexto histórico em nível de Recife como de Brasil, provocando presentes e futuras alterações, que redefinem a história da cidade do Recife.

Palavras-chave: história, modernização, narrativas literárias

Introdução

O presente projeto de pesquisa realiza uma reflexão crítica de como um conjunto de narrativas literárias contemplou analisou e criticou os percursos e desdobramentos dos fatos e processos históricos ocorridos na cidade do Recife, no período de 1945 a 1975.

Procuramos estabelecer uma relação entre narrativa literária e o contexto histórico delimitado, fundamentado, primeiramente, na constatação de que averiguamos, em certas obras literárias produzidas no período e naquele a ele imediato, indícios e reflexões analíticas que nos permitem traçar um painel, conhecer o perfil do processo e detectar as repercussões da modernidade e modernização operada no contexto social, econômico, político e cultural da cidade do Recife.

Tratava-se à época de um processo de instauração de uma modernização que se operava no contexto da fase de internalização da produção e de constituição de uma sólida economia e sociedade capitalista, tanto ao nível do Recife como do Brasil, introduzindo alterações cirúrgicas e imputando profundas marcas que redefiniram e nortearam a história recente da cidade.

Projeto: história, modernização e literatura na cidade do Recife (1945). **Órgão Financiador:** PIBIC -UNICAP

Assim sendo, aliado a um conhecimento do contexto histórico do período em suas diversas dimensões, procuramos averiguar as alterações nas mediações sociais e políticas e nas mentalidades vividas e produzidas pelos sujeitos históricos da cidade, expressas por intermédio de obras literárias que tinham a preocupação tanto de registrar os dramas como de refletir sobre a modernização e modernidade que a cidade do Recife e seus atores históricos e sociais viveram no período em foco.

Nesse sentido, o nosso propósito se voltou, primeiramente, para um enfoque no estudo das temáticas e reflexões analíticas e críticas que as narrativas literárias realizaram sobre um dos períodos mais significativos da história contemporânea do Recife, identificando e definindo, nas mesmas as realidades históricas contempladas, as representações operadas e as formulações das questões realizadas pela percepção cognitiva dos produtores das narrativas literárias, possibilitando-nos a problematização das proposições que eles levantaram e os argumentos que enunciaram.

Assim sendo, este projeto de pesquisa teve por objetivo realizar uma investigação da relação entre narrativa literária e a história a partir da vinculação da produção literária que alguns autores de origem e/ou radicados no Recife estabeleceram com o contexto histórico dessa cidade, no período de 1945 a 1975, possibilitando a análise e crítica das explicações da historia dos acontecimentos e mudanças, dos desvelamentos das razões históricas e dos registros e críticas as contradições, memórias, projetos e sonhos presentes na história do Recife, no período em foco, contido nas narrativas literárias que serão objeto de investigação e estudo.

Metodologia

Utilizamos, em nossa investigação, as concepções acerca dos tipos de narradores desenvolvidos por Walter Benjamim, presentes no seu artigo *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, no qual o autor procura pensar, primeiramente, os narradores como aqueles que conhecem suas histórias e tradições e, assim, procuram saber contar uma história das alterações urbanas de uma cidade sem se encarregar de fornecer todas as explicações definitivas, permitindo que a história se abra para conotações e compreensões distintas e seja revivida como vida, servindo de esclarecimento ante a fragmentação acelerada da experiência histórica de seus contemporâneos, mas, também, como os narradores que se caracterizam por buscar e apresentar uma interpretação e explicação dos acontecimentos e da história para os seus contemporâneos.

Outro componente de nossa metodologia foi a busca de indícios nas obras dos autores selecionados que nos permitem fazer de uma realidade aparentemente opaca um painel privilegiado da natureza e dinâmica das transformações urbanas pela qual passava a cidade do Recife nos anos que vão de 1945 a 1975, pois as obras podem oferecer-nos elementos reveladores de fenômenos mais gerais, auxiliando-nos a analisar e criticar a composição desses fenômenos, não ficando apenas, na apreensão ilusória de suas manifestações, captada pela sensibilidade e consciência imediata.

A partir desses marcos teórico-metodológicos, voltamo-nos para o estudo das narrativas literárias, analisamos os problemas, registros, desvelamentos e críticas expressas nas mesmas. A partir disso, produzimos uma reflexão crítica dessas, contendo: contextualizações dos textos e autores; análises das construções de suas narrativas literárias; e contextualização e crítica das narrativas literárias e de seus autores em face ao contexto histórico no período que foi trabalhado.

Para fazer essa investigação e estudo entre a narrativa literária e a história, tomamos como base o vínculo da produção poética de alguns autores originários e/ou radicados no Recife, no período de 1945 a 1975, servindo-nos de leituras de algumas de suas obras, busca de dados na Biblioteca da Unicap, na biblioteca da UFPE e no Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Além freqüentes reuniões com nosso orientador para discutir o material encontrado e trabalhado.

Nos meses que se seguiram, foi feita a leitura e fichamento, ou seja, a coleta de informações relacionadas aos teóricos mencionados anteriormente. Paralelo a isso, tivemos também a seleção

de poemas dos autores: João Cabral de Melo Neto, Carlos Pena Filho, Joaquim Cardozo e César Leal, nos arquivos de periódicos do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano (APEJE). (Especificamente do Diário de Pernambuco de 1965)
Detivemos nossa atenção voltada às pesquisas, no do Diário de Pernambuco de 1965, porque, nesse período e naquele que lhe é imediato, tivemos uma parte do jornal, ou melhor, toda uma pagina reservada a poesia.

Resultados e Discussão

Como resultados referentes ao presente projeto de pesquisa, tivemos a realização de um inventário das narrativas literárias de Joaquim Cardoso, João Cabral de Melo Neto, César Leal, Osmar Lins, Hermílio Borba Filho e Carlos Pena Filho, contendo sua biografia, textos centrados nos períodos históricos da cidade do Recife no período de 1945 a 1975 (procurando detectar os sinais de modernidade na poética dos autores em questão) fotos referentes a momentos da vida do autor que influenciaram sua obra, além de trechos de poemas comentados. Isso voltado à contextualização histórica do Recife, no período enfocado, além da leitura da literatura sobre reflexões teóricas e metodologias relacionadas com história e narrativas literárias.

Conclusões

O desenvolvimento da presente pesquisa está-nos possibilitando a constituição de competências e habilidades na pesquisa histórica, operacionalizando investigações históricas a partir de uma reflexão crítica sobre a relação entre história e cultura, no nosso caso, as narrativas literárias (literatura).
Ainda, no decorrer da pesquisa, estamos constituíndo um acervo de indicadores, subsídios, referências comentários e resenhas, tanto de caráter teórico-metodológico e histórico como resultante das investigações e estudos entre literatura e história, para uma fundamentação mais consistente de futuros projetos de pesquisas e de estudos aplicados à relação entre história e cultura.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC, à instituição onde foi realizada a pesquisa (UNICAP) e ao Deparatamento de História – CTCH.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. (v. I)
_____. **Obras Escolhidas**. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.(v. III)
BERNARDES, Denis. **Recife**: o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
CARDOZO, Joaquim. **De uma noite de festa**: bumba-meu-boi. São Paulo: Ed. Círculo do Livro, 1971.
_____. **Poemas Selecionados** (seleção de preferência de César Leal). Recife: Ed. Bagaço, 1996.
GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
_____ **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. **Pedra do Sono**. Recife: Edições do Autor, 1942.
_____. **O engenheiro**.Rio de Janeiro: Ed. Amigos da Poesia, 1945.
_____. **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Ed.Guimarães Editores, 1960.
_____. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1961.
_____. **Morte e Vida Severina**. Rio de Janeiro: Ed.Sabiá, 1969.

A MODERNIZAÇÃO DO RECIFE NAS NARRATIVAS LITERÁRIAS DE OSMAN LINS, GILVAN LEMOS E HERMILIO BORBA FILHO

Larissa Maria Duarte de Araújo[1]; Luís Manuel Domingues do Nascimento[2]

[1]Estudante do Curso de História do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas participante do grupo de pesquisa História e Identidades do Nordeste; e-mail: luismdomingues@uol.com.br.

Resumo

Este projeto teve os seus estudos voltados para uma análise reflexiva do material histórico no qual estavam registradas as modificações urbanas ocorridas no Recife, no período de 1945 a 1975, e das narrativas literárias que produziram reflexões sobre esse percurso e a análise da dimensão da modernização nele embutida, realizadas por prosadores como: Osman Lins, Gilvan Lemos e Hermilio Borba Filho. Compartilhando a análise e crítica com esses objetos de estudos, procedeu-se, também, a uma apropriação das análises históricas sobre o período e a cidade contida em produções de conhecimento que procuram desvelar o processo histórico de mudanças pelo qual o Recife passou no período de 1945 a 1975. Foi com base nessa relação entre narrativa literária, contexto histórico e produções de conhecimentos que fizemos procuramos operar uma reconstrução das dimensões sociais e históricas realidade à época, principalmente, através dos textos literários que muitos autores se utilizavam para enunciar, desvelar, analisar e criticar as mudanças e as suas repercussões sobre os sujeitos históricos e os seus modos de vida num momento em que a cidade do Recife se modernizava e se inseria num padrão de sociedade marcado pela produção em massa da mercadoria e pelos modos de vida, comportamento, mediações, mentalidade e valores próprios de uma sociedade de consumo. Por fim, vale salientar que o período histórico estudado foi marcado por uma inserção tanto da cidade do Recife como do Brasil em um novo estágio de padrão de acumulação e reprodução de capital, marcado pela a internalização da produção capitalista no país e a constituição de sociedade de classes e de consumo.

Palavras-chave: história, modernização, narrativas literárias

Introdução

O projeto que se intitula “História, modernização e literatura na cidade do Recife (1945-1975)” vem tendo os seus estudos realizados e desenvolvidos desde setembro de 2003. Durante esse percurso, foi possível detectar um conjunto de mudanças significativas no período em foco e na natureza do perfil urbano da cidade do Recife. Essas transformações urbanas levaram o Recife a adotar um espaço urbano e social sincronizado com a emergência dos pólos urbano-industriais e de uma sociedade de consumo no contexto histórico de internalização da produção capitalista no Brasil a partir do Pós-guerra. Tanto a natureza desse contexto histórico como a trajetória dos sujeitos históricos nele inseridos foram objetos de preocupação e de registro em diversas narrativas literárias que se dispuseram a refletir sobre a modernização da cidade do

Projeto: História, modernização e literatura na cidade do Recife 1945-1975. **Órgão financiador**: PIBIC UNICAP.

Recife no período. E foi através dessas narrativas literárias que nos propusemos a averiguar a dimensão histórica e social das mudanças ocorridas na cidade, mudanças que não se restringiram só ao aspecto das transformações urbanas mas também atravessaram a dimensão econômica, política, social e cultural. Foi nesse sentido que nos propomos a desenvolver um projeto de pesquisa que promovesse uma identificação, um inventário e uma análise das dimensões e repercussões das modernizações e de seus processos de constituição e efetivação na cidade do Recife e da forma como foram registradas, expressas e criticadas nas narrativas literárias de autores de extração ou radicados no Recife, principalmente, os que se voltam para a prosa, como: Osman Lins, Gilvan Lemos e Hermílio Borba Filho.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida se apoiou, primeiramente, num estudo da relação entre narrativa literária, contexto histórico e produções de conhecimento, principalmente aquela que podemos ter para o período histórico da cidade do Recife entre 1945 e 1975. A partir desse procedimento inicial, operamos uma reflexão teórico-metodológico quanto à relação entre história e narrativas literárias e definimos critérios para proceder a um inventário nas narrativas literárias das reflexões sobre os processos de modernização no Recife, levando-nos a identificar, selecionar, sistematizar, analisar e criticar as proposições de análise e crítica sobre a modernização contidas nas narrativas literárias selecionadas.

Para operacionalizar os propósitos acima, valemo-nos, em nossa investigação, das concepções acerca dos tipos de narradores desenvolvidos por Walter Benjamim, presentes no seu artigo *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, contido na coletânea *Obras Escolhidas I*, no qual o autor procura pensar, primeiramente, os narradores como aqueles que conhecem suas histórias e tradições, e, assim, procuram saber contar uma história das alterações urbanas de uma cidade sem se encarregar de fornecer todas as explicações definitivas, permitindo que a história se abra para conotações e compreensões distintas e seja revivida como vida, servindo de esclarecimento ante a fragmentação acelerada da experiência histórica de seus contemporâneos, assim como os narradores que se caracterizam por buscar e apresentar uma interpretação e explicação dos acontecimentos e da história para os seus contemporâneos.

Outro componente de nossa metodologia foi a busca de indícios nas obras dos autores selecionados que nos permitem fazer de uma realidade aparentemente opaca um painel privilegiado da natureza e dinâmica das transformações urbanas pelas quais passava a cidade do Recife nos anos que vão de 1945 a 1975, pois as obras podem oferecer-nos elementos reveladores de fenômenos mais gerais, auxiliando-nos a analisar e criticar a composição desses fenômenos e não só a ficar na apreensão ilusória de suas manifestações, captada pela sensibilidade e consciência imediata. Para esses propósitos, apropriamo-nos dos paradigmas desenvolvidos por Carlos Ginzburg, principalmente em sua obra *Mitos, emblemas e sinais*.

A partir desses marcos teórico-metodológicos, voltamo-nos para o estudo das narrativas literárias, analisamos os problemas, registros, desvelamentos e críticas expressas nas mesmas. Subsidiado por uma pesquisa do contexto histórico e de reflexões de conhecimentos do sobre o período em foco, passamos a nos voltar para a produção de uma reflexão crítica dessas narrativas literárias e a sua contextualizações em face ao contexto histórico do período.

Para a pesquisa do contexto histórico, foi realizado um trabalho de campo, nos acervos dos periódicos do Arquivo Público Estadual João Emerenciano (APEJE), nas publicações e análises de indicadores econômicos e sociais produzidos pelo COMDEPE, nas documentações sobre aspectos das alterações urbanas na cidade do Recife dos arquivos da URB-Recife, objetivando uma coleta de registros que pudessem fornecer subsídios, registros, indicadores que nos possibilitassem fazer de uma realidade aparentemente opaca um painel privilegiado da natureza e

dinâmica das transformações urbanas pela qual passava o Recife nos anos que vão de 1945 a 1975.

Resultados e Discussão

A pesquisa nos permitiu, primeiramente, sistematizar leituras e reflexões de caráter teórico metodológico sobre a relação entre história e literatura. Com a pesquisa dos acervos de documentos históricos, podemos inventariar e sistematizar um conjunto de subsídios históricos que nos permite delinear um painel dos processos de modernização pelo qual a cidade do Recife passou entre 1945 e 1975. Por fim, com o debruçarmento sobre as narrativas literárias selecionadas, tivemos a oportunidade escolher, analisar e criticar as reflexões que os escritos que selecionamos fazem sobre o contexto da modernização da cidade do Recife, num período em ela configurou no seu interior uma sociedade de classes e de consumo. Com o andamento dessas etapas da pesquisa, foi-nos possível caracterizar e distinguir as transformações de caráter urbano e histórico-social ocorridas na cidade do Recife, que nos permitem de antemão, enunciar que o período foi marcado pela constituição de um espaço urbano marcado pelos aspectos que caracterizam os grandes centros urbanos da sociedade capitalista (obras viárias em larga escala, predomínio de estruturas e serviços para circulação e consumo acelerado da mercadoria, comportamentos e modos de vida marcados pelo critério mensurável etc.).

Conclusões

A conclusão a que chegamos com a referida pesquisa é que a mesma poderá gerar reflexões, subsídios e produções de conhecimentos sobre os objetos de estudos e proposições que definimos para o nosso projeto de pesquisa: a história urbana da cidade do Recife e sua relação com as narrativas literárias. Assim sendo, esta pesquisa nos permite contribuir para o preenchimento das lacunas sobre um dos períodos históricos mais pertinentes da história contemporânea da cidade do Recife e sobre a produção artístico-cultural que o mesmo fomentou. O historiador tem seu olhar comprometido com uma abertura para o infinito e, através desta pesquisa, preocupamo-nos em reacender as lembranças e os valores que ficaram desmantelados com a ação do homem, que muitas vezes não valoriza o patrimônio, mas que graças a artistas como Osman Lins, Gilvam Lemos e Hermilio Borba Filho, permite-nos captar dimensões até então ocultas sobre os escombros da história urbana recente da cidade do Recife.

Agradecimentos

Agradecemos à UNICAP pelo financiamento da pesquisa, pelo Programa PIBIC/UNICAP, sem a qual teria sido inviável minha participação, bem como ao Prof. Dr.Luís Manuel Domingues do Nascimento,do Departamento de História, pelas orientações no Projeto, tornando-nos alunos capacitados e interessados em continuar os estudos históricos no campo da pesquisa.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. (v. I)

_____. **Obras Escolhidas**. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.(v. III)

BERNARDES, Denis. **Recife**: o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BORBA FILHO, Hermilo. **Agá**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LEMOS, Gilvan. **Cecília entre os leões**. Recife: Edições Bagaço, 1994.

LINS, Osman. **Nove, novena**. 2 ed. São Paulo: Melhoramento, 1975. (Série Escalada)

_____. **Avalovara**. 2 ed. São Paulo: Melhoramento, 1974. (Série Escalada)

_____. **A rainha dos cárceres da Grécia**. São Paulo: Melhoramento, 1976. (Série Escalada)

A MOTIVAÇÃO NAS EMPRESAS INCUBADAS SEGUNDO VICTOR VROOM

Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo[1] ; Helder Pontes Régis[2] ; José de Arruda Raposo[3] ; Maria Luiza Nery do Nascimento[1] ; Bianca Bastos Mazullo[4]

[1]Estudantes do Curso de Administração do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências Tecnológicas, Participante do Grupo de Pesquisa Gestão Empresarial E-mail: hregis@hotlink.com.br
[3]Professor do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa Gestão Empresarial E-mail: jpraposo@rce.neoline.com.br
[4]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.

Resumo

Pretende-se neste estudo avaliar a motivação e a aprendizagem nas incubadoras de empresas à luz das contribuições mais recentes sobre a natureza da motivação e da aprendizagem organizacional. Para a medição da motivação foi empregado o modelo de Victor H. Vroom da Teoria da Expectância. Serão abordadas as variáveis valência e instrumentalidade. A coleta de dados está sendo realizada em uma amostra tomada entre as empresas participantes das incubadoras de base tecnológica da região metropolitana do Recife com programas de capacitação para o empreendedor. Após a coleta dos dados, pretende-se aferir a influência das variáveis instrumentalidade e valência nos resultados obtidos de forma a conduzir uma análise sobre questões que motivam os empreendedores. Uma etapa exploratória da pesquisa ocorreu através de entrevistas com os gestores das incubadoras pesquisadas. Nesta etapa, o contexto atual do processo de incubação foi levantado e orientou a fase subseqüente de elaboração do questionário e coleta de dados. Considerando a importância dos empreendedores para o desenvolvimento da tecnologia e da sociedade, a pesquisa teve esses agentes de mudança como público respondente. Através das entrevistas com os gestores das incubadoras, pode-se concluir que as incubadoras adotam diferentes estratégias de capacitação e desenvolvimento, contribuindo de forma diferenciada na motivação e aprendizagem dos empreendedores.

Palavras-chave: Expectância / Valência / Instrumentalidade / Aprendizagem / Empreendedorismo

Introdução

De uma forma mais genérica, pretende-se verificar em que medida as incubadoras localizadas em instituições de pesquisa governamentais ou em universidades se constituem em mecanismo

Projeto: Aprendizagem e Motivação de Empreendedores Vinculados a Incubadoras de Empresas. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP

favorecedor da motivação e aprendizagem dos novos empreendedores. Nesta ótica, este estudo abordará a motivação (VROOM, 1964) dos empreendedores que optam e conseguem participar de um processo de incubação de empresas em incubadoras de base tecnológica. A teoria da motivação de Victor Vroom tem sido retomada pela comunidade científica internacional como mostram Régis e Calado (2001).

Vroom (1964) define Força Motivacional como sendo o resultado da associação de três variáveis: **Valência X Instrumentalidade X Expectância**. Na sua visão, o produto dessas variáveis é o que motiva a tomada de decisão do indivíduo, ou seja, a valência, representada pelo desejo ou pelo valor que o indivíduo expressa em atingir suas necessidades pessoais a partir de uma recompensa; a instrumentalidade, focada na clareza e na busca de que através do seu desempenho profissional, recompensas serão alcançadas em suas ações diárias. Por último, a expectância, variável que expressa a expectativa do indivíduo, que visualiza o nível de desempenho como resultado do nível de esforço (RÉGIS, 2000).

É freqüente que uma idéia de negócio surgida no ambiente universitário não tenha efetividade na vida prática por falta de apoio técnico, gerencial e financeiro. É para solucionar este problema que universidades e centros de pesquisa vêm estruturando órgãos de fomento às micro e pequenas empresas de base tecnológica ou de indústrias tradicionais. Esses órgãos são as incubadoras de empresas que promovem os meios necessários para facilitar a entrada do jovem empreendedor no mercado.

As incubadoras buscam atender às expectativas dos empreendedores fornecendo-lhes um ambiente propício e relativamente protegido da agressiva concorrência do mercado. Por outro lado, há uma grande parcela do trabalho que cabe aos empreendedores, que precisam ser capacitados e se prepararem para o tempo em que deixarão a incubadora. Há uma necessidade de se compreender o processo que motiva os empreendedores e o processo pelo qual eles aprendem na incubadora de empresas. A compreensão da motivação e da aprendizagem ajudará as incubadoras a desenvolverem seus programas de gestão e a aumentar o índice de empreendimentos que sobrevivem após o período da incubação. Além disso, o trabalho busca estabelecer princípios ou diretrizes que possam orientar a reprodução de modelos de sucesso em outras instituições, de modo particular, na UNICAP.

A profundidade das mudanças ambientais a que estão sujeitos os empreendedores sócios de empresas incubadas pode influenciar a motivação para que o empreendedor tenha uma atuação comprometida com os resultados da empresa. Julgando que o sucesso do processo de incubação depende da participação voluntária e comprometida das pessoas, a compreensão da motivação do empreendedor para com o processo de incubação pode ser bastante útil na implementação, avaliação e continuidade deste processo.

Dada a problemática esboçada, coloca-se a seguinte questão de pesquisa:

O que faz o empreendedor crer que seu desempenho o levará a uma recompensa? Que recompensa o empreendedor necessita para satisfazer seus desejos? Como esses fatores motivam a ação empreendedora no ambiente das incubadoras de empresas?

Tem-se como objetivo geral dessa pesquisa avaliar o grau de motivação e identificar a forma de aprendizagem dos empreendedores vinculados a incubadoras de base tecnológica na região metropolitana do Recife, como resposta às intervenções de capacitação e treinamento fornecidos pelas incubadoras.

Os objetivos específicos buscados nessa parte da pesquisa se referem à avaliação das expectativas dos empreendedores para com o processo de incubação das empresas no que diz respeito à relação “desempenho x recompensas x metas pessoais”; fornecer informações que auxiliem as incubadoras a desenvolverem seus programas de gestão e a aumentar o índice de empreendimentos que sobrevivem após o período da incubação; diagnosticar a motivação dos empreendedores das empresas incubadas; fazer a mensuração dos indicadores das variáveis

instrumentalidade e *valência* do modelo da expectância de Victor Vroom.

Metodologia

Na operacionalização do trabalho de pesquisa foram realizadas atividades como reuniões semanais com os orientadores para construção do instrumento de pesquisa, elaboração de roteiros de entrevista, revisão e discussão da literatura voltada ao tema da pesquisa, análise documental em jornais e *sites* de Internet, transcrições das fitas gravadas em entrevistas e aplicação de questionário.

A amostra foi selecionada com base na entrevista do responsável pelos projetos de criação de novos empreendimentos e processos da incubadora do Porto Digital e pela rede de incubadoras de base tecnológica do Estado de Pernambuco (INCUBANET). Através do seu conhecimento sobre programas de capacitação implantados nas incubadoras, foi possível selecionar uma amostra estratificada de acordo com os programas de capacitação empregados nas incubadoras. A amostra representa aproximadamente 60% da população de empresas incubadas da região metropolitana do Recife, sendo representativa.

A etapa exploratória foi realizada no Porto Digital, organização social sem fins lucrativos do Governo do Estado, que tem implementado um ambiente de excelência em tecnologia da informação e comunicação no Recife. Em seguida, foram realizadas entrevistas na amostra selecionada: com a diretoria da Matriz Empreendedora do Recife-MATER, através do coordenador geral; com o diretor de negócios do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife-CESAR e com o gerente da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Estado de Pernambuco-INCUBATEP.

A definição do formato do questionário se deu a partir de reuniões entre fevereiro e abril de 2004. Foram levantadas várias questões quanto à escala que seria utilizada para as respostas, assim como a linguagem ideal, a fim de garantir o melhor entendimento sobre o que é exposto, já que o questionário é do tipo auto-administrado, com a ação do respondente na leitura e resposta das questões. Essas questões foram exaustivamente discutidas, visando melhorar a semântica, de forma a não gerar dúvidas para o empreendedor durante as respostas. Nesse mesmo período, deu-se início aos contatos com as incubadoras para promover um consenso sobre data e horário de aplicação do questionário. Subseqüente a essas atividades, a aplicação de questionários teve início. Os dados estão sendo coletados por meio de 28 questões em escala do tipo Likert.

A análise dos dados obtida está sendo feita através de gráficos e tabelas de saída obtidos com o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) em forma de percentagens, freqüências e modas.

Resultados e Discussão

As três incubadoras estudadas atuam com diferentes programas de capacitação e desenvolvimento. Uma delas atua de modo formal, com mentores experts no sentido de orientar os empreendedores na área de maior necessidade da empresa. A outra atua oferecendo visitas de empreendedores mais experientes que foram antes incubados naquela incubadora para promover palestras sobre temas da necessidade dos atuais incubados. Esse evento periódico é conhecido por “café-da-manhã” por todos os empreendedores estarem presentes num grande desjejum enquanto o evento acontece, possibilitando uma interação entre os mais experientes e os jovens empreendedores. A outra incubadora visitada acompanha os empreendedores, nas pessoas de seus próprios dirigentes, nos processos de comercialização e exportação de seus produtos e atua tentando uma aproximação entre os incubados e professores universitários, contudo não tem havido um ajustamento de tempo dos professores.

Duas das incubadoras adotam cursos oferecidos por consultores tanto nas áreas técnicas quanto nas áreas administrativas e a outra adota uma sistemática de cursos regulares sobre empreendedorismo e gestão no início do processo de incubação. Os cursos são oferecidos de forma semelhante entre as três incubadoras. O desempenho dos empreendedores através dos cursos, assim como dos programas de capacitação, não é controlado e avaliado por nenhuma das três incubadoras.

O período de incubação dura em média 2 anos nas três incubadoras pesquisadas, sendo o tempo formal de incubação em uma delas de um ano e seis meses. Todas as instituições pesquisadas oferecem a estrutura exigível para desempenhar o papel de incubadora, como secretária em conjunto, computadores, Internet, telefone, etc. Foi observado que o espaço físico para os empresários é diferente comparando uma incubadora à outra. Duas delas disponibilizavam assessoria jurídica aos sócios.

Pode-se observar que as discussões em reunião entre os pesquisadores foram relevantes, pois os empreendedores que respondem ao questionário da pesquisa não têm problemas no entendimento das questões.

Conclusões

O foco deste trabalho foi direcionado para o diagnóstico da motivação dos empreendedores quanto a sua participação em um processo de incubação nas incubadoras de base tecnológica da região metropolitana do Recife. Buscando alcançar os objetivos propostos quanto à motivação dos empreendedores no processo de incubação, foram utilizados os indicadores de valência e instrumentalidade da teoria da motivação de Vroom para análise dos dados obtidos.

Através dos contatos com os gerentes das incubadoras e com os empresários das empresas incubadas, é possível observar que a maioria dos empreendedores apresenta uma motivação positiva em relação ao processo de incubação. Após a finalização da coleta dos dados, esta hipótese poderá ser confirmada ou negada.

Agradecimentos

A Deus pela força e inspiração; PIBIC/UNICAP pela oportunidade da pesquisa; gerentes entrevistados – Marcos Suassuna (Porto Digital), Celso Perez (MATER), Geraldo Magela (INCUBATEP) e Paulo Tadeu (CESAR) – por disponibilizarem as instituições; empreendedores por responderem ao questionário necessário para a conclusão deste trabalho.

Referências

ARGYRIS, C.; SCHON, D.A. **Organizational Learning**: A Theory of Action Perspective Reading. Massachusetts: Addison-Wesley, 1978.

MACIEL, Cristiano de O.; NASCIMENTO, Maurício R. do. **Fatores Limitantes à Aprendizagem Organizacional e Resistência à Mudança**. 2002. In: Anais 26º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Salvador-BA, 2002.

RÉGIS, Helder P. **A motivação dos professores do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba para participarem do Programa da Qualidade**: um exame com base na teoria da expectância. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. PROPAD. Recife-PE. 2000.

RÉGIS, Helder P.; CALADO, Sônia M. R. **A motivação para participar do Programa de Qualidade do CEFET-PB:** Um exame com base na Teoria da Expectância. In: Anais 25º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Campinas-SP, 2001.

VASCONCELOS, Maria I. V. **A Motivação Para o Planejamento Estratégico**: o caso do SENAC Pernambuco. Monografia do curso de especialização (MBA) em gestão de organizações sociais. Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. PROPAD. Recife-PE, 2002.

VROOM, Victor H. **Work and motivation.** New York: John Wiley, 1964.

XIMENES, Ana C. de A. **Aprendizagem e Inovação nas Pequenas Empresas de Base Tecnológica Incubadas:** Um Modelo Aplicativo. In: Anais, XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 6 a 8 de novembro, Salvador, Bahia, 2002. CD-ROM.

ANÁLISE ACERCA DAS ALTERAÇÕES LINGÜÍSTICAS PRESENTES NO DISCURSO DE SUJEITOS AFÁSICOS QUE NÃO FORAM SUBMETIDOS AO TRATAMENTO FONOAUDIÓLOGICO

Roberta Cristiny Medeiros de Souza[1]; Alcidezio Luiz Sales de Barros[2]

[1]Estudante do Curso de graduação plena em Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa Linguagem, Lógica e Cognição E-mail: alcidezo@hotlink.com.br

Resumo

O presente estudo objetiva investigar as alterações lingüísticas presentes no discurso de três sujeitos afásicos, de ambos os sexos, sem tratamento fonoaudiológico, na Universidade Católica de Pernambuco. Há uma variedade de patologias de linguagem, uma delas é a afasia, considerada um distúrbio adquirido de linguagem em conseqüência de um transtorno nas áreas cerebrais responsáveis pela expressão e/ou compreensão da fala. Nesta pesquisa, as atividades foram desenvolvidas baseadas na linguagem espontânea, na contextualização dos fatos e no deslocamento da linguagem nos eixos metonímicos e metafóricos. Desta forma, foram selecionados e analisados recortes discursivos, de acordo com a Análise de Discurso de Linha Francesa desenvolvida por Eni Orlandi. A importância desta proposta baseia-se no direcionamento da terapia para o âmbito da linguagem, pois resgata a espontaneidade do funcionamento discursivo desses sujeitos. Diante dos recortes, pode-se constatar anomia, agramatismo, parafrasias semânticas, parafrasias fonêmicas e neologismos nos discursos dos sujeitos afásicos sem tratamento fonoaudiológico, porém tais alterações variaram quanto à severidade, apresentando-se em menor intensidade naqueles submetidos ao tratamento fonoaudiológico. Neste sentido, a terapia fonoaudiológica baseada na Análise de Discurso possibilita o direcionamento da terapia para o âmbito da linguagem, resgatando a espontaneidade do funcionamento discursivo, o que possibilita um melhor prognóstico, inter-relação, auto - estima e qualidade de vida.

Palavras-chave: Afasia; Linguagem; Análise de Discurso; Terapia Fonoaudiológica.

Introdução

A presente pesquisa objetiva investigar as alterações lingüísticas presentes na fala dos sujeitos afásicos, os quais não se submetem a tratamento fonoaudiológico. Segundo Casanova (1995), afasia ocorre em conseqüência de danos cerebrais que afetam a linguagem.

O Acidente Cerebral é resultado de uma alteração espontânea do sangue que supre o cérebro. Murdoch (1997, p.47), descreve dois tipos principais de acidentes cerebrais os de lesão isquêmica (decorre de uma repentina inadequação do fornecimento de sangue para áreas específicas do cérebro) e os de lesão hemorrágica (decorre da ruptura de um ou mais vasos sanguíneos, fazendo

Projeto: Aspectos de Análise do Comprometimento Lingüístico em Sujeitos Afásicos Submetidos ou não a Intervenção Fonoaudiológica. **Órgão financiador**: PIBIC / UNICAP.

com que o sangue entre em contato com tecidos cerebrais, lesionando-os, ou quando o sangue vai para fora do cérebro e corre para os espaços entre as meninges). Em algumas situações, numa área menos acometida pela isquemia, é possível que funções desta área, que tenham sido prejudicadas, voltem ao seu funcionamento normal após a recuperação espontânea, o que ocorre em tempo mínimo de três a seis meses, após diagnóstico de Acidente Vascular Cerebral (ORTIZ, apud FILHO, 1997; MURDOCH, 1997).

No campo da linguagem, Bouillaud, no século XIX, requereu que a linguagem estaria localizada na área de Broca e de Wernick. Lesões, nestas áreas específicas, comprometeriam a comunicação humana (VIEIRA, 1998). A afasia é considerada um distúrbio da linguagem, adquirida em conseqüência de transtornos cerebrais nestas áreas, responsáveis pela expressão da fala ou pela compreensão desta, envolvendo uma redução da capacidade de interpretar e formular elementos lingüísticos com significado (ADAMS, VICTOR, ROPPER, 1997; MURDOCH, 1997; JAKUBOVICZ, 1995). Esta patologia foi descrita em 1861 por Paul Broca, num estudo *postemortem*, de sujeitos que perderam a capacidade de articular as palavras (FONSECA, 1997; COUDRY, 1996).

Diante de lesões cerebrais que atingem a linguagem, alterações podem ser encontradas, tais como: agramatismo, caracterizada por uma alteração na estrutura sintática (BEAR, CONNRS & PRADISO, 2002); caracterizada pela troca de um vocábulo por outro, relacionados semanticamente (MURDOCH, 1997); parafasia fonêmica ou fonética, as quais são alterações na articulação da fala, caracterizadas por distorção, troca, omissões, acréscimos de fonemas (ORTIZ, apud, FILHO; JAKUBOVICZ, 1995).

Compondo o quadro sintomatológico da afasia, também é encontrada a estereotipia, caracterizada por repetições de sílaba sem sentido nas tentativas de fala, as quais são involuntárias. Neologismos também são comumente observados. Há emissão de palavras sem relação fonêmica ou semântica. A anomia é um outro tipo de alteração, caracterizada por inabilidade para denominar objetos. Jargões também podem surgir no discurso do afásico, bem articulado, entretanto totalmente incompreensível (MURDOCH, 1997; JAKUBOVICZ, 1995; ORTIZ, apud, FILHO, 1997).

É possível perceber a existência de uma variedade de sintomas lingüísticos nos portadores de afasia. Relatos de estudiosos teorizam a localização da linguagem no cérebro, vinculando a extensão da lesão ao grau de comprometimento. Esta pouco contribui para o entendimento da linguagem, pois prioriza a lesão em detrimento do sujeito afásico (FONSECA, 1997).

Uma outra forma de abordar afasia é através da visão interacionista. Esta preconiza que a afasia se caracteriza por uma alteração no funcionamento da linguagem, em que a mesma se reduz a significantes aparentemente não interpretados, o que desloca o sujeito da sua posição de falante eficaz para sua posição contrária, devido à desorganização do seu discurso (FREIRE, 1996 p. 140). Neste sentido, a análise de Discurso irrompe, reflete o discurso como novo objeto teórico de conhecimento (COUDRY, 1996; ORLANDI, 2002).

A análise de Discurso (A.D.) visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando os gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico. Por isso, neste tipo de estudo, se conhece melhor o sujeito, as suas peculiaridades, sua capacidade de significar e significar-se. A linguagem passa a ser concebida como mediação necessária entre o sujeito e a realidade social (ORLANDI, 2002).

A terapia fonoaudiológica baseada na A.D. contempla a interlocução, a atividade verbal contextualizada e possibilita condições de interação e intersubjetividade. O "paciente afásico" dá lugar ao "sujeito afásico", eclodindo o papel ativo desse sujeito como interlocutor, o que propicia um melhor prognóstico e uma melhor qualidade de vida. Diante das alterações lingüísticas que podem acometer o afásico, a presente pesquisa objetiva identificar e analisar as alterações lingüísticas presentes no discurso dos mesmos, submetidos ou não ao tratamento fonoaudiológico,

no sentido de esclarecer a importância da intervenção fonoaudiológica nessa patologia de linguagem.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada a partir de diálogos espontâneos com três sujeitos portadores de afasia, secundária a Acidente Vascular Cerebral (A.V.C), de ambos os sexos, dois brancos e um negro, na Universidade Católica de Pernambuco em Recife-PE.

Como critério de inclusão, os participantes deveriam se encontrar em pós-fase de recuperação espontânea, o que equivale a seis meses de diagnóstico de A.V.C. (ORTIZ apud FILHO, 1997), e nunca terem se submetido a tratamento fonoaudiológico.

Após a seleção dos sujeitos, foi entregue uma carta de informação aos mesmos, sobre a pesquisa. Eles foram esclarecidos oralmente e por escrito sobre os desígnios do estudo (anexo I) e sobre um termo de compromisso, garantindo o seu anonimato (anexo II). É importante proferir que o presente estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética do Real Hospital Português. Posteriormente foram realizadas sessões com os três sujeitos, nas quais utilizaram-se conversas espontâneas, contextualizando os fatos proferidos ao lançar mão de álbuns de retratos, agendas e utensílios da casa. Estes diálogos foram registrados através de gravador, objetivando coletar recortes discursivos, os quais foram transcritos. Com a obtenção dos dados dos recortes discursivos, as alterações lingüísticas nos sujeitos foram identificadas e analisadas a partir da proposta de Análise de Discurso de Eni Orlandi.

Em um segundo momento, os resultados foram confrontados com os de outro grupo de sujeitos, três portadores de afasia, que se submetem a tratamento fonoaudiológico baseado na Análise de Discurso de Eni Orlandi, no intuito de esclarecer se há importância na intervenção fonoaudiológica nestes sujeitos e se o presente método beneficia a comunicação, inter-relação, auto-estima e qualidade de vida dos sujeitos afásicos.

Resultados e Discussão

Diante dos diálogos realizados, pode-se observar alterações lingüísticas presentes no discurso dos três sujeitos, definidos como sujeito D, E e F. No sujeito D, observa-se alteração na estrutura sintática, com distorção e omissão de elementos gramaticais, emprego de verbos no infinitivo, constatando-se o agramatismo segundo Bear, Connrs & Paradiso (2002), porém com ausência de perda da entonação, em oposição aos achados de Jakubovicz (1995). Também é observada troca, omissão e acréscimo de sílabas, originando outra palavra da língua, o que condiz com relatos de ORTIZ, apud FILHO (2000), a qual descreve que as parafasias fonêmicas são alterações na articulação da fala, caracterizadas por uma distorção na produção dos fonemas. No intuito de se fazer entendido, o sujeito realizara comunicação gestual, emocionando-se, em diversos momentos, por pensar ser incapaz de falar.

No discurso do sujeito e, observa-se dificuldade para denominar apenas objetos da casa, enquadrando-se nas características da anomia. Para Jakubovicz (1995); ORTIZ, apud FILHO (2000), é uma inabilidade para denominar objetos, envolvendo também palavras abstratas, adjetivos e advérbios, os quais não foram observados. É freqüente em quase todos os tipos de pacientes afásicos, fato constatado nos sujeitos E e F. Outra alteração lingüística presente no discurso dos sujeitos E e F é o neologismo, porém com menos sistematicidade no sujeito E. Nos recortes discursivos, há emissões de palavras sem relação fonêmica ou semântica, apresentando-se ininteligíveis. Por esta razão, necessitavam de gestos comunicativos, para fazer o interlocutor entender o discurso, ocasionando irritação nos sujeitos afásicos. De acordo com Ortiz apud Filho (2000), neologismos são seqüências fonêmicas ou grafêmicas que seguem as regras da língua portuguesa, assemelhando-se às palavras, mas inexistentes no dicionário. Foi possível constatar,

no discurso do sujeito F, emissões de palavras semanticamente análogas, o que é condizente com os achados de Murdoch (1997); Ortiz apud Filho (2000), os quais preconizam haver troca de um vocábulo ou palavra por outra, estando as duas palavras relacionadas semanticamente.

Conclusões

Anomia, agramatismo, parafrasias semânticas, parafrasias fonêmicas e neologismos foram observados nos discursos dos sujeitos afásicos que não se encontram em tratamento fonoaudiológico. Observa-se que alterações lingüísticas variam quanto à severidade, apresentando-se em menor intensidade naqueles submetidos ao tratamento fonoaudiológico baseado na Análise de Discurso (A.D.) de Eni Orlandi. Avaliar a linguagem sob o âmbito da (A.D.) contempla as relações de sentido, possibilita condições de interação e intersubjetividade. As atividades podem ser contextualizadas e o sujeito é visto como autor de sua linguagem.

Agradecimentos

A Deus, aos sujeitos da pesquisa, à minha família, ao PIBIC/UNICAP, em especial ao querido amigo e orientador Alcidezio, pela oportunidade e confiança. Penso que a dúvida é intrínseca à ciência, a qual deve servir de análise e descoberta para o aprendizado e a formação da linguagem, desenvolvendo uma consciência cidadã.

Referências

ADAMS, R.D.; VICTOR, M.; ROPPER, AH. - Disorders of Speech and Language. In**: Principles of Neurology**, International Edition, McGRAW-HILL, 1997. p. 473

BEAR, M. F; CONNORS, B. W., PARADISO, M. A., **Linguagem e Atenção.** Neurociências: Desvendando o Sistema Nervoso; cood. Trad. QUILLFELDT, J. A.(et al.). – 2. Ed. – Porto Alegre: Artemed, 2002, p. 643.

CASANOVA, J. P. et al. **Manual de Fonoaudiologia**. Rio de Janeiro: Artes Médicas. 2. Ed, 1997, p. 263.

COUDRY, M. I. H. **Diário de Narciso:** Discurso e Afasia. São Paulo: Martins Fontes. 2. Ed, 1996, p. 63, 93.

FONSECA, S. C. Afasia, algumas questões. In: LIER – DE VITTO, M. F. **Fonoaudiologia:** no sentido da Linguagem. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 104 – 105.

FREIRE, R. M. Análise da Afasia sob uma perspectiva Discursiva. In: PASSOS, M. C. **Fonoaudiologia:** Recriando seus Sentidos. São Paulo: Plexus, 1996, p. 140.

JAKUBOVICZ, R. Um teste para a reabilitação das afasias. In: MARCHESAN, I. Q; GOMES, I. C. D; ZORZI, J. L; BALLAFI, C. **Tópicos em Fonoaudiologia**. Rio de janeiro: Lovise, 1995, p. 51, 65, 257.

MURDOCH, B. E. **Estrutura Neuroanatomia da Fala e da Linguagem.** Desenvolvimento da Fala e Distúrbios da Linguagem: uma abordagem neurológica e fisiológica. Rio de Janeiro: Revinter, 1997, p. 47, 62, 92, 87.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso -** Princípios e Procedimentos. 4. Ed. Campinas – SP: Pontes, 2002, p. 15-63.

ORTIZ, K. Z. **Avaliação e Terapia dos Distúrbios Neurológicos da Linguagem e Fala.** In: LOPES, O. F. Tratado de Fonoaudiologia, 2000, p. 940-941, 947.

VIEIRA, C. H. E Por Falar em Afasias. In: GOLDFELD. M. **Fundamentos em Fonoaudiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 94.

ANÁLISE ACERCA DAS ALTERAÇÕES LINGÜÍSTICAS PRESENTES NO DISCURSO DE SUJEITOS AFÁSICOS SUBMETIDOS AO TRATAMENTO FONOAUDIÓLOGICO

Mônica Maria Bezerra[1]; Alcidezio Luiz Sales de Barros[2]

[1]Estudante do Curso de graduação plena em Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa Linguagem, Lógica e Cognição E-mail: alcidezo@hotlink.com.br

Resumo

O presente estudo objetiva investigar as alterações lingüísticas presentes no discurso de três sujeitos afásicos, de ambos os sexos, submetidos a tratamento fonoaudiológico, na Universidade Católica de Pernambuco. Há uma variedade de patologias de linguagem, uma delas é a afasia, considerada um distúrbio adquirido de linguagem em conseqüência de um transtorno nas áreas cerebrais responsáveis pela expressão e/ou compreensão da fala. Nesta pesquisa, as atividades foram desenvolvidas com base na linguagem espontânea, na contextualização dos fatos e no deslocamento da linguagem nos eixos metonímicos e metafóricos. Foram selecionados e analisados recortes discursivos, de acordo com a Análise de Discurso de Linha Francesa desenvolvida por Eni Orlandi. A importância desta proposta baseia-se no direcionamento da terapia para o âmbito da linguagem, pois esta resgata a espontaneidade do funcionamento discursivo dos afásicos. Diante dos recortes, pode-se constatar anomia, agramatismo, parafrasias semânticas e parafrasias fonêmicas nos discursos dos sujeitos afásicos sem tratamento fonoaudiológico, porém tais alterações variaram quanto à severidade apresentando-se em menor intensidade naqueles submetidos ao tratamento fonoaudiológico. Neste sentido, a terapia fonoaudiológica baseada na Análise de Discurso o direciona-se para o âmbito da linguagem, resgatando a espontaneidade do funcionamento discursivo, o que possibilita um melhor prognóstico, inter-relação, auto-estima e qualidade de vida.

Palavras-chave: Afasia; Linguagem; Análise de Discurso; Terapia Fonoaudiológica.

Introdução

A presente pesquisa objetiva investigar as alterações lingüísticas presentes na fala dos sujeitos afásicos, os quais se submetem a tratamento fonoaudiológico. Segundo Casanova (1995), afasia ocorre em conseqüência de danos cerebrais que afetam a linguagem.

O Acidente Cerebral é resultado de uma alteração espontânea do sangue que supre o cérebro. Murdoch (1997) descreve dois tipos principais de acidentes cerebrais: os de lesão isquêmica (decorre de uma repentina inadequação do fornecimento de sangue para áreas específicas do cérebro) e lesão hemorrágica (decorre da ruptura de um ou mais vasos sanguíneos, fazendo com que o sangue entre em contato com tecidos cerebrais, lesionando-os ou quando o sangue vai para

Projeto: Aspectos de Análise do Comprometimento Lingüístico em Sujeitos Afásicos Submetidos ou não a Intervenção Fonoaudiológica. **Órgão financiador**: PIBIC / UNICAP.

fora do cérebro e corre para os espaços entre as meninges). Em algumas situações, numa área menos acometida pela isquemia, é possível que funções desta área, que tenham sido prejudicadas, voltem ao seu funcionamento normal após a recuperação espontânea, em um tempo mínimo de três a seis meses após diagnóstico de Acidente Vascular Cerebral (ORTIZ, apud, FILHO, 1997; MURDOCH, 1997).

No campo da linguagem, Bouillaud, no século XIX, requeriu que a linguagem estaria localizada na área de Broca e de Wernick. Lesões nestas áreas especificas comprometeria a comunicação humana (VIEIRA, 1998). A afasia é considerada um distúrbio da linguagem adquirida, em conseqüência de transtornos cerebrais nestas áreas, responsáveis pelo expressão da fala ou pela compreensão desta, envolvendo uma redução da capacidade de interpretar e formular elementos lingüísticos com significado (ADAMS, VICTOR, ROPPER, 1997; MURDOCH, 1997; JAKUBOVICZ, 1995). Esta patologia foi descrita em 1861 por Paul Broca, num estudo *postemortem*, de sujeitos que perderam a capacidade de articular as palavras (FONSECA, 1997; COUDRY, 1996).

Diante de lesões cerebrais que atingem a linguagem, alterações podem ser encontradas, tais como: Agramatismo, que é caracterizada por uma alteração na estrutura sintática (BEAR, CONNRS & PRADISO, 2002). Também, pode-se observar parafasia semântica, a qual caracteriza-se por troca de um vocábulo por outro, estando as mesmas relacionadas semanticamente (MURDOCH, 1997). O que diferencia das parafasias fonêmicas ou fonética, as quais são alterações na articulação da fala caracterizada por distorção, troca, omissões, acréscimos de fonemas (ORTIZ, apud, FILHO, 1997; JAKUBOVICZ, 1995).

Compondo o quadro sintomatológico da afasia, também é encontrada estereotipia, caracterizada por repetições de silaba sem sentido nas tentativas de fala, as quais são involuntárias. Neologismos também são comumente observados. Há emissão de palavras sem relação fonêmica ou semântica. A anomia é um outro tipo de alteração caracterizado por inabilidade para denominar objetos. Jargões também podem surgir um discurso do afásico, onde a fala é bem articulada, entretanto totalmente incompreensível (MURDOCH, 1997; JAKUBOVICZ, 1995; ORTIZ, apud, FILHO, 1997).

É possível perceber a existência de uma variedade de sintomas lingüísticos nos portadores de afasia. Relatos de estudiosos teorizam a localização da linguagem no cérebro vinculando a extensão da lesão ao grau de comprometimento. Esta pouco contribui para o entendimento da linguagem, pois prioriza a lesão em detrimento do sujeito afásico (FONSECA, 1997).

Uma outra forma de abordar afasia é através da visão interacionista, esta preconiza que a afasia se caracteriza por uma alteração no funcionamento da linguagem em que a mesma se reduz a significantes aparentemente não interpretados, a qual desloca o sujeito da sua posição de falante eficaz pra sua posição contrária, devido à desorganização do seu discurso (FREIRE, 1996). Neste sentido a Análise de Discurso irrompe, reflete o discurso como novo objeto teórico de conhecimento (COUDRY, 1996; ORLANDI, 2002).

Análise de Discurso (A.D.) visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando os gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico. Por isso, neste tipo de estudo se conhece melhor o sujeito, as suas peculiaridades, sua capacidade de significar e significar-se, a qual a linguagem é concebida como mediação necessária entre o sujeito e a realidade social (ORLANDI, 2002 p.15).

A terapia fonoaudiológica baseada na (A.D.) contempla a interlocução, atividade verbal contextualizada, possibilita condições de interação e intersubjetividade; o "paciente afásico" dá lugar ao "sujeito afásico", eclodindo o papel ativo deste sujeito como interlocutor, o que propicia um melhor prognostico e uma melhor qualidade de vida. Diante das alterações lingüísticas que podem acometer o afásico, a presente pesquisa objetiva identificar e analisar as alterações lingüísticas presentes no discurso dos mesmos, submetidos ou não ao tratamento fonoaudiológico,

no sentido de esclarecer a importância da intervenção fonoaudiológica nesta patologia de linguagem.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada a partir de diálogos espontâneos com três sujeitos portadores de afasia, secundário a Acidente Vascular Cerebral (A.V.C), de ambos os sexos, na Universidade Católica de Pernambuco em Recife - PE.

Como critério de inclusão, os participantes deveriam se encontrar em pós-fase de recuperação espontânea, o que equivale a seis meses de diagnóstico de A.V.C. (ORTIZ apud FILHO, 1997), e estarem relizando tratamento fonoaudiológico.

Após a seleção dos sujeitos, foi entregue uma carta de informação, aos mesmos, sobre a pesquisa, os quais foram esclarecidos oralmente e por escrito os desígnios do estudo (anexo I) e um termo de compromisso garantindo o anonimato dos mesmos (anexo II). É importante proferir que o presente estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética do Real Hospital Português. Posteriormente foram realizadas sessões com os três sujeitos, a qual utilizou-se conversas espontâneas, contextualizando os fatos proferidos ao lançar mão de álbuns de retratos, agendas e utensílios da casa. Estes diálogos foram registrados através de gravador, objetivando coletar recortes discursivos os quais foram transcritos. Com a obtenção dos dados dos recortes discursivos, a presença de alterações lingüística nos sujeitos foi identificada e, analisadas, a partir da proposta de Analise de Discurso de Eni Orlandi.

Em um segundo momento, os resultados foram confrontados com os de outro grupo de sujeitos três portadores de afasia, que nunca se submeteram a tratamento fonoaudiológico baseado na Análise de Discurso de Eni Orlandi, no intuito de esclarecer a importância da intervenção fonoaudiológica nestes sujeitos e se o presente método beneficia a comunicação, inter-relação, auto - estima e qualidade de vida dos sujeitos afásicos.

Resultados e Discussão

Diante dos diálogos realizados pode-se observar alterações lingüísticas presentes no discurso dos três sujeitos, definidos como sujeito A. B. e C. Nos sujeitos A, B e C observa-se alteração na estrutura sintática, com distorção e omissão de elementos gramaticais, emprego de verbos no infinitivo, constatando o agramatismo segundo Bear, Connrs & Paradiso (2002), porém com ausência de perda da entonação, em oposição aos achados de Jakubovicz (1995). Também é observada troca, omissão e acréscimo de sílabas originando outra palavra da língua, o que condiz com relatos de ORTIZ, apud FILHO, (2000), a qual descreve que as parafasias fonêmicas são alterações na articulação da fala, caracterizadas por uma distorção na produção dos fonemas. No intuito de se fazer entendido, o sujeito realizara comunicação gestual, emocionando-se, em diversos momentos por pensar ser incapaz de falar.

No discurso do sujeito B observa-se dificuldade para denominar apenas objetos da casa, enquadrando-se nas características da anomia, para Jakubovicz (1995); ORTIZ, apud FILHO, (2000) é uma inabilidade para denominar objetos, envolvendo também palavras abstratas, adjetivos e advérbios, os quais não foram observados. É freqüente em quase todos os tipos de pacientes afásicos. Outra alteração presente no discurso dos sujeitos B e C. emissões de palavras semanticamente análogas, condizente com os achados de Murdoch (1997); Ortiz apud Filho (2000), os quais preconizam haver troca de um vocábulo ou palavra por outra, estando as duas palavras relacionadas semanticamente.

Conclusões

Anomia, agramatismo, parafrasias semânticas e parafrasias fonêmicas foram observados nos discursos dos sujeitos afásicos que se encontram em tratamento fonoaudiológico. Observa-se que alterações lingüísticas variam quanto à severidade apresentando-se em maior intensidade naqueles que Não se submetem a tratamento fonoaudiológico baseado na Análise de Discurso (A.D.) de Eni Orlandi. Avaliar a linguagem sobre o âmbito da (A.D.) contempla as relações de sentido, possibilita condições de interação e intersubjetividade onde atividades podem ser contextualizadas e o sujeito é visto como autor de sua linguagem.

Agradecimentos

Agradecimento a Deus e todos que me ajudaram ao logo do desenvolvimento desta pesquisa. A amiga, Roberta , que com sua experiência me ajuda na aquisição de recursos para concretização do meu ideal.

Referências

ADAMS, R.D.; VICTOR, M.; ROPPER, AH. - Disorders of Speech and Language. In**: Principles of Neurology**, International Edition, McGRAW-HILL, 1997. p. 473

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W; PARADISO, M. A., **Linguagem e Atenção.** Neurociências: Desvendando o Sistema Nervoso; cood. Trad. QUILLFELDT, J. A.(et al.). – 2. Ed. – Porto Alegre: Artemed, 2002, p. 643.

CASANOVA, J. P. et al. **Manual de Fonoaudiologia**. Rio de Janeiro: Artes Médicas. 2. Ed. 1997, p. 263.

COUDRY, M. I. H. **Diário de Narciso:** Discurso e Afasia. São Paulo: Martins Fontes. 2. Ed, 1996, p. 63, 93.

FONSECA, S. C. Afasia, algumas questões. In: LIER – DE VITTO, M. F. **Fonoaudiologia:** no sentido da Linguagem. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 104 – 105.

FREIRE, R. M. Análise da Afasia sob uma perspectiva Discursiva. In: PASSOS, M. C. **Fonoaudiologia:** Recriando seus Sentidos. São Paulo: Plexus, 1996, p. 140.

JAKUBOVICZ, R. Um teste para a reabilitação das afasias. In: MARCHESAN, I. Q. GOMES, I. C. D.;ZORZI, J. L.;BALLAFI, C. **Tópicos em Fonoaudiologia**. Rio de janeiro: Lovise, 1995, p. 51, 65, 257.

MURDOCH, B. E. **Estrutura Neuroanatomia da Fala e da Linguagem.** Desenvolvimento da Fala e Distúrbios da Linguagem: uma abordagem neurológica e fisiológica. Rio de Janeiro: Revinter, 1997, p. 47, 62, 92, 87.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. 4. Ed, Campinas – SP: Pontes, 2002, p. 15-63.

ORTIZ, K. Z. **Avaliação e Terapia dos Distúrbios Neurológicos da Linguagem e Fala.** In: LOPES, O. F. Tratado de Fonoaudiologia, 2000, p. 940-941, 947.

VIEIRA, C. H. E por Falar em afasias. In: GOLDFELD. M. **Fundamentos em Fonoaudiologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 94.

ANÁLISE BIOQUÍMICA E HISTOQUÍMICA DE *Penicillium spp* ISOLADOS DE ÁREAS CONTAMINADAS COM PETRÓLEO

João Mário da Silva[1]; Ricardo da Silva[1] ; Aline Elesbão do Nascimento[2]

[1] Estudantes do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2] Professora do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia, Participante do Grupo de Pesquisa Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular, E-mail: elesbão@unicap.br

Resumo

Espécies do gênero *Penicillium* exibem habilidades fisiológicas em relação à produção de metabólitos secundários. A busca por isolados com potenciais para produção de metabólitos reside na obtenção de organismos indígenos com maiores níveis de expressão dessas moléculas. A maquinaria enzimática associada à utilização de petróleo, e de seus derivados, corresponde ao grupo das oxidases. Tais enzimas encontram inúmeras aplicações industriais e biotecnológicas, sendo também encontradas sob diferentes isótipos. Outrossim, a partir da inoculação do solo do Porto do Recife em meio Yeast Mold Agar, foram obtidos três isolados do gênero. A habilidade de crescimento dos isolados, em diferentes meios indutores da atividade oxidase, foi testada com a utilização de ABTS, Ácido Tânico e Amarelo Remazol e Guaiacol. Adicionalmente, o comportamento dos isolados nas temperaturas de 28^{0}C, 35^{0}C, 45^{0}C e 55^{0}C, nos meios testes, foi analisado. Os resultados revelaram diferenças em relação ao crescimento dos isolados nos diferentes meios de cultivo, o que sugere padrões metabólicos distintos. Adicionalmente, diferenças em relação ao crescimento nas temperaturas testadas foram detectadas. Os isolados P1 e P2 exibiram maior plasticidade de desenvolvimento nas condições testadas. Ensaios relacionados à expressão das fenoloxidases em presença dos diferentes indutores revelaram padrões distintos entre os isolados testados. Os aspectos da estrutura fina demonstraram a existência de sutis variações no comportamento ultra-estrutural dos isolados testados. Aspectos associados a expressão das oxidases e sua possível utilização em processos biotecnológicos são discutidos.

Palavras-chave: *Penicillium*; xenobióticos; fenoloxidases.

Introdução

Os microrganismos são essenciais para o meio ambiente e contribuem para a estabilidade de ecossistemas. Representam a principal forma de ciclagem de compostos químicos, incluindo a degradação de poluentes de origem industrial e uma parte em expansão da economia mundial, e de grande interesse, especialmente para a indústria. A possibilidade de que esses organismos fossem uma fonte rica de metabólitos comercialmente viáveis e altamente lucrativos levou ao desenvolvimento de estudos e procedimentos para o isolamento e cultivo, visando à melhoria da produção em larga escala. Desde então, um grande número de metabólitos tem sido alvo de estudos. A habilidade notável de degradação de compostos por microrganismos é conseqüência

Projeto: Estudo Bioquímico e Histoquímico de Amostras de *Penicillium spp* Isoladas de Áreas Contaminadas com Petróleo – parte do Projeto: Potencial Biotecnológico dos Microrganismos Termofílicos e sua Aplicação nos Processos de Degradação e Redução dos Contaminantes Derivados do Petróleo "CNPq, sob o número de registro 461534/01-0 (NV).

da evolução dos sistemas enzimáticos, os quais vêm coexistindo, durante bilhões de anos, com uma enorme variedade de substâncias naturais de diferentes origens (1, 3, 4, 5, 6, 8).

Enzimas microbianas apresentam uma série de vantagens sobre equivalentes de origem animal ou vegetal, tais como custos de produção relativamente baixos, susceptibilidade de produção em larga escala em fermentadores, espectro amplo de características físico-químicas de diferentes moléculas, geralmente relacionadas ao habitat e à fisiologia do organismo produtor, susceptibilidade de manipulação genética e representam um recurso renovável (3, 5, 6, 7, 9, 10).

A atividade combinada de microrganismos nos biotratamentos para minimização ou eliminação de poluentes resulta na estabilização de agentes aromáticos. Os microrganismos responsáveis pela biodegradação de tais compostos podem ser selecionados de diferentes fontes naturais. Tal ação microbiana é de extrema importância para as tecnologias da biorremediação. A grande questão em discussão está em como os microrganismos se adaptam à utilização de moléculas xenobióticas, e resulta na busca e na identificação de microrganismos com potencial de atividade (3, 5, 6, 7, 9, 10). O gênero *Penicillium* é o maior grupo de fungos isolados de solos/sedimentos, que exibe grande dificuldade de categorização. Contudo, pode ser dividido em grupos dependendo da ramificação de estruturas associadas à produção de esporos – conidióforos. Muitas espécies têm micélio submerso, o que permite sua penetração para uma eficiente utilização de substrato para obtenção de energia e nutrientes. Adicionalmente, representantes do gênero são encontrados comumente em solos temperados, podendo sobreviver e, mesmo, crescer em ambientes com baixa atividade de água. Habitualmente, são isolados de solos com altas quantidades de matéria orgânica. As fenoloxidases representam um grupo de enzimas envolvidas no metabolismo secundário (5, 6, 10). As reações catalisadas por essas enzimas estão relacionadas a mudanças nas propriedades das paredes celulares dos fungos (aumento de impermeabilidade e força hidrostática), interações intercelulares e remoção/detoxificação de certos metabólitos secundários. Correlação entre condições ambientais e expressão das enzimas também tem sido apresentada. O uso do microscópio eletrônico como ferramenta, na pesquisa biológica, tem modelado e alterado os conceitos da estrutura celular e o entendimento do papel de organelas no comportamento celular. As descobertas, que resultam da utilização da microscopia eletrônica, têm influenciado a biologia moderna (4). Os fungos têm sido utilizados para o tratamento de resíduos e rejeitos industriais e urbanos. O potencial de uso reside em seu arsenal enzimático, produzido em resposta ao ambiente e secretado como metabólito secundário (1, 3, 4).

Considerando o papel dos fungos na manutenção dos ciclos biogeoquímicos, seu potencial para a produção de fenoloxidases, a função relevante desse grupo de enzimas nos processos de degradação e utilização de compostos derivados do petróleo e a caracterização da biodiversidade de ambientes contaminados com petróleo, a presente proposta tem como objetivo geral a avaliação do comportamento bioquímico e ultra-estrutural de amostras de *Penicillium* isoladas do Porto do Recife-PE em relação à atividade das enzimas fenoloxidases, em função da temperatura ambiente, como potencial alternativa para o processo de remediação de áreas contaminadas com petróleo e/ou seus derivados.

Metodologia

Meios de Cultura: Yeast Mold Agar (crescimento e manutenção); ABTS Agar (testes fenoloxidases); Guaiacol; Ácido Tânico e Amarelo Remazol.

Métodos de Cultivo e Isolamento de Fungos - as amostras de solo oriundo do Porto do Recife foram submetidas ao isolamento de fungos filamentosos, utilizando o meio de cultura – YMA, com antibiótico (cloranfenicol). As culturas foram incubadas a 28°C e acompanhadas durante 15 dias. Após o surgimento de colônias, lâminas foram preparadas com a adição de clarificante e coradas com o azul de metileno e observadas em microscópio óptico (Zeiss, standard 20).

Caracteres macroscópicos e microscópicos, como, por exemplo, forma, tamanho, cor da colônia e a formação de estruturas de reprodução foram consideradas para a identificação dos espécimens.
Estimativa de Crescimento em Meio Padrão - o comportamento do crescimento dos isolados foi estimado em termos do diâmetro das colônias em Meio YMA, pH 5,8 ao longo de 336 horas (15 dias), sob as temperaturas de 28ºC, 35ºC, 45ºC e 55ºC. Placas de Petri foram inoculadas com discos de ágar com 5mm de diâmetro, contendo micélio ativo, previamente cultivado em YMA durante 5 dias. Os testes foram realizados em triplicata.
Estimativa de Crescimento em Meios Contendo Diferentes Substratos para Oxidorredutases (ABTS, Guaiacol; Ácido Tânico e Amarelo Remazol, (2)) - placas de Petri, contendo os diferentes substratos foram inoculadas com discos de ágar, 5mm de diâmetro, contendo micélio ativo, previamente cultivado em YMA durante 5 dias. O crescimento foi acompanhado pelo diâmetro das colônias formadas durante 15 dias, nas temperaturas de 28ºC, 35ºC, 45ºC e 55ºC. O diâmetro das colônias foi determinado a cada 24 horas de intervalo. Os testes foram realizados em triplicatas.
Avaliação da Atividade de Fenoloxidases em Meio Indutor (2) - A atividade extracelular de fenoloxidases foi também avaliada pela habilidade de formação de halos. Amostras de 20 microlitros de sobrenadante, coletados durante o cultivo em meio ABTS e YMA, foram inoculadas em poços perfurados em placas contendo o meio indutor com ABTS. As placas foram observadas a cada 24 horas, durante 14 dias, sob as temperaturas de 28ºC, 35ºC, 45ºC e 55ºC. Os halos formados foram medidos em milímetros. Os resultados foram realizados em triplicatas.
Análise Ultra-estrutural – através da microscopia eletrônica de varredura

Resultados e Discussão

A partir da análise dos dados obtidos, três isolados de *Penicillium* foram identificados, através de suas características morfológicas. Variações de crescimento, em meio YMA (utilizado como padrão), foram detectadas em função do diâmetro das colônias. Dois isolados exibiram crescimento exuberante.

O cultivo dos isolados em meio contendo ABTS também revelou um comportamento de crescimento distinto. Com a variação da temperatura de incubação observou-se que os isolados, cultivados em meio YMA e ABTS, exibiram resposta diretamente relacionada à temperatura do ambiente.

As temperaturas de 45 ^{0}C e 55 ^{0}C foram inibitórias para o desenvolvimento das colônias. O guaiacol exibiu efeito negativo sobre o crescimento dos isolados testados.

O cultivo dos isolados contendo Ácido Tânico e Amarelo Remazol revelou o crescimento dos isolados sob as temperaturas de 28 ^{0}C e 35 ^{0}C, nas quais os perfis de crescimento foram distintos. Nesses meios os isolados não cresceram sob as temperaturas de 45 ^{0}C e 55 ^{0}C.

Os ensaios da atividade das fenoloxidases revelaram perfis variáveis entre os isolados, observado em função do diâmetro dos halos formados. Os isolados exibiram atividade sob as temperaturas de 28 ^{0}C e 35 ^{0}C. Contudo, a atividade extracelular das fenoloxidases diferiu entre os isolados. O cultivo em meio contendo substratos revelou uma maior expressão para as enzimas, quando comparada ao meio YMA.

A avaliação da estrutura fina permitiu verificar sutis variações entre os isolados e sob o cultivo nos diferentes meios testados.

Conclusões

Os resultados obtidos permitem concluir que:
os isolados analisados exibiram comportamentos de crescimento distinto em resposta a composição do meio de cultivo; # dentre os indutores, o guaiacol exibiu efeito inibidor sobre o

desenvolvimento dos isolados; # a temperatura influencia o crescimento e a expressão das fenoloxidases dos isolados testados; # o cultivo prévio em meio contendo os indutores permitiu a detecção de uma maior expressão das fenoloxidases; # o cultivo em meio contendo ABTS propiciou a revelação das maiores atividades enzimáticas nos isolados; # os isolados exibiram diferenças em suas atividades; # a temperatura de 28 ^{0}C foi aquela na qual ocorreu maior crescimento, bem como favoreceu a maior expressão enzimática; # sutis diferenças na ultra-estrutura foram observadas em função do isolado e do meio de cultivo.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa de Base de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco, ao CNPq, ao PRONEX e ao FINEP pelo apoio ao desenvolvimento deste projeto.

Referências

AINSWORTH, G.C. Introduction and Keys to Higer Taxa. In Ainsworth G.C., Sparrow, F.K. & Sussman, A.S., eds., **The fungi**. **An advanced treatise**. Academic press, New York. 4b:1-7. 1973.

ARORA, D. S. & GILL, P. K. Effects of Various Media and Supplements on Laccase Production by Some White Rot Fungi. **Bioressoruce Technology**. 77: 89-91. 2001.

ATLAS, R.M. & BARTHA, R. **Microbial Ecology**. **Fundamentals and Application**s. 3 ed., The Benjamin/Cummings Publ. Co., Inc., CA, USA. 1992. 563p.

BROCK, T.D.; MADIGAN, M.T.; MARTINKO, J.M. & PARKER, J. **Biology of Microorganism**s. 7 ed., Prentice Hall, NJ, USA. 1994.909p.

CERNIGLIA CE. Fungal metabolism of polycyclic aromatic hydrocarbons: past, present and future applications in bioremediation. **Journal of Microbiology and Biotechnology**, 19:324-33. 1997.

CLEMENTE, AR., ANAZAWA, T. A . DURRANT, L. R. Biodegradation of Polycyclic Aromatic Hydrocarbons by Soil Fungi. **Brazilian Journal of Microbiology**, 32:255-261. 2001.

FELLENBERG, G. **- Introdução aos Problemas da Poluição Ambiental.** Ed. Pedagógica e Universitária. São Paulo. 1990. 231p.

JOHANNES C, MAJCHERCZYK A. Natural mediators in the oxidation of polycyclic aromatic hydrocarbons by laccase mediator systems. **Applied Environmental Microbiology,** 66:524-528, 1999.

KERRY, E. Bioremediation of Experimental Petroleum Spills on Mineral Soils in the Vestfold Hills, Antarctica. **Polar Biology**, 13: 163-170. 1993.

MADSEN, E.L. Determining *In Situ* Biodegradation. Facts and Challenges. **Environmental of Science Technology**, 25: 1663-1673, 1991.

ANÁLISE DA CONCEPÇÃO JURÍDICA CONCERNENTE AOS REFUGIADOS E APÁTRIDAS EM NÍVEL INTERNACIONAL.[1]

Labibe Ferreira Sucar Atiê[1]; Geraldo Antônio Simões Galindo[2].

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro Ciências Sociais. E-mail: bibiatie@hotmail.com.
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisas Internacionais. E-mail: gasg@truenet.com.br.

Resumo

A Ordem Jurídica Internacional, ao reconhecer o princípio da autodeterminação dos Estados, enseja o entendimento quanto ao seu alcance e extensão nos Estados Nacionais, viabilizando a proteção da pessoa humana e das coletividades de refugiados e apátridas. O projeto tem a perspectiva inicial de demonstrar a influência desse princípio acima referido e a contribuição para as coletividades de refugiados e apátridas em âmbito internacional. A partir de um levantamento bibliográfico o projeto propõe-se a estudar a concepção legal e a responsabilidade internacional dos Estados em relação às coletividades de refugiados e apátridas, para assim observar se o descumprimento das normas relativas aos mesmos acarreta uma reparação do Estado que as violou. A partir dos dados obtidos concernentes aos aspectos mencionados, pretende-se, em continuidade ao estudo, identificar a legislação internacional relativa ao tema, demonstrar as alternativas que podem ser adotadas para solucionar a situação daqueles e verificar o que está, atualmente, ocorrendo com relação aos fenômenos analisados.

Palavras-chave: autodeterminação; refugiados; apátridas.

Introdução

As coletividades de refugiados e povos apátridas têm, historicamente, sofrido violações em seus direitos elementares em decorrência de guerras, perseguições ideológicas políticas e discriminações variadas. As implicações do exercício da autodeterminação dos Estados Nacionais contingenciados por coletividades de refugiados ou de povos apátridas, bem como os procedimentos institucionais internacionais de salvaguardas legais possíveis de serem atribuídas a essas coletividades mostram-se relevante no sentido de buscar alternativas na proteção desses fenômenos. O princípio da autodeterminação dos povos é um delineamento do princípio das nacionalidades que surgiu na época da Revolução Francesa sobressaindo no século XIX.[2] O principio da autodeterminação dos Estados refere-se à prerrogativa de direito que os Estados Nacionais têm de escolher sua forma de Estado, seu regime de governo, sua política econômica, dentre outros aspectos inerentes a sua experiência institucional.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos aduz no seu arts. 14 e 15, respectivamente, que "toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e beneficiar de asilo em outros

---

[1] **Projeto**: Situação Legal Internacional dos Refugiados e Apátridas. **Órgão financiador**: UNICAP – PROPESP (PIBIC).

[2] Lafer, Celso. A ruptura totalitária e a reconstrução dos direitos humanos. São Paulo, 1988, pág. 62.

países" e que "todo homem tem direito a uma nacionalidade".
J. F. Rezek, ao posicionar-se sobre o art.15, expõe que "... é ilusória a proclamação do direito de todo ser humano a uma nacionalidade, de vez que a regra não tem destinatário certo. Aceitando-a, o Estado, isoladamente considerado, a nada se compromete". [3] Portanto, mesmo o Direito Internacional esforçando-se para eliminar a apatria, ainda existem muitos apátridas espalhados pelos Estados, dependentes das normas de proteção adotadas pelo direito do local onde se encontram.
Estima-se que existem, no inicio do séc.XXI, na sociedade internacional, cerca de 25 milhões de refugiados. Até a década de 50, a maioria dos refugiados eram europeus; atualmente, no entanto, a maioria é composta principalmente de africanos e asiáticos, dos quais 80% são mulheres e crianças.[4] Esse elevado contingente de refugiados tem demandado dos governos estatais e organizações internacionais a apresentação de soluções referentes à situação de tal categoria, buscando, dessa forma, alcançar uma proteção efetiva que lhe salvaguardasse as mínimas expectativas de direito que lhes fossem inerentes.
Os indivíduos, como seres humanos, demandam respeito às prerrogativas de direito e deveres que lhes são salvaguardados pela Ordem Jurídica Internacional dos chamados direitos humanos o que acarreta a necessidade inevitável de criar, ratificar e cumprir as leis internacionais existentes, para assim proteger os indivíduos das violações que por ventura possam sofrer. Segundo o Tribunal interamericano, "o exercício da função pública tem limites que derivam do fato de que os direitos humanos são inerentes a dignidade humana e, em conseqüência, superiores ao poder do Estado".
Sob essa perspectiva é que o presente trabalho teve como objetivos o estudo da natureza jurídica e o alcance de aplicabilidade do princípio jurídico internacional da autodeterminação de Estados Nacionais, bem como das coletividades de refugiados e de povos apátridas, as concepções legais internacionais de coletividades de refugiados e de povos apátridas referenciando-os geopoliticamente, em uma contextualização internacional atual, as possíveis referências legais de responsabilidades internacionais de Estados Nacionais quanto à sobrevivência e segurança de coletividades de refugiados e de povos apátridas, o respaldo legal internacional pelo qual se enseje a auto-afirmação e defesa dos interesses internacionais de coletividades de refugiados ou povos apátridas e considerar criticamente as teorias de reconhecimento de Estados Nacionais e sua eventual aplicação em perspectiva, ao reconhecimento internacional dos povos apátridas.

Metodologia

Este projeto se orienta metodicamente, tanto por um enfoque histórico-analítico quanto por uma abordagem teorético-sistêmica, realizando um levantamento descritivo das injunções e circunstâncias constitutivas da legalidade situacional das coletividades de refugiados ou de povos apátridas, tipificando, juridicamente, a competência de Estados Nacionais e/ou organismos internacionais para caracterizar tais coletividades legalmente referenciadas a ordem jurídica internacional e/ou interna dos Estados Nacionais responsáveis por essas coletividades.A descrição fenomênica aplicada ao que se propõe o presente projeto de pesquisa busca identificar as estratégias decorrentes das atuações dos Estados Nacionais e Instituições Internacionais, implementadas em nível mundial na identificação geopolítica e caracterização de status legais das coletividades de refugiados e de apátridas.
Esta pesquisa se aterá à máxima aproximação de precisão epistêmica possível, na teorização das

[3] Rezek, José Francisco. Direito internacional público. 7ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p.183.
[4] Folheto informativo da United Nations High Comissioner for Refugees(UNHCR)

conexões e correlações identificadas na análise descritiva da factualidade dos fenômenos abordados e os problemas e aporias que lhe sejam atinentes. Nesse sentido, tentar-se-á elaborar uma teorização que estabeleça critérios de compatibilidade de elementos e aspectos estruturais, atentando-se para sua dinâmica funcional, numa composição una e coerente, não comprometida com certezas definitivas, mas com a maior precisão e clareza na elucidação das próprias incertezas decorrentes da investigação de alguns determinados problemas pinçados do campo objetal descrito.
Todas as etapas acima descritas serão realizadas através de levantamentos bibliográficos de literatura geral e específica relativa ao tema, bem como de documentos e legislações internacionais e internas, assim como de resoluções e decisões judiciais de organismos internacionais.
Além da consulta a livros e periódicos específicos ao tema abordado, serão utilizadas informações disponibilizadas através da *Internet*. Também estão previstas, entrevistas com alguns especialistas no campo do Direito Internacional, visando confrontar suas opiniões com a realidade internacional observada no presente estudo.

Resultados e Discussão

O estudo resultou na observância da existência de discrepância quanto às noções ideativas dos fenômenos (refugiados e apátridas), estes eminentemente internacionais, pelo qual são definidos doutrinária e/ou normativamente através do estabelecimento dos requisitos e elementos delimitadores do campo de investigação do objeto fenomênico constituído sem que sejam estabelecidas conceituações precisas pelos quais se descrevam seus conteúdos próprios.
Verificam-se instrumentos legislativos pelos quais se impõem cogentemente a observância da responsabilidade internacional dos Estados Nacionais face aos indivíduos refugiados e apátridas, quer sejam originários de seu mesmo Estado Nacional ou de outro. A despeito da não codificação ou sistematização de tal normatividade jurídica internacional que se mostra, preponderantemente, consuetudinária. Em virtude do que se cogita da sua utilização também como respaldo jurídico normativo internacional aplicável a auto-afirmação institucional de tais coletividades.
Os instrumentos de proteção dos refugiados e apátridas tais como, tratados internacionais, leis internas, são necessários, mas não suficientes na medida que há necessidade de uma efetiva implementação pragmática. Entretanto, essas normas não conferem uma autonomia coletiva aos povos refugiados e apátridas, apenas salvaguardam direitos e deveres individualmente direcionados.

Conclusões

O estudo feito obteve conclusões de que não existe garantia de autodeterminação legalmente estabelecido pelas normatividades internacionais e internas dos Estados Nacionais, como não há qualquer pertinência das teorizações de reconhecimento dos Estados Nacionais aplicáveis as coletividades de refugiados e apátridas.

Agradecimentos

À minha família e a meu namorado que sempre me apoiaram na realização do projeto. A minha amiga, Maria Tereza Dalla Nora. Ao Professor Thales Castro sempre disposto a ajudar.

Referências

LAFER, Celso. **A ruptura totalitária e a reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: 1988, p. 62.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**. 7ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p.183.

ANÁLISE DA CONCEPÇÃO JURÍDICA CONCERNENTE ÀS GUERRAS EM INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS[1].

Maria Tereza Dalla Nora[1]; Geraldo Antônio Simões Galindo[2] .

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro Ciências Sociais. E-mail: mtdallanora@hotmail.com;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisas Internacionais. E-mail: gasg@truenet.com.br.

Resumo

Guerras e conflitos bélicos internacionais requerem intervenções militares oriundas de resoluções da Organização das Nações Unidas, bem como de outras instituições internacionais que buscam o restabelecimento da paz. Estudar a natureza jurídica da tipificação legal das guerras e conflitos bélicos torna-se necessário, à medida que se atribui a instituições internacionais competência para intervir militarmente, a exemplo da Organização das Nações Unidas. Com base em levantamento bibliográfico de literatura geral e específica relativa ao tema, este projeto se dedica ao estudo da natureza e tipificação jurídica das guerras e conflitos bélicos e sua eventual correlação com as ações intervencionistas. Uma vez analisada a conceituação dos referidos institutos e identificados os instrumentos legislativos internacionais relativos ao tema, tendo-se, outrossim, considerado criticamente as intervenções levadas a cabo em Kosovo e Timor Leste, caracteriza-se a competência legal da ONU para intervir militarmente, bem como se comprova a incompetência das demais instituições internacionais multilaterais para implementar resoluções intervencionistas armadas em âmbito internacional.

Palavras-chave: guerra; conflitos bélicos; intervencionismo.

Introdução

Evitar o uso da força entre os Estados é meio mais eficaz para cumprir com o fim maior da Organização das Nações Unidas, qual seja a paz. Segundo a Carta da ONU, seus membros encontram-se proibidos de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, salvo em situações de legítima defesa. A norma, criada na vigência do mundo bipolar, sofre contínuas transgressões hodiernamente por parte dos Estados Nacionais.

Conflitos bélicos e guerras que passaram a ocorrer não só entre os Estados, mas dentro deles, suscitados por enfrentamentos sociais, religiosos ou étnicos, têm demandado medidas que ensejam incessantemente a aplicação de um direito internacional cada vez mais abrangente e interveniente

---

[1] **Projeto**: Guerras, Conflitos Bélicos e Intervencionismo Armado Internacional. **Órgão financiador**: UNICAP – PROPESP (PIBIC).

[2] HUCK, H. M. **Da guerra justa à guerra econômica**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 12.

[3] URQUHART, B. Quem pode policiar o mundo? **Política Externa**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 32-35, set./out./nov. 1994.

em conflitos internos ou "intra-estatais", outrora considerados de competência exclusiva de cada Estado Nacional.

Cada vez mais contestada, a soberania dos Estados Nacionais, antologicamente impeditiva de intervenções armadas internacionais, resta prejudicada pela crescente proteção dos direitos humanos, bem como pela prevenção das violações destes, coibindo, dentre outros, os crimes de guerra, conforme atestam inúmeras resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

De fato, a intervenção armada internacional já é uma realidade difundida, visto que conflitos bélicos, ainda que internos, ameaçam a paz internacional, escopo final dos Estados que firmaram a Carta da Nações Unidas. De acordo com Hermes Marcelo Huck[2], a guerra deixou de ser tema exclusivo dos Estados nela envolvidos, e o uso da força assim como o rompimento das relações internacionais se converteram em preocupação da coletividade internacional, excedendo os restritos interesses dos litigantes.

O estudo jurídico de que se trata é tema atual, haja vista o considerável número de guerras e conflitos bélicos internacionais que justificam intervenções internacionais respaldadas em resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O tema proposto neste projeto de pesquisa se constitui em matéria de elevado significado político, étnico e jurídico para a implementação de relacionamentos internacionais mais equânimes e justos.

Foi com o advento da ONU que o estado de guerra passou a ser incompatível com o moderno direito internacional, o que desencadeou a freqüente utilização da expressão "legítima defesa" para se recorrer à agressão nas relações interestatais. Já nas Convenções de Haia de 1899 e 1907, buscava-se proscrever o uso ou ameaça de força na condução das relações internacionais. O Pacto de Paris, mais peremptório que o Pacto da Sociedade das Nações, propôs a renúncia à guerra. A partir da interpretação da Carta da ONU, ressalvando-se que, quando preponderantemente politológica, propagou-se o entendimento impreciso da guerra como coincidente com conflitos bélicos em sentido amplo, o que, por conseguinte, tem acarretado seu enquadramento como ilícito internacional, importando em sanções por parte da Organização. Esta detém mesmo a competência para legislar em âmbito mundial, segundo assevera Brian Urquhart[3], assumindo o papel de policiar o mundo, uma vez que age seu Conselho de Segurança em nome de todos os membros da referida organização e que suas decisões comprometem a todos.

Do exposto, depreende-se que, a fim de evitar a guerra, utilizar-se-á o Conselho de Segurança do intervencionismo armado, o qual só poderá ser realizado sob os auspícios da Organização, sem prejuízo do direito imanente de legítima defesa, seja individual ou coletiva, em caso de ataque armado contra um de seus membros, de acordo com o disposto no art. 51 da Carta.

Efetivamente, desde o fim da Guerra Fria, as Nações Unidas têm exercido sua autoridade para aplacar conflitos e lidar com suas conseqüências. O que se tem visto, nas últimas décadas, no entanto, é uma mudança relevante no papel assumido pela entidade, que, no presente, propõe-se a governar, temporariamente, o Estado paciente, cuidando do seu funcionamento, para que não falte a seus nacionais a lei e a ordem.

Os objetivos do trabalho são, logo, analisar as concepções legais de guerra, conflitos bélicos e intervencionismo internacional, estudar os instrumentos legislativos internacionais disciplinadores das tipificações legais de guerra, conflitos bélicos e intervencionismo armado em âmbito internacional, considerar criticamente os processos intervencionistas e seus desdobramentos conflituais bélicos nas intervenções de Kosovo e Timor Leste, caracterizar os procedimentos institucionais e critérios de determinação intervencionista armada por parte da ONU, bem como estudar as teorias de reconhecimento dos Estados Nacionais e sua eventual aplicação em perspectiva às resoluções intervencionistas armadas por instituições internacionais multilaterais.

Metodologia

Para que todas as etapas do projeto sejam cumpridas, a partir do levantamento bibliográfico já realizado, bem como dos que se seguirão, utilizar-se-á literatura geral e específica relativa ao tema, assim como documentos internacionais, legislações internacionais e internas, resoluções e decisões judiciais de organismos internacionais, além da consulta a livros e periódicos específicos, informações disponibilizadas através da *internet*, entrevistas com especialistas no campo do direito internacional, serviços do COMUT, consultas a pesquisadores especializados em aspectos relativos aos temas abordados através de email, visitas a órgãos públicos ligados ao Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, além de escritórios e Câmaras para o Comércio Exterior.

Este projeto se orienta metodicamente tanto por um enfoque histórico-analítico quanto por uma abordagem teorético-sistêmica, realizando um levantamento descritivo das injunções e circunstâncias implicadas nas ações intervencionistas da Organização das Nações Unidas, estudando a natureza e tipificação jurídica das guerras e conflitos bélicos e sua eventual correlação com as tais ações intervencionistas.

Esta pesquisa se aterá à máxima aproximação de precisão epistêmica possível, na teorização das conexões e correlações identificadas na análise descritiva da factualidade dos fenômenos abordados e os problemas e aporias que lhe sejam atinentes. Nesse sentido, tentar-se-á elaborar uma teorização que estabeleça critérios de compatibilidade de elementos e aspectos estruturais, atentando-se para sua dinâmica funcional, numa composição una e coerente, não comprometida com certezas definitivas, mas com a maior precisão e clareza na elucidação das próprias incertezas decorrentes da investigação de alguns determinados problemas pinçados do campo objetal descrito.

Resultados e discussão

Encontra-se a guerra, hodiernamente, desprovida de conceito jurídico. Apesar do respaldo legal, identificável nas referenciações legais que lhe conferem a jurisdicidade como tipificação legal internacional, não estão as guerras plenamente conceituadas, mas tão-somente definidas por alguns poucos elementos que integram a sua natureza. Em que pese a carência de conceituação legal do instituto, a guerra que outrora era sinônimo de força armada assumiu novas conotações – tal como a guerra econômica – que não são respaldadas legalmente.

O conflito bélico deixa notável lacuna na conceituação legal internacional hodierna; tem-se por certo, no entanto, que, em se tratando de conflito armado, não há intenção de fazer guerra, com o que não são aplicadas as leis de guerra. Os conflitos bélicos, em número sempre crescente no cenário mundial, estão cada vez mais desprovidos de quaisquer referências legais que lhes respaldem as ações belicosas.

A intervenção internacional levada a cabo pela ONU, estudada do ponto de vista jurídico, carece de conceituação. Cabe ressaltar que a intervenção internacional, no âmbito da Organização, tem valor e alcance políticos; seria, contudo, mais correto afirmar que encontra a intervenção internacional seu respaldo jurídico na Carta das Nações Unidas, bem como nas resoluções elaboradas pelo Conselho de Segurança, o que lhe concede caráter não só político, mas também, e de igual importância, jurídico.

Constata-se, outrossim, que as guerras, os conflitos bélicos e os intervencionismos armados internacionais têm um respaldo não exaustivo, entretanto, jurídico internacional, como dito acima, identificável na Carta das Nações Unidas, assim como em tratados internacionais, tais como as Convenções de Genebra de 1949 e 1977. Caracterizam-se essas normas como principais, com o que seus conteúdos passam a assumir as propriedades de tais estereótipos epistêmicos, dentre elas, a abrangência normativa, a abstração de conteúdo, a generalidade de aplicação, a flexibilidade de adaptação factual face à evolutividade temporal.

Verificou-se, ainda, a pertinência da atuação funcional da ONU, através de seus órgãos específicos, para implementação de intervencionismos armados internacionais de caráter humanitário, como os considerados em Kosovo e Timor Leste, tendendo tal competência a assumir caráter exclusivista pela Organização em âmbito mundial.
Das opiniões emitidas na doutrina, não restou comprovada a unanimidade quanto à exclusividade do papel da ONU como interventora em âmbito internacional.
Tampouco é unânime a doutrina no que diz respeito à licitude da intervenção armada, mesmo que levada a cabo pela ONU.
Não foi possível a constatação do reconhecimento do Estado Nacional como requisito determinante da possibilidade de intervenção, uma vez que o assunto permanece aparentemente intocado.

Conclusões

Desprovida de conceituação jurídica, a guerra assumiu novas conotações que não são respaldadas legalmente.
O conflito bélico carece de conceituação legal internacional; sabe-se, no entanto, que não se lhe aplicam as leis de guerra.
Do ponto de vista jurídico, a intervenção internacional empreendida pela ONU não possui conceituação jurídica.
Em que pese o exposto, têm a guerra, o conflito bélico e a intervenção armada internacional respaldo jurídico internacional na Carta das Nações Unidas, bem como em outros tratados internacionais.
É pertinente a atuação funcional da ONU para implementar intervenções armadas internacionais, como os considerados em Kosovo e Timor Leste.
Não há unanimidade quanto à exclusividade da ONU para intervir no cenário mundial.
É lícita a intervenção levada a cabo pela ONU, uma vez que respaldada legalmente pela sua Carta, a qual foi devidamente firmada por 191 países.
Não se faz necessário o reconhecimento do território como Estado Nacional para que possa sofrer a intervenção internacional determinada em resolução da ONU.

Agradecimentos

À Universidade Católica de Pernambuco, por tornar possível, materialmente, o desenvolvimento do projeto. A Labibe Atiê, pela amizade e companheirismo. Ao Professor Thales Castro, que, de tão solícito, terminou por tornar-se amigo. À sempre presente Sarah.

Referências

HUCK, H. M. **Da guerra justa à guerra econômica**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 12.

URQUHART, B. Quem pode policiar o mundo? **Política Externa**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 32-35, set./out./nov. 1994.

ANÁLISE DA PRÁTICA AVALIATIVA x TEORIA DOS EDUCADORES EGRESSOS DA UNICAP QUE ATUAM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS (RPA 4) DA CIDADE DO RECIFE.

Manuela Cavalcante Silva[1]; Marluce Jaques de Albuquerque[2]

1.Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas.
E-mail: manuelacs@yahoo.com ;
2.Professora do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa Pedagógica.
E-mail: jmarluce@hotmail.com

Resumo

Este trabalho foi realizado em bairros da Região Político-Administrativa 4 do Recife, que corresponde à área oeste da cidade. Investigou as concepções e práticas avaliativas versus discurso dos professores egressos da Universidade Católica de Pernambuco, que atuam nas escolas municipais do Recife, analisando a distância dessas práticas em relação ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: *"A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais"*. (Art.24). O caminho metodológico percorrido priorizou a pesquisa empírica com ênfase na abordagem qualitativa. Foram visitadas vinte e duas escolas do município e seis professores da UNICAP foram encontrados, sendo quatro da Licenciatura em Pedagogia e dois das Licenciaturas diversas. O estudo foi desenvolvido com os 100% (seis) dos egressos encontrados. Na atual gestão do município do Recife, suas escolas estão organizadas em ciclos, atendendo ao que sugere a LDB no seu Art. 23. Com relação ao processo de avaliação, observou-se que os egressos em Pedagogia apresentaram um trabalho diferenciado em suas práticas e em seus discursos, demonstraram concepções e práticas avaliativas de tendência transformadora, contribuindo dessa forma com a inclusão social. Os egressos das licenciaturas diversas reafirmaram a ênfase nos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, tanto nos discursos quanto em suas práticas avaliativas, demonstrando assim que, predominantemente, apresentam a concepção e prática de avaliação de tendência conservadoras.

Palavras-chaves: formação do educador; concepções de avaliação; práticas avaliativas.

Introdução

Sabe-se que, na maioria das escolas, a avaliação da aprendizagem é vista sob a perspectiva de um paradigma educacional que prioriza uma concepção de avaliação tradicional que dá ênfase aos aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos. Essa prática avaliativa tem por objetivo aprovar/reprovar o aluno, constituindo-se um processo de avaliação excludente. Os governos, preocupados com os elevados índices de reprovação, evasão e o fracasso escolar, buscaram alternativas para solucionar esses problemas e a solução encontrada foi à promoção automática

Projeto: Formação Docente: Teoria x Prática Dos Egressos Da Universidade Católica De Pernambuco Em Avaliação – **Órgão Financiador:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica – PIBIC.

do aluno e o regime de progressão continuada, que eliminou a reprovação e organizou o ensino em ciclos. Esse processo prevê: não prejuízo da avaliação do processo ensino-aprendizagem; obrigatoriedade dos estudos de recuperação paralela para os alunos de baixo rendimento e possibilidade de retenção, por um ano, no final do ciclo. O município da cidade do Recife organizou-se em quatro ciclos: Ciclo I corresponde à 1ª e 2ª séries, Ciclo II à 3ª e 4ª séries, Ciclo III à 5ª e 6ª séries, Ciclo IV à 7ª e 8ª séries. Nesse contexto "*os alunos têm avaliação contínua e cumulativa, permitindo a constatação da necessidade de atividades de reforço e recuperação*". MAINARDES (2001). Os ciclos atendem às questões descritas no Art.23: "A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios..." e prioriza a avaliação qualitativa. Constitui-se um desafio implantar o sistema de avaliação em uma concepção transformadora, pois os docentes continuam habituados a avaliar o aluno de forma a observar somente os aspectos quantitativos aplicando provas, testes e exercícios para nota. As razões são muitas que contribuem para a falta do sucesso, que se localiza muito mais no âmbito da escola e do sistema educativo do que propriamente no âmbito do aluno. Os objetivos para o conjunto de ciclos vão-se realizando sucessivamente, cada ciclo incluindo os objetivos do anterior em um nível mais aprofundado, não os deixando a descoberto, mas, ao contrário, assumindo-os também como responsabilidade sua. Essa organização de estrutura escolar implica, por certo, uma redefinição do trabalho docente, tradicionalmente concebido como a prática individual de um profissional, com responsabilidade única e exclusiva com os conteúdos a ministrar. Este trabalho teve como objetivo a investigação e análise das concepções e práticas avaliativas versus discursos dos professores-egressos da UNICAP, verificando a distância dessas práticas em relação ao que estabelece a LDB.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados priorizaram a pesquisa empírica com ênfase na abordagem qualitativa. Foram visitadas vinte e duas escolas municipais de ensino fundamental em bairros da área oeste do Recife, localizados na Região Político- Administrativa 4. A composição da amostra levou em conta os seguintes critérios: docentes vinculados à escola municipal de ensino fundamental com formação em Licenciaturas diversas e Pedagogia com o mínimo de um ano de experiência; formados pela UNICAP. Realizou-se um estudo teórico-metodológico com o objetivo de demarcar as construções teóricas em torno das questões emergentes nesta pesquisa; definiu-se a amostra e aplicou-se questionário e entrevistas semi-estruturadas; observou-se, registrando, a prática avaliativa dos envolvidos na pesquisa e foram analisados todos os dados. Os recursos utilizados para a realização do estudo compreenderam materiais: papel A4, disquetes, tinta para impressora utilizada na elaboração dos protocolos de observações, registros das entrevistas e questionários, redação dos relatórios. Para desenvolver o estudo teórico, foram utilizados livros, teses, dissertações periódicas e acesso à Internet.

Resultados e Discussão

Foram visitados doze bairros que compreendem a RPA4 e encontradas vinte e duas escolas da rede municipal do Recife. Entre essas só participaram da amostra, apenas, três: **1 M** (municipal) na Iputinga, com dois egressos (lic.em matemática e lic. em ciências biológicas), **2M** (municipal) no Prado, com um egresso (lic.em pedagogia) e **3M** (municipal) em Torrões, com três egressos (lic em pedagogia).Estudou-se uma literatura sobre avaliação e seus pressupostos, concepções, paradigmas educacionais e LDB. Foram elaborados e aplicados os instrumentos de coletas de dados. Após contato com todos os egressos da UNICAP, foram aplicados os instrumentos de coleta de dados e observadas suas práticas versus os discursos e analisadas concepções e práticas

de avaliação, estabelecendo-se uma comparação com a teoria explícita na LDB em seu Art.24, inciso V, alínea a : " *a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;.*" (apud. Hoffmann, 1998: p. 33). As perguntas abordavam como eram avaliados os alunos, o que fazer com os seus erros, se o sistema de avaliação estava explícito no Projeto Político-Pedagógico da escola e qual a nota que ficaria registrada no boletim do aluno. Os egressos com formação em Pedagogia preocupavam-se com a participação e desempenho do aluno nas atividades realizadas e com a aprendizagem dos conteúdos vivenciados. A avaliação era processual, realizada diariamente com registros individuais do desempenho do aluno no diário de classe fazendo uma análise das possibilidades cognitivas desses alunos em relação aos conteúdos trabalhados, atendendo, dessa forma, ao que é exigido pela LDB e à sistemática de avaliação já definida na proposta pedagógica adotada pelo município do Recife, em que a avaliação deve ser contínua e o educador deve ir registrando, diariamente, o desempenho dos alunos. Não há notas no final do semestre, mas um relatório sobre o educando, informando todo o seu desenvolvimento durante o ciclo. Nos discursos expressos nos instrumentos propostos pela pesquisadora, constatou-se que há uma distância muito grande entre teoria e prática dos egressos das licenciaturas diversas. Adotam o sistema de avaliação do município apenas no discurso. Em relação aos registros do desempenho do aluno, os mesmo são feitos fora da sala de aula e, quando a pesquisadora perguntou o porquê desse fato, como resposta obteve: "Não há tempo suficiente para fazer registros dos 50 alunos, levo para casa e faço". Esses educadores continuam a desenvolver atividades que verificam aprendizagem através de testes, provas, trabalhos para notas no final das etapas do ensino. Verificou-se que, na prática, há uma ênfase dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos na avaliação do aluno, reafirmando, assim, que predomina uma concepção de avaliação conservadora.

MAPEAMENTO DOS EGRESSOS DA UNICAP EM LICENCIATURAS DIVERSAS E PEDAGOGIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DO RECIFE NA RPA 4.

06 Professores egressos, sendo:
• 04 Professores em lic. em pedagogia
• 02 Professores em lic. diversas

Escolas Municipais RPA4	Bairro	Professores egressos	Formação	Tempo de experiência na profissão	Disciplina	Ciclo/ Série correspondente
1 M RPA 4	Iputinga	AM_1	Lic. Matemática	8 anos	Polivalente	2º Ciclo / 4 ªsérie
		BM_1	Lic. Ciências Biológicas	5 anos	Polivalente	2º Ciclo/ 4 ªsérie
2 M RPA 4	Prado	CM_2	Pedagogia	2 anos	Polivalente	1º Ciclo/ 1 ªsérie
3 M RPA4	Torrões	DM_3	Pedagogia	12 anos	Polivalente	1º Ciclo/ 2 ªsérie
		EM_3	Pedagogia	13 anos	Polivalente	2º Ciclo/ 3 ªsérie
		FM_3	Pedagogia	2 anos	Polivalente	1º Ciclo/ 1 ªsérie

Conclusões

Vinte e duas escolas municipais foram visitadas e apenas três possuíam em seu quadro seis egressos da UNICAP, sendo quatro de Pedagogia e dois de Licenciaturas Diversas. Foram envolvidos todos os seis professores, correspondendo a 100% dos egressos da UNICAP. Registrou-se a presença de outros egressos da UNICAP, ocupando cargos de Gestor Escolar e Supervisor Escolar,

contudo esses não atendem aos critérios da pesquisa. Observou-se a prática avaliativa deles, a qual foi comparada com seus discursos expressos nos resultados dos instrumentos aplicados e o que estabelece a LDB. Constatou-se que os egressos de Pedagogia avaliam seus alunos qualitativamente, atendendo à proposta de avaliação do município do Recife explícita no projeto político-pedagógico de suas escolas. Todavia a prática dos egressos das diversas Licenciaturas, mesmo trabalhando no município com um sistema de avaliação igual ao que é definido na LDB, constatou-se uma distância entre a prática e a teoria. Em suas falas, eles dizem o que está definido na sistemática da avaliação do Município e na LDB, mas, na prática, são totalmente diferentes. Percebeu-se que é necessário um educador comprometido não somente com os conteúdos conceituais, mas também com os procedimentais e atitudinais e com uma concepção de avaliação que contribua para a inclusão social.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Católica de Pernambuco e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica – PIBIC - pelo apoio e desenvolvimento do Projeto.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9394**, de vinte de dezembro de mil novecentos e noventa seis. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 248 de 23.dez.96. p.27.833

FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GARITA, Rosali & Mara Senapeschi. Podemos ser conscientes quando avaliamos? In: CARRARA, Kester & RAPHAEL, Hélia Sônia (Org.). **A avaliação sob exame.** 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LUCKESI, C. Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MAINARDES, Jefferson. A organização da escolaridade em ciclos ainda um desafio para os sistemas de ensino. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MELCHIOR, Maria Celina (Org). **Avaliação para qualificar a prática docente:** espaço para a ação supervisora. Porto Alegre: Premier, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 2 ed. rev. Campinas: Autores associados. 1999.

ANÁLISE DA PRÁTICA AVALIATIVA x TEORIA DOS EGRESSOS DA UNICAP, QUE ATUAM NAS ESCOLAS PARTICULARES (RPA4) E NO MUNICÍPIO DE RECIFE

Irney da Silva Freitas Marques[1]; Marluce Jaques de Albuquerque[2].

[1]Estudante do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: apmom@ig.com.br

[2]Professora do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas;

participante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas.E-mail: jmarluce@hotmail.com.

Resumo

Este trabalho pesquisou práticas avaliativas versus discursos de educadores egressos da UNICAP, objetivando analisá-las, confrontando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: *"A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais"* Art 24. O caminho metodológico priorizou a abordagem qualitativa. Foram visitadas oitenta e três escolas particulares da Região Político Administrativa 4, que é a área oeste da cidade do Recife e apenas oito participaram da pesquisa, com onze egressos; sendo seis de Licenciatura em Pedagogia e cinco de Licenciaturas diversas. Participaram da amostra os 100% (onze), foram realizadas observações e entrevistados, apenas, três professores. Os outros oito responderam ao questionário sobre avaliação. Tomando por base as concepções de avaliação e o Art. 24 da LDB, foram analisados todos os dados coletados. Os egressos da Pedagogia demonstraram um discurso transformador e na prática são bastante dinâmicos com o aprendizado do aluno, objetivando melhor desempenho dos mesmos, mesmo assim, seguem normas estabelecidas pelas instituições, aplicando provas no final das etapas e colocando as notas no boletim. Todavia, os egressos das licenciaturas diversas demonstraram tanto no discurso como as nas práticas uma concepção de avaliação conservadora e preocupavam-se em cumprir com o conteúdo e avaliá-los mediante uma prova. Ressalta-se que apenas um dos egressos das licenciaturas diversas tinham em seu discurso e prática uma concepção de avaliação transformadora, até porque ele atendia ao que estava definido no projeto político e pedagógico da instituição.

Introdução

Na maioria das escolas, com raras exceções, há grande preocupação por parte dos gestores e professores com conceito ou nota atribuída ao educando, ligada diretamente à aprovação/ reprovação dos mesmos.A nota e/ou conceito acabam se tornando um fim em si mesmo, ficando muito distanciados e sem relação com as situações de aprendizagens, contribuindo cada vez mais para a exclusão social. De acordo com a LDB 9.394 Art.24 inciso V - "A avaliação continua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os

Projeto: Formação Docente: Teoria x Prática Dos Egressos Da Universidade Católica De Pernambuco Em Avaliação – **Órgão Financiador:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica – PIBIC.

quantitativos e dos resultados ao longo, do período sobre as eventuais provas finais" (apud. Hoffmann, 1998 p. 34).

Observou-se, neste estudo, que nas escolas a nota continua sendo um fim em si mesma, ao invés de ser um meio que possibilite um acompanhamento com replanejamento do processo de ensino-aprendizagem.A avaliação deve ser uma ação voltada para a transformação social para que possa atender à diversidade dos alunos em seu desenvolvimento de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Neste trabalho a avaliação é considerada como uma concepção transformadora, um momento dialético que deverá diagnosticar o estágio em que se encontra o educando, mediatizando a construção do seu novo saber. Cabe ao professor ser o orientador na caminhada do aluno, contribuindo desta forma para seu crescimento integral. Hoffmann afirma que os especialistas em avaliação vêm alertando nessas "últimas décadas sobre o caráter de acompanhamento contínuo da avaliação do desempenho dos alunos, tal concepção permanece inédita em muitas instituições. Não há efetivamente o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos e muito menos com o significado do prevenir as dificuldades, observando-os, refletindo sobre a natureza das usas manifestações, replanejando e tomando decisões de caráter pedagógico com base nos rendimentos dos testes e tarefas realizadas".(1998, p.35) O objetivo deste trabalho foi analisar as concepções e práticas avaliativas adotadas pelos educadores de ensino fundamental das escolas particulares na cidade do Recife, egressos da Universidade Católica de Pernambuco, comparando-as aos seus discursos e observando a distancia dessas em relação ao que é estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados priorizaram a pesquisa empírica com ênfase na abordagem qualitativa. Foram visitadas oitenta e três escolas particulares de ensino fundamental no Recife na RPA4. A composição da amostra levou em conta os seguintes critérios: docentes vinculados à escola particular de ensino fundamental com formação em Licenciaturas diversas ou em Pedagogia com o mínimo de um ano de experiência, formados pela UNICAP. Realizou-se um estudo teórico-metodológico com o objetivo de demarcar as construções teóricas em torno das questões emergentes nesta pesquisa, definiu-se a amostra e aplicou-se questionário e entrevistas semi-estruturadas; observou-se, registrando, a prática avaliativa dos envolvidos na pesquisa e foram analisados todos os dados.

Resultado e Discussão

Foram visitados doze bairros do Recife que compreendem a RPA4, área oeste da cidade, e encontradas oitenta e três escolas da rede particular. Entre essas, só participaram da amostra oito escolas: escola **1P** (particular) com um egresso de Pedagogia, e escola **7P** (particular), com um egresso de Licenciatura em Letras, ambas localizadas no bairro da Várzea; escola **2P** (particular), localizada no bairro da Cidade Universitária, com um egresso de Pedagogia, escola **3P** (particular), localizada no bairro da Iputinga, com dois egressos, sendo um de Pedagogia e outro de Licenciatura em Letras; escola **4P** (particular), localizada no bairro do Cordeiro, com um egresso de Pedagogia; escola **5P** (particular), localizada no bairro do Torrões, com três egressos, sendo um de Pedagogia e dois das Licenciaturas Letras e Química; escola **6P** (particular), localizada no bairro do Zumbi com um egresso de Licenciatura em História e escola **8P** (particular), localizada no bairro do Cordeiro com um egresso de Pedagogia. Revisitou-se a literatura sobre avaliação e seus pressupostos, concepções, paradigmas educacionais e LDB, para elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Após contato com todos os egressos da UNICAP, foram aplicados os instrumentos de coleta de dados e observadas suas práticas versus discursos e analisadas

concepções e práticas de avaliação, estabelecendo-se uma comparação com a teoria explícita na LDB, em seu Art.24, inciso V, alínea a: *"a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais."* (apud. Hoffmann, 1998: p. 33). As perguntas abordavam como eram avaliados os alunos, o que fazer com os seus erros, se o sistema de avaliação estava explícito no Projeto Político Pedagógico da escola e qual a nota que ficaria registrada no boletim do aluno.

Os egressos com formação em Pedagogia, teoricamente, demonstraram uma concepção de avaliação transformadora. Demonstraram também uma preocupação com a participação do desempenho do aluno nas atividades realizadas e com os conteúdos vivenciados. Porém, atendiam ao que era definido pelos gestores da escola, aplicavam provas no final das etapas e colocavam as notas no boletim, o que implica uma concepção de avaliação conservadora. Os discursos e a prática dos egressos das licenciaturas diversas apresentaram uma concepção de avaliação conservadora, com práticas conteudistas, revelando predominante em ministrar o conteúdo , aplicar provas no fim da etapa e colocar nota no boletim.

MAPEAMENTO DOS PROFESSORES EGRESSOS DA UNICAP NA REDE PARTICULAR DE ENSINO DO RECIFE

11 professores egressos.

- 06 professores do curso de pedagogia
- 05 professores das licenciaturas diversas.

Escolas particulares	Bairro	Prof. egressos	Formação	Experiência	Disciplina	Série
1P (RPA4)	Várzea	AP1	Pedagogia	7 anos	Polivalente	2ª série
2P (RPA4)	Cid. Universitária	BP2	Pedagogia	12 anos	Polivalente	4ª série
3P (RPA4)	Iputinga	CP3	Pedagogia	13 anos	Mat./Ciênc.	3ª série
		DP3	Lic.Letras (magistério)	7 anos	Hist./Port.	3ª série
4P (RPA4)	Cordeiro	EP4	Pedagogia	15 anos	Polivalente	2ª série
5P (RPA4)	Torrões	FP5	Pedagogia	17 anos	Polivalente	2ª série
		GP5	Licenciatura	10 anos	Letras	6ª série
		HP5	Licenciatura	12 anos	Química	8ª série
6P (RPA4)	Zumbi	IP6	Licenciatura	13 anos	História	6ª série
7P (RPA4)	Várzea	JP7	Licenciatura	7 anos	Letras	7ª série
8P (RPA4)	Cordeiro	LP8	Pedagogia	10 anos	Polivalente	1ª série

Conclusões

A pesquisa foi desenvolvida em 83 (oitenta e três) escolas da rede particular da cidade do Recife, na Região Político-Administrativa 4 (quatro) – Oeste –, que compreende doze bairros. Em oitenta e três escolas que visitei, localizei apenas onze egressos da Universidade Católica do Recife, sendo seis da Licenciatura em Pedagogia, 3 três da Licenciatura em Letras, um da Licenciatura em Química e um da Licenciatura em História. Na caracterização das escolas particulares da cidade do Recife para a formação da amostra da pesquisa, registrei a presença de outros egressos da Universidade Católica de Pernambuco ocupando cargos de coordenação e gestão escolar, contudo esse grupo de profissionais não atende aos critérios preestabelecidos para alcançar os objetivos desejados. Na pesquisa, constatou-se que tanto os egressos de licenciaturas diversas quanto os da Pedagogia, em suas práticas, demonstram uma concepção de avaliação conservadora,

pois preocupam-se em cumprir conteúdos programáticos da escola, aplicando atividades que levem o educando a atingir uma nota, assim sobressaindo os aspectos quantitativos sobre os qualitativos do aluno, não atendendo ao que estabelece a LDB. Ressalta-se que apenas um egresso em licenciatura diversa, tem em seu discurso e prática uma concepção de avaliação transformadora, pois o projeto político pedagógico da escola em que o mesmo leciona, atende às questões descritas pela LDB em avaliação educacional. Constatou-se que a maioria dos professores atribuem notas aos alunos, o que não caracteriza uma prática transformadora. Com o resultado das aplicações dos questionários e observações da prática pedagógica dos egressos da UNICAP, conclui-se que, teoricamente, eles atendem a uma concepção de avaliação transformadora, que é contemplada pela LDB, embora suas práticas ainda sejam predominantemente conservadoras, contribuindo para uma exclusão social.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Católica de Pernambuco e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – pelo apoio e desenvolvimento deste projeto.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9394**, de vinte de dezembro de mil novecentos e noventa seis. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 248 de 23.dez.96. p.27.833

GARITA, Rosali & Mara Senapeschi. Podemos ser conscientes quando avaliamos? In: CARRARA, Kester & RAPHAEL, Hélia Sônia (Org.). **A avaliação sob exame.** 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LUCKESI, C. Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MELCHIOR, Maria Celina (Org.). **Avaliação para qualificar a prática docente:** espaço para a ação supervisora. Porto Alegre: Premier, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 2 ed. rev. Campinas: Autores associados. 1999.

ANÁLISE DOS PROJETOS EXPERIMENTAIS EM RÁDIO DE 1998 A 2003

Ivambya Moreira Guedes[1] ; Aline Maria Grego Lins[2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa de Cultura e Mídia Contemporânea.
E-mail: amgrego@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa analisou e catalogou os projetos experimentais na área de rádio, produzidos pelos alunos da Unicap no período de 1998 a 2003, bem como verificou a evolução que esses projetos sofreram durante os 15 anos de produção. A idéia foi analisar criticamente o material, a partir da produção de sinopses dos programas, digitalização dos projetos em rádio que ainda se encontram em fita cassete, e organização do espaço na hemeroteca e no laboratório de Rádio, do Departamento de Comunicação Social da UNICAP, para que os projetos experimentais em rádio possam ser acessados, enquanto material didático, por toda a comunidade acadêmica da UNICAP.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo radiofônico; Semiótica;

Introdução

Segundo a Resolução n. 002 de 24 de janeiro de 1984, homologada pelo Conselho Federal de Educação, os alunos do curso de jornalismo são obrigados a desenvolverem monografias ou projetos experimentais, sendo estes em TV, fotografia, impresso ou rádio.
São os projetos experimentais em rádio o objeto de estudo deste trabalho. Procuramos realizar a análise dos projetos experimentais de 1998 a 2003. Vale ressaltar que os projetos experimentais em rádio, de 1987 a 1997, foram analisados pelo também bolsista do Pibic, José Henrique Mota Filho.
Os projetos experimentais em rádio são séries de três (03) programas jornalísticos de 20 minutos ou 6 programas jornalísticos de 10 minutos cada, sob a forma de programas gravados em fitas k-7, Compact Disk (CD) e Mini Disk (MD), acompanhados de scripts (esqueleto do projeto). Estes projetos são produzidos de forma que haja ligação temática de um programa a outro, como uma série de reportagem. Constituem-se em material importante para a apresentação do futuro jornalista no mercado de trabalho, havendo, inclusive, a possível veiculação deles em emissoras de rádio locais.
Esses projetos estão carregados de informações e existem enquanto objeto de comunicação. A teoria Semiótica do cientista-lógico-filósofo, Charles Sanders Peirce, por tratar de processos comunicacionais sígnicos, ancorou a nossa pesquisa.
A escolha pela teoria peirceana se justificou por ela ter “por objeto de investigação todas as

Projeto: Contribuições das Monografias e dos Projetos Experimentais em Rádio do Curso de Jornalismo da Unicap **Órgão financiador**: Programa de Institucional de Base de Iniciação Científica.

linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno, como fenômeno de produção, de significação e de sentido". (SANTAELLA, 1999:13).

Uma vez que as fitas gravadas dos projetos experimentais em rádio fazem referência a diversos assuntos relacionados não só a comunicação, mas a sociedade, foi necessário travar a relação e observação de todos os contextos cabíveis que permitiram uma maior compreensão dos referidos projetos. Nesse sentido, a Semiótica de Peirce auxiliou com os conceitos de *semiose,* signos que geram signos, e o de *experiência colateral,* que procura relacionar o universo pesquisado com o contexto sígnico de que este faz parte. Este conceito é próximo do que a sociologia denomina de repertório.

A compreensão desse processo tornou-se indispensável para que produzíssemos as sinopses dos programas de rádio. Salles observa o processo de criação como algo com tendência à comunicação. "É necessário entrar na complexidade da constatação de que a criação é um ato comunicativo". (SALLES, 1998:.41-42).

Foram objetivos dessa catalogação dos projetos experimentais em rádio garantir o acesso de alunos e professores da Unicap a esse acervo, a partir da produção das sinopses dos referidos programas, e a partir da apresentação dos comentários sobre as características dos mesmos, bem como a organização de espaço e condições na hemeroteca e no laboratório de rádio do Departamento de Comunicação Social. Foi também nosso objetivo a produção de cópias dos referidos projetos, através de fitas K-7 ou dos CDS (digitalização dos projetos em rádio).

Metodologia

A metodologia que ancorou nosso trabalho foi a Crítica Genética, que permitiu analisar os documentos de processo de feitura e evolução dos projetos experimentais em rádio produzidos pelos alunos concluintes do curso de jornalismo, na área de rádio. A revisão bibliográfica constituiu-se na primeira etapa do trabalho. Depois, foram analisados os documentos de processo (Salles, 2000), entre eles, os scripts, que são os roteiros dos programas, as fitas de áudio em cassete (k-7), Compact Disk (CD) ou/e Mini Disk (MD) usados na gravação das reportagens, bem como as edições finais dos programas.

Observamos, através desses documentos, a evolução estética, técnica e editorial de tais projetos. A escolha da Crítica Genética justifica-se não apenas por ela analisar o processo de criação do autor, mas, principalmente, porque a crítica genética dispõe relacionar as mudanças ocorridas nos documentos, levantando questionamentos relevantes acerca das modificações apresentadas. Nosso entendimento é de que a observação desses documentos, sob o prisma da crítica genética, possibilitou uma análise mais apurada dos projetos experimentais em rádio.

Resultados e Discussão

Na fase de identificação do material de pesquisa, encontramos 22 (vinte e dois) projetos experimentais em rádio produzidos no período de 1998 a 2003, sendo13 (treze) sob o formato de CD e nove sob o formato de fitas de áudio K-7. Infelizmente, nem sempre foram arquivados adequadamente ou sequer arquivados. Alguns deles, 15 ao todo, não estão acompanhados de seus scripts, o que foi uma ausência significativa de registro a ser analisado em nossa pesquisa.

Foram realizados: cinco projetos em rádio em 1999, o que corresponde a 23% do total analisado três em 2000 (14%); em 2001, foram produzidos outros três (14%); em 2002, mais seis (26%) e, em 2003, cinco projetos experimentais em rádio (23%). Estão sendo catalogados ainda cinco projetos de 1998, que se encontravam fora do Departamento de Comunicação Social.

1998 - 2003

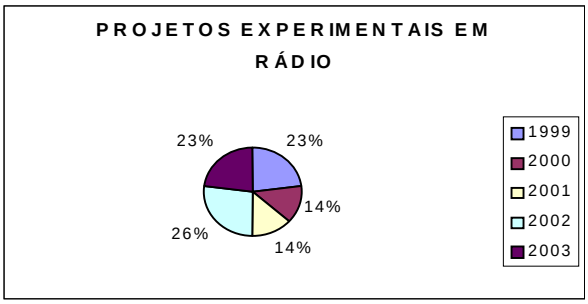


Gráfico 1

Quando relacionamos os autores dos projetos experimentais, observamos que dos 22 (vinte e dois) projetos, 14 (quatorze) são de autoria feminina e oito de autoria masculina. Este dado nos chama atenção quando comparamos estes números com os resultados dos projetos analisados pelo bolsista do Pibic, José Henrique Mota Filho, projetos do período de 1987 a 1997, em que verificamos que o interesse pela produção de rádio sempre foi, majoritariamente, feminina. No nosso período de análise, 1998 a 2003, temos, portanto, 64% de projetos produzidos por mulheres e 36% produzidos por homens.

Quanto à temática abordada nos programas radiofônicos, observamos que dez foram sobre cultura, oito sobre temas sociais e, em menor proporção, temas ligados à comunicação (quatro projetos). Em relação às categorias classificatórias de gênero dos programas radiofônicos, verificamos que os gêneros musicais, documentários e reportagem foram os preferidos dos alunos. Tivemos 16 (dezesseis) projetos no formato de reportagens, três no gênero musical e três documentários. Um fator curioso revela-se no gênero musical: todos os projetos foram produzidos por homens, enquanto as mulheres se dividem, igualmente, entre os gêneros reportagem e documentário.

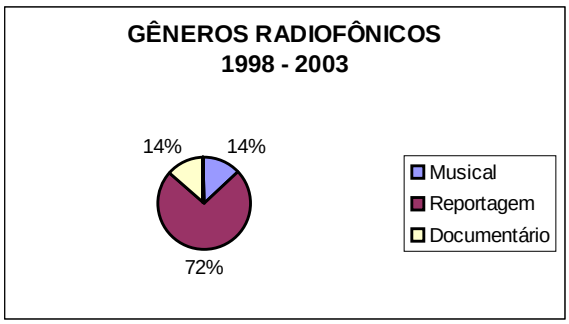


Gráfico 4

Devemos explicar que, mesmo os projetos classificados de gênero reportagem ou documentário, apresentam elementos musicais. Como exemplo, **"Mestre do Beberibe – A história de Arlindo dos 8 baixos"** (autoria de Ana Paula Veríssimo, 2002) foi classificado como documentário por resgatar a vida e a obra do músico. A música é o elemento que melhor caracteriza o rádio. Sendo assim, é comum a existência deste elemento nas reportagens e documentários, como é o caso também de **"Cedo demais para o sexo"** (Wendell Rodrigues, 2002) e **"A Capoeira em Pernambuco"** (de Cristiane Amador, 2002).

Em relação à orientação dos projetos experimentais, 17 (dezessete) deles, o que nos apresenta

um percentual de 77 %, foram orientados pelo professor Carlos Benevides, enquanto 5 (cinco) projetos (23 %) foram orientados pelo professor Vlaudimir Salvador, que orientou esses projetos entre o primeiro semestre de 2000 até o primeiro semestre de 2002, estando os demais períodos, 1998, 1999, 2002.2 e 2003, sob a supervisão do professor Carlos Benevides.
Em nossa análise, observamos, através dos conceitos semióticos, mais especificamente da semiose e da experiência colateral, que a escolha de alguns temas se deram por repercussões na época da realização dos projetos.

O projeto **"O transplante de medula óssea e a democratização da cura",** de Kamila Pistori, de 2002, é um exemplo da semiose e da experiência colateral que interferem no produto de conclusão de curso. A autora teve interesse no tema quando, meses antes, o tema ganhou visibilidade com a exibição da novela da Rede Globo, Laços de Família, em que a personagem Camila (interpretada pela atriz Carolina Dieckman) era portadora de leucemia. Além disso, a aluna desenvolvia, na época, um estágio na assessoria de comunicação de um hospital no Recife em que o transplante de Medula Óssea começava a dar seus primeiros passos.

Conclusões

Observamos que os gêneros musicais são os preferidos por homens, pois não há nenhuma produção musical feita por mulheres. Em relação aos scripts, estes hoje são, do ponto de vista gráfico e tecnológico, melhor apresentados. A boa produção demonstra um cuidado maior, por parte dos alunos de jornalismo, com o projeto de conclusão de curso.

Quanto ao formato, todos os projetos datados de 2002 e 2003, e alguns de 2001, estão sob o formato de CD, isto é, já adotam a tecnologia digital.
A linguagem utilizada nos projetos experimentais passou por uma considerável mudança. Observamos que, devido a temas cada vez mais próximos do cotidiano ou ainda, pela temática popular, a linguagem nos projetos passaram a ser mais direta e coloquial.
Com a evolução dos laboratórios de televisão do Departamento de Comunicação, que melhorou o aprendizado dos alunos nessa área jornalística, fez com que muitos alunos levam para o rádio características televisivas para o formato radiofônico como o uso de frase curtas e objetivas, a forma de locução e também temas abordados na televisão como está sendo especificado nos resultados da pesquisa.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco pela oportunidade de contato com a área de pesquisa acadêmica, como também a minha orientadora, Aline Grego, pelo apoio e disponibilidade em todo momento.

Referências

SALLES, Cecília Almeida. **Crítica Genética**: Uma (nova) introdução. 2.ed. São Paulo: EDUC, 1998.

_____. **Gesto Inacabado**: Processo de criação artística. São Paulo: Annablume, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica?** Rio de Janeiro: Brasiliense, 16ª reimpressão, 1999.

A ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DO AFÁSICO: A UTILIZAÇÃO DOS MARCADORES CONVERSACIONAIS NO PORTADOR DE AFASIA

Cinthia Gomes da Silva[1]; Marigia Ana de Moura Viana[2]

[1] .Estudante do curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] .Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, participante do grupo de pesquisa Linguagem, Lógica e Cognição. E-mail: marigia@hotlink.com.br; cinthiagommes@hotmail.com

Resumo

O presente projeto tem como objetivo observar de que forma e em que circunstâncias ocorrem a utilização dos marcadores conversacionais no discurso do portador de Afasia e as estratégias utilizadas por esse sujeito na superação das dificuldades resultantes desse processo de descontinuidade na interação verbal. Os estudos para o tema apresentado serão fundamentados na Análise do Discurso e na Análise da Conversação, com base em um aprofundamento teórico para a investigação da utilização dos marcadores conversacionais no discurso do afásico. Até o momento, foram entrevistados, para a pesquisa, dois portadores de afasia, do sexo masculino, tendo sido observada a ocorrência dos marcadores conversacionais, como destacados na fundamentação teórica deste projeto. A relevância do trabalho está em identificar características e oferecer estratégias para a superação das dificuldades enfrentadas por esse sujeito.

Palavras-chave: fatores paralingüísticos; interação discursiva; sujeito afásico

Introdução

Este trabalho consiste na observação da organização do discurso do afásico, enfatizando a utilização dos marcadores conversacionais, seus tipos e funções. A afasia caracteriza-se por modificações de processos lingüísticos de origem articulatória e discursiva, produzida por lesão adquirida no Sistema Nervoso Central (SNC), em zonas responsáveis pela linguagem, podendo ou não se associar a alterações de outros processos cognitivos. A lesão decorrente de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), como também um Traumatismo Crânio-Encefálico (TCE), acarreta danos na região do Hemisfério Cerebral Esquerdo (HCE), dominante para a linguagem. Conseqüentemente, há um comprometimento da linguagem, na compreensão e/ou expressão do sujeito afásico.As afasias são classificadas como: Afasia de Broca, que é a mais encontrada, em que a expressão oral está comprometida em diferentes graus, apresentando uma supressão da fala, parafasias fonéticas e/ou fonêmicas, redução e agramatismo. A compreensão é preservada ou levemente comprometida, podendo a compreensão escrita apresentar-se pior do que a oral; a Afasia de condução, conhecida como parafasia fonêmica, relaciona-se com a organização fonológica das palavras produzidas, podendo apresentar anomias ou parafasias semânticas. A emissão é mais

Projeto: O Discurso do Afásico. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

prejudicada do que a fala espontânea e a compreensão é normal ou com leves alterações.
A afasia de Wernicke é a mais grave. Há um comprometimento da compreensão oral; a expressão é marcada por discurso fluente e abundante; há fala jargonofásica e grande presença de neologismos; a compreensão gráfica é tão comprometida quanto a oral ou apresenta-se um pouco melhor.
Nos estudos da Análise da Conversação, o interesse pelos marcadores, a partir dos últimos 20 anos, vem alcançando o merecido respeito nas investigações lingüísticas. Pouco a pouco, a palavra marcadores foi-se estabelecendo como uma espécie de classe ou categoria e, com o grande desenvolvimento dos trabalhos na área, o termo tornou-se popular, de modo a não causar mais estranheza nem tantas dúvidas quanto ao seu conceito. A expressão Marcadores Conversacionais serve pra designar não só elementos verbais, mas também prosódicos e não-lingüísticos que desempenham uma função interacional qualquer na fala. Podem ser produzidos tanto pelo falante como pelo ouvinte. Os marcadores prosódicos, por sua vez, abrangem os contornos entoacionais (ascendente, descendente, constante); as pausas (silenciosas ou preenchidas); o tom de voz, o ritmo, a velocidade, os alongamentos de vogais etc.
Para os marcadores verbais, Marcuschi (1999) elabora uma possível sistematização, apresentando uma subdivisão em quatro grupos:
1) Marcador Simples: realiza-se com uma só palavra (interjeição, advérbio, verbo, adjetivo, conjunção, pronome, etc).
2) Marcador Composto: apresenta um caráter sintagmático com tendência à cristalização. Ex.: então daí, aí depois, quer dizer, digamos assim.
3) Marcador Oracional: corresponde a pequenas orações que se qpresentam nos diversos tempos e formas verbais ou modos oracionais (assertivo, indagativo, exclamativo) Ex.:eu acho que,quer dizer, então eu acho.
4) Marcador Prosódico: associa-se a algum marcador verbal, mas realiza-se por meio de recursos prosódicos. Fazem parte desse grupo a entonação, a pausa, a hesitação, o tom de voz, entre outros.
Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar como se dá a utilização dos marcadores conversacionais no discurso do afásico e as estratégias utilizadas por esse sujeito na superação de dificuldades na interação verbal, identificando os tipos e funções desses marcadores, por meio de fragmentos transcritos obtidos a partir de momentos de interação.

Metodologia

Até o momento, foram entrevistados para a pesquisa, dois portadores de afasia, do sexo masculino, em cujo discurso se possa observar a ocorrência dos marcadores conversacionais, em formas organizacionais, com base nas referências destacadas na fundamentação teórica deste projeto.
Os dados coletados até o momento foram obtidos através de gravações de fala espontânea dos portadores de Afasia em momentos de interação verbal e, posteriormente, transcritas para análise.
Para a transcrição dos dados, está sendo utilizado o *Sistema mínimo de notações para as transcrições do projeto sobre fala e escrita*, de Marcuschi (1999).
Dada a dificuldade em encontrar pacientes afásicos com um nível de produção lingüística que possibilite a análise, dos sete selecionados previamente, somente dois apresentaram uma produção que justificasse a sua inclusão no projeto. Estão, ainda, em fase de entrevistas, outros sujeitos.
Características dos sujeitos selecionados até o momento:
S1 - sexo masculino, com 52 (cinqüenta e dois) anos de idade, divorciado, representante comercial, com afasia de grau leve;
S2 – sexo masculino, com 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade, solteiro, aposentado, com afasia severa.

Resultados e Discussão

Tendo em vista as conseqüências da doença na organização do discurso e dos graus de afasia (os quais vão de leve a muito severo) desses sujeitos, foi difícil encontrar o número inicialmente proposto, muito embora já se tenham outros a serem entrevistados. Espera-se, contudo, que seja possível a conclusão do trabalho com o número estipulado no projeto de pesquisa.
Dada a dificuldade encontrada para o acesso aos pacientes, foram possíveis até agora apenas as transcrições dos dois sujeitos mencionados acima, tendo um deles (S2) apresentado um discurso totalmente ininteligível, o que tornou impossível observar os marcadores conversacionais no discurso desse paciente. O levantamento de dados feito até agora, no discurso do outro sujeito (S1), mostrou que o marcador do tipo prosódico, que se caracteriza por pausas e tom de voz, foi o mais recorrente. Em seguida, aparece o marcador de tomada de turno, com 6 (seis) ocorrências; o marcador de sustentação de turno aparece 4 (quatro) vezes; o marcador de entrega de turno ocorre 2 (duas) vezes durante o discurso; e por último, o menos utilizado pelo sujeito foi o marcador de discordância, aparecendo uma única vez. Como exemplo do mais freqüente, segue o seguinte fragmento retirado da transcrição de S1:

0005	L1 P	vou colocar... qual é a data do nascimento? **éh::...** vint vinte e seis de Julho (...) cinqüenta e dois

Conclusões

Diante do que foi apresentado até o momento, pode-se concluir que a pausa (marcador do tipo prosódico) foi o tipo mais freqüente na fala do sujeito (S1), tendo em vista que os dados referentes ao sujeito (S2) não permitiram a observação dos marcadores conversacionais já que sua fala é ininteligível e de difícil compreensão. As transcrições e análises de outros pacientes darão continuidade ao trabalho a fim de se ter um resultado preciso. Serão utilizadas as transcrições de mais oito sujeitos afásicos para se obter a conclusão final da pesquisa.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP; à Universidade Católica de Pernambuco; à orientadora Profª. Drª Marígia Ana de Moura Viana, que forneceu informações e ajudou durante todo o período de vigência da pesquisa; e, de forma especial, aos pacientes, que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Referências

COUDRY, M.I (1988). Diário de Narciso – Discurso e Afasia. São Paulo: Martins Fontes.

MARCUSCHI; L.A. Análise da conversação. São Paulo: Ática, 1999.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo. Pontes, 2000.

A ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DO AFÁSICO: A UTILIZAÇÃO DE MARCADORES PARALINGÜÍSTICOS NO PORTADOR DE AFASIA

Izabella Cristina de Aguiar Gomes [1] ; Prof [a] Dra. Marígia Ana de Moura Viana [2]

[1] Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa de Ciências da Linguagem, Lógica e Cognição. E-mail: marigia@hotlink.com.br

Resumo

O presente projeto tem como objetivo observar de que forma e em que circunstâncias ocorre a hesitação no discurso do portador de Afasia e as estratégias utilizadas por esse sujeito na superação das dificuldades resultantes desse processo de descontinuidade na interação verbal. Os estudos para o tema apresentado serão fundamentados na Análise do Discurso e na Análise da Conversação, permitindo um aprofundamento teórico para a investigação da utilização da hesitação no discurso do portador de Afasia**.** Foram transcritos para a pesquisa, até o momento, os dados de dois portadores de afasia, do sexo masculino, onde será observada a ocorrência da hesitação em seus discursos, em formas organizacionais, com base nas referências destacadas na fundamentação teórica desse projeto, apresentadas no último relatório. A relevância do trabalho está em identificar características e oferecer estratégias para a superação das dificuldades enfrentadas por esse sujeito.

Palavras-chaves: descontinuidade na fala; hesitação; sujeito afásico.

Introdução

O tema para a pesquisa ora proposta volta-se para a organização do discurso do portador de Afasia e suas conseqüências na interação desse sujeito com seu meio social, investigando as funções e tipos da hesitação dentro desse discurso.

A afasia pode ser entendida como uma perturbação da linguagem em que há alteração de mecanismos lingüísticos em todos os níveis, tanto no seu aspecto produtivo, quanto no interpretativo, sendo definida como um rompimento no processo central da linguagem sem prejuízo de vias aferentes e eferentes relacionadas à recepção e expressão da fala tais como audição e motricidade voluntária, automática e reflexa dos órgãos fonoarticulatórios. Observa-se uma desorganização em um ou mais componentes lingüísticos, podendo o afásico apresentar problemas: a) na organização da capacidade de arquivar nomes, idéias, eventos, não fazendo mais as relações de significado e significante; b) relativos a distúrbios amnésticos; c) na capacidade de gerar ou aprender as regras gramaticais da língua; d) na organização da capacidade de reter no cérebro as informações que entram; e) na capacidade de poder colocar a linguagem em códigos (codificar) ou a capacidade de compreender os códigos da língua (decodificar), sendo esses os distúrbios da expressão e da compreensão da linguagem. Com tudo isso, o afásico perde a capacidade e as habilidades da linguagem falada e escrita.

Projeto: O discurso do afásico. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP

Há uma certa concordância sobre a existência de dois tipos principais da afasia: a de expressão e a afasia de recepção, também chamadas, respectivamente, de afasia de Broca e Afasia de Wernicke, decorrentes de lesão nas áreas do hemisfério cerebral dominante.

A afasia de Broca é a mais encontrada e caracteriza-se por uma grande dificuldade em falar, embora a compreensão da linguagem se encontre preservada. Nesses pacientes, a característica principal é a consciência do seu deficit, preservando a capacidade de reconhecimento dos erros que ocorrem durante sua própria expressão, e uma tentativa de corrigi-los, mas fazendo-o de maneira inadequada, o que resulta em reações emocionais, deixando-os deprimidos com facilidade, acentuando o distúrbio.

Em geral, a afasia de Wernicke caracteriza-se por não apresentar fraqueza associada, e os pacientes com essa síndrome não se dão conta de seu deficit, tornando a recuperação mais difícil. A compreensão é mais comprometida que a expressão, a leitura e a escrita tornam-se bastante conturbadas, embora não haja dificuldade na articulação das palavras. A linguagem é reduzida e simplificada ao máximo, ou desviada semântica, fonêmica e morfologicamente da linguagem normal, havendo um desvio fonético ou parafasia, um desvio fonêmico, estereotipias, agramatismo, parafasia semântica , neologismos e supressão.

Nessa situação, ocorre um deslizamento semântico na fala do sujeito afásico, que só é visível dada a submissão à ordem da língua, cujas categorias e regularidades permanecem, mantendo a estrutura de sustentação do discurso. Esse deslizamento compromete a autoria do discurso do afásico, pois sua linguagem diz coisas que, às vezes, não têm sentido para seu interlocutor. Dessa forma, a linguagem do afásico continua produzindo efeitos de sentido, só que em zonas de sentidos diferentes das esperadas. O que não tem sentido não é interpretado como discurso e, portanto, nessas situações dialógicas, o afásico é apenas o sujeito de seu discurso (FREIRE, 1995).

Para Orlandi (2000), discurso é a palavra em movimento, colocando assim a linguagem em prática, o que resulta no efeito de sentidos entre locutores. É no discurso que se observa e se estuda a língua e é na Análise do Discurso que se estudam os sentidos produzidos pelos sujeitos. Essa compreensão de como é produzido o sentido se dá através da observação de como o sujeito organiza os gestos de interpretação. Porém vale lembrar que o sentido de um discurso não está só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos.

Marcuschi (1999) define a conversação como o exercício prático das potencialidades cognitivas do ser humano em suas relações interpessoais e o gênero básico para a interação humana. Para ele, é na Análise da Conversação que se reproduzem as conversações reais, transcrevendo-as com clareza, sem sobrecarga de símbolos complicados, considerando não só detalhes verbais, mas também entonacionais e paralingüísticos, entre outros. Para ele, os marcadores conversacionais servem de elo de ligação entre unidades comunicativas, aparecendo em várias posições sintaticamente regulares, podendo operar como iniciadores ou finalizadores, podendo ser subdivididos em três tipos: recursos verbais, recursos não-verbais e recursos supra-segmentais.

Dentro do nível supra-segmental, inserido num contexto de pausa, temos a hesitação, que se configura como casos em que há uma interrupção no fluxo da fala em pontos não previstos, tanto por fatores sintáticos como prosódicos, sem uma justificativa fonológica, sintática ou discursiva, embora nem todas as pausas sejam caracterizadas como hesitações.

Segundo Marcuschi (1991), realizamos uma série de ações descontínuas em um tempo contínuo, isto é, ações repletas de pausas, quando organizamos nossa fala. Para esse autor, os fenômenos e as formas mais comuns constituidoras de hesitação são: manifestações prosódicas, marcadores de hesitação, palavras funcionais, palavras lexicais, interjeições, marcadores conversacionais acumulados ou situados em pontos não previstos, gaguejamentos, autocorreções e risos.

A proposta aqui apresentada irá observar de que forma e em que circunstâncias ocorre a hesitação no discurso do portador de Afasia, e as estratégias utilizadas por esse sujeito na superação das

dificuldades resultantes desse processo de descontinuidade na interação verbal, pela observação de ocorrências acima descritas.

Metodologia

Os estudos para o tema apresentado são fundamentados na Análise do Discurso e na Análise da Conversação, permitindo um aprofundamento teórico para a investigação da utilização da hesitação no discurso do portador de Afasia, seguindo três etapas a saber:

1. aprofundamento teórico das questões envolvidas no projeto;
2. análise da produção discursiva coletada;
3. análise dos dados e apresentação dos resultados.

Até o momento, foram entrevistados para a pesquisa dois portadores de afasia, do sexo masculino, para a observação de ocorrências da hesitação nesse discurso, em formas organizacionais, com base nas referências destacadas na fundamentação teórica deste projeto.

Os dados coletados até o momento foram obtidos através de gravações de fala espontânea dos portadores de Afasia em momentos de interação verbal e, posteriormente, transcritas para análise.

Para a transcrição dos dados, está sendo utilizado o *Sistema mínimo de notações para as transcrições do projeto sobre fala e escrita*, de Marcuschi (1999).

Dada a dificuldade em encontrar pacientes afásicos com um nível de produção lingüística que possibilite a análise, dos sete selecionados previamente, somente dois apresentaram uma produção que justificasse a sua inclusão no projeto. Estão ainda em fase de entrevistas, outros sujeitos.

Características dos sujeitos selecionados até o momento:

S1 - sexo masculino, com 52 (cinqüenta e dois) anos de idade, divorciado, representante comercial, com afasia de grau leve;

S2 – sexo masculino, com 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade, solteiro, aposentado, com afasia severa.

Resultados e discussão

Tendo em vista as conseqüências da doença na organização do discurso e os graus de afasia (que vai de leve a muito severo) desses sujeitos, tem havido certa dificuldade em se encontrar o número inicialmente proposto. No entanto, já estão agendadas entrevistas com novos sujeitos. Espera-se que seja possível a conclusão do trabalho com o número estipulado no projeto de pesquisa.

Até o presente momento, foram transcritos os discursos de dois pacientes afásicos: um totalmente ininteligível, já que o grau de severidade de sua afasia é consideravelmente alto, o que dificulta a compreensão do seu discurso, e outro de melhor conversação. Dada a dificuldade encontrada para o acesso aos pacientes, só foi possível, até o momento, analisar o discurso de um dos sujeitos afásicos (S1), já que fica impossível observar a ocorrência das hesitações dentro do discurso do sujeito (S2) com maior grau de severidade.

Dentro do discurso do sujeito analisado (S1), foi visto que as hesitações podem surgir por meio de determinados fenômenos, tais como: fenômenos prosódicos; expressões hesitativas; itens funcionais; itens lexicais; marcadores conversacionais acumulados e fragmentos lexicais. Porém esses fenômenos não formam uma tipologia das hesitações. São apenas as diversas marcas empíricas de sua materialização.

A análise dos dados até aqui obtidos com relação às formas e posições das hesitações dentro do discurso do afásico foi realizada através de um levantamento no qual foi registrada a quantidade de hesitações e a identificação do contexto situacional em que elas ocorreram com uma maior freqüência. Os fenômenos prosódicos se destacaram com uma maior ocorrência dentro do discurso do afásico (S1), totalizados em 211 aparições distribuídas em 132 pausas, geralmente prolongadas,

e 79 alongamentos vocálicos. Em seguida, vêm as expressões hesitativas, totalizadas em 39 ocorrências. Posteriormente, destacamos os itens funcionais com 14 ocorrências, os fragmentos lexicais com 12 ocorrências, e empatados os itens lexicais e os marcadores conversacionais acumulados, com apenas 4 ocorrências. Como exemplo do tipo mais freqüente, segue o seguinte fragmento retirado da transcrição de S1:

0225	S1	então pronto... então pra mim::: (...) / foi uma coisa esTÚpida... que:: eu fiquei sem ninguém joga::do AMARRADO... aí meu deus do céu... mas (...) não sei porque...

Conclusões

Diante do que foi apresentado até o momento, pode-se concluir que os fenômenos de hesitação mais utilizados pelo sujeito afásico aqui considerado foram as pausas e os alongamentos vocálicos. Esses fenômenos ocorreram, particularmente, em situações em que o sujeito falava sobre suas dificuldades, o que reflete sua ansiedade e consciência de sua limitação. Essas ocorrências observadas, no entanto, precisam ser corroboradas com os resultados com outros pacientes, o que será feito como próxima etapa do trabalho, visto que não foi possível fazê-lo neste primeiro momento, dada a dificuldade enfrentada na transcrição do outro paciente selecionado.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP, por ter concedido a bolsa científica.
À Universidade Católica de Pernambuco.
A Profª Dra. Marígia Ana de Moura Viana, pela sua dedicação à pesquisa, fornecendo todas as informações utilizadas no projeto.
De forma especial, aos pacientes e seus responsáveis, que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Referências

CABRAL, Leonor Scliar. Fenômenos de pausa e hesitação em língua portuguesa. Brasília. (mimeo)

DIONÍSIO; Ângela P. Análise da conversação, In: Mussalina, F. & Bentes, A introdução à lingüística: domínios e fronteiras, v.2. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Maria Regina. Análise da afasia sob uma perspectiva discursiva.(mimeo)

MARCUSCHI; L.A. Análise da conversação. São Paulo: Ática, 1999.

MARCUSCHI; L.A. Formas e posições da hesitação como descontinuadora da fala na interação verbal. UFPE. 1991. (mimeo)

MORATO, Edwiges Maria. *et al.* Sobre as afasias e os afásicos: Subsídios teóricos e práticos elaborados pelo centro de convivência de afásicos. São Paulo. 2002.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo. Pontes, 2000.

RAPP, Carola. A palavra paralela? Uma revisão do conceito de parafasia. Campinas, São Paulo : [s. n.], 2003.

A ORIGEM E AS NOVAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO CIVIL NO TOCANTE ÀS QUOTAS E À ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES LIMITADAS

Andreza Lizziane Alves de Lima[1]; Nair Leone[2]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa de Direito Comercial, E-mail: nleone@uol.com.br

Resumo

O fim precípuo da presente pesquisa é realizar um estudo acerca das novas características adquiridas pelas Sociedades Limitadas face ao disposto no Código Civil vigente, fazendo referência ao desenvolvimento histórico dessa espécie societária tanto no Brasil quanto em outras legislações mundiais, de modo a proporcionar um melhor entendimento do instituto. Analisa-se a adoção legal da Teoria de Empresa no âmbito do Direito Comercial, que revogou velhos conceitos da Teoria dos Atos de Comércio, implantando, no país, uma nova vertente, que, incorporada ao Código Civil, modificou os dispositivos reguladores das Sociedades Limitadas, atribuindo-lhes uma nova feição. A formação de uma sociedade pode-se revestir de várias formas jurídicas, a sociedade empresária é pessoa jurídica que explora uma empresa. Nas Sociedades Limitadas há a diferenciação entre os interesses dos sócios e os interesses da empresa, tendo em vista a natureza contratual do vínculo entre os sócios. A limitação da responsabilidade é dos sócios que compõem a Sociedade Limitada, e não da sociedade que, como qualquer pessoa, tem seu patrimônio como garantia dos credores. Ante o exposto, reitera-se a importância desta pesquisa, visando a prestar um melhor esclarecimento acerca das inovações agregadas às Sociedades Limitadas e das adaptações que terão que fazer para se adequarem aos ditames legais.

Palavras-chave: histórico; empresa; inovações.

Introdução

Antes do advento do Código Civil de 2002, as sociedades limitadas eram regidas pelo Decreto nº 3.708 de 1919, o qual continha apenas 18(dezoito) artigos e fazia expressa referência à lei das Sociedades Anônimas, qual seja, a Lei 6.404/76, como sendo legislação supletiva na hipótese de omissão do contrato social. A principal razão dessa aplicação supletiva estava no fato de que o Decreto 3.708/19 não tinha dimensão normativa capaz de regular todos os aspectos das Sociedades Limitadas, o que justificava a aplicação suplementar da Lei das S/A.

Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a estrutura jurídica das Sociedades Limitadas foi alterada de maneira bastante significativa. Com efeito, pode-se mencionar que o papel de legislação subsidiária, em relação às Sociedades Limitadas, é agora atribuído às Sociedades Simples. Em outras palavras, nas omissões do capítulo IV do Código Civil, as Sociedades Limitadas serão regidas pelas normas atinentes à Sociedade Simples. Apenas em caso de expressa disposição no contrato social é que as Sociedades Limitadas estarão submetidas à regência supletiva da lei da S/A.

Projeto: Sociedades Limitadas à luz do Novo Código Civil. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

Originária da Alemanha, onde nasceu por força da Lei de 20 de abril de 1892, a Sociedade Limitada se tornou a mais comum em território brasileiro, ganhando a preferência de empresários e não-empresários para o exercício das atividades de pequeno, médio e grande porte.

A introdução das Sociedades por Quotas, de responsabilidade limitada, foi feita, no Brasil, por influência do direito português e do direito alemão, que, em 1901 e em 1892, respectivamente, haviam estruturado novo tipo societário, na Alemanha, denominado *sociedade de responsabilidade limitada* e, em Portugal, *sociedades por quotas, de responsabilidade limitada.*(MARTINS, 2002, p.201).

A principal obrigação que o sócio contrai ao assinar o contrato social é a de investir determinados recursos na sociedade. Se duas pessoas contratam a formação de uma sociedade, o ponto central do acordo de vontades por elas expresso é organizarem juntas a empresa. Cada contratante assume, perante o outro, a obrigação de disponibilizar, de seu patrimônio, os recursos que considerar necessários ao negócio que vão explorar em parceria. Quer dizer, ele tem de cumprir o compromisso, contraído ao assinar o contrato social, de entregar para a sociedade então constituída o dinheiro, bem ou crédito, no montante contratado com os demais sócios.(COELHO, 2003, p. 1-2).

A responsabilidade dos sócios integrantes de uma Sociedade Limitada continua limitada à integralização do capital social. Conseqüentemente, se algum sócio não integralizar as próprias cotas, todos os demais responderão solidariamente pela correspondente integralização. A responsabilidade solidária dos sócios pela integralização do capital atua como uma garantia para os credores da sociedade. A administração da sociedade somente poderá demandar os sócios para que integralizem as próprias cotas. Terceiros, credores da sociedade, estes sim, é que poderão exigir, de qualquer dos sócios, a integralização do capital, no caso de falência, ou, face à nova redação, mesmo independente desta, desde que não encontrem, para efeito de penhora, bens livres da sociedade. A responsabilidade dos sócios pela integralização do capital é solidária, porém, subsidiária. (BORBA, 2003, p. 99).

A quota social representa uma fração do capital social e, em conseqüência, uma posição de direitos e deveres perante a sociedade. Quanto à natureza jurídica da quota social, assim dispõe José Edwaldo Tavares Borba que *"embora seja controvertida a sua natureza, pode-se afirmar tratar-se de um bem classificável, para os efeitos legais, como móvel, integrando a categoria dos bens incorpóreos(art. 83, inciso III, do Código Civil)"*. As quotas funcionam como objeto do direito de propriedade, no sentido de que os quotistas detêm sua a sua propriedade. Havendo co-proprietários, os direitos delas decorrentes somente poderão ser exercidos pelo representante designado pelos condôminos, ou pelo inventariante no caso do espólio(art. 1.056, § 1º do CC). Prevê o Código Civil a divisão do capital em quotas, iguais ou desiguais, atribuíveis aos sócios. No regime anterior, adotaram-se os sistema da quota única inicial, prevista na legislação portuguesa, estabelecendo a lei brasileira que, "para todos os efeitos, serão havidas como quotas distintas a quota primitiva de um sócio e as que posteriormente adquirir"(art. 5º do Decreto nº 3.708/19). Por esse sistema se distinguia a quota original da derivada, ou adquirida posteriormente, na intenção de não considerar remisso o sócio que, tendo integralizado a primeira (quota original), viesse a atrasar o pagamento das posteriormente adquiridas.(NEGRÃO, 2003, p.354)

Diante da disposição do Código Civil, as quotas serão de valor igual ou diferente porque um sócio pode adquirir um número diferente do que o outro vier a adquirir. Dessa forma, deve dispor o contrato acerca da divisão do capital em quotas de valores desiguais, cabendo a cada sócio parcelas distintas e identificadas do capital social, ou distribuir todo o capital por cotas de idêntico valor unitário, hipótese em que cada sócio subscreverá e possuirá um determinado número de cotas de igual expressão. Se as quotas forem de valores desiguais, o cômputo das maiorias levará em consideração, não o número de cotas mas sim o montante de capital detido por cada sócio.

Frise-se, entretanto, que, na prática, é diferente, uma vez que se costuma adotar o sistema de

quotas de igual valor, por apresentar-se mais simplificado. Nesse diapasão, caberia a cada sócio tantas quotas quantas correspondessem ao *quantum* de sua participação no capital social.
Apesar de expressa disposição legal quanto à indivisibilidade das quotas, estas poderão ser divididas para efeito de transferência (arts. 1056 e 1.057), o que poderá refletir a quebra da igualdade entre as quotas, na hipótese de não haver vedação contratual.
Diante disto, o objetivo da pesquisa ganha maior relevância, uma vez que viabiliza um melhor entendimento acerca da nova regulamentação da modalidade societária em apreço, incorporada ao texto do Código Civil Brasileiro bem como os reflexos acarretados por tais mudanças.

Metodologia

A metodologia aplicada é basicamente a de pesquisa bibliográfica, através da localização e identificação de diversos dados doutrinários, legais e jurisprudenciais, abrangendo a consulta a livros, artigos de revistas especializadas e Internet, para apresentação, de maneira concisa e completa, das inovações sofridas nas Sociedades Limitadas, à luz do Código Civil.
Na coleta de dados, foi realizada a seleção de material disponível nos Centros Jurídicos do país, bem como de instituições correlacionadas.
A pesquisa realizada em livros contém uma abordagem doutrinária acerca do assunto, trazendo informações atualizadas em conformidade com a legislação vigente das Sociedades Limitadas. Já na seleção de materiais de revistas, foi encontrada uma visão mais crítica acerca das mudanças sofridas pelas Sociedades Limitadas, fazendo uma correlação com o Decreto 3.708/19, legislação pretérita da espécie societária em estudo.
O local de realização e desenvolvimento do projeto estão sendo, essencialmente, as bibliotecas locais.

Resultados e Discussão

1. Percebeu-se que as Sociedades Limitadas passaram por grandes transformações no Direito Comparado. No Brasil, as transformações ganharam espaço com a entrada em vigor do Código Civil de 2002. As Sociedades Limitadas, como são chamadas atualmente, ingressaram no ordenamento brasileiro por intermédio do Decreto nº 3.708/19 e foi o primeiro tipo societário concebido sob a segurança da personalidade jurídica, consagrada no Código Civil de 1916.
2. A recepção das Sociedades Limitadas no ordenamento brasileiro decorreu das experiências positivas de outros países, como Portugal e Alemanha, que incluíram as Sociedades limitadas em suas legislações.
3. O Código Civil em vigor trouxe nova e extensa regulação para as sociedades empresárias, revogando o Código Civil de 1916 e a primeira parte do Código Comercial, o que culminou com a instituição do Direito Empresarial, e, inserido neste capítulo, encontra-se o novo regulamento conferido às Sociedades Limitadas. Nesse diapasão, a questão atinente à legislação aplicável às Sociedades Limitadas, diante da omissão do Decreto 3.708/19, perde sua complexidade, uma vez que, omisso o Código Civil na disciplina específica desse tipo societário, a regência supletiva pode ser a da Sociedade Simples ou a da Anônima, dependendo da vontade dos sócios.
4. Quanto à responsabilidade dos sócios, esta é limitada ao valor das quotas subscritas, entretanto todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. Nesse certame, após integralizado o montante do capital social subscrito, não há que se falar em responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais de natureza negocial. A ausência de bens do patrimônio da sociedade, sobre os quais pudesse ser efetivada a garantia de recuperação do crédito, significa perda do credor.
5. No que tange à quota, que é indivisa em relação à sociedade, mas, na omissão do contrato, pode ser transferida total ou parcialmente a quem for sócio, independente do consenso dos demais,

ou a um estranho. Nesse último caso, desde que não se afigure oposição dos titulares de mais de um quarto do capital social (art. 1.057).
6. Em relação ao quotista inadimplente, também chamado sócio remisso, que está em mora com a sociedade limitada, uma vez que não pagou em tempo hábil o *quantum* do capital social a que estava obrigado pelo contrato, deverá responder pelo dano emergente da mora, podendo, ainda, ser excluído da sociedade.
7. É perceptível que as Sociedades Limitadas sofreram várias alterações em sua essência, e, através do estudo realizado nesta pesquisa, de algumas das novas características adquiridas pelas Sociedades Limitadas, verificou-se que as empresas revestidas dessa forma societária tiveram que fazer várias adaptações para se adequarem às exigências legais.

Conclusões

A pesquisa em apreço realizou um esboço de algumas alterações sofridas pelas Sociedades Limitadas, diante das disposições constantes no Código Civil vigente, abordagem esta limitada ao subtema da bolsista. Diante disso, foi enfatizada a necessidade de conhecer e analisar a nova faceta adquirida pelas Sociedades Limitadas, realizando-se uma breve exposição acerca das novas características da espécie societária em tela.
As empresas constituídas sob a denominação de *limitadas* constituem, no Brasil, mais de 90% das empresas existentes, ou seja, organizam-se sob a forma de Sociedade Limitada praticamente todas as empresas de grande, médio e pequeno porte, sem falar das inúmeras empresas com participação de capital estrangeiro, o que intensifica a importância desta pesquisa sobre a atual regulamentação das Sociedades Limitadas.
Frise-se a modificação mais evidente se encontra no nome, o qual era Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, passando agora, simplesmente, a ser denominada Sociedade Limitada.
É permitida a aplicação subsidiária das normas que regem as Sociedades Anônimas, se autorizadas no contrato social. Caso seja omisso, aplicar-se-ão as normas referentes à Sociedade Simples.
Convém esclarecer que o Brasil encontra-se numa fase de transição, em que a Teoria da Empresa domina todo o âmbito comercial, sendo imprescindível analisar as inovações, mais especificamente, as alterações sofridas na regulamentação das Sociedades Limitadas, para melhor compreendê-las.

Agradecimentos

Agradeço à UNICAP, pelo apoio financeiro oferecido e por proporcionar a realização desta pesquisa e a Allisson, meu companheiro e amigo sempre.

Referências

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 8 ed. rev., aum. e atual. Rio de janeiro: Renovar, 2003.

COELHO, Fábio Ulhôa. **A sociedade limitada no novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Curso de Direito Comercial**. 5 ed. São Paulo: Editora Saraiva, v. 2, 2002.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial:** empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2003.

A PECUÁRIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCANO E SUAS PERSPECTIVAS[1]

Marcio Miceli Maciel de Sousa[1]; José Mauricio Pereira[1]; Karla Maria Félix Silva[1]

[1] UNICAP; Centro de Ciências Sociais; Departamento de Economia, Administração e Ciências Contábeis; Grupo de Pesquisa: Nailton Santos.
marciomiceli@hotmail.com; pereira@unicap.br; karlafelixsilva@bol.com.br

Resumo

Sob a influência da expansão do capitalismo na agricultura, na década de 1970, começam a ser implementadas, no Agreste de Pernambuco, ações que resultaram num processo de expansão do efetivo bovino, da produção de leite, do crescimento das áreas cultivadas com pastagens e redução das lavouras destinadas à produção de alimentos. O processo foi acompanhado da elevação dos investimentos governamentais, favorecendo a média e a grande propriedade e promovendo a concentração fundiária, com repercussões nas relações econômicas e sociais. O trabalho teve por objetivo identificar como se deu a inserção do pequeno criador frente aos novos paradigmas impostos pela globalização, a partir dos anos 1980. As visitas realizadas ao CONDEPE/FIDEM e ao IBGE, associadas à consulta de livros e artigos científicos serviram como base para a elaboração do referencial teórico. Foram elaborados dois questionários, sendo o primeiro aplicado na Sociedade Nordestina dos Criadores e na Associação Pernambucana de Caprinos e Ovinos. O segundo, na Microrregião do Médio Capibaribe, onde foram realizadas entrevistas nos municípios de Belo Jardim e João Alfredo, com produtores familiares, líderes e dirigentes sindicais. Como resultado da modernização, a produção familiar encontra-se marginalizada pela não-utilização de técnicas modernas na produção e os pequenos pecuaristas desprovidos de recursos financeiros e apoio governamental. As condições oferecidas pelo Estado a estes pequenos criadores evoluíram mais na direção de transferências financeiras do que propriamente no apoio a atividade agropecuária.
Palavras-chave: globalização; pequena produção; viabilidade econômica.

Introdução

O estudo da agropecuária, no Agreste, tem merecido menos destaque que os referidos ao Sertão e à Mata, embora a região se constitua numa tradicional e histórica produtora de alimentos no estado. (ANDRADE, 1998) A análise da evolução das suas atividades primárias reveste-se de grande importância em virtude de realçar seus aspectos específicos, como a relevância da pecuária praticada com base no trabalho familiar.

O trabalho visa à caracterização dos efeitos dos processos de modernização e globalização sobre a agropecuária no Agreste de Pernambuco, particularmente a pecuária bovina e caprina. O estudo se justifica pela importância da atividade no cenário estadual. O Agreste historicamente foi e continua sendo uma região produtora de carne e leite, produzindo excedentes que abastecem a Região Metropolitana do Recife, a Zona da Mata e o Sertão.

Sob a influência da expansão do capitalismo na agricultura, em que os mercados de insumos e

[1] **Projeto**: A Trajetória da Agricultura Familiar no Agreste de Pernambuco a partir de 1980 e suas Perspectivas. **Órgão financiador**: UNICAP.

máquinas agrícolas estavam em crescente evolução, começam a ser implementadas ações na área do estudo a partir da década de 1970. (PEREIRA, 1986) Priorizou-se expandir as linhas de crédito e a transferência de pacotes tecnológicos, proporcionando ganhos de produtividade à atividade agropecuária. Essas medidas surtiram um rápido efeito, trazendo benefícios significativos principalmente à pecuária de corte e de leite.

Ficou bastante claro que as medidas lançadas pelo Governo, visando a dar maior dinamismo ao setor primário na região, acabaram sendo focadas apenas nos médios e grandes proprietários, modernizando e dinamizando apenas parte e não o todo da produção agropecuária nordestina.

Há dez anos, o Agreste de Pernambuco possuía uma pecuária de corte de altíssima qualidade e rebanhos leiteiros compostos por alguns animais vindos do Canadá, Estados Unidos e Europa. A pecuária patronal vendia muito bem os seus produtos para outros estados, dando-lhe dinamismo e efervescência suficientes para que a atividade continuasse a crescer.

O descaso promovido por parte do Governo no combate a erradicação da febre aftosa, foi minando intensamente o desenvolvimento da pecuária na mesorregião, forçando o grande pecuarista atento aos novos paradigmas impostos pela globalização no campo, a migrar para outros estados que oferecessem a oportunidade de desenvolvimento que Pernambuco estava negando, onde a preocupação com a sanidade animal era tratada com mais responsabilidade pela esfera pública.

O início da década de 1990 ficou marcado na história por ser o ponto de partida de um processo de profundas transformações nas relações econômicas, sociais, culturais e ambientais pelo mundo. A hegemonia da civilização ocidental se fez presente, promovendo a adequação do planeta a uma lógica pragmática, onde o elemento preponderante era a maximização do lucro. (STIGLITZ, 2002)

A promessa de que a economia de mercado seria capaz de diminuir as distorções geradas nos países em desenvolvimento pelo mau funcionamento do Estado, no que diz respeito aos problemas de ordem econômica e social, não foi cumprida como prometido pelos defensores do “laissez-faire”, pelo simples fato de que apenas uma minoria de produtores rurais teve acesso às inovações tecnológicas ofertadas pela maior interação das fronteiras econômicas, dado o alto custo de aquisição dessas novas tecnologias e o elevado grau de especialização necessário para manuseá-la.

O primeiro obstáculo imposto ao produtor familiar no Agreste de Pernambuco é a influência do clima. A concentração das chuvas em um curto período de tempo, faz com que ocorra um período prolongado de seca, em que, a produção de forrageiras tem a sua qualidade e quantidade comprometidas. No período da seca, a maioria dos produtores vende uma parte do rebanho a um preço menor do que no inverno, pois, nessa época, ocorre um aumento na oferta de animais comercializados. Cada produtor se vira como pode para alimentar o rebanho. Para o pequeno produtor não-associado ou cooperado, a dificuldade é bem maior. A falta de água é outro fator limitante no período de estiagem.

A transformação do mundo numa aldeia global abriu janelas de inclusão em algumas regiões que tiveram a oportunidade de desfrutar de novas tecnologias desenvolvidas quase sempre nos países ricos. (BONANNO, 2002) Porém as políticas direcionadas a esse pequeno número de habitantes dos campos dos países pobres, contemplados por essa nova perspectiva de desenvolvimento, sinalizam para o aprofundamento das desigualdades regionais entre estados, países e continentes.

O trabalho tem como objetivo a análise da evolução das atividades agrícolas e pecuárias no Agreste de Pernambuco a partir dos anos 1980, identificando a atuação dos principais fatores determinantes do processo, em particular as políticas públicas para o setor primário bem como sugestões para o desenvolvimento da pecuária familiar nessa mesorregião.

Metodologia

O ponto de partida do trabalho foi a coleta e escolha de material para a realização de uma revisão bibliográfica do Agreste de Pernambuco. Na Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, foram consultados documentos da Secretaria de Agricultura de Pernambuco em que foram observados aspectos sociais, econômicos e físicos da mesorregião. As repercussões do processo de globalização pelo mundo foram observados mediante a leitura de livros, artigos científicos e participação nos cursos "Globalização, Crise e Desenvolvimento Econômico", promovido pelo Núcleo de Estudos para América Latina – NEAL e "A Globalização da Economia e seus Reflexos Sociais - uma visão multidisciplinar", realizados na UNICAP.
No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram consultados o Censo Agropecuário de 1995-96 e a Pesquisa da Pecuária Municipal de 2002, sendo coletadas informações sobre o efetivo do rebanho bovino e caprino, a produção de leite e a situação das pastagens naturais e plantadas na mesorregião. Através dessa consulta aos dados estatísticos, foram discutidos os critérios utilizados na escolha dos dois municípios a serem visitados para aplicação de questionário. A decisão foi norteada levando-se em conta a representatividade dos efetivos dos rebanhos bovino e caprino, a produção de leite e os custos de deslocamento na pesquisa de campo.
O estudo da problemática da pecuária bovina de corte e leite e da caprinocultura de corte praticada pela agricultura familiar ofereceu importantes elementos para elaboração de dois questionários. O primeiro foi aplicado na Sociedade Nordestina dos Criadores e Associação Pernambucana de Caprinos e Ovinos, enquanto que o segundo foi utilizado nas entrevistas realizadas com pequenos criadores nos municípios de Bom Jardim e João Alfredo, que forneceram valiosas informações sobre as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor na manutenção da atividade pecuária na região. A utilização desses elementos, interpretados também à luz do referencial teórico, possibilitou a construção dos resultados e discussões e das conclusões e recomendações do estudo.

Resultados e Discussão

Tabela 1 Principais Características e Reivindicações da Pecuária Familiar em Belo Jardim e João Alfredo

Características	Desempenho	(%)	Reivindicações	(%)
Realização de vacinação	Sistemático	20	Irrigação	100
Vermifugação	Utilizam vermífugos	40	Energia trifásica	100
Visita do veterinário	Apenas em último caso	100	Expansão do Crédito	100
Inseminação artificial	Não utilizam	100	Assistência técnica	80
Complementação mineral	Utilizam	60	Distribuição de terras	20
Utilização das Terras	Pasto nativo	100	Distribuição de vacinas	20

Fonte: Pesquisa de campo. PIBIC. 2003/2004.

A maior parte dos pecuaristas vacina o rebanho apenas quando surge uma campanha de vacinação por parte da Secretária de Agricultura de Pernambuco, ou quando algum animal da região apresenta algum sintoma de febre-aftosa ou raiva. A visita do veterinário acontece apenas em casos extremos, quando algum animal corre risco de vida.
Todos os entrevistados colocam, quando perguntados, que suas necessidades principais são a implantação de um sistema de irrigação e a ampliação das linhas de crédito por parte do Governo, tendo a instalação da energia trifásica significação estratégica para o desenvolvimento dos trabalhos na agropecuária. A energia monofásica, atualmente instalada não é suficiente para atender as necessidades domésticas e o funcionamento de um projeto de irrigação que contemple ao menos um hectare de terra irrigado.

Conclusões

A pesquisa realizada nos municípios de João Alfredo e Bom Jardim constata que a produção familiar encontra-se marginalizada pela não utilização de técnicas modernas na produção. Com a globalização, o pequeno produtor familiar encontra-se ainda mais acuado perante o mercado. A atuação do estado junto aos pequenos pecuaristas evolui mais através de transferências financeiras do que propriamente no apoio à atividade pastoril. A burocracia na liberação do crédito inviabiliza a aquisição de insumos. A falta de um projeto de irrigação e manejo adequado das pastagens torna a agricultura familiar menos competitiva no mercado. A inexistência de assistência técnica permanente e de boa qualidade bem como de um programa de vacinação sistemática e melhoramento genético do rebanho impossibilitam um melhor rendimento e tornam a prática da atividade pecuária menos produtiva. A pequena extensão das unidades produtivas e as incertezas climáticas resultam numa oferta de pastos e pastagens insuficientes, nos aspectos quantitativo e qualitativo. A solução encontrada por parte dos agricultores familiares é escoar a produção por meio de atravessadores a um preço desfavorável, com baixa taxa de lucro. Disso resulta uma renda familiar ínfima e remete o produtor a uma baixa qualidade de vida.

Agradecimentos

A UNICAP, pela bolsa. À minha família, meu porto seguro. A Fabiana pelo amor e incentivo. A Karla pelo companheirismo e aos pequenos produtores familiares pelo carinho e atenção durante as entrevistas.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BONANNO, Alessandro. Las Características y perspectivas Futuras de la Globalización: el caso Del sector agro-alimentário**. In: Ponencia preparada para el Congresso de ALASRU,** Porto Alegre, Brasil, 25-29 de Noviembre de 2002.

IBGE.**Censo Agropecuário de 1995/96.** Rio de janeiro, 1998.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal de 2002.** Pernambuco, 2003.

PEREIRA, José Maurício. A Modernização Agropecuária e suas Repercussões no Agreste de Pernambuco. **In: Revista Pernambucana de Desenvolvimento,** Recife, n. 11/12, v. 1/2, p. 207-218, jun 1986.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e os seus Malefícios – A promessa não cumprida de benefícios globais.** Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2002.

APERFEIÇOAMENTO DO SOFTWARE EDUCACIONAL DO MÓDULO DE FÍSICA ELETRICIDADE

Luiz Augusto Leite Ferreira[1] ; Fernando José Bertino de Figueiredo[2] ;

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), E-mail: luiz_augustolf@hotmail.com;

[2]Professores do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), E-mail: fbertino@uol.com.br.

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo desenvolver um *software* educacional que possua recursos multimídia, propondo-se apresentar o conteúdo da disciplina de Física Elétrica de maneira dinâmica, envolvendo textos, experiências simuladas e interativas, *links* entre as telas, exercícios resolvidos e exercícios propostos, buscando facilitar e enriquecer o aprendizado do aluno, proporcionando uma alternativa pedagógica a mais para o professor. O software está sendo desenvolvido utilizando-se a ferramenta *Authorware* 6.0, a qual disponibiliza recursos multimídia que podem ser integrados no *software*.

Palavras-chave: software educacional, física, tutorial.

Introdução

Na sociedade da informação do século XXI, a quantidade de informações existentes ultrapassa a que pode ser absorvida por uma pessoa durante toda sua vida e, por isso, é extremamente necessário buscar formas de potencializar o aprendizado das pessoas através de ferramentas apropriadas. Na medida em que facilita o acesso às informações e a comunicação entre as pessoas em todo o mundo, o computador constitui-se numa dessas ferramentas. Pois, além do papel de facilitador de tarefas, agilizando e tornando mais eficiente a execução delas, o computador assume um papel fundamental para a distribuição global das informações e dos conhecimentos. (MAGNONI, 1999)
A tecnologia computacional traz para o professor e para o aluno uma maior flexibilidade e agilidade na manipulação de dados, incrementando o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que contribui na execução e na exploração de uma grande variedade de situações.(MACE, 1999). O emprego da tecnologia computacional pode ser um auxiliar do estudante na tarefa de pensar mais profundamente sobre o assunto estudado, dinamizando e solidificando o processo de ensino-aprendizagem através da agilização e da flexibilização da manipulação de dados, com vários níveis de complexidade, e do reforço da habilidade do aluno de compreender as conexões entre as várias representações de um mesmo problema. (CHAVES, 1999)
Os softwares educacionais constituem-se, nesse contexto, um instrumento didático de grande utilidade na construção do conhecimento, pelos quais os estudantes podem lidar mais facilmente com conteúdos e situações, ampliando seu poder de compreensão, resolução e formulação de novos problemas, mais elaborados e complexos.
Contudo, muitas vezes se utilizam novos recursos tecnológicos apenas por modismos ou por imposições superiores, sem que ocorra uma reflexão e uma preparação adequadas para o melhor aproveitamento das facilidades e das possibilidades oferecidas. Por isso, os softwares educacionais

Projeto: Aperfeiçoamento do *Software* Educacional **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

não devem ser entendidos como meros facilitadores de aprendizagem para o estudante, mas sim, como um programa que pode ajudar o estudante a desenvolver um raciocínio mais global, capaz de complementar os métodos tradicionais do processo de aprendizagem, sem, no entanto, estar alienado da realidade. (MACHADO, 2000)
Dentro dessa perspectiva, o Software Educacional "No Mundo da Física" tem como objetivo o aperfeiçoamento de um tutorial multimídia que facilite o diálogo com o usuário através de uma interface gráfica amigável, com elementos que estimulem os sentidos visuais, tácteis e auditivos do receptor por meio de elementos como sons, imagens, vídeos, textos, animações, etc. Utilizando como ferramenta de desenvolvimento o sistema de autoria Authorware, devido a sua simplicidade de manipulação, permite agregar "elementos" sem a necessidade da utilização de linhas de código. Além de disponibilizar *links* que possibilitam o manuseio de cálculos numéricos e simbólicos.

Metodologia

Foram utilizados dois computadores com processadores Intel Pentium IV, com 1.7 GHz de clock externo e 256 MB de memória RAM.
Para a construção do software, está sendo utilizada a ferramenta de autoria da Macromedia, o Authorware 6.0. Esta ferramenta permite a solução para questões de ensino eletrônicos (e-learning) através de uma grande capacidade de integração de multimídias, permitindo um produto final de grande iteração e atratividade para o usuário final.

Resultados e Discussão

Foram realizadas pesquisas sobre softwares educativos e projetos de interface gráfica e seus efeitos cognitivos, objetivando o aperfeiçoamento do Software. Também foram utilizadas novas bibliografias para o enriquecimento do assunto abordado, visando a um conteúdo mais claro e completo a ser atingido na confecção do Software.
Nas bibliografias consultadas, foram estudados o manual do Authorware, para melhor utilização da ferramenta e aprendizagem dos vários recursos de que ela dispõe para atingir um produto de boa qualidade. (Macromedia, 2004).
O módulo de Eletricidade está sendo desenvolvido utilizando recursos visuais da ferramenta Authorware, tornando, assim, o conteúdo mais dinâmico e interessante para o aluno.
A interface do software foi modificada para apresentar o conteúdo de forma mais simples e intuitiva, apresentando botões de avançar e recuar e um botão que leva para o sumário dos capítulos, melhorando assim a navegabilidade.

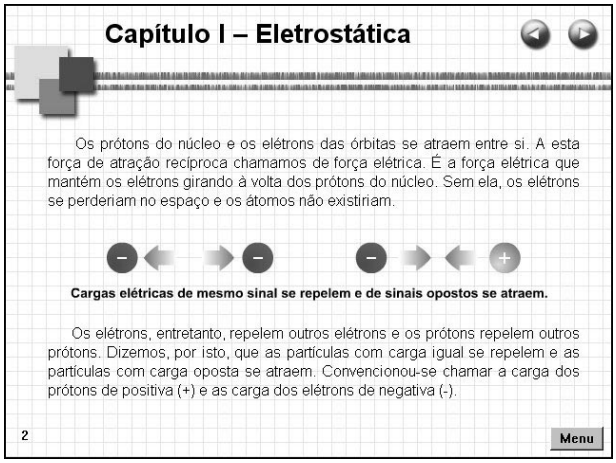


Figura 1 Demonstração de como o conteúdo é exibido.

Conclusões

A partir da revisão bibliográfica sobre software educacional e do estudo do Authorware, assim como do conhecimento e revisão do protótipo "No Mundo da Física", esperamos complementar o conteúdo da disciplina de Física, relativo ao tópico de Eletricidade.
Foi utilizado recursos multimídia que melhor propiciar uma interatividade com o usuário, ao mesmo tempo que proporcionam a construção de um conhecimento mais crítico e dinâmico, através da agilização e da flexibilização da manipulação de dados, com vários níveis de complexidade, estimulando o desenvolvimento do raciocínio global do educando.

Agradecimentos

Agradeço ao programa PIBIC / UNICAP pelo incentivo financeiro à pesquisa, pela disponibilidade de hardware e software que tornaram possível a realização de tarefas previstas para esse período de Iniciação Científica. Agradeço, também, ao meu orientador Fernando José Bertino pelo incentivo ao meu trabalho.

Referências

CHAVES, Maria Cecilia S. **O perfil do novo educador frente à informatização no processo de ensino aprendizagem.** Disponível em: <http://cdchaves.sites.uol.com.br/perfileduca.htm >. Acesso em: 1 janeiro 2004.

MACHADO, Katia e Simone Azevedo. **Software Educacional**. Disponível em

<http://www.appai.org.br/Jornal_Educar/jornal12/infoeducacao/software.htm> Acessado em 02/05/2004.

MACE, Eduardo. **O Mercado de Software Educacional**. Disponível em <http://www.cciencia.ufrj.br/Publicacoes/Artigos/EduBytes96/MercadoSoftEduc4.htm> Acessado em 02/05/2004.

Macromedia Authorware Support Center. Disponível em: <http://www.macromedia.com/support/authorware/documentation/tutorial/awla02.html> Acessado em 20/12/2003.

MAGNONI, Antônio Francisco; VALENTE, Vânia Cristina Pires Nogueira . **As Primeiras Aproximações sobre uma Pedagogia dos Multimeios**. Disponível em: <http://biblioteconomia.cjb.net>. Acesso em: 3 maio 2004.

APERFEIÇOAMENTO DO *SOFTWARE* EDUCACIONAL DO MÓDULO DE FÍSICA MECÂNICA

Ana Virgínia Pedrosa Figueiredo [1]; Fernando José Bertino de Figueirêdo [2]

[1]Estudante do Curso de Ciências da Computação do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), E-mail: ana@dei.unicap.br;

[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), E-mail: fbertino@uol.com.br.

Resumo

O projeto de desenvolvimento de um *software* educacional surge como um recurso pedagógico relevante dentro das novas possibilidades tecnológicas da educação, com a finalidade de auxiliar o professor como um recurso didático para tornar suas aulas mais atrativas e dinâmicas. O *software* possui recursos multimídia como sons, imagens, vídeos e simulações, que o tornam uma fonte motivadora para o aluno no processo de ensino - aprendizagem. O produto, "No Mundo da Física", está sendo desenvolvido utilizando-se o *Authorware* 6.0, ferramenta de autoria da *Macromedia*, a qual disponibiliza vários recursos multimídia que podem ser integrados ao projeto.

Palavras-chave: aplicativo, ensino, tutorial.

Introdução

O uso crescente de novas tecnologias, tendo o computador como exemplo, vem causando grande impacto na sociedade.

A introdução dos educandos no "mundo" da informática se faz necessária para que os mesmos sejam capazes de lidar com uma realidade altamente dinâmica. O uso do computador tem exercido um papel importante no processo ensino – aprendizagem trazendo facilidades para a compreensão e construção do conhecimento.

O aluno deve ser capaz de escolher as informações que deseja trabalhar. Os assuntos podem ser visualizados através de recursos como sons, animações, imagens, vídeos e simulações, o que leva o aluno a não estar restrito apenas à lousa do professor e a livros meramente expositivos.

A forma como a interface é construída pode levar o aluno, por si só, a saber quais recursos estão disponíveis para um determinado tópico. O *software* ainda oferece a possibilidade de simular eventos que não poderiam ser demonstrados, utilizando-se recursos tradicionais de ensino.

Simulações possibilitam o aluno "enxergar" a teoria que está absorvendo, proporcionando um conhecimento mais concreto, uma vez que pode entender o real comportamento de um fenômeno através da manipulação das variáveis que influem no resultado do mesmo(LUCCI, 2002).

Um aluno aprende, constante e principalmente, por meio de mídias que estão ao seu alcance e que não se caracterizam explicitamente como formas de ensino. Tais mídias possuem vantagem por possuírem recursos que tornam o seu conteúdo atrativo. O aluno absorve muitos conhecimentos

Projeto: Aperfeiçoamento do *Software* Educacional **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

sem se preocupar em, realmente, aprendê-los e sim relacionando-se com a forma como o conteúdo exibido pode entretê-lo.
O ensino formal sofre uma grande concorrência por não disponibilizar os mesmos meios cativantes de passar um determinado assunto, permitindo sempre que o aluno fique à mercê do conteúdo que é, principalmente de interesse da mídia e deixando o ensino formal sempre com o estigma de algo forçado e desagradável
Portanto, os *softwares* educacionais surgem como um novo recurso técnico e também como um método que visa a promover o desenvolvimento da criatividade, da autonomia intelectual e emocional do educando, colaborando para abrir novas perspectivas metodológicas no âmbito educacional e proporcionando prazer em adquirir conhecimento através de meios interativos.
Os participantes deste novo processo (professores, alunos, coordenadores) experimentarão uma nova maneira de se relacionarem, vislumbrarão a possibilidade de serem mais criativos, exercitarem a participação ativa no processo educacional e um compartilhamento que propicie a obtenção do conhecimento(CAMPOS, 2001).
No entanto, o *software* educacional não vem com a proposta de substituir todas as metodologias do ensino tradicional. O *software* estimula uma reavaliação dos meios hoje utilizados, sempre com uma crítica pedagógica, no intuito de poder agregar novos valores às metodologias, incrementando a qualidade das explanações dos conteúdos programáticos.
Objetivou-se utilizar a interatividade do sistema de autoria *Authorware*, que reúne diversos recursos multimídia, no aperfeiçoamento do protótipo do *Software* Educacional "No Mundo da Física", visando a facilitar o ambiente de aprendizagem da disciplina Física para os alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, criando situações que estimulem o desenvolvimento das habilidades desejadas, interferindo, assim, na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Metodologia

Para a construção do s*oftware*, está sendo utilizada a ferramenta de autoria da Macromedia, o Authorware 6.0. Essa ferramenta permite a solução para questões de ensino eletrônico (e-learning), através de uma grande capacidade de integração de multimídias, permitindo um produto final de grande iteração e atratividade para o usuário final.

Também foram realizadas pesquisas sobre qualidade e uso de *softwares* educacionais, dentro da realidade educacional existente e das necessidades dos usuários (alunos e professores). Assim também, estão sendo avaliados os recursos multimídia utilizados, com a intenção de melhorar o *software*, adequando-o cada vez mais às exigências do processo educacional atual.

Resultados e Discussão

Foram realizadas pesquisas sobre desenvolvimento de *softwares* educacionais. Um dos pontos mais enfocados nessas pesquisas foi sobre o que *software* educacional precisa ter para ser considerado um produto de boa qualidade, no qual foram observadas características como exibição de conteúdo, cores que agradam ao usuário, ilustrações, simulações, dentre outras.

Para que essas características fossem alcançadas, foi estudado o manual da ferramenta utilizada para o desenvolvimento, para que ela fosse mais bem explorada no sentido de poder produzir um produto bem aceito.

Os produtos que resultaram dessas pesquisas são mostrados nas Figuras 1 e 2.

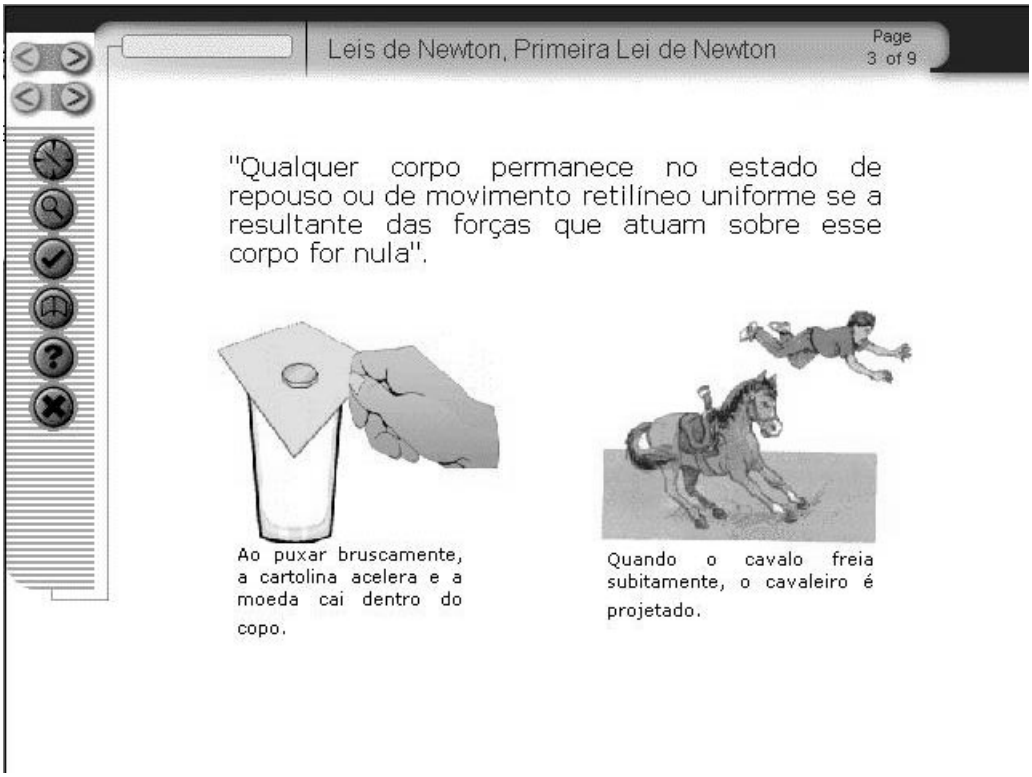


Figura 1: Demonstração de como o conteúdo é exibido.

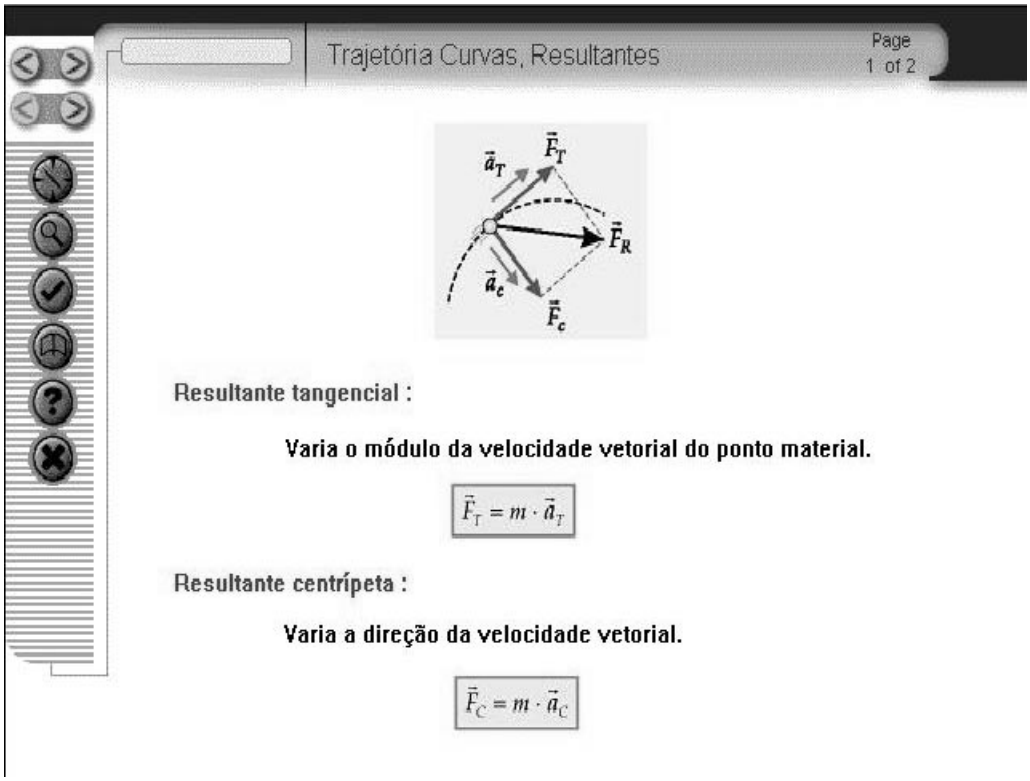


Figura 2: Demonstração de como o conteúdo é exibido.

Conclusões

Os *softwares* educacionais surgem como um incentivadores da aprendizagem, gerenciando-a e propiciando uma troca no campo do saber. Os *softwares* possuem recursos atrativos e motivadores que tornam o aprendizado prazeroso, sem precisar tirar o aluno do mundo no qual ele está inserido, que é o mundo da tecnologia.

O *software* "No Mundo da Física" foi confeccionado de acordo com as pesquisas relacionadas à sua qualidade e aparência para ele tenha um padrão bem aceito no mercado por seus usuários: alunos e profissionais da educação.

Os *softwares* educacionais, compreendidos como uma das diversas tecnologias de informática existentes e usadas na educação, podem ser usados como amplificadores de potencialidades dos alunos, professores e da própria instituição de ensino.

Assim, a tentativa que se faz é de se modernizar o ensino ao mesmo tempo que atraímos o aluno para a matéria que o *software* apresenta, de forma que este aluno tenha uma visão mais clara da Física através da ferramenta que já é de conhecimento dos jovens: o computador.

Agradecimentos

Agradeço ao programa PIBIC / UNICAP, pelo incentivo financeiro à pesquisa, pela disponibilidade de hardware e software, que tornaram possível a realização de tarefas previstas para esse período de Iniciação Científica; ao orientador, pela sua disponibilidade e capacidade de orientação durante a elaboração e implementação de novos módulos do projeto.

Referências

CAMPOS, Gilda Helena Bernardino de. Como avaliar um software educacional?, Rio de Janeiro, p. 1, Abril de 2001. Disponível em: < http://www.timaster.com.br/revista/colunistas/ler_colunas_emp.asp?cod=331>. Acesso em: 15/01/2004.

LUCCI, Régis Maia. Uma Experiência com Treinamento Utilizando Simuladores, Brasília, v. 3, p. 1, Setembro de 2002. Disponível em: < http://www.fecap.br/adm_online/art33/regis.htm >. Acesso em 05/04/2004.

APLICAÇÕES DE REDES NEURAIS

Gustavo Rau de Almeida Callou[1]; Sérgio Mário Lins Galdino[2]

[1] Estudante do curso de Ciência da Computação, do Departamento de Estatística e Informática, do Centro de Ciências e Tecnologia. E-mail: gcallou@hotmail.com;
[2] Professor do Departamento de Estatística e Informática, do Centro de Ciências e Tecnologia, Participante do Grupo de Pesquisa Métodos de Simulação Computacional. E-mail: segal@dei.unicap.br

Resumo
Realizamos esta pesquisa com o objetivo de disponibilizar a professores e alunos do ensino superior, modelos de aplicações de redes neurais para estudos e simulações que sirvam para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem. Grande parte dos algoritmos estudados envolve os modelos não-determinísticos. Os programas foram implementados de uma forma mais flexível, com mais parâmetros de entrada, e em uma interface gráfica superior à encontrada na literatura. Guiamo-mos basicamente pela rede neural de Hopfield. Através dela, realizamos diversas variações com a finalidade de testar, na prática, a funcionalidade de tais algoritmos. Em um programa implementado, é possível entrar com a digitação de strings de caracteres 0´s e 1´s e, depois, fazer a identificação do mesmo. No outro, desenhamos os padrões que serão utilizados de forma mais intuitiva, pois correspondem a figuras e/ou a caracteres que serão também identificados.

Palavras-Chave: Rede Neural, Reconhecimento de Padrões e Simulação Computacional.

Introdução

Primeiramente, é interessante definir o que vem a ser uma rede neural. Basicamente, uma rede neural é uma máquina que é projetada para modelar a maneira como o cérebro realiza uma tarefa particular ou função de interesse; a rede é normalmente implementada, utilizando-se componentes eletrônicos ou é simulada por programação em um computador digital, segundo HAYKIN (2001).

As redes neurais representam uma tecnologia que tem origem em disciplinas como: neurociência, matemática, estatística, física, engenharia e ciência da computação. A junção de todas essas áreas faz com que se tenha um vasto campo de atuação em modelagem, na análise de séries temporais, no reconhecimento de padrões, no processamento de sinais e no controle, com a finalidade de se poder adquirir a habilidade de aprender a partir de dados de entrada.

O presente trabalho será voltado para o desenvolvimento de sistemas computacionais que utilizam reconhecimento de padrões através de redes neurais. Segundo GONZALEZ (2000), esse reconhecimento pode ser aplicado em diversas áreas como no reconhecimento de voz, imagens e impressões digitais.

Metodologia

A linguagem de programação utilizada para o desenvolvimento das aplicações de redes neurais foi Java. Escolhida por ser excelente para escrever aplicações em PC’s e por ter grande portabilidade segundo DEITEL (2001).

Projeto: Métodos de Simulação Computacional. **Órgão Financiador:** Universidade Católica de Pernambuco

Para se ter um melhor domínio das linguagens de programação utilizadas na pesquisa, realizamos estudos em DEITEL (2001) e em HORSTMANN (2001).

Resultados e Discussão

Segundo MICHAEL (2003) e GONZALEZ(2000), um bom exemplo de rede neural é a de Hopfield. Essa rede neural consiste em N neurônios, e o estado da rede é definido pelo potencial de cada neurônio, $V_{i.}$ A força da conexão entre o i–nésimo e j–nésimo termo é representada por $T_{i,j}$ e é determinada pelas M memórias armazenadas:

$$T_{i,j} = \sum_{S=1}^{M} (2V_i^S - 1)(2V_j^S - 1)$$

V^S é o estado da s–nésima memória armazenada. Dado o estado inicial V_i^0, a forma do funcionamento da rede neural de Hopfield é simples. Escolhe-se um neurônio i aleatoriamente e a mudança do estado ocorre a partir das entradas fornecidas. A intensidade da entrada é calculada por S_i

$$S_i = \sum_{i \neq j} T_{i,j} V_j$$

onde V_j representa o estado atual do j–nésimo termo do neurônio. O estado do neurônio i é alterado pelo seguinte critério:

$$V_i = \begin{Bmatrix} 1, if S_i > 0, \\ 0, S_i \leq 0. \end{Bmatrix}$$

Pode-se observar que o valor inicial foi colocado igual a 0 (zero), entretanto outros valores também poderiam ser usados.

O programa abaixo implementa o modelo da Rede Neural de Hopfield. Nele, as memórias são armazenadas e chamadas através das entradas fornecidas ao sistema.



Fig.1- Memórias que serão armazenadas.



Fig.2- Tamanho de cada memória.

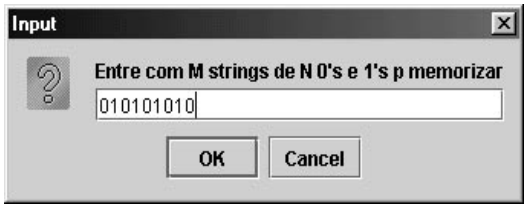


Fig.3- Primeira memória armazenada.

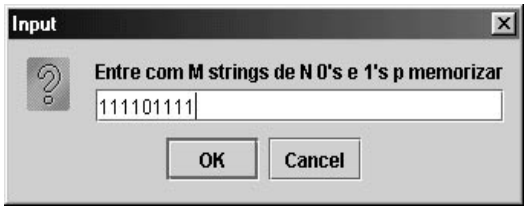


Fig.4- Segunda memória armazenada.

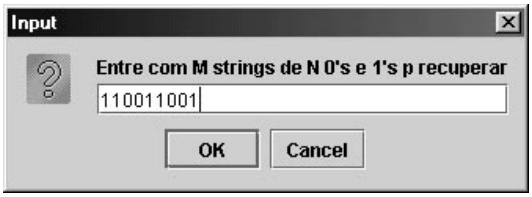


Fig.5- Padrão a ser reconhecido.

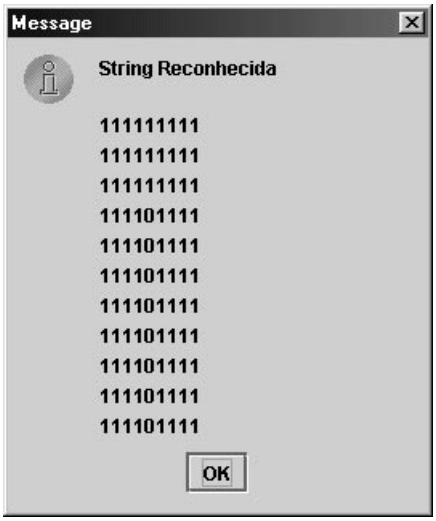


Fig.6- Passos para o reconhecimento do Padrão.

Abaixo, segue uma adaptação do programa anterior. Nesse, no lugar de digitarmos as *String's* de 0's e 1's, desenhamos os dados de entrada conforme mostram as figuras abaixo.

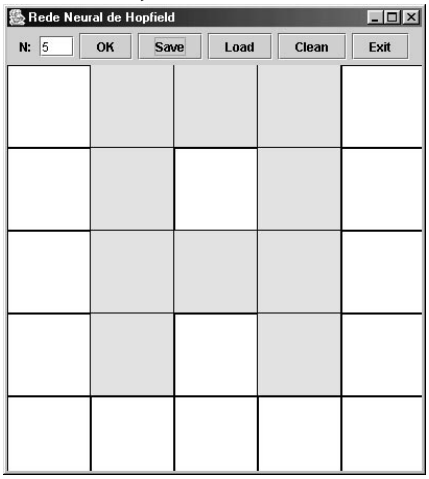


Fig. 7 – Memorizando a letra "A"

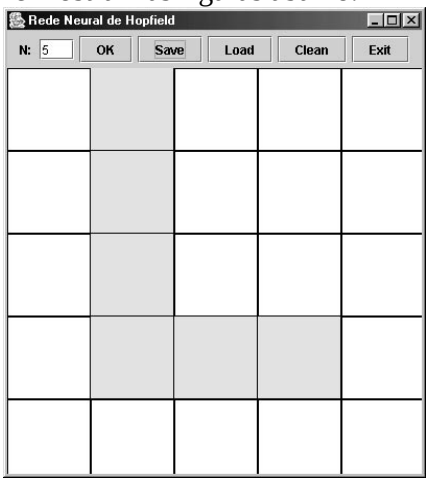


Fig. 8 – Memorizando a letra "L"

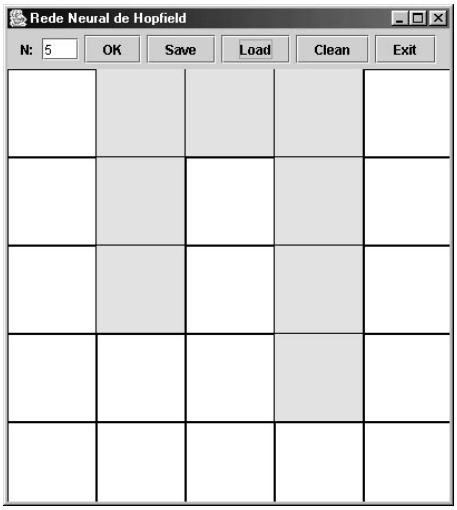


Fig. 9– Padrão a ser reconhecido

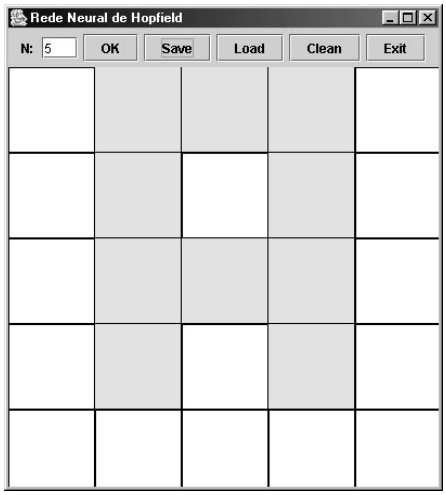


Fig. 10 – O padrão reconhecido.

Conclusões

Os computadores podem pensar? Essa questão é debatida por filósofos, cientistas de computador e vários profissionais de diversas áreas desde quando o primeiro computador foi criado. Os trabalhadores da chamada Inteligência Artificial – IA – acreditam que no futuro será possível fazer os computadores pensarem. A razão para isso é o fato de o pensamento ser baseado na manipulação de entradas do mundo externo. Todos nós concordamos que estamos distantes de fazer um computador pensar como um ser humano. Para algumas pessoas, os computadores estarão aptos somente a simular o cérebro humano e, não a pensar como ele. O principal argumento é que o cérebro não é análogo ao hardware do computador e, a mente, ao software. Resposta a essa indagação só virá com o passar do tempo. O presente trabalho pretende dar um passo nesse novo cenário.

Agradecimentos

Agradeço à Unicap que me concedeu a oportunidade de desenvolver o projeto e, também, ao profº. Sérgio Galdino, orientador, visto que suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Referências

DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J. **Java:** como programar. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 1201p.

GONZALEZ, R.; WOODS, R. **Processamento de imagens digitais.** 1. ed. São Paulo: Edgard blucher, 2000. 509 p.

HAYKIN, SIMON. **Redes neurais:** princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 900p.

HORSTMANN, C.; CORNELL, G. **Core java 2 volume II – recursos avançados.** 1. ed. São Paulo: MAKRON Books, 2001. 823p.

MICHEL, O. **Associative memory: hopfield model** (Online). Disponível em: http://diwww.epfl.ch/mantra/tutorial/english/hopfield/html/ (Nov / 2003).

APLICAÇÃO DO DIREITO TELEMÁTICO AO PROCESSO JUDICIAL BRASILEIRO, IMPORTANDO, NO QUE COUBER, AS MEDIDAS JÁ ADOTADAS NO DIREITO TELEMÁTICO ITALIANO.

Cláudia Mascarenhas Leite[1]; Alexandre Freire Pimentel[2]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais; E-mail: mascaren@hotlink.com.br;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais; Participante do Grupo de Pesquisa de Direitos Fundamentais; E-mail: pimentelalexandre@ig.com.br

Resumo

A pesquisa tem por objetivo estudar o sistema do processo telemático, analisando a viabilidade de sua implantação no sistema jurídico brasileiro, tomando como parâmetro o sucesso desse modelo no direito italiano. Para tanto, foi realizada pesquisa à legislação dos dois países, verificando a paulatina evolução da introdução dessa nova era ao direito. Comprovando tal evolução, a orientanda destaca decretos, leis, medida provisória e resoluções brasileiras que consolidam a prática telemática na justiça pátria. Além disso, também acompanhamos o andamento do Projeto de Lei nº 5828/01 (atualmente PLC nº 71/2002), de iniciativa da AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil -, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. A pesquisa também procura ressaltar o direito telemático como solução para os problemas de morosidade e do acesso à justiça.

Palavras-chave: processo virtual; cibernético; crimes de informática

Introdução

A presente pesquisa tem como foco a aplicação do processo telemático no Brasil, vislumbrando o alcance a uma justiça mais célere, eficaz e acessível. Ressalte-se, todavia, que a identificação dos processos e sua consulta quanto às suas fases e inteiro teor de suas decisões, não caracteriza, tecnicamente, o processo telemático. A inovação deste método consiste em automatizar a justiça, suprindo, sempre que possível, o atendimento de balcão do cartório/secretaria, a locomoção de advogado entre seu escritório e o Fórum para dar cumprimento a seu mandato, haja vista que todas as informações estariam disponíveis na rede mundial informatizada. O tempo do Juiz será melhor aproveitado com causas sob sua responsabilidade, como por exemplo, determinar o cumprimento de eventual irregularidade e julgar a lide com exame ou não do mérito.

Com efeito, a Itália - precursora no assunto – tem, na automação cibernética, um instrumento de inovação e base organizacional da justiça. Sua legislação neste tema está consolidada em leis e decretos que regulamentam o uso da informática e da telemática no processo judicial, atuando como um facilitador em prol da automação, publicidade e celeridade.

O Brasil, por sua vez, tem procurado inserir-se no universo cibernético, assimilando práticas já convalidadas e adaptando-as à nossa realidade. Para tanto, a presente pesquisa destaca o acompanhamento do Projeto de Lei nº 71/2002 (nº 5828/01 na origem), de iniciativa da AJUFE, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências.

Projeto: O Direito Telemático na Itália e no Brasil. **Órgão Financiador:** UNICAP

Além disso, enfatizamos o estudo do processo virtual *(e-proc)*, com suas qualidades e características, bem como o sucesso do início de sua efetiva aplicação em algumas esferas judiciais do Brasil.
Mister se faz ponderar quanto à adoção de tais práticas inovadoras, considerando que a realidade brasileira engloba características peculiares como a carência de instrução elementar (analfabetismo) aliada ao grupo dos socialmente e financeiramente marginalizados, sempre alheios à justiça. Se, por um lado, o direito telemático promove a democratização das informações jurídicas, por outro, pode dar causa ao distanciamento do judiciário para os excluídos processuais ("desplugados").

Metodologia

Internet, livros e artigos sobre o assunto. Leitura criteriosa e direcionada à busca de dados que demonstrem os benefícios provenientes da implantação do sistema do processo telemático no Brasil.

Resultados e Discussão

Em face do estudo comparativo, pinçamos do direito telemático italiano o Decreto nº 123, do Ministério da Justiça, de 13/fevereiro/2001, que regulamenta o uso da informática e da telemática no processo civil, no processo administrativo e no processo perante a jurisdição da *Corte dei Conti*. Tal decreto preceitua sobre o documento informático e sua reprodução, o documento probatório, o sistema informático civil, a gestão do sistema de transporte de informação, o endereço eletrônico e a certificação da firma digital (BUFFA, 2002).
Como analogia à legislação do Brasil, podemos elencar, primeiramente, a Lei 9.800, como um prenúncio da compatibilização da informática ao processo judicial. Com base nesta lei, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça admitiu, num julgamento de embargo, a utilização do meio eletrônico como forma de comunicação processual de emergência, desde que o original do documento, devidamente assinado pelo advogado, seja protocolado no prazo de cinco dias. Destacamos, mais uma vez, o Projeto de Lei da Câmara nº 71/2002 (originalmente, PL nº 5828/01), cuja versão substitutiva, apresentada pelo Senador Osmar Dias, fez relevantes reparos ao texto original, que impõe o credenciamento junto aos órgãos do Poder Judiciário como condição para o recebimento de petições, recursos e demais peças processuais por meio eletrônico. O credenciamento coloca o Tribunal como responsável pelo controle de quem pode ou não advogar, além de que exige um acompanhamento permanente da situação dos advogados credenciados, com por exemplo, se sofreram ou não sanção ética, funções precípuas da OAB e não do Judiciário. Além disso, o substitutivo, acertadamente, determina o uso das assinaturas digitais (KAMINSKI, 2002).
Destaque-se, ainda, a iniciativa do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que implantou, nas Varas dos Juizados Especiais Federais de Londrina, Blumenau, Florianópolis e Rio Grande, desde julho/03, o sistema de processo eletrônico, conforme Resolução nº 23, de 23.06.03. Tal sistema tem o intuito de facilitar e agilizar o trabalho de todos os profissionais envolvidos com o peticionamento eletrônico desde a inicial, além do gerenciamento da tramitação do processo via rede (JUIZADOS, 2003).
Em última etapa, ressaltamos as críticas pela implantação do processo virtual, e os cuidados que devem ser tomados com a segurança e a privacidade na internet. A adoção do *e-proc*, apesar de constituir um valoroso instrumento em prol da agilidade e eficácia do judiciário, será passível de resistência de boa parte dos operadores de direito, tais como magistrados, que podem ter receio em proferir decisões por meio dessa novidade; servidores – notadamente aqueles que temem perder postos de comando e/ou vantagens pecuniárias - e os próprios advogados, que, em sendo

mais antigos, podem sofrer choque cultural com tantas inovações. Por outro lado, tais reações ao processo virtual podem ser sanadas com o apoio incondicional, irrestrito e constante da direção colegiada do Tribunal (LIMA, 2002).

Conclusões

O Brasil tem caminhado em direção da informatização processual, o que ficou comprovado pelas medidas já adotadas em diversas esferas do judiciário brasileiro, explanadas no decorrer dos relatórios da pesquisa, e de forma sintética, neste resumo.

De fato, por ser uma iniciativa inovadora, que rompe com posturas processuais e funcionais sedimentadas, a implantação do processo telemático é passível de resistências e sua efetiva consolidação terá que transpor barreiras impostas pelos usuários e operadores de direito. Todavia, os benefícios do *e-proc* são de grande monta, e a participação da informática no direito pátrio tem sido cada vez mais incisiva e necessária. Portanto, recusar-se a esta nova realidade é uma atitude impensada, haja vista que o processo da informatização judicial é inevitável e irreversível.

Por outro lado, não podemos prescindir da cautela e prudência quando da adoção dos programas e recursos necessários à informatização, para evitar os transtornos decorrentes das fraudes e da violação e alteração de dados, que configuram os famigerados crimes da internet.

Agradecimentos

Ao PIBIC-UNICAP, pela oportunidade e incentivo para desenvolver um trabalho de pesquisa científico sobre um tema em constante evolução, e ainda não devidamente consolidado, como é o direito telemático.

Referências

BUFFA, Francesco. **Il processo civile telematico: la giustizia informatizzata**. Roma: Cosa & Come, 2002.

JUIZADOS especiais federais. Disponível em: <http://www.trf4.gov.br/trf4/institucional/institucional.php?no=98>. Acesso em: 07maio.2004.

KAMINSKI, Omar. **Judiciário ágil: relator é favorável ao PL de informatização do processo**. Diponível em: <http://www.conjur.uol.com.br/textos/12292/>. Acesso em: 03nov.2003.

LIMA, George Marmelstein. **E-processo: uma verdadeira revolução procedimental**. Disponível em: <http://www.teiajuridica.com/eprocesso.htm>. Acesso em: 05nov.2003.

APLICABILIDADE DOS TÍTULOS DE CRÉDITOS VIRTUAIS

Camila Martins Galvão[1] ; Onélia de Medeiros Pontes[2]

[1]Estudante do Curso Bacharelado em direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais E-mail:camilaunicap@yahoo.com.br. Participante do Grupo de Pesquisa Direitos Políticos e Econômicos.

Resumo

Percebe-se que todo regime tem por escopo a tutela do próprio crédito comercial e a garantia da circulabilidade do crédito como um todo. Não obstante, para certa doutrina, todo esse mecanismo tende a tornar-se obsoleto frente às novas descobertas da tecnologia, notadamente na circulação virtual dos créditos, possibilitada em função da internet. Tais operações eletrônicas são uma realidade e, indubitavelmente, o grosso do crédito circulante hoje no mundo não mais traz uma base material, em papel, mas em impulsos eletrônicos, armazenados magneticamente.

O art. 212, inciso II, c/c o art. 225, do Código Civil, além de outras Legislações, prevê a juridicidade de documentos mecânicos e eletrônicos; tais disposições servirão para acolher e resolver parte dos conflitos instaurados com a multiplicidade de relações que se vêm dando em paisagem eletrônica. Questiona-se quanto à segurança neste tipo de transação, tanto por parte das instituições quanto do consumidor.

Por meio do comércio eletrônico, podemos perceber a abragência com que se consegue negociar por meio "on-line", daí existirem *os hackeres*, que são especialistas que tiram proveito da facilidade da negociação para burlar as normas.

Palavras-Chave: Títulos de Créditos; Direito da Informática; Comércio Eletrônico

Introdução

É interessante notar que tais avanços tecnológicos ocorreram, em regra, por intermédio do desenvolvimento de um importante instrumento: o computador. Este, funcionando como "engrenagem" necessária para novas descobertas, vem deixando rastros de sua contribuição, direta ou indiretamente, em todas as áreas do conhecimento humano. Há a expansão do chamado comércio eletrônico ou *e-commerce*.

Hoje milhares de transações "*on line*" são efetivadas instantaneamente por pessoas e empresas em diversas áreas do globo. O avanço, nos meios de comunicação, está sendo o grande responsável pelo incrível progresso em todos os níveis do conhecimento.

A informação, em se tratando de *internet*, tem-se transformado em uma verdadeira mercadoria na qual são considerados dois elementos que se complementam: o conteúdo e a forma. A valoração de tais elementos faz com que a informação passe a constituir um verdadeiro bem jurídico, merecendo toda a tutela legal, como os demais bens jurídicos de maneira geral.

Conforme Cândido de Oliveira, comércio é operação que consiste em comprar ou vender mercadorias, é a soma de atos executados com a intenção de cumprir a mediação entre o produto e o consumidor, atos esses praticados habitualmente, com o fito de lucro; daí dizermos que comércio eletrônico é, basicamente, a operação que consiste em comprar e vender mercadorias por meio eletrônico.

Projeto: Desmaterialização dos Títulos de Créditos na Era da Informática. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

Não se pode esquecer que há a possibilidade de se prestar serviço através de redes eletrônicas de comunicação a distância.

Dr. João Batista Caldeira exemplifica a utilização nos títulos de crédito (duplicata virtual): Numa hipótese imaginária vamos supor que: o comerciante "x" venda e entregue uma mercadoria a "y". "x'" saca uma duplicata virtual contra "y", gerando nos computadores um registro correspondente à duplicata mercantil sacada contra "x" (comprador), e após, lança a operação no Livro de Registro de Duplicatas. "x" assinala eletronicamente o registro eletrônico da duplicata, utilizando-se de uma chave privada (valendo-se da chamada criptografia), enviando-a por EDI "eletronic data interchange" , ou seja, intercomunicação eletrônica de dados ao comprador "y" no sentido que ele "aceite". O Título está, dessarte, assinado eletronicamente pelo emitente. "y" receberá, por intermédio do EDI, um "recibo" eletrônico de toda a operação.

Por intermédio desse sistema EDI e com a utilização da criptografia, seria admissível, em tese, endossos a avais, todos se valendo da assinatura digital (havendo como pressuposto ou condição "sine qua non" que o sistema é dotado de segurança). Toda essa operação, ainda, segundo alguns como, PAULO FRONTINI, poderia dar-se com a ingerência da autoridade certificadora que intermediaria todas essas operações (órgão custeador).

Da mesma forma, com o surgimento do meio eletrônico, impõe-se a necessidade de se ampliar o conceito de manifestação de vontade, o que, conseqüentemente, provoca uma ampliação do conceito de suporte e de documento. Nesse caso, não se trata de uma substituição de formalidade, mas sim do surgimento de um novo suporte, com a provável conseqüência de superar-se definitivamente a associação direta entre documento e suporte tangível.

Necessário se faz que sejam repensados alguns conceitos amplamente usados, como "contratos desmaterializados", ou ainda, "atos desmaterializados", referentes ao meio eletrônico.

O projeto tem como objetivo geral oferecer maiores esclarecimentos à população acerca dos títulos de créditos na Informática, além de apontar os meios mais seguros de negociação no sistema "on-line". Como objetivo específico, aprofundar o estudo sobre os princípios norteadores dos títulos de créditos, examinar as legislações específicas sobre o tema escolhido, pesquisar em sites que operem com títulos de créditos virtuais, promover seminários com o intuito de um maior esclarecimento

Metodologia

Utilizamos de levantamento bibliográfico, através de pesquisas em bibliotecas, periódicos e por meio da internet, com análise dos textos. Foi realizada pesquisa de campo junto ao Banco Central e Unibanco.

Como forma de melhor nos esclarecer e também divulgar para o público em geral realizamos seminário com o tema: "O Direito na era da Informática", tendo como palestrantes: Dr. Alexandre Pimentel, Bruno Pires e Danilo Duarte.

Resultados e Discussão

Movimentação no comércio de Varejo "on line" na América Latina

Ano 2000	
País	Movimento em milhões de Dólares
Brasil	US$ 300
Argentina	US$ 82
México	US$ 91
Outros	US$ 107
TOTAL	US$ 580

Fonte: Boston Consulting Group e Visa.

O gerente do Banco Unibanco, Afonso Netto, afirma: é difícil hoje em dia negociar por meio de papéis, a não ser grandes empresas que se utilizam como forma de se resguardar, mas, para se ter uma idéia, até cartão de crédito já totalmente utilizado por meio virtual em que o cliente adquire uma numeração e, no momento de realizar negócios, fornece esta série e o pagamento será debitado automaticamente em conta corrente no dia estabelecido. Ainda foi dito que títulos como notas promissórias e duplicatas cada dia vêm-se tornando mais esporádicos com emissão por meio de papel, sendo impressa apenas no momento em que não paga, e, após seu protesto, é que poderá a agência tomar ciência das negociações. A central é que detém todas as negociações realizadas por meio eletrônico, que, no caso do Unibanco, é no Estado de São Paulo. Quanto à segurança não há com que se preocupar, uma vez que as transações possuem senhas secretas, sendo utilizadas por vários momentos da negociação, evitando assim qualquer temor por parte dos *hackeres.*

Tivemos muitas dificuldades no decorrer da pesquisa uma vez que o tema é específico e são poucas as pessoas que entendem do assunto. Há o Instituto de Direito da Informática: IBDI, que possui estudiosos com relação à informática, especificamente comércio eletrônico. Os *hakeres e crakeres* tratam ainda sobre o avanço do processo telemático. Percebendo dessa forma que não adentra em nosso assunto, qual seja as negociações com títulos de crédito por meio virtual.

Conclusões

Percebemos a importância do projeto, tendo em vista se tratar de assunto do interesse de toda a população face o avanço da tecnologia. Há uma intensa preocupação por parte dos estudiosos no assunto uma vez que pessoas se utilizam da facilidade das negociações por meio do sistema *on line* para burlar os serviços prestados.

Agradecimentos

À Unicap, pela concessão da bolsa de estudos, a minha família, com especial atenção a minha mãe, e todos que participaram direita e indiretamente na elaboração desta pesquisa.

Referências

LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto et al.. **Direito e Internet:** aspectos jurídicos relevantes, Bauru. São Paulo: Edipro, 2000

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito de Informática Comercialização e desenvolvimento do software**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999

VOLPI NETO, Ângelo. **Comercio eletrônico:** Direito e segurança. 1. ed, Curitiba: Juruá, 2002

APLICAÇÃO DE MÉTODOS DE PROGRAMAÇÃO LINEAR NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA ALOCAÇÃO ÓTIMA DE EXECUTORES A TAREFAS

Rafaella Carvalho Lucena[1] ; Emerson Alexandre de Oliveira Lima[2] ;

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciência e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciência e Tecnologia Participante do Grupo de Pesquisa de Processamento Digital de Sinais E-mail: eal@dei.UNICAP.br

Resumo
Neste trabalho, propomos uma modificação das técnicas clássicas de solução de problemas de atribuição de executores a tarefas e sua utilização no problema específico da geração automática de horários optimais, em um sentido preciso, para professores e disciplinas no modelo atualmente vigente na UNICAP. Esta modificação baseia-se fortemente em técnicas de Programação Linear, diferenciando-se das técnicas clássicas baseadas nos método húngaro e algoritmo de Edmonds. Também discutiremos os resultados práticos da aplicação desta nova técnica com relação a seu desempenho computacional.

Palavras-chave: atribuição de executores a tarefas; programação linear; método simplex.

Introdução

O problema de atribuir executores a tarefas é um dos problemas de planejamento mais recorrentes na prática[3], existindo diversas técnicas descritas na literatura para sua solução.
Supondo um certo conjunto de tarefas simultâneas, o problema consiste em determinar quais executores devem realizar cada tarefa com o intuito de realizar o maior número de tarefas possível.
Existem duas restrições que devem ser observadas. A primeira refere-se à impossibilidade de haver choques de horário, ou seja, de um mesmo executor estar responsável por mais de uma tarefa ou de atribuir a mesma tarefa a diferentes executores. A outra é a restrição de cada executor ser especializado na solução de um certo subconjunto de tarefas, de forma que não se deve atribuir a ele uma tarefa para qual o mesmo não esteja capacitado.

Assim, denotando

$$x_{i,j} = \begin{cases} 1 & \textit{se ao executor "}j\textit{" for atribuída a tarefa "}i\textit{"} \\ 0 & \textit{caso contrário} \end{cases}$$

teremos o conjunto de equações lineares, correspondendo às condições acima

1. Condição de Competência: $C_j \subseteq Tarefas$
2. Condições para Inexistência de Choques:
   a. $\sum_i x_{i,j} = 1, \quad \forall j$ (uma tarefa por executor)
   b. $\sum_j x_{i,j} = 1, \quad \forall i$ (um executor por tarefa)

Projeto: Métodos de Simulação Computacional: Algoritmos de Otimização Discreta. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

Estamos tacitamente assumindo os índices “i”, variando no conjunto de tarefas, e “j” no de executores.
Queremos então encontrar, para cada índice “i” (tarefa), um único índice “j”, para o qual $x_{i,j} = 1$, que denotaremos por j(i).
Este é um problema clássico de programação (linear) inteira[1],[2], cujas técnicas de solução baseiam-se no teorema da integralidade de Edmonds e no método Simplex de Dantzig.
No problema clássico, o interesse é apenas maximizar a função objetivo de cardinalidade $\sum_i \sum_j x_{i,j}$, ou seja, procuram-se atribuições de executores a tarefas de tal forma que, sem violar as condições anteriormente explicadas, o maior número possível de tarefas sejam realizadas.
No problema específico de que trata este trabalho, procura-se aplicar a formulação clássica do problema acima ao caso da atribuição de horários aos professores (neste problema, as disciplinas oferecidas em cada horário são as tarefas, e os professores são os executores. O problema de alocação é resolvido para cada horário individualmente e, depois, é tomado em conjunto, fornecendo-se um horário completo). Diversas especificidades impossibilitam o uso das técnicas clássicas de modelagem, por exemplo, é natural tentar-se minimizar o número de dias em que um dado professor tenha de vir à instituição, assim como o número de disciplinas diferentes por semestre (um exemplo: é preferível ao professor vir apenas nas segundas e quartas-feiras, ministrar em cada um desses dias, em três turmas, a mesma disciplina a ter de vir todos os dias, ministrar, em cada dia, uma disciplina diferente, mesmo que a quantidade de turmas seja a mesma). Outro problema é que, apesar de o professor ser capacitado para ensinar um certo elenco de disciplinas, ele tem por preferência um subconjunto menor de disciplinas desta classe, por exemplo, um professor pode ter competência para ensinar as disciplinas A, B e C, porém sua ordem de preferências indica que ele prefere ensinar B. Ensinaria A se solicitado, mas, apenas em último caso, gostaria de ministrar a disciplina C.
A solução que propomos é a atribuição de uma série de mudanças na função objetivo, que meçam a optimalidade de um certo horário em oposição à técnica clássica, que utiliza como métrica apenas a cardinalidade do emparelhamento.

Neste caso, a formulação final do problema é

maximizar $\sum_i \sum_j w_{i,j} x_{i,j}$

sujeito às condições:

$$\sum_i x_{i,j} = 1, \quad \forall j$$

$$\sum_j x_{i,j} = 1, \quad \forall i$$

onde

$C_j \subseteq Tarefas$ (C_j é o conjunto de competências do executor j)

Metodologia

Inicialmente, foi feita uma coleta de dados, com o auxílio da secretaria do Departamento de Estatística e Informática da UNICAP, no sentido de especificar e catalogar as regras de decisão que guiam os responsáveis pela elaboração dos horários.
Muitas dessas regras são intuitivas, de forma que sua implementação não é tão direta como nos modelos clássicos baseados na cardinalidade do conjunto solução. O estudo dessas regras

sugeriu o uso de pesos na função objetivo como forma de diferenciar as soluções encontradas pelo método húngaro, seguido de uma busca exaustiva da solução que fornece o maior valor dessa função.
Uma vez que o número de soluções cresce exponencialmente com o tamanho de entrada (fatorial do produto do número de executores pelo número de tarefas), a busca exaustiva torna-se rapidamente impraticável computacionalmente, de forma que o problema foi modelado como um problema de Programação Linear e o método clássico (método húngaro) foi modificado com a introdução de uma fase dual-primal resolvida pelo uso da fatoração ETA e LU da base.
A implementação dessas fatorações e a escolha dos pesos foram o foco principal de desenvolvimento deste trabalho, finalizado pela implementação de um ambiente de uso intuitivo para o sistema como um todo.
Todo o trabalho computacional foi realizado com o uso dos recursos disponíveis no Laboratório Inácio de Loyola do Departamento de Estatística e Informática da UNICAP. A linguagem de implementação escolhida foi o Java e a linguagem de modelagem foi a UML, ambas suportadas no ambiente de desenvolvimento Eclipse. A escolha das linguagens e do ambiente foi conduzida tendo em vista a portabilidade e escalabilidade do sistema.

Resultados e Discussão

A implementação das técnicas de Programação Linear (métodos Simplex e Karmakar) de forma direta não é eficiente do ponto de vista computacional por realizar uma série de tarefas, em particular, produtos matriciais, cuja carga de cálculos cresce geometricamente com relação ao tamanho de entrada do problema, medido pelo **produto** do número de tarefas pelo número de executores.
Mesmo o método revisado[1] tem forte carga computacional, o que inviabiliza seu uso para este problema em particular. Fazendo uso de o fato das variáveis serem binárias e do teorema da integralidade de Edmonds[1], modificamos a fatoração da base no método Simplex (fatoração ETA), obtendo uma aproximação de menor ordem no dual, que, refinada monotonicamente no primal, obtém a solução desejada do problema com o uso mínimo dos recursos da máquina e com ganhos significativos em velocidade de computação.
Testes preliminares indicaram ganhos na ordem de 20%, sendo o limite teórico (baseando os produtos no algoritmo de Strassen, da ordem de 35%).
Os testes foram conduzidos apenas fazendo produtos de matrizes binárias aleatoriamente geradas. Testes com as matrizes reais (que devem ser bem menos densas e, portanto, mais rapidamente computáveis) devem ser realizados no início do próximo semestre a partir dos dados reais da disponibilidade de professores e demandas de turmas do Departamento de Estatística e Informática da UNICAP.
Espera-se que o sistema esteja completamente calibrado com a escolha das variáveis que compõem a medida da optimalidade ao fim desses testes e que sua utilização como ferramenta de apoio à decisão crie forte aumento da produtividade do processo, atualmente conduzido por tentativa-e-erro.

Conclusões

A escolha dos valores das constantes "$w_{i,j}$" fornece uma maneira viável de quantificar as regras atualmente vigentes na elaboração dos horários e mostrou-se bastante adequada, gerando horários bem próximos àqueles elaborados por operadores humanos, neste caso, os alunos participantes do projeto.

O uso dessas métricas em alternativa ao método clássico, entretanto, aumentou substancialmente a complexidade computacional do sistema, o que não pôde ser modificado, uma vez que as técnicas clássicas não são aplicáveis no contexto da elaboração de horários. Essa complexidade foi minimizada pela utilização de técnicas numéricas avançadas tais como fatoração ETA e fatoração LU.
Como perspectivas futuras para este trabalho, pretende-se utilizar o sistema desenvolvido na elaboração de horários reais, comparando-o com aqueles horários criados pelos especialistas, o que deve fornecer um ajuste fino das métricas desenvolvidas e a elaboração de outras métricas mais adequadas a captar algumas particularidades ainda não estudadas do processo.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNICAP, pelo suporte financeiro do projeto; e ao Departamento de Estatística e Informática, tanto pelo suporte material e disponibilização do laboratório Inácio de Loyola quanto pelo suporte técnico da secretaria e coordenação nos procedimentos de elaboração de horários.

Referências

[1] CHVATAL, Vasek. **Linear programming**. 1. ed. New york: W. h. freeman and company, 1999;

[2] DANTZIG, George B. **Linear programming and extensions**. 1. ed. Princeton: Princeton university, 1993.

[3] PARKER, R. Gary. **Deterministic scheduling theory**. 1. ed. London: Chapman & Hall, 1995;

A POLÍTICA POMBALINA E OS SEUS REFLEXOS EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

Ocivaldo Scripnick de Oliveira[1]; Maria da Glória Dias Medeiros[2]

[1]Aluno do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas.
[2]Professora do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas, participante do grupo de pesquisa: História e Identidades do Nordeste; E-mail: gloria@unicap.br

Resumo
O nosso intento de pesquisa tem em vista explicar a correlação de forças entre o Estado Metropolitano e a Igreja representada, respectivamente, pelo Diretório Pombalino e a Companhia de Jesus que, naquele momento, se colocava em defesa dos interesses coloniais, fazendo jus à expansão da nova imagem da Igreja na Europa, assumindo assim, em todos os sentidos, inclusive no imaginário popular, o caráter de religião dos pobres no Brasil Colonial, conseqüentemente em Pernambuco.
Os procedimentos adotados: pesquisa no Arquivo Público Jordão Emerenciano, na Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco e no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, onde foram feitos levantamento, classificação e análise dos documentos até então adquiridos. Obtivemos os seguintes resultados parciais: nos primeiros anos do seu governo, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, usou da sua reforçada autoridade para destruir, inexoravelmente, todas as forças que se opunham ao seu poder absoluto. Além disso, observamos também a fermentação popular oriunda da expulsão dos missionários da colônia portuguesa. Em Pernambuco, bradou-se aos quatro cantos como estado de calamidade pública o despotismo de Pombal. Isto acontece muitos meses antes do atentado a D. Jose I nos mostrando que o argumento de Pombal, subsidiado pelas ordenações Filipinas, de que o motivo da perseguição a Companhia de Jesus estava atrelada ao atentado ao rei desmorona-se, ratificando as nossas suspeitas de que a grande preocupação do Marquês era de fato o estado "paralelo" que se criara na colônia portuguesa.

Palavras-chave: Política, Poder, Despotismo.

Introdução

A razão do nosso projeto se situa na relação existente entre o Estado e a Igreja do Brasil colonial. A proposta consiste em mostrar o papel da Companhia de Jesus no processo político-religioso do Brasil no século XVIII, bem como identificar o imaginário popular a respeito dos religiosos. Partiremos da hipótese de que o clero católico mantinha uma relação direta com as camadas populares, influenciando, de todas as formas, nas decisões locais, no dia-a-dia, na missa, no batizado, no socorro aos doentes e etc, isso significa dizer que atuava desde a vida íntima até as decisões tomadas nas instâncias políticas e administrativas.

Na colônia, existia um Clero que incorporou o projeto colonial, disseminou o seu poder nos microespaços, recebendo apoio das massas e, assim, amedrontando e destoando dos interesses metropolitanos, à medida que estabeleciam um "governo paralelo", rompendo com o "famoso" pacto colonial.

É justamente neste ponto que reside a relevância do nosso trabalho, pois acreditamos que a possibilidade do fortalecimento de uma outra instância de poder, que não fosse a Coroa, que pudesse direcionar os destinos da Colônia, levou o Diretório Pombalino a tomar uma atitude

drástica no sentido de frear a práxis da Igreja, representada pela Companhia de Jesus, naquele momento.

O Diretório Pombalino já foi objeto de pesquisa de alguns estudiosos, mas acreditamos que a sua relação com a Companhia de Jesus, no Brasil, mais precisamente em Pernambuco, encontra-se por fazer, principalmente no que se refere ao papel do Clero na luta contra os ditames metropolitanos.

No aspecto historiográfico, não existe uma produção de peso sobre o tema. Muito se escreveu sobre o período pombalino, mas não numa perspectiva cultural. Talvez a ausência de documentos desse período esteja atrelada à descoberta do ouro na Colônia, o qual atraiu a atenção da historiografia do período, justificando-a, talvez pela transformação socioeconômica ocorrida nas regiões das minas, porém, "negligenciando" as mudanças ocorridas em outras regiões. Além disso, faz-se mister compreender a imagem do Clero Católico na mentalidade social do século XVIII, em Pernambuco.

Nessa perspectiva, podemos citar, ainda, a obra do Pe. Ferdinand Azevedo S. J. "Ensino, Jornalismo e Missões Jesuíticas em Pernambuco 1866 – 1874". Este trabalho é de grande relevância para a história de Pernambuco no tocante à atuação da Companhia de Jesus em Pernambuco no século XIX. Assim, verificamos que, sobre o século XVIII, existe uma grande lacuna, o que garante ao nosso projeto um caráter original e relevante.

O nosso recorte histórico é Pernambuco, mais precisamente Olinda e o Recife de 1700, período que marca a reconfiguração da colonização no Brasil a 1777, quando da falência do Projeto Pombalino, no qual procuraremos identificar os interesses da coroa portuguesa, no sentido de impor uma centralização política no Brasil colonial capaz de garantir a perpetuação da hegemonia metropolitana, percebendo e compreendendo que tipo de ameaça política / econômica representava a Companhia de Jesus ao projeto metropolitano, considerando que as massas respaldavam a proposta da igreja e que a promessa de salvação arregimentava grande parte da sociedade colonial, inclusive a pernambucana.

Metodologia

Utilizamos uma metodologia voltada para a pesquisa de fontes primárias e secundarias sobre a política desenvolvida por Pombal enquanto a sua administração à frente do Estado Português.

Outro componente de nossa metodologia foi a busca de subsídios para atestar a veracidade dos documentos encontrados nas pesquisas realizadas em campo, que nos levaram a ratificar nossas suspeitas sobre a correlação de forças entre Estado e Igreja, justificando as transformações ocorridas no Governo Português quando da presença de Pombal, pela qual passavam a metrópole e a colônia, em meados do século XVIII. Essas fontes nos ofereceram elementos reveladores de acontecimentos mais gerais, auxiliando-nos a analisar e criticar a composição dos mesmos.

A partir dos resultados encontrados, voltamo-nos para o estudo dos documentos específicos que subsidiasse nossa problemática: os reflexos da política Pombalina em Pernambuco, mais precisamente no Recife e Olinda, no séc. XVIII. Para termos acesso a tais documentos, foram necessárias visitas freqüentes ao Arquivo Público Jordão Emerenciano, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e na Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco. Além de constantes reuniões com nossa orientadora para discutirmos o material encontrado e trabalhado.

Resultados e Discussão

Como resultados referentes ao presente projeto de pesquisa, fizemos uma análise, leituras e fichamentos sobre documentos relacionados a Pernambuco, especificamente Recife e Olinda de

1700, período que marca a reconfiguração da colonização do Brasil, a 1777, quando da falência do Projeto Pombalino, em que podemos ressaltar a indignação dos jesuítas para com a postura arbitrária adotada pelo Marquês contra a Companhia e a justificativa utilizada por Pombal para a expulsão dos padres jesuítas.

Com o material coletado e analisado, construímos um acervo documental sobre as questões político-religiosas em Pernambuco, no séc. XVIII, tornando-se possível aos estudiosos uma fonte precisa referente ao Diretório Pombalino e à Companhia de Jesus no período estudado, assegurando a produção de futuros trabalhos de pesquisas ligados à área de religiosidade, política, cultura e imaginário popular pernambucano. Foi possível a concretização de um banco de dados voltado para o tema Estado, Igreja, Cultura e Sociedade.

Conclusões

O trabalho nos possibilitou habilidades na pesquisa histórica, operacionalizando investigações a partir de uma reflexão crítica sobre a relação entre história e cultura. No nosso caso, a correlação de força entre Estado / Igreja no período pombalino. O resultado das investigações e estudos entre Estado, Igreja e Cultura nos mostrou que as questões políticas, sociais e religiosas são temas de exclusiva importância no processo de construção e reconstrução da identidade cultural.

Assim, trabalhar a questão Estado, Igreja, Cultura e Mentalidade permite à sociedade pernambucana compreender a correlação de forças entre a política metropolitana (representada pelo Diretório Pombalino) e a prática político-religiosa do clero católico na colônia, que passou a desenvolver um governo paralelo na busca de atender aos anseios da sociedade colonial em Pernambuco. Essa resistência às diretrizes metropolitanas foi conduzida pela Companhia de Jesus. O nosso projeto permite ao todo social compreender, sem preconceitos, o papel do clero católico na construção da nossa identidade cultural.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Universidade Católica de Pernambuco, ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica, a minha professora orientadora Maria da Glória Dias de Medeiros por serem responsáveis pelo meu ingressar na iniciação científica.

Referências

ASSUMPÇÃO, T. Lino de **História Geral dos Jesuítas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Moraes Editores.1982. 677p. (Testemunhos Portugueses)

AZEVEDO, J. Lúcio de **O Marquês de Pombal e a sua época.**. 2.ed Lisboa: Outubro 1990. 323p.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da.**Anais Pernambucanos 1493- 1590** Recife: FUNDARPE... 629p.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da, **Anais Pernambucanos 1740- 1794**.. Recife: FUNDARPE..1983. V.6. 209p

FERNANDES, Pe Antonio Paulo Ciriaco. **Missionários Jesuítas no Brasil no Tempo de Pombal**. 2.ed.. Porto Alegre:. Globo.1941..281p

A PROTEÇÃO À RELAÇÃO DE EMPREGO MEDIANTE TUTELA DE URGÊNCIA- REINTEGRAÇÃO PROVISÓRIA DO EMPREGADO

Emanuelle Lima de Albuquerque[1] ; Sérgio Torres Teixeira [2]; Marina Jucá Maciel [2]

[1]Estudante do curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais.
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa do Professor José Soares Filho, E-mail: sergiotteixeira@uol.com.br .
[2] Estudante do curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais.

Resumo

Tendo em vista as visíveis necessidades de estudos aprofundados na área do direito trabalhista, o acesso à justiça, seus instrumentos de proteção ao trabalhador, a pesquisa visará a oferecer elementos que possam conduzir a uma análise crítica do quadro real. O método utilizado será o histórico-comparativo. Espera-se como resultado a obtenção de informações que propiciem uma compreensão dos conflitos sociais oriundos da relação de trabalho, suas causas e conseqüências.

Palavras-chave: proteção; processo trabalhista; efetividade.

Introdução

O direto do trabalho nasceu em meio à primeira Revolução Industrial, com o objetivo de regular as relações laborais entre capital e trabalho. Com o decorrer do tempo, notou-se que o objetivo do direito trabalhista não estava sendo alcançado por causa do desequilíbrio provocado pela grande força do capital.

As disparidades entre trabalhador e empregador encontradas nas relações de emprego tornaram inevitável o surgimento de litígios, que agora necessitam de meios os quais possam mediar esses conflitos.

Encontra-se o Estado, então, com a responsabilidade de apresentar à sociedade esses meios, já que é ele representante da vontade geral e zelador do bem comum, tornando-os disponíveis para que todo cidadão, independente de sua condição social, possa ter livre acesso aos órgãos do poder judiciário.

No que se refere particularmente à proteção da relação de emprego, é necessário que se revisem os novos instrumentos processuais e reformas legislativas - se sãos eles ou não suficientes para assegurá-la. Como se deve proceder após dispensa do empregado estável em seu emprego? Seria possível sua reintegração provisória por via da tutela de urgência? Todas essas indagações só podem ser respondidas através do estudo crítico e da observância do contexto.

Tendo em vista a crise vivida no campo laboral, em razão de fatos como a globalização econômica,

Projeto: Instrumentos processuais de proteção do trabalhador na ordem jurídica brasileira. **Órgão financiador**: PIBIC (Programa Institucional de Base de Iniciação Científica)

torna-se necessária essa avaliação a fim de que se possa contribuir para a solução dos problemas que emergem das relações de emprego.
O objetivo do trabalho em pauta é oferecer maior suporte intelectual, para que se apresentem soluções razoáveis no tocante à relação de trabalho e sua proteção mediante utilização dos instrumentos como a tutela de urgência.

Metodologia

Foi adotado o método histórico-comparativo, para se analisar a realidade sociocultural em diversas fases da história contemporânea, quanto às relações de produção, com destaque para o aspecto do vínculo do contrato de trabalho, numa visão crítica construtiva que detecte os problemas emergentes de tais relações e aponte soluções.

Resultados e Discussão

O direito do trabalho tem como um de seus principais alicerces o princípio da continuidade da relação de emprego. Ele significa para o moderno direito trabalhista a tendência de manter a relação laboral em plena atividade, de modo a tornar o vínculo do contrato de trabalho o mais longo possível, evitando o seu término. O princípio da continuidade da relação de emprego tem como fundamento, segundo *Francisco Mento Marques de Lima (in Princípios de direito do trabalho na lei e na jurisprudência, pág. 10)*, aquele de ordem moral, que diz respeito ao direito ao trabalho possuído por todo cidadão e assegurado constitucionalmente pela Carta de 88, e outro, de ordem técnica, que propicia ao indivíduo aperfeiçoamento e melhor rendimento na função que desempenha. Não só o trabalhador individualmente é beneficiado pela continuidade da relação laboral, mas também toda a sociedade, uma vez que o acesso ao trabalho deve ser assegurado a todos.
Contudo não perde, por causa do princípio da continuidade da relação de emprego, o empregador o seu direito potestativo de despedir. A dispensa do empregado diz respeito ao ato por meio do qual o empregador rompe o liame empregatício, configurando, então, como leciona *Délio Maranhão (Instituições de direito do trabalho, pág. 532)*, um ato jurídico unilateral, pois é vontade apenas de um ente da relação, potestativo, porque só depende da vontade do empregador; receptivo, porque é destinado ao empregado somente; e constitutivo- negativo já que sua finalidade é o fim da relação laboral.
O direito de despedir do empregador esta fundamentado, em primeiro lugar, técnico-juridicamente, em sua natureza de ser um pacto de prestações pecuniárias sucessivas. Em razão de mudanças que possam ocorrer no mercado econômico ou, até mesmo, dentro da empresa, o empregador fica sujeito à impossibilidade de manter o vínculo de trabalho tendo em vista dificuldades econômicas. Outro fundamento, esse de cunho político, é o da liberdade econômica amplamente pregada com o surgimento do liberalismo.
Visualizando esse quadro do direito trabalhista, o legislador, através da imposição de normas que disciplinam o exercício do direito de despedir, controla abstratamente a aplicação de tal direito. Esse controle materializa-se na inibição e restrição de direitos, duas modalidades de medidas normativas que buscam, no primeiro caso, dificultar a dispensa do hipossuficiente, o que reflete o modelo de estabilidade imprópria. Esse modelo tem caráter dificultador, mas não proibidor da dispensa, e a torna mais onerosa para o empregador. No segundo caso, a lei proíbe ou restringe a dispensa, o que reflete o modelo de estabilidade própria, que assegura ao trabalhador o direito de permanecer no emprego, quando o motivo da dispensa for proibido por lei ou não preencher os requisitos previstos pela norma.

As normas inibitórias nada mais são - segundo *Sérgio Torres Teixeira,* outro douto no assunto - que "freios econômicos" os quais efetivamente não proíbem a dispensa por justa causa. Os diversos instrumentos utilizados na estabilidade imprópria visam a desestimular a resilição contratual por parte do empregador.

No Brasil, a lei trabalhista adota um sistema híbrido onde convivem, de forma pacífica, os preceitos das estabilidades própria e imprópria.

Cada modelo de estabilidade e medidas possuem características particulares, como, por exemplo, as medidas restritivas da dispensa proíbem, em devidos casos, a despedida. Sua inobservância acarreta a anulação do ato resilitório e a reintegração do empregado ao seu posto de trabalho. A medida restritiva é verdadeiramente uma forma de limitação do direito de despedir. Já as medidas inibitórias do direito de dispensa apenas oneram um pouco mais a despedida e não dão ao trabalhador o direito de reintegração ao emprego, e sim a possibilidade de ingressar com ação judicial, reivindicando ao órgão competente seus direitos.

Esse sistema de proteção é considerado frágil em razão da sua impossibilidade de dar continuidade à relação de emprego, como prega o princípio da continuidade. Existem diversas medidas inibitórias previstas na legislação brasileira, como as leis de números 6.708/79, artigo 9º, e 7.238/84, artigo 9º, o aviso prévio, e a indenização compensatória, que é o principal instrumento usado por esse sistema.

Ao contrário do sistema de estabilidade imprópria e suas medidas inibitórias, o sistema de estabilidade própria e as medidas restritivas do direito de despedir vêm, como salientam os juslaboralistas, como forma de proteção efetiva e adequada à relação de emprego e ao princípio da continuidade da relação laboral.

Existem duas formas de medidas restritivas do direito de dispensa: a primeira é caracterizada pela dispensa ilegítima ou sem justa causa; a segunda é a estabilidade decenal (artigo 492, CLT) com a observação de que esse instrumento foi eliminado do ordenamento pátrio após a Carta de 1988, o que foi considerado por muitos juslaboralistas como inestimável perda. Segundo essa medida, os trabalhadores que alcançassem dez anos de trabalho na mesma empresa estava assegurada a estabilidade dessa relação. O empregador ficava impossibilitado de dispensar o empregado que adquirisse tal forma de estabilidade.

Após a Carta de 88, a esses empregados restaram algumas formas de estabilidade provisória: aquela voltada ao dirigente sindical (art.. 8º, VIII, CF- 88),aos representantes dos empregados na comissão interna de prevenção de acidente (art.10,II, a, do ADCT), à empregada gestante (art. 10,II, b, DO ADCT), aos dirigentes de cooperativas de empregados (art. 55, Lei n. 5.664/71), ao representante dos trabalhadores no conselho curador do FGTS (art. 3º, § 9º, Lei n. 8.036/90), ao representante dos trabalhadores nos conselhos previdenciários (art. 3º, § 7º, Lei n. 8.213/91), ao trabalhador reabilitado ou deficiente habilitado (art.93,§ 1º, Lei n. 8.213/91). Aos empregados da esfera pública as modalidades de estabilidade jurídica estão asseguradas no artigo 41, da Constituição de 1988, e no artigo 19, do ADCT: e há ainda uma forma de estabilidade provisória dada a esses empregados a qual se refere aos períodos anterior e posterior às eleições.

Na hipótese de ocorrência da violação de qualquer norma que conceda estabilidade ao empregador ou dispensa sem justa causa, a conseqüência primeira será a reintegração do empregado ao seu posto de trabalho. É necessário observar que, para a ocorrência da reintegração, se torna indispensável que o trabalhador postule em juízo competente seu direito.

O artigo 37, da Constituição de 1988, apesar de não possuir norma infraconstitucional específica, é outra manifestação proibitiva dirigida ao administrador público. A dispensa de qualquer empregado público, seja da União, dos Estados-membro ou dos municípios, deve observar os preceitos legais do artigo já citado.

A Lei n. 9029/95 é o diploma legal mais importante do ordenamento trabalhista no que se refere as normas proibitivas da dispensa. Ela trata propriamente de proibir a discriminação na relação de

emprego; em seu bojo, elenca os atos discriminatórios proibidos assim como as respectivas penalidades para o caso de sua violação e, o que é primordial, estabelece a nulidade do ato resilitório se baseado em motivo discriminatório.

A base para a formulação da lei supra é o princípio da isonomia. A proibição de dispensa por motivos discriminatórios está intimamente ligada ao preceito constitucional da igualdade. Discriminação significa distinção injusta ou ilegítima, ou seja, situação em que pessoas em igualdade sejam tratadas de forma diferenciada ou desfavorável uma em relação a outra.

O art. 4º, da Lei 9.029/95, é a principal inovação trazida ao ordenamento juslaboralista, ele da ao hipossuficiente que sofre discriminação duas alternativas: a primeira, rescindir o contrato, com remuneração recebida em dobro referente ao período de afastamento, acrescida de 1% e corrigida monetariamente; a segunda principal foco do presente estudo - dá ao empregado a possibilidade de ser reintegrado a relação de emprego e receber remuneração referente ao período de afastamento, corrigida monetariamente. A faculdade de escolha cabe apenas ao trabalhador e deverá ser feita em juízo. Para *Sérgio Pinto Martins,* a lei em análise constitui efetivamente uma forma de estabilidade jurídica no emprego, o que, para *Sérgio Torres Teixeira* é inadmissível, pois o instrumento legal é norma proibitiva de dispensa abusiva , sendo notória a limitação jurídica imposta que ela impõe ao empregador.

Para que qualquer trabalhador possa alcançar forma de estabilidade, é necessário que a mesma esteja definida e assegurada por lei. No caso do diploma 9.029/95, o que ocorre realmente é a proibição de dispensa abusiva, e não concessão de estabilidade jurídica.

A Lei 9.029/95 veio ratificar o que já assegurava a convenção 158, da OIT (Organização Mundial do Trabalho). No seu artigo 4º, a convenção elenca as possibilidades do fim da relação de trabalho: "não se dará fim à relação de trabalho de um trabalhador a menos que exista para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço". O artigo 5º por sua vez veda expressamente a resilição contratual que se baseie em raça, cor, sexo, estado civil, responsabilidade familiar, religião, gravidez, opinião política, ascendência nacional ou origem social, todos motivos que discriminam o trabalhador se considerados motivos para fim da relação laboral.

A lei 9.029/95 veio a ratificar o que já assegurava a convenção 158 da OIT (Organização Mundial do Trabalho). No seu artigo 4º, a convenção elenca as possibilidades do fim da relação de trabalho: "não se dará fim à relação de trabalho de um trabalhador a menos que exista para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, do direito do estabelecimento ou serviço". O artigo 5º, por sua vez, veda expressamente a resilição contratual que se baseie em raça, cor, sexo, estado civil, responsabilidade familiar, religião, gravidez, opinião política,, ascendência nacional ou origem social, todos motivos que discriminam o trabalhador se considerados motivos para fim da relação laboral.

É importante ressaltar que o direito de despedir continua sendo potestativo, inerente ao empregador, desde que o motivo da dispensa seja socialmente aceitável, não baseado em conduta discriminatória. A ilegitimidade do ato resilitório ou a falta de motivo para sua execução configura, portanto, o abuso de direito, o que é socialmente inaceitável. O direito de dispensa, então, poderá ser exercido desde que não seja nocivo, anti-social ou ilegítimo.

Conclusões

Depois de todos os dispositivos analisados, é possível afirmar que ocorreu uma visível evolução do direito do trabalho brasileiro no que tange à proteção da relação de emprego, seja pela

observância do princípio da igualdade, seja pela obediência ao texto legal n. 9.029/95 pelos empregadores. Ao menos abstratamente, o empregado está protegido pela lei.
Apesar de toda a evolução legal, os juslaboralistas pátrios ainda se mostram desacordados em relação a tal modelo de proteção ao trabalhador. É pouca a exploração dessas possibilidades, que visam à manutenção da relação de trabalho.
Os instrumentos para a prática do princípio da continuidade existem e estão vigorando; cabe agora aos operadores do direito trabalhista atuar com toda a sociedade, a fim de que a plenitude do mesmo possa ser alcançada.

Agradecimentos

Ao PIBIC (Programa Institucional de Base de Iniciação Científica); e funcionários, à minha família, que sempre me apoiou; aos amigos, em especial, a Marina J. Maciel, Djanira de M. T. F. Pires.

Referências

LIMA, Francisco Meton Marques de: **Os princípios do direito do trabalho na lei e na jurisprudência**. São Paulo: LTr ,1997.

MARANHÃO, Délio.: **Instituições de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1987.

MARTINS, Sérgio Pinto: **Práticas discriminatórias contra a mulher e outros estudos.** São Paulo: LTr, 1996.

TEIXEIRA, Sérgio Torres: **Proteção à relação de emprego**. São Paulo: LTr, 1998.

A PRODUÇÃO DE LAVOURAS NO AGRESTE DE PERNAMBUCO E SUAS PERSPECTIVAS

Karla Maria Félix Silva[1] ; José Maurício Pereira[2] ; Márcio Miceli Maciel de Souza[3]

[1]Estudante do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Administração, Economia e Contabilidade do Centro de Ciências Sociais. E-mail: karla_felix@ig.com.br
[2]Professor do Departamento de Administração, Economia e Contabilidade do Centro de Ciências Sociais; Líder (ou Participante) do Grupo de Pesquisa José Maurício Pereira. E-mail: pereira@unicap.br
[3]Estudante do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Administração, Economia e Contabilidade do Centro de Ciências Sociais. E-mail: marciomiceli@hotmail.com.br

Resumo

A mesorregião do Agreste pernambucano localiza-se na faixa de transição entre o Litoral-Mata e o Sertão. Caracteriza-se pela diversidade de paisagens, abrangendo aspectos dos "brejos" úmidos de altitude a regiões semi-áridas. A pesquisa objetiva analisar a evolução das principais lavouras e os seus fatores determinantes, como também estudar as repercussões econômicas e sociais desses processos na população diretamente ligada à produção familiar. Identificar a forma como o pequeno produtor agrestino insere-se nos processos de modernização e globalização. As lavouras mais cultivadas são a de milho, a de feijão, a de mandioca e a de algodão. Esta representa uma importante fonte de renda monetária para os produtores. O trabalho foi iniciado com uma revisão bibliográfica dos clássicos ANDRADE (1998), MELO (1988) e BONANNO (2002). Foram visitados órgãos relacionados ao tema em estudo, o Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim. Na pesquisa, foram entrevistados pequenos produtores e líderes dos municípios de Bom Jardim e João Alfredo no Agreste setentrional de Pernambuco, selecionados devido aos custos de deslocamento. O início da década de 1980 ficou marcado na história como sendo o ano de profundas transformações nas relações econômicas, sociais, culturais e ambientais, fenômeno conhecido como globalização. A situação dos pequenos produtores vem piorando, cada vez mais, devido à falta de condições para adquirir sementes para plantar que antes eram disponibilizadas pelo governo, falta de recursos tecnológicos, entre outros fatores. A atividade agrícola tem evoluído lentamente ou praticamente não evoluiu nesses últimos anos.

Palavras-chave: agricultura familiar, globalização, economia regional.

Introdução

O Agreste pernambucano é definido, em termos geográficos, como uma região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão. A estação chuvosa apresenta uma duração de quatro a seis meses. A estação da seca traz, todavia, repercussões negativas à produção de lavouras e pastagens. No Agreste, as áreas elevadas denominadas brejos são encontradas em quase toda região, amenizando as temperaturas e constituindo microclimas favoráveis ao cultivo de hortaliças, flores e frutas, ao lado da pecuária de todos os portes. (ANDRADE, 1998)

Projeto: A Trajetória da Agricultura Familiar no Agreste de Pernambuco a partir de 1980 e suas Perspectivas. **Órgão financiador**: UNICAP.

A mesorregião em estudo é constituída das microrregiões: Alto Capibaribe, Brejo Pernambucano, Garanhuns, Médio Capibaribe, Vale do Ipanema e Vale do Ipojuca. (IBGE, 1998)

A produção familiar apresenta grande importância na composição econômica e social. Trata-se de uma região tradicionalmente ofertante de alimentos. As áreas cultivadas, em maior extensão, com lavouras, são referentes a feijão, milho e mandioca, pela ordem, perfazendo, no conjunto, em torno de 240.000 hectares. O algodão também se reveste de grande importância para a economia da região, apesar de ter perdido posição relativa na composição das atividades agrícolas devido à praga do "bicudo". (MELO, 1988)

A partir da última década de 1970, sob os auspícios do Estado, verificou-se um processo de modernização agropecuária, beneficiando regiões e atividades voltadas para exportação (PEREIRA, 1986). Tradicionalmente, o papel do Estado em relação à agricultura tem sido orientado para o fornecimento de infra-estrutura, à criação de facilidades de crédito capazes de atrair investimentos, a implantação de uma estrutura de pesquisa. A partir dos anos 1980, a tendência internacional de revisão do papel do Estado na economia tem forçado algumas mudanças nas formas de atuação da Estado em relação à agricultura.

Ao analisar os impactos da globalização ao pequeno agricultor familiar, verificou-se a dificuldade de se enquadrar às exigências impostas por essa nova ordem mundial (BONANNO, 2000). Esses pequenos produtores não disponibilizam de recursos suficientes para se modernizarem e poder competir com os grandes agricultores.

Das mesorregiões do Estado, o Agreste apresenta a mais baixa concentração em relação a posse e uso da terra, além de uma estrutura fundiária não muita concentrada na qual apresenta vantagens no que se refere ao melhor uso social da terra. Mas esta situação na ausência de produtividade leva à incapacidade dos produtores familiares de manterem suas propriedades, estimulando a concentração de terras, especialmente em favor da pecuária.

Atualmente, os pequenos produtores cultivam, em sua maioria, para subsistência as lavouras de milho, feijão, mandioca, macaxeira e com pouca freqüência tomate, pimentão, couve, coentro por causa do alto custo de manutenção dessas lavouras. No final dos anos 1990, houve uma diminuição na plantação dessas lavouras devido a não disponibilização das sementes, por parte do governo, aos produtores resultando em pouca produção, levando à diminuição da renda.

A pesquisa tem por objetivo analisar as repercussões da globalização e modernização na agricultura familiar, a partir dos anos de 1980 no Agreste. Pretende-se, durante os trabalhos, analisar a evolução da produção agrícola, as áreas cultivadas das principais lavouras e os elementos determinantes dessa evolução. Verifica-se que, a partir dos anos de 1980, houve uma redução nas áreas cultivadas e na produção de feijão, milho e mandioca no Agreste, sendo que o algodão herbáceo apresentou elevação significativa da produção, embora com redução da área colhida.

Metodologia

O primeiro procedimento adotado foi uma revisão bibliográfica dos clássicos ANDRADE (1998), MELO (1988) e BONANNO (2002) para melhor compreensão do objeto abordado. Foi desenvolvido com o objetivo de analisar a trajetória da agricultura familiar no Agreste de Pernambuco, após a globalização, e quais as transformações ocorridas após esse período e suas repercussões na agropecuária. Analisou-se, a partir dos anos de 1980, a evolução das culturas de milho, feijão, mandioca e algodão. O trabalho não apresentou dados do inhame, cultura importante no Agreste, por falta de informações.

Foram feitos levantamentos a partir de dados do IBGE referente à importância das lavouras e das atividades criatórias nos municípios do Agreste de Pernambuco. E, considerando os custos de deslocamentos, foram selecionados os municípios de Bom Jardim e João Alfredo no Agreste Setentrional para pesquisa de campo, tendo em vista também a importância da agricultura familiar

nas atividades agropecuárias desses municípios.

Em busca de enriquecer a pesquisa, foram visitados órgãos cuja atuação está relacionado ao tema do projeto, o Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM que forneceu o Plano de Desenvolvimento do Agreste, monografia sobre o Agreste de Pernambuco e os dados sobre a evolução da produção agrícola nos últimos anos, além do fornecimento das informações necessárias, no que se refere à caracterização da região. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE disponibilizou dados sobre a estrutura fundiária do Agreste de Pernambuco e do estado. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, falou-se com a presidente Margarida Ma. dos Santos que proporcionou um rico debate sobre a situação da região. O suplente do sindicato Pedro Costa das Mercês nos forneceu o dia-a-dia dos pequenos produtores. O artigo de BONANNO (2002) contribuiu para melhor compreensão das repercussões da globalização na agricultura dos países em desenvolvimento

O referencial teórico e os contatos feitos ofereceram importantes elementos tendo em vista a elaboração dos questionários, segundo os objetivos da pesquisa. A sua aplicação junto a sete agricultores familiares possibilitou uma análise sobre o objeto do estudo.

A pesquisa de campo proporcionou uma melhor percepção da realidade vivida pelos pequenos produtores familiares nesses últimos dez anos, após a globalização, bem como entrevistas junto a líderes sindicais. Como suporte na análise da pequena produção foram feitas visitas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim.

Resultados e discussão

A diversidade de paisagens e de atividades agropecuárias é a grande característica do Agreste e as culturas temporárias têm grande peso na economia da região. Entre elas a do feijão, a do milho, a da mandioca e a cultura do algodão herbáceo. Devido à grande seca nos anos de 1970 e 1980 e, com a expansão da pecuária em terras antes destinadas à produção de alimentos, fez com que as culturas temporárias se reduzissem, nesse período, a aproximadamente, 40%. Ao longo da pesquisa, foi constatada em relação à produção agrícola, comercialização e atuação governamental. (PEREIRA, 1984 -1986)

Nesses últimos anos, a situação dos pequenos produtores vem piorando, cada vez mais, devido à falta de condições de adquirir insumos que antes eram disponibilizados pelo governo e pela falta de recursos tecnológicos. Foi relatado nas entrevistas que a renda dos produtores vem diminuindo ao longo dos anos porque as condições de trabalho estão cada vez mais precárias. Constatou-se que grande parte dos produtores de alimentos básicos dispõe de terras para plantar com restrições em termos quantitativos e qualitativos.

Atualmente, o governo vem atuando nessa região sobretudo através de transferências tais como: o Bolsa Escola, o FUNRURAL aposentadorias e pensões, Salário Família e Vale Gás. Mas nem todos os entrevistados se beneficiam dessas transferências, e outros pegam financiamento nos bancos com taxas de juros menores que são oferecidas aos pequenos produtores como o programa do PRONAF. Verificou-se que o governo atua mais por meio de transferências do que em políticas agrícolas.

Os produtores de Bom Jardim não se organizam em Cooperativas ou Associações. Todos os entrevistados são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim e se beneficiam de ações por ele promovidas.

Por fim, os produtores quando perguntados não identificaram outros problemas ou soluções relativas a sua própria condição.

Conclusões

A globalização afeta, de formas diferentes, a agricultura dos países em desenvolvimento. Na maioria das áreas, os produtores familiares permanecem marginalizados do mercado e do acesso aos serviços de apoio, o que repercute na qualidade de seu produto.

Os resultados obtidos através de entrevistas e visitas a campo mostraram que a maioria dos pequenos produtores têm dificuldades de investir em inovações tecnológicas, por isso ficam limitados a produzirem apenas para subsistência. A burocratização na liberação dos financiamentos dificultam também o melhoramento da produção, o bom planejamento e execução das atividades agropecuárias. Estas quase sempre se caracterizam por um baixo nível tecnológico e pela falta de acompanhamento técnico, o que resulta numa menor competitividade por parte dos pequenos produtores. A falta de penetração mercadológica força os produtores a comercializar seus produtos em feiras locais a preços desfavoráveis para eles. Disso resulta uma renda familiar muito baixa.

Agradecimentos

A Deus por Ele ter me concedido a oportunidade;
à UNICAP pela bolsa concedida;
à Márcio Micelli, pela contribuição na elaboração desta pesquisa.

Referências

* ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6 ed. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 1998, p. 137-166.

* BONANNO, Alessandro. Lãs características y perspectivas furturas de la globalización: el caso del sector agro-alimentário. In: **Anais do VI congresso de ALASRU.** Porto Alegre, nov. 2002.

* Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE/FISEPE. **Base de dados do Estado** - Desempenho em 2000. Recife.

* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro, 1998.

* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa da Produção Agrícola Municipal de 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

* MELO, M. Lacerda de. **O Agreste**. In : SUDENE, Série Estudos Regionais, nº 4, 1988..

* PEREIRA, José Maurício. A modernização agropecuária e suas repercussões no Agreste Pernambucano. **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**. Recife, 11(2); 12(1): 207-218, jul.1984/jun.1986.

ARGUMENTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS EFEITOS DA AFASIA NA VIDA DO PORTADOR: NAS SUAS RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES[1]

Kalina de Kássia Silva Santana[1]; Maria de Fátima Vilar de Melo[2] .

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: kkss9@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Líder do Grupo de Pesquisa Ciências da Linguagem. E-mail: mfvmelo@uol.com.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar, através dos argumentos produzidos pelo portador de afasia, suas representações sobre os efeitos desse sintoma nas suas relações sociais e familiares, bem como as mudanças e dificuldades provocadas em sua vida, mais precisamente, sobre sua capacidade comunicativa. Para tal, contou-se com a participação de seis pessoas adultas, portadoras de afasia, oriundas da clínica de Fonoaudiologia da Universidade Católica de Pernambuco e do Centro de convivência, onde estão sendo efetuadas atividades com os afásicos pelos estudantes de Fonoaudiologia. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semidirigida com perguntas abertas que versaram sobre os fenômenos que estão envolvidos nos objetivos desta pesquisa. Os dados foram transcritos de acordo com o modelo desenvolvido pelo NURC. As análises dos dados foram inspiradas em autores ligados ao estudo da argumentação. Observamos que os efeitos da afasia na vida do portador são bastante devastadores, pois atingem diretamente seus processos comunicativos, isolando esse indivíduo do exercício das múltiplas relações no ambiente familiar, extrafamiliar e consigo mesmo.

Palavras-chave: representações sociais, argumentação, afasia.

Introdução

Este trabalho tem origem nos questionamentos elaborados sobre as representações de portadores de afasia acerca desse sintoma como também no modo que as representações interferem no tratamento. No campo das Ciências Biomédicas, a afasia é definida como uma perda ou redução da linguagem, ocasionada por uma lesão cerebral e que pode vir acompanhada por outras seqüelas, como por exemplo, problemas nos processos auditivos, visual ou sensório-motor. E segundo Murdoch (1997), essa entidade clínica é caracterizada por uma desordem multimodal (manifestada por dificuldades na expressão e compreensão da fala, da escrita e da leitura), e por conseguinte acarreta uma redução na capacidade de decodificar (interpretar) e codificar (formular) elementos lingüísticos com significados. Nesse sentido, a presente pesquisa trata do sujeito portador dessa alteração neurológica posto diante de um problema que não só diminui suas capacidades físicas, mas principalmente suas possibilidades comunicativas. Dessa maneira, isolando o indivíduo do exercício das múltiplas relações no ambiente familiar, extrafamiliar e consigo mesmo.

---

[1] **Projeto**: Argumentação e representações sociais sobre os efeitos da afasia na vida do portador: nas suas relações sociais e familiares. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica (PIBIC).

Para tanto, a teoria das representações sociais, fundada por Moscovici (1994), nos serviu de ferramenta teórica, posto que ela nos permite extrair o conhecimento elaborado nas trocas sociais do sujeito, e que, como consiste numa sorte de conhecimento prático, ele norteia atitudes e comportamentos dos portadores do sintoma. Essas representações vão, permitindo o sujeito a agir sobre o outro e sobre o mundo, conforme assinala Jodelet (1996). É digno de nota que essa teoria valoriza a atividade do sujeito na construção destas representações acerca da realidade. É nesse sentido que o individuo vai exercer um papel fundamental de agente na construção de seu conhecimento, no que diz respeito aos acontecimentos recorrentes de seu universo, tomados em toda sua amplitude, apropriando-se dos mesmos para que se estabeleça uma íntima relação entre ambos. As representações sociais estão na base da produção do discurso argumentativo.
A argumentação ocupa um lugar privilegiado para a observação dos objetivos da presente pesquisa.. Sendo uma atividade social discursiva cuja função primordial é a negociação de idéias, ela permite uma aproximação maior das idéias desenvolvidas pelos portadores de afasia. Conforme defendem Grize e colaboradores (1987), a argumentação implica certas operações lógicas discursivas que servem de base para a produção de raciocínios e de argumentos contextualizados. Assim, a argumentação visa intervir sobre a pessoa a qual ela é dirigida. Dito de outra forma, o sentido do discurso depende não apenas do locutor, mas, sobretudo, do contexto em que é construído. (GRIZE, 1996).
Enfim, essa pesquisa tem como *objetivo* investigar, através dos argumentos produzidos pelo portador de afasia, suas representações sobre os efeitos desse sintoma nas suas relações sociais e familiares, bem como as mudanças e dificuldades provocadas em sua vida, mais precisamente sobre sua capacidade comunicativa.

Metodologia

Participantes

Participaram desta pesquisa seis (6) pessoas adultas, portadoras de afasia, pacientes da Clínica de Fonoaudiologia e do Espaço de Convivência da UNICAP.

Instrumento

Foi utilizada uma entrevista semidirigida com perguntas abertas concernentes aos fenômenos que estão envolvidos nos objetivos da presente pesquisa.

Análise dos dados

A análise dos dados se inspira nas análises empregadas pelos autores ligados ao estudo da argumentação e lógica natural. Ela consistiu numa análise dos temas abordados nas entrevistas, o que nos permite extrair os argumentos presentes nesses temas e, em seguida, as representações dos entrevistados sobre o sintoma. Para tal, as noções *de objeto,* de *classe-objeto do discurso, e de esquematização,* definidas por Grize e seus colaboradores consistem em instrumentos importantes para realizar esta análise.
Ela foi efetuada em três etapas: a primeira etapa consistiu em separar os temas recorrentes nas entrevistas, a partir das noções supracitadas para a realização dos comentários. Em seguida, extraímos suas representações sobre os efeitos desse sintoma nas suas relações sociais e familiares e, finalmente, os agrupamos os argumentos em tópicos são eles: efeitos do sintoma na vida do

paciente, dificuldades na comunicação, relação com a família e relações sociais.

Resultados e Discussão

Na análise foi empreendida até o presente momento, agrupamos os argumentos desenvolvidos pelos portadores de afasia sobre os efeitos deste sintoma nas suas relações sociais e familiares, bem como as mudanças e dificuldades provocadas em sua vida, particularmente sobre sua capacidade comunicativa, foram agrupados nos seguintes tópicos:

Efeitos do sintoma na vida do paciente. Observamos que há uma frustração dos pacientes, pelo fato de os mesmos não conseguirem atribuir sentido ao seu estado; sua linguagem foi comprometida, bem como sua compreensão acerca dos fenômenos não se faz presente; sentem-se perdidos no tempo e no espaço tudo lhe é estranho, objetos, palavras, sentimentos enfim todo o seu contexto. Os mesmos relatam a dor de ver sua vida modificada a partir dos efeitos causados pela afasia. Essa reflexão nos remete às idéias expostas por Pontes (1987) no tocante aos efeitos da afasia que não se dá nos elementos vocais, mas nos elementos lingüísticos e no significado, acarretando dificuldades para lidar com símbolos, o que provoca alterações em todas as funções que envolvem o uso da linguagem.

Dificuldades na comunicação. Os pacientes relatam a extrema dificuldade nas trocas comunicativas, sendo esse o maior problema dos afásicos, pois não se fazem entender, bem como não conseguem compreender o que os outros comunicam. Isso se dá pelo fato de os mesmos apresentarem um comprometimento da linguagem, ocasionado pela redução na capacidade de decodificar (interpretar) e codificar (formular) elementos lingüísticos com significados, assim nos mostra Murdoch (1997).

Relação com a família. Segundo os pacientes a família é de extrema importância no tratamento, pois é ela que possibilita sua comunicação com os outros e lhe dão suporte para enfrentar suas dificuldades. Também foi assinalado que a ocorrência da afasia promoveu uma maior interação entre os membros da família em função do bem-estar dos pacientes, o que resulta numa nova configuração da dinâmica familiar. Nesse sentido, Jakubovicz e Cupello (1981) propõem que a família passa a ser o elo de ligação com o mundo, atribuindo sentido aos fenômenos do cotidiano, pois o afásico não consegue mais dizer o que pensa, ou não compreende mais o que os outros dizem.

Relações sociais. De acordo com os seus relatos, a sua relação com os outros é muito precária já que se sentem incomodados pelo fato de não conseguirem fazer-se entender pelas pessoas, passando a ficar recluso em casa, isolando-se do contato social. Mantendo em alguns casos relação com pessoas mais próximas que conheçam suas limitações. Um dos pacientes relatou temia por ser motivo de risos das pessoas por conta do seu modo de falar, que se apresenta bem comprometido. Outro fator que o deixa bastante temeroso é o fato de que sua compreensão acerca da fala do outro, por muitas vezes lhe ser incompreensível, causando incômodo e tristeza por não ter condições de se comunicar. Segundo Ponzio (1995), as manifestações afásicas vão além da "simples" perda ou alteração da fala, atinge diretamente o lugar social ocupado por esse sujeito, envolvendo, portanto, seus contextos familiar, afetivo, profissional, social e, finalmente, sua auto-imagem.

Conclusão

Os resultados encontrados apontam as dificuldades dos portadores de afasia nas trocas comunicativas, pois tal sintoma afeta o instrumento de comunicação imprescindível na vida do

sujeito: a linguagem. Incapacitando o portador de atribuir sentido às palavras, bem como a tudo em seu cotidiano, desde as coisas mais simples como nomear um objeto, até questões mais complexas. Dessa forma, ocupa o lugar de estrangeiro de sua própria língua, devido ao fato de não conseguir representar seu desejo na elaboração do discurso, uma vez que a interpretação deste não se faz presente pelo afásico nem mesmo por aqueles que estão interagindo com ele, causando um isolamento do mesmo, atingindo diretamente o lugar social ocupado por ele. Para tanto, a família é apontada como um fator importante no tratamento desses pacientes, pelo fato de ser ela que possibilita a comunicação do mesmo com o mundo.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica (PIBIC- UNICAP), pelo apoio financeiro, e aos pacientes portadores de afasia que participaram desta pesquisa.

Referências

GRIZE, J.B.(org) **De la logique à l'argumentation**. Genève/Paris, Droz, 1997.

GRIZE, J.B., VERGES, P. & SILEM, A. **Salariés face aux nouvelles technologies: vers une approche socio-logique des représentations sociales.** Paris, Editions du C.N.R.S, 1987.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (org). **Textos em Representações sociais**. Petrópolis, 1994.

MURDOCH, B. **Desenvolvimento da fala e distúrbios da linguagem**, Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

PONTES, M. S. C. B. **Alterações da linguagem e do comportamento**. Neurobiologia. Recife, v. 50, n. 3, p. 199-218, jul-set, 1987.PONZIO, Jacques. **O afásico: Convivendo com a lesão cerebral**. 1. ed. São Paulo: Maltese, 1995. 255 p

ARQUITETURA RESIDENCIAL VERTICALIZADA: EDIFÍCIO TORRE X EDIFÍCIO QUADRA

Márcio Barbosa Erlich[1]; Andréa Nascimento Dornelas Câmara[2]

1. Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, Departamento de Engenharia e Arquitetura, Curso de Arquitetura e Urbanismo. marcioerlich@hotmail.com
2. Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, Departamento de Engenharia e Arquitetura, Curso de Arquitetura e Urbanismo. andrea@unicap.br

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo verificar a existência de padrões tipológicos que possibilitem a caracterização e a compreensão da arquitetura residencial verticalizada produzida no Recife desde o início da verticalização urbana da cidade, ocorrida na década de 40, com notória acentuação nas décadas posteriores. O projeto de edifícios multifamiliares é tema de freqüentes discussões, representando uma grande parte da arquitetura produzida na atualidade. A elaboração de um banco de dados dos edifícios construídos entre os anos de 1948 e 2000 está sendo feita através da produção de fotografias e digitalização das plantas da edificação e mapas unibase pesquisados junto à Prefeitura da Cidade do Recife. A análise deste banco de dados resultará na definição de padrões tipológicos que serão usados para a classificação dos edifícios, possibilitando a identificação dos fatores que interferiram na sua evolução ao longo do tempo.

Palavras-chave: morfologia arquitetônica; tipologias arquitetônicas; habitação verticalizada.

Introdução

No Recife, é na década de 40 que se inicia o processo de verticalização urbana, com o surgimento dos primeiros “arranha-céus”.

Na origem desse processo de verticalização, estava a crescente escassez de terrenos vazios (sobretudo nos bairros centrais), a pressão do mercado imobiliário pelo máximo aproveitamento econômico dos terrenos disponíveis, a difusão de inovações tecnológicas, tais como o concreto armado e o próprio elevador, bem como um desejo coletivo de “modernização” da cidade.

Ao longo das décadas seguintes a multiplicação desses edifícios verticais, de uso comercial, habitacional ou misto, foi modificando profundamente a paisagem da cidade e o modo de vida de seus cidadãos.

Hoje, o edifício vertical de habitação multifamiliar – isto é, a torre de apartamentos – constitui elemento definidor da paisagem da cidade e é tema recorrente na prática profissional do arquiteto.

Para se entender sobre a tipologia dos edifícios, tema desta pesquisa, adotamos a definição de ‘tipo’ dada por Quatremère de Quincy: “A palavra ‘tipo’ não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto à idéia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo... O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir tal qual é; o tipo é, pelo contrário, um objeto segundo o qual qualquer pessoa pode conceber obras que se assemelharão em nada entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo”.[1]

---

[1] ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001

Projeto: Um Estudo Tipológico da Arquitetura Residencial Verticalizada Construída no Recife entre 1948 e 2000. **Órgão Financiador:** Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da UNICAP – PIBIC-UNICAP.

O tipo seria um esquema de “articulação espacial” que veio formando-se em relação a um conjunto de exigências práticas e ideológicas. A tipologia é definida pelo que há em comum entre os edifícios, estando exclusa a forma.

Os objetivos específicos dessa pesquisa são: definir padrões tipológicos; esclarecer a formação, consolidação e evolução desses padrões, verificar a existência de padrões tipológicos que possibilitem a caracterização e a compreensão da arquitetura residencial verticalizada produzida no Recife.

Metodologia

Os objetos de estudo da pesquisa são os edifícios verticais residenciais construídos na cidade do Recife entre 1948 e 2000. Eles foram inicialmente separados em dois grupos – os edifícios-quadra e os edifícios-torre – para um maior esclarecimento no futuro momento de classificação tipológica. A maior diferença entre eles está na locação da edificação no lote.

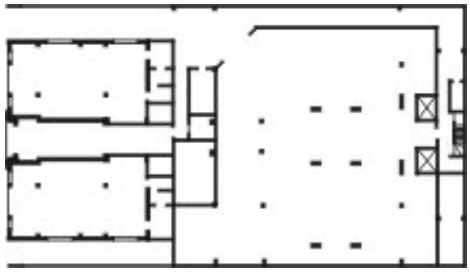
O edifício-quadra é construído ao longo da delimitação desse lote, ou seja, sem recuos em relação a ela. O edifício-quadra está relacionado à arquitetura tradicional da cidade e ao que se chama ‘rua corredor’.

Já nos edifícios-torre estão presentes os recuos, que são distâncias calculadas em função da altura da edificação. Agora, o lote está limitado por um muro, que o isola do exterior. Este edifício está relacionado à postura moderna, que segue os princípios definidos por Gropius, em 1930, que argumentava que, “quanto mais alta a edificação, maiores as distâncias para o limite do lote”. Gropius tinha a preocupação de alcançar o melhor aproveitamento do solo urbano, não limitando o seu estudo à altura do edifício, mas ao volume total da edificação, alcançando, assim, segundo ele, um ambiente construído de melhor qualidade.

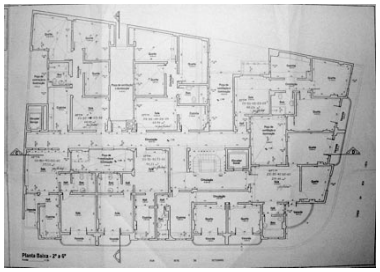
A metodologia aplicada para a seleção da amostra baseia-se na análise de fotografias, plantas da edificação e mapas unibase.

Resultados e Discussão

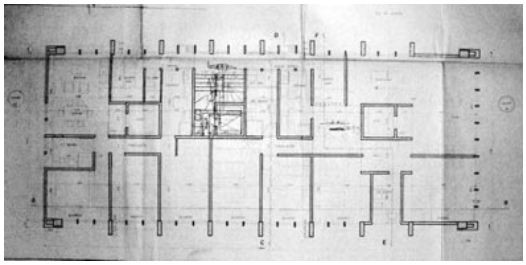
Abaixo seguem alguns dos exemplares estudados:

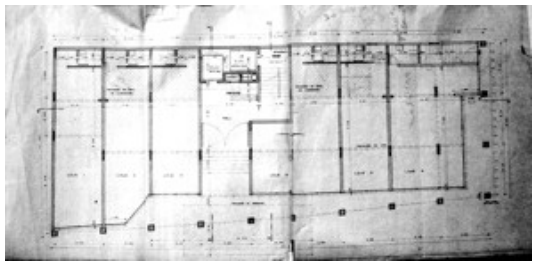
1. Edifício Rio Capibaribe, 1948. Rua da Aurora, 1035 – Boa Vista. Arquitetos: Figueira e Jucá.

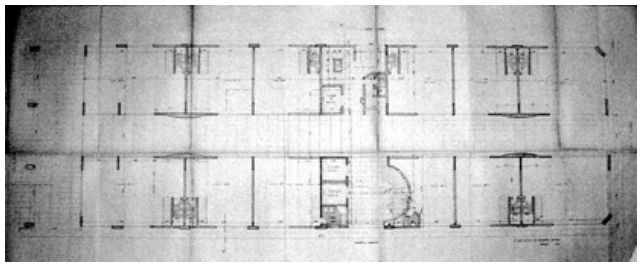
2. Edifício Ouro, 02/12/1950. Rua Sete de Setembro, 197 – Boa Vista.

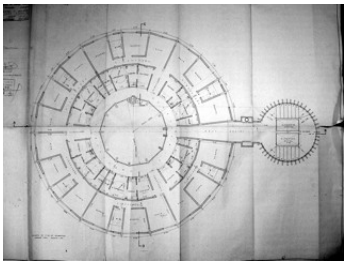
3. Edifício Iemanjá. Rua da Aurora, 1019 – Boa Vista. Arquitetos: Delfim Fernandes Amorim e Heitor Maia Neto.

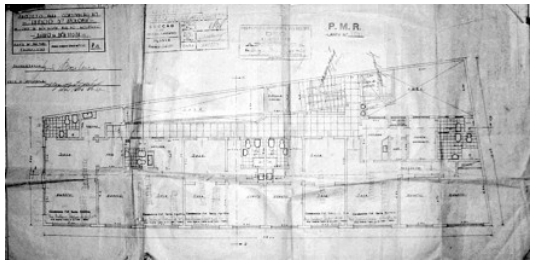
4. Edifício Rostand, 12/09/1962. Avenida Conde da Boa Vista, 569 – Boa Vista. Arquitetos: Glauco Campelo e Jorge Martins Júnior.

5. Edifício São Cristóvão, 05/01/1971. Rua da Aurora, 295 – Boa Vista. Arquiteto: Alex Lomachinsky.

6. Edifício Apollo XXI, Rua dos Palmares, 79 – Boa Vista.

7. Edifício Santa Apolônia, 1957. Av. Conde da Boa Vista, 311 – Boa Vista. Arquiteto: Waldecy F. Pinto

Conclusões

Os edifícios estudados foram inicialmente separados em dois grupos – os edifícios-quadra e os edifícios-torre. A maior diferença entre eles está na locação da edificação no lote, o que é observado no próprio local.

O edifício-quadra é construído ao longo da delimitação do lote, ou seja, sem recuos em relação a ela. Já o edifício-torre apresenta tais recuos, que são as distâncias calculadas em função da altura da edificação. Esse edifício se isola do exterior por estar limitado por um muro. De fato a diferença da articulação desses dois tipos de edifício com a cidade caracteriza a maior diferença entre eles. O edifício-quadra distingue-se por se aproximar da rua, fortalecendo uma integração entre outros edifícios e também alimentando uma relação comercial (os edifícios-quadra, em sua maioria, são de uso misto). Essa integração volumétrica cria uma unidade de edificações.

O edifício-torre encontra-se numa situação oposta (em sua totalidade, esses edifícios são de uso residencial). Ele está afastado da periferia do lote, onde surge um muro. Este novo elemento é delimitador do espaço público e privado, agora claramente definidos. Na maioria dos edifícios-torre, a portaria encontra-se à altura desse muro.

Agradecimentos

PIBIC
Prefeitura da Cidade do Recife
UNICAP
URB-Recife

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001.
CAMARA, Andréa. **A malha como geratriz**. Tese de mestrado, MDU-UFPE: 1998.
LAMAS, José. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbernkian, 2000.
MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada**. Barcelona: GG, 2001.
PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. **Edifícios de apartamentos**.Belo Horizonte: AP Cultural, 1998.
REIS FILHO, Nestor Gourlart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.
ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

"AVÓS" E "NETOS" DO RECASAMENTO: PERCEPÇÃO DO PAPEL

Juliana Monteiro Costa[1]; Cristina Maria de Souza Brito Dias[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia e Fonoaudiologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora Doutora do Departamento de Psicologia e Fonoaudiologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas e participante do Grupo de Pesquisa de Interação Social e Familiar;
e-mail: cristinabrito@argentina.com

Resumo

O objetivo geral deste trabalho consistiu em compreender como "avós" e "netos", que vivenciaram o recasamento da segunda geração, percebem e experimentam seus papéis. Participaram da pesquisa 10 "avós" com uma média de idade de 65,3 anos e 15 "netos", cuja média de idade foi de 20,5 anos. Eles foram entrevistados de forma individual e suas respostas foram categorizadas por temas afins. Em relação aos resultados, pode-se dizer, no que se refere aos "netos" que há uma variedade de reações e de sentimentos em relação aos avós, não havendo quase relacionamento entre os mesmos por conta de fatores como distância geográfica e psicológica, envolvimento em atividades diferentes e pouco conhecimento sobre eles. Quanto aos "avós", houve também uma diversidade de reações e pouco envolvimento com os netos adquiridos. Em síntese, tudo indica que, quando o "neto" é criança, o relacionamento com os "avós" tem mais condições de se desenvolver favoravelmente, com o decorrer do tempo.

Palavras-chave: famílias recasadas; avós adquiridos; netos adquiridos.

Introdução

Segundo Waldemar (1996), as estatísticas mostram que o divórcio nos países ocidentais atinge de 30 a 50% dos casais ao longo da vida. A maioria dos que se separam casa novamente, porque o ser humano tem uma necessidade básica de laços e conexões.

O reinvestimento que caracteriza a nova união conjugal e as relações familiares que derivam desta, aparece na denominação dos novos núcleos familiares a partir do recasamento. Wagner (2002), enfatiza que as diferentes nomenclaturas que têm tentado definir esses núcleos são usadas com o prefixo RE, oriundo do latim, sugerindo a idéia "de novo", de outra vez, de repetição; daí os termos refeitas, recasadas, reconstituídas, reorganizadas.

Segundo Visher e Visher (apud CARTER; MCGOLDRICK,1995), o alto índice recente de divórcios é um fenômeno complexo que deve ser examinado sob vários ângulos. Fatores individuais como a escolha neurótica do cônjuge e evoluções pessoais divergentes, que levam à incompatibilidade ao longo da vida sempre existiram. O que vem mudando é o fato de que as

Projeto: "Avós" e "Netos" do Recasamento: Percepção do Papel. **Órgão financiador**: Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC.

pressões culturais e religiosas já não têm o mesmo poder de condicionar as decisões subjetivas.

A constituição e a manutenção do casamento contemporâneo são muito influenciadas pelos valores do individualismo. Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal. Assim, o casal contemporâneo é confrontado, a todo tempo, por duas forças paradoxais: se, por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (COSTA; PENSO; FÉRES-CARNEIRO, 1992).

Apesar de hoje em dia a separação ser mais aceita, ela ainda traz fortes sentimentos de fracasso, frustração, raiva e desejo de vingança. Se, por um lado, a carga maior recai para a mulher, que fica com a principal responsabilidade dos filhos e com a maior perda financeira, por outro, o isolamento pode levar mais facilmente o homem à depressão, especialmente se o seu contato com os filhos é pequeno. Somente uma minoria dos pais aproveita a separação para aumentar a interação com os filhos. É comum que, para fugir da culpa e do isolamento, muitos se voltem para o excesso de trabalho ou atividades sociais. O divórcio sinaliza, sobretudo, uma mudança básica no desenvolvimento da identidade, assim como a descoberta do sexo. Principalmente, nos casamentos mais regressivos, a perda do cônjuge desperta grandes temores infantis de insegurança e desamparo (WALLERSTEIN; KELLY, 1996).

Nos momentos de crise, vivenciados pela família, os avós, em geral, são mobilizados para prestar ajuda aos filhos e aos netos. Assim, julgamos interessante conhecer como se estabelece o relacionamento entre os avós e os netos adquiridos nessa situação, os quais estão sendo aspeados por não serem biológicos.

Segundo Hetherington (apud DIAS; SILVA, 1999), por ocasião do recasamento, “os avós” prestam maior assistência, especialmente se os “netos” obtidos no recasamento são pequenos e os “avós” não possuem seus próprios netos. Pesquisas realizadas no exterior constatam o seguinte acerca dos avós e netos adquiridos: o contato entre eles continuou, mesmo após o crescimento dos netos e estes desejaram maior contato e consideravam o relacionamento importante (TRYGESTAD; SANDERS, 1989). Gladstone (1991), após realizar várias pesquisas com avós do recasamento, chegou às seguintes conclusões: quanto maior for a proximidade entre a primeira e segunda gerações, maior será o contato entre “avós” e “netos”e quanto melhor for a aceitação do recasamento, maior será o contato entre “avós” e “netos”.

O objetivo geral deste trabalho consistiu em compreender como avós e netos adquiridos, que vivenciaram o recasamento da segunda geração, percebem e experimentam seus papéis.

Metodologia

Participaram da pesquisa 15 “netos” (9 mulheres e 6 homens), cuja idade variou de 14 a 27 anos, com uma média de idade de 20,5 anos. Também foram entrevistados 10 “avós” (8 mulheres e 2 homens), numa faixa etária compreendida entre 52 e 75 anos, apresentando uma média de idade de 65,3 anos. Os sujeitos que participaram da pesquisa eram das mais variadas classes sociais, porém dois “avós” e um “neto” eram analfabetos.

Para a coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semidirigida contendo questões que respondem aos objetivos da pesquisa: como avós e netos se sentem nesses papéis; como foi a adaptação deles frente ao recasamento; que tipo de atividades realizam juntos; com que freqüência se vêem; que tipo de ajuda oferecem e como ela é recebida por eles; diferenças existentes no relacionamento com os outros netos e com os avós biológicos; quais os fatores que dificultam e

quais os que facilitam a relação entre avós e netos; avaliação sobre o relacionamento avós e netos bem como os dados sociodemográficos dos participantes.

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram entrevistados, na maioria das vezes, em suas próprias casas. As entrevistas foram realizadas individualmente, após a apresentação da pesquisadora e a explicação dos objetivos da pesquisa, sendo-lhes facultada a colaboração.

Resultados e Discussão

Neste item, serão apresentados os principais resultados obtidos a partir das entrevistas com os "netos" e os "avós".

Em relação aos netos: diante da *notícia do recasamento* por parte de um ou ambos os pais, quatro "netos" disseram que não lembram, pois eram muito novos; quatro aceitaram normalmente porque ainda eram crianças e quatro receberam a notícia com entusiasmo, pois queriam que o(a) genitor(a) casasse novamente; no que se refere ao *relacionamento com os avós biológicos* após o recasamento, cinco "netos" afirmaram que o relacionamento com os mesmos permaneceu da mesma maneira; quando indagados sobre o *recebimento da notícia sobre os "avós adquiridos"*, cinco "netos" disseram ter recebido bem a notícia; com relação ao *relacionamento existente com os "avós adquiridos"*, cinco "netos" falaram que o relacionamento entre eles é bom e outros cinco disseram que o relacionamento é mínimo ou, ainda, inexistente; quanto à *ajuda prestada aos "avós adquiridos"*, nove "netos" não prestam ajuda; quando interrogados sobre *o recebimento de conselhos e orientações* por parte dos "avós adquiridos", seis "netos" disseram não ter contato com eles; no tocante à *realização de atividades* com os "avós adquiridos", nove "netos" não realizam qualquer tipo de atividade; quando lhes foi perguntado sobre as *diferenças sentidas entre os avós biológicos e os "adquiridos"*, oito "netos" falaram que a ligação com os biológicos é maior, devido à intimidade, ao carinho e à participação na sua criação; no que se refere aos *fatores facilitadores da relação*, seis "netos" disseram não existir relacionamento entre eles e os "avós adquiridos"; quanto às *dificuldades encontradas* na relação com os "avós adquiridos", cinco "netos" afirmaram ser a distância psicológica (antipatia e a falta de intimidade); no que se refere *à mediação dos pais*, isto é, à forma como os pais reagem ao relacionamento estabelecido entre os "netos" e seus "avós", cinco "netos" disseram ter o incentivo dos pais ou do padrasto e outros cinco relataram que os pais não falam nada, isto é, não interferem na relação; e, finalmente, a *avaliação* que cinco "netos" fizeram acerca do relacionamento "avós" e "netos" ao longo do tempo foi boa, pois não há discussão entre eles.

Por parte dos "avós": quanto à reação à *notícia do recasamento do seu/ sua filho(a)*, três "avós" disseram ter aberto os seus olhos (porém sem forçar nada) e outros três falaram ter ficado contrariados; no que se refere ao *relacionamento com os netos biológicos*, após o recasamento de um(a) filho(a), sete "avós" relataram não ter havido alteração no relacionamento; quando indagados sobre o *recebimento da notícia* sobre os "netos adquiridos", quatro "avós" demonstraram ficar assustados/ surpresos e outros quatro falaram que receberam a notícia de maneira natural; com relação ao *relacionamento* com os "netos adquiridos", cinco "avós" relataram gostar muito dos seus "netos"; quanto à *ajuda prestada* aos "netos adquiridos", sete "avós" disseram não prestar qualquer tipo de ajuda; quando interrogados sobre o fato de *dar conselhos e orientações* para os "netos adquiridos", cinco "avós" falaram não dar conselhos; no tocante à *realização de atividades* com os "netos adquiridos", sete "avós" não realizam algum tipo de atividade; quando lhes foi perguntado sobre as *diferenças* sentidas entre os netos biológicos e os "adquiridos", quatro "avós" disseram gostar mais/ tratar melhor os seus netos biológicos; cinco "avós" disseram não existir *fatores facilitadores* na relação "avós" e "netos"; quanto às *dificuldades* encontradas na relação com os "netos adquiridos", cinco "avós" disseram ser a distância afetiva e outros cinco relataram não haver dificuldade; no que se refere à *mediação dos filhos*, isto é, à

forma como eles reagem ao relacionamento estabelecido entre os “avós” e seus “netos”, sete “avós” falaram ser bom, porque eles não interferem. Por fim, seis “avós” falaram que o relacionamento “avós“ e “netos”, ao longo do tempo, está cada vez melhor.

Conclusões

Os resultados obtidos indicam que o relacionamento, tanto por parte dos avós, quanto por parte dos netos, adquiridos através do recasamento da segunda geração, é superficial, ou mesmo, inexistente. Por outro lado, o relacionamento com os avós e os netos biológicos continua intenso e mais íntimo, devido a fatores como: convívio intenso que gera intimidade e preocupação mútuas, parecendo haver maior envolvimento com os avós do lado materno.

As reações, diante do recasamento e do relacionamento, por parte dos “avós” e “netos” adquiridos são variadas. Os fatores que dificultam tal relacionamento são: distância geográfica e afetiva, pouco conhecimento mútuo e ausência de laços biológicos entre eles. Por outro lado, os fatores que favorecem o relacionamento são: tolerância, amizade e simpatia.

Como em todo momento de crise vivenciado pela família, por ocasião do recasamento, parece haver reação de intolerância e de estranheza que, aos poucos, vai cedendo lugar à compreensão e harmonia entre os indivíduos envolvidos nesta situação.

Agradecimentos

Ao meu Deus, pois nada em minha vida seria possível sem Ele; aos meus pais pela oportunidade a mim concedida de estudar nesta universidade; e à UNICAP por propiciar a realização desta pesquisa.

Referências

CARTER,B.; MCGOLDRICK, M. Constituindo uma família recasada. Em B. Carter; M. McGoldrick (Org.). **As mudanças no ciclo de vida familiar.** Porto Alegre: ArtesMédicas, 1995, p. 344-369.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; FÉRES-CARNEIRO, T. Reorganizações familiares: as possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 1992, p. 495-503.

DIAS, C.M.S.B; SILVA, D.V. Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. In T. FERES-CARNEIRO (Org.). **Casal e família:** entre a tradição e a transformação. RJ: Nau, 1999, p. 118-149.

GLADSTONE, J. W. An analysis of changes in grandparent-grandchild visitaction following an adult child’s remarriage. **Canadian Journal of Aging,** 10(2), 113-126, 1991.

TRYGESTAD, D.; SANDERS, G. The significance of stepgrandparents. **International Journal of Aging and Human Development**, 29(2), 119-134,1989.

WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org.). **A família em cena, tramas, dramas e transformações**. Petrópoles: Vozes, 2002, p. 55-76.

WALDEMAR, J. O. Divórcios e recasamentos: enfrentando o desconhecido. Em L.C. Prado (Org.). **Famílias e terapeutas:** construindo caminhos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 173-188.

WALLERSTEIN, J.; KELLY, J. **Sobrevivendo à separação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 122-145.

AS CORRENTES DO PENSAMENTO CÍVICO CATÓLICO NOS ANOS 1937 – 1952

Rita de Cássia Ivo de Melo Machado[1]; Ferdinand Azevedo[2].

[1] Estudante do Curso de História do Departamento de História do Centro CTCH
[2] Professor do Departamento de História do Centro CTCH. E-mail; fazevedo@unicap.br

Resumo

Este relatório apresenta o cerne produzido até o presente momento acerca dos estudos e pesquisas da evolução do pensamento cívico católico nos anos 1937 – 1952. Procuramos analisar diferentes posicionamentos numa abordagem metodológica voltada ao enfoque do particular ao geral , considerando a diversidade de linhas de influência ocorridas no período. A nossa pesquisa contextualizará a evolução desses pensamentos em consonância com a política do período acima citado.

Palavras-chave: política; nordeste; religião.

Introdução

O presente projeto de pesquisa tem como proposta preencher uma lacuna dos registros históricos do Nordeste, que não só deixaram de contextualizar figuras expressivas da região, como reconhecer suas influências na condução do processo da história.

Para tal, vimos desde do início estudando, localizando e colhendo informações de livros, jornais, revistas e folhetos editados na época com referência aos pensamentos e posturas dos personagens citados em relatórios anteriores, a fim de paralelizar suas linhas convergentes e divergentes. Já foram citados: Manoel da Costa Lubambo, D. Miguel de Lima Valverde, Francisco Barreto Campello, Nilo Pereira, Antonio Vicente de Andrade Bezerra, Luiz Maria de Souza Delgado, Ruy de Ayres Belo e destacamos também Jacques Maritain, através de uma polêmica teológica (“sciencia media”), posição que teve como principal opositor o Pe. Antonio Ciríiaco Fernandes, apoiado por muitos católicos conservadores. Esse embate ficou conhecido como “A Questão Maritain no Recife”.

Reconhecemos a necessidade de analisar o discurso e comportamento, com o propósito de acompanhar sua evolução que aconteceu como forma de adequação das etapas políticas ocorridas no período.

Assim sendo, este projeto de pesquisa tem por objetivo realizar uma investigação que, além de identificar personagens, comportamentos e acontecimentos inclusos na história, vem reconhecer os graus de interferência e influência exercidos por esses elementos no processo histórico social, cultural e político.

Projeto: Procurando a sua identidade: A Difícil Trajetória da Vice-província Setentrional da Companhia de Jesus : 1937 – 1952. **Órgão financiador :** UNICAP/ PIBIC

Metodologia

Temos como proposta metodológica o aprofundamento da pesquisa nos campos histórico, político e cultural relacionado-os com o tema, no propósito de produzir a contextualização histórica. Procedemos a estudos através de informações colhidas em bibliografias livros didáticos e textos avulsos todos traduzindo uma leitura analítica e interpretativa da história. Ainda nos utilizamos das fontes primárias encontradas no Arquivo Público Estadual João Emerenciano (APEJE).

Resultados e Discussão

Como resultados referentes ao presente projeto de pesquisa reunimos um pequeno acervo do qual extraímos alguns para exposição:

> Infelizmente, esta fome de arquitetura religiosa – que tão bem se expressava no barroco dos jesuítas – onde o retorcido das volutas parece indicar qualquer coisa da contingência humana diante de Deus – limitou-se quase ao Brasil colonial. O Brasil colonial – na uniformidade de linhas de sua arquitetura, na cor da sua religião, no seu espírito ansioso de emancipação, no ritmo todo de sua vida – parece que possuía qualidades mais fortes de nação do que este Brasil de hoje. Não faço paradoxo. Independência política não dá feição a povo nenhum. (LUBAMBO, 1943, p.197).

No texto acima Manoel Lubambo, reconhecia como política de raízes nacionais, aquela que se mantivesse condicionada a tradição de Portugal e da Península Ibérica.

> Discutindo o problema da Graça e da liberdade no seu livro "Humanismo Integral", Maritain havia dito que, o homem, só por si, não pode senão o mal e o êrro (...I' homme ne peut pás se sauver, n'y se preparer tout seul.- et quiá lui seul il ne peut que le mal et l'erreur).
>
> Enquanto isso, no mesmo livro, referia-se o grande filósofo francês ao que chamava a "teologia humanista mitigada" e que era o molinismo. Logo acrescentava Maritain que sua intenção não era discutir o assunto sob o ponto de vista teológico, reavivando velhas controvérsias a respeito da famosa, querela "De Auxilis"; e sim situar a questão "au pont de vue de la philosophie de l' histoire et de la civilizacion".(PEREIRA, 1951, p. 1).

Essa citação revela o início de uma controvérsia mais abrangente que deixou de ser estritamente teológico e se tornou político social, viabilizando a identificação de correntes de pensamento.

> Não discutamos o erro que representa a abolição, graças ao modo como se processou a redempção dos infelizes sujeitos ao regime deshumano que os amesquinhava e nos diminuía.
>
> O regime degradante que nos habitava cavou um abysmo immenso no nosso sentido de cultura e de progresso e, contra o cancro em que se trasformara o captiveiro, todos os meios parecem lícitos e todas as medidas dignas e enmobrecedoras.
>
> Não procuremos, na luz da realidade, motivos para censurar o idealismo dos que construíram a belleza, ainda hoje viva, do 13 de Maio.
>
> Abençoemos o seu erro que nos dignificou e enalteceu.
>
> Lembrando a abolição, porém, não podemos esquecer que sua repetição continua, hoje, ainda necessária.
>
> Sob um regime de liberdade, vive, apesar de tudo, um povo escravo. Libertemo-lo. Mas, pelos meios violentos dos que vêem, na luta de classes, a evolução natural da sociedade, mas pela educação, pela da mentalidade, pela sua integração na vida nacional.

> Esta reforma só poderia ser efficiente pela ordem e pela disciplina. Ordenado e disciplinado, o povo poderá chegar à sua libertação que um problema atual, opportuno e imprescindível. (DELGADO,1937, p.3).

O texto identifica uma postura aberta às reformas políticos-sociais, apenas com restrições às responsabilidades de como são implantadas, o que nos remete a identificá-lo como conservador moderado.

> Seja qual for o julgamento que se possa fazer da mentalidade política de Getúlio Vargas e da maneira como, sob outros aspectos, governou ele o país, impossível seria negar-se ou obscurecer-se o aspecto social de seu governo. Aspecto social verdadeiramente revolucionário, pois trazia profundas mudanças para o mundo do trabalho no Brasil.(BELLO, 1982. p. 197).

Ruy Bello, ao analisar a força das medidas sociais de Getúlio, já previa sua inserção como marco nos registros da história.

Conclusão

O presente projeto, através de suas análises, resgata à luz da história figuras que não só foram destaques no processo histórico como ajudaram a conduzir esse processo. Além disso, proporciona não só a ampliação na formação científica e metodológica do pesquisador como produz novas fontes para futuras pesquisas.

Agradecimentos

Agradecimento a UNICAP, por financiar as bolsas do PIBIC. À Pof ª Dr ª Giselda Brito Silva.

Ao APEJE (Arquivo Público Estadual João Emerenciano) que,através dos seus funcionários e material, possibilitaram-me desenvolvimento desta pesquisa.

À Biblioteca da UNICAP.

Referências

BELLO, Ruy Ayres. **Memórias de um professor**. Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1982.

DELGADO, Luiz. NOTAS AVULSAS. **JORNAL DO COMÉRCIO**, Recife, p.3, 13 maio 1937.

LUBAMBO, Manoel . Caráter, **Tradição**, Recife, p. 103, 109, v.7, n. 36 e 37, out., 1943.

PEREIRA, Nilo. Questão Maritain no Recife. A Folha da Manhã**. Recife, p.1, 4 abr. 1951.**

ASPECTOS LEGAIS DA TERCEIRA IDADE: ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E PROTEÇÃO

Clarissa Matias Braz de Almeida[1] ; Antônio Natanael Martins Sarmento[2]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais; Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais E-mail: natmarj@hotlink.com.br

Resumo

A questão do desrespeito e violação dos direitos e garantias fundamentais do idoso avulta como um dos mais relevantes problemas enfrentados no país. Só recentemente o direito brasileiro incorporou-a, ganhando *status* constitucional a partir de 1988, seguida pelo advento da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, que passou a vigorar neste ano. O presente trabalho estuda a questão dos direitos e garantias fundamentais do idoso, especificamente no que tange às medidas de proteção, assistência social, previdência social e assistência judiciária. O objetivo desta pesquisa não se cinge a diagnosticar fatores que deram ensejo à violação de tais direitos, como, outrossim, determinar as causas de distanciamento entre a lei e a realidade da terceira idade, identificando, através do exame da legislação vigente, as lacunas e obscuridades que ocasionaram o não cumprimento desses direitos. Além da pesquisa bibliográfica, recorreu-se à pesquisa empírica, visitando abrigos e núcleos de atendimento, realizando as devidas vistorias e observando-se os padrões mínimos a serem seguidos pelas instituições de atendimento. Faz-se presente uma maior fiscalização destas por parte dos órgãos competentes, visto a dificuldade das mesmas em cumprir as normas estabelecidas. Constata-se, também, a alta incidência de abandono dos idosos e o descaso por parte dos familiares. É notória a relevância do Estatuto do Idoso como instrumento amplo de proteção, mas faz-se necessária uma maior divulgação perante a sociedade desses direitos, para que ela, conjuntamente com o Estado, tome atitudes concretas na efetivação, fiscalização e proteção aos direitos e garantias fundamentais do idoso.

Palavras-chave: política nacional; legislação; idoso.

Introdução

O crescente aumento da população idosa em todo o mundo tem colocado para a sociedade e órgãos governamentais o desafio de problemas sociais, econômicos, culturais e epidemiológicos próprios do envelhecimento populacional. Segundo projeção feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que o Brasil será, até 2025, a sexta nação com maior número de idosos, ou seja, terá aproximadamente 34 milhões de pessoas com 60 ou mais anos de idade.

A legislação brasileira vem acompanhando as transformações sociais e a crescente expansão demográfica da terceira idade, o que acarretou importantes movimentos reivindicatórios.

Projeto: Aspectos Legais da Terceira Idade: O Estatuto do Idoso e Outras Normas. **Órgão financiador**: PIBIC UNICAP.

A participação ativa de grande número desse contingente populacional trouxe inúmeros ganhos na elaboração da Carta Magna de 1988, que introduziu, em suas disposições, o conceito de seguridade social, fazendo com que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque estritamente assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de cidadania.

A partir daí, a legislação brasileira procurou adequar-se a tal orientação, embora ainda faltassem algumas medidas. Em 1989, o Ministério da Saúde estabeleceu, através da Portaria 810, os padrões mínimos a serem observados e seguidos pelas instituições de atendimento a idosos, com relação à estrutura física. A observação desses padrões, nos fez refletir se a realidade das instituições está correspondendo ou não ao exigido.

A política nacional do idoso, estabelecida em 1994 (Lei nº 8.842), criou normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Essa lei foi reivindicada pela sociedade, sendo resultado de inúmeras discussões e consultas ocorridas nos estados, nas quais participaram idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia, geriatria e várias entidades representativas desse segmento, que elaboraram um documento que se transformou no texto base de lei.

O Estatuto do Idoso, que começou a vigorar este ano, foi elaborado com o propósito de ser um instrumento amplo de proteção. No entanto, o desconhecimento desses direitos por parte da sociedade faz com que muitas injustiças sejam cometidas. As medidas de proteção instituídas pelo estatuto vieram assegurar a integridade dos mais velhos em situação de risco social como uma tentativa de coibir o freqüente abandono dos idosos em abrigos e hospitais.

Torna-se necessário instituir os recursos que possam garantir a proteção efetiva aos idosos, com a atuação valiosa do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Conselhos de Idosos na luta em defesa de seus direitos. As lacunas da lei merecem ser preenchidas para alcançar situações não previstas, proporcionando à terceira idade maior segurança e amparo àqueles em situação de risco, por ação ou omissão da família, sociedade ou do Estado.

Uma longa trajetória resta ainda a ser percorrida, para que haja um conhecimento da legislação existente e efetivação desses direitos. Há necessidade de maior socialização dessas informações junto aos idosos, bem como de maior conhecimento dos legisladores em Gerontologia Social, para que dispositivos legais venham ao encontro das necessidades desta categoria, que agora se afirma como um contingente significativo, merecedor de atenção especial.

A presente pesquisa pretendeu analisar a questão da Política Nacional do Idoso, tendo em vista a recente legislação específica em sua defesa (Lei nº 10.741/03), para serem aplicadas à diversidade de situações degradantes que ocorrem no dia-a-dia, bem como diagnosticar os fatores que dão ensejo ao desrespeito e violação dos direitos da terceira idade, além de identificar, através do exame minucioso da legislação vigente, as lacunas e obscuridades que ensejam o não cumprimento desses direitos no que concerne às áreas de assistência social, previdência social, assistência judiciária e proteção ao idoso.

Metodologia

O presente trabalho limitou-se ao âmbito da cidade do Recife, procedendo-se, para sua realização, à pesquisa de campo nas localidades previamente definidas bem como a pesquisas bibliográfica e legislativa. No que concerne à pesquisa empírica, foram realizadas visitas a abrigos e grupos de convivência, para que se pudesse verificar a evolução ou involução da situação de assistência aos idosos, utilizando-se, para isso, o método comparativo. Houve uma coleta de dados junto à Prefeitura da Cidade do Recife e sua Secretaria da Política de Assistência Social; e, ainda, procedeu-se a uma análise minuciosa da legislação vigente.

Resultados e Discussão

Registros da Coordenação de Saúde do Idoso da Secretaria Estadual de Saúde apontam que, em Pernambuco, existem 3.053 idosos albergados. Desses, 2.686 estão em abrigos filantrópicos ou mistos, o restante encontra-se em serviços particulares.

A problemática da internação de idosos em instituições assumiu novos feitios: continua um grande contingente de idosos que necessita de abrigos por questão de sobrevivência, mas há, também, os ricos, remediados ou pobres, que trazem as marcas de enfermidades crônico-degenerativas, cujo cuidado em casa se tornou impossível. Para agravar, a ausência de um programa de saúde acessível para a maioria da população idosa reflete-se nos novos pedidos de internação que batem às portas das instituições.

Mesmo com o advento do Estatuto do Idoso, que pune o abandono por parte dos familiares, podendo o agente ser apenado de 6(seis) meses a 3(três) meses de detenção e multa, a prática do abandono continua fazendo-se presente na realidade social. No Abrigo Lar de Jesus, situado no bairro da Torre, no Recife, constataram-se casos em que filhos deixavam suas mães, informando que eram ex-empregadas domésticas que trabalharam para seus familiares. É muito comum homens e mulheres passarem anos sem receber a visita de um parente. Muitos vão até o abrigo por conta própria, por não agüentar mais conviver com a humilhação e o desprezo. No abrigo Padre Venâncio, que funciona num prédio da Arquidiocese de Olinda e Recife, na Várzea, a direção da casa resolveu amenizar a ausência dos familiares com um programa que incentiva a visitação por pessoas da comunidade. Assim, cada uma das 77 idosas abrigadas tem um padrinho, que faz visitas freqüentes.

Segundo a Portaria 810/89, que estabelece os padrões mínimos a serem seguidos pelas instituições de atendimento a idosos, com relação à estrutura física, foram verificados o tipo de construção, acesso, portas e esquadrias, circulação interna, escadas e rampas, ambiente interno e áreas de lazer. As instituições apresentaram dificuldades em obedecer aos padrões dos quesitos mencionados, principalmente, no que diz respeito ao acesso, instalações sanitárias, largura das portas e corredores.

Apesar da crescente violação aos direitos e garantias fundamentais da terceira idade, no Estado de Pernambuco, os idosos contam com o Conselho Estadual do Direito do Idoso (Cedi), Secretaria da Política de Assistência Social, que engloba a antiga Coordenadoria do Idoso (CORI) e órgãos municipais semelhantes. Todos eles, de caráter deliberativo, têm como responsabilidade lutar pela garantia dos direitos dos mais velhos e fiscalizar as ações realizadas pelo Governo do Estado e das prefeituras em benefício do idoso.

Conclusão

O aumento da população de idosos e as instituições de longa permanência constituem-se relevantes opções de atendimento a esta faixa etária. Para tal é preciso que possuam aparatos infra-estruturais que correspondam convenientemente às necessidades desta categoria, que, em razão da idade, merece atenção especial.

As instituições pesquisadas apresentaram dificuldades em obedecer aos padrões de funcionamento estabelecidos pela Portaria 810/89, apresentando múltiplas deficiências. A ausência de recursos físicos minimamente adequados promove a diminuição da capacidade do idoso em manter sua autonomia e o autocuidado. Questiona-se, também, o incentivo governamental, tais como verbas e isenção de impostos.

É notória a relevância do Estatuto em vigor, mas a necessidade de uma maior divulgação desses direitos se faz necessária. Os próprios beneficiados desconhecem seus direitos e muitos dos que conhecem não têm coragem de denunciar os violadores dos preceitos contidos na norma vigente.

A garantia de proteção efetiva à terceira idade, com a atuação valiosa do Ministério Público, Defensoria Pública e Conselhos de Idosos, não é obrigação somente do Estado, mas de toda população que converge para a mesma situação dos idosos de agora.

Agradecimentos

Agradecimentos ao PIBIC/UNICAP, pela oportunidade concedida para realização da presente pesquisa. É a partir de estudos como este que brechas são abertas para a visualização e análise de certos problemas enfrentados pelo ordenamento jurídico vigente.

Referências

ARRUDA, André. **Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).** Rio de Janeiro: Editora Roma Victor, 2003. ed. 1.

CHAIMOWICZ, F. **Os Idosos Brasileiros no Século XXI:** Demografia, Saúde e Sociedade. Belo Horizonte: Postgraduate, 1998.

MARTINEZ, Wladimir Moraes. **Direito dos Idosos.** São Paulo: Editora LTr, 1997.

MORAGAS, Ricardo M. **Gerontologia Social:** Envelhecimento e Qualidade de Vida. Barcelona: Editorial Herder, 1991.

NETTO, Matheus Papaléo. **Gerontologia:** A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada. São Paulo: Editora Atheneu, 1996.

ASPECTOS LEGAIS DA TERCEIRA IDADE: SAÚDE, TRABALHO, HABITAÇÃO E CULTURA

Carolina Cavalcanti Gonçalves[1]; Antônio Natanael Martins Sarmento[2]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa: Direitos Fundamentais. E-mail: natmarj@hotlink.com.br

Resumo

O aumento da expectativa de vida em nosso país tornou necessária a criação de mecanismos legais capazes de proteger a parcela populacional envelhecida, elevando a velhice à categoria de direito personalíssimo, mostrando-se a necessidade de recursos para que se possa garantir a proteção efetiva aos idosos. Em um primeiro momento, a pesquisa foi focada no campo bibliográfico referente ao conhecimento especifico do assunto para que, posteriormente, pudesse ser formado um elo comparativo do teórico com a realidade prática. Na fase posterior, foram feitas pesquisas em lojas dos diversos setores, verificando a ausência dos idosos no mercado de trabalho, aumentando assim a camada passiva e, conseqüentemente o ônus para o Estado. No que se refere aos asilos, foram analisados o seu modo de funcionamento de acordo com que estabelece a portaria 810, além da própria situação do idoso que lá reside, encontrando este de forma desamparada, sem a real assistência da qual necessita. Na universidade Federal de Pernambuco, foi analisado o programa PROIDOSO, tendo como objetivo sensibilizar e capacitar recursos humanos além dos projetos desenvolvidos pela prefeitura na área de cultura e lazer.

Palavras-Chave: instrumentos legais; políticas públicas e idoso

Introdução

O envelhecimento populacional vem-se mostrando presente nas nações em desenvolvimento onde o número de gerontes é proporcionalmente maior do que nos países da Europa e nos Estados Unidos. Com efeito, projeções demográficas demonstram que, em nosso país, entre os anos de 1950 e 2025, a população total crescerá cinco vezes, enquanto a população com 60 anos e mais aumentará quinze vezes.

Tal crescimento deverá ser acompanhado de medidas capazes de enfrentar os desafios gerados pela terceira idade, dando-lhe uma adequada infra-estrutura, necessitando desta forma de políticas públicas de atenção aos idosos, devido ao aumento da expectativa de vida que implicou mudanças em diversas áreas. Segue-se a isso toda uma evolução legislativa, começando primeiramente pela Constituição Federal de 1988, que introduziu em suas disposições o conceito de seguridade social, fazendo com que a rede de proteção social alterasse seu enfoque estritamente assistencialista. A Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94) criou normas para os direitos sociais do idoso, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania.

Projeto: Aspectos Legais da Terceira Idade: O estatuto do Idoso e Outras Normas. **Órgão Financiador:** PIBIC UNICAP.

Um passo importante em nossa sociedade foi o recém-criado Estatuto do Idoso, reconhecendo nesta parcela da população a possibilidade de exercer atividades profissionais, respeitando suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, através de incentivos efetuados a empresas privadas como meio de inserção dessa classe marginalizada, além da regulamentação da admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, vedando, desta forma, a discriminação. Prevê ainda a reserva de cota mínima de 5% de seus empregos, oferecidas pelas pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos.

Constitucionalmente, a saúde encontra-se no rol dos direitos sociais. Atualmente, tal direito mostra-se carente de soluções reais, portanto é fundamental a criação de medidas alternativas com a intenção de verificar a aplicação da lei na realidade. No plano da saúde, o estatuto garante uma série de proteções no sentido de um melhor estilo de vida, incluindo, dentre as medidas obrigatórias dos órgãos repensáveis, o fornecimento de medicamentos, próteses, atendimento realizado por uma equipe de interprofissionais, orientando tanto o idoso como seus familiares, possibilitando-lhes deste modo um melhoramento da saúde em todos os seus aspectos.

Vê-se necessária uma melhor atuação da legislação vigente, como por exemplo, a portaria 810 que aprovou as normas padrões para o funcionamento de casa de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições, a Política Nacional do idoso com seus princípios básicos e a aplicabilidade do atual Estatuto do Idoso.

É de extrema importância que o envelhecimento como um fenômeno mundial e irreversível deve ser melhor compreendido, principalmente numa época em que o Brasil se depara com a mudança de seu perfil demográfico, verificando um crescente número da população idosa com uma sociedade bastante desconcientizada do que realmente se trata a velhice, pois a associação do termo velhice com doença e incapacidade é latente no nosso meio social, levando tal mistificação à colocação dessa parcela a margem.

O objetivo deste trabalho consistiu em examinar o tratamento dos idosos em instituições, asilos, abrigos, estabelecendo um elo comparativo com as legislações vigentes, além de sua presença no mercado de trabalho com pesquisas realizadas em diversos setores. Foram verificadas as lacunas e obscuridade que trazem os instrumentos legais que reconhecem vários direitos a essa parcela da população.

Metodologia

Foram feitos levantamentos bibliográficos detendo-se no assunto específico referente ao direito à saúde e, posteriormente, de uma forma mais ampla, ao próprio direito do idoso sob a égide de direito fundamental.

Concentrou-se também a pesquisa no campo doutrinário, ampliando, desta forma, o conhecimento do tema em estudo, utilizando-se de artigos publicados em revistas especializadas, jornais, periódicos e arquivo público. Utilizou-se também dos meios da informática através da Internet, coletando informações para a aplicação no referido trabalho.

O primeiro momento da pesquisa restringiu-se, de certa forma, a um melhor conhecimento teórico para uma posterior aplicação no campo prático.

Em uma segunda fase, foi analisada a presença do idoso no mercado de trabalho, o seu "status" perante a sociedade e o efeito econômico de sua posição sobre o Estado para a manutenção dessa massa da população passiva. Foi analisada toda uma mistificação do terno velhice devido a uma certa limitação imposta pelo meio social.

Observou-se, nos departamentos de recursos humanos de lojas pertencentes aos ramos alimentício e têxtil, a ausência da mão-de-obra de membros da terceira idade, encontrada de forma constante tal parcela no mercado informal.

Realizaram–se também visitas à Universidade Federal de Pernambuco, onde se verificou

o desenvolvimento do programa voltado à terceira idade (PROIDOSO); a ele vincula-se a Universidade aberta a terceira idade – UNATI e o Núcleo de atenção ao idoso – NAI, além de visitas a asilos de sistema misto e público, observando-se assim a aplicação da legislação vigente.

Resultado e Discussão

A associação do termo velhice a doença, incapacidade é ainda visto de forma latente na sociedade atual. Foram feitas pesquisas no município de Jaboatão dos Guararapes e no interior de Petrolina para a verificação do emprego da mão-de-obra idosa no setor privado, onde se restringiu a pesquisa no ramo têxtil, comércio alimentício, com a qual se verificou a super valorização do aspecto físico, pondo assim, em segundo plano, a experiência e as potencialidades oferecidas por essa parte da população.

A faixa etária das lojas pesquisadas, onde se exerce a prática da atividade comercial, é de 45 anos, trabalhando algumas pessoas com 50 anos nos departamentos internos não constando sua presença no setor de vendas. No interior de Petrolina, verificou-se que determinadas pequenas empresas no ramo do comércio não empregavam, de forma alguma, pessoas de terceira idade e os presentes eram estimulados a se aposentarem antecipadamente. No ramo alimentício, vê-se presente um pouco mais valorizado o emprego de pessoas na faixa etária mais envelhecida, onde algumas redes de supermercados as contratam como terceirizadas e suas funções são de atendimento ao consumidor em geral.

Um maior número de aposentados devido à mistificação da velhice, em nosso meio, faz com que aumente a população passiva e conseqüentemente acarreta um maior ônus para o país. Atualmente, verificam-se cerca de 54% do total das rendas dos homens da terceira idade, chefes de família, segundo dados da pesquisa de amostra de domicílios (PNAD), são formadas por aposentadoria. Indica a PNAD que 31.5% dos idosos trabalham . São 4,5 milhões de pessoas, sendo que 3 milhões são também aposentados e pensionistas, ou seja, buscam trabalho para melhorar a renda.

Foram feitas pesquisas em asilos mantidos pelo poder público e pelo sistema misto em relação ao recursos humanos das instituições asilares. Vê-se a ausência de enfermeiros e só a possibilidade de auxiliares com a média de três, mostra-se também a ausência de profissionais de fisioterapia, dentistas, psicólogos. A presença de médico é na média de um a dois, profissionais esses de fundamental importância para tratar da população idosa. É importante ressaltar que, no presente momento, só foram pesquisadas duas instituições, onde está também ausente o desenvolvimento de atividades recreativas, não estimulando as potencialidades dessa classe. Há escassez de recursos, pois vive uma delas de doações e das aposentadoria dos de lá presentes faz com que não obedeçam certos padrões fixados pela legislação presente (portaria 810), verificando assim um atendimento de modos não preconizados pelo presente estatuto.

Conclusões

É necessário que a sociedade considere e aceite o idoso como pessoa, porém sem desconhecer suas necessidades distintas, que devem ser atendidas. Pois o que se observa é a visão do idoso apenas como alguém improdutivo e doente a espera da morte.

Recomenda-se uma modificação do comportamento social, ou seja, uma nova concepção do que realmente é velhice, sendo esta um período inevitável da vida que traz consigo uma série de complexidades.

O fenômeno do envelhecimento é na realidade irreversível, devendo desta forma ser melhor compreendido principalmente na atualidade como aumento do índice de expectativa de vida e uma grande mudança no perfil demográfico.

O esclarecimento sobre a realidade do idoso torna-se essencial e cabe a nós o reconhecimento de seus direitos e sua aceitação como ser produtivo, permitindo assim sua inserção em todos os setores de nosso meio.

Agradecimentos

Agradecimentos a Universidade Católica de Pernambuco e ao PIBIC pela oportunidade oferecida para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Referências

BACELAR, Rute. **Envelhecimento e Produtividade(processos de subjetivação):** editora Fasa, 1999. ed. 01.

BEAVOIR, Simone. **A velhice**. Trad. De Maria Helena Franco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. ed.04.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2003. ed.13.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais:** Teoria Geral. São Paulo: editora Atlas, 2002. ed. 5.

MORAGAS, Ricardo Moragas. **Gerontologia Social:** envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: editora Paulinas, 1997

NETTO, Matheus Papaléo. **A Velhice e o envelhecimento em Visão globalizada**. São Paulo: editora Atheneu, 1996.

PIETRO, Nicolas. **Geriatria**. Porto Alegre: editora D.C. Luzato, 1986.

ASPECTOS SOCIOJURÍDICOS DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO[1].

Maria Augusta de Albuquerque Melo Diniz[2]; Valéria Maria Cavalcanti Lins[3]

2. Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais; Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: maugustadiniz@uol.com.br
3. Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais.
e-mail: inbonampartem@zipmail.com.br. Participante do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais.

Resumo

O presente estudo centra-se em uma análise relativa à despenalização do usuário de drogas e ao seu encaminhamento ao Centro de Justiça Terapêutica de Pernambuco, referenciando-se à atual tendência sociojurídica para a descarcerização e às diversas espécies normativas atinentes ao problema. Busca-se demonstrar a necessidade da íntima interligação das Ciências Médica e Jurídica na solução da mazela, porquanto um preciso diagnóstico da situação orgânica do consumidor de substâncias psicoativas, considerando-o como dependente físico, químico, usuário "experimentador", "habitual" ou "ocasional", poderá fornecer à autoridade jurisdicional a base para a aplicação da melhor solução, como, *verbi gratia*, a internação compulsória para desintoxicação, evitam-se soluções iníquas e ineficazes.
Os principais métodos empregados foram pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, além de constantes entrevistas aos pacientes e funcionários do Núcleo, permitindo-se a observação de que existe uma certa resistência, por alguns magistrados, em se encaminhar ao Núcleo de Justiça Terapêutica réus condenados por uso de entorpecentes.

Palavras-chave: usuário; drogas; dependência

Introdução

O Centro de Justiça Terapêutica de Pernambuco foi implantado pelo ato nº 544, em 25 de abril de 2001, pelo Desembargador Nildo Nery dos Santos, objetivando o tratamento e recuperação de réus denunciados pelo uso de entorpecentes. Nada obstante, a brilhante idéia movimenta não mais do que setenta processos, devido à resistência de magistrados filiados a doutrinas positivistas e legalistas, os quais acreditam que o cárcere seria a medida adequada à intimidação daquele que pretendesse violar a lei.
O ordenamento jurídico brasileiro, frente às fortes pressões da sociedade, tem sido constantemente modificado, buscando os legisladores medidas adequadas à repressão às drogas. Muitos pregam a *abolitio criminis* e a conseqüente liberação do consumo de drogas, como na Holanda, o que não se pode conceber, porquanto tal atitude acarretaria a majoração do "mercado consumidor", tornando mais atrativo o tráfico ilícito. Outros, a aplicação tão só da terapêutica, advogando pela não punição do dependente, suposta vítima de problemas socioeconômicos. Com a edição da Lei

[1] **Projeto:** Despenalização do Usuário de Drogas: Medida Eficaz ou Incentivadora do Consumo? **Órgão Financiador:** PIBIC.

10.409/02, não faltou quem lecionasse pela revogação da Lei 6.368/76 no que tange ao crime de uso de drogas, por ter sido o artigo que substituiria a disposição do crime em comento vetada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.
Entrementes, não se pode olvidar que o usuário iniciou o consumo espontânea e voluntariamente, concretizando os elementos descritos no tipo penal (artigo 16, Lei 6.368/76). Tendo capacidade de discernimento e autodeterminação, existiu o dolo e, conseqüentemente, o crime, devendo, pois, ser punido consoante sua conduta. Por tais razões, os tribunais entendem pela vigência do dispositivo 16 da antiga Lei de Entorpecentes.
Inaceitável impor-se cárcere a esses agentes, elevando-se a população penitenciária e gerando revolta e violência. A solução mais pertinente seria a imposição de prestação de serviços à comunidade, associada ao tratamento, não podendo este ser visto como pena, mas como medida cautelar. Para essa última posição, imprescindível prévio acompanhamento e parecer psiquiátrico para, posteriormente, encaminhar o paciente a hospital de desintoxicação (se presente a dependência química) ou ao Núcleo de Justiça Terapêutica (nas demais situações), o qual possui, através de terapias com o tratando e sua família, a reabilitação e sua reinserção na comunidade e no seio familiar.
Considerando-se que poucas drogas geram dependência orgânica, observa-se a posição do Centro de Justiça Terapêutica como forte aliado da Justiça, além de não exigir maiores gastos públicos com a sua manutenção.
Todavia, como acima exposto, nota-se desinteresse das autoridades políticas e jurídicas na ampliação e desenvolvimento do Núcleo, o qual é integrado por psicólogos e assistentes sociais voluntários, motivo da alta rotatividade, além de não possuir estrutura e instalações apropriadas, embora se localize no faraônico Fórum Joana Bezerra, em Recife-PE. Acrescente-se que alguns juízes insistem em penalizar com a perda da liberdade esses condenados, enviando-os às penitenciárias pernambucanas, superlotadas, onde eles aprendem práticas criminosas, não resolvendo o vício.
Por fim, registre-se que a problemática das drogas é mundial e vem tomando proporções assustadoras na Região metropolitana do Grande Recife, atingindo não só adultos, mas, principalmente crianças e jovens. A dependência é uma das principais causas da criminalidade e os comuns motivos para o uso são: relações familiares desestruturadas devido ao desenvolvimento tecnológico (como internet) e à atual necessidade de todos os membros trabalharem; problemas financeiros; evasão devido a perdas de entes queridos; curiosidade e influência de amigos. A questão é, pois, não só jurídica, mas também de política e de saúde públicas, verificando-se a gritante necessidade de prevenção e orientação populacional. Evoluindo-se nessa questão, progride-se, consideravelmente, na diminuição da marginalidade e criminalidade. Só a partir daí, poder-se-á cogitar de qualquer raciocínio em torno da descriminalização do uso de drogas.

Metodologia

Para a viabilidade da pesquisa, foram utilizadas fontes bibliográficas de autores memoráveis, para a compreensão e delimitação jurídica do tema, além da colheita de conceitos.
A matéria em comento, face à sua complexidade e riqueza de posições divergentes foi colocada em discussão com variados órgãos, tais quais membros do Ministério Público e magistrados, para que houvesse coleta de opiniões daqueles que fiscalizam o cumprimento da lei e, sobretudo, dos que a aplicam.
Indispensáveis as visitas realizadas ao Núcleo de Justiça Terapêutica e as entrevistas periódicas ao seu coordenador, psicólogos, assistentes sociais e pacientes em tratamento. Percorreu-se, também, o Presídio Professor Aníbal Bruno com o fito de investigar a existência (e o número) de réus condenados por uso de drogas, e em havendo, se há tratamento adequado.

Por fim, em face à extrema vinculação, nessa matéria, entre as Ciências Médica e Jurídica, procurou-se o auxílio de médico-psiquiatra para uma melhor compreensão do modo de atuação das substâncias entorpecentes e os possíveis e recomendados tratamentos.

Resultados e Discussão

O atual objeto de estudo requer tempo para que haja qualquer conclusão satisfatória. O tempo da pesquisa é bastante exíguo para inferir-se sobre a eficácia ou ineficácia do tratamento oferecido pelo Núcleo de Justiça Terapêutica. Entrementes, inegável é a total desunião prática entre a Medicina e o Direito. O Tribunal de Justiça não conta com número suficiente de médicos peritos e não se tem um prévio diagnóstico sobre a real situação do paciente.

Acrescente-se que o Presídio Professor Aníbal Bruno mantém e ainda recebe presos condenados pelo uso de drogas ilícitas, demonstrando-se, destarte, o descrédito de muitos juízes em relação ao Centro de Justiça Terapêutica.

Não se olvide a estridente falta de planos governamentais no que tange à prevenção das drogas, sobretudo com orientação da população. Além disso, não se investe na construção de hospitais equipados com instrumentos de desintoxicação e tratamento do dependente químico.

Não há a criação de cargos públicos para investir psicólogos e assistentes sociais no Núcleo, contentando-se o Tribunal com a voluntariedade. O Centro é localizado em área distante no quinto andar do Fórum Joana Bezerra, tornando-se invisível, imperceptível. Mesmo frente a esses obstáculos, vem desempenhando atividade digna de aplausos, no que toca à recuperação e reabilitação de viciados (*rectius:* dependentes psicológicos) e não viciados ("experimentadores" e "usuários ocasionais"), propiciando a reintegração familiar.

Ex positis, verifica-se a provisória satisfatoriedade dos resultados até agora obtidos, não só com a terapêutica, assim como na redução dos gastos pelo poder público para a manutenção do Centro.

Conclusões

O Centro de Justiça Terapêutico pernambucano enfrenta problemas não só em relação a orçamentos, bem assim com a falta de funcionários estáveis e remunerados, além de enfrentar descrédito por parte de magistrados e de parte da população que enfrenta com forte preconceito os viciados em tóxicos.

Todavia, considerando-se essas dificuldades e embora, neste momento, não se possa traçar destinos decisivos aos tratandos do Núcleo, caminha-se no sentido de resultados plenamente satisfatórios em relação ao controle do vício, reintegração social e familiar, diminuição da criminalidade, entre outros.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP pela oportunidade concedida e ao Dr. José Marques Costa Filho, coordenador do Núcleo de Justiça Terapêutica no Estado de Pernambuco, pela atenção e informações prestadas.

Referências

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva,1999.

CERVINI, Raul. **Os Processos de Descriminalização.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

CRUZ, Marcelo Santos; FERREIRA, Salette Maria Barros. **Álcool e Drogas:** usos, dependência e tratamentos. Rio de Janeiro: IPUB-CUCA, 2001.

JESUS, Damásio E. **Lei Antitóxicos Anotada**. São Paulo: Saraiva, 1997.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J.; GREBB, Jack A. **Compêndio de Psiquiatria –** Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 7. ed.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal.** v. 1. São Paulo: Saraiva, 1991.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos do Direito Penal.** 2ed**.** São Paulo: Saraiva, 1986.

AS PESSOAS "MADURAS" DA COMUNIDADE LAURA GONDIM, EM APIPUCOS, E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LAZER.

Mayra Silva Wanderley[1]; Ana Lucia Hazin Alencar[2]

[1] Estudante do Curso de Bacharelado em Turismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Comunicação Social;
[2]Professora do Departamento de Sociologia do Centro de Comunicação Social; Participante do Grupo: Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Social Comunitário. E-mail: alhazin@uol.com.br

Resumo

A finalidade deste estudo foi identificar as representações sociais do lazer das pessoas "maduras" de uma comunidade de baixa renda em Apipucos, no Recife. A coleta de dados foi realizada através da realização de entrevistas semi-estruturadas. Os textos produzidos foram analisados, fazendo-se recurso à técnica da análise de conteúdo. Para os entrevistados, lazer é diversão, entretenimento, sobretudo fora de casa. Poderia ser mais praticado se não fossem as limitações impostas por fatores como a violência e a escassez de recursos.

Palavras-chave: entrevistas; análise de conteúdo; faixa etária; renda; violência.

Introdução

Para Dumazedier (1960/1999, p.91;92), o termo lazer tem o significado de "conteúdo do tempo orientado para a pessoa como fim último. Esse tempo é outorgado ao individuo pela sociedade quando este desempenhou, segundo as normas sociais do momento, suas obrigações profissionais, familiares, socioespirituais e sociopolíticas".

O lazer é uma atividade que geralmente está associada ao tempo disponível (tempo após as realizações das obrigações); as pessoas que buscam essa atividade procuram nela ações e satisfações que não estão presentes no seu dia-a-dia. Vários são os fatores que influenciam na maneira e na freqüência com que as pessoas praticam o lazer, estando muitos deles relacionados à condição financeira, ao tempo, e à distância existente entre suas residências e os equipamentos de lazer.

Percebe-se, portanto, que o acesso ao lazer para todos pode partir de um desenvolvimento econômico que caminhe paralelamente aos desenvolvimentos social e humano, pois "o lazer é fundado em necessidades reais, desejos, buscas e diversificados modos de construção de vida" (BURGUS; PINTO, 2002, p.24).

Por outro lado, o sonho de que, na terceira idade, as pessoas fiquem mais disponíveis para o lazer, por não terem mais horários e nem obrigações, é modificado quando os empecilhos aparecem. O próprio valor da aposentadoria é inferior ao salário recebido quando as pessoas se encontravam "na ativa", diminuindo seu poder aquisitivo e o respectivo padrão de vida, desestimulando a busca pelo lazer.

Esse contexto ajuda a entender o motivo que nos levou a estudar este momento do ciclo da vida das pessoas e suas representações sociais do lazer. O ambiente escolhido para o estudo foi a

Projeto: Ciclo de Vida e Representações Sociais do Lazer dos Moradores da Comunidade Laura Gondim em Apipucos. **Órgão Financiador:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UNICAP.

comunidade Laura Gondim, situada no bairro de Apipucos, no Recife. A escolha por esta localidade não foi por acaso, pois ela apresenta uma potencialidade tanto para o lazer quanto para o desenvolvimento do turismo. Apipucos, cujo nome original era Apé-Puc, é um bairro rico em história e cultura e que retrata bem as diferenças sociais presentes na modernidade com a presença da invasão Laura Gondim/ Caetés frente a frente aos mais abastados do Loteamento Othon Bezerra de Mello. Entre esses dois estilos de vida, encontramos o açude, que ora divide fisicamente os habitantes do lugar, ora os une, devido a problemas comuns presentes no ambiente (Cf. VERAS, 1996).

É importante esclarecer que o significado do conceito de representação social está relacionado à maneira como uma pessoa (ou um grupo determinado) se vê em relação ao mundo externo, e como ele vê esse próprio mundo. As representações sociais são formadas pelo acúmulo das experiências adquiridas na vida, pelo saber, pelo sentimento e pelas ações das pessoas nelas contidas. Dessa maneira, percebe-se que, para compreender a representação social de alguém ou de algum grupo se faz necessário conhecer um pouco da vida dessas pessoas, seus limites e suas possibilidades diante da atividade em estudo.

É importante observar que o lazer é uma das atividades primordiais do ser humano e possibilita ou não uma melhor interação entre as pessoas de um determinado lugar, dependendo da forma como ele é apresentado e praticado por todos. Não se pode banalizar o lazer, transformando-o em apenas mais um produto de consumo e um indicador de pertencimento a determinada classe social. Todos, inclusive os idosos e as pessoas de baixa renda, devem ter direito a um lazer de boa qualidade, que permita não só o descanso e o divertimento, mas também os desenvolvimentos social e intelectual das pessoas que o praticam. Para isso, faz-se necessária uma redução nas diferenças sociais existentes, provocada por preconceitos e, pela má distribuição de renda, e a criação de mais equipamentos de lazer públicos e privados voltados para a população adulta, também de baixa renda, próximos às suas comunidades e que ofereçam segurança.

A pesquisa realizada teve por finalidade verificar, através de análise de conteúdo, as representações sociais do lazer das pessoas “maduras” da comunidade Laura Gondim, e se tais representações estão relacionadas à classe social e ao ciclo de vida da maturidade. Para isso, foi fundamental conhecer suas principais práticas de lazer e estabelecer uma relação entre as representações sociais do lazer e sua prática.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo foi a qualitativa, que, segundo Bauer (2002), é a que lida com as interpretações das realidades sociais. Para viabilizá-lo, foi preparado um roteiro de perguntas que serviu como orientação para as entrevistas e, em seguida, aplicado um pré-teste com o intuito de verificar a adequação das perguntas aos entrevistados.

Após sua aplicação e análise, foram feitas mais dez entrevistas com moradores da comunidade, previamente selecionados, segundo critérios pré-estabelecidos. Todas as entrevistas foram gravadas com prévia autorização dos entrevistado e, posteriormente, transcritas.

De posse dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo dos textos obtidos, pois, segundo Oliveira (2003), a abordagem de análise de conteúdo tem por finalidade, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem. Dessa maneira, foram criadas categorias que permitiram conhecer as representações sociais do lazer das pessoas “maduras” da comunidade em estudo.

Resultados e Discussão

Para as pessoas “maduras” da comunidade Laura Gondim, em Apipucos, lazer é

entretenimento, descanso e/ou diversão, principalmente fora de casa, sendo os destinos mais citados: praias, cinemas, clubes e parques. É importante ressaltar que o lazer na residência foi citado apenas por duas pessoas que associaram sua prática à leitura ou a brincar com os netos.

Também, para elas, lazer bom era o de antigamente, pois, naquela época, não havia as obrigações decorrentes do casamento, filhos, trabalho, etc. Nesse caso, o lazer bom parece estar ligado à juventude. No passado, para a maioria, também o lazer era melhor porque havia menos violência, mais segurança. Marcellino (1996) também se refere à violência como inibidora da prática e da qualidade do lazer.

Segundo o mesmo autor (*ibid.*), o lazer na sociedade de consumo está intimamente associado à dependência daquilo que o mercado é capaz de criar para as pessoas, uma vez que o lazer também se tornou uma mercadoria.

De acordo com as falas dos entrevistados, para que o lazer aconteça, é preciso ter dinheiro e este é escasso, não sendo suficiente para suprir as necessidades básicas da família. Dessa forma, a prática do lazer é afetada, uma vez que envolve gastos com o deslocamento para os espaços que proporcionam diversão, entretenimento, lazer.

Lazer significa, finalmente, uma vida menos estressante e mais saudável, que eles não têm, mas esperam ter um dia, se a violência diminuir e a situação melhorar.

Conclusões

Para as pessoas “maduras” da comunidade Laura Gondim, em Apipucos, lazer é entretenimento, descanso e/ou diversão, principalmente fora de casa, como ir à praia, ao cinema e a parques. A atividade a que mais se referem é a caminhada, pois, além de descansar e descontrair, ajuda a amenizar ou evitar problemas de saúde.

A falta de dinheiro, de equipamentos de lazer na comunidade e a violência impedem, no entanto que o lazer ocupe um espaço maior em suas vidas.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UNICAP, que possibilitou a realização desta pesquisa; à líder comunitária Sra. Luila, que facilitou a aproximação com os moradores da comunidade Laura Godim; e aos moradores entrevistados da comunidade, pois sem eles não poderia haver resultados.

Referências

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. 516p. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi.

BURGOS, Miria Suzana; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães (Orgs.). Lazer e estilo de vida. **Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. 177p.**

DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1960/1999 – (Debates: 164).**

OLIVEIRA, Eliana de, *et al.* **Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação**. Disponível em: www.pucsp.br/pos/ped/rsee/ac2003.pdf. Acesso em: abr., 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho.**Estudos do lazer***:* uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996, 100p., (Coleção educação física e esportes).

VERAS, Lúcia M.de S.C. **De APÉ-PUC a APIPUCOS:** numa encruzilhada a construção de um lugar urbano. Recife: Bagaço, 1999.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DEFENSORES PÚBLICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ACERCA DA LIBERDADE ASSISTIDA

Valderez de Andrade Barroca[1]; Raimundo Marcone de Andrade Proto[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
E-mail: Valderez.barroca@bol.com.br
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar.
E-mail: marconeproto@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa pretende investigar as Representações Sociais de Defensores Públicos, no Estado de Pernambuco, acerca da Liberdade Assistida, medida socioeducativa aplicável a adolescentes em conflito com a lei, proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 118 e 119. A teoria das Representações Sociais, elaborada por Serge Moscovic, constitui a base teórica da investigação. Ela consiste de um conhecimento compartilhado, criado e difundido no senso comum, que tem a função de explicar realidades novas e estranhas, transformando-as em situações familiares. Para atingir o objetivo da pesquisa, foi elaborada uma entrevista semi-estrutura, da que foi aplicada a 10 (dez) defensores públicos, através de gravação em áudio-cassete, em seguida transcritas e digitadas para análise. A análise dos dados foi feita pela abordagem qualitativa, utilizando-se do método da análise de conteúdo, que possibilitou a construção de categorias menores agrupadas e discutidas no sentido do objetivo da pesquisa. Observaram-se conflitos representacionais importantes acerca de todas as categorias detectadas em função dos objetivos da pesquisa, a saber: adolescência, violência juvenil, família, comunidade, medidas socioeducativas o que permitiu destacar representações da Liberdade Assistida, conflituando-se entre um nível de idealização, o texto da lei, e um nível de ineficácia, referente a sua prática e sua aplicabilidade deficientes, deixando aparecer um representação negativa, apenas convenientemente positivada.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; adolescentes infratores; inserção social

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) , Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, propõe a proteção integral à criança e ao adolescente e tem como fundamento a concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos frente à família, à sociedade e ao estado; contrapõe-se à idéia de que a criança e o adolescente sejam simples objetos de atenção do mundo do adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes de sua condição peculiar de sujeitos em processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o ECA fundamenta-se na proteção integral e universal à criança e ao adolescente, apresentando, mais do que uma lei, um projeto de sociedade que considera prioridade a atenção integral à criança e ao adolescente.

Projeto: As Representações Sociais de Operadores da Lei, no Estado de Pernambuco, acerca da Liberdade Assistida. **Órgão financiador**: PIBIC – UNICAP

O ECA propõe, em seu Capítulo IV do Art. 112, medidas socioeducativas para o adolescente, entre 12 e 18 anos, que comete ato infracional, ou seja, entra em conflito com a lei; essas medidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente e levam-se em conta, para suas aplicações, "a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração" (ECA, Art. 112 § 1º), considerando-se, pois, suas necessidades pedagógicas e por isso podem variar da Advertência até a Privação de Liberdade, através de internação em estabelecimento educacional especial.

Dentre essas medidas socioeducativas, há a Liberdade Assistida, proposta em seu artigo 118, que consiste em uma medida de restrição de direitos, mas que possibilita ao adolescente permanecer em liberdade, no convívio familiar e comunitário, acompanhado por um Orientador, designado pela autoridade judiciária competente, que tem por função: "I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação, inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II – supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV – apresentar relatório do caso" (ECA, Art. 119).

Em pesquisa realizada no Estado de São Paulo, Luci Pietrocolla, Jacqueline Sinhoretto e Rosa Castro revelam que a Liberdade Assistida tem sido a medida socioeducativa mais aplicada naquele Estado (PIETROCOLLA, SINHORETTO E CASTRO, 2000 p. 41), constatação que pode ser verificada em outros Estados brasileiros. Segundo Paulo Porto é " a mais inteligente e eficaz medida prevista no Estatuto " (PORTO, 1999 p. 250).

Observam-se, no entanto, controvérsias em relação à aplicabilidade da Liberdade Assistida; são freqüentes as referências negativas nos meios de comunicação brasileiros e em alguns setores que operam o direito que põem em dúvida sua eficácia; essas controvésias não deixam de reverberar na sociedade civil, que passa a considerar a Liberdade Assistida como uma medida que favorece o comportamento infrator entre os adolescentes.

Nesse sentido, estudos sobre as Representações Sociais acerca da Liberdade Assistida podem oferecer subsídios para se compreenderem os abismos que se constroem entre a letra da lei, sua ética e sua aplicabilidade e recepção no meio a que se destina, a saber, a sociedade como um todo.

A Teoria das Representações Sociais foi criada por Serge Moscovici, psicossociólogo francês, que, em 1961, estudando as repercussões da psicanálise, na sociedade francesa, divulgou-a pela primeira vez em seu livro A Psicanálise, sua imagem e seu público, traduzido no Brasil com o título A Representação Social da Psicanálise (MOSCOVICI, 1978)

Para Moscovici, "As representações sociais constituem-se em uma forma de conhecimento individual que só ocorre na interação com "o outro", no mesmo momento em que esta interação se dá... dizem respeito ao universo de opiniões construídas, reelaboradas e redimensionadas pelos indivíduos, em relação a um determinado objeto social, de acordo com a história de vida de cada um", MOSCOVICI (1978, p. 65).

Denise Jodelet, pontuando o lugar das representações sociais, chama a atenção para a existência de uma passagem de patamares entre o mesmo e o outro, com gradações de alteridade, podendo chegar ao estado de diferença quando se dá a ruptura entre as entidades; explicita então a construção desses diversos "outros" desde o "próximo", alteridade de dentro, até aquele que desejamos afastar, ou seja a alteridade radical (JODELET, 2001).

A representação social enfoca a investigação com base na linguagem e argumentação, ou seja, o discurso, e considera o indivíduo que fala como ator social, construtor e transformador da realidade. Os atores sociais se entregam as atividades lingüísticas do papel, das imagens e das representações sociais que buscam construir de si mesmos e de seus adversários, aos tipos de

relações que a atividade discursiva permite estabelecer; ao papel dos afetos e das emoções na dinâmica social e política em geral.

A teoria das Representações Sociais tem-se revelado um instrumento teórico válido para a compreensão de muitos aspectos da complexa experiência da interação humana. Como recurso metodológico para investigação, o método da análise de conteúdo tem-se mostrado adequado para as pesquisas de representações sociais; Bardin define a análise de conteúdo como "um conjunto de instrumentos metodológicas cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas, desde o cálculo de freqüências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos. E' uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência, enquanto esforço de interpretação; a análise do conteúdo oscila entre os dois pólas do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédido (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de desocultação, responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica sua preocupação, honesta, de rigo cientifico" (BARDIN,1977 p. 9).

Com base nesses pressupostos, esta pesquisa teve como objetivo investigar as Representações Sociais de Defensores Públicos acerca da Liberdade Assistida.

Metodologia

Amostra: a pesquisa foi desenvolvida em Defensorias Públicas de 05 (cinco) cidades do Estado de Pernambuco: Recife, Paulista, Abreu e Lima, Olinda e Camaragibe,

Instrumento: o instrumento utilizado foi uma entrevista semi–estruturada, gravada em áudio-cassete, com a devida autorização dos participantes e em seguida transcrita e digitada.

Procedimento: inicialmente, a pesquisadora dirigiu-se às Defensorias Públicas de cada Cidade componente da amostra, onde tomou conhecimento dos nomes dos Defensores Públicos atuantes e escolheu aleatoriamente 02 (dois) participantes, perfazendo o total de 10 (dez) entrevistados. Em seguida, apresentou-se aos Defensores Públicos portando uma carta do Professor Orientador, informou-os dos objetivos, métodos, procedimentos e compromissos éticos da pesquisa e, tendo recebido deles o consentimento livre e esclarecido para participar, realizou as entrevistas. A coleta de dados foi realizada nos meses de março e abril de 2004.

Análise de dados: os dados foram analisados qualitativamente pelo método da análise de conteúdo, que possibilitou a detecção de categorias temáticas, que foram agrupadas e discutidas à luz do objetivo da pesquisa.

Resultados e Discussão

Os defensores públicos definem como suas atribuições à defesa dos carentes, dos necessitados, dos que não têm dinheiro para pagar um advogado; especificamente, no trabalho com a infância e a juventude, atribuem-se a defesa do menor infrator, aplicação da lei que é o Estatuto, defesas em causas de alimentos, adoções, benefícios do menor. É preciso salientar que, apenas na Capital, Recife, há um Núcleo de Defensoria Pública ligado diretamente à Vara da Infância e da Juventude e que, nas outras cidades da amostra, os defensores atuam em todos os tipos de causa. Apesar de desenvolverem ações de defesa dos direitos dos cidadãos, os defensores revelaram basear suas ações numa restrita aplicação da Lei, numa referência explícita à norma, desconhecendo o fato de que a aplicação restrita da Lei implicaria a observância de seus fundamentos; no caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seus fundamentos éticos de proteção integral e universal dos direitos da criança e do adolescente, suas considerações

positivas a respeito da situação de desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente, da família, da comunidade e do Estado; ficou evidenciada a falta de a responsabilização social na produção do fenômeno da violência juvenil e uma supervalorização do fator econômico como responsável pela mesma, pela desestruturação familiar e pela inoperância do Estado; a falta de responsabilidade das autoridades também foi citada como fator importante no crescimento da violência social e ineficácia das leis, inclusive do ECA.

Observaram-se conflitos representacionais importantes acerca de todas as categorias detectadas em função dos objetivos da pesquisa, a saber: adolescência, violência juvenil, família, comunidade, medidas socioeducativas, o que permitiu destacar representações da Liberdade Assistida, conflituando-se entre um nível de idealização, o texto da lei, e um nível de ineficácia, referente a sua prática e sua aplicabilidade deficientes, deixando aparecer um representação negativa, apenas convenientemente positivada.

Conclusões

Na definição de suas atribuições, os defensores públicos referem-se à defesa dos carentes, necessitados, menores infratores, definindo-se como aplicadores da lei; esse discurso evidencia uma contraposição ao ideário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fundamentado na proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecidos como sujeitos de direito. Revela-se, então, uma Representação da Liberdade Assistida negativada, pela confrontação do ideal da Lei com a realidade. O apego excessivo à norma e à normatização, dissimula mal uma representação da Liberdade Assistida mais próxima de sua concepção no antigo Código de Menor do que no Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas conclusões, em sua parcialidade, pelo andamento das análises, deverão ser aprofundadas e ampliadas.

Agradecimentos

Em especial, ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco e ao Professor Orientador do Projeto.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: LDA, 2000

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90. Recife: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, 1996.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *In:* JODELET, D (org). **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. A Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PIETROCOLLA, Luci G; SINHORETTO, Jacqueline e CASTRO, Rosa. **O Judiciário e a Comunidade:** prós e contras das medidas sócio-educativas em meio aberto. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

PORTO, P.C.M. As Mentiras e as verdades sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *In:* Cabral, Edson A.**Sistema de Garantia de Direitos.** Recife: CENDHEC, 1999.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROMOTORES DE JUSTIÇA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ACERCA DA LIBERDADE ASSISTIDA.

Clarissa Ribeiro Souza de Faria Neves[1]; Raimundo Marcone de Andrade Proto[2].

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar.
E-mail: marconeproto@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa pretende investigar as Representações Sociais de Promotores de Justiça, no Estado de Pernambuco, a respeito da Liberdade Assistida, uma das medidas socioeducativas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seus artigos 118 e 119. Dentre essas medidas socioeducativas, considera-se notável a Liberdade Assistida por sua proposta de orientar, auxiliar, oferecer recursos profissionalizantes, promover integração familiar e comunitária, oferecer suporte e acompanhamento ao adolescente. Participaram desse estudo 10 Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, respondendo por livre consentimento a uma entrevista semi-estruturada, elaborada de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram transcritas e estão sendo submetidas à análise de conteúdo das categorias temáticas. De uma forma geral, as categorias encontradas convergem para uma Representação Social da Liberdade Assistida, que é considerada adequada e positiva para a inclusão social do adolescente infrator, com repercussões notáveis sobre sua constituição enquanto cidadão de plenos direitos, sua profissionalização e sobre a vida familiar, em suas relações com a sociedade civil como um todo. Espera-se um aprofundamento das análises para apresentação de resultados mais conclusivos.

Palavras Chave: medidas socioeducativas, adolescentes infratores, inclusão social.

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado há treze anos e traz como inovação "um novo posicionamento frente à problemática da infância e da juventude ao basear-se no reconhecimento dos seus direitos como cidadãos e ao concebê-los como pessoa em desenvolvimento que necessita proteção especializada integral" (cf. Arts. 1º, 3º, 5º, 7º do ECA). Comparado ao anterior código de Menores (Lei 6.697), baseado em uma ética disciplinar e punitiva, o Estatuto sugere um novo paradigma, baseado na Ética da proteção integral e universal aos direitos da criança e do adolescente.

No entanto, há indícios de que a implantação do ECA tem sido dificultada por setores da magistratura, do legislativo e da administração pública, além da afirmação, por parte de alguns autores, de que a imprensa colaborou para disseminar a opinião de que essa é "uma lei boa para a Suíça" ou que "o ECA protege bandidos" (OLIVEIRA, 2000).

Projeto: As Representações Sociais de Operadores da Lei, no Estado de Pernambuco, acerca da Liberdade Assistida.
Órgão financiador: PIBIC/UNICAP.

Luci Pietrocolla, Jacqueline Signoretto e Rosa Castro (2000), em sua investigação intitulada "O Judiciário e a Comunidade: prós e contras das medidas socioeducativas em meio aberto" partiram de problemática semelhante à do presente estudo, que foi realizada com entrevista semi-aberta, feita a juízes, promotores e procuradores do Estado de São Paulo que atuam junto às varas da Infância e da Juventude. Os seus principais resultados apontam para as críticas mais comuns feitas ao ECA. Entre essas destacam-se a insuficiência de políticas públicas que dêem suporte ao Estatuto, o "abismo" que há entre a lei e a realidade do país e a dificuldade de interpretação da lei.

Esse ponto parece especialmente relevante. O ECA é uma revolução jurídica que vem transformar a concepção de criança e adolescente ao pensá-los enquanto seres em desenvolvimento. Antes objetos da ação jurídica ou "menores infratores", passam a ser ditos sujeitos com direito à proteção integral. Pela tradição penal, o fato criminal é o protagonista da ação jurídica, de caráter tecnicista e estanque. No entanto, o ECA propõe que a justiça da infância e da juventude considere o contexto que engendrou o delito, assim como a possibilidade de imediata reinserção do adolescente submetido a medidas socioeducativas em meio aberto. O ECA confronta as tipificações jurídicas estáticas com as novas realidades sociais, mudando os modos de atuação da Justiça da Infância e da Juventude.

A dificuldade de implantação do ECA levanta o problema dessa pesquisa: que fatores podem estar, direta e indiretamente, boicotando a efetivação da lei em seu público-alvo? Que interesses ideológicos podem estar agindo no sentido contrário ao ECA?

Pretende-se, à luz da teoria das Representações Sociais, identificar o que pensam, sentem e fazem os Promotores de Justiça, no Estado de Pernambuco, sobre a medida socioeducativa Liberdade Assistida.

As Representações Sociais são: *"conjuntos de conceitos, afirmações e explicações que são geradas no senso comum, na vida cotidiana dos grupos sociais. Podem ser consideradas como 'ciências Coletivas', pelas quais se procede à interpretação e a construção das realidades sociais"*. (SÁ, 1995. Pg.26).

No entanto, Moscovici, criador da Teoria das Representações Sociais, afirmou a sua dificuldade em conceituar formalmente a teoria e fez críticas às exigências acadêmicas que o pressionavam a delimitar um campo específico de estudo e sua provável evolução. Discípula de Moscovici, Denise Jodelet dá prosseguimento à tarefa de conceituação da teoria e sugere uma definição sintética e de ampla aceitação: Representações Sociais *são "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social"*.(JODELET apud SÁ, 1995,Pág.26).

O que se pode entender da definição de Jodelet é que as Representações Sociais são fenômenos gerados na interação concreta nas sociedades, como forma de conhecimentos, opiniões, julgamentos valorativos mobilizados pelas pessoas comuns. Tal forma de conhecimento prático possui um claro caráter funcional, de mediar a interação social, auxiliar a apreensão do ambiente, orientando assim a ação dos sujeitos sociais.

Pode-se distinguir duas características fundamentais das Representações sociais: 1) mediar e organizar as ações sociais e 2) interferir e construir novas realidades. A primeira diz respeito ao núcleo mais estável das representações, que comporta as idéias e os fazeres usuais das pessoas comuns e sustentam a manutenção da organização social; a segunda aponta para a flexibilidade das mesmas, enquanto comunicação, transgressão, poder estruturante e afetivo de criação.Tal ambigüidade, contida na idéia de estabilidade e inovação, aponta para a complexidade do fenômeno da Representação Social.

Após tentativas acima descritas de compreensão da teoria, é bem vinda a pergunta: por que criamos as Representações Sociais? A resposta é simples: criamo-las para transformar algo novo, estranho, em familiar. Trata-se de uma forma de organização: o novo passa por um processo de

Ancoragem, ou seja, integração cognitiva de um objeto a um sistema conceitual prévio, para ser incorporado ao sistema consensual da vida das pessoas; tornando-se familiar, está garantida a ação social dentro dos limites daquele universo simbólico específico.

Pode-se pensar a teoria das Representações Sociais à luz da idéia de vida em grupo. É uma forma de orientação, de seleção de membros sociais (pela identificação ou diferença), é um saber comum, sem o rigor científico, que serve de referencial para as práticas cotidianas, mediando e dando referências às ações do sujeito.

É de fundamental importância, nessa discussão, afirmar que, nessa forma de conhecimento, a neutralidade é proibida, pela lógica que é própria do sistema: cada objeto representado passa por um julgamento valorativo (positivo ou negativo) e assume um lugar na hierarquia do saber comum. Nesse sentido, pode-se questionar quais componentes ideológicos podem estar inspirando a produção de comportamentos sociais.

É nesse sentido que essa pesquisa tentará, através do método de Análise de Conteúdo, investigar as Representações Sociais de Promotores de Justiça, no Estado de Pernambuco, acerca da Liberdade Assistida.

Metodologia

Participantes: 10 Promotores de Justiça da Infância e Juventude que atuam nas Cidades do Recife, Olinda e Igarassu.

Instrumento*:* entrevista semi-estruturada, que foi elaborada em convergência com os objetivos da pesquisa, as leituras que fundamentam a investigação e as particularidades da função que cabe à Promotoria pública no que concerne à infância e à juventude.

Procedimento: inicialmente, optou-se por uma experiência piloto antes de usar a entrevista em toda a amostra. Desse modo, tornou-se possível o aprimoramento das questões de acordo com os interesses da pesquisa. É importante ressaltar que, pelo método de investigação que foi eleito, a *Análise de Conteúdo*, a fase inicial permite essa comunicação e o discurso dos entrevistados traz novas demandas que podem ser incluídas no entorno do estudo. Sendo assim, a fala dos entrevistados da fase piloto, ou seja, três promotores, apresentou temas que não haviam sido pensados e que se revelaram relevantes.

Passada a experiência piloto, foi definida a Entrevista final. Optou-se pelo caráter semi-estruturado, segundo o qual, as questões não exigem uma resposta específica, ao contrário, apresentam um campo aberto ao entrevistado e o objetivo principal desse tipo de entrevista é *apreender a versão particular que os sujeitos constroem em relação ao objeto de estudo*. A postura mais importante do investigador, nesse caso, é não interromper ou perturbar a narrativa do entrevistado de forma a dar mais espaço para o fluir de seu ponto de vista. No entanto, em se tratando de uma investigação, é claro que as intervenções são possíveis e necessárias. O entrevistador pode intervir abordando o conteúdo proposto pela pesquisa e também, ao final, abre-se um espaço para abordar questões de seu próprio interesse.

Os participantes foram localizados na Vara da Infância e Juventude do Recife, onde foram fornecidos os nomes e telefones das promotorias. A partir daí, os promotores foram contactados, informados dos objetivos, procedimentos e posicionamentos éticos da pesquisa e aceitaram participar, assinando termo de livre consentimento.As entrevistas foram gravadas em áudio-cassete, transcritas e digitadas.

Análise de dados: os dados estão recebendo tratamento qualitativo a partir do método da análise de conteúdo. Esse procedimento permite destacar das entrevistas realizadas por categorias temáticas representacionais que emergem do discurso dos entrevistados e convergem em direção aos objetivos da pesquisa no que se refere, sobretudo, às representações sociais que sustentam em relação à Liberdade Assistida e ao ECA.

Resultados e Discussão

As entrevistas evidenciaram uma relação bastante positiva dos promotores com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando se referem a este como um instrumento que permitiu uma maior sensibilização para a questão da infância e da adolescência enquanto fases do desenvolvimento psicossocial, que possibilitou uma maior humanização no tratamento com adolescentes, que convoca a sociedade civil organizada a defender suas causas e inclui as famílias e comunidades no cuidado com a infância e adolescência.

Uma das entrevistadas refletiu sobre a grande contradição em uma das críticas mais comuns feitas contra o Estatuto, que o vê como uma lei para o primeiro mundo e não para o Brasil; essa entrevistada destacou os fundamentos inclusivos, em termos subjetivos, sociais, econômicos do ECA, considerando-o a saída mais adequada para abordar os enormes abismos sociais, econômicos e educacionais existentes nas sociedades brasileiras, pois, de acordo com sua reflexão, as crianças e adolescentes do primeiro mundo já têm todos os seus direitos fundamentais garantidos, não precisando de leis para efetivá-los. Nesse sentido, a ECA é não apenas adequado, mas necessário, imprescindível às realidades brasileiras.

Ficou evidenciado o tratamento específico dado ao Estatuto, enquanto Lei, indissociado de sua ética de proteção universal e integral à criança e ao adolescente, quando foram apresentadas as diversas modalidades de atuação dos promotores e promotoras de justiça: nos casos de adolescentes em conflito com a lei, considerando-se não apenas as materialidades infracionais, mas avaliando-se suas necessidades pedagógicas, suas capacidades psicossociais de cumprimento das medidas socioeducativas e o acompanhamento da família e da comunidade; nas medidas protetivas, de adoção, guarda, tutela, pensões alimentícias e na proteção judicial dos interesses individuais e coletivos.

A concepção de violência juvenil apresentada considera sua origem nas condições sociais, o que demonstra um posicionamento sócio-histórico em relação ao problema; nesse sentido a desestruturação familiar, habitualmente considerada a causa principal de todos os males sociais, é considerada aqui uma conseqüência de efeitos de superestruturas econômicas, que causam desemprego, como também de crise de valores no contexto das sociedades capitalistas e que repercutem retroativamente na produção da violência juvenil.

As categorias encontradas convergem para uma Representação Social da Liberdade Assistida que a faz adequada para a inclusão social do adolescente infrator, com repercussões positivas sobre sua constituição enquanto cidadão de plenos direitos, sua profissionalização e sobre a vida familiar, em suas relações com a sociedade civil como um todo.

Conclusões

Os Promotores de Justiça evidenciaram uma representação positiva da Liberdade Assistida, concebendo-a como medida adequada à realidade brasileira, pela sua ética inclusiva, que considera o adolescente um sujeito de direitos ao qual devem ser oferecidas políticas públicas que efetivem as responsabilidades do Estado e da sociedade no sentido de sua proteção integral e universal. Identificam-se nas concepções de violência juvenil e de família contemporânea os efeitos de crise de valores em conjunção com modelos econômicos estruturais, que excluem, discriminam e marginalizam; nesse sentido, a Liberdade Assistida, contextualizada no ideário do Estatuto da Criança e do Adolescente, surge como uma medida que responde a um projeto de sociedade que protege a infância e a juventude, marcado pela inclusão de todos como sujeitos de direitos.

Agradecimentos

Em especial ao Professor Orientador do Projeto, Raimundo Marcone de Andrade Proto, e ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei 8.069/90. Recife: Conselho Municipal da Criança e do adolescente da Cidade do Recife, 1996.

PIETROCOLLA, L.G **O Judiciário e a Comunidade: prós e contras das medidas sócio-educativas em meio aberto.** São Paulo: IBCCRIM, 2000. 62p.

SÁ, C.P. "Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria". *In* SPINK, M.J. (org.) **O Conhecimento no Cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JUÌZES DE DIREITO ACERCA DA LIBERDADE ASSISTIDA.

Carolina de Albuquerque Seabra[1]; Raimundo Marcone Proto[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: viverleve@yahoo.com.br
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar.
E-mail: marconeproto@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho se propõe investigar as Representações Sociais dos 10 (dez) Juízes da Vara da Infância e Juventude, entrevistados acerca da Liberdade Assistida. Utilizando a abordagem qualitativa, foi desenvolvida uma entrevista semi-estruturada, abordando os temas: ECA, Código de Menores, prevenção, ato infracional, profissão de juiz, família, comunidade, violência, adolescência, ressocialização, medida socioeducativa e liberdade assistida. Consideramos que nossas ações vão muito além de elementos racionais, cognitivos e lógicos, que, por detrás delas, há um conjunto amplo de significados (crenças e valores) criados e partilhados socialmente, como defende a Teoria das Representações Sociais. No atual processo de análise, estamos compreendendo a atuação das dimensões cognitivas, afetivas e atitudinais nos processos dinâmicos de ancoragem, em que a figura é duplicada por um sentido, interpretado, classificado. Os resultados iniciais revelam possibilidades de categorias e hipóteses que se estão formulando, amadurecendo, construindo uma representação social.
Palavras-chave: ancoragem, afetividade, cognição, atitude.

Introdução

O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, lei federal n° 8.069 de 13 de julho de 1990, foi criado após a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia-Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, apresentada como “um instrumento de domesticação do poder parental e estatal, principalmente nas suas relações autoritárias, com a infância e a adolescência, como instrumento de mobilização da sociedade e de construção de uma nova cultura institucional que veja a criança e o adolescente como cidadãos...” (NOGUEIRA NETO, 1999, p.29). A criação do ECA traduz a prática e o compromisso brasileiro na evolução dos direitos humanos.

No ECA, encontramos um novo paradigma, um novo olhar para a criança e o adolescente no Brasil, reconhecendo-os como cidadãos de direitos, pessoas em desenvolvimento que necessitam de proteção especializada e integral. O ECA é um projeto de sociedade, que propõe uma política de promoção e garantia de direitos. “Família, comunidade, sociedade em geral e poder público, têm o dever de assegurar, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescentes os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (art. 3º - ECA, 2003)

No art. 3º do ECA, podemos constatar a profundidade de seu ideário, no qual se afirma que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana,

Projeto: As Representações Sociais dos Operadores da Lei, no Estado de Pernambuco, acerca da Liberdade Assistida. **Órgão financiador:** PIBIC - UNICAP

sem prejuízo de proteção integral"..., assegurando-lhes "todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (art. 3º – ECA, 2003)

O ECA substituiu o anterior Código de Menores, lei 6.697, promulgado em 10 de Outubro de 1979 e vigente até 1990.

No Código de Menores, também conhecido como Doutrina da Situação Irregular, não há nenhuma alusão à promoção e a garantias dos direitos da Infância e Juventude; nele, a criança e o adolescente são referenciados como menor (meio-adulto), termo que foi absolutamente abolido pelo ECA, pois reflete uma cultura adultocêntrica, ou seja, um mundo centrado no adulto, sem reconhecimento das particularidades do desenvolvimento e da cidadania da infância e juventude, voltando-se para as crianças e adolescentes em situação irregular ou de risco, com um caráter penal, punitivo e disciplinar.

Dentre as medidas socioeducativas propostas pelo ECA, a Liberdade Assistida vem sendo amplamente aplicada, apesar das muitas controvérsias que tem gerado tanto nos meios jurídicos, como nos meios sociais e na esfera da administração pública.

A Liberdade Assistida (L.A.) é uma medida que também possui regras, a serem cumpridas pelo adolescente em conflito com a lei. Nela é designado um orientador, capacitado para acompanhar e orientar o adolescente e sua família, inserindo-os em programas oficiais ou comunitários, de auxílio ou assistência social. Cabe ao orientador realizar acompanhamento escolar, inserir o jovem em cursos de capacitação profissional e auxiliá-lo no ingresso ao mercado de trabalho. (Arts. 118 e 119)

Porém, passados quase 14 anos da promulgação do ECA, ele ainda encontra dificuldades de ser implementado. Parece haver uma dificuldade da sociedade em compreender a política de Promoção e Garantias de Direitos do estatuto.

Inseridos nessa problemática embasamos-nos na Teoria das Representações Sociais, de Moscovici, pois ela nos possibilita identificar elementos míticos, afetivos, religiosos, culturais, tradicionais, que constituem a representação de mundo dos dez juízes da Infância e Juventude, entrevistados. De modo a compreender como a Liberdade Assistida se ancora, ou seja, como ela é interpretada, classificada, no campo representacional subjetivo, e na medida em que há certo grau de consensualidade, de generalização entre os sujeitos que estão inseridos num mesmo grupo, no nosso caso, grupo dos juízes da Infância e Juventude, ela passa a ser considerada uma representação social.

Uma representação social é, portanto, individual, pois se ancora em um sujeito, e social, pois existe na "mente da mídia" (GUARESCHI, 2000). Para considerar uma representação como social, é necessário que ela perpasse pela sociedade, existindo em certo nível de generalização. Desse modo, a representação social distingue-se de uma simples representação mental, que pode ser singular. Isso não significa que nas representações sociais há um acordo geral ou a obrigatoriedade de aceitar uma única opinião. Significa que, mesmo que haja desacordo, os sujeitos sociais ainda podem saber do que estão falando. O conhecimento tácito fornece a base comum sobre a qual as pessoas discutem, competem e argumentam.

Considera-se que a representação um processo que torna o conceito e a percepção de algum modo intercambiáveis, engrenando-se reciprocamente. Objetivamos investigar qual a representação social dos Juízes de direito, no Estado de Pernambuco, acerca da Liberdade Assistida.

Metodologia

Participantes: 10 (dez) juízes de Direito da Vara da Infância e Juventude, do Recife, Olinda, Cabo, Paulista e Jaboatão dos Guararapes.

Instrumento: dentro de uma abordagem qualitativa, o instrumento utilizado foi uma entrevista semi–estruturada, composta por 22 questões. Os temas abordados foram: ECA, Código de Menores, prevenção, ato infracional, profissão de juiz, família, comunidade, violência, adolescência, ressocialização, medida socioeducativa e liberdade assistida.

Procedimento: inicialmente, a pesquisadora se dirigiu à 3ª Vara da Infância e Juventude do Recife, onde coletou os nomes e telefones de trabalho dos juízes. Agendadas as entrevistas, a pesquisadora apresentou-se aos entrevistados portando uma carta do Professor Orientador, informou os participantes sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, de quem obteve o livre consentimento e assinatura do termo de participação. As entrevistas foram gravadas em áudio-cassete, transcritas e digitadas para a análise.

Análise de dados: está sendo realizada numa perspectiva qualitativa, com base na análise de conteúdo, segundo a proposta de Bardin (1977). Inicialmente, foi feita uma leitura flutuante; atualmente, estamos provocando uma interlocução entre os dados coletados. Nesse processo, a partir de consensos e divergências, categorias estão-se revelando e convergindo para os objetivos da pesquisa.

Resultados e Discussão

Os resultados são parciais, de acordo com o atual estado de análise da pesquisa.

- Com relação ao trabalho com crianças e adolescentes nos últimos vinte anos, do ponto de vista da justiça brasileira, há um consenso entre os entrevistados de que houve uma grande evolução, porém falando de diferentes componentes. A juíza I enfatiza que, após o ECA, as crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos e deveres, tendo uma lei especifica para tratar de seus interesses como cidadãos. A juíza II fala da criação dos Conselhos Tutelares, do seu trabalho preventivo, do corpo da lei como perfeito, mas que seria interessante que, na prática, pudesse ser observado, relatando um problema estrutural por falta de verbas. O juiz III foca nos artigos 227 da Constituição e 4° do estatuto, que informam que a causa da infância e juventude é prioridade absoluta, como expressão que dá o caráter de que é uma causa que deve estar à frente de todas as outras, mas que, infelizmente, essa prioridade absoluta ainda não foi garantida.
- No que se refere às mudanças mais importantes do Código de Menores para o ECA, houve unanimidade em dizer que o Estatuto trouxe o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Mas foram pontuadas outras mudanças relevantes, por parte de cada um. A juíza I fala que, no Código, as crianças e adolescentes não eram tidos como alguém que tinha direitos, mas só deveres, e que pelo Estatuto são tratados como cidadãos, pessoas em desenvolvimento, que merecem uma atenção específica do Estado. A juíza II diz ter pouco conhecimento do Código, mas ressalta como uma grande inovação do Estatuto a criação dos Conselhos Tutelares, descentralizando o trabalho e fortificando uma estrutura. O Juiz III também ressalta que, após o Estatuto, montou-se uma estrutura que vem ampliando-se e fortificando-se, e enfatiza que o Estatuto não é uma lei para ser trabalhada apenas pelo judiciário, ele é um projeto de sociedade o Código não, porque preconizava a doutrina penal e assistencialista.
- Sobre a adequação do ECA à realidade brasileira, todos parecem concordar que há problemas entre a teoria e a prática. A juíza I disse que, atualmente, estamos chegando perto dessa realidade, com muitos sacrifícios. Conselhos Tutelares estão sendo instituídos, mas há muitos municípios que ainda não os têm, fala que o estatuto é o ideal de justiça, mas que falta ao Poder Executivo viabilizar a concretização. A juíza II diz que seria adequado se houvesse estrutura: o estatuto é ideal, perfeito, é adequado, mas não é na sua totalidade aplicado. O Juiz III defende que ele é adequadíssimo, reconhecido internacionalmente como uma lei excelente, mas que não é uma lei perfeita, como nenhuma lei humana, precisa de ajustes. Mas é uma lei que atende às necessidades do Brasil e é adequada ao seu tempo, que ninguém pode considerar direito à vida, à saúde,

respeito, dignidade, como direitos utópicos, e que é lamentável que tenhamos que escrever que criança precisa comer e que mesmo estando escrito, precisamos lutar muito para fazer com que esses direitos se garantam.

- Ao perguntar se essa opinião era compartilhada pelos outros juízes que conhecem, a Juíza I disse que todos entendem da mesma forma, que é necessário mais dinâmica do Poder Executivo, dos três poderes interligados, verdadeiramente andando juntos. A juíza II disse que nunca havia conversado sobre isso com os colegas, mas que achava que sim. O juiz III disse que, na vara onde trabalha, todos pensam rigorosamente iguais quanto à causa da infância, que quer acreditar que, no estado de PE, todos também pensem. Mas sabe que existe juiz que pensa diferente: uns querem reduzir a idade penal, aumentar o tempo de internação, transformar o estatuto numa lei penal.
- Ao perguntar se o estatuto ajuda o trabalho do juiz, todos foram unânimes em dizer que sim, mas com algumas variações na forma de encarar o estatuto. A juíza I e a juíza II tiveram elementos semelhantes em seus discursos, ambas o encaram como um instrumento normativo, que fundamenta suas ações e também se baseiam em outras leis. O juiz III afirma que ele é um instrumento bastante eficiente, resgata a história do estatuto e cita os artigos 227 e 228 da Constituição, frutos de emendas populares e que fundaram o estatuto, descrevendo-o como uma lei feita por nós, que divide a solução da causa da infância com a família, comunidade, sociedade e Poder Público.
- Na questão relativa à prática do ECA fora do âmbito de conflito com a lei, a Juíza II e o Juiz III tiveram uma dificuldade inicial de compreender a questão. Todos relatam aspectos comuns do capitulo III – Do direito à convivência familiar e comunitária, citando medidas relativas ao pátrio poder; e das medidas protetivas, sendo que a juíza I e II referiram-se apenas a crianças e em situação de risco. A juíza II e o juiz III acabaram falando no âmbito do conflito com a lei. O juiz III foi o único que falou de promover garantia dos direitos e prevenção.
- No que diz respeito à opinião sobre a Liberdade Assistida, observa-se uma consideração positiva, que a afirma como a medida mais apropriada, mais eficaz, enquanto medida socioeducativa, para J II e III; todos relatam restrições e necessidade de uma maior participação dos Poderes Executivos, no sentido de maior dotação de verbas, viabilizar equipes de trabalhos interdisciplinares; também foi unânime a falta de referências às participações da família e comunidades, que, segundo o ECA, são partes fundamentais para a implementação do ideário do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conclusão

Os dados analisados, mesmo que parciais, apontam para uma Representação idealizada da Liberdade Assistida e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) enquanto Lei, apesar de deficitários em sua prática; atribui-se aos poderes executivos e à sociedade pouco engajamento na luta pela implementação do ECA, especificamente, da Liberdade Assistida. Observam-se alguns conflitos representacionais quando se confrontam os propósitos da Liberdade Assistida com as representações de violência juvenil, de família e de comunidade.

Agradecimentos

Ao caro Marcone, idealizador desse projeto de grande relevância social; aos organizadores do Pibic; aos juízes e juízas, pela receptividade e confiança; a todos os queridos colegas, amigos e amigas de Psicologia; a Clarissa e Valderez, pela troca e amizade.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Código de Menores, Lei 6.697/79. Brasília, Senado Federal: 1982.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90. Recife: CEDCA/PE, 1996.

GUARESCHI, P.A. **Os construtores da informação:** meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NOGUEIRA NETO, W**. A convenção Internacional sobre o direito da Criança e a busca do equilíbrio entre proteção e Responsabilização.** Recife: CENDHEC, 1999.

AS SINGULARIDADES FEMININAS NAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS

Ana Cláudia Melo Mendonça[1]; Zélia Maria de Melo[2]; Zuleica Dantas Pereira Campos[3]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, ana.claudia.melo@globo.com.
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH) da UNICAP. Líder do Laboratório de Interação Social e Familiar, zélia@unicap.br
[3]Professora do Centro de Ciência e Sociologia (CCS) da UNICAP, zuleica@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa objetiva analisar as relações de amor nas diferentes etapas da vida conjugal e nas trajetórias sociais, além de perceber como essas etapas se diferenciam e se manifestam no processo de individualização da mulher. Especificamente, pretendemos compreender as mudanças ocorridas na trajetória conjugal feminina e registrar seu processo de singularização na relação conjugal; analisar os ritos de passagem e suas manifestações; identificar as realizações profissionais e de lazer nas diferentes etapas da vida conjugal; investigar as relações de amor e a trajetória social na conjugabilidade. Foram entrevistadas mulheres pertencentes à Camada Média Social, que estão em sua primeira experiência matrimonial e cujos casamentos nucleados possuem duração de até 10 anos, de 11 a 20 anos e de 21 a 30 anos. Todas as entrevistadas residem na Região Metropolitana do Recife, nos bairros de Boa Viagem e de Setúbal. A partir do relato das entrevistadas, compreendemos haver o mantenimento dos projetos seus individuais — como a carreira profissional ou investimento acadêmico —, o que não resultou na transformação da relação matrimonial como fator exclusivo de satisfação da mulher. Nesse aspecto, as entrevistadas diferenciam-se da família moderna, na qual o casamento era o intuito principal feminino. Portanto, sendo possuidora de vários objetivos a serem alcançados a curto e a longo prazo, as participantes abriram um leque de possibilidades para seu crescimento individual e, conseqüentemente, para uma complexidade positiva da relação conjugal. Como conseqüência, percebemos uma maior desenvoltura para discussão e para resolução de conflitos especialmente ligados aos papéis desempenhados a partir dos ditames da questão de gênero.

Palavras-chave: trajetória; conjugabilidade; família.

Introdução

No século V a.C., na Grécia Clássica, já havia uma estrutura familiar definida dentro das seguintes regras: a mulher subjugada à supremacia conferida ao homem, que, por sua vez, através do direito de paternidade, transmitia à sua prole o direito à propriedade. Já entre os povos romanos, o casamento não se tratava de um ato público, como o é nos dias de hoje, mas privado.

> O casamento romano é um ato privado, um ato que nenhum poder público deve sancionar; é um ato não escrito (não existe contrato de casamento, mas apenas um contrato de dote). É mais um ato social que um ato jurídico que possui dupla finalidade: transferir para o marido a tutela exercida até então

Projeto: Relações Matrimoniais: Suas Trajetórias na Vida Afetiva e Social. **Órgão financiador**: UNICAP

> pelo pai e entregar, efetivamente, a esposa ao seu cônjuge. Constituía, portanto, uma transação privada, um negócio realizado entre dois chefes de família, um real, o pai da moça, e o outro virtual, o futuro marido. (SANTOS, 2001: p. 51)

Paradigmática da civilização Ocidental, a família monogâmica, cujas origens se encontram na idéia de propriedade desenvolvida ao longo do processo civilizatório, traz o estabelecimento da coabitação exclusiva, demarcando o território da parentalidade e a fidelidade conjugal como condição para a legitimidade dos filhos e transmissão hereditária da propriedade. Tais características assemelham-se às práticas familiares do Sistema Feudal, no qual a organização familiar mostrava-se influenciada pelos conceitos da doutrina cristã, defendia a castidade como prática de acesso à salvação da alma e o repúdio à sexualidade. Segundo Osório,

> A visão ocidental do amor, impregnada da espiritualidade cristã emergente e contrapondo-se à esfera erótica do amor oriental, dá origem aos rituais de galanteria e às ordens de cavalaria então aparecidas. Esboça-se, assim, através da hierarquização do hábito de cortejar, a união conjugal determinada não só pelos interesses e conveniências das alianças feudais, mas também pela eleição afetiva dos cônjuges. (OSÓRIO, 1996: p. 41).

Notadamente nas décadas de 70 e de 80 — anos dos grupos de casais entrevistados nesta pesquisa —, as oportunidades de educação e de trabalho para a mulher começavam a expandir-se. Estas oportunidades, de grande dimensão social e individual, tiveram um significante papel na redefinição da divisão sexual do trabalho e na construção de uma identidade feminina ampliada e dinâmica, não mais pautada nos papéis domésticos. No entendimento de Vaitsman,

> O casamento e a família tipicamente modernos com o homem provedor e financeiro e a mulher dona-de-casa foi perdendo espaço nas práticas e no imaginário das mulheres desde a década de 60. O desenvolvimento da individualidade feminina desafiou micropoderes nas relações domésticas: foi o marido quem a acompanhou em seu projeto, mesmo que ele também tenha procurado desenvolver atividades próprias no contexto de um projeto que se procurava fazer em comum. (VAITSMAN: 1994, p.128)

Os estudos recentes sobre a família têm apontado para as mais complexas mudanças ocorridas no interior da organização familiar. Essas mudanças se dão, principalmente, por meio do questionamento dos papéis do homem e da mulher — desligados da idéia do sexo e voltados à idéia de gênero —, relacionados à vivência da sexualidade, ao mantenimento e ascensão do padrão social, à educação dos filhos e às realizações profissional e individual

Percebe-se, então, que, desde as conquistas do Movimento Feminista, da desvinculação do ato sexual da procriação, da Revolução Industrial com a conseqüente institucionalização do consumo como pauta cultural do mundo atual, estão-se processando complexas modificações na forma de apreensão simbólica e concreta acerca dos objetivos da família para a construção da identidade dos gêneros e de sua participação no desenvolvimento dos paradigmas sociais. A esse respeito, Andolfi e Outros assertam que,

> Teoricamente, o indivíduo é membro garantido do grupo familiar que seja suficientemente coeso e do qual ele possa se diferenciar progressiva e individualmente. (...) A capacidade de mudar, de deslocar-se de um lugar para

> outro, de participar, de separar-se, de pertencer a diversos subsistemas permite a possibilidade de exercer funções únicas, de trocar e adquirir outras, e de expressar, desse modo, outros aspectos mais diferenciados de si mesmo. (ANDOLFI, 1989: p. 19).

Esses autores alertam para o fato de que o processo de fusão-diferenciação não se trata de algo iminente, pois podem estar implícitas, no sistema familiar, regras de associação e de comunicação que impeçam a individuação e autonomia de seus membros. Mostra-se, então, imprescindível para o processo sadio e construtivo da individuação que haja a manutenção constante de uma distância segura, para que o espaço pessoal não se perca, ou seja, confundido com o espaço interativo da relação estabelecida e desenvolvida cotidianamente com o outro. Essa postura acompanha uma atitude de defesa da significação saudável do espaço pessoal, onde a mulher poderá abrir mão das estereotipias dos papéis e mover-se em espaço de dinamismo autêntico, alcançado por meio da apropriação de sua responsabilidade de ser-indivíduo.

Nesse sentido, Féres-Carneiro considera que,

> O casamento contemporâneo é sustentado pela ideologia individualista ao mesmo tempo em que a reforça (...). No casamento, a noção de liberdade foi redefinida, na medida em que ele passou a ser limitado por esta noção de individualidade. A singularidade de cada indivíduo corresponde à singularidade daquele que pode complementá-lo. (FÉRES-CARNEIRO, 2001: p. 74).

Essa capacidade de singularização, que é processualmente gerada, não implica corte do indivíduo com a família de origem, uma vez que há uma pluralidade de inter-relações que não são extintas, mas são acrescidas e enriquecidas pelo próprio processo, já que ele não ocorre isoladamente com um indivíduo dentro do grupo. Logo, assimilar a singularidade feminina na trajetória matrimonial é também compreender a força e a influência de suas idealizações e realizações frente aos desafios que perpassaram seu crescimento individual desde a família de origem até a trajetória nas distintas e complexas fases do casamento.

Esta pesquisa objetiva analisar as relações de amor nas diferentes etapas da vida conjugal e nas trajetórias sociais, além de perceber como essas etapas se diferenciam e se manifestam no processo de individualização do feminino e do masculino. Especificamente pretendemos compreender as mudanças ocorridas na trajetória conjugal feminina e registrar seu processo de individualização nessa relação; analisar os ritos de passagem e suas manifestações; identificar as realizações profissionais e de lazer nas diferentes etapas da vida conjugal; investigar as relações de amor e trajetória social na conjugabilidade.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo e, para obtenção dos resultados, foi utilizada, como instrumento para coleta dos dados, uma entrevista — elaborada a partir de uma entrevista piloto — com mulheres, que foram ouvidas em suas residências, separadamente de seu cônjuge. Participaram dela mulheres cujos casamentos se encontravam em períodos cronológicos diferenciados em até 10 anos, de 11 a 20 anos e de 21 e mais anos. Essas mulheres pertencem à Camada Média Social, possuem famílias nucleadas e residem na região metropolitana do Recife, mais especificamente, nos bairros de Boa Viagem e Setúbal. O conjunto das entrevistadas foi determinado a partir de nossos conhecimentos pessoais e de conhecidos de pessoas próximas, estabelecendo, então, uma reação em cadeia na qual a mulher interpelada serviu de intermediária entre nós e alguns casais conhecidos de sua rede de relações. Destaca-se, como característica de

homogeneidade das mulheres entrevistadas, o fato de todas elas se encontrarem em sua primeira experiência conjugal. A heterogeneidade, no entanto, foi um critério para a escolha das entrevistadas, no que diz respeito à idade, ao número de filhos, à trajetória profissional, aos aspectos étnicos, à escolha da organização familiar, entre outros aspectos que, acreditamos, enriquecerá esta pesquisa.

Resultados e Discussão

As mulheres deram um grande salto qualitativo, na década de 60, no que diz respeito às suas reivindicações, especialmente contra a forma de subjetividade feminina, baseada na reprodução da vida privada e contra a discriminação sedimentada nas práticas da vida pública, mas que atravessava também as formas de comportamento do cotidiano familiar. Essa importante forma de movimento reivindicativo resultou, por meio de grandes esforços, na ampliação da identidade feminina para incluir um novo papel: o de trabalhadora e esposa com uma carreira profissional. Na década de 70, as mulheres buscaram um novo entendimento de seu papel. O seu planejamento de vida ainda inclui a antiga identidade feminina, apesar de buscarem agir e pensar por conta própria. Esse vértice de influências faz com que a sua vida esteja pautada no conflito de expectativas dicotômicas como ter formação profissional e uma carreira ou engajar-se no ciclo familiar, ter ou não filhos, entre outras. Resta-lhe, assim, a posição conciliatória: dividir-se entre os dois interesses, solução que leva à mulher uma sobrecarga física e emocional, que, geralmente, é muito desgastante suportar.

Entendemos, que, a partir de uma postura de manutenção de seu espaço, a mulher propicia um ganho de conservação saudável em relação à auto-imagem e à auto-estima. Assim, o grupo é importante para a socialização e afirmação da dupla como casal, mas esse é um fator secundário diante da valorização da mulher por si mesma, para, em seguida, ser com o outro um par. Em outras palavras, não há um atrelamento de dependência de ser no outro, pelo contrário, a configuração de casal é resultado do sujeito individualizado e autêntico. Aquelas mulheres que casaram na década de 90, receberam o legado de uma geração, que, desde o início dos anos 70, já esboçava uma maior autonomia feminina caracterizada pela consolidação da mulher no mercado de trabalho, pela pílula anticoncepcional e, anteriormente, pelo Movimento Feminista e pelas novas configurações das famílias matriarcais.

Conclusões

As mulheres pesquisadas não fizeram associação de seus projetos ao próprio casamento, o que não as levou a uma subordinação às perspectivas de crescimento do marido. Nesse aspecto, diferenciam-se muito da família moderna, na qual o casamento é a finalidade principal da mulher. Esse comportamento pode gerar sentimentos maduros que permitem a busca de satisfação dessas mulheres não encontrada exclusivamente na relação matrimonial, mas também, em aspectos como o profissional. Tal postura não permite a fragmentação da sua autonomia e do seu papel frente às demandas das transformações socioculturais da atualidade.

Quanto à questão da fidelidade, as entrevistadas consideram-na uma condição ímpar para a existência da harmonia conjugal. As mulheres admitem que nunca traíram seus cônjuges e *acham* que nunca foram traídas. Nos relatos colhidos, acha-se, na base do discurso, o reflexo dos ditames da sacralidade, sobretudo no que diz respeito à manifestação do desejo, ao desfrute da carne e aos papéis de gênero sistematizados, desde o século III, pela teologia cristã.

Agradecimentos

Agradecemos à UNICAP— Universidade Católica de Pernambuco. Agradecemos à Professora

Zélia Maria de Melo e à Professora Zuleica Pereira Campos, orientadora e co-orientadora desta pesquisa, que, sabiamente, nos orientaram para o bom andamento dos trabalhos desenvolvidos.

Referências

ANDOLFI, M. E Outros. **Por trás da máscara familiar***:* um novo enfoque em terapia da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

OSORIO, L.C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais***:* identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTOS, R.P. **A influência de culturas clássicas sobre o casamento no mundo cristão ocidental**. Recife: 2001.

ATIVIDADES LACASES E PEROXIDASES PRODUZIDAS POR MICRORGANISMOS

Danielle Renata Padilha Ribeiro[1]; Alexandra Amorim Salgueiro[2]; Roziana Cunha Cavalcanti Jordão[2]

[1]Estudante do Curso de Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia da UNICAP;
[2]Professoras do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia da UNICAP; Participantes do Grupo de Pesquisa: Processos Tecnológicos e Ambientais; e-mail: roziana@unicap.br.

Resumo

As oxidases produzidas por microrganismos apresentam potencial de aplicação na descoloração e descontaminação de efluentes industriais. Essas enzimas catalisam oxidação de poluentes tóxicos de natureza aromática. Este trabalho teve como objetivo investigar a produção de lacases e peroxidases por fungos filamentosos. Foram utilizados os microrganismos: *Phanerochaete chrysosporium* e três amostras de fungos filamentosos isolados de solo (PR 3-4, PR 4-4 e PR 4-6). Os cultivos foram realizados em frascos de Erlenmeyer contendo glicose 30 g/L, extrato de levedura 7,5 g/L e triptona 15 g/L, na presença ou não de guaiacol 32 μL/L. Foram determinadas atividades oxidases em extratos brutos obtidos dos cultivos submersos. Lacases foram avaliadas sobre 5 mM de ABTS - ácido 2,2'-azino-bis-(3-etilbenzotiazolina-6-sulfônico) e 5 mM de siringaldazina - azina 4-hidroxi-3,5-dimetoxibenzaldeído, na presença de tampão citrato pH 5,6 e 28 ºC. Peroxidases foram determinadas na presença de água oxigenada sobre os dois substratos especificados. *P. crysosporium*: amostras PR 3-4 e PR 4-6 produziram oxidases que atuam sobre ABTS e siringaldazina; amostra de microrganismo PR 4-6 foi a maior produtora de oxidases sobre ABTS e siringaldazina, independente da presença de peróxido de hidrogênio e *P. crysosporium*; apresentou atividade oxidase sobre siringaldazina, dependente de peróxido de hidrogênio. Investigações científicas precisam ter continuidade para otimizar a produção de lacases e peroxidases para aplicação industrial.

Palavras-chave: oxidases; biodegradação; cultivo submerso.

Introdução

Existe uma crescente preocupação quanto à qualidade do meio ambiente. A poluição aumenta a cada dia, sem que haja cuidados necessários quanto à renovação dos recursos naturais. O crescimento populacional e o desenvolvimento industrial têm contribuído para o aumento da poluição ambiental.

Compostos aromáticos estão presentes em resíduos de processos industriais, resinas, plásticos, papel, tintas, indústrias têxteis e refinarias de petróleo. Podem ser tóxicos, carcinogênicos, quando presentes em quantidades elevadas (DEKKER; BARBOSA, 2001).

Projeto de Pesquisa: Seleção e Aplicação de Microrganismos Termofílicos Produtores de Oxidases para Biodegradação e Redução de Contaminantes Derivados de Petróleo. **Órgãos financiadores**: CNPq / CTPETRO - FINEP e PIBIC/UNICAP

O crescimento da indústria petrolífera, com instalações de inúmeras estações de coleta de óleo, além do transporte por meio de dutos, tem aumentado a poluição ambiental relativa à presença de compostos aromáticos. No estado de Pernambuco, lavanderias industriais têm contribuído com a poluição dos recursos hídricos pela presença de corantes de estruturas aromáticas nos seus respectivos efluentes.

A aplicação de sistemas biológicos que degradam matérias poluentes, pode ser solução para diminuir a poluição. Visando à seleção de microrganismos adaptáveis às condições adversas do meio ambiente, investigações têm sido incentivadas para isolar bactérias e fungos de meios contaminados. O isolamento de microrganismos a partir de reservatórios de fontes derivadas do petróleo tem potencial aplicação na biodegradação de poluentes (CLEMENTE; ANAZAWA; DURRANT, 2001).

Enzimas são produzidas a partir de células microbianas onde exercem função metabólica. Diversas enzimas oxidativas extracelulares de fungos (oxidases e peroxidases) estão envolvidas no processo degradativo de compostos recalcitrantes de origem natural, como lignina, xenobióticos, fenóis e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (DUARTE-VÁZQUEZ et al., 2002).

Enzimas e células de microrganismos imobilizados têm sido utilizadas na degradação de contaminantes ambientais; com vantagens quando comparados com os biocatalisadores na forma livre: podem ser reutilizados, reduzindo os custos, e algumas vezes apresentam maior estabilidade nas atividades enzimáticas e tempo de vida útil maior (MIELGO et al., 2003).

Estudos de interesse científico e industrial devem ser realizados visando à investigação de fontes promissoras de oxidases e à otimização de produção dessas enzimas. O objetivo deste trabalho foi investigar o potencial biotecnológico de microrganismos produtores de oxidases para biodegradação de contaminantes aromáticos.

Metodologia

Foram utilizadas quatro culturas puras de fungos filamentosos: *Phanerochaete chrysosporium* e três amostras de microrganismos (PR 3 – 4, PR 4 – 4 e PR 4 – 6) isolados de material derivado de petróleo do Porto do Recife. Cada cultura pura foi repicada em tubo inclinado, contendo meio batata-glicose-agar (BGA). Os tubos foram incubados a 30 ºC por 5 dias e conservados a 5 ºC.

Os microrganismos foram cultivados em frascos de Erlenmeyers de 250 mL, contendo 100 mL do meio de cultivo - na ausência e presença de guaiacol (32 μL/L) – em g/L: glicose 30, extrato de levedura 7,5, triptona 15, a pH 5,6, sob agitação em orbital 180 rpm, a 30 ºC durante 7 dias.

O líquido metabólico foi separado da biomassa por filtração e utilizado na determinação de pH, proteínas e atividades enzimáticas.

As atividades oxidases foram avaliadas espectrofotometricamente, acompanhando a oxidação dos substratos ABTS [ácido 2,2'-azino-bis-(3-etilbenzotiazolina-6-sulfônico)] 5mM e siringaldazina [azina 4-hidroxi-3,5-dimetoxibenzaldeído] 5 mM. Atividades peroxidases foram detectadas na presença de peróxido de hidrogênio (HUBLIK; SHINNER, 2000).

Uma unidade internacional (UI) de atividade oxidases foi definida como a quantidade de enzima que catalisa a oxidação de 1 μmol de substratos específicos na presença de tampão citrato pH 5,6 e a 28 ºC.

Resultados e Discussão

Nos cultivos submersos na presença de glicose como fonte de carbono, foi evidenciado o crescimento em "pellets" do *P. chrysosporium* e formação de grande quantidade de biomassa das amostras de fungos filamentosos PR 3-4, PR 4-4 e PR 4-6.

Os valores de pH durante os cultivos dos microrganismos variaram em torno de 5,6.

As atividades enzimáticas detectadas no líquido metabólico para os substratos ABTS e Siringaldazina, na presença e ausência de peróxido de hidrogênio, estão ilustradas na Tabela 1.

Tabela 1 Médias de atividades oxidases em UI/mL sobre ABTS e siringaldazina para as amostras de fungos filamentosos investigados

Microrganismo	Condições de cultivo	ABTS	ABTS + H_2O_2	Siringaldazina	Siringaldazina + H_2O_2
P. chrysosporium	Sem indutor	1,2	0,7	ND	0,3
	Guaiacol	1,0	0,9	0,1	0,3
Amostra PR 3-4	Sem indutor	0,8	0,8	0,6	0,4
	Guaiacol	0,8	0,8	0,5	0,3
Amostra PR 4-4	Sem indutor	1,0	ND	ND	ND
	Guaiacol	1,1	ND	0,1	ND
Amostra PR 4-6	Sem indutor	1,0	1,1	0,6	0,5
	Guaiacol	1,2	1,2	0,7	0,5

ND = atividades não detectadas sob as condições investigadas

Ressalta-se que a amostra de microrganismo isolado PR 4-6 produziu as maiores atividades lacases, sob as condições investigadas, utilizando glicose como fonte de carbono em cultivo submerso. O aumento das atividades oxidases detectado na presença de guaiacol variou de 10 a 20 %. Analisando os resultados ilustrados, a amostra de microrganismo PR 4-4 foi a única que não oxidou o ABTS e siringaldazina na presença de H_2O_2.

Clemente, Anazawa e Durrant (2001) detectaram atividades lacases sobre siringaldazina na faixa de 0,3 a 1,2 UI/L para treze fungos filamentosos isolados de solo, quando cultivados na presença de naftaleno. Os autores utilizaram outros compostos aromáticos como fontes de carbono cujos resultados de atividades oxidases foram menores. Ressalta-se que nesse trabalho, as atividades foram detectadas em sobrenadantes (extrato bruto).

Os resultados detectados nesse trabalho são promissores, com destaque especial a amostra de fungo filamentoso PR 4-6, que apresentou atividades oxidases superiores aqueles descritos na literatura.

Conclusões

Atividades oxidases são produzidas pelos fungos filamentosos: *P. crysosporium* e amostras de microrganismos isolados PR 3-4 e PR 4-6 sobre os substratos ABTS e siringaldazina na presença de glicose 30 g/L com 7 dias de cultivo submerso.

Dentre os microrganismos investigados, a amostra de microrganismo PR 4-6 é a maior produtora de oxidases sobre ABTS e siringaldazina, independente da presença de peróxido de hidrogênio.

P. crysosporium apresenta atividades oxidases sobre siringaldazina, dependente de peróxido de hidrogênio.

Agradecimentos

Apoio financeiro: CNPq / CTPETRO - FINEP e PIBIC/UNICAP.

Orientação das professoras Roziana Jordão e Alexandra Salgueiro.

Referências

CLEMENTE, A. R.; ANAZAWA, T. A.; DURRANT, L. R. Biodegradation of polycyclic aromatic hydrocarbons by soil fungi. **Brazilian Journal of Microbiology**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 255-261, 2001.

DEKKER, R. F. H.; BARBOSA, A. M. The effects of aeration and veratryl alcohol on the production of two laccases by the ascomycete Botryosphaeria sp. **Enzyme and Microbial Technology**, Surrey, v. 28, p .81-88, 2001.

DUARTE-VÁZQUEZ, M. A.; ORTEGA-TOVAR, M. A.; GARCÍA-ALMENDAREZ, B. E. Removal of aqueous phenolic compounds from a model system by oxidative polymerization with turnip (*Brassica napus* L var purple top white globe) peroxidase. **Journal of Chemical Technology and Biotechnology**, [S.I.], v. 78, p. 42-47, 2002.

HUBLIK, G.; SHINNER, F. Characterization and immobilization of the laccase from Pleurotus ostreatus and it use for the continuos elimination of phenolic pollutants. **Enzyme and Microbial Technology**, Surrey, v. 27, p. 330-336, 2000.

MIELGO, I.; PALMA, C.; GUISAN, J. M.; FERNANDEZ-LAFUENTE, R.; MOREIRA, M. T.; FEIJOO, G., LEMA, J. M. Covalent immobilisation of manganese peroxidases (MnP) from *Phanerochaete crysosporium* and *Bjerkandera* sp. BOS55. **Enzyme and Microbial Technology**, Surrey, v. 32, p. 769-775, 2003.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS EMPRESAS INCUBADAS BASEADA NOS CICLOS SIMPLES E DUPLO DE CHRIS ARGYRIS

Bianca Bastos Mazullo[1]; José de Arruda Raposo[2]; Helder Pontes Régis[3]; Maria Luiza Nery do Nascimento[4]; Thiago Nunes Bezerra de Melo[4]

[1] Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: biancamazullo@yahoo.com.br
[2] Professor do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa Gestão Empresarial. E-mail: jpraposo@rce.neoline.com.br
[3] Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências Tecnológicas, Participante do Grupo de Pesquisa Gestão Empresarial. E-mail: hregis@hotlink.com.br
[4]Estudantes do Curso de Administração do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais. E-mail; luizaneryn@ibeste.com.br/pthiagoadm@terra.com.br

Resumo

O presente estudo analisa em que grau de aprendizagem e de motivação encontram-se os empreendedores das empresas incubadas da Região Metropolitana do Recife. Dele, foram coletados depoimentos com empreendedores, analisando as suas versões de como atravessaram (ou estão atravessando) essa fase de incubação. E, particularmente, com o interesse voltado ao processo de aprendizagem da equipe, baseado na teoria de Chris Argyris, que ilustra o modelo de aprendizagem de Circuito Simples - onde os empreendedores se adaptam para atingir fins preestabelecidos pela empresa - e do Circuito Duplo – que demonstra a inovação como principal fator da aprendizagem voltada ao cliente, ampliando suas redes em parcerias com outras empresas e fornecedores, em que se questiona a eficácia da aprendizagem individual ou coletiva.

Palavras-chave: inovação; incubadoras; empreendedores.

Introdução

A aprendizagem organizacional é um processo de conhecimento, compreensão do comportamento e melhoria das ações dentro das organizações, através do qual se pode perceber, ainda, sua influência quanto à mudança de rotinas e desempenho dos indivíduos ali inseridos. De acordo com Argyris (1978), é nesse aspecto da aprendizagem que os indivíduos têm a capacidade para detectar e corrigir os erros com atenção aos valores governantes das ações. Baseado nessa teoria, este estudo se volta para uma avaliação da aprendizagem e da motivação dos empreendedores das empresas incubadas. Mais especificamente, pode-se encontrar, dentro desse universo, indivíduos com dificuldades de realizar suas tarefas, defendendo-se e impedindo, com isso, a fluidez do aprendizado organizacional. Vale ressaltar que a absorção desses conhecimentos somente se fará presente, a partir do momento que esses indivíduos superarem essas barreiras.

Projeto: Aprendizagem e Motivação de Empreendedores Vinculados a Incubadoras de Empresas. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP

A pesquisa de campo foi realizada a partir de uma amostra tomada entre as empresas de base tecnológica da região metropolitana do Recife. Tal amostra contemplou as incubadoras indicadas pelo dirigente da INCUBANET – instituição responsável pela coordenação nascimento de novos projetos das incubadoras organizadas pelo governo do Estado de Pernambuco – como as que têm desenvolvido processos de capacitação e desenvolvimento, aspectos que particularmente interessam a esta pesquisa. Tais incubadoras são: MATER (Matriz Empreendedora do Recife), da Faculdade Integrada do Recife; CESAR (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife), do Porto Digital; e INCUBATEP (Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica do Estado de Pernambuco), do Instituto Tecnológico de Pernambuco. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com dirigentes das incubadoras e aplicação do questionário junto aos sócios das empresas incubadas, onde já foi possível colher informações (conclusões parciais) sobre as estratégias adotadas por cada uma das entidades visitadas. Nesse contexto, pode-se observar os diferentes aspectos e estratégias de capacitação adotados pelas incubadoras e suas contribuições para crescimento dos empreendedores incubados. A referente pesquisa tem sua atenção voltada ao sentido da evolução e desenvolvimento da aprendizagem e motivação desses empreendedores, enquanto formam sua empresa e trabalham seus produtos, enquanto têm a oportunidade de desenvolver suas equipes, aplicando um modelo dinâmico e participativo de gestão, gerando uma pressão saudável ao ambiente organizacional, onde todos os envolvidos compartilham as informações e são cúmplices do plano estratégico e das metas, conduzindo assim todos a um processo de mudança, que deve ser compartilhado e sincronizado em tempo real.

Mais do que nunca, as empresas demandam pessoas que sejam inovadores. Para isso faz-se necessário o investimento em várias fontes de conhecimento que as estimulem a transformar suas idéias em informações, a compartilhar experiências no grupo, melhorando assim os produtos e serviços de suas empresas. Sem aprendizado, os funcionários dificilmente produzirão, e a empresa correrá risco de vida. Ou seja, deve haver abertura suficiente para que possam inovar e criar alternativas para o negócio. (MACIEL e NASCIMENTO, 2002). Normalmente, as equipes de empreendedores atravessam processos de normalização e ajustes que lhes permitam atingir graus cada vez crescentes de eficácia. Nos estágios iniciais, o de formação e o de ajuste, essas equipes passam por um processo de aprendizagem pelo qual conseguem estabelecer relações pessoais entre si e com o líder bem como definir mais claramente os seus objetivos e metas. A pesquisa dará a oportunidade de investigar o grau de interesse dos empreendedores voltado ao processo de aprendizagem da equipe, através da observação e de depoimentos dos mesmos; como também, analisar as suas versões de como atravessaram (ou estão atravessando) essa fase de incubação e se há boa adaptação e maturidade da equipe, no sentido de antecipar os problemas que poderão surgir e, com isso, desenvolver soluções satisfatórias em tempo adequado, e, por fim, analisar a trajetória desses empreendedores mais amadurecidos, confirmando (ou não) a hipótese de que o fator fundamental de sucesso (inovação tecnológica, foco no cliente, parcerias com outras empresas e fornecedores, ampliação de suas redes) se deve a um processo de aprendizado que se aproxima cada vez mais do Modelo 2, que vai além do aprendizado adaptativo ou de circuito simples, ao questionar não somente os meios, mas principalmente os fins e a eficácia da aprendizagem individual e coletiva.

Metodologia

Pretende-se avaliar o grau de aprendizagem e sua eficácia nos empreendedores das empresas incubadas que participarão desta pesquisa. Será utilizado, com base na literatura, um conjunto de requisitos considerados hoje como fundamentais para a efetiva compreensão dos processos de

aprendizagem no ambiente empresarial.

As pequenas empresas de base tecnológica vêm buscando a inovação e interagindo com outras organizações (governamentais e não governamentais) para adquirir condições de sustentabilidade como resposta à alta mutabilidade dos mercados. Nos estudos de Ana Carênina Ximenes (2002), tais instituições e empresas desenvolveram e transferiram, entre si, vários tipos de informações, recursos e conhecimento. Por outro lado, os estudos de Marianne Hoeltgebaum (2002) sistematizam uma forma de suporte, dado por colaboradores das empresas na fase de concepção e desenvolvimento, que auxiliam na elaboração e preparação do evento empreendedor. Tais equipes constituem multiplicadores voluntários, elementos essenciais no processo de suporte nas incubadoras.

Foram realizadas entrevistas, na amostra selecionada, com o staff de dirigentes MATER, como os diretores de negócios e de planejamento do CESAR e com o gerente geral da INCUBATEP.

A definição do formato do questionário se deu através de reuniões entre fevereiro e abril de 2004. Foram levantadas várias questões quanto à escala que seria utilizada para as respostas, quanto à relação entre perguntas formuladas e teorias abordadas (particularmente as de Argyris e Vroom), assim como à linguagem ideal – a fim de garantir o foco da pesquisa e assegurar o melhor entendimento sobre o que é exposto, já que o questionário é do tipo auto-administrado, com a ação do respondente na leitura e resposta das questões. Essas questões foram exaustivamente discutidas, visando a melhorar a semântica, de forma a não gerar dúvidas para o empreendedor durante as respostas. Nesse mesmo período, deu-se início aos contatos com as incubadoras para promover um consenso sobre uma data e horário de aplicação do questionário. Subseqüente a essas atividades, a aplicação de questionários teve início. Os dados estão sendo coletados por meio de 28 questões em escala do tipo Likert.

A análise dos dados obtida está sendo feita através de gráficos e tabelas de saída obtidos com o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) em forma de percentagens, freqüências e modas.

Resultados e Discussão

A partir dos conteúdos ainda em estudo, as perspectivas teóricas desse relatório de pesquisa são focadas principalmente na teoria de Argyris (1992), representada por seus respectivos ciclos de Aprendizagem Simples (aprendizagem de rotina, de repetição) e Duplo (aprendizagem inovadora, que envolve mudança comportamental) e pelas Rotinas Defensivas (mecanismos de defesa utilizados pelos membros das organizações e que são fatores inibidores da criatividade e do trabalho em equipe). A teoria de motivação de Vroom (1964) é utilizada em conexão com a teoria de aprendizado de Argyris.

Avaliando os empreendedores das empresas incubadas, através dos instrumentos de pesquisa (entrevistas e questionários), poder-se-á melhor a efetiva atuação do indivíduo buscando a eficácia ou não da sua empresa. Ou seja, em que grau de aprendizagem ele se encontra e como ele enfrenta as mudanças rotineiras.

Estão sendo investigadas através dos depoimentos das dirigentes das incubadoras e das comunicações dos sócios das empresas incubadas, ao responderem os questionários, o grau de capacitação e desempenho que as incubadoras oferecem aos seus incubados. Até o presente momento, pode-se observar o interesse geral das incubadoras em dar continuidade ao apoio dispensado desde então, como forma de manutenção dos seus serviços, e de garantir sustentabilidade no mercado de trabalho, mesmo depois do processo de incubação ter chegado ao final. É o que podemos associar com um *"follow up"* (acompanhamento, seguimento junto às

empresas que um dia foram incubadas).

O período de incubação dura em média dois (02) anos, período em que o empreendedor deverá absorver, na interação com outras empresas, com consultores e com instituições externas, todas as técnicas e práticas de como empreender seu negócio. Assim, ele estará passando por um processo de aprendizagem, de forma contínua e com maior fixação; diferentemente de um programa tradicional de capacitação sem resultados permanentes.

Conclusões

Têm-se observado, no Brasil, altas taxas de mortalidade (90%) de novas empresas. As causas desse desaparecimento precoce podem ser atribuídas, em grande parte, ao fato de muitos dos novos empreendedores não conhecerem bem o mercado, não estarem familiarizados com a gestão financeira ou administrativa, ou acostumados decifrar o ambiente socioeconômico. Muitos não reuniram as condições prévias indispensáveis ao sucesso do empreendimento. (DOLABELA, 1999). Daí a importância das incubadoras como forma, não tanto de incorporar novos conhecimentos técnicos – de que supostamente os novos empreendedores já dispõem – mas como uma estratégia de as equipes de empreendedores atravessarem processos de normalização e ajustes ao ambiente de negócios que as permitem atingir graus cada vez crescentes de eficácia. É através dos contatos com o *staff* das incubadoras e com os empresários das empresas incubadas que a maioria dos empreendedores apresenta uma aprendizagem positiva em relação ao processo de incubação.

Nos estágios iniciais de incubação, o de formação e o de ajuste, essas equipes passam por um processo de aprendizagem – e, conseqüentemente, de motivação crescente – pela qual conseguem estabelecer relações pessoais entre si e com o líder bem como definir mais claramente os seus objetivos e metas. Nos estágios subseqüentes, é de se supor que tais equipes tenham passado por processos de aprendizagem equivalentes a estágios (ciclos) mais avançados dos modelos definidos na Teoria da Ação de Chris Argyris. Após a análise dos dados – em andamento – essa hipótese poderá ser confirmada ou negada.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP pela oportunidade da pesquisa, pois com ela passamos a obter um universo de conhecimentos nunca experimentado antes; aos gerentes entrevistados – Marcos Suassuna (Porto Digital), Celso Perez (MATER), Geraldo Magela (INCUBATEP) e Paulo Tadeu (CESAR) – por disponibilizarem as instituições e os empreendedores a participarem deste importante trabalho.

Referências

ARGYRIS, C. e SCHON, D.A. **Organizational Learning**: A Theory of Action Perspective Reading. Massachusetts: Addison-Wesley, 1978.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor.** Ed. Cultura. São Paulo, 1999.

HOELTGEBAUM, Marianne. **Estratégias de Incubamento de Empresas de Base Tecnológica**, 2002.

MACIEL, Cristiano de O. e NASCIMENTO, Maurício R. do. **Fatores Limitantes à Aprendizagem Organizacional e Resistência à Mudança**. 2002. In: Anais 26º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Salvador-BA, 2002.

RÉGIS, Helder P. **A motivação dos professores do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba para participarem do Programa da Qualidade**: um exame com base na teoria da expectância. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. PROPAD. Recife-PE. 2000.

RÉGIS, Helder P. e CALADO, Sônia M. R. **A motivação para participar do Programa de Qualidade do CEFET-PB:** Um exame com base na Teoria da Expectância. In: Anais 25º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Campinas-SP, 2001.

VALENÇA. Antônio C. **Eficácia Profissional.** Ed. Qualitymark. Rio de Janeiro. 1997.

VROOM, Victor H. **Work and motivation.** New York: John Wiley, 1964.

XIMENES, Ana C. de A. **Aprendizagem e Inovação nas Pequenas Empresas de Base Tecnológica Incubadas:** Um Modelo Aplicativo. In: Anais, XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 6 a 8 de novembro, Salvador, Bahia, 2002. CD-ROM.

AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA EM UM GRUPO DE TERCEIRA IDADE NA CIDADE DO RECIFE

Angélica Maria Castro Baía[1]; Erideise Gurgel da Costa Silveira[2]

[1]Estudante do curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia, Participante do Grupo de Pesquisa Ciências da Linguagem. E-mail: erideise@aol.com; angelicacastro855@hotmail.com

Resumo

A importância desta pesquisa consiste em realizar um estudo comparativo entre homens e mulheres da terceira idade, com o auxilio dos profissionais da área, para proporcionar-lhes uma qualidade de vida melhor, se for necessário, com o uso da protetização. Através dos métodos utilizados, foram obtidos: o termo de consentimento; a anamnese onde constam os dados pessoais, profissionais e relativos à perda auditiva; a otoscopia realizada pela orientadora; os exames de audiometria tonal e vocal e a imitanciometria realizadas pela fonoaudióloga Lílian Muniz. Todos os participantes passaram por esses processos e os resultados obtidos foram: em relação ao questionário, fazendo a comparação dessas respostas afirmativas de homens e mulheres, o percentual maior de respostas afirmativas é das mulheres. Em relação aos resultados obtidos pela audiometria sobre o tipo da perda auditiva, vemos que 100% dos homens apresentam perda auditiva sensório-neural, 80% das mulheres apresentam sensório-neural e 20% apresentam sensório-neural para uma das orelhas e, para a outra, perda auditiva mista. No percentual do grau da perda auditiva das mulheres comparado com os homens, verificamos que os homens apresentam um grau maior de perda do que as mulheres.

Palavras-chaves: envelhecimento; presbiacusia; avaliação audiológica.

Introdução

A comunicação é para o ser humano um ato de suma importância, sendo primordial a preservação auditiva. O envelhecimento afeta o relacionamento social do idoso devido a diversos fatores, desenvolvendo um processo característico nos idosos de auto-desvalorização e de baixa estima, agravado por sua dificuldade comunicação (SIQUEIRA e COELHO, 2002). Devido a isso surge a necessidade de compreendermos melhor os idosos e sua queixa constante de não compreensão da fala no meio em que vivem, relacionando-se essa dificuldade à perda auditiva, em que há uma grande influência dessa perda na sua vida em geral e na comunicação no dia-a-dia. A perda auditiva neurossensorial é freqüentemente encontrada na população idosa, sendo mencionada, como principal fator de compreensão de fala deste tipo de população. O idoso tem uma grande dificuldade em falar na presença de outros sons simultâneos, por isso é importante verificar esse problema de discriminação do som, que é explicado por testes especificamente desenvolvidos para avaliar essas dificuldades de compreensão da fala no seu dia-a-dia. A presbiacusia é uma dificuldade auditiva, ou seja, o envelhecimento do ouvido interno, que surge

Projeto: Avaliação Audiológica em Pacientes da Terceira Idade na Cidade do Recife. **Órgão financiador**: Programa Institucional para Base para Iniciação Cientifica da UNICAP

com a idade mais avançada. A perda neurossensorial é lenta e progressiva, sendo pior em freqüência acima de 2000 Hz. As causas específicas da presbiacusia não são bem definidas, porém há uma relação do efeito dos anos, exposição a ruídos, distúrbios do metabolismo, stress, etc. (QUINTERO E MARONE, 2002, p.28.) A audiometria é o método que introduz a noção de medida em audiologia, que tem por finalidade fixar o limiar da audição em cada freqüência. A audiometria tonal é realizada após a explicação e o adequado posicionamento dos fones dentro da cabine audiométrica, o exame iniciará com o teste da via aérea na freqüência de 1000Hz e, a seguir, com as freqüências 4000, 8000, 2000, 500 e 250Hz variando a intensidade de 5 em 5 dB. A audiometria vocal, que consiste em aferir o grau de inteligibilidade da palavra articulada, constitui um método semiótico mais racional que audiometria tonal, uma vez que procura verificar diretamente o poder da percepção auditiva para a palavra e para linguagem articulada, finalidade primordial do sentido da audição.(HUNGRIA, 2000) O Dr. Edigar Rezende de Almeida, diretor-presidente da Fundação Otorrinolaringologia, afirma que as pessoas têm que estar conscientes desse fato, de que o uso de prótese não diminui ninguém. “Só para a gente ter uma idéia, a perda da audição muda o perfil psicológico do individuo. Ele vai-se tornando uma pessoa mais introvertida, mais desconfiada, vai-se interiorizando no seu mundo próprio”. O programa “Reouvir - o despertar da Terceira Idade” procura exatamente conscientizar sobre a importância da audição para o idoso e deixar claro que a presbiacusia não é um problema insolúvel, que ele deve procurar melhorar sua audição. Seja por tratamento médico ou através do uso de uma prótese auditiva. (http// www.forl.org.br/noticia/.php?ID=158 08.02.2004, 18:00horas). O objetivo geral deste trabalho é: Avaliação Audiológica em um grupo da Terceira Idade na Cidade do Recife. E os objetivos específicos são: estudo comparativo entre a audição dos pacientes do sexo masculino e feminino da terceira idade; análise das queixas auditivas relatadas pelos pacientes da terceira idade: e verificar as dificuldades de discriminação do som pelos sujeitos analisados.

Metodologia

Participaram desta pesquisa vinte sujeitos portadores da perda auditiva de ambos os sexos. Material: carta de informação ao participante; termo de consentimento ao participante; roteiro de entrevista inicial semi-estruturada; audiometro computadorizado da marca AMPLAID, modelo 460, já existente na clínica; impedanciometro manual da marca INTERACO USTIC, modelo AG7, já existente na clínica; e o otoscópio marca WECH ALLYN, já existente na clínica. Procedimentos: foram entrevistados 20 idosos portadores da perda auditiva, sendo 10 homens e 10 mulheres; foi realizada uma entrevista semi-estruturada direcionada aos sujeitos com o intuito de colher dados pessoais, profissionais e relativos à perda auditiva. A avaliação audiológica foi realizada na Universidade Católica de Pernambuco com equipamentos descritos acima; a avaliação otoscópica foi realizada pela Orientadora, que é médica, e depois foi realizada a audiometria tonal, audiometria vocal e a imitanciometria pela professora Lílian Muniz.(SPECTOR, N , 2000.)

Resultados e Discussão

Os resultados do questionário das mulheres teve um percentual de: 0% nunca fizeram um exame audiológico, 70% apresentam perda auditiva ao longo dos anos, 90% têm alguma doença metabólica, 60% têm antecedentes familiares com problema auditivo, 50% trabalharam num local com ruídos, 80% já usaram e ainda fazem uso de bebida alcoólica ou cigarro, 90% fazem uso de medicamento, 80% têm dificuldade de entender as palavras que são pronunciadas, 90% apresentam tontura ou zumbido, 70% já tiveram otalgia ou plenitude auricular, e 0% nunca fez uso de prótese auditiva. Com os homens, obtivemos o percentual de: apenas 10% já tinham feito um exame audiológico, 60% apresentam perda auditiva ao longo dos anos, 20% têm alguma doença metabólica, 10% têm antecedentes familiares com algum problema auditivo, 50%

trabalharam num local com ruídos, 90% já usaram e ainda fazem uso de bebida alcoólica ou cigarro, 40% fazem uso de medicamento, 60% têm dificuldade de entender as palavras que são pronunciadas, 50% apresentam tontura ou zumbido, 70% já tiveram otalgia ou plenitude auricular, e 0% nunca fez uso de prótese auditiva.Segundo (CAMPOS e COSTA,2002), a perda gradual da audição se acentua nas freqüências altas à medida que a idade avança, para ambos os sexos, embora as mulheres apresentem configurações audiométricas mais horizontalizadas que os homens. Os resultados audiométricos obtidos não se referem apenas às mulheres com as configurações horizontalizadas, mas aos homens também. Referente ao tipo de perda,100% dos homens possuem sensório-neural bilateralmente e 100% das mulheres bilateralmente também, sendo que 20% têm sensório-neural unilateral e mista na outra orelha. O grau da perda auditiva aponta uma incidência maior para os homens num percentual de 80% de grau leve a moderado, e, nas mulheres, 40%. Na perda de grau leve, as mulheres têm um percentual maior, com 40%; e os homens, 10%. A perda, de grau leve a severo, tem 10% para ambos os sexos de 10%. E 10% das mulheres apresentam perda de grau severo a profundo.

Conclusões

Observamos que fatores como trabalho em local com exposição a ruído, uso de bebida alcoólica ou cigarro, uso de medicamentos, sintomas como tontura ou zumbido podem acelerar o surgimento da presbiacusia. De todos os entrevistados de ambos os sexos, apenas 10% dos homens sabiam qual era o objetivo do exame e já tinham sido submetidos ao exame, os demais nunca ouviram falar sobre esse exame. O percentual do tipo de perda auditiva sensório-neural bilateral tem uma incidência nos homens de 100%, e, nas mulheres, 100%, sendo que 20% têm a perda sensório-neural unilateral. Em relação ao grau da perda, apenas uma tem o resultado com o mesmo percentual para ambos os sexos, de 10% grau leve a severo. Os outros percentuais, relacionados ao grau da perda, demonstram maior incidência para homens, grau leve a moderado em 80% dos casos, e, para mulheres, 40%. Somente 10% das mulheres apresentam uma perda de grau severo a profundo, e de grau leve o percentual das mulheres é maior com 40% e nos homens com 10%. Com os resultados obtidos, verificamos que todos os participantes possuem perda auditiva do tipo sensório-neural, ou seja, presbiacusia, e que alguns deles necessitam de encaminhamentos para o uso de prótese auditiva, a fim de melhorar a qualidade de vida desses sujeitos. Segundo (SIQUEIRA e COELHO, 2002) A comunicação é para o ser humano um ato de suma importância, sendo primordial a preservação auditiva. O envelhecimento afeta o relacionamento social do idoso devido a diversos fatores desenvolvendo um processo característico nos idoso de baixa estima, por sua dificuldade comunicação.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Católica de Pernambuco, por proporcionar aos estudantes uma oportunidade de realizar um estudo científico através do PIBIC. À coordenadora Bianca Queiroga, por permitir a realização dos exames audiológicos na Clínica de Fonoaudiologia, e a Fonoaudióloga Lílian Muniz, por ter realizado os exames em todos os pacientes.

Referências

?CAMPOS, A. H.; COSTA,H. O. **Tratado de Otorrinolaringologia.** São Paulo: Roca, 2002, p.187,188,189.

?HUNGRIA, H. **Otorrinolaringologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 8. ed. 2000, p.330,332.

?QUINTERO, S. M., MAROTTA, R.M.B.E MARONE, S.A.M. **Avaliação do processamento auditivo de indivíduos com e sem presbiacusia por meio do teste de reconhecimento de dissílabos em tarefa dicótica.** 2002, p.28/33.

?SIQUEIRA,R.L.B., COELHO,M.I.V. E GONTIJO F.M**. A velhice:** algumas considerações teóricas e conceituais. 2002, p.899/906.

SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. Ed. Guanabara Koogan, SP, 2000.

AVALIAÇÃO DE RETORNO DE INVESTIMENTO COMO INSTRUMENTO GERENCIAL ESSENCIAL PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EFETIVOS DE PROJETOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Roberto Gomes Aguiar Filho[1]; Eduardo Carneiro Campelo Junior[2].

[1]Estudante do Curso de Ciências da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia, E.Mail : aguiarbeto@aol.com;
[2]Professores do Departamento de Estatística e Informática do Centro Ciência e Tecnologia Participante do Grupo de Pesquisa Tecnologia da Informação,E-mail: eccampelo@uol.com.br

Resumo

Este documento é uma síntese da pesquisa envolvendo o retorno de investimento sobre a tecnologia da informação(ROI-TI). Foram coletadas informações gerais sobre métodos de avaliação de retorno de investimento em diversas áreas e paralelamente pesquisadas formas de avaliação de qualidade de software, com o objetivo de se estruturar um conjunto de variáveis componentes de um método para a redução do grau de incerteza na utilização da tecnologia da informação nas mais diversas áreas da atividade humana. Duas categorias de critérios de avaliação para o ROI-TI foram identificadas no decorrer da pesquisa: os critérios obrigatórios, ou seja, os que diretamente interferem no valor monetário, e os critérios desejáveis ou qualitativos, que devido à sua dificuldade de avaliação são costumeiramente desprezados em estudos de retorno de investimento. O método de avaliação proposto tem, devido ao exposto acima, duas etapas distintas e foi aplicado a alguns casos reais de emprego de tecnologia da informação.

Palavras-chave: ROI; ROI-TI; engenharia de software; avaliação de investimento.

Introdução

É de plena ciência da classe empresarial a importância da Tecnologia da Informação (TI) em suas organizações. Porém pairam dúvidas com respeito ao valor agregado pela TI nas diversas áreas organizacionais, principalmente quando temas subjetivos como “melhorar o desempenho”, “melhorar a comunicação”, etc. são o alvo de sua aplicação.

Outro fator importante é que os recursos para investimento são limitados e um estudo de retorno de investimento pode reduzir a incerteza com relação à qual, dentre as alternativas de investimento, é a mais adequada ao momento.

Pensando nisso, iniciou-se a pesquisa dos cenários atuais, na busca de métodos capazes de reduzir as incertezas sobre soluções de TI a implantar e nas técnicas de gerenciamento de implantação dessas aplicações.

O método aqui proposto tem como principal objetivo uma avaliação tanto quantitativa, ou seja, o valor agregado com e sem a utilização do software, quanto qualitativa, que irá representar

Projeto: Processos de Engenharia Software voltados a garantir a qualidade do produto software com produtividade – e seus aspectos gerenciais. **Órgão Financiador:** Pibic – Unicap.

a melhoria da qualidade do produto ou serviço do usuário nas mesmas condições.

Metodologia

A pesquisa foi iniciada com buscas na Internet de documentação relativas ao tema de Retorno de Investimento em Tecnologia da Informação o que se revelou um assunto muito pouco explorado no Brasil. Desta forma, a pesquisa foi direcionada para buscar documentos relativos às formas de estimativa de ROI (Return of Investment) mais utilizadas pelas empresas no País. De posse dos documentos iniciais, foram feitas pesquisas no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que nos cedeu diversas publicações e nos ministrou curso sobre administração de micro e pequenas empresas, sendo essa a fonte primária para a elaboração da avaliação quantitativa utilizada no método aqui proposto.

Dando prosseguimento à coleta de informações, buscamos publicações junto às bibliotecas da UNICAP e UFPE com o intuito de abordarmos temas como Engenharia de Software, entre outros assuntos, com vistas a possibilitar a avaliação de custos de desenvolvimento de software que é uma das principais variáveis para o cálculo do ROI.

A próxima etapa do processo foi a elaboração de um método que abrangesse os principais aspectos relacionados ao tema, ordenando-os e valorando-os de forma a facilitar a avaliação das alternativas existentes.

Por último, o método foi empregado em sistemas existentes de forma a testar sua eficácia perante os problemas particulares de cada aplicação.

Resultados e Discussão

O retorno do investimento é calculado, via de regra, como a razão entre o valor do investimento e o lucro operacional alcançado com este investimento em uma determinada unidade de tempo(FRAGA,1996).

Para uma análise cuidadosa de estudo de retorno de investimento em tecnologia da informação, porém, é necessária uma análise dos aspectos gerais de satisfação do cliente com respeito a um produto ou serviço (GODRI,1998). Essa preocupação é justificada pelo fato de que a construção da maioria dos softwares é baseada na observação dos requisitos levantados junto a um cliente ou objetivo bem definido, ficando sua adaptabilidade a outros clientes unicamente por conta da habilidade de seu fabricante.

Os aspectos a serem abordados podem ser divididos em três tópicos básicos, a saber, custo, tempo e qualidade (KERZNER,1996), que compõem a análise proposta, sendo esses tópicos divididos em duas etapas de avaliação.

A primeira etapa engloba os aspectos chamados de obrigatórios, ou seja, influenciam diretamente no valor monetário do investimento e têm como característica uma avaliação simples e direta devido a sua fácil valoração.

Os aspectos desejáveis ou qualitativos são avaliados na segunda etapa, que denominaremos refinamento, e irá buscar entre as opções disponíveis a que mais se aproxima dos princípios e valores do usuário e, dessa forma, atingindo de modo mais contundente a sua satisfação. Devemos entender como usuário desde um só indivíduo até uma coletividade como uma empresa, organização ou país.

1. Etapa 1 – Critérios Obrigatórios

Nesta etapa, utiliza-se uma planilha cálculo eletrônica contendo os valores diretos de cada item a ser avaliado para as opções a serem avaliadas, buscando a que tem melhor relação entre o investimento e o retorno do capital.

1.1.Avaliação dos Custos: a avaliação de custo é de longe a mais simples de ser executada. Seus métodos são amplamente aplicados em diversas áreas e especificamente para esta pesquisa são considerados os itens abaixo.

1.1.1.Investimento: o investimento pode ser descrito como o valor monetário que é dispendido na aquisição e operação do sistema de TI. Esse valor sempre é aplicado com expectativa de ser revertido em benefício do processo no qual será utilizado. O investimento pode ser subdividido em dois tópicos descritos a seguir.

1.1.1.1.Investimento Inicial: é o valor em moeda corrente que se paga para a aquisição da licença de utilização do sistema de TI e demais despesas de entrada em regime desse sistema.

1.1.1.2.Custo de manutenção: refere-se a valores cobrados para atualizações ou modificações de funções pelas empresas fabricantes de software.

1.1.2.Redução de custos: é o principal alvo dos investimentos em TI feito por empresas usuárias. Esse fato é observado quando verificamos que os investimentos em TI são inicialmente realizados nas áreas chamadas operacionais das organizações, sejam para a automação dos processos visando ao aumento da produtividade quanto na monitoração dos estoques, com o objetivo de racionalizar os recursos disponíveis.

1.1.2.1.Redução de necessidade de mão de obra: o custo operacional de um empreendimento é, em grande parte, relacionado com a utilização de mão-de-obra, sendo a produtividade da equipe um fator de extrema importância. Parte-se da quantidade de funcionários necessários para a execução de uma determinada atividade em um intervalo de tempo. Quanto menor for a quantidade de funcionários necessários, mais rentável é o empreendimento (FRAGA,1996).

1.1.2.2.Redução na utilização de insumos: os recursos demandados para o desenvolvimento das atividades de uma empresa são limitados. Daí a necessidade do controle da utilização desses recursos.

1.2.Avaliação dos Prazos: a importância dos aspectos relacionados com prazos em ROI-TI, está intimamente ligado com o tempo necessário para que o investimento inicial aplicado seja revertido em aumento do lucro operacional obtido através da utilização da nova ferramenta. Dois pontos podem ser destacados com relação a este tópico.

1.2.1.Entrada em regime: quanto mais rápido o software for colocado em operação, mais rápido os benefícios com sua utilização são percebidos.

1.2.2.Tempo de transferência: na possibilidade da substituição de um sistema de TI por outro, deve ser considerado o fato de que haverá um período de transição caracterizado pela troca de dados entre esses sistemas, treinamento de usuários sobre o novo e desativação progressiva do sistema antigo.

2. Etapa 2 - Critérios Desejáveis

Nesta etapa de refinamento, iremos procurar por características subjetivas. Sendo assim, a planilha utilizada para avaliação possuirá um conjunto de notas, ou seja, valores inferidos pelo usuário para cada critério em particular, sendo que cada critério terá seu peso também inferido de acordo com a aplicação escolhida.

2.1.Avaliação da Qualidade: diferentemente dos descritos na etapa 1, os aspectos relacionados à qualidade são de difícil avaliação no tocante ao ROI-TI. Foram levantados os aspectos mais importantes com foco na satisfação do cliente, ou seja, de relevância para a decisão de aquisição de um produto de TI.

2.1.1.Manutenção: disponibilidade de equipe para manutenção do software seja em caso de pane ou de adaptação aos processos da empresa.
2.1.2.Facilidade de operação: menus simples, atalhos para arquivos de ajuda, manuais completos, guias de utilização, etc. são um grande atrativo para os usuários de sistemas de TI.
2.1.3.Atualizações: freqüência de atualizações, períodos de espera por mudanças de hardware e software são os aspectos mais importantes.
2.1.4.Adaptabilidade ao usuário: o desenvolvimento da maioria dos softwares, hoje em dia, é feito com métodos que extraem os requisitos funcionais de um problema em particular. Essas metodologias foram criadas pela Engenharia de Software para reduzir os problemas relacionados com a crise do software. Porém é bastante desejável a generalização dos produtos de software para diversas aplicações, daí esse fator ser tão importante para nosso estudo.
2.1.5.Tempo de paradas do sistema: efetivamente, o lucro operacional com a utilização do sistema de TI só existe enquanto este estiver operacional. Os planos de contingência para operação nas paradas do sistema são normalmente dispendiosos e implicam queda na qualidade dos serviços apoiados por esse sistema.
2.1.6.Tempo de recuperação de falhas: similar ao item anterior, o tempo de parada por falhas está ligado ao lucro operacional de forma inversamente proporcional. Porém, enquanto, no item anterior, refere-se a paradas programadas como backups, manutenções,etc. esse item relaciona paradas não programadas como quedas de rede, faltas de energia, etc..
2.1.7.Interação com outros sistemas: os sistemas de informação se tornam tão mais úteis quanto forem integrados (FREZATTI,2000).De fato a integração de diversos sistemas é fator determinante para a aquisição de qualquer sistema de TI.

Conclusões

O ROI é de fundamental importância para as organizações em geral e, especificamente, a área de TI é carente de ferramentas e métodos de estimativas e controle para tal. Os aspectos relativos ao tema vão além do investimento inicial e custos de manutenção, chegando a critérios qualitativos de difícil resolução. A verificação dos valores subjetivos tem como efeito esperado a aproximação da solução adotada com os princípios e valores do usuário buscando sua satisfação. Os testes realizados com a utilização do método proposto mostram sua eficácia na análise de alternativas concorrentes até este momento, o que encoraja sua aplicação em diferentes situações com condições de incerteza presentes.

Agradecimentos

Ao Professor Eduardo Campêlo, por sua paciência, orientação e apoio durante todo o trabalho.

Referências

FRAGA, Carlos. *Como Calcular o Custo e Preço de Venda nas Pequenas Empresas*. Salvador: Sebrae, 1996.
FREZATTI, Fábio. *Orçamento Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2000.
GODRI, Daniel. *Conquistar e Manter Clientes*. 91 ed. Blumenal: Eko,1998.
KERZNER, Harold. *Project Management* – A Systems, Approach to Planning, Scheduling and controlling. 70 ed. Berea: John Wiley & Sons,Inc,1996.

AVALIAÇÃO DE RISCOS COMO INSTRUMENTO GERENCIAL ESSENCIAL PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EFETIVOS DE PROJETOS EM ENGENHARIA DE SOFTWARE (ARPES)

Eronita Maria Luizines Van Leijden [1] ; Eduardo Carneiro Campelo Junior [2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia Participante do Grupo de Pesquisa: Tecnologia da Informação E-mail: eccampelo@uol.com.br

Resumo
Freqüentemente, projetos de desenvolvimento de software têm falhado, ocasionando grandes desperdícios de recursos, e frustrações. Tem-se observado que entre as causas principais estão práticas gerenciais inadequadas. O objetivo deste projeto de pesquisa é definir um modelo de avaliação de riscos de insucesso de projetos de engenharia de software, em face de maior ou menor intensidade de um conjunto de fatores condicionantes. O modelo aqui proposto denominado "ARPES", prevê atividades a serem introduzidas na fase de planejamento do projeto, com o objetivo de identificar a presença de fatores de risco, de avaliar a probabilidade de suas ocorrências e conseqüentes impactos, de modo que se possa planejar um arsenal de medidas preventivas e/ou contingenciais atenuantes em caso de suas ocorrências, reduzindo seus impactos a nível suportável. Ao longo da execução do projeto, a ARPES também prevê o monitoramento desses fatores de risco, possibilitando ao gerente promover ajustes e/ou correções em seu planejamento, ou mesmo acionar o plano de contingência que requer o caso. No sentido de auxiliar os gerentes na tarefa de "Avaliar os Riscos" através da aplicação do modelo ARPES proposto, foi desenvolvido um protótipo chamado SARPES (Sistema de Avaliação de Riscos em Projetos de Engenharia de Software) que está sendo testado e avaliado.

Palavras-chave: gerência de projetos; modelo em gerência de riscos; avaliar os riscos; engenharia de software;

Introdução

Observa-se uma elevada ocorrência de investimentos em informática malogrados, cuja causa principal tem sido falhas gerenciais. O papel do gerente de projeto consiste, sucintamente, em alcançar os objetivos do projeto, distribuindo o produto com alta qualidade, no tempo previsto e com o preço justo.Para seu bom desempenho, esse gerente de projetos precisa dominar técnicas e ferramentas de gestão requeridas pela magnitude do projeto. A "Avaliação de Riscos" é uma tarefa de grande importância no gerenciamento de projetos de software. Seu objetivo é definir um conjunto de passos a serem seguidos, com vista a auxiliar o gerente de projetos a identificar os riscos a que seu projeto está submetido, avaliá-los, bem como adotar medidas preventivas e/ou corretivas de modo a reduzir seus impactos a nível suportável [PRESSMAN 1995].
Objetivando auxiliar os gerentes na "Avaliação de Riscos", com base na revisão de literatura realizada sobre a evolução de gerência de risco dentro das normas e modelos relativos à gerência de projetos em Engenharia de Software, foi definido um modelo que incorpora os melhores aspectos dessas normas e modelos, principalmente aqueles relativos aos modelos PMBOK e CMMI.

Metodologia

O trabalho teve início por uma extensiva pesquisa bibliográfica, compreendendo a fase da formalização dos conceitos e dos processos fundamentais à metodologia a ser formulada. Como fontes de consultas se utilizaram, principalmente, documentos encontrados na Internet, normas nacionais e internacionais relativas à qualidade de software e algumas revistas e livros que abordam a Engenharia de Software, mais especificamente, Avaliação de Riscos.

No estudo, foi obtida uma rápida visão sobre engenharia de software, gerência de projetos e gerência de riscos. Foi inserida ao estudo a evolução das normas e modelos em relação à gerência de riscos que fundamentou a elaboração do modelo proposto ARPES. Finalmente, o desenvolvimento do protótipo SARPES concebido para validar e auxiliar a aplicação desse modelo.

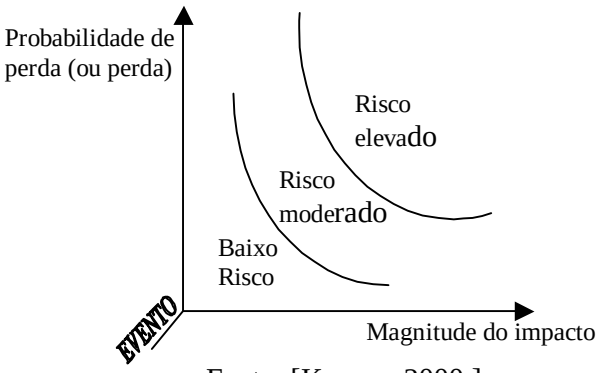
Resultados e Discussão

O software é um produto essencial para o funcionamento dos computadores e máquinas afins. Sua existência como produto pode ser definida como a soma total de programas de computadores, procedimentos, regras, documentação e os dados pertencentes a um sistema de computação.

O modelo proposto objetiva a redução de risco, o qual possui dois componentes básicos para um dado evento [Kerzner 2000]:

- probabilidade de ocorrer o evento; e
- impacto caso o risco ocorra.

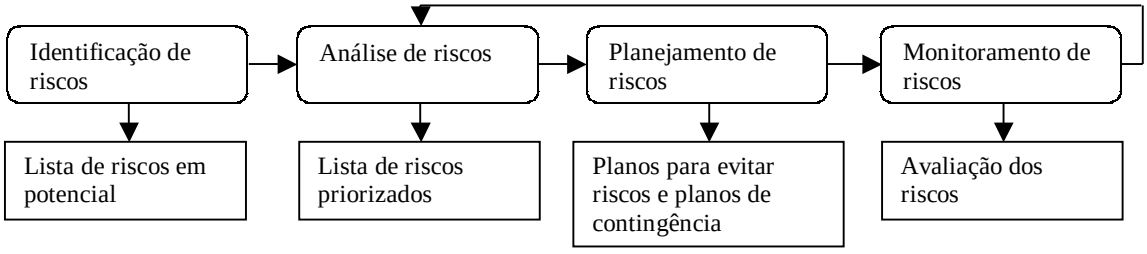
Figura - Função que representa a relação dos componentes



Fonte: [Kerzner 2000]

Avaliação de riscos pretende auxiliar a equipe de projeto a reconhecer e gerenciar incertezas durante o processo[SEI 2000]. Isso inclui os processos envolvidos na identificação, análise, planejamento e monitoração dos riscos.

Figura 3 – Processo usado na avaliação dos riscos



O modelo ARPES foi formulado de tal modo que seus processos sejam complementares aos processos de gerência de projeto, caracterizando-se como uma ferramenta de apoio ao gerente, com vistas a aumentar a probabilidade de sucesso de seu projeto de engenharia de software.
O modelo tem caráter evolutivo, tomando como base as atividades fundamentais da gerência de riscos, tendo sido concebido a partir da integração da visão de diversos modelos, dentre eles o PMBOK, que define todos os processos e atividades que o gerente de projetos deve executar para que um projeto tenha sucesso, e o CMMI, que procura estabelecer o modelo para melhoria da maturidade organizacional usando um modelo incremental.
Assim, procurando reduzir o esforço gasto pelo gerente na fase de planejamento e controle, o modelo aqui proposto enfatiza os aspectos de análise, levando em consideração características do ambiente em que o projeto está inserido, incluindo o ambiente organizacional e possíveis aspectos, focalizando-se no processo de monitoramento dos riscos absorvendo novos eventos que surgem ao longo do ciclo de vida do projeto em questão para reavaliação da situação estudada. As características de uma empresa, por exemplo, o esquema de tempo da organização, o porte, a maturidade, a situação extra-organizacional e o nicho de mercado para o qual a empresa foi inicialmente concebida, podem interferir no estado de cada risco.

Figura – Tela do protótipo SARPES

Para validar e auxiliar a aplicação do modelo proposto, a figura ao lado mostra a tela inicial do protótipo SARPES (Sistema de Avaliação de Riscos em Projetos de Engenharia de Software) que está sendo desenvolvido na ferramenta MS Access e fazendo uso da linguagem Visual Basic Aplication (VBA).



Conclusões

O modelo é de fácil implementação, sendo viável sua incorporação às práticas gerenciais adotadas pelas empresas regionais, principalmente, por aquelas de pequeno e médio porte. Sua aplicação reduz o risco de a ameaça se concretizar e, caso isso ocorra, minimiza o efeito do seu impacto e agiliza a recuperação das atividades / serviços da organização.
A utilização de um sistema facilita a aplicação do modelo, pois seria difícil monitorar vários riscos de uma organização e fazer as devidas atualizações ao longo do ciclo de vida do projeto de Software sem o auxilio da automação. Nessa circunstância, observa-se a necessidade da implementação do SARPES em uma plataforma mais segura.
Vale salientar que também existe a necessidade de se realizarem mais simulações para avaliar o comportamento do modelo nas várias abordagens da Engenharia de Software.

Agradecimentos

Agradeço à UNICAP pelo apoio financeiro e especialmente ao meu orientador, Professor Mestre *Eduardo Campelo Jr.*, pela orientação e ensino. Agradeço ainda ao Sr. Luís Fernando Soeiro, por ter disponibilizado sua dissertação. E, com carinho, aos meus pais, Wilhelmus e Laudenita, aos meus irmãos e a Ricardo Pimentel, pelo incentivo e confiança.

Referências

[KERZNER 2000] KERZNER, Harold. **Project Management – A systems Approach to planning, scheduling, and controlling**, 7º edição, editora Seventh, 2000. 903- 950 p**.**

[MACHADO 2002] MACHADO, Cristina Ângela Filipak . **A-Risk : Um método para identificar e quantificar risco de prazo em projetos de desenvolvimento de software**. Curitiba, 2002. Disponível em: <www.pmimg.org.br/DissertaRisco.pdf>. Acesso em outubro de 2003.

[PRESSMAN 1995] PRESSMAN, Roger S., **Engenharia de Software**, 7º edição, editora Makron Books, 1995.

[PMI 2000] PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI), Minas Gerais**. PMBOK GUIDE, Project Management Body of knowlegge**. Versão 2000. 127-146 p. Disponível em: <http://www.pmimg.org.br>. Acesso em outubro de 2003.

[SEI 2000] SOFTWARE ENGINEERING INSTITUTE. **CMMI model components derived from CMMI**. Versão 1.0. Disponível em : <http://www.sei.cmu.edu>. Acesso em: dezembro de 2003.

[SOEIRO 1999] SOEIRO, Luís Fernando de Oliveira. **MIGRES: Modelo Integrado de Gerência de Riscos em Engenharia de Software**. 1999. 254 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Disponível em : <http://www.soeiro.com.br/luis/dissertacao_mestrado_pdf.zip>. Acesso em: dezembro de 2003.

[WILLIAMS 1997] WILLIAMS, R. C.; WALKER, J. A.; DOROFEE, A. J., **Putting Risk Management Into Practice**, IEEE Software, Vol. 14, Nº 3, 1997.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Ana Cristina Guimarães Carneiro; Cláudia Satie Hamasaki[1]

[1]Estudante do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais; e-mail: tinagc@ig.com.br, e professora do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais, Líder do Grupo de Pesquisa Economia, Espaço e Meio Ambiente; e-mail satie@unicap.br; novorural@ig.com.br .

Resumo

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise sobre os impactos econômicos e sociais das novas atividades que vêm surgindo na região agreste de Pernambuco, em especial, as atividades ligadas à confecção e ao turismo, principalmente o turismo de compras, de eventos, o religioso e o turismo ecológico e arqueológico. Percebe-se que, tradicionalmente, a agricultura e a pecuária são as atividades predominantes nas regiões rurais, mas alguns fatores vêm mudando esse quadro e fazendo surgir novas atividades no meio rural que têm características de atividades urbanas. São as chamadas atividades 'novo rural'. O surgimento de atividades não agrícolas no meio rural é um fenômeno natural que ocorre por conseqüência da industrialização. No Nordeste, o surgimento de novas atividades não se deve apenas ao processo de industrialização, mas também para complementar a renda, pois a remuneração das atividades puramente agrícolas não garante o sustento de uma família nessa região. Dentre as novas atividades, o turismo e a confecção têm se apresentado em destaque na região do agreste pernambucano. Existem municípios cuja atividade principal é a confecção, como Santa Cruz e Toritama, e o artesanato, como em Caruaru, cujas feiras são conhecidas nacionalmente, e recebem visitantes durante todo o ano, interessados em realizar compras. O turismo, além das modalidades tradicionais, vem-se destacando no que se tem chamado de turismo de eventos, turismo rural, turismo de compras, conseqüente do aumento da produção ligada a atividades não agrícolas, e ao turismo arqueológico, em áreas que tradicionalmente eram ocupadas por atividades rurais e agrícolas.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; exploração imobiliária; turismo de compras; turismo de eventos.

Introdução

O agreste é uma região cuja atividade predominante sempre foi a agrícola, ocupando uma grande população que trabalhava nas lavouras para garantir a sobrevivência. A agricultura de subsistência sempre se realizou em meio das grandes lavouras, inicialmente de algodão, depois de feijão, milho, mandioca e café (Andrade, 1998).

Projeto: O novo rural no agreste de Pernambuco: avaliação dos impactos das "novas" atividades e das políticas públicas sobre o desenvolvimento local. **Órgão financiador:** PIBIC-UNICAP – Programa Institucional de Base de Iniciação Científica.

Até a década de 60 havia equilíbrio entre as duas atividades principais, a pecuária e a agrícola. Quando a produção de café (principal produto agrícola) passou a se reduzir, e com a política de erradicação dos cafezais improdutivos, a pecuária começa a se expandir (Andrade, 1998). Além disso, com o surgimento da industrialização na agricultura, o problema de mão-de-obra se agrava e, conseqüentemente, a migração para os centros urbanos também. Surge a necessidade de se ocupar a mão-de-obra ociosa, que não conseguia, só com a remuneração das atividades agrícolas, sustentar suas famílias. Agregado a isso, existem, no Nordeste, os períodos de seca, que agravam ainda mais o quadro social.

A inserção de tecnologias na agricultura redefiniu o espaço físico, surgindo a necessidade de uma mão-de-obra especializada em atividades não-agrícolas. Graziano da Silva e Campanhola (2000a) consideram como ocupação rural não-agrícola aquelas atividades executadas por pessoas residentes na área rural, mas ocupadas em atividades fora da agricultura, consideradas não-agrícolas, sejam elas desenvolvidas na área rural ou na urbana. As atividades rurais agrícolas são consideradas aquelas ligadas essencialmente à agricultura. Além do mais, o processo de mecanização e a redução de áreas cultivadas diminuem o tempo necessário para a produção de subsistência, dando origem à agricultura em tempo parcial, o que leva à individualização das unidades familiares e a um aumento nas atividades não agrícolas. A pluriatividade, que combina várias atividades dentro e fora das propriedades, permite a não-especialização, pois, agora, o mercado de trabalho rural tem várias opções. Além do aumento das opções de trabalho, existe a necessidade de sobreviver, uma vez que o rendimento das atividades agrícolas é geralmente baixo. Para Roque e Vivan (1999), o que leva os produtores rurais a buscar atividades não-agrícolas são alguns problemas comuns do setor, como alto custo de produção, a interferência de fatores climáticos, a desvalorização das terras e as baixas taxas de retorno sobre os investimentos. Porém é preciso que o produtor tenha uma visão conjuntural do setor, ou seja, é preciso que o agricultor esteja consciente da necessidade de implementar certas atividades que garantam vantagens competitivas e que agreguem valores aos produtos, permitindo sua integração nos programas de desenvolvimento sustentável.

Na mesorregião do agreste pernambucano, um conjunto de municípios vem-se destacando pelas atividades que caracterizam o "novo rural" e em que o rural não pode mais ser caracterizado somente pela agricultura e pela pecuária (Graziano da Silva e Campanhola, 2000b). Entre as novas atividades, destacam-se aquelas relacionadas ao turismo de eventos, turismo religioso, turismo de compras (artesanato), ecoturismo, turismo cultural (que atrai pessoas em função dos produtos culturais, como o folclore, a música regional) e arqueológico e geocientífico. São todas atividades que crescentemente têm atendido a novos nichos de mercado, que podem ser consideradas como focos de dinamismo, com importantes efeitos de encadeamento e importantes repercussões sobre outras atividades.

Com isso, surge a preocupação com os rebatimentos, econômicos e sociais, das atividades características do "novo rural". O objetivo do trabalho é analisar as atividades econômicas desenvolvidas no espaço rural do Agreste de Pernambuco que representam o "novo rural" na região e avaliar os impactos das recentes transformações econômicas, das novas dinâmicas sociais e das políticas públicas em curso em termos de geração de renda e emprego, focando os fatores de alavancagem do desenvolvimento local sustentável e as potencialidades para o crescimento econômico e para o desenvolvimento de novas atividades produtivas não-agrícolas. Esse trabalho dá ênfase às atividades ligadas à confecção e às atividades de turismo, em especial o turismo de compras (que engloba a economia gerada pela produção dos artesãos), de eventos (a exemplo das festas de São João e os festivais de Inverno), religioso (como o de Fazenda Nova) e o turismo ecológico e arqueológico.

Metodologia

A primeira etapa do trabalho de pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre as tradicionais e sobre as novas atividades econômicas desenvolvidas no Agreste de Pernambuco. As informações e dados secundários correspondem a levantamentos estatísticos fornecidos pelo IBGE (Censo Agropecuário, Sidra e Cidades@), dados da FIDEM (Fundação de Desenvolvimento Municipal), CONDEPE (Instituto de Planejamento de Pernambuco), EMPETUR (Empresa de Turismo de Pernambuco S.A), outras instituições de governo (estadual e municipal) e não-governamentais, e instituições de pesquisa. O período coberto pelas fontes secundárias deverá corresponder aos últimos 10 anos, e o objetivo foi construir um diagnóstico preliminar que considerasse os fatos econômicos, técnicos e sociais como fatores explicativos da realidade da região estudada. As informações e dados secundários (referentes aos tipos de atividades, produção, emprego, indicadores sociais) permitiram construir o perfil das principais atividades relacionadas ao "novo rural" no Agreste pernambucano.

A segunda etapa tem como meta a realização de visitas aos municípios selecionados. Estes municípios foram escolhidos pelo destaque que vêm obtendo no estado. São eles: Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama. A pesquisa de campo se utiliza de questionários e entrevistas com os agentes públicos e privados, buscando informações sobre a diversidade de atividades que são objeto de investigação neste trabalho.

Resultados e Discussão

Através da pesquisa de campo, pode-se perceber que o número de trabalhadores absorvidos pelas novas atividades e que continuam morando no meio rural é muito pequeno. Porém as novas atividades foram responsáveis por grandes transformações, no que tange o tipo de atividade econômica (comercial, artesanato, confecções, prestação de serviços), tanto no município de Gravatá quanto no de Caruaru. No setor de confecções, destaca-se a realização de três grandes feiras (em especial a de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe) que são conhecidas nacionalmente e que vêm destacando-se por uma grande produção de roupas em geral, atraindo a atenção de pesquisas sobre essas atividades, que, embora tipicamente urbanas, têm-se estendido para regiões caracteristicamente agrícolas. A produção das peças que abastecem as feiras é feita principalmente nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. O que se pôde perceber, nas visitas realizadas, é que a feira de Caruaru não é bem estruturada, não está subdividida por produtos, também não dispõe de estacionamento, o que acabou gerando um fraco desempenho nas vendas no período da Semana Santa de 2004.

Destaca-se ainda, na região, o turismo de eventos. Entre os mais importantes estão as festividades de São João em Caruaru, o Festival de Inverno, o Festival do Morango e das Flores em Gravatá, além das festas de Vaquejada em ambas as cidades. Esses eventos mobilizam pessoas cuja tradição era de trabalhos ligados à atividade rural, mas vêm-se engajando em atividades que são tipicamente urbanas determinadas por aquelas.

Em Gravatá, destaca-se o impacto causado pela especulação imobiliária principalmente nas áreas de semi-árido (que ficam à direita da BR232, sentido Caruaru), antes consideradas áreas de pouco valor agregado por ter terras improdutivas e, atualmente, com alto valor de mercado. Para os antigos proprietários das terras daquelas áreas de clima e solo semi-árido, assim como para os produtores rurais, a exploração imobiliária combinada com o turismo de eventos mudou radicalmente a estrutura do município, uma vez que as festas realizadas para divulgar os produtos agrícolas da região aumentaram a demanda por produtos de consumo e pela mão-de-obra local.

Já, em Caruaru, também pode-se perceber um número pequeno de pessoas trabalhando no meio urbano e morando no meio rural. No entanto, assim como em Gravatá, o surgimento das novas atividades urbanas refletiu-se diretamente no meio rural. A atividade que se destaca é o turismo de eventos, em especial a festa de São João, e o turismo de compras, com destaque para as feiras de Caruaru e do Alto do Moura. Em Caruaru, as feiras de confecções, de alimentos e de artesanatos, reúnem produtores rurais e urbanos. Muitos dos artesãos de couro e de confecções são moradores da área rural, mas que dependem da atividade comercial nas feiras. No Alto do Moura, está o maior pólo de concentração de produtores de artesanato em barro do País, além de crescer a atividade de prestação de serviços na área de alimentação com base na carne de caprinos. Caruaru é considerado um entreposto comercial, porém vem enfrentando dificuldades devido à falta de uma política pública com vista a garantir o fluxo comercial durante o ano inteiro. Hoje, as atividades estão concentradas em períodos específicos do ano, em especial nos relacionados às festas juninas e ao final de ano.

Ainda, em Caruaru, na área do município localizada na região de microclima de agreste, destaca-se a importância do programa PRONAF B do Governo Federal, linha de microcrédito destinada a agricultores familiares, pequenos produtores, com renda familiar anual de até R$ 2 mil, com o objetivo de financiar qualquer atividade que gere renda. Do total dos recursos conseguidos pelas famílias, cerca de 65% são utilizados para criação de bovinos, 22% para a de caprinos e 11% na aquisição de máquinas e equipamentos para costura, que confirma a importância das atividades não-agrícolas em regiões tradicionalmente voltadas para a agropecuária. Segundo o diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Carurau, o PRONAF B já beneficiou 883 famílias e já foram emprestados aos produtores de Caruaru cerca de R$ 700.000,00 em 30 comunidades, dados que permitem concluir que a população rural não tem mais estímulos para se transferir para o meio urbano, uma vez que, dados os recursos do programa e as ações públicas de orientação das atividades, somadas àquelas ligadas à confecção, têm-se gerado condições de produção e residência no meio rural.

Conclusões

O Agreste pernambucano é uma região que apresenta características que estão beneficiando o surgimento de novas atividades econômicas não relacionadas à tradição da agropecuária. Graziano da Silva e Campanhola (2000a) chamam de ‘o novo rural’ as atividades realizas no meio rural que não são atividades ligadas à produção agrícolas. O novo rural é uma tendência mundial que consiste no surgimento de atividades não-agrícolas no meio rural. Na região estudada, estão-se destacando as atividades de turismo de compras, de eventos e a de confecção, com crescente participação da população, mesmo daqueles que permanecem residindo na área rural. Cresce a importância do turismo nas áreas de brejo, que têm um clima favorável para eventos como os festivais de inverno e da forte presença da atividade de confecções, que mobiliza governos municipais na criação de infraestrutura para a comercialização da produção, com forte impacto no que diz respeito às transformações socioeconômicas nos municípios selecionados.

Agradecimentos

Ao professor Marisan Mariano de Sousa pelo empenho e pela dedicação com que vêm coordenando este projeto; a todos os entrevistados, que contribuíram fornecendo informações e dados que enriqueceram o projeto; à UNICAP pelos recursos que viabilizaram os trabalhos.

Referências

ANDRADE, Manuel Corrêia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Ed. da UFPE, 1998. 305 p.

GRAZIANO DA SILVA, José e CAMPANHOLA, Clayton (eds.). **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Jaguariúna (SP): Embrapa/Unicamp, 2000a.

GRAZIANO DA SILVA, José e CAMPANHOLA, Clayton (eds.). **O Novo Rural Brasileiro:** uma análise estadual - Nordeste, vol.2, Jaguariúna (SP): Embrapa/Unicamp, 2000b.

ROQUE, A. M. e VIVAN, A. M. *O turismo no espaço rural:* uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. **Revista de Administração da Universidade Federal de Lavras,** 1999. Disponível: http://dae2.ufla.br/revista/Revista%20V1%20N1%20jan_jun%201999_1.pdf

AVALIAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA EM PACIENTES SUBMETIDOS A LARINGECTOMIA PARCIAL PELA TÉCNICA CIRÚRGICA: CRICOIDOEPIGLOTOPEXIA

Simone de Morais Simões[1]; Erideise Gurgel da Costa Silveira[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de CTCH
[2]Professor do Departamento de Biologia do Centro de Biologia Líder do Grupo de Pesquisa Ciências da Linguagem. E-mail erudeise@aol.com

Resumo

Esta pesquisa objetiva maior conhecimento sobre um tipo de laringectomia parcial denominada de cricoiodoepiglotopexia (CHEP), tanto nos aspectos técnico-cirúrgicos quanto nos parâmetros de reabilitação fonoaudiológica dos pacientes submetidos a esta cirurgia. Foi feito um levantamento dos cirurgiões especialistas em cabeça e pescoço e dos fonoaudiólogos que trabalham na área oncológica, nos serviços públicos, privados e filantrópicos da cidade do Recife. A esses profissionais foi entregue um questionário. Participaram desta pesquisa 12 cirurgiões cabeça e pescoço e três fonoaudiólogos. Após a análise das respostas obtidas no questionário aplicado, notou-se que a CHEP, apesar das suas amplas vantagens, é pouco realizada, devido ao fato de que os pacientes, ao procurarem atendimento, já apresentarem tumor em estado avançado. Percebe-se a partir dos resultados obtidos, que há uma ampla necessidade de divulgação dos serviços prestados pelos fonoaudiólogos.

Palavras-chave: Câncer-glótico; Técnica cirúrgica cricoiodoepiglotopexia; Terapia fonoaudiológica.

Introdução

A voz humana é uma das melhores formas de comunicação do homem com o mundo. A voz não participa apenas da fala, mas também de uma série de outras emissões como o choro, o riso, o canto, o suspiro, o pigarro, o espirro e a tosse (BEHLAU, 1999).

O paciente com tumor primário da laringe apresenta queixas de rouquidão, desconforto na garganta, obstrução respiratória que ocasiona hemoptise ou dor referida ao ouvido ipsilateral (JATIN, 2000).

A laringectomia subtotal com cricoidoepiglotopexia é indicada para tumores de glote com extensão a ventrículo e falsa prega vocal, com ou sem comprometimento mínimo de espaço paraglótico e/ou pré-epiglótico, com ou sem comprometimento mínimo da subglote e que possa ser ressecado com preservação de pelo menos uma aritenóide (CARRARA, 2000).

Em 1959, descreveram a laringectomia parcial supracricoídea pela primeira vez. Em seguida, LABAYLE E BISMUTH (1972), PIQUET et al. (1974 e 1986), GUERRIER et al. (1987) e LACCOURRE et al. (1990) também estudaram essa técnica (VALE, 2000).

Na laringectomia parcial supracricoídea, mantém-se a cartilagem cricoídea, o osso hióide e ao

Projeto: Avaliação Fonoaudiológica em Pacientes Submetidos a Laringectomia Parcial Pela Técnica Cirúrgica Cricoiodoepigloopexia. **Órgão Financiador:** UNICAP

menos uma cartilagem aritenóide a fim de preservar as funções da laringe. A manutenção de cartilagem cricoídea permite a retirada da traqueostomia, e a conservação de pelo menos um aritenóide permite melhores condições para produção da voz, bem como a função esfincteriana da laringe, que auxilia na deglutição (VALE, 2000).

Os mecanismos que envolvem o desenvolvimento do câncer são muito complexos e ainda não totalmente conhecidos (BEHLAU, 1999).

Embora as cirurgias de cabeça e pescoço, quando realizadas precocemente, possam apresentar alta taxa de cura, suas seqüelas podem envolver desconfigurações que vão alterar, em maior ou em menor grau, a imagem corporal, funções vitais como a respiração e a deglutição, e a comunicação oral, modificando ou impossibilitando a expressão do pensamento e das emoções. (SILVIA, 2003).

Entre os diversos profissionais que atendem esses pacientes se encontram: os cirurgiões cabeça e pescoço, o radioterapeuta, o oncologista clínico, o fonoaudiólogo, os enfermeiros, o fisioterapeuta, o nutricionista,o cirurgião dentista, o psicólogo e o assistente social (CERVANTES, 2000).

Os processos de deglutição e fonoarticulação são dinâmicos e dependentes de vários fatores, entre eles, a integridade do sistema nervoso central, das estruturas de orofaringolaringe envolvidas, do tônus muscular, da mobilidade e da precisão dos movimentos, e da sensibilidade geral e especifica. Vista a complexidade das estruturas e funções divergentes que ocorrem para um equilibrado processo de deglutição e fonoarticulação, conseqüentemente todas as mobilidades de tratamento para os tumores de cabeça e pescoço podem acarretar seqüelas fonoaudiológicas em diferente grau de severidade (SILVIA, 2003).

As ressecções verticais de laringe afetam mais a função de fonação enquanto que as ressecções horizontais da laringe afetam mais a deglutição (SILVIA, 2003).

O principal objetivo da reabilitação em pacientes que apresentam câncer de laringe é desenvolver mecanismos compensatórios para as funções comprometidas. Com isso, o trabalho multidisciplinar torna-se talvez a única possibilidade de se encontrar realmente funções satisfatórios (CAMARGO, 1998).

A reabilitação fonoaudiológica deve preferencialmente ter início no período pré-operatório, a fim de estabelecer uma relação de confiança entre o terapeuta e o paciente. Além disso, é o momento de fornecer as diversas orientações ao paciente e a sua família (CAMARGO, 1998).

No momento pós-operatório, o fonoaudiólogo reativa o vínculo que já foi previamente estabelecido, adotando, nesse momento, algumas práticas que visem à facilitação da comunicação e alimentação. Nesse período pós-operatório, a traqueotomia deve ser retirada o quanto antes, pois reduz a elevação laríngea durante a deglutição e perturba a sensibilidade dos recaptures mecânicos laríngeos. A retirada permite uma rápida mobilização das cartilagens aritenoídeas preservando o reflexo de tosse e prevenindo infecção pulmonar. A sonda nasoenteral deve ser mantida até o paciente ser capaz de deglutir sem engasgo, tosse e outros de penetração ou aspiração laríngea,verificando através de avaliações especificas (VALE, 2000).

Os pacientes submetidos à cirurgia com cricoiodoepiglotopexia se comunicam através da voz laríngea, não necessitando de traqueostomia definitivo e, por sua vez, apresentam dificuldade de deglutição no período pós-operatório imediato, sendo reabilitado freqüentemente com sucesso (VALE, 2000).

O planejamento da terapia desses pacientes submetidos a cricoiodoepiglotopexia deve abordar os aspectos da disfagia e a disfonia. Favorecendo também aspectos da função respiratória, visto que estes pacientes podem desenvolver problemas respiratórios devido ao alto grau de aspiração.

A abordagem em relação à disfagia visa a manobras de deglutição e a estimulação sensório-oral. Associa-se a manipulação da consistência e volume do bolo alimentar as manobras posturas que constituem a terapia indireta da disfagia. Nas modalidades de abordagem direta tem-se as manobras

de deglutição supraglótica e de Mendelsohn, juntamente com a estimulação térmica (gelada) do reflexo da deglutição,realizada na região dos pilares anteriores. Já na abordagem indireta da deglutição destaca-se a manipulação da consistência alimentar. As estratégias de variação tonal estimulam a elevação da laringe e constituem importante recurso para proteção da laringe durante a deglutição (CAMARGO, 1998).
Logo, nota-se que se o padrão de prevenção fosse feito de maneira efetiva o número de laringectomias totais poderiam diminuir,e as diversas técnicas de laringectomia parcial poderiam ser feitas,deixando o indivíduo sem tantas seqüelas.
Fatos como este, mostram a necessidade do surgimento de novas pesquisas, bem como a importância de um trabalho multidisciplinar.

Metodologia

A amostra desta pesquisa constou de 15 participantes, sendo 12 cirurgiões cabeça e pescoço e 3 fonoaudiólogos tendo como critério de inclusão para participar destes estudos, profissionais que fossem aptos a trabalharem com a técnica cirúrgica cricoiodoepiglotopexia. O procedimento para realização desta pesquisa foi feito através da aplicação de um questionário específico para cada um destes profissionais, onde posteriormente as respostas dadas aos mesmos foram analisadas e comparadas com a literatura.

Resultados e Discussão

No questionário aplicado para os cirurgiões cabeça e pescoço, notou-se que a técnica cirúrgica cricoiodoepiglotopexia apesar de ter surgido desde 1959, há pouco tempo vem sendo realizada, sua indicação é restrita de acordo com o tipo de tumor, pacientes idosos e que apresentem problemas de aspiração são contra-indicados para serem submetidos a esta cirurgia, as principais vantagens da CHEP é que o paciente continua falando e não precisa ficar com a traqueostomia, contudo sua principal desvantagem é o alto grau de aspiração, 98% dos cirurgiões afirmam que fazem o encaminhamento dos seus pacientes para o fonoaudiólogo. A principal meta da terapia fonoaudiológica consiste em trabalhar a nível dos problemas de deglutição bem como aspectos respiratórios, o tempo médio de reabilitação varia muito de acordo com cada paciente .

Conclusão

Em virtude dos dados colhidos, nota-se que apesar da CHEP ter surgido desde 1959 há pouco tempo vem sendo realizada. A indicação da CHEP é restrita, é contra indicada principalmente em pacientes idosos e com dificuldade respiratória. A principais vantagens da CHEP, referem-se ao fato de que o paciente continua falando e não precisar de traqueostomia. Já sua principal desvantagem se refere a o alto grau de aspiração apresentado por esses pacientes.
É reduzido o número de CHEP realizadas, visto que o fator de prevenção não é eficaz e quando o paciente procura atendimento o tumor já se encontra em um estado avançado.
Ao final do questionário aplicado para os cirurgiões cabeça e pescoço, nota-se que os mesmos vem ampliando seu conhecimento sobre o trabalho do fonoaudiólogo. Desta maneira, a decanulação bem com a retirada da sonda nasogástrica estão sendo feitas o quanto antes para que o paciente faça uma deglutição mais efetiva, facilitando desta forma o trabalho do fonoaudiólogo
A aplicação do questionário aos fonoaudiólogos revelou que o número de profissionais aptos a trabalharem com esses pacientes oncológicos é reduzido. Pode-se também concluir quer os hospitais da rede pública e privada oferecem o serviço de fonoaudiologia, contudo não atendem a pacientes que apresentam câncer de laringe
encaminhando estes pacientes para o hospital do câncer.

Com isso nota-se que o conhecimento por parte dos cirurgiões cabeça e pescoço vem aumentando em relação à importância do trabalho do fonoaudiólogo.

Agradecimento

Agradeço à PROPESP, aos participantes que se disponibilizaram para realização desta pesquisa. A Erideise minha orientadora, a Coeli, Dr. Bartolomeu só tenho a lhes agradecer, porque descobrir tudo isto graças a vocês que me impulsionaram e muito me ensinaram deixando -me a certeza que tudo deve ser feito buscando sempre o melhor.

Referências

BELHAU, M; GILOW, I; CARVALHO, V. A . **O laringectomizado:** informações básicas. Rio de Janeiro: Revienter, 1999, p. 01-31.

CAMARGO, Z. A. **Fundamentos em fonoaudiologia**. Tratando os distúrbios da voz. Rio de Janeiro: Gunabara Koogan, 1998, p. 99-114.

CARRARA, A. E. **A atuação da fonoaudiogia no câncer de cabeça e pescoço**. São Paulo, Lovise, 2000, p. 97-226.

CERVANTES, O. **Fonoaudiologia em cancerologia**, laringectomia parcial supracricoide: Avaliação perceptiva auditiva e acústica da voz. S. P: . Fundação oncocentro de S. P. , 2000.

JATIM, P. S. **Cirurgia de cabeça e pescoço**. Rio de Janeiro: Rever, 2000, p. 267-354.

VALE, P. LTERESA. R. A. **Fonoaudiologia em cancerologia**, laringectomia parcial supracricoide: Avaliação perceptiva auditiva e acústica da voz. S. P. Fundação oncococentro de S. P. , 2000.

SILVIA,T. O. **Fonoudiologia Hospitalar**. São Paulo, lovise, 2003, p. 161-174.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA PSICOLOGIA CLÍNICA

Ana Carolina Novaes Escorel[1]; Célia Maria Souto Maior de S. Fonsêca[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: anaescorel@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Integrante do Grupo de Pesquisa de Interação Social e Familiar. E-mail: celiasoutomaior@yahoo.com.br

Resumo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de tipo exploratória, cujo objetivo é conhecer o modo como psicólogos recifenses, da área Clínica, realizam a Avaliação Psicológica. Para tanto, como meio de coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista, visando a obter as informações pretendidas. Este tem formato estruturado, semidirigido e sua aplicação foi individual. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, na íntegra, pela bolsista responsável. O material colhido através das entrevistas foi trabalhado mediante análise de conteúdo. Os resultados obtidos até o momento apontam para a necessidade de se revalorizar o uso dos instrumentos de avaliação, adotando-se conduta pautada na ética e no preparo técnico dos profissionais. Enfatiza, ainda, a necessidade de se desenvolverem pesquisas voltadas para essa temática, de modo a colaborar com o ensino e a prática da Psicologia.

Palavras-chave: psicodiagnóstico; testes psicológicos; personalidade.

Introdução

A questão da Avaliação Psicológica tem-se mostrado, dentre outras da Psicologia, como uma das que mais tem demandado estudos e reflexões, principalmente por lidar com instrumentos que pedem atualização permanente, passando a exigir, por conseqüência, reciclagem constante do profissional que os utiliza.

Neste trabalho, a expressão Avaliação Psicológica será compreendida conforme conceituação utilizada por Pasquali (2001, p. 29), para quem a avaliação psicológica refere-se à "coleta e interpretação de informações psicológicas resultantes de um conjunto de procedimentos confiáveis que permitam ao Psicólogo julgar um comportamento."

Este estudo focalizará a Avaliação Psicológica enquanto relacionada à práxis[1] de profissionais da Psicologia Clínica. Sua utilização, nesta área, tem como objetivo conseguir uma descrição e compreensão da personalidade do cliente bem como dos aspectos intelectuais, visomotores, entre outros.

Segundo Ocampo; Arzeno et al (1999, p. 7), o Psicodiagnóstico Clínico pode ser considerado como "uma situação bipessoal, de duração limitada, cujo objetivo é conseguir uma descrição e

[1] Segundo Ferreira (1999, p.1622), entende-se práxis como atividade prática; ação, exercício, uso.

Projeto: Avaliação Psicológica na cidade do Recife: Estudo Exploratório da práxis de profissionais nas áreas da Psicologia Jurídica, Clinica, Escolar e Organizacional. **Órgão financiador:** PIBIC-UNICAP

compreensão, o mais profunda e completa possível, da personalidade total do paciente ou do grupo familiar."
As autoras enfatizam, ainda, a importância de se investigar algum aspecto particular relativo à sintomatologia e às características da indicação, se houver. Uma avaliação psicológica, de enfoque clínico, pode incluir a formulação de diagnóstico e de prognóstico, além de permitir, quando alcançado um panorama preciso, a formulação de recomendação terapêutica para o caso.

O tema da Avaliação Psicológica tem sido alvo de muitas críticas e contestações, formuladas por psicólogos e até mesmo por profissionais de outras áreas. A década de sessenta mostrou-se como uma das mais críticas nesse sentido. Segundo Wechsler (2001), essa reação de descrédito foi fruto, principalmente, do imenso estado de estagnação em que esse estudo se encontrou durante um longo período. Um outro fator que contribuiu para que o processo de descrédito se ampliasse, refere-se ao fato de o psicólogo brasileiro recorrer, com freqüência, à utilização dos testes criados em outras culturas, sem que sejam feitas as adaptações necessárias. As críticas quanto à inadequação desses instrumentos acabaram por recair sobre os profissionais que se utilizam deles, com repercussão negativa sobre a categoria.

Em face das dificuldades enfrentadas pela área, o Conselho Federal de Psicologia – CFP, através da Resolução 25/2001, de 30 de novembro de 2001, propôs uma revisão dos testes, ao mesmo tempo que estaria incentivando o desenvolvimento desses instrumentos. Foi, portanto, por meio da Resolução CFP 002/2003, de 6 de novembro de 2003, que se definiu e regulamentou o uso, a elaboração e a comercialização dos testes psicológicos.

Nesses últimos anos, apesar de todo o questionamento relativo ao uso indevido dos testes psicológicos, mais do que nunca, tais instrumentos têm sido estudados e utilizados nos mais diversos contextos. Portanto, faz-se necessária a realização de pesquisas nesse campo, capazes de promover a atualização desses instrumentos, já que nos permitem o estudo do indivíduo pelas mais diversas vias de comunicação.
Esta pesquisa tem por objetivo conhecer o modo como psicólogos recifenses, representantes da área clínica, realizam a avaliação psicológica e, especificamente, identificar os principais instrumentos utilizados pelos profissionais que realizam avaliação psicológica na área clínica; conhecer a opinião dos psicólogos clínicos participantes acerca das técnicas por eles utilizadas no processo de avaliação psicológica; conhecer as necessidades dos profissionais que trabalham com avaliação psicológica na clínica; verificar a existência de formação específica do profissional que lida com a avaliação psicológica na clínica; saber como são trabalhados, pelos profissionais participantes, os resultados da avaliação psicológica.

Metodologia

Os respondentes serão quinze psicólogos que trabalham com avaliação psicológica na área Clínica. Como instrumento de coleta das informações, utilizamos uma entrevista individual, semidirigida. Inicialmente, houve o contato com os profissionais, ocasião em que lhes foi entregue uma carta de apresentação e fornecidos esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa. Foi, então, dado início à coleta de dados, ocasião em que foram feitas as entrevistas. Tais entrevistas foram realizadas, individualmente, nos consultórios de cada um dos participantes. No corpo da pesquisa, esses resultados aparecem em um quadro-síntese, e, no anexo III, as entrevistas estão apresentadas integralmente. O material colhido através das entrevistas foi trabalhado mediante análise de conteúdo dos mesmos.

Resultados e Discussão

No que se refere ao conceito de Avaliação Psicológica, pode-se dizer que, embora as respostas tenham sido bastante diversificadas, os entrevistados a consideraram como sendo um processo, cuja finalidade seria conhecer, de forma mais profunda, a dinâmica da personalidade de um indivíduo. Para tanto, dizem fazer uso de entrevistas, testes psicológicos, observações livres, entre outros instrumentos. Esse processo seria possibilitador de um melhor conhecimento das capacidades psíquicas do indivíduo, tornando-se, assim, um norteador do procedimento terapêutico.Isso é confirmado por Ocampo; Arzeno et al (1999, p.7) quando afirmam que "a Avaliação Psicológica permite, quando alcançado um panorama preciso, a formulação de uma recomendação terapêutica para o caso."

Em relação aos motivos de utilização da Avaliação Psicológica, observou-se que a maioria dos entrevistados afirmou ser solicitada por outros profissionais – psiquiatras, clínicos, ou mesmo psicólogos – ao realizar um psicodiagnóstico, com intuito de obter um diagnóstico diferencial. Algumas vezes, falou-se na necessidade do próprio participante em aprofundar o conhecimento sobre seu cliente, o que novamente encontra eco nas palavras de Ocampo; Arzeno et al (1999) quando dizem que o Psicodiagnóstico Clínico tem como objetivo conseguir uma descrição e compreensão, o mais profunda e completa possível, da personalidade total do cliente.

No que tange à utilização dos testes psicológicos, no processo de Avaliação Psicológica, os projetivos se mostraram essenciais, destacando-se entre eles o TAT, o Rorschach e o CAT, já que foram os testes mais mencionados pelos entrevistados.

No que diz respeito aos benefícios decorrentes da utilização da Avaliação Psicológica, destacou-se a sua utilidade na orientação terapêutica, levando-se em consideração que ela auxilia no levantamento de hipóteses sobre a dinâmica da personalidade do cliente. Alguns dos entrevistados apontaram, também, para a questão da segurança que os instrumentos podem proporcionar, se utilizados de forma adequada.

No quesito que se refere ao preparo para utilização da Avaliação Psicológica, oferecido pelos cursos de graduação, uma parte significativa dos entrevistados afirmou não ter sido preparada satisfatoriamente, apesar de alguns comentarem sobre a oportunidade de conhecerem as possibilidades de trabalho existentes.

Em relação às críticas feitas à Avaliação Psicológica, grande parte dos entrevistados comentou a respeito do uso inadequado dos instrumentos feito pela própria categoria. A questão da inadequação dos instrumentos, no que concerne à validade, padronização, bem como a falta de investimento por parte do Governo, também foi lembrada por eles. Sobre isso, Figueiredo (1997) nos diz que, na maioria das vezes, as falhas não são dos testes, mas, do profissional que os utiliza, sem considerar os princípios éticos básicos de respeito à técnica e ao indivíduo avaliado.

No que se refere à forma como são trabalhados os resultados, foi unânime a afirmação de que todos realizam entrevista de devolução, sendo a maioria com a finalidade de facilitar a compreensão do cliente sobre o processo e sobre as orientações subseqüentes.

No item concernente às sugestões para a melhoria da Avaliação Psicológica, alguns entrevistados falaram sobre a importância de conhecer melhor os recursos de trabalho disponíveis e garantir uma boa formação. A questão da elaboração de material científico foi bastante mencionada, bem como a atitude ética na utilização dos instrumentos. A título de sugestão, aos Conselhos Federal e Regionais, comentou-se que eles deveriam facilitar validações e padronizações, promover revisões de testes e tornar as informações acessíveis à categoria. Sobre isso, temos a afirmação de Cavalcanti (2001, p. 66), que nos lembra: "avaliação psicológica é uma técnica a mais que o psicólogo faz uso, no sentido de potencializar sua prática profissional. Discutir competência é discutir sobre ética, porque é um assunto sobre meios e fins, e, portanto, do universo da ética."

E, finalmente, a última questão abordada diz respeito à repercussão da Resolução CFP 002/

2003, sobre a qual obtivemos as mais variadas respostas. A maioria diz ter sofrido, direta ou indiretamente, modificações no processo de Avaliação Psicológica, que vão desde os cuidados que passaram a ter, a segurança com que poderão utilizar os testes, até o fato de estar sendo necessário familiarizar-se com alguns testes que não são de sua área específica de conhecimento. Isso os leva a fazer uso de testes cuja experiência é mínima, se comparada com aqueles que possuem prática e domínio significativos.

Conclusão

Do exposto, concluímos que se torna imprescindível revalorizar o uso dos instrumentos de Avaliação Psicológica, levando-se em consideração a precisão dos resultados que se podem obter através do bom uso deles. Deve-se ressaltar, também, a relevância de pesquisas voltadas para essa temática, de modo que se possam conhecer, de forma mais efetiva, as reais necessidades do mercado. Assim, é possível elaborar um estudo que ofereça novas contribuições às escolas de Psicologia, pautado nas contribuições oferecidas por toda a nossa categoria profissional em torno das discussões sobre a avaliação e utilização dos testes psicológicos.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Católica de Pernambuco, pela bolsa UNICAP-PIBIC concedida; e aos participantes, pela disponibilidade em colaborar conosco, tendo em vista que, sem eles, torna-se inviável a realização desse tipo de pesquisa.

Referências

CAVALCANTI, F. B. Aspectos éticos e necessários para avaliação psicológica. In: Conselho Regional de Psicologia (CRP) - 13ª Região (org.). **A diversidade da avaliação psicológica**: considerações teóricas e práticas. João Pessoa: Ed. Idéia, 2001. p.61-69.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: 3. ed.., Ed. Nova Fronteira, 1999. p.1622.

FIGUEIREDO, V. L. M. Ética em avaliação psicológica e em pesquisa. In: VII Encontro nacional sobre testes psicológicos / I Congresso Ibero-americano de avaliação psicológica. Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: 1997. p.121-125.

OCAMPO, M. L. S; ARZENO, M. E. G. O processo psicodiagnóstico. In: **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999. p.3-9.

PASQUALI, L. A medida e sua prática em psicologia. In: **A diversidade da avaliação psicológica**: considerações teóricas e práticas. João Pessoa: Idéia, 2001 – Conselho Regional de Psicologia, CRP – 13ª Região. p.29-34.

RESOLUÇÃO CFP Nº 25/2001. **Regulamentação do uso, elaboração de documentos produzido pelo psicólogo decorrente de avaliação psicológica.** Brasília.

RESOLUÇÃO CFP Nº 002/2003. **Regulamentação do uso, elaboração e comercialização dos testes psicológicos.** Brasília.

WECHSLER, S. M. Avaliação psicológica no Brasil: tendências e perspectivas para o novo milênio. In: Conselho Regional de Psicologia (CRP) - 13ª Região (org). **A diversidade da avaliação psicológica**: considerações teóricas e práticas. João Pessoa: Ed. Idéia, 2001. p.17-24.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Ana Carolina Carneiro da Cunha Cruz[1] ; Cristina Maria de Souza Brito Dias[2]

[1]Aluna de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas - UNICAP
E-mail: carolacruzbr@yahoo.com.br ;
[2]Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco
E-mail: cristinabrito@argentina.com
Participante do Grupo de Pesquisa: Interação Social e Familiar

Resumo

A temática referente à Avaliação Psicológica e aos testes psicológicos tem sido muito discutida e questionada pelos profissionais da categoria quanto à sua validade, fidedignidade e padrões éticos de uso. O objetivo da presente pesquisa é conhecer o modo como psicólogos recifenses, representantes da área escolar, realizam a avaliação psicológica; buscando identificar quais os instrumentos mais utilizados; conhecer as opiniões acerca das técnicas por eles utilizadas; quais suas necessidades; verificando a existência de formação específica para trabalhar com a avaliação na escola; bem como conhecer a opinião e o que mudou em suas práticas após a resolução nº 002/2203, do CFP. Para tal, foram entrevistados 11 (onze) profissionais, sendo todas do sexo feminino. Os resultados obtidos mostram que, para a maioria delas, a avaliação psicológica consiste em um conjunto de instrumentos que lhes auxiliarão em suas práticas, permitindo observar o aluno num dado momento. Para tal, fazem uso de testes psicológicos, observações e entrevistas. No entanto, consideram que não tiveram preparo suficiente para lidarem com esses instrumentos na escola, sugerindo a criação de cursos específicos ao tema, possibilidade esta que já estão podendo vislumbrar a partir da resolução do Conselho. Resolução que não mudou quase nada em suas práticas, tendo em vista que elas não vêem os testes psicológicos como meio e fim únicos de suas avaliações. Concluímos que, hoje, para o psicólogo escolar recifense, a avaliação psicológica continua tendo sua importância, mas os testes psicológicos, pouco ou quase nunca, são utilizados.

Palavras - chave: testes psicológicos, psicólogo educacional.

Introdução

A Avaliação Psicológica, enquanto prática caracterizadora do profissional da Psicologia, tem vivenciado um momento em que se faz necessária a constante reavaliação de suas práticas, principalmente no que se refere às técnicas por ele utilizadas. Suscitam-se, dessa forma, na comunidade científico-acadêmica, inúmeros questionamentos quanto à práxis do profissional desta área, bem como à validade e fidedignidade dos instrumentos e resultados por ele utilizados. (NORONHA; ALCHIERI, 2002; WESCHLER; GUZZO, 1999).

Projeto: Avaliação Psicológica na Cidade do Recife: Estudo Exploratório da Práxis de Profissionais das Áreas da Psicologia Jurídica, Clínica, Escolar e Organizacional – **Órgão financiador:** PIBIC-UNICAP

Devido a isso, o CFP, por meio da resolução nº 002/2003, mobilizou a formação de uma comissão avaliadora formada por profissionais da área, que vêm avaliando vários testes utilizados por psicólogos em todo o país. Em novembro de 2003, saíram os primeiros resultados. Alguns testes usados, por exemplo, em processos de seleção pessoal pelas empresas privadas e na aquisição da carteira de motorista, receberam parecer desfavorável, fazendo com que os profissionais que os utilizavam, invistam em outras práticas de avaliação como, por exemplo, entrevistas, dinâmicas de grupo, dentre outras (FILHO, 2003; FERNANDES, 2003).

Aqui no Brasil, por muito tempo, a Avaliação Psicológica norteada por enfoques psicométricos, herdados dos Estados Unidos e Europa, buscava observar, a partir das diferenças individuais, como o indivíduo agia em seu meio e, na educação, não foi diferente. Por muitos anos, nas escolas, os alunos eram tratados por suas diferenças individuais e o fracasso escolar era entendido a partir de uma deficiência intelectual e/ou cognitiva do aluno, não se levando em conta os aspectos ambientais e sociais, facilitadores ou não, do processo de ensino-aprendizagem (ACIOLE, 2001). Tal concepção só começou a mudar a partir do surgimento dos pensamentos humanistas e cognitivistas, que valorizavam os aspectos biopsicossociais na formação do indivíduo (LORENZO; ESTEVAM; OLIVEIRA, 2001).

Na mesma medida, os paradigmas sobre avaliação psicológica também começaram a mudar e o profissional da psicologia passou a compreender que esse processo abarca todos os instrumentos capazes de avaliar a dinâmica comportamental de um indivíduo, de forma a não mais rotulá-lo e limitá-lo. Numa perspectiva educacional, Weschler e Guzzo (1999) entendem a Avaliação Psicológica como *um processo de coleta de dados, estudo e interpretação de informações a respeito das dimensões psicológicas do indivíduo, realizado por meio de técnicas e instrumentos que permitem um conhecimento de capacidades cognitivas e sensório-motoras; componentes sociais, emocionais, afetivos e da personalidade; das dimensões interpessoais e motivacionais; aptidões específicas; valores, habilidades motoras e indicadores psicopatológicos*. (WESCHLER; GUZZO, 1999, p.29).

Observa-se, dessa forma, que, independente do setor de atuação, o psicólogo, em sua práxis, vez por outra, precisa lançar mão de algum procedimento de avaliação psicológica, a fim de compreender melhor o fenômeno que se propõe estudar, podendo ser utilizado para diferentes finalidades, como: encaminhamento, intervenção, diagnóstico, orientação psicopedagógica ou vocacional, seleção, prevenção e pesquisa.

Dessa maneira, considerando que o tema Avaliação Psicológica tem sido motivo de grandes debates e estudos no meio profissional e sentindo a necessidade de que maiores estudos sejam realizados na área, em especial na área da Psicologia Escolar, que quase não dispõe de literatura relacionada ao tema, é que se propõe o presente estudo.

O objetivo geral é conhecer o modo como psicólogos recifenses, representantes da área escolar, realizam sua avaliação psicológica. E, especificamente, objetivamos conhecer quais os principais instrumentos que eles utilizam e suas opiniões acerca das técnicas utilizadas no processo de avaliação; qual o trabalho que é dado aos resultados de suas avaliação; quais suas necessidades; se há formações específicas ao tema; bem como conhecer suas opiniões acerca da resolução nº 002/2003 do CFP.

Metodologia

Por se tratar de uma pesquisa do tipo exploratória, de natureza qualitativa, na qual se buscou conhecer os fenômenos propostos, o instrumento utilizado foi uma entrevista estruturada, com direção semidirigida, realizada individualmente com cada um dos 11 (onze) psicólogos da área escolar. As entrevistas foram gravadas, sendo, posteriormente, transcritas.

O roteiro da entrevista visou a conhecer aspectos como: tipo de instrumentos utilizados,

freqüência com que são feitas as avaliações, profissionais que as solicitam, motivos que os levam a solicitá-las, dificuldades sentidas, críticas e sugestões que fazem, percepção quanto à Resolução CFP nº 002/2003 e o que mudou em sua prática a partir dessa última.

Para a coleta dos dados, os profissionais foram procurados em seu ambiente de trabalho (na escola). Eles responderam à entrevista após a apresentação da bolsista e dos objetivos da pesquisa, e assinatura do termo de livre consentimento. Posteriormente, a entrevista foi analisada de acordo com as dimensões investigadas e, em seguida, analisada em conjunto, com base na literatura consultada.

Resultados e Discussão

A partir dos dados colhidos e analisados por meio das entrevistas, foi observado que, dentre as participantes, no que se refere ao Conceito de A.P, para a maioria, esta seria um conjunto de instrumentos, procedimentos que lhes darão subsídios para observar o indivíduo, no caso, a criança, naquele dado momento.

Para outras, serve não apenas para observar o momento mas também como um meio de coleta de dados da história de vida do sujeito. Opiniões que se assemelham às concepções de Weschler; Guzzo (1999), quando dizem que a avaliação psicológica consiste num conjunto de procedimentos que permitem ao psicólogo coletar, interpretar e observar dados e informações, que observam aspectos biopsicossociais do indivíduo, por meio de técnicas e instrumentos específicos.

Recursos estes, utilizados, segundo os relatos, quando a coordenação ou alguma professora encaminha, quando elas mesmas sentem a necessidade, ou quando a família traz uma demanda. Encaminhamentos estes, dados "por alguma situação de dificuldade de relacionamento interpessoal; em relação à questão pedagógica" (Ent.1). E quando não é realizada essa avaliação dentro da escola, são feitos encaminhamentos a profissionais de fora.

Dentre os testes que elas utilizam, os mais utilizados são o HTP, Desenho da Família, Fábulas de Duss, Contos de Madeleine; e os testes que não são comuns, como o C.A.T, Raven, Q.E, Sacks-Levy, Istei, teste da figura geométrica e de exploração de conteúdo de Zaldo Rocha, teste de complementação de frases. Elas acreditam que esses testes, principalmente os de desenho, projetivos, são úteis num momento de sondagem.

Dessa forma, os testes servem como um auxiliar no processo de avaliação. É importante ressaltar que, apesar de fazerem uso de testes psicológicos para a avaliação dentro da escola, estes não são utilizados com tanto rigor quanto numa avaliação psicodiagnóstica, feita, geralmente, pelo psicólogo clínico. Segundo elas, a análise feita a partir dos dados obtidos é uma análise mais informal, sem muito rigor. Dessa maneira, há, também, em minoria, as que não utilizam os testes por não considerarem importantes ou suficientes para suas práticas.

Os benefícios vistos na atividade da A.P foram, em unanimidade, positivos, tendo em vista que a avaliação lhes possibilita ter um conhecimento mais a fundo do aluno, situando-as "diante da problemática e sofrimento do outro" (Ent.2), possibilitando-lhes, a partir disto, traçar prognósticos e ações para trabalhar a dificuldade que a criança está apresentando.

Nas questões referentes ao preparo para lidar com os instrumentos de avaliação, também foram unânimes as respostas. Todas as entrevistadas concordaram em que a graduação não lhes deu o preparo necessário para realizarem a avaliação dentro da escola. E, para tal, elas precisaram buscar cursos, estudos fora, pós-graduação. Para a maioria delas, a graduação "dá um conhecimento" (Ent.5), "um incentivo ao estudo" (Ent.10). Suas maiores queixas foram relativas à superficialidade com que é vista a avaliação, na graduação. O que as levou a sugerir que sejam criados mais cursos de pós-graduação referentes ao tema, voltados, também, para suas área de

atuação; e que os cursos de graduação tenham conteúdos mais específicos à avaliação

Das críticas feitas à A.P e aos testes, encontramos, dentre as entrevistadas, uma maior freqüência ao modo de uso dos testes. Para a maioria delas, o teste puro e simples e seus resultados, pouco ou nada dizem a respeito do indivíduo. Outra crítica é referente à falta de padronização dos mesmos, sugerindo que os profissionais devem ter uma postura ética, utilizando-os com critério, para o que for realmente necessário. Ponto de vista este conseqüente dos pensamentos humanistas sobre o indivíduo, que dizem, segundo Lorenzo (2001), que não é uma avaliação externa que dirá o que é verdadeiro no sujeito, mas aquilo que elas experienciam de si mesmas, que pode ser revelado numa situação de avaliação.

Segundo os relatos em referência à resolução do CFP, a aceitação foi unânime. Dentre as que utilizam os testes, nada mudou em suas práticas, tendo em vista que elas não os utilizam com o rigor científico, mas consideraram que esse é um momento de reavaliarem suas práticas.

Conclusão

Em se tratando de avaliação psicológica, apesar da psicologia escolar, aqui no Brasil, ter-se desenvolvido paralelamente à psicologia enquanto ciência, a partir desta pesquisa, podemos observar que esta tem tomado rumos diferentes quanto às concepções e modos de atuação. Hoje, para o psicólogo escolar, a avaliação psicológica continua tendo sua importância, mas os testes psicológicos, pouco ou quase nunca são utilizados.

Em síntese, a concepção de que os psicólogos representantes da área escolar possuem da avaliação psicológica e a forma como eles a utilizam é um dado que merece atenção e mais discussões, uma vez que, apesar desse processo de avaliação psicológica possuir uma definição que corresponde a todas as áreas da psicologia, a área escolar, por exemplo, lhe dá um caráter diferenciado em sua prática, talvez devido às diferentes dinâmicas e variáveis individuais (alunos), grupais (alunos e equipe técnica) e estruturais (escola) com que o profissional se depara nessa área. São que merecem um maior esforço da categoria bem como do próprio Conselho ao serem observados e estudados.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pela capacitação dada para realizar este projeto; e a todos os que colaboraram, direta e indiretamente.

Referências

ACIOLE, A.C.F. O Fracasso Escolar: os caminhos e (des)Caminhos da Avaliação Psicológica na Construção dessa Síndrome Social In: Conselho Regional de Psicologia, CRP -13ª Região (org.). **A Diversidade da Avaliação Psicológica:** Considerações Teóricas e Práticas. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 149-153.

FERNANDES, C. Testes Psicológicos em Xeque. **Diário de Pernambuco,** Classilíder, nº334, 30 de novembro de 2003.

FILHO, F. A. Nota Zero. **Revista Veja**, nº1782, 26 de novembro de 2003, p. 56-57

LORENZO, W.C.G.de; ESTEVAM, I.D.; OLIVEIRA, M.G.B. Avaliação Psicológica: o processo de investigação do desenvolvimento infantil. Em: Conselho Regional de Psicologia, CRP -13ª Região (org.). **A Diversidade da Avaliação Psicológica:** Considerações Teóricas e Práticas. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 141-146.

NORONHA, A.P.P.; ALCHIERI, J.C. Reflexões Sobre os Instrumentos de Avaliação Psicológica In: PRIMI, R. (org.). **Temas em Avaliação Psicológica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002, p. 7-14.

WECHSLER, S.M. ; GUZZO, R.S.L. In: WECHSLER, S.M. ; GUZZO, R.S.L. (orgs.). **Avaliação Psicológica:** Perspectiva Internacional. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 7-14.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA PSICOLOGIA JURÍDICA.

Paula Barbosa de Oliveira[1]; Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia e Fonoaudiologia, Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Psicologia e Fonoaudiologia, Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa de Interação Social e Familiar. E-mail: celiasoutomaior@yahoo.com.br

Resumo

A Avaliação Psicológica vem sendo alvo de inúmeras críticas, muitas delas feitas pelos próprios psicólogos, o que a transforma num tema que suscita estudos e reflexões. A utilização dos testes psicológicos no processo de avaliação constitui-se práxis exclusiva dos psicólogos. Por sua importância, necessita de estudos, reformulações e atualizações permanentes. Esta pesquisa tem o propósito de conhecer o modo como psicólogos, na cidade do Recife, representantes da área Jurídica, realizam a Avaliação Psicológica. Neste sentido, pretende verificar que instrumentos estão sendo utilizados, a freqüência com que são feitas as avaliações, qual a formação dos psicólogos que as solicitam, quais os motivos que os levam a solicitá-las, as dificuldades sentidas, críticas e sugestões que têm a fazer e o que muda em seu trabalho diante da resolução 02/2003 do Conselho Federal de Psicologia. Como meio de coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, semidirigida e individual, que visa obter as informações acima especificadas. Já foram entrevistados treze entre os quinze psicólogos previstos pela pesquisa. Os dados serão trabalhados segundo análise de conteúdo. Os resultados colhidos, até o momento, mostraram-nos que se torna imprescindível revalorizar o uso dos instrumentos de avaliação e que a adequação dos resultados depende do bom uso que se faça deles. Esta pesquisa vem demonstrando a relevância do assunto e a necessidade de que se realizem pesquisas voltadas para essa temática.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico, instrumentos de avaliação; testes psicológicos.

Introdução

Neste relatório de pesquisa, consideraremos Avaliação Psicológica conforme conceituação utilizada por Pasquali (2001, p. 29): “Avaliação, em Psicologia, refere-se à coleta e interpretação de informações psicológicas, resultantes de um conjunto de procedimentos confiáveis que permitam ao psicólogo julgar um comportamento.” Esse tema tem sido objeto de discussão da Psicologia em diversos momentos de sua história. O período situado entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX constitui-se um marco na criação dos testes psicológicos (CUNHA, 2002). Têm-se nos trabalhos de Binet, Cattel e Galton os princípios básicos que dariam suporte

Projeto: Avaliação Psicológica na Cidade do Recife: Estudo Exploratório da Práxis de Profissionais nas Áreas da Psicologia Jurídica, Clínica, Escolar e Organizacional. **Órgão Financiador**: PIBIC-UNICAP.

ao processo de Avaliação Psicológica. Por esses feitos, atribui-se a estes três teóricos, a concepção do Psicodiagnóstico. Na segunda metade do século XX, iniciou-se um movimento de revolução cognitiva que buscava ver o homem como um todo integrado e não de forma isolada, em seus aspectos intelectivos, estruturais ou emocionais.

Recentemente, um novo movimento vem acontecendo: os testes psicológicos sofreram sanção proibitiva por parte do Conselho Federal de Psicologia, em decorrência de inúmeras denúncias de mau uso e falta de ética por parte dos psicólogos. A falta de preparo técnico e até a total ausência de especialização aparecem como um grande dificultador. Não estando especializados no manejo dos instrumentos psicológicos, lançam mão desse recurso, ainda que da forma menos adequada. Como se vê, trata-se de uma crise de grandes proporções. Há, porém, sinais de que um novo salto qualitativo poderá ser dado pela comunidade científica em termos de Avaliação Psicológica. Este início de século XXI poderá proporcionar, através das propostas de reformulação e validação que o Conselho Federal de Psicologia impingiu ao uso dos testes, através da Resolução CFP N° 25/2001, a retomada da concepção dos Testes Psicológicos como instrumentos eficazes e importantes para o trabalho do psicólogo. Essa atitude do Conselho visa garantir a qualidade dos testes e assegurar sua utilização dentro dos princípios éticos. Faz-se mister, neste momento, esclarecer que a Avaliação Psicológica não se resume apenas à utilização de testes. Dela fazem parte, entrevista, dinâmica de grupo, provas situacionais, observação clínica e questionário, ressaltando-se que cada um deles apresenta-se igualmente importante para o processo de avaliação.

Neste trabalho, interessa-nos, particularmente, o conhecimento da prática dos psicólogos jurídicos. Nessa área, o Psicólogo é convocado a fazer entrevistas e observações, a visitar domicílios, a produzir laudos e pareceres, a apresentar conseqüências do processo avaliativo. A avaliação é solicitada pelo Juiz, cada vez em que se depara com fenômenos de ordem psicológica, alheios a sua área de atuação, o que o impede de, baseado em seus conhecimentos legais, tomar uma decisão. Esse campo da Psicologia vem crescendo a cada ano e comporta uma gama de possibilidades relativas ao processo de avaliação.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer o modo como psicólogos, na cidade do Recife, representantes da área jurídica, realizam a Avaliação Psicológica, assim como inteirar-se a respeito das técnicas utilizadas no processo de avaliação. Pretende, ainda, identificar os principais instrumentos de avaliação e verificar a existência de formação específica do psicólogo que lida com esse tipo de procedimento no âmbito jurídico. Por fim, objetiva saber como são trabalhados os resultados da avaliação pelo psicólogo jurídico.

Metodologia

Considerando-se a classificação metodológica proposta por Chizzotti, optamos, para esta pesquisa, por uma metodologia qualitativa, por possibilitar uma postura participante em que o pesquisador pode interagir com o sujeito, na medida em que se faça necessário. Portanto, trata-se, de pesquisa qualitativa, do tipo exploratória. Pretende-se pesquisar um total de quinze (15) psicólogos. A coleta de dados é realizada pelo bolsista, que entra em contato com os profissionais, entregando-lhes carta de apresentação e fornecendo os esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa. Nessa ocasião, é apresentado o roteiro da entrevista, devendo-se ressaltar, no entanto, que o bolsista pode acrescentar mais alguma pergunta, desde que necessária a uma melhor compreensão do assunto. A entrevista é semiestruturada, semidirigida e realizada de forma individual. Tem sido gravada e posteriormente transcrita pelo próprio bolsista, que segue rigorosamente as palavras do psicólogo(a). Também são solicitados os dados sócio-demográficos dos profissionais participantes. O material obtido no decorrer desta pesquisa está sendo trabalhado mediante análise de conteúdo.

Resultados e Discussão

Em resposta à questão referente à conceituação de Avaliação Psicológica a maioria dos entrevistados a considerou como um instrumento fundamental do trabalho do psicólogo.

Quando questionados a respeito dos motivos que os levam a utilizar a Avaliação Psicológica, os psicólogos responderam que ela é inerente ao seu trabalho e que seu propósito final é a elaboração dos laudos e pareceres que auxiliam o juiz em suas decisões. A esse respeito, fala-nos um psicólogo: "Em qualquer dificuldade onde ela facilite o levantamento de potenciais. A Avaliação Psicológica revela as potencialidades que o sujeito pode desenvolver a partir de uma determinada intervenção" (entrevista 8). A propósito desta resposta, é importante ressaltar a conceituação de Pasquali (2001, p. 29) quando diz que a "Avaliação, em Psicologia, refere-se à coleta e interpretação de informações psicológicas, resultantes de um conjunto de procedimentos confiáveis que permitam ao Psicólogo julgar um comportamento".

Em relação ao uso de testes, a maioria respondeu que, quando há necessidade da aplicação de testes, encaminham o cliente para um profissional especializado; "Não uso porque não tenho formação; acho que tem psicólogo especialista para esse trabalho e eu prefiro encaminhar" (entrevista 10). A respeito, Wechsler (1999, p. 9) tem a nos dizer que: "avaliação psicológica é função privativa do psicólogo porque define suas responsabilidades na identificação, na descrição, na explicação sobre o funcionamento humano, independentemente de procedimentos e instrumentos utilizados". Teríamos a acrescentar ainda que, independente da área de atuação, o trabalho com testes psicológicos requer uma formação específica, revelando-se ético e consciente o psicólogo que reconhece suas limitações.

No que se refere aos benefícios gerados pelo uso da Avaliação Psicológica, as respostas giraram em torno da possibilidade de nela se confirmarem dados observados na entrevista, além de esclarecer o que se passa na dinâmica familiar, possibilitando um encaminhamento mais adequado para o caso. Com relação a esta questão, temos: "[...] traz dados que vão ajudar a esclarecer a dinâmica familiar e no sentido de você saber como orientar os familiares, de sensibilização e de aconselhamento" (entrevista 5).

Quando questionados sobre o preparo que a graduação forneceu no lidar com a Avaliação Psicológica, os psicólogos foram unânimes em responder que a Universidade não os preparou para lidar com testes: " [...] foi o que eu consegui depois, nos cursos feitos após a saída da faculdade. [...] porque aí você pode aprofundar, pode fazer um estudo teórico ou prático, com maior fundamentação" (entrevista 9). A esse respeito, Cunha (1993) vem nos dizer que, trabalhando há vários anos em cursos de pós-graduação freqüentados por psicólogos de várias partes do país, tornou-se claro para ela que não só existe uma deficiência nos cursos de psicodiagnóstico, mas também há falta de mais livros de texto e material bibliográfico em geral, sendo ela várias vezes solicitada a escrever um livro sobre psicodiagnóstico.

O teor das críticas formuladas, apontam para o mau uso dos testes, por profissionais inabilitados, como também, para a necessidade de reformulação e atualização dos mesmos, para torná-los adequados aos padrões brasileiros. Cunha (1986, p. 183) ratifica a necessidade de atualização dos testes ao dizer que "o instrumental acessível para Avaliação Psicológica, no país é escasso, de qualidade freqüentemente questionável e muitas vezes carente de uma normatização adequada". Quanto ao tratamento dado aos resultados, foi dito que este depende do profissional. Alguns devolvem o resultado ao cliente, informando-lhes sobre seu parecer; outros não o fazem, contudo, deixam claro para o cliente que ele tem livre acesso ao parecer, posto que é peça processual. Quanto às sugestões de melhoria, estas foram bem distintas, variando desde a ênfase a ser dada em pesquisa para contextualização dos testes a padrões brasileiros, até o alerta aos profissionais no sentido de não pensarem que "o resultado de um teste é suficiente para avaliar uma pessoa, é preciso unir isso a uma visita, à observação, às entrevistas [...]" (entrevista 1). As

sugestões se estendem até à universidade, no sentido de esta oferecer mais cursos, palestras, congressos sobre o tema, com o intuito de reciclar" (entrevista 5). Por fim, quando perguntados sobre o que mudaria em sua forma de trabalhar depois da Resolução N° 002/2003, do CFP, os psicólogos responderam que nada mudaria já que não fazem uso de testes no processo de avaliação psicológica.

Conclusões

Os dados obtidos até o momento enfatizam a grande importância do processo de Avaliação Psicológica para os profissionais da área jurídica. Por seu intermédio, são colhidos os dados que possibilitam a elaboração dos Laudos e Pareceres produzidos pelos psicólogos, o que se constitui em importante instrumento de apoio ao Juiz em sua decisão final. Foi observado, também, que a grande maioria dos psicólogos jurídicos não faz uso de testes em seus procedimentos de avaliação, encaminhando seu cliente a um profissional especializado, quando o emprego do teste se faz necessário. Por essa razão, consideram-se não atingidos em sua prática pelos efeitos restritivos da resolução 02/2003, do Conselho Federal de Psicologia. Não obstante, ressaltaram a consistência dessa atitude do CFP para com toda a categoria por resgatar a credibilidade dos testes enquanto instrumento de uso exclusivo da Psicologia.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos dirigem-se à Universidade Católica de Pernambuco pela oportunidade de participar desta pesquisa e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a sua realização.

Referências

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, J. A. et. al. **Psicodiagnóstico**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1986.

_____. **Psicodiagnóstico**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993.

_____. **Psicodiagnóstico** v. 5. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

PASQUALI, L. – A medida e sua prática em psicologia, in: **A diversidade da avaliação psicológica**: considerações teóricas e práticas (25-38), João Pessoa. Ed. Idéia, 2001 – Conselho Regional de Psicologia, CRP -13ª Região.

Resolução CFP, Brasília, Resolução N° 25/2001. **Define teste psicológico como método de avaliação privativo do psicólogo e regulamenta sua elaboração, comercialização**. Brasília.

Resolução CFP, Brasília, N° 002/2003, de 06 de Novembro de 2003. **Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes**. Brasília.

WECHSLER, S. M.; GUZZO, R. S.L.(Org.) **Avaliação psicológica**: perspectiva internacional. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CIDADE DO RECIFE: ESTUDO EXPLORATÓRIO DA PRÁXIS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

Marília Pereira Lopes[1] ; Cristina Maria de Souza Brito Dias[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e de Ciências Humanas (CTCH);
[2]Professora do Departamento de Psicologia e Fonoaudiologia do Centro de Teologia e de Ciências Humanas (CTCH), E-mail: cristinabrito@argentina.com. Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar.

Resumo

A pesquisa tem como objetivo conhecer o modo como os psicólogos recifenses, representantes da área organizacional, trabalham a Avaliação Psicológica. Para tanto, foram investigadas 15 psicólogas através de uma entrevista estruturada contendo 11 questões, mas com uma direção semi-dirigida. Através das entrevistas realizadas, foi possível obter tais informações: a maioria das psicólogas consideram que a Avaliação Psicológica é uma técnica que serve para mostrar o perfil do candidato; os motivos de uso da Avaliação Psicológica, para a maioria, é descobrir o potencial do candidato; acerca dos testes utilizados, existe uma grande variedade; os benefícios que vêm no uso da Avaliação Psicológica está relacionado à maior segurança na contratação do candidato; consideram que o preparo na graduação é insuficiente; as críticas são, freqüentemente, direcionadas à falta de atualização dos testes e aos profissionais que fazem mau uso dos instrumentos; no tratamento dos resultados, a maioria envia o resultado para a empresa, mas coloca-se à disposição para tirar as dúvidas; as sugestões de melhoria são direcionadas ao incentivo de dinâmicas de grupo e entrevistas; e acerca da repercussão da resolução (CFP 02/2003), houve uma concordância com a decisão do Conselho Federal Psicologia por parte das psicólogas. Dentro desta perspectiva, se tem a finalidade de oferecer novas referências para as escolas de psicologia, na tentativa de fazer com que estas ajustem seus cursos à real necessidade do mercado.
Palavras-Chave: testes psicológicos; profissionais do trabalho; organização.

Introdução

A pesquisa tem como objetivo investigar a práxis do profissional de psicologia organizacional em relação à Avaliação Psicológica, já que esta é considerada tão importante para obter dados acerca do comportamento humano. Percebe-se que ela é utilizada em várias áreas da psicologia. Por exemplo, tem-se a área escolar, organizacional, familiar, social, esporte e outros. Então, segundo Pasquali em seus estudos (2001) a avaliação, em psicologia refere-se à coleta e interpretação de informação psicológicas, resultantes de um conjunto de procedimentos confiáveis que permitam ao psicólogo julgar um comportamento.

Projeto: Avaliação Psicológica na Cidade do Recife: Estudo Exploratório da Práxis de Profissionais nas Áreas da Psicologia Jurídica, Clínica, Escolar e Organizacional. **Órgão financiador:** Programa Institucional de Base para Iniciação Científica da UNICAP (PIBIC).

Para obter êxito e confiabilidade na sociedade brasileira a Avaliação Psicológica precisa de uma sistematização mais rígida e adequada dos seus instrumentos. Segundo Wechsler (2001), sabe-se que a maior parte dos instrumentos utilizados na Avaliação Psicológica não tiveram origem no Brasil; são versões que precisam ser traduzidas e adaptadas à nossa cultura.

Então, com o propósito de adequar os instrumentos às exigências psicométricas, o CFP (Conselho Federal de Psicologia) divulgou, no dia 06 de novembro de 2003, uma lista de testes. Dentre esses, alguns foram aprovados, porém outros estão em processo de análise. Essa iniciativa do CFP tem em vista estabelecer os testes que merecem confiança por parte dos profissionais.

Até o presente momento, o CFP não vai manifestar-se diante do uso de instrumentos que ainda não foram aprovados, porém é importante que o psicólogo faça uso das técnicas que foram aprovadas na tentativa de zelar com o compromisso e com a imagem da psicologia. Portanto é necessário que o profissional que se utiliza desses testes, fique em estado de alerta, pois a lista que foi divulgada não é definitiva e poderá sofrer algumas alterações, ou seja, será atualizada à medida que ocorrer exclusão ou incorporação de testes psicológicos.

A partir disso, pode-se fazer uma reflexão sobre a importância da Avaliação Psicológica em todas as dimensões dos estudos em que está inserida, inclusive para a psicologia organizacional.

A Avaliação Psicológica na organização, atualmente, vem adquirindo uma grande importância. Sua prática é fundamental no processo de seleção de profissionais, no levantamento do perfil psicológico, na formação de laudos e outros. Contudo a prática da Avaliação Psicológica na organização ainda não está livre de críticas. Então, no presente estudo, tem-se o intuito de identificar os principais instrumentos utilizados, o nível de informação dos profissionais, as críticas, as necessidades, a forma de devolução dos resultados, dentre outros assuntos que dizem respeito à prática da Avaliação Psicológica por parte do profissional de psicologia atuante na área organizacional. Conhecer essa realidade de perto possibilitará uma visão ampla acerca desse assunto. Dentro dessa perspectiva, tem-se a finalidade de oferecer novas referências às escolas de psicologia, na tentativa de fazer com que estas ajustem seus cursos às reais necessidades do mercado.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com 15 psicólogas atuantes na cidade do Recife, que trabalham com Avaliação Psicológica na área organizacional. A pesquisa é do tipo qualitativa e o instrumento consistiu numa entrevista estruturada contendo 11 questões, mas com uma direção semidirigida. A entrevista teve como propósito verificar o que é a Avaliação Psicológica para os profissionais; os tipos de instrumentos utilizados; os motivos que os levam a solicitá-la; as dificuldades sentidas; as críticas e sugestões que fazem e os benefícios. Também foram solicitados os dados sociodemográficos dos participantes.

No procedimento de coleta de dados, foi realizada uma entrevista piloto, com o objetivo de verificar possíveis falhas ou inadequações nas perguntas formuladas, possibilitando que se fizesse, assim, a validação do instrumento.

Feita essa validação, foram realizadas 15 entrevistas, e, através destas, foi possível obter as primeiras informações referentes às questões planejadas.

O primeiro contato, com o profissional, foi realizado mediante informação de especialistas conhecedores do assunto; e o segundo, por meio da entrega da carta de apresentação, do termo de consentimento livre e esclarecido e fornecendo esclarecimento sobre o objetivo da pesquisa.

Cada entrevista foi analisada individualmente, de acordo com as dimensões pesquisadas e, posteriormente, todas foram analisadas em conjunto, com base na literatura consultada.

Resultados e Discussão

No que se refere ao conceito de Avaliação Psicológica, a maioria das psicólogas dizem que é fazer um perfil do candidato. Isto corrobora a visão de Wechsler a respeito do conceito de avaliação psicológica, o qual a considera como sendo "um processo de coleta de dados e interpretação de informações, realizada por meio de instrumentos psicológicos , tendo por finalidade um maior conhecimento do indivíduo a fim de que sejam tomadas determinadas decisões". (WECHSLER, 1999, p. 134).

Os motivos de uso da Avaliação Psicológica, para a maioria das entrevistadas, referem-se a descobrir o potencial do candidato, como também em que ele precisa melhorar. Sobre esse assunto, toma-se como referência o que foi relatado por Catão "(...) as práticas da avaliação psicológica buscam o ajustamento das aptidões individuais aos perfis profissionais mediante os serviços de orientação, recrutamento e seleção de pessoa para ocupação dos postos de trabalho nas organizações." (CATÃO, 2001, p. 115).

Os testes mais utilizados eram o Wartegg com sete citações; o Palográfico com quatro; o Grafológico e o IAT com três; e a Bateria CEPA, BIP e VETOR, o Raven, o R1, INV, IFP e o HTP só tiveram apenas uma referência. E os testes mais utilizados, no momento são, o PMK com seis citações; o Grafológico é utilizado por cinco psicólogas; o Quati e o R1 foram citados três vezes; o Fator B, HTP e o IFP foram citados por duas psicólogas; e os que tiveram apenas uma citação foram o Wartegg, título de atenção, Fator R, Bateria CEPA, Z Teste, G38, Machover, AC, Teste da Família, Atenção Concentrada, D48 e Inventários.

O benefício da Avaliação Psicológica é freqüentemente direcionado à segurança que dá para a contratação do profissional. Considerando o que foi descrito por Pasquali (2001), entende-se que os instrumentos usados na avaliação psicológica permitem ao psicólogo confiar na compreensão do comportamento em questão.

No que se refere ao preparo obtido na graduação, a maioria concorda que o preparo na graduação é insuficiente. Com base nesse assunto, Pasquali (1999), descreve que os profissionais sentem-se desesperados por não haver uma preparação adequada. E o que é mais difícil: além de serem lançados no mercado de trabalho que exige ação e qualidade dos resultados, são mal preparados para exercer a tarefa.

As críticas à Avaliação Psicológica são direcionadas aos testes ultrapassados e aos profissionais que fazem mau uso dos instrumentos. Em relação às críticas, Cunha menciona: "sem dúvida, o instrumental acessível para a avaliação psicológica, no país, é escasso, de qualidade freqüentemente questionável e, muitas vezes, carente de uma normatização adequada." (CUNHA, 2000, p.183)

No tratamento dos resultados, a maioria envia o resultado para a empresa, mas coloca-se à disposição para tirar as dúvidas. Diante disso, deve-se levar em consideração o que Pasquali (2001, p.37) ressalta: "o examinando tem o direito de conhecer os resultados, que devem ser transmitidos apenas pelo psicólogo, em linguagem acessível ao seu nível de compreensão."

As sugestões de melhoria são direcionadas ao incentivo de dinâmicas de grupo e entrevistas. A esse respeito, Almeida (2003), presidente de uma empresa de Recursos Humanos (RH), comenta: "A empresa está substituindo os testes "reprovados" por provas situacionais, estudos de casos, dinâmica de grupo e uso de entrevistas."

Por fim, em relação à repercussão acerca da Resolução (CFP 02/2003), concordam com a decisão do Conselho Federal de Psicologia, **e**ntão, segundo Cavalcanti: "A intenção do Conselho não é provocar a descrença nos testes, mas orientar sobre a correta utilização por parte dos profissionais e eliminar aqueles que não surtem o efeito desejado." (CAVALCANTI, 2003, p.1).

Conclusão

A maioria das psicólogas consideram que a Avaliação Psicológica é uma técnica que serve para mostrar o perfil do candidato. O motivo de uso desta se dá pela possibilidade de descobrir o potencial do candidato e seu maior benefício é a confiança na sua contratação. Acerca da utilização dos testes, existe uma variedade muito grande. E, no que se refere ao preparo obtido na graduação, a maioria diz que teve uma formação insuficiente. As críticas estão mais direcionadas aos testes que precisam ser atualizados e aos profissionais que fazem mau uso dos instrumentos. No tratamento dos resultados, é percebido que são enviados para a empresa, pois a maior parte das psicólogas só dão a devolutiva se o candidato procurar. As sugestões de melhoria são direcionadas ao incentivo de dinâmicas de grupo e entrevistas. E, acerca da repercussão da resolução (CFP 02/2003), houve uma concordância com a decisão do CFP por parte das psicólogas.

Agradecimento

A meus pais e a um grande companheiro, pois estes me ensinam que o melhor caminho a ser seguido é o menos percorrido.

Referências

ALMEIDA, A. T. **Testes psicológicos em xeque**. Diário de Pernambuco. Caderno de empregos. Recife, 30 de novembro de 2003, p.1.

CATÃO, M. F. F. M. Os novos paradigmas da avaliação psicológica nas organizações: repensando as concepções de indivíduo e sociedade. In Conselho Regional de Psicologia 13º Região (org.). **A diversidade da avaliação psicológica:** considerações teóricas e práticas. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 115 – 122.

CAVALCANTI, R. **Testes psicológicos em xeque**. Diário de Pernambuco. Caderno de empregos. Recife, 30 de novembro de 2003, p.1.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **http://www.pol.org.br/satepsi/sistema/**. Resolução de 02/2003.

CUNHA, J. A. (org.). **Psicodiagnóstico.** v. 5 ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva,2001, p.2278.

PASQUALI, L. A medida e sua prática em psicologia. In Conselho Regional de Psicologia 13º Região (org.). **A diversidade da avaliação psicológica:** considerações teóricas e práticas. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 25 – 38.

PASQUALI, L. Prefácio. In WECHSLER, S. M; GUZZO, R. S. L. (org.). **Avaliação psicológica:** perspectiva internacional. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

WECHSLER, S. M. Guia de procedimentos éticos para a avaliação psicológica. In WECHSLER, S. M; GUZZO, R. S. L. (org.). **Avaliação psicológica:** perspectiva internacional. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 133 – 141.

WECHSLER, S. M. Avaliação psicológica no Brasil: tendências e perspectivas para o novo milênio. In Conselho Regional de Psicologia 13º Região (org.). **A diversidade da avaliação psicológica:** considerações teóricas e práticas. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 17 – 24.

A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA TRANSAÇÃO PENAL NO III FÓRUM UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO [1]

Raone Iauacanã Ferreira de Aguiar[1]; Marília Montenegro Pessoa de Mello[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: raoneaguiar@bol.com.br
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa de Direitos Fundamentais. E-mail: mariliamello@hotmail.com

Resumo

A transação penal, que é regulada no art. 76 da Lei nº 9099/95, é o instituto que visa obstar o início da ação penal, na medida em que o Ministério Público faz uma proposta, e caso seja aceita, encerra-se o procedimento.
É cediço que a criminalidade hodiernamente é crescente, e que os nossos tribunais estão repletos de processos criminais tramitando. Uma vez que a transação penal dá a possibilidade de diminuir a quantidade de instruções criminais, faz-se necessário analisar se o referido instituto está sendo eficaz.
O presente trabalho objetivou a análise acerca do efetivo cumprimento das condições propostas e aceitas quando da realização do instituto da transação penal. Desta feita, buscou o estudo de todos os agentes que interferem na aplicação desse instituto.
Na busca da consecução da realização de tal objetivo, fez-se necessário usar de uma boa bibliografia, mas primordialmente, fez-se uso, no sentido de pesquisar, dos processos criminais em que foram aceitas as propostas de transação penal no III Fórum Universitário de Pernambuco.

Palavras-chave: proposta; condições; cumprimento.

Introdução

A criminalidade sempre foi alvo de estudo, e hodiernamente não é diferente, pelo contrário, com o aumento expressivo da violência ficaram ainda mais em evidência as questões que envolvem a prática de delito.
Quando se fala em conseqüência do delito, logo associamos a questão da imposição de pena, bem como se o modo de aplicação desta é de fato a solução para o problema.
Com o passar do tempo, várias foram as tendências quanto à aplicação de pena, e hoje vários modelos utilizados no passado são veementemente refutados[2].
Foi através de estudos acerca da criminalidade que se chegou à conclusão de que, para alguns crimes, os chamados delitos de menor potencial ofensivo (aqueles em que a lei comina pena de até dois anos), o melhor seria adotar uma política criminal voltada para a despenalização[3], tal qual se fez com a Lei n.º 9099/95, a qual, ao instituir os Juizados Especiais Criminais, veio a

---

[1] Projeto: O Problema do Cumprimento da Transação Penal em Sede dos Juizados Especiais Criminais. **Órgão financiador**: PIBIC UNICAP.
[2] MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. 17. ed. São Paulo : Atlas, 2001. v.1.
[3] GRINOVER, Ada Pellegrini, GOMES FILHO, Antônio Magalhães, FERNANDES, Antônio Scarance et alii. *Juizados Especiais Criminais.* São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 1999.

incorporar tal política criminal.
O art. 76 da mencionada lei instituiu a transação penal, que é uma medida em que o membro do Ministério Público faz ao suposto autor do fato uma proposta, a qual não tem natureza de pena[4], e sendo aceita, faz com que o procedimento criminal tenha fim, restando apenas o cumprimento daquela medida proposta.
Neste diapasão, aflorou a necessidade de se verificarem as conseqüências do surgimento da transação penal, que é medida despenalizadora adotada pela lei n.º 9099/95, seja com relação à quantidade de sua aplicação, seja quanto ao cumprimento das medidas impostas quando aquela é aceita.
Desta feita, buscou-se, nestes meses de trabalho, uma pesquisa bibliográfica relativamente superficial, uma vez que a idéia precípua de tal pesquisa, com relação às questões doutrinárias acerca da matéria, não foi aprofundá-las, mas sim, consolidar os conceitos básicos concernentes ao tema concomitantemente com a análise de todos os processos em que ocorreu a aceitação da Transação penal, que tramitam, e que tramitaram, no III Fórum Universitário de Pernambuco, desde a sua criação, ou seja, de meados de 2001, até os dias de hoje.
Desde os primeiros passos trilhados na pesquisa, percebeu-se a existência de cumprimento irregular das condições propostas e aceitas na transação penal. Diante do prospecto encontrado, foi notória a necessidade que surgiu de ver declinado o motivo do não cumprimento exemplar das condições impostas na transação penal. Destarte, foram realizadas entrevistas com as pessoas que se submeteram àquela medida despenalizadora e que não estavam adimplindo com o acordado outrora.

Metodologia

Na realização deste estudo, fez-se necessário dividir o trabalho em quatro etapas, que sejam:
1ª Etapa – Foi restringida a pesquisa bibliográfica acerca do tema, com o intuito de se terem bases sólidas para uma melhor compreensão da realidade prática concernente à medida despenalizadora em tela.
2ª Etapa – Compreendeu a primeira fase prática do estudo, na qual foi realizada a pesquisa de campo, realizada no III Fórum Universitário do Estado de Pernambuco, situado em prédio anexo à Universidade Católica de Pernambuco. Nesta fase, colheu-se a quantidade de processos em que a transação penal não estava sendo cumprida a contento.
3ª Etapa – Consistiu na segunda fase prática do estudo, na qual foram realizadas entrevistas com os inadimplentes com a transação penal.
4ª Etapa – Consistiu na síntese geral de todo o trabalho, que será apresentado quando da elaboração do Relatório Final.

Resultados e Discussão

Segue abaixo tabela, indicando os dados colhidos, em síntese. Esta tabela traz a relação entre as medidas propostas quando é feita a transação penal.

TOTAL DE PROCESSOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	PARA TRATAMENTO
71	38	21	12

[4] OLIVEIRA, Beatriz Abraão de. *Juizados Especiais Criminais.* Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Consoante tabela acima, vê-se que, na maioria dos processos pesquisados (53%), em que foram aceitas as propostas de transação penal, estas foram no sentido de que o autor do fato se submetesse à prestação de serviço gratuito à comunidade. Representando 30% dos casos analisados, temos a prestação pecuniária, a qual, via de regra, é executada através de doações a entidades carentes. Um outro tipo de proposta feita em sede de transação penal é a que encaminha o autor do fato para tratamento, seja contra o álcool, seja contra substâncias entorpecentes, sendo 11% dos casos em comento. Tal medida denota a tentativa do judiciário em solucionar o conflito, utilizando tratamento para aqueles que são dependentes químicos.

É forçoso reconhecer que tal proposta de tratamento é de grande valia, pois a idéia maior da transação penal é ser uma medida despenalizadora, entretanto, preocupada com a reabilitação daqueles que cometeram um delito de baixo potencial ofensivo, assim, é importantíssima a aplicação da imposição, ao autor do fato, de um tratamento bio-psíquico quando este comete infração em decorrência de vícios.

Com efeito, da análise dos processos em tela, percebeu-se que em muitos casos não houve cumprimento regular e sim, ora de forma irregular, ora não cumpridos, e neste último caso há impreterivelmente a intervenção do Ministério Público, o qual mediante diligências procura saber do autor do fato qual o motivo do seu inadimplemento com as condições outrora impostas e aceitas.

Na tentativa de ver declinado o motivo do não-cumprimento, ou cumprimento irregular, das condições impostas e aceitas na audiência de transação penal, foram entrevistadas aquelas pessoas que se enquadram entre as que não cumpriram efetivamente as condições externadas na transação penal.

Em verdade, cada caso tem sua peculiaridade. Entretanto, na busca de se fazer uma generalidade das respostas dadas, dividiram-se dois grandes grupos. Pode-se afirmar que alguns não cumpriram como deveriam o que fora acordado por estarem em péssimas condições financeiras. Afirmaram não ter recursos para efetivar a prestação pecuniária, ou a prestação de serviços, pois dada a falta de emprego, o tempo que esta prestação lhes exigia era concorrente com o espaço em que haveria a possibilidade de fazerem trabalhos eventuais. Até mesmo quando a imposição foi de tratamento, contra alcoolismo ou dependência de substâncias entorpecentes, foi afirmado que não haveria a possibilidade de tratamento face à ausência de recursos para se deslocarem até o local em que se submeteriam aos cuidados médicos que necessitam.

Por outro lado, há o grupo de pessoas que justificam o não-adimplemento com o que fora estabelecido na transação penal, afirmando que não puderam cumprir, porque estavam trabalhando e ganhando pouco. O fato de estarem trabalhando, segundo os entrevistados, exclui a possibilidade de prestação de serviço e/ou de dedicação ao tratamento contra seus vícios. E, uma vez que estão ganhando pouco dinheiro, não podem de maneira alguma dispensar parte da renda para fazer prestação pecuniária.

Vale ressaltar que há uma diferença entre os dois grupos acima referidos. O primeiro é composto por pessoas que denotaram que se não fosse a dificuldade financeira, cumpririam à risca as condições da transação penal. Enquanto que nas outras, percebe-se que, ao lado da declinação das dificuldades para cumprirem com o que fora estabelecido, há verdadeira resistência em seguir o que foi estipulado na audiência de transação penal.

Conclusões

Em face do exposto, nota-se, por um lado, que a grande maioria das propostas feitas em sede de transação penal são as que impõem ao autor do fato delituoso submeter-se à prestação de serviço gratuito à comunidade.

Por outro lado, temos que algumas vezes entende-se que é suficiente enviar aquele autor para

fazer um tratamento, no caso de ser este levado a cometer erro por causa de dependência química. Das entrevistas até agora realizadas, percebe-se haver uma divisão entre dois grupos, um das pessoas que não cumprem, mas que, decerto, cumpririam com a transação penal, caso fossem afastados os empecilhos para o cumprimento. O outro grupo é formado por pessoas que denotam não terem vontade de adimplir com a obrigação que lhes foi imposta, e mesmo excluídas as dificuldades levantadas por eles, ainda assim haveria resistência para que cumprissem exemplarmente com o que fora estabelecido.

Agradecimentos

Primeiramente ao PIBIC, pela viabilização da pesquisa, e a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Referências

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarance et al. **Juízados Especiais Criminais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. São Paulo : Atlas, 2001. v.1.

OLIVEIRA, Beatriz Abraão de. **Juizados Especiais Criminais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA PELOS IDOSOS NA REGIÃO METROPOLITANA.

Gemma Gonçalves de Araújo[1]; Rosângela Araújo Viana de Lira[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais. E-mail: ravl@tjpe.gov.br.

Resumo
O idoso é sujeito de direito que pode e deve participar efetivamente da sociedade como cidadão. O brasileiro idoso tem seus direitos assegurados nas leis, contudo verifica-se a carência de medidas políticas e sociais para concretizá-los. A violência doméstica tem-se revelado no seio familiar, estando, entre suas vítimas, elevado percentual de idosos. Este projeto evidencia a violência sofrida pela velhice no ambiente familiar, incentivando a denúncia dos abusos sofridos pelos idosos e criando redes de apoio que beneficiem a a sua qualidade de vida. Utilizou-se como procedimento de estudo a pesquisa bibliográfica concomitantemente com o método hipotético-indutivo, que vem propiciando a investigação dos fatos geradores da violência. Obteve-se um aprofundamento no panorama da velhice no que concerne à realidade e ao perfil. Observou-se que a violência doméstica, em face de suas características e múltiplas interferências nos campos social, cultural, médico e legal, está a exigir uma abordagem transdisciplinar, caso se pretenda obter resultados mais favoráveis às vítimas, ao grupo familiar e à sociedade como um todo. Constatou-se que a origem da violência estende-se desde o fato de o idoso estar excluído da produção, em um sistema que valoriza somente a rentabilidade do trabalho, até o fato de consumir maiores recursos de saúde, aumentando as despesas do Estado. Percebeu-se, portanto, que é fundamental produzir medidas preventivas contra a violência doméstica, incentivando a aplicação de penalidades aos transgressores da dignidade dos mais velhos.

Palavras-chave: velhice; dignidade da pessoa humana; família.

Introdução

A sociedade brasileira tem revelado a violência doméstica. É constante o apontamento de iniqüidades dentro do lar, sendo as vítimas as mais inocentes.

O desenvolvimento deste projeto aborda os abusos cometidos contra os mais velhos.

A velhice do ser humano apresenta-se por um conjunto de alterações físicas e psíquicas do organismo da pessoa e sua maneira de interagir com o meio social. Além disso, há uma percepção discriminatória expressa nesse meio e alimentada pelo próprio indivíduo.

As regras estabelecem direitos, mas a verdade é que elas nunca são executadas plenamente. A dessemelhança entre a realidade e a lei é comprovada no caso da velhice. As constituições, leis e o estatuto, estabelecem inúmeras garantias aos idosos, no entanto eles são os últimos a beneficiarem-se da legalidade. Caracterizam-se como os “resíduos” de um sistema que valoriza

Projeto: A Violêcia Doméstica Sofrida pelos Idosos no Recife e Região Metropolitana. **Órgão Finanaciador:** Universidade Católica de Pernambuco.

somente a rentabilidade do trabalho humano, do qual não participam econômica e socialmente.

> O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade[2] .

O idoso não tem o mesmo vigor para reclamar alguns direitos que o jovem e o adulto defendem com robustez, cabendo à legislação zelar por ele. O velho é ser humano, portanto possui status de cidadão e, em decorrência, deve ser contemplado com todos os instrumentos asseguradores da dignidade humana, sem distinção.

O projeto analisa as origens e conseqüências dos abusos aos idosos no ambiente familiar, voltando-se, especificamente, para a Região Metropolitana, onde se constatou que a carência de recursos em serviços de amparo ao idoso são fatores importantes para justificar a insuficiência nas investigações do problema da violência intrafamiliar praticada contra a terceira idade que vem ocorrendo em nossa realidade e agravando a problemática social. A tendência é centrar em serviços com recursos insuficientes e poucos profissionais, isolados, desvalorizados, com enorme sobrecarga de trabalho.

É necessário, portanto, buscar, cada vez mais, desenvolver trabalhos e programas com ampla abrangência, para abarcar a vítima, o abusador e o restante do grupo familiar, em razão das múltiplas facetas contempladas pela violência doméstica contra a terceira idade.

Apresentar-se-ão, até a conclusão do projeto, medidas que objetivem a conscientização da sociedade contra tais transgressões e uma proposta legiferante de abrangência municipal-estadual.

Metodologia

Este projeto utilizou como procedimento a pesquisa bibliográfica, a qual proporcionou o desenvolvimento e o aprimoramento no que concerne ao conceito de velhice, assim como sua realidade e perfil.

O método hipotético-indutivo vem propiciando a investigação de cada fato gerador da violência empregada contra a velhice bem como as conseqüências dela provenientes.

Esta pesquisa realiza a busca de informações e dados com bases na observação da realidade (pesquisa de campo), utilizando-se de entrevistas por amostragem no que se refere à busca de dados no plano prático.

É fundamental destacar, também, a utilização de artigos publicados em revistas, jornais e periódicos, que servem de alicerce para a constatação e análise das origens e conseqüências dos abusos aos idosos no ambiente familiar, voltando-se especificamente para a Região Metropolitana.

A exposição de tais fatos almeja propor a atuação do Poder Legislativo, além dos órgãos competentes, na tutela dos direitos dos idosos, assegurando-se, assim, a dignidade deles.

Resultados e Discussão

Obteve-se, neste projeto, um aprofundamento no panorama da velhice, no que concerne aos conceitos, realidade e perfil.

Constatou-se que o idoso é tratado como alguém (“algo”) fora da sociedade, sem mais nada a acrescentar, sendo tratado com desrespeito e indiferença.

Verificaram-se as origens e conseqüências dos abusos praticados aos idosos, buscando sempre medidas que lhes assegurem a proteção e uma melhor qualidade de vida.

Conclusões

Verifica-se a escassez de exploração científica do respectivo tema. Comprova-se, portanto,que é fundamental o aprofundamento do mesmo.

Evidencia-se a necessidade de expor a violência contra os idosos e a produção de medidas preventivas. Constata-se a importância do incentivo à denúncia dos abusos sofridos, para a aplicação das penalidades aos responsáveis pela transgressão da dignidade dos mais velhos.

Agradecimentos

A Deus, por me proporcionar forças capazes de permitir o desenvolvimento deste projeto.

Aos meus pais e irmãos, que demonstram sempre confiança no que se refere aos meus objetivos.

Referências

BRASIL. Lei nº. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em <http://www.direitodoidoso.com.br/05/estatuto_do_ idoso.doc>. Acesso em: 5 out. 2003.

SIQUEIRA, Marília. **Violência física no idoso**. 2002. Trabalho de Pesquisa Científica, Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, Recife, 2002.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA PELOS IDOSOS NO RECIFE

Gabriel Souza Vasconcelos[1]; Rosângela Araújo Viana de Lira[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas. Participante do Grupo de Pesquisa em Direito Direitos Fundamentais. E-mail: ravl@tjpe.gov.br.

Resumo

O presente estudo aborda a violência doméstica praticada contra os idosos na cidade do Recife, colimando o cumprimento dos direitos à dignidade da pessoa humana. Visa-se a expor as arbitrariedades e abusos constatados bem como, ainda, o desenvolvimento da conscientização humanitária contra tais transgressões, através da propositura de ação legislativa. A pesquisa utiliza-se de dados atuais, com referências bibliográficas e pesquisa de campo, para melhor aproximação da realidade. Evidencia-se, pois, que a terceira idade é vítima da violência praticada pela família, da omissão da sociedade e da falta de políticas públicas integralizadas. Sob tal perspectiva, discutem-se as diversas manifestações de violência doméstica contra os mais velhos e os diferentes determinantes envolvidos dentro de uma perspectiva multidisciplinar, procurando refletir sobre possíveis alternativas.

Palavras-chave: velhice; dignidade da pessoa humana; família.

Introdução

As prerrogativas de direitos conferidas pelo Estado à família bem como os preceitos morais nela existentes, contribuíram para o encarceramento dos fatos ocorridos no seio familiar, acarretando o ofuscamento da prática de abusos no interior deste instituto.

A sociedade brasileira vem apresentando as evidências do recôndito flagelo da violência doméstica. Não raro é o dia em que se noticia a ocorrência de arbitrariedades dentro do lar onde, lastimavelmente, as maiores vítimas são as mais inocentes.

A legislação protege o idoso, que não tem força, competência ou poder para reclamar alguns direitos que o jovem e o adulto defendem individualmente ou coletivamente, com todo o vigor. O velho é ser humano; portanto, possui *status* de cidadão e, por conseqüência, deve ser contemplado por todos os instrumentos asseguradores da dignidade humana, sem distinção.

Em nosso país, somente os casos extremos de maus tratos dirigidos aos idosos chegam ao conhecimento geral pelos meios de comunicação. A grande maioria fica oculta no seio da família ou das instituições de abrigo. Infelizmente, a sociedade não está familiarizada com esse problema e, com freqüência, não consegue identificá-lo.

Diante disso, torna-se pertinente o conceito da violência doméstica contra os idosos como necessidade primaz, em oposição a esse atentado à honra e à dignidade humana.

Projeto: A Violência Doméstica Sofrida pelos Idosos no Recife e Região Metropolitana. **Órgão Financiador:** Universidade Católica de Pernambuco.

O presente estudo compromete-se com a exposição dessa prática de violência na cidade do Recife, evidenciando os aspectos jurídicos, sociológicos e morais. *Pari passu*, apresentaremos medidas de prevenção e proteção, objetivando a conscientização humanitária da sociedade contra tais transgressões, por via de ação legislativa.

O objetivo geral é fazer o levantamento da violência sofrida pelo idoso no ambiente familiar, evidenciando os maus tratos e os efeitos destrutivos na qualidade de vida do idoso e do cuidador. Em face disso, confrontarem os fenômenos observados com os direitos das pessoas mais velhas que lhes são devidos.

Os objetivos específicos são: verificar a existência da violência doméstica contra a velhice, a partir da constatação do desrespeito e da observância da violação de alguns direitos fundamentais; demonstrar que a ignorância da população em reconhecer o idoso como "pessoa", ou seja, um sujeito de direitos e obrigações, é responsável pela transgressão à dignidade dos mais velhos; revelar os casos de abusos sofridos na velhice, inclusive por denúncia do próprio idoso; viabilizar, através de medidas alternativas, a informação para a conseqüente proteção, tal como a criação de um órgão específico de defesa dos direitos dos idosos; elencar redes de apoio a serem utilizadas em benefício da qualidade de vida e da tutela de direitos referentes aos idosos; e propor projeto legiferante ao Poder Legislativo em suas várias esferas (estadual/municipal).

Metodologia

Considerando-se a importância do presente tema e a necessidade de se acompanhar esta realidade, a metodologia utilizada está dividida em três etapas a seguir aduzidas.

1ª. Etapa – Utilização de pesquisa bibliográfica, proporcionando o enriquecimento e o desenvolvimento deste trabalho, no que concerne à violência sofrida pelos idosos no ambiente familiar. É fundamental destacar, também, a utilização de artigos publicados em revistas, jornais, periódicos e internet.

2ª. Etapa – Realização da busca de informações e dados com base na observação da realidade (pesquisa de campo), utilizando-se de entrevistas por amostragem, no que se refere à busca de dados no plano prático.

3ª. Etapa – Aplicação do método hipotético-indutivo, propiciando a investigação de cada fato gerador da violência empregada contra a velhice bem como as conseqüências dela provenientes. A exposição de tais fatos almeja propor a atuação do Poder Legislativo, além dos órgãos competentes, na tutela dos direitos dos idosos, assegurando-se, assim, a dignidade deles.

Resultados e Discussão

A velhice do ser humano apresenta-se por um conjunto de alterações físicas e psíquicas do organismo da pessoa e sua maneira de interagir com o meio social. Além disso, tem-se constatado a postura discriminatória expressa nesse meio e alimentada pelo próprio indivíduo.

As normas estabelecem direitos, mas a realidade revela que elas são executadas apenas parcialmente. A disparidade entre a lei e a vida é comprovada no caso da velhice.

Apesar do que prescrevem as constituições, as leis e os regulamentos, os idosos são o último grupo a beneficiar-se das declarações legais. Caracterizam-se como os "resíduos" de um sistema que valoriza somente a rentabilidade do trabalho humano, do qual não participam econômica e socialmente.

O aumento da expectativa de vida tornou o idoso uma nova realidade a ser absorvida pela sociedade. Essa evolução permitiu que se abrisse, com mais clareza, o ambiente privativo dos lares, expondo suas mazelas. A hipótese de que o ambiente familiar, pelas ligações afetivas, protegeria seus membros mais vulneráveis, tem-se mostrado bastante falha.

As conseqüências da violência doméstica, via de regra, são irreversíveis. Atingem todos os membros e várias gerações. Perturbam a interação social de forma substancial, afetando definitivamente as bases dos princípios afetivos, de segurança e de proteção. A família se esfacela, parte se identifica com a vítima, parte com o agressor.

As limitações mobilizam frustração e sobrecarga dentro do ambiente familiar e contribuem para a eclosão de atitudes de negligência e abusos. Os idosos sofrem violência física, psicológica, sexual e negligência, com as peculiaridades específicas. Uma das mais comuns é a financeira; o uso das aposentadorias pela família e a desatenção das necessidades do idoso, culminando no abandono. Além dessas, também ocorrem os maus tratos físicos, estupro, maus cuidados de higiene, má nutrição, vestuário inadequado, escaras, impactação fecal, alopecia etc.

É importante ressaltar que a incidência de violência doméstica tem sido considerada maior em abusadores de substâncias psicoativas na maioria das sociedades e culturas, e presente nos diferentes grupos econômicos. Desempenha um papel desencadeante de atos violentos pela ação desinibidora da censura, assumindo o agressor condutas socialmente reprováveis.

Conclusões

Percebemos que a violência contra o idoso surge nos casos em que diferentes gerações convivem numa mesma unidade doméstica, de modo que o fato de se permanecer junto à família durante a velhice não constitui uma garantia de respeito e dignidade.

O despreparo dos profissionais e a carência de recursos em serviços de amparo ao idoso são fatores importantes para justificar a insuficiência nas investigações dessa problemática social.

Há que se buscar desenvolver trabalhos e programas com ampla abrangência, para abarcar a vítima, o abusador e o restante do grupo familiar, em razão das múltiplas facetas contempladas pela violência doméstica contra a terceira idade.

Também é importante a implantação de programas que prestigiem uma abordagem transdisciplinar a fim de atuar de maneira mais eficaz, evitando intervir sob um único enfoque.

A tolerância às diferenças e as trocas permitidas, respeitando os limites e os papéis de cada membro do grupo, representam o forte vínculo que torna a família o sustentáculo emocional do ser humano. Todas as iniciativas que permitam o reforço desse espaço de entendimento, utilizando as identificações e os fortes laços afetivos, permitem efetivas formas de lidar com conflitos em todos os níveis, especialmente os da violência doméstica sofrida pelos idosos.

Agradecimentos

A minha família, pelo apoio sereno e contínuo. A Dr. Eronildo Farias, Dra. Carmela Galindo, Mariluce e Dra. Marília Siqueira, pelo valoroso empenho social.

Referências

BACELAR, Rute. **Envelhecimento e produtividade**: processo de subjetivação. 1. ed. Recife: FASA, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar**: orientações para práticas em serviço. Brasília, DF, 2001.

DELEGADOS treinam para atender melhor o idoso. **Jornal do Commercio**, Recife, 20 mai. 2003. Segunda Capa, p. 2.

JUSTIÇA prioriza processo de pessoas idosas. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, 23 mai. 2003. Poder Judiciário Estadual, p.1.

SIQUEIRA, Marília. **Violência física no idoso**. 2002. Trabalho de Pesquisa Científica, Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, Recife, 2002.

BRASIL E PORTUGAL SOB OS DISCURSOS INTEGRALISTAS

Isabella Cristina de Souza Lisboa[1] ; Ferdinand Azevedo SJ[2]

[3] Estudante do Curso Licenciatura em História do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas
[2]Professor do Instituto de Pesquisa Pe. Nogueira Machado Líder do Grupo de Pesquisa Estudos históricos da relação discursiva entre o político e o religioso
E-mail: bellaadaf@hotmail.com; fazevedo@unicap.br

Resumo

Este projeto tem como objetivo destacar a importância da interdisciplinaridade entre a História e a Lingüística, usando como suporte as categorias da análise do discurso da escola francesa, por ser um campo que estuda os discursos sempre ligados ao contexto. Sobre esta base teórica e metodológica, delimitamos a temática "Brasil e Portugal sob os Discursos Integralistas", tendo como objetivo fazer uma análise de como se deu a relação Brasil e Portugal durante o século XX e como o Integralismo brasileiro foi construído em cima do discurso "Deus, Pátria e Família". Por meio dessas relações políticas e ideológicas, traçamos a influência lusitana no Brasil.

Palavras-chave: discursos integralistas; Brasil; Portugal.

Introdução

O presente projeto se volta à perspectiva de realizar uma reflexão sobre a Ação Integralista no Brasil e em Portugal. Procuramos estabelecer em cima da relação Brasil – Portugal , a influência que o integralismo brasileiro e lusitano sofreu dos regimes totalitários de extrema direita. Será por meio das semelhanças e especificidades de cada país, que tentaremos traçar a influência do discurso integralista nas instituições políticas, ideológicas e sociais da época, em especial no Recife do Século XX. É através do slogan "Deus, Pátria e Família" que tentamos compreender a importância histórica e política desse movimento, que tem como principais expoentes: Antonio Sardinha, em Portugal e Plínio Salgado, no Brasil. Este último líder da Ação Integralista no Brasil (A.I.B.). Assim sendo, este projeto de pesquisa tem por objetivo realizar uma investigação histórica da relação Brasil e Portugal, a partir da leitura de livros e fontes primárias, que retratam os acontecimentos históricos e a mentalidade do período.
Enfim, o projeto tem por objetivo capacitar os alunos de graduação em história na leitura e nas técnicas de fichamento e análise de textos teóricos e metodológicos em história, que dêem subsídios à pesquisa histórica, e conduzir os alunos à utilização das conquistas teóricas na análise de fatos históricos, ligados à História Política e à Cultura.

Projeto: Brasil e Portugal sob os Discursos Integralistas. **Órgão financiador:** Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Metodologia

A metodologia utilizada é a da Nova História Política, na qual os fatos políticos são considerados tanto na perspectiva dos governantes como na dos homens comuns que fizeram parte do movimento integralista lusitano e brasileiro. Em nossa abordagem procuramos investir no entrelaçamento dos discursos dos indivíduos que defendiam o movimento em Portugal e no Brasil através da contribuição da Análise do Discurso em sua vertente francesa, que fornece algumas categorias, especialmente o da interdiscursividade, que é uma categoria cujo significado expressa a forma como um discurso é construído, sempre em relação a outros discursos já pronunciados, ou seja, é a relação de um discurso com outros discursos. Segundo os teóricos da Análise do Discurso da escola francesa, um discurso nunca é em si mesmo autônomo, independente de outros, porque se constrói numa dada conjuntura sempre em relação ou interação com discursos anteriores, em relação aos quais pode assumir uma postura concorrente ou de aliança. Analisar ditos já pronunciados em contextos anteriores e em outros lugares é um dos pontos fundamentais do nosso trabalho. Dessa forma, nossa pesquisa se utiliza de ferramentas do campo da História Política e Cultural numa perspectiva interdisciplinar da História com a Lingüística, no campo da Análise do Discurso (AD).

Nesse lugar metodológico, nos debruçamos sobre documentos históricos escritos, nos quais procuramos localizar e analisar discursos políticos do integralismo em Portugal e no Brasil.

Neste sentido, o estudo comparativo também se caracteriza como uma de nossas propostas de trabalho, uma vez que estamos sempre relacionando os ditos em Portugal dentro do movimento, com os ditos no Brasil em torno do mesmo movimento.

Resultados e Discussão

Como resultado do referente relatório de pesquisa, temos a organização de um pequeno acervo de reportagens compiladas de vários jornais e revistas (Jornal Pequeno, A Família, A cidade, Diário do Nordeste e da Revista Tradição), que nos informam sobre a Ação Integralista no Brasil, em especial no Recife, e sobre a relação que Portugal mantinha com o Brasil, bem como sobre a influência que estes artigos recebiam do discurso integralista, fincado no slogan “Deus, Pátria e Família”.

Destacamos a importância do jornal integralista, Diário do Nordeste, que foi lançado para fortalecer a candidatura de Plínio Salgado e a ideologia integralista em território nacional, vinculando-se nele a identificação do integralismo com os regimes totalitários de extrema direita. Diferentemente do que ocorria em Portugal, onde o integralismo era monarquista e com um cunho católico muito forte. O movimento assume uma característica totalitária com a ascensão de Salazar ao poder. Isto se dá pelo fato de Salazar incorporar alguns dos discursos integralistas ao seu governo. Assim como Plínio Salgado, líder integralista no Brasil, Portugal também terá seus líderes e sua influência no Brasil. Antonio Sardinha por exemplo, é um dos líderes da Ação Integralista Lusitana, que vai influenciar alguns dos nossos integralistas, como Guilherme Auler, que irá aderir às idéias monarquistas e católicas de Sardinha.

Por fim, concluímos que, apesar de nossa independência em 1822, o Brasil ainda se encontrava sob a influência política e cultural européia, sobretudo de Portugal, que, por meio de suas idéias, contribuíram para o integralismo no Brasil.

Conclusões

Este relatório de pesquisa nos possibilitou a construção de competências e habilidades na pesquisa histórica e na Análise do Discurso (AD). A categoria do discurso é aqui utilizada numa perspectiva que extrapola o significado “literal” das palavras, buscando, na sua relação com a exterioridade,

perceber as condições em que foram produzidos, por quem foram produzidos, como foram produzidos e como eles funcionam. Para tal, usamos a contribuição de (FOUCAULT, 1972; 1979; 1987); (MAINGUENEAU, 1997); (PÊCHEUX, 1988).

É assim, operacionalizando a investigação histórica a partir da contextualização do social, numa reflexão crítica sobre a História Política e Cultural, que, no decorrer do projeto, construímos um acervo de indicadores e subsídios teórico-metodológicos que nos ajudam a compreender a relação existente entre Brasil e Portugal durante boa parte do século XX.

Agradecimentos

Agradecimento à UNICAP, órgão financiador do Pibic. A minha ex-orientadora, Prof ª Dr ª Giselda Brito Silva, pelo apoio e exemplo de profissional a ser seguido. Ao Pe. Ferdinand Azevedo SJ, que me disponibilizou seu acervo particular e aceitou o pedido de ser meu orientador.

Referências

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, São Paulo : Editora da UNICAMP, 1994. pp. 71-75.

CASCUDO, Luiz Câmara. A República:**Tradição**V.5, n.55, 1943 Natal (Rio Grande do Norte), 26-5-43.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002**.**

GADET, F. E HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** São Paulo: Paz e Terra, 1997. pp. 13-39.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. **3.ed. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.**

LIMA, Maria Emília A.T. **A construção discursiva do povo brasileiro: o discurso de 1º. de maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PINTO, Antonio Costa, **Os camisas azuis: ideologia, elites e movimento fascista em Portugal (1914-1945).** Lisboa: Editorial Estampa,1994.

PORTO, Costa. Antônio Sardinha. **Folha da Manhã**, Recife, 1943.

REALE, Miguel. **A B C do integralismo**. São Paulo: Edição da Revista Panorama, 1937.

SILVA, Giselda Brito. **A ação integralista brasileira em Pernambuco (1932-1937**). 1996. 130p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro nos anos 30**. São Paulo: Diefel, 1978.

Antônio Sardinha. Tradição**:V. 6, n.34 e 35,1943**

JORNAL PEQUENO. Recife, 05 de jul.1933

JORNAL A CIDADE. Recife, 07 de mai, 1934

A FAMILIA, Recife, dez, 1911

DIARIO DO NORDESTE, Recife, 22 de ago

CADEIAS PRODUTIVAS DO NORDESTE E A INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

Eminêncio Lumumba Gomes[1] ; Abraham Benzaquen Sicsú[2] ; Frederico Jayme Katz[3]

[1]Estudante do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais;
[2]Consultor e Pesquisador do Neal – Núcleo de Estudos para América Latina.
E-mail: asicsu@globo.com.br;
[3]Consultor e Pesquisador do Neal – Núcleo de Estudos para América Latina.
E-mail: fkatz@elogica.com

Resumo

Este resumo é uma apresentação parcial do projeto ainda em curso. Os resultados foram obtidos com base nas pesquisas bibliográficas, periódicos e internet. De acordo com os referidos dados, foi possível chegar às seguintes constatações: as relações comerciais entre Pernambuco e Uruguai são caracterizadas pelos produtos semimanufaturados e primários; verifica-se um fluxo maior de mercadorias de Uruguai para Pernambuco do que o contrário; o comércio entre Pernambuco e Uruguai, embora seja de pouca expressão, e´ estável e a maioria dos produtos selecionados apresentaram fluxos regulares; não houve grandes variações dos produtos transacionados durante o período pesquisado (1996 – 2003).

Palavras-chave: Mercosul; cadeias produtivas; integração de periféricos.

Introdução

O problema central, como traz o título do projeto, é detectar oportunidades e vulnerabilidades de relacionamentos periféricos no Mercosul (NE Brasileiro/Uruguai), a partir da análise das principais cadeias produtivas da integração. A maior atenção foi dada à interação comercial entre Pernambuco e Uruguai de 1996 a 2003.

Apesar dos resultados advindos do processo da integração do Mercosul se mostrarem otimistas, a realidade mostra que as diferenças no amadurecimento das economias integrantes do bloco colocam alguns países integrantes em desvantagem nas trocas comerciais. Esse assunto ganha maior relevância se forem levados em consideração os conflitos que podem surgir entre os membros e cuja solução pode ultrapassar a flexibilidade do órgão interno do Mercosul para resolução dos conflitos. A outra questão que pode ser considerada como ameaça à afirmação do Mercosul é a crescente mobilização das forças para a formalização da Alca.

Torna-se, por isso, cada vez mais evidente a necessidade de construir um modelo da relação de comércio que leva em consideração essas complexidades, no sentido de contornar algumas falhas e amenizar as dificuldades que podem comprometer o avanço do Mercosul.

Projeto: Oportunidades, Vulnerabilidades, de Relacionamentos Periféricos no Mercosul: Uma Analise Através das Principais Cadeias Produtivas da Integração. **Órgão financiador**: Unicap.

O objetivo do trabalho já realizado consiste em aproximar as duas periferias do Mercosul (Nordeste Brasileiro e Uruguai), através da identificação dos setores importantes de comércio para o aprofundamento da relação.

Metodologia

Os trabalhos estão sendo feitos com base nas consultas das obras que tratam da questão do Mercosul conforme consta nas referências bibliográficas citadas na última página do resumo. Está sendo consultado o banco de dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior disponível na Internet. Foi feita uma visita à Petroquímica do Nordeste, filial da Daw Chemical (empresa petroquímica dos Estados Unidos). A Petroquímica do Nordeste é a única produtora de Acetato de vinila na América do sul. Esse produto é um dos principais elementos de exportação do estado de Pernambuco para o Uruguai.
Durante a visita tivemos uma entrevista com o diretor da produção, que deu uma explicação sobre o sistema de produção e exportação do acetato de vinila aos demais membros do Mercosul, destacando a questão da logística.
Também foi feita uma visita à Associação Avícola do Estado de Pernambuco. Segundo Dr. Nilo Santiago, Secretário executivo da referida associação, o custo de frete da Argentina e Uruguai para Pernambuco é menor do que frete rodoviário do centro oeste para o estado, o tradicional fornecedor de milho ao estado.

Resultados e Discussão

No início da execução do projeto, foi feito levantamento das principais cadeias e arranjos produtivos do Nordeste Brasileiro. Foram levantados os dados de transação comercial do Brasil com os demais membros do Mercosul no período de 1996 a 2003; seguidamente, foram selecionados os produtos considerados importantes para a análise das relações comerciais entre Pernambuco e Uruguai. Esses produtos são: arroz, que corresponde a 55% da importação de Pernambuco vindo de Uruguai de 1996 a 2003; milho ,correspondente a 3% do total da importação durante o mesmo período; tortas de algodão, correspondente a 1% da importação do mesmo período. Os produtos selecionados como principais no que se refere à exportação de Pernambuco para Uruguai são: roupas de algodão, correspondente a 23% da exportação de 1996 a 2003; acetato de vinila, correspondente a 13% de toda exportação durante todo o período analisado; açúcar, 11%; chapas de terrefatalato de polietileno, 8%; tecidos de algodão, 6%; borracha de butadieno, 5%.
A relação comercial entre Pernambuco e Uruguai é caracterizada por produtos semimanufaturados na pauta de exportação de Pernambuco para o Uruguai e produtos primários na pauta da importação de Pernambuco vindos do Uruguai. Isso pode ser constatado na citação anterior dos produtos selecionados como principais. A exportação de Pernambuco para o Uruguai apresenta produtos com maior valor em termos monetários.
As importações de Pernambuco vindas de Uruguai são maior do que as exportações de Pernambuco para Uruguai, representam US$145,4 milhões e US$29,3 milhões respectivamente. Esses dados pertencem ao período de 1996 a 2003, segundo os registros do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Brasil.

Conclusão

Os dados levantados revelam que o comércio entre Pernambuco e Uruguai é menor em comparação

com os demais membros do Mercosul (Argentina e Paraguai) em termos de valor monetário. Por outro lado, constatou-se que não houve mudanças significativas dos produtos transacionados durante o período analisado. A transação dos referidos produtos foi regular de 1996 a 2003, ou seja, houve comercialização desses produtos sem grandes ciclos durante todo o período analisado. Isso pode ser verificado nos registros do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. Esses registros apresentam valores de 1996 a 2003, sem grades variâncias.
A questão do custo de logística é de suma importância, por isso vamos procurar, com maior clareza, entender como os produtos selecionados como principais estão inseridos no comércio entre as duas periferias, levando em consideração o problema do custo.
Segundo Dr. Nilo Santiago, secretário executivo da AVIPE (Associação Avícola de Pernambuco), o custo de frete da Argentina e do Uruguai para Pernambuco é menor do que frete rodoviário do centro oeste para o estado, o tradicional fornecedor de milho ao estado.

Agradecimentos

À Unicap, pelo fato de eu poder estar cursando Economia; ao Neal e aos professores e orientadores da pesquisa, pelo apoio e oportunidade de estar participando no trabalho; a Esmeraldo, colega estagiário, pela solidariedade e encorajamento.

Referências

BAUMANN, Renato**.** *Mercosul avanços e desafios da Integração.*

Brasília: IPEA/CEPAL, 2002

KATZ, Frederico Jayme ; PARADIZO, Romina ; ROSENTHAL, David; SICSÚ, Abraham Benzaquen ; SONALLE, Keila Silva . *Mercosul : Mudanças Necessárias***.** Coleção Neal nº 5 UNICAP, 2002.

MACHADO, João Bosco m. *Mercosul. Processo de Integração : Origem, Evolução e Crise.* Editora Aduaneiras, São Paulo 2000.

Sites:

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - Brasil

www.aliceweb.desenvolvimento.org.br

Santiago Alvarez Cantalapiedra, Comércio e Economias Periféricas.

Htt://ucm.es/bucm/cee/doc

10/05/04.

CÁLCULO MENTAL EM AÇÃO: ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES E DOS ALUNOS

Cândida Carolina Berenguer de Souza[1]; Yara Maria Leal Heliodoro[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Universidade Católica de Pernambuco;
[2]Professora do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Universidade Católica de Pernambuco
E-mail: yleal@terra.com.br

Resumo

A presente pesquisa deu continuidade aos estudos sobre cálculo mental, que iniciamos em 2002. O foco central do nosso trabalho foi investigar o uso do cálculo mental como estratégia de resolução de problemas, com professores das séries iniciais do ensino fundamental. Para a consecução desse objetivo, procuramos compreender as estratégias de cálculo mental utilizadas por eles, evidenciando aquelas que favorecem à compreensão dos algoritmos da adição com "o vai um" e da subtração com "reservas", bem como as escolhas das estratégias de cálculo vistas como mais produtivas, de acordo com a situação apresentada. A pesquisa foi realizada numa escola da rede pública municipal, situada na cidade do Recife, no bairro de Santo Amaro, envolvendo professores, coordenadores e alunos que atuam no ensino fundamental. Empregamos procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa e realizamos oficinas pedagógicas que permitem uma interação maior entre observador e participante. Este estudo favoreceu aos professores sujeitos da pesquisa uma reflexão sobre a proposta de formação continuada, da rede municipal de ensino, elemento importante na construção da autonomia do professor, considerando as alternativas teóricos-metodológicas sugeridas para o currículo de matemática, especificamente para o cálculo mental, com vistas à aprendizagem de todos os alunos da escola.

Palavras-chave: Educação matemática; cálculo mental; formação continuada.

Introdução

O presente trabalho deu continuidade à pesquisa "Os Efeitos do Cálculo Mental no Campo Numérico", que concluímos em julho de 2003. Naquele primeiro momento, investimos nos procedimentos cognitivos mobilizados pelos sujeitos (alunos), suas possibilidades de realizar cálculos mentais a partir de estratégias pessoais, procurando identificar quais dessas estratégias eram mais significativas no momento de efetuar cálculos numéricos mentalmente, confrontando tais estratégias com os procedimentos formais. Trabalhando agora com alunos, professores e coordenadores pedagógicos, damos continuidade ao estudo, pela importância atribuída ao fato de as pessoas desenvolverem suas próprias técnicas de cálculo e não ficarem limitadas a um único processo de realizar cálculos, ou seja, não ficar preso ao algoritmo adotado pelo ensino formal. Nesse sentido, não faltam justificativas para a continuidade do estudo sobre o cálculo mental,

Projeto: [1]Cálculo Mental em Ação: Estratégias dos Professores e dos Alunos./ **Órgão Financiador:** Programa Institucional de base de Iniciação Científica da Unicap.

envolvendo os professores, na medida em que eles poderão ajudar aos alunos a ampliar suas possibilidades de realizar os cálculos numéricos, entendendo que tal atividade dará mais flexibilidade de pensamento, condição necessária ao sujeito pensante. Mas para que isto aconteça é preciso que os professores tenham conhecimentos sobre o conteúdo acerca de cálculo mental, que segundo Parra (2001), influencia na capacidade de resolver problemas, aumenta o conhecimento no campo numérico, habilita para uma maneira de construção do conhecimento que favorece a relação do aluno com a matemática e deve ser acompanhado de um aumento progressivo do cálculo automático. Este tema passou a ser considerado conteúdo curricular há pouco tempo. Pensamos como Pimenta (1999), que a formação do professor se baseia na tríade saberes pedagógicos, saberes experiências e saberes do conhecimento e que os desafios da prática cotidiana são melhor enfrentados com a mobilização dessa tríade articulada de saberes. No primeiro o professor encontra o referencial para trabalhar os conhecimentos enquanto processos de ensino, no segundo ele confronta as teorias e as práticas tecendo o seu jeito de ser professor e no terceiro, encontra o referencial teórico na perspectiva de favorecer ao aluno a apropriação do conhecimento no seu processo de desenvolvimento humano. Nosso trabalho, privilegiou o saber do conhecimento, na medida em que o cálculo mental pode dar, segundo Bordeaux et al. (2001), contribuições a aprendizagem de conceitos matemáticos, ao desenvolvimento do raciocínio e a formação emocional do aluno.A formação do professor, envolve dois momentos marcantes. Um inicial, que diz respeito a formação acadêmica, conceituada como formação básica necessária ao título de professor e uma segunda, categorizada como formação continuada recorrente da necessidade de atualização que o contexto moderno exige. Ao longo dos anos, essa formação continuada, de acordo com (Weisz e Sanchez, 2001) tem sido chamada de treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento profissional ou capacitação. A formação continuada tem fundamental importância na prática de um professor, considerando que é através dela que abre-se o espaço a reflexão sobre as razões que justificam opções na prática cotidiana; as carências observadas em alunos; as dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho educacional; a concepção de escola enquanto instituição que transmite conhecimento e como local onde os alunos devem ser auxiliados no desenvolvimento de suas possibilidades assim como; as limitações e oportunidades do momento atual e da escola em questão. Ainda hoje, embora garantida pela nova LDB, a formação continuada, não está assegurada a todos os professores, no sentido de propiciar atualizações, aprofundamento de temas educacionais e reflexão sobre a prática educativa, de modo que favoreça a construção contínua de competências profissionais. Trabalhamos com uma concepção de oficina fundamentada no trabalho coletivo e na troca de experiências entre professores e alunos e dos professores entre si, ancoradas no exercício do pensar e do criar, pelo incentivo à descoberta de novas facetas do conhecimento e a ousadia de reelaboração, entendida como construção/ desconstrução / reconstrução do saber, de acordo com Ferreira (2001). Desse modo, essa pesquisa traz contribuições para uma transformação qualitativa do processo ensino aprendizagem da matemática. Ensinar matemática é um desafio, principalmente para quem teve a formação inicial com mestres que vêem a matemática pertencente ao mundo das idéias. A conseqüência dessa visão é a imposição autoritária do conhecimento matemático por um professor que desenvolve o ensino baseado em regras, em práticas mecanicistas. Assim como a formação inicial, deve assegurar o trabalho com conteúdos relacionados às diferentes áreas do conhecimento profissional, promovendo e desenvolvendo competências que possibilitem sua função docente, a formação continuada, por sua vez, deve assegurar a atualização, o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre o trabalho educativo. O que deve ser aqui levado em consideração é que se pode trabalhar em conjunto com os professores uma mudança direcionada, reflexiva e construtiva. Bicudo (1999) defende o ponto de vista segundo o qual, o professor pode aprender, mudar e se desenvolver enquanto interage com o seu ambiente. O compromisso de querer transformar é uma construção proferida entre, os desejos dos educadores

e a sua prática. Esses educadores enquanto profissionais devem articular no espaço do discurso, desenvolvendo a independência metodológica, a liberdade de escolha em sua prática e o compromisso com seu trabalho.
O presente trabalho objetiva compreender as estratégias de cálculo mental utilizadas pelos professores, apresentar estratégias de cálculo mental que favoreçam a compreensão dos algoritmos da adição com "o vai um" e da subtração com "reservas" e utilizar estratégias de cálculo mais produtivas, de acordo com a situação apresentada.

Metodologia

Este estudo foi realizado numa escola da rede pública municipal, situada na cidade do Recife, no bairro de Santo Amaro, numa área de muita violência. A escola no momento funciona em condições muito precárias, com salas de aula localizadas em três lugares diferentes. A prefeitura está construindo uma nova escola que deveria ter sido entregue desde o ano passado, mas a obra está parada e ninguém tem idéia quando a construção estará pronta. Entendemos que a escola deve oferecer um mínimo de condições que possam favorecer o trabalho do professor. Os alunos são de baixa renda social, e entre eles, alguns já fazem parte da marginalidade. Os professores às vezes sentem-se impotentes diante dos problemas de violência que enfrentam na sala de aula, mas alguns deles chegaram a afirmar que enquanto educador tem que fazer a sua parte na perspectiva de contribuir para as transformações da sociedade. Essa pesquisa envolve professores, coordenadores e alunos que atuam no ensino fundamental.
Nesta investigação realizamos as seguintes atividades: contato inicial com a equipe técnica da escola e com os professores, para apresentação da proposta de trabalho e obtenção de consentimento para a realização da pesquisa, observação de aula, entrevistas com alunos e professores para complementar informações e oficinas pedagógicas.

Resultados e Discussão

Iniciaremos apresentando uma síntese de alguns dados obtidos através das observações de aula. Vale salientar que não realizamos observação de aula em todas as salas das professoras com as quais trabalhamos. Uma das professoras afirmou que não trabalha cálculo mental com seus alunos, ela referiu-se à sua própria dificuldade em realizar cálculos e problemas mais complexos. Em vários momentos falou dos seus traumas com a matemática.
Duas outras disseram que trabalham em sala de aula, o cálculo mental e problemas matemáticos, mas consideram difícil fazer o registro do modo como se pensa para fazer o cálculo. Elas próprias admitem que têm dificuldades em raciocinar mentalmente e acham que é muito mais fácil fazer cálculo, usando os algorítmos usados pela escola.
Foi unânime, entre elas, a opinião de que os alunos sabiam resolver cálculos mentalmente melhor do que elas; uma delas, embora tenha afirmado que trabalha este conteúdo, em todas as situações que solicitamos para ela resolver mentalmente, adotou o modelo da escola, "montando a conta na cabeça", o que foi possível na adição, mas, com a subtração, ela não conseguiu acertar, e todo o tempo afirmava que era fraca em tabuada, que tinha trauma com a matemática.
Durante as oficinas, pudemos discutir com as professoras que existem várias formas de se realizar um mesmo cálculo, inclusive, diferentes daquelas formas com as quais trabalhamos com elas. Apresentamos algumas formas interessantes que encontramos em nossas leituras, como o relato de um aluno que disse ter dificuldades de operar com números que possuem dois zeros. Por exemplo 100 – 37. Ele fez 99 – 37 e no final acrescentou o 1 que tirou para facilitar a resolução.
Nenhuma professora conseguiu perceber que o uso da propriedade comutativa favorecia à resolução de cálculos. Por fim, constatamos a aprendizagem da professora, dando-se durante as

entrevistas e oficinas, em relação às propriedades comutativa e associativa, a partir da nossa intervenção.

Conclusões

Nosso trabalho pretendeu investigar o cálculo como estratégia de resolução de problemas pelas professoras.

A partir das oficinas, é possível concluir que ajudamos a s professoras a sentir segurança na sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo sua auto-estima, a perseverança na busca de soluções e a interagir de forma cooperativa, na medida em que trabalhamos na busca de soluções para problemas propostos. Embora esse aspecto seja fundamental para que as professoras mantenham uma relação sadia com a matemática, constatamos que, em relação ao saber do conhecimento específico, de que fala Pimenta (1999), as professoras apresentam lacunas, uma vez que o conhecimento teórico do cálculo mental é necessário para que elas possam ensinar bem, organizar boas situações didáticas, selecionar tipos de cálculo a ser apresentado aos alunos e saber o momento adequado de inserir o cálculo na sala de aula. Nesse sentido, identificamos como dificuldades das professoras, na sua maioria, calcular mentalmente, procurando visualizar o cálculo com se estivesse escrito no papel. Algumas delas tentaram utilizar o recurso do "vai um" e das reservas, para todas as operações. Essas professoras não reconhecem que tal recurso é mais adequado para a resolução no papel, e não para o raciocínio mental.

O trabalho das oficinas constitui-se como um espaço coletivo de aprendizagem, favorecendo a troca de sabres entre as professoras e a identificação da necessidade de trazer para a sala de aula, situações didáticas que promovam o desenvolvimento de habilidades para o uso das propriedades das operações. Além de abrir novos olhares em relação ao trabalho prático em sala de aula, construindo uma visão que amplia o diálogo e a relação do aluno com outros colegas e com a professora.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Católica de Pernambuco pelo suporte financeiro que possibilitou nossa pesquisa.

Referências

BICUDO, M. A. **Pesquisa em educação matemática:** concepções & perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BORDEAUX, et al. **Matemática na vida e na escola**. São Paulo: Editora do Brasil,2001.

FERREIRA, M. S. **Oficina Pedagógica**: uma estratégia de ensino-aprendizagem. Natal: Editora EDUFRN, 2001.

PARRA, Cecília. **Cálculo mental na escola primária. IN: Parra e Saiz (orgs) –** Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre, Artmed, 2 reimpressão, 2001.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

WEISZ, T.; SANCHEZ, A. **O Diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo, Editora Ática, 2001, 2. ed.

CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DO CONCRETO AUTO-ADENSÁVEL

Daniela Carvalho Moura[1]; Romilde Almeida de Oliveira[2] .

[1]Estudante do Curso de Engenharia Civil do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia. E-mail: daniela_moura@hotmail.com;
[2]Professor do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa Construção Civil e Análise Estrutural. E-mail: romilde@unicap.br

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo agrupar informações sobre ensaios de espalhamento e capacidade de penetração do concreto auto-adensável, reduzindo, assim, erros de execução provenientes da mão-de-obra não qualificada. Iniciaram-se os trabalhos com uma minuciosa pesquisa, principalmente na internet. Dentre alguns ensaios existentes, optou-se pelos ensaios "Fluidez no cone" e "Caixa V". A utilização de matéria-prima local foi um dos objetivos da pesquisa. Os ensaios efetuados com concretos de resistência característica à compressão igual a 60 MPa e uso adequado de aditivos atingiram condições de espalhamento e de fluidez necessários para a caracterização da auto-adensabilidade. Encontram-se em andamento testes com a Caixa de Preenchimento, que deverão apresentar condições de penetração em peças que tenham alto nível de concentração de armadura.

Palavras-chave: fluidez; resistência; tecnologia do concreto.

Introdução

Os concretos convencionais, tradicionalmente obtidos com a simples mistura de cimento portland, areia, brita e água, e caracterizados pela baixa resistência, pouca coesão, permeabilidade acentuada, vem sendo substituídos pelos chamados CAD – Concretos de alto desempenho – objetivando a melhoria de suas propriedades (AÏTCIN, 2002).
A produção de concreto estrutural com resistência característica à compressão, com valores da ordem de até 35 Mpa, pode ser facilmente atingida nas obras, no próprio canteiro ou em centrais, e aplicado com a mão-de-obra local. No entanto, quando se trata de concreto com resistências superiores a 50 Mpa, em princípio, o sucesso vai depender muito do desempenho e esmero da mão-de-obra. Por outro lado, as conseqüências de falhas nos concretos de alta resistência são muito mais drásticas do que para concretos de resistências inferiores. Surge então um problema crucial para a obtenção de qualidade e segurança para os concretos de maiores resistências, que é a dependência da qualidade da mão-de-obra, sabidamente pouco especializada para esses tipos de serviços (OUCHI, 2001).
O concreto de alto desempenho apresenta as vantagens de, além de oferecer maior segurança, reduzir o custo de uma construção, especialmente aquelas de maior porte, aumentando a velocidade de execução, reduzindo a carga permanente da estrutura e das fundações. Para obter essas

Projeto: Propriedades Do Concreto Auto-Adensável . **Órgão financiador:** UNICAP – PROPESP (PIBIC).

vantagens, H. Okamura, professor da Universidade de Tóquio, propôs um tipo de concreto com fluidez elevada e agregados de pequena granulometria, no qual o aditivo empregado é o superplastificante, visando a produzir elevada trabalhabilidade de tal ordem que dispensasse o uso de vibração mecânica e que permitisse o preenchimento de todo o volume, assegurando a qualidade e a durabilidade do concreto independente da mão-de-obra empregada (OUCHI, 2001). Para se obter um concreto de alto desempenho, é necessária uma avaliação das propriedades desejadas, requerendo uma otimização do traço para cumprir com excelência as suas funções. Muitas vezes, a alta resistência é característica fundamental desse concreto e a adição de sílica ativa e de aditivo superfluidificantes aos constituintes básicos do concreto contribuem significativamente para o aumento de resistência. Proporciona ao concreto resultante as vantagens da redução da permeabilidade, diminuição da segregação e melhoria considerável da trabalhabilidade(RAABE, 1991).

Os objetivos do trabalho são os de reunir informações técnicas a respeito da produção e utilização do concreto de alto desempenho auto-adensável. Com relação a esse material, foi efetuada uma vasta revisão bibliográfica e uma série de ensaios laboratoriais, tendo-se como meta a compreensão do comportamento mecânico do concreto auto-adensável. Um outro objetivo, mais específico, foi a obtenção de resultados de propriedades mecânicas através de ensaios de corpos de prova e das correlações entre as resistências à compressão em diferentes idades, bem como correlações entre as resistências à tração e à compressão.

Metodologia

Foi efetuada revisão bibliográfica, contemplando a literatura específica, enfocando o entendimento das propriedades do concreto auto-adensável, além da utilização de referências existentes na Internet.

É bastante importante determinar, com a maior precisão possível, as características desse tipo de concreto, tendo em vista que, além de garantir a resistência à compressão, também se faz necessário garantir a auto-compactação. Como esse tipo de concreto ainda não é freqüentemente utilizado no Brasil, não se dispõe de normas para ensaio de auto-adensabilidade. Desse modo, optou-se por ensaios existentes na literatura, com especial enfoque aos recomendados pelo EFNARC (EFNARC , 2001).

Resultados e Discussão

TABELA I : TRAÇO UNITÁRIO

Cimento (Kg)	Brita (Kg)	Areia (Kg)	Água (L/Kg)	Hiperplastificante (ml)	Metaculim (Kg)
1	0,9	0,6	0,32	10,0	0,05

A partir do traço unitário acima, foi realizado o ensaio para determinar as condições de auto-adensabilide do concreto, que consiste em obter uma liquidez com valor final ideal entre 65 e 80 centímetros cuja mistura deverá atingir os 60 centímetros antes de 5 segundos. Esse é o ensaio do Slump Flow ou Cone de Fluxo, que apresentou um diâmetro de espalhamento aproximadamente de 80cm, estando então dentro do valor ideal máximo.

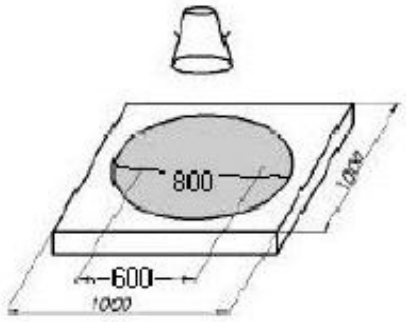


FIGURA I: CONE DE FLUXO

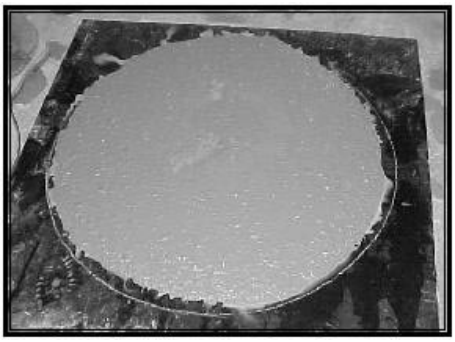


FIGURA II: DIÂMETRO ATINGIDO

Com o mesmo traço pode-se então iniciar a realização do ensaio da caixa V. O equipamento consiste em um funil no formato de V que é usado para determinar a capacidade de enchimento (fluidez) do concreto. O funil enche-se com aproximadamente 12 l de concreto. Embora o instrumento seja simples, o efeito do ângulo do funil e o efeito da parede no fluxo do concreto não estão desobstruídos. Logo umedecem as superfícies internas do funil, mantendo o portal aberto para permitir a drenagem da água restante. Fecha-se o portal e coloca-se uma placa embaixo. Enche-se completamente o instrumento com o concreto sem comprimi-lo ou pressioná-lo (figura à esquerda), abre-se o portal com 10 segundos de descanso, deixando o concreto fluir com seu próprio peso (figura à direita), da maneira simultânea inicia o cronômetro e registra-se o tempo, que deve variar entre 6 e 12s. Considera-se terminado quando a luz é vista da parte superior através do funil, obtendo-se a relação ótima entre água/agregado finos e adição de superplastificante.

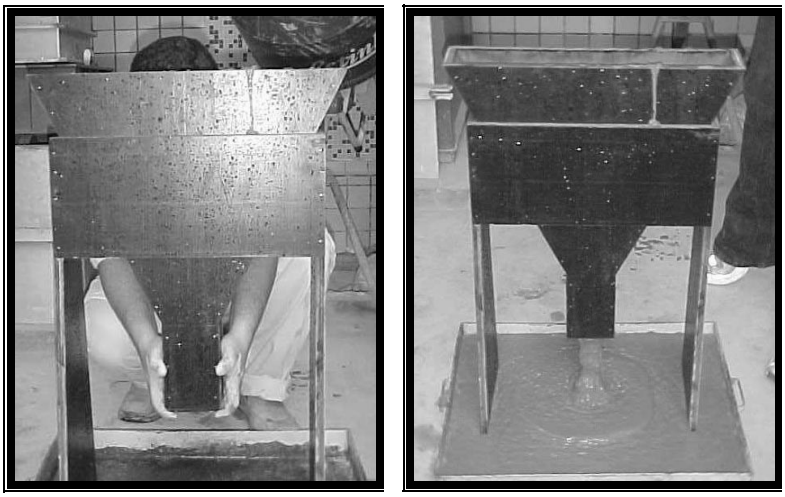


FIGURA III: ENSAIO DA CAIXA V

Conclusões

É perfeitamente possível a confecção de concreto auto-adensável de alto desempenho com os materiais disponíveis no mercado. Apesar de todas as vantagens por ele proporcionadas, há de se

fazer um estudo da relação custo-benefício, pois os aditivos constituintes ainda são de elevado preço. Dependendo da finalidade, pode-se confeccionar um concreto auto-adensável de baixa resistência, barateando consideravelmente o metro cúbico, fator que ainda será estudado no decorrer do projeto para aperfeiçoar o uso do concreto auto-adensável e melhor compreensão do tema aqui abordado.

Agradecimentos

Ao Professor Romilde Almeida, pela dedicação e ensinamentos dispensados; aos laboratoristas André Miranda e Washinton Esposito, pela paciência e insistência nas contribuições necessárias para atingir os resultados desejados; à empresa Master Builders Technologies, pela doação do GLENIUM®51, e à UNICAP, por abrir esse espaço que nos torna capazes de desenvolver futuras atividades na área científica.

Referências

EFNARC. **Specification and Guidelines for Self-Compacting Concrete**: www.efnarc.org.

AÏTCIN, P.-C.. **Concreto de alto desempenho**, PINI, São Paulo, 2000.

NEVILLE, A.. **Propriedades do concreto**. São Paulo, PINI, 1997.

OUCHI, M., Self-Compacting Concrete – Development, applications and investigations, http://www.itn.is/ncr/publications/, 2001.

RAABE, A.L. **Aditivo superplastificante em concretos de cimento Portland pozolânico.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia, Curso de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991.

CAPACIDADE DE PREENCHIMENTO DO CONCRETO AUTO-ADENSÁVEL

Geovani Almeida da Silva[1]; Romilde Almeida de Oliveira[2]

[1]Estudante do Curso de Engenharia Civil do Departamento de Engenharia do Centro de Ciência e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Engenharia do Centro de Ciência e Tecnologia Romilde Almeida de Oliveira, Líder do Grupo de Pesquisa Construção Civil e Análise Estrutural E-mail: romilde@unicap.br

Resumo

O presente trabalho analisa o comportamento do concreto com relação à capacidade de preenchimento de uma peça sem que haja a necessidade de o mesmo ser adensado, reduzindo assim erros de execução provenientes da mão-de-obra não qualificada ou devido à alta concentração de barras de aços na peça a ser moldada. Nos ensaios efetuados, atingiram-se condições de auto-adensabilidade do concreto com resistência característica à compressão de 60 Mpa, atendendo às condições de preenchimento e escoamento. Os testes relativos ao preenchimento de peças contendo grande concentração de barras, através da caixa de preenchimento, encontram-se em andamento.

Palavras-chave: Concreto auto compactável; Fluidez do concreto; Concreto de alta trabalhabilidade.

Introdução

A produção de concreto estrutural com resistência característica à compressão com valores da ordem de até 35 Mpa pode ser facilmente atingida nas obras, seja misturado no próprio canteiro, seja em centrais, aplicados com a mão-de-obra local. No entanto, quando se trata de concreto com resistências superiores a 50 MPa, em princípio, o sucesso vai depender muito do desempenho e esmero da mão-de-obra, especialmente no que se refere à compactação do concreto e ao preenchimento de todos os espaços dentro das formas. Por outro lado, as conseqüências de falhas nos concretos de alta resistência são muito mais drásticas do que nos concretos de resistências inferiores. Surge então um problema crucial para a obtenção de qualidade e segurança para os concretos de maiores resistências: a dependência da qualidade da mão de obra, sabidamente pouco especializada para estes tipos de serviços. (AÏTCIN, 2000), (OUCHI, 2001).

O protótipo do concreto auto-adensável de alto desempenho foi desenvolvido pela primeira vez em 1988, usando-se materiais disponíveis no mercado. Nos últimos anos, em diversos países, vem sendo empregado, cada vez mais, esse tipo de concreto. No Brasil, começa a ser usado na região centro-sul, o mesmo acontecendo no Estado de Pernambuco. Com a tendência atual de se terem aplicações de concreto de alto desempenho cada vez mais difundidas, tendo em vista as novas relativas à performance e à durabilidade, o concreto auto-adensável será certamente uma alternativa. (ARAÚJO, 2003).

Projeto: Propriedades do Concreto Auto-Adensável. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

Metodologia

O CAA tem várias finalidades e tanto pode ser aplicado na fabricação de peças pré-moldadas quanto ou em obras civis. O concreto auto-adensável pode ser facilmente fabricado em usinas ou em betoneiras na obra, obedecendo aos requisitos específicos de fabricação. Com relação ao transporte, o mesmo pode ser feito da mesma forma que o dos concretos convencionais.

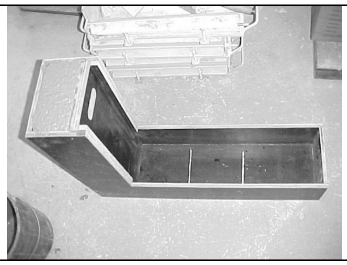
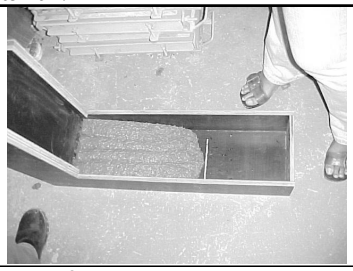
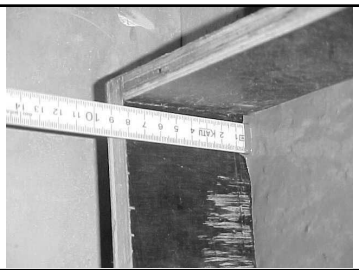
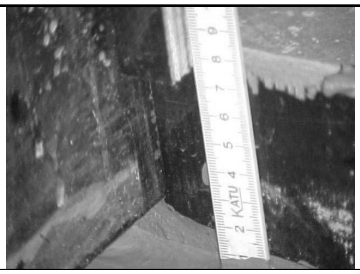
O concreto só poderá ser classificado como auto adensável CAA quando atender a quatro características fundamentais:

- capacidade de preenchimento da peça;
- capacidade de escoamento entre barras de aço;
- resistência à segregação;
- permanência da trabalhabilidade > 1hora.

Até hoje não foi desenvolvido um único método de ensaio que evidencie o concreto como auto adensável. Os métodos de ensaios existentes para esse tipo de concreto são todos distintos, evidenciando cada propriedade sua. Para evidenciar a capacidade de preenchimento de uma peça, utilizamos os métodos descritos a seguir. (EFNARC, 2003).

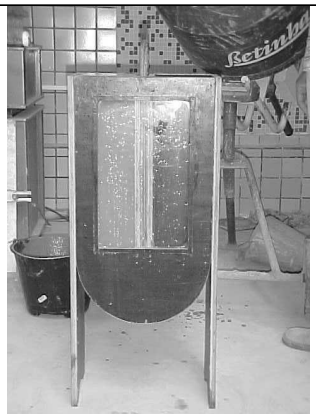
1º - Ensaio da calha em L: consiste em avaliar a capacidade de o concreto fluir na medida em que o mesmo está sujeito a bloqueio por parte das barras de aço.

Ensaio calha em L:

	
1º passo – Encher a parte vertical da calha com concreto e deixar o mesmo repousar por 1 minuto. Em seguida, abrir o compartimento, deixando o concreto fluir.	2º passo – Após liberado o concreto, registrar o tempo que o concreto requer para alcançar a marca dos 200mm na seção vertical da calha.
	
3º passo – Após terem passado os 200mm, registrar o tempo que o concreto levou para alcançar a marca dos 400mm na seção vertical da calha.	4º passo – Após o concreto ter fluido, verificar o tempo final, sabendo que todo o ensaio deve ser realizado em menos de 5 minutos.
	
5º passo – Fazer a medição de h_2 logo após o término do ensaio.	6º passo – Fazer a medição de h_1 logo após o término do ensaio. A partir dos dados coletados de h_1 e h_2, fazer a relação $F= h_2 / h_1$

2º - Ensaio da calha em U: consiste em avaliar a capacidade que o concreto tem de preencher o lado 2 da peça, sendo o mesmo sujeito a bloqueio por parte das barras de aço na comporta divisória.

Ensaio da calha em U:

	
1º passo – Encher com concreto auto-adensável o recipiente 1 até nivelar com a parte superior e deixar repousar durante 1 minuto.	2º passo – Após 1 minuto de repouso, liberar o concreto para que ele possa fluir para o recipiente 2, medir ambos os lados e fazer a relação $P = h_1 - h_2$.

3º - Ensaio da caixa de preenchimento : consiste em calcular o percentual de preenchimento com concreto auto-adensável com tamanho máximo de agregado na ordem de 20mm. Para isso, precisa-se uma caixa transparente de superfície lisa e uniforme, dentro da qual deve haver 35 barras, cujo diâmetro seja de 20mm, com uma distância entre as barras de 50mm.

Resultados e Discussão

A composição do CAA é semelhante à dos concretos comuns, recebendo ainda os aditivos superplastificante (RAABE, 1991) e sílica ativa (Metacaulim HP). As proporções usuais dos diversos materiais para produzir $1m^3$ de concreto auto-adensável estão, em média, dentro dos limites conforme tabela abaixo:

Quantidade necessária para produção do concreto auto-adensável:

Item	Material	Unidade	Proporções para $1m^3$ de CAA	
			Mínimo	Máximo
1	Cimento	kg	400	600
2	Agregado miúdo	kg	500	700
3	Agregado graúdo	kg	1000	1100
4	Água	litro	90	200
5	Hiperplastificante	%	1	2
6	Silica ativa (Mtacaulim HP)	%	7	15

Apesar de os estudos serem relacionados à capacidade de preenchimento do concreto auto-adensável, outros foram realizados simultaneamente sobre a capacidade de escoamento do

concreto auto-adensável a fim de obtermos maior confiabilidade nos ensaios realizados.

Conclusões

O concreto auto-adensável já vem sendo uma realidade no nosso meio. A tecnologia para sua produção não difere muito da produção dos concretos comuns, trazendo muitas vantagens, tanto técnicas como econômicas. Quando comparados aos concretos comuns, o auto-adensável de alta resistência permite atingir os seguintes objetivos:

- estruturas duráveis, com baixo custo de manutenção;
- elementos estruturais de menores dimensões;
- economia em formas e armaduras;
- redução de falhas com relação à execução.

Nos ensaios efetuados, foram atingidas condições de preenchimento das formas e escoamento do concreto, condições necessárias para caracterização da auto-adensabilidade do concreto, empregando resistência característica à compressão igual a 60 Mpa. Os testes relativos ao preenchimento de peças contendo grande concentração de barras, através da caixa de preenchimento apropriada, encontram-se em andamento.

Agradecimentos

À Universidade Católica de Pernambuco pela bolsa de pesquisa, ao orientador Professor Romilde Almeida de Oliveira, aos laboratoristas André Miranda e Washington Esposito do laboratório de materiais de construção, à empresa Master Builders Technologies pela doação do GLENIUM®51 e à empresa Universo Empreendimentos Ltda por me conceder metade do expediente para fazer a pesquisa.

Referências

EFNARC – **Federação Européia Dedicada aos Sistemas Específicos de Concreto**. Apresenta Conceitos na área de pesquisa sobre concreto. Disponível em:<www.efnarc.org> Acesso em outubro 2003.

AÏTCIN, P.-C.. **Concreto de alto desempenho**, PINI, São Paulo, 2000.

RAABE, A.L. **Aditivo superplastificante em concretos de cimento Portland pozolânico.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia, Curso de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991.

ARAÚJO, J. L., **Considerações sobre o concreto auto adensável e uma aplicação com materiais locais**, Dissertação de Mestrado, UFPE, fevereiro 2003.

OUCHI, M., **Self-Compacting Concreto – Development, applications and investigations**, http://www.itn.is/ncr/publications/, 2001.

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS: ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA[1].

José Carlos Costa Mourão Barboza[1]; Nilza Simões Corrêa de Albuquerque[2]

[1] Estudante do Curso de Psicologia (Departamento de psicologia) do Centro de Ciências Humanas (CTCH), e-mail: josecarlosmourao@hotmail.
[2] Professora adjunta do Departamento de Educação, e-mail: simoes@unicap.br. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Pedagogias - GREPPH.

Resumo

Este trabalho, parte de um projeto coletivo de pesquisa intitulado "**Características da educação da Companhia de Jesus nos limiares do contemporâneo: abordagem interdisciplinar"**, objetiva, através de estudos bibliográficos sobre questões teológicas contemporâneas, currículo, teorias educacionais, discurso e ideologia, contribuir para a construção de uma visão interdisciplinar sobre a pedagogia inaciana, e para o desenvolvimento da formação inicial e permanente na Unicap. Intentando compreender em profundidade a pedagogia inspirada na espiritualidade de Inácio de Loyola, realizamos, num primeiro momento, estudos históricos acerca de Inácio e o surgimento da Companhia de Jesus bem como dos antecedentes filosóficos e teológicos da época do Renascimento. Posteriormente, aprofundamos os estudos acerca do Iluminismo e suas implicações para o projeto epistemológico da Modernidade e o sujeito a partir da perspectiva da crise de paradigmas. Realizamos, também, a partir dos pressupostos da Modernidade, uma análise de documentos basilares da pedagogia inaciana, na atualidade, estudos introdutórios às discussões contemporâneas sobre teorias educacionais, ideologia, neoliberalismo e reformas educacionais, buscando contextualizar a pedagogia inaciana nessas discussões. Posteriormente, além do aprofundamento dos estudos já realizados, faremos estudos sobre o paradigma inaciano a partir da construção do conhecimento e sobre a contribuição da psicanálise na construção do discurso pós-moderno.

Palavras-chave: pedagogia inaciana; ideologia; religiosidade; neoliberalismo

Introdução

Conforme explicitação na Carta de Princípios e em seu Projeto Pedagógico, a prática educacional da Unicap está alicerçada na pedagogia inspirada no carisma e na espiritualidade de Santo Inácio de Loyola (1941-1540). A educação inspirada em princípios inacianos é, de fato, evangélica e evangelizadora, ou seja, capaz de produzir "boas novas", uma vez que tem como objetivo primordial, no processo de formação, a melhoria, em todos os níveis, da qualidade de vida na comunidade em que a instituição educacional esteja inserida.
Estudamos a questão do currículo, objetivando analisar os modelos de pensamento da ciência como produtos de uma modernidade inscrita no Iluminismo que vão inserir-se nas pedagogias como sistema de regulação, e apontam a educação ocidental moderna, dentro da diversidade de formas e propostas curriculares, com funções reguladoras e disciplinadoras do indivíduo. Este,

[1] **Projeto:** Características da Educação da Companhia de Jesus nos limiares do contemporâneo: abordagem interdisciplinar. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco – PIBIC.

concebido como ser racional e produtivo e/ou consciente e crítico, constitui-se, através de um conjunto de práticas e pressupostos da modernidade baseados no ideal iluminista de capacidade da razão para iluminar, melhorar e transformar a natureza e a sociedade.

A tradição iluminista ocidental trouxe a consolidação das concepções de universalidade e individualidade fundadas nos princípios do sujeito livre e autônomo e nos binarismos pressão/libertação, opressores/oprimidos, na medida em que esses consideram o mesmo sujeito como sendo passível de repressão ou libertação. De uma maneira geral, tal tradição (iluminista) e as concepções a ela associadas marcaram fortemente os pressupostos das pedagogias humanistas. Nessa perspectiva, a libertação vem-se constituindo a principal meta dos projetos educacionais que se pretendem transformadores. Em que pese a validade de tais proposições, elas supõem explicações universalizantes, metanarrativas que, no entanto, não parecem dar conta dos multifacetados e complexos processos sociais e políticos do mundo e da sociedade, dentro de uma vasta produção filosófica que caracteriza a "virada lingüística", a partir dos meados do século XX.

Seguindo a proposta de Vattimo (1999), de sair das configurações metafísicas tradicionais da relação entre filosofia e religião e, através da caridade, promover espaços livres para discussões e diálogos inter-religiosos e interculturais, surge a necessidade de aprofundar os estudos relativos à pedagogia inaciana através de um enfoque que, reconhecendo a provisoriedade das múltiplas posições em que somos colocados, em função das mudanças discursivas que nos constituem, possibilite problematizar a tradição moderna fundada no Iluminismo, com suas idéias de razão, progresso e ciência, legitimadas pelas grandes narrativas totalizantes. Questionar a existência de um sujeito livre e autônomo permite dialogar com as proposições da pedagogia inaciana, a partir das idéias de Michel Foucault (1985), buscando a compreensão da constituição de subjetividade. Buscamos analisar, à luz de uma visão multicultural de currículo, fundamentos de pedagogias que pressupõem: a) sujeitos unitários e autoconscientes comprometidos com a busca racional da verdade e de uma realidade passível de ser descoberta; b) conhecimento concebido como razão direcionada à descoberta da verdade que subjaz à realidade e c) a consciência concebida como algo implícito a um sujeito autônomo, unitário e autoconsciente, que, guiado pelo conhecimento "verdadeiro", vai, através de um processo racional, transformar e melhorar a sociedade.

Compreendendo a linguagem que usamos para ler o mundo como a que determina, em grande medida, a forma como pensamos e agimos no e sobre o mundo, uma vez que não existe uma realidade fora da linguagem e dos signos, e que esses não representam uma realidade autônoma nem estão em correspondência com uma realidade que existe para além deles, aplicamos Foucault (1985), a Análise do Discurso (Orlandi, 2000), Discurso e Ideologia (Zizek,1999) e a Dialogia de Bakhtin (1988) para entendimento dessa pedagogia, buscando a contribuição desses estudiosos e outros.

Esperamos, com este diálogo, estar contribuindo para a evolução de uma pedagogia fecunda que faz contraponto aos processos excludentes do neoliberalismo e conclama as comunidades educacionais confiadas à Companhia de Jesus a uma ação docente e de formação voltada para a justiça social, algo profundamente desejável, nos tempo de hoje. A forma como está concebida a pedagogia inaciana, que preconiza a contextualização dos interlocutores alunos e professores, dentro da experiência vivencial, apresenta favorabilidade de interlocução com estes estudos, dentro de um paradigma baseado na amorosidade de Jesus.

Metodologia

A pesquisa é de caráter bibliográfico e interpretativo. Foram realizados levantamentos bibliográficos, leituras e fichamento de textos que abordam os temas de interesse (Macedo, 1994). Assim, no intuito de compreender, em profundidade, a pedagogia inspirada na espiritualidade de

Inácio de Loyola, foi realizado, num primeiro momento, um levantamento histórico do contexto em que ele (Inácio) viveu e no qual fundou a Companhia de Jesus. Isso necessariamente nos levou a buscar uma compreensão acerca dos antecedentes filosóficos e teológicos (religiosos) da época do Renascimento, em meio à qual essa (Companhia de Jesus) surgiu. Posteriormente, aprofundamos os estudos acerca do Iluminismo e suas implicações para o projeto epistemológico da Modernidade e o sujeito que emergiu desse projeto, para então estudar tal sujeito a partir da perspectiva da crise de paradigmas que inaugurou a Pós-modernidade, colocando em xeque a própria possibilidade de existência de um sujeito epistemológico pleno, tal como postulado por tal projeto (moderno). Para melhor compreender os modelos discursivos e de pensamento inaugurados com a Pós-modernidade bem como o sujeito pós-moderno e o processo de construção de conhecimento e da subjetividade, foram realizados estudos sobre a ideologia e o atual contexto neoliberal. Dentro do processo de organização e tratamento dos dados coletados (Andrade,1999), foi realizada uma análise comparativa de documentos a partir de paradigmas diferenciados. Dessa forma, a partir dos pressupostos da Modernidade, foi feita a análise de documentos basilares da pedagogia inaciana, tais como o documento da AUSJAL (1995) e outros documentos expositivos acerca dessa pedagogia, para, em seguida, realizar estudos sobre as discussões contemporâneas (fundadas em pressupostos pós-modernos) acerca das teorias educacionais, contextualizando a pedagogia inaciana nestas discussões.

Em meio a esses estudos, levados a cabo no contexto de reuniões semanais, foram realizados seminários bimestrais, com a participação de convidados especialmente selecionados para criticar e enriquecer a pesquisa, além de contribuir para o exercício da interdisciplinaridade. Assim, para trabalhar a questão da filosofia medieval, por exemplo, foi convidado um teólogo. Já no caso da religiosidade no Brasil colonial, convidamos um historiador, e assim por diante. Foram seminários abertos ao público, e sua montagem e divulgação ficaram como encargo direto dos alunos pesquisadores, e não apenas dos orientadores. Foram também elaborados textos acerca dos estudos realizados, além de relatórios acumulativos. Dentro em breve, serão elaborados artigos para publicação.

Resultados e discussão

Os estudos realizados nos proporcionaram uma compreensão de como se estruturaram e legitimaram os modelos discursivos e de pensamento que caracterizaram a Modernidade, e de como esses modelos permearam (e ainda permeiam) as propostas educacionais ao longo dos últimos séculos. Através da proposição simultaneamente oportuna e atual, apresentada por Vattimo (2004), de um pensamento frágil, além dos apontamentos de Slavoj •i•ek (1999), no campo da ideologia, é-nos possível compreender o papel transformador que a Pedagogia Inaciana pode desempenhar no atual contexto Pós-moderno.

Investimos na compreensão da visão hermenêutica de Vattimo (2004), segundo a qual, através de uma análise crítica de des(construção) do paradigma iluminista, é possível lidar com a formação da subjetividade e a construção do conhecimento em instituições como a Unicap, de maneira que possamos fundamentar pedagogias humanistas sob novos enfoques.

Também os estudos realizados sobre currículo (Osowski, 2000), que, numa abordagem multicultural, lida com tão complexa relação. Seguindo essa estudiosa, buscamos discutir aproximações e afastamentos decorrentes de relações de poder, jogos de interesse e compromissos político-sociais assumidos. Nesse enfoque, a pessoa é situada e não essencializada, e revela-se através de sua identidade sociocultural, já não mais entendida essa, como univocidade, mas em sua inserção “num mundo de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas” (Osowski, 2000).

Concordamos com a perspectiva antropológico-filosófica utilizada por Osowski de que a pessoa,

em sua subjetividade:

> "pode ser problematizada enquanto ser de relação, que busca sua completude no outro/Outro, tendo em vista possibilidades de auto-realização, do ponto de vista sociocultural e de que ela vive sob a permanente crise de identidades ameaçadas pela descontinuidade e fragmentação de espaços e de tempos, pelas rupturas e pelos deslocamentos vertiginosos a que se vê submetida constantemente, pelos efeitos de sentido a que está submetida através da mídia, das políticas socioeconômicas globalizadas, da informática, enfim, da própria cibercultura na qual todos nós estamos mergulhados" (Osowski, p. 20, 1998).

As análises desenvolvidas acerca do paradigma inaciano estão ancoradas nos estudos sobre poder e governamentalidade de Foucault (1985), na perspectiva multicultural de currículo explorada por Costa (1999), Silva (1995), Silva e Moreira (1996) e Osowski (1998), apontam para a atualidade e importância dessa referência na formação de profissionais, na atualidade.

Conclusões

Diante de uma proposta educacional hegemônica que, a partir de uma visão neoliberal, se volta prioritariamente para o mercado de trabalho, a instituição jesuítica aparece com uma proposta contra-ideológica. A pedagogia inspirada em princípios inacianos tem como objetivo a formação integral de seus educandos, formando profissionais sensíveis aos problemas sociais. Há uma preocupação com uma formação em valores, que se contraponha ao materialismo, ao consumismo, ao individualismo e ao tecnicismo, tão difundidos no mundo atual. Num tempo em que parece praticamente impossível pensar algo diferente do mercado ditando as regras para a sociedade – especialmente sobre a educação -, torna-se primordial compreender e investir na ousadia da formação solidária, pela justiça social, humana e humanizadora, informada, não por dogmas, mas por uma posição de abertura ao outro, ao diferente.

Agradecimentos

A Deus e aos meus pais; à administração da Unicap e a todos aqueles que colaboraram com a pesquisa.

Referências

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 153p

COSTA, M. (ORG.) **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. 176p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. RJ: Graal, 1985. 5. ed. 295 p.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica:** guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2.ed.revista. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 59p.

ORLANDI, E. Análise de discurso: **Princípios & procedimentos. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2000. 100 p**

UNICAP. **Carta de Princípios**. Recife: Fasa,1995.

UNICAP. **Projeto pedagógico**. Recife, Fundação Antonio dos Santos Abranches (FASA),1997.

VATTIMO,G. **O adeus à verdade dos fatos**. Folha de S.Paulo, 29 de fevereiro de 2004. Caderno MAIS, p. 2-3.

ZIZEK, SLAVOJ (Org.). **Um mapa da ideologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. 337 p.

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO JESUÍTA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA[1]

Evandro Ferreira da Silva[1]; Nilza Simões Corrêa de Albuquerque[2]

[1]Estudante do Curso de Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: frvando@terra.com.br
[2]Professora Adjunta do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Pedagogias Humanistas. E-mail: simões@unicap.br.

Resumo

Esta é uma pesquisa de natureza eminentemente bibliográfica, cuja proposta é compor uma visão interdisciplinar sobre a pedagogia inaciana – nas áreas discursiva, dialógica e ideológica, visando a contribuir para o desenvolvimento da formação inicial e permanente na UNICAP, na busca da melhor qualidade (o magis) em nosso cotidiano acadêmico. Iniciamos com estudos sobre a religião no século XVI, contextualizando a espiritualidade de Inácio de Loyola na época do Renascimento. Percorrendo o tempo e as idéias, realizamos estudos sobre modernidade e religião, razão iluminista e significado da fé. Em seguida, utilizamos a Análise do Discurso para compreender alguns documentos básicos da Pedagogia Inaciana e textos atuais sobre educação, tanto na ótica jesuíta, quanto numa ótica neoliberal, tentando perceber quais as influências dos discursos anteriores, quais as intenções desses discursos e quais as suas possíveis conseqüências, entre outros. Os resultados nos fazem ver a educação jesuíta como um contraponto ao projeto neoliberal de globalização da economia.

Palavras-chave: Pedagogia Inaciana; Currículo; Análise de Discurso; Epistemologia.

Introdução

Com esta pesquisa, estamos dando continuidade aos estudos sobre a pedagogia inspirada em princípios inacianos, desenvolvidos desde 2001. Considerando que a prática pedagógica com essa inspiração remete à experiência do Espírito de Deus (espiritualidade) vivida por um espanhol do século XVI, Santo Inácio de Loyola (1491-1540), em meio aos emergentes desafios do "espírito" da modernidade, tal "pedagogia" tem-nos despertado a atenção por sua excelente fundamentação na Teologia Cristã, pela fecundidade dos estudos das diversas áreas em torno de sua aplicabilidade nos tempos atuais, e principalmente, por ser inspiradora do Projeto Pedagógico da UNICAP, no que apresenta de mais renovador em sua busca de excelência acadêmica.
A problematização que estamos abordando tem sua origem no processo que vivemos, na UNICAP, de construção de um trabalho pedagógico inspirado em princípios humanistas. O processo desencadeado pela UNICAP não é uma iniciativa isolada e reflete uma política mundial das instituições educacionais confiadas à Companhia de Jesus, de atualidade e revisão da tradição, a partir dos desafios postos pela sociedade tecnológica e globalizada. Entre as orientações mais pertinentes nesse aspecto, estão a proposta educativa da AUSJAL – Associação Latino-americana

[1] **Projeto**: Características da Educação Jesuíta nos limiares do contemporâneo: uma abordagem interdisciplinar
Órgão financiador: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da UNICAP-PIBIC

das Universidades Jesuítas –, e os pronunciamentos da XXXIII Congregação Geral pelo Pe. Kolvenbach – Superior Geral da Companhia de Jesus.A busca de compreensão dos processos pelos quais passa a UNICAP a partir dessa orientação gerou, entre muitas outras iniciativas, projetos de pesquisa e estudo de professores, a partir de duas áreas de conhecimento – Teologia e Pedagogia.

A realização de estudos interdisciplinares sobre a constituição dos sujeitos e o lugar da religião enquanto um desses discursos constitutivos tem fortalecido o próprio grupo de pesquisa no aprofundamento do que significa a atualidade desta pedagogia. Nessa perspectiva, buscamos entender a ousadia da Pedagogia Inaciana, que busca o melhor (o magis) na formação de homens e mulheres com visão solidária de suas vidas em prol das pessoas necessitadas, capazes de gerar "boas novas" na medida em que promovem a melhoria da qualidade de vida em todos os níveis. Esses estudos consideram as transformações do mundo, nas últimas décadas, quer de natureza científica, tecnológica, política, econômica, social e /ou cultural. A crença na impossibilidade de isolamento de quaisquer fenômenos em estudo da realidade social mais ampla, na qual se inserem e se desenvolvem, leva-nos a focalizar a política institucional da UNICAP direcionada à formação universitária, como contraponto ao projeto neoliberal de globalização da economia.

Esta pesquisa, de enfoque discursivo, aborda as características da pedagogia inaciana, que tem uma história secular e nos remete à experiência de vida do homem Inácio de Loyola, comparando os textos inacianos atuais e passados, para descobrir o que a memória discursiva nos reserva, confrontando-os com as propostas pedagógicas atuais de cunho neoliberal. Considerando que o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que o produz e que os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais, procuramos descobrir o que esses discursos sobre educação inaciana e educação neoliberal propõem e a quem servem. O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver estudos, de natureza eminentemente bibliográfica, incorporando as discussões contemporâneas sobre teorias educacionais, discurso e ideologia, para a composição de uma visão interdisciplinar sobre a Pedagogia Inaciana, e assim contribuir para o desenvolvimento da formação inicial e permanente na UNICAP. Os objetivos específicos são: abordar, num enfoque discursivo, os documentos da Companhia de Jesus, referentes à Pedagogia inspirada em princípios inacianos, buscando a compreensão dos processos de construção da subjetividade de alunos e professores, nessa perspectiva pedagógica; realizar estudos sobre a evolução histórica da Pedagogia inspirada em princípios decorrentes dos exercícios espirituais de Inácio de Loyola; analisar documentos básicos atuais da Pedagogia Inaciana.

Metodologia

Como a pesquisa é de caráter bibliográfico e interpretativo, seu procedimento metodológico tem seguido os seguintes passos: a) levantamento bibliográfico, leitura, fichamento de textos sobre: religião no séc. XVI, contextualizando a espiritualidade de Inácio de Loyola na época do Renascimento, a modernidade e o seu impacto no fenômeno religioso, a evolução histórica da pedagogia inaciana, o sujeito na modernidade, a razão iluminista e o significado da fé, a virada lingüística e os estudos da pós-modernidade (o lugar do sujeito, a construção da subjetividade e do conhecimento), ideologia e discurso, o lugar da religião na pós-modernidade, a amorosidade de Jesus na espiritualidade e na pedagogia inaciana; b) organização e tratamento de dados coletados através de análise comparativa de documentos básicos da Pedagogia inaciana a partir de pressupostos da modernidade e da pós-modernidade: as características da pedagogia inaciana, o paradigma da pedagogia inaciana, a política educacional da AUSJAL a partir de paradigmas diferenciados; d) preparação e apresentação de seminários bimestrais; e) elaboração de textos dos estudos realizados; f) elaboração de relatórios parcial e final; g) produção de artigos para publicação.

Nesta Pesquisa, utilizamos os temas trabalhados na Análise do Discurso por Orlandi (2000), Pecheux (1969) e Maingueneau (1984) para compreender alguns documentos básicos da Pedagogia Inaciana, tentando perceber quais as influências dos discursos anteriores (interdiscurso, relações de sentido), quais as intenções desses discursos (antecipações, ideologias) e quais as possíveis conseqüências. Também confrontamos textos que propõem uma educação sob a égide neoliberal com os textos inacianos, que vêem o sujeito como um todo e não só como um profissional em potencial.

Resultados e Discussão

Nesta parte do texto, será utilizada a primeira pessoa do singular, pois aqui se revela um esforço individual de pesquisa do orientando. No intuito de compreender a Pedagogia Inaciana em suas origens, fiz estudos sobre a vida de Inácio de Loyola (Garcia-Viloslada,1991), contextualizando-a no tempo do Renascimento, com o ideário dominante na época e a criação da Companhia de Jesus como resposta às singularidades daquele tempo a partir do carisma de Inácio e de seus companheiros.Em seguida, estudei a educação decorrente desse carisma e, tendo por base o Documento da AUSJAL (Associação das Universidades confiadas à Companhia de Jesus na América Latina), abordo em meu relatório as características do pensamento dominante na sociedade atual, fruto da revolução instalada a partir da Modernidade, no século XVI, até os dias atuais, explorando o papel do Iluminismo na formação da subjetividade e das relações sociais até à contemporaneidade.

Para compreender a Pedagogia Inaciana como uma resposta alternativa ao tempo atual, caracterizado pela secularização, consumismo e globalização, exploro esses conceitos de forma reflexiva, fazendo comparações de textos inacianos antigos com atuais, e com textos que propõem uma educação sob a visão neoliberal.

Essas reflexões são feitas tendo como base a Análise do Discurso, que vê a linguagem não apenas como suporte de pensamento ou instrumento de comunicação. Para ela, a linguagem não passa estritamente pelo psíquico ou social, mas também pelo domínio da ideologia e importam outras funções além da referencial.Para alcançar esse objetivo realizei estudos sobre a constituição da subjetividade na Pós-Modernidade, onde o sujeito, diferentemente do moderno – autônomo, racional, unitário quando, constitui-se na dispersão, na linguagem, no discurso como sujeito social.

Comparando o texto da AUSJAL (Associação das Universidades Jesuítas da América Latina) (1995) com o das Constituições, redigido por Inácio de Loyola (Klein,1997), vi que, ao invés de educar para "ajudar as almas", a AUSJAL propõe que os estudantes sejam formados para trabalhar num mundo marcado pela pobreza e pelo crescente secularismo. A preocupação originária com as almas dá lugar à preocupação com a pobreza e a desumanidade. A preocupação com o céu dá lugar às preocupações com as coisas da terra. Por outro lado, também compreendi que esse "ajudar as almas" não é só uma preocupação com o transcendente, pois o analista deve levar em consideração que o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar esse gesto de interpretação do sujeito, que constitui o sentido submetido à análise. Educar os jovens nos valores cristãos implica também formá-los para colaborar por um mundo mais justo. Na realidade, o que muda é o foco central: em um, o céu é o centro, mas esse céu se realiza na terra; no outro, temos a terra, que se realiza na utopia do céu. No entanto, levando em consideração o contexto no qual foram produzidas as Constituições, concluí que, por ter vivido num período de transição do feudalismo para o Renascimento, Inácio manifesta em seu discurso muito dessa duplicidade entre céu (o feudalismo, teocentrismo) e a terra (humanismo, renascimento).

Refletindo sobre o silêncio, pois, estudando a Análise do Discurso, descobrimos que não é só o que é falado que significa, mas também aquilo que não se diz faz necessariamente parte do que é

dito. (Ducrot,1972) e revendo o texto da Parte IV das Constituições redigidas por Inácio constatei uma diferença na escolha das palavras, ou seja, uma mudança na formação discursiva, que implica uma mudança na formação ideológica. No texto das Constituições, Inácio, usa muito o termo "almas" para se referir às pessoas, já no Documento da AUSJAL, redigido por seguidores da espiritualidade inaciana, esse termo não ocorre. O que aí aparece são termos bem menos metafísicos, como "o ser humano", "o homem", referências não mais ao propósito de "ajudar às almas a alcançar o fim último para o qual foram criadas", mas sim às três grandes perguntas antropológicas do homem. Termos como "espírito", "espiritual" ou "espiritualidade" aparecem, mas parece-me ter um sentido muito mais de atitude ou posicionamento ou ainda de modo de vida, que de transcendência, imortalidade. Vejo numa aparentemente simples mudança no uso de uma palavra tão repetidamente usada por Inácio e agora não mais mencionada pelo Documento, um sinal dessa influência da Modernidade, que chegou mesmo a nos deixar com vergonha de falar sobre Deus, fé, oração, alma, céu, em vista da sua ideologia tão forte de que Deus morreu, como disse Nietzsche.

Estudos comparativos dos textos da Pedagogia Inaciana da atualidade, com o texto do Banco Mundial, que prioriza uma educação profissionalizante sem enfatizar os outros aspectos da pessoa humana, me levam a enxergar a política educacional da UNICAP direcionada à formação universitária como contraponto ao projeto neoliberal de globalização da economia, sem contudo ignorar que, fazendo parte desse universo, somos também responsáveis pelos conflitos e pelas tensões existentes no interior da Universidade.

Conclusões

Os estudos que estão sendo realizados, de caráter profundamente complexo, permitem algumas intuições sobre as características da educação inaciana. Tanto em sua tradição, como em sua atualidade, revelam-se como algo profundamente significativo através dos tempos, como resposta aos desafios postos pela sociedade, por buscar o bem do ser humano e não apenas os bens para ele. A educação jesuíta, por isso, é atual, reagindo a uma ideologia que tenta nos impedir de ver o diferente e promover expressivas mudanças na sociedade injusta e desumana em que vivemos.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, ao PIBIC, à professora Nilza Simões e a todos que me ajudaram nesta pesquisa.

Referências

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES CONFIADAS À COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA LATINA. Desafios da América Latina e proposta educativa da AUSJAL . Recife: Fundação Antônio de Santos Abranches – FASA, 1995.

DUCROT,O. Dire et ne pás Dire, Herman, Paris,1972.

GARCÍA-VILLOSLADA, R. Santo Inácio de Loyola: Nova Biografia. Tradução Pe. Maurício Ruffier, SJ. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1991.

KLEIN, L. F. Constiuições in:Atualidade da Pedagogia Jesuítica. São Paulo: Loyola,1997.

MAINGUENEAU, D. Nouvelles Tendances em Analyse de Discours, Hachette, Paris, Novas Tendências em Análise do Discurso, trad. Bras. Freda Indursky, Pontes, Campinas,1984

ORLANDI, E. Análise de discurso: Princípios & procedimentos. Editora Pontes.. São Paulo, 2000. 2° edição.

PÊCHEUX, M. Analyse Authomatique du Discours. Dunod, Paris,1969.

CARIÓTIPO E HETEROCROMATINA CONSTITUTIVA EM *OMMEXECHA VIRENS* (ORTHOPTERA)

Danielle Brandão de Carvalho[1]; Marília de França Rocha[2]

[1]Estudante do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Departamento de Biologia, CCT, UNICAP. E-mail:dani_bio2003@yahoo.com.br.
[2]Professora do Departamento de Biologia, CCT, UNICAP. Participante do Grupo de Pesquisa Genética e Citogenética Animal do Departamento de Genética, Centro de Ciências Biológicas, UFPE. E-mail:rochamdf@bol.com.br.

Resumo

A família Ommexechidae é um pequeno grupo de gafanhotos com distribuição neotropical, com origem provável na América do Sul e compreende menos de 50 espécies descritas taxonomicamente incluídas em 12 gêneros. No Nordeste brasileiro são encontradas as espécies *Ommexecha virens* e *Descampsacris serrulatum*. Neste trabalho, foram estudados os cromossomos meióticos de 17 exemplares machos e mitóticos de 07 fêmeas de *Ommexecha virens*, coletados nos Estados de Pernambuco (02?), Rio Grande do Norte (02?04?) e Bahia (13?03?). As preparações citológicas foram obtidas por esmagamento de folículos testiculares e ovaríolos, sendo utilizada a técnica de coloração convencional e o bandeamento C. *Ommexecha virens* apresentou número diplóide 2n=23?/24?, mecanismo de determinação sexual do tipo X0/XX. Os cromossomos são acrocêntricos com exceção do par G1, com morfologia submetacêntrica. Foram agrupados por tamanho em dois pares grandes (G_1-G_2); seis médios (M_3-M_8), incluindo o X e três pequenos (P_9-P_{11}). O padrão de distribuição da HC foi pericentromérico na maioria dos autossomos, com variação no tamanho dos blocos. Como estudos em ommexechídeos estão restritos à análise cromossômica convencional, a análise citogenética em *Ommexecha virens* descreve o cariótipo, e o padrão de HC dessa espécie é de grande importância para a melhor compreensão da filogenia cromossômica desses gafanhotos.

Palavras-chave: **gafanhoto; ommexechidae; bandeamento C.**

Introdução

A família Ommexechidae é endêmica da América do Sul e compreende menos que 50 espécies descritas taxonomicamente incluídas em 12 gêneros e amplamente distribuídas nessa região (Mesa e Ferreira, 1976; Mesa e Fontanetti, 1983; Mesa *et al.*, 1982; Mesa *et al.*, 1990). No Nordeste brasileiro, podemos encontrar, até o momento, apenas duas espécies de ommexechídeos: *Ommexexecha virens* Seville 1839, coletada nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia; espécie *Descampsacris serrulatum* Thunberg 1824, em Sergipe e na Bahia. Ommexechidae é uma família bem estudada cromossomicamente na região Neotropical, provavelmente devido a sua ampla distribuição geográfica e por seus cariótipos derivados por diversos rearranjos. Mesa *et al*. (1982) e Mesa *et al.* (1990) reuniram dados cromossômicos de ommexechídeos, abordando as principais características e particularidades da citogenética desses organismos através de coloração convencional.

Projeto: Análise Cariotípica de *Ommexecha virens* (Orthoptera,Ommexechidae)
Órgão financiador: PIBIC/UNICAP

Ommexechídeos têm sido analisados apenas com coloração cromossômica convencional, especialmente com orceína (Mesa *et al*.,1982). A utilização de técnicas diferenciais como o bandeamento C e coloração como nitrato de prata e a tríplice coloração CMA_3/DA/DAPI permitem uma melhor análise cariotípica em diversos organismos inclusive em gafanhotos (Rocha *et al.*, 1997; Rocha *et al.*, 2004). Das 20 espécies a maioria apresenta 2n=23, XO, embora apresente em um dos cromossomos de tamanho grande a morfologia submetacêntrica, derivada de uma espécie ancestral, na qual ocorreu uma inversão pericêntrica em um dos autossomos. Posteriormente, ocorreram mais duas inversões, revertendo o centrômero para a posição subterminal nas espécies *Pachyossa signata* e *Clarazella bimaculata*. Em *Conometopus sulcaticollis*, observou-se a dissociação do cromossomo submetacêntrico, originando dois pares acrocêntricos, aumentando o número cromossômico para 25, observado pela primeira vez em *Acridoidea* (Mesa e Ferreira, 1976).

O método de bandeamento C é rotineiramente usado para a localização da heterocromatina constitutiva em grande número de organismo (Sumner,1972; King e John,1980). A composição de DNA das regiões heterocromáticas varia dentre e entre espécies. A localização mais freqüente da heterocromatina constitutiva (HC) é nas regiões centroméricas e teloméricas, sendo as bandas intersticiais escassas, como pode ser observado na análise citogenética de 47 espécies de acridóideos da Espanha (Santos *et al*., 1983).Todavia, bandas intersticiais ocorrem com certa freqüência em algumas espécies de Acridoidea da Austrália (King e John, 1980) e Gomphocerinae (Cabrero e Camacho, 1986). Diante disso, foi proposto que a hetecrocromatina poderia desempenhar importante papel nos mecanismos de rearranjos cromossômicos, bem como favorecer a especiação, visto ter sido encontrada uma grande variabilidade intra e interespecífica nos padrões de HC em gafanhotos (Santos *et al*.,1983).

Nesse trabalho, foram analisados cromossomos meióticos e mitóticos de diferentes exemplares de *Ommexecha virens*, com a finalidade de proporcionar uma melhor compreensão em relação à distribuição e variabilidade da HC bem como de determinar características cromossômicas numéricas e morfológicas.

Metodologia

Os 17 exemplares machos e 07 fêmeas de *Ommexecha virens* (Ommexechidae) analisados neste trabalho foram obtidos em coletas diurnas em populações naturais dos Estados do Rio Grande do Norte (02? 04?), Pernambuco (02) e Bahia (13? 03?).

As preparações citológicas foram feitas a partir de ovaríolos (de fêmeas colchicinizadas com solução 0,1% por 6 horas) e testículos. Ambos foram fixados em carnoy (3 etanol; 1 ácido acético), sendo utilizada a técnica de esmagamento segundo Souza (1991) e a coloração com orceína lacto-acética a 2%. Parte das preparações de machos foram tratadas de acordo com a técnica de Sumner (1972) para o bandeamento C, que consiste em expor o material biológico a uma solução de ácido clorídrico (HCl 0,2N) por 30 minutos à temperatura ambiente, seguido por uma solução de hidróxido de bário $Ba(OH)_2$ a 60ºC por 2 minutos (desnaturação) e, posteriormente, por uma solução salina (2xSSC) a 60ºC, por 40 minutos (renaturação e extração diferencial de DNA). Cora-se com Giemsa a 5% por 5 minutos.

Todas as lâminas foram fotografadas em fotomicroscópio Leica, com filme Imagelink, Asa 25. As fotomicrografias foram copiadas em papel Kodabrome II RC F3 (Kodak).

Resultados e Discussão

A análise convencional mostrou que *Ommexecha virens* tem número diplóide igual a 2n=23?/24? mecanismo sexual do tipo X0/XX e um par de autossomos submetacêntrico (G_1), entretanto, os demais autossomos são acrocêntricos (Fig. 1) similares ao cariótipo descrito por Mesa *et al*. (1982). Os pares autossômicos podem ser divididos em três grupos de acordo com o seu tamanho:

dois pares grandes (G_{1}-G_{2}), seis médios (M_{3}-M_{8}) e três pares pequenos (P_{9}- P_{11}). O cromossomo X é de tamanho médio e de morfologia acrocêntrica apresenta heteropicnose positiva no início da prófase I, aparecendo mais condensado que os demais cromossomos (Figura 1 a-b).

Ommexechidae é uma das famílias mais interessantes do ponto de vista citogenético, devido a seus cariótipos derivados originados por diferentes rearranjos cromossômicos. Dos ommexechídeos estudados até o momento, aproximadamente 20 espécies, 13 apresentam número cromossômico 2n=23?/24? e sistema de determinação do tipo XO/XX, coincidindo com a maioria dos acridóideos (Mesa *et al.*,1982). Entretanto, a morfologia cromossômica difere do cariótipo básico de gafanhotos, onde todos os cromossomos são acrocêntricos. A maioria dos ommechídeos apresenta cromossomos acrocêntricos, com exceção de um par de autossomos que deriva de uma espécie ancestral na qual ocorreu uma inversão pericêntrica em um dos autossomos. Este autossomo pode ser encontrado na forma metacêntrica em *Descampsacris serrulata* ou submetacêntrica na maioria dos ommexechídeos, inclusive *Ommexecha virens*. *Clarazella bimaculata*, é a única espécie desta família com o cariótipo básico. Quanto ao sistema de determinação sexual, podemos encontrar espécies com mecanismos XO/XX (15 espécies) e XY/XX (5 espécies). Variação no número cromossômico tem sido encontrada em Ommmexechidae. *Ommexecha germari* apresentou a menor variação para esta família, com cariótipo 2n=21?/22?. Entretanto, em *Conometopus sulcaticollis*, o cromossomo submetacêntrico se dissociou em dois acrocêntricos originando o cariótipo 2n=25, X0, que é o único desse tipo entre os acridoideos (Mesa e Ferreira, 1977; Mesa e Fontanetti,1983; Mesa *et al* ., 1982; Mesa *et al.*, 1990).

A técnica de bandeamento C Sumner (1972) tem como objetivo mostrar as regiões de heterocromatina constitutiva (HC). A HC está sujeita a variações quantitativas e qualitativas e é o mais dinâmico de todos os componentes cromossômicos, podendo ocorrer mudanças dentro de uma espécie ou entre espécies diferentes (King e John,1980). Em *Ommexecha virens*, a HC está localizada nas regiões pericentroméricas da maioria dos cromossomos. Essas bandas apresentam variações de tamanho, o que dificulta a análise do padrão de HC para essa espécie. Além dos blocos pericentroméricos, o par G_{2} apresenta uma banda proximal, e, em alguns pares médios, foi detectada a presença de HC intersticial sob a forma de blocos diminutos (Figura 2).

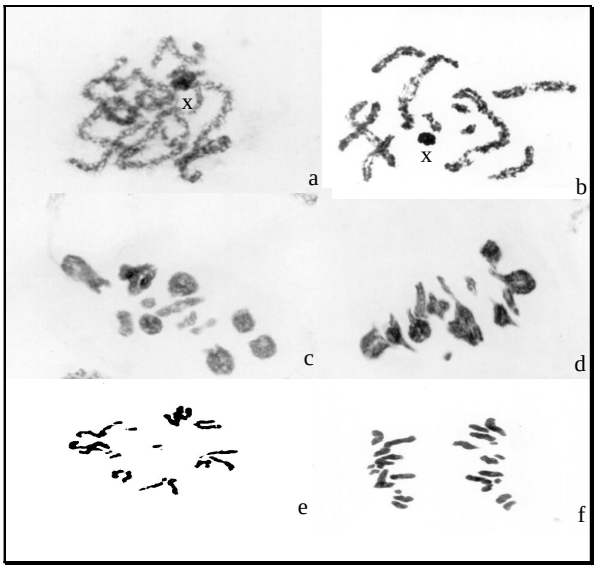


Figura 1.-Coloração convencional em células meióticas de machos de *Ommexecha virens*:Zigóteno (a); Paquíteno (b); Diplóteno (c); Metáfase I (d); Metáfase II (e); Anáfase II (f). Observe o comportamento heteropicnose positivo (a-b) do cromossomo X.

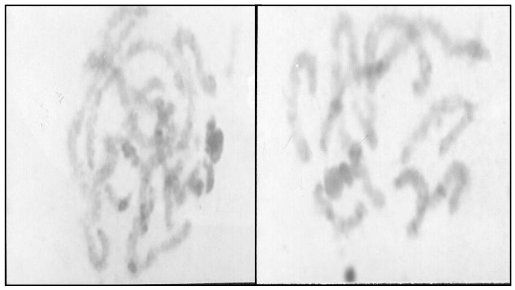


Figura 2- bandeamento C em células meióticas de *Ommexecha virens*, Zigóteno (a); Paquíteno (b).

Conclusões

Este trabalho realiza um estudo citogenético em 17 exemplares de machos e 7 exemplares de fêmeas do gafanhoto *Ommexecha virens*, através da análise convencional, e do bandeamento C, e permite chegar às seguintes conclusões:
1- *Ommexecha virens* possui número diplóide 2n=23?/24?, mecanismo de determinação sexual do tipo X0/XX e um par autossômico submetacêntrico, correspondente ao cariótipo básico descrito para a maioria dos Ommexechidae.
2-A análise de heterocromatina constitutiva, através do bandeamento C, revela um padrão de distribuição pericentromérica em todos os autossomos, coincidente com a maioria dos acridóideos.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP, pela concessão da bolsa de estudos. À UFPE, pelas condições fornecidas para o desenvolvimento desse trabalho. Ao professor Carlos Carbonell (Universidade de Montevideo/Uruguay), pela determinação taxonômica. À Drª Maria José Souza Lopes, pela realização das análises citogenéticas no Laboratório de Citogenética Animal, Departamento de Genética/UFPE.

Referências

CABRERO, J.; CAMACHO J. P. M. **Cytogenetics studies in gomphocerine grasshoppers I.** Comparative analysis of chromosome C- banding pattern. Heredity, n 56, p. 365-372,1986.

KING, M.; JOHN, B. Regularities and restrictions governing C- band variation in acridoid grasshoppers. **Chromosoma**, n. 76, p. 123-150, 1980.

MESA A.; FONTANETTI C. S. Karyotypes of nine brazilian species of acridids (Orthoptera, Acridoidea). **Revista Brasileira de Genética**, n. 6, v. (2), p. 295-305, 1983 .

MESA, A.; FERREIRA, A. Cytological studies in the family Ommexechidae (Orthoptera, Ommexechidae). **Acrida**, n. 6, p. 261-271, 1976.

MESA, A. FONTANETTI; C. S.; COSTA H. The karyotype of the grasshopper *Spathalium helios* Rehn 1918, (Orthoptera, Acridoidea, Ommexechidae). **Revista Brasileira de Genética**, n. 13, v. (4), p. 705-710, 1990.

MESA, A.; FERREIRA, A.; CARBONELL C. S. Cariologia de los Acridoideos Neotropicales: Estado actual de su conocimiento y nuevas contribuciones. **Annals Society Entomological Fr (N. S)**, n. 18, v. (4), p. 507-526, 1982.

ROCHA, M. F.; SOUZA M. J.; TASHIRO, T. Karyotype variability in the genus *Radacridium* (Ortophetera, Romaleidae, Romaleinae). **Cytologia**, v. 62, p. 53-60, 1997.

ROCHA, M. F.; SOUZA M. J.; MOURA, C. R. Karyotypic analysis, constitutive heterochromatin and NOR distribution in five grasshopper species of the subfamily Leptysminae (Acrididae). **Caryologia**, v. 57, p. 107-116, 2004.

SANTOS, J. L.; ARANA, P.; GIRALDEZ, R. Chromosome C- banding patterns in Spanish Acridoidea. **Genetica**, v. 61, p. 65-74, 1983.

SOUZA, M. J. Two simple methods for the preparation of mitotic and meiotic chromosomes of orthoptera. **Revista Brasileira de** Genética, n. 14, v. (4), p. 1079-1084, 1991.

SUMNER, A. T. A simple techinique for demonstrating centromeric heterocromatin. **Experimental Cell Research,** v. 75, p. 304-306, 1972.

SUMNER, A. T. **Chromossome banding**. 1. ed., Academic Division of Unwin Hyman, London; p. 38-69, 1990.

CIDADANIA: ORIENTAÇÕES PARA A PROFISSÃO, LEGISLAÇÃO E ÉTICA

Fabiana Caroline Muniz Cruz[1]; Maria Cristina Guimarães Oliveira[2]; Maria de Fátima Galindo M. Fernandes[3].

[1]Estudante do curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Letras, CTCH, e do NUESP, CCS, integrante do grupo de pesquisa Associativismo e Cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br ;
[3]Professora do Departamento de Sociologia,CCS, e do NUESP, CCS (orientadora), integrante do grupo de pesquisa Associativismo e Cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br .

Resumo

A orientação para o exercício da profissão, legislação e ética para grupos populares passa necessariamente, no sentido de construção da cidadania, pela exigência de informação em virtude da baixa conscientização política de comunidades excluídas e desprotegidas da ação estatal. A crise do desemprego sinaliza a crise dos direitos sociais, que, por sua vez, dependem do pleno emprego e do crescimento da economia, segundo os padrões capitalistas de organização social. A conscientização dos benefícios sociais depende do exercício dos atos que lastreiam a cidadania, e é esta que permite as condições de definição social e organização coletiva em defesa dos interesses que são pertinentes e assegurados na legislação a todos brasileiros. Na busca das chamadas "determinações", como lógica da pesquisa, o pressuposto era que elas deveriam vir do teórico sobre a realidade pesquisada – no caso, uma comunidade de pescadores e marisqueiras. Ao se tentar, porém, desenvolver uma síntese ou um "concreto" da problemática social ali ampliada, temos como diretriz analítica a necessidade de outros referenciais teóricos que dêem conta daquela realidade e ainda de novas abordagens metodológicas estruturadoras de orientações voltadas para a cidadania.

Palavras-chave: organização social, conscientização, informação.

Introdução

A construção de referenciais teórico-metodológicos sobre incubação de cooperativas populares, tema deste projeto, tem como referência a participação do grupo de pesquisas em Associativismo e Cooperativismo da UNICAP em projeto piloto sobre a metodologia de incubação, programa baseado nas discussões em andamento da Rede Unitrabalho. Iniciada a primeira etapa em setembro de 2002 e concluída em julho de 2003, teve aprovada sua renovação para o período setembro de 2003 a julho de 2004. Esta pesquisa consubstancia a proposta do grupo para o PIBIC, mediante a tentativa de identificar novos referenciais teórico-metodológicos que dessem conta de, além de subsidiar nossas pesquisas, servir de parâmetro norteador às atividades de pesquisa e extensão

Projeto: Construção de Incubadoras de Cooperativas: em busca de referências teórico metodológicas. **Órgão financiador**: UNICAP.

do grupo no que diz respeito ao associativismo e à implementação de cooperativas de trabalho. Neste relatório, trata-se de adiantar análises de cunho conclusivo a respeito de resultados – ou sua ausência – em nossa tentativa de intervenção em uma realidade a partir dos fatos observados, conforme proposta inicial, onde se afirma que o objeto de investigação não é constituído das pessoas, mas sim da situação social e, ainda, dos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação.

A crise dos direitos sociais, sinalizada por Paul Singer (SINGER:2003), demonstra que a vigência desses direitos depende do pleno emprego e do crescimento da economia, variáveis, como se observa, originadas de problemas micro e também macroeconômicos e, portanto, de natureza bastante diferente daquelas que se percebe ao se defrontar com determinados segmentos sociais. O desemprego conjuntural e o sistema econômico (capitalista) em crise atinge especialmente uma parcela crescente de trabalhadores e trabalhadoras, privados das mínimas possibilidades (constitucionais) de auferir os vários direitos sociais e outros, como o de reprodução social, considerados fundamentais ao exercício da cidadania. Essa situação é agravada pela ausência do Estado, quando, no seu papel de gestor de políticas públicas, se ausenta ou se omite de buscar um enfrentamento para a realidade.

A incorporação dos direitos sociais à noção de cidadania começa com o desenvolvimento da escola pública e se expande à medida que o liberalismo vai perdendo terreno, agravados pela ausência do Estado, que não assume os encargos sociais em face da sociedade civil. Ou seja, a sociedade do capital aponta uma contradição que é inevitável na sua continuidade: o discurso de igualdade e a realização da desigualdade, esclarece IAMAMOTO(1988).

No universo do curso de Direito, área de conhecimento ainda muito fechado ao empírico, o acesso a teorias e referências metodológicas de pesquisa social, especialmente aquelas que passamos a estudar, concernentes ao apoio a cooperativas populares, nos permite identificar os desafios de se "criar" uma teoria como instrumento metodológico, no mais das vezes, praticamente impossível de se localizar no universo do jurídico. A busca de novos referenciais teórico-metodológicos sobre incubação de cooperativas – objeto deste projeto –, motivada pela ausência de um referencial nacional, aponta – no âmbito da legislação, da profissionalização e da ética do trabalho – para uma realidade específica: a de mulheres marisqueiras de uma comunidade localizada na bacia do Pina, bairro do Recife. Assim, no âmbito deste projeto, parte-se para novos indicadores de construção teórica, uma vez que há um total desaparelhamento conceitual que atenda ao esforço de atender determinadas comunidades, no sentido social e produtivo, mediante a concepção de um Estado democrático e de direito.

O acompanhamento aos grupos em seus esforços de organização coletiva nos permitiu aferir uma hipossuficiência das bases dos pilares que estruturam aquela comunidade no sentido de implementação de uma cadeia produtiva da pesca, articulada a uma organização de bases cooperativas. Para que haja a implementação, ou melhor, uma (re)montagem dessa cadeia produtiva, é necessário que os atores sociais envolvidos nesse contexto estejam conscientes dos seus direitos e dos seus deveres como parte de uma sociedade em geral. A construção da cidadania, com a inserção dos princípios solidários, portanto, também servirá como suporte para a viabilização de uma economia popular naquela localidade.

Metodologia

A adoção da pesquisa participante entende que os atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de aperfeiçoamento das atividades produtivas pesqueiras, na comunidade do Bode, têm papel relevante neste projeto, no que concerne à precisão e à consistência dos resultados obtidos e, em alguns pontos, na ausência de resultados; neste caso, a participação torna-se essencial para o acompanhamento desses procedimentos, assim como para qualquer tipo de orientação que se queira implementar.

O projeto é, assim, desenvolvido em um ambiente onde pessoas têm voz e vez, identificando, assim, os problemas que devem ser priorizados, as soluções adequadas para cada situação, e as discussões que envolveu cada realidade. A pesquisa social sempre é feita para compreender o problema e a situação desse problema, olhando-se as questões de fundo para, posteriormente, subsidiarem ações no plano político, conforme menciona GATTI (s.d), contribuindo-se para a solução dos problemas da própria sociedade. O método dialético como suporte teórico, onde os opostos estão sempre em confronto, considera essas determinações dos atores sociais traduzidas nos avanços que envolvem toda realidade social.

Com a análise dessas situações e suas reflexões, vai sendo construída a base teórico- metodológica que até o momento o projeto buscou desenvolver. Acreditamos que, assim, os problemas de competência jurídica que não foram todos solucionados certamente serão discutidos. Essa estratégia trouxe uma contribuição positiva às questões em andamento, principalmente pela abertura de um canal político-jurídico (por meio da participação coletiva) vetor das reivindicações, pelas discussões do grupo, dos problemas em curso e em face da realidade social muito adversa que permeia aquela comunidade.

Resultados e Discussão

O estudo realizado, até o momento, na comunidade do Pina mostrou que não é possível mediar a organização coletiva, com o objetivo de implementação de uma atividade produtiva, sem que os atores sociais conheçam e estruturem os pilares de uma vida cidadã. Cidadão, segundo Said Farhat (FARHAT: 1996), é o membro de uma comunidade nacional, no gozo dos direitos individuais e coletivos – políticos, sociais, econômicos –, assegurados pela Constituição e ou pelas leis de seu país, e sujeito às obrigações e limitações impostas por ela.

Assim, a politização dos atores sociais comunitários, como parte da estratégia para o reconhecimento dos direitos, deve iniciar-se – no caso de comunidades carentes – pela desmistificação do direito (ou da Justiça), criando novos dispositivos de esclarecimento (estratégias) para a população pobre e analfabeta.

A inserção da comunidade do Bode no processo de formação de cidadãos reside na articulação permanente com a colônia de pescadores e, em outra vertente, com o PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Sociais de Interesse Social –, criado em 1987 pela Prefeitura do Recife, e agentes fundamentais de cidadania daquela área. Ao mesmo tempo, a rede de entidades organizadas na favela do Bode, a chamada REDE PINA, atualmente em pleno estágio de desintegração, serviu de referência para as articulações uma vez que, mesmo incipientemente, ainda realizam trabalhos de assistência à população.

Nesta etapa de nosso relatório de atividades, insurge-se a necessidade – até pela iminência do término da pesquisa – de efetuar-se uma reavaliação dos procedimentos já utilizados, objetivando imprimir um caráter mais conclusivo à própria concepção de abordagem teórico-metodológica utilizada em incubação de cooperativas.

Conclusão

O “determinar”, como lógica de pesquisa, traz como pressuposto as teorias existentes, porém, na realidade pesquisada, não foi possível uma “síntese” ou desenvolvimento de um “concreto” quantitativo ou qualitativo. Ressalte-se, nesta perspectiva, a necessidade de encerrar nossas “buscas” e introduzir uma nova estratégia metodológica sinalizada pela lógica de uma “outra economia”, e não mais pela lógica capitalista dominante. Trata-se, portanto, de se compreenderem novos usos do trabalho não-remunerado, o que demanda um novo procedimento investigativo quanto aos direitos ou proteção social advindos dessas atividades.

Como resultado analítico e no sentido de novas referências teórico-metodológicas para incubação

de cooperativas, urge, fundamentalmente, definir os direitos sociais não atendidos, porque não conhecidos pela própria comunidade, através de uma nova forma de educação e mediante orientações e informações sobre cidadania, principalmente pelo aprofundamento de canais de comunicação com o Estado (políticas públicas para o setor), para que possa haver uma cobrança no seu papel de gestor econômico e social, como define a lei.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação do PIBIC pela oportunidade; aos professores, colegas e funcionários da Unicap a experiência obtida.

Referências

ARAUJO, A. **Plano de regularização das zonas especiais de interesse social:** instrumento de luta. RECIFE: Fase, 1997.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda constitucional n º 40, de 29 de maio 2003. Brasília, DF, 5 out.1988. Disponível em: <http//www.presidencia.gov.br>.Acesso em: 05 de mai.2004.

FARHAT, S. **Dicionário parlamentar e político:** o processo legislativo no Brasil. S.Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 1996

GATTI, B. **O problema da metodologia da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais**, fotocópia. IAMAMOTO,M.V. **Relações sociais e serviço social:** esboço de uma interpretação histórico- metodológica**.** São Paulo: Cortez; Lima (Peru), CELATS, 1988.

MIRANDA, L. **O prezeis do Recife:** 15 anos da construção de uma política habitacional de interesse social no município. Observatório- IPPUR/UFRJ/FASE, Recife,2002

MORAES,D.A. **Por uma Política de Habitação de Interesse Social para o Recife:** Apontamentos sobre o PREZEIS. Documento da Prefeitura Municipal de Recife, Secretaria de Planejamento, Empresa de Urbanização do Recife – URB. Recife, p. 125 a 128

PERNAMBUCO. LEI Nº 14.947, de 31 de março de 1987. Institui o Plano de regularização das zonas especiais de interesse social. **Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco.** Recife , RE, 1987.

SINGER,P. **Globalização e Desemprego:** diagnóstico e alternativas. 6 ed. São Paulo: contexto, 2003.

COMPREENSÃO ORAL DE CRIANÇAS COM DESVIO FONOLÓGICO

Natália Câmara Lima Alves de Souza[1]; Jônia Alves Lucena[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: nataliafonoaudiologia@bol.com.br
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Participante do Grupo de Pesquisa Linguagem e Cognição; E-mail: ricjonia@aol.com

Resumo

Nas últimas duas décadas, os desvios da fala receberam atenção marcante das pessoas interessadas em estudar a linguagem. Este estudo remete-se, especificamente, aos desvios fonológicos em crianças. Os desvios fonológicos consistem em anormalidades na produção de sons, que tem, além da idade esperada, numa linguagem em aquisição, sem que haja qualquer etiologia orgânica observável. Quanto às características clínicas, discute-se que crianças que apresentam desvio fonológico apresentam capacidade de compreensão de linguagem falada apropriada para a idade. No entanto, esta questão parece ainda ser controversa na literatura. Este estudo se propôs a analisar habilidades lingüísticas, envolvendo aspectos da compreensão oral em crianças que apresentam desvios fonológicos, comparando-as com crianças de mesma idade que não apresentem tal dificuldade. Para tal, as crianças de ambos os grupos foram avaliadas em tarefas de compreensão de sentenças e tarefas de compreensão textual oral. Os resultados mostraram que as crianças que não apresentavam desvio fonológico obtiveram escores superiores aos das crianças que apresentavam desvio fonológico nas tarefas de compreensão de sentenças que continham pistas semânticas e pragmáticas mais neutralizadas, bem como nas tarefas de compreensão textual oral que envolvia aspectos literais e inferenciais. Entretanto, segundo análise estatística, não foram evidenciadas diferenças significativas entre os dois grupos de crianças. Estes dados são sugestivos de que a compreensão oral pode não estar afetada em crianças que apresentam desvios fonológicos. Essa habilidade parece não necessitar de intervenção específica em contextos terapêuticos fonoaudiológicos.

Palavras-chave: Compreensão de Sentenças; Compreensão Textual; Habilidades Linguísticas

Introdução

Os desvios fonológicos consistem em anormalidades na produção de sons, que persistem além da idade esperada numa linguagem em aquisição, sem que haja qualquer etiologia orgânica observável. Segundo Issler (1996), não se trata de uma patologia fonoaudiológica grave, mas poderá prejudicar a criança no âmbito educacional, social e emocional. Para essa autora, o falar associado a algo difícil, penoso, desagradável, pode assumir um papel de anti-relação, algo que afasta, assusta e de que se deve fugir a qualquer preço.

Issler (1996) acrescenta que os desvios fonológicos são de caráter cognitivo-lingüístico, estando relacionados a uma abstração, uma concepção. Assim, a desordem acontece a nível de significado e significante, abalando o universo dos sentidos.

Projeto: Habilidades Lingüísticas em Crianças com Desvio Fonológico. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco

Quanto à etiologia, algumas questões são colocadas por Issler (1996). Entre elas, está incluído o ambiente familiar pouco estimulador culturalmente, pois, na formação de um código, um vocabulário e conceitos precisam ser vivenciados antes de serem articulados. Assim, os bons modelos lingüísticos e reforços para a fala são essenciais.

Quanto às características clínicas, Grunwell (1990) propõe que crianças com desvios fonológicos apresentam: fala espontânea quase completamente ininteligível, resultante, sobretudo, de desvios consonantais; idade acima de 4 anos; audição normal para a fala; inexistência de anormalidades anatômicas ou fisiológicas nos mecanismos de produção de fala; inexistência de disfunção neurológica relevante à produção de fala; compreensão da linguagem falada apropriada à idade mental; capacidades de linguagem expressiva aparentemente bem desenvolvidas em termos de abrangência de vocabulário e comprimento dos enunciados (sintaxe).

Observa-se, assim, que, de uma maneira geral, os desvios fonológicos parecem acometer apenas o nível fonológico da língua. As questões relacionadas aos aspectos sintáticos, semânticos e contextuais da língua são, muitas vezes, colocados à parte quando o assunto é desvio de fala. Dessa forma, em terapia fonoaudiológica para os desvios de fala, é comum que a atenção do terapeuta esteja voltada apenas para a produção dos diversos sons da fala.

Entretanto, na prática clínica fonoaudiológica, muitas vezes, de forma empírica, é possível observar crianças que apresentam desvios de fala, apresentando, também, dificuldades em termos de expressão e compreensão oral.

Essa questão é bastante peculiar, ao considerarmos a importância das vivências comunicativas para um satisfatório desenvolvimento da oralidade. É possível que crianças que não sejam bem compreendidas quando falam, devido a alterações na produção de sons, possam evitar situações em que necessitem expressar-se, oralmente, por sentir dificuldades no estabelecimento de trocas significativas com o outro através do diálogo. Assim, haverá uma interferência no desenvolvimento de sua linguagem como um todo.

O objetivo geral deste estudo consistiu em analisar habilidades lingüísticas em crianças que apresentam desvios fonológicos. Especificamente, propôs-se a analisar aspectos da compreensão oral de crianças que apresentam desvios fonológicos, comparando-as com crianças que não apresentam tal desvio.

Metodologia

Participaram deste estudo 28 crianças com idades entre 6 e 8 anos de idade, pertencentes a escolas públicas da cidade do Recife. Deste grupo de crianças, 14 apresentaram desvio fonológico. As outras 14 não apresentavam tal patologia, participando do estudo apenas para efeito de controle. O material utilizado foi: Tarefas de Compreensão de Sentenças (utilizadas por Alves, 1996), Texto utilizado para Compreensão Oral, Termo de Consentimento e Carta de Apresentação. Como procedimento inicial, a investigadora apresentou a Carta de Apresentação aos pais das crianças selecionadas para o estudo. Esta carta informou sobre os objetivos do estudo e sua importância. Aqueles pais que concordaram com a participação de seus filhos, assinaram o Termo de Consentimento, que registrou a participação de seus filhos na pesquisa, sendo mantido o sigilo das informações obtidas.

Em um segundo momento, cada criança selecionada, com e sem desvio fonológico, realizou tarefas que permitiram avaliar a compreensão oral. Para tal, cada criança foi submetida a uma tarefa de compreensão de sentenças irreversíveis. A tarefa constou de 10 sentenças com pistas semânticas e pragmáticas fortes e 10 sentenças com pistas semânticas e pragmáticas mais neutralizadas, em que o componente sintático era essencial para a adequada compreensão. Para demonstrar sua compreensão, com auxílio de brinquedos, a criança representou cada sentença que foi dita pela examinadora. Em um outro momento, as crianças foram avaliadas em outra

tarefa de compreensão. Nesta, a examinadora lia dois textos para a criança e, depois, a criança respondia a 3 questões literais e a 3 inferenciais, baseada no que havia compreendido. No total, havia 6 perguntas para cada texto que era lido para a criança. Posteriormente, os desempenhos das crianças que apresentam desvio fonológico em ambas as tarefas de compreensão oral foram comparados ao desempenho das crianças que não apresentavam tal patologia, nestas mesmas tarefas.

Resultados e Discussão

Este estudo teve como objetivo analisar habilidades da compreensão oral de crianças que apresentam desvio fonológico, comparando-as com crianças que não apresentavam tal desvio.

Como pode ser observado na Figura 1, a média de acertos das crianças com desvio fonológico (CD) e sem desvio fonológico (SD) na tarefa de compreensão com pistas semânticas e pragmáticas fortes (CPSPF) foi de 6.14. Na tarefa de compreensão de sentenças com pistas semânticas e pragmáticas mais neutralizadas (CPSPN), crianças com desvio fonológico apresentaram média 4,93, enquanto que as crianças sem desvio fonológico apresentaram média 4,43. Na tarefa de compreensão de textos que envolvia perguntas literais (CTPL), a média de acerto de crianças com desvio fonológico foi 3,0, enquanto que a média de acerto das crianças sem desvio fonológico nesta mesma tarefa foi 2,3. Por fim, pode-se observar que a média de acerto das crianças com desvio fonológico na tarefa de compreensão de textos com perguntas inferenciais (CTPI) foi 1,79, enquanto que, no grupo de crianças sem desvio fonológico, esta média foi de 1,21.

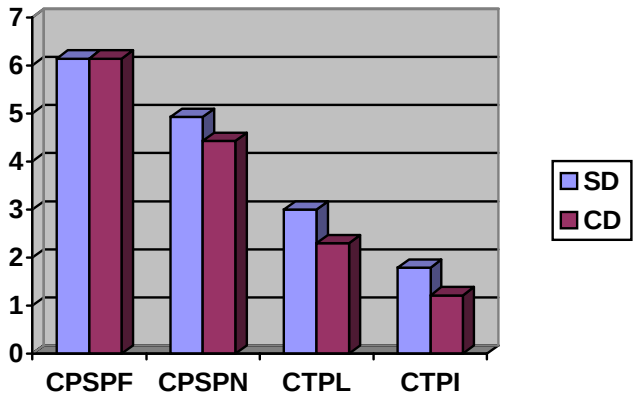


Figura 1 Média de acerto das crianças em tarefas de compreensão oral de sentenças e compreensão oral textual

Em uma análise que estabeleceu comparações entre os dois grupos de crianças, em todas as tarefas de compreensão, foi possível observar, neste gráfico, que as crianças sem desvio fonológico (SD) obtiveram melhores resultados do que as que apresentavam desvio fonológico (CD) tanto para as tarefas de compreensão de sentenças com pistas semânticas e pragmáticas mais neutralizadas (PSPN), como para a tarefa de compreensão de textos com perguntas literais (CTPL) e compreensão de textos com perguntas inferenciais (CTPI). No entanto, de acordo com o T-Test, não houve diferenças significativas entre os dois grupos de crianças nessas tarefas ($p>0,05$). Esses dados mostram que a compreensão pode não encontrar-se diferenciada entre os dois grupos de crianças. Assim, estão de acordo com o que Grunwell (1990), quando afirma que crianças que apresentam desvio fonológico parecem apresentar compreensão da linguagem falada

apropriada quando comparadas a crianças de uma mesma faixa etária que não apresentam desvio. Quanto ao desempenho das crianças de ambos os grupos na tarefa de compreensão de sentenças com pistas semânticas e pragmáticas fortes (PSPF), o desempenho dos dois grupos de crianças foi idêntico. Observa-se que esse tipo de sentença não trouxe dificuldades de interpretação, mesmo para crianças que apresentam alteração de fala, já que apresentam forte interferência de aspectos semântico- pragmáticos. Esses dados estão de acordo com os estudos de ALVES (1996), que descreve o papel facilitador das pistas semânticas e pragmáticas ao nível de sentença, na interpretação de sentenças complexas.

Conclusões

Os resultados deste estudo mostraram que as crianças que não apresentavam desvio fonológico obtiveram escores superiores aos das crianças que apresentavam desvio fonológico nas tarefas de compreensão de sentenças que continham pistas semânticas e pragmáticas mais neutralizadas, bem como nas tarefas de compreensão textual que envolviam aspectos literais e inferenciais. Entretanto, segundo análise estatística, não foram evidenciadas diferenças significativas entre os dois grupos de crianças. Na tarefa de compreensão de sentenças com pistas semânticas e pragmáticas fortes, as crianças de ambos os grupos apresentaram escores idênticos. Esse tipo de sentença não trouxe dificuldades de interpretação, para ambos os grupos de crianças, já que apresentam forte interferência de aspectos semântico-pragmáticos. De acordo com estes dados, a compreensão oral parece não se diferenciar, entre crianças que apresentam desvios fonológicos, quando comparadas àquelas que não os apresentam. Esses resultados sugerem implicações importantes, pois, em terapia fonoaudiológica direcionada a crianças que apresentam desvio fonológico, a compreensão oral parece não necessitar de intervenção específica.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC da Universidade Católica de Pernambuco pelo apoio financeiro, bem como à Clínica Fonoaudiológica Manoel de Freitas Limeira e à Creche Nossa Senhora dos Remédios. Aos familiares e amigos pelo apoio.

Referências

ALVES, J. de M. **A relação entre a emergência da consciência sintática e a habilidade para compreender sentenças em diferentes contextos experimentais**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Cognitiva), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

GRUNWELL, Pamela. Os Desvios Fonológicos Evolutivos Numa Perspectiva Lingüística. *In*: YAVAS, Mehmet. **Desvios fonológicos em crianças:** terapia, pesquisa e tratamento. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. p. 52-82.

ISSLER, Solange. **Articulação e linguagem:** avaliação e diagnóstico fonoaudiológico. 3. ed. São Paulo: Lovise, 1996.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: DA TEORIA À PRÁTICA

Natália Dantas Pimentel[1]; Maria Cristina Guimarães Oliveira[2]; Maria de Fátima Galindo M. Fernandes[3]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo, do Departamento de Comunicação Social, do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de LETRAS/CTCH e do NUESP/ CCS, (orientadora), integrante do Grupo de Pesquisa: associativismo e cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br;
[3]Professora do Departamento de SOCIOLOGIA/CCS e do NUESP/CCS, integrante do Grupo de Pesquisa: associativismo e cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa aborda a comunicação popular como um instrumento de participação, no âmbito dos estudos e Teorias da Comunicação e identifica a partilha da informação como um ato socializante e também de poder, a partir do entendimento de que, mesmo informalmente, quem tem a informação estará melhor posicionado politicamente. A constituição de grupos voltados à implementação de rádios comunitárias insere-se no contexto da nova prática dos grupos comunitários de apropriarem-se de sua história e enfrentarem os desafios de sobrevivência.

Palavras-chave: comunicação alternativa; participação; informação

Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece, em seus artigos 27 e 29, que todos os homens têm direito de participar livremente da vida da comunidade e que, por outro lado, têm deveres para com esta comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. Em 1976, a Conferência das Nações Unidas deixou firmado que a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional.
A prática da comunicação comunitária, ainda bastante incipiente em nosso país, já desponta como uma das faces da realidade social demandante de referências teóricas e metodológicas próprias (pelo meio acadêmico e pela pesquisa científica), na medida em que teorias tradicionais – predominantemente direcionadas aos meios massivos poderosos – tornam-se insuficientes e daí, imprescindível, o reconhecimento da importância de novos instrumentos alternativos que surgem nos meios populares e dos excluídos.
A participação popular – no processo de auto-organização e de comunicação – implica uma decisão política e o emprego de metodologias operacionais que o favoreçam. Em matéria de comunicação, não basta incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para tanto e mantê-los desobstruídos, e isso tem a ver com objetivos estratégicos, ou seja, aonde se quer chegar em termos de comunicação – tanto como denúncia, como quanto reinvidicação.
A comunidade de pescadores e marisqueiras da Favela do Bode, Pina, abandonada pelos poderes públicos na cobertura de infra-estrutura (em nível federal, estadual e municipal), apresenta uma

Projeto: Construção de Incubadoras de Cooperativas: em busca de referências teórico metodológicas
Órgão financiador: UNICAP

quase “invisibilidade” de sua organização social, na medida em que, nas últimas décadas, sofreu bastante com o crescimento descontrolado da população desassistida, criando desafios aos seus, já frágeis, instrumentos de organização coletiva (tecido social) e de sobrevivência.

Localizada próximo à Zona Sul da cidade do Recife, teve nesta proximidade, inicialmente, seu protagonismo como fornecedor de produto de grande aceitação: o pescado. Porém, hoje, seus 60 mil habitantes não mais conseguem a mesma façanha para seus familiares.
Este projeto de pesquisa trata da metodologia de incubação de Cooperativas Populares, que têm como proposta desenvolver instrumentos de apoio ao processo de organização produtiva e social de grupos populares, mediante observações realizadas em realidades social e politicamente excluídas.
Estudos e Teorias da Comunicação identificam, na participação objetiva, a partilha da informação e esta como um tipo particular de “poder”. Assim, socializar a comunicação é um ato, antes que tudo, político e o primeiro passo para o compartilhamento do poder (democratização da sociedade), pois considera o envolvimento de todos os cidadãos. Por meio dela, também se tem acesso mais fácil aos conhecimentos científico e técnico, inerentes às diversas experiências da economia popular. A partir de referenciais teóricos mais gerais, tem-se que, um grupo sem acesso a meios comunicacionais próprios, teóricos e práticos, não desenvolverá uma participação cidadã. A cidadania, no entanto, ao encerrar manifestamente sua dimensão política, enseja uma prática que nem sempre tem mostrado ser suficiente para que ela seja compreendida. O problema está em *quem* pode exercê-la e *em que termos*. Nesse sentido, muitos são os instrumentos teóricos e práticos que podem ser considerados na perspectiva da comunicação comunitária. Todavia, no que diz respeito aos meios de comunicação popular ou comunitários, eles sinalizam para uma metodologia condizente com a práxis da comunidade, enquanto sujeito de um projeto emancipatório. Dessa forma, o objetivo de apreender a realidade prática da comunidade do Bode revelou-se através da necessidade de trabalhar com alguns mecanismos alternativos que dessem conta do processo participativo de comunicação ali necessários, particularmente, o estabelecimento da representação, para favorecer a identidade, abrir e manter canais de comunicação, democratizando para a equipe e compartilhando os principais desafios de uma vivência comunitária.

Metodologia

A bibliografia referente à formação da consciência crítica através da mídia procura dar ênfase à questão radiofônica, assim como a bibliografia acerca da comunicação nos movimentos populares. A participação em reuniões com a Associação das Rádios Populares de Pernambuco, assim como com membros do Grupo de Ativação Cultural do Pina (GRAC), trouxe uma nova visão do processo de participação dos grupos do Bode, pelo levantamento de maiores dados sobre seus participantes, quando se utiliza como técnica a participação dos envolvidos como estratégia de discussão em busca de consenso, sem perder de vista a abordagem crítico-dialética para o entendimento do social . Para Menezes (2002), a maior contribuição dos estudos culturais refere-se à concepção de que “o receptor não é apenas mero recipiente, mas co-participante do processo comunicativo; o contexto constitui uma variável interveniente; a recepção é um processo construtivo, dialético e conflitivo. Com isso, a recepção não deve ser encarada como mera exposição aos meios. O receptor é visto como sendo, também, produtor de discursos, de sentido”. A análise desses dados foi do tipo qualitativa, no que se refere aos tipos de eventos na área de comunicação e observação dos envolvidos na tentativa de implantação de canais alternativos de comunicação e novas estratégias de incentivo aos grupos sociais engajados.

Resultados e Discussão

O cooperativismo cresceu em todo o mundo, inclusive no Brasil, tentando implantar um módulo de organização social paralelo ao do Estado. A educação e a comunicação nesse contexto serviram para a garantia da preservação dos seus objetivos sociais, tornando-se, assim, pertinente sua incorporação como referência na metodologia de incubação, desde que as cooperativas podem ser excelentes agências de mobilização popular e muito úteis às comunidades de baixa renda. Estaria assim justificada a inclusão dos aspectos relativos à comunicação e informação, neste projeto. Para a aplicação de referenciais teóricos e práticos comunicacionais em determinadas comunidades, porém, faz-se necessária a formação da consciência crítica da comunidade.

Conforme Martin-Barbero (1997:258), a comunicação se tornou uma questão de mediação mais do que de meios, não só do conhecimento, mas do re-conhecimento. Isto é, essa mediação é feita por sujeitos que realizam as diferentes conexões entre as práticas adotadas na cooperativa, a comunicação e os próprios movimentos que se configuram em uma determinada realidade. Nesse caso, a idéia de criar e recriar oportunidades de transformação social radica-se na informação partilhada, a qual, reproduzida – agrega conhecimento, favorecendo a participação, entrelaçando o desenvolvimento pessoal e de competência; a tentativa de resolução de problemas sociais e comunitários possibilitando o exercício da crítica, de proposições, de gestão e tomada de decisões coletivamente.

A implantação de referenciais que dêem conta da realidade dessa comunidade passou a contar com um veículo: a rádio comunitária FM Voz do Mangue - iniciativa de um grupo de jovens da comunidade com apoio do Grupo de Ativação Cultural do Pina (GRAC) e da Associação das Rádios Populares de Pernambuco - em processo de constituição dos grupos, não contando ainda com incentivos para a aquisição do material necessário para a transmissão e veiculação de mensagens. A rádio comunitária, naquela realidade, pode funcionar como ferramenta fomentadora da consciência crítica dos cidadãos, contribuindo, assim, para a formação de grupos de cooperativas de trabalho e outros.

Na prática, a mensagem veiculada por esse tipo de comunicação fundamentalmente comunitária pode proporcionar esse tipo de aquisição da consciência crítica, pois trata-se de um veículo popular e voltado para o popular. Para Freire e Aquino (2000:77), a concepção de informação como um conjunto de práticas sociais desenvolvidas por um sujeito sociocognitivo capaz de provocar mudanças nas estruturas e gerar novos estudos de conhecimento é relevante, porque avança no processo de produção do conhecimento. A mensagem, sendo criada por moradores e voltada para eles mesmos, caracteriza um tipo de comunicação essencialmente democrática e que visa à eqüidade do contexto social referido. Uma re-elaboração dos valores apresentados pela razão instrumental estabelecida. A aquisição do poder, através do simulacro de sua autoridade por meio da participação na comunicação, dará aos moradores uma maior possibilidade de uma práxis mais libertadora ante a opressão a que estão submetidos.

Conclusões

Os resultados encontrados até o momento permitem identificar a contribuição que se pode fornecer à comunidade da Favela do Bode através dos estudos – e novas teorias - sobre comunicação dos setores populares. A apropriação do conhecimento da realidade, fonte de novas análises, certamente concorre para o crescimento tanto da percepção pela comunidade da atual conjuntura econômica brasileira, quanto pelo próprio grupo de desenvolvimento da pesquisa.

Pessoalmente, a experiência vem permitindo o acréscimo de novos conhecimentos e novas referências teóricas na área da Comunicação, o que vai contribuir para uma formação acadêmica

mais sólida, assim como experiência em pesquisa científica na área social.
Trabalhar com a realidade da periferia de uma cidade como o Recife nos permite vislumbrar novos caminhos a serem trilhados na busca de melhor informar e produzir uma prática de comunicação que ajude ao desenvolvimento de nossa região.

Agradecimentos

Ao Programa PIBIC, através de sua coordenação; aos professores orientadores; aos colegas estudantes do projeto, o reconhecimento pela experiência de trabalhar com pesquisa social e, principalmente, pela oportunidade de conhecer mais sobre a prática comunitária

Referências

FREIRE, B. M. J.; AQUINO, M. Ciência da Informação: buscando abrigo para um sujeito. In: **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 2, p.71-79, jul./dez. 2000.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MENEZES, J. E. O. Comunicação como Ciência da Cultura: os meios como espaços de construção de sentidos. In: **Communicare**: revista de pesquisa. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-57, 1° sem. 2002.

COMUNICAÇÃO NO PINA: INDICADORES HISTÓRICOS E CULTURAIS

Fernando Rafael de Albuquerque Silva[1]; Maria Cristina Guimarães Oliveira[2]; Maria de Fátima Galindo M. Fernandes[3]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de LETRAS/CTCH e do NUESP/ CCS, integrante do Grupo de Pesquisa: associativismo e cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br;
[3]Professora do Departamento de SOCIOLOGIA/CCS e do NUESP/CCS (orientadora), integrante do Grupo de Pesquisa: associativismo e cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br

Resumo

O Brasil é um país que se caracteriza por uma grande diversidade social e cultural. Num contexto histórico de desigualdades, como se tornou o caso brasileiro, é absolutamente necessário que se possa exercer efetivamente os direitos civis e políticos, já assegurados, para a conquista definitiva dos direitos sociais, única forma de enfrentar os desafios do desemprego e do fraco crescimento da economia.
A comunidade do Bode, no bairro do Pina-Recife, apresenta um alarmante quadro de ausência de participação cidadã, na medida mesmo da ausência de organização social, pela defasagem de suas bases produtivas. O acompanhamento e a observação de grupos populares em busca de alternativas comunicacionais revela, outrossim, uma riqueza cultural (artística e histórica), característica das comunidades de bases populares, construtora de sua história, e que resistem – ainda de forma subalterna – à apropriação, pelos meios massivos de comunicação, de suas raízes e, portanto, dos seus vínculos de identidade social.
Dentro de sua dinâmica histórica, o bairro do Pina, revela assim grupos, tradições, história e uma cultura ainda em poder de seus integrantes, onde a revelação da comunicação, surge como um forte indicador de resgate da história de luta daquela comunidade.

Palavras-chave: comunicação; história; identidade; cultura

Introdução

O espaço comunicativo tem uma notável capacidade de mixar coisas que aparentemente não se misturam, como discursos díspares, e transformá-los numa única massa com grande poder simbólico, objetivando a construção de uma imagem, ou melhor, de um imaginário que venha a corroborar ou transformar a identidade do espectador. No espaço comunicativo, a ideologia é o principal fomentador do discurso e se pensarmos a ideologia como resultado, primordialmente, do conflito de classes, esta é motivada essencialmente por questões econômicas e políticas que se tornam formadoras da consciência e são transmitidas em todo o espaço que perfaz o âmbito

Projeto: Construção de Incubadoras de Cooperativas: em busca de referências teórico- metodológicas
Órgão financiador: UNICAP

comunicacional. Entendemos assim que o espaço de atuação comunicacional se estende desde o diálogo, até o espetáculo amplamente produzido e parametrado pelas identidades que resistem e permanecem.

O contato com comunidades excluídas, mediante o acompanhamento de experiências alternativas de organização e de sobrevivência, desenvolvidas por grupos populares mais organizados, nos dá conta da especificidade comunicacional desses setores, principalmente aquela do cooperativismo de trabalho no âmbito e interesses populares, na medida em que encontram dificuldades de pensar (e realizar) o coletivo. Na sociedade, a formação da opinião é exercida por diferentes agentes, através do uso das manifestações culturais, que se utilizando do espetáculo se dirige de forma direta a sua platéia, demonstrando a informação na condição de metáforas e nuances qualificada e proporcionada por aquilo que é artístico.

O homem que vive na companhia de seus semelhantes e com ele se comunica ocupa um determinado espaço dentro do nível societal e nele se situa. A linguagem, em sua riqueza, ultrapassou os limites da palavra, alcançando níveis mais complexos de representação. Evoluiu do emprego do vocábulo à percepção da informação dentro da manifestação artística. É dentro do espetáculo com a expressão das matizes artísticas que o espectador consegue captar a mensagem de caráter ideológico, ou não, e processá-la.

A comunidade do Bode – Pina – possui vários grupos artísticos em múltiplos ramos da produção cultural (maracatus, blocos de carnaval, cirandas, grupos de reaggae) que perfazem a estrutura da comunidade e propiciam o estabelecimento de um processo comunicacional extremamente rico e valoroso. Esses grupos culturais, ao facilitarem a expressão dos cidadãos, auxiliam na aquisição de bagagem cultural e consciência crítica. Permite, por exemplo, apoio ao estabelecimento de uma nova cadeia produtiva, dentro da atividade tradicional da pesca por esta ser realizada ainda em bases artesanais, potencializando a geração de trabalho e renda ao estabelecer um clima de entendimento e cooperação. O processo de interação social, na dimensão de uma comunicação participativa e democrática são, portanto, instrumentos de desenvolvimento social solidário e sustentável.

Espetáculos culturais são as formas mais vivas e completas de comunicação. Uma comunicação direta e humana, provocando e sentindo a reação da platéia. A mensagem assim se transfere por intermédio de todos os sentidos, num exemplo admirável de percepção do total. O público tem necessidade dele e por seu intermédio, o espectador entra na intimidade de inúmeros problemas da existência e, até, de fatos vulgares que passariam despercebidos. É dessa forma que se instala o diálogo que irá informar e construir um núcleo informativo de tantos outros diálogos que se estabelecem: entre espectadores e "atores", através das reações que, a todo momento, ocorrem, conforme ensina Celso Kelly (KELLY:1972).

É dentro dessa perspectiva de estabelecer contatos vivos com a comunidade do Bode – Pina que foram observadas as reuniões organizadas pelos grupos, visando elencar informações que venham confirmar a articulação feita pelos grupos culturais no estabelecimento de um processo comunicativo fomentador da comunicação e que possa contribuir no processo histórico (tradicional) daquela comunidade. Verificam-se, então, novos indicadores para a percepção dos instrumentos comunicativos que perpassam a história da comunidade em seu diálogo com a realidade. Neste sentido, observa-se uma crise do "modelo cultural" (dominante), se considerarmos que novos aparelhos, novos atores, de certa forma forjados, passam a agir no contexto de uma comunidade profundamente abalada e comprometida em sua estrutura societal.

Metodologia

Apoio bibliográfico acerca das questões culturais e seu tratamento dentro do modelo comunicacional estabelecido. Isto porque a comunicação através do rádio pode contribuir para a

constituição dos vínculos culturais na comunidade.
Para Menezes (2002), a pessoa que estabelece uma relação com os meios experimenta a necessidade de se encontrar com outros para sentir-se sujeito, assim evidencia-se que a recepção comporta e contribui para o exercício da cidadania. O método científico-dialético vem dando suporte às mostras das atividades quando, numa perspectiva participativa, permite que se interpretem as múltiplas determinações que interferem na comunidade do Bode. Assim, a realidade, ao se tornar compreensível, permite novas idéias e teorias elaboradas, isto porque a teoria não surge de uma observação neutra de fatos isolados, e sim de sua própria realidade, escreve Franco (1998).

Resultados e discussão

O objetivo geral de contribuir para o crescimento da base teórica e metodológica sobre a recuperação de cooperativas populares, no âmbito da Unicap, na perspectiva da comunicação e da interação trouxe uma problemática: a teia do entendimento de questões de fundo, manifestadas através de múltiplas determinações na comunidade da Favela do Bode.
Os grupos, organizados e representados sob forma de bens culturais (tais como: blocos carnavalescos, maracatus, grupos de reagge) têm sua estrutura minada pela razão comunicativa imposta, pois quando um desses grupos se vê na contingência de comunicar-se com a totalidade de cidadãos da referida comunidade tem que recorrer aos modelos comunicativos de longo alcance, esses estabelecidos na forma de mídia. Essa necessidade não é sanada, pois os grandes grupos não veiculam informações sem um retorno econômico (são eminentemente comerciais, já se vê) e direcionam-se, além disso, a grupos de cidadãos muito específicos, ficando a comunidade sem um veículo "próprio". A rádio comunitária assim, surge como a alternativa de difusão das atividades dos grupos culturais ao tempo em que são indicadores da "vida" comunicacional da comunidade.
Atualmente os grupos, congregados ao Grac, encontram-se, ao nosso ver, de certa forma ainda engessados no sentido comunicacional, porém, tendo em vista que utilizam o instrumento do diálogo para a divulgação de seus trabalhos, este é amplamente rico no que diz respeito à construção cognitiva de um imaginário e de uma identidade pelos cidadãos da comunidade na busca do auto-reconhecimento. Aí ele é eficaz, pois sendo bastante democrático, permite que os participantes possam incluir seu juízo acerca dos temas em questão.
Verifica-se, portanto, uma relação dialética entre poder e subalternidade, (KELLY:1972), quando se vê a situação em que se encontra a comunidade e se compara com os interesses de grupos e lideranças (políticas) não advindas da mesma. Há um caráter nitidamente excludente nesses grupos, pois os auxiliam de forma assistencialista, como na comunidade observada. O Grac – que já possui uma história na comunidade – aparece então como um ponto de resistência, pois articula os grupos culturais de maneira a propiciar espetáculos que mobilizam toda a comunidade. Porém o Grac encontra sérios problemas para a divulgação e veiculação das atividades, em vista da falta de recursos para a implementação de uma rádio comunitária. Buscam por isso incentivo (ajuda) de políticos e geralmente caem em suas armadilhas, visto que, no atual quadro das campanhas políticas (excessivamente midiáticas), o popular aparece travestido de fraude no universo das culturas populares, pois revela o embuste político na apropriação dessas manifestações que ainda são de domínio popular, porém seus detentores não têm autonomia ou independência suficiente para se apropriarem para si mesmos.
Face aos objetivos de "estabelecer as principais ações de assessoria e acompanhamento visando influenciar o desenvolvimento e a integração da comunidade do Bode", podemos afirmar que houve uma aproximação com a integração esperada. Na perspectiva dos chamados elementos históricos e culturais, a comunicação favorece a recuperação da tradição humanista das ciências da cultura e rejeitam reduções positivistas da comunicação. Assim os diferentes grupos existentes na comunidade do Pina negociam espaços de influência, buscam espaços de poder e utilizam o

contexto da história e da cultura como uma variável intermitente cuja recepção se dá num processo construtivo e dialético.
Assim, surgem vários cenários, quando cidadãos, diante da vida e do cotidiano, vão tomando diferentes formas. O diálogo aberto, juntamente com a participação de todos, deixa evidenciado o papel da comunicação como determinante da cultura da comunidade e a possibilidade de resgate de uma história, que é de luta.

Conclusão

A comunicação, como produto da interação social e do conhecimento humano, deve produzir o conhecimento do social e dos relacionamentos produzidos. Na comunidade do Bode, o processo cultural, artístico e histórico se entrelaça com a questão social – ali, ainda bastante indefinida e onde a economia e a política se tornam indissociáveis. Esse entrelaçamento deve surgir da equação pela solução de seus atributos essenciais: são cidadãos – de direito – , porém parcamente inclusos na dinâmica social mais geral (sistema dominante). A perspectiva é a de encontrar instrumentos que ampliem a participação da população em sua busca por democratizar o poder e onde, a comunicação, sob todas as formas, possa ser utilizada pelo interesse coletivo.
Dentro de uma dinâmica histórica, instituições, grupos e movimentos sociais, na perspectiva das classes subalternas, precisam constituir um processo de auto-organização pela comunicação, o que, podemos dizer, foi introduzido em nosso trabalho. A meta é contribuir para a transformação da sociedade e da própria história da população do Pina. Esta ainda é uma gente brava e valente, expulsa de diversas áreas do sistema. Manter a tradição da pesca e da catação de mariscos, realizadas ainda em bases tradicionais e artesanais sob todas as formas, depende de se estabelecerem núcleos organizados e articulados (Brasília Teimosa, Encanta Moça, e outras) como hoje existem espalhados pela periferia ribeirinha do Recife.

Agradecimentos

A toda a equipe do projeto, principalmente, funcionários, estudantes e professores orientadores, pela oportunidade de novas experiências de aprendizagem.

Referências

KELLY, Celso. Arte e Comunicação. Rio de Janeiro, Agir, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1972.

MORIN, Edgar. Para sair do século XX, 1986, p.343.

MENEZES, J.E.O. Comunicação como ciência da cultura : os meios como espaços de construção de sentidos. COMUNICARE – Revista de Pesquisa, São Paulo, V.2, n. 1, P. 49 – 58, 1º sem. 2002.

FRANCO, M.L.B. Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. Cadernos de Pesquisa, são Paulo. V.66, p.75 – 80, ago.1988.

CONCRETO DE ALTO DESEMPENHO (CAD)

Alexandre Moraes Maranhão Filho ; José Orlando Vieira Filho

[1]Estudante do Curso de Engenharia Civil do Departamento de Engenharia Civil, do Centro de Ciências e Tecnologia. E-mail: alexfilho@pop.com.br
[2]Professor do Departamento de Engenharia Civil, do Centro de Ciências e Tecnologia, Chefe do departamento de Engenharia Civil. E-mail: Joseorlando@unicap.br

Resumo
A pesquisa resume-se na obtenção de um valor aproximado da construção de uma determinada obra em estrutura em concreto armado, visando especificamente a sua resistência que varia com a modificação da quantidade dos matérias que nela se encontram.
Na Região Metropolitana do Recife, à resistência a compressão utilizada, hoje, está em torno de 30Mpa. Tendo em vista a melhoria da qualidade e desempenho tecnológico de maior capacidade de carga das grandes obras, fez-se necessário obter-se maiores resistências para poder suportar as grandes cargas. Nossa pesquisa tem como principal foco a viabilização econômica para a utilização comercial do concreto de alto desempenho “CAD”.

Palavras-chave: concreto; altas resistências; dimensionamentos; consumos

Introdução

As estatísticas demonstram que o consumo mundial médio de cimento ´´per capita“ , tem aumentado progressivamente neste século. Está, atualmente, em torno de 250 Kg/hab./ano, aproximadamente cinco vezes o consumo dos anos 50, conforme mostrado a seguir:

Consumo em Kg/hab./ano / ano/década

19/1920; **38**/1930; **40**/1940; **55**/1950; **104**/1960; **158**/1970; **203**/1980; **210**/1990;**246**/2000

A enorme aceitação do concreto (mistura racional de cimento, areia, brita e água) como um dos mais nobres matérias de construção civil, justifica-se pelas suas características excepcionais de versatilidade, durabilidade, economia e resistência. Através do emprego do concreto armado e, posteriormente, do concreto protendido tem sido construída a maioria das obras de infra-estrutura dos países, assim como as edificações residenciais, comerciais e industriais.
Podemos ver, nos tempos atuais, a tendência nítida de crescimento vertical das edificações, localizadas cada vez mais em atmosferas densamente urbanas ou industriais, carregadas de agentes agressivos.
Com isso faz-se necessário obter-se maiores resistências onde provavelmente e de acordo com as pesquisas que vêm sendo realizadas, na primeira metade deste século, verificaremos, por meio de estudos comparativos, que será antieconômico projetar estruturas com concretos de fck<60Mpa, especialmente no caso de pilares de edifícios altos, com mais de 40 andares, e em pontes e viadutos de grande vão, em concreto protendido.
Essa evolução oriunda das pesquisas, ocorre no âmbito das características mecânicas dos concretos,

acompanhada de uma evolução positiva nas demais propriedades, especialmente naquelas relacionadas à durabilidade. Uma análise apressada do material concreto e do seu aglomerante, cimento, pode-se concluir que se trata de materiais tradicionais onde tudo já está conhecido e dominado. Uma análise cuidadosa demonstrará, no entanto, que se trata de um material que, por própria concepção, estará em evolução permanente, sendo impossível prever seus limites.
O concreto de alto desempenho somente estará de fato à disposição do meio técnico a partir da existência de uma norma brasileira abrangente e atualizada, que confira a necessária tranqüilidade aos projetistas e construtores em geral. A redação atual da NB 1, da ABNT(NBR 6118) Projeto e Execução de Obras de Concreto Armado ainda não contempla concretos com resistência característica à compressão acima de fck >50 MPa.
Pode-se, através dessa pesquisa, procurar contribuir para o conhecimento dos parâmetros "estruturas" do CAD, suprir uma lacuna de uma norma brasileira organizando de forma a desmitificar as estruturas de CAD, ao mesmo tempo que coloca imediatamente a serviço da engenharia nacional as últimas conquistas tecnológicas no campo dos concretos de elevado desempenho.

Metodologia

Na parte teórica desta pesquisa, foram realizadas as revisões bibliográfica, bem como fez-se uso da Internet, no que diz respeito ao tema. Foram utilizados Softwares de Análise e Dimensionamento de Estruturas, disponíveis no Laboratório de Computação do Departamento de Engenharia Civil, merecendo especial destaque o programa Mathcad.
Na parte prática da pesquisa, foram utilizados todos os aparelhos necessários para a elaboração dos traços em análise, no Laboratório de Materiais de Construção da UNICAP, e ainda, em seqüência, no Lab. da TECOMAT.

Resultados e Discussão

Na atual análise da elaboração e realização dos traços, visando às resistências das peças estruturais de uma obra, tendo em vista com o decorrer do tempo, as convencionas resistências referentes a 18 , 25 e 35 Mpa, estas foram realizadas em laboratórios juntamente com outra de 60 Mpa, onde obtivemos os valores unitários de cada componente que neles se faz necessário. Onde no estudo da análise estrutural buscando o seu dimensionamento, multiplicamos os traços unitários pelos seus respectivos volumes e áreas, onde teremos o consumo de Concreto, Forma e Aço, estes varias com relação a resistência.
Abaixo temos um exemplo ainda não concluído de um comparativo entre a determinação de um dimensionamento de um pilar de seção transversal quadrada de lado mínimo destinado a suportar uma carga centrada igual a 500tf, utilizando um concreto de 30Mpa e outro de 60Mpa.

(Os cálculos do dimensionamento dos pilares e dos traços encontrasse no relatório cumulativo)

Conclusões

Com os resultados dos traços unitários em mãos teremos o seu valor correspondente em R$, na espera de chegarmos ao resultado desejado que diz respeito à sua resistência onde temos a cada 28 dias para obtermos o mesmo, por tentativa, se fez a necessidade de se obter os dimensionamentos predefinidos das resistências em estudo.

Acima temos um exemplo de uma situação de uma estrutura pré dimensionada e todo o seu esqueleto formado a espera do valor unitário do traço em questão, onde ao obtermos jogaremos

nas tabelas (encontradas no relatório acumulativo) com suas respectivas proporções e teremos enfim o seu valor final onde iremos trabalharmos em virtude da melhor utilização e adequação. Esperamos que com os resultados de nossa pesquisa possamos contribuir para que tenha uma maior e melhor opção de escolha do concreto ao construir uma determinada obra, onde o fator determinante não seja apenas o custo, e sim, fatores que tragam vantagens realmente importantes, que são as características técnicas tais como resistência à compressão, vida útil, otimização de espaços, custo de manutenção, redução do tempo da construção.

Agradecimentos

À UNICAP, pela a total disponibilidade de sua grande estrutura; ao Prof. Cláudio Soares Mota, por suas colaborações em decorrer da pesquisa; ao Prof. e Orientador José Orlando Vieira Filho e ao Prof. Joaquim Corrêa, pela sua disposição e abertura de conhecimentos.

Referências

BARROS, E.O. **Controle geométrico da estrutura de concreto de edifícios como ferramenta da racionalização construtiva.** 2001. 136f. Tese (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREIRE, T. M. ; SOUZA, U. E. L. **Alternativas para a redução do consumo de matérias e mão-de-obra no serviço de concretagem.** São Paulo: EPUSP, [19—].

JOHN, V. M. ; AROZTEGHI, J. M. **Durabilidade e vida útil dos edifícios.** Porto Alegre: UFRGS, 1985

OBATA, S. H. ; SOUZA, U. E. L. **Características geométricas relevantes para controle da qualidade dos produtos moldados de concreto armado.** São Paulo: EPUSP, 2001.

CONFIGURAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PARTICULARES DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE*

Roberta Caldas Domingues da Silva[1]; Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-Mail: betacaldas@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas e participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar; E-Mail: crisamaz@elogica.com.br

Resumo

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as configurações familiares dos alunos da rede particular de ensino da zona Centro da cidade do Recife. Considerou-se como configuração familiar as pessoas residentes no mesmo domicílio, com laços sanguíneos ou não, entretanto, os prestadores de serviço residentes no domicílio não são considerados componentes da família. Embora saiba-se que não se pode resumir a família aos residentes do domicílio, uma vez que esta inclui os aspectos sociais e simbólicos, este critério foi adotado a fim de operacionalizar a identificação das configurações. A pesquisa teve como base uma metodologia quantitativa, em que se trabalhou, até o momento, com 210 (duzentos e dez) pais ou responsáveis pelos alunos com faixa etária de 6 a 11 anos. O instrumento utilizado foi um questionário com 48 (quarenta e oito) questões. Foi possível perceber que existe um predomínio da família nuclear em detrimento das demais configurações.

Palavras-Chave: Família, Configuração, Criança

Introdução

A família, diante de tantas discussões acerca de uma possível desagregação ou enfraquecimento, continua presente enquanto espaço de socialização. É neste contexto que são assegurados a sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros, independente de seu arranjo familiar. Assim como Kaloustian (1998, p.11) afirma:

> A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes.

É no entorno familiar que se estabelecerá o apoio afetivo e as condições fundamentais para o bem-estar dos seus componentes. Também são introjetados os valores éticos e humanitários, constituintes do homem enquanto ser social.

***Projeto:** Um estudo sobre as famílias de crianças em fase escolar da zona Centro da cidade do Recife. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

A família enquanto unidade passa a ter uma dinâmica de vida própria, porém afetada por fatores sócio culturais e econômicos, tanto no seu funcionamento, quanto nas formas de sua organização. Assim, não se pode pensar a família desvinculada do seu contexto social, uma vez que este está intrinsecamente relacionado à sua realidade vivencial.
Osório (1996, p.11) pontua sobre o estudo das famílias e as transformações vigentes na contemporaneidade:

> O estudo da família processa-se atualmente sob o signo da perplexidade, face às surpreendentes transformações que tem passado a estrutura familiar na contemporaneidade. Tais transformações ocorrem sob a égide da "revolução sexual" e sob o influxo do questionamento dos papéis do homem e da mulher em suas relações interpessoais, experienciadas no contexto de uma sociedade que transita por um período de mudanças no seu sistema de valores, quiçá sem precedentes na história do processo civilizatório.

Essas transformações acarretaram novos funcionamentos e arranjos familiares. Atualmente, pode se perceber as várias formas de vínculos familiares.
A respeito dessas transformações, Amazonas e colaboradores acrescentam: "O que podemos dizer de todas essas transformações é que, apesar de tanta diversidade, ainda é grande a dificuldade de aceitarmos as diferenças" (AMAZONAS, et alii, 2003,p.12). Diante de tal diversidade, é possível notar que é evidente a resistência em introjetar o novo, mesmo que este esteja tão próximo.
As configurações familiares tomam diversas formas, que vão desde a família tradicional (composta por pai, mãe e filho) às uniões homossexuais, contudo, embora seja crescente o número de novos arranjos, ainda existe uma marginalização das *formas atípicas*, o que vem corroborar a idéia de Amazonas.
Considera-se de grande importância para esse estudo conhecer como estão configuradas essas famílias, quais seus arranjos, visto que a família em seu processo evolutivo vem tomando as mais diversas configurações, todas intimamente ligadas ao estilo de vida contemporâneo.
A configuração familiar é o "modo como se dispõem e se inter-relacionam os elementos de uma mesma família" (OSÓRIO, 1996, p. 53). Quanto aos membros da família, estes podem ser consangüíneos ou não, desde que sejam residentes no mesmo domicílio. Contudo, os prestadores de serviços residentes nos domicílios não são considerados como integrantes da família. Assim, esta pesquisa teve como objetivo identificar as configurações familiares de crianças estudantes de escolas particulares da zona centro da cidade do Recife.

Metodologia

Participaram dessa pesquisa, até o momento, 210 (duzentos e dez) pais ou responsáveis por crianças de 06 a 11 anos, alunos de 10 (dez) escolas da rede particular de ensino da zona Centro da cidade do Recife.
O instrumento utilizado foi um questionário com 48 (quarenta e oito) questões, fechadas de múltipla escolha.
A fim de se trabalhar com uma amostra representativa, seguiu-se o critério: as escolas com mais de 300 alunos possíveis para a pesquisa sortearam 10% e as escolas com até 300 alunos sortearam 30. Como se trabalhou com faixa etária, a divisão dos grupos (6-7), (8-9), (10-11), foi calculada de acordo com o percentual total, assim: nas escolas em que se sortearam 30 alunos, calculou-se o percentual de 30 na amostra total possível e se utilizava esse percentual para cada grupo. Nas

escolas em que se trabalhou com 10%, esse mesmo percentual foi adotado nos grupos. Com os alunos sorteados, foram enviados o Termo de Ciência e Consentimento e o Questionário para que seus pais ou responsáveis pudessem responder. O procedimento de análise dos dados ocorreu a partir do cálculo do percentual referente a cada configuração

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados, através dos 210 (duzentos e dez) questionários aplicados, possibilitou chegar aos seguintes resultados:

TABELA 1 CONFIGURAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS DE 6 A 11 ANOS ESTUDANTES DE ESCOLAS PARTICULARES DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES	FREQ.	(%)
Família Nuclear	117	55.7
Família Extensa	57	27.2
Família Recasada	25	11.9
Família Monoparental	11	5.2
Total	210	100

FONTE: Elaborados a partir dos dados coletados na pesquisa PIBIC/UNICAP 2003/2004

As configurações, detectadas até o momento, foram: nuclear, extensa, recasada e monoparental. De acordo com a tabela, é possível constatar a predominância da familiar nuclear, o que pode estar relacionado ao modelo ideal de família repassado pela cultura, em que homem e mulher se unem para procriar, construir um patrimônio e realizar-se afetivamente. Em seguida, embora com um percentual bem menor que a família nuclear, observa-se a família extensa. Este arranjo familiar pode estar relacionado com as dificuldades financeiras pelas quais as famílias de camada média passam, implicando um agrupamento familiar. Pode-se também pensar na possibilidade de essas famílias tomarem esses arranjos devido ao grande número de mães adolescentes, que acabam por não deixar a casa dos pais. A família recasada apresenta uma incidência de 25%, o que indica que em alguns casos se busca o recasamento tanto como uma forma de encontrar um novo parceiro para dividir as responsabilidades de uma casa, como também para a realização afetiva. A família monoparental advinda geralmente de casamentos desfeitos ou de mães solteiras, é relativamente rara nesta camada, o que pode ser um indicativo de que, ao desfazer um casamento, até encontrar um novo parceiro, a mulher volta para a casa dos pais.

Conclusão

Pode-se perceber, até o momento, que a família nuclear permanece predominante nessa camada, o que pode ser indício de uma valorização deste modelo, diante das representações sociais. O que pode ser confirmado, se levar-se em consideração o crescente número de família recasadas e a baixa incidência das famílias monoparentais, sugerindo que esta camada parece não conseguir introjetar os modelos *diferentes*, uma vez que busca o recasamento e a volta ao modelo nuclear, pois sabe-se que a configuração recasada consiste em agrupar esposos e filhos.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/ UNICAP pelo financiamento da pesquisa, aos participantes da pesquisa e aos demais professores participantes do projeto, Albenise de Oliveira Lima e Carlos Alberto Martins.

Referências

AMAZONAS, M.C. , et. al. **Representações e configurações de família:** um estudo com crianças de uma escola pública da cidade do Recife. Recife: 2004. MIMEO

KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira a base de tudo.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje.** Porto Alegre: Artes médicas, 1996.

CONFIGURAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE*

Karla Daniele de Sá Araújo Maciel[1]; Albenise de Oliveira Lima[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia, do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: karladani@ig.com.br
[2]Professora do Departamento de Psicologia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar. E-mail: albenise@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as configurações familiares existentes entre crianças de escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife. O termo configuração familiar diz respeito ao modo como as pessoas de uma mesma família se agrupam e se relacionam entre si. Participaram deste trabalho 180 pais ou responsáveis por crianças de 06 a 11 anos, alunos de escolas da rede pública de ensino da zona pesquisada. O instrumento utilizado foi um questionário contendo 48 questões. Os dados analisados possibilitaram chegar aos seguintes resultados: dos 180 questionários aplicados, 86 (47,7%) correspondem à configuração familiar nuclear; 64 (35,5%), à extensa; 19 (10,5%), à monoparental; 10 (5,5%), à recasada e 1 (0,5%), à abrangente. Como conclusão, destacam-se alguns aspectos relevantes: a configuração nuclear continua dominante e a configuração extensa, segundo percentual mais alto, leva a crer que as dificuldades socioeconômicas têm contribuído para seu aumento.

Palavras-chave: família; configuração familiar; criança.

Introdução

No decorrer dos séculos, em especial, com o advento da pós-modernidade, a família vem sofrendo grandes modificações, ou melhor, transformações que atingem sua organização e seu funcionamento. Tais transformações, pode-se dizer, têm contribuído para a formação de diferentes configurações, dinâmica e representações familiares, como também têm provocado algumas alterações nas condições de vida, na hierarquia de valores, nos mitos e crenças familiares.
Para se adentrar propriamente nessas mudanças sofridas pela família, torna-se necessário definir o que é a família. Etimologicamente família deriva do vocábulo latino *famulus*, que significa servo ou escravo, dando a entender que as pessoas de uma família são propriedades de um senhor (OSÓRIO, 2002). Na realidade, não é fácil, tampouco simples, conceituar família na sociedade contemporânea. Inúmeros teóricos têm procurado fazê-lo; alguns exemplos serão aqui apresentados. Segundo Gough (citado por JABLONSKI, 1998, p.32), família "*é um par casado ou* outro grupo de parentes adultos que cooperam na vida econômica e na criação dos filhos, *a maior parte* dos quais, ou todos, residem em comum". Para Pichon-Rivière (citado por OSÓRIO, 2002,p.14):

***PROJETO**: Um estudo sobre as famílias de crianças em fase escolar da zona Centro da cidade do Recife. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

> A família proporciona o marco adequado para a definição e a conservação das diferenças humanas, dando forma objetiva aos papéis distintos, mas mutuamente vinculados, do pai, da mãe e dos filhos, que constituem os papéis básicos em todas as culturas.

Já Danda Prado afirma que:

> Paradoxalmente, todos sabem o que é uma família já que todos nós somos parte integrante de alguma família. É uma entidade por assim dizer óbvia para todos. No entanto, para qualquer pessoa é difícil definir esta palavra e mais exatamente o conceito que a engloba, que vai além das definições livrescas. (PRADO, 1988, p.08)

Consciente da multiplicidade presente nessas definições e da necessidade de formular algo, de modo a enquadrar tudo que hoje se compreende por família, Osório (2002, p.14) enfatiza: "família não é um conceito unívoco. Pode-se até afirmar, radicalizando, que a família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições".
Portanto seria um equívoco, na sociedade vigente, ater-se a conceitos simplistas que se baseiam apenas na descrição dos componentes familiares, por exemplo: família é o pai, a mãe e os filhos. Tal pensamento exclui, por completo, as diversas formas de configuração familiar.
Retomando as transformações vigentes no seio familiar, percebe-se que a dinâmica, a representação, as configurações e até mesmo o perfil sociodemográfico estão bastante modificados. No tocante à configuração, vê-se que a família contemporânea não se restringe apenas à tão conhecida família nuclear. A literatura já a classifica de maneira bastante diversificada: família nuclear (pai, mãe e filhos); família extensa (pai, mãe, filhos e mais algum membro que tenha qualquer laço de parentesco); família abrangente (pai, mãe, filhos e pessoas, não parentes, que coabitem); família monoparental (um dos pais e filhos); família de recasados (unidos a partir de casamentos desfeitos).
Esta pesquisa faz parte de um amplo estudo sobre o tema e tem como objetivo identificar as configurações familiares existentes entre crianças de escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife. As configurações familiares podem ser definidas como *o* "modo como se dispõem e se inter-relacionam os elementos de uma mesma família" (OSÓRIO, 2002,p.: 66). Este trabalho justifica-se devido à grande importância de conhecer como se encontra a família recifense atual e, conseqüentemente, compreendê-la melhor.

Metodologia

Participaram dessa pesquisa 180 (cento e oitenta) pais ou responsáveis por crianças de 06 a 11 anos, alunos de 06 (seis) escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife. Em sua maioria, os participantes se enquadram na faixa-etária de 20 a 50 anos, estudaram até o 1º grau e a renda familiar corresponde a 01 (um) salário mínimo.
O instrumento utilizado foi um questionário com 48 (quarenta e oito) perguntas, contendo dados de identificação, questões fechadas de múltipla escolha e questões abertas.
A fim de facilitar o acesso aos participantes e de se trabalhar com uma amostra representativa, utilizou-se o seguinte critério: sortearam-se 30 alunos nas escolas que possuíam até 300 alunos, cuja idade se enquadrasse na amostra pesquisada e sortearam-se 10% nas que possuíam acima de 300. Após o sorteio, solicitou-se aos pais ou responsáveis dessas crianças que respondessem ao questionário.
Para a análise dos dados, foi calculado o percentual referente a cada configuração familiar.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados, ou dos 180 questionários aplicados, possibilitou chegar aos resultados apresentados na Tabela 1.

Tabela1. configuração familiar

Configuração familiar	Percentuais
Nuclear	47,7%
Extensa	35,5%
Monoparental	10,5%
Recasada	5,5%
Abrangente	0,5%
TOTAL	99,7%

Fonte: dados da pesquisa PIBIC/UNICAP - 2004

Como indica a Tabela 1, a configuração familiar nuclear permanece dominante, apesar da literatura especializada apontar para a ocorrência de transformações no seio familiar. Dos 180 questionários aplicados, 86 (47,7%) corresponderam a essa configuração. Esse dado vem corroborar o fato de que, embora as mudanças aconteçam, elas não modificam a estrutura familiar de uma só vez, pelo contrário, o processo ocorre lentamente.

A família extensa aparece em segunda colocação (35,5%). Dos 180 questionários, 64 corresponderam a essa configuração. Pode-se supor que a mesma tem crescido devido aos fatores socioeconômicos, como o desemprego, a falta de moradia, entre outros. Diante da crise, é possível que todos morem na mesma casa e compartilhem tudo juntos.

A família monoparental, 10,5% da amostra, tem como dado relevante o fato de que, em sua maioria, essa configuração é formada por mãe com filhos e não pai com filhos. Já a recasada aparece nos questionários com um percentual de 5,5%.

A configuração familiar abrangente aparece apenas em um questionário, não assumindo, portanto, representação significativa.

Conclusão

A partir da análise dos resultados, conclui-se que, quanto à configuração familiar, a família nuclear apresenta-se de forma predominante nas famílias de crianças de escolas públicas da zona Centro de Recife. A família extensa assume a segunda colocação, o que pode estar associado às freqüentes crises socioeconômicas.

A presença de configurações diversas vem corroborar com o fato de que, na sociedade contemporânea, a família vem processando transformações, vem sofrendo mudanças.

A influência dessas configurações sobre a família, enquanto instituição, ainda não está suficientemente estudada, no entanto a premissa de que a família é a base da construção subjetiva do indivíduo, continua válida.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/ UNICAP pelo financiamento desta pesquisa, como também aos demais professores participantes do projeto, Maria Cristina Amazonas e Carlos Alberto Martins.

Referências

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 10. ed., 1988.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe:** a crise no casamento contemporâneo. 2. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Agir, 1998.

OSÓRIO, L. C. **Casais e Famílias:** uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

CONTRIBUIÇÕES DAS MONOGRAFIAS DE JORNALISMO PARA O CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Raquel Barros Andrade[1]; Aline Maria Grego Lins[2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais; Participante do grupo de pesquisa Cultura e Mídia Contemporânea; e-mail: raquelbarros@uol.com.br
[2]Professora do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais; Participante do grupo de pesquisa Cultura e Mídia Contemporânea; e-mail: amgrego@unicap.br

Resumo

O projeto de pesquisa *Contribuições das Monografias de Jornalismo para o curso de Comunicação Social* tem por objetivo verificar a evolução da produção científica de estudantes de Jornalismo da UNICAP, através da análise dos trabalhos produzidos entre 1988 e 2003. Temos como meta, ainda, disponibilizar os referidos trabalhos na Hemeroteca e/ou na Biblioteca Central da Universidade, para que as monografias possam servir como referência bibliográfica para a comunidade acadêmica. A semiótica peirciana oferece o suporte teórico a esta pesquisa, através dos conceitos de **semiose** e **experiência colateral**. Já a crítica genética, por permitir a análise do processo de feitura das monografias, constitui a metodologia adotada. Apesar de a produção científica ser estimulada pelo Departamento de Comunicação Social, a realização das monografias como trabalho de conclusão de curso ainda é baixa, principalmente, quando comparada aos projetos experimentais realizados em TV, por exemplo.

Palavras-chave: produção científica, crítica genética, semiótica.

Introdução

A pesquisa *Contribuições das Monografias de Jornalismo para o Curso de Comunicação Social* pretende estudar a produção científica dos alunos de Jornalismo da UNICAP, através das monografias sobre temas relativos à Comunicação. Para efeito de pesquisa, trabalharemos com as monografias produzidas desde 1988, quando ocorreu a graduação da primeira turma em Jornalismo, após a exigência legal dos trabalhos de conclusão de curso pelo Conselho Federal de Educação/MEC, até o ano de 2003.

Por entender as monografias como produto comunicacional que permite analisar e compreender a conjuntura de uma determinada época da sociedade e considerando a comunicação como um processo de interpretação de signos através de diferentes linguagens, a teoria escolhida para ancorar a nossa pesquisa foi a semiótica, proposta por Charles S. Peirce, uma vez que, para esse filósofo, toda e qualquer produção, realização e expressão humana pode ser considerada uma questão semiótica constituída por signos.

Peirce denomina signo como "qualquer coisa que, de um lado, é assim determinada por um objeto e, de outro, assim determina uma idéia na mente de uma pessoa" (SANTAELLA, 2000:12). Assim, podemos entender que as monografias reproduzem, readaptam e transformam um

Projeto: Contribuições das Monografias e dos Projetos Experimentais em Rádio para o Curso de Jornalismo da Unicap. **Órgão financiador**: Pibic/Unicap.

determinado fenômeno ao criar uma realidade equivalente à representada, constituindo-se em signos que representam um objeto e produzem um sentido. Partindo desse conceito, Grego (GREGO, 2000) explica que o signo comunica à mente de um receptor uma realidade representada, promovendo uma cadeia comunicacional de produção de sentido autogerativa. A essa ação do signo de não apenas representar, mas, sobretudo, comunicar gerando outros signos através de um processo significativo infinito, Peirce denomina de **semiose**.

Outro conceito da semiótica peirceana que utilizamos é o da **experiência colateral**. Como as monografias estão atreladas ao contexto e às informações que as rodeiam, relacionando-se com outros signos que estão a sua volta, em que cada signo tem a capacidade de interferir no processo de significação de outro (SANTAELLA, 2000), ocorre o que Peirce denomina de observação ou experiência colateral, ou seja, as monografias serão mais bem compreendidas, quando for possível a observação do contexto em que elas estiveram inseridas, permitindo a análise da relação entre a realidade sígnica apresentada e as experiências do seu processo de mediação.

Metodologicamente, optamos pela Crítica Genética para desenvolver a nossa proposta de estudo da evolução dos trabalhos científicos dos alunos de Jornalismo, por permitir uma visão privilegiada do processo em relação ao produto. A Crítica Genética possibilita a compreensão dos processos de feitura de diferentes sistemas de significação por estabelecer diferentes conexões e relações entre os vários momentos da construção de uma obra, sendo aplicada, assim, como instrumento viabilizador de nossa observação em relação ao desenvolvimento do processo de feitura ao longo de cada monografia, em particular, e na evolução dos 15 anos de produção de projetos e monografias propostos pela presente pesquisa. Através da análise das monografias e de todo o material a elas relacionadas, a exemplo de anotações, rascunhos e regulamentos, poderemos perceber o processo de construção da linguagem científica produzida pelos alunos de Jornalismo, buscando entender o olhar dos futuros jornalistas acerca das questões da comunicação.

Analisando os modos de produção de sentido das monografias e averiguando a contribuição de seu conteúdo para o desenvolvimento de uma linguagem jornalística e científica, poderemos cumprir nossa intenção de observar, analisar e interpretar esses procedimentos, de forma a compreender os caminhos de construção de uma linguagem comunicacional contida nesses trabalhos. Ressaltamos que um dos nossos objetivos, ao catalogar e analisar as monografias, é garantir o acesso de forma simples e eficaz de professores e alunos a esses trabalhos, não apenas para os estudiosos de Comunicação Social, como também para toda comunidade acadêmica da UNICAP.

Metodologia

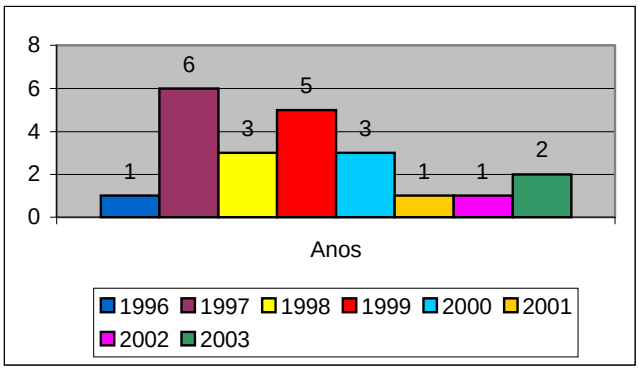
Nossa primeira meta foi reunir e identificar o material a ser catalogado, as monografias produzidas entre 1988 e 2003, além de definir o formato para a catalogação. Classificamos, também, as monografias por área de abrangência e produzimos as sinopses de todos os 22 trabalhos encontrados, descrevendo o conteúdo dos temas abordados. Por fim, com o término da catalogação, começamos a promover uma análise crítica da produção científica dos graduandos em Jornalismo, estudando monografias em particular, bem como o conjunto desses trabalhos, de forma a observar a evolução do conteúdo produzido, suas características e contribuições para a construção do pensamento jornalístico e comunicacional na UNICAP.

Na ocasião da entrega das monografias, por parte dos alunos, para a análise da banca examinadora, não há a entrega de um relatório de atividades realizadas, nem de avaliação dos estudos. Assim, achamos necessário entrevistar professores orientadores e ex-alunos, com o objetivo de conhecer as dificuldades para a realização da produção monográfica e as contribuições para os mesmos em suas carreiras acadêmicas, uma vez que não nos interessa, apenas, o produto final dos estudos realizados pelo corpo discente, mas o processo em si de realização das

monografias. Gostaríamos de salientar que a observação desse processo de feitura é o que caracteriza mais fortemente a metodologia proposta pela Crítica Genética que adotamos na pesquisa, o que nos permitirá traçar o perfil das monografias realizadas pelos alunos de Jornalismo da UNICAP.

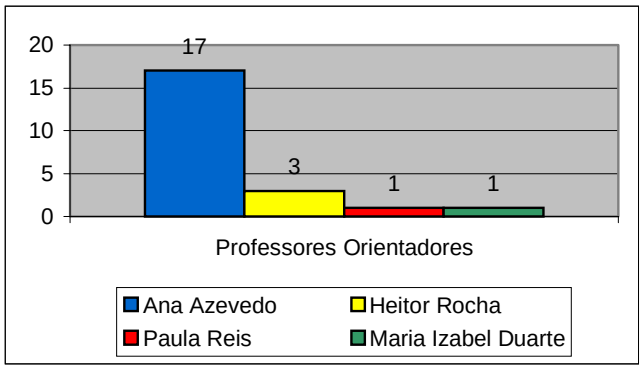
Resultados e Discussão

Na catalogação, identificamos 22 trabalhos concluídos, perfazendo um total de 2.265 páginas de conteúdo analisado. No entanto percebemos que esses trabalhos só começaram a ser produzidos e a despertar o interesse dos alunos a partir de 1996, coincidindo, curiosamente, com o período em que um maior número de professores do DCS estava cursando mestrado ou doutorado, inclusive em universidades fora do Estado.



Monografias

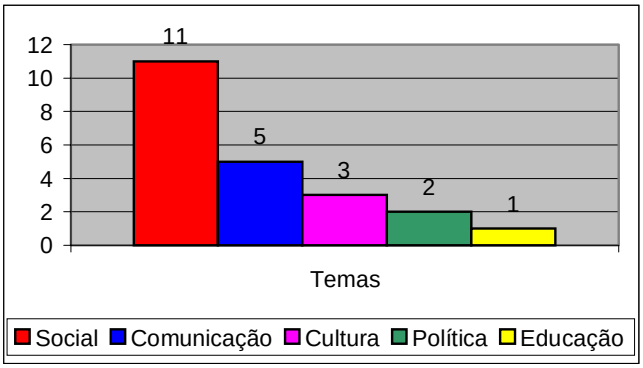
Constatamos, também, que 76% das monografias foram orientadas pela professora, comunicadora social e socióloga, Ana Azevedo, formação que atraiu os alunos interessados em estudar a comunicação em suas diversas relações com a sociedade. Porém, a partir de 2001, outros professores começam a orientar as monografias, contribuindo para o enriquecimento da produção acadêmica através de diferentes experiências em áreas específicas. A partir dessa constatação, percebemos, também, como se processa o conceito peirceano de **experiência colateral**, que discute como elementos externos influenciam na produção sígnica de outros produtos.



Professores orientadores

Dos projetos catalogados, 49% analisam algum fato sob o prisma social, através dos estudos de temas abordados, principalmente, pela mídia impressa local. Dentro do universo da temática social, as questões mais abordadas foram as pertinentes à religiosidade, assunto em que

podemos perceber claramente o processo de **semiose**, no qual um signo gera outro. Percebemos que o modo do fazer comunicacional também foi contemplado pelos alunos em suas pesquisas, apontando que a produção científica do DCS, apesar de recente, preocupa-se com a discussão das teorias e técnicas jornalísticas.



Temas

A análise de discurso, presente em 64% das monografias, foi o referencial teórico mais utilizado pelos alunos para analisar os seus objetos de estudo, mostrando-se ser uma teoria adaptável às questões comunicacionais. No geral, podemos observar, ainda, que algumas monografias não seguem o regulamento do DCS quanto à disposição do texto, quando muitas não apresentam, em seu corpo preliminar, o Resumo e os Agradecimentos, itens considerados obrigatórios pelo regulamento.

Conclusões

Apesar de a pesquisa acadêmica ser estimulada pelo DCS, apenas 22 alunos se interessaram pela produção científica num universo em torno de 720 formandos entre 1988 e 2003. No entanto o número de alunos que demonstram, hoje, interesse em monografia é razoável, porém são poucos os que concluem o trabalho, porque ocorre certa evasão nas turmas de monografia. Entre 1997 e 2000, acontece a descoberta dos alunos de Jornalismo pela pesquisa cientifica, mas, em 2001, as monografias passam a perder espaço para os projetos realizados em Televisão, por exemplo, quando os alunos procuram aliar conhecimentos práticos às possibilidades de reconhecimento profissional.

Agradecimentos

A todos do Departamento de Comunicação Social da Unicap.

Referências

GREGO LINS, Aline. **O processo de produção telejornalístico à luz da Crítica Genética**. Tese de doutorado, Programa de Comunicação e Semiótica da PUC/SP. São Paulo, 2000. 267 f.

SALLES, Cecília Almeida. **Crítica Genética: uma (nova) introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000. 129 p.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000. 153 p.

_____. **O que é semiótica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 114p.

CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS EXPERIMENTAIS EM RÁDIO, DE 1988 A 1997, PARA O CURSO DE JORNALISMO DA UNICAP

José Henrique Cavalcanti Mota Filho[1]; Aline Maria Grego Lins[2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais, participante do Grupo de Pesquisa Mídia e Cultura Contemporânea; e-mail: zehenriquemota@uol.com.br
[2]Professora do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais; participante do Grupo de Pesquisa Mídia e Cultura Contemporânea; e-mail: amgrego@unicap.br

Resumo

A pesquisa **Contribuições dos projetos experimentais em rádio de 1988 a 1997 para o curso de Jornalismo da UNICAP,** objetivou analisar e catalogar os projetos em rádio produzidos e apresentados em banca pública durante o período acima. Outro objetivo é verificar qual o tipo de evolução que os projetos tiveram durante esses oito primeiros anos de realização dos projetos e quais benefícios essa evolução trouxe para o curso de comunicação social. Após a conclusão da pesquisa, a idéia é disponibilizar o material na hemeroteca do Departamento de Comunicação Social da Unicap e no laboratório de rádio do DCS, para consultas acadêmicas. A teoria utilizada foi à semiótica de Charles Peirce, que estuda os signos e os processos de significação da cultura. A metodologia adotada foi a crítica genética que nos forneceu ferramentas para a compreensão dos processos de produção e montagem dos projetos.

Palavras-Chave: comunicação, conclusão de curso, semiótica

Introdução

Este trabalho visa a analisar e a catalogar os projetos experimentais em rádio, produzidos entre 1988 e 1997, no curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). A obrigatoriedade da realização desses trabalhos de conclusão de curso foi instituída pelo Conselho Federal de Educação (MEC), em 1984, sendo em formato de projeto experimental nas áreas de impresso, rádio, televisão e fotografia. Os estudantes interessados nas questões acadêmico-cientificas têm a opção, também, pela monografia. Esses projetos são uma aplicação final de tudo que o (a) aluno (a) aprendeu durante os quatro anos do curso. Constitui-se cartão de visita para o mercado de trabalho, visto que esse projeto é analisado por profissionais da área, em banca pública.

Além disso, eles têm uma importância temporal, uma vez que refletem um momento histórico e uma realidade, muitas vezes, diferentes da atual. Uma pesquisa inicial sobre os projetos de rádio foi iniciada em 2003 pela aluna Raquel Barros Andrade, que analisou e catalogou projetos de rádio e televisão no período de 1988 a 1991. Os novos estudos foram divididos em duas partes: a primeira, entre 1988 e 1997, que correspondeu à presente pesquisa, e a outra, de 1998 a 2003, que ficou a cargo da bolsista Ivambya Guedes . O referencial teórico que sustentou nossa pesquisa foi a Semiótica Peirceana, e a metodologia adotada foi a Crítica Genética.

Projeto: Contribuições das Monografias e dos Projetos Experimentais em Rádio para o Curso de Jornalismo da UNICAP. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP.

Segundo a pesquisadora Lúcia Santaella, o semiótico Charles Sanders Peirce entendia os signos como: “Qualquer coisa que, de um lado, é assim determinada por um objeto e, de outro, assim determina uma idéia na mente de uma pessoa”.(SANTAELLA, 2000:12). Os estudos peirceanos baseavam-se sempre em tríades nas quais um objeto é transmitido através de signos que irão significar algo na mente de um outro. Da teoria de Peirce utilizamos os conceitos de semiose e experiência colateral. O primeiro denomina-se quando um signo gera outros signos. Por exemplo, no semestre de 1995.1 foi produzido o primeiro projeto experimental em Rádio sobre a ditadura militar. Já, em 1995.2, foram produzidos mais dois e assim sucessivamente. Já o segundo conceito tem como base o fato de um signo estar inserido em um contexto, o uso desse conceito em nossa pesquisa se justifica, uma vez que os projetos em rádio estão inseridos em uma realidade histórico-sociocultural.

Em relação à metodologia, foi utilizada a Crítica Genética, criada em 1966. Esse estudo analisa as nuances implícitas nos trabalhos artísticos ou científicos, em suas fases de produção e construção. A critica genética auxiliam, no caso da nossa pesquisa, na análise da evolução dos projetos e no tipo de efeitos que trouxeram ao curso.

A pesquisa foi importante pelo fato de, ao se fazer a análise dos projetos, podermos verificar que tipos de benefícios eles trazem tanto para o melhoramento do curso, quanto para a questão técnica e de conteúdo dos próprios trabalhos. Assim, foi possível, através da análise, montarmos um panorama sobre os projetos realizados na área de rádio pelos alunos da UNICAP, além de disponibilizá-los para todo o púbico da universidade.

Metodologia

Os projetos de rádio, que serviram de base de dados da presente pesquisa, têm como base à montagem de três programas jornalísticos ou de entretenimento. Os projetos podem ser apresentados em fita cassete, CD ou em “Mini Disc” (MD) e são acompanhados de um “script” que possui todo o modelo de produção do projeto. Os programas são elaborados como uma série especial. Além de identificar e catalogar os projetos, tivemos a fase de audição e produção das sinopses (resumos sobre as características e conteúdo de cada projeto experimental). Os projetos em rádio são programas com temas inéditos produzidos individualmente.

A intenção foi documentar e armazenar esse material para que possa servir como base de pesquisa acadêmica para alunos e professores. Além disso, traçamos o perfil desses projetos durante os primeiros nove anos de produção. Essa pesquisa foi complementada pela bolsista, Ivambya Guedes, que irá estudar as contribuições dos projetos de rádio no período entre 1998 e 2003. Esse recorte foi uma medida adotada para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida de forma ágil e eficaz. Após esse processo, realizamos uma análise de todo o material para depois disponibilizá-lo na hemeroteca e no laboratório de rádio do DCS. Os projetos, de 1988 até 1997, que já estão catalogados, foram produzidos em fitas cassete, poucos, infelizmente, possuem os registros dos respectivos “scripts”. A metodologia adotada, a Crítica Genética, nos permitiu fazer um estudo sobre a evolução dos projetos, observando o processo de criação dos autores nos referidos trabalhos, processos comunicacionais próprios da produção de um programa de rádio. Essa análise foi possível a partir dos estudos comparativos dos diferentes documentos de processo (SALLES, 2000) produzidos e utilizados durante a construção dos projetos experimentais em rádio, isto é, fitas de áudio brutas e editadas, “script” e relatórios.

Resultados e Discussão

Após a audição dos programas jornalísticos e de entretenimento em rádio, produzidos de 1988 a 1997, foram identificados, sessenta e um projetos. Nas primeiras observações, foi possível

constatar que nem todos os projetos de rádio que foram gravados mantiveram, nos arquivos do Departamento de Comunicação Social, seus respectivos roteiros. Esses dados prejudicaram, em parte, as análises sobre as possíveis evoluções ocorridas nos trabalhos produzidos pelos alunos de jornalismo da UNICAP na área de rádio.

Por outro lado, através da catalogação, foi possível observar que mostra que as mulheres foram maioria na escolha do veículo rádio (54.8%) em relação aos homens (45.2%), que produziram e apresentaram projetos durante o período estudado.

Com relação aos gêneros dos programas, 68% dos projetos são reportagens, 15% são musicais e 12% são biográficos. Três projetos se encaixam em ambos os gêneros (5%).

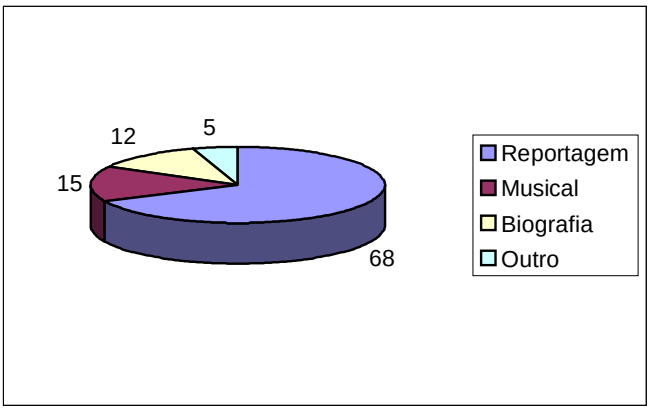


Gráfico 1. Gênero dos Programas

Os temas regionais, com 24% das opções, são os que mais interessaram aos alunos de jornalismo, juntamente com as biografias (12%). O rock aparece com 5% e os demais assuntos, como os projetos voltados para comunicação, música internacional, além de temas variados como Pé na estrada, dentre outros, somaram 47% dos projetos.

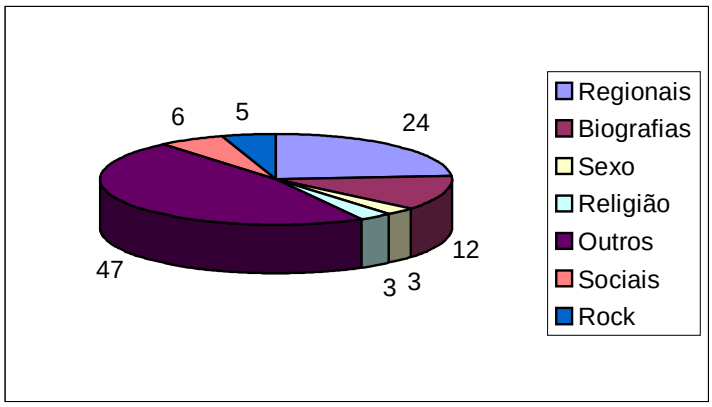


Gráfico 2. Temas mais produzidos

Aplicando a teoria, observou-se que vários projetos tratam de um mesmo assunto, evidenciando tanto a questão da semiose, como a experiência colateral, isto é, tanto o contexto quanto os trabalhos de semestres anteriores produzidos por alunos de jornalismo, interferiram, de alguma forma, em vários projetos experimentais de rádio produzidos no período de 1988 a 1997.

O professor Carlos Benevides do curso de jornalismo foi o que mais orientou projetos com 64.7% dos trabalhos catalogados. Os primeiros projetos tiveram também a orientação do professor Claudemir Gomes (11.7%). Os demais ficaram a cargo do professor Vlaudimir Salvador (23.5%).

Conclusões

Podemos verificar que os projetos em rádio atraem, entre os alunos, mais o sexo feminino do que o masculino. O gênero reportagem é o que desperta maior interesse dos concluintes. Uma das possíveis razões para isso está no fato de que são produzidas séries três programas sobre o tema geral do projeto. Percebe-se que os temas regionais e biográficos são os que mais atraem os alunos. O rádio, ao contrário da televisão, caracteriza-se por ser mais voltado para o local e por isso os programas sobre a região sobressaiam sobre os demais. Já as biografias são voltadas para artistas regionais.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Deus por suas bênçãos, a Raquel Barros pelo amor e a Ivambya Guedes pela amizade.

Referências

SALLES, Cecília Almeida. **Crítica Genética: uma (nova) introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000. 129 p.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos**. São Paulo: Ed. Pioneira, 2000. 153 p.

_____. **O que é semiótica**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1985, 114p.

DA ADMISSIBILIDADE DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS°

Judith Karine Cavalcanti Santos[1]; João Ferreira Braga[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa de Direito Processual Civil E-mail: joaoferreirabraga@hotmail.com

Resumo
O Procedimento Sumaríssimo adotado pelos Juizados Especiais, com os Princípios da celeridade, necessidade, efetividade, proporcionalidade, dentre outros, prestigia a concentração dos atos processuais. E, embora a Antecipação da Tutela também utilize alguns desses como meio – sendo, entretanto, outro seu fim, senão a antecipação do mérito, provisoriamente, antes de se debater a causa –, fato é que os citados rito procedimental e instituto jurídico obtêm uma mesma conseqüência, ainda que para um seja fim e para outro meio. Cogita-se a aplicação da antecipação de tutela nos Juizados Especiais, utilizando a norma processual civil de forma supletiva à norma específica, já que a lei em questão não veda tal possibilidade. Também não a permite expressamente. Objetivando uma concreta análise e embasamento teórico aprofundado sobre o tema, a presente pesquisa desenvolveu-se consubstanciada na doutrina e jurisprudência majoritária e em vigor, da forma mais isenta possível, a fim de proporcionar ao Ordenamento Jurídico um direcionamento para a efetivação da Justiça de forma célere e menos danosa a todos. Através de leitura de livros, artigos e pesquisas similares e complementares, foi possível perceber que a doutrina tem-se posicionado no sentido de defender a antecipação da tutela nos Juizados Especiais. A pesquisa de campo permitiu uma visão mais prática das necessidades dos Juizados Especiais e da pouca relevância, segundo os entrevistados, dos benefícios da Antecipação da Tutela.

Palavras-chave: Lei 9.099/95; Lei 10.259/01; tutela antecipada; possibilidade

Introdução

Segundo o filósofo e jurisconsulto inglês do séc. XVI, Francis Bacon, "*in justitia enim illud reddit amarum mora acidum*"[1] . O problema da morosidade que atinge o Poder Judiciário sempre prejudicou a eficácia das decisões judiciais, é constatação histórica. Há, com isso, a mácula do próprio conceito de democracia, não pelo desrespeito ao Princípio do Livre Acesso ao Judiciário, já que esse existe formalmente, mas, principalmente, pela ausência de efetividade provocada pela demora na solução da lide. Esse tem sido um ponto prejudicial ao Judiciário por anos e, por causa dessa cultura, a população mais pobre tem evitado recorrer à Justiça, mesmo sem ter encontrado outra solução viável para sua pretensão. Os autores começaram a discriminar os pontos que impediam o efetivo acesso à Justiça. Cappelletti enumerou, dentre eles, o tempo e propôs como solução o fácil acesso à assistência judiciária, o cuidado com os interesses difusos e as reformas nos direitos material e processual e nas estruturas dos Órgãos jurisdicionais. Surgiram, então, os

°**Projeto**: Da Admissibilidade da Antecipação de Tutela No Âmbito dos Juizados Especiais. **Órgão financiador**: Nome da Instituição que Financiou o Projeto de Pesquisa.
[1] "se a injustiça da sentença a faz amarga, sua demora torna-a azeda"

Juizados de Pequenas Causas e, posteriormente, os Juizados Especiais, "*objetivando agilizar o exame dos processos que envolvem questões de pequena repercussão econômica e menor complexidade, ante a redução dos prazos, (...) a simplificação das providências para citação e intimação, além da aplicação dos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade e de economia processual*" (CARVALHO; 2003). Esses Órgãos jurisdicionais têm previsão constitucional, o que confirma sua importância na contribuição para o alívio do Judiciário em termos quantitativos e, no aspecto qualitativo, na satisfação social da celeridade proposta por esse novo procedimento.É por intermédio desses Juizados que o Poder Judiciário tem procurado tornar mais eficazes seus julgados e, sobretudo, o procedimento utilizado para se obter o fim daqueles, ou seja, uma eficácia também procedimental.Tendo o objetivo, pois, de tornar mais eficaz a prestação jurisdicional oferecida pelo Estado, embasado, principalmente, no Princípio da Celeridade Processual, visando precisamente à celeridade.Não com o mesmo objetivo, entretanto com o mesmo fim da Lei 9.099 e anterior a essa, foi instituída a Antecipação da Tutela, instituto jurídico incluído no CPC com a lei 8.952/94. Através da observação dessa convergência de escopos, ainda que não intencional, surgiu a indagação acerca da possibilidade de união de ambos, gerando o tema em análise: possibilidade de antecipação da tutela nos Juizados Especiais.A Lei dos Juizados Especiais não apresentou a antecipação de tutela como possibilidade, todavia também não vedou em qualquer de seus dispositivos.A partir dessas considerações, percebeu-se a necessidade de pesquisa acerca do assunto, visto que, se é de interesse social a mais rápida prestação jurisdicional, é mister que sejam consideradas todas as possibilidades de procedimento. Apenas um estudo voltado a esse fim, especificamente, pode vir a complementar a opinião dos doutrinadores, embasar as decisões dos magistrados e trazer segurança ao sistema jurídico através da efetividade da prestação jurisdicional estatal.

Metodologia

O método indutivo foi o determinado para a pesquisa ora apresentada, por indicar-se como o mais apropriado a um estudo que envolve discussões teóricas. De início, houve análise conceitual a fim de estabelecer os termos a serem utilizados e qual o sentido jurídico específico dado a cada um deles. Os livros jurídicos específicos sobre Juizados Especiais e Antecipação dos Efeitos da tutela, as revistas especializadas e os artigos disponíveis na *Internet* foram as principais fontes utilizadas.

Houve necessidade de coleta doutrinária e jurisprudencial.Com relação à primeira, houve coleta de doutrina referente tanto à Antecipação de Tutela, seus princípios e requisitos quanto ao Juizado Especial, sobretudo o Federal, através, inclusive, do confronto teórico entre instrumento e procedimento, a fim de determinar a postura dos estudiosos quanto à admissibilidade ou não da Antecipação da Tutela nos Juizados Especiais. A coleta de jurisprudência foi feita através de *Internet* nos *sites* da Justiça Federal de diversos Estados, além do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Regionais Federais, para que fosse possível verificar o posicionamento do Poder Judiciário brasileiro quanto à questão.A busca de jurisprudência não possível ser completa com relação a todos os estados por causa da falta de acesso através dos *sites* que não costumam expor esses dados, dificultando a procura de informações.

Foram desenvolvidas pesquisas de campo com Magistrados dos Juizados Especiais Estaduais, posteriormente estendida ao Federal, ainda que prejudicada por mudanças de endereço desse.

Resultados e Discussão

A Lei 9.099/95, relativa aos Juizados Especiais, não expõe proibição à adoção da antecipação da tutela; também não há permissão explícita. Essa lacuna normativa favorece opiniões doutrinárias divergentes: a primeira admite a possibilidade de antecipação de tutela no âmbito dos Juizados Especiais, principalmente com base na ausência de vedação legal; a última, intolerante quanto à

anterior, defende que a lei dos Juizados Especiais faria expressa referência caso desejasse a supletividade da norma processual geral.

Fato é que não existe na Lei 9.099/95 qualquer menção, configurando lacuna ou omissão normativa. Há defesas no sentido de que, sendo o CPC norma processual civil, deverá ser aplicada subsidiariamente à norma específica quando nessa houver lacuna, desde que não exista incompatibilidade das normas de direito processual comum com os princípios norteadores da lei especial e que não haja expressa vedação legal.

Assim tem pacificamente entendido a Doutrina. Nesse sentido, afirma Nelson Nery Junior: "*A aplicação subsidiária do CPC mesmo na ausência de dispositivo expresso determinando a aplicação subsidiária do CPC às ações que se processam perante os Juizados especiais cíveis, referida aplicação se dá pelo fato de o CPC ser a lei ordinária, geral, do direito processual civil no Brasil*." (NERY JUNIOR, 2003. p.1560)

Especificamente quanto ao Juizado Especial Federal, argumenta-se: "A Lei nº 10.259 (...) prescreve em seu Art. 1º a aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/95. Pelos mesmos argumentos (...) com relação aos Juizados Especiais Estaduais, entendemos ser possível, também, a aplicação subsidiária do CPC." (SILVA JUNIOR; 2004). Ainda em defesa da antecipação de tutela nos Juizados Especiais, entretanto com ênfase argumentativa na ausência de proibição, argüi Theotônio Negrão: "*A lei especial não proíbe. Tais medidas* (cautelares) *serão concedidas sem forma nem figura de juízo, de acordo com o princípio da informalidade, e serão confirmadas ou cassadas por ocasião da sentença*." (NEGRAO; 1997.p.947.)

Além disso, ainda que com procedimento diferenciado, os Juizados Especiais também são processo de conhecimento e o CPC garante para todo processo de conhecimento a antecipação dos efeitos da tutela. Dessa forma, é importante observar que o disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, que concede a possibilidade da Antecipação dos efeitos da Tutela, aplica-se, genericamente, a todos os processos de conhecimento. A incompatibilidade estaria presente, então, pela ausência de previsão quanto à antecipação na lei dos Juizados Especiais assim como, também, com relação à possibilidade de aplicação do CPC de forma subsidiária. Isso porque parte da doutrina expressa que, se o legislador tivesse a intenção de permitir tal possibilidade, ele a teria feito expressamente. Nesse sentido: "(...)ao estabelecer a possibilidade de medidas cautelares e nada determinar para a antecipação de tutela, (...)sinalizou o legislador no sentido de serem inadmissíveis tais medidas" (SILVA JUNIOR, 2004). No mais, tal medida viria a contrariar a sistemática processual dos Juizados Especiais, posto que a Lei 9.099/95, com base no princípio da celeridade processual, deve priorizar a diminuição ou encolhimento do trâmite procedimental, concentrando os atos processuais; não deve possibilitar uma segunda via, que, embora dê a impressão de agilizar a satisfação jurisdicional das partes, vem retardar o processo, trazendo mais peças aos autos para análise.

Outro aspecto que deve ser considerado é a efetividade do processo como princípio norteador de qualquer sistemática processual, sendo esse, portanto, o aspecto social. Assim bem desenvolve André Gustavo de Vasconcelos: "t*endo como pressupostos que a Lei nº 9.099/95 foi instituída para proporcionar solução mais célere às lides trazidas ao Poder Judiciário (...) não se poderia admitir restrições a institutos inseridos no macrossistema processual (tutelas acautelatórias e antecipatórias) que se destinam apenas e tão somente a fornecer aos jurisdicionados resultados célere, útil e prático do processo*" (VASCONCELOS, 2001.p. 32). A eficácia da norma não depende apenas da conclusão formal do procedimento, ou aplicabilidade de seus efeitos, é necessário que haja praticidade e, sobretudo, tempestividade social das decisões. Considerando que esse é também o fim almejado pela Lei 9.099/95, vislumbra-se a possibilidade de união do instituto ao rito. André Gustavo de Vasconcelos, nesse sentido afirma: "p*ode-se compreender como contraditório e ofensivo ao espírito da Lei 9.099/95 proibir-se a concessão de tutela antecipada nas ações processadas sobre seu rito especial, visto que essa postura limita o acesso*

a uma justiça eficaz em favor daqueles que se socorrem dos Juizados Especiais Cíveis" (VASCONCELOS, 2001. p. 32).

Há, com referência específica dos Juizados Especiais Federais, a Lei 10.259/01, que prevê, em seu art. 4º, a possibilidade de o Juiz conceder medida cautelar *ex officio* ou por requerimento provocado desde que para evitar dano de difícil reparação. Nesse caso, há expressa previsão legal. Esse dispositivo demonstra a possibilidade de antecipação de tutela nos Juizados Especiais, em verdade, mais que isso, demonstra a real intenção do legislador.

Em contrapartida, a prática, apresentada pelos Magistrados na pesquisa de campo, demonstra que, embora baseado em fatores hermenêuticos se possa concluir pela possibilidade de aplicação da Antecipação da Tutela nos Juizados Especiais, problemas de ordem administrativa podem ocorrer e findariam por prejudicar o Princípio da Celeridade e não o inverso, que é o pretendido.

Conclusões

Diante do exposto, pode-se apreender que há possibilidade de aplicação do instituto da Tutela Antecipada no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais e Federais, desde que presentes os requisitos necessários a sua concessão, disciplinados no art. 273 do CPC.

A doutrina tem-se mostrado bastante receptiva à união da Antecipação de Tutela ao procedimento dos Juizados Especiais. O tema vem sendo bem discutido quanto a todos os pontos apresentados acima. A jurisprudência, no entanto, aparece timidamente, ao menos no que se refere aos Juizados Especiais Federais.

A prática dos Juizados Especiais tem mostrado argumentos diferentes dos apresentados pela Doutrina até então, que apontam que a possibilidade de utilizar-se da Antecipação da Tutela poderia acarretar uma superlotação de processos em tal ou qual Juizado cujo Juiz a permitisse, atuando de forma a prejudicar (e não agilizar, como é seu objetivo) a prestação jurisdicional, além de dar margem à litigância de má fé daqueles que viessem a "escolher" o Juizado de acordo com a tendência do Juiz de conceder ou não a Tutela Antecipada. No âmbito federal, a questão demonstra-se mais pacífica com a análise do art. 4º da Lei 10.259/01. Entretanto, as considerações dos entrevistados também ressoam de aplicabilidade nesse âmbito.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP, que nos propiciou a oportunidade de pesquisa acadêmica; a Bruno Lemos, pelo cuidado dispensado na seleção de material; aos Magistrados, que se prontificaram a responder às pesquisas e a todas (os) que direta ou indiretamente contribuíram para o estudo.

Referências

CARVALHO, Silvia Gualberto. **Juizados Especiais Cíveis Federais**. Jus Navigandi, Teresina, a.7, n.62, fev.2003. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3780>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2003.

Juizados Especiais Federais / Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, Secretaria de Pesquisa e Documentação. **Série Pesquisas do CEJ**. n.7. Brasília: CJF, 2001.

NEGRAO, Theotônio. **Código do Processo Civil e legislação processual em vigor**. 27 ed. São Paulo: Saraiva 1997.

NERY JUNIOR, Nelson. **Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante:** atualizado até 7 de julho de 2003. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 2003. pp. 1518-1577.

SILVA JUNIOR, Valdecy José Gusmão da. **A antecipação de tutela nos Juizados Especiais**. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 59, out. 2002. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3293>. Acesso em: 15 jan. 2004.

VASCONCELOS, André Gustavo de. **Antecipação de tutela e os Juizados especiais cíveis**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, n. 09, jan/fev de 2001.

DA ADMISSIBILIDADE DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS*

Manuella Pollyanna de Menezes Silveira[1]; João Ferreira Braga[2]

1 Estudante do Curso de Bacharelado Em Direito e bolsista do PIBIC da UNICAP.
E-mail: manupsilveira@hotmail.com
2 Professor do Departamento de Ciências Jurídicas e orientador do PIBIC da UNICAP.
E-mail: ferreirabraga@uol.com.br. Participante do Grupo de Pesquisa Efetividade da Prestação Jurisdicional.

Resumo

O estudo consiste em verificar a possibilidade da antecipação de tutela nos domínios dos Juizados Especiais Estaduais, tendo em vista a lacuna que a Lei nº 9.099/95 que os instituiu proporciona no tocante a esta matéria. Objetiva, inicialmente, analisar a estrutura dos juizados especiais estaduais, através da referida Lei e apresentar o perfil da antecipação de tutela no direito brasileiro. Também abrange o estudo da praticidade da antecipação de tutela no que tange a postulados constitucionais como os do amplo acesso ao Judiciário e da celeridade processual. Visando à construção de nova perspectiva sobre o tema, foi elaborado levantamento bibliográfico através de livros, artigos de revistas especializadas e internet. Em razão de o tema possuir implicações doutrinárias e jurisprudenciais, requerendo análise comparativa dos seus respectivos fundamentos, foram realizadas pesquisas de campo, por meio de visitas aos Juizados Especiais Estaduais, bem assim mediante abordagem dos magistrados com os questionamentos que a jurisprudência e a doutrina vêm dispensando ao tema.

Palavras-chave: 1) Processo Civil; 2) Lei nº 9.099/95; 3) acesso à justiça

Introdução

O acesso à justiça, garantia máxima do Estado Democrático de Direito, expressa no art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988, em consonância com a moderna processualística, foi a causa determinante para a criação dos Juizados Especiais. Com a finalidade de ampliar o referido acesso, o art. 98, inciso I, da Constituição, previu a criação dos juizados. Para que a celeridade, um dos princípios máximos dos Juizados, seja alcançada em sua plenitude, a Lei nº 9.099/95 instituiu um microssistema processual com instrução probatória mais restrita e menos recursos. A jurisdição consiste na atividade estatal que põe fim aos conflitos que lhe são submetidos. Quando essa atividade se concretiza em uma relação processual, ocorre a tutela jurisdicional. Os efeitos dessa atividade podem ser precedidos de seu momento natural, através da antecipação da tutela.

A antecipação da tutela foi inserida no sistema processual pela Lei nº 8.952/94, constituindo importante inovação ao permitir ao juiz, nas hipóteses do art. 273 do Código de Processo Civil, deferir provimento provisório ao requerente que, antes do julgamento final do mérito, tem seu pedido atendido parcial ou integralmente, desde que satisfeitas as exigências legais pertinentes à matéria.

*__Projeto:__ Da Admissibilidade da Antecipação de Tutela no Âmbito dos Juizados Especiais. **Órgão financiador:** PIBIC.

A lacuna presente na Lei 9.099/95 a respeito da antecipação da tutela conduz a entedimentos doutrinários divergentes. Alguns se baseiam na impossibilidade de recorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados. Entretanto essas decisões não estão sujeitas à preclusão, podendo ser analisadas por ocasião de recurso à sentença proferida.

O entendimento doutrinário predominante é o de que, apesar da lacuna ou omissão da lei especial, os requisitos da antecipação da tutela podem ser atendidos nos Juizados Especiais, até mesmo pela inexistência de expressa vedação legal. Há verdadeira compatibilidade das normas associadas ao instituto no direito processual comum com os princípios que informam a Lei n 9.099/95.

Entretanto a lei que veio para ampliar o acesso à Justiça não é isenta de controvérsias e questionamentos, podendo ter artigos suscetíveis de dúvidas. Questiona-se se a finalidade para a qual foram instituídos se coaduna com a interpretação dispensada a seus dispositivos, se os Enunciados emitidos pelos Colégios Recursais refletem as expectativas da sociedade.

Quando os efeitos de uma futura decisão são adiantados, tem-se a tutela antecipada, com natureza de decisão interlocutória, que não se confunde com a decisão de mérito a ser proferida na sentença.

As leis que formam o ordenamento jurídico de um país são feitas com a finalidade de atender às expectativas da sociedade, entretanto incompatibilidades podem ocorrer entre o que está positivado e o que efetivamente acontece e o que é esperado.

Um dos maiores entraves a uma prestação jurisdicional satisfativa é a lentidão do sistema processual, a ausência ou deficiência de mecanismos colocados à disposição dos litigantes.

Nesta busca por um ordenamento que atenda às exigências sociais, com a Constituição de 1988, foram criadas ações, microssistemas ou uma modernização dos que já existiam. O debate gira em torno da questão de acesso à justiça e do que foi feito para efetivá-lo.

Se a finalidade da criação dos Juizados Especiais é proporcionar maior celeridade processual, culminando em um maior acesso à justiça, negar a concessão da antecipação da tutela é afrontar os princípios que regem esses órgãos, pois ocasiona restrição à eficácia da justiça e das finalidades para os quais criados.

Mesmo diante da ausência de permissão expressa, ressalta-se que vedação não há, o que fomenta a tese da viabilidade do instituto de antecipação no foro dos Juizados Especiais.

Seguindo o entendimento da maioria dos juizados do país, em abril de 2001, o 2º Encontro de Juízes de Juizados Especiais do Estado de Pernambuco aprovou, por unanimidade, a proposição nº 5, onde admite ser cabível a tutela antecipada nos juizados especiais, em caráter excepcional.

Em sede jurisprudencial, constata-se, a partir dos julgados analisados, a admissibilidade da tutela antecipada nos juizados, desde que presentes os seus requisitos.

Os juízes que não admitem a hipótese em estudo, alegam, principalmente, a ausência de recurso apropriado, por ser a tutela antecipada uma decisão interlocutória, diante da impossibilidade do agravo em sede de juizados.

É nesse contexto que se vislumbra, por parte de juízes pernambucanos, a denegação da tutela.

Constata-se, assim, que o tema necessita de estudos doutrinários e jurisprudenciais, pois o acesso ao Judiciário é garantia constitucional, que pode estar sendo prejudicada pela interpretação que alguns magistrados e Colégios Recursais vêm dispensando à tutela antecipada e aos princípios que regem os Juizados.

Destarte, a pesquisa objetiva investigar a possibilidade de utilização do instituto jurídico da tutela antecipada nos Juizados Especiais Estaduais e sua atual aplicação, através dos dados coletados, com o tratamento da doutrina nacional quanto à interpretação dada à norma omissa. Avaliar a praticidade desse instituto para a efetivação do Princípio da Celeridade, máxima dos Juizados Especiais e objetivo dos Órgãos Judiciais em geral, além de contribuir para os debates a respeito do tema e possibilitar a apresentação de uma nova perspectiva sobre a admissibilidade da tutela antecipada nos Juizados Especiais no âmbito estadual.

Metodologia

O presente trabalho utilizou a metodologia de análise e pesquisa da doutrina e jurisprudências nacionais nas bibliotecas, incluindo, também, os recursos disponíveis na internet. Foram realizadas leituras de livros e artigos de revistas especializadas que tratam da tutela antecipada e dos Juizados Especiais Estaduais, incluindo os comentários a respeito da Lei nº 9.099/95.
A jurisprudência foi coletada através de publicações dos juizados especiais e da internet. Também possui natureza empírica, consistente nas pesquisas de campo, realizadas com visitas aos Juizados Especiais Estaduais, onde os magistrados foram abordados a respeito das questões que a doutrina e a jurisprudência dispensam ao tema. Os questionamentos iniciais foram: (a) os pontos de compatibilidade ou não do instituto com a sistemática dos juizados; (b) os efeitos dessa aplicação, em caso de admissibilidade; (c) a problemática da irrecorribilidade das decisões interlocutórias; (d) o uso da reclamação; (e) o uso do agravo de instrumento; (f) a influência dos enunciados; (g) os pontos de compatibilidade ou não entre o objetivo da tutela antecipada e o princípio da celeridade; (h) presentes os requisitos do art. 273 do CPC, qual o procedimento viável para evitar o dano a um direito; (i) qual o meio utilizado para impugnar a decisão que antecipa a tutela.
No comprovar das hipóteses deste estudo, comparamos os posicionamentos doutrinários com os jurisprudenciais, bem assim com as questões dirigidas aos juízes dos Juizados Especiais Estaduais. Destarte, a metodologia empregada para a pesquisa foi documental, empírica e analógica, com o intuito de demonstrar a admissibilidade da antecipação de tutela nos Juizados Especiais Estaduais.

Resultados e Discussão

Uma visão inicial da estrutura dos Juizados Especiais Estaduais, através de suas finalidades e métodos utilizados para atingir seus objetivos, constatou que a Lei 9.099/95 conduz à questionamentos. Alguns deles advêm das lacunas existentes, como a ausência de permissão para a utilização da antecipação da tutela, um dos mecanismos ampliadores da efetiva prestação jurisdicional.
A utilização da antecipação de tutela, cuja natureza é a de decisão interlocutória, estaria prejudicada, em virtude da irrecorribilidade dessas decisões nos Juizados. O seu perfil, no ordenamento jurídico brasileiro, através da sua previsão legal no Código de Processo Civil, seu conceito e pressupostos de admissibilidade não se contrapõem à celeridade, o objetivo máximo dos Juizados.
A leitura de textos específicos sobre a possibilidade de ser aplicada a antecipação de tutela nos Juizados Estaduais proporcionou a análise de uma tendência doutrinária no sentido de ser admissível o instituto, tendo como fundamento a inexistência de incompatibilidades entre os fins pelos quais foram criados os Juizados e a antecipação de tutela.
As jurisprudências coletadas apresentaram forte inclinação pela admissibilidade, em sua maioria, fundamentadas nos requisitos do art. 273 do CPC.
A pesquisa de campo apresenta uma tendência dos magistrados pernambucanos pela inadmissibilidade da tutela antecipada, sob as alegações da falta de recurso adequado para impugná-las, uma vez que o mandado de segurança, o agravo de instrumento e a reclamação não se mostram adequados a esse fim.
Não obstante a construção doutrinária e a proposição nº 05 do Estado de Pernambuco, afirmaram os juízes consultados que haveria, caso ocorra a concessão, manobras dos advogados para ajuizar as ações com os magistrados que concedem.

Conclusões

Constata-se uma tendência doutrinária pela admissibilidade da antecipação da tutela no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, não obstante a ausência de previsão legal. A tutela antecipada

tem como objetivo uma eficaz prestação jurisdicional, que é uma das finalidades dos Juizados Especiais Estaduais, ao buscarem a ampliação do acesso ao Poder Judiciário. Vários enunciados de Colégios Recursais admitem a antecipação de tutela, com base nos princípios que norteiam os juizados. Em semelhante diapasão, fundada na segura aplicação do princípio da celeridade processual, a maior parcela da doutrina não se contrapõe à viabilidade da antecipação da tutela. As jurisprudências coletadas, em sua maioria, concluem pela a admissibilidade do instituto em sede de juizados, não havendo incompatibilidade entre os objetivos da antecipação e a sistemática dos juizados. Também constata-se que mandados de segurança estão sendo impetrados contra decisões que antecipam ou denegam a tutela antecipada. A pesquisa de campo demonstra que alguns magistrados pernambucanos ainda são contrários ao instituto, o que propicia aprofundamento das razões que alegam, haja vista o divisar da doutrina e jurisprudência ora predominantes.

Agradecimentos

A Deus, por tudo. Ao CNPQ, pelo incentivo à pesquisa no Brasil; ao PIBIC, pelo financiamento; à UNICAP, pela oportunidade e às pessoas que contribuíram com seus conhecimentos e experiências.

Referências

BARROS, Cristiane Gouveia de. **Antecipação de tutela e medidas cautelares em sede de Juizados Especiais Cíveis:** aspectos polêmicos da Lei nº 9.099, de 26.9.1995. Revista Forense. Rio de Janeiro, v. 98, n. 359, jan/fev, 2002, p. 365-370.

CAVALCANTE, Mantovanni Colares. **Recursos nos juizados especiais.** São Paulo: Dialética, 1997.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e prática dos juizados especiais cíveis:** lei 9.099/95- parte geral e parte cível- comentada artigo por artigo. 5 ed. atual. com a lei n. 10.259/2001 (Lei dos Juizados Federais), São Paulo: Saraiva, 2003.

CUNHA, J. S. Fagundes. **Recursos e impugnações nos juizados especiais cíveis.** 2 ed. Curitiba: Juruá, 1997.

JUIZADOS ESPECIAIS. **Jurisprudência cível e criminal dos primeiros colégios recursais do Estado de Pernambuco:** questões de direito processual civil nos juizados especiais cíveis e questões de direito penal e processual penal nos juizados especiais criminais. Recife: Bagaço, 2001. Tomo 1, vol. 1 e 2.

MARINONI, Luiz Guilherme. **A antecipação da tutela.** 5 ed., São Paulo: Malheiros, 1999.

_____Efetividade do processo e tutela de urgência. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1994.

VAZ, Paulo Afonso Brum. **Manual da tutela antecipada:** doutrina e jurisprudência, de acordo com as leis nº 10.352/01, 10.358/01 e 10.444/02. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2002.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela.** Saraiva: São Paulo, 1997.

DEFESA DO RÉU NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Ticiana Benevides Xavier Correia[1]; Conceição Maria Reis de Albuquerque[2]; Roberto Paulino de Albuquerque Júnior [3]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: ticianabenevides@yahoo.com.br
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: conc_alb@yahoo.com.br. Participante do Grupo de Pesquisa Sociologia do Direito.
[3]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Voluntário do PIBIC da UNICAP. E-mail: paulinos@hotlink.com.br

Resumo

De acordo com o art. 37, §6º, da Constituição de 1988, a Responsabilidade Civil do Estado pelos atos lesivos que pratica independe do concurso de culpa por parte do agente administrativo. Abre-se, então, uma problemática ainda não solucionada completamente pela doutrina e pela jurisprudência, qual seja, a das excludentes de responsabilidade aplicáveis ao Sistema da Responsabilidade Civil Estatal. É, pois, sumamente relevante a abordagem da matéria, para que se possa traçar, por conseguinte, os limites do dever de indenizar imposto pelo ordenamento jurídico ao Poder Público, e esta é a finalidade deste trabalho. Pretendemos, destarte, examinar detidamente as hipóteses de exclusão da obrigação indenizatória estatal, através do cotejo entre as hipóteses excludentes do Direito Civil Comum com os princípios que regem a responsabilidade prevista no art. 37, §6º, para chegar à conclusão de quais as causas hábeis a eximir o Estado da sujeição passiva. No intento de alcançar tal escopo, foi empreendido cuidadoso levantamento bibliográfico, assim como detida pesquisa jurisprudencial, pondo-nos a par não só das concepções teóricas acerca do tema mas também da realidade prática observada no Foro. Das reflexões a respeito do conteúdo obtido, trabalhadas a partir do método hipotético-dedutivo, chegamos à conclusão de que as excludentes admissíveis são apenas as que atuam diretamente sobre o nexo causal e, mesmo assim, tão somente o caso fortuito, a força maior e o fato da vítima.

Palavras-chave: indenização; estatal; excludentes.

Introdução

Como muito acertadamente asseverou F. C. Pontes de Miranda, o Estado, como qualquer pessoa física ou jurídica, é responsável pela indenização dos danos oriundos dos fatos ilícitos provenientes da conduta de seus agentes, por um princípio de isonomia.[1]

Ultrapassou o nosso Direito, portanto, a fase absolutista, expressa nos antigos ditos *the king can do no wrong, le roi ne peut mal faire*.[2]

Em verdade, a Responsabilidade Civil do Estado já é uma tradição de nosso Direito, consagrada nas Cartas Constitucionais de 1934, 1946, 1967 (inclusive após a emenda nº 1, de 1969).[3]

Atualmente, a matéria encontra-se regulada pelo art. 37, §6º, da Lei Maior de 1988, que preconiza a responsabilidade estatal objetiva pelos atos de seus agentes, inclusive os integrantes de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, ressalvando-se a possibilidade de regresso contra o funcionário que se tiver conduzido com culpa.

A natureza bastante específica desta responsabilidade, por se encontrar plasmada em dispositivo constitucional de dicção bastante ampla, que se mostra como uma garantia do cidadão contra o arbítrio do Estado, sempre suscitou questionamentos quanto ao seu âmbito de aplicação.

Com efeito, na Responsabilidade Civil do Estado, mais do que em qualquer outro setor da Responsabilidade Civil, avulta a necessidade de proteção da vítima, devendo o risco ser suportado por toda a sociedade, em benefício da recomposição do patrimônio material ou moral do lesado.[4]
Tendo em conta esse princípio, surge como questão doutrinária da maior importância o estabelecimento dos exatos limites da responsabilidade do Estado, afinal, a mesma não pode ser irrestrita e incondicionada, em atenção à própria isonomia proclamada por Pontes de Miranda como fundamento do dever de indenizar.
Cumpre, pois, auferir as hipóteses de exclusão da responsabilidade estatal.
Por óbvio, não se deve considerar qualquer excludente de culpabilidade, já que se trata de responsabilidade objetiva, independente de culpa. Mas quais as outras excludentes cabíveis?
A doutrina e a jurisprudência não se mostram acordes a respeito, e a investigação de tal questão jurídica constitui o cerne deste trabalho.
Pretende-se, pois, esclarecer o tema, efetuando sistematização técnica e precisa, para que se possa chegar ao elenco de situações aptas, em tese, a afastar a obrigação indenizatória do ente público, e qual o mecanismo de aplicação das mesmas.

Metodologia

Conforme já dito, lançamos mão do método hipotético-dedutivo para a realização da presente pesquisa.
De início, realizamos levantamento bibliográfico em obras generalistas de Responsabilidade Civil, de modo a consultar o sistema que preside o afastamento da responsabilidade objetiva no Direito Comum.
O passo seguinte consistiu em compulsar a doutrina que comenta a Responsabilidade Civil do Estado, para visualizar as vicissitudes de tal sistema.
Assim, cumprido o exame teórico, de suma importância, seguimos para a fase de pesquisa jurisprudencial, com o escopo de observar a interpretação usualmente emprestada pelos Pretórios aos dispositivos legais e às teses dos estudiosos.
De posse dos resultados, foi-nos possível, enfim, adquirir substrato suficiente para nos posicionarmos, chegando ao texto em seu formato final.

Resultados e Discussão

Quando da análise da Responsabilidade Civil Objetiva de forma genérica, ou seja, ainda antes de centrar nosso foco na Responsabilidade do Estado propriamente dita, verificamos que o estudo das excludentes de responsabilidade deve partir do exame dos pressupostos da obrigação indenizatória.
Afinal, os meios de exclusão agem, justamente, obstando um desses requisitos e impedindo que se complete o suporte fático da norma que prevê a indenização. Assim, quatro são os pressupostos que julgamos bastantes para gerar o dever de indenizar em responsabilidade objetiva (fato jurídico *lato sensu* ilícito, dano, nexo de causalidade, imputabilidade[5]), sendo igualmente quatro as categorias de excludentes: excludentes de ilicitude, de causalidade, de imputabilidade e excludente convencional. Não se fala, por evidente, em exclusão do dano, porque aí inexiste qualquer cogitação sobre responsabilidade.
Há que se extrair, deste panorama, a sistematização dos meios de afastamento da responsabilidade estatal, mediante a desconsideração das causas excludentes que não são compatíveis com seu sistema legal.
E de logo se vê que não podem prosperar alegações baseadas na exclusão da ilicitude. Vilson Rodrigues Alves[6] demonstra, com arrimo em disposições da própria Constituição Federal, que não são cabíveis as excludentes do ilícito, mesmo em caso de exercício regular de direito, legítima

defesa ou estado de necessidade, porque o risco deve ser repartido por toda a sociedade.
O mesmo autor demonstra que, ante o preceito cogente do art.37, § 6º, da Carta Magna, é inaceitável a exclusão convencional, mediante pactuação de cláusula de não indenizar.[7]
As excludentes de imputabilidade (alienação mental e menoridade) são de improvável configuração na responsabilidade estatal, mas é possível a configuração da alienação mental, que em tese cortaria a responsabilidade. Nesse caso, porém, é de se argumentar que a absorção do risco exige a indenização.
Resta, assim, o pressuposto da causalidade, e é nele que encontraremos a possibilidade de elidir a responsabilidade estatal, posto que, se não há relação de causa e efeito entre o fato do agente público e o dano, seria excessiva liberalidade conceder o ressarcimento à vítima.
Dessa forma, embora todos os outros pressupostos sejam grandemente flexibilizados, de modo a permitir-se a indenização mesmo quando mitigados, o liame causal, sempre que ausente, leva à desconstituição da obrigação.
Unanimemente, concorda a doutrina com a colocação do caso fortuito e força maior como causa excludente[8] da responsabilidade estatal, e, de acordo com a lição de Yussef Said Cahali,[9] que aqui acatamos, igualmente o fato da vítima lançaria por terra o direito à reparação.
Em assim sendo, poderíamos, nestes termos, resumir os resultados obtidos:

Excludentes não aceitas em sede Responsabilidade Civil do Estado	Excludentes aceitas em sede de Responsabilidade Civil do Estado
1. Excludentes de ilicitude: exercício regular de direito, legítima defesa, estado de necessidade	1. Excludentes de ilicitude: não aceitas
2. Excludentes de causalidade: culpa de terceiro	2.Excludentes de causalidade: fato da vítima, caso fortuito, força maior
3. Excludentes de imputabilidade: menoridade e alienação mental grave	3. Excludentes de imputabilidade: não têm aplicabilidade
4. Excludente convencional: cláusula de não-indenizar	4. Excludente convencional: cláusula de não indenizar: não aceito

Conclusões

Em vista dos resultados acima esquematizados, temos que, na Responsabilidade Civil do Estado, há uma necessária flexibillização dos pressupostos.
O interesse precípuo é o da indenização do particular, repartindo-se o risco por toda a sociedade.
Por isso, há sempre uma extensão na avaliação dos requisitos que compõem o suporte fático.
A conseqüência é a diminuição das causas excludentes, que deixam de ser tão pródigas quanto no Direito Comum.
Assim, não afastam o dever de indenizar as excludentes de ilicitude, de imputabilidade ou a excludente convencional.
Desse modo, somente a exclusão do nexo causal veda o dever de indenizar.
E, ainda assim, tal exclusão terá de se dar por caso fortuito, força maior ou fato da vítima.
Não se considera, portanto, o fato de terceiro como apto a quebrar o liame de causalidade, obstando a responsabilidade.
Em todo e qualquer caso em que haja, pois, fato de agente público causador de dano a particular, sem que concorra para tanto o caso fortuito, a força maior ou o fato da própria vítima, existirá a obrigação indenizatória.

Agradecimentos

Ao PIBIC, por ter disponibilizado as condições necessárias para a realização do trabalho. À Universidade Católica de Pernambuco, por fomentar a pesquisa enquanto atividade acadêmica primordial.

Referências

ALVES, Vilson Rodrigues. **Responsabilidade Civil do Estado por Atos dos Agentes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.** 1 ed. Campinas: Bookseller, vol. I, 2001.
BAPTISTA, Silvio Neves. **Teoria Geral do Dano.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade Civil do Estado.** 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
CRETELLA JUNIOR, José. **O Estado e a Obrigação de Indenizar.** 1 ed. 1998.
MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de Direito Privado. 3 ed. Rio de Janeiro: Borsoi, vol. LIII.
SERRANO JÚNIOR, Odoné. **Responsabilidade Civil do Estado por Atos Judiciais.** 1 ed. Curitiba: Juruá.

DEFESA DO RÉU NA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO CONSUMIDOR[1]

Roberto Paulino de Albuquerque Júnior[1]; Conceição Maria Reis de Albuquerque[2]; Ticiana Benevides Xavier Correia[3]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Voluntário do PIBIC da UNICAP. E-mail: paulinos@hotlink.com.br
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: conc_alb@yahoo.com.br . Participante do grupo de pesquisa: Sociologia do Direito.
[3]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: ticianabenevides@yahoo.com.br

Resumo

A Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor é, por regra geral, objetiva, ou seja, prescinde de apuração da culpa, conforme os arts. 12 e 14 da Lei nº 8.078/90. Em sua defesa, portanto, não poderá o demandado argüir a ausência de desvio de conduta para eximir-se do dever de indenizar. Desta forma, reveste-se de grande importância um estudo sistemático dos meios de exclusão da responsabilidade aplicáveis ao microssistema normativo consumerista, evitando, inclusive, a confusão doutrinária e jurisprudencial que muitas vezes se observa no trato do tema. O objetivo deste estudo é, assim, realizar essa sistematização, estudando as causas excludentes uma a uma, analisando sua aplicabilidade às relações de consumo e as questões práticas que se apresentam diante dos casos reais apreciados pelos tribunais. Para empreender tal tarefa, a metodologia utilizada foi: levantamento bibliográfico e pesquisa jurisprudencial, utilizando-se o método hipotético-dedutivo para alcançar as conclusões obtidas. Da junção das informações coletadas, extraímos que as hipóteses elencadas nos arts. 12, §3º e 14, §3º não são *numerus clausus*, defluindo, dos princípios que regem a Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor outras hipóteses, principalmente no que tange à exclusão do nexo de causalidade, como no caso fortuito e na força maior.

Palavras-chave: indenização; consumo; excludentes.

Introdução

O Direito Civil tradicional, espelhado nos diplomas legislativos que se inspiraram no Código de Napoleão, sempre associou a responsabilidade civil à idéia de culpa, como um seu pressuposto inarredável. O Código Civil Brasileiro de 1916 não foi diferente, e, muito embora contivesse alguns dispositivos objetivistas,[2] acolheu como regra geral a responsabilidade subjetiva, em seu art. 159.

A evolução da sociedade após a revolução industrial trouxe, contudo, uma maior potencialidade danosa nas relações entre os indivíduos e, por conseguinte, tornou ineficaz a teoria da culpa, que

---

[1] Projeto: Defesa do Réu na Responsabilidade Civil Objetiva. Órgão financiador: PIBIC UNICAP.

[2] LIMA, Alvino. Culpa e risco. 2. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1999, p. 176.

[3] DIAS, José de Aguiar. Da Responsabilidade Civil. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, vol. I, 1983, p.44.

nem sempre ficava clara nos acidentes, impedindo a indenização.
Foi necessário, então, proceder revisão do conceito de responsabilidade,[3] posto que, *"Ao aparecimento de novos danos, causados por circunstâncias ou inventos novos, deve corresponder nova regra jurídica."*[4]
Assim, surgiu a responsabilidade objetiva, baseada na teoria do risco, ou seja, de que todos devem suportar os ônus do risco criado pela vida moderna, privilegiando a proteção dos direitos da vítima.
E tal fundamento da Responsabilidade Civil foi acolhido expressamente em sede de Direito do Consumidor, através de dispositivos expressos na Lei 8.078/90 (arts. 12 e 14).
Porém, é certo que a exclusão do pressuposto culpa acabou por redesenhar as hipóteses de defesa do demandado, que não poderá argüir a correção de sua conduta para furtar-se ao dever de indenizar.
De outra parte, é de se ver que o próprio Código do Consumidor previu, *expressis verbis*, hipóteses restritas de exclusão de responsabilidade (art. 12, §3º, e art. 14, §3º).
Deste modo, é comum observar, tanto em doutrina, como em jurisprudência, divergências doutrinárias acerca de quais as excludentes cabíveis no sistema do Código, e até onde elas se aplicariam.
Este trabalho se destina, destarte, a revolver a controvérsia posta e sistematizar, de forma tecnicamente precisa, os meios de afastamento da responsabilidade civil no Direito do Consumidor, analisando quais as excludentes que efetivamente podem ser manejadas pela parte demandada em seu favor, e quais os efeitos que produzem.

Metodologia

No desenvolvimento do presente estudo, utilizamos o método hipotético-dedutivo.
Num primeiro momento, efetuamos a pesquisa bibliográfica, consultando a doutrina que analisa a Responsabilidade Civil em geral, para firmar de forma abstrata o regramento da exclusão da responsabilidade objetiva.
Em seguida, iniciamos a segunda fase do levantamento bibliográfico, já em contato com as obras especificamente dedicadas ao Direito do Consumidor, para identificar as peculiaridades inerentes a tal microssistema.
Encerrada a análise doutrinária, passamos a compulsar a jurisprudência, para observar como as hipóteses de afastamento do dever de indenizar são manejadas, na prática, por nossos Tribunais.
Ao fim, pudemos, articulando todo o material reunido, firmar nossas próprias conclusões acerca da matéria e redigir o texto final do trabalho.

Resultados e Discussão

No curso de nossa pesquisa, chegamos à conclusão de que, para obter resultados tecnicamente precisos no exame dos meios excludentes de responsabilidade civil, fundamental é estudar detalhadamente os pressupostos geradores do dever de indenizar, e dividir as causas de exclusão conforme o pressuposto sobre o qual incidem, obstando o nascimento da obrigação.
Assim, ao nosso ver, apoiando-nos na exposição de Silvio Neves Baptista,[5] quatro são os pressupostos da responsabilidade objetiva: fato jurídico *lato sensu* ilícito (visto que só

[4] MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de Direito Privado. 3 ed. Rio de Janeiro, Borsoi, vol. LIV, 1972, p. 80-81.
[5] Teoria Geral do Dano. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 65.

excepcionalmente os atos lícitos geram o dever de indenizar), dano, nexo de causalidade entre o fato e o dano e imputabilidade.

As excludentes, assim, terão de ser forçosamente divididas em excludentes de ilicitude, causalidade e imputabilidade, além da exclusão por convenção entre as partes. De acordo com a lição de Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka,[6] as excludentes de ilicitude são: anuência da vítima, exercício regular de direito, legítima defesa, estado de necessidade; excludentes de causalidade: culpa da vítima, culpa de terceiro, caso fortuito, força maior; excludentes de imputabilidade: menoridade e alienação mental grave; e a excludente convencional, a chamada cláusula de não-indenizar.

Resta, então, ver quais desses meios se aplicam, e quais não, ao microssistema da Lei 8.078/90. O próprio diploma legislativo que regula as relações de consumo prevê, em seu art. 12, § 3º e 14, § 3º, que o fornecedor se exime do dever de indenizar se provar: (a) que não colocou o produto no mercado; (b) que não há defeito; (c) que a culpa é exclusiva do consumidor e de terceiro.

Há autores que negam, terminantemente, quaisquer excludentes além das arroladas no preceito legal, que seria *numerus clausus*. Neste sentido, Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Andrade Nery,[7] para quem nem mesmo o caso fortuito ou a força maior seriam capazes de afastar a obrigação.

Entendemos, porém, que a questão deve ser posta nos mesmos termos utilizados para a análise da responsabilidade de direito comum, ou seja, através dos pressupostos de formação.

Assim, como a ilicitude é presumida pela colocação do produto no mercado, só a prova de que esta não ocorreu a excluiria (não se trata de corte na causalidade, portanto); as excludentes de causalidade se aplicam plenamente, porque o nexo causal é pressuposto da responsabilidade em relação de consumo, e isso inclui caso fortuito e força maior[8]; as excludentes de imputabilidade são de mais difícil comprovação, mas não se desconsideram de plano, já que, uma vez provadas, impedem a indenização; e, por fim, a excludente convencional é vedada, ao talante do art. 51 da Lei, sendo permitida apenas parcialmente, em situações excepcionalíssimas.

Podemos resumir os resultados na Tabela 1.

Tabela 1 Resumo dos resultados obtidos

Excludentes de Responsabilidade Objetiva no Direito Comum	Excludentes de Responsabilidade no Direito do Consumidor
1. Excludentes de ilicitude: anuência da vítima, exercício regular de direito, legítima defesa, estado de necessidade	1. Excludente de ilicitude: não-colocação do produto no mercado
2. Excludentes de causalidade: culpa da vítima, culpa de terceiro, caso fortuito, força maior	2. Excludentes de causalidade: culpa do consumidor, culpa de terceiro, inexistência de defeito do produto ou serviço, caso fortuito, força maior
3. Excludentes de imputabilidade: menoridade e alienação mental grave	3. Excludentes de imputabilidade: menoridade e alienação mental grave
4. Excludente convencional: cláusula de não-indenizar	4. Excludente convencional: cláusula de não-indenizar (com eficácia parcial, em casos excepcionalíssimos)

[6] Direito Civil: Estudos. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 256 *et seq*.

[7] Código de Processo Civil Comentado. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 1.058.

[8] SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Consumidor. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 291.

Conclusões

Dos resultados alcançados, conclui-se que as causas de exclusão da responsabilidade em relação de consumo não estão adstritas ao disposto nos arts. 12, §3º, e 14, §3º, do Código. Impõe-se o estudo da Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor sem restrições decorrentes de exegese literal da lei.

Assim, é imperioso retornar aos preceitos do Direito Comum e deles partir para retirar o que for incompatível com a *Lex Specialis*.

Diante dessas considerações, não se aplicam excludentes que visam cortar pressupostos desnecessários ou diferentemente interpretados no Código de Defesa e Proteção do Consumidor. Por exemplo, as diversas causas de exclusão de ilicitude não incidem. Isto porque a ilicitude é presumida pela colocação do produto no mercado, e só a prova em contrário a vedará.

De outra parte, não há por que deixar de considerar excludentes que atingem a causalidade, pressuposto imprescindível. Neste sentido, o caso fortuito e a força maior, contra a opinião de parte da doutrina.

Agradecimentos

Ao PIBIC, que nos concedeu as condições para realizar a pesquisa. À Universidade Católica de Pernambuco, pelo estímulo à produção intelectual.

Referências

BAPTISTA, Silvio Neves. **Teoria Geral do Dano**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, vol. I, 1983.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito Civil**: Estudos. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

LIMA, Alvino. **Culpa e risco**. 2. ed. São Paulo: Revista dos tribunais.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. 3 ed. Rio de Janeiro, Borsoi, vol. LIV, 1972.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Consumidor**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DEFINIÇÃO DOS LIMITES DOS SISTEMAS DA PRODUÇÃO DOS PRODUTOS COM BASE CIMENTO

Eric Cavalcante Miranda[1]; Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira[2].

[1]Estudante do curso de Engenharia Civil, do Departamento de Engenharia Civil, do Centro de Ciência e Tecnologia;
[2]Professora do Departamento de Engenharia Civil, do Centro de Ciência e Tecnologia participante do grupo de pesquisa Construção Civil e Análise Estrutural.
E-mail: eric-pb@uol.com.br e mgvxf@unicap.com.br respectivamente.

Resumo

O objetivo desta pesquisa, ainda em andamento, é obter uma caracterização dos produtos derivados do cimento, inclusive seu perfil meio ambiental no âmbito específico brasileiro, mediante a aplicação da metodologia da Análise do Ciclo de Vida (ACV). As obras de engenharia civil causam, inevitavelmente, impactos aos ambientes social, cultural, econômico, físico, biótico...Eles variam largamente, inclusive de intensidade, e resultam da implantação da obra, seu uso e manutenção, aquisição de materiais e descarte dos rejeitos. Em razão da complexidade envolvida nesses sistemas é que se propõe a aplicação da ferramenta denominada Análise de Ciclo de Vida. Essa parece ser uma maneira eficiente de produzir os dados indispensáveis para entendê-los e neles intervir de forma proveitosa. Estudar o cimento *portland* é de fundamental importância, uma vez que é o material de construção mais usado no mundo e em razão da carga que impõe ao ambiente. A aplicação da referida técnica tem se mostrado bastante promissora, no sentido de contribuir para a gestão da construção civil, em especial do cimento *portland* e de seus derivados.

Palavras-chave: Análise do Ciclo de Vida; impactos ambientais da construção civil; cimento *Portland*; materiais de construção.

Introdução

No início da industrialização, os problemas ambientais eram de pequena dimensão, pois a população era pouco concentrada e a produção era de baixa escala. As exigências ambientais eram mínimas e o símbolo do progresso, veiculado nas propagandas de algumas indústrias, era fumaça saindo das chaminés. Mudanças começaram a ocorrer a partir do agravamento dos problemas ambientais, por volta dos anos 70, gerando um nível crescente de exigências, reclamando respostas do setor industrial ao novo desafio.

A preocupação existente com relação ao meio ambiente tem sido crescente e já resultou na organização pela ONU (Organização das Nações Unidas) de conferências mundiais para tratar do assunto, estabelecendo metas e prazos a serem cumpridos pelos países poluidores.

A indústria da construção civil certamente é uma das que contribui para mudanças ambientais de diferentes magnitudes.

No que respeita ao meio físico e ao biótico, a obra de engenharia civil modifica-os em graus variados com a sua implantação, com o seu uso, com a sua demolição e com a disponibilização dos materiais exigidos para a sua execução, manutenção e transformação. É, portanto, um cenário de extrema complexidade, por envolver a dinâmica da hidrosfera, da litosfera (solos, sedimentos, minerais e rochas), da biosfera, da atmosfera... Fica posta, portanto, a questão ambiental, neste trabalho envolvendo apenas o físico e o biótico e, conseqüentemente, o desafio do desenvolvimento sustentável.

Na tentativa de disponibilizar dados para que se possa identificar e entender todas as variáveis envolvidas nesta teia, possibilitando uma intervenção de qualidade, é propõe-se a aplicação da técnica de Análise de Ciclo de Vida (Carvalho Filho, 2001). Segundo a definição datada de 1990 da SETAC (The Society of Environmental Toxicology and Chemistry- http://www.setac.org/), "Um processo objetivo para avaliar os impactos ambientais associados a um produto, processo ou atividade, através da identificação da energia e dos materiais usados e emissões liberadas para o ambiente e avaliar e implementar oportunidades de melhorias ambientais".

O cimento *portland* é o material de construção mais usado no mundo e é parte integrante do concreto em suas diferentes modalidades. Segundo a WBCSD (World Business Council for Sustainable Development) – CSI (Cement Sustainability Industry), http://www.wbcsdcement.org/about_cement.asp), usam-se duas vezes mais concreto do que todos os outros materiais juntos, perfazendo quase uma tonelada/habitante/ano. Por essa razão é imprescindível o estudo das relações cimento-concreto/ambiente.

É este, pois, o objetivo do presente trabalho: aplicar o método Análise de Ciclo de Vida ao cimento *portland* e aos produtos dele derivados.

Metodologia

Os métodos usados para se atingirem os objetivos da presente pesquisa são:

revisão bibliográfica – realização de uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de meio ambiente; principais questões ambientais; contribuição da indústria de cimento e dos produtos com base de cimento ao agravamento desses problemas, em especial do efeito estufa; conceito e evolução da ferramenta de gestão ambiental Análise do Ciclo de Vida;

visitas técnicas – paralelamente, estão sendo levadas a efeito visitas técnicas para coleta dos dados necessários. A primeira indústria visitada foi uma fábrica de cimento para que se observasse o processo de fabricação e o controle das emissões e também fábricas de pré-moldados, onde foram acompanhados os processos de fabricação e aplicados questionários-piloto. Os resultados desses questionários, depois de avaliados, deverão subsidiar a elaboração dos questionários definitivos.

Resultados e Discussão

Produz-se, anualmente, em âmbito global, de acordo com a WBCSD (World Business Council for Sustainable Development) – CSI (Cement Sustainability Initiative), http://www.wbcsdcement.org/about_cement.asp, 1,56 bilhão de toneladas métricas de cimento *portland*, o que equivale a dizer que se lança na atmosfera quantidade equivalente de dióxido de carbono (CO_2), um dos principais responsáveis, juntamente com metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorocarbono (HFC), perfluorocarbono (HFC) e hexafluoreto de enxofre (SF_6), pelo agravamento do efeito estufa, talvez o mais grave, em escala global, dos problemas ambientais da atualidade.

Na fabricação de uma tonelada de cimento *portland*, consomem-se em matéria prima:1330 kg de calcário (Ca), 330 kg de argila ou folhelho (Si, AI e Fe), 40 kg de gesso e libera-se a mesma quantidade de CO_2 para a atmosfera (uma tonelada).

É necessário, também, energia para aquisição e transporte da matéria-prima para as fábricas formarem o clínquer, moê-lo e transportá-lo para o comércio e para a obra, em pó ou sob a forma de concreto.

Uma vez que o cimento, ao contrário de muitos outros materiais, não é usado sozinho, é indispensável que seja levado em consideração todo o impacto resultante da aquisição dos outros componentes.

A tabela 1 mostra, de forma esquemática, os usos do cimento *Portland* e outros produtos a ele adicionados.

Tabela 1. **CIMENTO *PORTLAND* E COMPONENTES A ELE ADICIONADOS**	
USOS	**COMPONENTES**
Pasta	cimento + água
Argamassa	cimento + água + areia
Concreto	cimento + água + areia + brita
Concreto de alto desempenho	cimento + areia + brita + componentes variados
Pré-moldados	cimento + componente

Já na tabela 2, estão apontadas, de forma esquemática, as fases do Ciclo de Vida do Cimento *Portland* e os principais impactos a elas relacionados.

Tabela 2. Fases do ciclo de vida do cimento *portland* e os possíveis impactos a elas relacionados

FASES	IMPACTOS
Aquisição da matéria-prima (mineração)	• **Cenário (paisagem)** • **Queima de combustível fóssil – transporte (emissão de CO_2)** • **Emissão de material particulado** • **Ruído** • **Consumo e contaminação da água**
Fabricação Do cimento	• **Locais: (material particulado, gases, ruído...)** • **Regionais: (impactos resultantes da produção de energia, liberação de materiais particulados, gases...)** • **Globais: emissão de CO_2**
Uso do Cimento	• **Mineração dos outros componentes indispensáveis ao uso do cimento e todos os impactos a ela relacionados** • **Consumo de água** • **Cenário (paisagem)** • **Queima de combustível fóssil no transporte, preparação e entrega do concreto** • **Ruído** • **Contaminação de água, solo e atmosfera...**
Descarte	• **Transporte (ruído, emissão de gases...)** • **Impactos químicos (contaminação da água e do solo pela dissolução)** • **Impactos físicos (modificação da drenagem...)**

Em relação às visitas técnicas às fabricas de cimento e de pré-moldados, o que se pôde observar é que o controle que vem sendo feito sobre os impactos é em âmbito local, em relação à emissão de material particulado.

Conclusões

Constata-se que não há como pensar em obras de engenharia civil sem considerar os impactos aos ambientes social, econômico, físico, biótico, uma vez que esta é a sua premissa: transformar. Esses impactos podem ser positivos ou negativos. Os negativos podem ser evitados, mitigados ou compensados. Vê-se que a Análise do Ciclo de Vida do cimento *portland* pode trazer subsídios importantes para uma melhor gestão ambiental da construção civil, que pode ser estendida aos materiais de construção em geral.
Em relação ao método propriamente dito, deve ampliar a análise até propor mecanismos de reintegração dos materiais ao ciclo produtivo, e não apenas do “berço a tumba”.

Agradecimentos

A UNICAP, por ter concedido bolsa; às empresas, pelas visitas e entrevistas.

Referências

Carvalho Filho, A.C.. **Analisis del Ciclo de Vida de productos derivados del cimento**: aportaciones al análisis del Ciclo de Vida del cimento. Barcelona, España.2001.

Cement Sustainabifity Initiative. Disponível em:http://www.wbcsdcement.org/about - cement.asp, acessado em 20/04/03; 07/08/03; 20/11/03

The Society of Environmental Toxicology and Chemistry. Disponível em:

http://www.setac.org/ acessado em 23/03/03; 06/06/03; 25/11/03

World Business Council for Sustainable Development. Disponível em:

http://www.wbcsd.org/plugins/mywbcsd/ acessado em 23/03/03; 06/06/03; 25/11/03

DEGRADAÇÃO E REMOÇÃO DE HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS POLICÍCLICOS (DERIVADOS DO PETRÓLEO) POR FUNGOS DA ORDEM MUCORALES.

Fabíola Carolina Gomes de Almeida[1]; Galba Maria de Campos Takaki[2]

[1]Estudante do Curso Licenciatura Plena em Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia da UNICAP; [2]Professora do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia, Líder do Grupo de Pesquisa de Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular. E-mail: takaki@unicap.br

Resumo

Os microrganismos têm sido amplamente utilizados no tratamento de poluentes de solos e sedimentos contaminados por produtos petrolíferos, por serem capazes de oxidar, degradar e biotransformar vários compostos xenobióticos. Neste projeto, está sendo estudado o potencial biotecnológico de *Cunninghamella elegans* UCP596 na utilização/degradação do óleo diesel. Os estudos prévios realizados com crescimento e características morfofisiológicas de *C. elegans* indicaram o meio Hesseltine & Anderson, através de um planejamento fracionário de nível 2. Os resultados obtidos demonstraram a habilidade de *C. elegans* em tolerar as modificações dos componentes químicos dos meios associados à temperatura, apresentando ótimo crescimento nas condições estudadas. Os componentes químicos do meio, como asparagina e fosfato de potássio produziram efeitos negativo sobre o crescimento do microrganismo, sugerindo, assim, que não houve nenhuma interação entre as variáveis estudadas. Em seguida, através do método de "pour plate" foram obtidas oito linhagens de *C. elegans* para realização do teste de utilização/degradação do óleo diesel (derivado do petróleo), em diferentes concentrações e meios de cultivo, utilizando como indicador o vermelho fenol. Os resultados desse teste indicaram a mudança de coloração dos meios de cultura Sabouraud Dextrose Agar e Hesseltine & Anderson, ambos sem glicose, evidenciando alteração do pH, com possível utilização do substrato (diesel) como fonte de carbono.

Palavra-chave: *Cunninghamella elegans*; diesel; utilização/degradação.

Introdução

Cunninghamella elegans pertence à classe Zygomycetes, Ordem Mucorales, caracterizada por espécies saprofíticas, parasitas facultativos de animais, como também parasitas obrigatórios de animais, inclusive o homem, de vegetais, inclusive de outros Zygomycetes (ALEXOPOULOS *et al*. 1996). São microrganismo que apresentam grande potencial econômico e industrial como também rápido desenvolvimento e habilidade de adaptação a diferentes condições ambientais. A grande adaptabilidade ambiental resulta na variação em suas atividades fisiológicas, bioquímicas, genéticas, bem como morfológicas, sendo considerado pela literatura como modelo para a compreensão do comportamento celular, com vistas à identificação de mecanismos específicos de desenvolvimento, maturação, diferenciação e sobrevivência (KATHIRESAN, 2000). Sabe-se que o petróleo é uma fonte energética muito importante para o mundo. Os derramamentos de petróleo e derivados, são um fator que tem preocupado a população e os meios científicos, tendo em vista a necessidade de controle da poluição ambiental. Os componentes do petróleo que são solúveis em água exercem um efeito tóxico nos organismos marinho e terrestre. No solo, ele se espalha pela superfície, sendo sujeito a várias modificações, alterando assim sua composição com o passar do tempo (HARAYAMA,1997). Atualmente, a biorremediação tem

sido um método muito utilizado para avaliar contaminações no meio ambiente, portanto, mais adequado para manutenção do equilíbrio ecológico. Os microrganismos que são utilizados nos processos de biorremediação,em especial a *C. elegans* por apresentarem capacidade de degradar substratos insolúveis em água como hidrocarbonetos sólidos e líquidos, gorduras óleos e graxas, auxiliando na despoluição (GHAZALI *et al*. 2004). O presente trabalho teve como objetivo avaliar o potencial microbiológico e bioquímico de *Cunninghamella elegans* UCP 596, na utilização/degradação de óleo diesel, derivado do petróleo.

Metodologia

Microrganismo: a amostra de *Cunninghamella elegans* UCP596 utilizada foi isolada de sedimento de mangue do município de Rio Formoso-PE e está depositada no banco de cultura da Universidade Católica de Pernambuco.

Condições culturais: foram utilizados os meios de cultura para manutenção Sabouraud Dextrose Ágar [peptona 10g; glicose 20g; ágar 15g; água destilada1000mL, pH 8]; para esporulação Sabouraud/sacarose (SAB/SAC), modificado por Ambrósio, Campos-Takaki, (2004) [peptona 10g; sacarose 20g; ágar 15g; água destilada 1000ml, pH 8] e para avaliar o crescimento Hesseltine & Anderson (1957) [glicose 40g; asparagina 2g; fosfato de potássio monobásico 0,5g; sulfato de magnésio 0,25g; tiamina 0,00050g; ágar 15g água destilada 1000mL, pH 5,12]. Os componentes dos meios de cultura foram liquefeitos, esterilizados em autoclave a 121°C por 20 minutos.

A obtenção de cultura monospórica foi realizada utilizando-se o meio sólido Sabouraud Dextrose Ágar em placas de Petri para isolamento das linhagens de *C.elegans* através de método de "paur plate" , a partir de uma suspensão de 10^3 esporos/ml, com 72 horas de crescimento.

Os esporos das oito linhagens de *C. elegans* foram transferidos para placas de petri, contendo o meio sólido Sabouraud/Sacarose, incubadas à temperatura de 28ºC, por 3 dias, a fim de se obter uma cultura jovem. Discos de 5 mm de diâmetro foram cortados da cultura jovem e transferidos para placas de Petri contendo os meios estabelecidos (Sabouraud Dextrose Agar; Sabouraud Sacarose e Hesseltine & Anderson), na presença e ou ausência de glicose foram acrescentadas de diferentes concentrações de diesel, e como indicador vermelho fenol a 0,003%, para utilização/ degradação pelas linhagens de *C. elegans*, segundo Teixeira, Matsuura (2000), modificado. As placas foram incubadas à temperatura de 28ºC durante 96horas.

Planejamento fatorial fracionário: os experimentos foram realizados utilizando-se dois planejamentos fatoriais fracionários 2^{5-1} com 4 pontos centrais para analisar os principais efeitos e interações das variáveis temperatura, pH, concentração de glicose, asparagina e fosfato de potássio do meio de cultura Hesseltine & Anderson sobre o crescimento radial de *C. elegans* durante 24, 48, 72 e 96 horas. Em seguida, foram estabelecidas análises estatísticas do crescimento de *C.elegans* apenas do segundo parâmetro das variáveis independentes do planejamento fracionário de nível 2, utilizando o programa STATISTICA versão 6.0 da Statsoft, USA.

Resultados e Discussão

Com os resultados obtidos pelo planejamento fatorial fracionário de nível 2, observaram-se alterações no crescimento de *C. elegans* mediadas pelas modificações dos componentes energéticos dos meios de cultura, associados às temperaturas utilizadas. No primeiro planejamento, as maiores alterações apresentadas foram observadas nas temperaturas de 28°C e 42°C. Na temperatura de 28ºC, observaram-se alterações no crescimento de *C. elegans* experimento nº 5. No segundo planejamento, as alterações só foram observadas na temperatura de 42ºC, nos experimentos de n° 10 11,12 e 13, cujos crescimentos foram de 8,5cm de diâmetro. Verificou-se que as modificações estabelecidas no meio para os planejamentos fracionários aplicados não causaram grandes inibições no crescimento de *C.elegans*.

A cultura monospórica de *C. elegans* resultou em oito linhagens denominadas de 1A, 1B, 1C,

2A, 2B, 3A, 3B, 3C , as quais foram submetidas ao crescimento em diferentes concentrações de óleo diesel e meios de cultura. Apresentou maior crescimento 5,5cm de diâmetro nos meios Sabouraud/ Sacarose com concentração de 0,1ml de diesel e Sabouraud Dextrose Ágar com concentração de óleo diesel (0,5ml e 1ml), respectivamente. As linhagens de *C. elegans* apresentaram habilidade de utilização/degradação nos meios Sabouraud Dextrose Agar e Hesseltine & Anderson sem glicose adicionada de diesel (0,1 -0,5 e 1,0ml). Todas as oito linhagens de *C. elegans* apresentaram halos de atividade degradativa de 6 –9cm, destacando-se as linhagens 3B, 3C, e 3A, respectivamente, com os maiores halos (Tabela 1).

Tabela 1 - Resultado da habilidade de utilização/degradação do óleo diesel pelas linhagens de *Cunninghamella elegans*.

Linhagens de *C. elegans*	1A	1B	1C	A	2B	3A	3B	3C
H&A s/g + Diesel 0,1mL	5	6	5	5	6	5	5	5
SAB s/g+ Diesel 0,1mL	**7,5**	**7,5**	**7,5**	6	7	**8**	**9**	**8,5**
H&A s/g + Diesel 0,5mL	5,5	5	4,5	4,5	5	5	4	5
SAB s/g+ Diesel 0,5mL	6	6	5,5	5,5	7	7	**8**	**7,5**
H&A s/g + Diesel 1,0mL	5	5	4	5,5	5	5,5	4,5	4,5
SAB s/g+ Diesel 1,0mL	6	5,5	6	5	5	6	7	**8**

Conclusões

Com os resultados obtidos com *Cunninghamella elegans*, conclui – se:

- a análise utilizando planejamento fracionário indica que a redução dos componentes químicos, reduz o crescimento de *C.elegans*;
- o microrganismo é capaz de tolerar as alterações da composição de meio associada à temperatura.;
- as oito linhagens de *C. elegans* apresentaram crescimento em todos os meios utilizados quando adicionados de óleo diesel em diferentes concentrações, destacando-se o melhor crescimento na concentração de 0,1 mL do substrato;
- nos testes de utilização/degradação do óleo diesel, as linhagens de *C. elegans* apresentam uma grande habilidade nos meios de Hesseltine & Anderson e Sabouraud Dextrose Agar, sem glicose nas diversas concentrações do substrato;
- nos meios de cultura suplementados com glicose, as linhagens não mostram utilização/ degradação; Hesseltine & Anderson, Sabouraud Dextrose Agar sem glicose e Sabouraud/ Sacarose quanto adicionados de óleo diesel não ocorreu utilização/degradação pelas linhagens de *C.elegans*.

Agradecimentos
CNPq, FINEP- CTPETRO e UNICAP.

Referências

ALEXOPOULOS, C. J. ; MIMS, C. M. ; BLACK, W. **Introductory Mycology**, 4 ed, New York; John Wiley 8 Sans,Ine 1996.

AMBROSIO, S. T.; CAMPOS–TAKAKI, G.M. Decolorization of reactive azo dyes by *Cunninghamlla elegans* UCP 542 under cometabolic conditions. **Bioresource Technology**, v. 91 n.1, p. 69-75. 2004.

HARAYMA, S. Polycyclic aromatic hydrocarbons bioremediation desing. **Environmental biotechnology,** v. 8, p. 268-273. 1997.

HESSELTINE, C. W.; ANDERSON, R. F. Microbiological production of caractenoides.1. Zygospores and carotene production by intraespecific and interespecific crosses of choanephoraceae in liquid media. **Mycologia**, v.49,p.449-452, 1957.

KATHIRESAN, K. A review of studies on pichavaram mangrove, Southeast Índia. **Hydrobiologia,** v. 430, p. 185 – 205, 2000.

GHAZALI , M. F.; RAHMAN, R. N. Z.A.; SALLEH, A.B.; BASRI, M. Biodegradation of hydrocarbons in soil by microbial consortium **Journal of International Biodeterioration & Biodegradation**, v.54, p.61-67, 2004.

TEIXEIRA, M. A. F. S; MATSUURA, A. B. J. Biodegradação de petróleo por Fungos isolados da borra oleosa da região de Urucu. **Encontro Nacional de Microbiologia Ambiental**, 8, 2000.

DESAFIOS E DILEMAS DO CATOLICISMO NO CONTEXTO URBANO DO RECIFE[1]

Christiano Vasconcelos Diniz[1]; Sérgio Sezino Douets Vasconcelos[2]

[1] Estudante do Curso de Bacharelado em Teologia do Departamento de Teologia e Ciências da Religião do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião, do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: douets@unicap.br. Participante do Grupo de Pesquisa Fé e Cultura Urbana.

Resumo

A partir da pesquisa religiosa feita pelo CERIS, em 2002, sobre a situação do catolicismo no Brasil, e motivado pelo estudo do Departamento de Teologia e Ciências da Religião sobre a temática "Fé e Cultura Urbana", sentiu-se a necessidade de destacar os dados sobre a cidade do Recife, identificando os contornos característicos da vivência do catolicismo em seu contexto urbano.

O objetivo geral desta pesquisa é, a partir da pesquisa feita pelo CERIS, analisar os dados referentes à cidade do Recife, buscando delinear os contornos característicos da vivência do catolicismo no contexto urbano e pós-moderno que a caracteriza e a partir daí, conhecer a problemática da cultura religiosa urbana do Recife e analisar algumas tendências que estão,cada vez mais, manifestando-se experiência religiosa pós-moderna.

Palavras-chave: tologia urbana, pastoral urbana, missiologia, identidade religiosa e cultura pós-moderna.

Introdução

Inúmeros estudos e pesquisas têm demonstrado, nos últimos tempos, uma tendência: muitas pessoas se definem como sendo "religiosas", porém apresentam uma compreensão cada vez mais difusa do conteúdo em que acreditam. Uma visão-de-mundo cada vez mais individualizada vem-se apresentando como um dos maiores desafios para o cristianismo nos últimos tempos. Conseqüentemente, há uma tendência cada vez mais acentuada de um novo fenômeno, no qual, cada um organiza a sua fé pessoal, construindo, assim, a sua religião pessoal.

O Brasil está provavelmente concluindo seu processo migratório, tendo-se tornado, nos últimos cinqüenta anos, de um país culturalmente de características rurais, para um país de cultura urbana, marcada pelas características da modernidade, que se apresenta como o palco da pluralidade. Um espaço aberto com as mais variadas "ofertas de sentido" para os indivíduos. Neste novo cenário, o cristianismo apresenta-se como uma oferta entre as outras no "mercado religioso".

Atualmente, cada vez mais, pode-se observar, em todas as dimensões da vida, o desejo das pessoas em determinarem o seu próprio caminho e escolherem a própria direção de suas vidas. Antigamente, a família, a escola, o Estado, a Igreja tiveram uma grande influência na

[1] **Projeto:** Construção da identidade religiosa na cultura pós-moderna. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco

determinação dos valores e, conseqüentemente, nas escolhas feitas pelos indivíduos. A escolha tem-se manifestado como algo cada vez mais pessoal e decisivo na afirmação da liberdade. Cada indivíduo busca fazer as suas próprias escolhas a partir das mais variadas ofertas de sentido. O critério da escolha será cada vez mais a sua experiência pessoal, aquilo que vai dando sentido a sua própria existência. Não é mais sozinha a Tradição e a socialização que fundamentam a convicção religiosa de uma pessoa, mas sim, muito provavelmente, a comparação das ofertas religiosas a partir das suas necessidades individuais.

Uma outra característica dessa nova situação é uma descrença cada vez maior nas instituições religiosas tradicionais. Não é fato novo nos ambientes universitários escutar-se a afirmação de um "sim" a Deus (independente da visão que cada um possa ter dessa realidade), mas uma desconfiança cada vez maior nas instituições religiosas tradicionais, principalmente das cristãs. Entre os jovens, encontram-se, cada vez mais, sinais de distância e rejeição, principalmente quando as instituições religiosas tentam prescrever fixamente o que eles têm a crer e fazer. Tem crescido, cada vez mais, uma geração entre os jovens que não teve praticamente nenhuma socialização religiosa e que tende a crescer na nossa sociedade. Há de fato o surgimento de uma geração "pós-cristã".

Há uma forte tendência de busca de construção de sentido pessoal e coletivo para a sua existência e a construção de sua identidade religiosa a partir de fragmentos de diferentes sistemas religiosos, tendo como critério fundamental de escolha as suas vivências existenciais, mesmo com as ambivalências que as constituem, não deixa de ser um passo qualitativo na construção da autonomia humana que não se deixa mais guiar por regras prefixadas que pouco ou nada lhes falam existencialmente. Não deixa de ser uma experiência de emancipação frente às formas religiosas burocratizadas.

Metodologia

A modalidade metodológica da pesquisa teve um caráter bibliográfico e interpretativo. Constou de leitura, sistematização e análise de livros, textos e ensaios que puderam proporcionar a fundamentação teórica do tema pesquisado.

Resultados e Discussão

Observamos, na apresentação dos dados referentes às crenças religiosas dos entrevistados obtidos pelo CERIS, essa pluralidade revelada na Cidade do Recife. Os percentuais obtidos de católicos, de antemão, fazem perceber que a crença que confirma o catolicismo institucional apresenta um percentual abaixo da metade dos entrevistados (45,5%). Quanto à pluralidade, a crença em Deus sem pertença religiosa é de 30,7%. Esse tipo de religiosidade individualizada mostra a perda da influência do catolicismo, apresentando uma reinvenção do sincretismo brasileiro, mais centrado no indivíduo. Além disso, cresce o número de adeptos das religiões afro-brasileiras (3,3%), que no Recife, ocupa a segunda colocação. O espiritismo, também está em crescimento (15,1%).

Na região metropolitana do Recife, apenas 17,5% dos católicos responderam afirmativamente se freqüentam a cultos de outras religiões. É o menor índice dentre as regiões pesquisadas. Dentre eles, 41,6% demonstraram maior predisposição para a freqüência assídua. E 30,3% mostraram-se mais simpáticos quanto ao uso de símbolos de outras culturas. Na liturgia, concomitante, o Recife apresenta o maior índice de indiferentismo quanto a essa opção e a segunda maior percentagem de discordância (29,0%) em relação ao Brasil.

O alto índice entre os católicos que não freqüentam outras religiões ajuda a perceber a complexidade da análise do sincretismo.

Vimos que os católicos parecem mais enfáticos em afirmar que freqüentam sua própria Igreja, mas quando observamos a assiduidade, o quadro se inverte de maneira desfavorável ao

catolicismo. Aproximadamente, 44% demonstraram assiduidade ou mantêm um vínculo mais estreito com a religião. A freqüência à Igreja ou a atividades religiosas varia entre a diária (4,3%) e semanal (39,4%). Já 36% dos católicos possuem uma freqüência esporádica, indo aos espaços religiosos a cada 15 dias, mensalmente ou anualmente. Por medidas pastorais, a Igreja Católica deverá tomar em conta que a assiduidade pode ser um forte elemento para avaliar o nível de comprometimento do fiel com a instituição, mas não o único. A menor freqüência, de 36%, pode também estar relacionada com a condição da vida moderna, sobretudo nos centros urbanos. Nesses espaços, em função da luta pela sobrevivência, as pessoas dispõem cada vez menos de tempo para realizarem suas atividades. Considerando-se ainda que os entrevistados da pesquisa são, em sua maioria, jovens e de baixo nível socioeconômico, a situação de luta por melhores condições de vida pode dificultar a freqüência mais assídua à Igreja ou práticas religiosas que exijam mais tempo e dedicação.

Percebemos que apenas 34,4% dos que afirmaram freqüentar a Igreja são assíduos às celebrações e/ou às atividades realizadas. Enquanto 30,5% dos recifenses são menos assíduos, freqüentando os espaços religiosos uma única vez a cada 15 dias, ou uma vez por mês ou uma vez ao ano. Índices ligeiramente próximos. Já 38,2% dos não-católicos declararam que são assíduos à sua Igreja, participando dos cultos e/ou das demais atividades religiosas.

Observando a questão sobre a importância de alguns sacramentos da Igreja Católica: o *Batismo* é valorizado pelos católicos urbanos (64,9%). Mas o Recife apresentou o maior índice de católicos, dentre as capitais pesquisadas, que não vêem importância nesse sacramento (32,3%). A *Confissão* é menos valorizada, mas os índices de valorização são expressivos (56,6%). O Recife apresentou o segundo maior índice de valorização da a *Confissão* (39,3%).

No Recife, apenas 10,8% dos informantes católicos concordaram com a afirmação de que *há algo de verdadeiro em todas as religiões.* Indica que uma parcela reduzida, mas notável, dos indivíduos apresenta menor rigidez em relação aos conteúdos doutrinários e uma visão mais flexível de religião. Índice expressivo mesmo obtiveram aqueles que se declararam sem informação, 80,0%, ou seja, mais de ¾ dos entrevistados da região metropolitana do Recife não souberam opinar sobre essa questão, o que pode revelar tanto indiferença quanto uma séria dificuldade de conhecimento da própria opinião sobre o tema abordado.

Daí surge o perigo da perda das referências eclesiais. Privatiza-se, individualiza-se a fé. Passa-se facilmente do pluralismo religioso que reconhece corretamente a verdade de todas as religiões à convicção de que todas as religiões são igualmente verdadeiras. Dispensa-se assim qualquer justificativa e busca da verdade religiosa, conformando-se com aquela que lhe toca no momento. O trânsito religioso se configura como a passagem para outra religião diferente da que se tinha anteriormente, até mesmo andar de religião em religião até encontrar a que lhe apraz, tais fatos parecem apoiar os que invocam a tese da pós-modernidade para explicar o subjetivismo do pluralismo religioso de nossos dias.

Observa-se que, dentre as atividades sociais desenvolvidas na região metropolitana do Recife prevalecem as festas religiosas e a visita a Santuários que recebem romeiros, demonstrando a presença de um catolicismo do tipo devocional. Vemos que o índice de católicos inseridos nas pastorais (23,2%) é o segundo menor obtido, comparando com os dados das demais capitais. O Recife também figura entre os últimos no índice que se refere àqueles que participam de atividades assistenciais (20,2%), embora seu dado não seja desprezível; entretanto, é a região que apresenta maior índice de católicos que participam de alguma maneira da política (12,6%); e apresenta a segunda maior proporção de católicos que participam de atividades sindicais (7,2%). O índice daqueles que integram grupos carismáticos (25,2%) é o mais alto, comparando-se com as outras regiões pesquisadas. Por não ter um grande centro de romaria, o Recife está situado entre as regiões com menor índice de indivíduos que realizam esta atividade (20,5%), e de participação nas festas religiosas (56,4%). Ainda assim, esta é a atividade que mais encontra eco na sociedade.

Conclusões

O estudo fez-nos perceber que, inicialmente, a cultura moderna foi amplamente marcada pela secularização. No entanto, tem-se visto, no final do século XX e início do XXI, um pipocar de experiências religiosas e a busca das mesmas como nunca se viu na história. Alçadas pelas ideologias milenaristas e apocalípticas, pelo neocapitalismo e neoliberalismo, e também pela globalização, surgiu, no contexto urbano, uma gama de ofertas de sentido, prometendo a vivência de experiências religiosas transformadoras ou, no mínimo, que promovam satisfação garantida ao cliente. Aliado ao comércio religioso da procura e oferta.

A análise dos dados obtida da pesquisa realizada pelo CERIS ajudou a identificar o perfil dos entrevistados na cidade do Recife, ajudando-nos a melhor compreender o ser do fiel que faz uso do espaço de vivência do catolicismo. A pesquisa aponta, ainda, para uma mudança nos quadros da concentração da cultura religiosa: inicialmente, um progressivo declínio do catolicismo e aumento da pluralidade religiosa. É notável o crescimento das igrejas evangélicas e de pessoas que se dizem não pertencer à religião alguma, mas que exercem de alguma maneira uma religiosidade particular. Isso indica que, no Recife, assim como no resto do país, está se operando uma transformação da identidade cultural.

Agradecimentos

Em especial, aos colegas do curso pela solidariedade e amizade; a Danielle Leal pelo apoio e incentivo; a Luciano Telles, pelo desprendimento e disponibilidade e a UNICAP, que me levaram a descobrir e meus potenciais de aluno.

Referências

ANTONIAZZI, Alberto; CALIMAN, Cleto (Org.). **A presença da Igreja na cidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ANTONIAZZI, Alberto. **Anos 90:** Inversão de tendências. (27.05.2004) http://www.cnbb.org.br/estudos/encar642.html

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado.** Rio de Janeiro: Paulinas, 1985.

BERKENBROCK, Volney J. **A experiência dos orixás**. Um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CERIS (Org.). **Desafios do catolicismo na cidade**. Pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Paulus, 2002.

CERIS / ANAMEC. **Obras sociais da Igreja Católica.** São Paulo: Loyola, 2000.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (III)**. Col. Estudos da CNBB, v. 71. São Paulo: Paulus, 1994.

LIBÂNIO, João Batista. **As lógicas da Cidade**. O impacto sobre a fé e sob o impacto da fé. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação**. Col. Livros básicos de Teologia, n. 1. Valência: Siquem, 2001.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**. Entre secularização e dessecularização. São Paulo: Paulinas, 1995.

METTE, Norbert. **Pedagogia da religião**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Luis André Bruneto. **Elementos para uma missão urbana.** (27/05/2004) http://www.ejesus.com.br/onASP/exibir.asp?arquivo=3741

SCHREITER, Robert J. **A nova catolicidade**. A teologia entre o global e o local. São Paulo: Loyola, 1998.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Os desafios urbanos para a Igreja na atualidade**. (27/112004). http://www.**ceris**.org.br/textos/_busca.asp?codDoc=100

DESCRIÇÃO DE OBJETOS EM MOVIMENTO, EM SEQÜÊNCIAS DE VÍDEO

José Torres Calazans Júnior[1]; Robson Cavalcanti Lins[2]

[1]Aluno do Curso de Ciência da Computação, do Departamento de Estatística e Informática, do Centro de Ciências e Tecnologia, e-mail: torres@dei.unicap.br;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática, do Centro de Ciências e Tecnologia, Líder do Grupo de Pesquisa Processamento Digital de Sinais, e-mail: rcl@dei.unicap.br.

Resumo
Este trabalho tem por objetivo realizar implementações de técnicas para a representação e descrição da forma de objetos, no caso, aqueles que realizam movimento, como também, desenvolver um ambiente computacional para a visualização e análise dos resultados obtidos. Os métodos de representação e descrição, na literatura, estão classificados em técnicas baseadas em *contorno* (ou fronteira) e baseadas em *região*, em que as características das formas são extraídas unicamente pelo seu contorno ou extraídas de toda a região que pertence ao objeto. Foram implementadas três técnicas para a descrição de forma, duas baseadas em contorno e uma baseada em região. Os resultados mostram que o contorno dos objetos são bem precisos, como também a descrição de suas regiões. O ambiente computacional desenvolvido facilita a análise dos resultados, bem como permite a inclusão de outras técnicas.

Palavras-chave: representação de objetos, descritores de forma, MPEG-7.

Introdução

O vídeo digital está substituindo o vídeo analógico em muitas aplicações atuais. Um primeiro exemplo é a introdução da televisão digital no comércio; outro exemplo é a substituição progressiva de videocassetes analógicos por *DVD players* como uma preferência para assistir a filmes. Nessas aplicações, o vídeo digital fornece funcionalidades semelhantes às do vídeo analógico, isto é, o conteúdo é representado na forma digital ao em vez de analógico, trazendo benefícios como qualidade e confiabilidade, mas o conteúdo permanece o mesmo para o usuário final. Contudo, uma vez que o conteúdo esteja no domínio digital, novas funcionalidades podem ser facilmente adicionadas, o que permite ao usuário visualizar, acessar e manipular o conteúdo de maneiras totalmente novas. O padrão MPEG-4 é a primeira norma que permite tais funcionalidades, em que cada quadro da seqüência de vídeo de entrada é segmentada em objetos de interesse, como por exemplo, aqueles em movimento (SIKORA, 1997; PEREIRA, 1999).
Uma vez que um quadro de uma seqüência de vídeo esteja segmentado, os objetos podem ser representados e descritos de diversas maneiras. Na literatura existem diversas técnicas para a representação e descrição de objetos, que são classificadas em técnicas baseadas em *contorno* (ou fronteira) e baseadas em *região*, em que as características das formas são extraídas unicamente

Projeto: Sistema de Reconhecimento para Recuperação de Informação de Imagem e Vídeo Baseados em Descritores do Padrão MPEG-7. **Órgão financiador:** PIBIC-UNICAP.

pelo seu contorno ou extraídas de toda a região que pertence ao objeto (GONZALEZ, 2000).
Este trabalho tem por objetivo principal realizar implementações de técnicas para a representação e descrição de objetos em movimento, contidos em um quadro de uma seqüência de vídeo. Essas técnicas podem ser incorporadas em sistemas de reconhecimento de objetos ou em sistemas do tipo CBVR (*Content-Based Video Retrieval*), isto é, em sistemas do tipo MPEG-7, que é uma interface para a descrição de conteúdo multimídia (MPEG-7, 2003).

Metodologia

O processo de desenvolvimento deste trabalho tem como passo inicial à *aquisição de imagens* para serem utilizadas nas simulações dos algoritmos estudados e implementados. As imagens foram adquiridas em uma base de dados científica que contém diversas imagens digitais profissionais para serem utilizadas em pesquisa (CityU Image Database, 2004).
Após a obtenção das imagens digitais, o próximo passo nesse processo trata do *pré-processamento* dessas imagens, com o objetivo de melhorá-las para aumentar as chances de sucesso dos passos seguintes.
No próximo passo, foi realizada a *segmentação*, isto é, cada quadro (imagem) da seqüência de vídeo de entrada é separado em objetos de interesse, no caso, aqueles em movimento.
Uma vez que um quadro de uma seqüência de vídeo esteja segmentado, o próximo passo é a *representação e a descrição* da forma dos objetos, isto é, a extração de atributos tanto baseados no contorno, como também, na região que representa o objeto (GONZALES, 2000).
Na literatura, existem diversas técnicas para a representação e descrição de objetos, que são classificadas em técnicas baseadas em *contorno* (ou fronteira) e baseadas em *região*, das quais as características das formas são extraídas unicamente pelo seu contorno ou extraídas de toda a região que pertence ao objeto.
A última etapa concentrou-se na *implantação de um ambiente visual* desenvolvido na linguagem de programação C/C++. Para a implementação deste ambiente foi utilizado o compilador Borland C++ Builder 5. A finalidade desse ambiente é permitir a integração de técnicas das técnicas implementadas, como também, permitir uma melhor análise dos resultados obtidos.

Resultados e Discussão

Devido à necessidade de integração das técnicas estudadas, o ambiente visual que foi desenvolvido possibilita a visualização da imagem utilizada, como também, possui um *menu* que integra as técnicas implementadas. A figura 1 demonstra a exibição do primeiro quadro da seqüência *tennis*, com dimensões de 352x240 *pixels*; mostra também um menu suspenso destacando os conceitos relacionados aos descritores implementados.

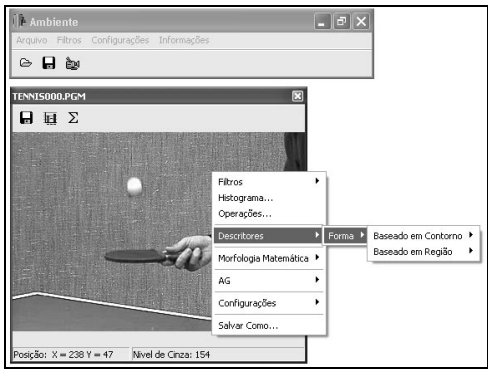
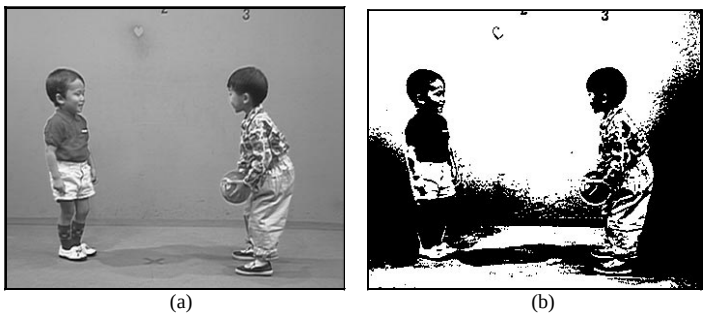


Figura 1 - Ambiente visual desenvolvido.

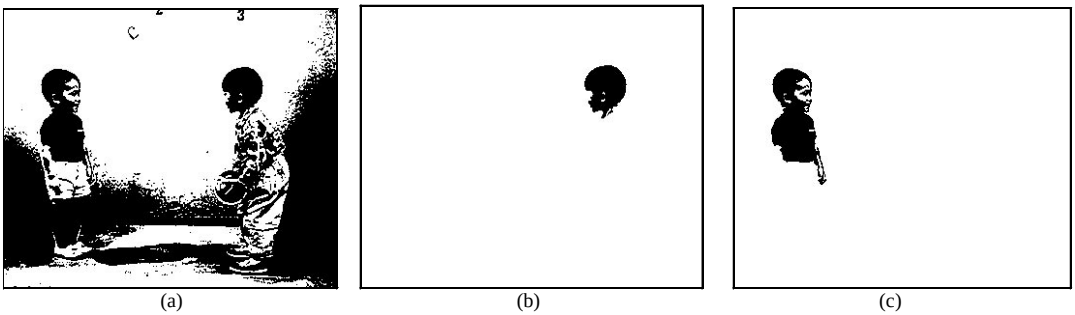
Na questão do pré-processamento, foram implementadas técnicas essenciais ao *pré-processamento* das imagens utilizadas nas simulações. Algumas técnicas como binarização, utilizando como entrada o terceiro quadro da seqüência *children2*, com dimensões de 352x288 *pixels*; são mostradas na figura 2.



(a) (b)

Figura 2 - Pré-processamento: (a) Imagem Original; (b) Resultado da técnica de binarização.

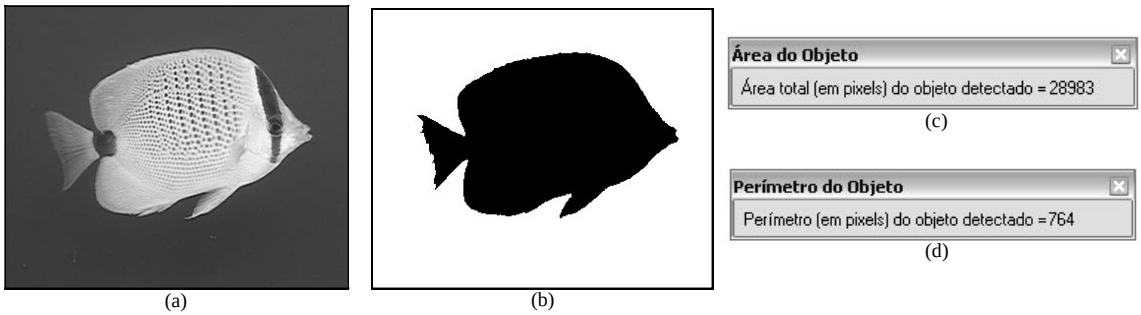
A técnica implementada para a separação dos objetos de um quadro de uma seqüência de vídeo foi técnica de segmentação baseada no crescimento de região. O resultado dessa técnica é mostrado na figura 3, em que foi utilizada a como entrada o terceiro quadro da seqüência *children2*, com dimensões de 352x288 *pixels*.



(a) (b) (c)

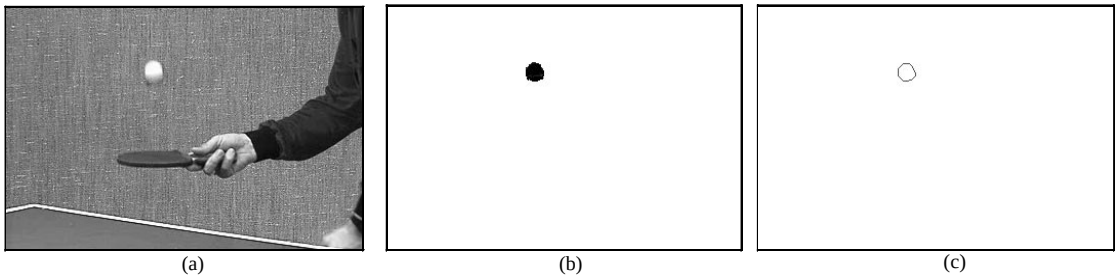
Figura 3 - Segmentação: (a) Resultado da técnica de binarização; (b) e (c) Resultado da segmentação de objetos pertencentes ao quadro.

As técnicas para a representação e descrição da formas de objetos implementadas neste trabalho e incorporadas ao ambiente visual foram: o descritor da área total do objeto, técnica baseada em região; o descritor de perímetro. Para essas duas técnicas foi utilizada a quadro 66 da seqüência *bream2*, com dimensões de 352x288 *pixels*. Já para o descritor de aproximação poligonal, foi utilizado como entrada o primeiro quadro da seqüência *tennis*, essa técnica é baseada no contorno do objeto. Os resultados das técnicas implementadas estão ilustrados nas figuras 4 e 5.



(a) (b) (c) (d)

Figura 4 - Representação e Descrição: (a) Imagem original; (b) Imagem obtida após algumas técnicas de processamento; (c) Resultado da descrição da área do objeto; (d) Resultado da descrição baseado no perímetro do objeto.



(a) (b) (c)

Figura 5 - Representação e Descrição: (a) Imagem original; (b) Imagem obtida após algumas técnicas de processamento; (c) Resultado da aproximação poligonal do objeto.

Conclusões

Neste trabalho, foram implementadas três técnicas para a representação e descrição de objetos em movimento a partir de seqüências de vídeo. Foi desenvolvido um ambiente computacional para facilitar a análise dos resultados, além de permitir a inclusão de outras técnicas. Os resultados mostram que o contorno dos objetos são bem precisos, como também a descrição de suas regiões.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao programa PIBIC / UNICAP pelo incentivo à pesquisa.

Referências

CityU Image Database. **CityU Image Database for Multimedia Research**. Disponível em: <http://eelmpo.cityu.edu.hk/imagedb/>. Acesso em 19 novembro 2003.

GONZALEZ, R. ; WOODS, R., **Processamento de Imagens Digitais.** São Paulo, Edgard Blücher LTDA., 2000. 509p.

MPEG-7. **MPEG-7 Home Page:** Moving Picture Experts Group. Disponível em: <http://ipsi.fraunhofer.de/delite/Projects/MPEG7>. Acesso em 18 outubro 2003.

PEREIRA, F., **MPEG-4: why, what, how and when?.** Signal Processing: Image Communication, Amsterdam, v.15, n.4, p. 271-279, 1999.

SIKORA T. **The MPEG-4 Video Standard Verification Model**, "IEEE Transaction Circuits System Video Technology", v.7, n.1, p.19-31, 1997.

DESENVOLVIMENTO DA BASE DE DADOS E INTERFACE DE INTERAÇÃO HOMEM-MÁQUINA

Celso Augusto Raposo Lisboa Brennand[1] ; Sérgio Murilo Maciel Fernandes[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), E-mail: celso@dei.unicap.br;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), E-mail:smmf@dei.unicap.br

Resumo
Este trabalho tem como propósito o estudo e a implementação de um sistema de automação de ambientes que possibilita o controle e monitoração do ambiente através de uma interface gráfica local ou remota. Para que o sistema possuísse essas características, foi desenvolvida uma arquitetura que se divide em duas partes: a) entidade remota, para monitoração e controle do ambiente remotamente; b) entidade servidora, a qual gerencia sensores, periféricos, interface e base de dados. Cada uma das partes está dividida em módulos. Entre os módulos da primeira parte, pode-se citar: interface visual, unidade de conexão e comunicação pela Internet. Os módulos da segunda parte são: interface visual, unidade de acesso remoto, unidade monitoração e controle dos sensores e periféricos, base de dados, unidade de comunicação serial. A tecnologia escolhida para o desenvolvimento do sistema foi o Java™, levando em conta suas principais características, que são a portabilidade e o fato de ser uma linguagem livre, sem custo para o uso.

Palavras-chave: automação; *domótica*; ambiente.

Introdução

Com o contínuo avanço tecnológico, surge um grande número de possibilidades de interação homem-máquina [MORAES, AMORY, JUNIOR, 2001], antes apenas observada em filmes de ficção cientifica. Hoje, aparelhos elétricos como luzes, ar-condicionado, *home theather*, portas e sistemas de alarme com sensores e câmeras podem ser controlados através de comandos de voz, controle remoto e menus em computadores. A interatividade com o ambiente é cada vez mais desejável no mundo moderno. Tendo em vista o crescimento dessa tecnologia e o imenso potencial a ser explorado, empresas importantes como a Shell e a Siemens têm realizado pesquisas e desenvolvimento de projetos nessa área. A integração de todos os equipamentos com a tecnologia objetivando simplificar, centralizar e aumentar a produtividade, a economia e a segurança é chamada de automação de ambientes [ANGEL, FRAIGI, 1993] ou *domótica*. Os ganhos da automação de ambientes são inúmeros [MORAES, AMORY, JUNIOR, 2001]: economia - a diminuição dos custos, como por exemplo, de energia já que as luzes podem ser programadas e ter sua intensidade variada; comodidade – como, por exemplo, possibilita a irrigação dos jardins automaticamente e de acordo com a necessidade de cada planta e época do ano; conforto – através do controle da temperatura do ambiente e das músicas que as pessoas gostariam de escutar ao chegar a casa; segurança – por meio de sensores e câmeras monitorando o ambiente e avisando, por exemplo, sobre presenças indesejáveis, quando as pessoas estivessem ausente do lar, podendo, inclusive,

Projeto: Automação de Ambientes. **Órgão financiador**: PIBIC - UNICAP

informar possíveis ocorrências através da Internet (Figura 1).



Figura 1: Automação de ambientes.

O trabalho a ser discutido neste relatório tem como objetivo alcançar as características encontradas em um sistema de automação de ambientes. O sistema foi desenvolvido com a tecnologia Java™ com o intuito de poder controlar os equipamentos elétricos e monitorar sensores por meio de computadores local ou remoto. Este pode agendar eventos, criar rotinas padrões para acionamento dos dispositivos, e pode enviar alertas para um telefone ou outro computador previamente cadastrado, quando da ocorrência de algum evento no ambiente monitorado, deixando o usuário tranqüilo quanto à ocorrência de qualquer imprevisto.

Metodologia

Para o desenvolvimento do sistema de automação de ambientes nomeado de *spiti exypnos* do grego "casa inteligente", foi feito um vasto levantamento bibliográfico, dos quais citamos apenas seis por questão de espaço no desenvolvimento do artigo, e um estudo do estado da arte. O estudo foi feito com relação a sensores, câmeras, motores de passos, interface serial e tecnologias de desenvolvimento, levando em conta suas especificações, técnicas de uso, diferenças e limitações. A tecnologia utilizada para o sistema em desenvolvimento é a Java™. O Java™ é uma linguagem livre, orientada a objeto, portável e, curiosamente, o objetivo dela, na sua criação, era a automação de ambientes [DEITEL, DEITEL, 2001]. Com todos esses requisitos ela se adequava perfeitamente ao trabalho.

Também foram realizadas pesquisas sobre a qualidade e uso de sistemas de automação, dentro da realidade tecnológica existente e das necessidades dos usuários. Assim como estão sendo avaliadas novas tecnologias com a intenção de melhorar o sistema, adequando-o cada vez mais às exigências e realidade do mundo atual.

Resultados e Discussão

Como resultado, foi obtida uma arquitetura em duas partes: a primeira parte é uma entidade remota, acessando o sistema através da Internet, podendo monitorar e controlar o ambiente. A segunda parte, uma entidade servidora, gerenciando os sensores, os periféricos e o banco de dados. Ela permite a interação com o usuário localmente ou através de uma conexão remota (Figura 2).

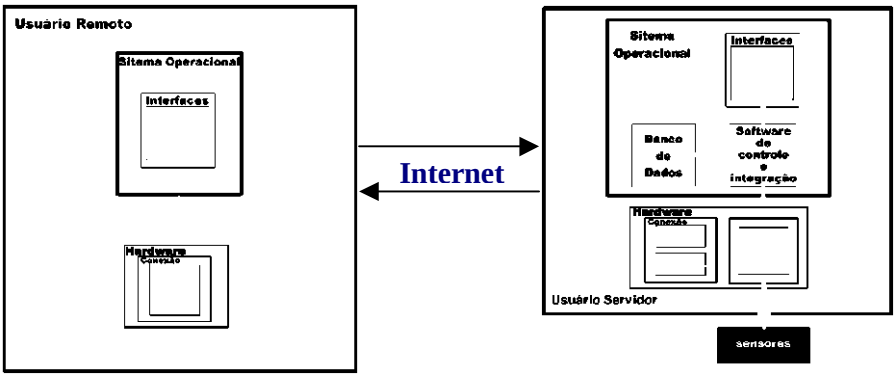


Figura 2: Arquitetura.

Para satisfazer essa arquitetura, foram desenvolvidos dois módulos: um com o objetivo de monitorar câmeras em tempo real, podendo gravá-las para exibição e análise posterior (Figura 3);



Figura 3: Módulo de vídeo.

um segundo módulo com a função de monitorar e gerenciar o acesso remoto e as atividades do ambiente, executando ações necessárias de acordo com o que foi programado, executando comandos do usuário (local ou remoto) ou reagindo a algum evento captado pelos sensores.
O sistema possui uma base de dados com as informações do ambiente, dos usuários do sistema, das funções programadas e dos eventos ocorridos. Com essa base, o sistema pode validar os usuários cadastrados garantindo-lhe o direito de acesso às funções de verificação dos eventos ocorridos no ambiente em um dado espaço de tempo e/ou as demais funções de controle do sistema. A partir do histórico dos eventos, é montado um perfil automático baseado nos costumes dos usuários, como por exemplo, a hora em que ele costuma acender a luz da sala de jantar. Desse modo, mesmo se não houver ninguém no ambiente, o sistema poderá ser ativado, e o ambiente se comportará da mesma maneira como estivesse ocupado.
A interface desse módulo foi desenvolvida para um fácil entendimento com botões e imagens representando objetos reais. Nela pode-se observar a planta arquitetônica do ambiente e as figuras representando os dispositivos nos seus respectivos lugares. O acesso ao controle dos dispositivos

e aos mostradores de status também são observados na interface (Figura 4).

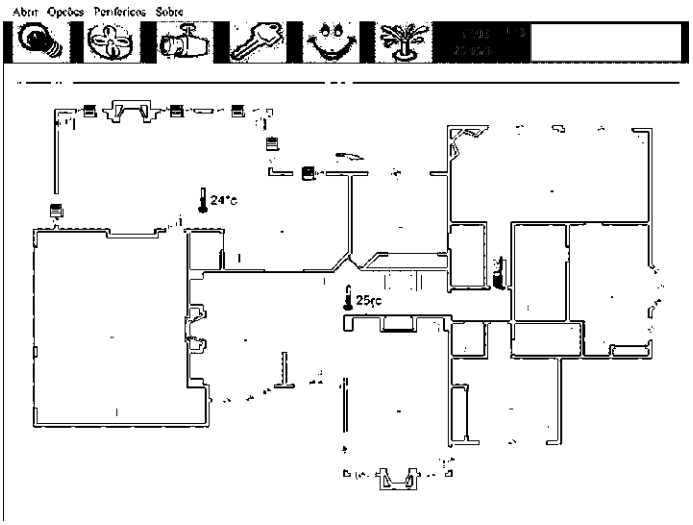


Figura 4: módulo de controle.

O sistema se comunica com o ambiente por meio da porta serial do computador [BEZERRA, TERROSO, BARROS, 2003], enviando sinais a um módulo de hardware externo ao qual estão conectados todos os dispositivos do ambiente.

Conclusões

O sistema discutido neste trabalho objetiva a integração homem-máquina através de uma interface computadorizada. A interface gráfica desenvolvida é amigável e intuitiva, facilitando o uso das diversas funcionalidades do sistema. Essas funcionalidades envolvem o controle e monitoração de periféricos e sensores. A arquitetura desenvolvida permite acesso às funções de gerenciamento local ou remoto, dando flexibilidade à monitoração do sistema.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pela compreensão; ao meu orientador, Sérgio Murilo, por me guiar nesse caminho; à professora Maria Lígia, por ajudar nessa jornada; aos amigos de pesquisa, pelo apoio; e à UNICAP.

Referências

MORAES, F. G.; AMORY, A. M. & JUNIOR, J. P. **Sistema Integrado e Multiplataformas para Controle Remoto de Residências**, VII IBERCHIP Workshop, Montevidéu – Uruguai, 2001.

MORAES, F. G.; AMORY, A. M. & JUNIOR, J. P. **Using the CAN Protocol and Reconfigurable Computing Technology for Web-Based Smart House Automation**. [www.inf.pucrs.br/~moraes/papers/2001_sbcci_can.pdf], 2001.

ANGEL, P. M. & FRAIGI, L. B. **Introducción a la Domótica**, VI Escuela Brasileño – Argentina de Informática, Córdoba – Argentina, 1993.

BEZERRA, E. A.; TERROSO, A. R.; BARROS, D. **Acessando Dispositivos Externos com Computadores Pessoais** , Semana Acadêmica – PUC-RS – Brasil, 2003 .

MEYER, Marilyn; BABER, Roberta; PFAFFENBERGER, Bryan. **Nosso futuro e o computador**. Porto Alegre: Editora Bookman. 3. ed. 2000.

DEITEL, Harvey M; DEITEL, Paul J. **Java, como programar**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 1201 p.

DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO DA CRIANÇA SURDA NOS PRIMEIROS MESES DE IDADE: INTERAÇÃO FACE-A-FACE

Adélia Maria Revorêdo da Silva[1]; Silvana Maria Sobral Griz[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas – CTCH
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas – CTCH Participante do Grupo de Pesquisa Ciências da Linguagem – E-mail: silvanagriz@unicap.br

Resumo
O estudo do desenvolvimento da comunicação da criança surda nos primeiros meses de idade abrange desde de níveis teóricos a práticos, técnicas de estudo das mais simples as mais sofisticadas. Esta pesquisa fundamentou-se em bases teóricas, referindo-se ao desenvolvimento da criança no início de sua vida baseada em duas perspectivas primordiais: sistemas dinâmicos e dialogismo e favoreceu o conhecimento do desenvolvimento da comunicação do inicio da vida de um bebê com perda auditiva. A proposta deste estudo foi observar a construção dos padrões da fala atribuída da mãe para os períodos de estabelecimento, extensão e abreviação das interações FA. Foram também analisadas as qualidades das interações FAF, com a qualidade da fala da mãe. Participaram desta pesquisa um bebê surdo e sua mãe, filmados semanalmente. Os resultados foram analisados a partir das transcrições das ações da díade e da fala da mãe, e indicaram a presença de falas da mãe classificadas como negativas para os períodos de estabelecimento e extensão para as interações FAF, sugerindo a presença de explorações de outros conteúdos de fala antes do conhecimento mútuo, característico do período de abreviação.

Palavras-chave: interação face-a-face, desenvolvimento da comunicação, surdez

Introdução

O estudo do desenvolvimento da comunicação no inicio de vida, tendo como fundamento principal a contribuição teórica de Lyra (2000), propõe duas perspectivas de análise: sistema dinâmicos e sociogenética. A primeira perspectiva refere-se à compreensão de características processuais ou dinâmicas relacionada as aquisições de desenvolvimento. A segunda inclui a perspectiva dialógica, reconhecendo a importância do meio sociocultural nas aquisições do desenvolvimento em sua construção através das trocas subsidiadas com o meio. Com isso, essas tradições fazem com que o desenvolvimento tenha característica dinâmica e relacional, possibilitando novas formas que compõem o desenvolvimento. A comunicação é abordada como um sistema de relações sociais, inserindo no ambiente do sujeito, e o seu desenvolvimento é considerado um processo histórico e relacional, dialógico, construindo novas formas de reorganização de trocas comunicativa. Propondo, dessa forma, o estudo do desenvolvimento da comunicação como constituinte de um EU, investiga os mecanismos processuais que ocorrem desde o inicio da vida, a partir das interações mãe-bebê classificadas como face-a-face (FAF) e mãe-objeto-bebê (MOB). A interação e o desenvolvimento do bebê, no meio social, constitui-se através da atividade mediada, considerada a gênese dos processos psicológicos humanos. O processo de mediação se dá através das interações

Projeto: Desenvolvimento da Comunicação da Criança Surda nos Primeiros Meses de Idade. **Órgão Financiador:** PIBIC – Universidade Católica de Pernambuco

nas quais a atenção do bebê e da mãe está somente voltada uma para a outra – interações FAF, e através de artefatos culturais, considerados objetos envolvidos em uma interação, interações MOB. Essas interações fazem desenvolver o sujeito psicológico humano, dispondo, assim, da linguagem e dos símbolos comunicativos.

Dois tipos de interação têm sido descritos no primeiro ano de vida: a interação FAF e a interação MOB. A interação do face-a-face tem como fundamento os pressupostos de Lyra e Rossetti Ferreira (1989), definido-se como uma atividade partilhada que se caracteriza por trocas ocorridas sem a presença de um elemento externo ao parceiros da díade, ou seja, a mãe e o bebê. Em primeiro momento, a mãe procura estabelecer essa atividade em direção ao olhar do bebê como atividades de figura-fundo. A partir disso, constará do estabelecimento do contato visual, que se torna fundo em relação aos sorrisos, as vocalizações e movimentos do bebê em adquirirem a características de figuras. O processo de exploração baseia-se na emergência da forma partilhada de troca diferenciando, ao mesmo tempo, as atividades em que se aplicam basicamente sorrisos e vocalizações. Na abreviação, a interação FAF evolui de maneira abreviada, tendo interrupções do contato visual e seu rápido restabelecimento.

O que vai subsidiar a relação entre a surdez e o ouvinte, de acordo com Goldfeld (2003) é o significado da linguagem. Com isso, é necessária a reflexão sobre o surdo, pois ele é aparentemente igual aos ouvintes, mas se não estimulado de forma adequada correta, poderá ser indivíduo muito distinto dos ouvintes, no que se refere à construção do seu EU. As intervenções realizadas diante do desenvolvimento da criança surda, ainda são bastante discutidas, pelo fato de ser um aspecto muito complexo e pelo o estudo que não definitivo e único. A surdez traz prejuízo para a aquisição de linguagem, sendo esta dificuldade a principal característica que poderá ter conseqüências em outras áreas.

Cavalcante (2001) afirma que a fala materna é caracterizada por vários aspectos diferentes como clareza, brevidade, duração, intensidade, prolongamento de certas palavras, partes lentas, sussurradas e, dentre outras, enfatizando principalmente das curvas entonacionais na interação dialógica. A fala atribuída está relacionada à maneira como a mãe utiliza as palavras para se comunicar com a criança. Quanto a mesma não se utiliza da fala para exprimir suas vontades e desejos, então cabe à mãe assumir esse papel, tornando-se interlocutor da voz do bebê em diversas situações. Essas vocalizações maternas irão diferenciando-se em momentos de situações afetivas existentes na proibição, aprovação, conforto e atenção da criança dando artifícios dos estados emocionais e as intenções dos outros. Estudos sobre a fala atribuída fundamentam-se na psicologia cognitiva, levando em conta os sentimentos, os estados que rodeiam a criança e as suas ações. O bebê está pronto para receber os estímulos salientes do mundo e adquiri-los. A fala atribuída assume forma diferenciada quanto à fala da mãe, sua caracterização e qualidade da voz, dá significado aos atos do bebê, de acordo com a fala materna ao momento vivenciado. Dessa forma, a estrutura da fala atribuída, na proposta dialógica mãe-bebê, tem demonstrado a identificação materna no diálogo.

A realização deste estudo parte do pressuposto básico de que a surdez não priva o indivíduo somente em relação a dificuldade auditiva, mas reflete na constituição do sujeito como EU, a partir das atribuições de fala, dadas pela mãe. Visto isso, salientou-se a importância de uma interação eficaz e precoce baseada na díade mãe-bebê, favorecendo assim a aquisição e o desenvolvimento da constituição e diferenciação do bebê, no primeiro ano de vida. Esta pesquisa enfatizou como ocorre o desenvolvimento da comunicação no início da vida de um bebê surdo, mostrando a necessidade de se conhecer os atributos semânticos que a mãe dá às vocalizações do bebê, constituindo esse bebê enquanto sujeito que se reconhece e reconhece o outro na interação.

Metodologia

O modelo de comunicação no início da vida (LYRA, 1988) baseia-se na delimitação temporal

que compreende os primeiros meses de idade (até aproximadamente o oitavo mês). O presente estudo constou do estudo de uma díade mãe-bebê surdo. Foram realizados registros videográficos semanais, com duração de 20 minutos cada. Os registros videográficos foram iniciados após o consentimento e a aceitação dos pais em participar da pesquisa. Foram transcritas as trocas comunicativas e a descrição minuciosa das ações de cada um dos parceiros, identificando a interação FAF, para cada registro identificado como EEA. Foram transcritas as falas da mãe e as vocalizações do bebê, analisadas a partir da classificação descrita nos resultados.

Resultados e Discussão

O Quadro 1 mostra o resultado das transcrições relacionadas as interação FAF, nos períodos de Estabelecimento, Extensão e Abreviação, mostrando um total de cada período nas díades. Tem-se a soma total de vezes de cada período nas interações FAF. Os Gráficos 1, 2 e 3 demonstram os resultados de cada período, separadamente. A mãe dá sentido às vocalizações e às intenções do bebê, assumindo a posição do bebê: o bebê falando de si e o bebê falando da mãe. Para a primeira atribuição, foram observadas duas subdivisões: ações (CA) e estado emocional (CE) do bebê, cada uma dessas sendo classificadas como positiva (+), negativa (-) e neutra (0). Para a segunda atribuição, o bebê fala da mãe de forma negativa. A Figura 1 apresenta os resultados referentes ao total de 27 categorias, das quais dois representaram a interação FAF no período de estabelecimento (7%), vinte e dois no período de extensão (82%) e três no período de abreviação (11%).

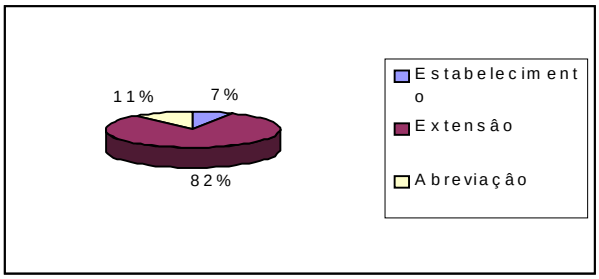


Figura 1 Períodos de EEA para as interações MOB

Na Figura 2 (a, b e c), estão representados os valores das classificações das falas da mãe para cada período. Pode-se observar que, para as categorias classificadas no período de estabelecimento, 50% foram classificadas como tendo um conteúdo positivo e 50% como neutro. No período de extensão, do total de vinte e dois, 23% foram positivas e 36% negativas e 41% neutros. No período de abreviação, do total de três, 33% foram positivas e 67% foram negativas.

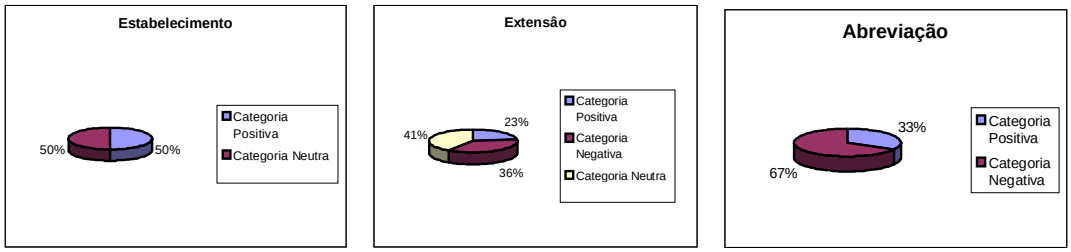


Figura 2 (a) (b) (c)

Classificação do conteúdo das falas da mãe para o período de Estabelecimento, Extensão e Abreviação da interação FAF, respectivamente.

Conclusões

A partir da análise e distribuição dos resultados, pode-se observar que as falas da mãe foram classificadas como tendo conteúdos positivos ou neutros nos períodos iniciais das interações FAF – estabelecimento e extensão. Esses períodos têm sido descritos como fazendo parte da construção da história da díade e, conseqüentemente, como constituinte do EU do bebê. Pode-se observar que, a partir do momento em que houve o predomínio do período de extensão, houve a presença de falas atribuídas da mãe com conotações mais negativas. Esses resultados sugerem que, independentemente de a mãe ter estabelecido o conhecimento mútuo, típico da abreviação, já pode abrir para explorações de conteúdos nos quais foram observadas conotações negativas.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) – órgãos financiadores desta pesquisa. Aos participantes desse estudo que contribuíram para elucidação dos nossos objetivos.

Referências

CAVALCANTE, M.C.B.. **Da voz à língua materna e o deslocamento do sujeito na fala dirigida ao bebê.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: IEL/UNICAMP, 1999.

CAVALCANTE, M. **A fala atribuída:** as vozes que circulam na fala materna. Porto Alegre: Letras de Hoje, 2001 p. 585-591.

GOLDFELFD, M. **Fundamentos em fonoaudiologia**: linguagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 97-112.

LYRA, M.C.D.P. **Transformação e construção na interação social:** a díade mãe-bebê. Tese de Doutorado em Psicologia, Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP,1988.

LYRA, M.C.D e ROSSETTI-FERREIRA, M.C. **Processos dialógicos e a construção da partilha na díade mãe-bebê**. Caderno de Estudos Lingüísticos , Campinas, 1989. n. 16, p. 47-66.

LYRA, M.C.D.P. **Desenvolvimento de um sistema de relações historicamente construído: contribuições da comunicação no início da vida**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000.

SOUZA, M. S.. **Desenvolvimento da comunicação mãe-bebê mediada por objetos:** Um estudo de dois casos, (Dissertação de Mestrado), Pós-graduação em Psicologia, UFPE 1999.

DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO DA CRIANÇA SURDA NOS PRIMEIROS MESES DE IDADE: INTERAÇÃO MÃE-OBJETO-BEBÊ

Glaurea Regina de Santana Nunes[1]; Silvana Maria Sobral Griz[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas – CTCH

[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas – CTCH. Participante do Grupo de Pesquisa Ciências da Linguagem. E-mail: silvanagriz@unicap.br

Resumo

Os estudos sobre o desenvolvimento da comunicação no início da vida evidenciam processos de mudanças nas interações mãe-bebê, porém poucos tratam de bebês com comprometimento sensorial. Dessa forma, este estudo abordou a análise do desenvolvimento da comunicação no início da vida de um bebê com perda auditiva. Baseado em níveis de organização específicos, estabelecimento, extensão e abreviação, abordando o desenvolvimento da comunicação no início da vida, este estudo foi montado com o objetivo de observar a ocorrência da interação mãe-objeto-bebê, identificando os períodos de estabelecimento, extensão e abreviação dentro da interação mãe-objeto-bebê e cruzamento das qualidades da interação transcritas com a qualidade da fala da mãe. A coleta de dados foi realizada a partir dos registros semanais, com duração de vinte minutos, antes do início dos registros. Os resultados apontaram que o conteúdo negativo foi somente observado no período de abreviação. Como conclusão, acredita-se que isso se deve ao conhecimento mútuo porque para a interação MOB já está desenvolvido para o dar e pegar, podendo ser explorados outros conteúdos.

Palavras-chave: interação face a face, desenvolvimento da comunicação, surdez.

Introdução

O desenvolvimento pode ser estudado a partir da observação dos comportamentos humanos dentro de um determinado contexto, utilizando-se a noção de atividade mediada dos processos psicológicos. De acordo com Lyra e Moura (2000), o estudo do desenvolvimento requer que seja considerado o processo de mudança do qual resultam os estágios que têm sido reconhecido como manifestação do desenvolvimento. Nessa concepção, estudos do desenvolvimento devem abarcar tanto a compreensão do processo de mudança como os resultados dele. Existem dois modelos através dos quais o fenômeno da comunicação é abordado: um deles, o modelo de estados discretos da comunicação. Nesse modelo, a comunicação deve ser compreendida por emissores e receptores trocando mensagens. Mesmo que este modelo conceba a existência de uma troca de papéis entre os parceiros comunicativos, o processo de comunicação é separado em unidades discretas. O outro modelo considera o processo comunicativo. De acordo com o dialogismo, a comunicação é considerada como um sistema complexo e dinâmico, que consiste em um todo, composto por partes que interagem constantemente. Nesse modelo, a ordem emerge

Projeto: Desenvolvimento da Comunicacão da Crianca Surda nos Primeiros Meses de Universidade Católica de Pernambuco

a partir de um processo de auto-organização dos constituintes do sistema. Cada parceiro, a cada momento, está constantemente modificando suas ações e, conseqüentemente, a si mesmo, a partir das modificações e ações do outro parceiro. Esses ajustes internos ocorrem no nível microscópico, onde, a todo instante, estão acontecendo pequenas modificações dos parceiros (Lyra, 2000).

A comunicação no início da vida pode ser estudada a partir das interações que ocorrem entre a mãe e o bebê. Os tipos de comunicação que têm sido descritos no primeiro ano de vida podem ser descritos através das trocas face a face (FAF) e trocas mãe-objeto-bebê (MOB) (Lyra, 2000). Até os cinco meses de vida, o bebê se encontra ativamente engajado em trocas interpessoais FAF com parceiros comunicativamente mais sofisticados, especialmente a sua mãe. A partir dos seis meses, o bebê perde um pouco do interesse pela comunicação FAF e cresce no interesse por objetos. O interesse pelos objetos do mundo se caracteriza pela manipulação por parte da mãe desse objeto.

A interação MOB pode ser estudada, a fim de conhecer a existência de detalhes na forma de como ocorre o desenvolvimento da comunicação no início da vida através da interação mãe-bebê. Lyra, desde 1988, tem descrito períodos de quase-estabilidade, tanto para as interações face a face, quanto para as interações mãe-objeto-bebê. Esses períodos são conhecidos como estabelecimento, extensão e abreviação. O período de estabelecimento caracteriza-se por um movimento de ajustamento mútuo dos parceiros, na direção de estabelecer pelo menos um elemento comunicativo como troca partilhada. Em seguida, essa ação torna-se pano de fundo para que parceiros possam negociar outras ações como elementos comunicativos partilhados, através de trocas mais extensas no tempo. No período de extensão, pode ser observado um momento de redução da duração de trocas mais extensas no tempo. O período de abreviação é caracterizado pela suavidade e rapidez no modo como as trocas são efetuadas, sugerindo a existência de um domínio mútuo dos parceiros próximo do significado dessas trocas.

Para esse estudo, será dada ênfase ao estudo das trocas MOB. Os bebês, desde cedo, realizam ações dirigidas para objetos. Geralmente, o direcionamento do olhar para os objetos surge como forma de exploração dos mesmos. Depois dos dois meses podemos observar que o bebê é capaz de explorar objetos manualmente e oralmente. Nessa fase, a exploração manual caracteriza-se por movimentos pouco sofisticados. Os movimentos das mãos e do olhar são independentes. Gradualmente, os bebês começam a coordenar e integrar estes dois tipos de movimentos em uma mesma ação. À medida que se desenvolve a capacidade do bebê de realizar movimentos mais sofisticados e de integrar os movimentos de forma mais coordenada em uma mesma ação, os bebês vão desenvolvendo habilidades mais requintadas para explorar os objetos. Essas etapas podem ser descritas como estabelecimento, extensão e abreviação (LYRA, 2000; SOUZA, 1999).

O estudo do desenvolvimento da comunicação através da análise das interações mãe-objeto-bebê pode ser considerado como um sistema dinâmico, de natureza sociocultural, o qual integra a história dialógica da díade na construção do interesse do bebê pelo objeto. Na maioria das teorias que estudam a interação, o resultado final é que a criança demonstra ter aprendido ações de acordo com sua cultura, utilizada no ambiente em que vive. Essas ações ocorrem de forma semelhante às utilizadas por seu interlocutor. Cavalcante (1999) afirma ainda que a responsabilidade de transmissão cultural pode ser observada na interação mãe-bebê, que dá suporte ao acesso do bebê à construção do seu EU, através da internalização da língua. A língua, por sua vez, é uma aquisição que está no meio. O bebê não nasce com ela, porém durante as interações, o adulto, que já a adquiriu, pode ser considerado detentor da língua. A mãe descreve a língua ou a fala do bebê enquanto fala.

A interpretação da mãe, diante da língua em uso, dará sentido às ações do bebê. Segundo Cavalcante (1999), o processo de espelhamento, quando iniciado anteriormente à intenção comunicativa do bebê, tem o seu lugar de interlocutor marcado na fala materna, quando a mãe fala como se fosse o bebê. De acordo com essa consideração, a estrutura da fala atribuída na

atividade dialógica mãe-bebê encontra-se inserida na identidade materna com esse bebê, por isso é assumido o papel do bebê, pela mãe, no diálogo. A atividade materna dá sentido aos fragmentos produzidos pelo bebê. Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho foi analisar as falas da mãe durante as interações MOB, a fim de identificar sua qualidade enquanto formadora do EU do bebê.

Metodologia

O modelo de comunicação no início da vida (LYRA, 1988) baseia-se na delimitação temporal que compreende os primeiros meses de idade (até aproximadamente o oitavo mês). O presente estudo constou do estudo de uma díade mãe-bebê surda. Foram realizados registros videográficos semanais, com duração de 20 minutos cada. Os registros videográficos foram iniciados após o consentimento e a aceitação dos pais em participar da pesquisa. Foram transcritas as trocas comunicativas e a descrição minuciosa das ações de cada um dos parceiros, identificando a interação MOB, para cada registro identificado como EEA. Foram transcritas as falas da mãe e as vocalizações do bebê, analisadas a partir da classificação descrita nos resultados.

Resultados e Discussão

Nos estudos sobre fala atribuída (CAVALCANTE, 1999), a mãe dá sentido às vocalizações e às intenções do bebê, assumindo a posição do bebê: o bebê falando de si e o bebê falando da mãe. Para a primeira atribuição, foram observadas duas subdivisões: ações (CA) e estado emocional (CE) do bebê, cada uma dessas sendo classificada como positiva (+), negativa (-) e neutra (0). Para a segunda atribuição, o bebê fala da mãe de forma negativa. A Figura 1 apresenta os resultados referentes ao total de 21 categorias, das quais três representaram a interação MOB no período de estabelecimento (14%), dez no período de extensão (48%) e oito no período de abreviação (38%).

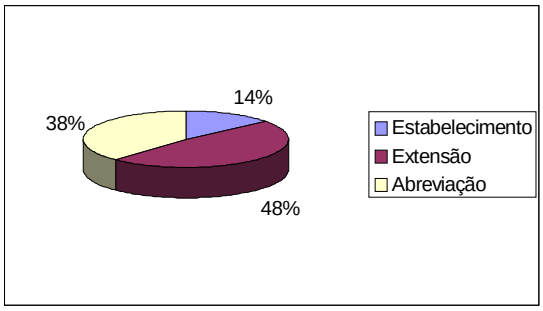
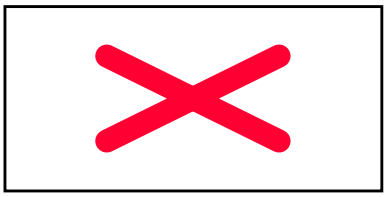
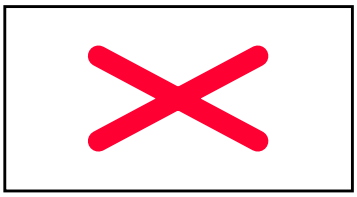


Figura 1. Períodos de EEA para as interações MOB

Nas Figuras 2, 3 e 4, estão representados os valores das classificações das falas da mãe para cada período. Pode-se observar que, para as categorias classificadas no período de estabelecimento, 33% foram classificadas como tendo um conteúdo positivo e 67% como neutra. No período de extensão dentre o total de dez, 40% foram positivas e 60%, neutras. No período de abreviação dentre o total de oito, 25% foram positivas, 62% foram negativas e 13% foram neutras.





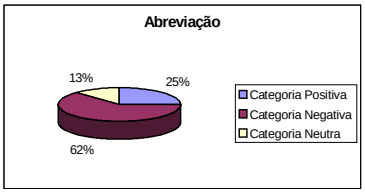


Figura 2 Figura3 Figura 4

Classificação do conteúdo das falas da mãe para os períodos de Estabelecimento, Extensão e Abreviação das interações MOB, respectivamente.

Conclusão

A partir da análise e distribuição dos resultados, pode-se observar que as falas da mãe foram classificadas como tendo conteúdos positivos ou neutros nos períodos iniciais das interações MOB – estabelecimento e extensão. Esses períodos têm sido descritos como fazendo parte da construção da história da díade e, conseqüentemente, como constituinte do EU do bebê. Pode-se observar que, a partir do momento em que houve o predomínio do período de abreviação, que preconiza um conhecimento mútuo da díade, houve a presença de falas atribuídas da mãe com conotações mais negativas, observadas durante interações nas quais a abreviação era o tipo de troca classificada.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) – órgãos financiadores desta pesquisa. Aos participantes deste estudo, que contribuíram para a elucidação dos nossos objetivos.

Referências

CAVALCANTE, M.C.B.. **Da voz à língua materna e o deslocamento do sujeito na fala dirigida ao bebê.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: IEL/UNICAMP, 1999.

LYRA, M.C.D.P. **Transformação e construção na interação social: a díade mãe-bebê**. Tese de Doutorado em Psicologia, Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1988.

LYRA, M.C.D.P. Desenvolvimento de um sistema de relações historicamente construído: contribuições da comunicação no início da vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.2, 2000, p. 257-268.

LYRA, M.C.D.P.; MOURA, M.L.S. Desenvolvimento na interação social e no contexto histórico-cultural: adequação entre perspectiva teórica e metodológica. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, v.2, 2000, p. 217-222.

SOUZA, M.S. **Desenvolvimento da comunicação mãe-bebê mediada por objetos**: Um estudo de dois casos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 1999.

DESENVOLVIMENTO DE ALGORITMO PARA DETECÇÃO DE PARÂMETROS QUE AUXILIEM A CLASSIFICAÇÃO DE TUMORES EM BENIGNOS OU MALIGNOS

Everton Rodrigues da Silva[1]; Francisco Luiz dos Santos[2]

[1]Estudante do curso de Bacharelado em Física com ênfase em Física Médica, do Departamento de Física, do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Física, do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do grupo de pesquisa em Física Médica e Computacional. E-mail: chico@unicap.br.

Resumo

Temos como objetivo realizar a classificação de padrões de diferentes tumores com algoritmos computacionais. As diversas técnicas de realce e filtragem de ruídos são de extrema importância para a pesquisa de reconhecimento de imagens, bem como os algoritmos para detecção de bordas, porque, detectando-se uma borda, podemos individualizar os objetos. Para a criação de programas que executam tratamentos de imagens ou destas extraem parâmetros, foi utilizado o compilador C++ Builder 4 da Borland. Realizamos a criação de dois parâmetros para a caracterização da geometria de tumores: uma relação borda-área e a regularidade. Também utilizamos a dimensão fractal das imagens obtidas. Os tumores benignos apresentaram regularidade maior do que os malignos, e em geral uma diminuição no fator borda-área. Os valores da dimensão fractal isoladamente não nos permitiram diferenciar os dois tipos de tumores. Entretanto a análise do conjunto dos três parâmetros auxilia na discriminação da geometria de tumores.

Palavras-chave: tumor; parâmetros geométricos; identificação de bordas.

Introdução

Diversas técnicas de diagnóstico e tratamento de tumores estão sendo realizadas, outras estão em fase de estudo. Observamos que a tendência é a confluência de várias áreas do conhecimento para otimizar o controle do câncer. Naturalmente a Física e a Computação são campos de extrema importância para atingir esse fim, e os trabalhos desta iniciação científica utiliza-os para contribuir na classificação dos tumores, em benigno ou maligno. A idéia central dos trabalhos é investigar parâmetros geométricos que possam ser utilizados na classificação dos tumores e extraí-los computacionalmente.

Iniciamos a pesquisa com o embasamento teórico, pela análise de outros trabalhos na área estudada. A partir desse princípio, iniciaram-se as atividades através da leitura de uma monografia sobre simulação de crescimento de tumores (REIS, 2001). Em seguida, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre técnicas de segmentação de imagens, algoritmos para reconhecimento de bordas e técnicas de filtragem. O estudo sobre as técnicas de segmentação de imagens fez-se necessário porque no processo de detecção e reconhecimento, não é suficiente representar uma imagem com diferentes cores ou graduações de cinza. Também é necessário identificar regiões e estabelecer subdivisões na imagem, para que ela possa ser interpretada de acordo com uma finalidade específica (WANGEHEIM, 2004).

O estudo de algoritmos já existentes para detecção de bordas foi muito importante, pois para a classificação de tumores, é necessário identificar e classificar objetos nas imagens.

Projeto: Estudo Computacional de Crescimento de Tumores. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco

Partindo do ponto de vista de que o desenvolvimento de um algoritmo para reconhecimento de imagens de tumores depende da caracterização geométrica, foi realizado o levantamento de parâmetros das imagens que possam ser significativos às classificações dos tumores. Para tal, foi utilizada como ferramenta a linguagem de programação C++ Builder.

Por fim, o estudo das técnicas de filtragem possibilitou a introdução de técnicas de realce e de remoção de ruídos que possibilitaram maior eficácia na extração de parâmetros da imagem. Para isso, a leitura de artigos internacionais (CHENG, 2003) que descrevem o que há de novo na área se mostrou de extrema importância.

Metodologia

Neste trabalho, a classificação dos tumores em benigno ou maligno, através da caracterização geométrica, tem por base o levantamento computacional e a análise de diversos parâmetros geométricos. Esses parâmetros foram criados por nós como indicadores de geometrias que estivessem possivelmente associadas ao caráter maligno ou benigno de um tumor. Utilizamos um parâmetro já conhecido chamado dimensão fractal, D, de uma figura plana. Elaboramos dois parâmetros auxiliares: fator C como uma relação borda-área e o índice R de regularidade da borda.

O primeiro parâmetro estudado é a relação entre a borda do tumor e sua área. Essa relação, nomeada C, é matematicamente definida pela razão $\frac{Borda^2}{Área}$.

Como podemos ver, C é uma grandeza adimensional que cresce com o aumento da borda e decresce com o aumento da área. A sua importância está no fato que imagens com porosidades, descontinuidades e invaginações, tendem a ter borda maior e área menor do que se fossem mais regulares. Partindo da idéia que tumores malignos tendem a serem mais irregulares do que os benignos, C pode ser um parâmetro razoável para distinguir os dois tipos de tumores.

O segundo parâmetro analisado é a dimensão fractal da imagem. Sabemos que fractais são objetos de dimensão fracionária que apresentam ramificações, rugosidades ou porosidades em todas as escalas de comprimento (REIS, 2001). Um exemplo de aplicação da geometria fractal é a determinação da dimensão fractal (D) de objetos com superfícies ou bordas irregulares. No caso de agregados tumorais, é possível relacionar a D com a malignidade do tumor (REIS, 2001). Isso por que a dimensão fractal fornece uma medida quantitativa do grau de irregularidade da borda de um objeto e os tumores malignos tendem a ser mais irregulares.

O terceiro parâmetro estudado chamamos de regularidade do tumor, que é dada pela relação $R=\frac{Menor\ raio\ da\ borda}{Maior\ raio\ da\ borda}$, ou seja dividimos a distância do *pixel* da borda mais próximo do centro pela distância do mais distante. Este parâmetro é bom para distinção de tumores malignos e benignos pelo fato que tumores benignos tendem a ser mais esféricos, com R tendendo para o valor 1; já os tumores malignos são mais irregulares, com R mais próximo de 0.

Resultados e Discussão

Apresentaremos, a seguir, o programa desenvolvido e os resultados da extração dos parâmetros C, D e R de tumores benignos (figura 1 e figura 2) e de malignos (figura 3 e figura 4).

Os tumores malignos, em geral, apresentam um C alto, diferentemente dos benignos. Os valores da dimensão fractal não apresentaram um padrão que nos permitisse classificar os tumores. Talvez, este parâmetro seja relevante ao ser analisado conjuntamente com os outros. A regularidade mostrou-se como o parâmetro mais eficaz na distinção dos tumores, pois, pelo

menos em tumores de mamas, os benignos apresentaram um R bem mais próximo de 1 do que os malignos.

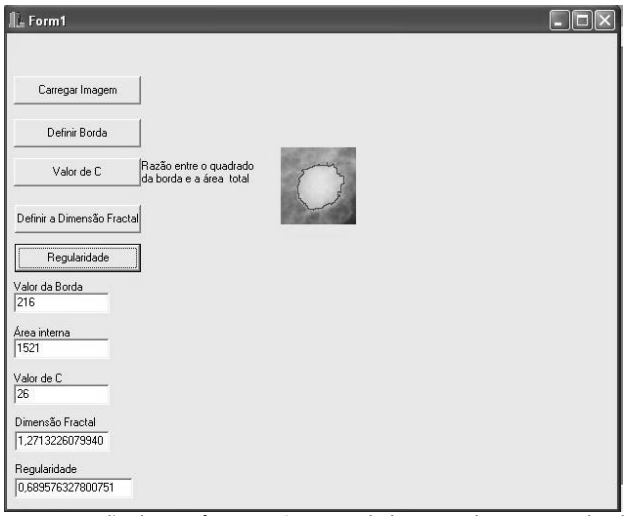


Figura 1. Extração dos parâmetros C, D e R da imagem de um tumor benigno.

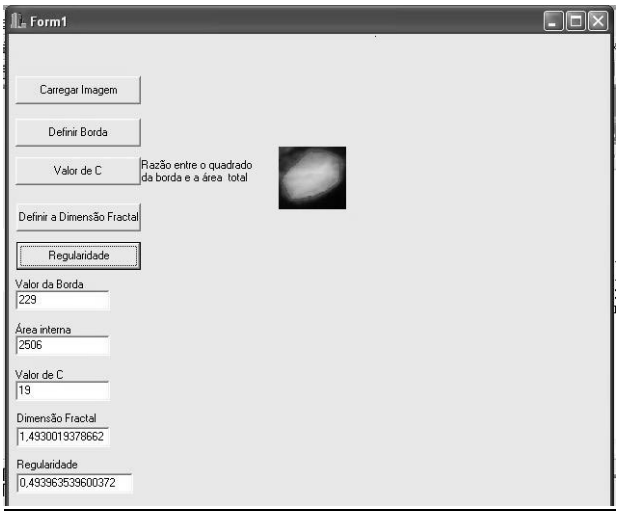


Figura 2. Extração dos parâmetros C, D e R da imagem de outro tumor benigno.

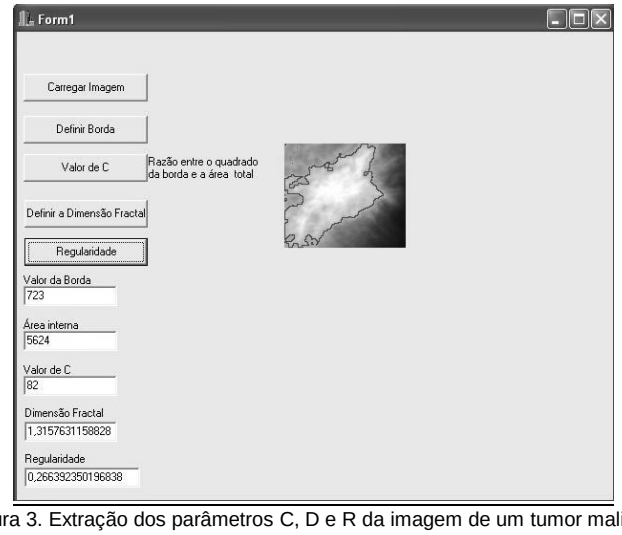


Figura 3. Extração dos parâmetros C, D e R da imagem de um tumor maligno.

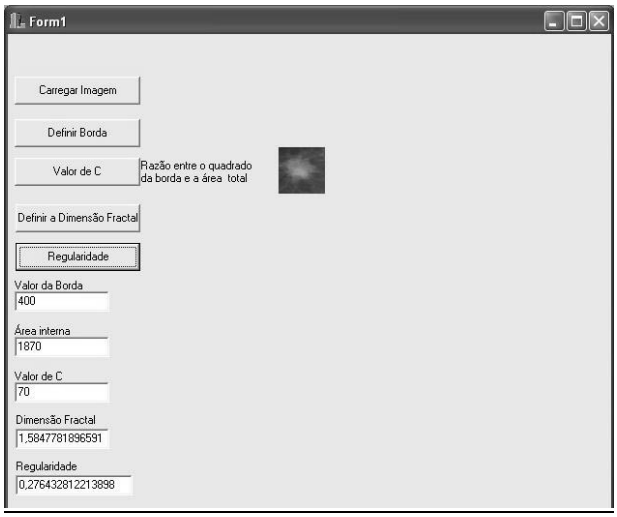


Figura 4. Extração dos parâmetros C, D e R da imagem de outro tumor maligno.

Conclusões

As diversas técnicas de tratamento de imagens existentes são de extrema importância para o projeto, bem como os algoritmos para detecção de bordas, devido ao fato que se ao detectar uma borda, podemos individualizar os objetos. O parâmetro C extraído dos agregados tumorais é razoável na distinção em benigno ou maligno, pois no segundo caso, o valor de C é maior. A análise dos valores da dimensão fractal dos tumores não possibilita, isoladamente, conclusões precisas em termo de distinção de tumores. A regularidade é um parâmetro de extrema valia na classificação dos tumores, pois os resultados nos mostraram que os benignos apresentaram regularidade bem maior do que os malignos.

Agradecimentos

Ao PIBIC-UNICAP, pela oportunidade de ser desenvolvida uma pesquisa sobre o crescimento dos tumores. Às colegas Rosa Helena e Keyla Mary, pelo fornecimento de parte dos resultados de suas pesquisas.

Referências

CHENG, H.D. et al. **Patern Recognition 36** (2003) 2967-2911.

REIS, Adriana Neves. **Simulação do crescimento de tumores**. 2001. 43f. Monografia (Bacharelado em Informática) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopodo, 2001.

WANGEHEIM, Aldo Von. **Visão computacional**. Disponível em <http://www.inf.ufsc.br/~visao/>. Acesso em: 27 de janeiro de 2004.

DESENVOLVIMENTO DE MODELOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS PARA ENSINO DE FISIOLOGIA – ESTUDO DA PRESSÃO ARTERIAL E SEUS DETERMINANTES

Fabiana Araújo Gonçalves de Figueirêdo[1]; Edílson Alves da Silva Júnior[2]

[1]Estudante do curso de Fisioterapia do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia, participante do Grupo de Pesquisa Plantas Medicinais: Estudos Farmacológicos. E-mail: edilsonjr@uol.com.br

Resumo

Nos últimos anos, as práticas para graduação e até mesmo os experimentos em pós-graduação com a utilização de animais foram sendo cada vez mais criticadas, e em muitos casos banidas por força de legislação e fiscalização dos cursos em geral. Visando atenuar a impossibilidade do uso de animais em práticas acadêmicas nas disciplinas de Fisiologia, procurou-se desenvolver, no presente estudo, modelos mecânico-hidráulicos que simulassem certos aspectos da função cardiovascular, em especial os aspectos que se relacionam à pressão arterial e seus determinantes. O modelo objetivou a identificação dos principais conceitos inerentes à pressão arterial, a análise dos determinantes e as variáveis que modificam essa pressão, assim como a substituição de animais de laboratório nessa atividade do bloco de Fisiologia Cardiovascular. Realizou-se um levantamento bibliográfico acerca da Pressão Arterial, procedendo-se à construção e montagem do modelo, realizadas com peças mecânico-hidráulicas, as quais não oferecem risco durante o manuseio, pois são interligadas por mecanismos de rosqueamento, soldagem etc. Aplicou-se um questionário às turmas dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional após a utilização do modelo para a avaliação da aplicabilidade/eficiência deste. Os resultados demonstraram que 50% dos 46 alunos submetidos ao questionário julgaram a potencialidade pedagógica do modelo como sendo excelente, 44% como boa e 6% como regular, comprovando sua eficiência. Conclui-se que houve melhor aprendizado por parte dos alunos e grande aceitação do modelo após o seu manuseio, demonstrando a funcionalidade da proposta e a aplicabilidade de modelos alternativos semelhantes ao apresentado neste estudo em substituição a animais de laboratório.

Palavras–chave: Fisiologia Cardiovascular, Ensino de Ciências, Pressão Arterial

Introdução

A Fisiologia é uma das disciplinas do núcleo básico dos cursos de Ciências da Saúde e de Ciências Biológicas e é importante pré-requisito para várias outras disciplinas. Constitui, junto com a Bioquímica e a Biofísica, um elo entre as disciplinas conhecidas como morfológicas e as do núcleo profissional dos referidos cursos. Prodigiosa em conceitos, às vezes bastante complexos, a Fisiologia necessita, de modo geral, de um suporte prático muito bem dimensionado e equilibrado para que o processo de aprendizagem dos alunos seja mais natural, o que se consegue, em termos básicos, através de demonstrações e práticas "clássicas" de laboratório, fazendo uso de animais (DAVIES *et al*, 2002).

Um dos principais blocos da Fisiologia, responsável por boa parte da carga horária dos cursos regulares da disciplina, é o bloco de Fisiologia Cardiovascular. Nele, muitos conceitos fundamentais

Projeto: Desenvolvimento de Modelos Mecânico-hidráulicos para Ensino de Fisiologia. **Órgão Financiador**: Pibic/Unicap

para os estudantes dos cursos já citados são discutidos. Entre esses conceitos, é indispensável o da força com que o sangue se choca contra a parede das artérias (os vasos de resistência do sistema circulatório, em contraposição às veias, vasos de capacitância), à qual denomina-se pressão arterial. Tradicionalmente esses conceitos são desenvolvidos com base em várias discussões teóricas e em algumas práticas, normalmente fazendo-se uso de cães, gatos e ratos e, em situações especiais, de preguiças e timbus (DAVIES *et al*, 2002).

O ensino teórico dos conceitos de fisiologia não deve ser separado, em muitos aspectos, das realizações de atividades experimentais ou das demonstrações práticas. Tradicionalmente, essas práticas e demonstrações são realizadas com animais de laboratório. No que diz respeito às atividades de laboratório envolvidas com o estudo da função cardiovascular, os animais mais utilizados são cães e gatos, normalmente encontrados pelos pesquisadores dias antes das práticas. Além de serem condenados ao sacrifício, esses animais são, muitas vezes, portadores de antropozoonoses, que podem afligir a saúde humana, e deveriam ter um período de quarentena em biotérios autorizados pelo IBAMA, com acompanhamento veterinário regular, o que não ocorre, hoje, na maioria dos biotérios (DAVIES *et al*, 2002).

Atualmente a legislação é muito rigorosa quanto ao uso de animais em experimentos e demonstrações práticas, reduzindo muito a possibilidade de tais aulas. Os aspectos éticos são seguramente os mais debatidos quando se aborda o uso de animais em experimentos científicos. Há mais de cem anos, com a utilização de animais para estudos fisiológicos pelo fisiologista Claude Bernard, surgiram as primeiras críticas à prática de vivissecção (www.mct.gov.br/legis; www.ibama.gov.br).

Os animais só devem ser utilizados quando não exista possibilidade de sua substituição por outra tecnologia e, em caso de imperiosa necessidade do seu uso, deve-se reduzir o número de animais, bem como aperfeiçoar as técnicas experimentais, de forma a minimizar a dor e o sofrimento causado aos mesmos (WILLIAM *et al, in:* GABEIRA, 1995).

O ideal é que não haja a utilização de animais com propósitos de investigação científica. Existem países trabalhando nesse sentido, como os da Comunidade Européia, onde o Centro Europeu para a Validação e os Métodos Alternativos vem desenvolvendo métodos de substituição e modelos de simulação por computador, o que exige uma estrutura laboratorial relativamente onerosa. (GABEIRA, 1995).

O bloco de Fisiologia Cardiovascular requer práticas acerca de certos assuntos como, por exemplo, a Pressão Arterial e seus Determinantes. No entanto, com a proibição do uso de animais necessários à realização da prática, resolveu-se desenvolver um recurso alternativo em substituição aos animais.

Visando a um aprendizado mais qualificado e concreto para os alunos, este estudo objetiva desenvolver modelos mecânico-hidráulicos que simulem a função cardiovascular humana, dando condições para que os alunos identifiquem os principais conceitos inerentes à pressão arterial e seus determinantes, assim como adaptar as características mecânica e hidráulica do modelo às várias possibilidades funcionais observadas no organismo vivo.

Material e Métodos

A funcionalidade do modelo mecânico-hidráulico foi demonstrada aos alunos dos cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional durante o momento referente à aula prática do bloco de fisiologia cardiovascular da disciplina de Fisiologia Humana, na Universidade Católica de Pernambuco.

O grupo de Fisioterapia era composto por 31 graduandos, que foram divididos com a

formação de subgrupos de sete alunos, em média. Procedimento semelhante foi aplicado ao grupo do curso de

Terapia Ocupacional, constituído por 19 alunos.

O modelo mecânico-hidráulico pode ser visualizado detalhadamente na figura 1. São observados os constituintes do modelo, com algumas representações fisiológicas:

A- representação do ventrículo esquerdo do coração;
B- representação da valva aórtica;
C- representação da artéria aorta;
D- representação dos ramos terminais da aorta (artérias ilíacas primitivas);
E- representação das artérias periféricas apendiculares;
F_1 - F_2 - válvulas de controle de fluxo de água do sistema (sem correspondentes fisiológicos);
G_1 - representação das arteríolas em situação de tônus normal;
G_2 - representação das arteríolas em situação de vasoconstrição;
H- válvula para o controle da saída de água (sem representação fisiológica);
I- torneira por onde sairá a água (sem representação fisiológica) para mensuração do débito cardíaco;
J- representação da ramificação da aorta em arteríolas de diferentes calibres; em ambas arteríolas, é notória a presença de um orifício que dará condições para vazão da água, cuja altura da coluna é indicativa da pressão arterial;
K- representação do sangue pelo água dentro do sistema.

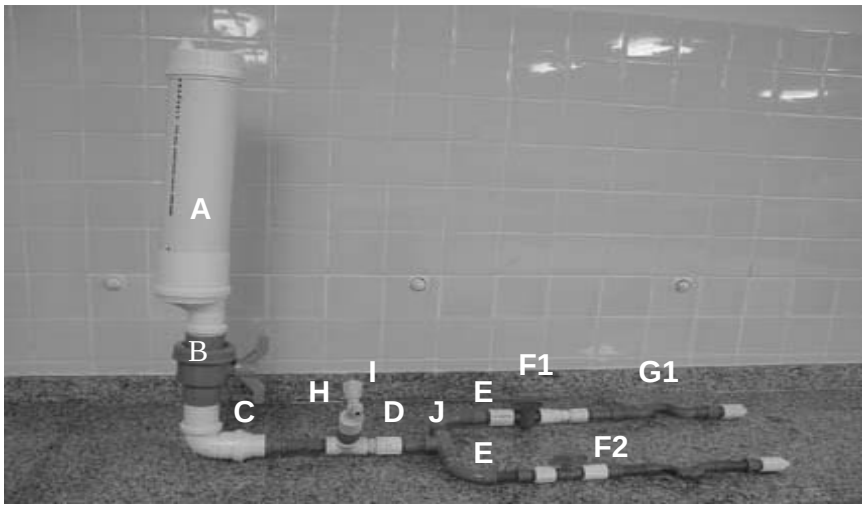


Fig 1- Modelo para simulação de aspectos fisiológicos acerca da PA.

O modelo foi apresentado passo a passo de forma didática. Primeiramente houve uma introdução teórica, na qual foi justificada a construção do modelo e logo após houve uma fundamentação teórica acerca do sistema cardiovascular e da pressão arterial (PA). O modelo simulava variações tanto no débito cardíaco (DC) (a partir da diminuição ou aumento da volemia, representada pelo volume de água) quanto na resistência vascular periférica (RVP), a partir de modificações no diâmetro do calibre das arteríolas. A importância da RVP como determinante da pressão arterial foi evidenciada segundo o protocolo seguinte: a válvula que representa a valva aórtica (A) foi aberta e permitiu a passagem de água para os canos que reproduzem as arteríolas do corpo (E), simulando um débito cardíaco basal. A válvula F_2 foi ocluída, enquanto a F_1

permaneceu aberta. Desse modo, observou-se a saída de água pelo orifício da representação da arteríola G_1 e mediu-se a altura que a coluna de água atingiu. Acrescentou-se mais água ao modelo, simulando um aumento no DC e repetiu-se o processo;

como resultado, obteve-se um aumento na altura da coluna de água ejetada pela representação da arteríola G_1. Após essa situação, a válvula F_2 também foi aberta e foi observada uma coluna de água proveniente do orifício da representação da arteríola G_2. De ambas representações das arteríolas jorraram colunas de água de diferentes alturas: a coluna de água proveniente da representação G_2 teve maior altura que a proveniente da representação G_1, o que demonstrou a influência dos diferentes calibres, ou seja, das diferentes Resistências Vasculares Periféricas sobre a PA.

Sendo assim, o modelo demonstrou modificações na PA a partir de variações nos seus determinantes. Ao término da discussão, a apresentação foi finalizada e os alunos responderam um questionário acerca de conceitos inerentes ao tema gerador e também avaliaram a aplicabilidade pedagógica do modelo.

Resultados e Discussão

Foi aplicado a todos os alunos que participaram das atividades práticas um questionário constituído por sete perguntas, sendo cinco objetivas e duas subjetivas. As objetivas foram referentes à fundamentação teórica relacionada ao conceito de pressão arterial, enquanto as subjetivas tiveram relação com a potencialidade do modelo como elemento simulador dos processos fisiológicos, com a importância dessa prática no bloco de fisiologia cardiovascular e com o grau de evolução conceitual relacionado à aplicação da proposta pedagógica.

Houve, no que diz respeito às questões objetivas, clara indicação de evolução conceitual com a aplicação do modelo. Quando os alunos foram questionados acerca da aplicabilidade do mesmo e acerca da sua eficiência como recurso pedagógico, as respostas foram bem conclusivas e se encontram resumidas no quadro 1

Quadro 1 – Referente à segunda questão subjetiva do questionário

	Excelente	Boa	Regular	Ruim	Total
Alunos	**16**	**14**	**2**	**0**	**32**
%	**50**	**44**	**6**	**0**	**100**

Fonte: Pesquisa direta

A evolução conceitual associada ao uso do modelo foi bastante significativa, podendo-se falar o mesmo quanto à aceitação da proposta pedagógica pelos principais atores no processo de aprendizagem, os alunos. Metade dos alunos achou excelente a atividade prática com o modelo, e todos o consideraram, no mínimo, regular como recurso didático, o que revela sua aplicabilidade nas aulas práticas de Fisiologia.

Conclusão

Com base nos resultados obtidos, pode-se, em princípio, concluir que o modelo desenvolvido se adequa ao estudo prático dos determinantes da pressão arterial, sendo recurso pedagógico útil à evolução conceitual e à boa compreensão da importância das variáveis que regem a força com que o sangue se choca contra as paredes dos vasos arteriais. Esta é, pois, uma

linha de pesquisa interessante, que vem preencher parcialmente uma lacuna imposta pelas novas diretrizes relacionadas ao uso de animais em experimentação e atividades práticas em Fisiologia.

Referências

1) DAVIES, A; BLAKELEY, A G H; KIDD C. **Fisiologia Humana**. Porto Alegre, Artmed, p. 542 – 543, 571 – 582, 599 – 609, 766 – 767, 2002.

2) GABEIRA, F. **Projeto de Lei sobre Pesquisa em Animais.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/HCPA/gppg/pl1153.htm. Acessado em 14//10/03.

3) WILLIAM et al *in:* GABEIRA, F. **Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias**. Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 1.153, De 1995; disponível em: http://www.ufrgs.br/HCPA/gppg/pl1153.htm. Acessado em 14/10/03.

4) **Aspectos éticos na pesquisa em animais**. Disponível em: www.mct.gov.br/legis. Acessado em 10/05/03.

5) **Ponderações sobre o ensino utilizando práticas em animais**. Disponível em www.ibama.gov.br. Acessado em 10/05/03.

DESENVOLVIMENTO DE MODELOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS PARA O ENSINO DE FISIOLOGIA – ESTUDO DO DÉBITO CARDÍACO E SEUS DETERMINANTES

Mônica Patrícia Rodrigues do Nascimento[1]; Edilson Alves da Silva Júnior[2]

[1]Estudante do Curso de Fisioterapia do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia participante do Grupo de Pesquisa Plantas Medicinais: Estudos Farmacológicos.E-mail edilsonjr@uol.com.br

Resumo

As atividades práticas nas disciplinas de Fisiologia para os cursos de Ciências Biológicas e Ciências da Saúde têm sido consideradas indispensáveis nos meios acadêmicos ao longo dos anos. A utilização de animais de laboratório, como sapos, rãs, coelhos, ratos e camundongos foi considerada indispensável por muito tempo, e abusos surgiram a partir dessa universalidade no uso de animais. Nos últimos anos, contudo, e em especial no Brasil, as práticas para graduação e até mesmo os experimentos em pós-graduação, com a utilização de animais foram sendo cada vez mais criticados, e em muitos casos banidos por força de legislação e fiscalização dos cursos em geral. Muitos cursos tradicionais vêem-se obrigados a extinguir ou gravar práticas para posterior demonstração, em vídeo, aos seus alunos. Visando atenuar o problema de usar animais em práticas acadêmicas nas disciplinas de Fisiologia, o presente estudo procura desenvolver modelo mecânico-hidráulico que possa simular certos aspectos da função cardiovascular, em especial os fatores que se relacionam ao Débito Cardíaco e os seus determinantes. Esse modelo foi utilizado nos cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Unicap para avaliar a sua eficácia e aplicabilidade, a partir das quais foi definida sua potencialidade acadêmica.

Palavras-chave: Ensino de Ciências, Fisiologia Cardiovascular, Débito Sistólico

Introdução

A disciplina de Fisiologia, humana ou animal, faz parte de todos os cursos das áreas de Ciências da Saúde e de Ciências Biológicas, independentemente de sua natureza. A Fisiologia é uma das disciplinas do núcleo básico desses cursos, sendo importante pré-requisito para várias outras disciplinas e constituindo, junto com a Bioquímica e a Biofísica, um elo entre as disciplinas conhecidas como morfológicas (Anatomia, Citologia, Histologia e Embriologia) e as disciplinas do núcleo profissional dos referidos cursos. A Fisiologia necessita, de modo geral, de um suporte prático muito bem dimensionado e equilibrado para que o processo de aprendizagem dos alunos seja mais natural, o que se consegue, em termos básicos, através de demonstrações e práticas "clássicas" de laboratório, fazendo uso de animais.

O ensino teórico dos conceitos de fisiologia não devem ser separados, em muitos aspectos, da realização de atividades experimentais ou demonstrações práticas.

Projeto: Desenvolvimento de Modelos Mecânico-Hidráulicos para o Ensino de Fisiologia. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP

Tradicionalmente, essas práticas e demonstrações são realizadas com animais de laboratório e, no que diz respeito às atividades de laboratório envolvidas com o estudo da função cardiovascular, os animais mais utilizados são cães e gatos, normalmente encontrados pelos pesquisadores dias antes das práticas (DAVIES *et al*, 2002).

Atualmente a legislação é muito rigorosa quanto ao uso de animais em experimentos e demonstrações práticas, reduzindo muito a possibilidade de tais aulas. Todos os animais que serão utilizados numa dada aula deverão provir de um biotério credenciado pelo IBAMA, tendo permanecido pelo período mínimo de 10 dias sob observação profissional que venha dar suporte ao ensino de fisiologia (www.mct.gov.br/legis; www.ibama.gov.br).

A preocupação com atos de crueldade cometidos contra os animais está presente na legislação brasileira. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, considera crime, punível com detenção, de três meses a um ano, e com multa, praticar atos de abuso, maus-tratos, ferirmentos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (art. 32, caput). Segundo o § 1º do mesmo artigo, incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. Em relação à experimentação animal, vigora ainda a Lei nº 6.638, de oito de maio de 1979, que estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais e determina outras providências (GABEIRA,1995).

Dispõe ainda, nos capítulos III e IV, sobre a utilização de animais em atividades de ensino, pesquisa e experimentação, segundo a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (substitutivo ao Projeto de Lei Nº 1.153, de 1995).

A necessidade de manter a demonstração prática do bloco da fisiologia cardiovascular (especialmente em relação aos temas geradores) sem, no entanto, utilizar animais de experimentação constitui um dos principais objetivos dos trabalhos propostos neste projeto, que visa desenvolver modelos de natureza mecânico-hidráulicos representativos de aspectos da função cardiovascular humana, nos quais se possa identificar os principais conceitos inerentes à função do coração como bomba é analisar os principais determinantes do débito cardíaco e as variáveis que podem modificar o volume sangüíneo ejetado pelo coração em cada ciclo cardíaco, adaptando as características mecânicas e hidráulicas dos modelos às várias possibilidades funcionais observadas no organismo vivo.

Metodologia

Realizaram-se, no laboratório de fisiologia da Universidade Católica de Pernambuco, Recife – PE, duas aulas práticas da disciplina Fisiologia Humana, tendo como tema o sistema cardiovascular. Foi empregado para o desenvolvimento dessas atividades o protótipo do modelo mecânico-hidráulico para ensino de fisiologia, voltado ao estudo do débito cardíaco e de seus determinantes. Participaram das aulas práticas quarenta e oito alunos, dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, todos cursando o segundo período. O modelo foi apresentado e seus constituintes explicados analogamente com a anatomia e a fisiologia do sistema cardiovascular (figura 1).

A- representação do ventrículo esquerdo do coração;
B- representação da valva aórtica;
C- representação da artéria aorta (figura 2);
D- representação dos ramos terminais da aorta (artérias ilíacas primitivas);
E- representação das artérias periféricas apendiculares;
F_1 - F_2 - válvulas de controle de fluxo de água do sistema (sem correspondentes

fisiológicos);

G_1- representação da arteríola em situação de tônus normal;
G_2- representação da arteríola em situação de vasoconstrição;

H- válvula para o controle da saída de água (sem representação fisiológica) (figura 2);
I- torneira para vazão da água (sem representação fisiológica) para mensuração do DC (figura 2);
J- ramificação da aorta em arteríolas de diferentes calibres. Em ambas arteríolas existe um orifício que permite a vazão da água;
Obs.: a água dentro do sistema representa o sangue.

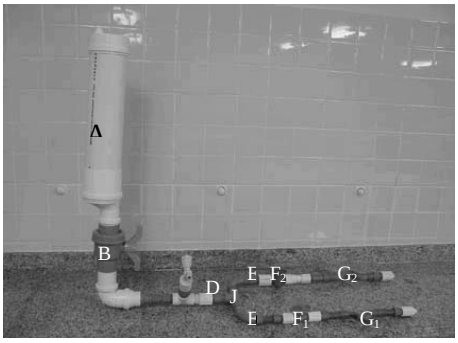


Figura 1 – Protótipo do Modelo para Ensino de Fisiologia

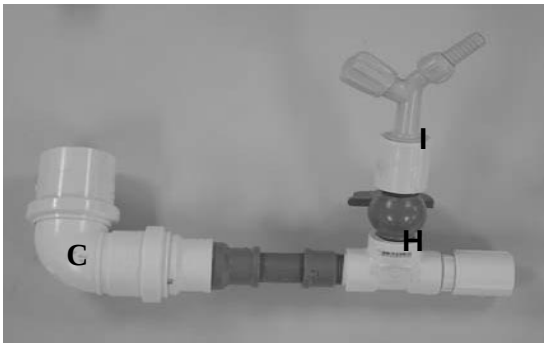


Figura 2 – Conexão das peças: **C**, referente à artéria aorta; **H**, válvula para controle do fluxo d'água, sem representação fisiológica, e **I**, torneira para controle e saída do fluxo d'água (representativo do débito cardíaco)

Procedeu-se à mensuração do débito cardíaco basal e das variações nesse DC mediante alterações da pré-carga ventricular, modificando-se o volume de água no compartimento A, e da pós-carga ventricular, mediante alterações do grau de oclusão da válvula B. Ao final, foram aplicados questionários aos alunos, com questões objetivas e subjetivas, com o objetivo de avaliar a atividade proposta e o protótipo do modelo.

Resultados e Discussão

Foram aplicados questionários aos alunos participantes das atividades práticas logo após sua conclusão, visando avaliar a evolução conceitual dos mesmos em relação ao tema gerador. Esses questionários eram compostos por cinco questões objetivas, de múltipla escolha (avaliativas da adequação pedagógica do modelo), e por quatro questões subjetivas (avaliativas da aplicabilidade do modelo). Obtiveram-se, entre outros, os seguintes resultados no que diz respeito às questões objetivas:

Quadro1. Quantificação das respostas de algumas questões objetivas

	Acertos	Erros	Sem resposta	Total
Questão 1	**36**	**3**	**9**	**48**
Questão 2	**30**	**18**	**0**	**48**
Questão 3	**45**	**2**	**1**	**48**

Os dados acima deixam bem clara a evolução conceitual dentro do tema gerador, que surgiu com a adoção do modelo fisiológico para estudo do débito cardíaco nas aulas práticas. O conceito de pré-carga ventricular e pós-carga ventricular normalmente é difícil para o aluno comum, principalmente quando se limita seu ensino à exposição teórica. As questões relacionadas acima tratavam exatamente

dos conceitos inerentes aos determinantes do débito cardíaco, como a pré e a pós-carga ventriculares, e percebeu-se uma resposta muito boa em termos de melhora na compreensão do tema com o uso do modelo.

Nas várias questões propostas, um número mínimo de 30 acertos foi verificado, o que percentualmente, num universo de 48 alunos, representa mais de 63% de acertos. Numa outra questão, o percentual de acertos, após o uso do modelo, subiu para mais de 94%.

Outro aspecto importante a ser considerado, não expresso no quadro acima, é que mais de 90% dos alunos acharam a proposta do modelo excelente ou boa, não havendo nenhuma referência a não-aplicabilidade ou incoerência do modelo.

Conclusão

O manuseio do modelo na aula prática demonstra ser de eficácia indiscutível, uma vez que, além de complementar os assuntos apresentados nas aulas teóricas, oferece aos alunos uma maior compreensão desses.

Observou-se que a visualização esquemática dos processos cardiovasculares e dos contribuintes mecânicos e hemodinâmicos à função de bomba cardíaca, fundamental ao débito cardíaco, é absolutamente adequada e necessária à boa evolução conceitual dentro do tema gerador, contribuindo significativamente para um melhor entendimento e mais fácil evolução conceitual dos alunos, o que revela os aspectos pedagógicos positivos da proposta do modelo.

Enfim, o modelo em questão desenvolvido neste projeto demonstrou eficácia, aplicabilidade e um excelente potencial didático-pedagógico para o ensino prático da fisiologia cardiovascular.

Referências

DAVIES, A ; BLAKELEY, A , G, H. & KIDD, C. **Fisiologia Humana**. Porto Alegre – RS. Ed. Artmed, p. 52-543, 571-582, 599-609, 766-767, , 2002.

GABEIRA, F. **Projeto de Lei sobre Pesquisa em Animais.** Disponível em: http:// www.ufrgs.br/HCPA/gppg/pl1153.htm. Acessado em 14//10/03.

GABEIRA, F. **Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias**. Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 1.153, De 1995; disponível em: http://www.ufrgs.br/HCPA/gppg/pl1153.htm. Acessado em 14/10/03.

Aspectos Éticos na Pesquisa em Animais. Disponível em: www.mct.gov.br/legis . Acessado em:10/05/03.

Ponderações Sobre o Ensino Utilizando Práticas em Animais. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acessado em : 10/05/03.

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE APOIO AO DIAGNÓSTICO DE CARDIOPATIAS PEDIÁTRICAS

Jana Jasmin Del Prado Filartiga[1], Tânia Maria Nery[2]

[1] Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia, E-mail: jana@dei.unicap.br
[2] Professora do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas, E-mail: tnery@unicap.br

Resumo
Este trabalho descreve as etapas do projeto, iniciando-se pelo estudo das cardiopatias pediátricas, que têm elevado grau de dificuldade no estabelecimento de um diagnóstico. Com os conhecimentos adquiridos através das pesquisas e também com ajuda de uma especialista na área de cardiologia pediátrica, construiu-se uma árvore de diagnóstico de cardiopatias pediátricas, com os sintomas e possíveis diagnósticos para uma determinada cardiopatia, visando ao desenvolvimento do escopo de um Sistema de Apoio ao Diagnóstico. Esse tipo de sistema é bastante utilizado para resolução de problemas mais complexos e menos estruturados, sendo uma forte ferramenta para auxílio ao diagnóstico médico. O Sistema de Apoio ao Diagnóstico de Cardiopatias Pediátricas (SADCP) resultante do projeto é interativo, flexível e adaptável a mudanças, ajudando aos médicos a tornarem o exame clínico mais rápido, visto que a base de dados incorporada ao SAD possui inúmeras informações a respeito de um determinado assunto, auxiliando o médico em um diagnóstico mais preciso, possibilitando um meio útil de decisão e, por conseguinte, diminuindo a margem de erros.

Palavras-chave: inteligência artificial; sistema de apoio à decisão; informática médica.

Introdução

Em crianças portadoras de cardiopatias no primeiro ano de vida, o importante é que o diagnóstico seja feito logo após o nascimento, ou ainda na gestação, o que dificulta o diagnóstico clínico. As doenças cardiovasculares encontradas na infância resultam normalmente de anormalidades congênitas, o que pode ser observado nas estatísticas a seguir: cerca de 90% de todos os casos de insuficiência cardíaca durante a infância ocorrem antes de terminar o primeiro ano de vida e a maioria dentro dos primeiros meses; as cardiopatias congênitas ocorrem em quase 1% das crianças nascidas vivas em todo o mundo e provavelmente são causadas pela interação entre predisposição genética e fatores ambientais" (FONTES, 2003).

Para que haja melhores resultados no tratamento desses pacientes, há necessidade de uma abordagem cada vez mais precoce e intervencionista. Por conta disso, são cada vez mais utilizados sistemas especialistas na área médica.

Além da melhoria na qualidade do atendimento, percebe-se a importância do desenvolvimento de sistemas que ajudem no diagnóstico. O propósito desses sistemas não é o de substituir o médico, mas sim ampliar a sua experiência e conhecimentos, fazendo com que os erros em diagnósticos sejam reduzidos (LEVINE, 1988). Esses tipos de sistemas são denominados Sistemas Especialistas, e tentam

Projeto: Desenvolvimento de um Sistema de Apoio ao Diagnóstico de Cardiopatias Pediátricas. **Órgão Financiador:** PIBIC (UNICAP)

emular a capacidade de resolver problemas e tomar decisões utilizando métodos de Inteligência Artificial (IA) (pode ser vista como uma maneira de fazer o computador "pensar inteligentemente"). Os sistemas especialistas podem ser classificados de dois modos diferentes: sistemas de apoio à decisão e sistemas de tomada de decisão (LEVINE, 1988).
Nesse projeto, foi desenvolvido um Sistema de Apoio à Decisão (SAD), os quais são sistemas complexos que permitem total acesso à base de dados corporativos, modelagem de problemas, simulações e possuem uma interface amigável. Isso faz com que esses sistemas sejam comumente utilizados em medicina, uma vez que as regras de inferência são aplicadas sobre uma grande base de conhecimento, que incluem sintomas e tratamentos possíveis, para que se possa identificar a doença e posteriormente oferecer um tratamento adequado. A tomada de decisão é basicamente a escolha de uma opção entre diversas alternativas existentes, seguindo determinados passos previamente estabelecidos e culminando na resolução de um problema de modo correto (SEGULEM, 1995).
A tomada de decisão na área médica é um processo baseado em probabilidades e cercado de incertezas. Além das dificuldades de implementação de sistemas de apoio ao diagnóstico, é essencial a presença de um especialista (médico) no desenvolvimento do sistema, tornando esses sistemas bastante confiáveis e úteis (SABBATINI, 2003).
O uso dos SAD's pode vir a aumentar a qualidade de atendimento oferecido ao paciente, uma vez que a prática médica exige uma constante tomada de decisões (SEGULEM, 1995).

Metodologia

Para a obtenção de um escopo eficiente no desenvolvimento de um Sistema de Apoio ao Diagnóstico, foram realizadas reuniões com uma especialista na área de cardiologia pediátrica, a Doutora Sandra Mattos, Diretora da Unidade Cardio Materno-fetal do Real Hospital Português (RHP). Enfatizou-se o estudo de cardiopatias infantis, para a construção da árvore de diagnósticos, que é a base para a construção do SAD.
Para o desenvolvimento tanto do banco de dados para o armazenamento de informações do médico e do paciente, quanto das telas do SADCP, utilizou-se o Access XP Professional, um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), que tem como função fornecer meios de armazenamento e recuperação de dados, além de garantir sua persistência e integridade. Foi escolhido esse software para o desenvolvimento por ele possuir operações bastante simples e dinâmicas, e ainda dispõe dos recursos de manipulação do Windows, além de oferecer diferentes configurações de segurança, dependendo das necessidades específicas da aplicação.

Resultados e Discussão

O SADCP utiliza banco de dados relacional para guardar informações sobre o médico, o paciente e o que mais for necessário para ser um sistema completo para utilização na própria clínica ou hospital que o médico consulta. Essa parte do sistema não possui maior dificuldade, uma vez que é uma base de dados simples.
Para o SADCP ser útil na área de cardiologia, utilizou-se uma estrutura hierárquica das cardiopatias com seus respectivos sintomas, a árvore de diagnóstico, construída após estudos resultantes de pesquisa bibliográfica (SCIELO, 2003). Essa árvore é composta por perguntas e respostas, encadeando uma estrutura lógica que viabiliza o desenvolvimento de sistemas de apoio à decisão aplicados a diagnósticos.
A primeira pergunta que um SADCP fará ao usuário do sistema (médico) será apenas o início do caminhamento na estrutura. Para o médico obter o diagnóstico de um determinado paciente terá que responder a todas as perguntas, que são referentes aos sintomas identificados no paciente. Esses sintomas podem ser observados tanto pelo olhar clínico do médico, quanto até por um

exame mais complexo (ex: eletrocardiograma) (MATTOS, 2003).
Parte da árvore é detalhada a seguir, de modo a oferecer um melhor entendimento da estruturação do sistema desenvolvido. A primeira pergunta feita pelo sistema é apenas o começo de uma seqüência, onde o médico terá que responder para obter o diagnóstico de um determinado paciente (SCIELO, 2003).

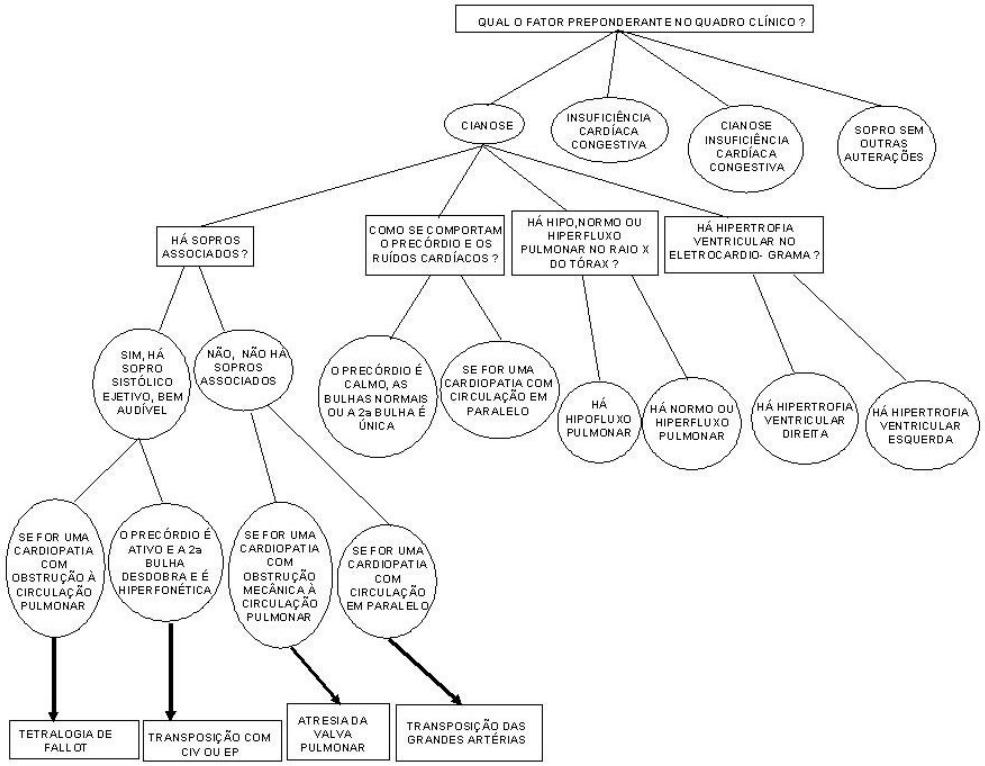


Figura 1: Subárvore da Árvore de Diagnóstico Diferencial, utilizada para elaboração do SADCP.

Cada pergunta (algumas delas podem ser observadas na figura acima) é colocada em uma tela, onde, após a escolher a resposta, o médico clica no botão *próximo* para responder à pergunta da seqüência. O modelo dessa tela pode ser visto na Figura 2.

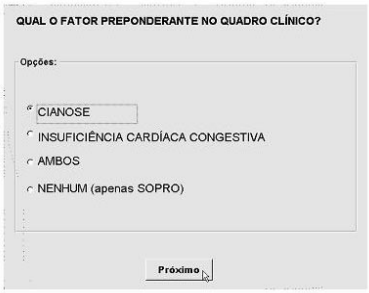


Figura 2: Tela utilizada no SADCP.

Além de perguntas e respostas, cada tela do sistema poderá conter informações e dicas a respeito das cardiopatias (Ex: descrição, imagem,...), raciocínio lógico e sinais, que poderão ser necessárias ao usuário na escolha correta de uma das opções. Informações mais detalhadas poderão ser consultadas por meio de *links* encontrados na própria tela.

Conclusões

As informações obtidas no decorrer do projeto permitem visualizar, de uma forma bastante evidente, a enorme importância da informática em serviços de rotina médica, com destaque para a Cardiologia Pediátrica. O Sistema de Apoio ao Diagnóstico de Cardiopatias Pediátricas resultante do projeto possibilita o estabelecimento de diagnósticos precoces, o que significa uma melhora importante na qualidade do atendimento médico.

O Sistema desenvolvido nesse projeto utiliza os conhecimentos adquiridos pelo detalhamento da árvore de diagnóstico, tornando um sistema muito útil no estabelecimento de diagnósticos em clínicas de Cardiologia Pediátrica. Sua utilização, além de diminuir o tempo da consulta médica e o número na quantidade de erros médicos, uma vez que gera um diagnóstico diferencial, possibilitará a produção de tutoriais e de educação a distância, bem como uma segunda opinião em Telemedicina.

Agradecimentos

Aos professores Tânia Nery e Guilherme Vilar, que confiaram a mim o desenvolvimento de um sistema de extrema importância na área cardiológica. À Doutora Sandra Mattos, que, com seus conhecimentos na área, possibilitou o desenvolvimento de um sistema útil. Ao PIBIC, cujo apoio financeiro tornou possível a realização desse projeto.

Referências

ACERETE, F. **Insuficiência Cardíaca Na Infância**. Disponível em: < http://members.tripod.com/medlife_ua/ >. Acesso em: out.2003.

FONTES, V.F. A cardiologia Pediátrica. Disponível em:<http://www.brasilmedicina.com>. Acesso em: out. 2003.

LEVINE, Robert I; DRANG, Diane E. **Inteligência artificial e sistemas especialistas**. 1. ed. Sao paulo: McGraw-Hill, 1988. 264 p.

MATTOS,S. **Diagnóstico Diferencial das Cardiopatias na Infância. Métodos Diagnósticos – História, Exame Físico e Diagnóstico Diferencial**. Módulo 2. Cardiologia para Pediatras: Educação Médica Continuada – CADUCEUS – UCMF – INCOR-PE – RHP. [199 -?]. p.15-21.

SABBATINI,R. M.E. **Uso do Computador no Apoio ao Diagnóstico Médico**. Revista Informédica, 1(1): 5-11, 1993. Disponível em: < http://www.epub.org.br/informed/decisao.htm>. Acesso em: Dez. 2003.

SCIELO,I. **Construindo um Sistema de Apoio a Decisão**. Disponível em: < http://www.datawarehouse.inf.br/artigos.asp > Acesso em: ago. 2003.

SEGULEM,D. et.al. **Informática na Medicina: Recursos aos Sistemas de Apoio à Decisão em Saúde**. Revista Ciência Hoje. Rio de Janeiro. Volume 19, número 111, Pág. 24-29, Julho, 1995.

DESENVOLVIMENTO DO HARDWARE E PROCESSAMENTO DO SISTEMA

Mitsuo Takaki[1]; Sérgio Murilo Maciel Fernandes[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia. E-mail: mitsuo_takaki@yahoo.com.br;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia Participante do Grupo de Tecnologia da Informação – GTI. E-mail: smmf@dei.unicap.br

Resumo
Com a evolução das tecnologias da informação, tornou-se possível criar sistemas de automação de ambientes. A metodologia utilizada para a criação da arquitetura do sistema torna os sensores, que são dispositivos passivos, em ativos, descentralizando o processamento das informações, por conseguinte. Para isso, estão sendo criadas controladoras para os sensores, diminuindo a sobrecarga de processamento no computador. Esta arquitetura está sendo construída da seguinte forma: um computador faz a comunicação homem-máquina, um dispositivo FPGA realiza a comunicação do computador com os sensores e as controladoras dos sensores. Foi utilizada a linguagem VHDL para realizar simulações, possibilitando resultados significativos. O FPGA é uma tecnologia de circuitos integrados, o qual pode ser reprogramado após sua manufatura. A sigla VHDL significa *Very High Speed Integrated Circuit Hardware Description Language*, que é uma linguagem de descrição de *hardwares*. A arquitetura definida permite criar uma rede de sensores flexível, a qual se adapta ao ambiente.

Palavras-chave: Automação de Ambientes, VHDL, FPGA.

Introdução

Com o advento das tecnologias da informação e a evolução dos aparelhos eletrônicos, tornou-se possível criar ambientes automatizados. A automação de ambientes permite que este seja monitorado local ou remotamente. Isto possibilita uma economia de recursos, como por exemplo a de iluminação, além de melhorar a segurança física – notificando a entrada não autorizada no ambiente (BRUMITT, CADIZ, 2000). A automação vem sendo utilizada constantemente na indústria para automatizar processos pré-definidos. A presença de computadores pessoais e de aparelhos eletrônicos “inteligentes” nas residências tem crescido ultimamente, o que possibilita uma melhor implementação do sistema. Apesar de estas tecnologias estarem presentes em muitos ambientes, não são utilizadas de forma a aproveitar todas as suas potencialidades.
As chamadas “casas inteligentes” são apenas um exemplo de um campo das tecnologias conhecidas como auxiliares. Estas podem ser divididas em duas categorias: **dispositivos ativos**, como painéis de controle e interruptores, com os quais interagem diretamente com os usuários, e **dispositivos passivos**, como sensores, aos quais os usuários não têm contato direto, segundo Dewsbury *et al* (2001). Estes dispositivos e outras tecnologias fornecem quatro principais divisões, chamadas de tecnologias auxiliares, as quais são dispositivos ou sistemas que permitem a um indivíduo realizar uma tarefa por meio destes, ou aumentar a facilidade e segurança para realizá-la. Tecnologias adaptativas são aquelas que permitem que qualquer sistema ou dispositivo possa ser modificado de acordo com as necessidades de um indivíduo, e que essa tarefa possa ser realizada com mais facilidade e segurança; com design inclusivo,

Projeto: Automação de Ambientes. **Órgão financiador**: PIBIC - UNICAP.

ou “tecnologias desenvolvidas para todos”, aquela tecnologia que permite o uso dos dispositivos e sistemas por uma grande faixa da população; dispositivos médicos são todos aqueles produtos usados nos cuidados da saúde, para diagnóstico, prevenção, monitoramento e tratamento de lesões e doenças.
A presente pesquisa foi realizada objetivando desenvolver um sistema de automação para criar um ambiente de automação flexível e dinâmico, onde a rede de sensores pode ser alterada em qualquer instante. Também foi objetivada a criação de protocolos de comunicação, a implementação de *hardwares* na linguagem VHDL e a simulação e validação dos resultados.

Metodologia

O FPGA é uma tecnologia de circuitos integrados e sua funcionalidade pode ser programada depois da manufatura, ou seja, este pode ser reprogramado diversas vezes. Esta tecnologia também é conhecida como *hardware* evolutivo. A sigla VHDL significa *Very High Speed Integrated Circuit Hardware Description Language*, ou seja, é uma linguagem de descrição de circuitos integrados (PEACOCK, 2003).
As linguagens de HDL são bastante utilizadas para descrever a arquitetura e o comportamento de sistemas eletrônicos discretos pela indústria de *hardwares*. Projetar sistemas em HDL é útil em grandes projetos, nos quais há um trabalho em conjunto, pois esta fornece um desenvolvimento estruturado. Ao se utilizar a VHDL, criam-se definições de alto nível do projeto de um sistema. VHDL suporta uma forma de descrever sistemas em que estruturas podem ser combinadas a descrições de comportamento ou algoritmos. Com isso, é possível descrever arquiteturas de sistemas com um alto nível de abstração. Depois que uma entidade é definida, torna-se possível reutilizá-la em outros projetos. Assim criam-se bibliotecas de entidades para uso posterior, segundo Synopsys (1996).
Através de uma revisão bibliográfica, foi possível definir os materiais necessários ao desenvolvimento do projeto. Foi necessária a utilização da linguagem VHDL para a simulação e validação dos circuitos projetados. Os códigos escritos nessa linguagem podem ser transferidos diretamente para um FPGA, viabilizando a implantação do sistema no ambiente desejado.
Através da utilização da linguagem VHDL, o projeto pode ser feito de forma modular e estruturada. São criados módulos básicos, os quais foram desenvolvidos independentemente, criando-se bibliotecas de entidades. Estas podem ser instanciadas, formando assim um único dispositivo que agrega as várias partes.

Resultados e Discussão

Os estudos realizados com a revisão bibliográfica evidenciam meios e formas importantes para selecionar uma metodologia mais adequada ao contexto, da definição da arquitetura do sistema. A arquitetura do sistema foi definida da seguinte forma (figura 1):

- o computador, com acesso a Internet, faz a interface homem-máquina. Foi desenvolvido através de linguagens de alto nível e se comunica com o FPGA através da porta paralela ou USB. Esta última possibilita transmissões em altas velocidades;
- o dispositivo FPGA, desenvolvido através da linguagem VHDL, faz a comunicação dos sensores com o computador;
- foram criadas controladoras para processar as informações dos sensores, os quais são dispositivos ativos, e enviá-las para o FPGA, também na linguagem VHDL. Através de sensores, a controladora extrai as variáveis do ambiente.

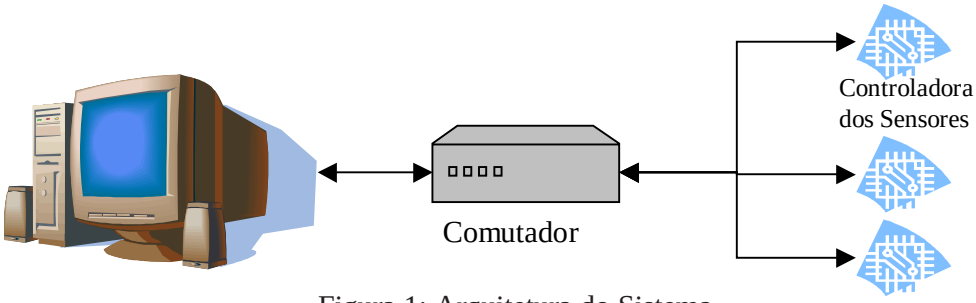


Figura 1: Arquitetura do Sistema

A principal vantagem dessa metodologia é a flexibilidade do sistema, pois este se adapta ao ambiente, e permite ao usuário instalar novos sensores sem reestruturação do sistema. Assim, não há sobrecarga do computador pelo processamento das informações desnecessárias, pois as controladoras irão processá-las. A principal desvantagem foi a dificuldade de implementação (MORAES *et al*, 2001).

A modularização do sistema foi importante para a criação de uma biblioteca de entidades e melhor desenvolvimento estruturado. Cada entidade pode ser dividida em módulos, os quais substituem sua função, em várias outras entidades menores. A controladora é constituída de vários módulos básicos como: multiplexadores, células de memória, conversores, entre outros (figura 2). Cada módulo tem uma função específica na controladora. A controladora realiza a extração de dados dos sensores, quando solicitada, e envia para o comutador. Esta recebe apenas pacotes de controle, como *ping*, extrair dados do sensor, *reset*… Assim que um pacote é enviado à controladora, de forma serial, a mesma realiza a conversão para paralelo e salva na memória. O processador realiza várias funções: verifica integridade dos pacotes, envia esses dados ao conversor paralelo-serial para serem enviados ao comutador. O processador foi subdividido em vários módulos que realizam tarefas específicas.

Para criar um código que defina o tipo de sensor usado, foi utilizada uma combinação de sinais. Este método possibilita ao computador saber quais tipos de sensores estão sendo utilizados e correlacionar com sua controladora. A controladora, independente do meio de transmissão, recebe os dados de forma digital, podendo a origem ser um transmissor com ou sem fio. Esta comunicação se baseia numa estrutura de camadas, havendo um encapsulamento dos dados, ou seja, o nível físico não sabe que dados estão sendo transmitidos. A controladora se localiza em um nível hierárquico acima do transmissor. O transmissor trabalha no nível físico e a controladora num nível de abstração mais elevado.

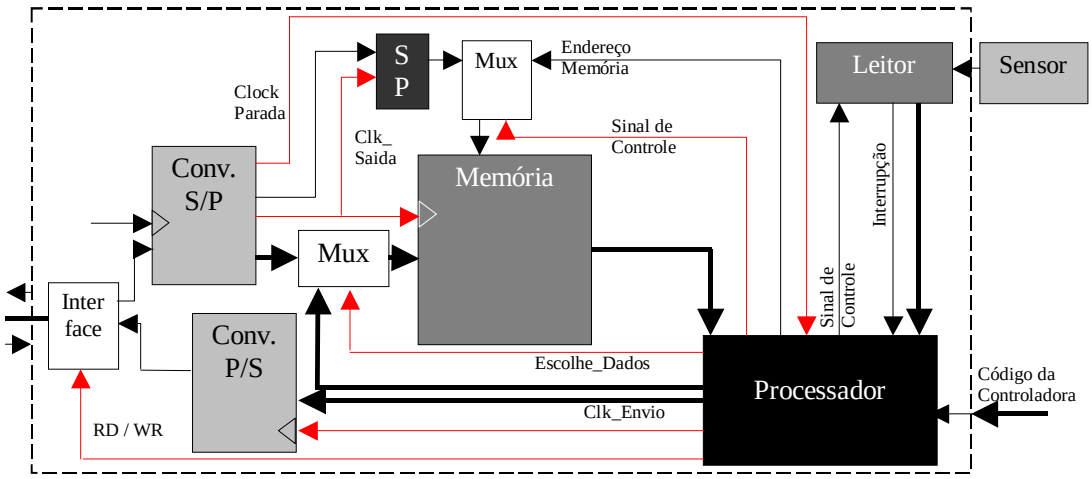


Figura 2: Módulos da Controladora dos Sensores

A comunicação entre os dispositivos será feita através de pacotes. Estes são divididos em dois tipos: pacote de controle e pacote de dados. Os pacotes de controle são utilizados para realizar funções de controle – como solicitar o reenvio de um pacote perdido. E os pacotes de dados carregam os dados extraídos dos sensores.
Para evitar que o início e o fim do pacote sejam confundidos com os dados, a técnica chamada de *bit stuffing* foi utilizada. São inseridos *bits* nos dados do pacote, evitando-se que uma determinada seqüência de *bits* apareça na seção de dados (Comer, 2001). Os pacotes carregam no cabeçalho o endereço de origem e o endereço de destino. Os endereços são definidos pelos códigos únicos de cada controladora, possibilitando saber a quem é destinado o pacote e qual é sua origem.
Para obter resultados consistentes, foram realizadas simulações através de diagramas de tempo, em que são representados os sinais de entrada e saída da entidade. O nível alto representa o número 1 e o nível baixo representa o número 0. Os sinais são representados nesses diagramas, podendo-se simular o comportamento dos mesmos de acordo com suas mudanças de estados.

Conclusões

A partir do estudo da arquitetura do sistema, observa-se a necessidade de flexibilizar a rede de sensores de uma forma transparente ao usuário, de modo que este possa realizar a instalação. A metodologia estudada possibilita que os sensores inseridos na rede sejam automaticamente detectados e colocados em funcionamento.
A metodologia estudada pode não ser a mais fácil de implementar, porém possibilita um bom aproveitamento e desempenho do sistema. Através das simulações em VHDL dos módulos do sistema, é possível validar os resultados encontrados, comprovando o funcionamento dos mesmos.
Ao utilizar uma arquitetura baseada numa rede em que o processamento das informações é realizado nas pontas, permite-se que os pacotes sejam despachados rapidamente, porém diminui-se a integridade dos dados recebidos.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro para a realização desta pesquisa ao PIBIC e à UNICAP.

Referências

BRUMITT, B.; CADIZ, J. J. **“Let There Be Light!” Comparing Interfaces for Homes of the Future,** Microsoft Corporation, Microsoft Research, Washington, 2000.
COMER, D. **Redes de computadores e internet**, 2 ed., ed. Bookman, Porto Alegre, 2001.
DEWSBURY, G.; TAYLOR, B.; EDGE, M. **The Process of Designing Appropriate Smart Homes: Including the User in the Design**, In: 1st Equator IRC Workshop on Ubiquitous Computing in Domestic Environments, Nottingham, 2001.
MORAES, F; AMORY, A.; CALAZANS, N.; BEZERRA, E.; PETRINI, J. **Using the CAN Protocol and Reconfigurable Computing Technology for Web-Based Smart House Automation**, In: VII IBERCHIP Workshop, Montevidéu, 2001.
PEACOCK, C. **Beyond Logic** (Online). Available: http://www.beyondlogic.org/ (2003).
SYNOPSYS. **VeriBest FPGA Synthesis VHDL Reference Manual**. San Jose, CA, 1996

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A NOVA SUDENE NO DISCURSO DO DIARIO DE PERNAMBUCO

Victor Ramos de Carvalho[1]; Heitor Costa Lima da Rocha[2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa: Mediações Culturais. E-mail: Heitor@nlink.com.br

Resumo
Durante a pesquisa, foram selecionadas e cadastradas matérias, artigos, notas e chamadas, publicadas pelo jornal impresso Diário de Pernambuco, sobre a refundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Além disso, foram analisadas as publicações sobre o assunto durante os meses de abril, maio e junho do ano de 2003. Simultaneamente, realizou-se uma abordagem da literatura definida como referencial teórico, sobre os diversos aspectos que envolvem a pesquisa: o tema estudado, análise de discurso, questões que envolvem o discurso midiático e textos relativos à metodologia. À luz dessa base teórica, foram analisadas as publicações que tratam da recriação da Sudene. Em face da parca quantidade de publicações nos meses de outubro, novembro e dezembro, verificou-se um esvaziamento da discussão sobre o desenvolvimento regional e, especificamente, sobre a Sudene, durante esse período, além da distorção e inversão de valores, no discurso do Diário de Pernambuco, sobre o tema. Contudo, a pesquisa observou que, desde o início do ano de 2004, o impresso mudou sua postura em relação ao caso: apresentou publicações críticas e em maior volume com relação ao atraso na refundação da Autarquia. A análise dessas publicações revelou a concessão de espaço na pauta do jornal para autoridades de oposição criticarem a omissão do governo federal, que, apesar disso, manteve sua política de segredo em torno da reestruturação da Sudene.

Palavras-Chave:
planejamento; nordeste; jornalismo

Introdução

No final dos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão que se propunha planejar e desenvolver a economia da região mais pobre do país, o Nordeste. Porém, durante a ditadura militar, em 1964, a Superintendência, que até então possuía *status* de ministério, teve seu campo de atuação diminuído.

A Sudene é extinta em maio de 2001, durante o segundo governo FHC (99-02), e em seu lugar é instaurada a Agência de desenvolvimento do Nordeste (Adene). Todo esse processo passa quase despercebido, já que é interditado o debate sobre o assunto, enquanto as vozes que poderiam analisar a importância da superintendência são silenciadas na mídia pernambucana, que despreza os seus 40 anos de funcionamento e todas as suas contribuições para o Nordeste.

No ano de 2003, com a entrada de um novo governo que se pretende reformador e teve como marca de campanha a inversão das prioridades e a refundação da Sudene, emergiu a

Projeto: Desenvolvimento Regional e a imprensa: A nova Sudene no discurso do jornalismo pernambucano.
Órgão financiador: Pibic Unicap.

necessidade de uma pesquisa sobre o tratamento da mídia em relação ao planejamento regional e ao papel atribuído ao estado no desenvolvimento econômico do Nordeste.

Durante a pesquisa, todas as publicações relacionas à Sudene, veiculadas no Diario de Pernambuco, foram estudadas na tentativa de compreender como o debate sobre o desenvolvimento da economia do Nordeste estava sendo colocado para a sociedade, pela grande mídia.

A análise da cobertura noticiosa do Diario de Pernambuco, sobre a refundação da Sudene, revelou importantes aspectos da relação entre a mídia e a sociedade, em suas diversas esferas de poder. Pôde-se observar o tratamento diferenciado conferido pelo periódico aos atores sociais. Está constatado, neste caso, que o tratamento da mídia é, antes, definido pela ordem direta da posição de poder a que cada ator está condicionado, do que pelo princípio básico do jornalismo: o interesse público.

Fica claro, nesta pesquisa, que os agentes governamentais, investidos de poder decisório nas questões referentes à coisa pública, têm acesso privilegiado à mídia. Ao passo que a manutenção de seus *status* está diretamente associada à exposição positiva de seus argumentos nos meios de comunicação de massa.

Nesse sentido, a pesquisa observou que setores periféricos da sociedade ficam excluídos dos debates sobre as questões de interesse público, na grande imprensa. Desta maneira, verificou-se que a mídia exerce um papel fundamental para a manutenção do *status quo*.

A análise das publicações revelou, ainda, comportamentos distintos da cobertura do Diario de Pernambuco, ao longo do período estudado. Observa-se, num primeiro momento, um silêncio em torno da refundação da Sudene, seguido por um período de denúncia e cobrança pela reestruturação da autarquia, mas sem identificar os responsáveis pelo desvio das verbas da nova Sudene, os governadores.

Nessa mudança de postura do noticiário do jornal, é importante observar o papel que exercem as autoridades, representantes da população no parlamento federal. Fica clara, na pesquisa, a capacidade que esses atores organizados da estrutura de poder têm de interferir na pauta do periódico, provocando ou interditando o debate na grande imprensa.

Metodologia

A metodologia consistiu na coleta de artigos, matérias, notas e chamadas publicadas pelo Diário de Pernambuco sobre o objeto de estudo (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene) durante o período de vigência da bolsa, levando-se em consideração seu conteúdo e dimensão; e registro dessas em uma ficha de cadastro.

Além dessa coleta sobre o material publicado em relação à Sudene, a pesquisa teve acesso a uma clipagem das publicações do Diário de Pernambuco, do período entre 01 de abril e 30 de junho de 2003, sobre a superintendência, cedida pelo grupo de trabalho formado pelo ministério da Integração Nacional para viabilizar a refundação da Sudene.

Para submeter esse material à análise, realizou-se a leitura de textos sobre os aspectos que envolvem o discurso midiático: relações entre poder e mídia, mídia e sociedade; leitura de textos sobre a Sudene e textos que abordam a análise de discurso.

A metodologia aplicada usou a estrutura conceitual da análise de discurso, porém sem pretender esgotar toda dimensão de revelação hermenêutica almejada na sua utilização sobre os textos literários.

Resultados e discussão

As análises e conclusões sobre o comportamento da mídia em relação à recriação da Sudene, aferidas nesta pesquisa, possibilitam uma reflexão sobre a produção de notícias nos meios de

comunicação de uma maneira geral.

Através da análise das publicações do Diario de Pernambuco, observou-se uma série de elementos envolvidos no processo de produção das notícias. Na tentativa de organizar/dar sentido a uma série de acontecimentos dispersos na sociedade, os jornalistas criam ferramentas cognitivas para recortar os fatos – o real – e dar-lhes significado. "As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas". (Hall, 1999, p. 224). Ainda segundo Hall, "estes fatores de organização afetarão, por seu turno, o que for selecionado". (Hall, 1999, p. 224).

Alguns autores afirmam que as decisões sobre o que deve ser ou não notícia já estaria previamente acordado dentro das redações dos *media*, por um processo de agendamento denominado "*agenda setting*". Para Hall,

> "isto não se deve ao fato de que a imprensa ser, em grande medida, pertença de capitalistas, uma vez que isto seria ignorar a 'relativa autonomia' do dia-a-dia do jornalista e dos produtores de notícias em relação ao controle econômico direto". (Hall, 1999, p. 228)

É importante observar nesta pesquisa, que evolve vários interesses governamentais (desde que se trata da análise da cobertura midiática sobre a refundação de uma autarquia), o papel dos que exercem o poder como definidores primários (*primary definers*) da agenda midiática. A pesquisa constatou que a posição das autoridades governamentais de oposição ao Governo Federal, com acesso direto a informações sobre a refundação da Sudene, tornaram-se fontes primárias da imprensa. "O importante da relação estruturada entre os *media* e os *primary definers* é que permite aos definidores institucionais estabelecer a definição ou interpretação primária do tópico em questão". (Hall, 1999, p. 230)

Na fase inicial das análises, é possível identificar um período de silenciamento sobre o processo de refundação da Sudene. Essa política de segredo, segundo Perseu Abramo, "não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um silêncio militante sobre determinados fatos da realidade" (Abramo, 2003, p. 25).

Após esse período inicial, é possível verificar a volta do assunto ao noticiário do jornal, através do acionamento de autoridades de oposição ao Governo Federal, responsável pela reestruturação da autarquia. "Na mídia, a relativa posição e poder dos jornalistas geralmente determina quem pode acessar quem: quem tem acesso a uma conferência com a imprensa ou quem dá uma entrevista" (Van Dijk, 1998, p. 132). Seguindo o raciocínio de Dijk, os jornalistas assumem um papel importante na hierarquia do poder comunicativo: definidores secundários da notícia. "Assim, os *media* ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem os poderosos", afirma Hall, "favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio" (Hall et al., 1999, p. 236).

Desde que a manutenção do poder de tais atores sociais do poder comunicativo está condicionada à exposição positiva de seus argumentos nos meios de comunicação de massa, pode-se compreender as declarações desses políticos como argumentos puramente eleitoreiros. Fica estabelecido, dessa forma, um ciclo retroalimentado, em que as autoridades têm acesso habitual e preferencial aos *media* porque são poderosos e são poderosos porque usufruem desse espaço privilegiado na mídia. Portanto, as autoridades fornecem à imprensa as informações que julgam convenientes divulgar, enquanto a mídia propicia aos poderosos a visibilidade necessária à preservação da sua posição em pleitos eleitorais.

É importante ressaltar que, dentro da estrutura do poder comunicativo, está o público, consumidor das notícias que, por vezes, consegue quebrar esse ciclo retroalimentado e impor

sua própria agenda através dos movimentos sociais organizados. “A sociedade civil pode, em certas circunstâncias, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial”. (Habermas, 1997, p. 106)

A pesquisa constatou que os pronunciamento das autoridades, denunciando o atraso na refundação da Sudene, provocou uma mudança no discurso do Diario de Pernambuco. O jornal, a partir de então, lançou publicações com críticas contundentes em relação ao assunto. Mas, por outro lado, o periódico manteve a política de segredo em relação às causas responsáveis pelo atraso na reestruturação da autarquia, permanecendo na superfície da crítica. “Existem interesses na promoção de certas ocorrências para utilidade pública, assim como interesses na prevenção de certas ocorrências de se tornarem acontecimentos públicos” (Molotch et al, 1999, p. 39).

Conclusões

Após o período de silenciamento em torno do tema Desenvolvimento Regional e a Sudene, compreendido nos primeiros meses da pesquisa (outubro, novembro e dezembro), está claro que o tema voltou ao noticiário do jornal analisado. Verificou-se que a bancada federal pernambucana de oposição ao Governo Federal passou a ocupar espaço no noticiário, com críticas e cobranças, reivindicando a volta da autarquia.

Neste sentido, o próprio Diário de Pernambuco passou a publicar matérias e editoriais denunciando a lentidão e cobrando pressa do Governo Federal na reestruturação da superintendência. Contudo, a política de segredo, em relação às causas responsáveis pelo atraso na refundação da Sudene permaneceu no discurso do Diário de Pernambuco, que ficou na superfície das denúncias, não interpelando os governadores sobre desvio dos recursos previstos para a recriação da Sudene.

Agradecimentos

Agradeço aqui a todas as pessoas e instituições que, de forma direta ou indireta, contribuíram para realização deste trabalho: Pibic Unicap, Universidade Católica de Pernambuco, Heitor Rocha, Meus Pais, David Carvalho, Gabriela Belém, Fernando Paulino, Augusto César, Juliane Planzo, Marcelo Moares e o Grupo de Trabalho Interministerial para Refundação da Sudene.

Referências

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

DIJK, Teun A. Van. “Discurso, poder e acesso” In Comunicação na era pós-moderna. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. “A produção social das notícias: O mugging nos media” In Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Vega, 1999.

MOLOTCH, Harvey. “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos” In Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Vega, 1999.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A IMPRENSA: A NOVA SUDENE NO DISCURSO DO JORNAL DO COMMERCIO

Juliane Planzo de Farias[1]; Heitor Costa Lima da Rocha[2]

[1]Estudante do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais.
[2]Professor do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa Mediações Culturais. E-mail: heitor@nlink.com.br

Resumo
A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é uma entidade de primordial importância para o desenvolvimento nordestino, uma vez que seu corpo técnico apontou os projetos prioritários para a região e coordenou os investimentos públicos utilizados nela. A pesquisa pretende analisar o discurso sobre o desenvolvimento regional adotado pelo Jornal do Commercio a partir da cobertura dada à recriação da Sudene e vem sendo desenvolvida através da coleta de matérias, notas e artigos do mesmo jornal que versem sobre o tema. A partir disso, tem sido realizada uma análise do periódico, observando como este aborda as questões referentes à autarquia e ao papel do Estado nessa nova fase de disponibilização de recursos para a recriação da mesma. Outro fator avaliado é o processo de produção de significados pela mídia. Os vazios do discurso também fazem parte do corpus da pesquisa e informam tanto quanto as notícias em si. Uma das fases da pesquisa consistiu em realizar uma comparação quantitativa entre as matérias veiculadas no Jornal do Commercio nos trimestres de abril, maio e junho e de outubro, novembro e dezembro do ano de 2003, o que veio ratificar a tendência de silenciamento a respeito do tema da recriação da Sudene. A partir do mês de abril, percebe-se que o assunto volta a compor a agenda midiática e ganha espaço na editoria de Economia em forma de notas e matérias. O jornal chega, inclusive, a denunciar as perdas que o Nordeste tem sofrido com a ausência da autarquia.

Palavras-chave: planejamento, nordeste, jornalismo.

Introdução

A observação do discurso midiático sobre a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é de grande relevância tendo em vista a importância dessa autarquia nas ações desenvolvimentistas implementadas na região.

Criada em 1959, a Sudene objetivava planejar o desenvolvimento regional, combatendo as desigualdades sociais e econômicas e coordenar a utilização dos investimentos públicos na região, indicando os projetos prioritários. Vale ressaltar que, já na época, a região Centro-Sul passava por um momento de crescimento econômico exagerado, ficando assim adiante da região Nordeste, o que aumentava a disparidade entre as regiões do país e exigia uma política de avanço para o Nordeste que buscava recuperar o atraso.

Com a chegada do regime autoritário em 1964, assiste-se ao declínio e ao esvaziamento da Sudene, que perde prestígio e força diante do país, mesmo depois de ter implementado na região empreendimentos de relevância inquestionável, em setores importantes da economia como o das

Projeto: Desenvolvimento Regional e a Imprensa: a Nova Sudene no Discurso Jornalístico Pernambucano.
Órgão financiador: Pibic Unicap

indústrias (secundário) e de serviços (terciário).

Os governos neoliberais que se seguiram ao período autoritário (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso) trazem consigo um momento de depreciação da entidade, que recebeu diversas acusações de corrupção, perdendo cada vez mais seu espaço de atuação. Por estar sob um governo que não acreditava em políticas de desenvolvimento e no planejamento de intervenções para as regiões, a partir do aparelho de Estado, a Sudene foi extinta em 2001, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando foi criada a inoperante Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Essa extinção, entretanto, não foi discutida, na visibilidade midiática da esfera pública. A imprensa deixou, então, de cumprir seu papel primordial de dar publicidade ao processo decisório sobre as questões de interesse coletivo e público, para evitar que a falta de transparência favoreça interesses particulares poderosos travestidos de expressão do bem comum.

Com a possibilidade de recriação da entidade, anunciada durante a campanha do atual governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, faz-se necessária uma abordagem atenta e crítica sobre o papel da mídia impressa pernambucana e do Estado como agente no desenvolvimento regional, na cobertura do assunto, que passa a ser cobrado com mais afinco pelos diferentes setores da sociedade agora em 2004, devido à morosidade com que se tem tratado a recriação da autarquia.

A pesquisa teve como objetivo analisar como é construído o discurso de desenvolvimento regional do Jornal do Commercio, a partir do mês de outubro de 2003, através da cobertura dada à criação da nova Sudene.

Metodologia

A pesquisa analisa o discurso proferido pelo Jornal do Commercio no tratamento dos assuntos relacionados ao desenvolvimento regional e, em especial, à recriação da Sudene. Outros aspectos a serem analisados são o papel atribuído ao Estado e os tipos de intervenção estatal concebidos.

A metodologia empregada, portanto, parte da coleta das matérias, artigos e notas do periódico que abordam o tema proposto e o preenchimento de ficha de registro das mesmas, contendo data de divulgação da notícia, caderno e página, a que pertence, espaço dedicado à matéria e ao resumo do sentido construído. Em seguida, teve início a análise do discurso utilizado, levando-se em consideração que o emissor e o receptor da mensagem

> "estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informações apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação." (ORLANDI, 2001, p. 21)

Essa coleta e análise vem sendo feita desde o dia primeiro de outubro de 2003 e será subsidiada pela leitura de alguns textos que versam sobre a produção de sentidos da mídia e o papel da imprensa: "Padrões de manipulação na grande imprensa", de Perseu Abramo; "Delimitação, natureza e funções do discurso midiático", de Adriano Duarte Rodrigues; "Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico", de Luiz Gonzaga Motta; "Discurso, poder e acesso", de Teun A. Van Dijk. Também foram pesquisados textos referentes à própria Sudene, como "Documento do GTDN", de Celso Furtado, e "Elegia para uma Re(li)gião",

de Francisco de Oliveira. Após a leitura desses e de outros textos, foram criadas fichas de leitura para facilitar e operacionalizar a utilização de suas informações significativas para esclarecimento do objeto de estudo.

Foi realizada uma comparação entre os trimestres de abril, maio e junho e outubro, novembro e dezembro, no que diz respeito à quantidade de matérias veiculadas sobre o assunto no Jornal do Commercio nos dois trimestres.

Resultados e discussão

O tema nova Sudene, no início da pesquisa, teve pouca visibilidade na cobertura do Jornal do Commercio. Pouco se viu ou se ouviu sobre a função desse órgão e como ele atuaria na articulação do desenvolvimento regional entre os estados. O tema aparecia nas páginas do jornal em questão mais sob as formas de colunas de opinião do que em formato de matéria propriamente dito.

Nesse período, estava sendo discutida a reforma tributária, e a briga entre os governantes em busca de mais recursos para o seu estado abafou uma questão primordial para a implantação da nova Sudene: a origem da verba para o seu funcionamento. O fato é que a idéia de ter os investimentos em projetos desenvolvimentistas monitorados por uma entidade comprometida com a região nem sempre agrada aos que gerenciam o Estado, logo, evidencia-se uma função distorcida da imprensa, que se constitui numa

> "coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes. [...] Constrói consensos, educa percepções, produz "realidades" parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um "partido" que, proclamando-se porta-voz e espelho dos "interesses gerais" da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados." (ABRAMO, 2003, p.8)

Uma das etapas da pesquisa consistiu na comparação quantitativa das matérias abordando a Sudene entre dois trimestres do ano de 2003: abril, maio e junho e outubro, novembro e dezembro. Essa iniciativa veio confirmar numericamente um fato já antes explicitado: o esvaziamento do assunto na mídia impressa, em específico no Jornal do Commercio. No primeiro trimestre foram contabilizadas 132 citações do tema entre notas e matérias, contra apenas 32, no segundo trimestre.

Por conseqüência, se o tema deixa de ser pautado pelos jornais ele, muitas vezes, deixa de ser discutido pela opinião pública, produzindo o esquecimento, resultante da efemeridade dos enunciados da mídia, como afirma a teoria da **estratégia de naturalização**, de Adriano Duarte Rodrigues (RODRIGUES, 2003, p. 233).

Após o período de escassez de matérias sobre o assunto, o tema volta a compor a agenda midiática com a cobrança da volta da Sudene. O mês de abril, além de notas, apresentou um editorial e dois artigos de opinião nos quais são lembrados a disparidade regional entre Sul/Sudeste e Nordeste, e o fato de a Sudene deveria estar criada e em operação até dezembro de 2003. Uma série de matérias foram também publicadas em maio, trazendo, inclusive, declarações do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que culpa os governadores pela inviabilidade financeira da Sudene, pois preferiram ratear o dinheiro público entre eles na reforma tributária, a propiciar a criação de um fundo próprio para a Sudene que fosse gerido pela entidade.

Com a retomada do debate, o Jornal do Commercio dá, novamente, visibilidade

ao assunto, que é de extrema importância para o futuro da região, apesar de não ouvir todas as partes envolvidas no caso. Os governadores, por exemplo, nunca foram questionados quanto à denúncia de descaso para com a região, o que aponta uma falha do jornal, pois deixa de cumprir um de seus papéis que, segundo Gurevitch e Blumler, citados por Habermas em "Direito e democracia: entre facticidade e validade", é o seguinte: "criar mecanismos que permitam acionar os responsáveis para prestar contas sobre o modo como exerceram o poder" (GUREVITCH; BLUMLER apud HABERMAS, 1997, p. 112).

Conclusões

Após um período de silenciamento, verifica-se nas colunas do jornal uma maior cobrança dos setores da sociedade por uma atitude governamental que possibilite a recriação da Sudene. O tema, entretanto, ainda não foi abordado de maneira completa pelo jornal, mas uma nova tendência apresenta-se com a observação das matérias publicadas no início do mês de maio. A Sudene volta a ocupar os editoriais, artigos e matérias, que denunciam a omissão do Governo Federal e dos governadores nordestinos. Esses relatos deixam claro ainda que, quanto mais distante estiver a reimplantação da superintendência, mais a região perde em recursos.

Agradecimentos

Aos que possibilitaram a realização da pesquisa. Em especial ao Pibic Unicap, à Universidade Católica de Pernambuco, ao companheiro de pesquisa, Victor Ramos de Carvalho, a Marcelo Santos de Moraes e ao Grupo de Trabalho do Ministério de Integração Nacional.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 63p.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 354p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** Campinas, São Paulo: Pontes , 2001. 100p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. IN:** Porto, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal da forma ao sentido.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 588p.

DESCRITORES DE MOVIMENTO EM SEQÜÊNCIAS DE VÍDEO

Hemir da Cunha Santiago[1] ; Robson Cavalcanti Lins[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia. E-mail: hemir@dei.unicap.br;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciência e Tecnologia, Líder do Grupo de Pesquisa de Processamento Digital de Sinais. E-mail: rcl@dei.unicap.br

Resumo
Este trabalho teve como objetivo pesquisar e implementar técnicas necessárias para descrever as características visuais relacionadas ao movimento em seqüências de vídeo, particularmente, o descritor de movimento paramétrico. Para tal, foi empregada uma metodologia de pesquisa baseada na análise dos modelos de movimento de objetos, em seqüências de vídeo, que constituem o descritor movimento paramétrico. Em geral, este movimento pode ser descrito por uma ou mais transformações geométricas em 2D, tais como translação, rotação e mudança de escala. Para descrever o movimento do objeto, aplica-se uma aproximação poligonal (detecção de vértices) do contorno do objeto. Os vértices obtidos pelo algoritmo de aproximação poligonal são utilizados como entradas para os modelos de movimento a fim de obter um sistema de equações lineares. A solução deste sistema descreve o movimento do objeto entre duas imagens da seqüência de vídeo. O modelo de descrição do movimento paramétrico é aplicável em sistemas do tipo MPEG-7, formalmente chamados de "Interface de Descrição de Informação Multimídia".

Palavras-chave: Localização de Região, Localização Espaço-Temporal e MPEG-7.

Introdução

Devido ao grande aumento da quantidade de dados áudio-visuais digitais disponíveis atualmente, muitos métodos têm sido desenvolvidos para, de forma eficiente, acessar e manipular informações de grandes bases de dados de imagem e vídeo (ZAHARIA, 2002). Para tornar esse acesso e manipulação de informações possíveis, é necessário representar e descrever esses dados na forma de conteúdo multimídia.
Representações de conteúdo visual usualmente exploram características como cor, textura, forma e movimento. O movimento é a característica mais relevante relacionada à estrutura espaço-temporal de um vídeo e, portanto, é a parte central em qualquer tentativa de descrição de vídeo baseada no conteúdo. As abordagens baseadas em movimento, em uma seqüência de vídeo, podem ser sintetizadas em:

- movimento de câmera – deslocamento de câmera ou efeito de *zoom in* ou *zoom out*, ou seja, deve ser usado em seqüências de vídeo em que o cenário tem movimento;
- trajetória do movimento – localização espaço-temporal de um dos pontos representativos da região em movimento;

Projeto: Sistema de Reconhecimento para Recuperação de Informação de Imagem e Vídeo Baseados em Descritores do Padrão MPEG-7. **Órgão financiador:** Programa Institucional de Base para Iniciação Científica – PIBIC.

- atividade do movimento – utiliza a noção de "intensidade da ação" ou "ritmo da ação" em uma cena de vídeo, é tipicamente representada usando-se textos ou setas, cujos tamanhos correspondem à intensidade e orientação da ação e à direção do movimento;
- movimento paramétrico – descrição do movimento de objetos em uma seqüência de vídeo como transformações geométricas em 2D.

Os modelos de movimento paramétrico têm sido extensivamente usados em técnicas de processamento de imagens e análise de regiões, incluindo segmentação e estimação baseada em movimento, estimação do movimento global e rastreamento do objeto. O fundamento básico desse modelo consiste na descrição do movimento de objetos em seqüências de vídeo como transformações geométricas em 2D (translação, rotação e mudança de escala). Esse modelo foi o objeto de estudo, implementação, simulação e análise deste trabalho.
Este trabalho teve como objetivo pesquisar e implementar técnicas necessárias para descrever as características visuais relacionadas ao movimento em seqüências de vídeo, particularmente, o descritor de movimento paramétrico. Esse descritor pode ser incorporado em sistemas de recuperação de vídeo baseados em conteúdo, isto é, sistemas do tipo MPEG-7, que é uma interface para a descrição de conteúdo multimídia (CHANG, 2001).

Metodologia
A metodologia da pesquisa seguiu os seguintes passos:

A. estudo das transformações geométricas em 2D: translação, rotação e mudança de escala (GONZALEZ, 1992; ROGERS, 1990);
B. visão geral do padrão MPEG-7 (MPEG-7 – Documents, 2001);
C. estudo do descritor movimento paramétrico (YAMADA, 2001);
D. implementação do descritor movimento paramétrico;
E. simulação e análise dos resultados.

O estudo das transformações geométricas serve como base para a implementação do descritor de movimento paramétrico.
A compreensão do padrão MPEG-7 restringiu-se aos descritores do movimento de objetos.
Para estudo do descritor movimento paramétrico, foi necessário o entendimento dos modelos de movimento paramétrico, são eles: *Modelo Parabólico*, *Modelo em Perspectiva*, *Modelo Afim*, *Modelo de Rotação/Mudança de Escala* e *Modelo Translacional*.
Para descrever o movimento de um objeto, por meio dos modelos de movimento paramétrico, foi necessário obter uma aproximação poligonal do seu contorno na imagem atual e na imagem anterior. Os vértices dessas aproximações são utilizados como entradas para os modelos de movimento a fim de obter um sistema de equações lineares. A solução deste sistema descreve o movimento do objeto entre as imagens consideradas.
A linguagem de programação utilizada foi C/C++. Os equipamentos utilizados são os computadores do Laboratório de Pesquisas Inácio de Loyola, configuração padrão: Pentium 4, 256 megabytes de memória RAM e processador de 1.7 giga-hertz.

Resultados e Discussão
De acordo com a seção anterior, para descrever o movimento de um objeto, foi necessário obter uma aproximação poligonal de seu contorno. O algoritmo de aproximação poligonal selecionado para implementação foi o algoritmo proposto por Cortez (CORTEZ, 1996). Este algoritmo é de implementação fácil, pois apresenta um método simples de obtenção dos vértices do polígono. Ele também permite determinar o nível da aproximação poligonal, ou seja, é possível determinar a quantidade de vértices do polígono. O Algoritmo de Cortez

apresenta um processamento veloz para obtenção desses vértices, que servem como entradas para os modelos de movimento, e garante a fidelidade dos mesmos em relação aos vértices do contorno original do objeto. Este algoritmo foi inserido em um ambiente visual que facilita a simulação do mesmo e a análise dos resultados obtidos.



Fig.1 Imagem da seqüência Tênis binarizada.

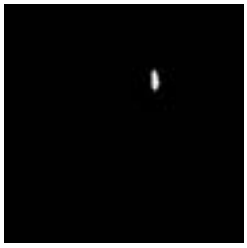


Fig.2 Objeto segmentado (raquete do tenista).

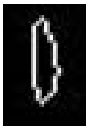


Fig.3 Contorno do objeto.

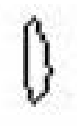


Fig.4 Inversão de cores da imagem.



Fig.5 Vértices obtidos com a aproximação.

Os vértices obtidos pelo algoritmo de aproximação poligonal são utilizados como entradas para os modelos de movimento a fim de obter-se um sistema de equações lineares. A solução desse sistema descreve o movimento do objeto entre as imagens consideradas. Este movimento pode ter 8 parâmetros (a_1, a_2, a_3, a_4, a_5, a_6, a_7, a_8) que representam as funções de mapeamento:

$$S(X,Y) = S'\left(\frac{a_1X + a_2Y + a_3}{a_7X + a_8Y + 1}, \frac{a_4X + a_5Y + a_6}{a_7X + a_8Y + 1}\right)$$

em que *S(x,y)* é o valor do pixel na coordenada *(x,y)* na imagem original e *S'(x,y)* é o valor do pixel na coordenada *(x',y')* na imagem reconstruída. O maior problema desse modelo de movimento é o *método dos mínimos quadrados* dos parâmetros de movimento. A cada redução de parâmetros realizada, um novo modelo de movimento paramétrico é obtido, sendo este representado por sua transformação geométrica 2D correspondente. Atualmente, o modelo de movimento paramétrico que está sendo implementado é o *Modelo em Perspectiva*, que possui 8 parâmetros de movimento e pode ser reduzido para os outros modelos.

Conclusões

A aproximação poligonal obtida a partir da implementação do Algoritmo de Cortez é considerada eficiente. Este algoritmo é de implementação simples e seu processamento é considerado veloz, pois apresenta um método simples de obtenção dos vértices do polígono, que é a aproximação poligonal do contorno do objeto a ter o seu movimento descrito. Os vértices do polígono servem de entrada para o descritor movimento paramétrico que está sendo implementado, simulado e analisado.

Agradecimentos
Os autores agradecem à Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, pelo suporte financeiro dado à pesquisa.

Referências

CHANG, S. F.; SIKORA, T; PURI A. **Overview of the MPEG-7 Standard.** IEEE Transactions on Circuits and Systems for Video Technology, New York, v.11, n.6, p.688-695, 2001.

CORTEZ, P. C. **Reconhecimento de formas 2D usando uma técnica seqüencial integrada e modelos poligonais.** Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica), Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande. 1996.

GONZALEZ, R.; WOODS, R. **Processamento de Imagens Digitais.** São Paulo, Edgard Blücher LTDA., 1992. 509p.

MPEG-7 – Documents. Disponível em: <http://ipsi.fraunhofer.de/delite/Projects/MPEG7/Documents.html>. 2001. Acesso em: Novembro de 2003.

ROGERS, D. F; ADAMS, J. A. **Mathematical Elements for Computer Graphics.** 2ªEd. New York, McGraw-Hill, 1990. 610p.

YAMADA, A.; PICKERING, M.; JEANNIN, S. **MPEG-7 Visual part of eXperimentation Model Version 9.0,** Relatório Técnico. Pisa, 2001. 84p.

ZAHARIA, T.; PRETÊUX, F. **Similarity Measures for Parametric Motion-Based Retrieval.** 8p. Relatório Técnico. Institut National des Télécommunications, France, 2002.

DINÂMICA FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE

Uilma Almeida Marques[1]; Albenise de Oliveira Lima[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; e-mail: uamarques@yahoo.com.br
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas e participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar; e-mail: albenise@unicap.br

Resumo
Esta pesquisa teve como objetivo identificar a dinâmica familiar de crianças de escolas públicas da zona Centro da cidade do Recife. Entende-se dinâmica familiar como a forma de funcionamento da família, abrangendo motivos que viabilizem esse funcionamento. Participaram deste trabalho 180 pais ou responsáveis por crianças de 06 a 11 anos, alunos das escolas da zona pesquisada. O instrumento utilizado foi um questionário contendo 48 questões. Os dados analisados apontam os seguintes resultados: as tarefas domésticas são de responsabilidade da esposa (48.9%); o cuidado com os filhos continua com a mulher (44.4%), mas, também, com ambos (marido e mulher – 43.9%); o sustento econômico é responsabilidade do homem (32.9%), mesmo quando a mulher trabalha com remuneração. Como conclusão, as tarefas domésticas continuam com as esposas, apesar da ajuda dos maridos; há uma mudança no sentido de atribuir a ambos (marido e mulher) a responsabilidade de cuidar da educação dos filhos.

Palavras-Chave: Família; Dinâmica Familiar; Criança

Introdução

A família é uma instituição indispensável para o desenvolvimento e a proteção dos filhos e dos outros membros, independentemente de como está estruturada. “É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais” (KALOUSTIAN, 1998, p.11).

Etimologicamente, família deriva do vocábulo latino *famulus*, que significa servo ou escravo, dando a entender que as pessoas de uma família são propriedades de um senhor (OSÓRIO, 1996). Conceituar família é uma tarefa bastante difícil, pois é um tema amplo e complexo, e está vinculado às mudanças de paradigmas socioeconômico e cultural ao longo da contemporaneidade. Vários teóricos tentaram defini-la. Prado (1988) afirma que:

> Paradoxalmente, todos sabem o que é uma família já que todos nós somos parte integrante de alguma família. É uma entidade por assim dizer óbvia para todos. No entanto, para qualquer pessoa é difícil definir esta palavra e mais exatamente o conceito que a engloba, que vai além das definições livrescas. (PRADO, 1988, p. 08)

Projeto: Um estudo sobre as famílias de crianças em fase escolar da zona Centro da cidade do Recife. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

Já Petit Robert (citado por FLANDRIN, 1995, p.12) define família como sendo "o conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação; ou ainda, a sucessão de indivíduos que descendem uns dos outros".

Portanto seria um equívoco, na sociedade vigente, ater-se a conceitos simplistas que se baseiam apenas na descrição dos componentes familiares, por exemplo: família é o pai, a mãe e os filhos. Conforme o que aqui se vem delineando, não há uma definição exata para família, pois essa instituição está inserida num contexto em constante evolução. De acordo com Minuchin (1990), o mundo está num estado de transição e a família está mudando com ele. Essas mudanças têm trazido conseqüências para a formação de diferentes configurações, representações e dinâmicas familiares. No que se refere à dinâmica familiar, vê-se que, no seio da família contemporânea, seus membros estão assumindo novas formas de organizações e funcionamento dos sistemas familiares. Conhecendo a importância da família e de seu funcionamento é que se resolveu fazer tal estudo.

Sendo assim, esta pesquisa faz parte de um amplo estudo sobre o tema, tendo como objetivo identificar a dinâmica familiar existente entre crianças de escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife. Entende-se por dinâmica familiar a forma de funcionamento da família, abrangendo motivos que viabilizem esse funcionamento. Este trabalho justifica-se devido à escassa literatura sobre a família recifense, principalmente, sobre seu funcionamento dinâmico.

Metodologia

Participaram desta pesquisa 180 (cento e oitenta) pais ou responsáveis por crianças de 06 a 11 anos, alunos de 06 (seis) escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife. O instrumento utilizado foi um questionário com 48 (quarenta e oito) perguntas, contendo dados de identificação, questões fechadas de múltipla escolha e questões abertas.

A fim de facilitar o acesso aos participantes e de se trabalhar com uma amostra representativa, utilizou-se o seguinte critério: sortearam-se 30 alunos nas escolas que possuíam até 300 alunos cuja idade se enquadrasse na amostra pesquisada e 10% nas que possuíam acima de 300. Após o sorteio, solicitou-se aos pais ou responsáveis, dessas crianças, que respondessem ao questionário. Para a análise dos dados, foi calculado o percentual referente à dinâmica familiar.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados possibilitou chegar aos seguintes resultados:

Tabela 1. Dinâmica familiar

Tarefas Domésticas	Responsabilidade da esposa – 48,9% Responsabilidade de ambos – 32,8%
Cuidados com Filhos	Responsabilidade da mãe – 44,4% Responsabilidade de ambos – 43,9%
Função Materna	Cuidar e educar os filhos – 32,3% Cuidar da organização da casa – 29,0%
Função Paterna	Responsável pelo sustento econômico – 32,9% Cuidar da educação dos filhos – 21,0%
Função dos Filhos	Trabalhar e/ou estudar – 22,5% Dar carinho aos pais – 21,0%
Queixas Familiares	Falta de dinheiro – 41,7%
Reunião Familiar	Nas refeições – 31,3%

Fonte: Dados da pesquisa PIBIC/UNICAP – 2004

A Tabela 1 demonstra que, em 48,9% das respostas, as esposas se responsabilizam pelas tarefas domésticas e, em 32,8% essa responsabilidade recai sobre ambos os pais. Ao analisarem-se as responsabilidades quanto aos cuidados dispensados aos filhos, 44,4% são de responsabilidade da mãe e em 43,9% ambos assumem essa responsabilidade. Esse percentual mostra que, apesar de essas tarefas ainda prevalecerem sobre a mãe, o pai está auxiliando nas tarefas do lar e com os filhos. Esse fato pode ser justificado pelo crescente número de mulheres no mercado de trabalho, seja formal ou informal.

A respeito das funções familiares, as principais funções atribuídas à mãe são: *cuidar da educação dos filhos* (32,3%) e *cuidar da organização da casa* (29,0%). Já, as principais funções do pai são: *ser responsável pelo sustento econômico da família* (32,9%) e *cuidar da educação dos filhos* (21,0%). Observa-se, assim, que mulher e homem continuam exercendo as funções tradicionais, porém há uma mudança no sentido de atribuir a ambos a função de cuidar da educação dos filhos. Esse é um aspecto novo, demonstrativo de que, em algumas famílias, os homens estão assumindo novos papéis.

Sobre as queixas na família, a falta de dinheiro é apontada como maior percentual (41,7%). Esse dado confirma o que se lê diariamente na imprensa popular sobre falta de emprego e elevado custo de vida.

Quanto ao item *reuniões familiares*, 31,3% respondem que a família se reúne durante as refeições.

Tabela 2 Características das relações familiares

Pai – Mãe	Respeito –30,4 % Diálogo constante – 23,0%
Pai – Filhos	Respeito –30,6 % Diálogo constante – 24,9%
Mãe – Filhos	Respeito – 30,8% Diálogo constante – 26,3%
Filhos – Filhos	Respeito – 27.6% Diálogo constante – 20,0%

Fonte: Dados da pesquisa PIBIC/UNICAP – 2004

Analisando as relações entre pai e filhos, destaca-se o respeito (30,6%) e diálogo (24,9%); no relacionamento entre mãe e filhos, predominou o respeito (30,8%) e diálogo (26,3%). Entre o casal, respeito (30,4%) e diálogo (23,0%). E entre os irmãos, o respeito também prevaleceu com 27,6% das respostas, seguido pelo diálogo com 20,0%. Nota-se que, em todas as situações analisadas, os aspectos positivos (diálogo e respeito) prevaleceram. De acordo com esses dados, vê-se que o nível das relações dentro das famílias pesquisadas é satisfatório e estão baseadas num respeito mútuo. Fica, então, a pergunta: projeção de uma família idealizada?

Conclusão

A partir da análise dos resultados, conclui-se que as modificações socioeconômicas e culturais na contemporaneidade vêm alterando lentamente a organização e o funcionamento das famílias pesquisadas.

Embora os homens estejam contribuindo nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, ainda predomina a responsabilidade dessas tarefas sobre a mulher.

Aos homens, ainda cabe a função de prover economicamente a família, mesmo quando as mulheres

trabalham fora.
Apesar de a queixa principal verificada ser a falta de dinheiro, esse fator não está interferindo nas relações afetivas familiares.

Agradecimentos
Agradecemos ao PIBIC/ UNICAP pelo financiamento da pesquisa, como também aos demais professores participantes do projeto, Maria Cristina Amazonas e Carlos Alberto Martins.

Referências

FLANDRIN, J. **Famílias:** parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. 2. ed. Editoria Estampa, 1995.

KALOUSTIAN, S. M. **Família Brasileira, a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Trad. Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

OSÓRIO, L. C. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 10. ed., 1988.

DINÂMICA FAMILIAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PARTICULARES DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE*.

Priscilla Gadelha Moreira[1] e Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas[2]

[1] Aluna do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar E-mail: crisamaz@elogica.com.br

Resumo
Este trabalho visa analisar a dinâmica familiar de crianças que estudam em escolas particulares, situadas na zona centro da cidade do Recife. Buscou-se detectar os agentes que viabilizam o funcionamento familiar, as relações de hierarquia, as relações afetivas, e identificar como são estabelecidos e desempenhados os papéis na família, juntamente com identificação dos projetos familiares. Os dados foram coletados através de um questionário, que foi respondido pelo pai/mãe ou adulto responsável pelas crianças dessas escolas, após terem lido um termo de ciência e consentimento que lhes informava sobre a pesquisa. Observa-se na análise dos dados uma mudança no funcionamento familiar, já que tarefas antes atribuídas à mulher, hoje são atualmente conduzidas pelo casal. Há um aumento considerável no número de mulheres/mães atuantes no mercado de trabalho. Os participantes afirmam que as regras e limites na educação das crianças, atualmente, são passadas através do diálogo. Eles também enfatizam o respeito, o diálogo constante e a colaboração no relacionamento entre todos os membros da família. A dinâmica familiar observada nas famílias mostra-se interativa e em constante processo de mutação, já que todos os membros participam de forma ativa no funcionamento e agem de acordo com os processos do mundo globalizado.

Palavras-chave: Dinâmica familiar; relações entre os gêneros; relações entre os sexos.

Introdução

Já é lugar comum falar nas mudanças aceleradas que vêm ocorrendo na família. Uma das conseqüências dessas mudanças é o surgimento de novos arranjos familiares. Entretanto o modelo convencional, presente no imaginário social, de pai provedor e mãe dona de casa, ainda persiste embora comece a dar sinais de declínio quanto à sua hegemonia, cedendo lugar ao surgimento de novos modelos.

Vários estudiosos, ao iniciarem seus estudos a respeito das famílias, comentam a dificuldade em tratar desse assunto por nos remeter a uma realidade que nos é muito próxima e que se confunde com o que nós somos, com nossa identidade pessoal. Segundo Sarti (In Vasconcelos, 2000), outra dificuldade para se realizar um estudo sobre famílias diz respeito à extraordinária rapidez com que vêm ocorrendo as mudanças nas suas relações internas, principalmente nas últimas décadas.

A família, em sua qualidade de primeira e mais importante sociedade organizada do mundo, é a base de todas as outras sociedades. Deve ser considerada como a principal unidade básica de desenvolvimento pessoal a que pertence um indivíduo e, igualmente, o local onde se vivencia um conjunto de experiências fundamentais para a formação de sua personalidade.

Com o processo de globalização, as mudanças tornaram-se cotidianas. Passou-se a unir o tradicional ao moderno, transformando a família de acordo com os novos padrões surgidos a cada dia.

* **Projeto**: Um estudo sobre as famílias de crianças em fase escolar da zona Centro da cidade do Recife. **Órgão financiador:** PIBIC/UNICAP.

Apesar de as mudanças estarem em ritmo acelerado, a família continua sendo o agente formador da personalidade, por isso se faz necessário conhecer os padrões e a dinâmica familiar. A família atua como principal agente de socialização e de reprodução dos padrões culturais do indivíduo.

Uma das principais alterações ocorridas no seio familiar pode ser conferida ao fato de as mulheres terem ingressado no mercado de trabalho e, portanto, passarem a desempenhar não apenas o papel de mãe e esposa, mas também de profissional.

Com a emancipação da mulher, novos arranjos e configurações familiares foram surgindo, o que levou a uma nova dinâmica familiar, como por exemplo: as famílias recasadas e a família monoparental, aquela em que um dos cônjuges vive só com os filhos, assumindo sozinho a criação deles, e podemos citar também os casais homossexuais, que começam a suscitar questionamentos, chamando atenção para esta nova configuração, entre outras (Amazonas; Lima, et al, 2003). Osório (1996, p.53) define por configuração familiar *o modo como se dispõem e se inter-relacionam os elementos da mesma família.*

Segundo Osório (1996), a partir de tantas diferenças, pode-se afirmar que não é simples a tarefa de conceituar família, já que esta não tem um conceito único, sendo uma expressão passível de múltiplas descrições.

Para Ackerman: "A família é a unidade básica de desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade".

Segundo Bucher (1999, p.83) a família "é uma conquista cultural, inserida em uma dimensão histórica de construção ao longo dos séculos e em conseqüência atravessando mudanças".

Para Ginnot:

> "O papel da família estável é oferecer um campo de treinamento seguro, onde as crianças possam aprender a ser mais humanas, a amar, a formar sua personalidade única, a desenvolver sua auto-imagem e a relacionar-se com a sociedade mais ampla e imutável, da qual e para a qual nascem".

A família torna-se, agora, um local em que os laços afetivos tornam-se primordiais na relação, proporcionando externar alguns sentimentos antes obscuros, como a solidariedade, afetividade e companheirismo que hoje são peças chave para esta instituição.

Com esta pesquisa, buscou-se estudar a dinâmica familiar de crianças da rede particular de ensino da zona centro da cidade do Recife.

Segundo Cerveny & Berthoud (1997), dinâmica familiar é a forma de funcionamento da família, a qual abrange motivos que viabilizam esse funcionamento, as relações hierárquicas estabelecidas com relação ao poder, as relações afetivas, a organização e o desempenho dos papéis familiares, os projetos e metas da família.

Com a chegada da modernização, novos valores foram injetados na família, os quais proporcionaram uma abertura para uma família igualitária, em que os papéis familiares, antes bem definidos, tornaram-se cada vez mais mutáveis e indefinidos.

Contudo, não se pode compreender a família sem estudá-la sob o impacto da busca, por parte de seus componentes, de um equilíbrio concernente às relações de poder, seja, entre o casal, marido e mulher, na ordem sexual ou profissional, seja entre pais e filhos com a transformação da autoridade paterna, seja entre irmãos, nos quais a rivalidade se substitui pela cumplicidade e solidariedade (Osório, 1996).

Os dados coletados nessa pesquisa foram analisados numa perspectiva quantitativa, buscando apreender como se dá a dinâmica das famílias requisitadas. Os resultados darão uma maior compreensão do universo familiar das crianças da rede particular de ensino da zona centro

da cidade do Recife, fornecendo uma ampliação no conhecimento dessas famílias e esclarecimentos para uma satisfação mais propícia das necessidades sócio-psicológicas.

Metodologia

Participaram dessa pesquisa, até o momento, 52 (cinqüenta e dois) adultos, pais ou responsáveis por crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 11 anos, alunos de 10 escolas da rede particular de ensino da Zona Centro da cidade do Recife. A escolha da amostra foi aleatória.

O instrumento utilizado foi um questionário com 48 questões fechadas e de múltipla escolha.

Os questionários foram enviados aos pais ou adultos responsáveis através das próprias crianças. Na capa desse, havia um termo de ciência e consentimento, no qual se explicava o objetivo da pesquisa e como o questionário deveria ser respondido. O telefone da bolsista foi colocado a disposição para que o responsável pela criança pudesse tirar qualquer dúvida pertinente. Os questionários foram retomados pelas bolsistas através das crianças no dia seguinte.

A análise do questionário foi realizada através do banco de dados SPSS.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam para uma dinâmica familiar em que as atividades domésticas, (46%), a responsabilidade nos cuidados (58%) e na educação das crianças (70%) são funções atribuídas ao casal. Estes elementos ilustram que os papéis familiares estão se transformando juntamente com a família. Entretanto, a mudança ainda é lenta, já que em 41% dos dados a responsabilidade pelos cuidados com o lar cabe à esposa, o que mostra que, quando se trata da família, as pessoas oscilam entre valores da contemporaneidade e da tradição. As decisões da família são tomadas através do diálogo (70%), e estas são sempre discutidas pelo marido e pela esposa. O que mostra que as mulheres, cada vez mais, participam das decisões familiares. Os resultados anteriormente narrados demonstram que o casal está empenhado em dividir as responsabilidades e isso poderá criar um ambiente mais favorável à educação das crianças. Complementando, observa-se que as regras e os limites são atribuídos através do diálogo em 89% das respostas. Entretanto, é importante salientar que ainda existem pessoas que consideram que a responsabilidade com o cuidado das crianças é apenas da mulher (24%). Além disso, 11% dos participantes ainda consideram que a imposição das regras deve acontecer pelo uso do poder.

As funções atribuídas aos filhos são: ajudar na organização do lar e cumprir regras. O principal atributo ainda é o de estudar. Proporcionar educação aos filhos é o principal projeto da família.

Os dados apresentados trouxeram uma nova perspectiva da dinâmica familiar das crianças na zona centro da cidade do Recife, proporcionando uma visão do funcionamento familiar nessa camada da população.

Conclusão

A família revelada nessa pesquisa aponta para uma convivência, ainda que conflituosa, entre tradição e contemporaneidade.

Às figuras parentais são exigidos novos desempenhos e dinâmicas no funcionamento familiar. Percebemos a participação do pai na educação, nas atividades de lazer e na decisão em ter filhos, ilustrando o novo modelo, e igualmente da mulher, que começa a ter trabalho remunerado, poder decisório e a compartilhar a direção do lar.

Quanto aos filhos, a família retratada considera que estudo é um valor fundamental e essa é a função primordial das crianças.

Contudo, observamos que a família almejada pelos participantes é aquela na qual os

membros estão em completa harmonia, conversam e possuem estabilidade econômica e emocional. Assim, os relacionamentos afetivos tornam-se flexíveis, e o casamento passa a ser considerado não obrigatório e sim uma forma de realização afetiva.

Agradecimentos
Agradeço a Deus, ao PIBIC/UNICAP, à minha família, em especial a minha mãe pelo apoio emocional e financeiro, aos meus amigos e a todas as outras bolsistas pela ajuda e amizade.

Referências

ACKERMAN, N.W**. Diagnostico e Tratamiento de las Relaciones Familiares.** Hormé, Buenos Aires,1974.

AMAZONAS, M.C.L.A.; LIMA, A.O. et al. **Um estudo sobre famílias de crianças em fase escolar da zona oeste da cidade do Recife.** PIBIC/UNICAP, 2002.

CERVENY, C.M. de O.; BERTHOUD, C.M.E**.** et al. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração:** a família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Juliana Passos de Castro[1] ; João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciência Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais. e-mail:jpallain@zipmail.com.br.

Resumo

O projeto tem como objetivo analisar o contexto em que se encontra a atual sociedade mundial e sua relação com o direito. O desenvolvimento regular do trabalho se deu a partir de pesquisas bibliográficas. Os resultados obtidos são importantes à medida que propiciam aos aplicadores do direito conhecimentos a respeito da realidade mundial vivida atualmente, gerando condições para que se possa interpretar as normas jurídicas de uma maneira mais compatível com as necessidades oriundas das transformações ocorridas tanto em nível nacional como internacional. A conclusão do trabalho atenta para o fato de que os impactos provenientes das transformações ocorridas na pós-modernidade, ocasionaram mudanças na identidade cultural dos países, havendo então a necessidade de uma nova forma de aplicação do direito para que se possa garantir decisões justas e a ampliação da cidadania.

Palavras-chave: pós-modernidade, cidadania, globalização.

Introdução

O estudo mais detalhado a respeito da aplicação do direito e da ampliação da cidadania requer uma análise da sociedade na qual serão aplicadas as normas jurídicas. Isso ocorre devido ao fato de que o direito serve como fator de regulação do estado no sentido de que suas normas devem ser aplicadas para solucionar conflitos. A solução de conflitos deve se dar de tal forma que seja realizada efetivamente a justiça e se concretizem os valores da cidadania e dos direitos humanos. Todavia, o que se percebe, atualmente, é a incapacidade de o estado utilizar-se do direito como meio de alcançar esse fim. Nesse sentido, não está havendo respostas para problemas econômicos, políticos e sociais surgidos, o que acarreta o enfraquecimento do Estado e, conseqüentemente, a perda de legitimação do mesmo. Esse fato decorre, sobretudo, do processo de globalização que tem provocado uma crise nas identidades culturais dos Estados e a ineficácia da aplicação do direito positivo.
O objetivo do presente trabalho consiste em analisar de uma maneira mais minuciosa a crise do estado pós moderno decorrente da globalização e seu impacto na esfera do direito.

Metodologia

Dada a própria natureza do trabalho, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica concernente ao tema.

Projeto: A aplicação do método tópico retórica na interpretação dos direitos fundamentais. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

Resultados e discussão

A sociedade atual, devido às transformações pelas quais vem passando, principalmente por conta da globalização, encontra-se em um momento em que as identidades culturais estão fragmentadas e o Estado perde legitimidade por não ter mais tanta força de regulação, principalmente a partir de seu principal instrumento, o direito.

Segundo o autor Boa Ventura[1], para se chegar a uma conclusão, do ponto de vista da sociologia, é preciso superar alguns desafios. Na visão do autor, esses desafios se manifestam como perplexidades a serem entendidas . Ele enumera as principais perplexidades:

1) a primeira consiste no fato de que houve nessas décadas um aprofundamento dos problemas de natureza econômica e, ao mesmo tempo, uma valorização de aspectos concernentes aos modos de vida tais quais a cultura e o simbólico;
2) a segunda refere-se ao fato de que, enquanto existe um crescimento das práticas transnacionais, existe, por outro lado, uma intensificação da relação com o estado. Dessa forma, não se sobe qual seria a tendência atual, a centralização ou descentralização do estado nacional;
3) a terceira perplexidade é concernente à valorização do indivíduo, acentuada nessa época, em contradição com o fato de que a vida íntima do indivíduo torna-se cada vez mais pública;
4) a quarta é referente ao fato de que a democracia se tornou, nos dias atuais, inquestionável, porém as bases que a constituem como a participação popular, a representação política, entre outras, estão, cada vez mais, sendo criticadas por ser considerados enfraquecidas. Da mesma forma, a democracia, cada vez mais convive ao lado do neoliberalismo, e esses dois institutos nunca foram compatíveis;
5) a última perplexidade apontada pelo autor é relativa ao fato de que, enquanto se intensificam as relações globais, ao mesmo tempo se revalorizam costumes e aspectos regionais.

Todavia, em que pesem essas observações acerca da dificuldade de se analisar a sociedade atual, os estudos realizados para a elaboração do presente trabalho possibilitaram que se chegasse a uma conclusão a respeito do contexto mundial nos qual estão enquadrados os Estados.

De acordo com o autor Stuart Hall[2], é preciso considerar três concepções de identidade referente às sociedades:

- o sujeito do iluminismo, no qual a pessoa humana era o principal centro de identidade;
- o sujeito sociológico, no qual interação indivíduo com a sociedade forma a identidade cultural do estado;
- o sujeito pós-moderno que não tem uma identidade única e definida, devido, principalmente, ao processo de globalização que traz como conseqüência o fato das identidades nacionais se sobreporem umas às outras[3].

Ora, de fato, a globalização torna as distâncias mais curtas[4], havendo repercussão, em várias localidades, de um fenômeno que ocorre em um dado país.

---

[1] Santos, Boa Ventura de Sousa. Pela Mão de Alice. p.35

[2] A Identidade Cultural na pós-modernidade. p. 10 e ss.

[3] A Identidade Cultural na pós-modernidade. p. 67

[4] A Identidade Cultural na pós-modernidade. p. 69

Em que pesem as observações acima descritas do escritor Boa Ventura, de que ao mesmo tempo em que se intensificam as relações globais, revalorizam-se os costumes e aspectos regionais, não se pode negar que a crescente interação entre os países ocasiona uma multiplicidade de estilos, e um pluralismo cultural em que não se pode mais conservar intactas as culturas nacionais nem separá-las das influências externas. Nesse contexto, originam-se diversos tipos de valores, crenças, comportamentos, conceitos, em suma, uma nova realidade em constantes modificações e transformações.

Diante disso, é que se pode constatar a crise do Estado[5] e de seu instrumento de regulação, o direito. Essa crise do Estado configura-se diante da incapacidade de este solucionar os problemas sociais e econômicos surgidos na atualidade[6]. Por conta disso é que se propõe um novo contexto normativo, que leve em conta o conceito de pluralismo jurídico[7] e que proporcione, através da aplicação do direito, solução para problemas surgidos na atualidade.O reconhecimento de que o direito positivo é incompatível com a realidade posta, incapaz de regular qualquer esfera da sociedade, podendo-se tornar inclusive uma ameaça à sociedade[8], faz surgir a necessidade de uma nova racionalidade jurídica, de nova condições para que o direito possa atuar na dinâmica social dos estados.

A necessidade de um direito mais flexível, compatível com as transformações sociais que vêm ocorrendo e capaz de atender às novas demandas surgidas diante da pluralidade cultural em que se encontram as sociedades, não é apenas uma maneira de o Estado recuperar sua legitimação através do fortalecimento do direito como mecanismo de controle. É, antes de tudo, uma necessidade de se aplicar o direito de uma forma que seja possível uma solução justa dos conflitos e que, dessa maneira, amplie-se a construção da cidadania com a aplicação, sobretudo, dos princípios relativos aos direitos humanos.

Conclusões

Considero positivo o resultado do presente trabalho, uma vez que os objetivos pretendidos foram alcançados. Acredito ter contribuído com o resultado do meu estudo e deixado clara a importância de compatibilidade entre o direito a realidade social dos Estados pós-modernos como uma maneira de se garantir o exercício da cidadania e prevalência dos direitos humanos.

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo amor e dedicação, aos irmãos João e Cecília e à Universidade Católica de Pernambuco.

Referências

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros. 1999.

LEAL, Roberto, Gesta. **Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais no Brasil.** Porto Alegre: Livraria do Agvogado. 2000.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2000.

COELHO, Edihermes Marques. **Direitos Humanos, Globalização de Mercados e o Garantismo**

[5] Faria, José Eduardo. Direito e Globalização econômica. P. 15

[6] Faria, José Eduardo. Direito e Globalização econômica. P.17

[7] Faria, José Eduardo. Direito e Globalização econômica. P.82

[8] Faria, José Eduardo. Direito e Globalização econômica. P.90

como Referência Jurídica Necessária. São Paulo: Juarez de Oliveira.

FARIA, José Eduardo (1996). "Introdução" *in*: **Direito e Globalização Econômica – Implicações e Perspectivas**. FARIA, José Eduardo (Org.). São Paulo: Malheiros.

GALUPPO, Marcelo Campos (2004). Democracia e Tolerância

GIDDENS, Anthony (1991). **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp.

GHAI, Yash (2003). "Globalização, Multiculturalismo e Direito" *in*: **Reconhecer para Libertar Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural.** SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAU, Eros Roberto (1997). **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros

HALL, Stuart (2003). A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. **8a. ed. Rio de Janeiro: DP&A.**

HÄBERLE, Peter (1997). Hermenêutica Constitucional – **A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: Contribuição para a Interpretação Pluralista e "Procedimental" da Constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor**

JOAS, Hans (2001). "O Comunitarismo: Uma Perspectiva Alemã". *in*: **Democracia Hoje – Novos Desafios Para a Teoria Democrática Contemporânea**. SOUZA, Jessé (org.). Brasília: UnB.

LISZT, Vieira(1999). Cidadania e Gobalização**. São Paulo: Record**

RAWLS, John (2001). **O Direito dos Povos**. São Paulo: Martins Fontes

RAWLS, John (1997). **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes

SARLET, Ingo Wolfgang (2001). **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais – Na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (2000). **A Crítica da Razão Indolente – Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez

THIELEN, Helmut (1998). **Além da Modernidade? – Para a Globalização de uma Esperança Conscientizada**. Petrópolis: Vozes.

WALLERSTEIN, Immanuel (2002). **O Fim do Mundo como o Concebemos – Ciência Social para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Revan

DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA COLETIVA – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DECISÓRIO E REFORMAS AXIOLÓGICAS E CRATOLÓGICAS NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Mariana Chaves Gonçalves[1]; Thales Cavalcanti Castro[2]; Lucas Monteiro de Souza[3]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas e do Centro de Ciências Sociais. E-mail: marchaves@bol.com.br
[2] Professor do Departamento de Economia e Administração (DEA) e de Ciências Jurídicas (DCJ) E-mail: tccastro@hotmail.com.
[3] Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências jurídicas e do Centro de Ciências Sociais. E-mail: lucamonteiro@hotmail.com

Resumo
A Organização das Nações Unidas é um organismo internacional que surgiu no período Pós-Segunda Guerra Mundial (1939-45) que tem como principais propósitos assuntos relacionados à manutenção da paz e segurança internacional, o estímulo à cooperação internacional e ao respeito aos direitos humanos para gerar uma maior harmonia na Comunidade Internacional. A presente pesquisa enseja analisar, dentro de uma perspectiva axio-cratológica, a dinâmica decisória do CSNU no pós-guerra fria, identificando os possíveis entraves a boa consecução de suas finalidades e propor reformas que possibilitem a construção de uma ordem internacional pacífica e justa, que se baseia na força do direito e da moral. A Organização foi criada com a finalidade de usar sua independência e força coercitiva para combater as controvérsias por meios pacíficos, de modo que não se perturbe a ordem e a paz internacionais. Porém não é isso que acontece. O CSNU através de sua grande quantidade de resoluções unânimes (15x00x00) se mostra um órgão político assimétrico. Isso acontece porque a ONU não é, de fato, um órgão independente, como mostra, empiricamente, nossa análise das 781 resoluções entre agosto de 1990 (resolução 660) e novembro de 2002 (resolução 1441). Há necessidade de maior incremento em sua autonomia, no que tange aos seus recursos militares e efetivos financeiros. Para que possa atuar de forma isonômica e efetivar suas decisões, é preciso refletir acerca da importância de um exército permanente e uma contribuição econômica mais bem distribuída entre os Estados-membros, de modo a evitar a interferência de algum na atuação do mesmo.

Palavras-chave: ONU; paz; segurança

Introdução

A presente proposta de pesquisa enseja analisar, dentro de uma perspectiva axio-cratológica, a dinâmica decisória do Conselho de Segurança da ONU, identificando possíveis entraves à boa consecução de suas finalidades e propor reformas que possibilitem a construção de uma ordem internacional um pouco mais pacífica e justa.

Segundo Seitenfus, o sistema de segurança coletiva, consubstanciado nos capítulos VI e VII da Carta da ONU (1945), apresentou-se ao ambiente internacional orientado pela solução pacífica de controvérsias, salvaguardada a utilização da força apenas nos casos de legítima defesa individual ou coletiva. Como instância interna do Organismo, responsável pela resolução das desavenças, criava-se o Conselho de Segurança e, como instrumentos garantidores da aplicação das decisões desse órgão, previa-se a imposição de sanções econômicas, político-diplomáticas em casos extremos.

Projeto: Direito Internacional da Segurança Coletiva no Âmbito do Conselho de Segurança da ONU (1991-2003): necessidades axio-cratológicas de reformas. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP.

O peso do poder dos EUA, mais do que nunca principal contribuinte financeiro e militar para a estrutura da ONU, afirmar-se-ia com maior intensidade, no Conselho de Segurança, a partir de 1991, quando da Guerra do Golfo contra o Iraque invasor do Kuwait.

A intervenção ao Iraque liderada pelos EUA, à revelia da ONU e do Direito Internacional, deflagrou talvez uma das grandes crises da história do multilateralismo, tornando-se clara a necessidade de se rediscutir e redefinir seu papel como guardião da paz e da segurança coletiva. Ecoam fortes os reclames por um Conselho de Segurança mais amplo (Plano Razali), em que o poder decisório possa ser estendido a um número maior que os cinco atuais membros permanentes, congregando Estados que, por sua liderança regional (Alemanha, Japão, América Latina), possam representar as posições das diversas localidades e culturas do mundo, democratizando e legitimando a segurança coletiva.

Além dessa ampliação do poder decisório em seu Conselho de Segurança, o grave episódio de 2003 mostrou a necessidade do incremento da autonomia da ONU, no que tange à dependência dos efetivos militares e seus recursos financeiros. Para que possa atuar de forma isonômica e efetivar suas decisões na proteção da segurança coletiva, é preciso refletir acerca da importância de um exército próprio e permanente do organismo e de uma contribuição econômica mais bem distribuída entre os estados membros, de modo a evitar a hegemonia e interferência de algum na atuação do mesmo. A ONU corporifica o grande sonho e, principalmente, a esperança da humanidade pela paz mundial. Mais que um símbolo, representa o esforço humano na construção de uma ordem internacional isonômica, protegida pelos princípios e normas do direito e combatente da tirania do interesse particular em prol do benefício coletivo.

Só o fortalecimento da ONU, por meio de grandes reformas em sua estrutura funcional e da prevalência da prática multilateral nas discussões e solução de conflitos, poderá proporcionar ao mundo o decréscimo na incidência de ações terroristas e o freio necessário para as agressões unilaterais de estados que julguem seu interesse mais relevante que das demais nações do globo.

Metodologia

O processo metodológico de todo projeto científico inicia-se com a extração, da avaliação e da interpretação dos fatos (políticos, jurídicos, econômicos, diplomáticos e sociais) e dados estatísticos acerca da ONU, das resoluções do Conselho de Segurança e da segurança coletiva. Esse planejamento estratégico metodológico triplo supracitado pode ser assim descrito: plano factual-documental, plano testemunhal e plano teórico-científico.

Primeiramente, no plano factual-documental há a coleta sistemática e interpretação criteriosa de textos voltados para o objeto de nossa pesquisa científica. Fizemos uma revisão de literatura, baseada em Maurice Bertrand, John Stoessinger, Antônio Patriota e George Lamazière. Tais esferas de revisão literária são de cunho jurídico, político, diplomático e internacionalista

Em segunda estratégia metodológica, temos o plano testemunhal, através de entrevistas com diplomatas e de demais especialistas na área internacional para melhor respaldar nossas pesquisas. Entrevistas serão conduzidas para apontar as várias facetas do amplo e complexo fenômeno do Direito Internacional da Segurança Coletiva em direta referência para o papel central do Conselho de Segurança da ONU entre os anos de 1990 e 2003 – data da segunda intervenção no Iraque.

Em terceiro lugar, temos a compilação das resoluções do Conselho de Segurança da ONU no período de 1990 a 2002 para embasarmos melhor nossa tese. A eficácia jurídica estará, ademais, no cerne desse específico plano metodológico. Iremos utilizar para a referida pesquisa: textos de enciclopédicos; livros especializados na temática em tela; artigos publicados em revistas científicas e em anais; periódicos da mídia impressa corrente; textos diversos na rede mundial de abrangência (internet) e monografias.

Resultados e Discussão

O presente projeto de iniciação científica tem como fundamento de justificativa a necessidade de análise crítico-reflexiva e de exegese argumentativa do Direito Internacional da Segurança Coletiva entre as Guerras do Golfo (1991 e 2003), como marco histórico da primeira pós-bipolaridade. O foco central desse sistema de segurança internacional está no funcionamento do Conselho de Segurança, de acordo com a Carta das Nações Unidas, em seu Capítulo VII. O presente projeto mostra a necessidade crescente de análise crítica mais aprofundada acerca do Estado inserido numa ordem econômica internacional dinâmica. Esta análise será feita com a finalidade de construção de uma tese que mostre a importância do Direito Internacional da Segurança Coletiva como também de organismos internacionais, dotados de legitimidade e independência para resolver os conflitos existentes nas relações internacionais pós-bipolares.

Conclusões

Através da compilação detalhada das votações das resoluções aprovadas no Conselho de Segurança (660/90 até 1441/02) no período de 1990-2003, pode-se notar claramente que existe uma quantidade considerável de resoluções consensuais, algo em torno de 89% de todas as 781 resoluções no período. Ora, conclusivamente, não seria aceitável ou justificável essa “fabricação de consensos” (Thales Castro) para a legitimação do paradigma da segurança coletiva no atual contexto interno.

Essa base de dados organizada por esses pesquisadores tem por objeto comprovar a tese de uma ONU assimétrica, na verdade, frágil e debilitada dentro do cenário internacional. A ONU se mostra uma instituição dependente, parcial e antidemocrática que foi criada com o intuito de manter a paz e a segurança internacionais. Mas há esperanças, no horizonte, para o futuro dessa essencial Organização.

Através do Conselho de Segurança, a Organização ganha força para executar as decisões das maiores potências mundiais como Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China, membros permanentes que têm o poder de veto e que também detêm legalmente, por seu turno, armas nucleares (TNP). Tal observação comprova o caráter assimétrico da ONU, revelando, assim, a necessidade de reformas axiológicas e cratológicas no CSNU.

Agradecimentos

Agradeço a minha família que sempre esteve ao meu lado, dando todo o apoio necessário. Ao PIBIC/UNICAP, que me proporcionou uma grande experiência cientifica.

Referências

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **O Conselho de segurança após a Guerra do Golfo:** a Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletiva. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. **Manual das organizações Internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA COLETIVA – ANÁLISE DE RESOLUÇÕES APROVADAS NO CONSELHO DE SEGURANÇA ENTRE 1991 E 2003 PARA ENVIO DE MISSÕES DE PAZ SOB OS AUSPÍCIOS DA ONU[1]

Lucas Monteiro de Souza[1] ; Thales Cavalcanti Castro[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: **lucamonteiro@hotmail.com**
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: **tccastro@hotmail.com** Participante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisas Internacionais.

Resumo

O presente trabalho surge da importância de analisar a efetividade do sistema de segurança coletiva, preconizado pela Carta da ONU para a garantia da paz internacional, frente ao cenário mundial hodiernamente caracterizado pelo uso unilateral e não autorizado da força militar. Tem por objetivo identificar possíveis falhas desse sistema e propor soluções. Aparentemente fortalecido na guerra do Golfo de 1991, o sistema viria demonstrar seu real estado de deficiência quando da invasão anglo-americana ao Iraque em 2002, à revelia do Conselho de Segurança da ONU. A partir do estudo do funcionamento do Conselho de Segurança e das resoluções por ele aprovadas - entre o seu momento de auge em 1991 e seu momento de desprestígio, em 2002, - bem como da análise literária sobre o assunto, a pesquisa pôde identificar alguns dos problemas que retiram do órgão a possibilidade do cumprimento efetivo de suas funções. Entre eles estão a grande burocracia interna, a pouca democracia e legitimidade do processo decisório e a carência de uma estrutura autônoma. Diante das constatações, a pesquisa conclui pela necessidade de reformas na estrutura da ONU, como a ampliação de seu Conselho de Segurança e a busca por uma maior autonomia operacional, para que o referido organismo possa fazer prevalecer o Direito em detrimento da força nas relações internacionais.

Palavras-chaves: **multilateralismo ; reformas ; paz**

Introdução

Diante do cenário internacional hodierno, profundamente marcado pelo desprestígio da diplomacia, da resolução multilateral dos conflitos e do próprio Direito Internacional frente à adoção crescente do uso da força, de um unilateralismo belicoso, capitaneado pela superpotência norte-americana, falar em direito internacional da segurança coletiva parece-nos de grande importância.

A invasão do Iraque em 2003 pela coalizão anglo-americana, realizada sem qualquer autorização do Conselho de Segurança da ONU, suscitou o debate acerca da ineficiência do organismo na consecução de seu principal objetivo, qual seja, assegurar a paz mundial por meio de um sistema de segurança coletivo baseada no Direito. Frente à evidenciada incapacidade prática da ilustre organização em impedir ações militares unilaterais, a discussão mundial acerca da necessidade de reformas em sua estrutura tomou novo fôlego.

[1] **Projeto:** Direito Internacional da Segurança Coletiva no Âmbito do Conselho de Segurança da ONU (1991-2003): Necessidades Axio-Cratológicas de Reforma. **Órgão financiador:** PIBIC/UNICAP

Conselho de Segurança da ONU e das resoluções por ele adotadas, um panorama das suas principais falhas e, a partir delas, o apontamento de algumas reflexões que possibilitem seu aprimoramento.

Para tal análise, a presente pesquisa fez um corte temporal que se inicia em 1991, com as resoluções aprovadas no conselho de segurança relativas à guerra do Golfo, e termina em 2003, com as resoluções que versam sobre a atuação da ONU no Iraque pós- invadido.

Os dois momentos históricos, a guerra do Golfo(1991) e a Invasão do Iraque (2003) são paradigmáticos para a atuação das Nações Unidas: o primeiro marcaria o apogeu da eficácia do seu sistema de segurança, conseguindo o organismo, após quase meio século de paralisia provocada pela guerra fria, imprimir à agressão militar iraquiana ao Kuwait, a aplicação de medida coercitiva dentro dos moldes de sua Carta.

Nos dizeres de Hermes Marcelo Huck[2] :"o exemplo da guerra do Golfo e o sucesso da Tempestade no Deserto deram maior eficácia à proibição do uso da força no direito internacional. Transformou-se em raro e oportuno exemplo de coerção legal contra uma agressão ilícita e demonstrou uma flagrante evolução sobre os tradicionais eventos de uso unilateral e não autorizado da força".

A esperança do revigoramento do multilateralismo e da supremacia da autoridade da ONU para o uso da força no cenário internacional, contudo, não se concretizou ao longo da década de 1990. Ao contrário, o que se seguiu após o exemplar episódio do Golfo foi uma crescente perda de eficácia na atuação do organismo, processo que teve seu apogeu na invasão do Iraque em 2002.

O objetivo do trabalho, portanto, é poder identificar no período delimitado as razões do enfraquecimento da ONU na aplicação de seu sistema de segurança coletiva, visando propor, a partir das conclusões alcançadas, reformas na sua estrutura de funcionamento.

Metodologia

O presente estudo teve por base a pesquisa em livros, artigos de revistas especializadas, jornais, sites da rede mundial de computadores - Internet, além da análise de ampla legislação internacional acerca do tema e, de forma específica, das resoluções aprovadas no Conselho de Segurança da ONU (entre a resolução 660 até a controversa resolução 1441). Por meio da revisão literária e da análise das referidas resoluções, fizemos um estudo crítico dos desdobramentos político-militares das temáticas relativas ao sistema de segurança coletivo, a partir da guerra do Golfo até os acontecimentos que culminaram na intervenção anglo-americana no Iraque .

Resultados e Discussão

A análise das resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança, no período de 1991 a 2003, vem evidenciar nossa tese de que a revitalização da eficácia da ONU, sugerida pela sua atuação na guerra do Golfo em 1991, não veio a se confirmar ao longo da década de 1990.

O estudo do funcionamento do referido Conselho e das resoluções por ele aprovadas, permitiu-nos constatar, entre outros problemas, a grande burocracia dos procedimentos, a estrutura pouco democrática e a tendência para a "fabricação de consensos" da Organização das Nações Unidas.

Senão, vejamos: o Conselho de Segurança é composto por 15 membros sendo cinco deles permanentes e com direito a veto e os outros dez membros rotativos, por dois anos, sem o direito ao veto. O poder decisório, dessa forma, está totalmente concentrado nas mãos de alguns poucos países (EUA, França, China, Rússia e Grã-Bretanha), restando prejudicada a democracia

[2] HUCK, Hermes Marcelo. **Da guerra justa a guerra econômica:** uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996.p 301.

e, de certa forma, a própria legitimidade do órgão.

Nesse sentido, a indagação de Charles Zorgbibe, quando debatendo sobre a possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança com a entrada da Alemanha e do Japão: "Cooptar estas duas potências seria, possivelmente, abrir a caixa de Pandora, suscitar a multiplicação das candidaturas e, por fim, 'diluir o Diretório'. Mas optar pelo *status quo* não seria correr o risco de uma defasagem entre o Conselho de Segurança e as realidades internacionais, de uma erosão da legitimidade do Diretório?"[3]

Quanto a uma possível "fabricação de consensos" no Conselho de Segurança, a análise individualizada das resoluções entre 1991 e 2003, feita ao longo da pesquisa, pôde evidenciá-la: verificando a posição de cada país nas votações das resoluções, identificamos um percentual de aproximadamente 90% de aprovações por unanimidade.

Não nos parece razoável a idéia de que temas tão importantes e de efeitos tão extensos e complexos como o envio de missões de paz, a aprovação de sanções econômicas ou instituição de tribunais de jurisdição internacional - todos temas de abordagem e decisão do Conselho de Segurança - gerem 90% das vezes opiniões consensuais entre países de interesses tão diversos no cenário internacional.

O referido índice, quando confrontado com o objeto das resoluções, ao contrário de demonstrar a consensualidade no processo decisório do Conselho de Segurança, parece denunciar sua artificialidade, fazendo crer que o poder econômico e político das nações desenvolvidas serviriam como forma de pressão para o alcance da unanimidade decisória.

Conclusões

Ante aos resultados expostos, conclui-se pela necessidade de mudanças na estrutura funcional da ONU, particularmente no seu Conselho de Segurança, no intuito de lhe serem acrescentadas legitimidade, democracia e eficácia, elementos imprescindíveis a uma entidade que pretende ser a principal guardiã do Direito e da paz mundial. Sem eles a segurança internacional estará à mercê da anarquia do uso unilateral e desautorizado da força.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP, que concedeu a bolsa viabilizando esta pesquisa; à Mariana Chaves Gonçalves, participante do projeto, pela excelente trabalho em conjunto; à Juliana, por tudo; a meus pais, que com seus exemplos de vida, ensinaram-me a não desistir.

Referências

CASTRO, Thales. **ONU, Brasil e Iraque:** As muitas Guerras. Olhar Internacional. Revista Fácil Brasil. Recife, edição de setembro de 2003.

_____. **Repensando a unimultipolaridade:** Uma análise modelística das relações internacionais contemporâneas. In Guedes, Marcos. Brasil e Estados Unidos no Novo Milênio. Recife, UFPE/NEA, 2004.

HUCK, Hermes Marcel. **Da guerra justa à guerra econômica:** uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo:Saraiva, 1996.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional no século XXI:** textos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2002.

ZORGBIBE, Charles. **O Pós-Guerra Fria no mundo.** Campinas. Trad. Maria Cristina da S. Leme. São Paulo: Papirus, 1996.

[3] ZORGBIBE, Charles. **O pós-Guerra Fria no mundo.** Campinas. SP: Papirus, 1996. p.133.

ECONOMIA PERNAMBUCANA PÓS-1990: UM ESTUDO DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO*[1]

Bruno Wallace Batista de Souza[12] ; Luís Henrique Romani de Campos[23]

[1]Aluno do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais.
[2]Professor do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais.

Resumo

Este relatório apresenta um estudo sobre as políticas de desenvolvimento adotadas na economia pernambucana no período pós-1990, com o objetivo de analisar os impactos socioeconômicos causados pelos programas de desenvolvimento implantados pelo Governo de Pernambuco no período citado anteriormente.

Para isso a metodologia usada na elaboração deste relatório foi o levantamento de dados secundários, realizando visitas a Órgãos do Governo, como o Condepe, por exemplo, no intuito de levantar a situação socioeconômica de Pernambuco, analisando índices de IDH, Gini entres outros. O Estado foi dividido em mesorregiões na tentativa de se perceber, com uma maior clareza, os investimentos do Governo do Estado, e quais os efeitos causados por esses investimentos.

É possível ver a evolução do Estado em alguns índices, em contrapartida à involução em outros aspectos, percebendo como o Governo, nos últimos anos, tratou o Estado de forma heterogênea, dando importância, em dado momento, a uma(s) mesorregião(ões) e dando menos importância para as demais. As regiões de São Francisco e a Zona da Mata foram as mais beneficiadas por planos do governo, enquanto que as do Araripe e sertão central estão entre as menos assistidas.

Palavras-chave: economia regional; governo do estado; desenvolvimento regional.

Introdução

A economia pernambucana tem acompanhado, de perto, a evolução brasileira, no geral, com taxas ligeiramente superiores à média nacional, levando a um moderado aumento da participação no PIB brasileiro. No Nordeste, ao contrário, Pernambuco acompanha o comportamento regional, mas vai perdendo posição relativa, à medida que a maioria dos outros Estados apresenta um desempenho econômico quase sempre melhor que o de Pernambuco. A participação da economia pernambucana no PIB do Nordeste apresenta um ligeiro declínio relativo entre as décadas de 70 e 90; no mesmo período, a Bahia, com seus altos e baixos, eleva sua participação, e o Ceará apresenta uma rápida evolução percentual na economia nordestina.

Em quase trinta anos, Pernambuco cresceu (não muito em comparação com a Bahia e o Ceará), acompanhando e integrando-se à dinâmica nacional. O PIB estadual quadruplicou, entre 1970 e 1997, passando de US$ 5,2 bilhões, em 1970, para cerca de US$ 22,5 bilhões em 1997, mantendo sua posição de segunda maior base produtiva do Nordeste. O setor de comércio e de serviços é o maior responsável pelo PIB pernambucano, enquanto que os setores industrial e agrícola não estão acompanhando a evolução do setor de comércio e serviços (IBGE).

Para os autores Vergolino e Monteiro Neto (2001), o relativo declínio econômico pernambucano é

* **Projeto de Pesquisa:** O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco: uma aplicação do método da econometria espacial. Órgão Financiador: UNICAP. **Órgão Financiador: PIBIC / UNICAP.**

atribuído a fatores como a falta de iniciativa ou de autonomia do Governo pernambucano e a não especialização de uma atividade econômica na economia de Pernambuco. Os autores também afirmam que a indústria é o motor do crescimento de uma região.

Com a diminuição de investimentos por parte da União, na década de 50, Pernambuco começou a crescer a taxas menores e a Bahia passou a receber recursos federais para a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari (PPC). Por sua vez, Pernambuco não apresentou políticas de desenvolvimento para compensar ou amenizar essa perda, não demonstrou atrativos, suficientes ou adequados, para resgatar os investimentos federais perdidos anteriormente e despertar o interesse de investimentos extra-regionais e internacionais, para intensificar sua economia. Pode-se usar o Ceará e a Bahia como exemplo contrário a Pernambuco. O Ceará conseguiu atrativos favoráveis e implantou fábricas de calçados e a Bahia trouxe uma montadora de automóveis multinacional.

A diversificação econômica é outro fator prejudicial a Pernambuco (segundo Vergolino e Monteiro Neto). O Estado não apresenta nenhuma atividade especializada, diferentemente do Ceará, que possui uma atividade econômica especializada em bens de consumo. Destacam-se, nesta atividade, as indústrias têxteis e de calçados. A Bahia apresenta uma atividade intensiva de capital e tecnologia graças à implantação do PPC, que proporcionou o surgimento de novos ramos agregados ao setor petroquímico. Já Pernambuco apresenta uma alta diversificação na sua economia, não apresentando uma indústria ou economia intensiva de capital e/ou tecnologia. (Vergolino e Monteiro Neto 2001).

Metodologia

Foram adotados como procedimentos metodológicos a coleta de dados em fontes secundárias como o IBGE, IPEA, CONDEPE, SEPLAN. Além disso, foram feitas visitas a órgãos do governo do estado de Pernambuco para coleta de relatórios de implantação de projetos (por exemplo: Promata, Renascer, Prodetur, etc) e de diagnósticos das mesorregiões do estado.

Ao invés de efetuar a análise a partir dos relatórios dos diversos programas implementados, optou-se por comparar indicadores socioeconômicos que permitam avaliar a melhoria da qualidade de vida da população. Desta feita, observam-se diretamente os efeitos dos programas, sem preocupar-se com o responsável pelo efeito.

Resultados e Discussão

Conforme o Programa Governo nos Municípios, Pernambuco se encontra em uma situação socioeconômica difícil, com sérios problemas de infra-estrutura; educação ofertada de baixa qualidade e, na zona rural, de difícil acesso; o sistema de saúde apresenta uma qualidade considerável nos grandes centros, mas deficitário na grande maioria dos municípios e de difícil acesso aos pernambucanos de baixa renda. O saneamento e o abastecimento d'água constituem outro agravante, já que a maioria da população não os possui, principalmente a população rural, e em alguns casos os serviços que são oferecidos não são de boa qualidade. (FIDEM, 1999)

Com a implantação de programas de desenvolvimento sérios, por parte do governo local, Pernambuco poderá reverter o quadro em que se encontra. São encontrados vários potenciais, em diversas atividades econômicas espalhados por todo território pernambucano; sendo assim, várias regiões do estado podem-se desenvolver simultaneamente, fazendo com que Pernambuco cresça como um todo, diminuindo as grandes diferenças socioeconômicas existentes.

O relatório apresenta mapas que permitem perceber como os índices de IDH, Gini e de Pobreza estão distribuídos no Estado de Pernambuco (nos anos de 1991 e 2000). Nesses mapas, nota-se que os municípios que apresentam um maior IDH se localizam na RMR e representam a minoria, e uma grande parte dos municípios pernambucanos apresentam um IDH de médio a

baixo[4] . A média do IDH passou de 0,42 para 0,63, enquanto que o desvio padrão passou de 0,09 para 0,06, indicando uma melhoria nesse indicador, tendo havido uma mudança na distribuição dos municípios com os piores índices.

A análise dos mapas do Índice de Gini permite notar que Pernambuco tem uma forte concentração de renda com pontos isolados de concentração. Além disso, a concentração de renda elevou-se em muitos dos municípios. Havia, em 1991, uma relação positiva entre o IDH e o índice de Gini, indicando que as regiões mais desenvolvidas são também as com maior concentração de renda. Apenas 22 municípios apresentaram melhoras nesse indicador durante a década de 1990.

Quando se toma a informação da linha da pobreza, percebe-se que, no ano de 1991, Pernambuco apresenta três bolsões de pobreza, ou seja, municípios com uma população abaixo da linha de pobreza estão muito próximos. A média da população abaixo da linha de pobreza permanece constante em torno de 55%.Comparando com os mapas que indicam o índice de Gini, nota-se que os municípios que apresentam grandes concentrações de renda também apresentam um índice maior de pobreza, sendo a correlação de 0,486 em 2000.

A análise do mapa com os crescimentos econômicos dos municípios de Pernambuco mostra que a Região Metropolitana de Recife está entre as com baixo crescimento econômico. Considerando que esta é a região mais populosa do estado, a maior parte da população está vivendo em uma área com pouca dinamicidade econômica.

Conclusões

Com o que foi mostrado neste relatório, entende-se que Pernambuco apresenta problemas gravíssimos, e que estes não podem ser resolvidos da noite para o dia. O Governo do Estado não tem conseguido reverter essa situação, apesar da melhoria do IDH. Como o IDH é um indicador que ganhou grande visibilidade, o Governo deu prioridade à adoção de medidas que o melhorassem. Assim, há uma melhoria no indicador, mas que não é suficiente para afirmar que os programas implementados tenham conseguido uma efetiva melhora no padrão de vida da população.

Sabendo que o Estado não tem recursos suficientes para atuar em todas as áreas de desenvolvimento e em todas as mesorregiões (simultaneamente), fica difícil fazer com que Pernambuco se desenvolva de uma forma uniforme, reduzindo assim as grandes diferenças socioeconômicas existentes. Uma alternativa para suprir a falta de recursos seria a parceria com o Governo Federal, Ongs e Empresas Privadas, na tentativa de compensar a falta de recursos próprios, caso contrário será difícil Pernambuco reverter essa situação. Sendo assim, Pernambuco corre o risco de ter suas futuras gerações vivendo em um Estado com situação socioeconômica inferior à atual.

Referências

FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual** Região de Desenvolvimento São Francisco, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)

FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento Agreste Central, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)

FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento Agreste Meridional, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS

[4] São considerados baixos os IDHs com indicador menor que 0,5 uma vez que o IDH varia entre 0 e 1.

MUNICÍPIOS)
FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento Agreste Setentrional, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)
FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento Mata Sul, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)
FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento Mata Norte, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)
FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento Itaparica, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)
FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento Araripe, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)
FIDEM, **Plano de Ação Regional 2000-2003 Orçamento Participativo Estadual**, Região de Desenvolvimento RMR, Recife: FIDEM 1999 (PROGRAMA GOVERNO NOS MUNICÍPIOS)
IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.
SEPLAN, **Secretária de Planejamento de Pernambuco.**
VERGOLINO, José Raimundo; MONTEIRO NETO, Aristides. A Economia de Pernambuco no Limiar do Século XXI: Desafio e Oportunidades para a Retomada do Desenvolvimento. **Recife: Edições Bagaço, 2001**

EFEITO DO COBRE PROVENIENTE DO LODO TÊXTIL NO RENDIMENTO DO MILHO

Hannelore Alves e Silva[1]; Arminda Saconi Messias[2]

[1] Estudante do 5º período do Curso de Engenharia Ambiental do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Católica de Pernambuco, Recife-PE.
[2] Professora Titular, Doutora, do Departamento de Química do CCT. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Tecnológicos e Ambientais. E-mail: saconi@unicap.br

Resumo
O lodo industrial, por ser portador de elementos potencialmente tóxicos, pode causar sérios danos ao meio ambiente se descartado de forma imprópria. Porém, sua reutilização na agricultura apresenta-se como proposta bastante promissora e, dessa forma, elementos que poderiam ser tóxicos ao meio ambiente, como o cobre, se dosados adequadamente, podem tornar-se fontes de nutrientes para uma determinada cultura. O objetivo deste trabalho foi avaliar a influência do cobre existente no lodo têxtil no rendimento do milho. O experimento foi realizado no campo experimental da sede da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA, Recife, PE, utilizando-se doses equivalentes a zero, 40, 80 e 120 Mg ha^{-1} de lodo têxtil associadas, ou não, a uma outra fonte de matéria orgânica - o pó-de-coco – em dose única correspondente a 40 Mg ha^{-1}, tendo-se o milho como planta-teste. De acordo com os resultados obtidos na produção de matéria seca e determinação do cobre, pode-se concluir que a adição de matéria orgânica (lodo têxtil + pó-de-coco) influenciou no aumento da produção e na translocação do cobre para determinadas partes do milho.

Palavras-chave: resíduo têxtil; reuso; solos; agricultura; nutrientes.

Introdução

O destino final dos resíduos de atividades urbanas, rurais e industriais e a melhoria das condições ecológicas e ambientais do planeta têm-se constituído, hoje, em dois grandes problemas de caráter mundial. A disposição final do lodo (resíduo sólido) constitui um problema particularmente difícil ou complexo, em face das grandes quantidades que podem ser geradas, à dificuldade em se encontrarem locais adequados ou seguros para o destino final do lodo seco, bem como os impactos ambientais que o seu descarte e acúmulo, em locais não preparados adequadamente, podem causar ao meio ambiente; por isso, existe uma grande preocupação na redução de rejeitos como também no seu reaproveitamento (BRAGA et al., 2002, p.152). A aplicação desses rejeitos em solos considerados agricultáveis demanda uma expectativa científica e econômica que já vem dando resultados positivos na utilização como fertilizante para culturas produtoras de fibras e essências florestais, as quais não são usadas como alimento (MESSIAS, 1998). Todavia, para o uso agrícola seguro, é necessário que o lodo não constitua risco à saúde dos animais e das plantas, uma vez que, em sua combinação, possa haver concentrações elevadas de elementos potencialmente tóxicos (metais pesados), extremamente prejudiciais ao homem (BETTIOL; CAMARGO, 2000). Alguns desses elementos (micronutrientes). Porém, quando não estão presentes no solo em montantes superiores aos tolerados pelos vegetais, desempenham importante papel na nutrição das plantas (KABATA-PENDIAS, A.; KABATA-PENDIAS, H., 2001, 413p.),

Projeto: Reaproveitamento Agronômico de um Lodo Proveniente de Indústria Têxtil.
Órgãos financiadores: PNEPG/CNPq e UNICAP.

beneficiando, também, o homem e os animais. Dentre os elementos presentes na composição do lodo têxtil, encontra-se o cobre, que é essencial às culturas, para completar o seu ciclo vital, isto é, para produzir sementes viáveis. Além disso, o cobre é um componente essencial para a realização da fotossíntese, seja porque ele é necessária para a formação da clorofila, seja por participar no processo de formação da sacarose (MALAVOLTA, 1996, p.15-16). O milho é uma gramínea tradicionalmente cultivada em todo o Brasil, tanto para fins da alimentação humana como animal. A cultivar São José - BR 5026 é indicada para produção de milho verde em região de boa distribuição de chuva ou com possibilidade de uso de irrigação; as suas espigas apresentam bom tamanho (média de 18 cm de comprimento), são bem granadas e sadias. Essa cultura apresenta uma certa sensibilidade ao cobre contido no solo, sendo considerada medianamente responsiva a esse elemento (LIRA et al., 1983, 4p.). O objetivo deste experimento foi avaliar a influência do cobre existente no lodo têxtil, na produção de matéria seca do milho.

Metodologia

O experimento foi realizado na sede da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA, Recife, PE, em uma área correspondente a um solo de textura franco argilosa, a fim de ser preparada adequadamente, mediante capinação, para receber os oito canteiros experimentais. Cada parcela experimental constituiu-se de canteiro com 2,00 m de comprimento por 1,00 m de largura por 0,30 m de altura, sendo composto de duas fileiras espaçadas de 0,80 m, com 10 covas por fileira, distanciadas a cada 0,20 m. Além do lodo têxtil, utilizou-se como fonte alternativa de matéria orgânica, o pó-de-coco. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado com arranjo fatorial 4x2 (4 doses de lodo têxtil e 2 doses de pó-de-coco), com oito tratamentos correspondentes às doses equivalentes a zero, 40, 80 e 120 Mg ha^{-1} de lodo têxtil na presença e na ausência de uma dose correspondente a 40 Mg ha^{-1} de pó-de-coco. A incubação do pó-de-coco durou 10 dias e a do lodo têxtil, 45 dias, conforme experimento de incubação realizado anteriormente. Após a incubação, plantaram-se cinco sementes de milho cultivar São José - BR-5026 (seleção IPA), por cova e, depois de sete dias da germinação, fez-se o desbaste, deixando-se duas plantas por cova, totalizando-se 40 plantas por canteiro, até final do experimento (100 dias). Após a coleta das partes do milho, o material foi secado em estufa de circulação de ar, a 55^0 C, por 72 horas, obtendo-se o peso seco da parte aérea (folhas, panícula, palha e grãos).Fez-se, também, a determinação do cobre nas partes da planta, utilizando-se a metodologia de BRASIL (1983), com algumas modificações. Os dados obtidos foram submetidos à análise da variância, utilizando-se o programa estatístico SANEST (ZONTA et al., 1984), e à estatística não-paramétrica (CAMPOS, 1983).

Resultados e Discussão

A análise química do solo, antes do plantio do milho, apresentou os valores: pH = 6,7; P > 40 mg kg^{-1}; K = 0,11 $cmol_c$ kg^{-1}; Ca = 7,00 $cmol_c$ kg^{-1}; Mg = 1,80 $cmol_c$ kg^{-1} e Al = 0,00 $cmol_c$ kg^{-1}.

O lodo têxtil apresentou-se com as seguintes características químicas, segundo o Laboratório de Análises Agrícolas Ltda - LAGRI : N = 2,38 g kg^{-1}; P = 68 mg kg^{-1}; K = 0,80 g kg^{-1}; Na = 0,53 g kg^{-1}; Ca = 0,34 g kg^{-1}; Mg = 0,18 g kg^{-1}; Zn = 80 mg kg^{-1}; Cu = 990 mg kg^{-1}; Fe = 2930 mg kg^{-1} e Mn = 50 mg kg^{-1}.

Analisando os resultados obtidos na produção de matéria seca do milho, apresentados na Tabela 1, observa-se que, para a folha, não houve diferença significativa entre as doses do lodo têxtil, com ou sem pó-de-coco. Já para a panícula, para a palha da espiga e para a espiga, a maior produção foi observada na presença de pó-de-coco, utilizando-se a dose correspondente a 40L40C. Quanto ao peso de 100 grãos de

milho, a dose equivalente a 80L40C forneceu o maior valor (26,26g), apesar de inferior ao encontrado por Tabosa et al. (1995), em experimento com irrigação (36,00g).

Tabela 1 Produção de matéria seca das partes do milho cultivado por 100 dias

Doses	Folha	Panícula	Palha da Espiga	Espiga	100 Grãos de milho
(Mg ha^{-1})	(kg ha^{-1})				(g)
0L	39,48a	35,34d	739,03cd	4360,47bc	20,74d
40L	42,49a	43,86bc	931,52bc	4181,65bc	20,82d
80L	40,25a	32,82e	1148,31ab	5942,72ab	23,2bc
120L	38,54a	41,79c	540,06d	2492,79c	22,15c
Média	40,19A	38,45B	839,73A	4244,41B	21,73B
0L40C	37,41a	36,92d	694,35cd	3879,67bc	22,73c
40L40C	35,09a	47,64a	1406,25a	8399,64a	24,48b
80L40C	29,57a	35,17d	747,39cd	4324,26bc	26,26^{a}
120L40C	41,63a	45,92ab	900,05bcd	5104,29bc	22,18c
Média	35,93A	41,41A	937,01A	5426,97A	23,91^{A}
CV %	13,62	2,08	15,09	23,17	2,04

L= Lodo têxtil; C= dose correspondente a 40 Mg ha^{-1} de pó-de-côco.
Médias seguidas da mesma letra minúscula não diferem estatisticamente entre doses, e maiúscula entre médias, pelo teste de Tukey a 0,05 de probabilidade.

De acordo com a Tabela 2, observa-se que, em todas as doses utilizadas, o cobre se concentrou mais na raiz, aparecendo com menor freqüência nas demais partes, corroborando com os resultados obtidos por Nascimento et al. (2004, p.385-391) que utilizaram lodo de esgoto no milho. Percebe-se, também, que esse elemento não foi redistribuído para a panícula, espiga e grãos do milho, ficando limitado às partes que se desenvolveram primeiro (MALAVOLTA, 1996, p.15-16), o que beneficia o seu uso como alimento.

Tabela 2 Resultados da determinação do cobre nas partes do milho cultivado por 100 dias

	DOSES, Mg ha^{-1}							
	0L	40L	80L	120L	0L 40C	40L 40C	80L 40C	120L 40C
	Cobre, mg kg^{-1}							
RAIZ	0,00aD	4,00aB	2,00aC	0,00bD	2,00bC	2,00bC	8,00aA	4,00aB
FOLHA	0,00aD	2,00bC	2,00aC	2,00aC	4,00aB	6,00aA	2,00bC	2,00bC
PANÍCULA	0,00aA	0,00cA	0,00bA	0,00bA	0,00cA	0,00cA	0,00cA	0,00cA
PALHA DA ESPIGA	0,00aB	0,00cB	2,00aA	0,00bB	0,00cB	0,00cB	2,00bA	0,00cB
ESPIGA	0,00aA	0,00cA	0,00bA	0,00bA	0,00cA	0,00cA	0,00cA	0,00cA
GRÃOS DE MILHO	0,00aA	0,00cA	0,00bA	0,00bA	0,00cA	0,00cA	0,00cA	0,00cA

L= Lodo têxtil; C= dose correspondente a 40 Mg ha^{-1} de pó-de-coco.
Médias seguidas da mesma letra minúscula (coluna) não diferem estatisticamente entre doses, e maiúscula (linha) entre partes da planta, pelo teste de Tukey a 0,05 de probabilidade.

Conclusões

Referenciando os dados obtidos, pode-se concluir que a presença de matéria orgânica (lodo têxtil e pó-de-coco) favoreceu a produção de matéria seca do milho e a translocação do cobre para, principalmente, a raiz, como para a folha e para a palha da espiga, ainda que em teores não desfavoráveis ao cultivo do milho. Ressalta-se que os grãos não apresentaram presença de cobre.

Agradecimentos
Os autores agradecem a UNICAP – PIBIC, pela bolsa; ao NPCIAMB / UNICAP e ao IPA, por cederem os locais para o desenvolvimento do experimento; e ao PNEPG/CNPq, pelo financiamento do projeto.

Referências

BETTIOL, W.; CAMARGO, A. O. **Impacto ambiental do uso de lodo de esgoto.** Jaguariúna: EMBRAPA, 312p., 2000.

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à engenharia ambiental.** São Paulo: Afiliada, 2002, 152p.

CAMPOS, H. de. **Estatística experimental não-paramétrica.** São Paulo: Piracicaba, ed.4, 1983, 349p.

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solo. **Manual de Métodos de Análise de Solo**. Rio de Janeiro, 1997, 211p.

KABATA-PENDIAS, A.; KABATA-PENDIAS, H. **Trace elements in soils and plants**. 3. Ed. Boca Raton, CRC Press, 2001. 413p.

LIRA, M. de A.; MACIEL, G. A.; TABOSA, J. N.; ARAÚJO, M. R. A. de; SANTOS, J. P. de O.; FREITAS, E. V. de; ARCOVERDE, A. S. S. **Cultivo do milho.** Instruções Técnicas do IPA, n.6, FEVEREIRO/ 1983, 4p.

MALAVOLTA, E. **Cobre:** é certo- o cobre é exigido pelas culturas. Arquivo do Agrônomo, n. 10, 1996, p.15-16.

MESSIAS, A. S. **Reaproveitamento agronômico de um lodo proveniente de indústria têxtil**. Recife: s.ed., 1998, 85 p (Projeto financiado pelo PNEPG/CNPq, sob n° 000 400 189/98).
NASCIMENTO, C.W.A.; BARROS, D.A.S.; MELO, E.E.C.; OLIVEIRA, A.B. Alterações químicas em solos e crescimento do milho e feijoeiro após aplicação de lodo de esgoto. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, n. 2, v.28, 2004, p.385-391.

TABOSA, J.N.; LEMOS, M.A.; FILHO,J.J.T.; GAMA,E.E.G,; ARCOVERDE,A.S.S.; SANTOS,J.P.O; OLIVEIRA,S.A.A. **São josé – BR 5026 (Seleção IPA) Cultivar de milho desenvolvida para Pernambuco selecionadas contra lagartas-do-cartucho e da espiga**. Agosto, (Comunicado Técnico,61), 1995.

ZONTA, E.P.; MACHADO, A.A.; SILVEIRA JUNIOR, P. **Sistema de análise estatística para microcomputadores (SANEST)**. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas. Departamento de Matemática e Estatística, 1984, 151p.

EFICÁCIA DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Marilia Lenaide Cavalcanti de Arruda[1]; Valeria Maria Cavalcanti Lins[2]

1. Aluna do Centro de Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Curso de Bel. em Direito. Bolsista do PIBIC da UNICAP.
E-mail: **marilialenaide@hotmail.com**
2. Professora do Centro de Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Jurídicas. Participante do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais.
E-mail: inbonampartem@zipmail.com.br

Resumo
A pesquisa foi realizada a fim de observar e descrever a atual situação do usuário de drogas e o seu acompanhamento terapêutico, segundo a lei n°10.409, de 11/01/2002, destacando a despenalização, apresentando como substitutivo a terapêutica jurídica, como inovação no Estado de Pernambuco e a sua eficácia. Optou-se verificar, no Núcleo Justiça Terapêutica do Estado de Pernambuco, o concernente aos níveis de eficiência dos tratamentos desenvolvidos, bem como se a medida incentiva ou não o consumo. Alcançar tal objetivo só foi possível com uma abordagem científica em dois níveis: o teórico e o prático. Com a pesquisa teórica, analisou-se acerca da Justiça Terapêutica em diversos aspectos. Posteriormente, realizamos uma pesquisa de campo juntamente ao núcleo no nosso estado, com a qual tivemos a oportunidade de aplicar questionários e realizar entrevistas. Com os resultados obtidos, constatamos haver algumas dificuldades no concernente a submissão dos pacientes ao tratamento.

Palavras-chave
despenalização; terapia; dependente-químico.

Introdução

Nossa pesquisa tem como objeto central de estudo o Núcleo de Justiça Terapêutica do Estado de Pernambuco, tendo-se mostrado presente no nosso país o entendimento de que a aplicação da Justiça Terapêutica é uma solução em parte para o problema do crescente uso de drogas no Brasil. Esta possibilita o tratamento do usuário como política pública. Não é a descriminalização, mas a substituição da pena por um tratamento, visando à recuperação.
Uma das prioridades em matéria de política criminal face ao consumo de droga seria a de abandonar a visão que encara o tóxico-dependente como um criminoso. O esforço social deve ir no sentido do seu tratamento e reintegração, reservando a abordagem criminal para os traficantes.
Acredita-se que a Justiça Terapêutica, como alternativa, poderia resultar até em economia para o Estado, visto que, quando se aplica a pena, o que se pode antever em diversos casos é a reincidência. O problema de vencer a dependência seria a finalidade almejada pela Justiça Terapêutica, promovendo uma mudança de hábitos no usuário para afastá-lo da dependência.
Buscando aferir informações, sobre o estudo em comento, desenvolveu-se a pesquisa mediante a coleta de dados bibliográficos, evidenciando as modificações que podem decorrer do trabalho desenvolvido por tais núcleos na sociedade, procurando-se aferir a eficácia do trabalho realizado pelo mencionado Núcleo no Estado de Pernambuco.

Projeto: Despenalização do usuário de drogas: medida eficaz ou incentivadora do consumo? Uma abordagem à luz da criação da Justiça Terapêutica no Estado de Pernambuco. **Órgão financiador:** PIBIC UNICAP.

Posteriormente, passou-se à elaboração de entrevistas e questionários, aplicados junto ao Diretor do Núcleo de Justiça Terapêutica do Estado de Pernambuco, a toda equipe que atua nesse órgão e a alguns pacientes: o questionário foi desenvolvido de acordo com o que está proclamado em nosso projeto de pesquisa. A busca de analisar se tal sistema jurídico-legal inquire por humanizar o tratamento do usuário, evitando os males decorrentes de uma carcerização e possibilitando o seu retorno à vida social.

Este trabalho foi realizado com o objetivo de buscar uma confirmação ou não da hipótese levantada em nosso Projeto de Pesquisa, qual seja, a da eficácia da Justiça Terapêutica no Estado de Pernambuco. Para isso, foram traçados objetivos específicos, com o intuito de, a partir do Núcleo de Justiça Terapêutica do Estado de Pernambuco, obter dados suficientes para um fiel diagnóstico sobre a atual situação do usuário-dependente na submissão de tratamento juntamente ao núcleo. Dentre os objetivos específicos, podemos citar: (a) levantar amostragem quanto à execução das atividades terapêuticas propostas pelo Núcleo, bem como os resultados colhidos desde a sua implementação; (b) identificar, de acordo com a legislação pertinente, questões às quais se aplica a profilaxia, despenalizando-as; (c)

verificar os níveis de eficiência dos tratamentos empregados pelo Núcleo de Justiça Terapêutica do Estado de Pernambuco, bem como se a medida é incentivadora ou não do consumo.

Metodologia

Para realização deste trabalho, optamos por executá-lo em algumas fases, quais sejam: (a) coleta de dados bibliográficos: foi localizada e estudada a doutrina acerca da Justiça Terapêutica no concernente aos aspectos origens, histórico, conceito, natureza jurídica, funções, atribuições, estrutura e organização; também foi localizada e estudada a legislação que trata do usuário-dependente; (b) elaboração de questionários; (c) fase de pesquisa de campo: foram entrevistados os integrantes do Núcleo de Justiça Terapêutica e aos pacientes deste e devidamente aplicados os questionários. Ao concluirmos essas três fases, iniciamos duas outras, a saber: (d) compilação dos dados e (e) análise e discussão dos resultados, estando essa última ainda em fase de conclusão, para, então, darmos início à elaboração da redação final do Projeto de Pesquisa, sendo essa a última fase.

Resultados e discussão

Na busca de proporcionar a recuperação do usuário de drogas, diversas transformações vêm sendo empreendidas na forma de promover tal recuperação, dentre estas pode-se destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos Núcleos de Justiça Terapêutica em todo país e os avanços que se fazem presente no nosso ordenamento normativo como o Substitutivo PL nº115/02.

Assim, face ao problema da despenalização das drogas ilícitas para o usuário-dependente e a partir do estudo realizado, com a análise da literatura relacionada ao tema em foco e o material de campo colhido com as entrevistas que foram realizadas, pode-se evidenciar que, no Estado de Pernambuco, o Núcleo de Justiça Terapêutica vem desenvolvendo suas atividades de forma a possibilitar aos pacientes a sua reabilitação. O método aplicado no tratamento pela equipe multidisciplinar do Núcleo consiste em conscientizar o participante sobre a importância que o tratamento poderá ter na sua reabilitação.

A partir de tais aferições e face aos anseios sociais, com o objetivo de se evitar danos maiores ao caráter do indivíduo usuário-dependente com sua carcerização, tem ganhado corpo entre nós a chamada Justiça Terapêutica. Pretende-se que os usuários dependentes sejam submetidos a tratamento, porque dele necessita, não devendo o tratamento nunca ser visto como uma “pena” ou um “castigo”, mas apenas como uma oferta para recuperar o dependente.

Pode-se constatar, até o presente momento, que, para tal forma de reabilitação empregada pelo Núcleo do nosso estado vir a tornar-se válida na nossa sociedade, necessita-se de que haja grandes avanços, como por exemplo, a conscientização de que o tratamento é o meio mais diligente de se reabilitar o usuário; a oferta de bons serviços de atendimento a tais participantes, para todas as classes sociais; além de campanhas de esclarecimento e prevenção.

Conclusões

De acordo com os resultados obtidos no decorrer desta pesquisa, foi possível detectarmos que durante décadas, a atitude dos Estados perante o problema da droga adotou a via repressiva, ou seja, recorria sempre a sanções penais, quer contra traficantes, quer contra os usuários-dependentes. No entanto faz-se notório que esse posicionamento vem-se alterando gradualmente, face à ausência de resultados com a política repressiva adotada, por meio da qual o usuário não conseguiria vir a reabilitar-se.

Assim, até o presente momento, é possível reconhecer que faz-se presente circunstâncias que prezam para a implementação da política de tratamento desenvolvida pela Justiça Terapêutica.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, razão do meu viver. À UNICAP pelo financiamento desta Pesquisa.

Referências

ALVES, Roque de Brito. **Ciência Criminal.** Rio de Janeiro: Forense,1995.

BATISTA, Weber Martins; FUX, Luiz. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Suspensão Condicional do Processo Penal.** Rio de Janeiro: Forense,1997.

BITENCOURT, Cézar Roberto. **Manual de Direito Penal:** parte Geral. 5ed. São Paulo: Revista dos Tribunais,1999.

BRUNO, Aníbal. **Direito Penal:** parte geral. 2. ed., v. 1. Rio de Janeiro: Forense,1959.

CONSELHO FEDERAL E CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA. **Declaração de intenção**. Disponível em:http://www.portaldopsicologo.com.br/noticias/justicaterap. htm. Acesso em 30 nov. 2003 às 18 horas.

CRUZ, Marcelo Santos Cruz; FERREIRA, Salette Maria Barros. **Álcool e drogas:** uso, dependência e tratamentos. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001. 264p.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Toxicofilia, um grande desafio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

GOCKEL, Luísa. **Por uma Justiça mais terapêutica**. Disponível em: http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/Brasil/2003/II/21/jorbra20031121007.html. Acesso em 30 nov. 2003 às 19 horas.

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA,Antonio Garcia Pablos de. **Criminologia** São Paulo: Revista dos Tribunais,2000.

GOMES, Luiz Flávio. **Suspensão condicional do processo penal e a representação nas lesões corporais, sob a perspectiva do novo modelo consensual de justiça criminal.** 2 ed. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

JESUS, Damásio E. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo:Saraiva,2000.

————. **Direito Penal:** parte geral. São Paulo:Saraiva,1999.

————. **Lei Antitóxicos Anotada**. São Paulo:Saraiva,1997.

KELSEN, Hans. **O que é justiça?** [tradução Luís Carlos Borges e Vera Barkow]. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

LACATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 2ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARANHAO NETO, Arnaldo Fonseca. **Estudos sobre a Justiça Terapêutica**. Recife: Bagaço, 2003.

MENDES, Gildásio; TACHIZARVA, Takeshi. **Como fazer monografia na prática.** 5ed. São Paulo:Fundação Getúlio Vargas,2000.
REALE, Miguel. **Fundamentos do direito**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

SANTOS, Danilo Moreno dos. **Lei antitóxicos:** traficantes-usuários e usuários. Disponível em:http://www.revistaautor.com.br/artigos/2003/W19/DMS-19.shml. Acesso em 01 dez. 2003 às 17 horas.
SILVA, Ricardo de Oliveira. **A Denominação Justiça Terapêutica**. Disponível em:http:// www.mp.rs.gov.br /hmpage2.nsf/pages/ DRPE- progjudici. Acesso em 30 nov. 2003 às 17 horas.
————. **Justiça Terapêutica:** Cortes especiais de drogas o sistema legal brasileiro e o americano. Disponível em:http://www.mp.rs.gov.br/hmpage/homepage2.nsf/pages/ DRPE-artigo2. Acesso em 02 dez. 2003 às 17 horas.

EFICIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO E DO CRESCIMENTO DE PLÂNTULAS NA REGENERAÇÃO NATURAL DA MATA DO SABONETE, NO ENGENHO MEGAÓ, MUNICÍPIO DE GOIANA, PERNAMBUCO

Isabel Cristina Lopes dos Santos[1]; Sérgio Tavares[2]

[1]Estudante do Curso de Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Botânica Aplicada. E-mail : stavares@unicap.br

Resumo
Este trabalho objetiva verificar a eficiência da regeneração natural pelo desenvolvimento de seedlings e, considerando que a mata estudada vem sendo submetida a um manejo sustentado, também investigar até que ponto a regeneração por brotamento de tocos das árvores cortadas vem resultando em êxito dessa regeneração. Os resultados demonstram essa eficiência, salientando-se o grande número de seedlings: estudadas quatro parcelas de amostragem, havia um total de 965 seedlings de diâmetros basais de 1 cm até < 3 cm, destacando-se quatro espécies botânicas que constam em tabela específica. Com relação aos seedlings de diâmetros basais < 1cm, encontrou-se o total de 1.366, destacando-se cinco espécies botânicas. Na segunda contagem de plântulas nas mesmas parcelas, observou-se a redução do número de plântulas de diâmetros basais de 1cm até < 3cm. Havia 965 seedlings, que ficaram reduzidos a 935. As restantes passaram para estratos mais altos do subosque, ou talvez tenham morrido, o que se vai verificar no prosseguimento do estudo. Com diâmetros < 1cm constatou-se um forte acréscimo no número de plântulas, passando de 1.366 para 4.470 indivíduos, sendo certamente uma conseqüência da germinação de sementes no período entre as duas contagens sucessivas.

Palavra-chave: Mata Atlântica; Composição florística; Perpetuação de espécies lenhosas.

Introdução

Considerada um dos santuários ecológicos mais ricos do planeta, porém mais comprometidos do país, a Mata Atlântica conserva apenas uns 6% de sua cobertura original (Leitão Filho , 1992), sendo que apenas 2,5% em condição de ser preservada (IUCN / WWF, 1992). A exploração madeireira e as queimadas têm sido praticadas de forma incessante, acarretando o desaparecimento de espécies vegetais raras e valiosas. O uso sustentado da mata pressupõe que esta continue sendo usada de alguma maneira, mas que este uso não prejudique a sua própria sobrevivência e conservação. É importante que a vegetação que constitui uma mata seja diversificada de forma a constituir um sistema auto-renovável e equilibrado, servindo de refúgio e subsistência tanto para a fauna aquática quanto para a terrestre e a aérea (Silva, 1992).

As perdas de florestas tropicais já afetam centenas de milhares de pessoas através de enchentes freqüentes, erosão do solo, assoreamento dos cursos de água, secas, escassez de carvão vegetal e madeira para construção, além do desaparecimento de sociedades e culturas (Corson, 1996).

Projeto: Eficiência da Implantação e do Crescimento de Plântulas na Regeneração Natural da Mata Atlântica em Pernambuco. **Órgão financiador:** PIBIC

Um dos principais desafios da ciência no momento é medir a natureza e a taxa de fragmentação dos ambientes pelo homem e determinar suas implicações para a redução da diversidade. Sabe-se que ambientes fragmentados perdem espécies, mas o que não se sabe é o que determina o desaparecimento de uma espécie mais rapidamente do que outra e até que ponto pode ser um fenômeno compatível com o equilíbrio ecológico (Morelato; Leitão Filho, 1995).

O uso sustentado da mata pressupõe que esta continue sendo usada de alguma maneira, mas que este uso não prejudique a sua própria sobrevivência e conservação. No Imóvel Megaó de Cima, a Indústria & Comércio Megaó conserva cinco áreas florestadas: Mata da Fábrica, Mata do Monumento, Mata do Sabonete, Mata do Tonel e Mata do Junco.

O presente trabalho objetiva avaliar a regeneração numa dessas cinco matas, submetidas a manejo sustentado há 60 anos, a Mata do Sabonete, e comparar essa avaliação, com estudos de matas em que não se utiliza o manejo sustentado.

Metodologia

Através de estudos feitos na "Mata do Sabonete", realizou-se a pesquisa da regeneração que vem ocorrendo por meio de brotamentos de tocos ou cepas de árvores cortadas e pelo crescimento de seedlings. Utilizou-se o método de parcelas permanentes de amostragem, que consistiu na demarcação de parcelas retangulares de 10 x 50m e subparcelas quadradas de 10 x 10m. foram estudadas 4 parcelas de 10 x 50m divididas em 5 subparcelas cada uma.

Na segunda contagem nas 4 parcelas, procurou-se constatar quantos indivíduos nasceram e quantos morreram. As árvores em rebrotação foram medidas com paquímetro graduado em centímetros ou trena para medir as circunferências das árvores de diâmetro (DAP) acima de 60 cm. Todas as anotações foram feitas conforme os nomes vulgares das espécies, referidas por mateiros habilitados, na ocasião da análise de cada subparcela. Procedendo à identificação das mesmas, pela observação de caracteres foliares e florais, bem como através do herbário da Universidade Católica de Pernambuco, analisam-se os resultados obtidos para cada espécie e para todo o ecossistema em foco. Procedeu-se a comparação com outra mata (Mata do Camaçarí) a qual não está sendo submetida a manejo sustentável.

Em trabalho anterior realizado no mesmo trecho de Mata Atlântica (Carneiro, et al., 2002) já se havia efetuado um estudo preliminar da regeneração, que se pretende comparar com os dados que estão sendo agora obtidos, passados vários meses desse estudo anterior, de modo que se vai poder concluir a respeito da eficiência dessa regeneração natural por meio de seedlings, como também da regeneração pelo rebrotamento de tocos ou cepas cortados durante o manejo sustentado dessa mata, que vem sendo executado há 60 anos (Tavares, S. 2003, no prelo: Estudo de viabilidade do manejo sustentado da Mata Atlântica no Nordeste do Brasil).

Resultados e Discussão

Com base no estudo realizado sobre a regeneração por meio de plântulas nos últimos três meses, na Mata do Sabonete, no Engenho Megaó de Cima, foram encontrados nas quatro parcelas, indivíduos com diâmetro de 1 a < 3 cm, pertencentes a 45 espécies botânicas, sendo 27 indivíduos de espécies desconhecidas. Cabatán de rego, *Cupania revoluta* Radlk, foi a espécie mais abundante, com o total de 335 indivíduos. Depois analisou-se a regeneração de espécies com diâmetro basal < que 1 cm, constatando-se a presença de 32 espécies botânicas, sendo 77 indivíduos de espécies desconhecidas. Camundongo, *Pithecolobium polycephallum* Benth, foi a espécie mais abundante com o total de 810 indivíduos. Já na segunda contagem de seedlings, constatou-se que os indivíduos com diâmetro de 1 a < 3 cm, continuaram com o mesmo número, mas aparecem algumas outras espécies botânicas, passando o número de indivíduos desconhecidos de 27 para somente 1.

Permanecendo o cabatán de rego, *Cupania revoluta* Radlk. como a espécie mais abundante, com o total de 282 indivíduos. Em relação às espécies com diâmetro < que 1, elas passaram de 32 espécies, citadas anteriormente, para 36, destacando-se a cupiúba branca, *Tapirira guianensis* Aubl., como a espécie mais abundante, com 3.535 indivíduos.

Conclusões

Nas quatro parcelas de estudo, observou-se que as espécies arbóreas e arbustivas estão se regenerando eficientemente por meio de germinação de sementes e implantação de seedlings. Constatou-se, na segunda contagem de seedlings, um grande número de novos indivíduos que sobreviveram; entretanto, alguns morreram devido certamente aos fatores ambientais. Observou-se também o êxito da regeneração pela brotação de tocos das árvores cortadas.

Agradecimentos

À UNICAP, ao Profº Sérgio Tavares pela oportunidade de fazer esta pesquisa e ao mateiro, sr. Floro, que muito nos ajudou neste trabalho.

Referência

ALBUQUERQUE, R. C. de; CUNHA, L. V. F. C. da; TAVARES, S. **Regeneração Natural, conforme as espécies botânicas arbustivas e arbóreas, em trecho de Mata Atlântica no município de Rio Formoso**, PE. 4º Jornada de iniciação científica. UNICAP. Recife, 2002.

CORSON, W. H. **Manual Global De Ecologia**: **O Que Fazer A Respeito Da Crise Do Meio Ambiente. São Paulo, Augustus.** 413p. , 1996.

IUCN/WORLD WILDLIFE FUND. 1982. **Tropical Forest Campaign Fact Sheet Nº 14**. Brasil.

LEITÃO FILHO, H. F. de et al. **Mata Atlântica: Da Intocabilidade À Extinção. Anais Do 2º Congresso Nacional Sobre Essências Nativas.** V.1, P 98-100, 1992.

MORELLATO, L. P. C.; LEITÃO FILHO, H. F. 1995. **Ecologia e Preservação de uma Floresta Tropical Urbana**. **Reserva de Santa Genebra.** In: H. F. LEITÃO FILHO; P.C. MORELLATO (orgs). Campinas: UNICAMP, p.37-41

SILVA, L. O. da. **Recomposição de Matas Nativas Empreendida pela CESP. Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, V. 4, p. 1053 - 1060, 1992.

EFICIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO E DO CRESCIMENTO DE PLÂNTULAS NA REGENERAÇÃO NATURAL DA RESERVA ECOLÓGICA DE CAMAÇARI, CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE

Ana Luiza Souza Leão Ferreira[1] ; Sérgio Tavares[2]

[1]Estudante do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Botânica Aplicada. E-mail: stavares@unicap.br

Resumo
Iniciou-se um estudo sobre a eficiência da implantação e do crescimento de plântulas na regeneração natural da Reserva Ecológica de Camaçari. É inquestionável a importância da Mata Atlântica para o país, por abrigar em seu domínio a maior parte da população brasileira e por possuir um dos maiores índices de biodiversidade. Por isso, a presente pesquisa tem como objetivo verificar a eficiência da regeneração natural, da sobrevivência e do desenvolvimento dos "seedlings" (plântulas) na Mata Atlântica. Foi feito o levantamento com diâmetros de 1 a < 3 cm, encontrando-se 1.190 indivíduos e com diâmetro < 1 cm com 19.867 indivíduos. Com base no estudo feito até o presente momento, pode-se concluir que vem ocorrendo a regeneração natural por meio de seedlings nesse trecho de mata estudado.

Palavras-chave: Mata Atlântica; composição florística; perpetuação de espécies lenhosas.

Introdução

A floresta perenifólia tem uma estrutura complexa e sua dinâmica é pouco conhecida, principalmente no que se refere à regeneração natural de suas espécies (JARDIM, 1987). Segundo FINOL (1969) é caracterizado como regeneração natural o conjunto de todas as plantas superiores a 10 cm de altura e DAP (diâmetro a 1,30 m do solo) inferior a 10 cm. Entretanto ROLLET (1969), considerou todos os indivíduos com DAP inferior a 5 cm. Atualmente, a Mata Atlântica é considerada como um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas em diversidade biológica do planeta. É considerada o segundo ecossistema mais ameaçado do mundo, perdendo apenas para as quase extintas florestas da Ilha de Madagascar, na costa da África (SCHÄFFER; PROCHNOW, 2002).

Para STRANG (1983), a Mata Atlântica é uma província natural com aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, englobando vários ecossistemas florestais, com encraves e interpenetrações de outros ecossistemas não florestais. A Mata Atlântica é um ecossistema em risco que vem sofrendo ação antropogênica resultante de ocupação de áreas para agricultura, urbanização acelerada, e especulação imobiliária em remanescentes mais próximos das cidades (FREIRE, 1989; ROSSATO et al., 1999), ocupação esta que contribui para a redução de sua extensão, que se encontra reduzida a 8,56% da área original (CAPOBIANCO, 2001), além de ser ainda um ecossistema rico em biodiversidade (KURTZ; ARAÚJO, 2000).

A Mata Atlântica do Nordeste foi a primeira floresta brasileira a ser explorada intensamente, desde o período colonial (TAVARES, 1967). A extração e o comércio do pau-brasil, *Caesalpinia echinata* Lam., estavam entre as primeiras atividades econômicas da então colônia portuguesa e, desde então,

Projeto: Eficiência da Implantação e do Crescimento de Plântulas na Regeneração Natural da Mata Atlântica em Pernambuco. **Órgão financiador:** PIBIC/ UNICAP.

poucas iniciativas foram tomadas para reverter esse quadro de exploração (ARAÚJO et al., 2002).
Por isso, conclui-se que, por já ter sido bastante explorada pelo homem, a floresta perenifólia depende do sucesso da regeneração natural para vir a recompor as clareiras deixadas na mata. O presente trabalho objetivou verificar a eficiência da regeneração natural, da sobrevivência e do desenvolvimento dos "seedlings" na Mata Atlântica.

Metodologia
Para a metodologia utilizada para estudos quantitativos da regeneração natural na Reserva Ecológica de Camaçari, foi adotado um critério sistemático de amostragem (DOMBOIS & ELLENBERG, 1974). Assim, abriu-se uma picada de penetração na mata, na direção nascente-poente e, aos 100 metros de distância do limite da mata, demarcou-se a 1ª parcela, com 10 x 50 m, subdividida em 5 subparcelas quadradas de 10 m de lado, que foram estudadas sob o aspecto dendrológico e dendrométrico, e da regeneração natural ocorrendo em cada uma dessas subparcelas. Do mesmo modo se procedeu ao final dessa picada de penetração, demarcando-se a 2ª parcela de 10 x 50 m também a 100 metros de distância do limite da mata, ao poente. Como a picada resultou ter 690 metros de comprimento, a 1ª parcela está situada de 100-150 m do ponto inicial, enquanto a 2ª parcela está entre os 540 e os 590 metros.
As parcelas estão demarcadas exatamente no mesmo local do estudo anterior, de modo que se vão obter dados sobre o crescimento em diâmetro das árvores a partir de 3 cm de DAP, e sobre a regeneração, passado um certo número de meses do estudo anterior, como se está verificando nos dados brutos coletados nas mesmas subparcelas, à época daquele estudo. Foram anotados, para cada subparcela, os nomes vulgares, as alturas estimadas e os DAP (diâmetro a altura do peito), para as árvores e arbustos de DAP a partir de 3 cm. Para a contagem dos seedlings, consideraram-se, separadamente, os diâmetros basais < 1 cm e os que tinham desde 1 até < 3 cm. As identificações botânicas foram feitas no Herbário da UNICAP e confirmadas em outros herbários acessíveis, além de consultas na literatura disponível.

Resultados e Discussão
Com base no estudo realizado sobre a regeneração na Reserva Ecológica de Camaçari, foram encontradas, nas quatro parcelas, ou seja, no total dos 2000 m² estudados, 21.057 indivíduos, agrupados em 74 espécies botânicas, sendo 5 espécies desconhecidas.
Na 1ª contagem, foram encontrados 1649 indivíduos com diâmetro de 1 a < 3 cm, sendo 285 de imbiriba, *Eschweilera luschnathii* Miers., que foi a espécie mais abundante. Com diâmetro < 1 cm havia 20.863 indivíduos. A amescla de cheiro, *Protium heptaphyllum* (Aubl.) March. foi a que predominou, com um total de 12.750 plântulas (seedlings).
Na 2ª contagem, para os indivíduos de diâmetro < 1 cm, verificou-se o sucesso da regeneração natural apesar de que muitos seedlings morrem com o passar dos meses. Um exemplo é novamente a amescla de cheiro, *Protium heptaphyllum* (Aubl.) March., que, apesar de 3761 indivíduos terem morrido, continua dominando neste trecho de mata estudada, na população de plântulas com diâmetro inferior a 1 cm.

Conclusões
Dos resultados obtidos pode-se concluir que vem ocorrendo a regeneração natural por meio de seedlings nesse trecho de mata estudada, principalmente quando comparado com os resultados da segunda contagem. O total de indivíduos foi de 21.057, apesar de alguns terem morrido devido à ação de fatores ambientais. Conclui-se também que o jenipapo, *Genipa americana* Linn., o murici da mata, *Byrsonima sericea* DC., e o da praia, *Byrsonima gardnerana* A. Juss.,

não foram encontrados no estágio de plântulas na amostragem estudada, ou seja, nos 2000 m² correspondentes às 4 parcelas.
O jenipapo foi encontrado com 20 cm de DAP; o murici da praia, com 5 cm de DAP e o murici da mata, sendo muito freqüente na amostragem (13 indivíduos), com DAPs entre 5 cm e 17 cm.

Agradecimentos
À UNICAP; e ao mateiro, sr. Floro, que muito nos ajudou neste trabalho.

Referências
ARAÚJO, E. de L, et al. **Biodiversidade, Conservação e Uso Sustentável da Flora do Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 2002. 298p.
CAPOBIANCO, J. P. R. **Dossiê Mata Atlântica**. São Paulo: Ipsis, 2001.
DOMBOIS, D.; ELLENBERG, H. **Aims and Methods of Vegetation Ecology**. J. Wiley & Sons, New York, 1974.
FINOL, V. H. **Possibilidades de manejo silvicultural para las reservas florestas de la región Occidental.** Ver. For. Venez., v. 12, p. 81-100, 1969.
FREIRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana de açúcar sobre a vida e a paisagem do nordeste**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
JARDIM, F. C da Silva. Taxa de Regeneração Natural na Floresta Tropical Úmida. **Acta Amazônica.** 16/17 (nº único): p. 401-410, 1987.
KURTZ, B. C.; ARAÚJO, D. S. Composição florística e estrutura do componente arbóreo de um trecho de Mata Atlântica na Estação Ecológica do Paraíso, Cachoeiras de Macau, Rio de Janeiro, Brasil. **Rodriguesia 51**, (78/115), p. 69-112, 2000.
ROLLET, B. **La regéneration naturelle en foret dense humide sempervirenre de plaine de la Guyane venezuélienne Bois For Trop.** v. 124, p. 19-38, 1969.
ROSSATO, S. C.; LEITÃO-FILHO, H. F.; BEGOSSI, A. **Ethnobotany of Caiçaras of the Atlantic Forest Coast** (Brazil). Economic Botany 53, v. 4, p. 387-395, 1999.
SCHÄFFER, W. B.; PROCHNOW, M. **A Mata Atlântica e você:** como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira. Brasília: APREMAVI, 2002. 156p.
STRANG, H. E. **Mata Atlântica.** Bol. FBCN, v. 18, p. 24 - 25, 1983.
TAVARES, S. **As florestas do nordeste**. Recife: SUDENE, Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco. (Publicação nº. 10), 1967.

EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA EFICÁCIA DA TUTELA SUBSTANTIVA JUDICIAL NA COMARCA DE RECIFE/PE

Rodrigo de Almeida Leite[1]; Ricardo Silveira Ribeiro[2];Ana de Fátima Queiroz Santos [2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professores Assistentes I do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais; membros do Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais.
E-mail: rleite22@hotmail.com.

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo medir a eficácia substantiva de tutela judicial ao direito à saúde na Comarca de Recife/PE. A metodologia utilizada foi à pesquisa de campo, onde foram pesquisadas todas as ações referentes à temática da saúde nas varas da Fazenda Pública Estadual desta cidade. A única exceção foi a 7ª Vara da Fazenda Pública, na qual diante da não permissão do Juiz titular, não foi possível a cópia de processos. De posse dos dados coletados, analisou-se que a maioria das ações (ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada e ações civis públicas) trata de pacientes com doenças graves, como HIV e Hepatite, que requerem do Estado o fornecimento de medicamentos, bem como leitos de hospitais e UTI´s, entre outras tutelas, sob pena de chegarem a óbito. Cerca de 90 % das ações coletadas tiveram suas tutelas antecipadas deferidas, em no máximo, 07 dias, tendo como fundamento que o Estado tem o dever de prestar a saúde, e que essa é um bem maior, direito fundamental, não podendo perecer diante de formalidades da justiça, necessitando de uma rápida tutela por parte do judiciário. Ademais, no aspecto positivo do direito, as decisões são consubstanciadas no art. 196 da Constituição Federal/88, Lei Federal n. 8.080/90, que regulamentou o Sistema Único de Saúde (SUS), e no art. 158 da Constituição do Estado de Pernambuco.

Palavras-chave : direitos sociais; prestação jurisdicional; indicadores.

Introdução

As demandas sobre interesses transindividuais têm revelado a necessidade de se propiciar tutela jurídica eficiente a situações de fruição de direitos fundamentais que o Estado, por conta da pauta nuclear de direitos fundamentais consagrados na Constituição de 1998, deve aos cidadãos, individual ou coletivamente. Ante a dívida social que o país amealhou durante séculos, como resultado de estágios de políticas públicas ausentes, desvirtuadas e/ou disfuncionais, a tutela dos direitos fundamentais se radica, nesta virada de século, de forma especial, nos direitos sociais (interesses juridicamente protegidos ligados à fruição de saúde, educação, segurança, salário mínimo etc), (SANTOS, 1999).

Observe-se que se trata aqui de **prestações estatais positivas fáticas**, oriundas dos direitos à proteção, à organização e ao procedimento e não a prestações estatais normativas, cuja instrumentalização se dá através da jurisdição constitucional, isto é, Mandado de Injunção e Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (TALAMINE, 2001, p.148).

Projeto : Eficiência Judicial e Extrajudicial da Proteção aos Direitos Sociais à Saúde e à Educação em Pernambuco: Em Busca da Formulação de Indicadores para a Análise da Eficiência Procedimental e Substantiva da Tutela aos Direitos Sociais. **Órgão Financiador** : Universidade Católica de Pernambuco/Pibic/Propesq.

As ações que objetivam implementar prestações positivas são propostas com base nos artigos 461 do Código de Processo Civil e no art. 84 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90), em conjugação com a Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85, art. 21), havendo a lei consumerista inspirado à disciplina legal adotada pelo aludido Código de Processo para a tutela jurisdicional individual. Trata o art. 461 de uma regra mista, de direito material. A tutela específica da obrigação é a regra geral em regime de execução em obrigações de fazer e de não fazer e agora em obrigações para entrega de coisa de acordo com a Lei nº 10.444/02.

Se, de um lado, a legislação processual civil vem passando por reformas substanciais desde a segunda metade dos anos 90, por outro a doutrina processual não vem refletindo adequadamente sobre os resultados da implementação da reforma processual e seus benefícios, em termos, especialmente, de proteção eficiente a direitos fundamentais prestacionais referentes à saúde e à educação.

Assim, este trabalho se insere em uma linha de preocupação com a efetividade real de direitos fundamentais. A pesquisa intenta mensurar, portanto, em que grau as justiças federal e estadual vem concretizando direitos fundamentais sociais em Pernambuco. Particularmente, para viabilizar materialmente a pesquisa, serão analisados dados relacionados aos direitos sociais à educação e à saúde, evitando-se, assim, trabalhos sem delimitação do conteúdo.

A mensuração levará em consideração a construção de indicadores de eficiência procedimental, substantiva e agregada da proteção aos direitos sociais. De posse destes e a partir da coleta do material empírico, serão envidados esforços para que possamos mapear a efetivação dos direitos sociais à educação e à saúde em Pernambuco.

Encontra-se positivado no Código de Processo Civil reformado, o produto de uma nova dimensão epistemológica, uma proposta de reunificação da dimensão material com a dimensão procedimental para pensar o direito.

Ter direitos hoje é fruir de um certo acervo de bens da vida, não apenas porque a sua existência se encontra legalmente garantida, proclamada, mas porque se conta com procedimentos que deveriam dar acesso a eles.

A etapa instrumental ou teleológica reunifica as duas dimensões da ordem jurídica, emprestando ao sistema processual uma função reflexa em relação ao conjunto de direitos previstos pela ordem jurídica material. Procedimento e direito material se amoldam reciprocamente. Por esta razão, problematiza-se também nesta pesquisa o controle de conteúdos materiais que a decisão judicial veicula. Em outras palavras, queremos saber em que medida o judiciário vem sendo eficiente na proteção substancial aos direitos à saúde e à educação.

Para que possamos mapear melhor a eficiência da proteção aos direitos sociais à saúde e à educação, procuraremos criar um indicador agregado, isto é, um indicador que possa aferir, concomitantemente, o grau de proteção processual e substancial aos direitos sociais mencionados acima.

Metodologia

A pesquisa desenvolveu-se em duas frentes investigativas complementares. A primeira procurou aferir a eficiência procedimental da tutela aos direitos sociais, quais sejam, etapas, posturas judiciais e tendências decisórias efetivadoras. A segunda, doutro lado, visou à análise da eficácia substancial do procedimento, ou seja, a presença ou não de conteúdo satisfativo dos direitos sociais à saúde e à educação nas decisões judiciais.

Estes planos de análise, por outro lado, desdobraram-se em cinco fases de pesquisa, conforme o planejamento a seguir:

1) realização de coleta de amostras estatisticamente significativas de decisões judiciais
em ações para o cumprimento de obrigações relacionadas à proteção aos direitos à saúde e à educação na Justiça Estadual;
(FASE 2) organização e análise quantitativa dos dados;
(FASE 3) coleta e análise dos dados relativos à tutela extrajudicial dos direitos sociais à saúde e à educação;
(FASE 4) construção de indicadores de eficiência procedimental, eficiência qualitativa e eficiência agregada (quantitativa + qualitativa) das decisões judiciais em sede de proteção aos direitos fundamentais à saúde e à educação.

A **FASE 1** da pesquisa envolveu a participação dos orientandos, os quais foram distribuídos entre o Ministério Público Estadual e a primeira instância da Justiça Estadual para que fosse realizada a coleta de decisões judiciais e de dados processuais necessários à caracterização de uma amostragem estatisticamente significativa. Os dados secundários, nesta oportunidade, foram colocados em planilhas previamente elaboradas e a decisão judicial será fotocopiada para posterior análise.

É importante que se ressalte que a pesquisa já desenvolveu as fases 1 e 3 e a fase 5 encontra-se em pleno desenvolvimento. Outro aspecto a ser levado em consideração é o de que a pesquisa, por não ser meramente bibliográfica, tem encontrado algumas dificuldades para sua realização, tais como resistência em franquear os dados, por parte de alguns juízes. Quanto à formulação dos indicadores, encontrou-se dificuldade em concluir esta etapa em vista do prazo exíguo para entrega deste resumo, tendo em vista que a pesquisa ainda não está em sua etapa final.

Resultados e Discussão

Ao examinar as Ações de Obrigação de Fazer coletadas, com pedido de tutela antecipada, propostas contra o Estado, nas áreas da saúde, observa-se que a maioria delas destina-se a obter, de modo liminar, remédios para tratamento de doenças graves, como Aids, Hepatite, bem como leitos de UTI em hospitais públicos. Referidas ações, por terem a vida (saúde) como objeto mediato, têm tido quase que 90% (noventa por cento) de suas tutelas liminarmente deferidas de forma célere, para que tais prestações satisfativas sejam oferecidas pelo Estado enquanto permanecer a necessidade médica dos autores.

Inicialmente, diante do princípio da separação de poder, não poderia o Judiciário, através de decisão, entrar no mérito da Administração Pública, campo este político e discricionário, para determinar que o Estado fornecesse tal medicamento ou prestação pecuniária.

Acontece que, quando se trata do direito à vida, está se falando de um bem maior, bem este que deve ser velado e estar acima de meros preceitos de legalidades ou formalidades atinentes aos processos administrativos do Poder Público.

Este foi outro ponto bastante discutido nas ações coletadas, sempre se chegando a esta linha de raciocínio acima referida, também exposta por Andreas J. Krell : “De qualquer maneira, não podemos admitir que os Direitos Fundamentais tornem-se, pela inércia do legislador, ou pela insuficiência momentânea, ou crônica de fundos estatais,”substrato de sonho, letra morta, pretensão perenemente irrealizada (...). Surge a pergunta se seria possível, na base do sistema jurídico constitucional brasileiro, o Poder Judiciário coibir a administração pública a realizar uma determinada política pública ou compelir um governo à – por exemplo – executar programas de

erradicação da miséria (art. 3º, inciso III, CF). Para tanto, parece ser necessária uma mescla do sistema legalista brasileiro "com ingredientes do juízo discricionário da equidade, para transformar o Terceiro Poder em grande instrumento de evolução frente às disposições constitucionais programáticas" (KRELL, 2002, pg. 102).

Outro ponto analisado é que, nas ações relacionadas a direitos à saúde propostas contra o Estado, o Julgador de primeira instância, ao prolatar decisão interlocutória deferindo pedido de liminar,

na maioria das ações, determina um prazo de 48 horas para a execução da decisão e aplica uma multa, geralmente de 10.000 Ufir´s, valor este bastante alto e sempre questionado pelo Estado em sede de Agravo de Instrumento. Os juízes, ao aplicarem tal multa com valor elevado, baseado no art. 461 do Código de Processo Civil, o fazem sob a alegação de que o objeto mediato que se discute na lide é o bem da vida, e este é considerado de valor inestimável (absoluto).

Ao quantificar essa multa num valor elevado, o Judiciário objetiva também compelir o Estado ao cumprimento do disposto na decisão que concede a tutela, posto que o argumento financeiro muitas vezes é mais eficaz do que a simples noção de que a parte autora é realmente titular do direito pleiteado.

Quanto à análise estatística dos dados, deve-se levar em consideração que a hipótese nula do trabalho foi a de que o Poder Judiciário, em Pernambuco, vem concretizando os direitos fundamentais sociais à saúde e à educação. A hipótese alternativa, por outro lado, foi a de que, significativamente, o Poder Judiciário em Pernambuco vem bloqueando a efetivação destes direitos sociais. Esperava-se, portanto, com esta pesquisa, rejeitar a hipótese nula e aceitar a hipótese alternativa.

Os resultados encontrados até então são, parcialmente, incompatíveis com as hipóteses esperadas. Através de testes de hipóteses via utilização do pacote estatístico SPSS 11.01, pudemos observar que há um significativo nível de judicialização dos direitos sociais à saúde no Estado de Pernambuco quando se trata de garantir proteção aos indivíduos. A judicialização de políticas públicas de saúde, por outro lado, ainda parece tênue. No pertinente aos dados sobre educação pública, observa-se baixo nível de judicialização.

Conclusões

Ao analisar os dados coletados através da pesquisa de campo efetuada, conclui-se que os juízes das Varas da Fazenda Pública da Comarca de Recife/PE estão dando um tratamento célere às ações quando se trata do direito social à saúde, através de decisões que determinam ao Estado a prestação do serviço ou do objeto pleiteado, fazendo com que a tutela substantiva a tal direito seja realizada do modo como preconizado no art. 196 da Constituição Federal de 1988 e nos demais institutos aplicados à espécie.

Referências

KRELL, Andréas Joachim. **Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada às Ciências Humanas**. São Paulo: Habra, 1987.

PEREIRA, Alexandre. **SPSS**. Lisboa: Sila, 1999.

RICHARDSON, Roberto *et al*. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO: ANÁLISE DA EFICÁCIA DA TUTELA SUBSTANTIVA JUDICIAL NA COMARCA DE RECIFE/PE

Renata Cristina Batista Aleluia[1]; Ricardo Silveira Ribeiro[2]; Ana de Fátima Queiroz Santos[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professores Assistentes I do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais; membros do Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais.
E-mail: rcbaleluia@bol.com.br

Resumo
Este trabalho de pesquisa tem como finalidade a formulação de indicadores que ofereçam uma fiel dimensão da eficácia judicial do tratamento dispensado aos Direitos Sociais no âmbito do Poder Judiciário no Estado de Pernambuco. Para tanto, o método utilizado foi o da pesquisa de campo e o da bibliográfica, com análise quantitativa posterior dos dados, na qual obtiveram-se resultados satisfatórios, tendo em vista o fato de que a quase totalidade dos locais a serem pesquisados foi visitada.

Palavras-chave: Procedimento; Garantias Sociais; Fazenda Pública.

Introdução

A finalidade da pesquisa ora discutida é a de fornecer dados concretos para o estudo da problemática que envolve a questão da eficiência da proteção aos direitos sociais no tocante à Saúde e à Educação dentro do Estado de Pernambuco. O Poder Judiciário é visto, na perspectiva que vem sendo desenvolvida através deste trabalho de extensão, como um dos berços fornecedores dos dados necessários para a checagem do quão efetivas têm sido as decisões que tratam da matéria aduzida constitucionalmente, qual seja a garantia das prestações materiais à Saúde e à Educação para os cidadãos por parte do Estado.

Na medida em que cabe ao Judiciário o julgamento dos conflitos a ele submetidos e em que as decisões proferidas têm o condão de abrir precedente, é muito oportuno que se tenha uma visão ampla e real dos conteúdos decisórios proferidos pelos órgãos responsáveis pela Jurisdição.

É sabido que a lei não contempla todas as hipóteses de resolução de querelas, que não se faz mera subsunção na atividade judiciária. Destarte, é enriquecedor observar se os juízes têm cumprido sua função, utilizando-se da criatividade apropriada quando da elaboração de suas sentenças, fazendo a devida adaptação do caso concreto ao direito positivado (ou não positivado), garantindo assim a característica de adequação à realidade social.

É objetivo geral da pesquisa avaliar, através de indicadores, os níveis de eficiência procedimental, substantiva e agregada da proteção judicial e extrajudicial dos Direitos Fundamentais à saúde e à educação. Como objetivos específicos, figuram o término da coleta de dados no plano da Justiça Estadual e o início da coleta destes dados na Justiça Federal.

Projeto: Eficiência Judicial e Extrajudicial da Proteção aos Direitos Sociais à Saúde e à Educação em Pernambuco: Em Busca de Formulação de Indicadores para a Análise da Eficiência Procedimental e Substantiva da Tutela aos Direitos Sociais. **Órgão financiador**: UNICAP.

Metodologia

A pesquisa se desenvolveu em duas frentes investigativas complementares. A primeira procurou aferir a eficiência procedimental da tutela aos direitos sociais, quais foram, etapas, posturas judiciais e tendências decisórias efetivadoras. A segunda, doutro lado, visou à análise da eficácia substancial do procedimento, ou seja, a presença ou não de conteúdo satisfativo dos direitos sociais à saúde e à educação nas decisões judiciais.

Esses planos de análise, por outro lado, estão se desdobrando em cinco fases de pesquisa, conforme o planejamento a seguir:

> FASE 1) Realização de coleta de amostras estatisticamente significativas de decisões judiciais em ações para o cumprimento de obrigações relacionadas à proteção aos direitos à saúde e à educação nas Justiças Federal e Estadual;
> FASE 2) Aplicação de questionários semi-estruturados aos participantes envolvidos nos processos;
> FASE 3) Organização e análise quantitativa dos dados;
> FASE 4) Coleta e análise dos dados relativos à tutela extrajudicial dos direitos sociais à saúde e à educação;
> FASE 5) Construção de indicadores de eficiência procedimental, eficiência qualitativa e eficiência agregada (quantitativa + qualitativa) das decisões judiciais em sede de proteção aos direitos fundamentais à saúde e à educação.

É importante que se ressalte que a pesquisa já desenvolveu as fases 1 e 3 e a fase 5 encontra-se em pleno desenvolvimento. Outro aspecto a ser levado em consideração é o de que a pesquisa, por não ser meramente bibliográfica, tem encontrado algumas dificuldades para sua realização, tais como resistência em franquear os dados, por parte de alguns juízes. Quanto à formulação dos indicadores, encontrou-se dificuldade em concluir esta etapa em vista do prazo exíguo para entrega deste resumo, tendo em vista que a pesquisa ainda não está em sua etapa final.

Resultados e Discussão

A presente pesquisa, no âmbito judicial, vem sendo desenvolvida nas Varas da Fazenda Pública da Comarca de Recife, posto que objetiva a formação de indicadores do ponto de vista da eficácia dos direitos à Saúde e à Educação em Pernambuco. Desta forma, a orientação da pesquisa elaborou um cartão de apresentação para cada bolsista com a finalidade de os responsáveis pelas varas, quer juízes, quer chefes de setor, ficarem cientes de que os dados coletados serão apenas quantificados, omitindo-se os nomes das pessoas envolvidas nos processos.

A busca por ações, dentro das secretarias das respectivas varas, procedeu-se através de pesquisa nas pautas (que são registros dos atos processuais referentes a cada processo tramitado) abrangendo o período de 1.999 até o corrente ano.

Até o momento, foram feitas visitas e o conseqüente levantamento de dados nas seguintes varas : 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª Varas da Fazenda Pública, restando somente a 3ª e a 7ª para completar a esfera da Justiça Comum, no que tange aos direitos sociais à saúde e à educação.

Nesse levantamento de dados, percebe-se que as ações relacionadas com o direito à educação são raramente encontradas nas Varas da Fazenda Pública.

Diante desse quadro, os orientandos, visando à obtenção de dados nessa temática, procuraram informações com autoridades, especialmente sobre esses tipos de ações. O resultado disso é que, se verificou no sistema do Tribunal de Justiça, através de pesquisa no site da internet, a existência de ações na área de educação nas varas cíveis da justiça comum, principalmente

relacionadas com entidades de ensino particular. Sendo assim, ao término da pesquisa nas Varas da Fazenda Pública, será feito um levantamento de dados nas varas cíveis da comarca de Recife.

Com base no material coletado, é possível dizer que a grande maioria das ações intentada contra o Estado no âmbito da saúde é do Rito Ordinário. Este dado é relevante na medida em que se conclui que as partes têm amplas oportunidades de discutir o direito em tela. Outro aspecto a ser abordado é acerca da gratuidade da Justiça, que é prerrogativa quase sempre presente nos processos analisados. Ora, os indivíduos que procuram o Poder Judiciário para verem atendidos seus direitos à saúde o fazem por serem pessoas sem condições financeiras bastantes para arcar com o valor alto dos tratamentos, e, por esta razão é que também não dispõem de dinheiro para pagar advogados ou custas processuais. Até mesmo os patronos das causas mencionadas neste estudo fazem parte de Organizações Não Governamentais na maioria das vezes.

Cabe aduzir também sobre a questão do SEGREDO DE JUSTIÇA, que é requisito lembrado sempre que se discute questão relativa à saúde de pessoas portadoras do Vírus do HIV, entre outras doenças que também carreguem um estigma de discriminação perante a sociedade. Não é despiciendo asseverar que nesse tipo de demanda, com essa ressalva, só têm acesso aos autos as partes interessadas e seus procuradores.

Ainda na fase inicial do processo, na esfera da Petição Inicial, pode-se constatar a presença inequívoca do pedido de ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, posto que as questões ligadas à saúde são de natureza urgente por excelência.

Acompanhando a seqüência processual, nota-se, no material avaliado, que o Estado, não obstante sua clara obrigação de prover a saúde, interpõe Agravo de Instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas.

Do ponto de vista procedimental, o que há de relevante nesses agravos, bem como nas contestações ofertadas, é a existência, alegada pelo Estado, de preliminar atinente à INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO ESTADUAL para conhecer as causas intentadas com o fito de impelir o réu (Estado) a cumprir seus desígnios constitucionais. Os Procuradores do Estado argumentam que seria a Justiça FEDERAL única competente para conhecer tais ações, vez que há interesse da União nessas demandas.

Para concluir esta fase da discussão, é necessário que se mencione acerca do tempo que tem levado o Ministério Público para ofertar os pareceres que antecedem as Sentenças.

Desta forma, em consonância com o art. 82, inciso III, CPC, faz-se necessária a intervenção do *paquet* no âmbito das demandas ora abordadas. E é na fase que antecede a sentença, quando se abrem vistas ao Ministério Público para a formulação do parecer, que se observa a maior morosidade no cumprimento de um ato processual até então. O lapso temporal para oferta do parecer pode chegar a quatro meses. Ora, sabe-se que se a tutela antecipada do pedido foi concedida pelo juízo, está presente o requisito do *periculum in mora.* Sendo assim, esperar até quatro meses é atitude arriscada, posto que neste período pode acontecer o perecimento do objeto mediato da demanda, a saber, o bem da vida discutido em juízo, que, no caso de Ações de Obrigação de Fazer contra o Estado, em sede de saúde, é a própria vida do autor da lide.

A constatação a que se chega é, no mínimo, contrasensual, posto que a entidade que acompanha o processo na função de *custus legis*, deveria primar pelo bom andamento processual dos feitos, e não ensejar a perda dos objetos de que tratam os mesmos.

Quanto à análise estatística dos dados, deve-se levar em consideração que a hipótese nula do trabalho foi a de que o Poder Judiciário, em Pernambuco, vem concretizando os direitos fundamentais sociais à saúde e à educação. A hipótese alternativa, por outro lado, foi a de que, significativamente, o Poder Judiciário em Pernambuco vem bloqueando a efetivação destes direitos sociais. Esperava-se, portanto, com esta pesquisa, rejeitar a hipótese nula e aceitar a hipótese alternativa.

Os resultados encontrados até então são, parcialmente, incompatíveis com as hipóteses esperadas. Através de testes de hipóteses via utilização do pacote estatístico SPSS 11.01, pudemos observar que há um significativo nível de judicialização dos direitos sociais à saúde no Estado de Pernambuco quando se trata de garantir proteção aos indivíduos. A judicialização de políticas públicas de saúde, por outro lado, ainda parece tênue. No pertinente aos dados sobre educação pública, observa-se baixo nível de judicialização.

Conclusões

Em vista de o trabalho de pesquisa ainda não estar terminado, é possível apenas concluir que, do ponto de vista procedimental, ainda há a utilização de expedientes protelatórios por aparte do ente Estatal. Bem como se pode afirmar que a celeridade processual objetivada muitas vezes é obstada pela demora do Ministério Público no cumprimento de seu dever constitucional.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Católica de Pernambuco, à Propesp, à aluna Mariana da Motta e Dias, bem como aos Juízes e chefes de secretaria que abriram as portas de seus cartórios e tão gentilmente tornaram possível a realização desta pesquisa.

Referências

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p.303

MARINONI, Luiz Guilherme. **A Antecipação da Tutela**. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002, p.186.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Tutela específica das obrigações de fazer e de não-fazer e de entregar coisa**. Rio: Forense, 2002.

DINAMARCO, CÂNDIDO RANGEL. A INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO**. 5. ED. SÃO PAULO: MALHEIROS EDITORES, 1996.**

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada às Ciências Humanas**. São Paulo: Habra, 1987.

PEREIRA, Alexandre. **SPSS**. Lisboa: Sila, 1999.

RICHARDSON, Roberto *et al*. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SERRANO, Gloria Pérez. **Investigación Cualitativa:** retos e interrogantes. Madrid: Muralla, 1998.

TRIOLA, Mário. **Introdução à Estatística.** Rio de Janeiro: LTC,1999.

ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIOCULTURAL COM PORTADORES DE AFASIA: UM RECURSO PARA INCLUSÃO SOCIAL

Naara Ferreira Araújo de Oliveira[1]; Maria Lúcia Gurgel da Costa[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Pisicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: naaraoliveira@yahoo.com.br
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.E-mail: malugurgel@terra.com.br.

Resumo
Tendo em vista que a afasia acomete a área da linguagem e que o maior drama desses sujeitos é vivido com as perturbações lingüísticas verbais e não-verbais de expressão e/ou compreensão, além do negligenciamento da sociedade e da família em situações discursivas, como também o medo de ser rejeitado, caindo no isolamento, na solidão, na dependência e na passividade, foi feita esta pesquisa como objetivo analisar os benefícios de um grupo de sujeitos afásicos, juntamente com seus familiares, através de atividades de dança popular adapatada, em espaços de convivência sociocultural, buscando, na dança, um meio de melhorar o desempenho comunicativo verbal e não-verbal, as relações familiares, sociais e melhoria da qualidade de vida. Ela tem uma análise qualitativa caracterizada em pesquisa ação, observacional, de estudo de casos e descritiva. Os sujeitos do estudo são seis adultos, de ambos os sexos, da cidade do Recife, portadores de afasia, que foram convidados, juntamente com seus familiares, a participarem da oficina de música e dança adaptada. A coleta foi feita em duas etapas: na primeira, foram realizadas as entrevistas semidirigidas e na segunda etapa promoveu-se a participação dos sujeitos nos grupos de convivência. Posteriormente, estabeleceu-se análise comparativa e descritiva dos dados coletados. Observamos, nas atividades de convivência com afásicos, uma maior integração do grupo, maior desenvoltura com relação à dança, ao movimento do corpo, à linguagem verbal e não verbal. Esses sujeitos se defrontam com um novo corpo e uma nova linguagem a serem redescobertos em suas limitações e possibilidades.

Palavras-chave: 1. afasia; 2. reintegração social; 3. arte popular brasileira.

Introdução

"A afasia se caracteriza por alterações de processos lingüísticos de significação de origem articulatória e discursiva (...) produzidas por lesão focal adquirida no sistema nervoso central, em zonas responsáveis pela linguagem, podendo ou não se associar a alterações de outros processos cognitivos". FILHO (1997). Ela pode ser causada por um acidente vascular cerebral (AVC), por lesões expansivas intracranianas, traumatismos cranianos, entre outras.

Dependendo do local e da extensão da área afetada pelo AVC, da idade do sujeito, podem ocorrer tanto alterações físicas e motoras como alterações de fala em: ritmo, velocidade, prosódia/melodia, nomeação de objetos, ou seja, na linguagem expressiva. Podem ocorrer também dificuldades, ou até incapacidades, em compreender a linguagem falada e escrita, causando substituição, omissão, redução, transposição de palavras, sílabas, letras e fonemas, o que pode provocar alteração e/ou perda do

Projeto: Estudo da influência da reinserção social através de atividades artísticas e culturais, na reconstrução das habilidades comunicativas verbais e não verbais do paciente afásico. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco.

conteúdo. Várias mudanças ocorrem na vida desses sujeitos, tais como: aposentadoria, casamento de filhos, doenças, diminuição das capacidades físicas, diminuição dos contatos com os amigos, perda de algum familiar ou amigo, ou mesmo do cônjuge, perda do seu papel na sociedade. Isso faz com que o idoso fique mais exposto aos problemas vasculares. De acordo com LEME (1998), o idoso está mais sujeito aos problemas vasculares que o resto da população. Lamônica et alii desenvolveram um estudo na USC[1] que teve como objetivo identificar mudanças ocorridas em diferentes aspectos na vida do indivíduo afásico, em face às alterações causadas pelo dano cerebral. Esse estudo abordou uma gama de 71 sujeitos pacientes da clínica que foram submetidos a um roteiro de entrevista, confrontando as percepções dos sujeitos antes e depois de sofrerem o acometimento cerebral. Os resultados refletiram a percepção dos indivíduos sobre sua condição de vida antes e depois de sofrerem acometimento cerebral, evidenciando a condição estigmatizante a que ficaram expostas estas pessoas pelas perdas e privações impostas pelas seqüelas do acometimento cerebral. (LAMONICA,1998, p.105). O impacto da afasia é muito forte na vida desses sujeitos, trazendo problemas intelectuais, afetivos, de personalidade, gerando sentimentos de impotência, frustação, raiva, baixa auto-estima e principalmente a dependência e o isolamento. O afásico é posto diante de limitações que interferem nas suas possibilidades de comunicação e que são acompanhados por outras incapacidades físicas (problemas motores e visuais), e ainda problemas familiares e /ou sociais. O isolamento social ocorre, entre outros fatores, pela incapacidade de participar normalmente das conversas individuais ou em grupo. O afásico, para sentir-se integrado, "precisa ser um interlocutor a quem se pede uma opinião, uma informação a respeito de um acontecimento, de uma pessoa, de uma atitude ou de uma decisão a tomar; assim ele sentirá uma verdadeira troca, o único diálogo que tem valor a seus olhos". Lemay et alii (1995, p.124). A maior dificuldade dialógica dos portadores de afasia é na produção oral, sendo necessário lançar mão do recurso gestual como preenchimento do "vazio" provocado pela falta ou dificuldade de recursos orais. Nessas situações, o gesto introduz o sentido, muitas vezes de maneira pouco satisfatória, causando mal-entendidos que se desfazem com o desenvolver da situação. Observa-se uma relação de similaridade entre gesto e afasia, como se o gesto apresentasse as mesmas dificuldades afásicas, e ainda assim se mostra presente na busca de sentidos. Dessa forma, o gesto apresenta-se como um recurso de significação para pessoas afásicas. Considerando todos esses fatores e dificuldades dos pacientes afásicos, surgiu o interesse em desenvolver este projeto a partir da idéia de promover um espaço de trocas de experiências através da dança regional "adaptada", de interações, de atividades comunicativas, quer sejam verbais e não-verbais, entre os sujeitos afásicos e seus familiares. A dança é uma seqüência de gestos, passos e movimentos corporais que expressam estados afetivos, sendo importante a linguagem mímica, que é mais exata, mais rápida e proporciona compreensão entre todos os povos, idiomas e culturas. Ela é uma arte que não depende de materiais e ferramentas, mas da vitalidade humana, por vezes, perdida quando o sujeito descobre que é afásico. Dessa forma, este projeto teve por metas: participar da seleção e acompanhamento dos sujeitos da pesquisa; estabelecer coleta longitudinal de dados, através da participação nos grupos de convivência voltados à dança adaptada; estimular a produção e expressão corporal através da dança adaptada; proporcionar o fortalecimento ou criação de novos vínculos entre os participantes do projeto integrado; propiciar espaços de convivência social e familiar; fazer com que esses sujeitos vivenciem situações de uso sociocultural da linguagem e expressão corporal; buscar a revisão de ações que possam produzir a estigmatização, rotulação ou isolamento dos portadores de afasia, através de propostas voltadas à eficiência destes; confrontar as observações do aspecto corporal com a dinâmica de produção oral dos sujeitos em estudo; despertar junto aos familiares um olhar voltado às eficiências dos portadores de afasia participantes desse processo, que

[1] Departamento de Ciências Biológicas/Centro de Ciências biológicas e profissões da saúde da Universidade Sagrado Coração, Departamento de Estomatologia FOB-USP.

se defrontam com um novo corpo e uma nova linguagem a serem redescobertos em suas limitações e possibilidades.

Metodologia

Participaram do estudo 10 sujeitos, entre afásicos (6) e familiares (4), de diversas idades e ambos os sexos, residentes no estado de Pernambuco. Inicialmente foram realizadas entrevistas semidirigidas com os sujeitos afásicos e/ou as famílias, a partir das quais delineamos o perfil biopsicossocial de cada sujeito e foram determinadas quais as disponibilidades de horário para a realização das oficinas no campus da Universidade Católica de Pernambuco. Os encontros foram realizados às terças-feiras, no horário de 15h a 16h, na sala de grupo do Curso de Terapia Ocupacional. Essa sala é equipada com espelhos, luzes coloridas, além de colchonetes e bolas. Todos os recursos da sala foram utilizados pela responsável e colaboradora, Ana Cecília Souza, coordenadora do Grupo Mandacaru da Unicap e as voluntárias do Mandacaru. Durante os encontros, foram feitas atividades de relaxamento, descontração, expressão corporal e ritmo musical. Para a viabilização deste processo, contamos com o apoio do Núcleo de Extensão Cultural da Universidade, já descrito, e do Departamento de Jornalismo e Comunicação, através da equipe que compõe o Projeto Memória, que realizou o registro em VHS e fotográfico das entrevistas e oficinas. A análise dos dados foi feita, em cadernos de registros dos pesquisadores, em VHS e fotografias. Procedeu-se à análise observacional, descritiva e longitudinal, enfatizando os seguintes aspectos: produção e expressão oral; ritmo; prosódia; memória musical; as alterações corporais; entoacionais e lingüísticas, destacando as habilidades verbais e não-verbais.

Resultados e Discussão

Apesar dos limites que os pacientes possuem e do pequeno tempo de contato, alguns aspectos chamam a atenção: foi percebido nesses encontros integração nos aspectos emocionais, físicos e sociais do paciente, tendo em vista que o ritmo da dança beneficia os sujeitos em suas limitaçoes físicas e traz questões referentes às igualdades sociais, ao equilíbrio, expressões verbais, corporais e faciais. Notamos que a preocupação maior dos componentes do grupo é a de acertar o passo, deixando de lado as dificuldades físicas e motoras. Às vezes, na dança, deparamo-nos com situações que nos amedrontam, devido ao fato de nunca as termos experimentado, e nos leva a desempenhar mal ou ainda encontrar resistência a essas situações em nossos próprios corpos. Podemos dizer que o primeiro passo na dança é dado quando nos propomos a entregar nossos corpos à magia dos movimentos e que ocorrido o primeiro passo, procuramos aprender e aperfeiçoar sempre, para que ela nos possa propiciar novas emoções a cada coreografia executada. Pecebemos, durante os encontros, que está ocorrendo o fortalecimento ou criação de novos vínculos entre os participantes do projeto, a vivência de situações de uso sociocultural da linguagem e expressão corporal, despertando, assim, junto aos familiares, um olhar voltado às eficiências dos portadores de afasia participantes deste processo.

Conclusões

A partir desta pesquisa, observamos a viabilidade da criação e iniciação do grupo de convivência como uma ferramenta terapêutica, pois, além da participação e interesse dos sujeitos afásicos e seus familiares, está havendo uma maior integração do grupo, maior desenvoltura com relação à dança, ao movimento do corpo, à linguagem verbal e não- verbal, entre outros benefícios. Destaca-se a importante colaboração dos coordenadores do Núcleo de Extensão Cultural da Unicap, a equipe de Jornalismo e Comunicação da Unicap, pois auxiliam na construção do banco de imagens para posterior análise, construindo o acervo visual para o foco de observação e análise dos sujeitos afásicos. Desde já, observamos, nos registros da literatura, confronto entre esta experiência

e os artigos publicados, que a dança tem um poder terapêutico podendo atuar nas reabilitações biopsicossociais dos sujeitos. A pesquisa confirmou a eficácia desta nova modalidade de proposta terapêutica para a reabilitação de sujeitos afásicos, assim como ratifica a importância da reinserção familiar e social para o recurso, fundamental no processo terapêutico em afásicos.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco, ao Núcleo de Extensão Cultural da Universidade, Departamento de Jornalismo e Comunicação – Equipe do Projeto Memória, à Coordenação do Curso de Terapia Ocupacional.

Referências

COUDRY, M.I.H. **Diário de Narciso**: discurso e afasia. São Paulo: Martins Fontes,1988.

LAMÔNICA, D A C; MINERVINO-PEREIRA, A C M; FERREIRA, G C. **Conversando sobre Afasia:** Guia Familiar. Bauru: EDUSC, 2000.

LEME, L.E.G. **O envelhecimento**. São Paulo: Contexto, 1996.

FILHO, O.L. **Tratado de Fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997.

ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIOCULTURAL VOLTADOS A AFÁSICOS E SEUS FAMILIARES: A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA COMO RECURSO PARA INCLUSÃO SOCIAL.

Janaína Moreira de Lemos [1] ; Maria Lúcia Gurgel da Costa [2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Grupo de Pesquisa em Clínica Fonoaudiológica. E-mail: malugurgel@terra.com.br.

Resumo
O estudo referiu-se à análise dos benefícios terapêutico-fonoaudiológicos da criação de espaços de convivência com resgate das tradições e da cultura, atuando como possibilitadores da reintegração e troca de experiências entre familiares e sujeitos com manifestações afásicas, que vão além da "simples" perda ou alteração da fala, atingindo diretamente o lugar social ocupado por esses sujeitos, trazendo à tona situações fronteiriças que colocam o sujeito diante de aspectos áridos, que envolvem seu contexto familiar, afetivo, profissional, social, e sua auto-imagem, fundamentais na autoria de um discurso. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, observacional, longitudinal. Participam da amostra dez sujeitos, entre afásicos(7) e familiares(3). Através da criação de espaços de convivência, com o uso da música popular brasileira e expressão corporal pela dança, como recursos possibilitadores de uma melhor qualidade de vida - nos aspectos comunicativos, sociais, familiares e no resgate da auto-imagem. Foi observada longitudinalmente, nos encontros semanais, uma resposta unânime e positiva de cada participante, doente ou não doente, onde se vislumbrou que a música e a dança trazem consigo o prazer, muito importante para a recuperação e nas relações sociais. Transporem-se barreiras, porque ninguém ali está preocupado com as diferenças, empenhando-se em vivenciar aquela situação num clima descontraído e alegre. Deixando um pouco de lado a doença. Valoriza-se o indivíduo como ser singular e dono de aptidões e possibilidades de interação e troca com o outro. Abre uma nova possibilidade terapêutica para acompanhamento e recuperação de sujeito cérebro-lesados e suas famílias.

Palavras-chave: afasia; reintegração social; arte popular brasileira.

Introdução

Como sabemos, a afasia refere-se à perda, total ou não, das capacidades de expressão e compreensão da linguagem, afetando desde a fala, escrita e até mesmo os gestos; acarreta mudanças intelectuais, emocionais e principalmente sociais, pelo prejuízo que se percebe na comunicação, que, quando ausente, coloca o indivíduo à margem das relações sociais, isolando-o e posicionando-o numa condição de dependente.Com a doença, as relações familiares também estão afetadas, haja vista que o indivíduo – muitas vezes, provedor e chefe da família – passa a ser cuidado e torna-se muito dependente. O convívio com outros sujeitos portadores da mesma doença possibilita uma troca; sendo assim, novos horizontes são abertos, possibilitando à família o conhecimento de novas habilidades, valorizando as que se mantêm, apesar da doença.

Freire (1996, p.137), destaca que: "Fonoaudiólogos e afasiologistas têm se preocupado muito mais com a avaliação dos sintomas afásicos enquanto construção de um instrumento de testagem de

Projeto: Estudo da Influência da Reinserção Social através de Atividades Artísticas e Culturais, na Reconstrução das Habilidades Comunicativas Verbais e Não Verbais do Paciente Afásico. **Órgão financiador**: PIBIC / UNICAP.

habilidades lingüísticas e não lingüísticas, que possibilitem a descrição dos diversos quadros afásicos, do que com um instrumento capaz de indicar um ponto de partida para a construção da terapia fonoaudiológica (...)". Na prática, percebemos que a coisa é bem maior, em princípio, porque falamos de pessoas e não de "sujeitos idealizados em um manual de procedimentos terapêuticos". Falamos diretamente de questões como inclusão social e auto-imagem pessoal. Falar de inclusão pressupõe pensar no lugar da diferença, da individualidade, algo que parece incomum numa sociedade onde cada vez mais se impõe uma lógica regida pela estética e pelo sucesso, que discrimina cor, raças, sexo, posição social, cultural e econômica, onde o lugar à educação ainda é alijado de boa parte de seus cidadãos. É nesse panorama que centramos as nossas reflexões a respeito do processo de inclusão do portador de necessidades especiais. É preciso sair do lugar de poder, para se aproximar do "paciente afásico", tirando-o do lugar "de paciência" para o lugar de autoria.

Sabendo da importância do papel da família na vida do sujeito afásico, surgiu a motivação em buscar novos caminhos para a facilitação do processo de reabilitação do doente junto aos seus familiares; através da reinserção social buscar fortalecer os vínculos familiares, melhorando assim as relações interpessoais do sujeito; auxiliando assim no processo de reabilitação de suas habilidades comunicativas. É na descoberta destas novas nuances que propomos desenvolver um trabalho de integração em centro de convivência entre afásicos, familiares e pesquisadores, através da música regional local e expressão corporal, na busca de respostas lingüísticas comunicativas, verbais e não verbais, (re) incluindo o sujeito afásico em um novo contexto de vida.

A música como proposta terapêutica não é uma informação nova. Desde a antiguidade, o homem descobriu o poder regenerador da música. Desde a antiguidade descobriu-se o poder de agregação da música e também da dança que acompanha o ritmo da música, passando utilizar-se da música e dança como terapias curativas. Com isso, o homem aprende a dominar o seu próprio corpo, harmonizando os movimentos com as vibrações e tempos da música, estabelecendo um ritmo e sincronizando seus passos como o de um parceiro – ou de um grupo. A escolha deste instrumento se deu pela forte influência que a música desenvolve no âmbito emocional, psíquico e social do sujeito. Levin (1995) aponta que existe um diálogo tônico no sujeito em que o desejo imprime-se na linguagem corporal e onde o movimento não é apenas pura ação ou puro tônus muscular: "Não é o corpo que fala mas sim o sujeito através de seus movimentos e de seu corpo". Desta forma, através da música, o afásico poderá encontrar uma nova forma de se expressar e retomar a comunicação que lhe foi defasada e/ou retirada com o acometimento da lesão. Acreditamos, com isso, poder beneficiar a vida desses sujeitos, nos aspectos comunicativos, sociais, familiares, e em sua auto-imagem, tanto quanto no organismo como um todo. Enfim, pretendemos investigar os benefícios relativos às melhorias na qualidade de vida, através desta experiência. Mas, salientamos que a pretensão do projeto não é a de substituir a intervenção terapêutica ou médica, mas apoiar e dar condições favoráveis ao retorno do convívio social e, principalmente, à comunicação, facilitando e enriquecendo o trabalho dos profissionais envolvidos, da família e sobretudo contribuindo para o esforço do sujeito afásico.

Mas é de analisar os benefícios e influência da reinserção social através de atividades artísticas e culturais, de música e dança regionais adaptadas, na reconstrução das habilidades comunicativas, verbais e não verbais, do paciente afásico. Fazer com que esse indivíduo vivencie situações de uso sociocultural da linguagem e expressão corporal e musical; estimular a produção e a expressão oral, o ritmo , a prosódia e a memória musical, durante a participação no grupo de convivência; proporcionar o fortalecimento ou criação de novos vínculos entre os participantes do projeto integrado; analisar as variações corporais, entoacionais e lingüísticas, observadas nos participantes do grupo ao longo do processo de investigação; buscar a revisão de ações que possam produzir a estigmatização, rotulação ou isolamento dos portadores de afasia, através de

propostas voltadas à eficiência destes; analisar as inter-relações entre os sujeitos do estudo e seus familiares durante as atividades em espaços de convivência social e familiar.

Metodologia

Participaram do estudo 10 sujeitos, entre afásicos e familiares, de diversas idades e ambos os sexos, residentes no estado de Pernambuco. Inicialmente foram realizadas entrevistas semidirigidas com os sujeitos afásicos e/ou as famílias, nas quais delineamos o perfil biopsicossocial de cada sujeito e foram determinados quais as disponibilidades de horário para a realização das oficinas no campus da Universidade Católica de Pernambuco. Os encontros estão sendo realizados às terças-feiras, no horário de 15h às 16h, na sala de grupo do Curso de Terapia Ocupacional. Essa sala é equipada com espelhos, possui luzes coloridas, além de colchonetes e bolas. Todos os recursos da sala estão sendo utilizados pela responsável e colaboradora, Ana Cecília Souza, coordenadora do Grupo Mandacaru da Unicap, além das estagiárias do Mandacaru que têm colaborado muito durante a integração com o grupo e a realização das "aulas" – termo denominado por Ana Cecília, onde tem se priorizado inicialmente o trabalho com relaxamento, descontração, expressão corporal e ritmo musical, para, num segundo momento, realizarmos uma apresentação do grupo no Campus da Universidade. Para a viabilização deste processo, estamos contando com o apoio do Núcleo de Extensão Cultural da Universidade para a realização dessas oficinas, e do Departamento de Jornalismo e Comunicação, através da equipe que compõe o Projeto Memória, que está fazendo o registro desde as entrevistas até cada oficina, através de VHS, ocorrendo análises observacionais em cadernos de registro, longitudinalmente, com a observação dos aspectos de produção e expressão oral, ritmo, prosódia e memória musical, onde têm sido avaliadas as alterações corporais, entoacionais e lingüísticas – nas habilidades verbais e não verbais, confrontadas com as inter-relações entre os sujeitos do estudo e seus familiares durante as atividades, observando – se, ao fim do processo, o estado de isolamento de cada indivíduo, antes e depois de ser submetido ao grupo de convivência com atividades artístico-culturais; pelo grupo de pesquisa, e compondo parte do acervo do laboratório de Neurolíngüística da Universidade, além da colaboração da Coordenação do curso de Terapia Ocupacional, que cedeu o uso da sala de Terapia Ocupacional para a realização das atividades semanais.

Resultados e Discussão

Destacamos alguns aspectos considerados relevantes neste estudo. Foram observados: a interferência do aspecto emocional sobre a produção oral e sobre o aspecto de prosódia, apesar do limite que o paciente tem em expressar as palavras; através do ritmo, é possível entender qual sentido ele pretende dar e o que ele deseja expressar. O que dá o conteúdo, nesse caso, é o contexto para a fala dele. Apesar da articulação comprometida, a fala vai além das palavras, ela também funciona no nível da prosódia. E a música acaba beneficiando nesse aspecto, pois o ritmo estimula a produção de uma melodia.

A questão da auto-estima. Ao mesmo tempo em que o sujeito refere não ser capaz de realizar tal atividade, ele está feliz em poder ter a oportunidade de tentar. Mas ao final, ele vai conseguindo superar os próprios obstáculos e fica sentindo-se mais capaz. Primeiro ele diz que não vai conseguir, mas, na experimentação, ele vai começando a se dar conta de que é capaz, isso acaba dando lugar a um estado de liberdade e independência, muito prejudicados na afasia. Nesse aspecto, é importante salientar que a igualdade está sendo pregada, pois todos erram e são advertidos igualmente por Ana Cecília, não importando se é doente ou não. Desta forma, a patologia some em meio à eficiência e deficiência que todos os participantes enfrentam igualmente.

Observa-se tanto nos sujeitos, como em seus familiares, uma grande motivação e alegria em estar vivenciando aquela experiência. A música e a dança trazem consigo o prazer, muito

importante para a recuperação e nas relações sociais. A arte transpõe barreiras, ninguém ali está preocupado com as diferenças, mas estão preocupados em vivenciar aquela situação num clima descontraído e alegre, deixando um pouco de lado a doença. Valoriza-se o indivíduo como ser singular e dono de aptidões e possibilidades de interação e troca com o outro.

Um último aspecto que gostaríamos de destacar são as diferenças sociais e de nível econômico. Essas, em nenhum momento, fizeram com que os indivíduos se agrupassem ou tivessem qualquer tipo de distinção com o outro.

Conclusões

Observa-se a viabilidade desta nova proposta terapêutica tendo em vista os avanços observados no âmbito social, com a re-inclusão dos sujeitos, antes marginalizados, em um grupo com um potencial cultural e artístico, onde questões lingüísticas, emocionais, sociais e familiares puderam ser trabalhadas. Observou-se, também, grande benefício para a vida desses sujeitos, juntamente com seus familiares, inclusive relação entre eles, resultando numa melhor qualidade de vida e num aumento da auto-estima, sendo esses preceitos que colaboram para uma maior recuperação das funções prejudicadas com a doença. A Fonoaudiologia abre novos caminhos para o trabalho multidisciplinar, através de recursos artísticos, mudando os paradigmas da relação estática da clínica, fazendo de sua proposta terapêutica uma ação dinâmica e com resultados eficazes em vários âmbitos, colaborando assim para o estabelecimento da saúde global do sujeito com afasia.

Agradecimentos

A Deus, aos sujeitos do estudo que se dispuseram a participar, de forma intensa, da proposta; à orientadora Maria Lúcia Gurgel, pela oportunidade; a toda equipe do Núcleo de Extensão Cultural, representado pela pessoa de Ana Cecília, ao PIBIC/UNICAP e a minha família, que sempre está ao meu lado.

Referências

COUDRY, M.I.H. **Diário de Narciso**: discurso e afasia. São Paulo: Martins Fontes,1988.

_____ 10 anos de Neurolingüistica no IEL. Caderno de Estudos Lingüísticos . Campinas . Jan/Jun. 1997.

LAMÔNICA, D. A. C; MINERVINO-PEREIRA, A. C. M; FERREIRA, G. C. **Conversando sobre Afasia:** Guia Familiar. Bauru : EDUSC, 2000.

LEVIN, E. **A garatuja como vestígio das letras**. Estilos de Clínica . Instituto de Psicologia, Universidade São Paulo. V. 1, n. 1 . São Paulo.1996.

LIER-DE VITTO, M F. **Fonoaudiologia no sentido da linguagem**. Cortez. São Paulo, 1994.

NOVAS TERAPIAS: Viver bem com Música. São Paulo:Melhoramentos, 2001.

PONZIO, J., et al. **O Afásico :** Convivendo com a Lesão Cerebral. 1. ed. São Paulo: MALTESE, 1995.

STRALIOTTO, João. **Interpretação cerebral do som e da música**. Santa Catarina: Heck Publicações, 1998.

ESTIMATIVA DE PARÂMETROS GEOTÉCNICOS DE SOLOS REGIONAIS.

Thiago de Moraes Silva[1]; Joaquim Teodoro Romão de Oliveira[2]

[1]Estudante do curso de Engenharia Civil do Departamento de Engenharia do Centro de Ciências e Tecnologia;E-mail Juvarai.r@ig.com.br .
[2]Professor do Departamento de Engenharia do Centro de Ciências e Tecnologia Participante do Grupo de Pesquisa Construção Civil e Análise Estrutural E-mail: jtrdo@uol.com.br

Resumo

Este resumo apresenta a correlação dos resultados dos ensaios SPT e CPT e a caracterização e classificação de um solo regional. O solo pesquisado está localizado na Planície Costeira do Recife, tendo sido formado por meio de transgressões e regressões marinhas. O solo regional estudado é composto por camadas de fragmentos de coral, existindo pouco conhecimento literário sobre ele, o que confere maior importância à pesquisa. Foram realizadas sondagens SPT e CPT no local para que fossem determinados parâmetros geotécnicos que servissem de subsídios para o projeto das fundações de um edifício de 22 pavimentos. É importante salientar que estes ensaios são complementares, sendo associados para um maior detalhamento das informações.

Palavras-chave: ensaios de campo, correlações entre CPT e SPT, geotecnia.

Introdução

Na história geológica do subsolo da Região Metropolitana do Recife, estão presentes diversos processos geodinâmicos que contribuíram na formação dos diferentes depósitos. Entre esses processos, as sucessivas transgressões e regressões marinhas no Quaternário foram responsáveis pela formação de depósitos com diferentes propriedades geotécnicas.

Para a estimativa de parâmetros geotécnicos de solos regionais, foram tomadas como primeiro exemplo de solo regional camadas de fragmentos de coral. Esse é um material pouco conhecido do meio geotécnico e quase não há informação disponível na literatura. Um caso de um edifício em Candeias - Jaboatão dos Guararapes - será utilizado. Nesse local, foram realizadas sondagens à percussão SPT bem como ensaios de cone holandês (CPT), para fornecer subsídios ao projeto de fundações. Correlações da literatura serão usadas para estimativa de parâmetros de resistência e deformação a partir dos resultados de campo.

Metodologia

Procura-se obter a classificação do material, módulo de elasticidade, densidade relativa, ângulo de atrito, resistência e capacidade de carga do material. Através dos parâmetros de resistência e deformação, obtidos em campo tanto por sondagem SPT ou CPT. Os resultados obtidos são comparados com valores disponíveis na literatura para materiais granulares, ou seja, arenosos.

Projeto: Geotecnia da Região Metropolitana do Recife**. Órgão financiador:** PIBIC - UNICAP.

Resultados e Discussão

Foram elaboradas as correlações lineares entre resistência de ponta do ensaio de cone (CPT) e o número de golpes da sondagem (SPT), que caracterizam o solo de pesquisa (fragmento de coral). Os resultados para o K (relação entre a resistência de ponta e o número de golpes) mostraram uma dispersão entre seus resultados, o que dificulta a determinação e caracterização do solo. O K (relação entre a resistência de ponta e o número de golpes) variou entre 5 e 48, estando situado acima dos valores da literatura para os solos mais conhecidos, sendo que os maiores valores (K da ordem de 10) são para areias. Dessa forma, o material (fragmentos de coral) pode ser considerado mais próximo do solo arenoso, em termos de comportamento de engenharia. O módulo de elasticidade variou de 5 a 33 Mpa, podendo ser classificado pela proposta de Lambe e Whitman (1969) e Felidiani (1982) como material de grãos frágeis a granulares (Tabela 1). A densidade relativa da camada de fragmento de coral está entre 15 e 65%, segundo Skempton (1986), sendo classificada como fofa e medianamente compacta (Tabela 2). Os perfis de resistência total, resistência de ponta, K (relação entre a resistência de ponta e o número de golpes), módulo de elasticidade e densidade relativa estão presentes nas Figuras 1 e 2.

Tabela 1- Módulos de elasticidade secante de areias.

Descrição da areia	E50, em Mpa	
	Fofa	Compacta
Areia de grãos frágeis, agranulares.	14	35
Areia de grãos duros, arredondados.	56	105
Areia basal de São Paulo, bem graduada	10	27

Tabela 2- Densidade relativa (compacidade relativa). Areias naturais normalmente adensadas (Skempton, 1986).

Dr %	**Classificação**
0-15	Muito fofa
15-35	Fofa
35-65	Medianamente compacta
65-85	Compacta
85-100	Muito compacta

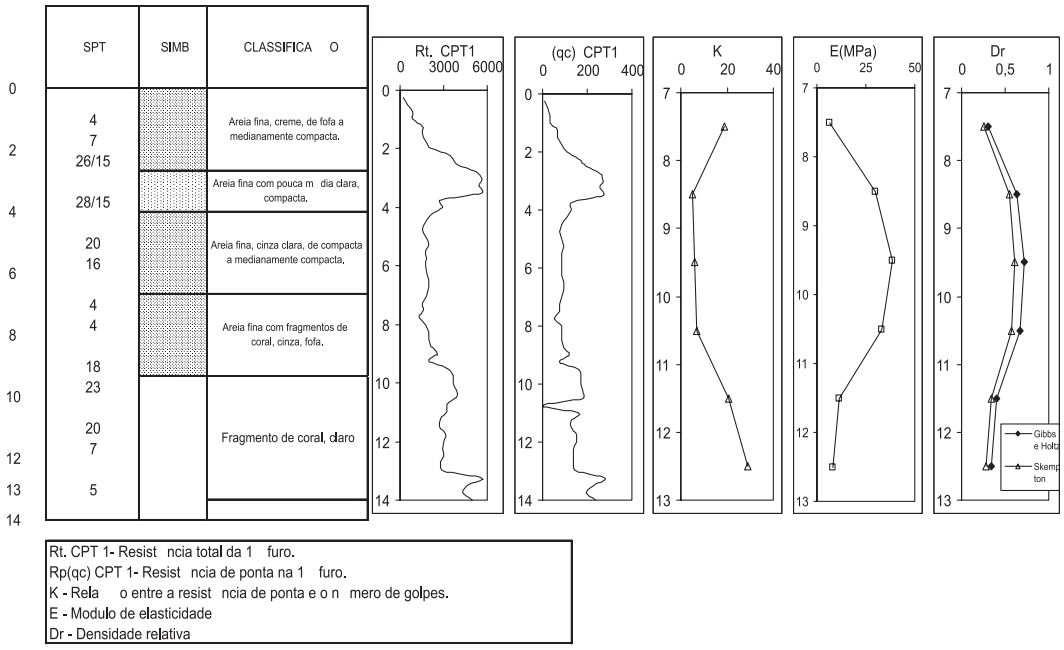


Figura 1 Perfis geotécnicos do 1º furo

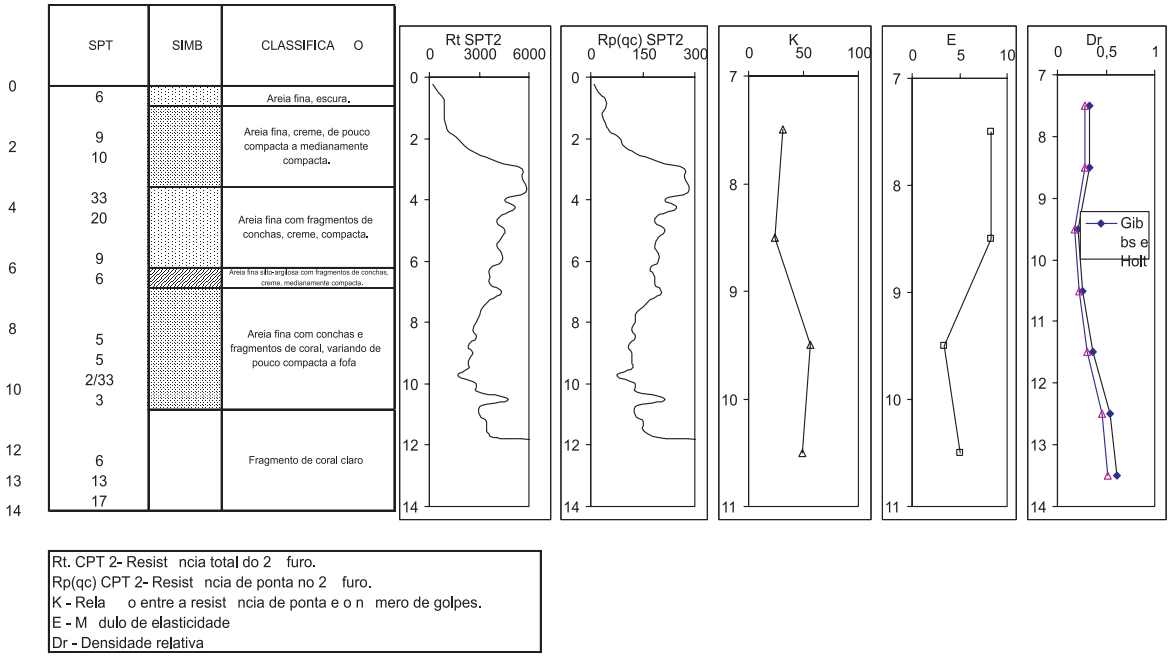


Figura 2 Perfis geotécnicos do 2º furo

Conclusões

Observou-se que, para o solo (fragmentos de coral), há grande dispersão nos valores de K e que os resultados obtidos estão situados acima do limite superior dos valores da literatura. Pelo fato de o material ter parâmetros próximos de areia, o módulo de elasticidade classifica o material como areias de grãos frágeis a granulares. A densidade relativa variou entre 15 a 65%, sendo equivalente à areia fofa e medianamente compacta. Esses parâmetros obtidos a partir de ensaios de campo são importantes para dimensionamento dos elementos de fundação da superestrutura. Este estudo contribui, portanto, para um melhor conhecimento desse material.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao PIBIC-UNICAP pelo apoio financeiro.

Referências

ALONSO, Urbano Rodrigues. **Correlações entre resultados de ensaios de penetração estática e dinâmica para a cidade de São Paulo.** Revista Solos e Rochas, Vol.3, páginas 19 – 25, 1980.

COUTINHO, Roberto Quental; OLIVEIRA, Joaquim Teodoro Romão e CAVALCANTE, Sarita de Paula Pereira. **Exemplos de Problemas Práticos nas Argilas Moles do Recife.** Encontro sobre as propriedades das argilas moles brasileiras – COPPE/UFRJ, 2001;

PINTO, Carlos de Souza. **Curso básico de mecânica dos solos em 16 aulas.** Editora Oficina de texto, São Paulo, 2000.

SCHNAID, Fernando. **Ensaios de campo e suas aplicações à engenharia de fundações.** Editora Oficina de texto, São Paulo, 2000.

HACHICH, Waldemar; FALCONI, Frederico; SAES, José Luis; FROTA, Régis; CARVALHO, Celso e NIYAMA, Sussumu **- Fundações teoria e prática.** Editora Pini, 1998.

ESTUDO BIOQUÍMICO E ULTRA-ESTRUTURAL DE *Aspergillus sp* TERMOFÍLICOS ISOLADOS DE SOLOS CONTAMINADOS COM PETRÓLEO

Hélder Elísio Evangelista Vieira[1]; Aline Elesbão do Nascimento[2]

[1] Estudante do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2] Professora do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia, Participante do Grupo de Pesquisa Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular, E-mail: elesbão@unicap.br

Resumo

Os fungos apresentam característica notável em relação à sobrevivência em diferentes ambientes. Ambientes poluídos ou contaminados com agentes xenobióticos representam uma forma de indução de novos mecanismos metabólicos para desenvolvimento/crescimento de microrganismos. Tais ambientes induzem a expressão de metabólitos secundários com alto potencial de aplicação na indústria e na biotecnologia. O gênero *Aspergillus* é constituído por espécies com potencial para produção de enzimas, vitaminas e ácidos orgânicos. As oxidases são enzimas associadas ao metabolismo de substratos naturais e estão, adicionalmente, associadas à degradação de xenobióticos. A presente proposta visa à obtenção de isolados de *Aspergillus* do solo do Porto do Recife contaminado com petróleo e à exploração de suas habilidades na expressão de fenoloxidases. Foram obtidos cinco isolados, os quais foram inoculados em diferentes meios e submetidos a diferentes temperaturas de incubação. Inicialmente, a habilidade de crescimento, para produção de oxidases, dos isolados foi testada com a utilização dos indutores ABTS, Ácido Tânico e Amarelo Remazol, sob as temperaturas de 28^{0}C, 35^{0}C, 45^{0}C e 55^{0}C. As temperaturas de 28^{0}C e 35^{0}C foram selecionadas para testes de formação de halo na atividade das oxidases. Os resultados apontaram diferentes comportamentos de crescimento, relacionados ao meio e à temperatura de incubação.

Palavras-chave: *Aspergillus*; xenobióticos; fenoloxidases.

Introdução

Os microrganismos são essenciais para o meio ambiente e contribuem para a estabilidade de ecossistemas. Representam a principal forma de ciclagem de compostos químicos, incluindo a degradação de poluentes de origem industrial e uma parte em expansão da economia mundial, e de grande interesse, especialmente para a indústria. A possibilidade de que esses organismos fossem uma fonte rica de metabólitos comercialmente viáveis e altamente lucrativos levou ao desenvolvimento de estudos e procedimentos para o isolamento e cultivo, visando à melhoria da produção em larga escala. Desde então, um grande número de metabólitos tem sido alvo de estudos (1, 3, 4). A habilidade notável de degradação de compostos por microrganismos é conseqüência da evolução dos sistemas enzimáticos, os quais vêm coexistindo, durante bilhões de anos, com uma enorme variedade de substâncias naturais de diferentes origens.

Enzimas microbianas apresentam uma série de vantagens sobre equivalentes de origem animal ou vegetal, tais como custos de produção relativamente baixos, susceptibilidade de produção em larga escala em fermentadores, espectro amplo de características físico-químicas de diferentes moléculas,

Projeto: Aspectos Bioquímicos e Ultraestruturais de Amostras de *Aspergillus* Termofílicos Isoladas de Solos Contaminados com Petróleo. **Órgão financiador**: CNPq/CTPETRO; FINEP; UNICAP, PRONEX.

geralmente relacionadas ao habitat e à fisiologia do organismo produtor, susceptibilidade de manipulação genética e representam um recurso renovável (1, 3, 4, 5, 6, 8).

A atividade combinada de microrganismos nos biotratamentos para minimização ou eliminação de poluentes resulta na estabilização de agentes aromáticos. Os microrganismos responsáveis pela biodegradação de tais compostos podem ser selecionados de diferentes fontes naturais. Tal ação microbiana é de extrema importância para as tecnologias da biorremediação. A grande questão em discussão está em como os microrganismos se adaptam à utilização de moléculas xenobióticas, e resulta na busca e na identificação de microrganismos com potencial de atividade (3, 5, 6, 7, 9, 10). As fenoloxidases representam um grupo de enzimas envolvidas no metabolismo secundário. As reações catalisadas por essas enzimas estão relacionadas a mudanças nas propriedades das paredes celulares dos fungos (aumento de impermeabilidade e força hidrostática), interações intercelulares e remoção/detoxificação de certos metabólitos secundários. Pesquisas recentes conduziram a identificação de diversas fenoloxidases em fungos. Tais enzimas são divididas em dois subgrupos: lacases e catecol oxidases (tirosinase). A atividade reguladora das fenoloxidases no desenvolvimento de fungos das Classes Basidiomycetes e Ascomycetes tem sido revelada. Correlação entre condições ambientais e expressão das enzimas também tem sido apresentada (2, 4, 5, 8). O uso do microscópio eletrônico como ferramenta, na pesquisa biológica, tem modelado e alterado os conceitos da estrutura celular e o entendimento do papel de organelas no comportamento celular. As descobertas, que resultam da utilização da microscopia eletrônica, têm influenciado a biologia moderna (4). Os fungos têm sido utilizados para o tratamento de resíduos e rejeitos industriais e urbanos. O potencial de uso reside em seu arsenal enzimático, produzido em resposta ao ambiente e secretado como metabólito secundário (5, 6, 10). Os fungos do gênero *Aspergillus* são sapróbios de distribuição universal, filamentosos e produzem esporos encontrados na atmosfera durante todas as estações do ano. O gênero *Aspergillus* possui um vasto número de espécies e tem sido empregado em processos industriais, além de sua importância médica. *Aspergillus* é um grupo de fungos disperso mundialmente. Espécies de *Aspergillus* têm sido descritas como um organismo modelo importante para estudos genéticos e de biologia celular, pois possui um sistema genético convencional bem caracterizado, amplamente utilizado em estudos que abordam mutações e regulação genética, sendo empregado em diversos testes para substâncias genotóxicas. Espécies do gênero são adicionalmente utilizadas para a produção de enzimas degradadoras de polissacarídeos de paredes celulares de vegetais, como por exemplo, celulase, xilanases, glucanases, pectinases (1).

A presente proposta encerra como perspectivas a integração de descrições baseadas em estudos associados ao comportamento bioquímico e fisiológico de amostras de Fungos do gênero *Aspergillus sp* e estratégias experimentais de forma a permitir: o teste de hipóteses sobre a função da biodiversidade em ecossistemas impactados pela presença de petróleo; análise das características fenotípicas relacionadas à atividade de enzimas envolvidas na via metabólica de degradação de petróleo e seus derivados bem como a avaliação do comportamento celular frente a alterações da temperatura, outro fator preponderante nas respostas frente à presença do petróleo.

Metodologia

Meios de Cultura: Yeast Mold Agar (crescimento e manutenção); ABTS Agar (testes fenoloxidases); Guaiacol; Ácido Tânico e Amarelo Remazol

Métodos de Cultivo e Isolamento de Fungos - As amostras de solo oriundo do Porto do Recife foram submetidas ao isolamento de fungos filamentosos, utilizando o meio de cultura – YMA, com antibiótico (cloranfenicol). As culturas foram incubadas a 28°C e acompanhadas durante 15

dias. Após o surgimento de colônias, lâminas foram preparadas com a adição de clarificante e coradas com o azul de metileno e observadas em microscópio óptico (Zeiss, standard 20). Caracteres macroscópicos e microscópicos, como por exemplo, forma, tamanho, cor da colônia e a formação de estruturas de reprodução foram considerados para a identificação dos espécimens.

Estimativa de Crescimento em Meio Padrão - o comportamento do crescimento dos isolados foi estimado em termos do diâmetro das colônias em Meio YMA, pH 5,8 ao longo de 336 horas (15 dias), sob as temperaturas de 28ºC, 35ºC, 45ºC e 55ºC. Placas de Petri foram inoculadas com discos de ágar com 5mm de diâmetro, contendo micélio ativo, previamente cultivado em YMA durante 5 dias. Os testes foram realizados em triplicata.

Estimativa de Crescimento em Meios Contendo Diferentes Substratos para Oxidorredutases (ABTS, Guaiacol; Ácido Tânico e Amarelo Remazol, (2)) - placas de Petri, contendo os diferentes substratos foram inoculadas com discos de agar, 5mm de diâmetro, contendo micélio ativo, previamente cultivado em YMA durante 5 dias. O crescimento foi acompanhado pelo diâmetro das colônias formadas durante 15 dias, nas temperaturas de 28ºC, 35ºC, 45ºC e 55ºC. O diâmetro das colônias foi determinado a cada 24 horas de intervalo. Os testes foram realizados em triplicatas.

Avaliação da Atividade de Fenoloxidases em Meio Indutor (2) - A atividade extracelular de fenoloxidases foi também avaliada pela habilidade de formação de halos. Amostras de 20 microlitros de sobrenadante, coletados durante o cultivo em meio ABTS e YMA, foram inoculadas em poços perfurados em placas contendo o meio indutor com ABTS. As placas foram observadas a cada 24 horas, durante 14 dias, sob as temperaturas de 28ºC, 35ºC, 45ºC e 55ºC. Os halos formados foram medidos em milímetros. Os resultados foram realizados em triplicatas.

Análise Ultra-estrutural – através da microscopia eletrônica de varredura

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos em relação à identificação de fungos do grupo *Aspergillus* permitiram identificar 5 isolados. As avaliações permitiram identificar as características morfológicas dos isolados.

A análise dos resultados obtidos para o crescimento, como determinado pelo diâmetro das colônias, em meio padrão – YMA, permitiu observar que alguns isolados exibiram maior rendimento de crescimento sob as mesmas condições de cultivo. Mesmo com a aplicação de condições idênticas para o cultivo, os isolados de *Aspergillus* obtidos a partir do solo do Porto do Recife exibiram comportamentos distintos frente às condições padrões utilizadas no presente trabalho. Por outro lado, todas as amostras exibiram crescimento em meio contendo ABTS. Contudo, diferenças de rendimento no perfil de desenvolvimento das colônias foram detectadas entre os isolados. Adicionalmente, verificou-se o efeito da temperatura sobre o desenvolvimento das colônias dos diferentes isolados. Ressalte-se que nenhum dos isolados estudados nas condições experimentais aplicadas exibiu crescimento nas temperaturas de 45 ^{0}C e 55 ^{0}C.

Quando cultivados em presença de Guaicol, os isolados de *Aspergillus* não exibiram crescimento sob nenhuma das temperaturas testadas. Os ensaios de cultivo em meio contendo Ácido Tânico e Amarelo Remazol apresentaram resultados negativos para o crescimento dos isolados sob as temperaturas de 35 ^{0}C, 45 ^{0}C e 55 ^{0}C. Contudo, para a temperatura de 28 ^{0}C, os isolados exibiram comportamentos distintos de crescimento das colônias.

Testes para a atividade fenoloxidase extracelular dos sobrenadantes de cultura em meio YMA, inoculados em meio ABTS, revelaram a expressão da atividade enzimática ao longo do período experimental em todos os isolados testados. Contudo, variações quanto à expressividade foram observadas em função do diâmetro dos halos obtidos como função do tempo de cultivo e do isolado. Paralelamente, o efeito da temperatura de incubação foi observado. As maiores atividades foram determinadas para as amostras incubadas a 28 ^{0}C. Os resultados da atividade

das fenoloxidases, nos sobrenadantes de culturas dos isolados cultivados em meio líquido contendo ABTS, e coletadas durante o período de crescimento (15 dias), incubadas nas temperaturas de 28 ^{0}C e 35 ^{0}C, permitiu observar que os sobrenadantes testados exibiram as maiores atividades, como determinado pelo diâmetro dos halos obtidos, para as duas temperaturas quando comparado com aqueles obtidos para os sobrenadantes coletados em meio YMB. Contudo, a temperatura de 28 ^{0}C propiciou a expressão das maiores atividades para todos os isolados.

A avaliação da estrutura fina permitiu verificar sutis variações entre os isolados e sob o cultivo nos diferentes meios testados.

Conclusões

Os resultados obtidos permitem concluir que:
cinco isolados de *Aspergillus spp* foram obtidos; # os isolados exibem diferenças em relação ao crescimento em meio padrão YMA; # em presença de ABTS, os isolados exibiram diferentes comportamentos de crescimento; # a temperatura de incubação influenciou o crescimento dos isolados, nos meios testados, nenhum isolado exibiu crescimento sob as temperaturas de 45 ^{0}Ce 55 ^{0}C; # os isolados não exibiram crescimento em presença de Guaiacol; # o cultivo em Ácido Tânico e em Amarelo Remazol ocorreu apenas para a temperatura de 28 ^{0}C; # os isolados exibiram a habilidade de expressar fenoloxidases, como observado pela oxidação do indutor; # os isolados expressam atividade fenoloxidase extracelular; # o cultivo prévio em meio com indutor (ABTS) estimulou uma maior expressão enzimática nos isolados; # os isolados exibiram perfis distintos de atividade para as fenoloxidases; # o isolado G7 exibiu maior crescimento em todos os meios testados e as maiores atividades; # a temperatura de 28 ^{0}C foi aquela na qual ocorreu maior crescimento, bem como favoreceu a maior expressão enzimática; # diferenças na ultra-estrutura são observadas em função do isolado e do meio de cultivo.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa de Base de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco, pela concessão da Bolsa; ao CNPQ, Pronex e FINEP.

Referências

1. AINSWORTH, G.C. Introduction and Keys to Higer Taxa. In Ainsworth G.C., Sparrow, F.K. & Sussman, A.S., eds. **The fungi**. **An advanced treatise**. Academic press, New York. n. 4b, p. 1-7. 1973.
2. ARORA, D. S.; GILL, P. K. Effects of Various Media and Supplements on Laccase Production by Some White Rot Fungi. **Bioresource Technology**. n. 77, p 89-91. 2001.
3. ATLAS, R.M.; BARTHA, R. **Microbial Ecology**. **Fundamentals and Application**s. 3 ed., The Benjamin/Cummings Publ. Co., Inc., CA, USA. 1992. 563p.
4. BROCK, T.D.; MADIGAN, M.T.; MARTINKO, J.M.; PARKER, J. **Biology of Microorganism**s. 7 ed., Prentice Hall, NJ, USA. 1994. 909 p.
5. CERNIGLIA CE. Fungal metabolism of polycyclic aromatic hydrocarbons: past, present and future applications in bioremediation. **Journal of Microbiology and Biotechnology**, n. 19, p. 324-333. 1997.
6. CLEMENTE, AR., ANAZAWA, T. A . DURRANT, L. R. Biodegradation of Polycyclic Aromatic Hydrocarbons by Soil Fungi. **Brazilian Journal of Microbiology**, n. 32, p. 255-261. 2001.
7. FELLENBERG, G. **Introdução aos Problemas da Poluição Ambiental.** Ed. Pedagógica e Universitária. São Paulo. 1990. 231p.
8. JOHANNES C, MAJCHERCZYK A. Natural mediators in the oxidation of polycyclic aromatic

hydrocarbons by laccase mediator systems. **Applied Environmental Microbiology,** n. 66, p. 524-528, 1999.

9. KERRY, E. Bioremediation of Experimental Petroleum Spills on Mineral Soils in the Vestfold Hills, Antarctica. **Polar Biology**, n. 13, p. 163-170. 1993.
10. MADSEN, E.L. Determining *In Situ* Biodegradation. Facts and Challenges. **Environmental of Science Technology**, n. 25, p. 1663-1673, 1991.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS NARRATIVAS DELIRANTES DE SUJEITOS PORTADORES DE ESQUIZOFRENIA INTERNOS NUM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO.

Kátia de Carvalho Meira[1] ; Moab Duarte Acioli[2].

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: kátia_carvalho4@hotmail.com
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa de Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial. E-mail: mbacioli@uol.com.br.

Resumo
O objetivo deste trabalho é comparar as narrativas delirantes de sujeitos portadores de esquizofrenia, de ambos os sexos, tentando contextualizar a suposta incompreensibilidade do sintoma com a história de vida e de tratamento dos sujeitos. Foram realizadas entrevistas semidiretivas com quatro pacientes homens e quatro pacientes mulheres internados no Hospital Ulysses Pernambucano (SUS/PE), especializado em transtornos mentais. Os resultados foram trabalhados na perspectiva de estudo de caso por conta das possibilidades de aprofundamento do conteúdo imaginário e simbólico. Pode-se observar que as narrativas expressam profundas transformações no ser desses sujeitos. As relações familiares são intensas na polaridade do amor e do ódio, os discursos deslizam em metáforas muitas vezes herméticas, havendo predomínio de temáticas persecutórias, de grandeza e místicas. São tentativas de reconstrução do mundo da vida, representado por uma memória de experiências fragilizadoras.

Palavras-chave: saúde mental, psicose, discurso.

Introdução

Jaspers (1979) observa que, mesmo sendo de conteúdo improvável ou impossível, a certeza absoluta do paciente portador de delírio torna refratária qualquer argumentação contrária, Além disso, nos casos de esquizofrenia, os delírios são incompreensíveis no seu nexo de causalidade.
Para se chegar à essência daquilo considerado incompreensível, será utilizada uma análise das narrativas dos pacientes, muitas delas evidentemente descritivas. Segundo Granger (1989), diante do caos fenomênico, a primeira medida de organização cognitiva é qualitativa, ou seja, descrever para depois conceituar. Em seguida, são utilizados recursos quantitativos, o contar ou o medir esses conceitos presentes nas descrições narrativas.
Outra possibilidade de estruturação dos conceitos é classificá-los. Nobre de Melo (1979) agrupa os principais tipos de delírios presentes nas psicoses, o que inclui a esquizofrenia: A) Grupo I — Temas persecutórios e de retração do eu ante o mundo:
(1. de Perseguição; 2. de prejuízo; 3. de autoreferência; 4. de influência; 5. de possessão). B) Grupo II — Temas relacionados com a expansão do eu ante o mundo: (1. de grandeza (a. genealógico; b. mítico; c. erótico. d. de invenção ou de reforma); 2. De ciúme; 3. de reivindicação). C) Grupo III — Temas relacionados com anulação, aniquilamento e negação do eu; (1. hipocondríacos. 2. de negação e transformação. 3. de auto-acusação. 4. de ruína. 5. de culpabilidade).

Projeto: O Campo de Pesquisas em Saúde Mental. **Órgão financiador**: Pibic/Unicap.

As narrativas delirantes, envolvendo temas centrípetos (dirigidos ao eu), centrífugos (expansão do eu) ou de aniquilamento do eu são produtos de uma consciência que não é uma *tabula rasa* diante do que se vive nas experiências. Trata-se de um movimento de encontro entre a subjetividade que pensa ou imagina e a objetividade do seu produto, o pensamento ou a imaginação. São resultados de uma consciência que não é vazia, pois é sempre consciência de algo a poder se tornar reificado, como no caso da produção delirante, em que a imagem, como na alucinação, também ocupa o lugar do real (HUSSERL, s/d; SARTRE, 1996).

Nesse sentido, estudar essas narrativas é tentar superar o ruído na comunicação entre a lógica da razão e aquela da desrazão, numa polaridade entre o que está e o que não está excluso socialmente. (NOVAES, 1995).Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é compreender comparativamente as narrativas delirantes de sujeitos portadores de esquizofrenia, internos num hospital psiquiátrico da Rede SUS em Recife, Pernambuco. Os objetivos específicos são descrever as temáticas formais e de conteúdo do processo delirante de pacientes esquizofrênicos em tratamento num Hospital Psiquiátrico; interpretar de forma comparativa o conteúdo dessas temáticas delirantes de acordo com o sexo; contextualizar o sentido dessas narrativas delirantes com a história de vida e dos tratamentos do sujeito portador de esquizofrenia.

Metodologia

1) Campo: a pesquisa foi realizada em enfermarias masculina e feminina do Hospital Ulysses Pernambucano (SUS/PE), no período de janeiro a março de 2004.

2) Sujeitos: foram entrevistados oito pacientes (quatro homens e quatro mulheres), todos apresentando o diagnóstico de esquizofrenia.

3) Instrumentos: foi utilizado um roteiro de entrevista semidiretivo e realizada uma análise de conteúdo temático (MINAYO, 1999). A apresentação dos dados foi realizada como estudos de caso, estratégia que permite contextualização, aprofundamento e tipificação da realidade. (LAVILLE&DIONNE, 1999).

4) **Aspectos Éticos**: a pesquisa deve contar com a decisão voluntária dos sujeitos em participarem. Para isso, são informados dos objetivos da pesquisa e convidados a assinarem um termo de consentimento.

Resultados e discussão

São esses os resultados do atual estado de arte da fase de análise do presente trabalho, relativos ao componente masculino. Há um enfoque nas narrativas de três casos referentes à história de vida, história do tratamento e delírios.

Caso 1. Paciente de 45 anos de idade, católico, solteiro, refere ser "*estéril (e que) o amor pra mim não é tudo. Eu tenho amor a minha arte*" (E1-12) (...)*eu executo o espírito da arte da vida.* (E1-8). Esse espírito de prática da vida não é compreendido pelos familiares, justificando as internações serem consideradas como "*problema político"*(E1-1). Assim ele narra: "*Eu me sinto meio represo da minha liberdade das coisas que eu posso fazer do movimento"*. (E1-3). Além disso, "*esse Haldol, me prejudica de vez em quando eu dou um circuito é o Haldol."* (E1-15). Nesse "movimento da arte da vida" são encontrados os seguintes delírios. A) Delírio de invenção: desenha projetos de máquinas referindo serem: "*Os inquirvos do IML (...) É superência de danos, de equívocos, quer dizer morre um aqui vai pro IML, (e esta máquina) dá o refluxo dos danos das digitais de quem matou o elemento*." (E1-6); B) Delírio de perseguição: "*Doutora, até agora eu fiz uma porção de máquinas lá em casa, quando eu estou fazendo mais eu já estou sabendo*

da sabotagem (...)Eu dei uma planta a ele em alemão, ele disse: —A., quem sabe demais hoje ele sofre (...) Aí me levou pro Hospital (...)fiz outra planta, repetíamos nova análise medicional" (E1-14). C) Delírio de inteligência: Lembra-se da infância: "*Eu fui à escola com cinco anos de idade (...),aí (a professora) A. vá para o quadro e faça uma conta. Eu fiz de primeiro mundo, um, dois, quatro, um, três, diminuindo amplo análise posição 0, 7, W, 6 menos 1. Sabe fazer essa conta professora? Sei não. A.. Tu não tem necessidade, tu tá dando aula pra mim. Aí eu saí do primeiro grau"*.(E1-18).

Caso 2. Paciente de 24 anos, solteiro, evangélico, refere na sua história de vida que era um "*príncipe*", sendo feliz ao lado do amor da mãe. (E2-6) Começou a trabalhar com 16 anos de idade como "*capatazia*": "*Viajava pelo bairro da cidade, espalhando amor (...) tudo era bom pra mim*". (E2-8). Atualmente, refere: "*Eu tento vencer a morte e nesse momento eu vou vencer, tá vencido e quanto eu viver eu vou ser sempre artista*".(E2-6). Em se tratando da história do tratamento, alega que veio se internar , "*por causa do meu pai (...) ele me fez muito mal (...) num soube conhecer o filho que tem (...) Ele não me respeita bem.*" (E2-1) Não aceita a medicação, alegando que "não sentia nada, somente depois que tomava o remédio. "*Eu num sou obrigado, ninguém me obriga a ser aviciado por remédio, nem todo o meu poder eu entreguei ao pai*." (E2-4). Por fim, em relação às temáticas delirantes destacam-se: A) Delírio de Perseguição: "*O satanás está querendo me ganhar, me vencer, mas eu digo uma coisa, embora que o céu fosse recuperar tudo de satanás, eu vencia ele na maior facilidade, com meu poder. Ele já está destruído*" (E2-7). B) Delírio de incorporação: "*O primeiro e o último filho de Deus! Foi o que me incorporou, e eu estou incorporado como carne, osso, sangue e espírito. Do meu pai, do Espírito Santo, Jesus Cristo, Jesus Cristo é o poder de Deus*." (E2-15) C) Delírio de grandeza: "*Eu não sou escolhido, eu que escolho Deus, ser meu pai*." (E2-10). D) Delírio de reforma: A sua missão é: "*Salvar a humanidade das mãos do inimigo*." (E2-7).

Caso 3. J.S.N., solteiro, católico, agricultor. Nasceu em Nova Jerusalém, afirmando morar em "*outras casas, porque tem família de carne (...) Tenho filhos, me amarrei e virei estrela do céu*." (E3-5) Seus filhos são da mesma idade que ele: "*Trezentos séculos*", pois ele é "*filho de santo de ressuscitar morte*" . Responde que seu pai era "*Deus do céu que fez o mundo e Maria de Nazaré*." Existe uma forte identificação com Jesus Cristo: "*Eu aqui e Jesus Cristo lá, ele me vê eu vejo ele, conversa comigo , eu converso com ele. É porque somos irmão, a morte da gente de meus três e trezentos irmãos, que é mais de dois mil em Nova Jerusalém, trabalhando em Nova Jerusalém, pois tudo morre de cruz sabe?*". (E3-6). Sobre a história do tratamento, mostra-se reticente: "*Porque o padre já disse a você. A igreja é minha e eu me pronuncio a ela, num é a idéia dos outros não (...) a senhora num tava lá?*". (E3-1) Lembra-se de que tanto ele quanto o irmão eram santos: "*Quando meu irmão teve umas vezes internado aqui dentro, aqui dentro não, dentro do hospital, ele era anjo como eu, ou melhor, mas depois que ele conheceu uma alma ruim, uma espécie de zarrim que vivia. Foi traído, depois Jerusalém virou. Era casado, tinha espaço pras minhas coisas, tinha espaço pras coisas dele*." (EE3-13) Lembra-se também da violência policial:"*Aí chegou uma polícia covarde, saí do meu serviço, fui pra igreja, botaram algema na minha mão e do meu irmão,aí meu irmão quebrou essa algema, aí veio outra algema, ele não conseguiu quebrar mais.*" (E3-7) Em se tratando das temáticas delirantes são encontrados: A) Delírio místico:"*Eu fui enviado por Deus não, eu tava enviado por Jesus na minha Igreja pra ressuscitar meus mortos (...) A gente ressuscitou o pessoal do Recife, com ordem de nosso irmão, o Cristo. A gente ressuscitou mais da metade do mundo inteiro*" (E3-7); B) Delírio de poder: "*Sou Presidente do governo municipal*" (E3-10); C) Delírio de perseguição: Narra existir um

"médico barbudo lá do (...) que está me perseguindo. Esse computador aí sabe, gravou aí" (E3-9).

Conclusões

As conclusões parciais revelam que as narrativas delirantes, nesses casos de esquizofrenia, são expressão de uma profunda metamorfose do ser desses sujeitos: o imaginário ocupa um lugar prioritário. Nos casos até agora analisados, destacam-se relações intensamente amorosas ou odiosas com membros da família, sendo o tratamento compreendido como punição. Destacam-se também os efeitos colaterais das medicações antipsicóticas ministradas no serviço. Essas temáticas envolvem a percepção da identidade, da memória e enredos sistemáticos nas quais são visualizadas principalmente os seguintes grupos de delírio: a) perseguição: as forças do mal representadas por Satanás ou, num caso, pelo próprio médico; b) grandeza: expressa através de uma supervalorização da inteligência e principalmente na relação mística de incorporação ou de identificação plena com a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo; c) reconstrução: parece adequar-se a um processo de reparação do universo esquizofrênico, através de missões de salvação da humanidade ou de criação tecnológica fantástica. Trata-se de uma narrativa com linguagem em que existem vários deslizamentos de sentido, a ponto de serem criados novos termos: superência, capatazia, inquirvos, entre outros.Provavelmente, os delírios são tentativas de reconstrução simbólica do mundo da vida, sendo ilustrativa a expressão de um paciente de ser ele "quem escolhe Deus por meu Pai".

Agradecimentos

Agradeço a todos os pacientes que me ajudaram não só a desenvolver essa pesquisa, mas também a compreender e penetrar nesse universo tão rico e precioso que é a mente humana e aos organizadores do PIBIC.

Referências

GRANGER, G. G. **Por um conhecimento** filosófico. Campinas: Papirus Editora, 1989.
HUSSERL,E. **Meditações cartesianas**. Porto: Rés-Editora, s/d.
JASPERS, K. **Psicopatologia geral**. V.1 Rio de Janeiro: Atheneu, 1979.
LAVILLE, C. & DIONNE, J. **A construção do saber**. Porto Alegre: Artmed,1999.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
MELO, A. L. N.. **Psiquiatria.** Rio de Janeiro: civilização brasileira: FENAME, 1979.
NOVAES, M. **Os dizeres nas esquizofrenias**. Tese de doutorado apresentada no IEL/Unicamp. Campinas (xerox),1995.
SARTRE, J.P. **O imaginário**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ESTUDO DA CINÉTICA E GEOMETRIA DE TUMORES

Rosa Helena Monteiro de Oliveira[1]; Francisco Luiz dos Santos[2]

[1]Estudante do curso de Bacharelado em Física com ênfase em Física Médica do Departamento de Física do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Física do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa em Física Médica e Computacional. E-mail: chico@unicap.br

Resumo
Neste trabalho visamos encontrar parâmetros geométricos que foram utilizados na classificação de imagens semelhantes a tumores celulares. Descreveremos os resultados obtidos com o estudo e a aplicação do método de "contagem de caixas" para a determinação da dimensão fractal de imagens e de um novo parâmetro, definido por nós, que relaciona o tamanho da borda da imagem de um tumor com a área contida nesse contorno. Os resultados obtidos demonstram coerência com as previsões empíricas.

Palavras-chave: tumores, parâmetros geométicos, fractais.

Introdução

Procurando entender a cinética do crescimento dos tumores, através do seu estudo morfológico, realizamos estudos de sua geometria, extraindo parâmetros caracterizadores que possam servir ao diagnóstico médico. Um dos fatores que são examinados por profissionais da área de imagens oncológicas é o delineamento das bordas desse tumor. Essa borda geralmente é irregular quando se fala em tumores malignos invasivos. Existem sutilezas que só a mente e o olho bem treinados de um especialista podem detectar para a classificação da gravidade do tumor. No entanto, existem parâmetros geométricos "escondidos" para o olho humano que podem ser extraídos com técnicas e com o desenvolvimento de novos parâmetros implícitos. Um desses parâmetros que estudamos é a dimensão fractal da figura bidimensional formada pela imagem médica do tumor. Como outro parâmetro numérico que refletisse um pouco do que o olho treinado do médico vê e que seria importante que fosse quantificado, criamos o parâmetro "c". O parâmetro "c" mede a relação entre o tamanho da borda de um tumor e a superfície preenchida por ele na imagem. Para se conhecer a medida da borda e da área de figuras irregulares, tumores, por exemplo, utilizou-se o método da contagem de caixas. Esse método foi utilizado também na obtenção de outros parâmetros desenvolvidos no decorrer do trabalho.

Metodologia

Realizamos uma revisão bibliográfica do método de contagem de caixa (REIS, 2001) para as várias atividades que envolviam medir áreas e comprimento de linhas de pixels em imagens. Foram realizados vários testes em papel milimetrado, uma vez que o objetivo, nessas atividades, que faz parte de um projeto maior, é puramente matemático e não computacional. As imagens criadas para testes foram pintadas sobre o papel com tinta que deixava uma certa transparência para a contagem de pixels. Foram preparadas diversas imagens de padrão irregular, lembrando formas da natureza. Depois foram extraídos dessas imagens parâmetros como a dimensão fractal e a relação entre borda e área ocupada.

Método da Contagem de caixa

O método da "contagem de caixas" consiste em dividir uma figura plana irregular qualquer em pequenos quadrados de mesma dimensão (caixas). Usamos papel milimetrado para isso. Cada milímetro quadrado do papel milimetrado é considerado uma 'caixa'. Todas as caixas 'pintadas' fazem parte da figura e são contadas. Caixas que não são completamente pintadas só serão consideradas se tiverem pelo menos metade preenchida. Caso essa figura tenha poros ou furos, para obter o valor da área, não contamos as caixas dentro desses poros ou furos e as bordas internas são também contadas como borda da figura. Esse método foi utilizado para medir o comprimento da borda de figuras e a área por ela delimitada. Essas medidas são utilizadas para o cálculo dos parâmetros desenvolvidos a seguir.

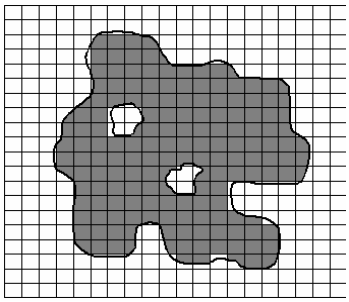


Figura 1 Forma irregular com furos e poros sobre uma matriz quadriculada representando um espaço mapeado por pixels para a determinação da massa central e dos pixels da borda.

Na Figura 1, dos 400 quadrados da matriz foram consideradas 167 caixas englobadas pela figura irregular, das quais 130 estão completamente pintadas e 37 estão com pelo menos metade da caixa pintada. Para o cálculo da borda foram consideradas 58 caixas. De fato, as caixas consideradas ocupadas são aquelas preenchidas acima da metade de sua área, o que foi determinado visualmente.

Definição de novos parâmetros para caracterização de figuras irregulares

1° parâmetro: relação entre o raio e a área da figura

Este parâmetro consiste na determinação da razão entre raio médio, obtido a partir do centro médio da figura e sua área. Primeiramente, definimos o centro da figura baseado em relações do centro de massa. Depois definimos uma distribuição de raios a partir desse centro em ângulos regulares. A média aritmética desses raios será utilizada para o cálculo da razão (raio médio)/ área. Em uma imagem, essas medidas podem ser obtidas através do método da contagem de caixas. Com a criação desse parâmetro, o nosso objetivo é determinar o grau de esfericidade de uma figura irregular, o qual não é simplesmente substituído por outros já bem estabelecidos, como a excentricidade, utilizada para medir a relação entre o grau de distância da forma de uma elipse, tendo a circunferência como a figura não excêntrica.

2° parâmetro: relação entre o perímetro da figura e sua área

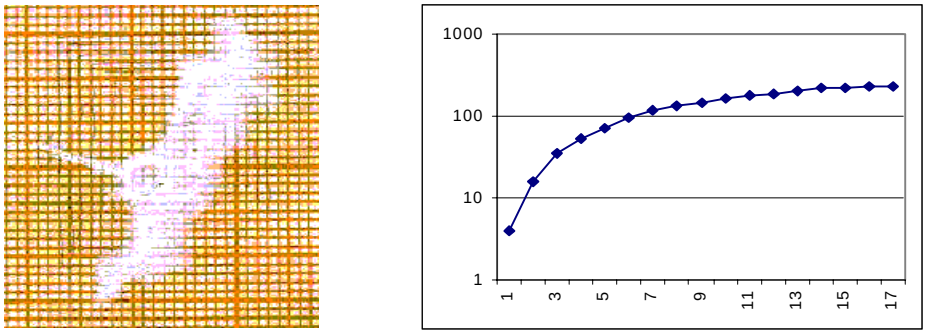
Chamamos esse parâmetro de "c" por razões não-científicas, mas apenas casuais. Esse parâmetro mede o grau de ramificações, protuberâncias ou porosidade de uma figura plana. Sua media é feita pela razão entre o quadrado do perímetro ou da borda de uma figura e a área ocupada por esta figura:

$$c = \frac{b^2}{A}$$

onde b é o comprimento da borda e A a área ocupada pela figura, considerando-se apenas os pixels ocupados. Portanto é levado em consideração que a figura pode ter poros ou buracos.

Resultados e Discussão

As imagens com formas fractais sobre papel milimetrado apresentadas nas Figuras 2, 3 e 4 foram obtidas artificialmente com tinta sobre papel. Essas formas se assemelham a imagens médicas de tumores.

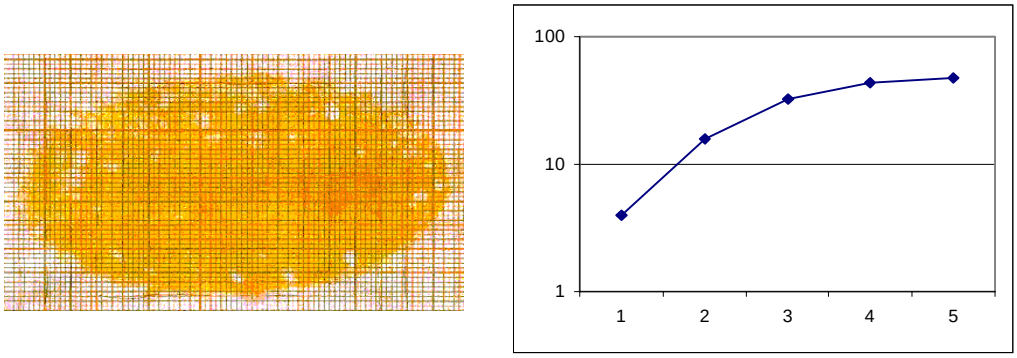


(a) (b)

Figura 2 a) Forma irregular alongada pintada com derramamento de tinta solúvel em água e espalhada com jato de ar sobre papel milimetrado. b) Gráfico do raio (eixo horizontal) da forma irregular, determinado a partir do centro escolhido para a figura irregular, e da área (eixo vertical) ocupada por pixels pintados coberta pelo raio

A Figura 2b é de um gráfico logarítmico, através do qual foi possível obter a dimensão fractal, d = 1,5, da Figura 2a e o seu parâmetro C, igual a 45,6. O mesmo tipo de gráfico foi utilizado nas Figuras 3 e 4 para a determinação desses parâmetros. Para a forma da Figura 3a, d = 1,8 e C = 13,8. A forma da Figura 4 resultou em d = 1,6 e C = 9,4.

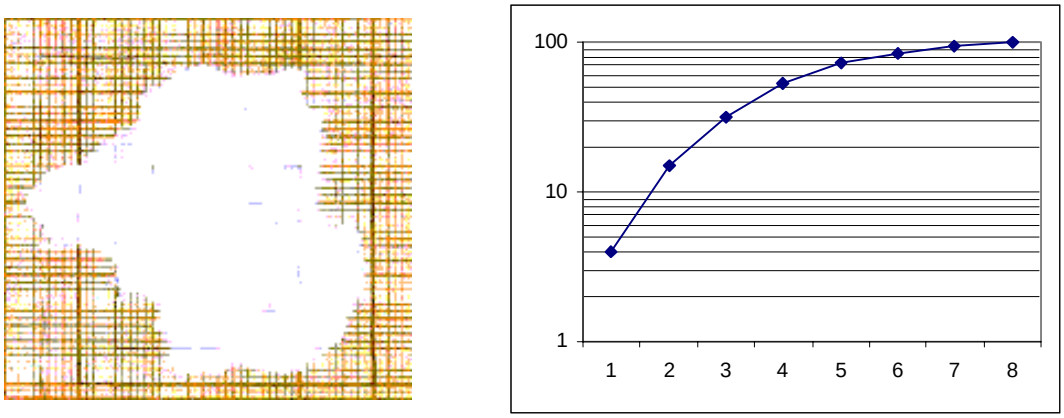
A dimensão fractal da forma menos irregular e invasiva na superfície externa, Figura 3a, como era de se esperar, é a maior, a despeito do número maior de poros internos, levados em conta na determinação desse parâmetro.



(a) (b)

Figura 3 a) Forma irregular ovalada, com furos e poros, pintada com uma esponja de plástico embebida em tinta solúvel em água e carimbada sobre papel milimetrado. b) Gráfico do raio (eixo horizontal) da forma (b), determinado a partir do centro escolhido para a figura irregular, e da área (eixo vertical) ocupada por pixels pintados coberta pelo raio

No entanto, as pequenas irregularidades na superfície da Figura 4a contribuíram para que sua dimensão fractal fosse semelhante, e até um pouco maior, que a da Figura 2a, que nitidamente apresenta uma forma mais invasiva.



(a) (b)

Figura 3 a) Forma irregular ovalada, com furos e poros, pintada com pingos de tinta solúvel em água que se difundiu lateralmente sobre papel milimetrado. b) Gráfico do raio (eixo horizontal) da forma (a), determinado a partir do centro escolhido para a figura irregular, e da área (eixo vertical) ocupada por pixels pintados coberta pelo raio

A relação entre a dimensão fractal dessas figuras e os seus respectivos parâmetros C não é linear. O parâmetro C da Figura 2 é quase quatro vezes maior que os apresentados pelas Figuras 3 e 4. Um teste empírico com a visualização das figuras evidencia que, de fato, o parâmetro C é mais adequado para a medida do caráter invasivo de reentrâncias na forma. Muitos tumores em estágio avançado apresentam protuberâncias dendríticas enraizadas nas vizinhanças, como a forma apresentada pela Figura 2, o que é nitidamente acusado pelo parâmetro C. A dimensão fractal demonstra um nível menor de sensibilidade para esse tipo de teste.

Conclusões

A dimensão fractal pode ser utilizada para classificar formas diferentes quanto ao grau de porosidade e irregularidade, se é compacta ou aerada, um dos aspectos levantados pela análise de imagens de tumores. No entanto, o parâmetro C, definido por nós como sendo uma medida da uniformidade de uma região que tem a forma circular como referência, demonstrou maior sensibilidade para a determinação do caráter invasivo macroscópico de imagens, semelhante a tumores malignos de tecidos infiltrativos.

Agradecimentos

Ao PIBIC-UNICAP por ter oferecido a oportunidade de poder desenvolver uma pesquisa sobre o crescimento dos tumores. Aos colegas, Keyla e Everton, pela disposição em me ajudar nas dificuldades diárias.

Referências

MANDELBROT, Benoit. **Objectos Fractais**. Ciencia aberta. Gradiva, 1997.

MANDELBROT, Benoit B. **The fractal geometry of nature**. 1.ed. New York: W. h. freeman and company, 1999.

GOULD, H., TOBOCHINIK, J. **An Introduction to Computer Simulation Methods**, 2. Ed. New York: Addison Welley Publising, 1996.

REIS, Adriana Neves. **Simulação do Crescimento de Tumores**.. 2001. Dissertação (Mestrado em Computação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2001.

JAMUNDÁ, Teobaldo; WANGENHEIM's, Aldo von. **Transformada de Hough**. Disponível na Internet. Http://www.inf.ufsc.br/~visao/2000/Hough/. Acesso em: 3 de junho de 2004.

ESTUDO DA MICOBIOTA EM SOLO CONTAMINADO COM DERIVADOS DE PETRÓLEO

Aline Alves Barbosa[1]; Kaoru Okada[2]; Galba Maria de Campos Takaki[3]

[1]Estudante do Curso de Ciências Biológicas, Departamento de Biologia, Centro de Ciências e Tecnologia da UNICAP.
[2]Professora do Departamento de Biologia, Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais, Centro de Ciências e Tecnologia. Participante do Grupo de Pesquisa de Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular. E-mail: kao@unicap.br
[3]Professora do Departamento de Química, do NPCIAMB, do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa de Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular. E-mail: takaki@unicap.br

Resumo

Algumas bactérias e fungos possuem a habilidade de degradar derivados de petróleo e, por isso, são utilizados como remediadores em locais impactados por poluentes orgânicos. Esses microrganismos degradam os hidrocarbonetos aromáticos de petróleo (HAPs), pela ação das enzimas peroxidases, cristalizando-os e transformando-os em CO_2 e água. 25 amostras de fungos filamentosos foram isoladas do solo do Porto do Recife, Pernambuco: dessas, 4 amostras não foram identificadas e 21 amostras foram identificadas como sendo pertencentes aos gêneros Aspergillus, Penicillium, Rhizopus com 11, 5 e 6 amostras, respectivamente. A identificação foi feita através da observação de suas características morfológicas pelo método de microcultivo e também pela análise das características da colônia, em ambos os casos foi utilizado o meio Batata Dextrose Agar (BDA). Em 23 dessas amostras, foi realizado o teste de degradação dos hidrocarbonetos pireno e naftaleno, utilizando-se placas de poliestireno com 24 cavidades contendo meio mineral acrescido dos hidrocarbonetos pireno e naftaleno e, como padrão, foi utilizada a glicose. Todas as amostras tiveram crescimento relevante no teste de degradação do pireno e naftaleno, porém cresceram melhor no pireno, o que sugere a utilização dos gêneros Aspergillus, Penicillium e Rhizopus na biodegradação deste HAPs.

Palavras-chave: fungos; biodegradação; hidrocarbonetos.

Introdução

A indústria de petróleo é responsável pela geração de altas concentrações de resíduos orgânicos que poluem o solo, rios e mares provocando a deterioração de inúmeros ecossistemas (Lemos et al., 2002). Os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAPs) de baixo peso molecular são degradados rapidamente, comparados com os de peso molecular elevado. No caso das bactérias, as enzimas dioxigenases são as mais importantes dentro do metabolismo dos HAPs, incorporando os dois átomos da molécula de oxigênio, ao anel benzênico. Nos fungos, as monoxigenases incorporam um átomo da molécula de oxigênio reduzindo o outro à forma de água (Fehoo *et al*., 2003). Os fungos filamentosos são capazes de degradar os poluentes alifáticos contaminantes

Projeto: Potencial Biotecnológico dos Microrganismos Termofílicos e Sua Aplicação nos Processos de Degradação e Redução dos Contaminantes Derivados de Petróleo. **Órgãos financiadores**: CNPq-CTPETRO, FINEP, UNICAP.

dos solos (April *et al*., 2000), porém o crescimento desses fungos depende da concentração dos hidrocarbonetos e de seus derivados polares (Ulfig *et al.*, 2003). A degradação do pireno está diretamente correlacionada com o desenvolvimento da biomassa. Os fungos *Penicillium simplicissimum, P. janthinellum, P. funiculosum, P. terrestre* e *Trichoderma harzianum* são candidatos ideais para uma efetiva biodegradação do pireno por utilizarem-no como fonte de carbono (Saraswanthy *et al*., 2002). As espécies *Fusarium solani* e *Rhodotorula glutinis*, segundo Romero *et al*., (2002), também metabolizam o pireno.

A saturação desses poluentes no meio ambiente, seja por acúmulo ao longo do tempo ou decorrente de acidentes de vazamentos, resulta no desequilíbrio ecológico, afetando todos os grupos de organismos de uma determinada área. A fim de contribuir para o conhecimento da micobiota em áreas degradadas, contaminadas com derivados de petróleo, neste trabalho foram isolados e identificados os fungos filamentosos de amostras de solo coletadas na área do Porto de Recife-Pernambuco. Assim como foi estudado o potencial biodegradador de cada isolado, contribuindo, assim, para os estudos de biorremediação de solos poluídos com esses compostos.

Metodologia

O isolamento de fungos foi realizado utilizando o método de diluições sucessivas. 10g de amostra do solo coletado na área do Porto do Recife-PE, foram adicionados a 90 mL de solução salina 0,85% e feitas as suspensões com diluições sucessivas, destas, aliquotas de 0,2 mL foram inoculadas em placas de Petri contendo o meio Batata Dextrose Agar (BDA) com antibiótico (Clorafenicol 0,008%) e incubados à temperatura de 35^0C e 40^0C até o aparecimento de colônias. Após crescimento, as colônias foram repicadas para tubos de ensaio contendo meio Yeast Malt Agar (YMA), constituído de extrato de malte (3g/L); extrato de levedura (3g/L); peptona (5g/L); glicose (10g/L); agar (20g/L), e o pH foi ajustado para 5,8.

Os isolados foram identificados através da observação de suas características morfológicas das amostras (microscópicas e macroscópicas). Para tanto, foram feitos microcultivos em placas de Petri (Ridell, 1950) e cultura em placa de cada amostra.

Para o teste de degradação (Lemos et al., 2002), as amostras foram inoculadas em placas de poliestireno com 24 cavidades contendo, em cada poço, 1,8 mL de meio mineral (NaCl (5g/L), K_2HPO_4 (1g/L), $NH_4H_2PO_4$ (1g/L), $(NH_4)_2SO_4$ (1g/L), $MgSO_4$.7H2O (0,2g/L), KNO_3 (1g/L) e pH 5,6) e 10uL de hidrocarboneto, pireno ou naftaleno. A glicose foi utilizada como controle. Após 7 dias de crescimento, foi observada a capacidade degradativa de cada amostra.

Resultados e Discussão

26 amostras de fungos filamentosos foram isoladas de solo contaminado do Porto do Recife. 22 amostras foram identificadas pelo método de microcultivo como pertencentes aos gêneros *Aspergillus*, *Rhizopus* e *Penicillium* (tabela 1).

Dez isolados do gênero *Aspergillus* (PR4-8, PR4-6, PR2-020-D, PR3-6, PR4-020-E, PR4-020-O, PR2-8, PR4A-020-O, PR1-020-C, PR1-020-G), 4 isolados de *Rhizopus* (PR2-07, PR1-5; PR1-6; PR2020-B) e todos os isolados de *Penicillium* (PR4-020-M; PR2-1; PR2-020-L; PR1-1, PR1-7) foram obtidos a 35ºC. E apenas *Aspergillus* PR2-1 e *Rhizopus* 3H, foram isoladas à temperatura de 40ºC. 4 amostras não foram identificadas (PR2-020-O, PR2-9, PR4-020-N (35ºC) e PR 4-1 (40ºC)). O isolamento de fungos pertencentes aos gêneros *Rhizopus*, *Aspergillus* e *Penicillium*, em solo contaminado com derivados de petróleo, já foi descrito por Lemos *et al*., 2003; Garon *et al*., 2004; Silva *et al*., 2003a; Silva *et al*., 2003b.

No teste de degradação dos hidrocarbonetos, pireno e naftaleno, foram utilizadas vinte e três amostras, *Aspergillus* (11), *Rhizopus* (5), *Penicillium* (5) e duas amostras que não foram identificadas (tabela 1). As amostras só apresentaram crescimento significativo a partir do segundo

dia do teste. Em todas as amostras, foi observado crescimento tanto no pireno quanto no naftaleno, portanto, sugerindo que as amostras utilizem os hidrocarbonetos como fonte de carbono como sugerido por Saraswanthy *et al*., (2002).

As amostras inoculadas no pireno apresentaram um melhor desenvolvimento do que aquelas inoculadas no naftaleno. Os fungos pertencentes aos gêneros *Aspergillus*, *Penicillium* e *Rhizopus* podem ser potenciais para o uso na biodegradação de derivados de petróleo. As espécies *Penicillium simplicissimum*, *P. janthinellum*, *P. funiculosum*, *P. terrestre*, *P. corylophium*, *Aspergillus terreus*, *A. fumigatus*, *A. versicolor, A. niveus* e *A. niger* foram isoladas de solo contaminado com pireno e sugeridas como potenciais para a biodegradação deste HAP por Saraswanthy *et*., *al* 2002 e Lemos *et al.*, 2002. Garon *et al*., (2004) descreveram as espécies A*spergillus niger*, *A. oryzae, A. parasiticus, A. terreus, A. ustus* como potenciais para o uso na biodegradação de fluoreno.

Alguns trabalhos já sugeriram que certos Zygomycetes produzem enzimas capazes de degradar os HAPs. Silva *et al*., (2003a) descreveram a espécie de Zygomycete *Mucor hiemalis* como possível biodegradador de HAPs, assim como *Cunninghamella bainieri* para a degradação de fluoreno (Garon *et al*., 2004).

Cladophialophora sp também têm sido citadas como degradadoras de BTEX (benzeno, tolueno, etilbenzeno e xileno) (Prenafeta-Boldú *et al*., 2004), a espécie de Basidiomycete *Stropharia coronilla*, de acordo com Steffen *et al*., (2003), mostrou-se capaz de degradar o benzo[a]pireno.

	Amostra Temperatura de crescimento	Identificação (gênero)	Crescimento das amostras nos hidrocarbonetos (dia)												
			Pireno							Naftaleno					
			1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
1	PR4A-020-O (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
2	PR4-020-E (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
3	PR3-6 (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
4	PR2-8 (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+
5	PR 4-8 (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
6	PR2-020-D (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
7	PR4-020-O (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
8	PR1-020-G (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
9	PR4-6 (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
10	PR2-1 (40ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
11	PR1-020-C (35ºC)	*Aspergillus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
12	PR2-1 (35ºC)	*Penicillium*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
13	PR2-020-L (35ºC)	*Penicillium*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
14	PR4-020-M (35ºC)	*Penicillium*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
15	PR1-1 (35ºC)	*Penicillium*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
16	PR1-7 (35ºC)	*Penicillium*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
17	PR1-5 (35ºC)	*Rhizopus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
18	PR2-07 (35ºC)	*Rhizopus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
19	PR20-020-B (35ºC)	*Rhizopus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
20	PR1-6 (35ºC)	*Rhizopus*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
21	3H (45ºC)	*Rhizopus*	-	-	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
22	PR 4-1 (40ºC)	*	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
23	PR2-9 (35ºC)	*	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+

*não identificado; + houve crescimento; - não houve crescimento.

Conclusões

Os gêneros *Aspergillus*, *Penicillium* e *Rhizopus* fazem parte da micobiota da área contaminada por derivados de petróleo, na região do Porto de Recife-PE. Todas as amostras foram capazes de utilizar o pireno e o naftaleno como fonte de carbono, porém o melhor crescimento foi observado no meio contendo pireno, sugerindo que os fungos isolados podem ser eficientes na degradação do hidrocarboneto pireno.

Agradecimentos

Ao CNPq/CTPETRO, FINEP, UNICAP pela concessão da bolsa de iniciação cientifica e aos funcionários do NPCIAMB.

Referências

APRIL, T.M.; FOGHT, J.M.; Currah, R.S. Hydrocarbon-degradading filamentous fungi isolated from flare pit soils in northern and western Canada. **Canadian Journal of Microbiology**. Otawa, Canada, v.46, n.1, p.38-49, Jan, 2000.

FEHOO, G; MOREIRA, M.T.; LEMA, J.M. Recuperación do litoral contaminado por fuel mediante técnicas de biorremediación. **Especial Prestige - Boletín das Ciências**. Espanha, n.52, p.87-102, maio 2003.

GARON, D.; SAGE, L; SEIGLE-MURANDI, F. Effects of fungal bioaugmentation and cyclodextrin amendment on fluorene degradation in soil slurry. **Biodegradation.** Amsterdan, n.15, p.1-8, 2004.

LEMOS, J. L. S.; RHIZZO, A. C.; MILLIOLI, V. S.; SORIANO, S. U.; SARQUIS, M. I. M.; SANTOS, R. Petroleum degradation by filamentous fungi. 2002. http://ipec.utulsa.edu/Ipec/Conf2002/lemos_santos_7.pdf (04/11/2003).

PRENAFETA-BOLDÚ, F. X.; BALLERSTEDT, H. GERRITSE, J; GROTENHUIS, J. T. C. Bioremediation of BTEX hydrocarbons: effect of soil inoculation with the toluene-growing fungus *Cladophialophora sp.* Strain T1. **Biodegradation.** Amsterdan, v.15, p.59-65, 2004.

RIDELL, R.W. Permanent stained mycological preparations obtained by slide culture. **Mycologia**. New Orleans, v.42, p.265-70, 1950.

ROMERO, M.C.; SALVIOLI, M.L.; CAZAU, M.C.; ARAMBARRI, A.M. Pyrene degradation by yeasts and filamentous fungi. **Environmental Pollution.** London, v.117, n.1, p.159-163, 2002.

SILVA, M.; UMBUZEIRO, G.A.; PFENNING, L.H.; CANHOS, V. P; Espósito, E. Filamentous fungi isolated from estuarine sediments contaminated with industrial discharges. **Soil and Sediment Contamination**. Massachusetts, USA , v. 12, p. 1-12, 2003a.

SILVA, M; CERNIGLIA, C.E.; POTHULURI, J.V.; CANHOS, P.; ESPÓSITO, E. Screening filamentous fungi isolated from estuarine sediments for the ability to oxidize polycyclic aromatic carbons. **World Journal of Microbiology & Biotechnology**. The Netherlands, v. 19, n. 4, 2003b.

SARASWANTHY, A.; HALDBERG, R. Degradation of pyrene by indigenous fungi from a former gasworks site. **FEMS Microbiology Letters.** The Netherlands, v.210, n.2, p. 227-232, may, 2002.

ULFIG, K.; PLAZA, G.; WORSZTYNOWICZ, A.; MANKO, T.; TIEN A.J.; BRIGMON, R.L. KERATINOLYTIC fungi as indicators of hydrocarbon contamination and bioremediation progress in a petroleum refinery. **Polishi Journal of Environmental Studies**. Poland, v.12, n.2, p. 245-250, 2003.

ESTUDO DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS EM PERFIS TÍPICOS DA CIDADE DO RECIFE

Glauber Carvalho Costa[1] ; Joaquim Teodoro Romão de Oliveira[2]

[1]Estudante do Curso de Engenharia Civil do Departamento de Engenharia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Engenharia do Centro de Ciências e Tecnologia - Laboratório de Geotecnia. Participante do Grupo de Pesquisa Construção Civil e Análise Estrutural E-mail: jtrdo@uol.com.br;

Resumo
Neste resumo, pretende-se demonstrar o desempenho de fundações superficiais em perfis típicos da cidade do Recife, dando ênfase ao caso de camadas arenosas submetidas a processos de melhoramento do solo através da compactação com estacas de areia e brita ou pó-de-pedra. Essa é uma solução muito freqüente na Cidade do Recife, empregada na redução dos custos de fundação. Tem como objetivo específico o estudo de fundações superficiais em solos regionais, incluindo análise da interação solo-estrutura, como também a interpretação de resultados dos ensaios de campo nos solos associados, sendo essa alternativa uma solução regional nordestina, com projetos muitas vezes baseados em abordagens empíricas.

Palavras-Chaves: estacas de compactação; melhoramento; ensaios de campo.

Introdução

Serão apresentados 6 casos de obras na Região metropolitana do Recife que foram contempladas com a solução de infra-estrutura em fundação direta, assentes em terreno submetido a processo de melhoramento através de estacas de areia e brita ou pó-de-pedra.

As fundações superficiais, também denominadas de diretas ou rasas, apoiam-se sobre o terreno à pequena profundidade, transmitindo a ele, cargas provenientes da superestrutura da edificação.

Os solos constituintes do terreno podem apresentar-se desprovidos de características que influenciam na redução da sua resistência, sendo, nesses casos, descartada a alternativa de fundação superficial, exigindo, dessa forma, a adoção de alternativas de fundação mais dispendiosas. Em virtude disso, várias técnicas vêm sendo desenvolvidas com o intuito de promover um melhoramento das características geotécnicas dos solos preponderantemente arenosos, com o emprego de estacas de compactação confeccionadas com areia e brita.

O principal objetivo da compactação das camadas superficiais do terreno é a de gerar um aumento significativo de sua compacidade, e conseqüente aumento de resistência, como também a de promover uma redução do nível de deformação, conferindo à camada um aumento em sua rigidez.

O processo executivo consiste na cravação dinâmica de um tubo metálico com o emprego de uma bucha seca cuja função é vedar a extremidade do tubo que está em contato direto com o terreno e promover, como conseqüência da ação dinâmica do pilão, juntamente com o atrito da bucha e parede interna do tubo, a descida deste, finalizando o processo até alcançar a profundidade

Projeto: Geotecnia da Região Metropolitana do Recife
Órgão financiador: PIBIC / UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

especificada.Antes de iniciar-se a cravação do tubo, deve ser realizada a execução de um pré-furo com o emprego do pilão, de modo a garantir o posicionamento e prumo do tubo no piquete, durante seu processo inicial de cravação. A profundidade do pré-furo varia de acordo com a altura do equipamento, sendo este procedimento anterior ao início da cravação do tubo e é indicado quando o equipamento empregado é do tipo tripé, pois o mesmo não dispõe de torre-guia para o tubo, do contrário, o equipamento empregado é o mini bate-estacas.
A profundidade é definida em função de fatores relacionados com a variação da compacidade das camadas subjacentes do terreno, densidade relativa e tipo de estrutura a ser construída. Dando continuidade, após cravação do tubo, a bucha é expulsa, sendo introduzido material pré-misturado de forma simultânea ao içamento do tubo. O material é apiloado em camadas, através da queda livre de um pilão, até que se atinja uma densificação limite, sendo esses processos repetidos até a superfície (ver Figura 1, Gusmão Filho, 1998).

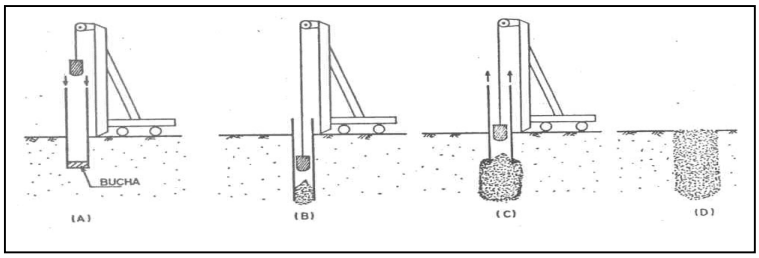


Figura 1 -Processo executivo de estacas de compactação de areia e /ou brita (Gusmão Filho, 1998)

O equipamento normalmente empregado é um tripé com um pilão (com peso da ordem de grandeza de 15KN), ocorrendo, em alguns casos, o emprego de equipamentos de maior porte (comumente denominado de mini-Franki)..

Quando o terreno é preponderantemente arenoso, é usada uma mistura de areia ou pó-de-pedra e brita 50, no traço 3:1, sendo esse tipo de estaca normalmente denominado de estacas de areia. Nessas circunstâncias, as estacas são executadas nos vértices de uma malha quadrada, com 90cm de lado, devendo a malha ser uma ou duas linhas além da projeção da área da edificação. O preço típico é de US$10,00 por metro, mais uma taxa de mobilização da ordem de US$ 1.000,00 por equipamento (Gusmão et al, 2002).

O controle antes da execução é feito com base na granulometria e compacidade inicial, avaliado através de sondagens à percussão tipo SPT, que tem a finalidade de mensurar a resistência e compacidade inicial do solo (N_{SPT} inicial) da camada arenosa a ser melhorada. Durante a execução das estacas, é exercido um controle sobre os dados de cravação, que incluem o local da execução, profundidade alcançada, porte do equipamento e compactação do material injetado na base e fuste da estaca.

Após a execução das estacas, são realizadas sondagens de verificação da eficiência da compactação do solo circundante, sendo o raio de influência de 2 a 2,5 vezes o diâmetro da estaca. Essa operação propicia a realização de comparações das condições de resistência e desinficação do terreno antes e após a execução do estaqueamento. A vibração, durante a cravação do tubo, empregado na confecção das estacas, pode promover danos a edificações circunvizinhas a obras em execução.

Em praticamente todas as obras que adotam esse tipo de solução, o melhoramento apresenta baixa eficiência nos horizontes de 1,00 a 1,50m de profundidade. Em virtude da falta de confinamento do solo próximo à superfície do terreno, ocorre o refluxo do solo ou levantamento das camadas superficiais com a ação da compactação, não ocorrendo resultados satisfatórios

nessa profundidade.
Portanto, este estudo contribui para uma sistematização mais científica dos critérios de projeto adotado, sendo possível, dessa forma, projetar fundações superficiais em terrenos que normalmente exigiriam fundações profundas, permitindo uma substancial redução no volume de concreto das fundações.

METODOLOGIA

A metodologia empregada na linha de pesquisa foi a de estudos de parâmetros geotécnicos dos solos regionais, associados aos casos de obras, avaliados na Região Metropolitana do Recife (RMR). Este estudo foi realizado a partir de dados coletados de obras fornecidos pela empresa QUALIMAX – Assessoria Geotécnica Ltda. em conseqüência da parceria firmada com o seu diretor, técnico Engº Edvaldo Honório dos Santos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados seis casos de edificações de grande porte, que apresentam solução de infra-estrutura em fundação direta, assentes em terreno submetido a processo de melhoramento através de estacas de areia e brita ou pó-de-pedra. Na Tabela 1, estão discriminadas as características gerais de cada um dos casos analisados. As edificações encontram-se localizadas na Região metropolitana do Recife e no grande Recife, na cidade do Jaboatão dos Guararapes, distribuídas nos Bairros de Piedade, Candeias e Boa Viajem.

Tabela 1 - Características de seis casos de melhoramento

Casos	Local	Descrição da Camada	Compr. das estacas (m)	Diâmetro das estacas (mm)	Malha (m)	Material empregado na execução das estacas (traço empregado 3:1)
1	Piedade Jaboatão dos Guararapes/PE	Areia fina e media com pouca matéria orgânica	2,50	350	0,90 x 0,90	Pó de Pedra e Brita 75
2	Piedade Jaboatão dos Guararapes/PE	Areia fina e media	2,50	350	0,90 x 0,90	Pó de Pedra e Brita 75
3	Piedade Jaboatão dos Guararapes/PE	Areia fina com pouca areia media	3,00	350	0,90 x 0,90	Pó de Pedra e Brita 50
4	Boa Viagem Recife /PE	Areia fina siltosa	3,70	350	1,00 x 1,00	Pó de Pedra e Brita 50
5	Boa Viagem Recife /PE	Areia fina siltosa	3,70	350	1,00 x 1,00	Areia e Brita 50
6	Candeias Jaboatão dos Guararapes/PE	Areia fina com pouca areia media	3,00	350	0,90 x 0,90	Pó de Pedra e Brita 50

Observou-se que, quanto maior a compacidade inicial do solo, maior é a resistência que ele oferece à compactação e menor o volume de material adicionado. Observou-se que a variação do fator de melhoramento K, definido por Gusmão Filho (1998) pela razão entre o N_{spt} após (Nf) e o N_{spt} antes (Ni), em função do N_{spt} antes (Ni). Constatou-se que a maioria dos pontos apresenta-se em uma faixa bem definida.

A faixa limitada pelas linhas contínuas é representativa da energia de compactação utilizada. Observou-se que, à medida que se aumenta a compacidade inicial da camada, o efeito da compactação sofre redução significativa, sendo, dessa forma, praticamente desprezível (K=1) para camadas com N_{spt} superior a 30. Esse limite não é constante, mas função da energia de compactação utilizada, ou seja, á medida que a energia aumenta, o limite deve aumentar (ver Figura 2), sendo essa metodologia de análise desenvolvida a partir de Gusmão Filho (1998).

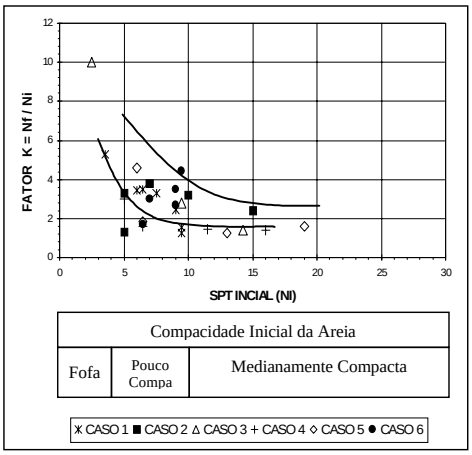


Figura 2 – Avaliação da compactação em terreno arenoso submetido a processo de melhoramento através de estacas de areia e brita ou pó-de-pedra.

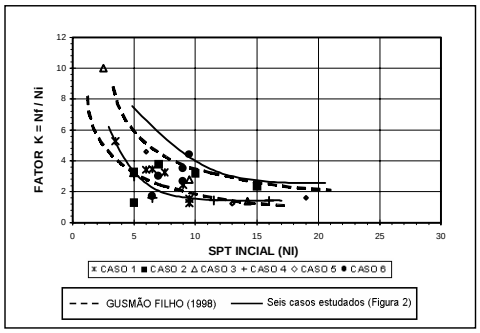


Figura 3 – Comparação com a faixa representativa da energia de compactação de Gusmão Filho (1998), e da faixa representativa da energia de compactação dos seis casos propostos conforme indicado na Tabela 1.

Fazendo uma análise dos dados expostos por Gusmão Filho (1998), indicado pela faixa representativa da compactação limitada pelas linhas tracejadas, conforme Figura 3, e comparando com os dados expostos dos seis casos analisados indicados pela faixa representativa da compactação limitada pelas linhas contínuas, conclui-se que a faixa representativa da compactação dos seis casos analisados confirmam os casos expostos por Gusmão Filho (1998), pois os dois definem uma mesma tendência de faixa para a energia de compactação.

Conclusões

Os dados dos seis casos analisados (ver Tabela 1) permitem concluir que o processo de melhoramento de terrenos arenosos, através de estacas de compactação (areia e brita ou pó-de-pedra), pode apresentar resultados bastante satisfatórios, desde que o terreno apresente propriedades adequadas e propícias para a aplicação da técnica de melhoramento.

Conforme relatórios de sondagem dos seis casos analisados, o número de golpes relativo aos 30cm finais da penetração do amostrador no terreno natural durante o ensaio de sondagem à percussão (N_{spt}), apresentou aumento significativo após a execução do melhoramento, confirmando a eficiência da compactação em terrenos arenosos.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao PIBIC / UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, pelo apoio financeiro que tornou possível à realização deste trabalho; à Qualimax – Assessoria Geotécnica Ltda., pela concessão do seu acervo técnico e apoio logístico.

Referências

GUSMÃO FILHO, Jaime De Azevedo. **Fundações: Do conhecimento geológico a pratica da engenharia**. 1. ed. Recife: Ed. Universitária / UFPE, 1998.

GUSMÃO, Alexandre Duarte; PACHECO, Jamilton Lopes; GUSMÃO FILHO, Jaime De Azevedo**. Caracterização tecnológica de estacas de compactação para fins de melhoramento de terrenos**. Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos, 12, 2002.

QUALIMAX - Assessoria Geotécnica Ltda. **Dossiês de obras do banco de dados da empresa** (relatórios nº 29/96, 38/96, 73/98, 90/99, 102/00), materiais e relatórios de campo referente ao controle executivo das fundações.

ESTUDO DO MÚSCULO PSOAS MAIOR EM SEUS ASPECTOS ANÁTOMO-FUNCIONAIS, RADIOLÓGICOS E BIOMECÂNICOS NA APLICAÇÃO CLÍNICA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS TERAPÊUTICAS.

Emiliana Azevedo da Costa[1]; Aluízio José Bezerra[2]

[1]Estudante do Curso de Fisioterapia do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia, Participante do Grupo de Pesquisa: Estudos Aplicados em Biologia, Arqueologia e Paleontologia; E-mail: aluiziobezerra@terra.com.br

Resumo

Os músculos do corpo humano têm por função realizar ações específicas, variando de acordo com a localização, origens, inserções e relações. O estudo do músculo psoas maior (origem, inserção e relações com a coluna vertebral) vem sendo alvo de questionamento pela clínica fisioterapêutica. Sabe-se que o psoas é muito forte, apresentando ação importante ao caminhar, porque traciona a coluna, podendo causar-lhe danos irreparáveis. Existem controvérsias em relação à origem do músculo psoas maior, não ocorrendo o mesmo quanto à inserção. A pesquisa tem como objetivo estudar e analisar o músculo psoas maior nos seus aspectos de origem, inserção, ação, bem como suas relações, variações e seus aspectos anátomo-funcionais. Foram dissecadas 35 peças anatômicas de membro inferior para evidenciar sua origem, inserção e suas relações. Determinou-se como origem do psoas maior: início (origem proximal) e término (origem distal) com o intuito de verificar quais vértebras e discos intervetebrais relacionados e inserção no trocânter menor do fêmur. As relações com os processos transversos das vértebras T_{12} e das lombares, faces laterais dos corpos e discos intervertebrais serviram de fixação lateral para o músculo; verificou-se a relação com vasos e nervos lombares e na junção do psoas maior com o ilíaco o nervo femoral e superiormente o músculo quadrado lombar, revestidos por uma fáscia comum. Conclui-se que a origem proximal do músculo está entre T_{12} ou L_1 e discos e processos transversos correspondentes e a origem distal até corpo, disco e processos transversos de L_4 ou L_5.

Palavras-chave: Músculos; lordose; hiperlordose; hérnia de disco.

Introdução

O corpo humano apresenta uma série de músculos que têm por função realizarem ações específicas, variando de acordo com a localização de cada músculo e de suas origens e inserções, bem

Projeto de Pesquisa: Estudo do Músculo Psoas (maior e menor) em seus Aspectos Anátomo-funcionais, Radiológicos e Biomecânicos na Aplicação Clínica e suas Conseqüências Terapêuticas. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

como suas relações. O estudo do músculo psoas maior, mais notadamente a sua origem e inserção e as suas relações recíprocas com a coluna vertebral, vem sendo alvo de constante questionamento por parte da clínica fisioterapêutica. Clinicamente, verifica-se que alguns fatores favorecem o aumento da lordose. Admite-se que o músculo responsável ou um dos mais importantes é o músculo iliopsoas (dois músculos: o ilíaco e o psoas maior) que é fixado no trocânter menor do fêmur e nas cinco vértebras lombares. Trata-se de um músculo muito forte cuja função flexionar a coxa, com indiscutível utilidade no caminhar. O seu encurtamento traciona a coluna e pode causar danos irreparáveis a ela quando assim se encontra. A força exercida pelo músculo psoas maior é em direção anterior. Devido a esse fato, causa ainda uma hiperlordose. Devido a esses fatos é recomendado que os pacientes durmam na posição de decúbito lateral, pois, na posição decúbito dorsal, o músculo continuará tracionando a coluna em sentido cranial como ocorre quando se está em posição ortostática, ou decúbito ventral que também estará forçando a coluna.

A literatura apresenta controvérsias no que se refere aos aspectos relativos à origem do músculo psoas maior; o psoas maior é considerado um músculo biarticular, pois cruza as articulações das vértebras lombares e a articulação sacro-ilíaca segundo WERNER et al. (1988). Segundo GRAY (1988), sua origem ocorre: nas superfícies ventrais das bases e bordas caudais dos processos transversos lombares; nas faces laterais dos corpos e discos intervertebrais correspondentes à última vértebra torácica, e os das vértebras lombares, por cinco fascículos, cada um dos quais se insere nas margens adjacentes cranial e caudal de duas vértebras e discos intervertebrais. Outros autores referem que a origem do psoas maior ocorre nas superfícies ventrais dos processos transversos de todas as vértebras lombares, nos lados dos corpos vertebrais e correspondentes discos intervertebrais das últimas vértebras torácicas e das vértebras lombares e arcos membranosos que se estendem sobre os lados dos corpos das vértebras lombares. Para SPALTEHOLZ (1970) o músculo tem origem mediante pequenos arcos tendinosos, que passam por cima dos vasos lombares, origina-se ainda em uma das faces laterais das quatro primeiras vértebras lombares, nos discos intervertebrais e nos processos costais. Segundo WIRHED (1986) e HISLOP & MONTGOMERY (1996), o músculo psoas tem origem no processo transverso e corpo das vértebras torácicas e lombares (T12 - L5).

A literatura consultada apresenta unanimidade ao se referir à inserção do músculo psoas maior, ou seja, no trocânter menor do fêmur.

Foram realizadas dissecações em 35 peças anatômicas de membro inferior isoladas, onde foi possível evidenciar os seus aspectos relativos à origem, à inserção, bem como suas relações. Os dados foram analisados estatisticamente e apresentados em tabelas.

A pesquisa apresenta como principal objetivo estudar, explorar e analisar o músculo psoas maior nos seus aspectos estruturais de origem, inserção, ação, bem como suas relações, variações e seus aspectos anátomo-funcionais.

Metodologia

Foram realizadas dissecações a olho nu, em 35 (trinta e cinco) peças anatômicas de ambos os sexos. As peças encontravam-se seccionadas em nível da 10ª vértebra torácica e cada membro inferior era isolado na linha mediana, foram identificadas as suas origens e inserções e suas relações. As peças pertencem ao Departamento de Anatomia da UFPE e da UNICAP. As peças encontravam-se fixadas em solução de formalina (formol) a 10%; a dissecação foi realizada em quatro fases: 1. identificação das origens musculares; 2. identificação das inserções musculares; 3. identificação das relações do músculo e 4. fotografia das peças envolvidas na dissecação.

Para determinação da origem do músculo psoas maior, determinou-se o início (origem proximal) e o término (origem distal) com o intuito de verificar quais vértebras e discos intervetebrais eram utilizados; e, para identificação da inserção, identificou-se a porção óssea do

osso fêmur.

Os dados obtidos foram analisados estatisticamente e apresentados em tabelas e figuras, além de serem discutidos em relação à literatura.

Resultados e Discussão

Para determinação da origem do músculo psoas maior, utilizou-se o início, origem proximal (tabela 1 e figura 1), e o término, origem distal (tabela 2 e figura 1), com o intuito de verificar quais vértebras e discos intervetebrais eram utilizados. Quanto às relações do músculo psoas maior, foi verificado que os processos transversos das vértebras T_{12} e os das lombares, faces laterais dos corpos e discos intervertebrais serviram de fixação lateral para o músculo. Verificou-se, ainda, a relação com vasos e nervos lombares e, na junção do músculo psoas maior com o músculo ilíaco, relaciona-se com o nervo femoral e, superiormente, com o músculo quadrado lombar, revestidos por uma fáscia comum. A inserção do músculo psoas maior se faz no trocânter menor do fêmur (tabela 3).

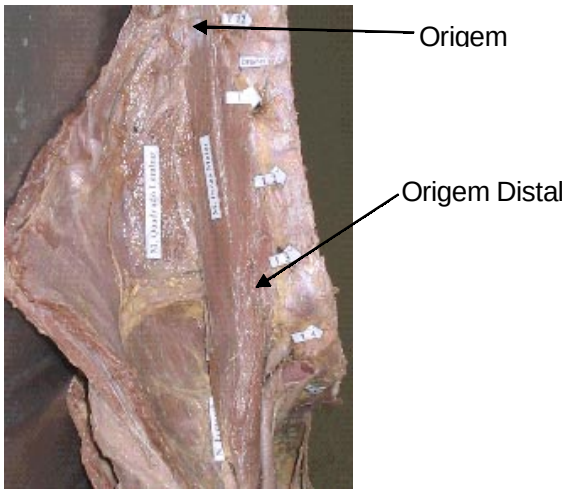


Figura 1.Origens proximal e distal do Músculo Psoas Maior

Tabela 1. Índice da origem proximal do músculo Psoas Maior

	ORIGEM PROXIMAL	%
T12 (CORPO)	17	48,6
T12 (DISCO)	7	20,0
L1 (CORPO)	9	25,7
L1 (DISCO)	2	5,7
TOTAL	35	100,0

Tabela 2. Índice da origem distal do músculo Psoas Maior

	ORIGEM DISTAL	%
L4 (CORPO)	7	20,0
L4 (DISCO)	5	14,3
L5 (CORPO)	15	42,8
L5 (DISCO)	8	22,9
TOTAL	35	100,0

Tabela 3. Índice da inserção do músculo Psoas Maior

	INSERÇÃO	%
Trocânter menor do Fêmur	**35**	**100,0**
TOTAL	**35**	**100,0**

Conclusões

O músculo psoas maior tem origem no corpo de T_{12} e seu disco correspondente. Essa origem se estende até o corpo e disco de L_5; sua inserção ocorre no trocânter menor do fêmur. O músculo psoas maior pode ainda apresentar sua origem no corpo de L_1 e seu disco correspondente e se estende até o corpo e disco de L_4; sua inserção ocorre no trocânter menor do fêmur. A origem proximal do músculo está entre T_{12} ou L_1, discos e processos transversos correspondentes e origem distal até corpo, disco e processos transversos de L_4 ou L_5. De acordo com os dados anatômicos obtidos, a sua origem realiza-se nos discos intervertebrais onde pode ocorrer tração dos mesmos e, como conseqüência, uma herniação a esse nível ou em níveis superiores.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/UNICAP, pela bolsa de iniciação científica, e à UFPE, por permitir a utilização das suas dependências e das peças anatômicas usadas no trabalho; e àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a execução da pesquisa.

Referências

GARDNER, W. D.; OSBURN, W.A. **Anatomia do corpo humano.** São Paulo 2ª ed. Editora Atheneu, 1980

GRAY, F.R.S.H. **Anatomia**. Rio de Janeiro, 29. ed., Guanabara, 1988.

HISLOP, H.J; MONTGOMERY, J. **Daniels & Worthongham: Provas de função muscular: Técnicas de exame manual,** Rio de Janeiro, 6 Ed. ed. Guanabara Koogan, 1996

KENDALL, F.P.; McCREARY, E.K. **Músculos, provas e funções.** São Paulo, 4. ed., Manole, 1995

MOORE, K.L. **Anatomia Orientada para Clínica.** Rio de Janeiro, 2. ed., Guanabara, 1990.

NORKIN, C. C.; LEVANGIE, K. P. **Joint Structure and Function.** Philadelphia, 2. ed., F. A. Davis Company, 1992

OLIVER, J.;MIDDLEDITCH, A. **Anatomia Funcional da Coluna Vertebral.** Rio de Janeiro, 1. ed., Revinter, 1998.

RASCH, P.J. **Cinesiologia e Anatomia Aplicada**. Rio de Janeiro, 7. ed., Guanabara, 1991.

RODRIGUES JR, A. J. , et al, Anatomia seccional da origem do músculo psoas maior. Estudo através do método de plastinação, **Ver. Bras. de Ortopedia,** 28(3):121-124, março de 1993. ilus.

SKYRME, D. C. et al. Especialização de psoas e sua açao rotacional controversa. **Anatomia clínica** (12:264-265), Londres, 1999

SMITH, K. L.; WEISS, L. E. LEHMKUHL, D. L. **Cinesiologia Clínica de Brunstron.** São Paulo, 5. ed., Manole, 1997.

SPALTEHOLZ,W. **Atlas de Anatomia Humana.** Rio de Janeiro, 5. ed., v. 2., Labor, 1970.

WERNER, K.; LEONHARDT, H.; PLATZER, W. **Atlas de Anatomia Humana.** Rio de Janeiro, São Paulo, 3. ed., v. 1., Ateneu, 1988.

WIRHED, R. **Atlas de anatomia do movimento**, São Paulo, Ed. Manole, 1986

ESTUDO DOS PARÂMETROS DA EFICIÊNCIA DE TROCA TÉRMICA EM FORNOS ROTATIVOS A GÁS NATURAL

Daniele de Castro Pessoa de Melo[1]; Valdemir Alexandre dos Santos[2]

[1]Estudante do Curso de Engenharia Química do Departamento de Química do CCT; E-mail: danielecastro3@hotmail.com
[2]Professor do Departamento de Química do CCT e Lider do Grupo de Pesquisa em Engenharia de Processos Químicos e Petroquímicos. E-mail: vas@unicap.br

Resumo
A eficiência térmica e a qualidade dos combustíveis utilizados pelos fornos onde ocorre contato direto entre matéria-prima e combustível têm sido objeto de estudos por parte daqueles que se preocupam com a otimização dos processos produtivos de gesso no Pólo Gesseiro do Araripe. O gás natural como combustível limpo é capaz de promover uma alta eficiência térmica na operação, com conseqüente melhora na qualidade do gesso produzido, apresenta-se como uma excelente alternativa. Foi elaborado um modelo de simulação para análise da eficiência térmica em planilha eletrônica e aplicado a um forno rotativo em escala piloto. A validação preliminar do modelo foi obtida por comparação com dados experimentais, utilizando-se o gás natural como combustível. O modelo de simulação serviu também como parâmetros de restrição para um modelo de otimização do sistema. Em condições otimizadas, o sistema demonstrou um ganho de 85% em relação à eficiência térmica quando comparado às condições convencionais de operação. Devido às características de um combustível não poluente, espera-se que, além de melhorar a eficiência térmica dos processos, o uso de gás natural agregue um melhor valor de mercado ao gesso produzido, com conseqüente retorno financeiro para a região, com a redução de níveis consideráveis de agressão ao meio ambiente. Espera-se também contribuir para a redução do nível de poluição numa região que ostenta o título de uma das mais poluídas do mundo.

Palavras-Chave: forno de gesso; gás natural; eficiência térmica; instalações piloto; otimização.

Introdução

Um forno rotativo de calcinação de gesso compreende um cilindro metálico que gira em torno de sua maior dimensão, seu eixo, no interior do qual escoam minério de gipsita e gases produzidos por combustão. O calor dos gases é aproveitado para fornecer condições energéticas à ocorrência da desidratação térmica da gipsita, dando origem à produção de seu semi-hidrato, comercialmente denominado de gesso. Para isso, o minério de gipsita deve ser adequadamente preparado, entrando no forno em regime de escoamento concorrente com os gases quentes, a uma granulometria reduzida para facilitar a troca de calor durante o percurso no interior do forno. A rotação e a inclinação do forno são responsáveis pelo tempo de contato entre os componentes envolvidos. Dessa forma, são diretamente responsáveis pela conversão da reação: a granulometria, o tempo de contato entre sólido e gás, as dimensões do forno, sua rotação e as temperaturas dos gases. Esta última não deve exceder determinada faixa sob pena de promover uma desidratação total do minério de gipsita, dando origem a um sulfato de cálcio totalmente isento de água – formação de Anidrita (PERES; BENACHOUR; SANTOS, 2002).

Projeto: Viabilização técnico-econômica do processo de produção de gesso com uso do gás natural. **Órgão financiador**: CTPETRO – COPERGÁS – UNICAP

Desenvolveu-se um modelo matemático para estudar a eficiência térmica de um forno rotativo através das análises dos perfis axiais da temperatura dos gases produtos da combustão, da temperatura dos sólidos e da conversão da reação de desidratação térmica para obtenção do gesso, a partir da gipsita. O objetivo principal do desenvolvimento desse modelo é oferecer condições adequadas à simulação dos referidos parâmetros em um forno de produção de gesso que, em condições otimizadas, utilizando Gás Natural, possa ter seu rendimento térmico comparado a outro forno que utilize outro tipo de combustível.

Para estudar condições operacionais otimizadas de um processo de produção de gesso em escala piloto, a partir da desidratação térmica do minério de gipsita em forno do tipo rotativo concorrente, foi construída uma instalação piloto a Gás Natural. Essa instalação piloto possui um eficiente monitoramento das condições operacionais por meio de computador. Para posteriores comparações com os demais processos foram estudadas as condições ótimas do processo através da maximização do lucro da instalação (KIRANOUDIS; MAROULIS; MARINOS-KOURIS, 1997).

Foi desenvolvido e testado um modelo de otimização em escala piloto (PERLINGEIRO, 2000). Esse modelo teve como restrições básicas o modelo de simulação desenvolvido como primeiro produto deste projeto. Os dados experimentais da instalação piloto serviram para ajustes finais dos modelos de simulação e otimização. Os resultados foram satisfatórios e a Equipe do Projeto passou a possuir uma excelente ferramenta para planejar condições operacionais ótimas do processo em escala piloto.

Metodologia

Identificaram-se no sistema composto pelo forno piloto e periféricos, as variáveis a serem acompanhadas, de modo que tais variáveis possam fazer parte do manual de operação da planta. No caso de um forno de calcinação, foram eleitas as seguintes variáveis relevantes, ou de acompanhamento:

Temperatura de chama – é aproximadamente igual à temperatura dos gases de combustão que entram no forno. É uma variável importante, pois depende da relação ar / combustível. Seu valor faz parte de um conjunto de dados necessários à definição das condições de operação. *Relação ar / combustível* – obtém-se monitorando as vazões mássicas de combustível e ar. É responsável não só pela temperatura de entrada dos gases de combustão, mas também pelo tipo de chama obtida e pode conferir característica indesejável à queima. Os perfis das temperaturas dos componentes em escoamento dependem diretamente dessa relação.

Temperatura de gases e sólidos – indica o comportamento dos fenômenos de transferências térmicas e de massa ao longo do forno em três determinados pontos. Os perfis dessas temperaturas são resultados da combinação de propriedades termofísicas dos componentes da mistura em escoamento.

Pressão de tiragem dos gases – é produzida pelo exaustor na saída do forno. Uma pressão muito baixa pode acelerar a saída da água de desidratação e prejudicar a estrutura cristalina do gesso. Uma pressão muito alta pode retardar a saída dessa água. O controle da pressão de tiragem contribui para o controle do arraste de sólidos.

Rotação do forno – contribui para melhorar o contato entre os componentes da mistura em escoamento e acelerar ou retardar a velocidade axial dos sólidos. Normalmente sua monitoração é feita em combinação com a inclinação e a taxa de alimentação de sólidos.

Taxa de alimentação de sólidos – é diretamente responsável pela produção do forno. Sua variação pode levar a perda de especificações do produto final. É geralmente utilizada para definir as

condições ótimas de operação, ou variável independente da função objetivo.
Conversão – representa o percentual em material de alimentação transformado em produto. Nesse caso, juntamente com as temperaturas do gás e do sólido, são as variáveis relevantes do modelo de simulação do processo. É em função do seu valor que todas as outras variáveis relevantes são ajustadas.

Seu valor é obtido através da medida do teor de água de hidratação no gesso à saída do forno. Um valor mínimo de 85% é uma das metas do processo e principal restrição do modelo de otimização.

Resultados e Discussão

Juntamente com os valores simulados das temperaturas dos gases e dos sólidos através do forno são plotados valores experimentais (Figura 1). Quatro valores experimentais de temperaturas dos gases, ao longo do comprimento axial do forno, foram obtidos. Apenas dois valores experimentais para as temperaturas dos sólidos, temperatura de entrada e de saída, foram adicionados ao gráfico das curvas de simulação. Os valores simulados ajustaram-se com excelente convergência aos valores experimentais, validando o modelo de simulação dentro do intervalo de valores para as condições operacionais do forno piloto. A Figura 2 ilustra a simulação da conversão ao longo do comprimento axial de conversão da reação de desidratação térmica da gipsita. O valor experimental esperado de conversão de 100,00%, foi simulado pelo programa computacional com excelente aproximação de 99,93%.

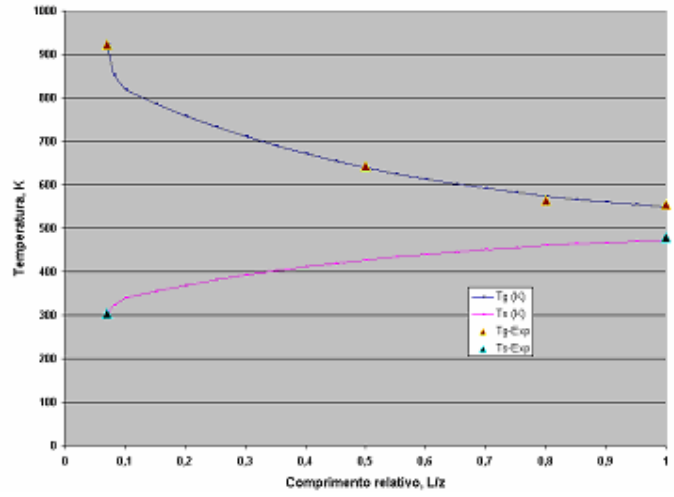


Figura 1 – Simulação das temperaturas do gás e dos sólidos em função do comprimento axial relativo do forno

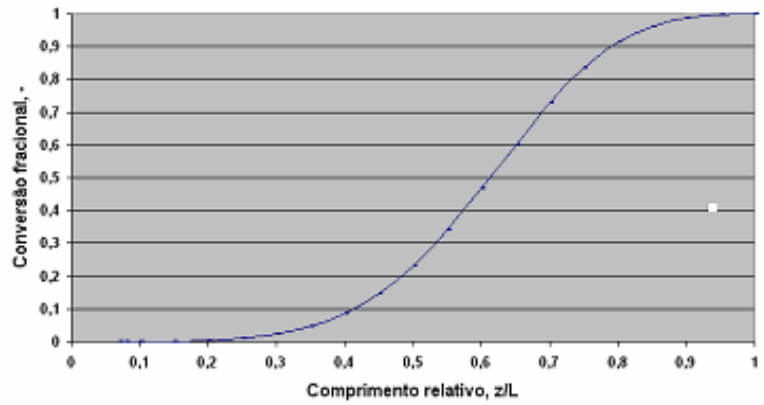


Figura 2 – Simulação da conversão fracional em função do comprimento axial relativo do forno.

Por se tratar de um software de fácil domínio e grande disponibilidade, a utilização do Excel adapta-se às necessidades dos técnicos e empresários daquele Pólo. Além de todas essas vantagens, a planilha Excel possui uma ferramenta com capacidade para executar a busca de condições ótimas para modelos de otimização com até 30 variáveis. O Excel utiliza o método Triplex de busca do ótimo da função objetivo (EDGAR; HIMMELBLAU; LASDON, 2001), permitindo o estabelecimento de inúmeras restrições para funções lineares e não lineares, com a emissão de relatórios sobre as condições de otimização encontradas.

As condições otimizadas do processo de produção de gesso no forno rotativo piloto a Gás Natural foram:

- Alimentação do minério de Gipsita: 544 kg/h
- Produção de gesso: 458 kg/h
- Conversão do processo: 85,0%
- Receita do empreendimento: 96018 $/a
- Custo do empreendimento: 54595 $/a
- Lucro do empreendimento: 41423 $/a
- Vazão de combustível: 12 m^3/h
- Excesso de ar: 15%
- Produção de gesso por metro cúbico de Gás Natural: 38 kg
- Ganho em eficiência térmica: 85%

Conclusões

Nossos estudos em escala piloto de utilização do Gás Natural em fornos rotativos de produção de gesso demonstraram vantagens técnicas (ganho em eficiência térmica) e econômicas desse tipo de combustível gasoso em relação a outros combustíveis, quando operando em condições otimizadas.

Agradecimentos

Os autores agradecem à UNICAP, pela concessão da bolsa de IC; ao CTPETRO, CTGÁS e à FINEP, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

Referências

EDGAR, T. F,; HILMMELBLAU, D. M; LASDON, L. S., **Optimization of Chemical Processes**. 2 nd Ed. New York: McGraw-Hill, 2001. 349 p.

KIRANOUDIS, C. T.; MAROULIS, Z. B.; MARINOS-KOURIS, D., Modeling and Optimization of Fluidize-Bed and Rotary Dryers. **Drying Technology**, 15 (3&4), 735-763, 1997.

PERES, L. S.; BENACHOUR, M.; SANTOS, V. A. **O Gesso: Produção e Utilização na Construção Civil**. Recife: Edições bagaço, 2001.

PERLINGEIRO, C. A. G., **Engenharia de Processos**. Rio de Janeiro: FAJUB, 2000. 320 p.

ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICAS PARA A REDUÇÃO DA COMPLEXIDADE COMPUTACIONAL DA QUANTIZAÇÃO VETORIAL

Euclides Napoleão Arcoverde Neto[1]; Francisco Madeiro Bernardino Junior[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), UNICAP, E-mail: euneto@dei.unicap.br;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática (DEI) do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), UNICAP, Participante do Grupo de Pesquisa Tecnologias da Informação e do Grupo de Pesquisa Processamento de Sinais, E-mail: madeiro@dei.unicap.br

Resumo
A quantização vetorial (QV) tem sido amplamente utilizada em sistemas de codificação de sinais (voz, imagem, vídeo), permitindo obter elevadas taxas de compressão. Um problema relevante em QV é a elevada complexidade computacional no processo de determinação do vizinho mais próximo. O presente trabalho mostra que a utilização de técnicas eficientes de determinação do vizinho mais próximo contribui para reduzir a complexidade computacional de duas técnicas utilizadas para o projeto de quantizadores vetoriais: o algoritmo LBG (Linde-Buzo-Gray) e um algoritmo de aprendizagem não-supervisionada (algoritmo competitivo). O trabalho também apresenta um novo método para aceleração (redução do número de iterações) do algoritmo LBG.

Palavras-chave: complexidade computacional; quantização vetorial; codificação de sinais; algoritmo LBG; algoritmo de aprendizagem competitiva.

Introdução

A compressão de sinais (voz, imagem, vídeo) tem como objetivo reduzir o número de bits necessários para representar adequadamente os sinais, desempenhando um papel importante em diversas aplicações, tais como: sistemas multimídia, redes digitais de serviços integrados, videoconferência, sistemas de resposta vocal, telefonia móvel, sistemas de armazenamento de imagens médicas e de impressões digitais e transmissão de imagens de sensoriamento remoto obtidas por satélites. Nesse cenário, a quantização vetorial apresenta-se como uma técnica eficiente, bastante utilizada em sistemas de codificação de sinais. A quantização vetorial (QV) também tem sido utilizada em sistemas de reconhecimento de padrões, como por exemplo, os sistemas de reconhecimento de identidade vocal.

A quantização vetorial (GERSHO & GRAY, 1992) consiste no mapeamento Q de um vetor de entrada $\vec{x}$ pertencente ao espaço euclidiano K-dimensional, $\Re^K$, em um conjunto finito de vetores W, sendo este um subconjunto de $\Re^K$, ou seja,

$$Q : \Re^K \rightarrow W. \quad (1)$$

O dicionário $W = \{ \vec{w}_i ; i = 1, 2, ..., N\}$ é o conjunto de vetores de reconstrução (vetores-código), K é a dimensão do quantizador, ou seja, o número de componentes de cada vetor e N

Projeto: Técnicas para Melhoria de Desempenho de Sistemas de Processamento de Sinais Baseados em Quantização Vetorial. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP.

é o tamanho do dicionário. A taxa de codificação da QV é dada por:

$$R = \frac{1}{K} \log_2 N. \qquad (2)$$

O processo de determinação do vizinho mais próximo (VMP), no contexto de quantização vetorial, consiste em determinar, para um dado vetor, o vetor-código que se apresenta como o mais semelhante (isto é, como o mais próximo), de acordo com um critério de distância. Determina-se o VMP de $\vec{x}$ calculando sua distância a cada um dos N vetores-código do dicionário e depois comparando essas distâncias de modo a encontrar o vetor-código mais semelhante (o mais próximo). Um problema relevante em QV é a complexidade computacional do processo de determinação do VMP, o que tem motivado o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a criação e melhoramento de técnicas eficientes de procura.

O presente trabalho tem como objetivo estudar e desenvolver técnicas para reduzir a complexidade computacional da quantização vetorial. O trabalho contempla a determinação eficiente (usando um menor número de operações) do vizinho mais próximo. Apresenta, também, uma nova técnica para acelerar o algoritmo LBG (LINDE, BUZO & GRAY, 1980), que constitui o método mais utilizado para o projeto de dicionários.

Metodologia

Foram consideradas duas técnicas de projeto de dicionário: o algoritmo LBG e um algoritmo de aprendizagem competitiva, descrito em (MADEIRO *et al*., 2003a). Por meio da utilização do algoritmo de busca por distância parcial (PDS, *partial distance search*), proposto em (BEI & GRAY, 1985), a redução da complexidade computacional da etapa de determinação do VMP foi levada a efeito na etapa de particionamento do algoritmo LBG e no processo de determinação do vencedor no algoritmo competitivo (AC). Os dicionários para quantização vetorial de imagem foram projetados utilizando a tradicional imagem (256 x 256 pixels, com 256 níveis de cinza) Lena como conjunto de treino. Considerou-se a dimensão K = 16, que corresponde à utilização de blocos quadrados de 4 x 4 pixels. Foram projetados dicionários com vários tamanhos: N = 32, 64, 128, 256 e 512. Portanto, as taxas de codificação correspondentes variaram de 0,3125 a 0,5625 bpp (bits por pixel).

Em se tratando de aceleração (redução do número de iterações) do algoritmo LBG, foi desenvolvido um novo método para acelerar a velocidade de convergência do algoritmo, baseado nas técnicas propostas por Lee *et al.* (1997) e por Paliwal e Ramasubramanian (2000). No novo método, a escala de atualização dos vetores-código, s, é definida como

$$s = \begin{cases} 1 + \cos(n^{1,8}), & n \leq 11 \\ 1, & n > 11, \end{cases} \qquad (3)$$

em que o argumento do cosseno deve ser tomado em graus (º).

Os resultados concernentes à aceleração do algoritmo LBG foram obtidos utilizando a imagem Lena de 512 x 512 pixels, com 256 níveis de cinza. O algoritmo LBG e suas versões aceleradas foram executados até que a modificação na distorção ao se representar os vetores de treino pelo dicionário fosse inferior a 0,1%.

Resultados e Discussão

Em um artigo recente, Arcoverde Neto et al. (2003), utilizando expressões analíticas apresentadas em Madeiro et al. (2003a) e Madeiro et al. (2003b), mostraram que a determinação do vizinho mais próximo, na etapa de particionamento do algoritmo LBG, responde por praticamente 100%

das operações realizadas por esse algoritmo. A Tabela 1 mostra que a utilização do algoritmo PDS em substituição ao método convencional de busca exaustiva (busca total, BT) permite obter uma economia do número de multiplicações por amostra realizadas na etapa de particionamento do algoritmo LBG. A Tabela 2 mostra que o algoritmo PDS também contribui fortemente para reduzir o número de multiplicações realizadas pelo algoritmo competitivo (AC) na etapa de determinação do vencedor. Pode-se observar, ainda, nas Tabelas 1 e 2, que a utilização do algoritmo PDS pode levar a uma redução percentual de até 90% no número de multiplicações por amostra, tanto para o algoritmo LBG quanto para o algoritmo competitivo.

Tabela 1 – Número de multiplicações por amostra realizadas na etapa de particionamento do algoritmo LBG aplicado ao projeto de dicionário para QV de imagem.

N	*Número de Multiplicações por Amostra*	
	BT	PDS
32	32	9,75
64	64	15,56
128	128	23,13
256	256	37,45
512	512	70,10

Tabela 1 – Número de multiplicações por amostra realizadas no processo de determinação do vencedor no algoritmo competitivo aplicado ao projeto de dicionário para QV de imagem.

N	*Número de Multiplicações por Amostra*	
	BT	PDS
32	32	10,60
64	64	15,27
128	128	23,77
256	256	37,92
512	512	76,10

Tabela 1 – Comparação de desempenho dos algoritmos considerados em termos de número de iterações (Itr) e erro médio quadrático (MSE) para a imagem Lena.

Inicialização Aleatória 1						
Algoritmo	Tamanho do Dicionário (*N*)					
	256		512		1024	
	Itr	MSE	Itr	MSE	Itr	MSE
LBG	35	50,780	30	45,324	32	37,967
Lee *et al*.	26	48,760	25	42,529	24	34,134
Paliwal	22	49,967	21	43,654	25	34,774
Proposto	23	49,908	19	42,812	16	34,107
Inicialização Aleatória 2						
Algoritmo	Tamanho do Dicionário (*N*)					
	256		512		1024	
	Itr	MSE	Itr	MSE	Itr	MSE
LBG	39	50,751	33	45,113	30	37,263
Lee *et al*.	28	48,025	36	41,585	28	34,272
Paliwal	22	50,286	27	43,568	19	35,257
Proposto	24	48,991	19	42,225	17	34,033

Como pode ser observado na Tabela 3, o algoritmo de Lee *et al*., na maioria das vezes, tem uma maior velocidade de convergência (menor número de iterações) quando comparado ao algoritmo LBG convencional. O algoritmo de Paliwal e Ramasubramanian, na maioria das vezes, converge mais rapidamente que o algoritmo de Lee *et al*. Pode-se observar também que o algoritmo proposto (escala *s* conforme Equação 3) em geral tem uma maior velocidade de convergência quando comparado ao algoritmo de Paliwal e Ramasubramanian. Pode-se observar ainda na Tabela 3 que os algoritmos de Lee *et al*., de Paliwal e Ramasubramanian e proposto em geral obtiveram melhores dicionários projetados (menores valores de erro médio quadrático, MSE) que os dicionários obtidos pelo algoritmo LBG, e que o algoritmo proposto permite obter melhores dicionários (menores valores de MSE) quando comparado aos algoritmos de Paliwal e Ramasubramanian e LBG, podendo ainda gerar dicionários com melhor qualidade em termos de MSE quando comparado ao algoritmo de Lee *et al*.

Conclusões

Este trabalho abordou a complexidade computacional da quantização vetorial. Os resultados apresentados mostraram que a utilização de técnicas eficientes de determinação do vizinho mais próximo contribui para reduzir o número de operações realizadas por algoritmos de projeto de dicionários para quantização vetorial de imagem. Mostrou-se que, em se tratando do projeto de dicionários voltados para quantização vetorial de imagens, podem ser obtidas reduções de até cerca de 90% do número de operações realizadas pelo algoritmo LBG e de um algoritmo competitivo, o que contribui para a redução do tempo gasto no projeto dos dicionários. Também foi apresentado um novo método com a finalidade de aumentar a velocidade de convergência do algoritmo LBG. Resultados de simulação mostraram que o método proposto apresentou uma maior velocidade de convergência e melhor qualidade do dicionário (em termos de erro médio quadrático) quando comparado ao algoritmo LBG convencional, apresentando também uma superioridade quando comparado a outros métodos de aceleração do algoritmo LBG.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao programa PIBIC/UNICAP, pelo incentivo financeiro à pesquisa.

Referências

ARCOVERDE NETO, E. N., CAVALCANTI JR, A. L. O., LOPES, W. T. A., MADEIRO, F. **Sobre a Complexidade Computacional do Algoritmo LBG.** *Anais do I Workshop de Trabalhos de Iniciação Científica em Computação Gráfica e Processamento de Imagens (WICCGPI'2003)*, São Carlos - SP, Brasil, pp. 78-84, Outubro 2003.

BEI, D.-D., GRAY, R. M. **An Improvement of the Minimum Distortion Enconding Algorithm for Vector Quantization.** *IEEE Transactions on Communications*, Vol. COM-33, No. 10, pp. 1132-1133, October 1985.

GERSHO, A., GRAY, R. M. **Vector Quantization and Signal Compression.** Kluwer Academic Publishers, Boston, MA, 1992.

LEE, D., BAEK, S., SUNG, K. **Modified K-means Algorithm for Vector Quantizer Design.** *IEEE Signal Processing Letters*, Vol. 4, No. 1, pp. 2-4, January 1997.

LINDE, Y., BUZO, A., GRAY, R. M. **An Algorithm for Vector Quantizer Design.** *IEEE Transactions on Communications*, Vol. *COM* – 28, No. 1, pp. 84-95, January 1980.

MADEIRO, F., LOPES, W. T. A., AGUIAR NETO, B. G., ALENCAR, M. S. **Complexidade Computacional de um Algoritmo Competitivo Aplicado ao Projeto de Quantizadores Vetoriais.** *Anais do VI Congresso Brasileiro de Redes Neurais (CBRN'2003)*, São Paulo – SP, Brasil, pp. 43-48, Junho 2003a.

MADEIRO, F., LOPES, W. T. A., AGUIAR NETO, B. G., ALENCAR, M. S. **Aprendizagem**

Competitiva versus Algoritmo LBG Quanto à Complexidade Computacional. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Redes Neurais (CBRN'2003),* São Paulo – SP, Brasil, pp. 37-42, Junho 2003b.

PALIWAL, K. K., RAMASUBRAMANIAN, V. **Comments on "Modified K-means Algorithm for Vector Quantizer Design".** *IEEE Transactions on Image Processing*, Vol. 9, No. 11, pages 1964–1967, November 2000.

EXPERIÊNCIAS MÍSTICAS ENTRE MULHERES EVANGÉLICAS PORTADORAS DE ESQUIZOFRENIA

Renata Dias Henriques de Araujo[1]; Moab Duarte Acioli[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; e-mail: renatitadias@ig.com.br
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa de Estudos Multidisciplinares da Linguagem; e-mail: mbacioli@uol.com.br

Resumo
O fenômeno místico é tratado na presente investigação, a partir da religiosidade evangélica que se mostra propagadora de uma racionalidade moralizante. É dentro desse contexto que se pretende estudar as experiências místicas oriundas de mulheres de filiação religiosa pentecostal com diagnóstico de esquizofrenia, ou seja, portadoras de uma "irracionalidade", distinta da "racionalidade" religiosa. A coleta de dados foi realizada nas enfermarias femininas do Hospital Ulysses Pernambucano (SUS/PE) onde foram entrevistadas essas pacientes evangélicas apresentando atividade delirante e/ou alucinatória mística, utilizando-se roteiro de entrevista semidiretiva. A análise envolveu a história do transtorno, a experiência religiosa, em que se inclui o fenômeno místico, e, por fim, as vicissitudes da relação com a figura do Pai na Terra e no Céu. Nesse sentido, procurou-se, nos discursos das pacientes, o sentido das relações estabelecidas entre a figura paterna e a figura de Deus, assim como a relação entre produção imaginária mística e religiosidade evangélica.

Palavras-chave: protestantismo, psicopatologia, fenomenologia.

Introdução

A religião protestante é uma das expressões da Modernidade, está-se caracterizando por um desencantamento do Mundo — a estimular uma religiosidade mais "moral" do que "mística". É rompida uma visão hierárquica e holística do Cosmos, por uma visão horizontal e mecânica do Universo (DUARTE, 1986). Assim, o protestantismo apresenta uma dupla racionalidade: da economia da salvação e da constituição da economia moderna capitalista. Para Weber (1989: 116), entre os evangélicos, a riqueza é condenável *eticamente, só na medida que constituir uma tentação para vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida (...) Mas, como o empreendimento de um dever vocacional, ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada*. Existem outros planos. No epistemológico, a supremacia do individualismo e no político, o fortalecimento dos movimentos nacionalistas. (SMITH, 2002: 336). Com essa racionalidade, no protestantismo desaparece *o Pai Celestial do Novo Testamento tão humano e compreensivo (...) Seu lugar é ocupado por um ser transcendental, além do alcance do entendimento humano, que, em seus desígnios inteiramente imprevisíveis decidiu o destino de cada um e regulou os mínimos detalhes do cosmos na eternidade* (WEBER, op. cit: 71). Historicamente, os evangélicos — luteranos, presbiterianos, batistas, adventistas e outros — chegaram ao Brasil, na segunda metade do século XIX, a partir do meio rural, planejando aproximar-se dos centros urbanos. Dentre eles, passam a se destacar os grupos pentecostais, caracterizados como fundamentalistas, milenaristas, rejeitadores do liberalismo e salvacionistas — além de serem vivenciadores de experiências místicas, glossolalia e possessão pelo

Projeto: Experiências místicas entre mulheres evangélicas portadoras de esquizofrenia. **Órgão financiador:** PIBIC/CNPQ/UNICAP.

Espírito Santo, atraindo membros dos cultos afro-brasileiros (RIBEIRO,1982). A significativa presença dos pentecostais também envolve as populações recifenses de baixa renda, caracterizadas como demanda ao Sistema Único de Saúde. Dentre eles, mesmo havendo fenômenos de transe e de possessão, sobressai um apelo mais relacionado *com a busca de uma ordem ou moralidade. Embora a "mágica", a emoção, enfim a experiência mística pentecostal seja fundamental, a novidade do pentecostalismo, aquilo que o torna atraente, estaria antes na "eticização" da religião, ou, em termos weberianos, sua racionalização* (MARIZ, 1994: 220). Assim, parte-se do conceito de "experiência" como uma definição fenomenológica de vivência do presente sem apriorismos teóricos, reduzindo-o na sua essência subjetiva e objetiva (SCHUTZ:1970; SILVA:1974; CASAL:1996). Pergunta-se: de que maneira a "racionalidade" sagrada dos protestantes é experienciada por mulheres evangélicas em estado de "irracionalidade"? Através desse método fenomenológico, pode-se aproximar da experiência esquizofrênica e compreender os nexos de significado entre a memória das mulheres sobre o Pai terrestre e o imaginário de um Pai celestial. Baseando-se na "racionalidade" evangélica, os fenômenos místicos vivenciados pelas "crentes" portadoras de esquizofrenia, podem ser interpretados como hierofanias, ou seja, manifestações dialéticas do Sagrado por meio de objetos profanos, enquanto relação desses sujeitos com o Todo Outro? (ELIADE, 1996). Novamente são pensadas as possibilidades de relação imaginária com o Pai. Há uma interação complexa entre o "racional" e o "irracional", espaço de acordo ou de conflito entre a experiência "normal" da religião com a experiência "patológica" atribuída a certos fenômenos místicos. Dessa forma, torna-se oportuno indagar sobre os modelos de compreensão dessa "irracionalidade" pelo pensamento moderno e de que maneira é possível compreender essas experiências entre os evangélicos. Em relação à Esquizofrenia, ela é definida pela Classificação Internacional das Doenças (CID-10, 1993), como um transtorno psicótico caracterizado por distorções fundamentais do pensamento, da percepção e da afetividade. Entre os sintomas marcantes, estão as "idéias delirantes" —incluindo os "delírios místicos" e as "alterações da consciência do Eu"— experiências de êxtase e possessão (JASPERS, 1979; PAIM:1993). Nesse sentido, estamos diante de uma problemática psicanalítica relacionada à ambigüidade e projeção no Complexo de Édipo (do Pai para Deus) (LAPLANCHE&PONTALIS, 2001). Além disso, devemos ser críticos diante da "psiquiatrização" da loucura, patologizando as hierofanias e substituindo a lógica dos visionários pela sintomatologia dos que supostamente alucinam? (FOUCAULT, 1978). São igualmente pensadas as relações entre a "racionalidade institucional" e a "irracionalidade fenomênica". Nesse viés, como compreender o delírio místico de evangélicas portadoras de esquizofrenia? Uma manifestação intrapsíquica ou suprapsíquica, ou seja, intra ou intersubjetiva? Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa foi elaborar nexos de significado entre a relação das mulheres evangélicas portadoras de esquizofrenia com seus pais e com Deus, apontando para as implicações da religião na produção delirante mística. Como objetivos específicos: a) descrever a história do transtorno, apontando para as causas do problema, os motivos para o tratamento, e os sintomas; b) descrever as experiências religiosas que compreendem a percepção da Igreja Evangélica, as crenças e as práticas, e as experiências místicas; c) descrever a relação das pacientes com seus pais e com Deus; d) estabelecer nexos de significado.

Metodologia

A) Campo: a fase de campo foi desenvolvida nas enfermarias femininas do Hospital Ulysses Pernambucano (SUS/PE) desde novembro de 2003 até março de 2004.

B) Sujeitos: foram entrevistadas oito mulheres apresentando o seguinte perfil socio-demográfico e clínico: portadoras de esquizofrenia; filiadas a igrejas pentecostais (seis da Assembléia de Deus, uma da Universal do Reino de Deus e uma da Igreja dos Servos de Deus); idade média de 33 anos de idade; cinco são solteiras e três são casadas; todas estavam inativas; três moram no Grande

Recife (duas em Olinda e uma em Paulista), duas no Litoral Sul (Ipojuca e Barreiros) e uma no Litoral Norte (Igarassu) e outra na Zona da Mata Norte (Carpina).

C)Instrumento: foi aplicado um roteiro de entrevista semidiretiva com perguntas sobre a História da Relação com os Pais, do Tratamento e com a Religião e Deus.

D) Análise dos dados: empregou-se a técnica de análise do discurso (Orlandi:2000; Foucault:1996), para se procurar um sentido na relação obscura entre o dito e não-dito na linguagem dos sujeitos portadores de esquizofrenia.

Resultados e Discussão

Após a leitura do material transcrito, o texto foi dividido em três tópicos que correspondem aos objetivos da pesquisa. Na atual análise os resultados são os seguintes:

1) história do transtorno	1) causas da doença: maternidade perturbadora; quebra do resguardo; rivalidade com a mãe; desobediência aos pais; trauma na infância; visões de vulto; 2) motivos para o internamento: violência do irmão; incompreensão da irmã; desobediência com os pais; ausência materna; violência do marido; 3) sintomas: entre o físico e o psíquico; entre agitação e tranqüilidade.
B) experiência religiosa	1) percepção da Igreja: beleza e fraternidade; difere da relação familiar; 2) crenças: primazia de Deus; Jesus; Espírito Santo; poder de cura no divino; 3) práticas religiosas: reduzido aos cultos; oração e canto; 4) experiências místicas: mediunidade (5 referências); vozes (4 referências); visões (3 referências); salvação (3 referências).
C) perfil da relação com o pai e com Deus	Pai mutável-Deus imutável; pai ausente/Deus presente; pai bom/Deus mau; pai e Deus “normais”; pai e Deus assunto íntimo; pai na Terra-Deus no céu; pai bom/Deus bom.

Conclusões

Nestas conclusões parciais, a análise de discurso das mulheres entrevistadas permitiu observar relativa “evasão” das respostas, podendo ser correlacionada com a forte censura imposta pela religião. Diz uma paciente “Eu não posso falar do meu evangelho não (...) só quem vai saber é quem *tá* lá na hora do culto” (EV). Uma censura também presente na história do transtorno em relação à violência familiar, na qual parece existir um conformismo talvez vinculado à idéia weberiana de “predestinação do homem”. No tocante à experiência religiosa, há uma “eticização” preponderante em relação à dimensão mística. A igreja supre as lacunas familiares e o rito do culto supera a experiência de mediunidade. Por fim, há um paralelismo proporcional entre Deus e pai bons e um paralelismo inverso entre pai ausente e Deus presente.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, ao PIBIC/CNPQ/ UNICAP, ao Hospital Ulysses Pernambucano e às mulheres participantes desta pesquisa.

Referências

CASAL, A. Y. **Para uma epistemologia do discurso da prática antropológica.** Lisboa, Ed. Cosmos, 1996.

DUARTE, L.F. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro, José Zahar Ed.; Brasília, CNPQ, 1986.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. Lisboa, Edição "Livros do Brasil", (1996).

FOUCALT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.

_____ **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

JASPERS, K. **Psicopatologia Geral**, v.1. Rio de Janeiro, Ateneu, 1979.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo, Martins Fontes 1986.

MARIZ, C.L. Libertação e ética: uma análise do discurso dos pentecostais que se recuperam do alcoolismo. In: ANTONIAZZI, A. et al.**Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis, Vozes, 1994.**

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e do comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo, Pontes, 2000.

PAIM, I. **Curso de psicopatologia**. São Paul, EPU, 1993.

RIBEIRO, R. **Antropologia da religião**. Recife, Ed. Massangana, 1982.

SCHUTZ, A. **The Phenomenology**. Chicago, London University of Chicago Tress, 1970.

SILVA, W. **A fenomenologia husserliana: esboço introdutório e parcial do pensamento de Edmund Husserl**. Coimbra, Cópia, 1974.

SMITH, H. **As religiões do mundo**. São Paulo, Ed. Cultrix, 1991.

STOLTZ, K. R. The Psychology of Religious Living. Naschiville: Abingdon, Cokesbury Press, 1937 apud ROSA, M. **Psicologia da Religião**. Rio de Janeiro, Juerp, 1979.

WEBER, M. **A ética protestante o espírito do capitalismo**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1989.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES NORDESTINAS E AS POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

Esmeraldo Mendes Das Chagas Neto[1] ; Abraham Benzaquen Sicsú[2] ;

[1]Estudante do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais;
E-mail: esmeraldomendes@bol.com.br
[2]Consultor e Pesquisador do Neal – Núcleo de Estudos para América Latina e Líder do Grupo de Pesquisa Pibic
E-mail: asicsu@globo.com.br;

Resumo

Este trabalho apresenta uma síntese dos resultados parciais obtidos através da pesquisa ainda em andamento, tendo como objetivo analisar a inserção de duas regiões periféricas do Mercosul, Nordeste Brasileiro (com ênfase no estado de Pernambuco) e o Uruguai, procurando, assim, detectar as oportunidades e vulnerabilidades que poderão advir dessa mudança. Para tanto, foi feita uma abordagem a respeito do Mercosul, analisando sua origem, a sua relação com a globalização, com os blocos econômicos e uma abordagem sobre a consolidação do Mercosul e dos impactos que podem ocorrer com a junção de duas economias periféricas do Mercosul (Nordeste Brasileiro e Uruguai).

O segundo relatório contemplou um levantamento das séries históricas de importação e exportação do Nordeste Brasileiro com o Mercosul.

No terceiro relatório, foram feitas entrevistas em setores de importação e exportação selecionados. Essas entrevistas foram realizadas a partir de escolhas definidas nas tabelas 1 e 2 da seção resultado e discussão .

Em conclusão, baseado nas entrevistas realizadas, percebemos que, se houver quedas de tarifas e eliminação das barreiras, pode ocorrer um novo quadro de realidade microeconômica, que poderá oferecer novas oportunidades de negócios.

Palavras-chave: mercosul; cadeias produtivas; integralização de periféricos

Introdução

O presente relatório, resultado dos trabalhos de pesquisa que desenvolvemos no período de outubro de 2003 a junho de 2004, procura identificar possíveis oportunidades e vulnerabilidades no Comércio Internacional, através de um estudo sobre as importações e exportações nordestinas para o Uruguai. Para tanto, foi feita uma revisão das origens e caminhos, envolvendo o Mercosul (KATZ *et al*, 2002) e Nordeste Brasileiro (KATZ e SICSÚ, 2000). Também, tem-se procurado centrar a discussão na análise das relações Pernambuco-Uruguai. Nesse sentido, foram feitas entrevistas em setores de importação e exportação selecionados (Acetato de Vinila, Polietileno**,** Açúcar, Avicultura (milho) e Setor Têxtil) que tiveram maior representatividade (maior valor) frente aos outros produtos. Esse estudo é baseado nas tabelas 1 e 2 da seção resultado e discussão.

O objetivo deste trabalho é analisar como podem ser criados mecanismos que dêem maior sustentação

Projeto: Oportunidades e Vulnerabilidades de Relacionamentos Periféricos no Mercosul: Uma Análise Através das Principais Cadeias Produtivas de Integração. **Órgão Financiador:** UNICAP

ao Comércio das Regiões Periféricas do Mercosul.

Metodologia

Inicialmente, foi feito um estudo bibliográfico da origem do Mercosul, analisando também seus aspectos gerais, em especial a relação do Mercosul com a globalização e, também, sua relação com os demais blocos econômicos. (KATZ *et al*, 2002). Também foi feito um estudo mais detalhado analisando alguns impactos que as regiões periféricas do Brasil, particularmente no Nordeste, causaram com a integração ao Mercosul (KATZ e SICSÚ, 2000).

Posteriormente foi feita uma análise geral das importações e exportações do Nordeste brasileiro para o Mercosul, utilizando os dados disponíveis na base de dado ALICE do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (www.aliceweb.desenvolvimento.org.br) e tendo como referencial a busca de produtos que tivessem relevância em volume e valor, no período de 1996 a 2003.

Baseado nas análises de Comércio Internacional do Nordeste Brasileiro e Mercosul, foram feitas entrevistas em setores de importação e exportação selecionados (Acetato de Vinila, Polietileno**,** Açúcar, Avicultura (milho) e Setor Têxtil) que tiveram maior representatividade (maior valor) frente aos outros produtos. Esse estudo é baseado nas tabelas 1 e 2 da seção resultado e discussão. Cabe salientar que esses setores envolvem o Nordeste Brasileiro (Pernambuco) e o Uruguai.

Resultados e Discussão

Essas tabelas serviram de suporte para identificação dos principais produtos de importação e exportação.

Tabela 1 importações brasileiras uruguai - pernambuco 1996 - 2003 – dados em milhões** de dólares

Importação Principais Produtos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	Total	%****
ARROZ	9,8	13,9	10,4	10,4	6	7,01	4,2	5,1	66,81	58,67%
CARNES BOVINAS CONGELADAS	1,6	2,93	1,4		0,8		0,8		7,557	6,64%
CORVINAS CONGELADAS		0,951	1,783						2,734	2,40%
FILÉS DE PEIXES CONGELADOS			1,375						1,375	1,21%
LEITE EM PÓ			1,3	0,8			1,64	1,74	5,48	4,81%
MALTE NAO TORRADO,INTEIRO OU PARTIDO	1							6,2	7,2	6,32%
MILHO EM GRÃO,EXCETO PARA SEMEADURA										1,26%
MILHO, EXCETO GRÃO		0,32			1,12				1,44	2,77%
ÓLEO DE SOJA BRUTO								5,3	5,3	4,65%
ARROZ SEMIBRANQUEADO	1,033				4,4			3,12	8,553	7,51%
SEBO BOVINO					1,7	0,73			2,43	2,13%
VALOR TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO	13,439	18,096	19,442	11,2	14,02	7,74	7,3	22,64	113,87	100%
VALOR TOTAL DE TODOS OS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO	15,989	23,132	28,889	14,244	18,03	9,021	9,12	25,3	143,72	

* Valores até novembro
** Valores acima de US$ 0,3 Milhões de Dólares
Fonte : http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br

Com base na Tabela 1, Percebe-se que as importações de Pernambuco provenientes do Uruguai de 1996 a 2003 correspondem a um total de US$ 113,87 milhões de dólares, cujos principais produtos foram: arroz (US$ 66,81 milhões de dólares); outros tipos de arroz (US$ 8,553 milhões de dólares); carnes bovinas congeladas (US$ 7,557 milhões de dólares) e o malte não torrado (US$ 7,2 milhões de dólares). Em termos percentuais, em relação ao valor total de US$ 113,87 milhões, o arroz representa (58,67%) seguido por : outros tipos de arroz (7,51%); carnes bovinas congeladas (6,64%) e, por

último, o malte não torrado (6,32%). Percebe-se, pela tabela 1, que, nesse período de análise, o estado de Pernambuco importa do Uruguai produtos primários , de baixo valor agregado. Em termos monetários, Pernambuco importou do Uruguai, entre 1996 e 2003, um valor de US$ 113,87 milhões de dólares.

Tabela 2 exportações brasileiras pernambuco - uruguai 1996 - 2003 – dados em milhões** de dólares

Exportação Principais Produtos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	Total	%***
ACETATO DE VINILA		0.74	0.4	0.7	0.8	0.55		0.33	3.495	18.7%
AÇÚCAR		2.016						1,11	3.127	16.72%
BORRACHA DE BUTADENO EM CHAPAS, FOLHAS TIRAS	0.216	0.749	0.264						1.229	6.57%
CHAPAS DE POLIETILENOS	0.41					0.37		0.46	1.258	6.73%
COURO/PELE,INTEIRO/MEIO,DE BOVINO,"WET BLUE",N/DIVIDIDO				0.32	0.93				1.253	6.7%
GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)							2.3		2.301	12.3%
PILHAS/BATERIAS ELÉTRICAS	0.626								0.626	3.35%
PROPANO EM BRUTO,LIQÜEFEITO							0.48		0.489	2.61%
ROUPAS (CALÇAS, CAMISAS,ETC.).	0.44	0.41	0.49	1.3	0.66	0.9	0.32		4.54	24.29%
TECIDOS			0.387						0.38	2.04%
VALOR TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO	1,692	3.89	1.53	2.33	2.39	1.82	3.11	1.91	18.70	100%
VALOR TOTAL DE TODOS OS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO	2,258	5,201	3,382	4,186	4,17	3,23	4,38	2,79	29,619	

* Valores até novembro
** Valores acima de US$ 0,2 Milhões de Dólares
Fonte : http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/

Com base na tabela 2, percebe-se que as exportações de Pernambuco para o Uruguai de 1996 a 2003 corresponde a um total de US$ 18,70 milhões de dólares, cujos principais produtos foram: roupas (US$ 4,54 milhões de dólares); acetato de vinila (US$ 3,495 milhões de dólares), que é um tipo de solvente usado na composição de tinta; açúcar (US$ 3,127 milhões de dólares); o gás liqüefeito de petróleo (US$ 2,301 milhões de dólares); e, por último, chapas de polietileno (US$ 1,258 milhões de dólares). Em termos percentuais, em relação ao valor total de US$ 18,70 milhões, as roupas representam (24,29%) seguidas por : acetato de vinila (18,7%); açúcar (16,72%); o gás liqüefeito de petróleo (12,30%); chapas de polietileno (6,73%).

Conclusão

Foi a partir da identificação desses produtos (Acetato de Vinila, Polietileno**,** Açúcar, Avicultura (milho) e Setor Têxtil), baseado nas tabelas 1 e 2 da seção resultado e discussão, que foram realizadas entrevistas na FIEP – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – com a Drª. Mônica Mercês, Coordenadora de Economia da FIEP e Dr. Paulo Gustavo, Diretor da FIEP e Coordenador do Centro Internacional de Negócios de Pernambuco. A partir dessas entrevistas, contataram-se alguns produtos de extrema importância para a economia pernambucana com relação à economia uruguaia.

Baseado nas entrevistas, pôde-se concluir que, até a presente data, se houver quedas de tarifas e a eliminação de barreiras, poderá ocorrer um novo quadro de realidade microeconômica, que poderá

oferecer novas oportunidades de negócios. Um exemplo claro disso é o nosso açúcar, que ainda não foi incluído nos negócios normais do Mercosul, sendo taxado em média em 35%, o que vem a prejudicar suas exportações, de qualquer região brasileira. E também um outro produto que merece consideração é o Milho (setor avícola), ou seja, a Reforma Tributária aumentou o imposto Cofins em 7,6%, que termina onerando o grão. Há movimentos para tentar mudar isto. Além do mais, Pernambuco é o único estado do Nordeste que cobra ICMS (3%) sobre este milho importado Para conclusão do trabalho, é necessário, ainda, terminar as entrevistas já iniciadas, além de a revisão da literatura sobre Comércio Internacional, entre eles os textos de Machado (2000) e sites envolvendo comércio internacional, procurando identificar Propostas de Ações que melhorem as condições de interação entre as duas regiões periféricas (Nordeste Brasileiro e Uruguai). Com esse material, far-se-á uma análise procurando propor mecanismos que facilitem e melhorem as condições de comércio entre as regiões periféricas do Mercosul.

Agradecimentos
Primeiramente a Deus; à Unicap, pela possibilidade de realização desta pesquisa; ao NEAL e aos Professores Abraham Sicsú e Frederico Jayme Katz, pelas críticas construtivas que permitiram aperfeiçoamento desse trabalho.

Referências

KATZ, Frederico Jayme E SICSÚ, Abraham Bezaquen. **Nordeste e Mercosul: Reflexões iniciais sobre Conjunturas e Perspectivas**. In SICSÚ, Abraham BENZAQUÉN.*Inovação e Região* , Coleção Neal nº 1 UNICAP, 2000.
KATZ, Frederico Jayme ; PARADIZO, Romina ; ROSENTHAL, David; SICSÚ, Abraham Benzaquen; SONALLE, Keila Silva . **Mercosul: Mudanças Necessárias.** Coleção Neal nº 5 UNICAP, 2002.
MACHADO, João Bosco m. **Mercosul. Processo de Integração: Origem, Evolução e Crise.** Editora Aduaneiras, São Paulo 2000.
Site pesquisado : www.aliceweb.desenvolvimento.org.br

EXPRESSÃO ORAL DE CRIANÇAS COM DESVIO FONOLÓGICO

Millena Nóbrega Campos de Sousa[1]; Jônia Alves Lucena[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail:millenanobrega@yahoo.com.br
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro Teologia e Ciências Humanas; Participante do Grupo de Pesquisa Linguagem e Cognição E-mail:ricjonia@aol.com

Resumo
Nas últimas duas décadas, os desvios da fala receberam atenção marcante das pessoas interessadas em estudar a linguagem. Este estudo remete-se, especificamente, ao estudo dos desvios fonológicos em crianças. Os desvios fonológicos consistem em anormalidades na produção de sons, persistindo além da idade esperada numa linguagem em aquisição, sem que haja qualquer etiologia orgânica observável. Quanto às características clínicas, discute-se que crianças que apresentam desvio fonológico têm capacidade de linguagem expressiva aparentemente bem desenvolvidas em termos de abrangência de vocabulário e comprimento dos enunciados. No entanto, esta questão parece ser controversa na literatura. Este estudo se propôs a analisar habilidades lingüísticas, envolvendo aspectos da expressão oral em crianças que apresentavam desvios fonológicos, comparando-as com crianças de mesma idade que não apresentavam tal dificuldade. As crianças de ambos os grupos foram avaliadas em uma tarefa de vocabulário (teste do WISC) e produção de texto oral. A análise estatística realizada mostrou diferenças significativas de desempenho entre os dois grupos de crianças, na tarefa que avaliou o vocabulário. Foram observados escores superiores, nessa tarefa, em crianças que não apresentavam desvio fonológico. Quanto à tarefa que avaliou a produção textual oral, foi observada, também, uma superioridade de desempenho das crianças sem desvio fonológico, de acordo com uma análise descritiva de freqüência. Estes dados sugerem importantes implicações para a intervenção fonoaudiológica em casos de desvios fonológicos, pois chamam a atenção para a importância de serem explorados, em terapia, aspectos da semântica e produção de texto oral, além dos aspectos relacionados à fonologia.

Palavras-chave: Habilidades Lingüísticas; Produção Oral; Vocabulário

Introdução

Os desvios fonológicos consistem em anormalidades na produção de sons, persistindo além da idade esperada numa linguagem em aquisição, sem que haja qualquer etiologia orgânica observável. Segundo Issler (1996), não se trata de uma patologia fonoaudiológica grave, mas poderá prejudicar a criança no âmbito educacional, social e emocional. Para essa utora, o falar associado a algo difícil, penoso, desagradável, pode assumir um papel de anti-relação, algo que afasta, assusta e do qual se deve fugir a qualquer preço.

Issler (1996) acrescenta que os desvios fonológicos são de caráter cognitivo-lingüístico, estando relacionados a uma abstração, uma concepção. Assim, a desordem acontece a nível de significado e significante, abalando o universo dos sentidos.

Quanto à etiologia, algumas questões são colocadas por Issler (1996). Entre elas, está incluído o ambiente familiar pouco estimulador culturalmente, pois na formação de um código, um vocabulário e conceitos precisam ser vivenciados antes de serem articulados. Assim, os bons modelos lingüísticos e reforços para a fala são essenciais.

Projeto: Habilidades Lingüísticas em Crianças com Desvio Fonológico.
Órgão financiador: Universidade Católica de Pernambuco

Quanto às características clínicas, Grunwell (1990) propõe que crianças com desvios fonológicos apresentam: fala espontânea quase completamente ininteligível, resultante, sobretudo de desvios consonantais; idade acima de 4 anos; audição normal para a fala; inexistência de anormalidades anatômicas ou fisiológicas nos mecanismos de produção de fala; inexistência de disfunção neurológica relevante à produção de fala; compreensão da linguagem falada apropriada à idade mental; capacidades de linguagem expressiva aparentemente bem desenvolvidas em termos de abrangência de vocabulário e comprimento dos enunciados (sintaxe).

Observa-se, assim, que de uma maneira geral, os desvios fonológicos parecem acometer apenas o nível fonológico da língua. As questões relacionadas aos aspectos morfossintáticos, semânticos e contextuais da língua são, muitas vezes, colocados à parte quando o assunto é desvio de fala. Dess forma, em terapia fonoaudiológica para os desvios de fala, é comum que a atenção do terapeuta esteja voltada apenas para a produção dos diversos sons da fala.

Entretanto, na prática clínica fonoaudiológica, muitas vezes, de forma empírica, é possível observar crianças que apresentam desvios de fala, apresentando, também, dificuldades em termos de expressão e compreensão oral.

Esta questão é bastante peculiar, ao considerarmos a importância das vivências comunicativas para um satisfatório desenvolvimento da oralidade. É possível que crianças que não sejam bem compreendidas quando falam, devido a alterações na produção de sons, possam evitar situações em que necessitem expressar-se, oralmente, por sentiremificuldades no estabelecimento de trocas significativas com o outro através do diálogo. Assim, haverá uma interferência no desenvolvimento de sua linguagem como um todo.

O objetivo geral deste estudo consistiu em analisar habilidades lingüísticas em crianças que apresentam desvios fonológicos. O objetivo específico consistiu em analisar habilidades da expressão oral de crianças que apresentam desvio fonológico, comparando seus desempenhos com o de crianças que não apresentam tal desvio de fala.

Metodologia

Participaram deste estudo 28 crianças com idades entre 6 e 8 anos de idade, pertencentes a escolas públicas da cidade do Recife. Dess grupo de crianças, metade apresentava desvio fonológico (14). A outra metade das crianças (14) não apresentava tal patologia, participando do estudo apenas para efeito de controle. Cada criança selecionada, com e sem desvio fonológico, realizou tarefas que avaliavam a expressão oral: Teste do WISC e Produção Oral de Texto.

Inicialmente, a investigadora apresentou a Carta de Apresentação aos pais das crianças selecionadas para o estudo. Esta carta informou sobre os objetivos do estudo e sua importância. Aqueles pais que concordaram com a participação de seus filhos, assinaram o Termo de Consentimento, que registrou a participação de seus filhos na pesquisa, sendo mantido o sigilo das informações obtidas.

Em um segundo momento, cada criança selecionada, com e sem desvio fonológico, realizou tarefas que avaliavam a expressão oral. As tarefas de expressão oral foram aplicadas por uma das investigadoras e incluiu, inicialmente, um teste de vocabulário (Teste do WISC). Este tinha como princípio básico observar a competência lexical, e os mecanismos utilizados pelas crianças, no que se refere à quantidade de vocábulos, ou seja, os recursos de significação que a criança utiliza. Posteriormente, cada criança realizou uma atividade de produção de texto oral, por meio da qual se pretende a verificar fala espontânea, focalizando-se aspectos relacionados à estruturação de narrativa oral, através da narração de história, baseada em uma figura selecionada para tal. Posteriormente, os desempenhos das crianças que apresentam desvio fonológico nas tarefas de expressão oral foram comparados ao desempenho das crianças que não apresentam tal patologia, nas mesmas tarefas.

Resultados e Discussão

Para a análise, inicialmente, foi analisada a tarefa que abordou a produção oral textual em ambos os grupos de crianças.

O gráfico 1 mostra o nível de desempenho das crianças sem desvio fonológico, bem como o desempenho das crianças com desvio fonológico na tarefa de expressão oral, focalizando o perfil da produção de texto oral. É importante mencionar que, para a análise, foi necessário estabelecer categorias (níveis) de acordo com a "performance" das crianças na tarefa: Nível 1 – dificuldades de estruturação morfossintática na narração; Nível 2– estruturação morfossintática simples na narração; Nível 3 – estruturação morfossintática completa na narração.

Observa-se, na Figura 1, segundo análise estatística descritiva da atividade de produção oral de texto, que as crianças com desvio fonológico concentraram-se no nível 1, enquanto que as crianças sem desvio fonológico ficaram concentradas no nível 2. De acordo com Grunwell (1990), crianças com desvio fonológico parecem potencialmente hábeis para a produção de enunciados morfossintaticamente estruturados. No entanto, esta afirmação parece não encontrar respaldo, na prática. Foi verificado, neste estudo, que crianças com desvio fonológico apresentaram, em sua maioria, dificuldades na estruturação morfossintática em suas narrações, o que não foi observado na maioria das crianças sem desvio fonológico.

Nível de desempenho das crianças na tarefa de produção textual oral

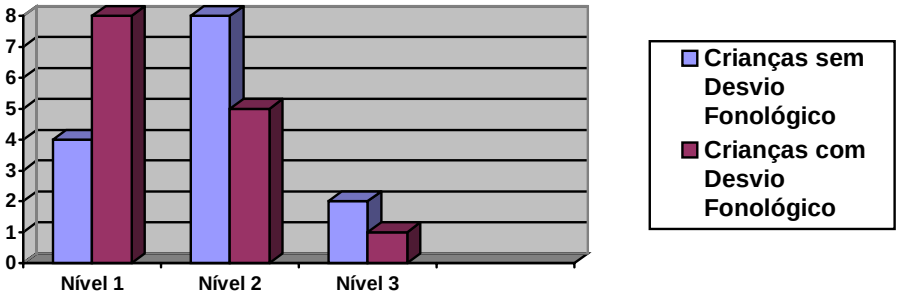


Figura 1

Na figura 2, pode-se verificar os resultados da tarefa que enfocou a produção semântica (teste do WISC) de crianças com e sem desvio fonológico. Esses dados foram alcançados a partir da nomeação das relações de significado de uma palavra, não importando a linguagem mais rebuscada ou precisa. Como pode-se ver neste gráfico, crianças com desvio fonológico apresentaram média de acerto de 13.36, nesta tarefa, enquanto que em crianças que não apresentavam desvio fonológico, a média de acerto foi 18.29. Nesta atividade, de acordo com o T- test, houve diferenças significativas de desempenho entre os dois grupos de crianças ($p<0,05$). Observa-se que os sujeitos com desvio fonológico apresentaram, em sua maioria, escores inferiores em relação às crianças sem desvio fonológico. A produção semântica dos sujeitos com desvio fonológico é, em termos de abrangência, inferior quando comparada à produção dos sujeitos sem tal dificuldade. Assim, observa-se que crianças com desvio fonológico podem, aparentemente, apresentar vocabulário abrangente, como afirma Grunwell (1990), no entanto mostram diferenças de desempenho quando comparadas a crianças sem desvio fonológico.

Média de acerto das crianças no teste de vocabulário



Figura 2

Conclusões

Este estudo teve como objetivo analisar habilidades da expressão oral de crianças que apresentam desvios fonológicos, comparando seus desempenhos com o de crianças que não apresentavam tal patologia. Foram analisados aspectos relacionados à semântica e a produção de texto oral.

A análise estatística realizada mostrou diferenças significativas de desempenho entre os dois grupos de crianças na tarefa que avaliou o vocabulário. Foram observados escores superiores, nesta tarefa, em crianças que não apresentavam desvio fonológico. Quanto à tarefa que avaliou a produção textual oral, foi verificada, também, uma superioridade de desempenho das crianças sem desvio fonológico, de acordo com uma análise descritiva de freqüência. Observa-se, assim, que as crianças com desvio fonológico apresentam aspectos da expressão oral defasados quando comparadas a crianças sem tal patologia. Estes resultados sugerem importantes implicações terapêuticas fonoaudiológicas. É provável que um enfoque específico nas questões relacionadas aos aspectos semânticos e de produção textual oral, em processos terapêuticos de crianças que apresentam desvio fonológico, seja necessário, não se devendo privilegiar, apenas, aspectos relacionados à fonologia.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC da Universidade Católica de Pernambuco pelo apoio financeiro, bem como à Clínica Fonoaudiologica Manoel de Freitas Limeira e à Creche Nossa Senhora dos Remédios por nos conceder as crianças para realização desta pesquisa. Aos familiares e amigos pelo apoio.

Referências

GRUNWELL, Pamela. Os Desvios Fonológicos Evolutivos Numa Perspectiva Lingüística. *In*: YAVAS, Mehmet. **Desvios fonológicos em crianças:** terapia, pesquisa e tratamento. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. p. 52-82.

ISSLER, Solange. **Articulação e linguagem:** avaliação e diagnóstico fonoaudiológico. 3. ed. São Paulo: Lovise, 1996.

FONOAUDIOLOGIA E AUTISMO: O QUE DIZEM OS FONOAUDIÓLOGOS

Meriely Máximo da Silva [1] ; Nadia Pereira S. G. de Azevedo[2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Tecnologia e Ciências Humanas
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Tecnologia e Ciências Humanas, Participante do Grupo de Pesquisa Linguagem, Lógica e Cognição
E-mail: nadiaazevedo@terra.com.br

Resumo
O autismo desafia generalizações. É um grave distúrbio da comunicação humana, um transtorno do desenvolvimento que compromete a socialização e a linguagem. Vários profissionais são convocados a trabalhar com as crianças autistas, entre eles o fonoaudiólogo, o psicólogo, o psiquiatra, o neurologista. A etiologia do autismo ainda é bastante discutida e controversa, existindo diversas correntes que tentam explicar a sua causa. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o atendimento fonoaudiológico de crianças com o diagnóstico de "atraso de linguagem secundário ao autismo", através do relato dos fonoaudiólogos, a fim de verificar aspectos de linguagem da criança autista, assim como identificar o enfoque terapêutico dos fonoaudiólogos e verificar se a Fonoaudiologia trabalha com o autismo baseada em um saber próprio ou fundamentada no discurso de outras ciências. Para realizar esta investigação, foram selecionados vinte fonoaudiólogos que tivessem experiência no trabalho com crianças autistas, para responderem a um questionário, analisado a partir de um levantamento de categorias que, porventura, fossem formadas no confronto entre as respostas. Segundo os fonoaudiólogos, as crianças autistas apresentam atraso no desenvolvimento da fala e linguagem sem intenção comunicativa, mantendo-se na forma ecolálica e com inversão pronominal. A teoria interacionista em aquisição de linguagem foi o enfoque terapêutico mais indicado entre os fonoaudiólogos. A partir deste estudo, pôde-se perceber que a Fonoaudiologia fundamenta-se nos estudos de outras ciências para trabalhar com o autismo, visto que esta é uma patologia que abarca aspectos diversos.

Palavras-chave: interação; terapia fonoaudiológica; linguagem.

Introdução

Acredita-se que cabe à Fonoaudiologia o estudo da linguagem enquanto atividade, ou, mais especificamente, o estudo da face da linguagem que escapa à regra, que não é previsível, nem residual, incluindo também, nesse aspecto, o silêncio do paciente (o não-dito). Assim, a linguagem verbal, ou não, de crianças autistas, em sua singularidade, também deverá ser objeto da atuação clínica fonoaudiológica. A relação terapêutica irá propiciar a compreensão dos fenômenos clínicos, em que a dimensão singular da linguagem se revela, visto que, segundo Palladino (2001), é no espaço terapêutico que a interpretação da singularidade do sujeito autista será permitida, pois é nele que paciente e terapeuta se constituem na e pela linguagem.

Segundo Freire e Cordeiro (1999), interessa ao fonoaudiólogo uma concepção de linguagem que lhe permita vê-la em seu funcionamento, ou em sua singularidade, pois a patologia de linguagem

[1] **Projeto:** Fonoaudiologia e Autismo**. Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco

indicaria um funcionamento peculiar do simbólico. O objetivo da clínica fonoaudiológica será, então, conhecer este funcionamento e nele intervir, usando a própria linguagem como forma de sustentar e estruturar a linguagem do paciente. Disso resultaria uma análise da linguagem que deslocaria o foco da literalidade para a polissemia. Nos processos terapêuticos fonoaudiológicos, isso possibilitaria que os procedimentos metalingüísticos (o falar sobre a língua) fossem substituídos pela interação, na qual a língua é posta em funcionamento, com o objetivo da construção/ reconstrução do discurso.

Se a linguagem pode ser considerada como ponto nodal da articulação entre Fonoaudiologia e Psicanálise, como afirma Cunha (1997), justifica-se a possibilidade de atuação fonoaudiológica nos casos diagnosticados como atraso de linguagem secundário ao Autismo.

Esta pesquisa será fundamentada na perspectiva interacionista em aquisição de linguagem de acordo com Cláudia De Lemos, que percebe a linguagem como atividade singular, heterogênea e estruturante do sujeito, cuja aquisição se dá através da interação da criança, considerado sujeito ativo, com o adulto, que passa a ser intérprete dos sons e movimentos produzidos por ela.

Na clínica fonoaudiológica, o terapeuta de linguagem, ocupando a posição de intérprete, poderá abrir a possibilidade de (re) significar a história da criança e de (re) introduzi-la na ordem do simbólico, pois "este parte do princípio que existe algum sentido nos ditos do seu cliente, mesmo quando forem aparentemente mal ditos". (ARANTES, L. 1996, p.26; 35).

Assim sendo, esta pesquisa objetiva analisar o atendimento fonoaudiológico de crianças com o diagnóstico de "atraso de linguagem secundário ao autismo" através do relato de fonoaudiólogos, a fim de analisar aspectos da linguagem da criança, assim como identificar o enfoque terapêutico dos fonoaudiólogos com as crianças autistas e verificar se a Fonoaudiologia trabalha com o autismo baseada em um saber próprio ou fundamentada em outras ciências.

Metodologia

Participaram desta pesquisa quatorze fonoaudiólogos que estão atendendo ou já atenderam a crianças com o diagnóstico de "atraso de linguagem secundário ao autismo", em terapia fonoaudiológica. A esses participantes foi entregue, em seu âmbito de atuação profissional, um questionário semi-estruturado, contendo perguntas referentes a aspectos da linguagem das crianças autistas, ao enfoque terapêutico dos fonoaudiólogos e ao embasamento teórico utilizado pela Fonoaudiologia para trabalhar com elas. Para o recebimento desse material, foram estabelecidos dia e hora, mais convenientes para a devolução do mesmo, sendo devidamente entregue e assinados a carta de apresentação e o termo de consentimento. Não havendo a pronta resposta dos fonoaudiólogos em relação à entrega dos questionários na data marcada, foi estipulado um novo dia para o possível recebimento do material a ser analisado. Combinou-se que se fariam ligações telefônicas para lembrá-los da entrega. Quatorze questionários foram devolvidos para a análise. Vale salientar que esta foi realizada, observando-se aspectos salientes em cada resposta que, ao se combinar com outras do mesmo tipo, constituíram-se como categorias de análise. As respostas não combinadas foram descritas isoladamente ou incluíram-se na categoria "outros".

Resultados e Discussão

Em relação à linguagem da criança autista e às alterações mais marcantes apresentadas por elas, dez fonoaudiólogos apontam o atraso do desenvolvimento da fala e seis fonoaudiólogos relatam sobre a linguagem sem intenção comunicativa, como as alterações mais marcantes do transtorno autista. De acordo com Nurcombe e Stone (2002, p.542), as crianças autistas têm extrema dificuldade nos aspectos referentes à linguagem, e pontuam que 50% dos autistas não

conseguem desenvolver uma linguagem falada que seja funcional, sem intenção de comunicar e as que conseguem, muitas vezes, apresentam atraso nos marcos evolutivos e padrões desviantes de desenvolvimento.

A Ecolalia e a inversão pronominal foram relatadas por nove fonoaudiólogos. Bouton (apud Fernandes, 1995) afirma que a ecolalia é uma atividade solitária, uma metalalia, uma pseudocomunicação e parece consistir no equivalente verbal do comportamento gestual perseverativo.

No que se refere ao enfoque terapêutico utilizado no trabalho com crianças autistas, evidenciou-se que quatro fonoaudiólogos, para situar o delineamento do ato clínico em Fonoaudiologia, abordam a aquisição de linguagem na teoria Interacionista, como a teoria que vem dando, ultimamente, respaldo à clínica dos transtornos de linguagem. Segundo De Lemos (1999**)**, a aquisição da linguagem baseia-se na interação entre locutores, considerando os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança na relação da criança com a linguagem, em que a criança passa a ser intérprete de sua própria fala, utilizando-se de deslocamentos para estabelecer um estado estável na interlocução. Diante disso, os fonoaudiólogos priorizam a interação, para que, a partir desta, ocorra o funcionamento lingüístico da criança, que é singular e fruto da confluência de múltiplos sentidos. Assim, o fonoaudiólogo, ao interpretar o dito, ou não dito, do autista, pode atribuir forma e sentido ao discurso da criança. (PASSOS e COELHO, 2001).

No que se refere à verificação da fundamentação teórica utilizada pela Fonoaudiologia, Freire e Amoroso (2001**)** relatam que a ausência de um raciocínio clínico próprio levou a Fonoaudiologia a instalar sua prática em diferentes perspectivas teóricas. Assim, esta ciência utiliza saberes da Medicina, Psicologia e Lingüística. Arantes (1996) afirma que a Fonoaudiologia sempre tomou a Lingüística como uma fonte privilegiada para seus empréstimos. Esta, ao ser introduzida na Fonoaudiologia, trouxe a idéia de língua como objeto formal e homogêneo; com isso, forçava a Fonoaudiologia a descartar a linguagem enquanto atividade. Ora, o fonoaudiólogo não pode descartar a fala singular do seu paciente. Através desse fato foi possível a impregnação de modelos clínicos advindos da Psicologia e da Medicina, na Fonoaudiologia.

Conclusão

A partir dos objetivos propostos em relação à análise dos relatos dos fonoaudiólogos referentes ao atendimento fonoaudiológico de crianças autistas, sobre aspectos relativos à linguagem, ao enfoque terapêutico e a verificação de um saber próprio da área ou a busca pela fundamentação teórica no discurso de outras ciências, conclui-se que os fonoaudiólogos consideram o atraso do desenvolvimento da fala como uma alteração muito marcante do transtorno autista. Consideram que a criança autista apresenta ausência de linguagem e que, quando esta aparece, parece não ter intenção comunicativa. Há ainda referências a ecolalias, uso de frases estereotipadas sem relação com o contexto, inversão pronominal e dificuldades em associar diversos significados a um único significado. Diante da análise, constata-se que a teoria interacionista em aquisição de linguagem (em que a criança é percebida como sujeito e o fonoaudiólogo como o outro, que assume o papel de interlocutor da interação, buscando re/significar a linguagem da criança) foi a mais utilizada pelos fonoaudiólogos participantes da pesquisa, seguida da teoria Pragmática, que considera toda e qualquer expressão do paciente. Sabendo que o autismo é um transtorno que abrange diversas áreas de conhecimento, a Fonoaudiologia, para dar suporte e intervir em sua clínica, busca fundamentação teórica no discurso de outras ciências.

Agradecimentos
À preciosa colaboração e profissionalismo dos fonoaudiólogos, participantes da pesquisa; à minha orientadora Nadia Pereira S. G. de Azevedo, pela disponibilidade, atenção, apoio essencial, amizade e confiança; ao PIBIC, por possibilitar a realização de uma pesquisa tão rica em conhecimentos.

Referências
ARANTES, L. O Fonoaudiólogo, este aprendiz de feiticeiro. In: LIER DE VITTO M. F. **Fonoaudiologia no sentido da linguagem**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 24; 26-28; 35.
CUNHA, M.C. Linguagem, Psicanálise e Fonoaudiologia – a cura pela e da fala.**Fonoaudiologia e Psicanálise**: a fronteira como território. São Paulo: Plexus, 1997. p. 82.
DE LEMOS, C.T.G. Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna. Campinas, São Paulo, 1999, p. 1-20.
FERNANDES, F.D.M. Autismo Infantil. In: FERNANDES, F.D.M; PASTORELLO, L.M; SCHEUER, C.I **Fonoaudiologia em Distúrbios Psiquiátricos da Infância**. São Paulo: Editora Lovise, 1995, p. 145.
FREIRE, R. M; AMOROSO, M. R. M. Os sentidos dos sintomas de linguagem na clínica fonoaudiológica. In: PASSOS, M, C: **A clínica fonoaudiológica em questão**. São Paulo: Plexus, 2001, p. 13.
FREIRE, R. M; CORDEIRO, D.T**. Patologia de linguagem:** uma nosologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, março, 1999, p .03.
PASSOS, M, C; COELHO, E, C. O pai na clínica fonoaudiológia: ausente ou excluído. In: PASSOS, M, C: **A clínica fonoaudiológica em questão**. São Paulo: Plexus, 2001, p. 85; 89.
NURCOMBE, B; STONE, W. In: EBERT, M. H; LOOSEN, P. T; NURCOMBE, B: **Diagnóstico e tratamento**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002, p. 540-542.

FONOAUDIOLOGIA E AUTISMO: UM ESTUDO DE CASO CLÍNICO

Joyce Batista do Nascimento [1]; Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo [2]

[1] Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa em Linguagem, lógica e cognição.
E-mail: nadiaazevedo@terra.com.br

Resumo

O autismo é um grave distúrbio da comunicação humana, um transtorno do desenvolvimento que compromete a socialização e a linguagem. Vários profissionais são convocados a trabalhar com as crianças autistas, entre eles o fonoaudiólogo, o psicólogo, o psiquiatra, o neurologista. Assim sendo, esta pesquisa teve como objetivo estudar o caso de uma criança, com o diagnóstico de atraso de linguagem secundário a Autismo, sob o enfoque fonoaudiológico. Participou desta pesquisa uma criança com esse diagnóstico, que foi acompanhada por aluno e supervisor da clínica Manoel de Freitas Limeira, da UNICAP. O procedimento de coleta dos dados correspondeu à análise da pasta do paciente, observações das sessões de fonoterapia bem como gravação e filmagem das mesmas. A análise desses dados nos forneceu informações acerca do fazer clínico do fonoaudiólogo no caso estudado, revelando-nos que esse profissional busca trabalhar questões referentes à linguagem verbal e não-verbal da criança, de forma discursiva, através de atividades lúdicas. Em contrapartida, verificou-se que a Fonoaudiologia continua trabalhando com o autismo, baseando-se em um saber fundamentado no discurso de outras ciências, levando-nos a concluir que, no tocante à atuação fonoaudiológica nos casos de Autismo infantil, a Fonoaudiologia interpela outras ciências, na busca da compreensão dos casos e melhor assistência à demanda da clínica fonoaudiológica.

Palavras-chave: linguagem; interacionismo; atuação fonoaudiológica; interação

Introdução

Esta pesquisa objetivou estudar o caso de um paciente com o diagnóstico de atraso de linguagem secundário a autismo, em atendimento fonoaudiológico na clínica Manoel de Freitas Limeira, da UNICAP. O interesse em aprofundarmos o conhecimento teórico e prático acerca da atuação do fonoaudiólogo nos casos de atraso de linguagem secundário a Autismo, surgiu a partir da crença de que cabe à Fonoaudiologia o estudo da linguagem enquanto atividade, ou melhor, cabe-nos estudar a face da linguagem que não é previsível, nem residual, incluindo também, nesse aspecto, o silêncio do paciente. Assim, a linguagem verbal ou não-verbal de crianças autistas, em sua singularidade, também deverá fazer parte da atuação clínica fonoaudiológica. O fonoaudiólogo terá que assumir uma posição diferente daquelas propostas pelas concepções de linguagem que visam ao treino da habilidade da

[1] **Projeto:** Fonoaudiologia e Autismo**. Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco

fala, ou seja, uma concepção pela qual a linguagem é contemplada na sua singularidade bem como em sua forma heterogênea. Cunha (1997) vai mais além, quando afirma que "caberia ao fonoaudiólogo tomar o seu cliente numa ordem discursiva, ao invés de tentar ensiná-lo a falar direito". O nosso estudo contemplou conceitos emergentes do Projeto Interacionista em aquisição de linguagem, uma vez que este nos interessou por dois motivos: em primeira instância, De Lemos (1999) acessa uma Lingüística tocada pela Psicanálise, que permite incorporar o sujeito à estrutura, alçando a idéia de funcionamento da linguagem. Em segundo lugar, a autora estuda a aquisição de linguagem em falantes normais e nos interessa problematizar a questão de desenvolvimento de linguagem em crianças autistas. Nesses estudos, o *interacionismo* corresponde a uma vertente social, que privilegia a interação da criança com o outro, fazendo com que essa criança assuma diferentes posições de falante, implicando a autoria do seu próprio discurso. Na seqüência, abarcamos questões referentes ao Autismo, tentando estabelecer uma relação com a Fonoaudiologia. O conceito de Autismo Infantil evoluiu desde a "Síndrome Autística de Kanner", nos anos cinqüenta, até a "Síndrome Autística", nos anos noventa. De acordo com Gauderer (1997), o autismo define-se como uma inadequacidade no desenvolvimento, que se manifesta, de maneira grave, por toda a vida, sendo incapacitante e aparecendo tipicamente nos três primeiros anos de vida. É encontrada em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. A questão da etiologia do Autismo ainda é muito discutida atualmente. Sabe-se que existem correntes que atribuem a causa a fatores orgânicos; outras acreditam que a gênese do Autismo emerge das distorções no relacionamento mãe-bebê, conforme podemos observar nos trabalhos de Margareth Mahler, citados por Fernandes (1996), que são considerados de grande importância na investigação dos diferentes quadros clínicos encontrados. Mahler propõe a existência de dois tipos básicos de psicose infantil: o Autismo infantil e a psicose simbiótica, que seriam claramente distintos em seu início, mas que, mais tarde, em suas manifestações mais graves, tenderiam a justapor-se. Erbert; Loosen; Nurcombe (2002) afirmam serem características mais comuns, em indivíduos autistas, os déficits sociais, comprometimento da linguagem e da comunicação, e ainda a presença de atividades e interesses restritos. Por fim, contemplamos questões referentes à atuação fonoaudiológica em casos de atraso de linguagem, sob a ótica da discursividade. **(**ARANTES, 1996, p. 32).

Metodologia

Este estudo contou com a participação de uma criança com o diagnóstico de atraso de linguagem secundário a Autismo, que se encontra em terapia fonoaudiológica na Clínica Manuel de Freitas Limeira – UNICAP. Os materiais utilizados foram carta de apresentação, termo de consentimento, gravador, câmera filmadora, fita cassete e fita VHS. Quanto ao procedimento, inicialmente, elaboramos e encaminhamos aos responsáveis pela criança uma carta de apresentação e um termo de consentimento para a participação da mesma como sujeito do estudo, garantindo-lhe o anonimato. Foram realizadas reuniões com o supervisor e o estagiário responsáveis pelo paciente em estudo, a fim de obtermos informações sobre o caso clínico. A análise, inicialmente, foi o estudo do prontuário fonoaudiológico da criança selecionada. Posteriormente, as sessões fonoaudiológicas foram gravadas em fitas magnéticas de áudio e vídeo, transcritas e analisadas, segundo a teoria presente na fundamentação teórica desta pesquisa.

Resultados e Discussão

Descrição do caso: R.L.O.R, 8 anos de idade, sexo masculino, filho de N.A.O (Mãe), A.F.R (Pai). Foi encaminhado, em 2001, pela Escola U. P. A genitora referiu que o motivo da consulta foi o fato de R. não interagir com ninguém, ser muito agitado e apresentar um retardo na linguagem. Durante a realização da entrevista inicial, a mãe de R. afirmou que o mesmo apresenta um

vocabulário restrito a poucas palavras, não formando frases e, às vezes, repetindo o que foi dito por outras pessoas. De acordo com Fernandes (1996), a presença de inversões pronominais, ecolalia, uso ritualístico da linguagem são características do quadro autista. A mãe relatou, ainda, que R., quando pequeno, realizava movimentos repetitivos para frente e para trás no carrinho, o que parece caracterizar os movimentos estereotipados descritos por Erbert; Loosen; Nurcombe (2002). Na avaliação fonoaudiológica, chamou-nos atenção a atuação da terapeuta. Observamos que, em alguns momentos, a mesma se contradizia, levando-nos a supor um possível despreparo na compreensão do quadro autista. Conforme observamos nos recortes, a seguir: "*..mantém um ótimo contato visual com a terapeuta e também aceita bem o toque e não possui movimentos estereotipados. 'Tem mania' de colocar o dedo no nariz, e ficar olhando para a terapeuta como se esperasse a repressão e gostasse de provocar para ver sua reação*". Em um segundo momento, a mesma relata: *"R. não possui linguagem elaborada, é muito inquieto, porém de uma ótima socialização e interação. Na maioria das vezes, fica andando de um lado para o outro da sala e mexendo em tudo; também gosta muito de ficar se olhando na frente do espelho"*. Frente a isso, visualizamos as contradições que a terapeuta comete, devido à falta de preparo que mencionamos anteriormente. Baptista; Bosa (2002, p.37) descrevem algo interessante sobre o atendimento de um caso de atraso de linguagem secundário a Autismo, quando referem que "compreender o Autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um 'laboratório natural' de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida". Em 2004.1, R. mudou de terapeuta, pois a primeira já havia se formado e não poderia mais atender-lhe. Remetendo-nos aos momentos de terapia fonoaudiológica, realizados nos últimos meses, observou-se que a nova terapeuta conseguiu estabelecer interação com R. com mais eficácia, uma vez que a preocupação que a mesma tinha era gerar efeitos no discurso de R., significando as ecolalias produzidas pela criança, conforme evidenciamos no recorte :

Tp: o que é isso aqui? (apontando para o avião)
R: roxo e vermelho. (já havia escutado a terapeuta falar essas palavras)
Tp: o avião, né?
R: o avião.
Tp: eita!!
R: eita, eita, eita....

Esse recorte reflete um trabalho embasado pela teoria discursiva, haja vista a forma como a terapeuta lida com a linguagem de R. Após a transcrição das fitas de vídeo, observamos que a linguagem não-verbal de R. se confunde com as estereotipias, pois, ao solicitar a realização de alguma atividade, R. começava a ir de um lado para o outro e fazia balanços na cabeça como se concordasse com algo. Nesse período de atendimento, houve uma preocupação de se estabelecer uma relação com a família da criança, que, até então, não parecia ativa no processo terapêutico. A terapeuta relatou que o relacionamento da família com o pai de R. é muito difícil, pois este não o vê há 10 anos e, segundo a mãe de R., o pai encontra-se em processo jurídico, pois o mesmo não paga a pensão do filho, nem a ajuda a educar a criança, fato evidenciado na fala da mãe: *" ...O menino é a cara dele, ele registrou e era doido pelo menino, depois de 1 ano, R. vai fazer 11, pronto 10 anos que ele não procura o filho. Não dá nada a ele, está na justiça, fui até na TV. Eu não queria só que ele desse a pensão, queria que ele desse atenção, que saísse com ele pra passear. R. passa vinte e quatro horas comigo (SIC)"*. Conforme Baptista & Bosa (2002, p.34), é bem possível que o estresse ou a depressão possam ser uma decorrência e não a causa do Autismo. Obviamente, faz sentido supor que, quanto maior o nível de estresse familiar, maior a cristalização ou o escalonamento das dificuldades da criança, que, por sua vez, ressoa na família, em um círculo interminável. Sabemos que o papel da família é fundamental para o sucesso do

tratamento fonoaudiológico, portanto, tendo conhecimento da história familiar, podemos também trabalhar mais facilmente com a criança. Além disso, o trabalho com a família faz-se parte integrante do processo fonoaudiológico, como observamos nas transcrições das fitas, nos momentos em que a terapeuta chamou a mãe de R. para tomar conhecimento do trabalho que estava sendo desenvolvido com a criança, visando , assim, à integração da mesma no processo terapêutico do seu filho.

Conclusões

O papel do fonoaudiólogo no trabalho com crianças autistas será o de trabalhar o deslocamento da criança diante do seu discurso, através de estratégias geradoras de efeitos na linguagem, durante a interação terapeuta x cliente. O discurso da família deve ser mais que ouvido e registrado, escutado na sua singularidade. Nele, estará inscrito o lugar designado para a criança na linguagem, estando os indícios que podem levar à elaboração de um sentido, a um entendimento do silenciamento da criança. A avaliação fonoaudiológica deverá buscar informações acerca do caso e, sobretudo, estabelecer sentido no não-dito da criança. A terapia de linguagem, fundamentada em uma linha discursiva, ainda não é muito discutida pela literatura fonoaudiológica, porém é bastante utilizada a teoria pragmática, semelhante à estudada por nós. Esta, juntamente com as teorias psicolingüísticas, de caráter interacionista e construtivista, determinaram a construção de um novo perfil para o fonoaudiólogo. Sendo assim, verificamos que a Fonoaudiologia continua trabalhando com o autismo, baseando-se em um saber fundamentado no discurso de outras ciências, levando-nos a concluir que, no tocante à atuação fonoaudiológica, a interpelação a outras ciências permeia o seu fazer clínico.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e à UNICAP- órgãos financiadores desta pesquisa. Agradecimento especial a todos que direta ou indiretamente contribuiram para elucidação deste estudo.

Referências

ARANTES, L. O Fonoaudiólogo, este aprendiz de feiticeiro. In: Lier- de- Vitto, . **Fonoaudiologia no sentido da linguagem**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 23-37.

BAPTISTA, C.R.; BOSA, C. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intevenção. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 21- 49.

CUNHA,M.C. Linguagem, Psicanálise e Fonoaudiologia– a cura pela e da fala. **Fonoaudiologia e Psicanálise**: a fronteira como território. São Paulo: Plexus, 1997. p. 82-84.

DE LEMOS, C.T.G. **Processos metafóricos e metonímicos:** seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna. Campinas, São Paulo, 1999, p. 1-20.

EBERT, H. Michael; LOOSEN, T. Peter; NURCOMBE, B. (traduzido Maria Cristina Monteiro, Lúcio Porto e Alceu Fillmann). **Tratamento e Diagnóstico**. Porto Alegre. Artmed 2002, p. 540-544.

FERNANDES, F.D.M. **Autismo Infantil**: Repensando o Enfoque Fonoaudiológico. São Paulo: Editora Lovise, 1996 , 96p.

GAUDERER, C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**: guia prático para Pais e Profissionais. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1997, 358p.

FORMAÇÃO DO GESTOR: HABILIDADES BÁSICAS PARA O EXERCÍCIO DA GESTÃO ESCOLAR

Maria Alice de Moraes Ximenes[1]; Maria da Conceição Bizerra[2]

[1]Estudante do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
Líder do Grupo de Pesquisa Cientifica - Zélia Soares Zofilli; E-mail - jofilli@unicap.br

Resumo

Este trabalho intitulado "A formação do gestor: habilidades básicas para o exercício da gestão escolar" tem por objetivos analisar a formação dos gestores escolares no contexto da gestão democrática, identificando as relações entre a formação recebida e a prática vivida; reconhecer a formação dos gestores escolares nomeados após um processo que congregou a seleção e a eleição direta e verificar a importância dessa formação para o exercício da gestão democrática , destacando as lacunas e as possibilidades. Inspirada na abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada através das seguintes atividades: estudo do quadro geral de diretores do Estado de Pernambuco, a elaboração de um perfil de formação desses profissionais; elaboração do perfil de formação dos dirigentes escolares estaduais localizadas no Recife e realização de entrevistas. Os resultados são os seguintes: produção de um conhecimento sobre a formação do gestor escolar no Estado de Pernambuco, nomeado após o processo misto de prova escrita e a eleição direta; construção do perfil de formação dos dirigentes escolares da rede estadual localizada no Estado, com destaque para Recife o Norte e o Recife Sul e a identificação de elementos básicos que podem subsidiar a reformulação dos currículos dos órgãos de formação de professores. O estudo colocou em evidência que os dirigentes eleitos oriundos das licenciaturas diversas estão ressentindo-se de uma formação pedagógica, principalmente no que refere a alguns conteúdos: a exemplo do projeto político-pedagógico e da dinâmica de funcionamento do Conselho Escolar. Apontam a graduação como espaço próprio para essa formação.

Palavras-chave: gestão democrática; eleição de dirigentes; perfil do gestor.

Introdução

Entre as políticas públicas, em curso, voltadas para a melhoria da educação básica, situa-se a questão da democratização da gestão escolar. Estudar as políticas de educação no Brasil, com ênfase na gestão democrática, implica resgatar interpretações e formulações reveladoras de distintas concepções, acerca da natureza política e social da gestão democrática. A gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas busca criar efetivos conceitos de participação e de aprendizagem, no sentido de redirecionar as estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais, com destaque às práticas educativas. Analisar a gestão da educação e da escola nos remete à reflexão sobre os principais enfoques da problematização da gestão educacional. Observa-se que entre as formas e/ou propostas mais usuais de admissão de dirigentes das escolas públicas do sistema educacional, a eleição direta tem sido apontada como um canal efetivo de democratização das relações escolares. Trata-se da modalidade que se propõe resgatar a legitimidade do dirigente como coordenador do processo pedagógico no

[1] **Projeto**: A Formação do Docente do Gestor Escolar: Qual a sua Importância para a Gestão Escolar?. **Órgão Financiador**: Programa Institucional de Base para Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco.

âmbito escolar. A importância da eleição de dirigentes escolares neste estudo fundamenta-se no entendimento de que a forma de provimento do cargo pode não definir o tipo de gestão, mas, certamente, interfere no curso dessa. Nesse contexto, "visualizar a eleição como ação terminal é incorrer no problema de negar o caráter histórico do processo, pois a eleição deve ser vislumbrada como um instrumento a ser associado a outros na luta pela democratização possível das relações escolares". (DOURADO, 2000, p. 84). Dessa forma, é possível inferir que instalar uma gestão democrática na escola não se configura como processo simples, implica implantar um conjunto de ações alicerçado na discussão coletiva orientada, inicialmente, para superação da visão burocrática e mais preocupada com as questões mediatas (falta de professores, violência na escola) do que com o fato de democratizar a gestão. A gestão da escola não se democratiza de forma isolada do sistema de ensino e o diretor de escola tem um papel fundamental na condução desse processo. Para tanto, os diretores necessitam, além de confiança da comunidade interna e externa da escola demonstrada pelo voto direto, de preparação profissional e de apoio do sistema de ensino. No caso de Pernambuco a escolha de dirigentes escolares consiste num esquema misto composto de prova escrita e eleição direta no contexto do Programa de Gestão Democrática, implantado na rede estadual de ensino, em 2001. Esse programa está sendo orientado por "uma nova visão de escola autônoma, democrática e de uma gestão compartilhada, que vem ao encontro de um sistema com concepção arraigada onde o gestor, em sua maioria, administra com uma percepção de uma prática individualista e competitiva sem partilhar com toda a comunidade envolvida, a gerência da escola, dificultando o sucesso do aluno". (PEE/SE, 2001, p. 75). Em primeiro lugar, é preciso entender o significado de formação, que, segundo os dicionários, significa ação e efeito de formar; constituição caráter, ato de tomar forma, desenvolver-se idéias que mantêm relação com estado de incompletude do homem. É nessa perspectiva que se pretende compreender a formação do gestor escolar identificada como percurso, processo trajetória de vida pessoal e profissional, que implica opções, remete à necessidade de construção de patamares cada vez mais avançados do saber ser, saber-fazer, fazendo-se (PORTO, 2000, p. 13), orientada pela compreensão de que o homem é um ser inconcluso. Entendemos, também, que a prática, da gestão escolar exige uma formação específica conforme outras práticas sociais. Neste sentido, é preciso considerar que "a prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o domínio do barco, das partes que compõe e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, os ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motor e velas. Na prática de velejar se confirmam, modificam-se ou ampliam-se esses saberes. (FREIRE, 1996, p. 22). Sabemos que, no Brasil, a formação em Administração Escolar foi um critério básico para ser diretor de escola, seguindo as determinações do Parecer 252/69 CFE , segundo o qual o Curso de Pedagogia deve formar o especialista em educação nas áreas de Supervisão, Planejamento, Orientação e Administração Escolar. Em geral, os Cursos de Pedagogia, a partir do início da década de 1980, oferecem uma formação voltada para a docência como base de identidade profissional do pedagogo, sem contudo deixar de habilitar o especialista. Observa-se que a formação especifica é substituída por outros critérios, o que remete a uma reflexão sobre os objetos de trabalho da gestão escolar, como algo possível de ser dominado por professores que cursam diferentes licenciaturas. Nesse sentido, profissionais que cursam licenciatura (Geografia, História, Matemática, etc.), em geral organizada na forma de bacharelado com alguma formação pedagógica, devem dar conta de questões relativas ao desenvolvimento e à valorização de pessoas e de seu desempenho; à orientação e acompanhamento de um trabalho pedagógico realizado de forma coletiva, criativa e inovadora, na perspectiva de uma educação de qualidade; ao relacionamento da escola com a comunidade, mediante práticas de gestão participativa; ao planejamento, execução e avaliação das atividades meio, bem como à avaliação dos resultados obtidos, tendo em vista a função social da escola. Nessa lógica, o gestor

passa a ser entendido como educador com formação política e técnica que supere a visão de um gestor de processos organizativos. A possibilidade dos licenciados em geral assumirem atividades gestiónarias nas escolas e demais instâncias do sistema educacional ou em outros espaços educativos traz a necessidade de inclusão no currículo das licenciaturas de conhecimentos, para além da docência, voltadas para gestão numa dimensão teórico-prática. Esse direcionamento exige que urgentemente se redefina o Curso de Pedagogia e o seu papel para a formação do gestor escolar, atribuições/competências.

Metodologia

Essa investigação foi realizada com base nos princípios de uma pesquisa qualitativa. Vale considerar que "a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa". (RICHARDSON, 1999, p.79) Nesse sentido, foram realizadas as seguintes atividades: contatos com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, especialmente, com os responsáveis pelo Programa da Escola Democrática para obter o quadro geral de dirigentes escolares do Estado, nomeados em decorrência do processo seletivo (prova escrita e eleição direta), com suas respectivas formações acadêmicas; elaboração do perfil geral do diretor de escolas do Estado de Pernambuco; elaboração do perfil de formação dos diretores de escolas do Recife Norte e do Recife Sul, e o trabalho de campo, utilizando como técnica básica a entrevista semi-estruturada, entendida como um recurso que, por seu caráter interativo, permite a captação imediata e corrente da informação desejada, aprofundando pontos levantados por outras técnicas de coleta. "De modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouca estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana". (ALVES – MAZZOTTI; GEWANDZNAJDER, 1999, p. 168). Estudo da bibliografia sobre gestão democrática com ênfase nas questões alusivas à formação do gestor escolar. Os 7 (sete) entrevistados foram sorteados dentre os componentes da listagem geral. Os selecionados foram: 1 licenciado em Pedagogia com habilitação Magistério; 1 licenciado em Pedagogia com habilitação Administração Escolar; 1 licenciado em Letras; 1 licenciado em Matemática; 1 licenciado em História; 1 licenciado em Biologia; 1 licenciado em Educação Física. As entrevistas abordaram as seguintes temáticas: descrição da formação inicial recebida pelo gestor, indicação das disciplinas que estudou, os pontos positivos e as falhas do seu curso, descrição do trabalho desenvolvido pelo gestor no seu dia a dia, principais atividades do gestor, dificuldades e resultados, relação da formação com o trabalho do gestor e sugestões para a formação do gestor, tendo por referência uma escola democrática. Em relação a análise dos dados procedeu-se da seguinte forma: leitura inicial para organizar as idéias, organizar as idéias de acordo com as questões emergentes das entrevistas, eleger os elementos centrais e secundários do discurso e interpretá-los à luz da teoria.

Resultados e Discussão

Perfil de formação dos dirigentes das escolas localizadas no Recife Norte e no Recife Sul.

FORMAÇÃO	GERE SUL		GERE NORTE		Total	
	N	%	N	%	N	%
Pedagogia	37	35,2	31	33	68	31,7
Outras Licenciaturas	55	52,4	49	52	104	54,8
Deixaram de Informar	13	12,4	14	15	27	13,5
Total	105	100%	94	100%	199	100%

No Recife, foi examinada a formação de 199 (cento e noventa e nove) gestores. Desses, 31,7% (68) cursaram pedagogia; 54,8% (104) cursaram outras licenciaturas e 13,5% (27) não informaram. Dos 68 (sessenta e oito) que cursaram pedagogia, 19,0%, 12 (doze) fizeram a habilitação de Administração Escolar. Identificação de elementos básicos que podem subsidiar a reformulação dos currículos dos órgãos de Formação de Professores. Nas entrevistas os gestores confirmam que necessitam de uma formação em nível de curso de graduação na área de gestor escolar. Sugerem que essa formação pode ocorrer por meio de disciplinas dos cursos de Licenciaturas e, mais preferentemente, no Curso de Pedagogia. Confirmam há saberes específicos necessários para gestor escolar, focalizando a necessidade de aprender realizar trabalho coletivo, comunitário entre ouros saberes.

Conclusão

Os estudos feitos permitiram concluir que a formação do gestor escolar deve contemplar uma sólida formação humana e que esta se relacione diretamente com sua emancipação como indivíduo social, sujeito histórico em nossa sociedade. É possível, também, concluir que as novas demandas para a escola de educação básica, oriundas do mundo contemporâneo, têm fortes repercussões para a formação do gestor escolar. Os dados revelam que, em Pernambuco, 64,4% dos dirigentes escolares eleitos possuem outras Licenciaturas e que 20,8% são formados no Curso de Pedagogia. No Recife, 54,8 % cursaram outras Licenciaturas e 31,7% cursaram Pedagogia. Pode-se inferir que o Curso de Pedagogia e, em especial, a habilitação em Administração Escolar não se constituem mais como critério básico para o exercício da gestão escolar.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Base de Iniciação Cientifica da Universidade Católica de Pernambuco, pelo apoio ao desenvolvimento do Projeto.

Bibliografia

ALVES – MAZZOTTI, A. J. GEWANDSZNAJDER. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2002.

DOURADO, L. F**.** A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In. FERREIRA, N.S.C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PORTO, YEDA SILVA. **Educação continuada**. São Paulo: Papirus, 2000.

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco **_____. Plano Estadual da Educação**. 2000 – 2009. Recife: SE, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUPOS CULTURAIS DE CONVIVÊNCIA PARA PORTADORES DE PARKINSON: BENEFÍCIOS E IMPLICAÇÕES FONOAUDIOLÓGICAS

Melissa Vilar Gomes [1] ; Maria Lúcia Gurgel da Costa [2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Técnologia e Ciências Humanas.
[2] Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Grupo de Pesquisa em Clínica Fonoaudiológica. E-mail: malugurgel@terra.com.br.

Resumo
O objetivo desta investigação foi analisar as possíveis mudanças ocorridas com portadores de Parkinson e seus familiares, após a integração destes, em atividades em grupos de música popular brasileira. A referência teórica consistiu em estudos na área de fonoaudiológia, gerontologia e neurologia. O trabalho em campo desenvolveu-se através da criação de espaços de convivência, com o uso da música popular brasileira e expressão corporal, como recursos possibilitadores terapêuticos e investigação das variações funcionais verificadas em relação a voz, fala, postura, equilíbrio, expressão corporal e facial. A metodologia utilizada baseou-se na proposta de pesquisa-ação, sendo esta, portanto, qualitativa, descritiva, observacional, longitudinal. Participaram da pesquisa 10 sujeitos entre portadores de Parkinson(9) e familiares(1). A coleta de dados foi realizada através de entrevista inicial e registro dos encontros semanais de convivência. A partir da análise estabelecida, pôde-se constatar mudanças relativas a voz, expressão corporal e facial, melhora da qualidade articulatória (observados através do confronto da gravação realizada antes e depois de cada encontro); maior controle respiratório. Através do trabalho com alongamento corporal, observou-se o aumento na amplitude dos movimentos e maior expressão facial e corporal. Foram percebidos, ainda, expressivos benefícios com relação ao equilíbrio, no que se refere a postura, diminuição dos tremores, resultando numa maior harmonia do corpo com aumento da amplitude e precisão dos movimentos. Por fim, apesar de tratar-se, ainda, de estudo piloto, o trabalho já aponta para novas perspectivas terapêuticas para acompanhamento e recuperação de sujeito com Parkinson e seus familiares.

Palavras-chave: parkinsonianos, Fonoaudiologia, música.

Introdução
A voz traz musicalidade à fala, fazendo-a tornar-se melódica, agradável e audível, sendo esses aspectos essenciais para a comunicação eficiente. Nos casos da doença de Parkinson a voz sofre alteração, ocorrem dificuldades na fala e na deglutição o que acaba por interferir na personalidade, podendo causar sentimentos se insegurança, (TOMÉ, 1999). A autora refere também que a sintomatologia encontrada no mal de Parkinson é variada afetando vários sistemas do organismo. Distúrbios na área de comunicação envolvendo alterações de fonação e deglutição acometem 50% dos casos de forma significativa. KNOOP, (1999) destaca que a redução na cooptação glótica associada à diminuição na propulsão diafragmática acabam por corroborar para a produção de voz com características rouco-soprosas.
Além disso, o mau funcionamento da musculatura respiratória faz com que a quantidade de ar enviada para as pregas vocais seja reduzida acarretando fechamento inadequado, resultando numa voz sem

Projeto: Grupos Culturais de Convivência para Portadores de Parkinson: Benefícios e Implicações Fonoaudiológicas.**Órgão financiador**: PIBIC / UNICAP.

volume, necessitando mais inspirações na hora da fala. KNOOP (2001) aponta ainda que, durante a produção da voz, um dos recursos utilizados para fazer-se entender é a prosódia, que consiste na modulação utilizada nesse período.

Os portadores da doença de Parkinson tendem à redução da prosódia o que leva a vocalizações do tipo isocrônicas caracterizadas por voz monótona, pouco melódica, pela restrição articulatória, diafragmática das estruturas do trato vocal. Novamente Knoop afirma que isso é decorrente da bradicinesia e de certa rigidez dos músculos que tencionam as pregas vocais e modificam a freqüência da voz. Durante a fala, deve haver um nível elevado de coordenação entre o sistema mecânico parede do tórax, abdômen, laringe, lábios, língua, dentes e mandíbula de modo que todos funcionem no momento correto e pela duração de tempo necessária para a produção de sons individuais, segundo CASPER, (1996). BARAT, 1992 (apud TOMÉ, 1999), afirma que mais da metade desses pacientes apresentam distúrbios da fala. Esse autor diz que o timbre monótono é muito freqüente, perturba o contorno melódico discurso. Alterações na fluência manifestam-se, por exemplo, na aceleração repentina da fala. Essa aceleração, geralmente, ocorre em pequenos grupos conhecidos como *jatos de fala.* Os distúrbios posturais também são uma característica dos pacientes com Parkinson, no estágio avançado da doença, nota-se uma postura em flexão, ombros caídos para frente, costas arqueadas à frente e braços mantidos imóveis. Com isso, pretendemos investigar os benefícios que a música associada à dança e ao canto pode proporcionar na vida de pacientes que apresentem a doença de Parkinson que freqüentem o grupo de convivência. É na descoberta de novas nuances que esta investigação propõe desenvolver um trabalho de integração em centro de convivência entre sujeitos com doença de Parkinson, familiares e pesquisadores, através da música regional e expressão corporal, na busca de respostas lingüísticas comunicativas, verbais e não-verbais reincluindo o sujeito com Parkinson em um novo contexto de vida. A música, como proposta terapêutica, não é uma informação nova, desde os povos primitivos surgiu a descoberta do poder de agregação da música e da dança e passaram então a utilizá-los como terapias curativas. (NOVAS TERAPIAS, 2001).

Segundo GORI (2002), terapias com música ou Musicoterapia é a utilização da música ou dos elementos musicais (som, ritmo, melodia e harmonia) pelo musicoterapeuta e pelo cliente ou grupo, em um processo estruturado pode facilitar e promover a comunicação, o relacionamento, aprendizagem, mobilização, expressão e organização (física, emocional, mental, social e cognitiva) para que se desenvolvam potenciais ou recuperarem funções do indivíduo de forma que ele possa alcançar melhor integração intra e interpessoal e uma melhor qualidade de vida. No que diz respeito às indicações ao processo musicoterapêutico, a autora relata que tais terapias se dirigem, sobretudo, a indivíduos que apresentam variados graus de dificuldade ou impossibilidade de expressão pela via da palavra falada. Para STRALIOTTO, (1998) através da música, verdadeiras ordens são dadas a determinados órgãos. Por isso, o autor afirma que “a música interfere profundamente no comportamento humano”. P. 12. Ainda segundo o autor, é a laringe que através das cordas vocais, emite os sons e são exteriorizadas as emoções. Afirma ainda que, no homem, a alteração da tonalidade básica da voz sofre grande influência do psiquismo através das emoções. Quando o equilíbrio emocional está alterado, as cordas vocais e toda a laringe entram em rigidez muscular alterando a emissão do som e sua tonalidade. Por isso encontros semanais voltados à música podem ser de grande valor para seus participantes, já que desencadeiam reações de prazer e bem-estar.

Este trabalho justifica-se tanto pelos benefícios esperados em relação às questões de sociabilização dos sujeitos do projeto, como aos benefícios relativos à produção oral que a música pode proporcionar, dentre outros benefícios esperados relativos à expressão corporal e à auto-estima dos participantes deste projeto.

Metodologia

Participaram do estudo dez sujeitos, entre parkinsonianos e familiares, com idades entre trinta e quarenta anos, de ambos os sexos, residentes no estado de Pernambuco. Inicialmente, foram realizadas entrevistas semidirigidas com os sujeitos parkinsonianos e/ou familiares, e então delineamos o perfil biopsicossocial de cada sujeito e foram determinados quais as disponibilidades de horário para a realização das oficinas no campus da Universidade Católica de Pernambuco. Os encontros estão sendo realizados as terças-feiras, no horário das 13:30 às 14:30h, na sala de grupo do Curso de Terapia Ocupacional. Essa sala é equipada com espelhos, possui luzes coloridas, além de colchonetes e bolas. Todos os recursos da sala estão sendo utilizados pela responsável e colaboradora, Ana Cecília Souza, coordenadora do Grupo Mandacaru da Unicap, além das estagiárias do Mandacaru que têm colaborado muito durante a integração com o grupo e a realização das "aulas" – termo denominado por Ana Cecília, nas quais tem se priorizado inicialmente o trabalho com relaxamento, descontração, expressão corporal e ritmo musical, para num segundo momento realizarmos uma apresentação do grupo no Campus da Universidade. Para a viabilização deste processo, estamos contando com o apoio do Núcleo de Extensão Cultural da Universidade para a realização dessas oficinas, e do Departamento de Jornalismo e Comunicação, através da equipe que compõe o Projeto Memória, que está fazendo o registro desde as entrevistas até cada oficina através de VHS, ocorrendo análises observacionais em cadernos de registro, longitudinalmente, com a observação dos aspectos de produção e expressão oral e facial, ritmo, prosódia, equilíbrio, postura, memória musical, onde tem sido avaliadas, as alterações corporais em todos os aspectos e entoacionais confrontadas com as inter-relações entre os sujeitos do estudo e seus familiares durante as atividades, observando-se, ao fim do processo, o estado corporal e entoacional de cada indivíduo antes e depois de ser submetido ao grupo de convivência com atividades artístico-culturais; pelo grupo de pesquisa, e compondo parte do acervo do laboratório de Neurolíngüística da Universidade, além da colaboração da Coordenação do curso de Terapia Ocupacional que concedeu o uso da sala de Terapia Ocupacional para a realização das atividades semanais.

Resultados e Discussão

Dentre os dados observados, destacamos aqueles que entendemos como mais significativos para a área da fonoaudiologia. Iniciamos nossa análise pelos aspectos referentes à voz; o primeiro dado observado, ainda no período das entrevistas, refere-se à relação entre a produção vocal e as questões emocionais do sujeito, fato verificado através do aumento das dificuldades associado a momentos de maior descarga emocional. Um aspecto importante a ser destacado e que permeia o nosso trabalho é o cuidado com a respiração e alongamento das estruturas corporais, ainda que, em pequeno espaço de tempo, fosse possível observar nítida diferença na qualidade da projeção vocal ao início e final de cada encontro, fato verificado na implementação da força de produção da voz e controle respiratório, o que acaba por minimizar produções orais do tipo "jato de fala", comuns a esse tipo de patologia. Foi possível propiciar, também, devido às atividades de relaxamento, menor rigidez; tal fator foi fundamental para que houvesse uma articulação mais aberta (maior abertura de boca), tornando possível melhorar a clareza e a compreensão da fala desses sujeitos. Em relação à postura, devido às atividades desenvolvidas, entre elas a dança, foram evidenciados momentos de postura menos fletida, além disso, pôde-se favorecer uma maior amplitude e precisão dos movimentos. A expressão corporal também foi amplamente trabalhada; além de atividades com dança, atividades com espelho eram realizadas, dentre elas (participantes fingiam que suas mãos eram espelhos e se expressavam diante destes) os sujeitos tinham a oportunidade de expressar-se da forma desejada , aumentando a amplitude de movimento e

harmonia corporal, com isso, eram beneficiados outros aspectos importantes como o tremor e o equilíbrio.

Conclusões

Foi percebido que a introdução da música possibilitou efeitos terapêuticos na vida dos indivíduos participantes da pesquisa já que, a todo momento, foram vivenciadas situações que estimulavam uma produção e expressão oral mais adequada (voz, fala, expressão facial, tempo máximo de fonação) e corporal (equilíbrio, postura, tremor), mesmo em um espaço de tempo reduzido. Isso proporcionou a esses indivíduos a vivência, a cada encontro, de situações de uso sociocultural da expressão corporal e musical, além de ter propiciado momentos de maior independência e autonomia e favorecer a melhora da auto-imagem. Com isso, foi possível propiciar aos familiares momentos de reflexão e busca da revisão de seus conceitos a respeito do doente e da doença, evitando ações de estigmatização e rotulação, facilitando o despertar para um olhar voltado às eficiências dos portadores de Parkinson, mesmo porque, nesse espaço de convivência, todos se encontraram no intuito de expressar-se na e pela música, independente da condição de saúde de cada um.

Agradecimentos

A Deus, aos sujeitos da pesquisa, à minha família pelo total apoio, aos meus amigos pela força nos momentos difíceis, ao PIBIC/UNICAP.

Referências

COLTON, R. H.; CASPER, J. K. Compreendendo os problemas de voz: Uma perspectiva fisiológica ao diagnostico e ao tratamento. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Knnop, D; Padovani, M. Voz, fala e deglutição in Limonge JCP(org) Conhecendo melhor a doença de Parkinson. 1. ed. São Paulo: Pléxus, 2001.

GORI, C. A. Sobre musicoterapia: definição e indicações clínicas. Disponível em:**www.psicoway.com.br** . Acesso em 13 de abr. 2004.

NOVAS TERAPIAS: Viver bem com música. 1. ed.São Paulo: Melhoramentos, 2001.

STRALIOTTO, J. Interpretação cerebral do som e da música. 1.ed. Blumenau: Heck Publicações, 1998.

TOMÉ, C,R. A Doença de Parkinson: Perspectivas Sobre o Tratamento Fototerápico. Monografia de conclusão de especialização. CEFAC. Divulgação por meio digital (www.cefac.br), 1999.

HABILIDADES SOCIAIS ENTRE OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Aline Maria Raposo Lira [1] ; Suely de Melo Santana[2]

[1] Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.
[2] Professora Assistente do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa "Interação Social e Familiar". E-mail: ssantana@unicap.br

Resumo
Esta pesquisa investigou as habilidades sociais de jovens universitários, considerando as áreas de conhecimento e o gênero. Foram ainda pesquisados fatores correlatos como tendência à depressão e ao uso de álcool. Para tanto, investigou-se, de modo individual, uma amostra de 36 estudantes da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP (idade média de 23,14; dp. 2.21), sendo 19 de ciências exatas e 17 de humanas, de ambos os sexos. Foram utilizados: 1) Entrevista semi–estruturada breve; 2) Inventário de Habilidades Sociais – IHS; 3) Inventário de Depressão de Beck – BDI e 4) Questionário de tendência ao uso de álcool - CAGE. Os resultados indicaram um bom repertório de habilidades sociais, sendo que os homens se situaram abaixo da mediana de referência e as mulheres situaram-se acima. Independente do gênero, os estudantes da área de humanas apresentaram melhor repertório de habilidades sociais quando comparados aos de exatas. Constatou-se uma convergência de resultados com a literatura da área quanto às diferenças de gênero encontradas para os fatores referentes à auto-afirmação na expressão de sentimento positivo e do autocontrole da agressividade. Os indicativos de disforia e de depressão foram observados apenas para o grupo feminino, tendo-se um caso de disforia na área de exatas e um caso de depressão na área de humanas. Verificaram-se dois casos de tendência ao uso do álcool, sendo um para o grupo masculino, da área de ciências exatas, e um para o grupo feminino, na área de ciências humanas. As análises preliminares ainda não permitem a elaboração de conclusões finais acerca dos resultados.

Palavras-chave: habilidades sociocognitivas, habilidade cognitiva; cognição social.

Introdução

O esforço empreendido por diversas organizações internacionais, governamentais ou não, empenhadas no desenvolvimento saudável dos jovens, tem-se refletido na construção de uma infra-estrutura política e social bem como em diretrizes de ação que oferecem ferramentas e modelos de programas para sua efetivação (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2001). No documento que referencia a elaboração destes modelos, salienta-se que um dos aspectos essenciais no desenvolvimento humano, além da inteligência, consiste na aquisição de habilidades sociocognitivas e emocionais para fazer frente aos problemas surgidos no dia-a-dia. As habilidades sociais, de modo amplo, são definidas enquanto um conjunto de destrezas afetivas, cognitivas e sociais, que instrumentaliza os indivíduos no decorrer do desenvolvimento, orientando-os no enfrentamento efetivo das dificuldades inerentes à vida cotidiana. Para realizar este objetivo, os

Projeto: Habilidades Sociais entre os Jovens Universitários. **Órgão Financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

indivíduos devem ser hábeis no manejo social, interpessoal, cognitivo e emocional, em termos de comunicação, de lidar com sentimentos de agressividade, ter capacidade empática, além de saber tomar decisões, pensar de modo crítico, saber auto-avaliar-se constantemente e lidar com situações de estresse, expressando autocontrole efetivo.

Com relação aos comportamentos aditivos em geral, dentro de uma concepção cognitivo-comportamental, postula-se que eles consistem em padrões de hábitos hiper-aprendidos e mal-adaptativos, acionados com mecanismo de enfrentamento durante situações percebidas como estressantes. Nessa concepção, o uso do álcool e de outras drogas vincula-se às expectativas e crenças de que as drogas servem como um antídoto para o estresse e a ansiedade. O aumento do repertório de habilidades sociais consiste em um objetivo terapêutico primário, uma vez que a falta de habilidades no enfrentamento efetivo de situações de alto risco pode conduzir o indivíduo a uma percepção mais ampliada do estresse, da tensão ou ansiedade e, conseqüentemente, a um sentido reduzido de controle pessoal que reforça a crença de ser incapaz de lidar com a situação (MARLATT E GORDON, 1993).

Del Prette e Del Prette (1999) comentam a grande importância de avaliar o repertório de habilidades sociais, dada sua relação com a saúde, a satisfação pessoal, a realização profissional e a qualidade de vida. Particularmente, em relação aos universitários, muito se tem exigido em termos de competência nas relações interpessoais, justificando-se, assim, estudos voltados a esse sentido. Os autores pontuam que os resultados IHS permitem identificar deficits e recursos em habilidades sociais, bem como o planejamento e acompanhamento de estudos e programas de intervenção.

Seguindo a literatura mencionada, objetiva-se, com esta pesquisa, investigar e comparar as habilidades sociais entre jovens universitários, especificamente, considerando duas variáveis: área de conhecimento e gênero. Almeja-se, também, identificar possíveis fatores correlatos, como tendência à depressão e ao uso de álcool.

Metodologia

Foi investigada uma amostra de 36 jovens universitários da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), selecionados aleatoriamente, conforme as variáveis: 1) Área de conhecimento – se ciências humanas (CH) ou ciências exatas (CE) e, 2) Gênero – se masculino (M) ou feminino (F). A coleta de dados ocorreu de modo individual, sendo aplicada, primeiramente, uma entrevista semi-estruturada, considerando os eixos básicos referenciados pela Organização Panamericana de Saúde (2001), quais sejam: 1) habilidades sociais, 2) cognitivas e 3) emocionais. Após a entrevista, foram aplicados os três instrumentos de auto-relato que se seguem: 1) Inventário de Habilidades Sociais – IHS (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2003); 2) Inventário de Depressão de Beck – BDI (CUNHA, 2001); e 3) Questionário para averiguar tendência ao uso do álcool – CAGE. Antes de iniciar a coleta de dados, foi solicitado o consentimento por escrito dos representantes legais dos departamentos onde ocorreu a pesquisa. Posteriormente, foi dado início ao contato com os participantes de acordo com os critérios já definidos, estabelecendo-se, inicialmente, um bom rapport. Foi explicado o objetivo do projeto e solicitado o consentimento por escrito dos mesmos, partindo-se, então, para as instruções necessárias ao preenchimento adequado dos instrumentos.

Resultados e Discussão

No geral, os estudantes apresentaram uma idade média de 23,14 anos (*dp*. 2.21) e, quando comparados aos dados amostrais do estudo de referência, um bom repertório de habilidades sociais. Porém os homens, com mediana igual a 94, situaram-se abaixo da mediana de referência e as mulheres situaram-se acima, com mediana igual a 105. Verificou-se, ainda, que os estudantes da área de ciências humanas, independente do sexo, apresentaram melhor repertório de habilidades

sociais, com uma mediana de 105,88, comparados aos estudantes de ciências exatas, os quais tiveram o valor da mediana igual a 88,79. As Figuras 1 e 2, que se seguem, apresentam a avaliação do repertório de habilidades dos homens e mulheres universitários, respectivamente, em função da área de conhecimento à qual encontram-se vinculados.

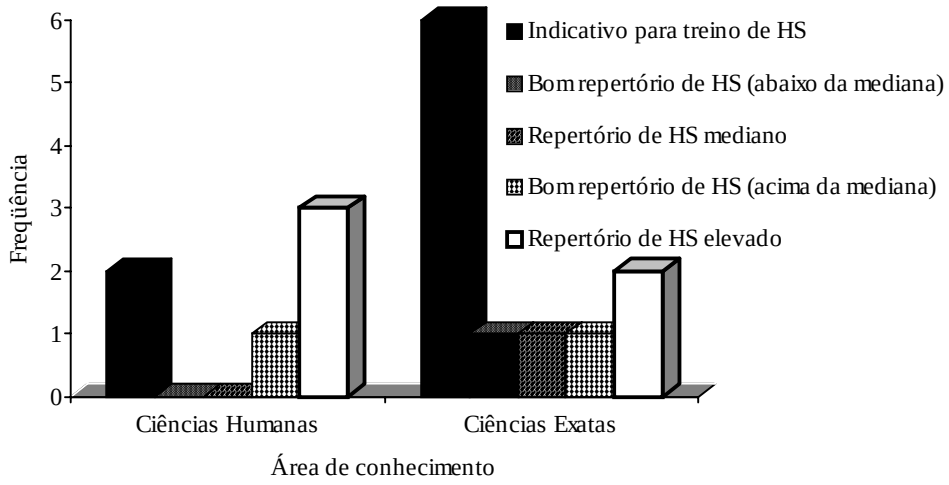


Figura 1 Distribuição dos homens universitários da UNICAP de acordo com a área de conhecimento em função da interpretação do Inventário de Habilidades Sociais (IHS)

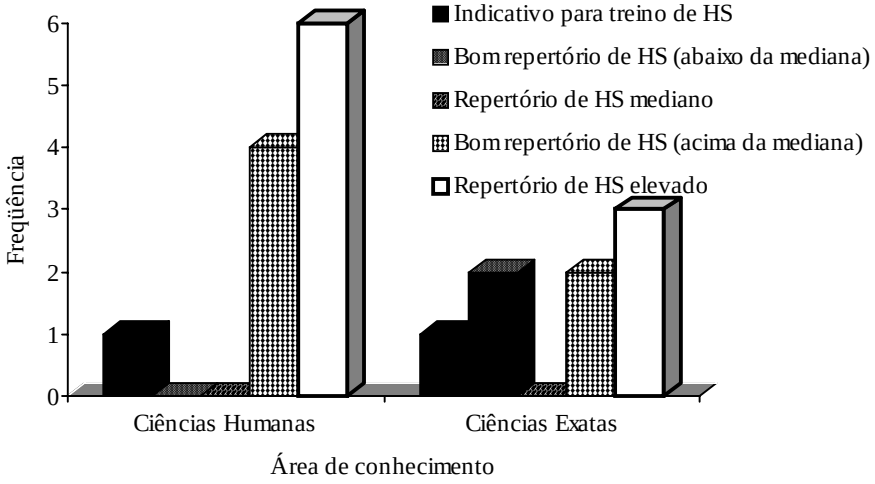


Figura 2 Distribuição das mulheres universitárias da UNICAP de acordo com a área de conhecimento em função da interpretação do Inventário de Habilidades Sociais (IHS)

Considerando-se a distribuição das habilidades sociais em torno dos cinco fatores sugeridos por Del Prette e Del Prette (2003), observa-se, na Tabela 1, que, para o Fator 1 (F1) – enfretamento e auto-afirmação com risco, o grupo masculino apresentou uma média menor (2.12; dp .82) que o grupo feminino (2.29; dp .62). Para o Fator 2 (F2) - auto-afirmação na expressão do sentimento

positivo, verificou-se um predomínio do grupo feminino (média 3.40; dp .42) em comparação com o masculino (2.88; dp .79). Com relação ao Fator 3 (F3) – conversação e desenvoltura social, as mulheres também apresentaram uma média maior que a dos homens (2.82; dp .49; 2.40; dp .86, respectivamente). Avaliando a auto-exposição a desconhecidos e situações novas – Fator 4 (F4), os grupos masculino e feminino apresentaram médias bastante semelhantes (2.21; dp 1.06; 2.10; dp

1.04, respectivamente). Para o último fator (F5) – autocontrole da agressividade, a média dos homens (1.04; dp .82) superou a das mulheres (.79; dp .73).

Tabela 1 Média dos universitários de acordo com o gênero em função dos cinco fatores de habilidades sociais (N=36)

Gênero	Inventário de Habilidades Sociais											
	Fator 1		Fator 2		Fator 3		Fator 4		Fator 5		Escore Total	
	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*
Masculino	2.12	.82	2.88	.79	2.40	.86	2.21	1.06	1.04	.82	90.88	22.45
Feminino	2.29	.62	3.40	.42	2.82	.49	2.10	1.04	.79	.53	102.2	15.56

Comparando-se os dados preliminares obtidos com as médias do grupo de referência, investigado por Del Prette e Del Prette (2003), constatou-se uma convergência de resultados quanto às diferenças de gênero apresentadas para os fatores referentes à auto-afirmação na expressão de sentimento positivo (F2) e do autocontrole da agressividade (F4).

Com relação à tendência à depressão, os indicativos de disforia e de depressão foram observados apenas para o grupo feminino, tendo-se, na área de ciências exatas, apenas um caso de disforia e na área de ciências humanas um caso de depressão. No tocante à tendência ao uso do álcool, verificou-se uma tendência para o grupo masculino, da área de ciências exatas e, para o grupo feminino, um caso na área de ciências humanas.

Conclusões

Pelo fato de as análises estarem ainda numa fase preliminar, ainda não foi possível estabelecer conclusões esclarecedoras acerca dos resultados.

Agradecimentos

Agradecimentos à Universidade Católica de Pernambuco, pelo apoio logístico e financeiro concedido através de bolsa de iniciação científica. Particularmente, à Profª Zélia Melo e à aluna Ana Flávia de O. Mello, pelas contribuições em momentos especiais. Ainda, aos estudantes que se disponibilizaram a fornecer seus dados que possibilitaram esta investigação.

Referências

CUNHA, J. A. **Manual da versão em português das escalas Beck**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais**: terapia e educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Inventário de habilidades sociais**: manual de aplicação, apuração e interpretação. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARLATT, A.; GORDON, J. R. **Prevenção de recaída:** estratégias de manutenção no tratamento de comportamentos adictivos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Enfoque de habilidades para la vida para un desarrollo saludable de niños y adolescentes.** División de Promoción y Protección de la Salud. Programa de Salud Familiar e Población. Unidad Técnica de Adolescencia. Washington, Septiembre, 2001.

HABILIDADES SOCIAIS ENTRE OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Fernanda Cristina Meirinhos[1] ; Suely de Melo Santana[2]

[1] Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. [2] Professora Assistente do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa "Interação Social e Familiar". E-mail: ssantana@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa investigou as habilidades sociais de jovens universitários, considerando as áreas de conhecimento e o gênero. Foram ainda pesquisados fatores correlatos como tendência à depressão e ao uso de álcool. Para tanto, investigou-se, de modo individual, uma amostra de 34 estudantes da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (idade média de 21,35 anos; *dp* 2,55), sendo 18 de ciências exatas e 16 de humanas, de ambos os sexos. Utilizaram-se: 1) entrevista semi–estruturada breve; 2) inventário de Habilidades Sociais – IHS; 3) Inventário de Depressão de Beck – BDI e 4) questionário de tendência ao uso de álcool - CAGE. Os resultados indicaram um repertório bastante elaborado de habilidades sociais entre os homens e um bom repertório de habilidades sociais, situado acima da mediana, para as mulheres. Verificou-se que os homens da área de exatas mostraram-se mais hábeis, enquanto, em humanas, as mulheres predominaram. Constatou-se uma convergência de resultados com a literatura da área, quanto às diferenças de gênero encontradas para os fatores referentes à auto-afirmação na expressão de sentimento positivo e do autocontrole da agressividade. Na área de ciências humanas, foi observada uma maior ocorrência de disforia para os homens e de depressão para as mulheres. Na área de exatas, foram identificados um caso de disforia para cada gênero e um de depressão apenas para o feminino. Quanto à tendência ao uso do álcool, verificou-se um caso de tendência entre os homens para cada área. As análises preliminares ainda não permitem a elaboração de conclusões finais acerca dos resultados.

Palavras-chave: habilidades sociocognitivas; habilidade cognitiva; cognição social.

Introdução

O esforço empreendido por diversas organizações internacionais, governamentais ou não, empenhadas no desenvolvimento saudável dos jovens, tem-se refletido na construção de uma infra-estrutura política e social bem como em diretrizes de ação que oferecem ferramentas e modelos de programas para sua efetivação (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2001). No documento que referencia a elaboração desses modelos, salienta-se que um dos aspectos essenciais no desenvolvimento humano, além da inteligência, consiste na aquisição de habilidades sociocognitivas e emocionais para fazer frente aos problemas surgidos no dia-a-dia. As habilidades sociais, de modo amplo, são definidas enquanto um conjunto de destrezas afetivas, cognitivas e sociais, que instrumentaliza os indivíduos no decorrer do desenvolvimento, orientando-os no enfrentamento efetivo das dificuldades inerentes à vida cotidiana. Para realizar esse objetivo, os indivíduos devem ser hábeis no manejo social, interpessoal, cognitivo e emocional, em termos de comunicação, de lidar com sentimentos de agressividade, ter capacidade empática, além de saber tomar decisões, pensar de modo crítico, saber auto-avaliar-se constantemente e lidar com situações de estresse, expressando autocontrole efetivo.

Com relação aos comportamentos aditivos em geral, dentro de uma concepção cognitivo-

Projeto: Habilidades Sociais entre os Jovens Universitários. **Órgão Financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

comportamental, postula-se que eles consistem em padrões de hábitos hiper-aprendidos e mal-adaptativos, acionados com mecanismo de enfrentamento durante situações percebidas como estressantes. Nessa concepção, o uso do álcool e de outras drogas **VINCULA**-se às expectativas e crenças de que as drogas servem como um antídoto para o estresse e a ansiedade. O aumento do repertório de habilidades sociais consiste em um objetivo terapêutico primário, uma vez que a falta de habilidades no enfrentamento efetivo de situações de alto risco pode conduzir o indivíduo a uma percepção mais ampliada do estresse, da tensão ou ansiedade e, conseqüentemente, a um sentido reduzido de controle pessoal que reforça a crença de ser incapaz de lidar com a situação (MARLATT E GORDON, 1993).

Del Prette e Del Prette (1999) comentam a grande importância de avaliar o repertório de habilidades sociais, dada sua relação com a saúde, a satisfação pessoal, a realização profissional e a qualidade de vida. Particularmente, em relação aos universitários, muito se tem exigido em termos de competência nas relações interpessoais, justificando-se, assim, estudos voltados nesse sentido. Os autores pontuam que os resultados IHS permitem identificar déficits e recursos em habilidades sociais bem como o planejamento e acompanhamento de estudos e programas de intervenção.

Seguindo a literatura mencionada, objetiva-se, com esta pesquisa, investigar e comparar as habilidades sociais entre jovens universitários, especificamente, considerando as variáveis: área de conhecimento e gênero. Almeja-se, também, identificar possíveis fatores correlatos, como tendência à depressão e ao uso de álcool.

Metodologia

Foi investigada uma amostra de 34 jovens universitários da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), selecionados aleatoriamente, conforme as variáveis: 1) área de conhecimento – se ciências humanas (CH) ou ciências exatas (CE) e, 2) gênero – se masculino (M) ou feminino (F). A coleta de dados ocorreu de modo individual, sendo aplicada, primeiramente, uma entrevista semi-estruturada, considerando os eixos básicos referenciados pela Organização Panamericana de Saúde (2001), quais sejam: 1) habilidades sociais, 2) cognitivas e 3) emocionais. Após a entrevista, foram aplicados os três instrumentos de auto-relato que se seguem: 1) Inventário de Habilidades Sociais – IHS (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2003); 2) Inventário de Depressão de Beck – BDI (CUNHA, 2001); e 3) questionário para averiguar tendência ao uso do álcool – CAGE. Antes de iniciar a coleta de dados, foi solicitado o consentimento por escrito dos representantes legais dos departamentos onde ocorreu a pesquisa. Posteriormente, foi dado início ao contato com os participantes de acordo com os critérios já definidos, estabelecendo-se, inicialmente, um bom rapport. Foi explicado o objetivo do projeto e solicitado o consentimento por escrito dos mesmos, partindo-se, então, para as instruções necessárias ao preenchimento adequado dos instrumentos.

Resultados e Discussão

Os estudantes apresentaram uma idade média de 21,35 anos (dp. 2,55) e, quando comparados aos resultados obtidos no estudo de referência, observou-se que o grupo masculino apresentou uma mediana (111,00) referente a um repertório bastante elaborado de habilidades sociais (HS), e o feminino demonstrou um bom repertório de habilidades sociais, situando-se acima da mediana (100,50). Também, foi verificado que os homens da área de ciências exatas (CE) mostraram-se mais hábeis (112,50) que as mulheres desta mesma área (98,50). Na área de ciências humanas (CH), constatou-se exatamente o oposto, uma vez que as mulheres se mostraram-se mais hábeis socialmente (105,00) que os homens (76,00). As Figuras 1 e 2, que se seguem, apresentam a avaliação do repertório de habilidades dos homens e mulheres universitários, respectivamente, em função da área de conhecimento à qual encontram-se vinculados.

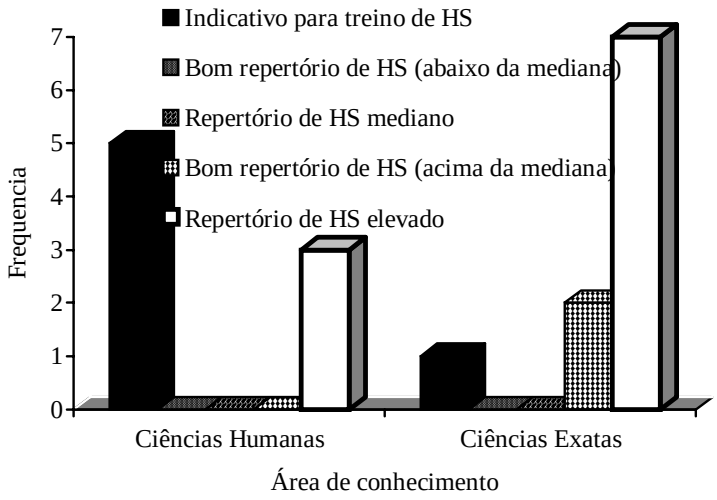


Figura 1 Distribuição dos homens universitários da UFPE de acordo com a área de conhecimento em função da interpretação do Inventário de Habilidades Sociais (IHS)

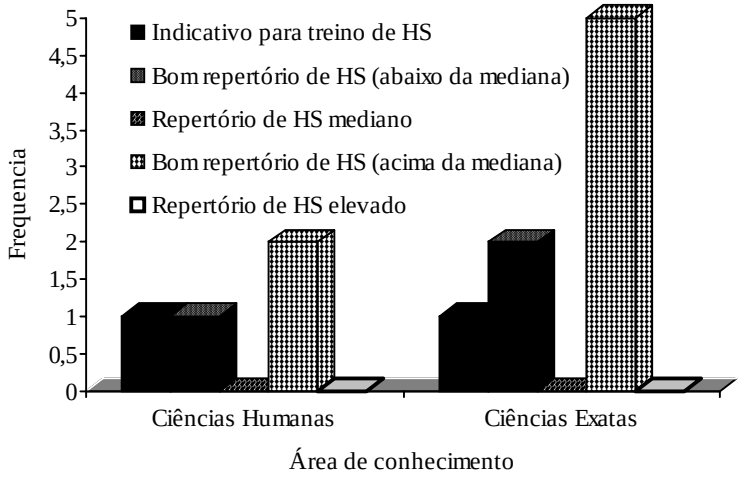


Figura 2 Distribuição das mulheres universitárias da UFPE de acordo com a área de conhecimento em função da interpretação do Inventário de Habilidades Sociais (IHS)

Considerando-se os cinco fatores sugeridos por Del Prette e Del Prette (2003), observa-se, na Tabela 1, que, para o Fator 1 (F1) - enfretamento e auto-afirmação com risco, o grupo masculino apresentou uma média maior (2.41; dp .72) que o grupo feminino (2.04; dp .61). Para o Fator 2 (F2) - auto-afirmação na expressão do sentimento positivo, verificou-se um predomínio do grupo feminino (média 3.20; dp .53) em comparação com o masculino (2.70; dp .78). Com relação ao Fator 3 (F3) - conversação e desenvoltura social, as mulheres também apresentaram uma média maior que a dos homens (2.66 dp .65; 2.43; dp .58, respectivamente). Avaliando a auto-exposição a desconhecidos e situações novas - Fator 4 (F4), os grupos masculino e feminino apresentaram médias bastante semelhantes (2.43; dp .93; 2.42 dp .94, respectivamente). Para o

último fator (F5) - autocontrole da agressividade, a média dos homens (.93; dp .63) superou a das mulheres (.71; dp .68).

Tabela 1 - Média dos universitários de acordo com o gênero em função dos cinco fatores de habilidades sociais (N=34)

Gênero	Inventário de Habilidades Sociais										Escore Total	
	Fator 1		Fator 2		Fator 3		Fator 4		Fator 5			
	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*	Média	*dp*
Masculino	2.41	.72	2.70	.78	2.43	.58	2.43	.93	.93	.63	97.72	22.02
Feminino	2.04	.61	3.20	.53	2.66	.65	2.42	.94	.71	.68	97.37	17.69

Comparando-se os dados preliminares obtidos com as médias do grupo de referência, investigado por Del Prette e Del Prette (2003), constatou-se uma convergência de resultados quanto às diferenças de gênero apresentadas para os fatores referentes à auto-afirmação na expressão de sentimento positivo (F2) e do autocontrole da agressividade (F4).

Os indicativos de disforia e de depressão foram observados tanto para o grupo masculino quanto para o feminino na área de ciências humanas, tendo-se, dos sete casos encontrados nessa área, três ocorrências de disforia para o masculino e um para o feminino e um caso de depressão para os homens e dois casos para as mulheres. Já na área de exatas, foram identificados três casos, sendo um caso de disforia para cada gênero e um de depressão apenas para o grupo feminino. No tocante à tendência ao uso do álcool, verificaram-se dois casos de tendência apenas para o grupo masculino, sendo um da área de ciências exatas e outro de humanas.

Conclusões

Pelo fato de as análises estarem ainda numa fase preliminar, ainda não foi possível estabelecer considerações finais acerca dos resultados.

Agradecimentos

À UNICAP, pelo apoio logístico e financeiro concedido através de bolsa de iniciação científica; à UFPE, pelo apoio estrutural. Particularmente, à Profª Zélia Melo e à aluna Ana Flávia de O. Mello, pelas contribuições em momentos especiais. Ainda, aos estudantes que forneceram voluntariamente seus dados a esta investigação.

Referências

CUNHA, J. A. **Manual da versão em português das escalas Beck**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais**: terapia e educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Inventário de habilidades sociais**: manual de aplicação, apuração e interpretação. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARLATT, A.; GORDON, J. R. **Prevenção de recaída:** estratégias de manutenção no tratamento de comportamentos adictivos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Enfoque de habilidades para la vida para un desarrollo saludable de niños y adolescentes.** División de Promoción y Protección de la Salud. Programa de Salud Familiar e Población. Unidad Técnica de Adolescencia. Washington, Septiembre, 2001.

HOSPITAL E ATIVIDADES RELIGIOSAS E SOCIAIS REALIZADAS PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLINDA

Marianne Silva Carvalho1; Newton Darwin de Andrade Cabral2

1Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; 2Professor do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas, participante do Grupo de Pesquisa em Éticas da Contemporaneidade - E-mail: newton@unicap.br

Resumo

O projeto "A filantropia dos homens bons: a Santa Casa de Misericórdia de Olinda" se propôs desenvolver um minucioso estudo sobre o papel desempenhado pelas irmandades leigas, como a Santa Casa de Misericórdia de Olinda, na filantropia prestada às diversas classes sociais existentes em Pernambuco. Para realizar tal trabalho, foi feito um levantamento das fontes primárias e secundárias disponíveis, sobre a temática em questão, nos arquivos pernambucanos. Posteriormente, um momento final de análise crítico-interpretativa dessas fontes deverá transformar todo o trabalho em artigo para publicação. Este trabalho contempla a possibilidade de começar a preencher uma lacuna na História de Pernambuco, com um trabalho conciso sobre as Misericórdias pernambucanas, em especial sobre a de Olinda, que ainda não foi alvo de estudos, o que trará uma maior extensão do conhecimento para os interessados na questão histórica estudada.

Palavras-chave: filantropia; irmandade; Pernambuco.

Introdução

O projeto "A filantropia dos homens bons: a Santa Casa de Misericórdia de Olinda" pretendeu realizar um estudo sobre o papel promovido pelas santas casas pernambucanas, com destaque para a de Olinda, a mais antiga do Brasil. Essas irmandades, assim como as criadas em todo o Brasil, foram fundadas inspiradas no modelo da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. As referências mais longínquas no que se refere à Santa Casa de Lisboa referem-se à própria iniciativa da fundação, promovida por D. Leonor, mulher de D. João II, e pelo frade trinitário Miguel Contreiras, conhecido por suas obras de caridade para com os pobres de Lisboa. A necessidade da assistência social que levou à criação das irmandades de caridade em Portugal está ligada a fenômenos como praga, fome e guerra, além de ao despovoamento agrário, conseqüência da expansão ultramarina do século XVI. A filantropia social desenvolvida em Portugal, na sua forma mais antiga, tem origem nas albergarias ou hospedarias, iniciadas no século XI, que tinham como propósito oferecer abrigos aos peregrinos e ajudar os pobres, prestando-lhes um serviço médico, ainda que precário.

O apoio assistencial para a criação e conservação das hospedarias e hospitais provinha de diversas origens, coletivas e individuais, eclesiásticas e leigas. Dessa forma, seguindo o contexto e a tradição da filantropia social que já se desenvolvia na Europa, e proliferou-se em Portugal, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, que passou a centralizar os serviços de caridade e a ser detentora de forte prestígio e poder, através do patrocínio real, que lhe possibilitou a extensão de inúmeros privilégios. Posteriormente, com a expansão ultramarina, foi desenvolvida por Portugal a criação e a organização de diversas filiais da Irmandade nos seus domínios ultramarinos na África (Goa e Macau) e no Brasil, onde foram criadas ainda no século XVI:

[1] **Projeto**: A Filantropia dos Homens Bons: A Santa Casa de Misericórdia de Olinda. **Órgão financiador:** PIBIC/UNICAP.

Olinda, em 1540; Santos, em 1543; na Bahia, por volta de 1549, e no Espírito Santo, em 1551, no Rio de Janeiro, em 1582 e em São Paulo, só em 1600. Em Pernambuco, foram fundadas em Goiana, Itamaracá, Igarassu, Recife e Olinda.

A importância científica desta pesquisa consiste no fato de o seu objetivo central ser a produção de um trabalho significativo sobre a história das santas casas pernambucanas e, assim, contribuir para um maior esclarecimento do público em geral, particularmente do acadêmico, sobre essa parte da história de Pernambuco, uma vez que ainda não foi realizado um trabalho minucioso sobre tal temática, ao contrário do que ocorre com as suas homônimas da Bahia e do Rio de Janeiro.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi, a princípio, uma pesquisa bibliográfica nas obras disponíveis encontradas nas bibliotecas pernambucanas, mesmo que elas se detenham a outras áreas do Brasil. Também realizamos pesquisas em teses e dissertações produzidas no Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Atualmente, estamos trabalhando no processo de transcrição dos documentos localizados e levantados nos arquivos pesquisados: Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Concretizada essa fase, procederemos a uma análise, a partir de uma História Sociocultural, fazendo reflexões de acordo com os teóricos Carlo Guinzburg e Michel Foucault. Trabalhamos ainda com obras de Caio César Boschi, João José Reis, e Russell-Wood (ver as referências), que possibilitaram importante conhecimento sobre Confrarias e Irmandades em algumas regiões do Brasil. Concluída a fase de coleta de dados e desenvolvidas as reflexões, reuniremos e organizaremos o material trabalhado visando a transformá-lo em artigo a ser publicado.

Resultados e Discussão

A pesquisa efetuada permitiu a elaboração de alguns aspectos, à guisa de síntese. As Confrarias, divididas em Irmandades e Ordens Terceiras, ocupavam o cenário português desde o século XIII, promovendo assistência social para os seus componentes ou para indivíduos que não faziam parte delas. Para que fosse possível o funcionamento de uma Confraria, era necessário que seu Compromisso fosse deliberado pelas autoridades eclesiásticas (Reis, 1991: 49).

As Irmandades eram associações corporativas, nas quais se desenvolviam ações de solidariedade baseadas na hierarquia social existente entre seus membros. Havia Irmandades de grande prestígio, cujos membros pertenciam à elite branca colonial. No topo, estavam as Santas Casas de Misericórdia, que incorporaram, em muitos lugares do Brasil, o monopólio da assistência social sob a forma de hospitais, orfanatos, recolhimentos e serviços fúnebres. Promoviam caridade para as pessoas localizadas à margem da sociedade, uma vez que seus membros estavam inseridos na alta camada social, sendo seus componentes os mais privilegiados economicamente (Reis, 1991: 51).

A matriz da Santa Casa de Misericórdia que deu origem às filiais do Brasil e de outras partes do mundo foi a Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, inaugurada em 15 de agosto de 1498, em uma capela da Catedral de Lisboa. De acordo com a tradição, um grupo de leigos e um frade trinitário – Miguel de Contreiras – foram os responsáveis pela sua criação. A Irmandade foi patrocinada pelo poder real e tinha como objetivo proporcionar assistência espiritual e material aos necessitados. De Lisboa, a Santa Casa, como era também conhecida, espalhou-se por todos os domínios ultramarinos de Portugal (Russell-Wood, 1981: 1).

O privilégio da primeira Misericórdia no Brasil foi disputado pelas Capitanias de São Vicente e de Pernambuco. Em Olinda e em Ilhéus, as filiais de Lisboa se instalaram por volta da

década de 1560. A Misericórdia do Rio de Janeiro já funcionava em 1582 quando a frota de Diogo Flores Valdés ancorou na Baía de Guanabara com muitos doentes a bordo. Ao fim do século XVI, havia também Misericórdias em São Paulo e em Porto Seguro. Em princípios do século seguinte, foram criadas Santas Casas em muitos lugares do Brasil, como Sergipe, Paraíba (1604), Itamaracá (1611), Belém (1619), Igarassu (1629), e em outras áreas (Russell-Wood, 1981: 31-2).

As Misericórdias controlavam quase que exclusivamente os serviços assistencialistas existentes no Brasil. Munidas dessas responsabilidades, as Misericórdias não perderam seu caráter semi-estatal ou semiburocrático; mesmo sendo a assistência social obra de particulares, as Misericórdias não prescindiram do apoio da Coroa e da sua tutela, pois eram, também, isentas de jurisdição eclesiástica. Ancoradas nesse apoio real, as Santas Casas recebiam inúmeros privilégios, e davam assistência não apenas à população em geral, mas também ao Estado e à municipalidade.

Assim, as autoridades dependiam das Misericórdias para ministrar certos serviços públicos, uma vez que elas assumiam responsabilidades pertencentes ao Estado central (Coroa portuguesa). Esta negociava, em termos econômicos, com a Irmandade, por exemplo, acerca de como se deveria prosseguir com o tratamento de soldados no hospital, e o senado da câmara contribuía para a manutenção dos rejeitados pelas Santas Casas (Boschi, 1986: 67).

Como as Misericórdias detinham boa parte do monopólio da assistência social do Brasil Colônia, não foi diferente com a Santa Casa de Misericórdia de Olinda, que também gozou, sempre, do privilégio de prestar o serviço mortuário, conduzindo os mortos, fossem pobres, ricos, pequenos ou grandes, ou permitindo que outras Irmandades o fizessem, pagando-lhes, então, uma taxa chamada de imposto de tumba, pelo favor concedido à Casa de Lisboa pela sentença do Cardeal Arquiduque da Áustria, em Lisboa, a 30 de junho de 1593. Da mesma forma que ocorreu com a de Olinda, a Santa Casa de Misericórdia do Recife, inaugurada em 29 de julho de 1860, também detinha esse privilégio, pois, de acordo com a Lei 1121, o Bacharel Henrique Pereira de Lucena, Comendador Imperial da Ordem de Rosa e Presidente da Província de Pernambuco, sancionou a resolução na qual ficou decretado que, sob a direção da Santa Casa de Misericórdia do Recife, ficariam o serviço mortuário e os carros fúnebres da mesma cidade.

Conclusões

A organização do projeto e o desenvolvimento da pesquisa intitulada “A filantropia dos homens bons: a Santa Casa de Misericórdia de Olinda” nos proporcionou, enquanto discente do curso de Licenciatura em História e bolsista de Iniciação Científica, uma maior extensão do conhecimento histórico, principalmente no que se refere à temática da assistência social desenvolvida em Pernambuco, tendo em vista que ainda não se tem algo significativo publicado sobre a questão. A pesquisa também possibilitou um maior exercício de atividades inerentes à formação do historiador como o trabalho em arquivos, inclusive em arquivos eclesiásticos particulares, e o aperfeiçoamento na habilidade para efetuar leituras que exigem conhecimento paleográfico acurado. Mas, sobretudo, este trabalho está sendo realizado com o objetivo expresso de buscar beneficiar todo o público interessado no conhecimento de parte da História de Pernambuco, particularmente na área da assistência social, na qual estão inseridas as santas casas pernambucanas, a começar pelo pioneirismo da que foi instalada em Olinda.

Agradecimentos

A Deus, por esta realização; ao PIBIC/UNICAP, pelo incentivo à nossa vida profissional via concessão da bolsa; aos professores, tanto a que iniciou quanto o que concluiu a orientação, pela credibilidade depositada e pela contribuição em nossa formação acadêmica.

Referências

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GINZBURG. Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE. **Relatório apresentado a 10ª Junta Administrativa.** 1878. Recife, 1878.

“HACKERS”: INFRATORES DA LEI

Hilário Gurgel da Cunha Netto; Edijéce Martins Ferreira.

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro Ciências Sócias;
[2]Professores do Departamento de Sociologia do Centro Ciências Sociais; Email: edijece@unicap.br
Líder do grupo de pesquisa: Núcleo de Estudo e Desenvolvimento Social-comunitário (NEDESC)

Resumo
O mundo hodierno e globalizado está sempre à mercê das inovações tecnológicas. A rede de computadores – Internet - está ligada ao cotidiano das pessoas. Isso é perceptível, uma vez que quase todas as nossas ações têm ligação, direta ou indiretamente, com o computador e, por via de conseqüência, com a rede mundial.
Assim sendo, comprar, efetuar um pagamento em banco virtual, fazer pesquisas na rede on-line é cada vez mais freqüente. Neste espaço, pode-se perceber que a referida rede, todavia, não tem proprietário, o que indica uma tendência cada vez maior para a propagação do crime virtual. Esta pesquisa empírica se propõe analisar e tipificar os cybercrimes realizados pelo Hackers no âmbito nacional, exemplificando, de uma forma objetiva e concisa, os casos decorrentes no cyberespaço desses denominados infratores da lei.

Palavras-chave: direito; informática jurídica; piratas eletrônicos

Introdução

É notório em todo o Brasil que a Internet cresce hodiernamente, transformando e incorporando-se, com alta freqüência, na vida das pessoas. Entretanto, como é do senso comum, a grande rede não tem proprietário, tendo, portanto, como uma de suas características mais fortes, a “liberdade ilimitada” fornecida aos seus navegantes. Com o desenvolvimento da Internet, o uso do computador se faz necessário em praticamente todos os segmentos sociais e, por isso, o Direito não poderia ficar isento dessa realidade, com a finalidade de manter o equilíbrio social, para que essa “liberdade” não cause danos ao convívio e interação dos vários grupos sociais (guetos).

Nesse contexto, surgiu uma nova forma de criminalidade: o crime virtual. Delito exclusivo do Cyberespaço, praticado pelos cyberdelinqüentes, mais conhecidos como “hackers”, que, no Brasil, apenas recebeu destaque a partir de 1999. A codificação penal, como em qualquer outro tipo de

---

- Pronuncia-se “réquer”. Usado originariamente para designar usuários com altos conhecimentos técnicos em computador, teve seu sentido alterado pejorativamente e atualmente é usado em referência aos criminosos digitais. Do verbo To hack**, em inglês, guarda diversos significados que vão de pontapé a manjedoura, passando por táxi podendo ainda dizer tosse. Para David Casacuberta, responsável pelo Dicionário de Cyberdireito, o termo (hacker) vem do inglês *hack* usado normalmente no contexto dos lenhadores no sentido de cortar alguma coisa em pedaços ou no sentido de dar pontapés. Segundo a lenda, o primeiro uso não “tradicional” do termo se deveu a alguém que sabia dar um pontapé (hack) no ponto exato de uma máquina de refrigerantes para dela conseguir uma lata gratuitamente. Seja nesse sentido, seja no sentido de cortar algo em pedaços, o certo é que o primeiro uso genuíno de *hacker* no mundo da informática foi referindo-se a alguém que conhecia detalhadamente um sistema operacional, a ponto de poder obter desse o que quisesse. Difundindo-se rapidamente, o termo assumiu uma nova acepção: a de intruso ou infrator da Internet; aquele que acessa um controle de uma máquina na rede, sem permissão.**
Projeto: Hackers: Infratores da Lei. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base para Iniciação Científica - PIBIC

positivismo, requer certo tempo, acarretando, com isso, a impunidade dos "hackers", pois esses infratores da lei ainda não estão devidamente tipificados no Código Penal brasileiro.

Os crimes digitais cometidos pelos hackers[1] se constituem em um fenômeno mundial que tem se alastrado em proporções descomunais nas últimas décadas.

O avanço da tecnologia na área da informática provocou uma grande revolução nas relações sociais. O salto tecnológico a que assistimos foi gigantesco, a evolução da técnica entre a época dos Césares romanos e a era do absolutismo europeu foi, em termos, pouco significativa, se comparada ao que se tem visto nos últimos cinqüenta anos. Ao iniciar o século XX, a humanidade não conhecia a televisão, nem os foguetes. O automóvel, o rádio e o telefone eram inventos presentes, mas pouco conhecidos. Ao findar o século, já tínhamos computador, a Internet e as viagens espaciais. Evidentemente, as facilidades alcançadas pelo uso do computador e, principalmente, da Internet, transformaram o cotidiano da vida moderna, afirmam Castro[1] e Lévy[2]. Nesse sentido, os meios eletrônicos, sobretudo a Internet, de acordo com Blum e Arusio[4], possibilitam a prática de crimes complexos e que exigem uma solução rápida e especializada. O avanço tecnológico tem proporcionado o incremento dos crimes comuns, de tal forma que, sem sombra de dúvida, os delitos virtuais crescem na proporção do avanço da tecnologia, sem as devidas punições.

Tal afirmativa é referendada por Carvalho, quando afirma que a lei deve acompanhar as inovações criadas e experimentadas pela sociedade, ratificando, assim, o pensamento secular do filósofo italiano Beccaria[6]. Contudo, como na maioria dos sistemas jurídicos que têm a lei como fonte principal mas (o caso do Brasil), o processo legislativo é bem mais lento do que os avanços tecnológicos e as conseqüências.

Diante disso, levando em consideração que o Código Penal em vigor no Brasil (parte especial) data de 07 dezembro de 1940, e considerando a premissa da precariedade tecnológica daquela época, é compreensível a existência de lacunas referentes a sanções relativas aos atuais crimes cometidos através da Internet. No entanto, não se justifica a abstenção dos operadores jurídicos mediante o avanço das infrações no cyberespaço, exercendo posição passiva ante a defasagem legislativa concernente às modernas técnicas criminosas.

Observa-se como maior entrave do operador jurídico que lida com a criminalidade virtual a aplicação da lei penal no espaço. O Código Penal brasileiro adota a Teoria da Ubiqüidade, expressa no art. 5º, no qual "considera-se praticado o crime no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado". Essa problemática se deve ao fato de que o Código Penal brasileiro desconsidera o caráter universalista da Internet. Paralelamente, há a carência de um tratado internacional uniforme que regulamente as punições de forma globalizada. Ratificam essa premissa renomados juristas, entre eles, Greco[7].

Tomamos como fio condutor desta pesquisa empírica os "piratas eletrônicos", popularmente conhecidos como "hackers". Originário dos laboratórios de computação do MIT (Massachusets Institute of Tecnology), de acordo com a literatura, o termo "hacker" faz menção também aos estudantes de informática que ficavam noites e até dias enclausura dos em laboratórios, explorando o máximo que o computador pudesse prover. Na realidade, "hacker" designaria o especialista, aquele que é esclarecido em determinado ramo do conhecimento, nesse caso, o computador.

---

[1] **CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de.** Impunidade na internet. **Disponível no site http://www.direitonaweb.adv.br/doutrina. Acessado em 20/02/03.**

[2] **LÉVY, Pierre.** Cibercultura**. São Paulo: ed. 34. p. 33.**

[4] **BLUM, Renato; ARUSIO, Juliana Cunha.** Crimes eletrônicos. **Disponível no site http://via-rs.com.br Acessado em 01/03/03.**

[6] **BECCARIA, Cesare.** Dos delitos e das penas. **São Paulo: Martin Claret, 2000. p.12**

[7] **GRECO, Marco Aurélio e outros.** Internet e Direito: **relações judiciais na sociedade informatizada. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2001.**

Metodologia

Com o objetivo de codificar os cybercrimes cometidos pelos "hackers", assim como analisar o atual estado da legislação penal impetrada a esses infratores no âmbito do território brasileiro, relacionando-a à realidade de países como a Alemanha, berço do Direito brasileiro, e os Estados Unidos, país hegemônico das patentes da tecnologia do cyberespaço, é nossa pretensão desenvolver um estudo descritivo, dentro da perspectiva do Direito.

Por outro lado, esse projeto empírico pressupõe um ciclo permanente de integração e de sucessivo recomeçar, numa construção em que sujeito e objeto interagem reciprocamente, como afirma Minayo[23] "... O conhecimento é a construção que se faz a partir de outros conhecimentos, nos quais se exercita a apreensão, a crítica e a razão".

De início, pretendemos realizar um levantamento documental do assunto, envolvendo dados legislativos, livros de interesse, artigos publicados em periódicos especializados e, ainda na fase de coleta de dados, acessar textos relevantes na Internet; seguindo-se contatos junto aos Consulados e Embaixadas da Alemanha e dos Estados Unidos.

Em momento seguinte, faremos entrevistas com os parlamentares, autores dos Projetos de Lei em tramitação nas comissões do Congresso Nacional em Brasília - DF;

Finalmente, buscaremos testemunhos de "hackers", utilizando, também, a técnica da entrevista, a fim de colher depoimentos orais, por emails ou teleconferências e, em paralelo, buscar, também, dados junto às Instituições Públicas e Privadas que tenham sido invadidas por "hackes".

Resultados e Discussão

A atual conjuntura fatídica traz à tona, principalmente pela mídia televisionada, um relevante temor no seio da sociedade. O aparente temor de se inovar não pode sobrepor-se à realidade social que estamos vivenciando.

Delinqüentes, estelionatários, bandidos, quaisquer desses qualificativos podem ser ditos de um "hacker", infelizmente o que não se pode dizer é que são pessoas sem um grande conhecimento, ao menos em computadores. Geralmente, são gênios em frente a monitores, que fazem de suas vidas grandes desafios. Lamentável, todavia, é a situação de quem participa desses desafios, mesmo sem vontade, ou seja, as vítimas que são lesadas diariamente por esses mestres do conhecimento digital.

De acordo com a mi2g inteligence Unit, empresa de consultoria de risco digital de Londres, só no ano de 2003 a ação dos "hackers" já causou prejuízos entre R$ 356,4 bilhões e 435,3 bilhões em todo mundo.

Em Janeiro de 2004, tivemos a primeira condenação da Justiça brasileira de alguém que tenha lesado pessoas físicas e bancos pela Internet. Lastimavelmente, essa prisão do estudante brasileiro Guilherme Amorim Oliveira Alves, 19 anos, condenado a seis anos e quatro meses, foi feita pelo motivo de estilionado, chegando a ser considerada inválida nos termos de crimes de informáticas por alguns doutrinadores. O que esses juristas objetivam é uma prisão por ato tipificado de forma exclusiva no Código Penal, e não enquadrar delinqüentes em crimes análogos.

Aguardando um parecer do Senado Federal, está o projeto de lei dos crimes digitais, que já foi aprovado pela câmera desde 2002. Esse projeto será uma tentativa inicial de "remendar", ou seja, complementar o nosso Código Penal, um tanto já antigo (1940). A falta de lei para o julgamento desses piratas eletrônicos deixa, de certa forma, os magistrados de "mãos atadas", apenas podendo deferir penas em relação aos crimes tipificados em lei.

[23] **MINAYO, Maria Cecília de Souza.** O desafio do conhecimento: **Pesquisa qualitativa de saúde.** São Paulo: Hucitec, 2000. p.89.

Conclusões

Há tempo, os juristas mais renomados do Brasil vêm prometendo mudanças parciais ou totais no Código Penal. Provavelmente, agora, teremos uma modificação, ou seja, uma complementação desses novos crimes da era digital. É importuno que cybercriminosos que lesam clientes dos maiores bancos brasileiros, como Banco do Brasil, Banco Real, Banco Itaú, em mais de 750 mil reais, somente nesse 1º semestre, sejam condenados a penas desproporcionais e irrisórias em relação à gravidade de seus atos.

Parlamentares vêm deliberando hodiernamente para sanar e lacrar as brechas existentes no nosso ordenamento jurídico. Infelizmente, a morosidade jurídica nos traz um lapso temporal entre o criar e o instituir. Destaca-se pelo pioneirismo o Deputado Federal Luiz Piauhylino, um dos representantes do povo Pernambucano no Congresso Nacional.

Não nos esqueçamos da lição do grande Jurisfilósofo Beccaria, quando afirma: "A lei deve acompanhar as inovações criadas e experimentadas pela sociedade." Contudo, como na maioria dos sistemas jurídicos que têm a lei como fonte principal (o caso do Brasil), o processo legislativo é bem mais lento do que os avanços tecnológicos, dessa forma, o pensamento secular do Italiano Cesare Beccaria deve ser seguido arduamente.

Agradecimentos

Como essa oportunidade única, agradecemos a Deus primordialmente; à UNICAP, pela chance singular dada, para que com isso pudéssemos desenvolver um projeto empírico e satisfatório ao meio científico.

Referências

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2000. p.12

BLUM, Renato; ARUSIO, Juliana Cunha. **Crimes eletrônicos**. Disponível no site http://via-rs.com.br

Acessado em 01/03/03.

CARVALHO, Ivan Lira de. **Crimes na Internet**: há como puni-los. Disponível no site http://www.irc.via

rs.com.br. Acessado em 18/03/02.

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Impunidade na Internet**. Disponível no site http:/ www.direitonaweb.adv.br/doutrina. Acessado em 20/02/03.

A Consciência Hacker: Uma visão objetiva. Rio de Janeiro: Book Express, 2000. 95 p.

GRECO, Marco Aurélio e outros. **Internet e Direito**: relações judiciais na sociedade informatizada. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: ed. 34. p. 33.

LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coordenadores e outros). **Direito & Internet**: Aspectos Jurídicos Relevantes. Bauru, SP: EDIPRO, 2000.

HERMENÊUTICA DA FEDERAÇÃO

Paula Vale de Siqueira Campos[1]; Marcelo Labanca Corrêa de Araújo[2]

[1]Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, E-mail: paulavsc@hotmail.com;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais, E-mail: labanca@bcb.gov.br

Resumo
A pesquisa tem por escopo a análise da aplicação do Princípio da Simetria Constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no exercício de sua função precípua de "guardião da Constituição". Para tanto, desenvolveram-se pesquisas bibliográficas acerca dos princípios de hermenêutica constitucional, assim como dos princípios positivos (limitadores da autonomia do Estados-membros e do seu poder constituinte decorrente) com a finalidade de se compreender a natureza que pode possivelmente ser atribuída ao Princípio Simetria, já que o STF silencia acerca de sua definição e, como se não bastasse, não procede a uma delimitação do seu âmbito de incidência, o que ocasiona a falta de um critério coerente na sua utilização, aplicando-o em casos distintos. Observa-se que, dessa forma, há um grande risco de se descaracterizar o sistema federalista adotado, já que as decisões do STF, tecidas sob esse argumento, tendem a minimizar a liberdade criativa dos Estados-Membros, ferindo um dos princípios basilares do federalismo, que é a autonomia legiferante (normatização própria) concedida às unidades federativas.

Palavras-chave: interpretação constitucional; federalismo; princípio da simetria.

Introdução

A presente pesquisa tem por escopo o estudo do Princípio da Simetria Constitucional coroado nas decisões do Supremo Tribunal Federal como justificativa da reprodução ou não das normas constitucionais federais no âmbito estadual. Nossa premissa consiste em identificar e analisar os limites à autonomia do Poder Constituinte decorrente na elaboração e aplicação das normas constitucionais dos Estados-membros e os princípios de hermenêutica constitucional com a finalidade de se conhecer a natureza do princípio retro mencionado, enquadrando-o no rol dos princípios-limite ou no rol dos princípios de hermenêutica constitucional. Os princípios de hermenêutica "consistem em linhas orientadoras da atividade do intérprete da Constituição, que deve tê-los como limites e condicionantes aos métodos da interpretação jurídica em geral" (SÉRGIO FERRARI, 2003, p. 203). Daí concluirmos que esses são meios através dos quais se aplicam determinadas normas constitucionais, cuja utilização não se faz obrigatória, dado o seu caráter auxiliar, não se concebendo, destarte, imputar a idéia de violação quando da sua não aplicação; esta, exclusiva dos princípios positivados na Constituição (princípios sensíveis, estabelecidos e extensíveis), cuja não observação implica sanções (a exemplo do art. 34, CF), são, portanto de aplicação obrigatória; pois, como bem assevera Raul Machado Horta, "é função constituinte estadual, no momento de elaboração da Constituição do Estado, identificar esses princípios e normas que emanam da Constituição Federal, para exercer adequadamente o poder de organização do Estado" (HORTA, 1999, p.205). A necessidade de se estudar o princípio da simetria constitucional brota do silêncio por parte do nosso Tribunal Constitucional quanto ao significado deste, indefinindo-o, o que possibilita ao STF sua utilização com fulcro em vários

Projeto: A Federação brasileira inventada pela jurisdição constitucional. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP.

elementos subjetivos, sem um critério determinado, ensejando decisões que oscilam, ora coroando um federalismo mais rígido, impondo maiores limites às Cartas estaduais; ora, mais maleável, conferindo-lhes maior autonomia. Isso decorre do fato de não ser definido um do âmbito de incidência pelo STF para tal princípio. Para tanto, estabeleceu-se como objetivo geral entender como a Federação brasileira encontra-se estruturada e de que forma ela vem sendo alterada pela Jurisdição Constitucional, reduzindo ou ampliando os espaços de atuação dos Estados-membros e Municípios no jogo federativo; e, como objetivos específicos, identificar as semelhanças e dessemelhanças entre um modelo geral de Federação e o modelo positivado na Constituição Federal de 1988; identificar se as decisões judiciais constitucionais sobre a federação se afastam do texto constitucional para atender ao jogo das forças políticas federativas ou se apenas mantêm uma fórmula do federalismo tal qual como positivado no texto constitucional; identificar de que maneira essas decisões constitucionais são tomadas e com base em quais critérios e regras de hermenêutica; identificar os usos de interpretação constitucional realizados pelo Supremo Tribunal Federal com base nos princípios constitucionais sensíveis, estabelecidos e extensíveis, bem como na extensão que se tem dado ao princípio da simetria constitucional.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida através de pesquisas bibliográfica e jurisprudencial na qual se selecionaram os textos científicos relativos à Hermenêutica Constitucional e Princípios limitadores da auto-organização dos Estados-Membros, que foram lidos de acordo com cronograma de atividades. Posteriormente, passou-se à discussão acerca das leituras realizadas para a obtenção dos resultados e a elaboração dos relatórios.

Resultados e Discussão

Após a análise das leituras do material coletado (bibliografia e jurisprudências), pôde-se encontrar alguns resultados que colaboraram para a conclusão da pesquisa. Observou-se, ao analisar os princípios limitadores da autonomia dos Estados-membros que eles têm reconhecimento uníssono na doutrina, embora muitos doutrinadores lhes atribuam denominações distintas. Os princípios sensíveis "são aqueles clara e indubitavelmente mostrados pela Constituição, os apontados, enumerados" (SILVA, 2001, p.596), não há divergências quanto ao conteúdo do princípio, mas somente quanto às denominações que lhes são atribuídas, visto que outros doutrinadores, como Raul Machado Horta (HORTA, 1995, p. 392), que lhes atribui o nome de "Princípios Constitucionais", e Manoel Gonçalves Ferreira Filho (FERREIRA FILHO, 1990, p. 201), que os classificou como "Princípios (propriamente ditos) de limitação", sob a justificativa de não haver dificuldade em identificá-los, já que se encontram dispostos no art. 34, VII da Carta Magna. Os princípios estabelecidos, classificação criada por Raul Machado Horta e adotada por José Afonso da Silva, dizem respeito, segundo Machado Horta, às normas limitadoras da autonomia organizatória dos Estados-Membros e estão elas dispersas na Constituição; já Manoel Gonçalves Ferreira Filho os denominou de "Princípios implícitos"; entretanto, o autor considera tais princípios duvidosos dada à grande carga de subjetividade que eles possuem, visto que, segundo ele, "cada jurista acaba por estabelecer a sua relação de princípios implícitos" (FERREIRA FILHO, 1990, p.201), enfraquecendo, destarte, a respeitabilidade científica. E, por fim, os princípios extensíveis são regras de organização da União que são de cumprimento obrigatório pelos entes federados. Raul Machado Horta os classifica como normas de pré-ordenação, estão dispostos, por exemplo, nos arts. 27, 28, 39 a 41, dentre outros. Salienta-se que o descumprimento ou afronta a esse princípio, diferentemente dos princípios constitucionais sensíveis, não dão ensejo à intervenção federal. Seguindo a classificação do referido autor, temos a mesma denominação adotada por Manuel Gonçalves Ferreira Filho, que, segundo ele, são assim denominados, porque definem a

estrutura dos órgãos estaduais. São, portanto, regras do ordenamento jurídico constitucional federal que se estendem à aplicação por parte das Constituições Estaduais obrigatoriamente. Os Princípios de Hermenêutica Constitucional, no entanto, não funcionam como limites, eles apenas orientam, representam o meio através do qual os operadores do direito chegam a uma melhor aplicação das normas constitucionais, por isso eles não são obrigatórios, pois têm papel precípuo de auxiliar. Nesse diapasão, procedeu-se à seleção de alguns julgados no STF acerca do princípio da simetria, para que se chegasse à conclusão acerca da sua natureza. Observou-se que o STF não estabelece o seu âmbito de incidência e foram encontradas várias hipóteses em que se utiliza esse princípio como justificativa das decisões emanadas. Não há critério no seu uso, o que induz ao questionamento de que se trata (o princípio da simetria) de um princípio de interpretação ou de um princípio-limite, já que, em alguns julgados é-lhe atribuída uma característica própria dos princípios-limite (a exemplo do RE 223037/SE e da ADI 1353/RN) e, em outros, é atribuída a função de mero caminho para a composição dos conflitos. Esta etapa da pesquisa se mostrou de grande importância, pois, com a análise dos julgados é que se pôde observar as aplicações do principio da simetria. Entretanto, o pequeno número de jurisprudências referentes ao tema configurou limitações à pesquisa, assim como a paupérrima bibliografia, o que demonstra, mais uma vez, a relevância da pesquisa e do estudo realizado.

Conclusões

Conforme se pôde observar com a pesquisa, há uma problemática acerca da definição do Princípio da Simetria Constitucional (o STF não se pronuncia sobre o seu significado, somente o invocando como justificativa de suas decisões), da sua aplicação por parte do nosso Tribunal Constitucional, que não estabelece um critério consistente de sua aplicação, o que fomentou a necessidade de se aprofundar o seu estudo, para, assim, perceber que o Princípio da Simetria, sob suas diversas aplicações, assume a posição ora de Princípio de Hermenêutica, quando sua função é apenas a de orientar a composição dos conflitos entre as normas Constitucionais Estaduais e/ou reproduzir normas federais no âmbito estadual quando da ausência de norma constitucional permissiva; ora a posição dos Princípios Positivos, quando busca limitar a liberdade criativa dos Estados-membros.

Agradecimentos

Agradece-se ao Programa de Base para Iniciação Científica – PIBIC e à Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Referências

FERRARI, Sérgio. **Constituição Estadual e Federação.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988.** São Paulo: Saraiva, 1990.

HORTA, Raul Machado. **Estudos de Direito Constitucional.** Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 19ª ed. São Paulo: Malheiros editores, 2001.

IMPACTOS DO TURISMO RURAL DE LAZER E DA EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Marcelo Ferreira Ribeiro; Cláudia Satie Hamasaki1

1Estudante do Curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais; E-mail marceloribeiro@universiabrasil.net; professora do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais, Líder do Grupo de Pesquisa Economia, Espaço e Meio Ambiente; E-mail satie@unicap.br; novorural@ig.com.br.

Resumo

O meio rural da região do Agreste Pernambucano já não pode ser analisado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias que tradicionalmente caracterizou a mesorregião. O surgimento e expansão das novas atividades caracterizadas como atividades do "novo rural" - agrícolas e não-agrícolas, incorporando novas tecnologias, de produção intensiva e de pequena escala - têm criado oportunidades de investimento e de produção para agentes econômicos que não são mais caracterizados apenas como produtores agropecuários, pois muitos estão ocupados em atividades não-agrícolas, urbanas ou não. De forma crescente, os componentes das famílias tradicionalmente chamadas de rurais estão sendo ocupados em atividades que combinam atividades fora e dentro dos estabelecimentos rurais, combinam atividades agrícolas e não-agrícolas. O objetivo da pesquisa é o de avaliar os impactos socioeconômicos daquelas novas atividades na região, em especial do turismo rural e de lazer e da expansão imobiliária (construção de condomínios e chácaras de recreio), devido às recentes transformações ocorridas, principalmente sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Como primeiros resultados, as informações e as visitas sugerem mudanças no âmbito econômico na área pesquisada, com indícios de que a agropecuária, que é a principal atividade econômica, cede espaços a outras atividades como o turismo rural e de lazer, além de grande crescimento dos negócios na área imobiliária. A atividade turística vem-se demonstrando cada vez mais atrativa; candidata-se a ser nova ocupação para a população local, incorporando as características do novo rural, embora persistam alguns entraves em Pernambuco, como a falta de uma maior infra-estrutura favorável à atividade turística.
Palavras-chave: novo rural; desenvolvimento local; políticas públicas.

Introdução

A agropecuária brasileira passou por um importante processo de modernização a partir dos anos 60, baseado na incorporação de novas tecnologias de produção. No entanto, essa modernização atinge de forma diferenciada regiões e subsetores da agropecuária, que, nos últimos vinte anos, se intensifica e assume uma nova configuração, com crescente importância das agroindústrias e da produção das commodities, associadas ao que se passaria a denominar de agronegócios brasileiros (ou agribusiness brasileiro). Excluídas da modernização intensificada pelos agronegócios, as atividades da pequena agricultura, baseadas na produção com técnicas rudimentares e na criação extensiva de pequenos animais, destinada à produção para subsistência, agravam a situação da população de áreas rurais em que predomina a baixa produtividade, a mão-de-obra sem qualificação, trabalhadores rurais sem terra. Ao mesmo tempo, cresce o conjunto de atividades na área rural que não são relacionadas à produção

Projeto de Pequisa: O novo rural no agreste de Pernambuco: avaliação dos impactos das “novas” atividades e das políticas públicas sobre o desenvolvimento local. Órgão financiador: PIBIC-UNICAP – Programa Institucional de Base de Iniciação Científica.

agropecuária ou são consideradas "novas" atividades agropecuárias. São aquelas destinadas ao lazer, ao turismo, à prestação de serviços, moradia e expansão imobiliária, a atividades industriais e novas atividades produtivas e comerciais. A esse conjunto de transformações, Graziano da Silva e Campanhola (2000a) chama de "novo rural brasileiro", em que atividades que não tinham destaque, enquanto produção econômica nas áreas rurais, acabaram transformando-se em importantes alternativas enquanto atividades e ocupação de espaços econômicos no meio rural. Ao integrar cadeias produtivas que envolvem desde a produção das agroindústrias até a prestação de serviços da produção e logística, transforma-se em importantes fontes de geração de emprego e de renda. Nesse sentido, o rural e o urbano mais se complementam do que podem ser delimitados, tanto do ponto de vista espacial quanto da organização das atividades econômicas. Com a incorporação de inovações tecnológicas às atividades agropecuárias e agroindustriais, e a extensão do urbano (atividades econômicas e prestação de serviços e sobre espaços tradicionalmente considerados como rural), o meio rural vem sofrendo crescente urbanização, com importantes transformações na sua configuração econômica, social e ambiental, absorvendo novas atividades rurais, que são agrícolas e não-agrícolas.

No Nordeste, as principais transformações no sentido do "novo rural" ocorreram em áreas que vêm apresentando crescente participação econômica na região, embora em áreas ainda bastante específicas. Em Pernambuco, vêm surgindo áreas que se caracterizam por esse conjunto de novas atividades ligadas às áreas rurais, com importantes transformações do espaço agrário. É o caso do Agreste Pernambucano, que tradicionalmente se caracterizou por atividades ligadas à pequena agricultura e pela pecuária, mas que vem destacando-se por novas atividades relacionadas ao turismo de época e de lazer, à expansão e especulação imobiliária (que envolve as atividades da construção civil), movelaria, entre outras. Segundo Graziano da Silva e Campanhola (2000b), em 1997, mais de 25% das pessoas ocupadas no meio rural estão envolvidas em atividades não-agrícolas. No Agreste Pernambucano, um conjunto de municípios vem-se destacando pelas atividades que caracterizam o "novo rural" e em que o rural não pode mais ser caracterizado somente pela agricultura e pela pecuária. São todas atividades que crescentemente têm atendido a novos nichos de mercado, que podem ser consideradas como focos de dinamismo, com importantes efeitos de encadeamento e importantes repercussões sobre outras atividades. São de crescente importância os incentivos à instalação de cadeias produtivas integradas a cadeias de distribuição locais; à exploração sustentada de áreas de proteção ambiental, de sítios arqueológicos, e áreas de reserva legal, através de manejo adequado, do ecoturismo e do turismo de lazer, visando a explorar "nichos" de mercados locais e ampliar mercados pela divulgação de potencialidades locais para fora dos limites da região. São perspectivas para promoção da economia local.

O trabalho tem como objetivo analisar os rebatimentos econômicos e sociais das atividades do "novo rural, em especial aquelas relacionadas ao turismo rural e de lazer e à expansão imobiliária, dadas as potencialidades de crescimento econômico da região a partir dos condicionantes econômicos e sociais, avaliando-se os mecanismos de integração com outras atividades, os aspectos distributivos e a dependência de ações governamentais e da iniciativa privada.

Metodologia

A primeira etapa do trabalho de pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre o Agreste Pernambucano, buscando informações, em especial, sobre as novas e tradicionais atividades econômicas desenvolvidas na mesorregião, com atenção àquelas relacionadas com o "novo rural" e com os impactos sobre o mercado de trabalho e a geração de renda. O objetivo foi construir um diagnóstico preliminar que considere os fatos econômicos, técnicos e sociais como fatores explicativos da realidade da área estudada. As informações e dados secundários (referentes aos

tipos de atividades, produção, emprego, indicadores sociais) correspondem aos últimos levantamentos estatísticos fornecidos pelo IBGE (Censo Agropecuário), dados da FIDEM (Fundação de Desenvolvimento Municipal), CONDEPE (Instituto de Planejamento de Pernambuco), EMPETUR (Empresa de Turismo de Pernambuco/S. A), outras instituições de governo (estadual e municipal) e não-governamentais, e instituições de pesquisa.

A segunda etapa tem como método a realização de visitas aos municípios selecionados em uma pesquisa de campo. Estes foram escolhidos pelo destaque que vêm obtendo no estado, em função das novas atividades agrícolas e não-agrícolas. A pesquisa de campo se utiliza de questionários e entrevistas com os agentes públicos e privados, buscando informações sobre a diversidade de atividades que são objeto de investigação neste trabalho. Como muitas das novas atividades têm caráter sazonal, são realizadas visitas de campo nos períodos em que ocorrem eventos, festivais, feiras e exposições de época. A área de pesquisa compreende o que o IBGE delimita como sendo Agreste Pernambucano, especificamente os municípios: Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Toritama.

Resultados e discussão

O Agreste Pernambucano, historicamente, teve sua principal atividade econômica baseada na agropecuária. Atividades como agricultura de subsistência (feijão, milho), o ciclo do algodão, a criação de bovinos, caprinos sempre predominaram na região. Pelas suas condições climáticas e de solo mais favoráveis, essas atividades econômicas se instalaram na região (ANDRADE,1998). Contudo, a região Nordeste sempre enfrentou o problema da seca, e a falta de chuvas torna, muitas vezes, a agricultura um "negócio" inviável. A seca afeta as condições naturais de produção, que, com isso, diminui, atingindo o volume de empregos, que é diretamente prejudicado. Mesmo nas últimas décadas, em que a seca não castigou muito a região, a população local era em geral pobre e essa mesorregião é caracterizada pelo alto número de minifúndios e esses pequenos proprietários sempre necessitaram trabalhar em grandes propriedades para complementar a renda familiar (ANDRADE,1998).

No entanto, ao longo dos últimos 10 anos, tem crescido a importância das atividades do que se chama de "novo rural", imprimindo uma nova identidade ao Agreste, representada pelas atividades que são de caráter urbano, mas que se instalam em áreas rurais, a exemplo do turismo rural, turismo de lazer, turismo de compras, uso da região para viagens de descanso e de lazer, geralmente feitas para condomínios fechados, entre outras. O turismo rural se apresenta como uma dessas alternativas, devido a sua variedade de opções, tais como o agroturismo, ecoturismo, hotel-fazenda, atividades essas que não estão diretamente relacionadas à atividade agropecuária (ROQUE e VIVAN,1996).

É necessário atentar para o fato de que o produtor rural não vai atrás de novas atividades por espontaneidade e sim para superar adversidades impostas pelos altos custos de produção, interferências climáticas (seca), desvalorização das terras e o baixo retorno financeiro. De acordo com Beni (2001), as principais atividades ligadas ao turismo rural são aquelas representadas pela presença dos hotéis-fazendas, propriedades inseridas no meio rural, relacionadas ou não com atividades agropecuárias, que têm como característica pesado investimento financeiro nas instalações para pernoite dos visitantes; além disso, mão-de-obra diferenciada para a prestação de serviços, e que incorpora o agroturismo, em que o turista participa por algumas horas das atividades da fazenda e procura conhecer seus produtos; o ecoturismo, em que as atrações têm uma base cultural e ecologicamente sustentável, destacando os atrativos da natureza local.

Dentre os municípios selecionados, Gravatá, Bezerros e Garanhuns se destacam por possuir clima privilegiado, o que se transforma em atividade turística. No entanto, mesmo com o aumento

do turismo na região, a falta de infra-estrutura e mesmo o desinteresse por parte das pessoas de outras regiões do estado em aproveitar a potencialidade turística do agreste pernambucano são verdadeiros entraves ao desenvolvimento da região (GRAZIANO DA SILVA e CAMPANHOLA, 2000b).

As visitas (realizadas aos municípios de Gravatá e Caruaru) comprovam a crescente importância das novas atividades. Apesar de algumas dificuldades, em Gravatá o crescimento proporcionado pelas novas atividades, em especial do turismo rural e de lazer, trouxe consigo os investimentos em outra atividade, a expansão imobiliária, com grande número de incorporações, de condomínios e hotéis-fazenda. A cidade cresce ao ritmo de 14 a 15% ao ano, com uma movimentação de recursos de cerca de R$78.000.000,00 no ano de 2003, segundo informações das Secretarias de Turismo e de Obras e Infraestrutura do município. Isso fez com que a cidade crescesse de forma desordenada e a prefeitura impediu novas construções para promover um crescimento através de um plano diretor para a cidade. A maioria das construções dos condomínios e privês está ao lado direito da BR232 (sentido Caruaru), área semi-árida, de solos mais pobres, que rebaixa o preço das terras. Os antigos proprietários dessas terras ou compraram casas na cidade (centro) para alugar e viver de renda ou terras em áreas mais férteis e de predomínio da cultura de produtos agrícolas (em especial morangos e flores), à esquerda da BR232, áreas chamadas de brejo de altitude. Parte dos trabalhadores que, tradicionalmente, eram ocupados nas atividades rurais, migra para as áreas urbanas, em ocupações do setor terciário (serviços e comércios), de baixa qualificação.

Conclusões

O Agreste pernambucano vem sofrendo mudanças no âmbito econômico. Há indícios de que a agropecuária, que foi a principal atividade econômica cede espaços a outras atividades como o turismo rural e de lazer. Essas atividades encontram grande potencial nessa mesorregião para se desenvolverem e embora ainda careçam de uma melhor infra-estrutura, a perspectiva é muita boa. A atividade turística vem-se demonstrando cada vez mais atrativa, e se candidata a nova geradora, direta e indiretamente, de postos de ocupação para a população das áreas visitadas. O clima e as características naturais da região se mostram propícios para os novos passeios e empreendimentos na área de turismo, fortalecendo as atividades afins.

Agradecimentos

À Universidade Católica de Pernambuco, pelos recursos que viabilizaram a pesquisa; aos professores e colegas da equipe, e aos que colaboraram para o desenvolvimento do trabalho.

Referências

ANDRADE, Manuel Corrêia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Ed. da UFPE, 1998. 305 p.

BENI, Mário Carlos. **Analise estrutural do turismo**. 5. ed. São Paulo: Senac, 2001. 516 p.

GRAZIANO DA SILVA, José e CAMPANHOLA, Clayton (eds.). **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Jaguariúna (SP): Embrapa/Unicamp, 2000a.

GRAZIANO DA SILVA, José e CAMPANHOLA, Clayton (eds.). **O Novo Rural Brasileiro:** uma análise estadual - Nordeste, vol.2, Jaguariúna (SP): Embrapa/Unicamp, 2000b.

ROQUE, A. M. e VIVAN, A. M. *O turismo no espaço rural:* uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. **Revista de Administração da Universidade Federal de Lavras,** 1999. Disponível: http://dae2.ufla.br/revista/Revista%20V1%20N1%20jan_jun%201999_1.pdf

IMPLEMENTAÇÃO E PROJETO DE OPERADORES INVARIANTES À TRANSLAÇÃO VIA MORFOLOGIA MATEMÁTICA E ALGORITMOS GENÉTICOS

José Wellington Pereira Soares[1]; Robson Pequeno de Sousa[2]

[1]Aluno do Curso de Ciência da Computação, do Departamento de Estatística e Informática, do Centro de Ciências e Tecnologia, e-mail: wsoares@dei.unicap.br.
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática, do Centro de Ciências e Tecnologia, e-mail: robson@dei.unicap.com.br.

Resumo
Filtros morfológicos são uma importante classe no processamento de imagens digitais não lineares, utilizado em diversas aplicações dentre elas destaca-se: supressão de ruídos, detecção de bordas e reconhecimento de objetos. No entanto os métodos de projetos de filtros morfológicos tendem a ser computacionalmente intratável. Este trabalho mostra como o algoritmo genético simples pode ser empregado na busca de um filtro morfológico subótimo.

Palavras-chave: filtros morfológicos, método estocástico, espaço de busca.

Introdução

Por volta de 1964, na École Nationale Supérieure des Mines de Paris, em Fontainebleau, George Matheron (1975) e Jean Serra (1982) decidiram experimentar uma abordagem singular para resolver problemas de análise de imagens: extrair informações de imagens a partir de transformações de formas, realizadas através de dois operadores ou transformações elementares, que eles denominaram dilatação e erosão. O uso inicial da morfologia matemática foi para processar imagens booleanas. Posteriormente, Sternberg (1979) e Serra (1982) estenderam os conceitos para imagens com valores em níveis de cinza. A morfologia matemática é definida como uma disciplina que compõem a área de Processamento Digital de Imagens, a qual utiliza enfoque não-linear em processamento de imagens, envolvendo análise geométrica pelo uso de elementos estruturantes. Esses elementos são pequenos padrões que operam no domínio espacial e extraem informações sobre formas geométricas presentes na imagem (SOUSA, 2000).
Nos últimos anos tem crescido o interesse na área do processamento digital não linear de sinais/imagem, nesse contexto, a morfologia matemática tem produzido uma importante classe de processamento não-linear de sinais e imagens, através de análise de operadores morfológicos. O filtro morfológico advindos desses operadores tem provado ser ferramentas poderosas, produzindo excelentes resultados nas seguintes áreas: redução de ruídos, detecção de bordas e reconhecimento de objetos (HARVEY, 1996) e (SOUSA, 2000). Por outro lado, os métodos de projetos de filtros morfológicos são computacionalmente intratáveis ou requerem especialistas em morfologia matemática. Sousa (2000) apresenta uma solução para o projeto de filtros morfológicos via treinamento de redes neurais, a qual

Projeto: Implementação e Projeto de Operadores Invariantes à Translação Via Morfologia Matemática e Algoritmos Genéticos. **Órgão financiador:** PIBIC - UNICAP

utiliza Algoritmos Genéticos (AG) é um novo paradigma de busca baseado em princípios da seleção natural (GOLDBERG, 1989), no treinamento da mesma. Harvey e Marshall (1996) utilizam algoritmos genéticos, para o projeto de filtros morfológicos ótimos do tipo extrator de ruído em imagens em níveis de cinza. Nesse artigo, Harvey e Marshall (1996) definem uma seqüência de operações na qual estabelece que tipo de filtro deve ser projetado pelo AG, o qual retorna o elemento estruturante ótimo do filtro projetado.
O objetivo deste trabalho é a utilização de algoritmos genéticos simples (GOLDBERG, 1989) no projeto de operadores morfológicos do tipo subótimo, baseado em (HARVEY, 1996). Também é apresentada uma generalização do trabalho de Harvey (1996) no que se concerne à seqüência de operações que estabelece um filtro subótimo a ser projetado pelo AG, sendo a mesma acrescentada de duas novas operações que são: anti-erosão e antidilatação.

Metodologia

A metodologia da pesquisa baseou-se, inicialmente, no estudo de conceitos relacionados ao processamento de imagens digitais (GONZALEZ, 2000) e aspecto teórico sobre Morfologia Matemática (SERRA ,1982), visando à integração desses conceitos com a ferramenta da área da computação evolutiva, Algoritmo Genético (GOLDBERG, 1989). Para o projeto do operador morfológico extrator de ruído via AG, utilizou-se a metodologia proposta por SOUSA et al. (2000b) os quais definem o sinal de entrada do treinamento do AG como sendo a imagem corrompida com ruído aleatório do tipo sal e pimenta e o sinal desejado é a imagem original sem ruído. Para a realização das simulações, utilizou o simulador RW-MORF (SOARES, 2004) que, dentre outras aplicações em processamento de imagens, possibilita o projeto de operadores morfológicos invariantes à translação.

Resultados e Discussão

Um problema clássico, na área de processamento de imagens, é o tipo de filtragem de imagens corrompidas por ruído. Um tipo de ruído particularmente interessante é o ruído sal e pimenta. Para suprimir esse tipo de ruído, o filtro clássico é o da mediana (GONZALEZ, 2000) que, para determinados níveis ou densidades de ruído, tem-se mostrado bastante eficiente. O problema específico é projetar o filtro morfológico através de treinamento do AG, que suprime o ruído acima definido. Como o método proposto é adaptativo, espera-se que o desempenho final seja bem próximo do filtro ideal. Em todas as simulações realizadas, foram utilizadas 25% da imagem ruidosa para treinar o AG. Para testar o filtro projetado via AG, utilizou-se a imagem total do treinamento. Em toda as simulações realizadas, foram utilizados nove bits para o elemento estruturante e doze bits para representar a seqüência de operações; a tabela 1 mostra a codificação (HARVEY, 1996) dos operadores utilizados no simulador. A figura 1 dá uma idéia de como é um filtro subótimo projetado via AG.

Tabela 1 – Codificação das operações

Nome Operação	Codificação
Dilatação	000
Nada fazer	001
Erosão	010
Nada fazer	011
Anti-dilatação	100
Nada fazer	101
Anti-erosão	110
Nada fazer	111

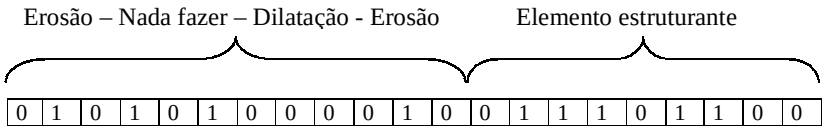


Fig. 1 Codificação da seqüência de operações utilizando doze bits e elemento estruturante de tamanho nove bits.

O treinamento do AG é sob ponto de vista supervisionado. A figura 2(a, b) apresenta os conjuntos treinados do AG, que é composto de uma entrada corrompida por ruído de sal e pimenta e uma imagem de saída desejada. De acordo com os resultados realizados, observa-se, na tabela 2, que o erro quadrático médio (EQM) do filtro projetado ficou em 10,03.



Fig. 2 (a) Imagem corrompida com ruído do tipo sal e pimenta; (b) Imagem sem ruído; (c) Resultado de um filtro morfológico projetado pelo AG..

Nota-se que os detalhes finos da imagem não são restaurados, devido a uma alta taxa de ruído presentes na imagem corrompida, no entanto os resultados são bastante satisfatórios, uma vez que a forma principal da imagem não foi alterada.
Após a busca do melhor filtro subótimo no AG, é realizado o teste no tamanho original da imagem. A figura 3 mostra os resultados do filtro subótimo.

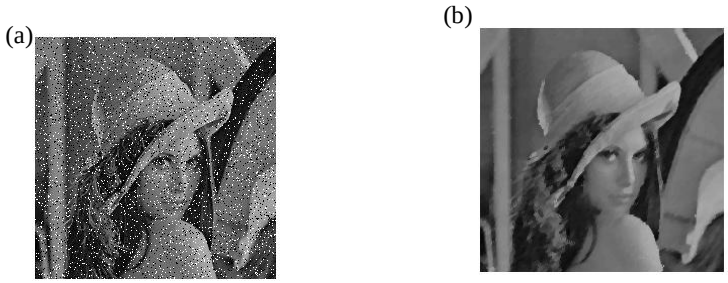


Fig. 3 (a) Imagem total corrompida com ruído do tipo sal e pimenta; (b) Resultado da aplicação do filtro morfológico projetado pelo AG.

A figura 4 mostra a convergência do erro quadrático médio (EQM) do filtro projetado via AG. No momento em que o EQM tende a zero, mais eficiente será o filtro projetado.

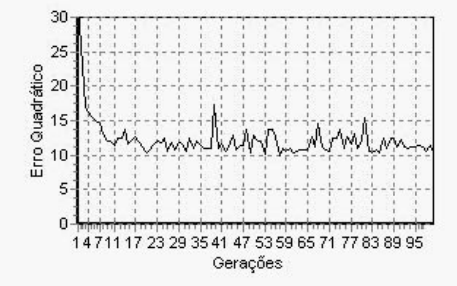


Fig. 4 (a) Gráfico do erro quadrático por gerações.

A tabela 2 mostra o erro quadrático médio (EQM) utilizando imagens com 25 % do tamanho original. O erro quadrático utilizando a imagem total é mostrada na tabela 3.

Tabela 2 – Teste utilizando filtro projetado via AG a 25% da imagem Original

Imagens Comparadas	EQM
Imagem Ruidosa	52,267756
Filtro Projetado	10,033691

Tabela 3 – Teste utilizando filtro projetado via AG a 100% da imagem Original

Imagens Comparadas	EQM
Imagem Ruidosa	40,867010
Filtro Projetado	5,5484339

Nota-se que o EQM da imagem ruidosa mostrada na figura 2 (a) é 52.26, já o EQM da mesma imagem, agora sendo aplicado o filtro morfológico treinado pelo AG, é 10.03, caracterizando que foi encontrado um filtro subótimo.

Conclusões

Os resultados acima apresentados mostram-se animadores, conforme se observa o filtro morfológico projetado via AG foi bastante satisfatório, de acordo com resultados apresentados na figura 3 e tabela 3. Nas próximas simulações a serem realizadas, utilizar-se-á o AG em que os operadores dos mesmos serão do tipo adaptativos. Espera-se, com isso, que o filtro projetado tenham melhor desempenho.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao programa PIBIC / UNICAP pelo incentivo à pesquisa.

Referências

HARVEY N. R; MARSHALL S; **The use of genetic algorithms in morphologic filter design.** Signal Processing Image Communication, v. 8, p. 55-71, 1996.

GOLDBERG, D; **Genetic Algorithms in Search, Optimization and Machine Learning,** MA, Addison-Wesley, 1989.

GONZALEZ, R; WOODS, R; **Processamento de Imagem Digitais.** São Paulo, Edgar Blücher LTDA., 2000.

MATHERON G; **Random Sets and Integral Geometry.** J. Wiley, New York, 1975.

SERRA J; **Image Analysis and Mathmatical Morphology.** Academic Press, London, 1982.

SOARES, W; Implementação e Projeto de Operadores Invariantes à Translação via Morfologia Matemática e Algoritmos Genéticos (Relatório Técnico), **PIBIC – UNICAP**, Recife, 2004.

SOUSA R. P; **Projeto de Operadores Invariantes à Translação Via Treinamento de Redes Neurais.** Tese de Doutorado UFPB, Campina Grande, 2000.

SOUSA R. P.; et. al. Designing translation invariant operations via neural networks training.

ICIP 2000 PROCEEDINGS: IEEE Signal Processing Society, v. 1, p. 908-911, 2000b
STERNBERG S. R; **Parallel Architecture for Image Processing.** Proceedings of 3rd International IEEE Compsac, Chicago, 1979.

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA QUANTO ÀS TAXAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Joanita Gomes de Morais; Sílvia Diniz;

1 Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
2 Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais, participante do Grupo de Pesquisa Linguagem e Direito, E-mail: dinizsilvia @ uol.com.br

Resumo

Esse trabalho tem como ponto central a análise dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal em matéria tributária, especificamente sobre declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei tributária instituidora de taxas. Tendo em vista os inúmeros litígios que se acumulam em nossos tribunais versando sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade das exações fiscais, crescente é o interesse da doutrina e da jurisprudência a esse respeito, desencadeando posicionamentos não uniformes que, em geral, remetem à observação de princípios considerados pela Constituição Federal. Para tanto, foi-se utilizada, prioritariamente, a pesquisa jurisprudencial junto à Corte Constitucional, não se olvidando do aprofundamento teórico em sede doutrinária. Tendo em conta os resultados obtidos pela pesquisa, pudemos concluir que o deslinde das questões acerca dos efeitos da declaração de (in)constitucionalidade sobre a coisa julgada, repetição do indébito e outros institutos de direito processual, dependerão de uma análise apriorística da questão da validade da norma jurídica, além de, especificamente, do estudo da eficácia da declaração de (in)constitucionalidade proferida pelo STF.

Palavras-chave: validade; constitucionalidade; inconstitucionalidade; efeitos; taxas.

Introdução

No ordenamento jurídico brasileiro, bem como, nos ordenamentos ocidentais pautados por princípios do Estado Democrático de Direito, a instituição de tributos por qualquer das pessoas políticas de direito constitucional interno, como também, a sua majoração deve ser procedida mediante lei (sentido lato). Esse mandamento é aduzido do que em Direito Tributário, freqüentemente, chama-se de princípio da estrita legalidade, trazido explicitamente no bojo da Constituição Federal de 1998, através do art. 150, I, como limitação ao poder de tributar.1

Projeto: Inconstitucionalidade de lei tributária: uma análise da jurisprudência. **Orgão Financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da Unicap – PIBIC – UNICAP.

[1] Cf. GRECO. Marco Aurélio, *Contribuições: uma figura "sui generis"*. São Paulo: Dialética, 2000, p. 156 et seq., neste trabalho de profundos enlaces com a Teoria Geral do Direito, traz ao debate a distinção entre limitação constitucional e princípio, e em excerto desta obra que demonstra o seu posicionamento diz: "Por esta razão, afirmar que alguém está diante de um princípio é aceitar um baixo grau de objetividade e, portanto, abrir espaço para um questionamento quanto ao respectivo conteúdo preceptivo. Assim, dizer que a "legalidade" em matéria tributária é um "princípio", ao invés de dar maior força cogente à respectiva exigência, traz em si a aceitação de uma
subjetividade acentuada, quando não me parece que esta seja a intenção e a própria intenção da Constituição." Sem, entretanto, por em menor a importância dos princípios para a conformação do Direito.

Sendo assim, é a lei o veículo introdutor da norma tributária no ordenamento jurídico. É através dela que hipoteticamente (no mundo dever-ser), se descreve um estado de fato, um fato ou circunstância de fato, dispondo que a realização fenomênica (no mundo do ser) determinará o nascimento da obrigação de pagar tributo, estabelecendo entre o contribuinte e o Estado fiscal um vínculo jurídico, a relação obrigacional tributária.2

Entretanto, o conteúdo do princípio da legalidade tributária, em face de uma interpretação sistêmica constitucional3, não só se restringe a exigir a lei, em sentido formal, para o estabelecimento de exações tributárias, não basta em si essa cognição para a completude intelectual de seu conteúdo. A hermenêutica constitucional vai além para nos informar que não é suficiente que a regra-matriz de incidência tributária seja prevista em lei formal, é necessário que a lei a que se refere o art. 150, I, seja lei válida, ou seja, guarde compatibilidade formal e material com o estatuído na Constituição Federal.

A ordem jurídica nacional se define sob uma perspectiva de ordem jurídica constitucionalista, de Constituição rígida, resultando numa supremacia constitucional sobre as demais regras de direito existentes no ordenamento, que faz reconhecer uma superlegalidade constitucional, conforme ressalta o professor Paulo Bonavides, ou seja, a Constituição como a mais alta expressão jurídica da soberania de um povo, de um Estado.4

Sendo assim, é de observar-se que o juízo de validade da lei sobre a qual se veicula a hipótese de incidência da exigência tributária, projetará seus efeitos sobre o vínculo jurídico obrigacional, mais precisamente, sobre o regime jurídico a que dito vínculo estará submetido. Compartilhando a mesma linha de pensamento, Marco Aurélio Greco e Helenilson Cunha Pontes afirmam ser o juízo de validade indispensável para a imunização contra as impugnações sobre a relação jurídica formada entre o contribuinte e o fisco.5

Ocorre que no ordenamento jurídico pátrio, a definição quanto à validade das normas jurídicas acontece sempre em momento posterior a sua existência dentro dos segmentos institucionais competentes para formular referido juízo. Por esta razão, é que se tem em conta a presunção de validade, que está para o ordenamento jurídico como verdadeiro dogma.

No caso do Brasil, ao Supremo Tribunal Federal é a quem compete a guarda da Constituição por força do art. 102 e incisos da Constituição Federal de 1988. É ele quem profere a última palavra a respeito da constitucionalidade das leis ou atos normativos, quer seja incidentalmente através do recurso extraordinário, quer diretamente através da ação declaratória de constitucionalidade ou da ação direta de inconstitucionalidade, funcionando, nestas duas últimas hipóteses como inequívoca Corte Política.

Tendo o juízo de validade, ou melhor, os seus efeitos, repercussão contundente no regime jurídico norteador da relação jurídico-tributária, sobretudo em razão da pronúncia de inconstitucionalidade, fez-se necessário, voltar nossos estudos sobre as principais teorias de validade para garantir o desenvolvimento do trabalho proposto. Primeiramente, analisando a corrente que defende o entendimento de que a validade é qualidade da norma jurídica, tendo, como representante, Hans Kelsen; e, ao depois, aquela que se posiciona com o entendimento de que a validade da norma jurídica

[2] ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 51 et seq.

[3] Cf. CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 99, a respeito dos critérios de interpretação, sobretudo o sistemático diz: "Os métodos literal e lógico estão no plano sintático, enquanto o histórico e o teleológico influem tanto no nível semântico quanto no pragmático. O critério sistemático da interpretação envolve os três planos e é, por isso mesmo, exaustivo da linguagem do direito. Isoladamente, só último (sistemático) tem condições de prevalecer, exatamente porque ante-supõe os anteriores. É assim que é considerado o método por excelência.

[4] BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p.298.

[5] GRECO, Marco Aurélio; PONTES, Helenilson Cunha. *Inconstitucionalidade da Lei Tributária - Repetição do Indébito*. São Paulo: Dialética, 2002, p.12.

é uma qualidade.

Como ponto central do trabalho tem-se, então, o controle jurisdicional de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, atuando com um modelo misto, buscando inspiração no sistema norte-americano, e no sistema austríaco, com suas respectivas técnicas, que acabam por determinar efeitos distintos para a declaração de (in)constitucionalidade proferida pelo STF.

Resultados e Discussão

Entre o interregno temporal de 10 de novembro de 1999 a 11 de maio de 2004, constatamos o julgamento de 08 (oito) ações diretas de inconstitucionalidade (ADINs), dentre estas, 07 (sete) com julgamento definitivo pela Suprema Corte, e 01 (uma) tendo apenas sido julgada a medida liminar, no momento não penetrando no mérito.

Das 07 (sete) ações diretas de inconstitucionalidade apreciadas no mérito pelo STF, 04 (quatro) foram julgadas procedentes, de modo a declarar a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo que instituiu ou majorou a referida exação fiscal, no caso, a taxa federal ou estadual; 02 (duas) foram julgadas improcedentes, declarando a constitucionalidade da lei ou ato normativo instituidores ou majoradores da taxa em discussão, e; 01 (uma) foi conhecida apenas em parte, e nesta havida por prejudicada.

De 01 (uma) medida liminar supracitada, esta foi deferida em sua totalidade para suspender a lei ou ato normativo com eficácia *ex nunc*, nos termos do art. 11, § 1º da lei 9.868/99 até a decisão final da ação direta.

No mesmo intervalo temporal foi registrado apenas a propositura de uma única ação declaratória de constitucionalidade (ADC) que tivesse como questão de fundo a constitucionalidade da taxa em discussão. Restando esta ainda não definida no mérito, mas apreciada pela Corte Suprema a medida cautelar requerida, a qual foi deferida pelo Colendo Tribunal.

Conclusões

Partindo da consideração de que a validade é qualidade da norma jurídica, e não sua essência, e que o juízo conclusivo de constitucionalidade se dá em momento posterior à sua edição, resulta o entendimento acerca da presunção de constitucionalidade que justifica a imperatividade da lei e a segurança do sistema do sistema normativo.

A inconstitucionalidade de uma norma significa a sua invalidade em face das normas e princípios inseridos na Constituição. E o controle de constitucionalidade é um mecanismo capaz de, através da chamada retroalimentação negativa do sistema, solucionar o conflito entre a norma infraconstitucional e a Constituição.

A ação direta de inconstitucionalidade, visa exatamente o juízo conclusivo a respeito da validade da norma jurídica. Sua procedência declara a invalidade da norma com efeitos *erga omnes* e, em geral, *ex tunc*. Não se podendo olvidar da possibilidade de amenização da eficácia retroativa permitida pelo art. 27 da Lei 9.868/99, quando restringir os efeitos da invalidade para os fatos futuros (*ex nunc*).

No controle difuso de constitucionalidade, a constitucionalidade da norma é debatida incidentalmente, como questão prejudicial, e a declaração de invalidade só produz efeitos entre as partes envolvidas no processo, mesmo havendo quem corrobore com a opinião de que esta declaração retira a presunção de constitucionalidade da norma. Entretanto, pode haver ato de caráter geral que estenda os efeitos da declaração de invalidade proferida no controle difuso de constitucionalidade para todos os destinatários da norma, como a resolução do Senado Federal.

Com a observação das ações diretas de inconstitucionalidade julgadas procedentes,

podemos chegar a algumas conclusões:

As ações diretas de inconstitucionalidade em cotejo submetidas ao juízo definitivo de constitucionalidade do STF, foram julgadas procedentes, declarando a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo em destaque, com eficácia *erga omnes*, inerente ao controle concentrado, e, ainda, *ex tunc*, haja vista, não ter a Corte Constitucional se utilizado da limitação à eficácia retroativa da declaração de inconstiotucionalidade admitida pelo art. 27, da Lei nº 9.868/99;

A duas, em todos os casos analisados antes da decisão final pela procedência da ação direta de inconstitucionalidade o Supremo Tribunal Federal, preliminarmente, deferiu a liminar em medida cautelar requerida pelo interessado;

Ao cabo, chegamos à conclusão de que julgadas improcedentes as ações diretas de inconstitucionalidade, é declarada a constitucionalidade da norma trazida ao controle abstrato de constitucionalidade, nos termos do art. 24 da Lei 9.868/99.

Importante ainda ressaltar que a proclamação da constitucionalidade de uma norma, não tem efeito preclusivo, ou seja não impede que, alteradas as circunstâncias de fato e de direito, ou mesmo em função de outras questões constitucionais que não foram objeto de apreciação na mesma oportunidade, seja a mesma norma submetida ao exame de sua constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC – UNICAP pelo incentivo à pesquisa científica, e à professora Sílvia Diniz pela oportunidade de verticalizar o conhecimento científico.

Referências

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário.** São Paulo: Saraiva, 2002.
GRECO. Marco Aurélio. **Contribuições:** uma figura “sui generis”. São Paulo: Dialética, 2000.
_____; PONTES, Helenilson Cunha**. Inconstitucionalidade da Lei Tributária** - Repetição do Indébito. São Paulo: Dialética, 2002.

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA QUANTO AOS IMPOSTOS FEDERAIS

Elayne Ranniere Siqueira e Silva[1] ; Silvia Diniz[2]

[1]Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais; E-mail: elayne.ranniere@bol.com.br
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa: Linguagem e direito. E-mail: dinizsilvia@uol.com.br

Resumo
O objetivo deste trabalho é analisar as ações tramitantes no Supremo Tribunal Federal referentes aos impostos federais, principalmente no que pertine às Adins - Ações Declaratórias de Constitucionalidade, pois é por meio delas que uma lei ou ato normativo é declarado constitucional ou inconstitucional, e, conseqüentemente, mantido ou retirado do ordenamento jurídico brasileiro. Entre os impostos analisados, tem-se o IR - imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, IPI – imposto sobre produtos industrializados, IOF – imposto sobre operações financeiras, II – imposto de importação, IE – imposto de exportação e ITR – imposto sobre propriedade territorial rural, os quais foram explanados de forma suscinta, porém satisfatória ao longo da pesquisa. Mencione-se ainda que os mesmos foram estudados minuciosamente quanto aos numerários das ações encontradas na Suprema Corte, mais precisamente por meio do endereço eletrônico www.stf.gov.br, no qual foram localizadas todas as ações relacionadas aos impostos acima epigrafados, sejam no que diz respeito ao controle de constitucionalidade propriamente dito ou outras ações, as quais, ressalte-se, são as mais diversas, como por exemplo, recursos extraordinários, mandado de segurança, habeas corpus, ação rescisória. Diante disso, fitou-se ainda a busca de soluções para os problemas surgidos com a eficácia e efeitos das decisões na órbita tributária, através da análise das questões decorrentes das referidas pronúncias de constitucionalidade.

Palavras-chave: tributário; constitucionalidade; efeitos.

Introdução

A idéia do controle de constitucionalidade de lei está relacionada à supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento, e também, à de rigidez constitucional e proteção aos direitos fundamentais. Além dessa fiscalização de compatibilização constitucional configurar limite ao poder do Estado, é também uma parte da legitimação do próprio Estado, determinando seus deveres e tornando possível o processo democrático de direito.

Acontece que é de suma importância o controle de constitucionalidade, seja o controle concentrado, mais especificamente as ADINs – Ações Diretas de Inconstitucionalidade, ou, as ADCs – Ações Diretas de Constitucionalidade, que através de um controle repressivo típico, visam à declaração de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual perante a Carta Magna (BONAVIDES, 2003).

Além disso, essa pronúncia de (in) constitucionalidade representa uma situação não prevista pelo CTN

Projeto: Inconstitucionalidade de Lei Tributária: Uma Análise da Jurisprudência. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

(Código Tributário Nacional), razão pela qual o aplicador do direito tem que trabalhar com os princípios jurídicos extraídos de todo o sistema para construir soluções aos problemas surgidos exatamente em virtude dos efeitos daquela decisão na órbita dos impostos federais.
Ocorre que, na apuração feita no Supremo Tribunal Federal, foram localizados, no mês de abril, um total de 1872 documentos e 295 páginas, dos quais 1095 referentes ao IR – imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza; 129 sobre IPI – imposto sobre produto industrializado; 149 de IOF – imposto sobre operações financeiras; 549 de II – imposto de importação; 61 de IE – imposto de exportação e 38 de ITR – imposto sobre produto territorial rural (MACHADO, 2002 / BRASIL, 2004).
O fato é que esta pesquisa teve o objetivo de avaliar as questões decorrentes da declaração de (in) constitucionalidade do STF, relacionadas aos impostos acima discriminados.

Metodologia

A fim de desenvolver a presente com a maior eficácia, de forma a abordar efetivamente o tema proposto, utilizamos a pesquisa exploratória, pois essa conduz à análise dos fundamentos jurídicos abordados na Doutrina e na Jurisprudência, que é a nossa maior ênfase.
A princípio foi feito na Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco um apanhado de material, livros, manuais, periódicos, que pudesse fornecer embasamento teórico ao trabalho, pois teríamos que entender o controle de constitucionalidade de forma ampla, para posterior filtragem e entendimento preciso do material que seria estudado.
Em seguida, fizemos uma pesquisa no site do Supremo Tribunal Federal para análise de jurisprudência do respectivo tribunal, pois se fez necessária a identificação de todos os documentos localizados naquela Corte.

Resultados e Discussão

Com o fito de localizar melhor a pesquisa, veja-se um quadro explanativo do principal objeto do trabalho, ou seja, das Adins encontradas, juntamente com alguns dados considerados importantes. Além disso, ressalte-se que, nos casos de impostos que não têm ou têm poucas Adins, abordaram-se as medidas cautelares porventura existentes (Brasil, 2004).

ADINS	LOCAL	DATA	ATO LEGAL	PROCEDÊNCIA
ADI 28	São Paulo	06/10/1993	Lei est. nº 6.352/88	Procedente
ADI 615	Goiás	06/10/1993	Lei est. nº 10.723/88	Procedente
ADI 616	Mato Grosso do Sul	06/10/1993	Lei est nº 904/88	Procedente
ADI 617	Mato Grosso	06/10/1993	Lei est. nº 5.420/88	Procedente
ADI 618	Rio Grande do Sul	06/10/1993	Lei est. nº 8.752/88	Procedente
ADI 619	Minas Gerais	06/10/1993	Lei est. nº 9.751/88	Procedente
ADI 620	Bahia	06/10/1993	Lei est. nº 4.820/88	Procedente
ADI 621	Alagoas	06/10/1993	Lei est. nº 5.053/88	Procedente
ADI 622	Pernambuco	06/10/1993	Lei est. nº 10.256/88	Procedente
ADI 623	Ceará	06/10/1993	Lei est. nº 11.525/88	Procedente
ADI 624	Piauí	06/10/1993	Lei est. nº 4.256/88	Procedente
ADI 625	Amazonas	06/10/1993	Lei est. nº 1.892/88	Procedente
ADI 626	Maranhão	06/10/1993	Lei est. nº 4.913/88	Procedente
ADI 627	Pará	06/10/1993	Lei est. nº 5.500/88	Procedente

ADI 628	Acre	06/10/1993	Lei compl. nº 20/88	Procedente
ADI 629	Sergipe	06/10/1993	Lei est. nº 2.698 /88	Procedente
ADI 630	Espírito Santo	06/10/1993	Lei est. nº 4.211/88	Procedente
ADI 631	Santa Catarina	06/10/1993	Lei est. nº 7.542/88	Procedente
ADI 632	Paraná	06/10/1993	Lei est. nº 8.928/88	Procedente
ADI 633	Rio de Janeiro	06/10/1993	Lei est. nº 1.394/88	Procedente
ADI 634	Rondônia	06/10/1993	Lei est. nº 219/88	Procedente
ADI 513	Distrito Federal	06/09/1991	Lei est. nº 8.134/90 e ato normativo federal do Diretor da Receita Federal	Procedente em parte, excluindo o ato normativo.

IPI

ADI 1318 MC	Distrito Federal	27/09/1995	MP nº 1.048	Indeferida

IOF

ADI 536	Distrito Federal	08/08/1991	Instrução normativa	Não conhecida
ADI 258 QO	Distrito Federal	26/04/1991	Medida Provisória nº 160/90, com alterações na Lei nº 8.033/90	Indeferida
ADI 1763 MC	Distrito Federal	20/08/1998	Lei nº 9.532/97	Indeferida

Diante do quadro ilustrativo, é importante salientar alguns fatores peculiares com relação às Adins pertinentes ao IR, vez que este foi o imposto de maior demanda.

Inicialmente, tinha-se uma única ação, objetivando a declaração de inconstitucionalidade de vinte e uma leis de diferentes estados da federação, tendo sido, porém, desmembrada em número correspondente ao das leis impugnadas, para individualização dos processos respectivos, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal em questão de ordem suscitada pelo Procurador-Geral da República.

Acontece que, a Confederação Nacional das Profissões Liberais, com fundamento no art. 102, I, "a" e 103, IX da Constituição Federal propôs essas ações, *objetivando a declaração de inconstitucionalidade de leis estaduais, que instituíram o adicional do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, previsto no art. 155, II da Constituição Federal,* alegando a infringência aos arts. 146, III, "a", 151, I, 5ª, II e 150, Ida CF.

Ocorre que todas as Adins foram julgadas procedentes por unanimidade de votos, sendo as leis estaduais declaradas inconstitucionais basicamente sob o mesmo argumento, o qual seja:

"O adicional de imposto de renda, de que trata o inciso II do art. 155, não pode ser instituído pelos Estados e Distrito Federal, sem que, antes, a lei complementar nacional, prevista no *caput* do art. 146, disponha sobre as matérias referidas em seus incisos e alíneas, não estando sua edição dispensada pelo parágrafo 3º do art. 24 da parte permanente da Constituição Federal, nem pelos parágrafos 3º, 4º, 5º, do ar. 34 do ADCT".

Ademais, diferentemente das ações relacionadas ao IR que são em número surpreendentemente maior, o II, IE e o ITR, embora sejam impostos também de bastante relevância e até mesmo

tenham tido um número total considerável de ações, não tiveram nenhuma ação questionando as suas constitucionalidades.

Conclusões

A partir do material analisado fizemos uma estatística das ações identificadas na Suprema Corte, das quais percebemos um total de 28 (vinte e oito) Adins – ações declaratórias de constitucionalidade, incluindo as cautelares, sendo a maior demanda referente ao IR – imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, vez que este teve um total de 22 (vinte e duas) ações.

Em contrapartida, o II – imposto de importação, IE – imposto de exportação e o ITR – imposto sobre propriedade territorial rural não possuem qualquer ação direta de constitucionalidade, embora o II tenha um número alto de demandas na Suprema Corte, cujo quantum fica valorado num total de 549, já o demais têm um número bastante reduzido, 61 e 38, respectivamente.

Importante mencionar que, exceto as medidas cautelares que foram indeferidas, apenas uma das ações diretas de constitucionalidade não foi conhecida e uma foi procedente em parte, sendo todas as demais totalmente procedentes, o que não causa surpresa, vez que grande parte dessas ações dizem respeito ao mesmo assunto e têm por base o mesmo fundamento, o qual seja, objetivam a declaração de inconstitucionalidade de leis estaduais, que instituíram o adicional do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, previsto no art. 155, II, da CF.

Agradecimentos

Ao suporte financeiro à pesquisa, de imprescindível colaboração no desenvolver da mesma.

Referências

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: < http://www.stf.gov.br > Acesso 13 Abr. 2004.

INFLUÊNCIA DO LODO TÊXTIL NO COMPORTAMENTO DE MACRONUTRIENTES EM SOLOS DE PERNAMABUCO

Bruno Esteves Távora[1] ; Arminda Saconi Messias[2]

[1]Estudante do Curso de Engenharia Ambiental do Departamento de Química, do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Católica de Pernambuco, Recife - PE;
[2]Professora Titular do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Tecnológicos e Ambientais.E-mail:saconi@unicap.br.

Resumo
O lodo gerado pela indústria têxtil apresenta características de interesse agronômico, tornando esse material um potencial adubo orgânico, pois tem a capacidade de melhorar algumas propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, tais como: o aumento da capacidade de retenção hídrica, a facilidade de drenagem, a disponibilização de nutrientes necessários para o crescimento das plantas e a diminuição da evaporação, que são fatores importantes para uma boa germinação de sementes. Para o experimento foram utilizados 48 vasos de polipropileno, com 8 quilos de solos, de texturas arenosa e argilosa. Os tratamentos constaram de doses equivalentes a zero, 40, 80 e 120 Mg ha^{-1} de lodo têxtil, com ou sem uma dose equivalente a 40 Mg ha^{-1} de composto urbano. O delineamento estatístico foi o de blocos ao acaso, com três repetições. Durante todo o experimento, a umidade dos solos foi mantida na capacidade de pote, através de pesagens dos vasos e regas diárias com água deionizada. Logo após o período de incubação, foram retiradas amostras dos solos para determinação de macronutrientes, onde se percebeu a disponibilização de cálcio e magnésio e a fixação de fósforo.

Palavras-chave: resíduo sólido industrial; adubação orgânica; solo.

Introdução

De acordo com Fernandes et al. (1993) e Andreoli et al. (2001), a reciclagem agrícola pode minimizar os impactos ambientais, contribuindo para fechar o ciclo ecológico dos nutrientes minerais, colocando à disposição do agricultor um produto de baixo custo e excelentes qualidades agronômicas.

O potencial agrícola de resíduos sólidos gerados em estações de tratamento já é bem descrito em vários trabalhos. Lora (2000) define, como resíduos sólidos industriais, resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades industriais, incluindo nessa definição os lodos provenientes de estações de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, além de determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou que exijam para isso soluções tecnicamente coerentes, em face da melhor tecnologia disponível.

As indústrias têxteis em Pernambuco geram um total de 21.818,6 toneladas de resíduos sólidos por ano, sendo 21797,47 toneladas de resíduos sólidos não-perigosos. A geração de resíduos sólidos de estação de tratamento de efluente, contendo material não tóxico, é de 5,23 %, correspondendo a 1141,12 toneladas por ano (CPRH/FNMA, 2003). A utilização agrícola de tais resíduos minimiza os custos com o descarte, além de permitir a recirculação dos nutrientes ali presentes.

Projeto: Reaproveitamento agronômico de um lodo proveniente de uma indústria têxtil. **Órgão financiador**: PNEPG/CNPq e UNICAP

Segundo Messias (1993), a maioria dos trabalhos tem buscado verificar o efeito dos adubos orgânicos sobre a produtividade, comparando-se, em geral, com a fertilização mineral completa (NPK) ou incompleta, incluindo corretivos do solo. Com raras exceções, a maioria dos estudos mostra efeitos da adubação, tanto mineral como orgânica em relação à testemunha, mas as diferenças entre adubos minerais e orgânicos são variáveis, de acordo com as características do solo e local de estudo. A aplicação de matéria orgânica de forma contínua eleva o nível de nitrogênio a ponto de tornar dispensável a sua aplicação. Em solos pobres, a incorporação de matéria orgânica poderá aumentar consideravelmente o seu potencial de produtividade. A restauração de solos degradados pelo excesso de uso e erosão poderá ser bem sucedida com o uso de diferentes adubos orgânicos. A eficiência dos adubos orgânicos para melhorar a produtividade do solo depende de alguns fatores que devem ser considerados: (a) qualidade e quantidade de aplicação; (b) épocas e condições de utilização; (c) métodos de aplicação; (d) adequabilidade aos sistemas agrícolas predominantes na região; (e) custo relativo da sua utilização

Desta maneira, o presente trabalho visou a determinar o potencial agronômico de um resíduo de indústria têxtil, avaliando o comportamento de macronutrientes em solos com textura arenosa e argilosa.

Metodologia

Os solos utilizados no experimento são representativos do estado de Pernambuco. O Nitossolo (textura argilosa) foi coletado na Estação Experimental do IPA, no município de Vitória de Santo Antão/PE e o Espodossolo (textura arenosa) foi coletado na Estação Experimental de Itapirema/IPA, município de Goiana/PE. Após a coleta, os solos foram misturados, secos ao ar, destorrados e tamizados em peneira de 0,004m, para análise química, conforme a metodologia descrita pela EMBRAPA (1997).

A amostra de lodo têxtil testada foi coletada no tanque de digestão aeróbia, proveniente da estação de tratamento de efluentes da Suape Têxtil, município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Em seguida, a amostra coletada foi seca ao ar, triturada e passada em peneira de malha de 0,004m, para análise química, conforme a metodologia descrita em BRASIL (1983).

O composto urbano usado foi proveniente da Composteira de Bonsucesso, estrada de Bom Sucesso, número 306, Olinda, Pernambuco, que utiliza a compostagem aeróbia, termofílica, dinâmica e acelerada, a céu aberto, para processar bioquimicamente o resíduo sólido urbano (lixo) da Cidade Alta de Olinda, que compreende os bairros de Bonsucesso, Amaro Branco, Alto da Sé, Bonfim, Carmo, Monte, Rosário e Amparo. Logo após a compostagem, por 67 dias, o composto urbano foi peneirado em malha de 0,004 m. Algumas características químicas do composto urbano foram determinadas pela metodologia descrita em BRASIL (1983).

Para o experimento foram utilizados 48 vasos de polipropileno contendo, na sua base, brita e espuma para facilitar a circulação de ar, e, posteriormente, 8 quilos de solo, com texturas arenosa e argilosa. Os tratamentos constam de doses equivalentes a zero, 40, 80 e 120 Mg ha^{-1} de lodo têxtil, e de uma dose (presença ou ausência) equivalente a 40 Mg ha^{-1} de composto urbano. A incubação do material orgânico com o solo foi de 30 dias, de acordo com resultados de experimentos anteriores. O delineamento estatístico foi de blocos ao acaso, com três repetições.

Durante todo o experimento, a umidade dos solos foi mantida na capacidade de pote, através de pesagens dos vasos e regas diárias com água deionizada. Logo após trinta dias de incubação, foi retirada uma subamostra de cada tratamento, para determinação dos macronutrientes cálcio, magnésio e fósforo (Embrapa, 1997). Os dados obtidos foram submetidos à análise estatística, utilizando-se o programa SANEST de Zonta et al. (1984).

Resultados e Discussão

Na caracterização química do lodo têxtil e do composto urbano, observam-se baixos teores dos macronutrientes (N, P, K, Ca e Mg) para o lodo têxtil e, entre os micronutrientes (Fe, Cu, Zn eMn), verifica-se que o Fe apresenta maior teor na composição do lodo têxtil, provavelmente devido às incrustações nos encanamentos. Observa-se, também, um teor de matéria orgânica (168 g kg^{-1}) que poderá influenciar nas reações químicas dos solos. O pH de 9,36 apresentado pelo lodo têxtil se encontra na faixa adequada para adubo orgânico estipulado pela Legislação.

Tabela1 Teores de cálcio e magnésio disponíveis e fósforo trocável nos solos utilizados

Tratamentos[2]	Ca	Mg	P
Mg ha^{-1}	..... $cmol_c$ kg^{-1}		mg kg^{-1}
Solo com textura arenosa			
L0 C	8,62ab	2,20c	31,24b
L40 C	9,16ab	3,59bc	27,91bc
L80 C	10,42a	4,16b	36,55ab
L120 C	10,85a	6,92[a]	40,54a
L0	5,29c	1,78d	2,99e
L40	5,79bc	3,59bc	9,30d
L80	6,22b	4,63ab	14,29c
L120	6,56b	5,46ab	12,63c
Solo com textura argilosa			
L0 C	2,73bc	2,08d	49,84b
L40 C	3,39a	2,65b	61,14a
L80 C	3,02ab	2,80[a]	57,82ab
L120 C	2,29bc	2,40bc	62,47a
L0	0,96cd	2,27c	20,60d
L40	0,98cd	2,75ab	32,23c
L80	1,03c	2,58bc	44,19bc
L120	4,88a	3,29[a]	33,79c

[1] Médias seguidas pela mesma letra minúscula na coluna não diferem significativamente entre si (Tukey a 5 % de significância).

[2] L 0, 40, 80 e 120 = doses equivalentes de lodo têxtil, em Mg ha^{-1}; C = dose equivalente a 40 Mg ha^{-1} de composto urbano.

A Tabela 1 mostra que o solo arenoso apresentou maiores quantidades de cálcio e magnésio, havendo uma correlação linear positiva em relação à dose de lodo têxtil. Para o cálcio, o solo arenoso com composto urbano apresentou coeficiente de correlação de 0,95 e para o solo arenoso sem composto urbano, 0,97. Para o magnésio, os coeficientes de correlação foram de 0,91 e 0,84 para os tratamentos com e sem composto, respectivamente. Observa-se, também, que as doses correspondentes a 80 e 120 Mg ha^{-1} de lodo têxtil, na presença de composto urbano, disponibilizaram maior teor de cálcio no solo, que, provavelmente, poderá reagir com o fósforo, fixando-o. Já na ausência do composto urbano, nas mesmas doses, a maior disponibilidade foi para o magnésio. Com relação ao solo argiloso, não foi observada uma correlação linear forte para as doses de lodo têxtil, na ausência de composto urbano, evidenciando uma não dependência do lodo têxtil para com os elementos cálcio e magnésio, provavelmente, devido à maior capacidade de troca de cátions atribuída a solos de textura argilosa, fazendo com que as concentrações desses elementos se mantenham estáveis. Com relação ao fósforo, observa-se que a adição de

composto urbano não favoreceu a sua disponibilidade, provavelmente devido às reações de complexação ocorridas, fazendo com que o elemento se tornasse fixado no solo.

Conclusões

A adição de lodo têxtil, na presença de composto urbano, demonstrou ser um indicativo da elevação dos teores de cálcio e magnésio disponíveis em ambos os solos utilizados. De maneira geral, os teores de fósforo trocável, em ambos os solos, pode provocar reações de complexação com, principalmente, o cálcio disponível.

Agradecimentos

Ao PIBIC –CNPq/UNICAP, pela bolsa; ao IPA, pelas instalações cedidas; ao Departamento de Química e NPCIAMB / UNICAP, pelos laboratórios; à Suape Têxtil, pelo resíduo sólido.

.

Referências

ANDREOLI, C.V.; LARA, A.I.; FERNANDES, F. **Reciclagem de biossólidos**: transformando problema em solução. Curitiba: Sanepar, 2. ed, p.28-35. 2001.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. **Análise de corretivos, fertilizantes e inoculantes:** métodos oficiais. Brasília, Laboratório Nacional de Referência Vegetal, 1983. 104p.

CPRH/FNMA. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos industriais - Pernambuco**. Recife, 2003. 174p.

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solo. **Manual de métodos de análise de solo**. Rio de Janeiro, 1997, 211p.

FERNANDES, F.; PIERRO, A. C.; YAMAMOTO, R. Y. Produção de fertilizante orgânico por compostagem de lodo gerado por estações de tratamento de esgotos. **Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.28, n.5, 1993. 27p.

Lora, E.S. **Prevenção e controle da poluição nos setores energéticos, industrial e de transporte.** Brasília, DF, p.442-444. ANNEL, 2000.

MESSIAS, A. S. **Fertilizantes orgânicos**. Recife: UNICAP, p. 5-17. 1993

ZONTA, E.P.; MACHADO, A.A.; SILVEIRA JÚNIOR, P. **Sistema de análise estatística para microcomputadores (SANEST)**. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas. Departamento de Matemática e Estatística, 1984. 151p.

INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO E DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SEM REDUÇÃO DO TEXTO: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Thaís Carneiro da Silva de Queiroz[1]; Gustavo Ferreira Santos[2].

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais, Líder do Grupo de Pesquisa sobre Direitos Fundamentais. E-mail: gustavosantos@uol.com.br .

Resumo
O presente trabalho tem como escopo a pesquisa acerca das técnicas de Controle de Constitucionalidade tais quais a de Interpretação conforme à Constituição e Declaração de Inconstitucionalidade sem redução do texto com a finalidade de se estabelecer o uso dessas técnicas de acordo com o conceito de Direitos Fundamentais. Tais técnicas permitem ao órgão responsável pela jurisdição constitucional preservar o ato editado pelo Legislador, declarando a inconstitucionalidade apenas de determinado uso ou evitando a sua declaração. Para uma melhor delimitação acerca dos temas abordados, fez-se necessário um aprofundamento teórico sobre os mesmos, através de sucessivas leituras, buscando delimitar a visão de diversos autores que trataram do tema. A pesquisa de Jurisprudência realizou-se através de coleta de acórdãos, com posterior análise, com o fim de se complementar o estudo das idéias doutrinárias e com o objetivo de se observar a aplicabilidade das referidas técnicas.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; interpretação; direitos fundamentais.

Introdução

Uma das mais importantes conseqüências da dimensão objetiva dos direitos fundamentais é aquilo que a doutrina alemã chama de eficácia irradiante dos direitos fundamentais. Significa que os valores que caracterizam os direitos fundamentais penetram por todo o ordenamento jurídico, condicionando a interpretação das normas legais e atuando como diretrizes para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

A Interpretação conforme à Constituição, forma de decisão já conhecida da jurisprudência da Suprema Corte americana, vem sendo utilizada pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha (*Bundesverfassungsgericht*) desde o início de suas atividades.

A técnica da Interpretação conforme à Constituição assume, ao mesmo tempo, os papéis de princípio hermenêutico e de mecanismo de Controle de Constitucionalidade. É uma importante modalidade de decisão na qual o Tribunal declara qual das possíveis interpretações apresenta-se compatível com a Lei Fundamental. Essa técnica ganhou peculiar atenção na jurisprudência do Tribunal graças à sua flexibilidade, que permite uma renúncia ao formalismo jurídico em nome da idéia de justiça material e de segurança jurídica.

A Interpretação conforme à Constituição pode ocorrer sempre que determinada disposição legal oferece diferentes possibilidades de interpretação, sendo alguma delas incompatíveis com a Constituição.

Como essa técnica tem um desenvolvimento altamente diferenciado na jurisprudência do

tribunal, torna-se difícil uma tipologia mais precisa sobre tal modalidade de decisão. O tribunal também utiliza esse método para suprir lacunas e, neste caso, permite a construção, mediante analogia, redução, ou mediante derivação de premissas normativas constantes da própria Constituição. A validade da Interpretação conforme à Constituição é conferida pelo princípio da unidade jurídica (*Einheit der Rechtsordnung*), que considera a Constituição como *contexto superior* (*vorrangiger Kontext*) das demais normas. A presunção de constitucionalidade da lei, o chamado pensamento "*favor legis*", é um dos argumentos adicionais resultantes do Controle de Constitucionalidade.

Esse princípio de proteção da norma não é apenas fundamentado sob ponto de vista da segurança jurídica e da presunção de um funcionamento regular da atividade legislativa, mas também do reconhecimento da supremacia do legislador na concretização e realização da Constituição.

O princípio da Interpretação conforme à Constituição não implica a competência para proceder a uma melhoria ou aperfeiçoamento da lei, pois qualquer alteração do conteúdo da lei mediante interpretação conforme à Constituição significa uma intervenção mais drástica dentro da esfera de competência do legislador do que uma pronúncia de nulidade (esta assegura ao ente legiferante a possibilidade de imprimir uma nova conformação à matéria). Esses limites nem sempre são observados pelo *Bundesverfassungsgericht* com o necessário rigor. Outras limitações à Interpretação conforme à Constituição podem decorrer do caráter peculiar da disposição a ser interpretada. A utilização da Interpretação conforme à Constituição em relação à emenda constitucional é problemática, pois as normas introduzidas emprestam um novo sentido ao ordenamento em vigência (SICCA, 1999,20).

Muitos autores enaltecem que Interpretação conforme à Constituição equipara-se a uma *declaração de nulidade sem redução do texto*, pois, considerando o resultado da Interpretação conforme à Constituição não do lado positivo – a preservação – mas do lado negativo – o caráter cassatório –, divisa-se a semelhança entre a declaração de nulidade qualitativa (declaração de nulidade sem redução do texto) e a Interpretação conforme à Constituição. A Declaração Parcial de Inconstitucionalidade sem Redução do Texto é uma categoria de decisão que foi adotada pelo legislador em 1970 e, desde então, prevê o §31, (2), 2º e 3º períodos da lei do *Bundesverfassungsgericht*, e segundo a qual o Tribunal poderá declarar a inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade de uma lei. Fica reconhecida a competência do Tribunal de reconhecer a inconstitucionalidade sem declarar a nulidade. É uma redução no âmbito de aplicação da norma. A Declaração Parcial de Inconstitucionalidade sem redução do texto refere-se a um conjunto de casos não designados de forma expressa no texto da Constituição, ou seja, por esses casos não serem previstos, a declaração de inconstitucionalidade só vai atingir uma parte da lei, sem que seja decretada a nulidade da lei como um todo (MENDES, 1993, 155).

Metodologia

Durante a realização do trabalho, realizaram-se leituras, com posterior pesquisa jurisprudencial. No decorrer do projeto, podem ser observadas as seguintes etapas: leituras (doutrina e artigos), pesquisa jurisprudencial e análise. Através das leituras, fez-se uma análise da bibliografia coletada, possibilitando uma maior delimitação do conteúdo das técnicas de Controle de Constitucionalidade, bem como dos Direitos Fundamentais. A busca pela Jurisprudência foi realizada com o escopo de se obter uma visão da aplicabilidade prática de tais técnicas. A pesquisa por artigos sobre os temas foi realizada na Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco e na Biblioteca do Tribunal Federal da 5ª região.

Resultados e Discussão

As duas técnicas estudadas preservam a decisão legislativa, à medida que as compatibilizam com as normas constitucionais. O uso de tais técnicas evita, a um só tempo, a auto-restrição, que levaria ao não-exercício do poder pelos órgãos responsáveis pelo controle de constitucionalidade, e ao excesso no exercício da jurisdição, que resultaria da declaração de inconstitucionalidade quando a decisão legislativa guardasse certos aspectos compatíveis com a Constituição. Não se confundem as duas técnicas, que têm procedimento de aplicação e resultados distintos. O seu uso é compatível com é compatível com o nosso sistema constitucional, podendo vir a possibilitar maior eficácia de normas definidoras de direitos fundamentais, sem que a intervenção da jurisdição constitucional inviabilize completamente o conteúdo da decisão do Legislativo. Ainda, nas decisões que adotam essas técnicas, nos tribunais brasileiros, nota-se um certo titubear, que faz aparecerem referências a uma ou outra técnica indistintamente. A diferenciação explícita das técnicas nas decisões torna-se necessária e será de grande valia para que tenham os destinatários da decisão jurídico-processual a exata dimensão dos efeitos a serem produzidos.

Conclusões

Pode-se obter, como conclusão, que os Direitos Fundamentais, em seu estado de direitos objetivos, proporcionam condições para a interpretação do direito infraconstitucional. Tomando como base essas condições, pode-se falar na necessidade de uma Interpretação Conforme à Constituição e de outras modalidades de Controle de Constitucionalidade tal qual a Declaração de Inconstitucionalidade sem redução do texto. É a partir desse ponto que se associam os significados dos termos trabalhados no projeto, embora ainda não exista, na doutrina brasileira, uma associação explícita entre eles. É essencial salientar que a Declaração de Inconstitucionalidade sem redução do texto mediante Interpretação Conforme, é vista como um caso exemplar pela Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
À Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Referências

MENDES, G. F. A Declaração de Inconstitucionalidade sem a pronuncia da nulidade da lei – *Unvereinbarkeitserklärung* – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, n. 5, out./dez. 1993.

SICCA, G. S. A Interpretação conforme à Constituição – *Verfassungskonforme Auslegung* – no direito brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**. São Paulo, v. 36, n. 143, jul./set. 1999.

INVESTIGAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES RUPESTRES ZOOMÓRFICAS EM ACERVOS DE PERNAMBUCO: DESCRIÇÃO E CATALOGAÇÃO

André Luiz Gomes Soares[1]; Albérico Nogueira de Queiroz[2]

[1] Estudante do Curso de Licenciatura em História do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professor do Departamento de Biologia-Laboratório e Museu de Arqueologia do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Aplicados em Biologia, Arqueologia e Paleontologia. E-mail: alberico@unicap.br

Resumo
Este trabalho apresenta parte da pesquisa realizada no Laboratório e Museu de Arqueologia da UNICAP sobre a iconografia zoológica do homem primitivo que habitava o Nordeste brasileiro. Os resultados obtidos mostram a diversidade das pinturas rupestres encontradas no Município do Brejo da Madre de Deus-PE, onde foi possível classificar algumas representações zoomórficas e antropomórficas, identificando, em alguns casos, o tipo de animal relacionado à pintura. Algumas das representações pictográficas podem estar sendo incluídas numa classificação incorreta, também conhecida como Tradição. Constatou-se a possível existência de duas Tradições na região de Brejo da Madre de Deus: Nordeste e Agreste. Em todo caso, faz-se necessária uma revisão dessa classificação, uma vez que ainda existem discussões a esse respeito. Este trabalho evoca a necessidade em se retomarem as pesquisas, levando em consideração a preservação das pinturas, visto que essas estão sendo degradadas por agentes naturais e antrópicos.

Palavras-chave: arqueologia zoológica; iconografia; pinturas rupestres.

Introdução

Conforme temos freqüentemente observado, ainda existem dificuldades no estudo das pinturas rupestres, principalmente no que diz respeito à sua datação e conseqüente posicionamento em uma Tradição. Identificar a forma e a pigmentação utilizadas na pintura se torna uma tarefa árdua, cujo o estudo realizado no Laboratório e Museu de Arqueologia da UNICAP teve uma problemática ainda maior, pois o levantamento realizado na região de Brejo da Madre de Deus foi feito através de reproduções em plástico.

Por existir uma degradação natural, algumas das reproduções em plástico apresentavam desgaste progressivo, e boa parte desse acervo apresenta um clareamento natural do pigmento. A partir dessa premissa, fica difícil tecermos maiores comentários sobre o verdadeiro tipo de pigmentação ali utilizada. As reproduções utilizando essa técnica foram elaboradas há mais de duas décadas (Pessis, 2003). Buscando dirimir essa limitação, seria necessário fazer novas reproduções, a partir das pinturas originais na rocha, seguindo-se o tratamento digital das imagens obtidas.

No presente momento, o Laboratório de Arqueologia da UNICAP estuda a possibilidade de se fazer a digitalização de fotos tiradas na época da escavação, tentando enriquecer o acervo pictográfico da instituição.

Projeto: Investigação dos Achados Arqueológicos Provenientes do Sítio Arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus - PE: Acervo Científico da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). **Órgão financiador:** UNICAP.

Sobre a inclusão ou não das pinturas em uma das classificações propostas: Tradições Nordeste ou Agreste, o estudo deverá ser mais detalhado a partir da obtenção de datações diretas sobre o material. Novos métodos de datação têm sido desenvolvidos e uma das técnicas mais recente, para a coleta das amostras para datação consiste na retirada de algum mineral incrustante nas pinturas, como a calcita, por exemplo. A coleta feita diretamente da pictografia não é aconselhável, pois, assim, inconscientemente, estaríamos contribuindo à degradação das pinturas.

Os métodos mais usuais de datação estão baseados no Carbono 14 (C^{14}) e na Termoluminescência, ambos muito utilizados para a determinação cronológica em diversos sítios arqueológicos no mundo, inclusive em algumas pinturas encontradas no Nordeste brasileiro, como as expressivas representações de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí (Pessis, 2003). Os resultados obtidos para algumas representações pictográficas naquela região datam de cerca de 35 mil anos antes do presente.

Metodologia

O método utilizado em nosso estudo consistiu em inventário, leitura e estudos de textos relacionados às representações pictográficas zoomórficas, assim como a organização do arquivo de fotos e das reproduções em plástico das representações rupestres do município do Brejo da Madre de Deus-PE. As fotografias e as reproduções em plásticos compõem o acervo científico do Laboratório e Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco.

Também serviram de suporte teórico as fichas-resumo preparadas em campo durante a reprodução das pinturas em plástico, as quais ainda não foram publicadas, acreditamos que devido à interrupção dos trabalhos de campo.

Resultados e Discussão

Em nosso estudo, procuramos enquadrar alguns dos painéis analisados dentro das características pictográficas que compõem as duas tradições. A evidência da Tradição Agreste diz respeito ao tamanho dos motivos antropomórficos, tendo em média um metro de altura (Martin, 1997). Para o Brejo da Madre de Deus, a representação encontrada na Pedra do Caboclo, sítio do Urubu (Figura 1) parece corroborar a característica descrita pelo autor.

Uma das características da Tradição Nordeste diz respeito ao tamanho das pinturas antropomórficas, variando entre 5 e 15 centímetros. Ainda em brejo da Madre de Deus, particularmente no painel da Pedra da Bicuda, no sítio Pedra da Bicuda (Figura 2), foram encontradas representações de antropomorfos com o comprimento reduzido (tendo em média 10 cm). Sendo assim, seria completamente compreensível se esse sítio fosse incluído na Tradição Nordeste.

Assim, a catalogação tem sido desenvolvida em nosso trabalho. Conforme explicitado, a classificação faz parte da pesquisa, sendo que, em alguns casos, torna-se necessário um estudo mais amplo e detalhado, que esperamos seja realizado numa etapa posterior. Nossa atual situação permite darmos os primeiros passos para uma série de investigações, com o intuito de aumentar o acervo cultural e científico nessa linha de atuação da Universidade Católica de Pernambuco. É necessário se evocar a cooperação existente nessa área com o Núcleo de Estudos Arqueológicos e o Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, que tem resultado no intercâmbio constante de conhecimento.

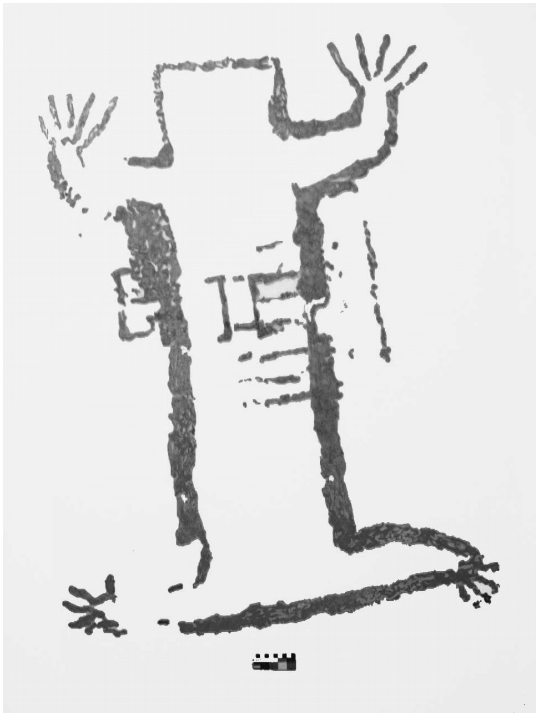


Figura 1 - Figura antropomórfica, possivelmente pertencendo à Tradição Agreste, Pedra do Caboclo, sítio do Urubu, Brejo da Madre de Deus-PE.



Figura 2 - Antropomorfos, possivelmente pertencendo à Tradição Nordeste, Pedra da Bicuda, sítio Pedra da Bicuda, Brejo da Madre de Deus-PE.

Conclusão

Este trabalho, de uma maneira geral, mostra, com um maior embasamento, a problemática, que é estudar a arte rupestre. Mostra a dificuldade relacionada à datação, questão base para uma melhor classificação das pinturas.

A catalogação das pinturas rupestres pertencentes à coleção do Laboratório e Museu de Arqueologia da UNICAP torna pública a existência de um conjunto pictográfico relevante na região do Brejo da Madre de Deus e propõe uma farta discussão sobre a necessidade em se obter novas fontes de pesquisa, buscando o município no contexto da arqueologia pré-histórica regional e nacional.

A classificação do acervo disponível na UNICAP representa um importante referencial para o estudo dessas pinturas em nossa região, propiciando o conhecimento sobre o modo de vida e a antigüidade do homem pré-histórico no Nordeste do Brasil, assim como sua relação com a fauna e a flora pretéritas.

Agradecimentos

Ao PIBIC-UNICAP/CNPq, pelo apoio financeiro; a todos os membros que compõem a equipe do Laboratório de Arqueologia da UNICAP, à professora Jeannette Lima (*in memoriam*) e à minha Mãe, pelo esforço e paciência.

Referências

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 1997.

PESSIS, A. -M. **Imagens da pré-história. Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la Préhistoire; Images from Prehistory**. São Paulo: FUMDHAM/PETROBRAS, 2003.

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO NORDESTE: A ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INCENTIVO

Carmem Virginia de Albuquerque Cavalcanti[1] ; João Alexandre de Lira Cavalcanti[2] ; Ana Cláudia Arruda[3] ; Isabela Neri Eustáquio[4] ; Roberta Carolina Araújo[5]

[1]Estudante do Curso de .Economia do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais.
E-mail: joaoalc@br.inter.net
[3] Professora do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais, co-orientadora.
[4] Aluna do Departamento de Economia e Administração, participante do grupo de pesquisa;
[5] Aluna do Departamento de Economia e Administração, participante do grupo de pesquisa.

Resumo
O desenvolvimento proporciona o aumento cumulativo e duradouro do produto real, o pólo de desenvolvimento é uma unidade motriz ou um conjunto dessas unidades, essas empresas ou indústrias motrizes, exercem um efeito de expansão sobre as outras unidades de determinada região. Essa unidade motriz transforma as estruturas e eleva o produto. Os incentivos fiscais é a principal forma de atrair investimentos. O Governo do estado de Pernambuco criou o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE – que tem o objetivo de estimular a atividade industrial, o comércio atacadista importador e as centrais de distribuição. O programa atua concedendo os mais atrativos incentivos fiscais do país. A dinâmica de um pólo industrial é influenciada pela implantação de uma ou mais indústrias motrizes que exercem efeitos sobre a economia. Com relação às trocas comerciais, as regiões menos desenvolvidas quase sempre saem perdendo, pois, exportam bens primários (de baixo valor agregado), e importam bens industrializados (de alto valor agregado). O Nordeste precisa buscar apoio na cooperação, trabalhando em comum, visando melhorar o desempenho das atividades econômicas, seja pela via do comércio, ou do investimento direto estrangeiro.

Palavras-chave: desenvolvimento, crescimento, Indústria- motriz.

Introdução

*"Desenvolvimento é a combinação de transformações de ordem mental e social de uma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global" (PERROUX, François,*1967).
O pólo de desenvolvimento é uma unidade Motriz ou um conjunto dessas unidades. Essas indústrias, simples ou complexas, são consideradas Motrizes quando exercem efeito de expansão sobre as outras unidades. Porém, esse pólo de desenvolvimento (motriz) só tem valor quando se torna objeto de análise rigorosa e meio de ação uma política. Se denomina pólo ou uma unidade Motriz quando esta, transforma as estruturas e eleva o produto. No Brasil, a unidade Motriz depende, geralmente, de

Projeto: Investimento Direto Estrangeiro e Desenvolvimento Regional: Uma análise dos impactos sob as economias de base local na Região do Nordeste do Estado de Pernambuco. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base para Iniciação Científica – PIBIC.

decisões de grupos econômicos, que agem de acordo com os poderes públicos (PROCHNIK, Victor; HAGUENAUER,Lia, p. 10, 2001).

O dinamismo de um pólo industrial pode ser alcançado através da implantação de uma ou mais indústrias motrizes, ou seja, indústrias capazes de dar movimento, dinamismo às atividades exercendo efeitos sobre a economia. Essas indústrias motrizes, ou regiões mais desenvolvidas, captam o capital e a mão-de-obra qualificada de outras regiões e/ou indústrias menos desenvolvidas. As cadeias ou elos produtivos são o resultado da interdependência dos agentes econômicos e da divisão do trabalho, como, também, de uma trajetória de aproximação entre os agentes, como resultado de um conjunto de vários fatos, como os fatores históricos e, principalmente, os de ordem econômica. Buscam apoio na cooperação, trabalhando em comum, visando melhorar o desempenho das atividades econômicas em beneficio comum.

" Nesta era da globalização, as sub-regiões nacionais e os próprios espaços nacionais, em particular os de menor dimensão, são cada vez mais espaços econômicos cuja autonomia é tendencialmente decrescente e cuja coerência faz chamada ao estudo de articulações com outras regiões e países organizados em espaços econômicos mais vastos...

Enquanto os espaços econômicos sub- regionais e nacionais se vão desestruturando no interior das suas fronteiras físicas para se estruturarem e dotarem de coerência em espaços econômicos mais vastos, em paralelo, emergem e consolidam-se espaços econômicos de natureza empresarial – o espaço econômico das empresas multinacionais- cuja regulação escapa às autoridades nacionais."

(GUERRA, Antônio Castro, Maio 1998).

Com as relações de trocas comerciais as regiões menos desenvolvidas saem perdendo, pois, exportam bens primários (de baixo valor agregado), e importam bens industrializados (de maior valor agregado).

No Nordeste observa-se um problema de interdependência e coordenação que dificultam a modernização regional. O Nordeste precisa buscar a competitividade num contexto de mundialização que envolve manter as relações comerciais na própria região, como também conquistar formas relevantes de participação em outras regiões brasileiras e até mesmo no mercado externo. Seja pela via do comércio , nacional e internacional, e/ou pela via do investimento direto estrangeiro (GUERRA, Antônio Castro,1998).

O Investimento Direto Estrangeiro, ocorre através de alguns fatores determinantes como: os fatores econômicos (se depois de se investir haverá obtenção de lucros), infra-estrutura, capacidade e tecnologia, além de um bom ambiente de negócios, ou seja, mercado, subsídios e redução da burocracia, estratégias políticas para captar e multiplicar os investimentos.

No Brasil, o ambiente de negócios é o fator de maior atração de investimentos, seguido pelos fatores econômicos e pela infra-estrutura, e em seguida vem os fatores políticos. O fator político é típico de economias subdesenvolvidas, como a economia brasileira. Para haver um maior incentivo ao investimento estrangeiro é necessário amenizar problemas como: estabilidade política, social e macroeconômica, além de ter regras claras de jogo e estratégias, um melhor e aperfeiçoado sistema tributário, uma aprimorada política comercial, aumento de subsídios, acesso mais fácil aos mercados, como também é necessário uma redução da burocracia.

A infra-estrutura deve possuir tecnologia eficiente, um bom sistema de transportes, como; ferrovias, portos, e recuperação das rodovias, é necessário melhorar todo o sistema de transportes, para com isso haver um maior e melhor fluxo comercial, como também é essencial ter um ambiente propício para aplicação de investimentos, com recursos naturais e matéria- prima que possam ajudar na obtenção de lucros para o investidor.

Para incentivar os investimentos também é necessário que o mercado esteja assinalando um retorno do capital investido, para isso ocorrer, é preciso que haja eficiência no mercado financeiro e de

capitais, incentivos à pesquisa, e a melhoria na qualidade do capital humano, dessa forma obtêm-se uma produtividade crescente.

Os fatores econômicos que interferem na decisão de investir ou não investir é justamente o tamanho do mercado, o poder de consumo dos que formam esse mercado e o crescimento da economia na qual será feito os investimentos. A maior parte do investimento estrangeiro é feito entre os países desenvolvidos, onde o cenário apresentado é mais atraente. No mercado europeu, por exemplo, o investidor espera, por volta de dez anos para repor o investimento, pois na Europa há estabilidade econômica. Já no Brasil há uma grande variação, quanto mais rápido recuperar o investimento melhor será. Se o investidor obtiver um tempo de retorno (no Brasil) longo, ele, provavelmente, não irá investir, devido as incertezas do mercado.

Metodologia

A base do estudo implica na consolidação teórica dos efeitos dos investimentos diretos externos, dentro da economia brasileira. Ou seja, a criação de conhecimento para a geração de políticas capazes de criar sinergias positivas no ambiente local. foram analisadas as relações comerciais entre a região Nordeste e a região Centro -Sul, além de analisarmos o funcionamento das cadeias produtivas. fizemos um levantamento dos diversos investimentos estrangeiros realizados na economia brasileira, sobretudo pós Plano Real, seus impactos regionais e seus efeitos de encadeamentos para as economias de base local. Resumidamente:

- A questão do desenvolvimento regional: as diversas interpretações teóricas
- A assimilação das experiências internacionais e as explicações teóricas do atraso econômico do Nordeste
- A nova reconfiguração regional Brasileira
- A experiência de alguns países e do Brasil na atração de investimentos diretos estrangeiros;
- A experiência da região Nordeste na atração de IED;
- O caso do estado de Pernambuco na atração de IED;

Em ambos os casos têm-se como objetivos:

- Levantamento de justificativa teórica que sustentam suas concepções;
- Analisar a importância do IED como importante mecanismo de desenvolvimento econômico
- Análise das condições de atração de IED
- O mercado local como importante instrumento de atração de IED
- Os efeitos para frente e para traz dos IED na região Nordeste;
- Apresentar um estudo de Caso no estado de Pernambuco.

Foi feito levantamento sobre mecanismos ou investimentos federais, principalmente, estaduais, através de análises dos documentos que definam o escopo de tais programas

Resultados e Discussão

- Construção de um marco teórico sobre o desenvolvimento regional brasileiro;
- Identificar as novas teses sobre a nova geografia econômica brasileira;
- Levantar o fluxo de investimento direto e as principais empresas que se instalaram na região Nordeste e no estado de Pernambuco;
- Selecionar algumas dessas empresas tentando compreender os impactos nas economias de base local;
- Identificar a distribuição desses projetos no território nacional analisando seus impactos no ambiente econômico.

Conclusões

A importância do investimento direto estrangeiro, é histórico. A presença do capital estrangeiro é fundamental para o bom funcionamento da economia brasileira, causando impactos sobre o balanço de pagamentos, tecnologia, crescimento econômico (e possível desenvolvimento) e formação do capital. A maioria dos investimentos ocorrem em função de incentivos fiscais, como O PRODEPE.

As disparidades intra - regionais é um dado histórico no Brasil e tende a aumentar, pois, os investimentos feitos nas diferentes regiões do país, visam fins distintos, os investimentos feitos no Centro- Sul, tem como intuito modernizar as tecnologias e aumentar a produção, já os investimentos feitos no Nordeste possuem fins assistencialistas.

O Nordeste tem um problema de interdependência e coordenação que dificultam a modernização regional. É preciso buscar a competitividade mantendo as relações comerciais na própria região e também conquistar espaço no mercado externo. Os efeitos multiplicadores do capital estrangeiro na economia social é pequeno. O efeito multiplicador da cadeia produtiva é transferido para outros estados como os da região sudeste. A região Nordeste tem pouco poder de decisão e de inter-relações.

Diante dos novos desafios impostos para a execução de uma política de desenvolvimento regional, entende-se ser essencial a elaboração de propostas alternativas para a atuação estatal.

Agradecimentos

Ao PIBIC- Programa Institucional de Base para Iniciação Científica.

Referências

GUERRA, Antônio Castro. **O posicionamento das regiões periféricas:** análises, opiniões e conclusões. Maio 1998.

PERROUX, F. **Economia do Século XX.** Lisboa, Herder, 1967.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO NORDESTE: AVALIAÇÃO DE IMPACTO NA ECONOMIA LOCAL

Isabela Luciana Araujo Neri ; João Alexandre Lira Cavalcanti2 ; Ana Claúdia Arruda3;Carmem Virgínia Cavalcante4 ; Roberta Carolina Tavares Araújo4

1Estudante do Curso de Economia do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais;
2Professora do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais. Participante e Líder do Grupo de Pesquisa Inovação Tecnológica, E-mail: joaoacl@br.inter.net
3Respectivamente, Professora do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa Inovação Tecnológica, E-mail: aarruda@pe.sebrae.com.br
4Estudantes do Curso de Economia do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais.

Resumo
O nível de desenvolvimento de uma região é essencial para servir de atrativos para novos investimentos tanto internos, quanto estrangeiros. Por isso, o estudo da formação econômica é importante para compreender o surgimento de tanta disparidade entre regiões no Brasil. O Centro-Sul obtém mais ou menos 87,5% dos investimentos e o Nordeste tem apenas 4,2%. O que se propõe é detectar quais os fatores que impedem que o multiplicador dos investimentos possa alcançar grandes índices no Nordeste e em Pernambuco.
É notório que esses investimentos têm grande impacto sobre o setor produtivo. Diante dessa realidade, o Nordeste apresenta grandes limitações. Para que isso seja minimizado, é necessária uma industrialização mais forte ou um aperfeiçoamento das cadeias produtivas para que elas sejam altamente interligadas e, com isso, seja possível dinamizar os investimentos e, por conseqüência, o desenvolvimento.
O Nordeste, apesar de deficiências, tem conseguido capitar IDE (Investimento Direto Estrangeiro) devido aos incentivos e implementações. Por isso, faz-se necessário caracterizar os investimentos nas economias de base local, identificar os fatores que contribuem para atração e quais as conseqüências do IDE na economia.

Palavras-chave: economia regional; inovação tecnológica; incentivos e atração de IDE;

Introdução

Atrair investimentos diretos estrangeiros para um país é muito importante porque possibilita um processo de desenvolvimento econômico mais sustentado, e uma maior interação com o resto do mundo. Muitos países ao redor do mundo vêm realizando grandes esforços para atraírem Investimentos Diretos Estrangeiros. O processo de desenvolvimento econômico das nações, no longo prazo, será cada vez mais dependente da habilidade das pessoas, das firmas e instituições de criar sinergias positivas com o resto do mundo. Dentro dessa perspectiva, atrair capitais internacionais deve ser uma atividade constante nos programas de governo das Nações modernas.
O Brasil destaca-se como região líder no processo de atração de IED (Investimentos Diretos Estrangeiros). No período compreendido entre 1996 e 2002, o Brasil recebeu cerca de US$ 170 bilhões de Investimento Direto Estrangeiro. Grande parte dos investimentos estão concentrados nos setores de serviços como: telecomunicações, geração de energia, transporte interno e sistema financeiro. Cumpre ressaltar que o fluxo de investimentos, 87,5% estão concentrados na região

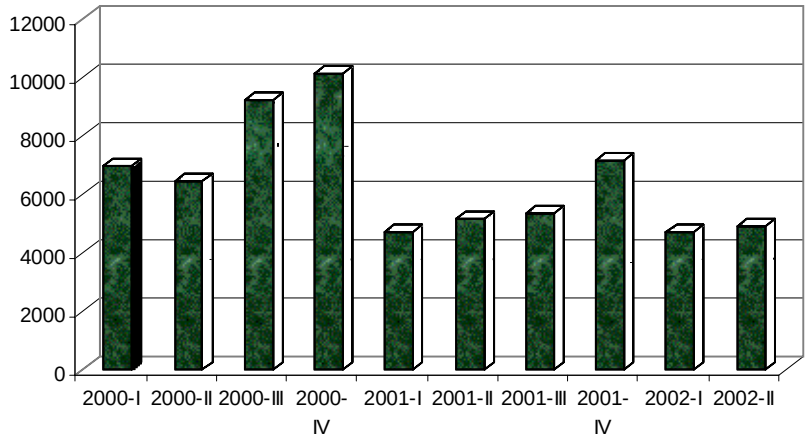
Sudeste do País. A região Nordeste foi responsável por 4,2% do volume total de recursos captados (Laplane & Sarti, 1999).
Os investimentos trazem consigo efeitos positivos e negativos sobre a base da economia local, por isso precisam ser melhor estudados e entendidos, para que sejam feitas políticas direcionadas para determinada região, principalmente no que diz respeito a Pernambuco.
Esses efeitos positivos e negativos também são chamados propulsores e regressivos, que tendem a aumentar ou a diminuir de acordo com o jogo de forças de mercado. Os efeitos propulsores atuam como um meio de combater o problema da desigualdade em diferentes níveis de progresso entre as regiões. Entretanto, observa-se que, quanto mais alto o nível de desenvolvimento, mais forte são os efeitos propulsores. Isso levará a um melhoramento nos transportes, comunicação e padrões educacionais. Já o efeito regressivo atua de forma contrária. Porém é importante destacar que o dinamismo do desenvolvimento econômico determina a existência de efeitos multiplicadores sobre as atividades econômicas (Myrdal, 1972).
Para que isso fosse feito com maior coerência, foi necessário caracterizar o IDE nas conomias de base local e identificar os fatores que contribuem para atração e quais as conseqüências desse investimentos.

Metodologia
A metodologia empregada na elaboração do trabalho corresponde ao estudo de caso com a utilização de dados secundários e primários, que foram obtidos em pesquisa de campo. A primeira etapa do trabalho constitui um levantamento bibliográfico sobre o investimento direto estrangeiro, capaz de viabilizar o estudo de diagnóstico que caracterize as políticas de atração, os benefícios, os malefícios para economia e, em especial, o IDE no Nordeste e em Pernambuco.
Os dados secundários correspondem a levantamentos estatísticos fornecidos pelo IBGE, CVM, Investe Brasil e alguns programas de incentivos, a exemplo do PRODEPE.
A área pesquisada compreende o estado de Pernambuco, onde basicamente foram levantados os elementos definidores da decisão locacional do projeto e alguns efeitos na economia local decorrentes de tais investimentos.

Resultados e Discussão
O Brasil tem apresentado níveis baixos de investimentos, apesar de crescer a pequenas taxas. A taxa de investimento é importante para o crescimento e desenvolvimento econômico. Entretanto existem algumas características relevantes dos investimentos como: envolvimento de capital estrangeiro, a presença elevada de países desenvolvidos investindo nos países subdesenvolvidos, a contribuição do fluxo crescente (mais ainda modesto relacionado com o PIB), a volatilidade do investimento em portfólio, o aumento do fluxo de recursos privados para regiões selecionadas e investimentos dedicados à aquisição e fusões.
Para que haja um IDE no Brasil, são necessários alguns fatores que servem de estímulos para determinar atração de IDE. Esses fatores são: políticos, econômicos, de infra-estrutura, e de ambiente de negócios. Esses fatores possibilitaram ao Brasil o posicionar-se entre um dos principais receptores de IDE, como mostra o gráfico de fluxo de investimentos.

O aumento do fluxo de IDE aumenta a participação cada vez maior no PIB. Porém grande parte do IDE que entra no Brasil é destinado às privatizações. E dessas privatizações 83,7% dos investimentos estão empregados no setor de serviços. O IDE apresenta alguns impactos no fluxo de investimentos como: a desnacionalização da estrutura produtiva, o aumento das remessas de lucro, desequilíbrio da balança comercial e a competitividade da indústria. Esses fatores que atuam na economia brasileira podem trazer alguns danos para o crescimento e desenvolvimento do Brasil.

Gráfico 1 – Fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil 2000-2002



Fonte: CEPAL- Comissão Econômica para América Latina e Caribe

Em Pernambuco, segundo um estudo realizado pelo Sebrae, em 10 grandes empresas constataram que os efeitos gerados na economia com relação aos investimentos diretos estrangeiros, com relação à economia local, são fraquíssimos, devido às relações entre fornecedores locais como: suprimento,embalagem e insumos. São poucos os insumos e matéria-prima utilizados nas fabricas e extraídos do Estado. Além disso, as empresas desfrutam de isenção e incentivos fiscais entre outras facilidades fornecidas pelo governo estadual e federal.(SEBRAE, 2003)

Existem grandes problemas para fixação de uma empresa de grande porte no estado, pois outros estados também praticam políticas de incentivos fiscais, o que acaba por incentivar as transferências de recursos de um estado para o outro estado. Isso proporciona ao estado uma situação de entreposto comercial.

Esse foi o caso santista têxtil no estado de Pernambuco: ela produz o tecido bruto em Pernambuco e envia para o estado de Sergipe, onde é submetido ou processo de acabamento, isso porque o estado de Sergipe concedeu incentivos fiscais para instalação da linha de fiação, tecelagem e acabamento maior do que o do estado de Pernambuco. A ligação existente com o mercado local é apenas prestação de serviços como: segurança, jardinagem, manutenção de ar-condicionado, limpeza. Isso acontece por causa da má qualificação da mão-de-obra, para desempenhar serviços na produção, que é totalmente informatizada.

Em síntese, os multiplicadores da empresa na economia local são extremamente frágeis. Diante dos problemas encontrados, é elevada a dependência das empresas na aquisição de insumos da região Sueste e de outras regiões. Isso faz com que o efeito multiplicador da economia seja transferido para outros estados.

É perceptível o isolamento dessas empresas no mercado pernambucano, isso por falta de liderança organizacional. As empresas procuram com isso trabalhar isoladamente, no cuidado dos seus espaços de mercado e de sobrevivência (SEBRAE, 2003;40).

É importante destacar que apenas os incentivos fiscais não são suficientes para atrair e gerar efeito multiplicador a partir do IDE. Fatores como infra-estrutura, qualidade da mão-de-obra, fornecedores locais competitivos, serviços logísticos adequados, e outros são fundamentais para que esses investimentos prosperem.

Conclusões

Apesar dos indicativos positivos da atração de investimentos para a região Nordeste do Brasil, a sua relação com a estrutura produtiva regional se mostra muito insipiente. São poucos os exemplos recentes de interação econômica local, basicamente o encadeamento se dá extra-regionalmente, tanto a montante com a jusante.

Dos fatores locacionais analisados no estudo, têm destaque significativo as políticas de incentivo fiscal em todos os níveis, municipal, estadual e federal.

Um outro efeito possível do IDE seria, no primeiro momento, o atrativo fiscal, para que atraísse novas empresas, fortalecendo a estrutura produtiva local. Todavia, em entrevistas realizadas, esse efeito não se mostrou muito evidente.

No entanto, é necessário adotar meios de atrair a fim de que haja um maior fortalecimento da economia, e um desenvolvimento promissor, proporcionando impactos positivos sobre a economia como aumento da quantidade de emprego, entre outros.

Porem não é isso que vem acontecendo, pois, apesar de políticas de incentivos, não existe uma infra-estrutura necessária e adequada para atuar. Isso porque fatores como infra-estrutura, mão-de-obra, fornecedores locais competitivos, serviços logísticos, e outros são fundamentais para que esses investimentos prosperem.

Agradecimentos

Agradeço a Deus e a minha família. Agradeço também ao PIBIC-UNICAP e ao professor-orientador, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa, aprimorando os conhecimentos.

Referências

CAMPOLINA, Clélio. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** texto para discussão Nº 159,CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte,2001.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**, Difel, São Paulo, 1977

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Editora Nacional, 1976

HAGUENAUER & PROCHINIK. **Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no nordeste Brasileiro**. Artigo do XIV congresso Brasileiro de economista, instituto de economia da UFRJ. Recife, setembro de 2001.

LAPLANE & SARTI. **Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança comercial nos Anos 90**. Textos para discussão, Brasília, 1999.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro, Saga, 1972.

PREBISH, R. **Problemas teóricos y práticos del desarrollo económico**, Santiago, CEPAL, 1950.

PERROUX, F. **Economia do Século XX**, Lisboa, Herder, 1967.

SEBRAE-PE. **Um Estudo sobre as Dez Grandes Empresas do Estado de Pernambuco**, agosto, 2003 (texto para discussão).

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL FEDERATIVA

Camila Carvalho Pinto de Melo[1] ; Marcelo Labanca Corrêa de Araújo[2]

[1]Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, e-mail: camilacpm@hotmail.com.
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, e-mail: labanca@bcb.gov.br

Resumo
A presente pesquisa tem por escopo o estudo da concretização do princípio federativo, como forma de Estado, no âmbito do discurso decisório do Supremo Tribunal Federal, enquanto instância da Jurisdição Constitucional brasileira. A pesquisa de caráter exploratório realizada através de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais possibilita também a análise das Constituições estaduais com a finalidade de observar até que ponto a autonomia constitucional assegurada pela Constituição Federal está realmente sendo exercida. Nossa premissa consiste em que o Supremo Tribunal Federal exerce a jurisdição constitucional formando a vontade federativa sem, contudo, viabilizar a participação dos Estados-membros no exercício dessa mesma jurisdição constitucional. Essa participação do poder local no processo abstrato, que poderia ser incentivada pela figura do *amicus curiae*, não está sendo praticada.

Palavras-chave: federação; controle de constitucionalidade; *amicus curiae*

Introdução

O estudo da concretização constitucional como forma de Estado, no âmbito do discurso decisório do Supremo Tribunal Federal, enquanto instância da Jurisdição Constitucional brasileira é centro de atuação da presente pesquisa. A análise do federalismo não se detém à pura normatização sedimentada no texto da Constituição, devendo-se, ao revés, identificá-lo como uma realidade dinâmica, um processo por meio do qual se compreendem seus fluxos e refluxos (BIDART CAMPOS, 1993, p. 363). É que por as normas constitucionais apresentarem uma estrutura mais fragmentária e indefinida do que as demais normas dos sistemas jurídicos dogmáticos modernos, releva-se, por conseguinte, a atuação da jurisdição constitucional, por meio, primordialmente, dos instrumentos do processo objetivo do controle da constitucionalidade. Assim é que a pesquisa histórica dos modelos de jurisdição constitucional conhecida pelo mundo ocidental estabelece como premissa para as indagações que se pretendem desenvolver em torno da Jurisdição Constitucional brasileira, jurisdição essa, diga-se de passagem, concebida como produto dos influxos resultantes daqueles modelos tidos como paradigmáticos. O modelo austríaco, cognominado abstrato ou por via direta, é de curial importância para a consecução dos objetivos carreados à presente pesquisa, fundamentalmente por dois motivos a seguir alinhados: a Federação Brasileira foi também concebida a partir de um Estado Unitário, o Estado Imperial; atualmente, caminha-se para um enrijecimento do controle concentrado de constitucionalidade, e o conseqüente reforço da Jurisdição Constitucional Brasileira, pelo que, nada mais razoável que o estudo da gênese desse instituto que é o modelo austríaco. Nossa premissa consiste em se o Supremo Tribunal Federal, em sua vestimenta de Tribunal Constitucional, aplica critérios desiguais para permitir ou repreender a livre atuação autônoma e criativa dos Estados-membros, o que pode indicar insipiência na conformação do pacto federativo brasileiro, através de um modelo de repartição de competências que termina por

Projeto**: A Federação brasileira inventada pela jurisdição constitucional.** Órgão financiador**: PIBIC/ UNICAP**

(des/re)construir a Federação brasileira. Para tanto, estabeleceu-se, como objetivo geral, entender como a Federação brasileira se encontra estruturada e de que forma ela vem sendo alterada pela Jurisdição Constitucional, reduzindo ou ampliando os espaços de atuação dos Estados-membros e Municípios no jogo federativo e como objetivos específicos identificar o papel e a necessidade de um Tribunal Constitucional para resolver as causas federativas; identificar se as decisões judiciais constitucionais sobre a federação se afastam do texto constitucional para atender ao jogo das forças políticas federativas ou se apenas mantêm uma fórmula do federalismo tal qual como positivado no texto constitucional; identificar se as decisões constitucionais em matéria federal são de cunho centralizador (fortalecimento dos poderes da União) ou descentralizador (fortalecimento do poder local). Mais, identificar se o processo de construção da federação brasileira é realizado, via jurisdição constitucional, "de baixo para cima", ou seja, sem a participação dos poderes locais na formação da jurisdição constitucional brasileira.

Metodologia

Desde o início do presente trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com a finalidade de selecionar os textos científicos relativos à jurisdição constitucional. Concomitantemente, passou-se a realizar a leitura e discussão dos textos selecionados, bem como a seleção e análise de julgados atinentes ao tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal e das Cortes estaduais.

Resultados e Discussão

Após a leitura dos materiais bibliográficos colhidos e da análise de decisões do Supremo Tribunal Federal, pôde-se chegar a algumas conclusões de relevância significativa para o desenvolvimento da pesquisa.Tomando-se como ponto de partida a matriz histórica dos paradigmas de jurisdição constitucional, verificou-se que sua raiz está nos modelos norte-americano e austríaco. É que o sistema americano consiste no de jurisdição de constitucionalidade difusa, isto é, exercitado no bojo do caso concreto, levado à cognição de qualquer órgão jurisdicional, mediante a exceção de inconstitucionalidade oposta como preliminar na resposta do réu. As raízes históricas desse instituto encontram sedimento na formação do Estado norte-americano, qual seja, a transmudação de uma confederação para um inusitado e inovador formato de Estado, o Estado Federal. Nesse ínterim, Mauro Cappelletti defende "esta tese contém em si um núcleo importante de verdade; ela é, em outras palavras, substancialmente verdadeira, sem ser, porém, historicamente, de todo correta" (1999, p.46). Na verdade, a peculiaridade do modelo austríaco reside na conformação do Estado Federal a partir de um Estado Unitário Centralista. Muito embora, formalmente, o Estado Austríaco se submetesse ao formato unitário e centralista de Estado, legitimado por uma Constituição centralista, as esferas de poder local possuíam um grau de independência considerável, o que, positivamente repercutiu na conformação do modelo federal adotado pela Constituição de 1920, favorecendo a atuação concretizadora da jurisdição constitucional, nesse âmbito. Com efeito, "a Constituição Federal Austríaca é, assim, a lei de um Estado Unitário que se transformou em Estado Federativo. Isso diferencia a Constituição Federal Austríaca das Constituições da maioria da Constituição dos outros Estados Federativos, que surgiram mediante a união voluntária de Estados até então fundamentalmente autônomos, sujeitos apenas à ordem jurídica internacional" (KELSEN, 2002, p.7). No que diz respeito às constituições dos Estados-membros como produto do Poder Constituinte Decorrente, tem-se que o pacto federativo pressupõe a autonomia dos Estados-membros, tomando-se aquele termo em sua acepção originária (auto – por si próprio; nomia – normas, leis). Essa autonomia e suas variantes (autogoverno, auto-administração e auto-organização) têm, como fundamento de validade, a Constituição Federal. Esta, por sua vez, ao tempo em que legitima a produção do texto constitucional estadual, fixa, instransponivelmente, os seus limites, pelo que, as constituições estaduais, exatamente por essa característica, são produto

do que se convencionou denominar Poder Constituinte Decorrente. No Brasil, por sua vez, prevalece o sistema de controle de constitucionalidade misto, sendo certo que, com o advento da Constituição de 1988, tem-se visualizado um fortalecimento do controle abstrato da constitucionalidade, o que reforça a jurisdição constitucional brasileira. Historicamente, por influência norte-americana, no Brasil, instalou-se o sistema de controle da constitucionalidade difuso. Com a Constituição Federal de 1988, instalou-se um fortalecimento progressivo do controle de constitucionalidade concentrado.A lei fundamental de 1988 abarca ambos os modelos clássicos de controle judicial de constitucionalidade: difuso e concentrado. O primeiro, também conhecido como por via de exceção, defesa ou aberto, diz respeito à possibilidade de qualquer órgão jurisdicional realizar, num caso concreto levado a sua cognição, através de uma exceção oposta como preliminar, a análise da compatibilidade de um determinado ato normativo infra-constitucional em face da constituição. O segundo, também conhecido como reservado ou abstrato, tem o fito de obtenção da declaração de inconstitucionalidade em tese, independentemente de um caso concreto, através da atuação de um órgão específico, dito corte constitucional, acionado mediante a proposição de meios de impugnação autônomos. Assim é que, se afigura imprescindível a perquirição de julgados, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a fim de testificar a mitigação do processo objetivo de controle de constitucionalidade e a participação de autoridades locais como *amicus curiae*, figura introduzida com a edição da Lei 9.868/99. A idéia, pois, é identificar como a jurisdição constitucional brasileira (in)viabiliza a participação dos poderes locais no processo de formação da Federação, por intermédio do exame de decisões judiciais. A figura do *amicus curiae* no Direito brasileiro consiste na possibilidade de o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, admita a manifestação de outros órgãos ou entidades, ensejando ao Tribunal Constitucional a prolação de uma decisão com pleno conhecimento de suas implicações e repercussões. Nesse diapasão, procedeu-se à seleção dos julgados no repositório oficial do Supremo Tribunal Federal. De saída, na secção de jurisprudência da página eletrônica da Corte Suprema, lançou-se mão, como critério de pesquisa, do signo lingüístico *amicus curiae*, obtendo-se como resultado, tão-somente 3 (três) julgados, quais sejam Adi 1498/RS, Adi 2130/SC e Adi 748/RS dos quais os 2 (dois) últimos antecedem a edição da Lei nº 9868/99. Nada obstante, esses últimos julgados já admitiam a figura do *amicus curiae*, sendo oportuno destacar que "a simples juntada por linha de peças documentais apresentadas por órgão estatal que, sem integrar a relação processual, agiu, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, como colaborador informal da Corte (*amicus curiae*)" (Adi 748/RS. Rel. Min. Celso de Mello. Tribunal Pleno. Julgamento em 01/08/1994. DJ 18/11/94). Face ao diminuto número de julgados atinentes ao tema desta pesquisa, buscaram-se, por meio de novos signos lingüísticos, decisões que abarcassem a temática central deste trabalho, tais como *jurisdição constitucional e entes locais, jurisdição constitucional e poder local, jurisdição constitucional e estado-membro, jurisdição constitucional e estado federal, jurisdição constitucional e amicus curiae, controle abstrato e federação, controle abstrato e pacto federativo, controle abstrato e poder local* e, por fim, *controle abstrato e ente federal*. Nada obstante, mais uma vez, constatou-se que construção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre o tema é ainda bastante carente, o que implicou a necessidade da eleição de um novo critério de pesquisa a fim de que o objeto presente projeto fosse analisado. A partir de então, adotou-se uma nova estratégia, analisando todas as ações diretas de inconstitucionalidade compreendidas em um dado interregno temporal. Elegeram-se aquelas ações definitivamente julgadas no ano de 2003, sob a expectativa de que o instituto do *amicus curiae*, passados mais de 3 (três) anos da edição de sua norma de regência, permeasse a atividade judicante do Supremo tribunal Federal no que diz pertinência ao processo objetivo de controle de constitucionalidade. Do universo das decisões coletadas, após a análise individualizada, autoriza-se a afirmativa no sentido de que o instituto do *amicus curiae*,

em que pese sua previsão legal, é inutilizado, relevando refletir acerca das conseqüências em torno da construção da Federação Brasileira ante a ausência da participação dos poderes locais na concretização do texto constitucional.

Conclusões

A matriz histórica dos paradigmas da jurisdição constitucional tem sua raiz nos modelos norte-americano e austríaco. A peculiaridade do modelo austríaco é a conformação do Estado Federal a partir de um Estado Unitário Centralista, sendo as Constituições dos Estados-membros um produto do Poder Constituinte Decorrente. No Brasil, prevalece o sistema do controle de constitucionalidade misto, sendo certo que , com o advento da Constituição Federal de 1988, tem-se visualizado o fortalecimento do controle abstrato da constitucionalidade, o que reforça a jurisdição constitucional brasileira. O instituto do *amicus curiae* foi introduzido, no bojo do processo objetivo de controle da constitucionalidade, com a promulgação da Lei nº 9868/99. Em que pese a previsão legal do *amicus curiae*, a prática decisória do Supremo Tribunal Federal aponta para a sua inutilização, o que implica a reflexão das conseqüências em torno da Federação Brasileira. O que se constata é que, muito embora a participação dos poderes locais possua respaldo legal, sua participação no processo abstrato não vem sendo exercida, pois a figura do a*micus curiae*, na prática, não é reconhecida, o que dificulta a concretização do sistema federativo no processo de jurisdição constitucional.

Agradecimentos

Agradece-se ao Programa de Base para Iniciação Científica – PIBIC e à Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Referências

BIDART CAMPOS, Germán J. **El federalismo argentino desde 1930 hasta la actualidad**. Buenos Aires: Marcello Carmagnani.

CAPPELLETTI, Mauro. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1999.

KELSEN, Hans. **Jurisdição constitucional**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHOS OU MASCULINOS? UM ESTUDO SOBRE CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES E PRODUÇÃO DE CONDUTAS VIOLENTAS EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Ana Patrícia Loureiro Freire Lopes[1]; Maria do Amparo Rocha Caridade[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia, do Departamento de Psicologia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas, e-mail: anapatricia-loureiro@bol.com.br;
[2]Professora do Departamento de Psicologia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Participante do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, e-mail: amparo_caridade@uol.com.br.

Resumo
Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar relações entre modelos culturais de "ser homem", a subordinação a tais modelos e a produção de condutas violentas em jovens universitários. Entendem-se modelos culturais de "ser homem" como modelos referenciais de masculinidade transmitidos socialmente ao longo de gerações. Participaram deste trabalho 5 estudantes universitários entre 20 e 30 anos. Realizamos a coleta de dados, utilizando o método da pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais, a História de Vida, considerando-se que, através dessas narrativas, os sujeitos podem manifestar mais claramente os códigos, esquemas, e modelos que contribuíram para a construção de suas masculinidades. As Histórias de Vida foram todas gravadas e transcritas literalmente. Realizamos uma análise das narrativas desses participantes, buscando identificar suas relações com os modelos culturais sob os quais estiveram. Os dados analisados nos revelam que os estudantes transparecem sentimentos ambivalentes no que diz respeito à satisfação diante de suas construções subjetivas e a insatisfação frente ao modelo proposto pela sociedade. Como conclusão pode-se pensar numa possível crise da masculinidade veiculada por tais sentimentos contraditórios.

Palavras-Chave: ser homem; modelos culturais; subordinação; violência.

Introdução

Em diversas culturas, construíram-se mitos em torno do falo como sendo sinônimo de poder, e essa concepção foi sendo difundida e "naturalizada". Nos primórdios da humanidade, era comum a divisão de papéis sexuais, atividades de caça e de guerra eram listadas como habilidades masculinas, enquanto que a capacidade de maternagem, a fertilidade, a capacidade reprodutiva e a resistência ao parto eram habilidades tidas como femininas. Essa divisão influenciou a produção cultural acerca de gênero e os comportamentos de homens e mulheres.

As idéias acerca do "ser homem" mantiveram-se durante muito tempo associadas à maior força física presente no corpo masculino. Com o desenvolvimento tecnológico da Revolução Industrial, foi-se exigindo cada vez menos habilidades ligadas à força física masculina.

Com o redimensionamento do papel da mulher, o movimento feminista possibilitou um progresso em relação às questões da subjetividade feminina, exigindo uma nova forma de conceber o homem. Com o passar do tempo, os homens começaram a se questionar acerca dos modelos referenciais da masculinidade transmitidos socialmente ao longo de gerações.

Sócrates Nolasco (1993, p. 18) considera que:

Projeto: Machos ou Masculinos? Um Estudo Sobre Construções de Masculinidades e Produção de Condutas Violentas. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica - PIBIC-UNICAP

> "Um pequeno número de homens brasileiros, individualmente, começa a repensar como constroem seus vínculos afetivos e de trabalho fora do crivo do estereótipo social para eles definido . Esses indivíduos buscam encontrar caminhos próprios para sua vida, ampliando-os para além da redução a que ficaram submetidos pelo patriarcado que separa a 'vida de um homem' da 'vida de um macho'. Neste sentido procuram compreender as razões que os fizeram adotar um padrão de comportamento a que obedecem cegamente. Como conseqüência, os homens reproduzem os valores de um modelo social que os tutela e controla seus desejos. Tal controle é mantido pela simplificação a que fica remetida a subjetividade, bem como por meio de uma compreensão biológica de sua existência".

A literatura refere que o percurso do menino até a masculinidade se constrói em um espaço político e social, através de rituais e provas de iniciação em que homens vivem a angústia de não conseguir alcançá-la. A relação do sujeito com seu pai, ou aquele que assume este papel, será decisivo para o modo como ele terá acesso às representações simbólicas do masculino.

Neste trabalho, tentamos perceber se o endurecimento veiculado por modelos culturais foi, de alguma forma, disparador de condutas violentas nas relações interpessoais estabelecidas pelos jovens. Buscamos compreender como esses jovens percebem a construção de sua masculinidade, que grau de consciência têm da absorção dos modelos impostos e da submissão que a eles dedicam. Observamos se eles refletem ou sentem necessidade de refletir sobre os modelos nos quais enquadram suas próprias masculinidades e se eles identificam alguma crise no homem atual, não apenas no sentido aflitivo do termo, mas no sentido da possibilidade e emergência de transformação que a crise suscita.

Tentamos sobremaneira compreender se esses modelos de masculinidade contribuem para a construção de condutas violentas. Jurandir Freire (1996, p. 5-7) acha que: "*A violência imposta aos homens, em sua educação, é, atualmente, ainda mais aberrante do que foi, pois nem sequer dispõe dos elementos que, outrora, tornaram sua justificativa plausível*".

Boris (2002) acredita que a "crise do masculino" diz respeito à inadequação e ao incômodo de muitos homens com as atitudes, com os valores e com o próprio modelo de macho do patriarcado. Para ele, muitas das manifestações de "violência viril" têm como um de seus principais elementos constituintes uma reação agressivo-defensiva diante da difusa sensação pessoal de decadência sociocultural da dominação masculina. Isso corrobora nossa busca das condutas violentas, a partir de modelos instaurados de ser homem.

A submissão a tais modelos produz inadequações que são possíveis de serem observadas tanto na fala dos sujeitos como nas referências da literatura. Conforme Dorais (1994, p. 22), "certos homens recorrem a 'soluções' que não apenas não resolvem a crise existencial que eles passam, refugiando-se no álcool ou na droga para destruir os sentimentos de desconforto, de rejeição e até mesmo a raiva que sentem pelas mulheres".

Sendo assim, essa pesquisa faz parte de um amplo estudo sobre o tema, tendo como objetivo identificar, nas Histórias de Vida dos participantes, relações entre modelos culturais de "ser homem", a subordinação a tais modelos e a produção de condutas violentas, com jovens universitários.

Metodologia

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que adota métodos e técnicas levando em consideração que é uma pesquisa em ciências humanas e sociais, utilizou-se como critério de representatividade a saturação de informações que cada sujeito forneceu particularmente, desprezando a generalização das respostas.

Dentro dessa pesquisa, trabalhamos com a técnica de História de Vida. Alguns autores referem-se às informações colhidas de "documentos íntimos", "documentos pessoais", ou ainda, "documentos humanos".

> "A História de Vida apresenta as experiências e definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, como esta pessoa, esta organização ou este grupo interpretam esta experiência"
>
> (Denzin apud Minayo, 1999, p. 126)

Participantes:

Colhemos cinco Histórias de Vida de cinco jovens estudantes universitários entre 20 e 30 anos.

Instrumentos:

Roteiro para a coleta das Histórias de Vida, gravador e fita cassete.

Procedimento para coleta de dados:

Inicialmente, foi mantido contato com esses jovens com intuito de verificar a disponibilidade e interesse de contribuir com a pesquisa. Posteriormente, foram coletadas as Histórias de Vida.

Procedimento de análise dos dados:

De posse das narrativas das Histórias de Vida, procedeu-se à transcrição e a uma análise das falas, visando à correlação das Histórias de Vida com os objetivos específicos estabelecidos.

Resultados e Discussões

Objetivando identificar relações entre modelos culturais de "ser homem", a subordinação a tais modelos e a produção de condutas violentas em jovens universitários, realizamos uma síntese das experiências trazidas pelos jovens, articulando-as aos objetivos e à literatura que embasa esta pesquisa. A partir dos relatos dos universitários, pôde-se observar referência a um padrão imposto pela sociedade no qual o homem deve fundamentar sua conduta masculina. Para os acadêmicos, há uma cobrança do social diante de sua conduta masculina frente aos relacionamentos, não devendo eles demonstrar seus afetos, reproduzindo assim um comportamento machista e conquistador, conforme mostra seus discursos: "O *homem tem que ser viril, ser mais carrancudo* (...) *o homem tem que chegar, forçar a barra, fazer aquilo que ele tem que fazer e tchau, porque senão o cara é mole"*. Segundo os ditames sociais, os homens ficaram submetidos pelo patriarcado que separa a 'vida de um homem' da 'vida de um macho', conforme enfatiza Nolasco (1993), que também faz referências ao controle dos desejos por parte dos homens, modelando seus comportamentos segundo os valores e normas determinados pela sociedade. Nolasco (1993, p. 41) enfatiza:

> "Os homens, particularmente, são instigados desde cedo a falar e a valorizar o sexo, não como possibilidade de expressão de si mesmos, mas como maneira de reproduzir o modelo de comportamentos para eles determinados(...) Assim, a representação do que é homem fica reduzida a uma prática sexual que nega o corpo masculino como fonte de prazer, fazendo com que desta negação seja mantida uma separação entre corpo, genitais e envolvimento afetivo".

Alguns aspectos relativos à socialização de meninos são vistos por Pollack (1999) ao referir-se a um código de meninos não escrito, que condiciona seus comportamentos através de

regras e princípios culturais desde o início de suas vidas. Também segundo Cuschnir (2001), no que se refere a códigos de meninos, os homens devem ser independentes e estáveis, assim como não devem demonstrar fraqueza nem compartilhar suas emoções com ninguém. Nesse sentido, fica claro o acordo entre a fala dos sujeitos e a literatura.

Com relação aos aspectos voltados à subordinação a tais referenciais, os participantes mostraram um comportamento que dignifica suas condutas, independentes daquilo que a sociedade impõe ao comportamento masculino: "(...) a *sociedade é que conduz a gente, mas dependendo da nossa conceituação moral, opinião pessoal, você vai pender para um lado ou para o outro"*. Poucos estudantes fizeram referências a condutas violentas.

Conclusão

A partir da análise dos resultados, observou-se uma diversidade de vivências e uma influência do social na demarcação, construção, desconstrução e reconstrução da identidade masculina. A identidade é construída de maneira diferenciada, mas, independente disso, há uma influência do padrão cultural na socialização dos meninos e nos modelos em que os futuros homens irão espelhar-se. O modelo proposto pela sociedade termina por endurecer o comportamento dos homens, enfatizando a negação dos sentimentos bem como a presença de virilidade, onipotência e machismo.

Fica claro para nós, através dos relatos dos estudantes, uma larga utilização de máscaras, talvez como encobrimento da sua identidade e subjetividade tão bem emoldurada e condicionada pelos padrões sociais e culturais. Os acadêmicos fazem uso de metáforas, transpondo para a sociedade a culpa de um modelo que eles seguem com muito orgulho e ressentimento, gerando nos mesmos uma crise identitária. Talvez tal uso de metáforas tenha justificativa nos mecanismos de defesa dos homens, que se rotulam sem a devida consciência do que lhes causa bem-estar ou mal-estar físico-psíquico-social. Foi também verificado um desejo de mudança em tais estereótipos dos modelos culturais.

Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, ao PIBIC/ UNICAP, pelo financiamento da pesquisa, como também aos demais professores participantes do projeto, Maria de Fátima Vilar e Albenise de Oliveira Lima. Agradecemos, também, aos participantes e a colaboração especial de Edgley Maracajá e Helena Maria Diu Gonçalves Raposo.

Referências:

BORIS, G.D.J.B. **Falas de homens. A construção da subjetividade masculina**. São Paulo/ Fortaleza. Editoras Annablume e Secult, 2002.

CUSCHNIR, L. **O homem e suas máscaras**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.

DORAIS, M. **O homem desamparado. Crises masculinas: compreendê-las para enfrentá-las**. Tradução de Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

FREIRE, Jurandir. "A inútil dureza da condição masculina". **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais, Domingo, 18/02/1996, p. 5-7.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhcimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 6ª edição. São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec- Abrasco, 1999.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

POLLACK, WILLIAM. **Meninos de verdade: conflitos e desafios na educação de filhos homens**. São Paulo: Ed. Alegro, 1999.

MACHOS OU MASCULINOS? CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES E PRODUÇÃO DE CONDUTAS VIOLENTAS EM JOVENS QUE COMPÕEM O MERCADO INFORMAL DE TRABALHO

Helena Maria Diu Gonçalves Raposo[1]; Maria do Amparo Rocha Caridade[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia, do Departamento de Psicologia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas; [2]Professora do Departamento de Psicologia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Participante do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, e-mail: amparo_caridade@uol.com.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar relações entre modelos culturais de "ser homem", a subordinação a tais modelos e a produção de condutas violentas, entre jovens não universitários que compõem o mercado informal de trabalho. Entendem-se modelos culturais de "ser homem" como modelos referenciais de masculinidade transmitidos socialmente ao longo de gerações. Participaram desta pesquisa cinco jovens componentes do mercado informal de trabalho entre 20 e 30 anos. Realizamos a coleta de dados, utilizando o método da pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais, a História de Vida, considerando-se que, através dessas narrativas, os sujeitos podem manifestar mais claramente os códigos, esquemas e modelos que contribuíram para a construção de suas masculinidades. As Histórias de Vida foram todas gravadas e transcritas literalmente. Realizamos uma análise das narrativas desses participantes, buscando identificar suas relações com os modelos culturais. Os dados obtidos nos revelaram que, dentre esses jovens, há satisfação com suas construções da masculinidade e são insatisfeitos quanto ao modelo proposto por ela.

Palavras-chave: ser homem; modelos culturais; subordinação; violência.

Introdução

Em diversas culturas, construíram-se mitos em torno do falo como sendo sinônimo de poder, e essa concepção foi sendo difundida e "naturalizada". Nos primórdios da humanidade, era comum a divisão de papéis sexuais, atividades de caça e de guerra eram listadas como habilidades masculinas, enquanto que a capacidade de maternagem, a fertilidade, a capacidade reprodutiva e a resistência ao parto eram habilidades tidas como femininas. Essa divisão influenciou a produção cultural acerca de gênero e os comportamentos de homens e mulheres.

As idéias acerca do "ser homem" mantiveram-se durante muito tempo associadas à maior força física presente no corpo masculino. Com o desenvolvimento tecnológico da Revolução Industrial, foi-se exigindo cada vez menos habilidades ligadas à força física masculina.

Com o redimensionamento do papel da mulher, o movimento feminista possibilitou um progresso em relação às questões da subjetividade feminina, exigindo uma nova forma de conceber o homem. Com o passar do tempo, os homens começaram a questionar-se sobre os modelos referenciais da masculinidade transmitidos socialmente ao longo de gerações.

Sócrates Nolasco (1993, p. 18) considera que:

Projeto: Machos ou Masculinos? Um Estudo Sobre Construções de Masculinidades e Produção de Condutas Violentas. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica - PIBIC-UNICAP

> "Um pequeno número de homens brasileiros, individualmente, começa a repensar como constroem seus vínculos afetivos e de trabalho fora do crivo do esteriótipo social para eles definido. Esses indivíduos buscam encontrar caminhos próprios para sua vida, ampliando-os para além da redução a que ficaram submetidos pelo patriarcado que separa a 'vida de um homem' da 'vida de um macho'. Neste sentido procuram compreender as razões que os fizeram adotar um padrão de comportamento a que obedecem cegamente. Como conseqüência, os homens reproduzem os valores de um modelo social que os tutela e controla seus desejos. Tal controle é mantido pela simplificação a que fica remetida a subjetividade, bem como por meio de uma compreensão biológica de sua existência".

A literatura refere que o percurso do menino até a masculinidade se constrói em um espaço político e social, através de rituais e provas de iniciação em que homens vivem a angústia de não conseguir alcançá-la. A relação do sujeito com seu pai, ou aquele que assume esse papel, será decisivo para o modo como ele terá acesso às representações simbólicas do masculino.

Neste trabalho, tentamos perceber se o endurecimento veiculado por modelos culturais foi, de alguma forma, disparador de condutas violentas, não em situações criminais, mas nas relações interpessoais estabelecidas pelos jovens. Jurandir Freire (1996, p. 5-7) acha que: "*A violência imposta aos homens, em sua educação, é, atualmente, ainda mais aberrante do que foi, pois nem sequer dispõe dos elementos que, outrora, tornaram sua justificativa plausível*". Buscamos compreender como os jovens participantes percebem a construção de sua masculinidade, que grau de consciência têm da absorção dos modelos impostos e da submissão que a eles dedicam. Observamos se eles refletem ou sentem necessidade de refletir sobre os modelos nos quais enquadram suas próprias masculinidades e se eles identificam alguma crise no homem atual, não apenas no sentido aflitivo do termo, mas no sentido da possibilidade e emergência de transformação que a crise suscita.

Boris (2002) acredita que a "crise do masculino" diz respeito à inadequação e ao incômodo de muitos homens com as atitudes, com os valores e com o próprio modelo de macho do patriarcado. Para ele, muitas das manifestações de "violência viril" têm como um de seus principais elementos constituintes uma reação agressivo-defensiva diante da difusa sensação pessoal de decadência sociocultural da dominação masculina. Isso corrobora nossa busca de condutas violentas, a partir de modelos instaurados de ser homem.

A submissão a tais modelos produz inadequações que são possíveis de serem observadas tanto na fala dos sujeitos como nas referências da literatura. Conforme Dorais (1994, p. 22):

> "certos homens recorrem a 'soluções' que não apenas não resolvem a crise existencial que eles passam, refugiando-se no álcool ou na droga para destruir os sentimentos de desconforto, de rejeição e até mesmo a raiva que sentem pelas mulheres".

Por tudo isso, esta pesquisa faz parte de um amplo estudo sobre o tema da masculinidade, tendo como objetivo identificar, nas Histórias de Vida dos participantes, relações entre modelos culturais de "ser homem", a subordinação a tais modelos e a produção de condutas violentas, entre jovens não universitários que compõem o mercado informal de trabalho.

Metodologia

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que adota métodos e técnicas levando em consideração que se trata de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, utilizou-se como critério de representatividade a saturação de informações que cada sujeito forneceu particularmente,

desprezando-se a generalização das respostas.

A História de Vida constitui-se fonte fundamental e indispensável de dados, onde, através dela, o pesquisador interessado na coleta de conhecimentos descobre, por intermédio do sujeitoenvolvido na pesquisa, o modo de ser, pensar e agir do mesmo, englobando assim, a concepção e seu status na sociedade e no grupo em que se insere.

> "A História de Vida apresenta as experiências e definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, como esta pessoa, esta organização ou este grupo interpretam esta experiência"
>
> (Denzin apud Minayo, 1999, p. 126)

Participantes:

Colhemos cinco Histórias de Vida de cinco jovens não estudantes universitários que compõem o mercado informal de trabalho entre 20 e 30 anos.

Instrumentos:

Roteiro para a coleta das Histórias de Vida, gravador e fita cassete.

Procedimento para coleta de dados:

Inicialmente, foi mantido contato com esses jovens com intuito de verificar a disponibilidade e interesse de contribuir com a pesquisa. Posteriormente, foram coletadas as Histórias de Vida.

Procedimento de análise dos dados:

De posse das narrativas das Histórias de Vida, procedeu-se à transcrição e a uma análise das falas, visando à correlação das Histórias de Vida com os objetivos específicos estabelecidos.

Resultados e Discussão

Objetivando identificar relações entre modelos culturais de "ser homem", a subordinação a tais modelos e a produção de condutas violentas em jovens não universitários que compõem o mercado informal de trabalho, realizamos uma síntese a partir das experiências trazidas pelos jovens articulando-as aos objetivos e à literatura que embasa esta pesquisa. Pôde-se observar, referência a um padrão muito configurado e rígido imposto pela sociedade no qual o homem deve fundamentar sua conduta masculina. Os jovens participantes apresentaram grande índice de subordinação a esses modelos impostos. Em alguns casos onde não houve a subordinação, envolveram-se elementos como: perdas, traumas, angústias, medos e frustrações.

"(...) uma vez cheguei para o meu tio, dizendo que ia fazer uma tatuagem e um piercing. E ele disse que se eu fizesse arrancava minha pele e arrancava o couro com a tatuagem (...) isso me marcou muito, até hoje lembro, eu tinha muito medo que meus familiares me batessem" (sic).

Este exemplo pode ser compreendido pela afirmativa de Jurandir Freire (1996, p. 5-7): "*A violência imposta aos homens, em sua educação, é, atualmente, ainda mais aberrante do que foi, pois nem sequer dispõe dos elementos que, outrora, tornaram sua justificativa plausível*".

Percebe-se nos participantes uma vontade, um indício de mudança desse modelo cultural de "ser homem". Em vários casos o desejo de mudança é acompanhado de profunda ambivalência e confusão, própria da crise.

"(...) meu pai sempre vivia alcoolizado, ai tudo pra ele assim, tava errado, se eu dissesse que queria surfar, ele ia dizer que tinha que estudar, e puxar a ele e tal" (sic). Essa afirmativa corrobora o que vem expresso por Boris (2002), ao considerar que a "crise do masculino" diz respeito à inadequação e ao incômodo de muitos homens com as atitudes, com os valores e com o próprio modelo de macho do patriarcado. Para ele, muitas das manifestações de "violência viril", têm como um de seus principais elementos constituintes uma reação agressivo-defensiva diante da difusa sensação pessoal de decadência sócio-cultural da dominação masculina.

Em quase todas as Histórias de Vida, percebeu-se essa reação agressivo-defensiva, que

são as produções de condutas violentas, que se manifestam, sobretudo, quando alguém faz uma referência ou "xinga a mãe" ou alguém de quem o participante seja afeiçoado. Por tudo isso, consideramos os modelos culturais de ser homem, como disparadores de comportamento violento. Consideramos condutas violentas, não somente as violências físicas mas também a violência simbólica e psicológica definida por Bourdieu (1999, p. 46) como:

> "Ao se entender 'simbólico' como o oposto do real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente 'espiritual' e, indiscutivelmente, sem efeitos reais... fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação"

Conclusões

Ao centrar a discussão em tema tão instigante, mas pouco pesquisado, ressaltamos nossa intenção de enfatizar os estudos sobre a masculinidade e sua relação com os modelos culturais impostos ao "tornar-se homem". Questionamos, assim, o tipo de educação que se dá aos filhos homens, estimulando-os a não chorar, a serem sempre independentes e ligados ao mundo externo. Os modelos propostos terminam por transformá-los em seres endurecidos, resultado de uma masculinidade construída sob a negação do feminino e do sentimentalismo.

Perseguindo os objetivos traçados, identificamos que houve, para alguns participantes, situações de constrangimento, traumas ou níveis elevados de ansiedade e presença de comportamentos endurecidos. Embora haja insatisfação com os modelos que são impostos, é quase unânime a satisfação que revelam com sua própria construção masculina. Quase todos apresentaram produção de condutas violentas, sobretudo quando alguém fala de sua mãe, ou de alguém querido. Outra fonte de violência é o fato de ser traído.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da Unicap – PIBIC-UNICAP, pela oportunidade concedida de fazer pesquisa; aos participantes, que foram fundamentais na construção da pesquisa; a Edgley Maracajá e a Ana Patrícia Loureiro, pela dedicação e enriquecedora contribuição à pesquisa.

Referências

BORIS, G.D.J.B. **Falas de homens:** a construção da subjetividade masculina. São Paulo/Fortaleza. Editoras Annablume e Secult, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DORAIS, M. **O homem desamparado. Crises masculinas:** compreendê-las para enfrentá-las. Tradução Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

FREIRE, Jurandir. A inútil dureza da condição masculina. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais, Domingo, 18/02/1996, p. 5-7.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Editoras Hucitec e Abrasco, 1999.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MANIPULAÇÃO GENÉTICA: DESAFIOS ÉTICOS DA INTERVENÇÃO E DA EXPERIMENTAÇÃO COM EMBRIÕES HUMANOS[1]

Suenya Talita de Almeida[1]; Degislando Nóbrega de Lima[2]

[1] Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: suenyalmeida@bol.com.br;
[2] Professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa "Fé e Cultura Urbana". E-mail: degis@unicap.br

Resumo
Ao levantamento bibliográfico e à leitura do material sucedeu a análise, discussão, comparação e fichamento dos dados obtidos. Foram abordados os aspectos mais relevantes para a pesquisa sobre a evolução da Engenharia Genética e os desafios éticos dela decorrentes. Tentou-se destacar o papel e a importância da Bioética nesse contexto. Sobre a manipulação de embriões humanos, procuramos destacar os desafios relativos à figura do pré-embrião, ao termo inicial da vida e aos parâmetros de licitude da experimentação com embriões humanos. Dispusemo-nos também a analisar o problema da intervenção médica ou biológica na fecundação e da experimentação com embriões humanos e, ainda, levantamos os argumentos da comunidade científica e os da Igreja, sobre o estatuto antropológico do embrião humano. Além disso, destacamos a posição do direito brasileiro acerca do tema, em especial do Direito Civil, do Direito Penal e do Direito Constitucional, sobre questões como a eliminação de embriões excedentes etc.

Palavras-Chave: bioética; procriação artificial; vida embrionária.

Introdução

O termo "Bioética" foi criado pelo oncologista americano Van Rensselaer Potter, em seu livro "Bioethics: Bridge to Future". Potter diagnosticou o perigo que representa a separação entre o saber científico e o humanista. Para ele a Bioética movimenta-se a partir de uma situação alarme e de uma preocupação crítica a respeito do progresso da ciência e da sociedade.

Com o advento da Bioética foram estabelecidos princípios relativos à intervenção do homem sobre a vida humana no campo biomédico. Esses princípios fornecem noções gerais de comportamento para os profissionais da área de saúde e das ciências da vida. Seu objetivo é fornecer referências prático-conceituais que sirvam de orientação nas situações concretas. O desenvolvimento da Bioética revela os desvios nas relações entre a ciência e a sociedade frente à mudança no nível de risco que a humanidade enfrenta.

Uma questão pertinente que se coloca sobre a Bioética refere-se ao seu papel no panorama das ciências: qual sua justificação, quais os critérios que ela utiliza para fundamentar seus juízos e qual seu método de pesquisa? Sendo a Bioética marcada por um caráter secular, que conexão pode ser estabelecida com a Teologia, cujo horizonte é transcendental e escatológico? Neste sentido, surge um desafio imediato justamente das descobertas da engenharia genética com seu amplo conjunto de técnicas que permitem a manipulação genética. Trata-se do problema ético da manipulação de embriões humanos.

[1] **Projeto:**Manipulação Genética: desafios éticos da intervenção e da experimentação com embriões humanos. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco.

Ele abrange desde a intervenção na fecundação, com fins terapêuticos ou não até o âmbito experimental. No fundo da questão, está a avaliação quanto ao estatuto antropológico e ético do embrião que, conforme o ponto de vista adotado, possibilita ou não torná-lo um bem disponível.

Nesta pesquisa, veremos a importância da função da Bioética no campo da manipulação genética, o problema da intervenção médica ou biológica na fecundação, e também o problema da experimentação humana.Também vamos estudar os argumentos sustentados pela Igreja Católica e pela comunidade científica a respeito do assunto, destacando a posição do direito brasileiro. Ademais, procuraremos identificar as tendências atuais com relação às novas técnicas de fertilização in vitro e de experimentação humana, além de formularmos uma sistematização da avaliação atual da ética teológica quanto ao tema.

Metodologia

A pesquisa é de caráter bibliográfico e analítico-comparativo. Às leituras devidamente organizadas em fichas, seguiram diálogos com o orientador e debates em grupo de estudos sobre Bioética.

Resultados e discussão

Manipulações genéticas ou engenharia genética são conseqüências dos avanços da biotecnologia (tecnologia na biologia). Mas a expansão biotecnológica não foi acompanhada pelas reflexões éticas de que necessitava. É preciso também considerar os riscos das intervenções genéticas e os danos que podem trazer para as futuras gerações. Essa avaliação deve ser feita sem dogmas ou preconceitos, e sem retirar a liberdade necessária ao desenvolvimento científico.

A manipulação de embriões continua provocando questionamentos desde sua criação até hoje, especialmente no que se refere à integridade do embrião, afinal, trata-se de vida humana e não de meros objetos de pesquisa.

A grande maioria dos pesquisadores e estudiosos afirma que a vida começa com a união dos gametas, denominada singamia. A partir dela, o novo ser já tem um projeto-programa genético específico e de potencialidade suficiente para desenvolvê-lo, até construir o ser humano.

A Igreja considera que, sendo o embrião um indivíduo humano desde a concepção, ele tem o direito a sua própria vida. Por isso, as intervenções que não sejam em seu benefício constituem atos que violam esse direito.

Para respeitar o embrião como pessoa, devemos entendê-lo como portador de um valor interior absoluto que não depende de atribuição exterior. Mas, de fato, é a objetividade do conhecimento biológico que garante a universalidade, segundo a qual todo ser humano é pessoa e exige respeito moral.

Hoje em dia, é evidente a necessidade de buscar soluções para problemas oriundos da manipulação genética também nos fundamentos de uma ordem jurídica. Na falta, por exemplo, da cobertura jurídica para as intervenções embrionárias, são usadas as normas éticas que regulam a utilização das técnicas de reprodução assistida do Conselho Federal de Medicina, e outras normas éticas que sejam pertinentes.

O embrião in vitro é colocado à margem do Código Civil atual, tal como era com o antigo Código de 1916. Isso ocorre porque o embrião in vitro não apresenta as características necessárias à subjetividade jurídica definidas pelo modelo clássico. Conforme esse modelo, o embrião não é pessoa natural, uma vez que ainda não nasceu com vida; não é nascituro, pois não se encontra in útero; e também não é prole eventual, porque já existe.

Pela orientação tradicional, outorgar personalidade jurídica ao embrião in vitro é caracterizá-lo como sujeito de direito, apto a adquirir direitos e contrair obrigações, cujo intuito é tê-lo como titular patrimonial nos moldes do sistema clássico. Mas, tal caracterização estaria subordinada a duas condições

simultâneas: a suspensiva (implantação no útero, seguida da nidação), que tornaria o embrião nascituro, ou seja, sujeito de direitos sob condição resolutiva (o nascimento sem vida).

Com o objetivo de demonstrar o maior ou menor valor dos seres embrionários em relação às pessoas nascidas, surgiram três correntes doutrinárias: a concepcionista, a genético-desenvolvimentista e a intermediária ou eclética. A primeira sustenta que o embrião goza de direitos a partir da concepção, pois desde este momento é caracterizado como pessoa. A segunda argumenta que o ser humano, no início de seu desenvolvimento, passa por diversas fases com características diferentes. A corrente intermediária ou eclética, que mais influencia o mundo jurídico, vê o embrião como "ser humano potencial", na "potencialidade de pessoa", porque não chega a ser pessoa, mas também não é um mero aglomerado de células.

Apesar de não transgredir a norma penal (art. 124 do CP), a eliminação de embriões in vitro colide com a norma social. Por isso, muitos penalistas defendem a interpretação extensiva em relação ao crime de aborto.

É a personalidade que confere ao homem sua dignidade e que o distingue das coisas, dos objetos. Uma coisa pode ser possuída ou destruída, o mesmo não ocorre com um ser humano, a menos que se fale em matar. Nosso ordenamento jurídico, ao proibir a eliminação de seres humanos, assinala essa diferença.

Quanto à garantia constitucional do direito à vida, podemos afirmar que a proteção não é relativa apenas às vidas dos já nascidos, senão não seria preciso penalizar o abortamento. A proteção à vida vai desde o seu início, portanto, inclui a vida dos embriões in utero e também os in vitro.

A lei n° 8974, de 05 de janeiro de 1995, determinou os mecanismos capazes de tornar efetiva a limitação no uso das técnicas de Engenharia Genética. Outra norma que, embora não tenha o caráter de lei formal, também se limita à manipulação de embriões humanos é a resolução n° 1358 de 11 de novembro de 1992, do Conselho Federal de Medicina. Ademais, o Projeto de Lei n° 90/99 vê igualmente como crime a intervenção sobre gametas e embriões in vitro sem finalidade terapêutica.

Conclusões

A Bioética se encarrega de promover os debates relativos às questões éticas oriundas do progresso científico.

Da manipulação genética de embriões humanos destacam-se três problemáticas fundamentais: a questão do status do embrião pré-implantatório, a questão relativa ao início da vida e o problema do período de experimentação.

A ética teológica também se posiciona diante dos limites éticos das intervenções embrionárias, considerando que o embrião humano merece ser protegido e tem os mesmos direitos potenciais de pessoa nascida. Para a Igreja Católica, o embrião deve ser respeitado como pessoa desde o primeiro instante de sua existência.

Apesar de todo esforço legislativo em reprimir o uso indevido dos novos conhecimentos científicos, a legislação brasileira ainda não se mostra eficaz perante as novas situações, envolvendo a pessoa humana.

O direito civil põe a salvo os direitos do nascituro, das pessoas nascidas, e até mesmo da prole eventual, mas não trata diretamente sobre embriões humanos in vitro.

Sobre a eliminação de embriões in vitro, tal prática não caracteriza aborto, pois não há interrupção da gravidez, ela corresponde à destruição de vida humana.

Sendo a pessoa humana base fundamental do sistema jurídico brasileiro, a Constituição distingue o direito à vida como fundamental, garantindo sua inviolabilidade.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Católica de Pernambuco.

Referências

BARBOZA, Heloisa Helena; BARRETO, Vicente de Paulo. **Temas de Biodireito e Bioética**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BOURGUET, Vincent. **O ser em gestação:** reflexões bioéticas sobre o embrião humano. 1º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GARRAFA, Volnei; PESSINI, Léo (orgs.) **Bioética**: poder e injustiça. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GUÉRIN-MARCHAND, Claudine. **Manipulações Genéticas**. Bauru: EDUSC, 1999.

JOÃO PAULO II. Carta Enc. **Evangelium Vitae** (25 de Março de 1995) : Acta Apostolicae Sedis, 1995.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Procriações Artificiais e o Direito**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

LOPES, Sônia. **BIO**. vol. único. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MEIRELLES, Jussara. **A vida humana embrionária e sua proteção jurídica**.Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PESSINI, Léo; BARCHINFONTAINE, Christian de Paul (orgs.).**Fundamentos da Bioética**. São Paulo:Paulus, 1996.

SAUWEN, Regina Fiúza; HRYNIEWICS, Severo. **O direito "in vitro***":* da bioética ao biodireito. Rio de Janeiro: Editora Lúmen júris, 2000.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética:** I- Fundamentos e ética biomédica. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VIDAL, Marciano. **Ética Teológica:** conceitos fundamentais. Petrópoles: Vozes,1999.

MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO E A POLUIÇÃO DAS ÁGUAS POR LIXO DE SERVIÇO DE SAÚDE: ANÁLISE DO PROBLEMA NO DIREITO BRASILEIRO.

Carolina Expósito Tenório Miranda de Morais [1]; Gustavo Ferreira Santos[2]

[1] Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais.
[2] Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais. (orientador). Líder do Grupo de Pesquisa de Direitos Fundamentais. E-mail: gustavosantos@uol.br

Resumo
A pesquisa consistiu na análise, no direito brasileiro, dos danos ecológicos causados pela poluição das águas por lixo de serviços de saúde, pois a histórica ausência de cuidados ambientais com esse tipo de resíduo vem gerando várias conseqüências sociais, ambientais e jurídicas, especialmente quando a água é o seu destino final. Como parte dessas conseqüências tem-se, hodiernamente, a edição de várias leis buscando preservar e/ou recuperar o meio ambiente, punindo os responsáveis por essa destruição ambiental. Estudando as instituições de serviços de saúde, sua evolução e atribuições sociais e ambientais e o lixo por elas gerado, constatou-se a correta maneira de coleta, tratamento e destinação final. Enfocaram-se as causas e conseqüências da poluição das águas e demais danos ambientais causados por esses resíduos, utilizando, para tanto, as normas ambientais sobre o tema vigentes no país. Por fim, analisando as responsabilidades ambientais, civil e penal, da poluição das águas pelo lixo de serviços de saúde, encontrou-se uma grande dificuldade para definir quem são os responsáveis. Dessa forma, foi possível identificar quem tem a capacidade e a obrigação de cuidar do lixo de serviços de saúde da maneira ecologicamente correta e como isso pode ser feito, inclusive legalmente, para evitar as conseqüências ambientais e jurídicas. O método utilizado para conseguir os objetivos acima citados será uma profunda pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo capaz de demonstrar a realidade no tratamento do lixo num estabelecimento público de saúde no município de Recife.

Palavras-chave: Direito ambiental; lixo hospitalar; recursos hídricos.

Introdução

Incontestável é a situação atual da falta de cuidados com o meio ambiente e a crescente preocupação acerca desse tema em todo o mundo. Um dos maiores problemas enfrentados pelos ambientalistas é a poluição ambiental, suas conseqüências e responsabilidades, e uma das causas do agravamento desse problema é o avanço tecnológico nas indústrias, sejam elas siderúrgicas, petrolíferas, químicas etc.

No âmbito médico, os avanços tecnológicos trouxeram inúmeras vantagens à saúde das pessoas e, em paralelo, algumas desvantagens para o meio ambiente. Dentre essas se encontra o grande volume do lixo de estabelecimentos médicos, sejam clínicas, hospitais ou laboratórios, e uma crescente dúvida

Projeto: Meio ambiente ecologicamente equilibrado e a poluição das águas por lixo de serviços de saúde: análise do problema no direito brasileiro. **Órgão financiador**: UNICAP – PROPESP (PIBIC).

sobre que tratamento deve ser dado a esses resíduos e quais as conseqüências da má destinação desse lixo, principalmente se ele tiver as águas como destino final.

Tem causado muita polêmica a contaminação e destinação dos resíduos de serviços de saúde. A imprensa vem alardeando uma preocupação com o destino final desse lixo, mas alguns autores defendem que *"o lixo hospitalar é menos contaminado que o doméstico e que as espécies bacterianas presentes em ambos são semelhantes"* (D'ALMEIDA, 2002, pp. 237). Para esses autores, é bastante reduzida a parcela desse lixo passível de uma classificação tida como infectante, pois a transmissão desses resíduos dependerá do contato direto com lesões cutâneas. Por outro lado, há entendimentos no sentido de que, *"embora represente uma pequena parcela do total de resíduos sólidos gerados pela sociedade, os resíduos sólidos de serviço de saúde são fontes potenciais de disseminação de doenças, podendo oferecer perigo tanto para a equipe de trabalhadores dos estabelecimentos de saúde e para os pacientes (Mattoso, 1996) como para os envolvidos na gestão desses resíduos" ... representando riscos associados ao "meio ambiente: a disposição irregular provoca a proliferação de vetores e a contaminação das águas e da atmosfera"* (BIDONE, 2001, pp. 7).

O fato de que somente há pouco mais de dois anos é que alguns hospitais vêm tomando precauções sobre o tratamento do lixo, dividindo esse entre contagiosos pérfuro-cortantes, contagiosos não perfurantes e o lixo comum. Ocorre, ainda, que são poucos os estabelecimentos que adotam tal postura. Mais grave ainda torna-se o problema, quando não se adota tal medida, pois o lixo é recolhido como lixo comum pela prefeitura das cidades e é depositado nos lixões ou aterros sanitários, implicando a contaminação do solo, ar e recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Dessa forma, a água, findando por ser um destino, mesmo que indireto, do lixo de serviços de saúde, pode ser uma grande transmissora de microorganismos patogênicos, produtos químicos, radioativos, biomédicos bem como de outros perigos constantes nesses resíduos, pode acarretar, indireta ou diretamente, efeitos altamente nocivos ao meio ambiente e ao ser humano.

A existência desses e outros aspectos sociais e ambientais ensejam vários aspectos jurídicos. Entre esses aspectos, destaca-se a responsabilidade civil e a penal ambiental da poluição das águas causada por lixo de serviços de saúde.

A responsabilidade civil ambiental era bastante discutida na doutrina, se dependeria ou não de culpa, mas, com o artigo 14, da lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 9.938, de 31.08.1981), ela foi consagrada pela legislação como uma responsabilidade objetiva, que é inspirada na teoria do risco, diferindo da subjetiva, inspirada na culpa. Pela teoria do risco *"aquele que, através de sua atividade, cria um risco de dano para terceiros, deve ser obrigado a repará-lo, ainda que sua atividade e o seu comportamento sejam isentos de culpa"* (FREITAS, 2002, pp. 28).

Já a responsabilidade penal ambiental baseia-se no princípio do que interessa mais à sociedade, que o delinqüente ambiental restaure o bem ofendido ou cumpra pena restritiva de liberdade, se o bem for passível de reparação. À maioria dos tipos penais da Lei dos Crimes Ambientais, com exceção de quatro artigos, corresponde uma sanção pecuniária e outra restritiva de direitos, sendo raríssima a condenação em pena restritiva de liberdade. No caso em tela, é necessário descobrir se existe alguma responsabilidade penal, e, havendo, quem é o responsável.

Acontece que as dificuldades encontradas para identificar o verdadeiro poluidor tornam praticamente impossível aplicar-lhe a sanção devida, tanto civil quanto penalmente, gerando prejuízos que atingem diretamente a sociedade e transcendem o plano meramente acadêmico. Mesmo com a existência de normas legais sobre a poluição causada pelos resíduos de serviços de saúde e sabendo das conseqüências quando ele tem a água por destino, a ausência de uma fiscalização efetiva banaliza essas regras, tornando-as sem efeito concreto.

Desta forma, configura-se como objetivo desse projeto delimitar as causas e conseqüências desse

tipo de poluição e descobrir quem são os responsáveis por ela, além de demonstrar a aplicabilidade da legislação existente, não produz reflexos meramente doutrinários; possibilita o estabelecimento de sanções aos responsáveis e, se possível, uma restauração do meio ambiente, diminuindo ao máximo os efeitos causados pela poluição.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida através, principalmente, de pesquisa bibliográfica, realizada em livros, jornais, revistas e sites da internet sobre Direito Ambiental. Para se obterem os resultados, foi necessário adotar uma interpretação extensiva e analógica dos documentos estudados, visto não existir bibliografia específica sobre o tema abordado. Foi utilizada, também, a pesquisa jurisprudencial, nos sites dos principais tribunais, para analisar a evolução e aplicação das normas de direito ambiental brasileira, mas nada foi encontrado sobre o tema específico. Realizou-se, também, a pesquisa de campo, correspondendo a entrevistas com profissionais da área, como técnicos do IBAMA e da SERQUIP, visita a um hospital público (Correia Picanço) e a lugares importantes para o progresso da pesquisa, como municípios onde a população afirma que o principal rio, de coloração cinza, é poluído por lixo hospitalar, mas ainda não se tem como provar.

Resultados e Discussão

A crescente poluição das águas no Brasil, especificamente pelos resíduos de saúde, tem várias causas e conseqüências (Tabela 1), além de muitos responsáveis (Tabela 2). Como no âmbito penal qualquer pessoa ciente da futura ação criminosa poluente é responsável, a tabela mostrará a responsabilidade civil ambiental.

Pesquisando sobre o tema, tem-se como resultados parciais:

Tabela 1 Causas e conseqüências da poluição

Causas	Conseqüências
Onerosidade das formas ambientalmente corretas de coleta, segregação e tratamento dos resíduos.	Transforma os lixões e aterros sanitários nas formas mais comuns de destinação dos resíduos. Assim, a produção de chorume desses depósitos de lixo é imensa, poluindo os lençóis freáticos.
Fiscalização e legislação ineficazes. A vigilância sanitária, órgão responsável pela fiscalização das instituições de saúde e pelo recolhimento de resíduos sólidos, não dispõe de um número suficiente de pessoas para realizar uma fiscalização rigorosa e, algumas vezes, o pessoal existente não é qualificado. Além disso, as poucas normas existentes são transdisciplinares e assistemáticas.	Tanto a falta de pessoal quanto a de qualificação para o mesmo deixa as instituições de saúde livres para tratarem seus resíduos da maneira que desejarem, inclusive sem a menor preocupação com o meio ambiente. Além disso, os diplomas legais são antagônicos, facilitando a prática de atividades lesivas ao meio ambiente.
A falta de normas e tratamentos para os dejetos líquidos dos serviços de saúde (como sangue, pus, secreções, diluição de produtos químicos, entre outros), faz com que o lançamento na rede pública de esgoto sanitário seja sua única destinação.	A grande quantidade de patogênicos contidos nesses dejetos, despejada diretamente da rede de esgoto, que, em várias cidades tem rios e mares como destino, polui suas águas com materiais altamente nocivos tanto à saúde humana quanto do meio aquático.

Tabela 2 – Responsáveis pela poluição

Instituição	Responsabilidade civil ambiental
Instituição privada de saúde	A responsabilidade civil da poluição das águas causada pelos resíduos desses estabelecimentos é dos dirigentes do próprio estabelecimento (PE – Decreto 18.480/00, art. 2º, § 1º).
Instituição pública de saúde	O Poder Público é o principal responsável, pois cabe a ele viabilizar a estrutura, o material, a orientação e todas as condições necessárias para o correto funcionamento da instituição. Sendo oferecidas as devidas condições, a instituição poluente será responsabilizada, não sendo, a responsabilidade é do Poder Público.

Conclusões

A principal causa da poluição pelo lixo de serviços de saúde é a utilização de formas incorretas de coleta, segregação e destinação dos resíduos. Essa poluição é apresentada de duas maneiras: ou os resíduos líquidos de saúde que apresentem carga poluente, por não serem tratados, poluem os recursos hídricos, ou os resíduos sólidos causam essa poluição. Esses poluem quando, tendo os "lixões" como destino, o lixo se decompõe, produzindo o chorume, que adentra nos lençóis freáticos. Ambas as formas de poluição tornam a água atingida imprópria para o consumo, tanto humano quanto para a agricultura, causando imensos danos à população abastecida por aquele rio, lençol freático etc.

No direito brasileiro, essa poluição tem conseqüências civis e penais. No âmbito civil ambiental, a responsabilidade pelo dano causado é objetiva, recaindo sobre o estabelecimento de saúde, quando privado, e, quando público, sobre o Poder Público ou a própria instituição, dependendo das condições de trabalho oferecidas à mesma. Na esfera penal ambiental, a responsabilidade é bastante ampla, recaindo sobre qualquer pessoa ciente da possibilidade do dano e que não o evitou, buscando sempre a restauração do ambiente danificado.

Agradecimentos

À UNICAP e Coordenação do PROPESP (PIBIC). À equipe do CCS: funcionários, colegas e aos que encontramos no "caminho". A todos que nos estimularam e permitem nosso crescimento.

Referências

BIDONE, Francisco Ricardo Andrade. **Resíduos sólidos provenientes de coletas especiais: eliminação e valorização**. Porto Alegre: Rima Artes e Textos, 2001, p. 7.

D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero. **Lixo Municipal**: Manual de gerenciamento integrado. 2. ed., São Paulo: Páginas e Letras, 2002, p. 237.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MEIOS DE ATAQUE À COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL, TENDO EM VISTA A INSERÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 741 DO CPC PÁTRIO.[1]

Fernando Sérgio da Rocha Faria Filho[1]; Ricardo de Oliveira Paes Barreto[2].

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais da UNICAP. Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: rochafariaf@click21.com.br
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais da UNICAP. E-mail: ropb@smartsat.com.br

Resumo

A busca pela efetivação da justiça produz situações que, juridicamente, se tornam paradoxais. Durante toda a evolução do direito, buscou-se conferir às decisões judiciais uma segurança quase que absoluta, visando a garantir a sua execução. No entanto, há situações em que a segurança, mesmo que relativizada, do julgado tem predominado sobre a própria justiça. Ao se declarar a inconstitucionalidade de uma norma, por exemplo, está-se afirmando que essa norma específica se encontra em descompasso com a Constituição Federal, não encontrando, destarte, guarida no ordenamento jurídico vigente. E o que fazer, nesses casos, se, nesse lapso temporal entre a publicação e a declaração de inconstitucionalidade, sobrevier uma decisão judicial, com trânsito em julgado, embasada na referida norma? Operar-se-á a imutabilidade da coisa julgada? Terá exigibilidade o título executivo? O parágrafo único do artigo 741 do CPC introduziu no ordenamento um novo meio para atacar esse tipo de decisão, o qual é o escopo principal deste trabalho. Basicamente, embasam esta pesquisa a doutrina e a jurisprudência, interpretadas à luz dos métodos teleológico e sistemático. Buscou-se a fundamentação do trabalho a partir da evolução do próprio instituto da coisa julgada, já estudada há muito tempo no Brasil, bem como seu histórico, conceito e classificação. Abordando a inclusão do artigo 741 no ordenamento jurídico pátrio, busca-se analisar os efeitos da desconstituição do julgado através dos embargos à execução, ou até mesmo da própria exceção de pré-executividade, como meios hábeis de defesa já dentro do processo de execução.

Palavras-chave: embargos; exceção de pré-executividade; desconstituição; justiça.

Introdução

Historicamente, verifica-se que o entendimento acerca do instituto da coisa julgada vem desenvolvendo-se e modificando-se cada vez mais perante os mais diversos ordenamentos jurídicos. Assim é que afirmava CHIOVENDA, há pouco mais de cinqüenta anos, que "*assistimos à lenta e progressiva transformação no modo de entender a eficácia, inerente à sentença do juiz, que designamos sob o nome de autoridade da coisa julgada*." [2]

Indubitavelmente, a coisa julgada se apresenta como um dos mais controversos institutos processuais do mundo jurídico clássico e moderno. Através dos tempos, muitos tentaram delinear os contornos desse fenômeno, que, devido a sua importância e complexidade, já se mostrava como objeto de

Projeto: [1]O Parágrafo Único do Artigo 741 do Código de Processo Civil Brasileiro e os Limites Objetivos da Coisa Julgada. **Órgão financiador:** PIBIC UNICAP.

[2]*apud* LIEBMAN, Enrico Tulio. *Eficácia e autoridade da sentença outros escritos sobre a coisa julgada*. 3 ed. Rio: Forense, 1984, p. 1.

estudo no Direito Romano, no qual se concebia que a sentença era a própria coisa julgada, ou que esta era o próprio objeto do litígio decidido em definitivo.[1]

A coisa julgada é instituto constitucionalmente previsto, que visa a garantir a imutabilidade do julgado proferido pelo Poder Judiciário, o qual não mais esteja pendente de recurso bem como impedir que o julgamento da causa se torne infindável. Visa, assim, a impedir que se discuta, novamente, o objeto jurídico que já foi o elemento da discórdia em outra demanda.

Assevera CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO[2] que a coisa julgada vai incidir justamente sobre os efeitos da sentença - não podendo, pois, confundir-se com esses - haja vista que esta cria solução para disciplinar a controvérsia trazida à apreciação do órgão estatal jurisdicional, solução que vai ser imposta aos litigantes, passando a reger a situação jurídica que deu ensejo à lide.

O grande problema que envolve este instituto, hodiernamente, diz respeito à estipulação de seu limites bem como à delimitação do grau de relatividade que deve ser inerente ao julgado não mais sujeito a recurso.

Nesse diapasão, a Medida Provisória nº 2.180-35 de 24/08/2001, em seu artigo 10, inseriu o parágrafo único ao artigo 741 do CPC, verificando-se, assim, três novas hipóteses de inexigibilidade do título executivo judicial, quais sejam: quando houver a existência de julgado proferido pelo Supremo Tribunal Federal que tenha reconhecido a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo sobre a qual o título executivo estiver fundado; quando a aplicação do título executivo judicial implique incompatibilidade com a Carta Magna; e quando a interpretação do título executivo judicial implique incompatibilidade com a Constituição.

Observa-se que as hipóteses desse parágrafo possibilitaram expressamente a relativização da segurança, entendida antigamente como absoluta, da coisa julgada, de modo a possibilitar a sua modificação mesmo depois de transcorrido, inclusive, o prazo previsto para a ação rescisória.

Assim, a inovação, introduzida pela Medida Provisória, que possibilita a relativização da segurança jurídica advinda das *res iudicata*, trouxe à doutrina diversas discussões acerca dos meios processuais para a obtenção de uma sentença constitutiva negativa, que reconhecesse a inconstitucionalidade do julgado, tornando, pois, impossível a execução do título executivo.

Tem, pois, este trabalho, como cerne principal, a problemática acerca do que deve prevalecer: a imutabilidade da coisa julgada ante a segurança jurídica que proporciona ou a relativização dos limites objetivos da coisa julgada com fulcro na busca da justiça no caso concreto, bem como os meios processuais adequados para a impugnação dos julgados inconstitucionais, mesmo após o trânsito em julgado das decisões

Assim, são analisadas as formas de impugnação às decisões acobertadas pelo manto da coisa julgada, dentre os quais os próprios embargos à execução do art. 741 do CPC acima aludido bem como as ações específicas e o juízo competente para processá-las, com destaque à exceção de pré-executividade, haja vista ser a exigibilidade do título matéria de ordem pública, constituindo-se verdadeira condição da ação executiva, sendo lícito ao juiz, portanto, conhecer, de ofício, a inexigibilidade do título executivo.

Destarte, a pesquisa prestou-se especificamente a verificar os meios de ataque à coisa julgada inconstitucional, principalmente a decorrente da inclusão do artigo 741 do CPC brasileiro bem como, de forma mais geral, a analisar a evolução histórica do instituto da coisa julgada, seus conceitos, sua classificação enquanto instituto processual e constitucional assim como a possibilidade de relativização da segurança jurídica imposta pela *res iudicata*.

[1] GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro.* 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999, v. 2, p. 227-228.
[2] *Instituições de direito processual civil.* São Paulo: Malheiros, 2001, v. 3, p. 303-304.

Metodologia

As fontes buscadas para a fundamentação deste trabalho residem, basicamente, na doutrina e na jurisprudência bem como suas divergências, abarcando, outrossim, os ensinamentos clássicos e contemporâneos e o direito comparado, concernentes ao tema proposto.

O presente estudo utilizará os métodos teleológico e sistemático, aceitos e utilizados pela doutrina pátria, levando-nos a interpretar o texto legal à luz da técnica, especificamente da técnica processual assim como da conjuntura que envolve o direito positivo vigente.

Resultados e Discussão

O parágrafo único do artigo 741 do CPC possibilitou, expressamente, a relativização da coisa julgada material, em sede de embargos à execução, caso configurada uma das hipótese elencadas, a saber, quando houver a existência de julgado proferido pelo Supremo Tribunal Federal,que tenha reconhecido a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo sobre a qual o título executivo estiver fundado, quando a aplicação do título executivo judicial implique incompatibilidade com a Carta Magna, e quando a interpretação do título executivo judicial implique incompatibilidade com a Constituição.

Partindo da premissa de que a coisa julgada material pode ser relativizada, uma vez que não parece lógico que a segurança jurídica prevaleça sobre a própria justiça, deve-se buscar os instrumentos processuais adequados para, uma vez configurada a coisa julgada inconstitucional, possa tal decisão ser atacada e desconstituída, tendo em vista a sua desconformidade com a Constituição Federal.

O dispositivo suso referido consagrou, expressamente, a possibilidade de utilização dos embargos à execução, como meio hábil para se declarar a inexigibilidade do título, ante a inconstitucionalidade da coisa julgada.

Nesse diapasão, verifica-se que as hipóteses de cabimento dos embargos, especificamente em relação à coisa julgada inconstitucional, podem ser, outrossim, aplicadas à exceção de pré-executividade, instrumento processual de defesa no processo executivo, criado pela doutrina e pela jurisprudência, que possui como vantagem prática, em relação aos embargos à execução, a desnecessidade da constrição de patrimônio, que, por sua vez, é indispensável à propositura dos embargos. Isso porque a questão da exigibilidade do título executivo é tratada pela doutrina, pela jurisprudência como questão de ordem pública, motivo pelo qual sua argüição é autorizada até mesmo através da exceção de pré-executividade.

Tal entendimento, todavia, não afasta a utilização da própria ação rescisória, mesmo fora do prazo legal, ou, ainda, da ação declaratória de nulidade do julgado, meios, sem dúvida, hábeis à consecução da desconstituição da coisa julgada material.

No entanto, a possível morosidade desses instrumentos não torna muito atrativa a sua utilização. Destarte, estando o processo de execução iniciado, o meio mais prático, rápido e eficaz para estancar a execução e obter um pronunciamento favorável do Poder Judiciário, é, sem dúvida, a exceção de pré-executividade, que pode ser feita mediante simples petição ao juízo de execução, apontando a inexigibilidade do título executivo, ante a desconformidade com o texto constitucional, sem a necessidade, sequer, da constrição de patrimônio do suposto devedor, como se verifica em sede de embargos à execução.

Conclusões

Verifica-se que a imutabilidade plena, absoluta, da coisa julgada tem caráter meramente histórico, de modo que, hodiernamente, a coisa julgada material pode ser flexibilizada ante os julgados que contrariam a Constituição Federal.

Não obstante tratar-se de matéria que possibilita ao magistrado o conhecimento de ofício,

a declaração da inconstitucionalidade da coisa julgada pode-se dar através de ação declaratória de nulidade, de ação rescisória, mesmo que fora do prazo de dois anos, e através dos embargos à execução, tendo essa última sido consagrada através da inclusão do parágrafo único do artigo 741 do CPC.

De tudo que foi exposto neste trabalho, resta claro, outrossim, que a possibilidade de desconstituição do julgado concedida aos embargos à execução pelo parágrafo único do artigo 741 pode, sem margem de dúvida, ser estendida à exceção de pré-executividade, tendo em vista tratar-se de matéria de ordem pública a questão da exigibilidade do título executivo.

Agradecimentos

Ao PIBIC, que concedeu a bolsa, possibilitando a concretização desta pesquisa; à Talita Rodrigues Mendonça, que, participando do projeto, possibilitou um confronto das pesquisas realizadas, engrandecendo o trabalho; aos meus pais, que sempre me estimularam em minha vida universitária.

Referências

CAMPOS, Ronaldo Cunha. **Limites objetivos da coisa julgada**. 2 ed. São Paulo: AIDE, 1988.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. 3 ed. Tradução: Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 2002, v.1.

CARVALHO JÚNIOR, Gilberto Barroso de. **A coisa julgada inconstitucional e o novo parágrafo único do artigo 741 do CPC** [on line]. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 61, janeiro de 2003. Disponível em <http://www1.jus.com.br/ doutrina/texto.asp?id =3605>. Acesso em: 14 de abril de 2004.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Malheiros, v. 3, 2001.

GOLDSHIMDT, Roberto. **Derecho justicial material civil**. Buenos Aires: Ejea, 1959.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**.13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999, v. 2.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada. 3 ed. Rio: Forense, 1984.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários ao código de processo civil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; FARIA, Juliana Cordeiro de. A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para o seu controle. In: **Coisa julgada inconstitucional**, coord. Carlos Valter do Nascimento. Rio: América Jurídica, 2004.

MÉTODOS APROXIMADOS PARA O PROJETO DE PAREDES ESTRUTURAIS SUBMETIDAS A CARGAS LATERAIS

Gustavo Frutuoso Lopes[1] ; Romilde Almeida de Oliveira[2]

[1]Estudante do Curso de Engenharia Civil do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia, Líder do Grupo de Pesquisa Construção Civil e Análise Estrutural E-mail: romilde@unicap.br

Resumo
Alvenaria com finalidade estrutural é um método construtivo ainda muito empregado devido à rapidez na execução, às vantagens econômicas e à capacidade de adaptação de mão-de-obra pouco especializada. Apesar de ser um processo empregado há milhares de anos, nas três últimas décadas houve mundialmente um grande impulso nas pesquisas, tanto de laboratório quanto de simulação computacional.
Este projeto tem como objetivo o entendimento do comportamento de paredes estruturais dotadas de aberturas, submetidas a carregamentos laterais.
De uma maneira objetiva, procura-se esclarecer o comportamento do contorno de uma abertura em uma parede de alvenaria estrutural, quanto às tensões e deformações e às soluções a serem adotadas para combater esses esforços. As análises foram conduzidas através de software baseado no método dos elementos finitos. Efetuou-se comparação dos resultados encontrados com aqueles recomendados pelos atuais procedimentos de projetos.
Foi analisado um edifício com 10 pavimentos, com aberturas médias, para o qual foram obtidos os diagramas de esforços cortantes, esforços normais e momentos fletores nos pilares. Este mesmo exemplo foi estudado no programa SAP 2000, quando foram verificadas as tensões e deformações em torno das aberturas da parede analisada.

Palavras-Chave: Alvenaria Estrutural; Painéis de Alvenaria com Aberturas; Blocos de Concreto.

Introdução

As edificações em alvenaria estão entre as construções que têm maior aceitação pelo homem, não somente hoje, como também nas civilizações antigas. Edificações monumentais em alvenaria de pedras e tijolos ainda permanecem de pé, após mais de 2.000 anos. Algumas ainda são utilizadas, num testemunho da durabilidade e aceitação desse sistema construtivo ao longo do tempo (RAMALHO, 2003).
As vantagens econômicas proporcionadas por esse sistema construtivo por si só justificariam o sucesso de seu emprego, mas, aliado a estas, estão as características multifuncionais de sua utilização em edifícios. As edificações de paredes estruturais diferem das estruturas de concreto armado, principalmente por essa última ter a função de apenas proporcionar a estabilidade à edificação. Já a alvenaria estrutural pode ser entendida como um sistema que atua simultaneamente como estrutura resistente e elemento de vedação (DUARTE, 1999).

Projeto: Procedimentos de Projeto de Paredes de Alvenaria Estrutural Dotadas de Aberturas. **Órgão financiador:** Pibic/CNPq da UNICAP

Entre as muitas grandes obras executadas através desse processo construtivo em épocas mais antigas, pode-se destacar: O Farol de Alexandria – construído em uma das ilhas do porto de Alexandria, aproximadamente 280 anos antes de Cristo, era o mais famoso e antigo farol de orientação, com 134m de altura. Foi destruído por um terremoto no século XIV; Edifício Monadnock – construído em Chicago de 1889 a 1891. Com seus 16 pavimentos e 65m de altura, foi considerado uma obra ousada, como se explorasse os limites dimensionais possíveis para edifícios de alvenaria. As paredes na base têm 1,80m de espessura. Se fosse dimensionado pelos procedimentos utilizados atualmente, com os mesmos materiais, essa espessura seria da ordem de 30cm (RAMALHO, 2003).

Informações a respeito do comportamento estrutural dos painéis de alvenaria dotados de aberturas frente às solicitações a que são usualmente expostas ainda são relativamente escassas na literatura técnica.

Este trabalho tem como objetivo geral o entendimento da influência das aberturas no perfil de distribuição de tensões normais em paredes estruturais de alvenaria com aberturas e submetidas a carregamentos verticais e horizontais. O objetivo específico do presente trabalho é a comparação dos resultados obtidos através de procedimentos aproximados de projeto, estudo comparativo de métodos existentes e aplicações a casos reais de edifícios dotados de vários pavimentos.

Metodologia

Foi realizada revisão da bibliografia acerca do tema, bem como consulta à Internet. Comparam-se os resultados obtidos em termos de tensões com uso das normas brasileira e americana, com os correspondentes valores admissíveis nas paredes de alvenaria. Foi utilizado o programa Mathcad nos assuntos abordados e o programa SAP 2000, para verificar as tensões e deformações na parede.

Resultados e Discussão

Até a presente data, foram estudados os elementos que constituem uma parede com finalidade estrutural. Foi feito um estudo comparativo entre as normas brasileira (NBR 10837) e americana (ACI 530-99/ASCE 5-99/TMS 402/99), através de um exemplo numérico, no qual parede esteve submetida a cargas de compressão normativas. Foi estudado o método proposto por Albiges e Goulet (ALBIGES, M. e GOULET, J.) para paredes com aberturas submetidas a cargas laterais. Foi analisado um edifício com 10 pavimentos, com aberturas médias, para o qual foram obtidos os diagramas de esforços cortantes, esforços normais e momentos fletores nos pilares.

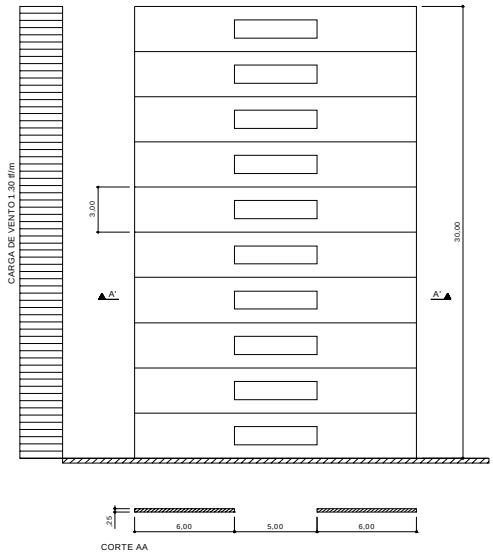
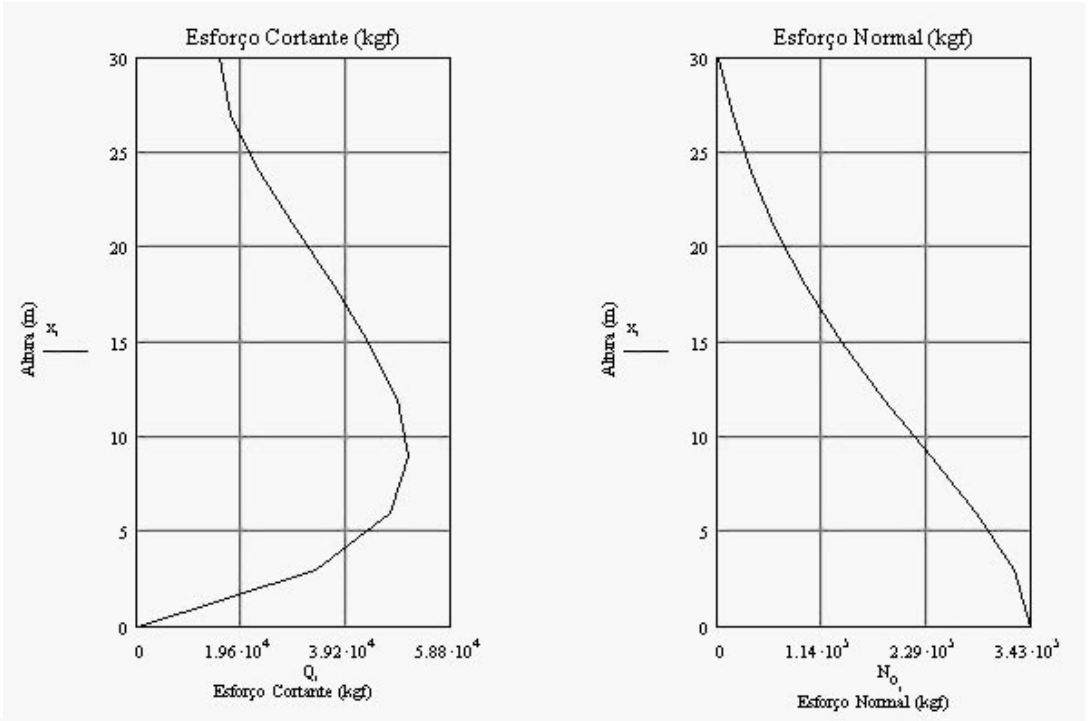


FIGURA 1 – MODELO DA PAREDE ESTUDADA



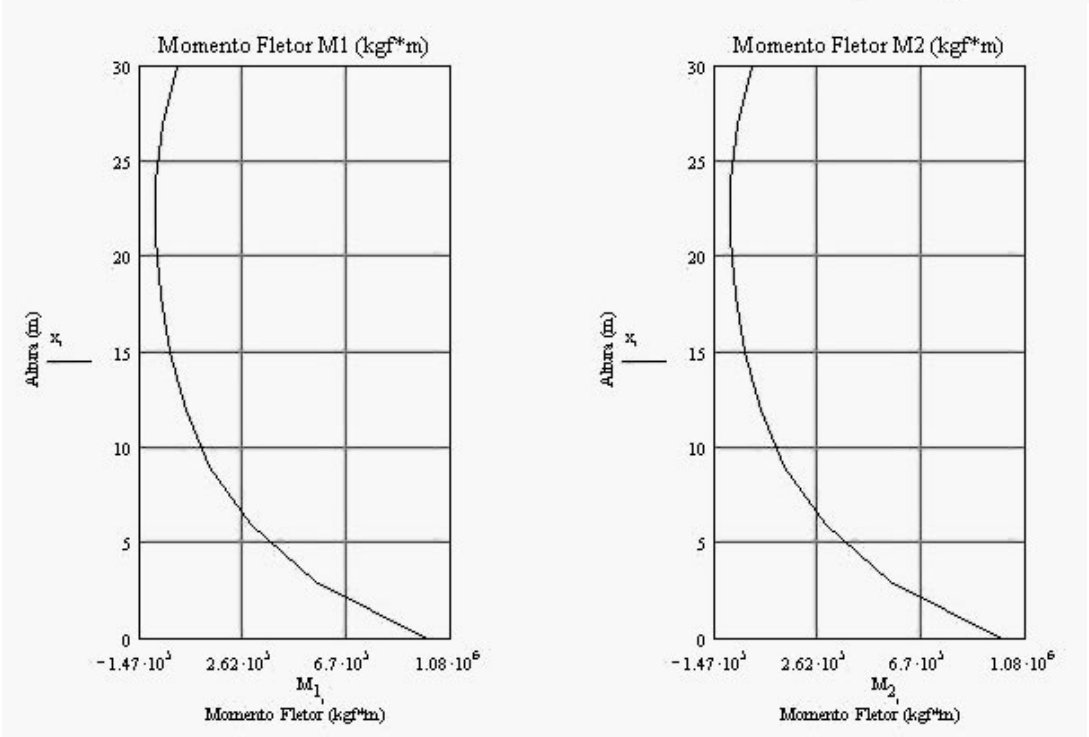


FIGURA 2 – ESFORÇOS NA PAREDE ANALISADA

Este mesmo exemplo foi estudado no programa SAP 2000, quando foram verificadas as tensões e deformações em torno das aberturas da parede analisada.

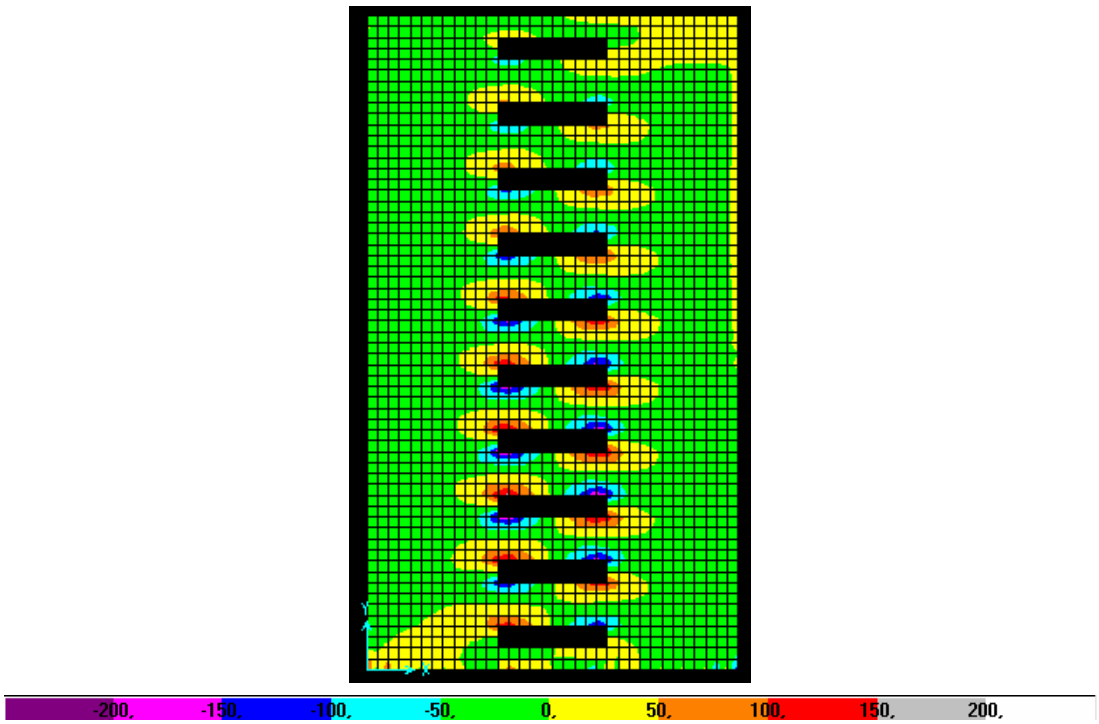


FIGURA 3 – TENSÕES NA PAREDE ANALISADA

Conclusões

Foi analisado um exemplo baseado no método desenvolvido por Albigés e Goulet para paredes com aberturas submetidas a cargas laterais. Os valores obtidos através do software Mathcad estão expressos em termos de forças e momentos enquanto que os valores resultantes das análises no programa SAP 2000, baseado no método de elementos finitos, estão expressos em termos de tensões. Atualmente estão sendo feitos estudos que permitam efetuar a análise comparativa dos dois procedimentos.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Pibic/CNPq da UNICAP pelo suporte financeiro dado à pesquisa.

Referências

ALBIGES, M.; GOULET, J. (1983). **Paredes com aberturas.** São Carlos, EESC – USP. (Traduzido de "Contraventment des Batiments". Annales I. T. B. T. P., n. 149, p. 473-500, mai 1960)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Cálculo de alvenaria estrutural de blocos vazados de concreto – procedimento: NBR – 10837.** Rio de Janeiro, 1989.

ACI 530 – 99/ ASCE 5 – 99/ TMS 402 – 99. **Building Code Requirements for Masonry Structures, ACI/ ASCE/ TMS,** CO., 1999.

CAMACHO, J. **Alvenaria estrutural não-armada: parâmetros básicos a serem considerados no projeto dos elementos resistentes.** Porto Alegre, 1986.

DUARTE, R. B. **Recomendações para o Projeto e Execução de Edifícios de Alvenaria Estrutural**. Porto Alegre, ANICER, 1999.

RAMALHO, M. **Alvenaria Estrutural.** São Paulo: PINI, 2003.

"OS FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS E TELEOLÓGICOS DO ESTADO EM TOMÁS DE AQUINO"

Jaires Firmino da Silva[1]; José Urbano de Lima Júnior[2]

[1]Estudante do curso de Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: neguinhojf@hotmail.com
[2]Mestre em Filosofia. Professor do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Participante do Grupo de Pesquisa Ética e Política Medieval. E-mail: urbanojr@unicap.br[1]

Resumo
O presente trabalho visou a compreender e apresentar a teoria política do Estado em Tomás de Aquino. Uma vez evidenciados os fundamentos ético-teleológicos do Estado no Aquinate, listamos: I) todas as coisas são ordenadas para algum fim; II) o homem, enquanto criatura intelectual, opera visando a um fim; III) por natureza, o homem é um animal sociável e político, devendo, pois, viver em multidão; IV) sendo natural ao homem viver em sociedade de muitos, há de haver um regente, visando ao bem comum acima dos bens particulares de cada um; V) o bem que todos almejam, e para a realização do qual o governante deve empenhar-se, é a felicidade. O bem viver se dá através do exercício de uma vida virtuosa, portanto, a ética faz-se necessária para que a felicidade seja alcançada. A virtude tanto dos súditos quanto dos governantes é exigida por Tomás. É o seio social que deve oferecer meios para a vivência da ética e é o Estado que deve promover a convivência pacífica e feliz dos cidadãos, mas isso só é possível com um governo justo.

Palavras-chave: ética; política; estado; teleologia.

Introdução

Em todos os tempos, desde a filosofia antiga, com os Sofistas, houve uma reflexão sobre a Natureza e o Cosmos, assim como também a função do Estado, bem como sobre o papel do indivíduo no meio social, o que é uma constante da filosofia ocidental.
Inserindo-se nessa tradição, Tomás de Aquino desenvolve uma teoria segundo a qual os homens vivem em comum para melhor atender às suas necessidades. Mas há um fim último para o qual a sociedade é organizada. Esse princípio teleológico é aplicável a toda a natureza e, por conseguinte, a todos os seres.
Esse fim que o homem tanto almeja alcançar com suas ações é a felicidade e essa, por sua vez, só é possível conseguir mediante ações que o levem a viver uma vida cheia de virtudes, e mais, essa felicidade só pode ser atingida no meio social, na interação com o outro, pois "é, todavia, o homem, por natureza, animal sociável e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade". (AQUINO, Tomás de. *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*. In: Aquino, Santo Tomás de Aquino – Escritos Políticos. Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 127).
O Estado justo tem seus fundamentos, quais sejam: a Ética, o Bem Comum e a Felicidade, o que implica a busca desses fundamentos na própria "civitas". Quanto aos elementos essenciais para uma vida feliz, ou seja, saudável e bem vivida, a garantia da paz, a harmonia social, assim como

[1] **Projeto**: Ética e política no pensamento patrístico-medieval. **Órgão Financiador**: PIBIC/UNICAP.

o atendimento das necessidades básicas da população, são os demais fundamentos, o que demonstram a importância de um governo justo e uma vida baseada nos princípios da virtude por parte de cada indivíduo.

Metodologia

A pesquisa conteve um caráter essencialmente bibliográfico. Constituindo-se, inicialmente, do levantamento bibliográfico, leitura e fichamento de textos primários.
Num segundo momento, constituiu-se o texto preliminar, utilizando-se método analítico-comparativo, e realizando a compreensão dos textos do próprio filósofo em análise.
Finalmente, foi submetido à opinião crítica dos integrantes do grupo de estudo, assim como também foi submetido a julgamento do professor orientador e, portanto, redigido o texto final.

Resultados e Discussão

Tomás de Aquino, quando escreveu o "De Regno" (texto primário analisado), tinha como sistema socioeconômico da época o feudalismo. Quando Aquino redigiu esse opúsculo, o governo de Chipre estava em anarquia, pois a ilha era comandada por mais de duas ligas, sendo recomendável, portanto, uma monarquia que centralizasse o poder, mas sem tirania. Nos demais escritos, Aquino defende um governo misto, que reúne as benéfices de todos os regimes de governo. Da análise e hermenêutica realizados a partir do De Regno, extraímos e identificamos os seguintes pontos como essenciais ao pensamento político do Aquinate: 1. para Tomás de Aquino, que, neste contexto, retoma o pensamento aristotélico, sempre agimos na intenção de alcançarmos algum fim, o que também é verdadeiro para o Estado. Ele tem um fim a ser alcançado: a felicidade comum dos cidadãos; 2. se a Felicidade e o Bem Comum são a finalidade do Estado, assim o governo deve garantir a execução desses bens e promovê-los junto aos cidadãos; 3. no opúsculo "De Regno", Tomás defende a Monarquia como sendo o melhor governo, isso justifica-se pelo contexto e período em que a obra fora escrita e para quem foi oferecida; 4. havendo o descuido do governante para com a promoção do bem público, em favor do particular, o povo tem o direito de, por meios legais, tirar o governante do poder, pois este possivelmente terá inclinação de assumir uma forma tirânica; 5. o Aquinate assegura ainda que é unicamente no meio social que o homem poderá desenvolver suas capacidades intelectivas e morais; 6. o Doutor Angélico nos assegura que os homens devem fazer com que seus interesses convirjam com os da sociedade, e que, por sua vez, a sociedade não pode deixar de lado os anseios individuais.

Conclusão

Na obra analisada, encontramos os fundamentos ético-políticos do Estado, segundo Tomás de Aquino. Para este, o Estado tem um fim a perseguir: a promoção do bem comum e da felicidade. Ora, a felicidade é, também, o fim de cada indivíduo. Sendo assim, os fins do Estado e os dos indivíduos convergem. Para o Aquinate, é vivendo em sociedade que o indivíduo encontra o ambiente propício para a consecução de suas necessidades e, principalmente, da felicidade. Daí a importância de um governo justo que em tudo promova o bem comum, a paz social.
É, portanto, a promoção do Bem Comum e da felicidade o principal fundamento da teoria do Estado Tomista. É inegável a contribuição que essa teoria traz para uma época em que já não se consegue fazer diferença, traçar limites entre bem público e privado; em que os governantes freqüentemente esquecem o social, a coletividade, a multidão e trabalham para interesses particulares, seu e/ou de outros, apenas.

Agradecimentos
Primeiramente ao meu Pai Celestial, que sempre colocou pessoas importantes na minha trajetória em busca da felicidade; por fim, ao PIBIC/ UNICAP, que, com apoio e incentivo, contribuiu e possibilitou esta pesquisa.

Referências

AQUINO, Tomás de. **Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre**. In: Aquino, Santo Tomás de Aquino – Escritos Políticos. Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis: Vozes, 1997.

O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO TRABALHISTA – EFETIVIDADE SOCIAL DO PROCESSO TRABALHISTA

Marina Jucá Maciel [1] ; Sérgio Torres Texeira [2] ; Emanuelle Lima de Albuquerque [2]

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro Ciências Sociais.
[2]Professore do Departamento Ciências Jurídicas do Centro Ciências Sociais e Participante do Grupo de Pesquisa. E-mail:sergiotteixeira@uol.com.br.

Resumo
O Direito do Trabalho, inicialmente, foi concebido para disciplinar as relações laborais, pois existia na época da Revolução Industrial um grande desequilíbrio entre o capital e o trabalho, gerando a "questão social". Não tardou constatar-se que a proteção vista com o direito individual do trabalho era frustrada pelo poder de opressão do capital e que o contrato de trabalho era insuficiente como mecanismo de opressão do trabalhador. Destarte, surgiu a necessidade de oferecer meios para compor as lides derivadas das relações entre empregados e seus empregadores. O Estado tem grande responsabilidade com o cidadão de prestar a tutela jurisdicional de forma mais ampla e correta possível, que seja hábil à persecução do ideal de justiça. A justiça do Trabalho se exige uma celeridade processual, uma vez que tem como função composição de litígios versando sobre créditos de natureza alimentar. Assim, é de extrema necessidade que esse processo trabalhista tenha efetividade social. Para enfrentar e analisar os problemas verificados, torna-se necessário averiguar o grau de satisfação dos integrantes da sociedade em relação à tal forma de heterocomposição estatal.

Palavras-chave: Proteção ; celeridade; justiça**.**

Introdução

Inicialmente, o Direito do Trabalho foi concebido como uma forma de disciplinar as relações de trabalho, corrigindo o desequilíbrio existente entre o capital e o trabalho provocado pela Revolução Industrial.

Os conflitos trabalhistas, por conseguinte, revelaram-se inevitáveis, surgindo a necessidade de oferecer meios para compor as lides derivadas das relações entre empregados e seus empregadores.

O Estado, por sua vez, tem a grande responsabilidade, para com os cidadãos, de prestar a tutela jurisdicional de forma mais ampla e correta possível, que seja hábil à persecução do ideal de justiça. Da realização, em maior ou menor grau, desse desiderato depende sua credibilidade social e sai própria razão de ser como instituição comprometida com o bem comum, expressão da vontade geral, que ele encarna.

Para esse nobre fim, o Estado necessita de disponibilizar meios hábeis, que esteja ao alcance de todos os cidadãos, independente de sua classe socioeconômica. Trata-se, pois, de abrir caminhos para acesso fácil, amplo e irrestrito, aos órgãos do Podes Judiciário.

1. **Projeto :**Instrumentos Processuais de Proteção do Trabalhador na Ordem Jurídica Brasileira. **Órgão Financiador :**PIBIC

Porém, o Processo Trabalhista, mais do que qualquer outro ramo do direito processual se encontra atualmente submetido a várias críticas.

Por ter como função a composição de litígios versando sobre créditos de natureza alimentar, exigem-se da Justiça do Trabalho vários requisitos especiais, todos relacionados com a celeridade processual. Desde a facilidade do ingresso em juízo, passando pela presença de instrumentos processuais adequados a tutela jurisdicional e finalizando com a produção de sentenças justas e capazes de satisfazer plenamente a pretensão da parte lesa, as exigências manifestadas sobre o processo trabalhista assumem proporções consideravelmente maiores de que aquelas às quais é submetido o processo comum.

O processo judicial, através do qual se destina tanto a jurisdição como o direito de ação, não de destina exclusivamente a solucionar demandas judiciais. Revela como missão maior eliminar as insatisfações que surgem no meio social, impedindo que essas se transformem em decepções permanentes. Para identificar e avaliar os problemas enfrentados pelo processo no âmbito da Justiça do Trabalho na busca por tal objetivo, torna-se necessário averiguar o grau de satisfação dos integrantes da sociedade em relação a tal forma de heterocomposição estatal.

O presente projeto, assim, se destina a realizar uma avaliação de tal natureza, através de uma analise sociojurídica e uma pesquisa empírica.

Metodologia

Adotou-se o método histórico-comparativo, para analisar a realidade sociocultural em diversas fases da história contemporânea, no pertinente às relações de produção – com destaque para o aspecto do vínculo contratual de trabalho - numa visão critica construtiva que detecte os problemas emergentes de tais relações e aponte soluções para os mesmos.

Resultados e Discussão

Objetivando examinar a situação da Justiça do Trabalho, definir seus obstáculos à efetividade social do Processo Trabalhista, foi realizada em de janeiro de 2004 uma pesquisa simplificada, mediante a distribuição de 110 questionários, sendo 60 na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão dos Guararapes e 50 do TRT (Tribunal Regional do Trabalho).Desses questionários, 100 foram respondidos corretamente. Os resultados são baseados na quantidade que foi respondida corretamente.

1.INGRESSO EM JUÍZO

1.1É fácil ajuizar uma ação trabalhista?

a) SIM: 82 (oitenta e dois)
b) NÃO:18 (dezoito)

1.2 É do seu conhecimento que existe uma assistência jurídica gratuita aos mais necessitados?

a)SIM: 32 (trinta e dois)
b)NÃO :68 (sessenta e oito)

1.3 Se a assistência jurídica gratuita já foi utilizada, responda:
Foi satisfatória?

a)MUITO:0
b)RAZOÁVEL:6 (seis)
c)POUCO:30 (trinta)

- 64 pessoas deixaram em branco.

1.4 É do seu conhecimento que não é necessário advogado para ingressar em juízo na justiça

do Trabalho?

a)SIM : 63 (sessenta e três)
b)NÃO :37 (trinta e sete)

1.5 Se este recurso já foi utilizado, responda:
A experiência foi positiva?

a)SIM : 4 (quatro)
b) NÃO: 20 (vinte)

- 76 pessoas deixaram em branco.

1.6 A quantidade de Juízes do Trabalho é suficiente para atender às reclamações?

a)SIM : 16 (dezesseis)
b)NÃO : 84 (oitenta e quatro)

2. MODO DE SER DO PROCESSO

2.1 A lei trabalhista é de fácil acesso, mesmo para os que não trabalham com o direito?

a)MUITO ACESSÍVEL : 8 (oito)
b)ACESSÍVEL : 60 (sessenta)
c)INACESSÍVEL : 32 (trinta e dois)

2.2 Seria interessante a criação de um código de Processo Trabalhista para melhor aprimorar a justiça do Trabalho?

a)SIM : 80 (oitenta e cinco)
b)NÃO :15 (quinze)

3. JUSTIÇA DAS DECISÕES

3.1 As sentenças dos Juízes do Trabalho são individualmente e socialmente justas?

a)SEMPRE : 13 (treze)
b)GERALMENTE : 67 (sessenta e sete)
c)NUNCA : 20 (vinte)

3.2 As sentenças geralmente refletem o que geralmente acontece entre empregados e empregadores dentro das empresas?

a)SEMPRE :6 (seis)
b)GERALMENTE: 74 (setenta e três)
c)NUNCA: 19 (dezenove)

3.3 Seria justo aplicar uma multa sobre a parte que ingressou em juízo sem fundamento?

a)SIM : 83 (oitenta e três)
b)NÃO :17 (dezessete)

4. UTILIDADE DAS DECISÕES

4.1 Normalmente, as causas são julgadas rapidamente pela Justiça do Trabalho?

a)SIM :36 (trinta e seis)
b)NÃO: 64 (sessenta e quatro)

4.2 Normalmente, a morosidade do processo causa grandes transtornos?

a)SIM : 92 (noventa e dois)
b)NÃO :8 (oito)

4.3 Quem ganha a causa geralmente recebe o que realmente tem direito?

a)SIM :38 (trinta e oito)

b)NÃO:62 (sessenta e dois)

Conclusões

O direito ao acesso efetivo a justiça é de extrema importância, à medida que a titularidade de direitos nada vale se não existirem mecanismos para sua efetiva reivindicação. A constituição Federal de 1988 consagra o amplo acesso à justiça no art. 5º XXXV: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

A efetividade social do Processo Trabalhista não se limita ao mero acesso aos tribunais, não se trata apenas e somente de possibilitar o acesso à justiça como instituição estatal, mas de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa. Para que Processo Trabalhista consiga atingir o desejado grau de efetividade social precisa vencer quatro obstáculos: o acesso à justiça, o modo de ser do processo, a justiça das decisões e a utilidade das decisões.

O resultado da pesquisa supracitada deixa em evidência que o maior problema enfrentado pela Justiça do Trabalho é a sua morosidade; a justiça tardia equivale a uma denegação da Justiça. O transcurso do tempo pode ocasionar danos irreparáveis às partes, principalmente quando se trata de créditos de natureza alimentar.

Destarte, a Justiça do Trabalho e o seu instrumento, o processo trabalhista, encontram-se atingidos por problemas sérios. No entanto esases podem ser solucionados por meio de algumas importantes mudanças: simplificação dos procedimentos das reclamações trabalhistas, tramitação menos complexas da demanda, aproximação do magistrado com a realidade social e, por fim, é necessário criar condições para uma célere e justa solução para a lide.

É possível atingir o desejado nível de efetividade social a partir dessas mudanças, a solução existe só resta ser concretizada.

Agradecimentos

Agradeço a toda equipe do PIBIC – UNICAP e CNPq minha família que sempre me apoiou.

REFERÊNCIAS

- CAPPELETTI, Mauro e GARTH, Bryan. **Acesso à justiça**. Porto Alegre, Sergio Antonio Frabis, 2000.
- CICHO CKI , José Neto. **Limitações ao acesso da justiça** . Curitiba : Juará, 1998.
- FARIA, José Eduardo: **Os novos desafios da justiça do trabalho.** São Paulo :Ltr Ed.,1995.
- TEXEIRA, Sergio Torres. **Efetividade social do Processo Trabalhista**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho, Recife, 1997.
- TUCCI, José Rogério Cruz. **Tempo e o Processo**. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- VOGEL NETO, Gustavo Adolpho (coord). **Curso de Direito do Trabalho** .Forense, 2000.

O ACONTECIMENTO GLOBAL NA MÍDIA IMPRESSA LOCAL: A COBERTURA DA GUERRA DO IRAQUE NA PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL DO COMMERCIO

Daniela Cisneiros Arrais[1] ; Cláudio Roberto de Araújo Bezerra[2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais;

[2] Mestre em comunicação e Professor do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Cultura Contemporânea. E-mail: claudiobezerra@uol.com.br

Resumo

A Guerra do Iraque nasceu cercada dos mais fortes questionamentos quanto à legitimidade de suas razões, notadamente no que diz respeito à ação unilateral dos Estados Unidos e da Inglaterra em acatar a resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o desarmamento daquele país. Outras questões polêmicas surgiram no decorrer do conflito, muitas delas envolvendo as novidades da cobertura jornalística, tal como os repórteres *embedded*, inseridos no *front* da guerra ao lado das tropas invasoras, realizando reportagens muitas vezes próximas dos filmes de aventura. O projeto "O acontecimento global na mídia impressa local: a cobertura da Guerra do Iraque na primeira página do Jornal do Commercio" tem como objetivo mostrar como a mídia impressa local tratou o acontecimento global da guerra. Levando em consideração critérios de *newsmaking*, *gatekeeping* e noticiabilidade, jornalistas e editores usam critérios de seleção específicos para noticiar as informações. O intuito do projeto é saber quais são os critérios de fechamento da primeira página do Jornal do Commercio, verificar o tratamento dispensado aos acontecimentos locais na primeira página e analisar as principais semelhanças e diferenças de enfoque na cobertura do conflito.

Palavras-chave: guerra; critérios de noticiabilidade; mídia impressa local

Introdução

A pesquisa "O acontecimento global na mídia impressa local: a cobertura da Guerra do Iraque na primeira página do Jornal do Commercio" se propõe direcionar a análise teórica para o dado concreto de como a mídia impressa local tratou um fato específico de grande repercussão internacional, a Guerra do Iraque, no intuito de avaliar a maneira como esse evento global de tamanha complexidade foi percebido e apresentado aos pernambucanos no Jornal do Commercio, periódico de maior número de assinantes no Estado e voltado, predominantemente, para um público que pertence às classes B e C.

A escolha da primeira página como objeto de estudo se deu por sua importância estratégica para o jornal impresso. A primeira página é, ao mesmo tempo, o rosto de um jornal, sua face mais exposta e mais visível ao leitor, e um certo espelho do mundo, que concentra, em tese, os acontecimentos jornalísticos "mais importantes" do presente. A primeira página é também uma janela para o conteúdo editorial do jornal a ser encontrado nas páginas interiores, proporcionando, num certo sentido, uma visão panorâmica de vários cadernos, com fidelidade quanto ao espaço e à importância conferida a cada um deles.

Por outro lado, a primeira página é a embalagem com a qual o jornal se apresenta ao seu público-alvo e, como tal, deve render-se a certos conceitos de marketing. Afinal, a embalagem de um produto

impõe respeito e o destaca diante dos concorrentes. E mesmo que não contribua para o crescimento das vendas, faz com que determinado produto adquira uma marca forte. Mas, apesar da inegável importância estratégica da primeira página para manutenção da saúde financeira de um periódico, o seu papel jornalístico vai muito além disso.

A questão da definição dos fatos que são realmente importantes e merecem estar na primeira página é de grande complexidade, pois envolve fatores objetivos e subjetivos que dizem respeito à própria rotina de produção da notícia, tais como o público-alvo, a linha editorial, a natureza do evento a ser noticiado, os interesses políticos e econômicos do jornal, entre outros. Fatores que podem interferir não só na maneira como a informação é elaborada, mas também apreendida pelo receptor, pois, dependendo de como um fato é hierarquicamente enquadrado na primeira página, o leitor pode ou não perceber a importância histórica de determinado assunto, e assim construir a sua opinião a respeito do mesmo.

Metodologia

Para que o projeto fosse realizado, foram feitas leituras e fichamentos de bibliografia especializada. Além disso, foram feitos mapeamento e sistematização das primeiras páginas do Jornal do Commercio, no período entre 19 de março e 20 de abril. Foram lidos os seguintes livros e textos: "O capital da notícia", de Ciro Marcondes Filho; "Teorias da Comunicação", de Mauro Wolf; "A estrutura do Noticiário Estrangeiro", de Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge; "A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas", de Gaye Tuchman; "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico", de John Soloski; , "O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias", de David White; "Controle social na redação: uma análise funcional", Warren Breed; e, por fim, o livro "Deus é inocente: a imprensa não", de Carlos Dorneles.

As partes consideradas de maior relevância pela aluna foram registradas nos fichamentos, que foram, posteriormente, apresentados ao professor orientador. Periodicamente, foram realizadas reuniões entre a aluna bolsista e o professor orientador, no intuito de fomentar a discussão acerca dos aspectos estudados e de explicar dúvidas ou aspectos não compreendidos. As diversas teorias elaboradas por todos os autores citados acima foram comparadas e as conclusões redigidas em relatórios parciais.

Resultados e discussão

Uma das etapas do projeto de pesquisa se deu a partir da leitura da bibliografia teórica sobre estrutura, sentido e construção da notícia. Nessa fase, o objetivo é apontar os critérios de noticiabilidade e mostrar que o *newsmaking* e o *gatekeeping* são marcos teóricos para o mapeamento dos jornais.

Segundo Mauro Wolf, existem zonas de filtro no processo de seleção das notícias. Elas são controladas por sistemas objetivos de regras ou por *gatekeepers* – neste caso, há um indivíduo ou grupo que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou a bloqueia. Essa afirmação diz respeito à descoberta de Kurt Lewin, que, em 1947, identificou as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais, mostrando os canais por onde fluem a seqüência de comportamentos relativos a determinados temas e notando que existem neles zonas que podem funcionar como "cancela" ou "porteiro". White analisa a atividade do *gatekeeping* no sentido específico da seleção – acentua-se a idéia da seleção como processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede de *feed-back.* As decisões não são tomadas a partir de avaliações individuais de noticiabilidade e sim em relação a um conjunto de valores que incluem critérios profissionais e organizacionais como eficiência, produção de notícias, rapidez, etc. O *gatekeeping* no *mass media* inclui todas as formas de controle da informação, que podem estabelecer-se acerca das codificações das

mensagens, da seleção, da formação da mensagem, da difusão, da programação, da exclusão de toda a mensagem e seus componentes. Referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema de fontes predominam sobre as referências implícitas ao próprio público. O público é pouco conhecido pelos jornalistas, o contexto profissional-organizativo-burocrático circundante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos *gatekeepers.* As linhas editorial e política dos jornais raramente são explicitadas e discutidas, sendo apreendidas por osmose e impostas, já que o grupo de referência dos jornalistas são os próprios colegas e superiores, e não o público – manipulação explícita da informação x "distorção inconsciente".

O mapeamento do Jornal do Commercio, do período de 19 de março a 20 de abril, aponta algumas características acerca do posicionamento do veículo durante a Guerra do Iraque. As notícias da guerra vêm sempre antecedidas por um logotipo, em que se vê o mapa do Iraque e um alvo no centro dele. No canto esquerdo da página, há sempre um espaço reservado para alguma promoção do jornal.
O primeiro dia de bombardeio ao Iraque é destaque da primeira página. A notícia ganha cerca de 70% do espaço. A manchete "Bagdá acorda com a guerra" é acompanhada por uma foto da cidade sob ataque. A notícia local vem meio que espremida no fim da página. Entre uma manchete e cinco chamadas, os fatos locais abordam temas como economia, esporte, vida urbana e política. A manchete global apresenta somente os fatos. Não se mostra que o jornal vai fazer uma análise sobre o bombardeio. No entanto, duas das três chamadas que se localizam abaixo das fotos mostram que o jornal está preocupado com as conseqüências do bombardeio (quando fala do fortalecimento da ONU e dos motivos que levaram à guerra). Outro aspecto interessante diz respeito ao espaço dado aos EUA, em detrimento do Iraque. O bombardeio feito pelos EUA, a mando de Bush e que pode ser o começo de uma destruição total, é isso que a capa traz. Quantas vítimas, como ficou Bagdá, qual foi a reação de Saddam, não. De 19 de março a 06 de abril, todas as manchetes principais do Jornal do Commercio falam sobre a Guerra do Iraque. Apenas no dia 07 de abril, o conflito fica em segundo plano, já que o apelo temático do futebol parece vencer qualquer batalha. Questões econômicas parecem dividir com notícias de esporte as atenções do leitor. Então, quando um aumento é concedido aos servidores ou quando um time de futebol vence um grande clássico, qualquer outra notícia fica em segundo plano.

Conclusões

O JC mostra uma cobertura um tanto equilibrada da Guerra do Iraque, colocando-se mais para o lado de Saddam. Quatro manchetes são explicitamente pró-EUA. São elas: "Dia difícil para Bush", "Mais 120 mil homens do front", "EUA já estão a 30 km de Bagdá", "Eua entram em Bagdá pela primeira vez". No que se refere à cobertura pró-Iraque, outras quatro manchetes se destacam: "Saddam esbanja otismismo", "Morte de civis une povo árabe", "Iraque anuncia uso de mártires", "Iraque importa terror".
Outras manchetes não se posicionam abertamente em relação aos dois países em conflito. São elas: "Bagdá acorda com a guerra", "Dia de fogo cerrado", "EUA matam 15 civis e Iraque contra-ataca", "Bagdá perde mais civis no combate", "Tiros e explosões no aeroporto de Bagdá". Ou abordam a ação e a reação dos dois países ou são extremamente factuais.
Algumas manchetes falam dos EUA, mas acabam sendo a favor do Iraque. Como exemplo, pode-se citar a capa intitulada "Feito para chocar", sobre o bombardeio americano que, segundo o Pentágono, serviria para forçar a rendição dos iraquianos. O uso do verbo chocar, que exprime espanto, perplexidade chama a atenção do leitor e acaba demonstrando um pouco do posicionamento do jornal acerca do bombardeio. Manchetes como "Areia nos planos de Bush" e "EUA atacam hotel e matam jornalistas" também se enquadram nessa categoria.
O restante diz respeito às notícias locais, que ocupam 13 manchetes. Elas são as seguintes: "Novo

mínimo é de R$ 240", "Sport quebra tabu", "Servidor vai ter aumento de 2,3%", "Aumento do servidor vai de 1,81% a 13,23%", "Kuki bate e dois jovens morrem", "Pacote agiliza ensino e abre vaga de emprego", "Tudo é belo, em nome de Deus", "Reforma combate incentivos fiscais", "Câmara aprova projeto que ordena kombeiros", "Ônibus fica mais caro", "Reforma de Lula divide até aliados", "Governo teme dissídios", "Trégua acaba e Lula vira vidraça". Tratam, predominantemente, de política, economia e esportes. Questões financeiras, como aumento do salário mínimo e reforma tributária, ganham espaço sempre. O conflito global acaba ficando em segundo plano, em um país com a economia fraca e controlada pelos estrangeiros.
A etapa final da pesquisa diz respeito às entrevistas com os editores de primeira página do Jornal do Commercio, no intuito de ratificar ou retificar os argumentos apresentados neste resumo expandido.

Agradecimentos
Agradecimentos ao PIBIC/Unicap.

Referências
CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do jornalismo: **Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 1. ed. São Paulo: Summus, 1994.
FAUSTO NETO, Antonio. "A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção", in: SOUSA, Mauro Wilton de. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1955.
GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**, 4a ed. Rio de Janeiro: 2000.
HOHLFELDT, Antonio. **"Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação", in: Teorias da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
LODI, João Bosco. **A entrevista:** teoria e prática, 2a ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação:** formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Edições Loyola, 3a ed. 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia:** jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.
MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados, 4a ed. São Paulo: Atlas, 1999.
_____ **Metodologia do trabalho científico**, 4a ed. São Paulo: Atlas, 1992.
MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista:** o diálogo possível, 4a ed. São Paulo: 2000.

O ACONTECIMENTO GLOBAL NA MÍDIA IMPRESSA LOCAL: A COBERTURA DA GUERRA NO IRAQUE NA PRIMEIRA PÁGINA DA FOLHA DE PERNAMBUCO.

Juliana Reis de Albuquerque[1] ; Cláudio Roberto de Araújo Bezerra[2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais;
[2] Mestre em comunicação e professor do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Cultura Contemporânea. E-mail: claudiobezerra@uol.com.br

Resumo

A Guerra no Iraque foi, desde o começo, questionada. Seus motivos, seus conflitos, seu próprio desenrolar. Inúmeras opiniões e fatos relatados pela imprensa serviram somente para fomentar as polêmicas que surgiam em torno da legitimidade das questões abordadas pela imprensa. As coberturas jornalísticas acabaram por não esclarecer, pelo contrário, colocaram em dúvida a própria realidade da guerra. A sociedade se questionava se os jornais eram realmente confiáveis. O projeto em questão teve como objetivo mostrar o modo como a Folha de Pernambuco, jornal de perfil extremamente popular, filtrou as informações relativas à guerra e as apresentou ao seu público. Apesar das diversas teorias da comunicação que abordam critérios de noticiabilidade, não se sabe, ao certo, o que é levado em conta pelos jornalistas e editores na hora de escolher quais fatos virão a se tornar notícia ou não. A definição e aplicação dos critérios de seleção utilizados para definir o que será notícia são normalmente tratados como secundários e subjetivos. Mas questões complexas como essas são de fundamental relevância para assegurar a legitimidade e a seriedade dos meios de comunicação impressos.

Palavras-chave: guerra; critérios de noticiabilidade; mídia impressa local.

Introdução

Bibliografia especializada sobre os critérios jornalísticos para seleção e edição das notícias, bem como sobre as teorias da comunicação que abordam o processo de produção da notícia (*newsmaking*, *gatekeeping*) cederam a base para a iniciação no projeto.

É de conhecimento público o fato de que a mídia exerce um papel fundamental na construção da percepção da realidade e, por conseqüência, em sua transformação em instrumento político. Várias escolas de comunicação se empenharam em analisar questões relativas a esses fatos. No entanto a maior parte dessa discussão ou é travada fora do Brasil, focando grandes atores da mídia internacional como a CNN, a Fox News, a BBC, o New York Times, ou aborda veículos de circulação nacional como a Folha de São Paulo, a Veja, a Rede Globo, entre outros.

Projeto: O acontecimento global na mídia impressa local: a cobertura da guerra do Iraque na primeira página dos jornais diários do Recife. **Órgão financiador:** PIBIC/UNICAP.

O que acontece normalmente é que as edições dos jornais se limitam a refazer textos já escritos por outros jornais. Ao mesmo tempo em que é preciso instalar a discussão sobre o papel político da mídia, também é necessário adaptá-lo à nossa realidade, aumentando o potencial de aplicação das teorias de comunicação.

Com base nas leituras e fichamentos de literatura especializada sobre editoração em jornalismo impresso, bem como sobre as teorias de comunicação que versam sobre os processos de produção da notícia (newsmaking, gatekeeping, etc.) esse projeto de pesquisa se propôs a direcionar a análise teórica para o dado concreto de como a mídia impressa local tratou um fato específico de grande repercussão internacional, a Guerra no Iraque, no intuito de avaliar a maneira como esse evento global de tamanha complexidade foi percebido e apresentado aos pernambucanos pelo jornal popular de maior vendagem nas bancas, a Folha de Pernambuco.

O projeto se detém na abordagem das primeiras páginas do jornal. Isso é facilmente justificado, quando se observa a importância estratégica dessa página para o veículo impresso. A primeira página é, ao mesmo tempo, o rosto de um jornal, sua face mais exposta e mais visível ao leitor. É uma vitrine, que deve ser atrativa e interessante o suficiente para convidar o leitor a "entrar". Ela deve conter o conteúdo editorial de maior relevância do jornal.

Para que um fato seja selecionado para ocupar a primeira página, já que esta recebe atenção especial por parte dos leitores, ele deve ser, no mínimo, relevante. Mas relevante para quem ? E quem define o que é relevante, afinal de contas ?

Apesar da dificuldade de aplicar os conceitos teóricos da comunicação às práticas das rotinas nas redações, é essencial que se faça uma investigação para que se levantem quais são os critérios de confecção da primeira página e de seleção das notícias que merecem ser veiculadas na mesma. Na tentativa de desvelar os fatores subjacentes à produção da notícia, especialmente nos periódicos locais, foram levantadas as seguintes questões durante o projeto de iniciação científica: Como o jornal Folha de Pernambuco cobriu a Guerra no Iraque? Quais os critérios utilizados para seleção e divulgação das notícias sobre a Guerra? Qual o peso do acontecimento local na primeira página do jornal durante o conflito no Oriente Médio?

Metodologia

Para que o projeto fosse realizado, foram feitas leituras e fichamentos de bibliografia especializada. Aos livros "O capital da notícia", de Ciro Marcondes Filho, "Deus é inocente: a imprensa não", de Carlos Dorneles e "Teorias da Comunicação", de Mauro Wolf, acrescentaram-se os seguintes textos: "A estrutura do Noticiário Estrangeiro", de Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge; "A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas", de Gaye Tuchman; "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico", de John Soloski; , "O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias", de David White e por fim "Controle social na redação: uma análise funcional", Warren Breed. Além disso, foram feitos mapeamento e sistematização das primeiras páginas do jornal Folha de Pernambuco, no período relativo à Guerra no Iraque (19/03/03 à 20/04/03).

As partes consideradas de maior relevância pela aluna foram registradas nos fichamentos posteriormente apresentados ao professor orientador. Periodicamente, foram realizadas reuniões entre a aluna bolsista e o professor orientador, no intuito de fomentar a discussão acerca dos aspectos estudados e de explicar dúvidas ou aspectos não compreendidos pela mesma. As diversas teorias elaboradas por todos os autores citados acima foram comparadas e as conclusões redigidas em relatórios parciais.

Resultados e Discussão

Depois das diversas leituras e estudos de artigos específicos sobre a Guerra no Iraque e critérios

de noticiabilidade, foi realizado o mapeamento e a sistematização da Folha de Pernambuco. Em uma primeira análise do mapeamento e sistematização feitos acerca da cobertura da Guerra no Iraque no jornal Folha de Pernambuco, percebe-se que a imprensa local – e por extensão as agências nacionais de notícia – ainda não conseguiram adotar um padrão nítido de cobertura para eventos como a guerra. E o que se pode observar nas redações é que parece não estar claro o que é importante informar, o que o leitor local quer consumir sobre o assunto. Assim, as coberturas se apóiam sempre nas principais informações passadas por Agências de Notícias e ficam todas impessoais, padronizadas.

Na primeira análise do mapeamento, a Folha de Pernambuco parece ter escolhido seu lado para contar a história. A primeira publicação da Folha acerca da Guerra no Iraque, em 19 de abril de 2003, continha os seguintes dizeres: *"Saddam espera ataque*" e, em matéria vinculada, *"EUA vai lançar bombas e mísseis contra o Iraque"*. A segunda trazia uma foto do Papa João Paulo II se lamentando, acompanhada da frase: "*Iraque bombardeado"*. Em 24 de março de 2003, a Folha exibia um apelo: "*O mundo pede paz*". Na mesma página, havia as legendas*: "Manifestantes em todo o mundo protestam contra a guerra no Iraque desde que os ataques começaram na última quinta-feira*" e "*Soldados iraquianos rendidos acenam e exibem bandeiras brancas"*. Em seguida, a Folha publicou *"EUA sofrem pior revés da Guerra.*

Outras manchetes reforçam a hipótese da cobertura pró-Iraque, com frases e principalmente fotos de apelo. Em 29 de março, uma criança iraquiana aparece assustada na primeira página do jornal, que estampava: "*Civis pagam o preço da Guerra*". Um dia depois, a Folha publica *"Os erros de Bush e Blair. Iraquianos surpreendem pela raça e amor à pátria. Aliados admitem falhas."* Os erros e atrocidades de Saddam nunca foram mencionados. A Folha fala do líder como de um herói com garra e raça: "*Saddam convoca guerra santa. O ditador pediu aos muçulmanos que lutem até a morte"*. O cerco foi se apertando, as tropas aliadas se aproximando de Bagdá. Em 08 de abril, a Folha publica: *"Aliados ocupam palácios. Duas sedes do Governo de Saddam foram tomadas pelos EUA"*. Com a chegada das tropas a Bagdá e o sumiço de Saddam, os assuntos ligados à Guerra foram-se esgotando. Temas ligados à polícia, típicos do perfil do periódico, assumem a primeira página. A Guerra no Iraque apareceu, pela última vez, na primeira página da Folha, em 15 de abril. *"Bagdá ainda sofre. Síria é o próximo alvo"*, dizia ela. Interessante verificar o peso das fotografias no Jornal, especialmente por se tratar de um veículo popular que atinge grande número de semi-analfabetos. As fotos do jornal, muitas vezes com teor apelativo e emocional, são capazes de manipular opiniões com facilidade. Muitas vezes, as fotos utilizadas pela Folha não estavam de acordo com as chamadas do periódico. Ficava claro, como na publicação do dia 15 de abril, que as imagens foram selecionadas propositadamente para chamar a atenção do público, ou, talvez, conduzi-lo para um dos lados do conflito.

Pelos dados coletados até então, é possível argumentar que a defesa ao lado iraquiano aconteceu. É necessário que haja um compromisso dos jornalistas para com o público, afinal de contas, mais relevante que *deadlines* e números de vendas de exemplares, são as milhares de opiniões, diariamente, formadas a partir das informações disponibilizadas pela mídia. É preciso que cada notícia publicada nos jornais locais seja mais que reproduções de agências de notícias, é preciso que sejam cuidadosamente redigidas de acordo com múltiplas fontes, ambos os lados, para que os riscos de unilateralidade ou parcialidade sejam reduzidos.

Conclusões

A leitura de grandes teóricos da comunicação se mostra necessária e útil para a elaboração de argumentos acerca dos critérios de noticiabilidade utilizados pela Folha de Pernambuco. Os critérios de noticiabilidade apontados como relevantes por diversos teóricos da comunicação são

concretos e podem ser conferidos na prática diária de uma redação de jornal. Além disso, a simples leitura e reflexão do material bibliográfico já contribui para uma melhora da auto-percepção dos agentes midiáticos quanto ao fazer jornalístico e quanto ao impacto das técnicas jornalísticas sobre a percepção de fatos globais. O mapeamento e a sistematização do jornal Folha de Pernambuco fornecem dados imprescindíveis para o projeto. Através deles, já é possível identificar critérios de noticiabilidade apontados por autores conhecidos no universo da teoria da comunicação. Ao saber que critérios são usados na hora de escolher o tamanho da manchete, o destaque dado a ela, a sua priorização em detrimento das notícias locais, será possível afirmar como a cobertura de um fato global como a Guerra do Iraque repercute nos jornais de âmbito regional. É importante lembrar que todas as hipóteses levantadas a respeito da cobertura desse conflito na primeira página da Folha de Pernambuco vão ser objeto de nova análise a partir das entrevistas com os editores do jornal, na próxima fase do projeto de pesquisa.

Agradecimentos
Agradecimentos ao PIBIC/Unicap.

Referências

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In*:* TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999.

DORNELES, Carlos. **Deus é inocente – a imprensa, não.** São Paulo: Editora Globo, 1ª ed., 2002

GALTUNG, Johan e RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do Noticiário Estrangeiro. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1999.

WHITE, David. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. . In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1995.

O PAPEL IDEOLÓGICO DAS CHARGES E CARTUNS PARA OS LEITORES DOS JORNAIS PERNAMBUCANOS[1]

Luciana Cardoso Carvalho[1]; Nadilson Manoel da Silva[2]

[1] Estudante do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais.
[2] Professor do Departamento de Comunicação Social do Centro Ciências Sociais, líder do Grupo de Pesquisa Mediações Culturais e participante do Grupo de Pesquisa Mídia e Cultura Contemporânea. E-mail: nadilson@yahoo.com

Resumo

Os três principais jornais pernambucanos – o Diário de Pernambuco, a Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio - propagam opiniões não só pelas palavras que constituem os textos, mas também pelos desenhos humorísticos. Para comparar a recepção das charges pelos três grupos de leitores, foram aplicados 300 questionários, 100 para cada jornal. Antes disso, foi necessário saber os perfis de cada grupo; essas informações foram disponibilizadas pelos jornais que, por sua vez, obtêm esses dados através dos Estudos Marplan. A análise dos questionários mostrou que as charges despertam grande interesse dos leitores quando estão no jornal impresso, no entanto o mesmo não acontece quando estão nas versões "on-line" desses mesmos jornais. Também houve a confirmação de que as charges políticas têm o poder de mudar a opiniões dos leitores; os da Folha de Pernambuco se mostraram os mais vulneráveis. As tendências ideológicas implícitas nas charges dos três jornais também foram investigadas. Segundo a percepção dos leitores de cada impresso, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio são de direita, e a Folha de Pernambuco é de esquerda. Esses resultados demonstram que o estudo dos signos nos remete ao estudo das ideologias.

Palavras-chave: humor, linha editorial, política.

Introdução

Dentre as formas de manifestações da caricatura, a charge é a que melhor retrata a tríade humor, política e jornalismo, pois seu caráter é local e temporal. Nesse tipo de desenho, fatos e pessoas do conhecimento público são ironizadas e satirizadas. A mídia aproveita a necessidade humana do riso e seduz os receptores através de produtos humorísticos (SILVA, 2002). Os três principais jornais pernambucanos mostram charges diariamente nos seus exemplares, em locais estratégicos. No Diário de Pernambuco, ela fica situada na página ao lado do editorial, transformando-se em um segundo editorial do impresso; no Jornal do Commercio, a charge é encontrada na editoria de *Opinião*; já na Folha de Pernambuco, aparece na capa, dessa forma, mesmo aqueles que não abrem o jornal podem visualizar o desenho. A apropriação das charges pelas empresas jornalísticas faz com que cada jornal mostre fatos e personalidades de acordo com os seus interesses. No caso de Pernambuco, são três direcionamentos diferentes para cada assunto.

O humor gráfico é um caminho eficiente para uma releitura dos fatos. Eficiente em dois sentidos: primeiro, porque permite que o caricaturista exponha para os cidadãos comuns, de forma clara, um aspecto despercebido de algo, ou de alguém, segundo, porque o receptor terá interpretações prontas sobre diversos assuntos, transmitidas de forma engraçada e aparentemente despretensiosa. Afinal, o jornal impresso é geralmente associado ao conceito de credibilidade. No entanto é preciso estar alerta; a função das charges nos jornais não se limita à diversão dos seus leitores, pois elas contêm um caráter

[1] **Projeto**: A charge e o Cartum na Mídia Impressa de Pernambuco: seu papel ideológico para os jornais e para os leitores. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP.

ideológico implícito.

Desde a chegada da imprensa no país, trazida com a família real portuguesa em 1808, que os jornais refletem a visão da sociedade a partir dos interesses políticos das elites dominantes (FONSECA, 1999). Os jornais são os mais antigos formadores de opinião do mundo. Sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações, mudar hábitos e convicções. Atualmente, as elites econômicas e políticas continuam utilizando os jornais como instrumentos de manipulação e as charges também fazem parte desse contexto.

Vale ressaltar o valor da imagem como elemento de constituição de uma formação ideológica. Segundo Jacques Aumont, a imagem é representação na medida em que a inspiração para a sua produção é referenciada numa experiência da realidade e, portanto, não expressa uma verdade absoluta (MIANI, 2001, p.4). Dessa forma, os meios de comunicação utilizam o componente visual para conduzir os receptores a reflexões novas e que lhes sejam convenientes.

Um dos objetivos da pesquisa é comparar a recepção das charges pelos leitores dos três principais impressos pernambucanos, levando em consideração os perfis diferenciados de cada audiência. O outro objetivo é identificar a importância das charges para as versões "on-line" dos jornais e descobrir se esses desenhos cumprem o mesmo papel que na versão impressa.

Metodologia

Para a realização da pesquisa com os leitores dos jornais pernambucanos, foi necessário descobrir, primeiramente, o perfil dos leitores de cada impresso. O Diário de Pernambuco, a Folha de Pernambuco e o Jornal do Commercio possuem essas informações através dos estudos dos Marplan, com o objetivo de fazer o planejamento de mídia da empresa. Os resultados mais recentes desses estudos foram disponibilizados e daí foi estabelecido o número da amostragem bem como o seu perfil. Foram entrevistados 100 leitores de cada jornal, metade de assinantes e metade não-assinantes, com exceção da Folha de Pernambuco. Nesse caso, o número de não-assinantes é muito superior ao de assinantes, por isso a proporção ficou 60% (não-assinantes) e 40% (assinantes). Com o término da aplicação dos questionários, foram feitos os gráficos que serviram para as conclusões da pesquisa. Também foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela veiculação das charges em cada impresso pernambucano e também com pessoas envolvidas na versão "on-line" de cada jornal.

Resultados e Discussão

O hábito de visualização das charges pelos leitores dos jornais pernambucanos é predominante nos três impressos, sendo ainda maior pelo público do Jornal do Commercio, no entanto os leitores do Diário de Pernambuco são os mais fiéis. O humor e a crítica presentes nesses desenhos são os principais motivos de atração para os leitores. "A charge se constitui realidade inquestionável no universo da comunicação, dentro do qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão" (AGOSTINHO **apud** MIANI, 2001, p.04).

A política é a temática que os leitores dos três jornais pernambucanos mais gostam de ver nas charges. Essa preferência é extremamente desejável aos interesses de quem quer propagar uma ideologia. Se originalmente as charges tinham um objetivo de luta contra os poderosos, hoje, ocorre o movimento contrário. As classes dominantes é que controlam os veiculadores desses desenhos, com o objetivo de se manter no poder.

Os leitores da Folha de Pernambuco são os que mais se identificam com as charges, por isso eles acham que esses desenhos refletem a opinião popular. Já os leitores dos outros dois jornais acham que as charges refletem a opinião do desenhista, porque é ele quem as cria. A Folha de Pernambuco tem um direcionamento para as classes mais baixas, e os seus leitores se reconhecem nesse jornal, fazendo com que acreditem que as charges são resultado de um consenso do povo. Essa constatação alerta para a maior facilidade de transmissão de ideologias para o leitor da Folha. Os leitores do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio colocaram a opinião popular como a segunda opção mais citada. Para os leitores dos três jornais pernambucanos, a empresa jornalística não influi muito na

opinião incutida nas charges. Mais um sinal de perigo, pois, de acordo com as entrevistas colhidas nos três jornais em estudo, depois que as charges são produzidas, elas passam pela avaliação de profissionais que têm o poder de vetá-las. Além disso, os chargistas dos três jornais pernambucanos recebem sugestões de assuntos para serem mostrados nos desenhos. Então, não há liberdade total para os desenhistas, por mais que eles tenham autonomia no jornal; tampouco há uma investigação prévia sobre o que o povo está pensando sobre determinado assunto, para, então, ser mostrado nas charges.

Quando questionados se já tinham mudado de opinião sobre algum assunto político por causa das charges, os leitores da Folha de Pernambuco foram os que mais deram respostas afirmativas. Isso se explica pelo prestígio que o jornal tem com seus leitores, o que facilita a assimilação das idéias transmitidas, fato que já foi supracitado. Os leitores da Folha também foram os únicos que responderam que a mudança de opinião está predominantemente relacionada ao julgamento de um político. Nesse grupo, houve pessoas que admitiram que já trocaram de partido político, depois de observarem uma charge. Essa resposta confirma que, no plano político, as charges influenciam algumas pessoas, logo a repercussão desses desenhos pode culminar, sim, na mudança de voto para as eleições. Os leitores do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio responderam que, quando mudam de opinião, na maioria das vezes, essa mudança está relacionada à troca de visão sobre uma questão do momento. A charge, neste contexto, é entendida como uma prática discursiva, ganha força como reveladora de idéias e expressões ideológicas de uma determinada posição política que está no poder (MIANI, 2001, p.9).

Os leitores foram questionados se eles percebem alguma tendência política dos jornais do estado. Os do Jornal do Commercio foram os que mais responderam que sim. As respostas dos leitores sobre quais são as tendências dos jornais levaram a resultados distintos. Os leitores do Diário de Pernambuco acham que o jornal é de direita. Os leitores da Folha de Pernambuco acham que o jornal é de esquerda. Já os leitores do Jornal do Commercio tiveram duas opiniões empatadas: um grupo generalizou que todos os chargistas são de esquerda, o outro grupo apontou o jornal como de direita.

A importância das charges para a versão “on-line” dos três jornais pernambucanos é bem diferenciada para os grupos de leitores. Primeiramente, foi preciso investigar o interesse pelas charges nos sites da Internet. Os leitores da Folha de Pernambuco, por serem, na sua maioria, de classes mais baixas que os demais, constituem o grupo que menos utiliza computadores. No entanto aqueles que têm acesso são os que mais se interessam por sites de charge. Quanto ao acesso das versões “on-line” dos jornais, o resultado é inverso; os mais interessados são os leitores do Diário de Pernambuco e os do Jornal do Commercio. A observação das charges nesses sites não é expressiva para nenhum dos três grupos de internautas; contudo os leitores do Diário de Pernambuco é que demonstraram maior interesse. A preferência pela visualização das charges pelo jornal impresso foi o resultado dos três grupos; o motivo mais citado foi a praticidade. Os leitores do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio também ressaltaram que a estética das charges no jornal impresso é mais atraente. Em segundo lugar, para os leitores da Folha de Pernambuco e, em terceiro, para os outros dois, está o hábito de olhar as charges por esse veículo. Principalmente, por causa de uma característica singular do impresso: o manuseio do jornal.

Conclusões

A política é a temática que os três grupos de leitores dos jornais pernambucanos mais gostam de ver nas charges. A maior parte dos leitores da Folha de Pernambuco acha que as charges desse impresso refletem a opinião popular, pois se identifica com elas. Os leitores do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio acreditam que as charges refletem a opinião dos chargistas. Os leitores da Folha de Pernambuco são os que mais mudam de opinião sobre assuntos políticos, principalmente, o conceito de

que eles têm de personalidades políticas. Já os leitores dos outros dois jornais, quando mudam de opinião, modificam suas visões sobre algum assunto do momento. Os leitores do Jornal do Commercio são os que mais percebem tendências políticas através das charges. Um grupo desses leitores acha o jornal tem direcionamento para a direita; um outro grupo defende que todos os chargistas são de esquerda. Os leitores do Diário de Pernambuco acham que o jornal é de direita. Os leitores da Folha de Pernambuco acham que o jornal é de esquerda. Para os três grupos de leitores, as charges despertam maior interesse quando estão nos jornais impressos, e não nas versões "on-line".

Agradecimentos
À UNICAP, pelo financiamento da pesquisa.

Referências

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura, A imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed. Ltda, 1999.

MIANI, R. A. Charge: uma prática discursiva e ideológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. CD-ROM.

SILVA, Nadilson Manoel da. **Fantasias e cotidiano nas histórias em quadrinhos.** São Paulo: ed. Anna Blume, 2002.

OS CUSTOS DO NÃO-SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO RURAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Diego Luiz Maia e Silva[1]; Marisan Mariano de Sousa[1]

[1]Respectivamente, estudante e professor participante do Grupo de Pesquisa Economia, Espaço e Meio Ambiente do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais-UNICAP. E-mail: pibic@universiabrasil.net

Resumo

Esta pesquisa objetivou levantar os custos impostos à produção local, as limitações à geração de renda e ao bem-estar da população do agreste de Pernambuco pelo não suprimento de eletricidade no meio rural. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica (busca de estudos já realizados sobre o assunto) e pesquisa de campo, por meio de visitas técnicas aos municípios da amostra. A pesquisa, até o momento, revelou a importância da eletrificação rural como fator de mudança na vida da população rural, tendo efeitos sociais e econômicos de grande repercussão. Os estudos destacam os efeitos na forma de maior produção e maior atividade, e para a economia nacional, na forma de recolhimento de impostos, e maior oferta de alimentos, entre outros. Examinamos as ações públicas subsidiárias à eletrificação rural, como o financiamento à produção, recursos para a compra de equipamentos, disponibilização de tecnologia e acesso ao mercado consumidor. Importante destacar também a ausência tanto de estudos já existentes relacionados ao tema para a região quanto de dados oficiais nos municípios pesquisados.

Palavras-chave: eletrificação Rural; desenvolvimento no campo; geração de renda.

Introdução

A agropecuária brasileira passou por um importante processo de modernização a partir dos anos 60. Ao longo dos últimos vinte anos, a modernização da agropecuária se intensifica e cresce a importância das agroindústrias e da produção das *commodities*, associadas ao agronegócio brasileiro. Ao mesmo tempo que aumentam as tensões sociais no campo, em função dos movimentos sociais liderados pelos excluídos do processo de modernização, cresce o conjunto de atividades na área rural que não são relacionadas à produção agropecuária ou são consideradas "novas" atividades agropecuárias. A esse conjunto de transformações, Graziano da Silva (2002) chama de "novo rural brasileiro".

Projeto de Pesquisa: O Novo Rural no Agreste Pernambucano: Avaliação dos Impactos das Novas Atividades e das Políticas Públicas sobre o Desenvolvimento Local. Órgão financiador: PIBIC-UNICAP – Programa Institucional de Base de Iniciação Científica

Na mesorregião do Agreste Pernambucano, um conjunto de municípios vem se destacando pelas atividades que caracterizam o "novo rural" e em que o rural não pode mais ser caracterizado somente pela agricultura e pela pecuária. Entre as novas atividades, destacam-se aquelas relacionadas à fruticultura de mesa e industrialização de polpa de fruta congelada; à floricultura e mudas ornamentais; à produção orgânica; ao turismo de eventos, turismo religioso, turismo de compras (artesanato), ecoturismo, turismo rural, turismo cultural e arqueológico/geocientífico; às atividades de recreação e à pecuária de eqüinos e caprinos. São todas atividades que, crescentemente, têm atendido a novos nichos de mercado, que podem ser consideradas como focos de dinamismo, com importantes efeitos de encadeamento e importantes repercussões sobre outras atividades.

O meio rural do Agreste Pernambucano já não pode ser analisado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias que tradicionalmente caracterizou a mesorregião. De forma crescente, os componentes das famílias tradicionalmente chamadas de rurais estão sendo ocupados em atividades que Graziano da Silva (2002) caracteriza como pluriativa: combinam atividades fora e dentro dos estabelecimentos rurais, combinam atividades agrícolas e não-agrícolas.

Como em qualquer outra atividade produtiva, a infra-estrutura pública e os serviços de utilidade pública (segurança, meios de circulação, saneamento, abastecimento de água, energia elétrica) são imprescindíveis para o crescimento dessas atividades no meio rural. Recentemente o esforço público de maior envergadura no meio foram os programas de eletrificação rural capitaneados pelo governo federal. (SEPLAN-CONDEPE. 1998)

O não suprimento desse serviço público, portanto, impõe um custo à produção do novo rural no Agreste Pernambucano. Para tanto, o objetivo deve ser um levantamento nos municípios a serem visitados das áreas não supridas por fornecimento de energia elétrica. Através dessa investigação, serão analisados os custos e os benefícios da extensão do fornecimento de energia elétrica e identificadas as potencialidades para o crescimento e desenvolvimento local sustentável baseado no "novo rural".

Metodologia

A primeira etapa do trabalho de pesquisa demandou um levantamento bibliográfico sobre o Agreste Pernambucano, buscando informações sobre as novas e tradicionais atividades econômicas desenvolvidas na mesorregião, com atenção àquelas relacionadas com o "novo rural", as políticas públicas de investimento em infra-estrutura e em fomento, e impactos sobre o mercado de trabalho e a geração de renda. Essa primeira etapa deverá viabilizar um diagnóstico preliminar que considere a complexidade presente no meio rural.

A segunda etapa em andamento tem como método a realização de visitas aos municípios selecionados, escolhidos pelo destaque que vêm obtendo no estado e em função da evidência que vêm adquirindo as novas atividades agrícolas e não-agrícolas. A pesquisa de campo se utiliza de questionários e entrevistas com os agentes públicos e privados, buscando informações mais representativas da diversidade de atividades que se propõe estudar. Como muitas das novas atividades têm caráter sazonal, a pesquisa prevê visitas de campo nos períodos em que ocorrem eventos, festivais, feiras e exposições de época.

A área de pesquisa compreende o que o IBGE delimita como sendo Agreste Pernambucano, especificamente os municípios de Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama.

Resultados e Discussão

Em documento sobre os efeitos do programa de eletrificação rural em Pernambuco de 1998, o CONDEPE ressalta que a expansão da energia elétrica no meio rural se apresenta como um dos mais importantes fatores para consolidação e expansão do processo de desenvolvimento social e

econômico do Estado de Pernambuco numa perspectiva de curto, médio e longo prazo, tendo efeitos caracterizados como econômicos (aumento da produtividade, incremento e diversificação das atividades agrícolas através da expansão da pequena irrigação, utilização de novas tecnologias, expansão das atividades comerciais, etc.) e sociais (acesso aos meios de comunicação, melhoria das condições de moradia, elevação dos padrões de saúde, iluminação pública, etc.).

O fato de, no período de 12 anos (a partir de 1988), o total de propriedades eletrificadas ter crescido 1100%, passando o Estado a ter aproximadamente 70% de suas propriedades eletrificadas, situa Pernambuco como um dos estados mais eletrificados do país, juntamente com Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (CELPE, 2000)

Com o intuito de levantar informações complementares, foram realizadas visitas às secretarias de Agricultura, Turismo, Obras e Infra-estrutura do município de Gravatá, no dia 17/03/2004, ocasião em que pudemos levantar, através de entrevistas com representantes das mesmas, características da região em estudo.

O município de Gravatá é dividido pela BR-232, do lado direito em direção ao interior do estado, a região agreste tem como atividade de destaque recente a esploração imobiliária, em função da grande atração do clima de inverno dessa região e do baixo preço da terra. Nela se destaca a construção de grandes condomínios e privês. A região de Brejo de Altitude é mais propícia à agricultura, destacando-se recentemente a cultura do morango. Foi mencionada também a produção de flores como atividade de grande rentabilidade e adaptação à região. Contudo, a diversidade de culturas é uma característica que se destaca.

Atualmente, em Gravatá, existem 27 hotéis e pousadas e 90 condomínios construídos e um grande número de outros projetos que puderam ser vistos em construção e que foram mencionados pelos entrevistados.

Na alta temporada, que engloba a Semana Santa, o São João e o programa estadual conhecido como Circuito do Frio, Gravatá chega a receber, por dia cerca de 100.000 pessoas. Movimento que fez girar em 2003, segundo informações prestadas pelo assessor da Secretaria de Turismo, no período mencionado, cerca de R$78.000.000,00 (sendo que de 60% a 70% no mercado imobiliário). Tudo isso faz com que (de acordo com o Diretor de Turismo) o município cresça atualmente a uma taxa de 14% a 15% ao ano.

A eletrificação rural no município está em nível avançado e vem auxiliando a vida de quem vive no meio rural com os efeitos mencionados na literatura. Atualmente, os principais beneficiados por novas extensões da rede elétrica têm sido principalmente os assentamentos de reforma agrária. Não foi possível realizar visitas às propriedades recentemente eletrificadas, o que nos obrigou a programar para os meses de maio e junho novas visitas para os sítios.

Essas informações acerca do município de Gravatá são uma síntese das entrevistas com os representantes municipais, Sr. Edilamar José de Oliveira (Diretor de Turismo – Secretaria de Turismo), Sr. Eufrásio Severino de Medeiros (Supervisor Rural – Secretaria de Agricultura) e o Sr. Rogério Paulino da Silva (Responsável por projetos do Dpto. de Uso do Solo – Secretaria de Obras e Infra-estrutura).

A menção de benefícios sociais e desenvolvimento econômico encontrados tanto na

literatura pesquisada quanto nas entrevistas já realizadas reforçam a necessidade da realização de entrevistas com os produtores e moradores do espaço rural. Esta vem sendo desde o mês de maio, a atividade do grupo no cumprimento do que está previsto no projeto de pesquisa, e que se estenderá aos meses de junho e julho.

Conclusões

Novas características do Agreste, "novo rural", demonstram que é fundamental o investimento na distribuição de energia, para um maior crescimento social, cultural e econômico da região.

Tendo em vista os efeitos das políticas públicas, são de grande importância os programas existentes de eletrificação rural, que, quando concluídos com êxito, proporcionam ganhos econômicos, além de todos os benefícios sociais propostos.

Até agora constatamos que o estado de Pernambuco apresenta ótimos índices de eletrificação rural.

Agradecimentos

Agradeço à UNICAP, pelo apoio financeiro; ao professor Marisan Mariano de Sousa, pela orientação; e a todos que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

GRAZIANO DA SILVA, J. (2002). *O Novo Rural Brasileiro*. **Coleção Pesquisas** Nº1. Campinas/SP: UNICAMP/IE.

SEPLAN; CONDEPE (1998). **Efeitos do programa de eletrificação sobre o meio rural de Pernambuco (considerações gerais)**. Recife: CONDEPE

Websites Consultados:

Companhia de Eletricidade de Pernambuco – www.celpe.com.br

O IMPACTO DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA ECONOMIA DE BASE LOCAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Roberta Carolina Tavares de Araújo[1] ; Ana Cláudia Arruda[2] ; João Alexandre Lira Cavalcanti[3];Carmem Virgínia Cavalcante[4] ; Isabela Luciana Araújo Neri[4]

[1]Estudante do Curso de Economia do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa Inovação Tecnológica, E-mail: aarruda@pe.sebrae.com.br.
[3]Respectivamente, Professor do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais. Participante e Líder do Grupo de Pesquisa Inovação Tecnológica, E-mail: joaoacl@br.inter.net.
[4]Estudantes do Curso de Economia do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais.

Resumo
A pesquisa tem como principal objetivo entender e levantar os fatores que norteiam as decisões dos investidores estrangeiros que direcionam seus investimentos para o Brasil, a Região Nordeste e, em particular, o Estado de Pernambuco. Para isso, é feita uma resenha teórica sobre os fatores determinantes desses fluxos de investimentos, bem como são apresentados e analisados dados do fluxo de investimento na América Latina, Brasil e Região Nordeste do Brasil. O método de trabalho baseia-se em levantamento de dados secundários e os principais resultados obtidos no estudo são:

1) a década de 90 na história econômica do país é significativa no que diz respeito à entrada de investimento direto estrangeiro no Brasil;
2) os setores beneficiados, em sua grande parte, foram os setores em que correram fusões e aquisições de empresas em função da privatização do estado brasileiro;
3) os resultados desses investimentos não foram positivos no que diz respeito ao retorno esperado pelo investidor estrangeiro, no entanto grande parte desses investidores confiam nas perspectivas de crescimento da economia brasileira;
4) em relação ao Estado de Pernambuco, o estudo ainda não foi concluído, mas dados apontam a pouca integração desses investimentos com a economia de base local.

Palavras-chave: economia regional; inovação tecnológica; incentivos e atração de IDE.

Introdução

Um dos aspectos fundamentais na economia brasileira tem sido o aprofundamento do processo de internacionalização da estrutura produtiva. Esse processo de internacionalização vem ocorrendo ao redor do mundo e em grande parte é decorrente dos inúmeros esforços que os países vêm realizando para atraírem investimento direto estrangeiro. O Brasil lidera esse processo e destaca-se como região líder em relação aos países emergentes. Entre 1998 e 2002, o país atraiu mais de US$ 70 milhões por dia em IED. Esse resultado coloca o país em sétima posição no ranking dos mercados mais atraentes para os investimentos internacionais, no qual o Brasil vem sendo tratado como a economia dominante na América Latina
(Nonnenberg,2004).

[1] **Projeto:** Investimento Direto Estrangeiro e Desenvolvimento Regional: Uma Analise dos Impactos sob as Economias de Base Local na Região Nordeste e no Estado de Pernambuco. **Órgão financiador:** PIBIC-UNICAP.

A Região está atraindo capitais internacionais e empresas multinacionais interessadas em função da abertura econômica e dos governos democráticos. Segundo a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais- Sobeet, instituto que acompanha a evolução dos investimentos diretos estrangeiros- IED, a composição dos investimentos estrangeiros diretos, por país de origem, deu-se da seguinte forma: 18,9% formadas de empresas baseadas nos Estados Unidos; 12,3% por empresas baseadas na Holanda;8,5% por empresas baseadas na França e 7,6% por empresas baseadas na Espanha.

Grande parte desses investimentos estão concentrados nos setores de telecomunicações, geração de energia, transporte interno e sistema financeiro, como também, grande parte do fluxo de investimentos, 87,5% estão concentrados na região Sudeste do País, ficando a Região Nordeste com apenas 4,2% do volume total de recursos captados. (Nonnenberg, 2003)

Embora tais investimentos tenham possibilitado efeitos positivos sobre os indicadores econômicos, como por exemplo, o fluxo de recursos produtivos, tais efeitos de encadeamentos precisam ser melhor entendidos e avaliados já que tais efeitos são questionáveis, sobretudo em função dos mecanismos utilizados, grande parte calcados em incentivos e subsídios dos governos estaduais.

Metodologia

Utilizaram-se como recursos metodológicos dados secundários obtidos junto a instituições oficiais como Banco Central, Invest Brasil, Sobeet e estudos técnicos e teóricos atualizados sobre o tema em questão. A primeira etapa do trabalho constituiu-se de um levantamento bibliográfico sobre o investimento direto estrangeiro, capaz de viabilizar um estudo de diagnóstico que caracterize e analise os impactos das políticas de atração de investimento estrangeiro na Região Nordeste e no Estado de Pernambuco.

Os dados secundários correspondem a levantamentos estatísticos fornecidos pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica), IBGE, CVM, IPEA, Investe Brasil, entre outros.

Os dados primários, que serão utilizados na última etapa do estudo, já foram levantados pela orientadora do presente estudo, a partir de entrevistas realizadas junto aos principais executivos das 10 maiores grandes empresas do estado de Pernambuco, e serão reanalisados pelo grupo de pesquisa.

Resultados e Discussão

Não existe na literatura especializada um marco teórico definido para o entendimento adequado para a determinação dos investimentos diretos estrangeiros. Grande parte da literatura utiliza-se das diversas teorias relacionadas à escolha locacional dos investimentos.

Perroux (1967) desenvolveu uma análise do desenvolvimento desequilibrado, destacando a noção de Pólo de Desenvolvimento responsável pelo processo de causação circular, a grande força na atração de investimentos, exercendo efeitos cumulativos em que as regiões ricas tendem a se tornar mais ricas e as regiões pobres mais pobres (Diniz,2001)

Autores atuais, como Hymer (1976), destacam o fato de que as empresas multinacionais- EMNS possuem inúmeras vantagens compensatórias ao entrar no espaço econômico local (Nonnenberg & Mendonça, 2004): a)concorrência imperfeita, por exemplo, por diferenciação de produto; b)concorrência imperfeita no mercado de fatores; c)economias de escala internas ou externas, inclusive as dadas por integração vertical.

Segundo Nonnenberg (2003), é a partir da década de 70 que o fluxo de IDE ganha impulso, mantendo essa trajetória ascendente até 1981. Medido em dólares de 1996, o ingresso médio de investimentos estrangeiros no Brasil entre 1973 e 1981 foi de US$ 2,478 bilhões, contra US$ 680 milhões entre 1969 e 1972 e US$ 242 milhões entre 1962 e 1968.

O principal fator de atração dos investimentos externos para o Brasil foi o regime de crescimento adotado, que levou a um aumento de investimentos em setores industriais com forte predominância de EMNs. O objetivo explícito da política de atração foi condicionar a vinda de EMNs à obtenção de benefícios econômicos, ou seja, cabia à empresa estrangeira trazer poupança externa, capital, tecnologia, capacidade gerencial, aumentando as exportações e diminuindo as importações. Objetivava, também, uma maior diversificação quanto à origem

do capital. (Nonnenberg, 2003)

A presença das EMNs no Brasil é maior nos setores mais intensivos em tecnologia, mas não existem muitos estudos mostrando o esforço de gastos em geração de tecnologia no Brasil, por parte das EMNs, até porque esses gastos foram tradicionalmente pequenos.

Segundo Nonnenberg (2003), o impacto dessas EMNs no crescimento econômico pode ser medido de diversas formas. A primeira é através da comparação direta entre indicadores de crescimento das firmas estrangeiras e das nacionais. A segunda corresponde à comparação entre o potencial de crescimento dos dois grupos de empresas, medido, por exemplo, pelas taxas de lucro. Uma outra forma seria avaliar os recursos levantados pelos dois tipos de empresas, sejam recursos próprios, sejam de terceiros.

Desde a década de 80 e meados dos anos 90, houve uma crescente participação de empresas estrangeiras nos mais variados setores de atividade econômica no Brasil. Nos anos mais recentes, tanto mudanças quantitativas e qualitativas têm sido verificadas nos fluxos comerciais, bem como o Brasil voltou a atrair um significativo fluxo de investimento, especificamente investimento direto estrangeiro (IDE).

Em termos globais, a taxa de investimento na economia brasileira, embora crescente, é ainda inferior à de outros períodos de expansão. A taxa de investimento do último trimestre de 1997 atingiu o patamar de 18%, comparado com a taxa de 1980, que foi de 22,9%. Como foi dito, o fluxo líquido de investimento estrangeiro tem-se intensificado bastante nos anos 90. De US$ 730 milhões (sendo US$ 630 milhões de IDE) em 1990, o fluxo atingiu US$ 15,4 bilhões em 1996 (sendo US$ 9,2 bilhões de IDE ou 7,4% do volume global de investimento na economia). Já em 1997, com um fluxo acima de US$ 16 bilhões, parece consolidar-se essa tendência e sustentar o Brasil na posição de um dos principais pólos de atração de IDE. (Laplane & Sarti, 1999)

A tabela a seguir apresenta o fluxo de IDE, no período de 1995 a 2001, na América Latina, América Central e Caribe. Observa-se que o Brasil se encontra estrategicamente posicionado como um dos maiores receptores da América.

Tabela I - Ingressos de IDE, 1995-2001 (US$ bilhões)

	1995-1999	2000	2001
ALADI	**56 150**	**70 643**	**63705**
· **Argentina**	**10 599**	**11 665**	**3 181**
· **Brasil**	**19 240**	**32 779**	**22636**
· **Chile**	**5 334**	**3 675**	**4 602**
· **Colombia**	**2 795**	**2 615**	**2 018**
· **México**	**10 954**	**13 286**	**24 730**
· **Peru**	**2 272**	**680**	**1 100**
· **Venezuela**	**3 277**	**4 110**	**3 085**
América Central e Caribe	**4 000**	**3 885**	**4008**
· **Costa Rica**	**476**	**400**	**447**
· **Panamá**	**677**	**393**	**250**
· **Trinidad e Tabago**	**615**	**662**	**636**
Centros Financeiros	**9 393**	**13 941**	**11 995**
Total	**69 544**	**88 469**	**79708**

Fonte: CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

Conclusões

A proposta central da pesquisa foi a de analisar a relação entre IDE e desenvolvimento econômico. O que se percebeu ao longo dos estudos e levantamentos realizados é a frágil interação entre esses investidores e a economia local. Esse comportamento torna-se ainda mais grave na Região Nordeste do Brasil, onde grande parte desses investimentos se deram de forma isolada .

Com a crescente inserção do IDE na economia brasileira, a estrutura produtiva do país tem sofrido um intenso processo de desnacionalização que pôde ser observado nas operações de privatizações. Essa tendência, entretanto, vem-se desacelerando, sobretudo a partir do ano 2000, quando o Brasil vem enfrentando acentuada queda do capital estrangeiro, perdendo sua posição para outros países como a China, o México, entre outros (Nonnenberg,2004).

Agradecimentos

Agradeço a Deus e aos meus pais por todos as forças emanadas para mim. Agradeço também ao PIBIC-UNICAP, a professora Ana Cláudia Arruda, pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa e às instituições pesquisadas que contribuíram para os conhecimentos adquiridos.

Referências

DINIZ,C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** texto para discussão Nº 159,CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte,2001.

HAGUENAUER & PROCHINIK. **Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no nordeste Brasileiro**. Artigo do XIV congresso Brasileiro de economista, instituto de economia da UFRJ. Recife, setembro de 2001.

HYMER, S. **The internacional operations of national firms: a study of direct foreign investment.** MIT: MIT Press,1976 (Ph. D. Dissertation).

LAPLANE & SARTI. **Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança comercial nos Anos 90**. Textos para discussão, Brasília, 1999.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro, Saga, 1972.

NONNENBERG, M. J. B. **Determinantes dos Investimentos Externos e Impactos das Empresas Multinacionais no Brasil – As décadas de 1970 e 1990.** Rio de Janeiro, 2003.

NONNENBERG, M. J. B. & MENDONÇA, M. J. C. **Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento**. Texto para discussão Nº 1016, IPEA, Rio de Janeiro, 2004.

PERROUX, F. **Economia do Século XX**, Lisboa, Herder, 1967.

O ESPAÇO DA FANTASIA DOS CONTOS DE FADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS (MENINAS) SEDUZIDAS PELA VIRTUALIDADE DOS JOGOS DE COMPUTADOR.

Karlise Maranhão de Lucena[1]; Carlos Alberto Gomes de Brito[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia, do Departamento de Psicologia, do CTCH–UNICAP. E-mail: karliselucena@hotmail.com
[2]Professor do Departamento de Psicologia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudo da Linguagem e Cognição (NELC). E-mail: c.brito@br.inter.net

Resumo

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o espaço que a fantasia característica da narrativa dos contos de fadas vem ocupando no cotidiano de crianças do sexo feminino, seduzidas pelos jogos de computador. Estudos científicos apontam para a importância dos contos de fadas no crescimento existencial infantil e questionam a "cultura imediatista" dos jogos eletrônicos. Aplicamos um questionário explanatório a 80 meninas, com o objetivo de contextualizar o problema da pesquisa. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de uma entrevista semi- estruturada a 20 meninas, sendo 10 provenientes de um colégio de linha tradicional e 10 provenientes de um colégio de linha construtivista. Nossa amostra foi constituída por crianças de classe média, de faixa etária entre 8 e 9 anos, matriculadas em colégios particulares. Conclui-se, em uma primeira instância, que o contato sistemático, proporcionado pelo colégio construtivista, com a literatura infantil, especificamente com o conto de fadas, estimula as crianças no lidar com a imaginação e com a fantasia de forma mais prazerosa e construtiva, canalizando as energias agressivas de maneira mais sadia. Essas crianças mostraram-se muito seduzidas pela fantasia, demonstrando um menor interesse pelas narrativas eletrônicas, mostrando-se, inclusive, críticas à violência característica das mesmas. A amostra proveniente do colégio tradicional, por outro lado, onde a literatura infantil parece estar sempre ligada à situação de avaliação, mostrou-se mais desinteressada pelos contos de fadas, taxando-os de "livros para crianças pequenas" e, de certa forma, seduzidas pela violência e virtualidade dos jogos de computador.

Palavras- chave: Literatura infantil; psicanálise; jogos eletrônicos

Introdução

"Os contos de fadas têm sido objeto de estudo e de análise para estudiosos da literatura, mais especificamente da literatura infantil e também para aqueles interessados no estudo do desenvolvimento psicológico da criança, destacadamente psicólogos e psicanalistas, que acreditam que a sua estrutura narrativa e o seu conteúdo simbólico implícito colaboram para a integração da personalidade. Esses estudos apontam para o eterno fascínio que tais contos exercem sobre a criança, enfatizam, em uníssono, a sua função terapêutica e pedagógica". (BRITO, 2000:16).

Segundo Bettelheim (1980), os contos de fadas dirigem a criança para a descoberta de sua identidade e também sugerem as experiências que são necessárias para desenvolver o seu caráter. Essas histórias, através de sua linguagem simbólica calcada no maravilhoso, prometem à criança que, ao se ousar ou se engajar nessa busca atemorizante de uma identidade, os

Projeto: O espaço da fantasia dos contos de fadas no cotidiano das crianças seduzidas pela virtualidade dos jogos de computador. **Órgão Financiador:** UNICAP.

poderes benevolentes virão em sua ajuda e ela o conseguirá. As histórias também advertem que os muitos temerosos e de mente fraca, que não se arriscam a se encontrar, devem-se estabelecer numa monótona existência, se um destino ainda pior não recair sobre eles.

Para a grande maioria dos psicólogos e psicanalistas, os contos de fadas são tão paradoxais quanto o próprio psiquismo humano, e sua importância fundamental se encontra no fato de que eles parecem permitir lançar uma ponte imaginária entre o consciente e o inconsciente. Sua narrativa envolta pela fantasia serve para encorajar as crianças, jovens e adultos a "vencer", a "superar" sua natureza instintiva, fortalecendo o ego, para que se tornem cada vez mais conscientes das escolhas éticas em sua condição e conduta pessoal.

De acordo com a Psicanálise, os contos de fadas constituem uma ajuda importante para a criança, à medida que mostram situações que ela vive em seu inconsciente, podendo-se beneficiar da identificação com essas situações e seus heróis e fazer disso um recurso de maturação. O valor inegável dos contos de fadas virá, sem dúvida, pelo fato de ajudarem a criança, através da fantasia, a ressignificar o conteúdo de seu inconsciente, abrindo-lhe assim novas dimensões de sua imaginação. Em outras palavras, acredita-se que essas narrativas – por trabalharem com as questões existenciais básicas de qualquer criança através de sua simbologia – contribuem para uma ressignificação de suas vidas.

Segundo Stlinberg (2001), hoje em dia, fora do contexto escolar, a literatura infantil e, especificamente, o conto de fadas não vem encontrando um espaço significativo. Nos lares, o ato de se narrar histórias à noite para crianças vem perdendo a magia, o encanto, e sendo substituído pela TV e, principalmente, pelos jogos de computador.

"Com o advento da mídia e com a facilidade com que a TV leva para dentro de casa histórias realistas voltadas para temas urbanos e problemas sociais, é provável que atualmente as crianças estejam expostas à influência deste último gênero literário com uma intensidade bem mais acentuada". (SOUZA, Yolanda de Castro & SILVA, Helen de Castro, 1985).

Não se pode negar que os jogos de computador, por estarem também permeados pelo lúdico, seduzem as crianças a um contato com o mundo da fantasia. Porém esse encontro parece ser diferente do vivenciado com os contos de fadas.

Enquanto está jogando, a criança pode matar, morrer, ressuscitar, vencer e perder, sem que isso traga benefícios ou malefícios para ela. A criança está inserida no jogo e tudo ocorre a partir de seus desejos e vontades, que logo serão realizados. No computador, a criança pode criar uma nova história a todo instante, sem que haja uma necessidade de reflexão sobre seus atos. Sendo assim, a criança parece não precisar passar por conflitos no momento em que joga, uma vez que, quando esses surgem, são facilmente destruídos.

A questão acima citada parece não ser encontrada nas narrativas dos contos de fadas. Essas se apresentam com uma estrutura bem delineada, na qual o mais importante é vivenciar cada etapa dessa estrutura.

Considerando os atuais recursos eletrônicos, principalmente os jogos de computador, a proposta da nossa pesquisa é indagar se, ainda hoje, os contos de fadas, com seus personagens místicos e sedutores, exercem algum fascínio sobre o público infantil, se fazem parte da realidade de nossas crianças, ou se, ao contrário, sobrevivem apenas como uma lembrança que povoa a mente dos adultos de hoje, crianças de outrora.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada com 20 (vinte) crianças do sexo feminino, com idade entre 8 (oito) e 9 (nove) anos, estudantes de 2ª e 3ª séries do ensino fundamental da rede particular, sendo 10 (dez) de um colégio de linha construtivista e 10 (dez) de um colégio de linha tradicional.

Foi utilizado, para a realização da pesquisa, um questionário explanatório, contendo 5 (cinco) perguntas sobre o universo dos jogos de computador e contos de fadas; uma entrevista semi-estruturada, contendo 17 (dezessete) perguntas sobre o mesmo universo; gravador de áudio

e fitas cassetes.

No que se refere ao questionário acima citado, utilizado com a finalidade de contextualizar o problema da pesquisa, este foi aplicado a 80 crianças, objetivando-se uma leitura prévia sobre universo dos jogos de computador e/ou contos de fadas em seu cotidiano.

De posse dessa coleta, mobilizamo-nos a buscar informações na literatura especializada, sobre o conteúdo dos jogos mais citados, bem como seu funcionamento, visando a uma melhor apropriação do conteúdo a ser pesquisado. E mantivemos, também, contato com esses jogos através de visitas a "Lan Houses", para melhor entendermos sua dinâmica.

Realizamos um aprofundamento teórico, a partir da teoria de D.W. Winnicott, sobre o papel da agressividade e destrutividade, enquanto aspectos da constituição do ser, a fim de encontrarmos sustentação científica que facilitasse uma primeira leitura das respostas dadas, as quais faziam certa referencia ao conteúdo violento e agressivo dos jogos de computador.

Com base nos estudos que realizamos, elaboramos a entrevista semi-estruturada, utilizada na coleta de dados. Após realizarmos o teste do instrumento e fazermos os ajustes necessários, essa entrevista feita com 20 (vinte) crianças: 10 (dez) em um colégio de linha construtivista e 10 (dez) em um colégio de linha tradicional.

As estudantes foram convidadas a participar da pesquisa (com prévia autorização dos pais e da direção dos colégios envolvidos) e, ao aceitarem, foram encaminhadas, uma por vez, pela entrevistadora ao local apropriado para a realização da entrevista.

Através desse procedimento, obtivemos os dados necessários para a execução da pesquisa em questão, que está fundamentada na metodologia qualitativa com destaque para a categorização de respostas.

Resultados e Discussão

A análise interpretativa dos dados obtidos mostrou-nos, primeiramente, uma diferença significativa no papel e valor do trabalho com a literatura infantil entre o colégio de linha construtivista e o colégio de linha tradicional, sinalizando para o fato de que um contato mais sistemático com os contos de fadas contribui para um maior entusiasmo pelo valor da fantasia, adiando, por sua vez, um interesse pelos jogos eletrônicos. No primeiro colégio, foi unanime a preferência das meninas pelos contos de fadas, mostrando-se bastante familiarizadas com essas narrativas, sempre eufóricas quanto ao valor da fantasia, refereindo-se com maior aporpriação aos contos, tendo consciencia de sua forma, sugerindo respostas muito ricas incluindo partes e detalhes dos contos (estrutura). Já as alunas do colégio de linha tradicional, apesar de a maioria preferir os contos (6-60%), mostraram-se bastante entusiasmadas quando falavam dos jogos de computador. Muitas dessas crianças não conseguiram lembrar os nomes dos contos de fadas, confundindo-os com filmes de TV/cinema, e também, enquadrando-os como livros para meninas pequenas. Ressalta-se que 90% das crianças desse colégio disseram gostar de jogos de computador, contra apenas 50% das crianças do colégio de linha construtivista.

A leitura acima realizada nos levou a pontuar o fato de que as alunas do colégio de linha construtivista têm maior contato com os contos de fadas, tendo em vista que essas crianças sempre se referiam ao ler ou ouvir histórias, enquanto as alunas do colégio de linha tradicional relatavam o ver (em cinema, vídeo ou na TV) o que pode indicar que não há uma estimulação ao contato das crianças com a literatura infantil nesse colégio. Somado a isso, percebemos que as crianças desse mesmo colégio relataram ter contato freqüente com jogos de computador (6-60% delas diz jogar constantemente), parecendo ser isso uma atividade comum de seu dia-a-dia. No colégio de linha construtivista, nenhuma delas brinca com jogos de computador todos os dias, 10% jogam duas vezes na semana , 20% jogam apenas nos finais de semana e 70% jogam raramente.

Essa observação nos chamou atenção para o fato de as respostas dadas pelas alunas do colégio de linha construtivista terem sido mais elaboradas do ponto de vista do discurso, em

relação às respostas dadas pelas alunas do outro colégio, o que parece indicar que um maior contato com os livros de literatura infantil, especialmente os de contos de fadas, e proporcionam às crianças uma maior coerência textual e uma maior capacidade de crítica a cerca dos assuntos que envolvem o seu meio existencial.

Achamos importante, ainda, ressaltar que todas as crianças de ambos os colégios identificaram a fantasia como fazendo parte da estrutura dos contos de fadas, e quanto aos jogos de computador, a maioria das meninas do colégio tradicional (9- 90%) e apenas a metade das meninas do outro colégio ressaltam a sua existência. Todas as crianças do colégio de linha construtivista disseram que essa característica nos contos de fadas era importante para elas e 70% disseram também ser importante, enquanto está jogando, porém, no colégio tradicional, apenas 70% das crianças disseram que essa característica é importante enquanto estão lendo os contos de fadas, e, em relação aos jogos de computador, 80% delas ressaltaram a sua importância.

Ressaltamos, ainda, que apenas a metade (5-50%) das crianças do colégio construtivista reconhece a presença da violência nos contos de fadas. Porém, no que diz respeito aos jogos de computador foi unânime (100% das crianças) a resposta positiva sobre a existência de cenas de violência. Já no colégio tradicional, apenas 40% disseram existir cenas de violência nos contos, enquanto, em relação aos jogos de computador, a maioria (8-80%) afirmou o contrário.

Conclusões

Os dados obtidos em nossa pesquisa nos levou, em uma primeira instância, a verificar que o espaço da fantasia dos contos de fadas no cotidiano das crianças seduzidas pela virtualidade dos jogos de computador está diretamente ligado ao valor que os mesmos ocupam na proposta curricular do colégio. Um contato mais sistemático com essas narrativas estimula o lidar com a fantasia e a imaginação de forma prazerosa e construtiva, secundarizando, por sua vez, a importância da violência dos jogos eletrônicos.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pelo financiamento desta pesquisa.

Referências

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

BRITO, Carlos Alberto. **Ressignificando o uso do conto de fadas na clínica com crianças:** do símbolo ao significante. PUC/São Paulo; 2000. (Dissertação de mestrado)

SOUZA, Yolanda de Castro e Silva; SILVA, Helen de Castro. **O encanto dos contos de fadas para as crianças da década de 90**. In Jornal da Alfabetizadora, n. 2, ano V. São Paulo. 1985

STLINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil:** a construção corporativa da infância. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

WINNICOTT, D.W. **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

WINNICOTT, D.W**. Natureza humana**. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1990.

WINNICOTT, D.W. **Privação e delinqüência**. Martins Fontes, São Paulo, 1987.

OS BENEFÍCIOS DA ELETRIFICAÇÃO RURAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO E AS NOVAS ATIVIDADES RURAIS

Filipe Costa de Souza; Marisan Mariano de Sousa[1]

[1]Respectivamente, estudante e professor participante do Grupo de Pesquisa Economia, Espaço e Meio Ambiente do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do CCS-UNICAP E-mail: pibic@universiabrasil.net

Resumo

A fase inicial da pesquisa ampliou os conhecimentos das novas atividades no meio rural, com o levantamento de dados secundários específicos dos municípios a serem pesquisados. Visitas técnicas aos municípios serviram de indicador das reais necessidades da população e produtores locais. Verificou-se, ainda, a importância da eletrificação rural como forma de ampliar e consolidar as novas atividades rurais, além de melhorar as atividades tradicionais. Efeitos sociais e econômicos são facilmente percebidos e dizem respeito primordialmente aos pequenos proprietários rurais, pois esses representam o principal foco dos programas de eletrificação rural. Quando se trata de eletrificação rural, Pernambuco encontra-se em posição de destaque. Ao ser comparado com o resto do País, seus índices de eletrificação estão entre os maiores do Brasil, equiparando-se a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, entretanto muitas áreas ainda não foram eletrificadas devido ao alto custo da eletrificação e por se encontrarem em regiões de difícil acesso, impossibilitando a eletrificação por extensão da rede elétrica convencional.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; infra-estrutura; serviços de utilidade pública.

Introdução

A agropecuária brasileira passou por um importante processo de modernização a partir dos anos 60. Ao longo dos últimos vinte anos, a modernização da agropecuária se intensifica e assume uma nova "roupagem": a crescente importância das agroindústrias e da produção das *commodities*, associadas ao que se passaria a denominar por agronegócios brasileiros. Excluídas da modernização intensificada pelos agronegócios, as atividades da pequena agricultura, baseadas na produção com técnicas rudimentares e na criação extensiva de pequenos animais, agravam a situação da população de áreas rurais em que predomina a baixa produtividade, a mão-de-obra sem qualificação, trabalhadores rurais sem terra.

Ao mesmo tempo em que aumentam as tensões sociais no campo, em função dos movimentos sociais liderados por aqueles excluídos, cresce o conjunto de atividades na área rural que não são relacionadas à produção agropecuária ou são consideradas "novas" atividades agropecuárias. São aquelas destinadas ao lazer, ao turismo, à prestação de serviços, moradia e expansão imobiliária, a atividades industriais e a novas atividades produtivas e comerciais.

A esse conjunto de transformações, Graziano da Silva (2002) chama de "novo rural brasileiro": atividades que não tinham destaque, enquanto produção econômica nas áreas rurais, acabaram transformando-se em importantes alternativas enquanto atividades e ocupação de espaços econômicos no meio rural. Ao integrar cadeias produtivas que envolvem desde a produção das agroindústrias à prestação de serviços da produção e logística, transformam-se em importantes fontes de geração de emprego e de renda.

Projeto: O Novo Rural no Agreste Pernambucano: Avaliação dos Impactos das Novas Atividades e das Políticas Públicas sobre o Desenvolvimento Local. **Órgão financiador:** PIBIC-UNICAP – Programa Institucional de Base de Iniciação Científica

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro, por outro lado, colocam novas questões que vão além de sua contribuição para melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Nota-se que, para diversas atividades não classificadas especificamente como rurais, a disponibilidade de energia é fator decisivo de sua implantação. Os programas de eletrificação, durante muito tempo, privilegiaram as atividades industriais e os grandes aglomerados humanos, tendo em vista que nestas os retornos são mais evidentes e mais imediatos. No entanto, os programas de eletrificação também são fator de grande relevância no desenvolvimento de comunidades rurais, beneficiando algumas atividades e trazendo conforto. Complementado por outras ações públicas como transporte, saúde e educação, o desenvolvimento tem grandes chances de ocorrer (RAULINO, 1978). Todavia, nada se sabe sobre a importância desses programas de eletrificação para as atividades do novo rural.

Na mesorregião do Agreste Pernambucano, um conjunto de municípios vem-se destacando pelas atividades que caracterizam o "novo rural" e em que o rural não pode mais ser caracterizado somente pela agricultura e pela pecuária. São atividades que crescentemente têm atendido a novos nichos de mercado e que podem ser consideradas como focos de dinamismo, com importantes efeitos de encadeamento e importantes repercussões sobre outras atividades**.**

O trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar as atividades econômicas desenvolvidas no espaço rural do Agreste de Pernambuco, que representam o "novo rural" na região, e avaliar os impactos das recentes transformações econômicas, das novas dinâmicas sociais e das políticas públicas em curso, em especial as voltadas para a Eletrificação Rural, em termos de geração de renda e emprego, focando os fatores de alavancagem do desenvolvimento local sustentável e as potencialidades para o crescimento econômico e para o desenvolvimento de novas atividades produtivas não-agrícolas.

Metodologia

Os meses de setembro a fevereiro foram destinados a levantamento bibliográfico, duas reuniões semanais com o grupo de pesquisa e, eventualmente, apresentação de convidados envolvidos com pesquisas sobre atividades e cidades que fazem parte do escopo de nossa pesquisa, consulta a sites na internet, a pesquisas e órgãos que tratam da eletrificação. Visitas com intuito de encontrar referências bibliográficas também foram realizadas em organizações como SUDENE, CONDEPE, IBGE e CELPE.

Os meses de março e maio foram destinados à continuação do levantamento bibliográfico e reuniões com o grupo de pesquisa, além de visitas técnicas a municípios do agreste pernambucano, como Gravatá e Caruaru, com intuito de coletar dados relevantes ao desenvolvimento da pesquisa, entrevistas com agentes públicos e privados vinculados às atividades do novo rural. Por fim, estão previstas para junho e julho do corrente ano pesquisas de campo junto aos produtores e moradores do meio rural.

Resultados e Discussão

Estudos apresentados no XV Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (SENDI, 2002), em especial o trabalho "Avaliação Parcial de Resultados do Programa "Luz no Campo", dão uma clara visão dos motivos e metas que envolvem tal programa. Os motivos centrais para a criação do "Luz no Campo" foram as sucessivas quedas da participação do setor agropecuário no PIB, os efeitos negativos do êxodo rural, a estrutura fundiária do País e o mercado potencial de pretendentes na área rural.

De acordo com o relatório do CONDEPE (1998), a expansão da energia elétrica no meio rural apresenta-se como um dos mais importantes fatores para consolidação e expansão do processo de desenvolvimento social e econômico do Estado de Pernambuco, numa perspectiva de curto, médio e longo prazo. No curto prazo, temos a melhoria da condição de vida da população (fins domiciliares), acesso aos meios de comunicação, elevação nos padrões de educação e saúde; no médio prazo, mudança no perfil produtivo de áreas cujos potenciais agropecuários não vêm sendo explorados de maneira racional e a ampliação da indústria de transformação, aumentando as atividades de beneficiamento de produtos agropecuários, além de reduzir os custos na produção direta. Já para o longo prazo, a consolidação do perfil produtivo induzido de algumas áreas.

Alguns critérios foram estabelecidos para a escolha das propriedades rurais a serem eletrificadas: a existência de atividades vinculadas à indústria rural, demanda das organizações de produtores rurais ao acesso à energia elétrica, municípios com eletrificação rural com percentual igual ou superior a 85% em 1997 e a possibilidade de irrigação. (CONDEPE, 1998)

O estímulo para se prosseguir e se ampliar os projetos de eletrificação estão nos benefícios gerados pela eletrificação rural já existente. Tais benefícios são mencionados em texto da COELBA (2003) e são estendidos a proprietários, indústria, comércio e, por que não dizer, pelo País. Para os proprietários, podemos constatar o aumento da renda liquida, melhoria nos hábitos e condições de alimentação, melhora da produção agrícola em áreas irrigadas e a valorização da propriedade rural; já para a indústria e comércio, verifica-se o aumento no consumo de equipamentos próprios para o desenvolvimento rural e de eletrodomésticos e o crescimento no número de usuários de eletrodomésticos e de consumidores de produtos industrializados. Partindo para um âmbito mais geral, o País e seus estados também são beneficiados com a geração de trabalho e renda, aumento da produção de alimentos com possibilidade de exportação, aumento da oferta de trabalho tanto no meio rural quanto no meio urbano, interiorização das indústrias de bens e serviços, acréscimo na arrecadação de impostos, contribuição para fixação do homem no campo, podendo modificar a relação campo/cidade, na medida que reduz os fluxos migratórios, em função do crescimento da oferta de emprego no campo.

Visitas técnicas realizadas também nos possibilitaram uma melhor visualização da realidade de alguns municípios do Agreste Pernambucano.

Durante a entrevista realizada na Secretaria de Cultura do Município de Caruaru, no dia 14 de abril de 2004, constatou-se a falta de estudos e pesquisas ligados aos impactos das atividades festivas e culturais, principalmente das comemorações juninas, sobre as atividades socioeconômicas locais. Essa escassez de estudos se deve à falta de profissionais qualificados, a atritos políticos e ao desinteresse dos atores sociais (população, comerciantes e empresários da região).

Outro dos grandes entraves para um maior e melhor desenvolvimento das atividades festivas locais é a limitação física das localidades destinadas aos eventos, impossibilitando até a ampliação do comércio via aumento do número de barraqueiros.

Para solucionar os problemas gerados pela limitação física, tenta-se difundir projetos culturais de âmbito comemorativo em áreas rurais, através do programa Viola Rural, realizado em sítios do município de Caruaru.

Na Secretaria de Desenvolvimento Rural, observamos uma política voltada para os projetos de financiamento à produção, em especial de pequenos produtores. Isso ocorre através do PRONAF B, que funciona através da parceria entre a EMBRAPA, sindicatos e o Banco do Nordeste.

Segundo o agrônomo Dr. Marcelo Rodrigues, representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural, cerca de 11% desses investimentos são utilizados para financiar a compra

de equipamentos têxteis, dado o crescimento da atividade de confecção nos municípios próximos a Caruaru.

Na segunda visita a Caruaru, no dia 21 de abril de 2004, o grupo de pesquisa foi até a feira de artesanato e ao Auto do Moura, com o objetivo de obter mais informações junto aos comerciantes e moradores locais sobre os temas pesquisados.

Foram aplicados questionários, os quais permitiram formular algumas conclusões e questionamentos. Constatou-se que os comerciantes dessas duas localidades compram e importam produtos de outros estados brasileiros, de cidades vizinhas e de moradores de localidades rurais próximas. Já no diálogo com os entrevistados, pôde-se perceber falhas na organização e incentivo ao comércio dessas localidades.

Podemos então questionar: dados os fatos acima citados, se a eletrificação rural do agreste pernambucano possibilitou o beneficiamento das produções locais, de modo a diminuir a importação de outros estados. E se existe a necessidade de se manterem os investimentos em eletrificação nas áreas já eletrificadas, de modo a realizar a manutenção das redes elétricas defasadas e ampliar as possibilidades de os moradores locais adquirirem financiamentos para compra de equipamentos que os ajudem em alguma atividade produtiva.

Conclusões

O mau aproveitamento de áreas, localizadas no Agreste Pernambucano, destinadas simplesmente à agropecuária, abre espaço para novas atividades econômicas na região.

Investimentos em infra-estrutura, como a eletrificação rural, são de extrema importância no processo de expansão dessas novas atividades, na medida em que possibilitam a utilização de novas tecnologias e um futuro beneficiamento dos produtos.

A atividade turística é beneficiada, pois a eletrificação permite que as empresas disponibilizem os serviços necessários para atender os turistas e proporciona uma melhor iluminação pública, ajudando a descentralizar as atividades turísticas das áreas urbanas.

O Estado de Pernambuco apresenta bons índices de eletrificação quando comparado a outros estados brasileiros. Esses índices são bons indicadores de que os atuais programas de eletrificação rural no Estado tendem a se desenvolver com sucesso, possibilitando ainda novas alternativas de produção e melhores condições de vida para os proprietários rurais.

Agradecimentos

Agradeço à UNICAP pelo apoio financeiro; ao professor Marisan Mariano de Sousa pela orientação; e a todos que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

GRAZIANO DA SILVA, J. (2002). *O Novo Rural Brasileiro*. **Coleção Pesquisas** Nº 1. Campinas/SP: UNICAMP/IE.

MELO, F.V. , TASSO, M.L.S. e SANTOS V.M. (1998). Efeitos do Programa de Eletrificação Sobre o Meio Rural em Pernambuco. Relatório de Pesquisa. Recife: CONDEPE.

OLIVIERI, M. M. A. e CORDEIRO, M. L. R. e CAMACHO, C. (2002). Programa "Luz no Campo": Avaliação Parcial de Resultados. **Anais do XV Seminari Nacional de Distribuição Energia Elétrica (SENDI 2002).**

RAULINO, G. (1978). Centro de energia para pequenas comunidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, 1, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro. COPPE-UFRJ/Clube de Engenharia.

OS PARÂMETROS FIXADOS PELO NCC ACERCA DO CONSELHO FISCAL, DELIBERAÇÕES, AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL E DISSOLUÇÃO DAS SOCIEDADES LIMITADAS

Juliana Cordeiro Pires Mascena[1] ; Nair Leone[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais Líder do Grupo de Pesquisa E-mail: nleone@uol.com.br

Resumo
A Lei 10.406/02 introduziu mudanças significativas para as Sociedades Limitadas, conquanto deverão ser cumpridas diversas exigências anteriormente previstas somente para as S/A. O Novo Código Civil tornou as sociedades limitadas mais complicadas, caras e burocráticas, tornando-as uma espécie de sociedade anônima simplificada, trazendo uma série de exigências e obrigações formais que não faziam parte de seu cotidiano. O desiderato deste projeto foi justamente o estudo dessas modificações, quais sejam: o conselho fiscal, deliberações, aumento e a redução do capital social e sua dissolução. A metodologia que vem sendo usada é a exploratória, principalmente em bibliotecas. Como resultado e discussão, denota-se que, quando das deliberações, o quorum foi aumentado; a majoração do capital social somente é possível quando já integralizado todo o capital subscrito, tendo os sócios preferência sobre as novas quotas; no que tange à redução do capital social, só será possível quando houver danos irreparáveis ou quando o capital se considerar excessivo em relação ao negócio da empresa. Quanto à dissolução, não houve maiores alterações, exceto a inclusão da figura da dissolução parcial.O intuito da lei foi modernizar e atualizar a legislação das Sociedades Limitadas, incorporando decisões já sedimentadas pela jurisprudência. É claro que mudanças sempre geram inquietações, que só o direito consuetudinário, o tempo, os entendimentos jurisprudenciais, a prática e o estudo nos darão os melhores caminhos.

Palavras-chave: limitadas - inovações - empresa.

Introdução

Com a entrada em vigor da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o novo Código Civil, iniciou-se um período de corrida das antigas sociedades por quotas de responsabilidade limitada para a adaptação de seus contratos sociais perante os órgãos competentes, ante grandes incertezas e preocupações.

O novo Código Civil revogou o Decreto 3.708/19, que regulava, até então, o tipo societário adotado por mais de 90% (noventa por cento) das sociedades brasileiras e estipulou um prazo de um ano para que se adaptassem às novas regras com o artigo 2.031, mas tal prazo encontra-se prorrogado até **10 de janeiro de 2005**, por força da Lei 10.838/04.

Segundo Waldo Fazzio Júnior "O Decreto 3078/19 que regia as sociedades Limitadas, tinha a virtude de contornar os inconvenientes das sociedades contempladas pelo Código Comercial e, ao mesmo tempo, a burocrática estruturação das sociedades por ações, caracterizando-se pela ampla liberdade de constituição societária".

Projeto: Sociedades Limitadas à Luz do Novo Código Civil. **Órgão financiador**: Pibic.

Os principais atrativos de tal tipo societário e que justificavam a preferência nacional brasileira eram, como a própria denominação indicava, a responsabilidade limitada dos sócios (após a integralização do capital social subscrito) bem como a simplicidade para a organização de suas atividades. Na realidade, essas características serviam de estímulo à economia brasileira.

Com a entrada em vigor do novo Código Civil, no entanto, a antiga sociedade por quotas de responsabilidade ganhou, além de nova denominação (sociedade limitada), maior complexidade, causando uma certa preocupação e incerteza aos empresários e onerando ainda mais o dia-a-dia das empresas. Como se isso não bastasse, o prazo para se adaptar às novas exigências ainda é curto.

De qualquer forma, até 10 de janeiro de 2005, as sociedades limitadas, assim como outras modalidades de pessoa jurídica, precisam adaptar-se, sob pena de poderem ser consideradas irregulares, com a conseqüência jurídica principal da responsabilidade ilimitada dos sócios.

De fato, a nova legislação traz dúvidas e controvérsias. A sua interpretação, portanto, deve ocorrer de forma cuidadosa a não causar maiores prejuízos às atividades empresariais e até mesmo à economia brasileira que, por sinal, precisa de sustentação para enfrentar os problemas sociais existentes no país.

O objetivo deste projeto é justamente um estudo mais aprofundado dessas principais alterações, mormente, em relação ao conselho fiscal, deliberações, aumento e redução do capital social e dissolução das sociedades limitadas.

Metodologia

A metodologia que vem sendo aplicada é a exploratória, basicamente a pesquisa bibliográfica, abrangendo consulta a livros, artigos de revistas especializadas, documentos da internet, periódicos, entre outros similares. A supracitada pesquisa nos conduz à análise dos fundamentos jurídicos apontados na doutrina e na jurisprudência. *Ab initio*, foi produzida na Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco, na Biblioteca do Tribunal Regional Federal, na Biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco, entre outras que se fizeram necessárias.

Resultados e Discussão

Conselho Fiscal (o antigo CC não previa)	Novidade do Novo Código Civil, consistente na faculdade das Ltda (havendo até 10 sócios), assim como já ocorre nas S/As, instituírem o referido conselho (no contrato social), composto por 3 membros (eleitos anualmente entre os sócios ou terceiros), cuja função é analisar as demonstrações financeiras da empresa, apresentadas pelo administrador. Os acionistas minoritários, que representem pelo menos 1/5 do capital social, têm o direito de indicar um dos 3 membros desse conselho.
Deliberações (no antigo CC era por maioria simples)	Quorum mínimo de presença representando **3/4** do capital social (primeira convocação) ou com qualquer número de sócios (segunda convocação). Ao contrário da legislação anterior (que exigia maioria simples do capital), hoje são necessários: **a)** mais de **3/4** do capital para modificar o contrato social (inclusive incorporação, fusão, dissolução da sociedade); **b)** mais da **1/2** do capital para pedido de concordata, designação, remuneração e destituição de administradores (na nomeação de administrador não sócio, 2/3 ou a unanimidade, caso o capital não esteja totalmente integralizado); **c)** maioria dos votos dos presentes, nos demais casos (salvo estipulação diversa em contrato);

Aumento do capital social	Possível somente quando já integralizado todo o capital subscrito, tendo os sócios preferência sobre as novas quotas, existindo a possibilidade de aquisição por terceiros, desde que não haja oposição demais de ¼ do capital social.
Redução do capital social	Permitido somente em dois casos, quais sejam: quando houver perdas irreparáveis ou quando se considerar que o capital é excessivo em relação ao negócio da empresa.
Dissolução da sociedade	Em casos de vencimento do prazo; consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; falta de pluralidade de sócios; a extinção de autorização para funcionar; se empresária, também pela declaração de falência.Inovação significativa e de grande relevância fez o legislador ao tratar da dissolução parcial que veio conciliar a continuidade empresarial. Em sentido estrito, conforme leciona Fábio Ulhôa Coelho: "Dissolução é o ato específico que desencadeia esse processo ou que importa na desvinculação de um dos sócios do quadro associativo."

Conclusões

Comparando-se as normas, pode-se dizer que, no aspecto jurídico, o tratamento dado às sociedades sofreu um grande avanço com o novo código, considerando a minuciosa regulamentação e aplicação de procedimentos próprios das sociedades por ações, a exemplo dos conselhos fiscais. Já do ponto de vista prático, devemos questionar se tais mudanças vieram para popularizar ainda mais esse modelo societário ou se a burocracia criada poderá inviabilizar a utilização dessa figura pelas sociedades menos abastadas. Certo é que, se o direito deve acompanhar a evolução da sociedade, esta é quem dirá se as mudanças vieram para melhorar o modelo societário ora mencionado ou não. Já que não há jurisprudência considerável, ainda, acerca das controvérsias decorrentes das novas regras trazidas pelo novo Código Civil em relação às sociedades limitadas. Muitos aconselham, dessa forma, aguardar possíveis alterações no Código para, então, tomar decisão quanto à eventual transformação.

Agradecimentos

Ao PIBIC, órgão financiador deste projeto**.**

Referências

COÊLHO, Fábio Ulhôa. **Manual de Direito Comercial**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p.1 65.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Fundamentos de Direito Comercial**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002, p. 69.

OS JESUÍTAS NO IMAGINÁRIO SOCIAL PERNAMBUCANO NO SÉCULO XVIII

Rosa Almeida de Menezes[1]; Maria da Glória Dias Medeiros[2]

[1]Estudante do Curso de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; [2]Professora do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa História e Identidades do Nordeste. E-mail: gloria@unicap.br

Resumo

O nosso projeto de pesquisa visa à elaboração de um texto a partir da documentação pesquisada sobre o período de expulsão da Companhia de Jesus no Brasil, em 1759. O Marquês de Pombal reduziu significativamente as possibilidades de a "Igreja Brasileira" exercer a ação educativa que já vinham realizando. Mesmo que outros corpos da Igreja não tenham sido diretamente impedidos de continuar a empenhar-se nessa função educativa. Na tentativa de ampliar seus domínios políticos e econômicos na colônia, Pombal neutralizou as ameaças da Igreja através da perseguição aos jesuítas, acreditando que eles representavam um estado paralelo, ou seja, um Estado dentro de outro Estado. Procuramos compreender a relação entre Estado, Igreja e Cultura dentro do imaginário colonial pernambucano, que é de tamanha relevância para se entender e para o desenrolar desta pesquisa. Os jesuítas defendiam os bens, a vida e a liberdade dos habitantes; procuravam a salvação das almas sem recompensa, acudiam as doenças do corpo com remédios, compunham discórdias e promoviam a paz; se fosse necessário punir alguma falta, proveniente quase sempre mais da sua rudez do que de malícia, fazem-no com clemência; se lhes pedem algum trabalho, recompensam com justo salário; não agem como chefes ou ditadores, mas sim como pais amantíssimos. Os ministros régios eram considerados pela população como senhores muito cruéis e insuportáveis, que só pensavam no seu bem-estar e no acúmulo de riquezas, adquirido através do suor e sangue dos índios.

Palavras-Chave: história; cultura; religião

Introdução

O presente projeto de pesquisa se volta para o estudo explicativo do Projeto Pombalino, representando os interesses da Coroa Portuguesa, no sentindo de impor uma centralização política no Brasil colonial capaz de garantir a perpetuação da hegemonia metropolitana. Na Colônia, existia um clero que incorporou o projeto colonial, disseminou seu poder nos microespaços, recebendo o apoio das massas e, assim, amedrontando e destoando dos interesses metropolitanos, à medida em estabeleciam um "governo paralelo", rompendo com o "famoso" pacto colonial.

Era clara a discriminação cultural que se via votada às classes trabalhadoras, onde apontava o Ministro de D. José I e os seus conselheiros uma "boa razão", nem todos os súbditos do reino se destinariam aos estudos maiores porque deles se devem deduzir os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos e nas artes fabris, que ficam responsáveis pelo sustento aos povos e constitui os braços e mãos do corpo político. O Marquês não hesitava em sacrificar ao

Projeto: A Companhia de Jesus e a relação Estado, Igreja e Cultura em Pernambuco no século XVIII no imaginário colonial. **Órgão Financiador:** PIBIC

obscurantismo a generalidade dos filhos das classes trabalhadoras, embora a sua instrução técnica tivesse constituído uma das suas preocupações em relação com o fomento econômico. As questões de educação agitaram o nosso século XVIII. Os Estudos Menores foram dos mais visados, por estarem na raiz da formação moral e social dos educandos. É por aí que se começa a moldar o indivíduo para o ajustar às regras de comportamento que convêm à ideologia do Estado, e compreende-se como teria sido revoltante para uma sociedade dominada pela Igreja ter-se retirado o ensino elementar das mãos do clero, como o fizera Pombal, embora, por sua própria escolha, as autoridades máximas do ensino continuassem a ser homens da Igreja. Não foi por espírito libertador que Pombal entregou os Estudos Menores a mestres e professores não eclesiásticos, mas pela necessidade de preencher o extenso vazio deixado pela expulsão dos jesuítas.

Metodologia

Utilizamos em nossa investigação estudos baseados em leituras, através de fontes primárias ou livros voltados para a história do Nordeste, mais especificamente Olinda e Pernambuco no século XVIII, no que se tratasse da relação dos jesuítas e a população, e toda a forma de convívio entre eles num período no qual o Marquês de Pombal tentava ainda mais a reestruturação de Portugal, que, por sua vez, se utiliza desse motivo para poder tirar o máximo de proveito da colônia, o Brasil. Os padres jesuítas estavam diretamente ligados à população colonial desde os ensinamentos, figura de educador para a população, como observamos também suas atuações nas mais diversas áreas, como na realização de um batizado, na cura de doenças ou até mesmo nos enterros.

Outro componente de nossa metodologia foi a procura das mais diversas fontes para conseguirmos obter conteúdos, ou seja, documentos históricos do período analisado, fotografias, mapas, referências que nos permitissem fazer de uma realidade aparentemente sem indícios para uma construção de um pensamento coletivo sobre uma sociedade colonial que sofria uma forte repressão e ditadura pelo Marquês de Pombal. Estes poucos, porém importantes e fundamentais documentos, puderam oferecer-nos elementos reveladores desse cotidiano durante o período estudado, auxiliando-nos a analisar e criticar a composição de determinadas posturas tanto da população quando de Pombal e sua política implantada.

Para fazer esta investigação, e estudo do papel dos jesuítas e a formação do imaginário colonial pernambucano, tomamos como base documentos relacionados a esse período histórico, fazendo uma pre-seleção de todas as fontes, destacando com maior relevância apenas o que se tratava do Nordeste e, mais precisamente, no século XVIII. Servimo-nos de leituras nas mais diversificadas obras, busca de dados na Biblioteca da Unicap, na biblioteca da UFPE, Arquivo Público de Olinda e no Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, além das periódicas reuniões com nossa orientadora para discutir o material encontrado e trabalhado.

Em seguida, nos meses que se seguiram, foram feitas leituras e fichamentos, ou seja, a coleta de informações relacionadas sobre a influência dos padres jesuítas em toda a população que com eles conviveu.

Resultados e Discussão

Como resultados referentes ao presente projeto de pesquisa tivemos a realização de um esboço de um texto final que tratará da análise crítica e histórica sobre a influência dos padres jesuítas aqui em Pernambuco, no séc. XVIII, e todas as mudanças ocorridas no interior da sociedade, mostrando uma certa autonomia, em alguns momentos em relação à Metrópole - Portugal. Todo o trabalho estava direcionado para o estudo de um período com pouca documentação, o que nos dificultou na busca de fontes para o estudo sobre o tema, porém de

grande serventia e validade, pois estudar, analisar e construir uma história sobre a mentalidade de um povo de uma respectiva fase histórica nos faz ver o quanto é importante preenchermos as lacunas deixadas ao longo da nossa história.

Conclusões

A relação entre os colonos e jesuítas, no século XVIII, foi bastante significativa. Os padres, representantes da Igreja, direta ou indiretamente, faziam frente às diretrizes metropolitanas. Assim, travou-se um confronto entre a Igreja, como instituição, e o Estado metropolitano, provocando uma reação da política pombalina. Na verdade, a força jesuítica estava no contato, na proximidade com a sociedade colonial. Na batalha, estava em jogo o domínio colonial. As reformas pombalinas constituíram uma violenta reação antijesuítica. Após viver séculos sob a ideologia jesuítica, Portugal percebeu um certo distanciamento no campo econômico e ideológico das novas idéias que se disseminavam na Europa. Na busca de recompor o atraso, Portugal, na pessoa do Marquês de Pombal, faz dos jesuítas os responsáveis por todos os seus males passados e presentes. E como única alternativa de domínio sobre a colônia foi a neutralização da Igreja, passando a perseguir os jesuítas.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Universidade Católica de Pernambuco, ao Programa Institucional de Base para Iniciação Científica – PIBIC, a minha professora orientadora, ao Pe. Expedito e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste projeto.

Referências

ASSUMPÇÃO, T. Lino de. **História Geral dos Jesuítas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Moraes Editores.1982. 677p. (Testemunhos Portugueses)

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. 480p.

ORGANIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONSULTORIA SOBRE FILIAÇÃO POR ADOÇÃO DISPONÍVEL NO SITE: http// www.unicap.br/sofia.

Hilmar Regina dos Santos[1]; Edilene Freire de Queiroz[2];

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas do Grupo de Pesquisa em Psicologia Clínica do Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise.E-mail: equeiroz@unicap.br.

Resumo
O presente trabalho surgiu a partir das pesquisas anteriores: O Ato de Adoção: um Estudo sobre Pais Adotivos e Adotantes e A Filiação por Adoção: Medos e Desejos, empreendidos no Laboratório de Psicopat*h*ologia Fundamental e Psicanálise. Trata-se de um estudo experimental para implantação de um Serviço de Orientação à Filiação por Adoção, na Clínica Manoel de Freitas Limeira da UNICAP. Neste segmento do projeto, ficamos responsáveis pelo site "SOFIA" (Serviço de Orientação à Filiação por Adoção) cuidando da recepção de consultas, depoimentos, divulgação de atividades e atualização das informações, além de colaborar na organização e realização das oficinas e palestras. Em tais atividades, participamos, também, como observadora para identificação das principais demandas para retroalimentação do site. Os resultados deste trabalho definirão as diretrizes do referido Serviço, que passará a funcionar, de forma sistemática, a partir de 2004.2, como mais um serviço oferecido pela Clínica de Psicologia da UNICAP.

Palavras-chave: atenção a pais adotivos; consultoria psicológica; consultoria jurídica, Informação.

Introdução

A adoção é ainda um tema tabu e, por isso, não faz parte das vivências comuns das famílias. Em decorrência, quem opta pela adoção como uma forma de ter uma descendência, vê-se lançado em um turbilhão de dúvidas, incertezas, questionamentos e ansiedades. Os mitos, as fantasias e os preconceitos a respeito da adoção encravados no imaginário popular reforçam os medos das famílias ao refletirem sobre a possibilidade de adoção de uma criança que não tenha uma herança consangüínea. O passado e a origem da criança passam a ser, em muitos casos, um fantasma.

Na pesquisa realizada em 2002 pelo Laboratório de Psicopat*h*ologia Fundamental e Psicanálise da UNICAP sobre "O Ato de Adoção: um Estudo Sobre Pais Adotivos e Adotantes", foi traçado um perfil das razões que mobilizam o ato de adotar crianças e adolescentes. Constatou-se que os candidatos a tal ato trazem, em si, fantasias a respeito da origem do adotado. São mobilizados sentimentos de incerteza, de insegurança e de ambivalência entre adotar e não adotar. Há também a preocupação dos candidatos a pais adotivos em relação aos genitores - dificuldades em lidar com a necessidade da criança em obter informações sobre sua origem, o receio do estigma social e de uma hereditariedade patológica.

Projeto: Atenção a pais adotivos: um projeto experimental de pesquisa interativa. **Órgão Financiador:** Programa Institucional de base para Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco

Os resultados da segunda pesquisa empreendida pelo mesmo Laboratório, em 2003, A Filiação por Adoção: Medos e Desejos corroboram tais questões, ou seja, o problema não está diretamente relacionado com o filho, mas com os pais, que não se sentem seguros no lugar que ocupam, revelando, nas entrelinhas do discurso, dúvidas e ansiedades na condução desta relação.

Nessas duas pesquisas, ficou evidenciado que alguns pontos problemáticos acompanham os pais antes e após a adoção. São eles: narcisismo dos pais adotivos, sentimentos de serem menos pais ou de terem menos direitos sobre os filhos, dificuldades de dividir o lugar de pais e genitores; receio de saber e falar sobre os genitores; insegurança quanto às conseqüências da revelação da origem do filho e dúvidas sobre o amor deste, servindo, assim, de base para o desenvolvimento deste projeto experimental que, por sua vez, deverá subsidiar novas pesquisas.

Dessa forma, a criação de um trabalho "preventivo" é oportuna e necessária. Ele terá como objetivo desmistificar as relações, minimizar os medos e as ansiedades, tornando-os menos ameaçadores para os pais.

Portanto, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2001, este projeto experimental dará início ao Serviço de Orientação à Filiação por Adoção – SOFIA, colhendo dados, através de uma pesquisa interativa, produzindo novos conhecimentos sobre o tema, que, por sua vez, subsidiarão o próprio Serviço, incluindo, nele, o site interativo.

Este projeto se insere em um projeto maior sobre Filiação e Adoção, de caráter transdisciplinar, que implicará a participação de pesquisadores de outros laboratórios de pesquisa, bem como de outras áreas do conhecimento, atuando como consultores.

Dessa forma, o presente trabalho tem o propósito de facilitar a circulação da palavra, informando aos pais adotivos e candidatos sobre estudos que estão sendo desenvolvidos e dando espaço para que os mesmos possam manifestar suas dúvidas e testemunhar experiências. Estas são as funções do site interativo – SOFIA (www.unicap.br/sofia): facilitar a circulação da palavra informar aos candidatos a pais adotivos sobre estudos que estão sendo desenvolvidos sobre filiação; oferecer oficinas de discussão na Clínica Manoel de Freitas Limeira da Universidade Católica de Pernambuco; divulgar eventos e, acima de tudo, abrir um espaço para consultas em prol da interação inter-sujeitos. Esses consultores subsidiarão as respostas às consultas feitas pela comunidade no que se refere à adoção. Por tratar-se de uma área ainda tabu, as consultas ao site serão anônimas, deixando o consultante mais à vontade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada no referencial teórico psicanalítico, direcionada a um trabalho experimental, no sentido de implantar e avaliar a estruturação de um Serviço de Consultoria à Filiação por Adoção.

Para tanto contaremos com a participação de pais adotivos, que serão indicados pelas ONGs e Setor de Adoção da 2ª Vara de Adoção da Infância e da Juventude; da comunidade através das perguntas enviadas ao site SOFIA- Serviço de Orientação à Filiação por Adoção; dos consultores da Área de Direito: Alice Rodrigues dos Santos; Mª Luiza Ramos Vieira Santos e Luiz Carlos Figueiredo; e dos consultores da Área de Psicologia: Suzana Sofia Noller Schettini (Estagiária da Clínica de Psicologia da UNICAP), Edilene Freire de Queiroz, Luiz Schittini Filho, Cristina Mª de Brito Dias; Nanete Zmeri Frej.

Será efetuada a análise das perguntas e depoimentos enviados ao site, que serão selecionados, de acordo com o tema, em dois grandes grupos - um da Área de Direito e outro da Área de Psicologia. Após essa classificação, as consultas serão encaminhadas a um dos consultores acima indicados, considerando a especificidade da questão. Em seguida, exporemos ao consultante. Sendo assim, o registro e a análise dos depoimentos e perguntas enviadas ao site serão catalogados por temática conforme os quadros abaixo:

Quadro 1. Área de Direito

Data do Recebimento	Pergunta	Tema	Consultor	Resposta	Data de Envio

Quadro 2.Área de Psicologia

Data do Recebimento	Pergunta	Tema	Consultor	Resposta	Data de Envio

O site terá uma assessoria constante, que se inicia em março. Ao final de cada mês de Junho, faremos uma análise dos mesmos.Do mesmo modo, acompanharemos as oficinas, que serão oferecidas, como observadores, e delas poderemos selecionar alguns depoimentos importantes, com o consentimento do autor e sem a sua identificação, para viabiliza-lo no site.

Resultados e Discussão

1. QUANTO AO USO DO SITE

O total de consultas enviadas foi de 77, todas na área de Psicologia e referentes à participação em oficinas, minicursos e palestras. Com exceção de 30 alunos de Psicologia e mais 06 pais, as demais consultas foram feitas pelo site SOFIA. O site já recebeu dois depoimentos de mães adotivas e um comentário elogioso sobre a organização do mesmo, feito por um pai adotivo. Isso indica que ele, gradativamente, está-se tornando uma referência. Sabemos que além desses consultantes, outros estão visitando o site porque alguns participantes das oficinas nos informaram que tomaram conhecimento das mesmas através da informação de amigos que visitaram o site.
Nossa expectativa inicial era que o número de consultas fosse maior, porém ocorreram problemas técnicos, cuja solução dependia da ação específica de um técnico do NIC: implantação do e-mail no site, instalação do "profile". Em seguida, o e-mail foi infectado por vírus, impedindo o acesso dos consultantes, o que novamente exigiu a ação de um técnico do NIC.Supomos que a "desativação" do e-mail, justamente no período de divulgação, pela mídia, das atividades do projeto tenha desmobilizado os interessados em fazer uso do site. As consultas e solicitações de informações passaram a ser pelo telefone da Clínica de Psicologia. Foram feitas as seguintes consultas:

Quadro 1. Área de Direito – nenhuma consulta até o momento.

Quadro 2. Área de Psicologia

Tipos de Consulta	**No.**	**Mês**	**Tema**	**Consultor**	**Respostas**
Informações sobre inscrições nas Oficinas	12	abril	1ª e 2ª Oficina	Suzana Schettini	**Mudança da 1ª oficina para o sábado**
Solicitação de um curso por alunos de Psicologia	30	abril	Temas propostos pelas oficinas	Edilene Queiroz	**Oferecimento de um minicurso em 2004.2**
Demanda por atendimento individual	05	abril	Problemas com filho adotivo	Suzana Schettini e Edilene Queiroz	**Encaminhamento para psicoterapia individual e grupal**
Depoimento	02	maio	Experiência de pais adotivos	Hilmar Santos	**Divulgar no site**

Inscrições para o encontro de pais adotivos	20	maio	Divulgação e esclarecimento sobre o serviço	Edilene Quieroz,Suzana Schettini e Hilmar Santos	**Realização do encontro de Pais. Divulgação do Serviço pelos usuários do mesmo.**
Inscrições para a terceira oficina.	12	maio	3 ª Oficina	Hilmar Santos	**Inscrições pelo site SOFIA e na Clínica de Psicologia.**
Inscrições para a 4ª oficina	03	junho	4ª Oficina	Hilmar Santos	**Inscrição pelo site SOFIA**

As quatro oficinas sofreram alterações nos seus cronogramas, passando por um processo de reformulações no material de divulgação e no material didático. Devido às queixas dos interessados quanto aos horários das oficinas (coincidir com horário de trabalho), decidimos alterar o cronograma de toda as oficinas. Condensamos a 2ª e a 3ª oficinas em uma só e intercalamos uma palestra sobre *Encontro de Pais Adotivos: construindo uma relaçãopais e filhos.* A 4ª oficina sobre *O desejo de adoção na transgeracionalidade* foi oferecida no mês de junho em duas sessões de quatro horas.

2. QUANTO A ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS

Questões e depoimentos de pais não forma recebidos pelo site, mas como participante observadora das oficinas, tivemos acesso a eles através das falas dos pais.

Na 1ª oficina, a participante apresentava uma certa dúvida e incertezas quanto à adoção; teve várias oportunidades de adotar, mas não se via pronta para assumir tal responsabilidade; alimentava o desejo de engravidar, mas se considerava velha demais e tinha medo de ter um filho com má formação congênita; Foi feitos a proposta da participante, juntamente com o marido, para serem acompanhados, individualmente, por uma estagiária da Clínica de Psicologia da UNICAP.

No encontro de pais, os participantes obtiveram informações a respeito do site SOFIA, sobre a adoção em si, os medos, as ansiedades e incertezas que tal ato traz à vida de todos os familiares, e cada participante falou de sua alegria ao receber os seus filhos. Após o encontro, quatro pais se inscreveram para as oficinas.

Na oficina *Revelando a História de Origem do Filho Adotivo,* os pais relataram o seu desejo em saber como contar aos filhos sobre a adoção. Mantendo a dificuldade em falar dos genitores a eles, onde localizá-los e como responder as indagações do filho.

Conclusões

Os aspectos significativos a destacar são: 1) a demanda real bem menor do que a esperada para a inscrição nas oficinas; 2) aumento gradativo da demanda à proporção do oferecimento das oficinas; 3) o interesse pela mídia em divulgar o serviço; 4) tendência dos interessados pelo atendimento individual e 5) até o momento, o uso do site é mais de caráter informativo do que interativo.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Católica de Pernambuco pelo suporte financeiro e de infra-estrutura; e à orientadora Edilene Freire de Queiroz, pela atenção e parceria.

Referências

DOLTO, Françoise; HAMAD, Nazir. Destinos de Crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social.**Tradução de Eduardo Brandão: São Paulo: Martins Fontes, 1998. Título original; Destins d'enfants.**

MACEDO, Luciana E; QUEIROZ Edilene F. O Ato de Adoção: um estudo sobre pais adotivos e adotantes**. Recife: Relatório do Programa PIBIC da Universidade Católica de Pernambuco, 2002.**

WALZERTUDES, Jecilene G.; QUEIROZ, Edilene F. A Filiação por Adoção: medos e desejos**. Recife: Relatório do Programa PIBIC da Universidade Católica de Pernambuco, 2003.**

O ESPAÇO DA FANTASIA DOS CONTOS DE FADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS (MENINOS) SEDUZIDAS PELA VIRTUALIDADE DOS JOGOS DE COMPUTADOR

Bruna Roberta Pires Meira de Vasconcellos[1]; Carlos Alberto Gomes de Brito[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia, do Departamento de Psicologia, do CTCH – UNICAP. Email: brurobertapires@yahoo.com.br
[2]Professor do Departamento de Psicologia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudo da Linguagem e Cognição (NELC). Email: c.brito@br.inter.net

Resumo
O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o espaço que a fantasia, característica da narrativa dos contos de fadas, vem ocupando no cotidiano de crianças do sexo masculino, seduzidas pelos jogos de computador. Estudos científicos apontam para a importância dos contos de fadas no crescimento existencial infantil e questionam a "cultura imediatista" dos jogos eletrônicos. Aplicamos um questionário explanatório a 90 meninos, com o objetivo de contextualizar o problema da pesquisa. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de uma entrevista semi- estruturada a 20 meninos, sendo 10 provenientes de um colégio de linha tradicional de ensino e 10 provenientes de um colégio de linha construtivista. A amostra foi constituída por crianças de classe média, de faixa etária entre 8 e 9 anos, matriculadas em colégios particulares. Conclui-se, em uma primeira instância, que o contato sistemático, proporcionado pelo colégio de linha construtivista, com a literatura infantil, especificamente com os contos de fadas, estimula as crianças no lidar com a imaginação e com a fantasia de forma mais prazerosa e construtiva, canalizando as energias agressivas de maneira mais sadia. Essas crianças demonstram um menor interesse pelas narrativas eletrônicas, mostrando-se, inclusive, críticas à violência característica das mesmas. A amostra proveniente do colégio de linha tradicional, por outro lado, onde a literatura infantil parece estar sempre ligada à situação de avaliação, mostrou-se mais desinteressada pelos contos de fadas e bastante seduzida pela violência e virtualidade dos jogos de computador.

Palavras-chave: psicanálise, literatura infantil, jogos eletrônicos.

Introdução

"Os contos de fadas têm sido objeto de estudo e de análise para estudiosos da literatura, mais especificamente da literatura infantil e também para aqueles interessados no estudo do desenvolvimento psicológico da criança, destacadamente psicólogos e psicanalistas, que acreditam que a sua estrutura narrativa e o seu conteúdo simbólico implícito colaboram para a integração da personalidade. Esses estudos apontam para o eterno fascínio que tais contos exercem sobre a criança, enfatizam em uníssono a sua função terapêutica e pedagógica". (BRITO, 2000:16).

Segundo Bettelheim (1980), os contos de fadas dirigem a criança para a descoberta de sua identidade e também sugerem as experiências que são necessárias para desenvolver o caráter. Essas histórias, através de sua linguagem simbólica calcada no maravilhoso, prometem à criança, que, ao ousar ou engajar-se nessa busca atemorizante de uma identidade, os poderes benevolentes virão em sua ajuda e ela o conseguirá. As histórias também advertem que os muitos temerosos e de mente fraca, que não se arriscam a se encontrar, devem estabelecer-se numa monótona existência, se um destino ainda não recair sobre eles.

Projeto: O Espaço da Fantasia dos Contos de Fadas no Cotidiano das Crianças Seduzidas Pela Virtualidade dos Jogos de Computador. **Órgão Financiador:** Unicap.

Para a grande maioria dos psicólogos e psicanalistas, os contos de fadas são tão paradoxais quanto o próprio psiquismo humano, e sua importância fundamental se encontra no fato de que eles parecem permitir lançar uma ponte imaginária entre o consciente e o inconsciente. Sua narrativa envolta pela fantasia serve para encorajar as crianças, jovens e adultos a "vencer", a "superar" sua natureza instintiva, fortalecendo o ego, para que se tornem cada vez mais conscientes das escolhas éticas em sua condição e conduta pessoal.

De acordo com a Psicanálise, os contos de fadas constituem uma ajuda importante para a criança, à medida que mostram situações que ela vive em seu inconsciente, podendo-se beneficiar da identificação com essas situações e seus heróis, e fazer disso um recurso de maturação. O valor inegável dos contos de fadas virá, sem dúvida, pelo fato de ajudarem a criança, através da fantasia, a ressignificar o conteúdo de seu inconsciente, abrindo-lhe assim novas dimensões de sua imaginação. Em outras palavras, acredita-se que essas narrativas – por trabalharem com as questões existenciais básicas de qualquer criança através de sua simbologia – contribuem para uma ressignificação de suas vidas.

Segundo Stlinberg (2001), hoje em dia, fora do contexto escolar, a literatura infantil e, especificamente, o conto de fadas não vêm encontrando um espaço significativo. Nos lares, o ato de se narrarem histórias à noite para crianças vem perdendo a magia, o encanto, e sendo substituído pela TV e, principalmente, pelos jogos de computador.

"Com o advento da mídia e com a facilidade com que a TV leva para dentro de casa histórias realistas voltadas para temas urbanos e problemas sociais, é provável que atualmente as crianças estejam expostas à influência deste último gênero literário com uma intensidade bem mais acentuada". (SOUZA, Yolanda de Castro & SILVA, Helen de Castro, 1985).

Não se pode negar que os jogos de computador, por estarem também permeados pelo lúdico, seduzem as crianças a um contato com o mundo da fantasia. Porém esse encontro parece ser diferente do vivenciado com os contos de fadas.

Enquanto está jogando, a criança pode: matar, morrer, ressuscitar, vencer e perder, sem que isso traga benefícios ou malefícios para ela. A criança está inserida no jogo e tudo ocorre a partir de seus desejos e vontades, que logo serão realizados. No computador, a criança pode criar uma nova história a todo instante, sem que haja uma necessidade de reflexão sobre seus atos. Sendo assim, a criança parece não precisar passar por conflitos no momento em que joga, uma vez que, quando esses surgem, são facilmente destruídos.

A questão acima citada parece não ser encontrada nas narrativas dos contos de fadas. Essas se apresentam com uma estrutura bem delineada, onde o mais importante é vivenciar cada etapa dessa estrutura.

Considerando os atuais recursos eletrônicos, principalmente os jogos de computador, a proposta da nossa pesquisa é indagar se, ainda hoje, os contos de fadas, com seus personagens místicos e sedutores, exercem algum fascínio sobre o público infantil, se fazem parte da realidade de nossas crianças, ou se, ao contrário, sobrevivem apenas como uma lembrança que povoa a mente dos adultos de hoje, crianças de outrora.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada com 20 (vinte) crianças do sexo masculino, com idade entre 8 (oito) e 9 (nove) anos, estudantes das 2ª e 3ª séries do ensino fundamental da rede particular, sendo 10 (dez) de um colégio de linha construtivista e 10 (dez) de um colégio de linha tradicional.

Foi utilizado, na pesquisa, um questionário explanatório, contendo 5 (cinco) perguntas sobre o universo dos jogos de computador e contos de fadas; uma entrevista semi-estruturada, contendo 17 (dezessete) perguntas sobre o mesmo universo; gravador de áudio e fitas cassetes.

No que se refere ao questionário acima citado, utilizado com a finalidade de contextualizar o problema da pesquisa, este foi aplicado a 90 crianças, objetivando-se uma leitura prévia sobre o universo dos jogos de computador e/ou contos de fadas em seu cotidiano.

De posse dessa coleta, mobilizamo-nos a buscar informações na literatura especializada, sobre o conteúdo dos jogos mais citados nas respostas dadas bem como seu funcionamento, visando a uma melhor apropriação do conteúdo a ser pesquisado. Mantivemos, também, contato com esses jogos através de visitas a "Lan Houses", para melhor entendermos sua dinâmica.
Realizamos um aprofundamento teórico, a partir da obra de D.W. Winnicott, sobre o papel da agressividade e destrutividade enquanto aspectos da constituição do ser, a fim de encontrarmos sustentação científica que facilitasse uma primeira leitura das respostas dadas, respostas essas que destacavam, com freqüência, o conteúdo violento e agressivo dos jogos de computador.
Com base nos estudos que realizamos, elaboramos a entrevista semi-estruturada, utilizada na coleta de dados. Após realizarmos o teste do instrumento e fazermos os ajustes necessários, ela foi aplicada a 20 (vinte) crianças: 10 (dez) de um colégio de linha construtivista e 10 (dez) de um colégio de linha tradicional.
Os estudantes foram convidados a participar da pesquisa (com prévia autorização dos pais e da direção dos colégios envolvidos) e, ao aceitarem, foram encaminhados, um por vez, pela entrevistadora ao local apropriado para a realização da entrevista.
Através desse procedimento, obtivemos os dados necessários para a execução da pesquisa em questão, que está fundamentada na metodologia qualitativa com destaque para a categorização de respostas.

Resultados e Discussão

A análise interpretativa dos dados obtidos mostrou-nos, primeiramente, uma diferença significativa no papel e valor do trabalho com a literatura infantil entre o colégio de linha construtivista e o colégio de linha tradicional. Os alunos do primeiro colégio, embora tenham relatado em sua maioria (7 crianças – 70%) preferirem os jogos de computador, mostraram um maior domínio sobre o conteúdo dos contos de fadas, demonstrando, assim, terem um maior contato com eles. Já os alunos do colégio de linha tradicional deixaram claro, principalmente através do visível entusiasmo que os tomava quando eram questionadas sobre esse assunto, as suas preferências pelos jogos de computador (10 crianças – 100%) bem como dificuldade em lembrar os nomes e de falar sobre os contos de fadas.
A leitura acima realizada nos levou a pontuar o fato de que os alunos do colégio de linha construtivista têm maior contato com livros de literatura infantil, especialmente contos de fadas, tendo em vista que essas crianças sempre se referiam ao ler ou ouvir histórias, enquanto que os alunos do colégio de linha tradicional relatavam o ver (em cinema, vídeo ou na TV) essas histórias, o que pode indicar que não há uma estimulação ao contato das crianças com a literatura infantil nesse colégio. Somado a isso, percebemos que as crianças desse mesmo colégio relataram ter contato freqüente com jogos de computador (7 crianças – 70% responderam que os jogam mais de duas vezes por semana), parecendo ser isso uma atividade comum do dia-a-dia dos entrevistados. No colégio de linha construtivista, 5 crianças (50%) relataram que raramente jogam esses jogos e apenas 3 crianças (30%) responderam jogar jogos de computador mais de duas vezes por semana.
Essa observação nos chamou a atenção para o fato de as respostas dadas pelos alunos do colégio de linha construtivista terem sido mais elaboradas do ponto de vista do discurso, em relação às respostas dadas pelos alunos do outro colégio, o que parece indicar que um maior contato com os contos de fadas proporciona às crianças uma maior coerência textual e uma maior capacidade de crítica acerca dos assuntos que envolvem o seu meio existencial.
Achamos importante, ainda, ressaltar que a maioria das crianças de ambos os colégios reconheceram a presença da violência nos contos de fadas (6 crianças – 60% do colégio de linha tradicional e 6 crianças – 60% do colégio de linha construtivista) e nos jogos de computador (9

crianças – 90% do colégio de linha tradicional e 8 crianças – 80% do colégio de linha construtivista), embora elas tenham chamado a atenção freqüentemente para o seu interesse pela ação e aventura presentes tanto nos contos de fadas quanto nos jogos de computador, incluindo, em boa parte das vezes, as cenas de violência (tiro, luta, briga) embora não as reconhecendo como tais.
Destacamos, também, o fato de que a maioria dos alunos de ambos os colégios (9 crianças – 90% do colégio de linha tradicional e 10 crianças – 100% do colégio de linha construtivista) identificou a fantasia como fazendo parte da estrutura dos contos de fadas e dos jogos de computador (7 crianças – 70% do colégio de linha tradicional e 8 crianças – 80% do colégio de linha construtivista), relatando ainda achar que essas características são importantes para eles nesses contos e jogos.
Outro fato importante que gostaríamos de destacar é que os alunos do colégio de linha tradicional, embora, na sua maioria, tenham respondido não gostar de contos de fadas (7 crianças - 70%), referiram-se a uma preferência por contos que têm personagens do sexo masculino como principais (5 crianças – 50% responderam preferir a história de Peter Pan e 4 crianças – 40% responderam preferir a história dos Três Porquinhos); enquanto que os alunos do colégio de linha construtivista referiram-se, em sua maioria, gostar de contos de fadas (8 crianças – 80%) e citaram como seus contos preferidos histórias que, embora tenham personagens masculinos (príncipe), têm como principais, personagens do sexo feminino (3 crianças – 30% responderam preferir A Bela Adormecida; 3 crianças – 30% responderam preferir A Bela e a Fera e 3 crianças – 30% responderam preferir a história da Branca de Neve).

Conclusões

Os dados obtidos em nossa pesquisa nos levaram, em uma primeira instância, a verificar que o espaço da fantasia dos contos de fadas no cotidiano das crianças seduzidas pela virtualidade dos jogos de computador está diretamente ligado ao valor que ocupam na proposta curricular do colégio. Um contato mais sistemático com essas narrativas estimula o lidar com a fantasia e a imaginação de forma prazerosa e construtiva, secundarizando, por sua vez, a importância da violência dos jogos eletrônicos.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC, pelo financiamento desta pesquisa.

Referências

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1980.
BRITO, Carlos Alberto. **Ressignificando o uso do conto de fadas na clínica com crianças:** do símbolo ao significante. PUC/São Paulo, 2000. (Dissertação de Mestrado)
SOUZA, Yolanda de Castro e Silva; SILVA, Helen de Castro. **O encanto dos contos de fadas para as crianças da década de 90**. In: Jornal da Alfabetizadora, n. 2, ano V. São Paulo. 1985.
STLINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil:** A construção Corporativa da Infância. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.
WINNICOTT, D.W. **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
WINNICOTT, D.W. **Privação e delinqüência**. Martins Fontes: São Paulo, 1987
WINNICOTT, D.W**. Natureza humana**. Imago Editora: Rio de Janeiro, 1990.

O LEGADO DOS CORPOS DA PAZ EM PERNAMBUCO: VERSÃO OFICIAL DE SUA ATUAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1961 E 1981·

Alana Pinto Moreira[1]; Newton Darwin de Andrade Cabral[2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo, do Departamento de Comunicação Social, do Centro de Ciências Sociais
[2]Professor do Departamento de Filosofia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas; participante do Grupo de Pesquisa em Éticas da Contemporaneidade – E-mail: newton@unicap.br

Resumo

O Brasil era um dos focos de atenção da política norte-americana nos anos que sucederam a Revolução Cubana, ocorrida em 1959. A proximidade geográfica com Cuba, que se havia alinhado, após a revolução, com o socialismo soviético, serviu como uma das justificativas para um fortalecimento das diretrizes políticas e sociais dos Estados Unidos no Hemisfério Sul, levando, em particular, à instalação da Aliança Para o Progresso no Nordeste do Brasil. A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo geral proceder a um levantamento acerca da versão oficial da atuação, em Pernambuco, de um dos projetos da Aliança – os Corpos da Paz. Para pôr em prática os projetos da Aliança no Nordeste, foi sugerido o envio anual de um número considerável de voluntários, que vieram também para Pernambuco. A vinda de uma "mão-de-obra especializada" para as áreas do interior do Estado, mais necessitadas de recursos humanos e carentes de projetos de desenvolvimento local, deveu-se também à grande incidência de sindicatos rurais e trabalhadores vinculados às Ligas Camponesas, movimento social conhecido e temido pelo governo americano como um novo foco de revolução comunista, que poderia vir a repetir, no Brasil, o ocorrido em Cuba. Após a realização de pesquisa bibliográfica, colhemos depoimentos de pessoas que atuaram junto aos voluntários e de participantes dos Corpos da Paz, além de termos feito uma análise do material por eles utilizado durante sua estada no país, particularmente em Pernambuco.

Palavras-chave: Aliança para o Progresso; ditadura militar; ligas camponesas; relações Brasil X EUA; Sudene.

Introdução

A década de 60 representou o início de uma série de mudanças nas políticas interna e externa do Brasil. Uma maior interferência dos Estados Unidos no processo econômico brasileiro marcou o governo do presidente João Goulart, que assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

A idéia de uma aliança com os países latinos foi lançada durante a campanha presidencial norte-americana, em 1960, pelo então candidato John Kennedy, que, em discurso, anunciou a criação dos Corpos da Paz – proposta de voluntariado que levaria grupos de estudantes a atuarem em diversos países, entre eles o Brasil.

Os Corpos da Paz foram parte integrante da Aliança Para o Progresso, tendo sido responsáveis pelo envio de técnicos especializados para projetos a serem desenvolvidos na região e estavam diretamente relacionados à Casa Branca, através do Programa Alimentos para a Paz. Pernambuco seria um dos Estados do país a receber os Voluntários da Paz, como também eram conhecidos.

Projeto: O legado dos Corpos da Paz em Pernambuco. **Órgão financiador:** PIBIC/UNICAP.

Como conseqüência das fortes secas que atingiram o Nordeste no final da década de 50, foi criada a Operação Nordeste, que daria início também a uma série de estudos sobre o desenvolvimento da Região. No sentido de reestruturar essas ações e integrar os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais, e dotá-los com políticas de desenvolvimento, foi criada, em 1959, a Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Os Estados abrangidos, à exceção de Minas Gerais, receberam voluntários que atuaram nas áreas de saúde, educação universitária e cooperativismo. Para avaliar as áreas a serem contempladas com os projetos da Aliança para o Progresso, foram enviados ao país especialistas norte-americanos, sendo a visita conhecida como Missão Bohan.

Em relatório, foi, então, sugerida a participação dos *Peace Corps* como fonte de recursos humanos para a realização dos projetos, em especial no Nordeste. Para a Região, foi sugerido o envio de 350 voluntários por ano; entre as décadas de 70 e 80, Pernambuco recebeu uma média de 200 voluntários, concentrados em cidades do Agreste do Estado, como Lajedo e Pesqueira, por exemplo.

Como contrapartida aos movimentos das Ligas Camponesas, que aglomeravam trabalhadores rurais, e temendo uma aproximação com os ideais comunistas, a Aliança para o Progresso desenvolveu cursos voltados para a zona rural. Eram os Centros Obreiros, criados para os trabalhadores da zona canavieira, especialmente dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, área de maior concentração daqueles trabalhadores. O objetivo era claro: desviar a influência das Ligas Camponesas. Em depoimento, Francisco Julião, líder das Ligas, declarou acreditar que o movimento havia exercido influência no deslocamento de voluntários para o Nordeste:

> *Todo mundo sabe que a Aliança Para o Progresso foi a resposta que John Kennedy deu à Revolução Cubana. E começaram a chegar jornalistas, televisão, etc, no Nordeste para ver esse fenômeno. Não digo que foi coincidência. Não foi coincidência, essa coisa foi intencional. Em verdade trataram de dar ao movimento uma dimensão que ele não tinha. Para falar com toda honestidade, não havia essa dimensão.* (JULIÃO, 1982, p.154)

Metodologia

A pesquisa "O legado dos Corpos da Paz em Pernambuco" apresenta um caráter qualitativo e analítico, que incluiu pesquisa bibliográfica e em arquivos; gravação, transcrição e edição de depoimentos orais; seleção e organização do material pesquisado.

Com o objetivo de pesquisar a versão oficial da atuação dos Corpos da Paz em Pernambuco, entre 1961 e 1981, foram amplamente utilizados livros e jornais que versam sobre: a atuação dos Corpos da Paz e, invariavelmente, sobre a Aliança para o Progresso; as Ligas Camponesas; as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, entre os anos de 1961 e 1981; o processo de interferência dos Estados Unidos na América Latina.

Também se procedeu ao fichamento dos materiais encontrados, dentre os quais tiveram particular importância apostilas e manuais usados pelos Voluntários, cedidos por uma ex-secretária do Programa Recife. Os dados dos fichamentos que efetuamos foram comparados com os provenientes da versão popular, pesquisada pela outra bolsista.

Foram realizadas entrevistas com personagens que fizeram parte da história da época de atuação dos Corpos da Paz no Estado. As entrevistas foram consideradas como integrantes, simultaneamente, do universo oficial e do popular da história pesquisada. Para a gravação, fizemos uso das metodologias utilizadas na História Oral.

Resultados e Discussões

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, tinha como objetivo inicial reunir projetos para todos os Estados do Nordeste, visando ao desenvolvimento de infra-estrutura local. Pouco tempo depois foi criado pelo governo Kennedy o programa Aliança Para o Progresso, significando "grande esforço" na tentativa de "salvar" a América Latina. Entre os objetivos, estava o de um projeto de mudanças sociais na América Latina, numa tentativa de desvinculá-la das oligarquias reacionárias, chegando esses projetos a "empolgar os povos latino-americanos, afastando-os da tentação revolucionária." (SCHLESINGER Jr., 1966, p.189).

Para isso, foram criados os "Centros Obreiros", como tentativa de criar um vínculo entre os trabalhadores da zona canavieira, alvo das Ligas Camponesas, e os projetos da Aliança. A preocupação com a orientação política dos trabalhadores rurais era clara: foram construídos 20 Centros Obreiros e neles investidos 165 mil dólares. Esses Centros eram a materialização dos projetos que tiveram início ainda durante a campanha de Kennedy à presidência dos Estados Unidos que pretendiam afastar quaisquer possíveis influências "comunistas".

Como forma de aproximar os técnicos, muitos deles estudantes universitários, e a população que seria atendida pelos programas da Aliança, eram elaborados, ainda nos Estados Unidos, programas de treinamento sobre a área em que iriam atuar. As áreas técnicas mais requisitadas para o programa eram as de reflorestamento, educação, saúde, arquitetura e engenharia. No Brasil, também havia centros de treinamento, tendo Pernambuco abrigado uma das últimas escolas, antes do encerramento dos trabalhos dos Corpos da Paz, em 1981. A preocupação com o recrutamento de especialistas agrícolas era nítida, uma vez que atuavam nessa área 26% dos voluntários destinados ao Nordeste, especialmente a Pernambuco, em cujo interior, por exemplo, foi organizada, por uma voluntária, uma fazenda para criação de cabras.

> *O campo de atuação abrange desde os projetos de instrução em agricultura básica à criação de cooperativas agrícolas e ao estabelecimento de uma rede rural de informação. (AMERICANA, 2000, p. 567)*

Conclusões

Sendo claros os objetivos que levaram à implementação da Aliança Para o Progresso no Nordeste do Brasil e, tendo como foco os projetos em Pernambuco, verificamos que movimentos sociais, como as Ligas Camponesas influíram para o desencadeamento do processo de atuação dos Corpos da Paz. Além disso, a motivação social de levar o desenvolvimento a lugares em que os recursos humanos eram "deploravelmente inadequados", como citou o ex-embaixador Lincoln Gordon, foi utilizada para a implementação de programas norte-americanos no país.

A Sudene serviu como um canal, sendo o órgão público escolhido como receptor dos investimentos norte-americanos no Estado. Depois de firmado o acordo entre os dois países, constatou-se uma clara intenção norte-americana de redirecionar os projetos que seriam beneficiados, com especial atenção para o setor da educação, com projetos de rádios comunitárias e agricultura, voltados para a população da zona canavieira, que abrigava, em 1961, cinco sindicatos de trabalhadores rurais. Os técnicos atuaram como voluntários em várias instituições, como Correios, instituições filantrópicas e universidades. As motivações para o envio de voluntários ao Estado não se restringiam a suprir as carências das áreas menos contempladas com projetos de desenvolvimento, principalmente no agreste pernambucano, mas também visavam à concretização de um projeto de expansão estadunidense ao Sul do continente americano.

Agradecimentos

Ao PIBIC, por possibilitar a realização da pesquisa; ao professor Newton Cabral, pela dedicação e paciência; a Nataly, pela amizade e companheirismo; a Bernadete, que nos forneceu materiais imprescindíveis à pesquisa.

Referências

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

JULIÃO, F. **Francisco Julião** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC – Historia Oral, 1982. 173 p.

SCHLESINGER JUNIOR, A. M. **Mil dias:** John F. Kennedy na Casa Branca. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHROEDER, R. C. Peace Corps. In: **ENCICLOPÉDIA Americana**: international edition. Washington, 2000. v.21, p. 567

O LEGADO DOS CORPOS DA PAZ EM PERNAMBUCO: VERSÃO POPULAR DE SUA ATUAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1961 E 1981

Nataly de Queiroz Lima[1]; Newton Darwin de Andrade Cabral [2]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo, do Departamento de Comunicação Social, do Centro de Ciências Sociais
[2]Professor do Departamento de Filosofia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas; participante do Grupo de Pesquisa em Éticas da Contemporaneidade. – E-mail: newton@unicap.br

Resumo

Na década de 60, as atenções de partes do mundo se voltaram para um movimento camponês que se desenvolvia principalmente em Pernambuco: as Ligas Camponesas. Pensavam os estrangeiros que o vulto da revolução cubana chegara à América Latina. Os Estados Unidos, através do governo Kennedy, colocaram em prática, então, o programa Aliança para o Progresso. Inclusas neste, várias instituições vieram para o Brasil desenvolver as mais variadas ações. Entre as dedicadas a distribuições de alimentos e organizações de cooperativas estavam os Corpos da Paz. Mas, a eles também estavam reservadas as tarefas de apaziguar os ânimos comunistas, propagar a ideologia liberal/ desenvolvimentista e promover o desenvolvimento da região. Trabalhando com diversas parcerias, o movimento tinha como foco a juventude rural e visava a disseminar novas técnicas agrícolas; também trabalharam em Universidades, Secretarias e outras entidades. São escassos os registros da versão oficial daquela atuação, mas a versão popular aponta para diversas direções, às vezes extremas, as quais atingem desde a violação do direito de o camponês decidir sobre questões ligadas ao próprio corpo, até o engajamento em lutas sociais em prol de melhorias da qualidade de vida. Este trabalho representa o primeiro passo na descoberta de uma história pouco conhecida e que pode elucidar questões relativas à história de Pernambuco e às relações dos EUA com o Nordeste brasileiro, durante a ditadura militar.

Palavras-chave: Aliança para o Progresso; Ditadura Militar; Ligas Camponesas; Relações Brasil X EUA.

Introdução

Pouco conhecidos, os *Peace Corps* se apresentaram como um dos instrumentos de propagação dos ideais capitalistas e da ideologia norte-americana e constituíram importante instrumento da política exterior do governo Kennedy. A relevância de resgatar esse movimento diz respeito: a) ao seu ineditismo, uma vez que no Brasil, pelo que conhecemos através de pesquisa não exaustiva, apenas uma pesquisadora se deteve no tema – Cecília Azevedo, professora da USP e, mesmo assim, sem estudar Pernambuco; b) a necessidade de explorar e conhecer um pouco mais da história do nosso Estado.

Os Corpos da Paz eram uma agência de cunho governamental criada pelo Presidente Kennedy, com o objetivo de executar projetos de assistência comunitária nos países do Terceiro Mundo, nas áreas de educação, saúde e extensão rural.

A saída dos voluntários demandava alguns pré-requisitos. Eles recebiam uma preparação anterior para vir trabalhar, voluntariamente, por dois anos, no Brasil e em outros países da América Latina, através da qual lhes eram ensinadas a língua nativa, a história da região, noções de política e de formas de relacionamento com o público local.

Projeto: O legado dos Corpos da Paz em Pernambuco. **Órgão financiador:** PIBIC/ UNICAP.

Ao saber, através de matérias de jornais e revistas estrangeiras, da situação de seca e pobreza do Nordeste, o Presidente Kennedy criou a "Operação Nordeste", segundo a qual, a região seria prioridade nos investimentos estrangeiros. Tais investimentos consistiam em "pacotes" de assistência programados para as nações. A agência dos Corpos da Paz seria responsável por suprir recursos humanos de nível técnico, como professores, agentes comunitários, agentes de saúde, enquanto que outras instituições norte-americanas forneceriam capital e consultores mais especializados.

Em Pernambuco, a atuação do grupo estava ligada, basicamente, à organização das comunidades em cooperativas, e à realização de trabalhos de esclarecimento sobre saúde pública, nutrição, medidas sanitárias básicas e puericultura e higiene. Muitos missionários estadunidenses atuaram em sindicatos rurais e na BENFAM. Também mantiveram contato com outros órgãos, instituições e empresas particulares.

Os registros da passagem do grupo são escassos. Para alguns, os Peace Corps atuavam com a CIA; para outros, tinham o objetivo de usar o controle da natalidade como forma de esvaziar o Nordeste e a Amazônia para os EUA ocuparem essas áreas. Popularmente circulavam relatos bizarros, como o de que provocava cegueira o leite enviado pela Aliança para o Progresso, distribuído pelos voluntários.

O projeto teve como objetivo macro estabelecer um primeiro levantamento acerca da atuação dos Corpos da Paz, em Pernambuco, entre os anos de 1961 e 1981. Ademais: estudar e localizar as regiões de atuação dos Corpos da Paz no Estado e as motivações que levaram a escolhê-las como locais propícios para a sua atuação; pesquisar a relação entre a imprensa pernambucana, tanto a oficial quanto a popular, e a atuação dos Corpos da Paz em Pernambuco; analisar a relação entre as Ligas Camponesas e os Corpos da Paz, por ter sido aquele movimento um fator decisório para a vinda destes para Pernambuco; identificar, nas ações implementadas pelos Corpos da Paz, em Pernambuco, sua ligação com a defesa dos Direitos Humanos; e verificar quais esferas da sociedade pernambucana tiveram maior envolvimento com as ações dos Corpos da Paz.

Metodologia

A pesquisa "O legado dos Corpos da Paz em Pernambuco" apresenta um caráter qualitativo e analítico, que incluiu pesquisa bibliográfica e em arquivos; gravação, transcrição e edição de depoimentos orais; seleção e organização do material pesquisado.

Nesse trabalho fizemos uso da História Oral como metodologia para coleta e organização de informações. As entrevistas, consideradas, simultaneamente, integrantes do universo oficial e do popular da história pesquisada, foram feitas presencialmente e os depoimentos encontrados em periódicos, seminários e publicações funcionaram como elo entre a teoria e a prática. Todo o material coletado foi sistematizado e fichado.

Salientamos que, para a montagem da versão popular do legado dos Corpos da Paz, utilizamos, além dos depoimentos orais que gravamos, os existentes em jornais, pasquins e alguns livros que versam sobre: a relação Brasil X Estados Unidos, entre 1961 e 1981; a Aliança para o Progresso; as Ligas Camponesas e os Corpos da Paz. Os livros, considerados oficiais, foram igualmente utilizados, devido à necessidade de fazer a reconstituição histórica do período, bem como por conterem informações essenciais, além de, como acabamos de citar, trazerem entrevistas com populares ou voluntários. Após a sistematização, o material foi comparado com os dados provenientes da versão oficial, pesquisada pela outra bolsista.

Resultados e Discussões

Os Corpos da Paz enviaram para o Brasil, entre 1961 e 1981, seis mil americanos e mantiveram escritórios em 14 capitais brasileiras. Foram recebidos por instituições como ABCAR – Associação

Brasileira de Crédito e Assistência Rural; SESI – Serviço Especial de Saúde Pública; LBA – Legião Brasileira de Assistência; Comissão do Vale do São Francisco e por duas Universidades (no caso de Pernambuco), além de terem inserção em mais de 40 organizações governamentais, não governamentais e de outras naturezas.

Atuando mais especificamente na formação de cooperativas de consumo agrícolas e na saúde pública, os voluntários estavam próximos das áreas dos engenhos, particularmente daqueles que tinham núcleos organizados de camponeses, como o Engenho Galiléia (em Vitória de Santo Antão), os Engenhos Espera, Limão e Cova de Onça (em Jaboatão), e outros em Paulista e Olinda.

Relatos e matérias de jornais pernambucanos, e até de outros Estados, denunciaram, a partir de 06 de maio de 1967, e por vários dias consecutivos, uma campanha de esterilização de mulheres. As voluntárias conquistariam a confiança das camponesas e ofereceriam o método "serpentina" para que ficassem "mais fortes". Mais tarde veio à tona que a intervenção teria sido feita por um professor de Ginecologia e Obstetrícia da UFPE, com a ajuda dos Corpos da Paz. A atitude, ao que tudo indica, não fazia parte da agenda de trabalho dos voluntários.

Apesar do que afirmamos, neste episódio visualizamos o ponto máximo das diferenças entre a versão popular, alvo de nossa pesquisa, e a oficial, pois essa eventual participação dos voluntários perdura na memória difundida entre pessoas que conheceram, ainda que de forma superficial, a atuação dos membros dos Corpos da Paz. Secunda a diferenciação, que agora marcamos, a disseminação da afirmação de uma suposta cegueira causada pelo leite então distribuído, o que era explicado apenas pela ausência de vitamina A, bem como a associação que freqüentemente considerava os voluntários como agentes da CIA.

Naquele mesmo ano, 1967, o trabalho já realizado junto às comunidades rurais, somado à ligação com a USAID, permitiu que os voluntários assumissem a coordenação do movimento sindical no Estado, antes controlado pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).

Apesar de não ser objetivo dos Corpos da Paz atuarem na defesa de comunidades, há indícios, segundo cartas-circulares de Dom Helder Camara, da participação de voluntários em um movimento contra a poluição dos rios, provocada pela Cooperativa Pernambucana de Borracha (COPERBO), em Ponte dos Carvalhos, no município do Cabo de Santo Agostinho. Bem como é possível que alguns voluntários tenham participado de atividades da Operação Esperança, criada pelo mesmo Ex-arcebispo. No documento de D. Hélder, que analisamos, não há a afirmativa explícita daquela participação que fica, no entanto, subentendida.

Para evitar choques culturais e potencializar suas ações, os Peace Corps montaram uma estrutura administrativa e funcional que permitia acompanhar os trabalhos e capacitar os missionários; para isso, existia o Programa de Treinamento em Serviço. A ajuda de custo recebida pelos voluntários era o equivalente, hoje, a cerca de R$ 800,00. Tão baixo valor, reforça a teoria da força da ideologia da Nova Fronteira, segundo a qual era necessário que os estadunidenses atuassem na melhoria da qualidade de vida dos países do Terceiro Mundo.

Tendo chegado ao Brasil desde 1961, com a ditadura de 1964 aumentou o contingente de voluntários no país. No entanto com a abertura política, segundo relatos, o Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, anunciou que a mão-de-obra deles não era mais necessária, encerrando, assim, suas atividades.

Conclusões

Os *Peace Corps* objetivavam desenvolver programas de ajuda comunitária, disseminar a ideologia norte-americana e controlar um eventual avanço do comunismo, através do investimento em desenvolvimento agrícola, saúde pública e formação de cooperativas, focando, primordialmente, a juventude.

Em Pernambuco, atuaram nos engenhos onde já havia núcleos organizados de camponeses. O objetivo era convencer os trabalhadores de que não precisariam da revolução para alcançar melhorias.

A versão popular da atuação desses voluntários aponta denúncias de esterilização de mulheres e problemas com a distribuição do leite que, segundo camponeses, "cegava". A pesquisa também constata que geravam emprego e renda, através das agências e do incentivo à organização de cooperativas. Em atitudes isoladas, alguns voluntários se envolviam com a comunidade a quem prestavam serviço, reivindicando melhorias, junto com os próprios moradores.

Em Pernambuco, articularam-se com diversas instituições, como BEMFAM e UFPE, e atuaram em projetos governamentais e não-governamentais. Em 1967, alcançaram a coordenação do movimento cooperativista no Estado.

Os voluntários conseguiram a simpatia de líderes como D. Hélder Câmara, e a antipatia de outros, como Miguel Arraes. No final de 1981, retiraram-se do Brasil, deixando uma história da qual essa pesquisa é uma primeira tentativa de resgate.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP, pelo incentivo à pesquisa via concessão da bolsa; ao professor Newton Cabral, pela paciência e dedicação; aos entrevistados(as), pela preciosa colaboração; à Alana Moreira, pelo companheirismo.

Referências

AZEVEDO, C. **"Em Nome da América"**: os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1999. 422 p.

AZEVEDO, C. **As contradições e os limites da "americanização" da América Latina**. Buenos Aires: Conferencia – Americanización: aspectos culturales, económicos y tecnologicos de la transferencia de un modelo. América Latina y los Estados Unidos en el siglo XX. 2002. 27 p.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PAGE, J. A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972. 314 p.

CAMARA, H. Carta-circular, 20-21 de julho de 1965. Arquivo do CeDoHC, Recife.

O SERVIÇO DE HIGIENE MENTAL DE PERNAMBUCO (1920 – 1930)

Bernardo Porto Araújo[1]; Zuleica Dantas Pereira Campos[2].

[1] Estudante do Curso de Bacharelado em Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas – E-mail: b_araujo@click21.com.br;
[2] Professora do Departamento de Sociologia do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa Estudos Históricos da Relação Discursiva Entre o Político e o Religioso. E-mail: zuleica@unicap.br [1]

Resumo
Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar os discursos promovidos pelo Serviço de Higiene Mental de Pernambuco acerca do alcoolismo, nas décadas de 1920 e 1930, além de analisar as representações construídas e as práticas intervencionistas, promovidas pelos médicos do Serviço, com relação ao alcoolismo. Para isso, foi feita coleta de dados em periódicos publicados pelo Serviço, encontrados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e na Biblioteca Pública Estadual Presidente Castello Branco. O material pesquisado foi devidamente catalogado e submetido à análise do discurso. Com base nessa técnica, constatou-se que grande parte dos discursos utilizados nas campanhas antialcoólicas, que se apresentavam amplamente nos periódicos analisados, eram apelativos e que seus autores buscavam a extinção das bebidas alcoólicas, visto que elas eram grandes responsáveis, segundo eles, pela degeneração da espécie, um ideal eugênico bastante comum na época.

Palavras-chave: eugenia; alcoolismo; saúde.

Introdução

No início do século XX, os médicos-higienistas, baseados nos estudos experimentais da biologia sobre hereditariedade, acusavam o governo brasileiro de abandonar o povo. Era necessário higienizá-lo, saneá-lo para que sua condição fosse mudada (MAIO, 1996). Os médicos-higienistas haviam detectado doenças, que se tornavam comuns, nos locais domiciliares e de trabalho da classe trabalhadora (ou dos menos favorecidos), o que lhe diminuía a capacidade de produzir e de sustentar a família, e declaravam que o Brasil era um país 'doente' (MAIO, 1996).
O alcoolismo se apresentava como um dos males sociais a serem combatidos por todos, por ser considerado degenerador da espécie, da família e da sociedade. Nas campanhas contra o alcoolismo, que eram direcionadas principalmente ao homem, era enfatizado como o vício poderia destruir a família; esse era o ponto mais forte das campanhas que sempre procuravam salientar a imagem do homem como a de pai/provedor e que, em conseqüência do vício, perde a capacidade de trabalhar e de dar sustento à casa (MATOS, 2001).
O alcoolismo também era constantemente associado à criminalidade e à vagabundagem. O alcoólatra, ao ser expulso de sua vida social normal, iria buscar uma forma de sustentar o vício que não no trabalho, o que o levaria ao roubo, ou, por sua condição de descontrole em decorrência do fato de estar alcoolizado, poderia chegar a matar uma pessoa. Ao estar alcoolizado, o sujeito não tem mais controle sobre si o que o levaria a se deitar em qualquer lugar que lhe parecesse disponível, levando assim ao aumento do contigente de vagabundos a dormir nas calçadas, o que também se pode considerar

Projeto: O Serviço de Higiene Mental de Pernambuco (1920 – 1950). **Órgão financiador:** PIBIC- UNICAP

como perda da masculinidade, devido à incapacidade de manter o próprio controle (MATOS, 2001).

O Estado de Pernambuco não ficou de fora da rota das campanhas de higiene mental. Foi na época de Ulysses Pernambucano, ao assumir a direção do Hospital de Alienados, que as doenças mentais do povo receberam uma maior atenção. Tal Hospital possuía um serviço especializado para a higiene mental (Serviço de Higiene Mental), chegando a ser considerado por Ulysses e seus colaboradores como um hospital moderno de tratamento às psicopatias. É nesse contexto, somado ao ideal eugênico, que o Serviço de Higiene Mental procurou elaborar campanhas, que atingissem a população em geral, para a prevenção de doenças. Esse serviço "se propõe a denunciar tudo o que se opõe àquilo que consideravam as virtudes da sociedade: (...) os males que interpenetram a loucura." (CAMPOS, 2001, p.58), entre eles está o alcoolismo.

A temática escolhida se insere no período de vinte anos, ou seja, as décadas de 1920 e 1930. Esse período marca o auge das práticas intervencionistas de Ulysses Pernambucano e sua equipe. Os acontecimentos históricos estudados têm lugar em Pernambuco e não estão desvinculados dos acontecimentos nacionais e internacionais.

Metodologia

Para que os dados necessários à realização desta pesquisa fossem coletados, realizamos fotocopias e cópias manuscritas, encontradas em periódicos da época. No caso das cópias manuscritas, todos os dados encontrados foram copiados exatamente como no original, todas as palavras, números e demais símbolos, para que fosse mantida a integridade da informação. Os artigos e manchetes copiados foram organizados de acordo com o ano e o número da edição do periódico, e a página em que o artigo ou manchete foi encontrado.

A técnica de análise do discurso foi utilizada para interpretar os dados colhidos. Com essa técnica, observa-se o tipo de discurso utilizado pelo locutor, de que posição social (estrato) ele fala, quais os principais argumentos utilizados e qual o seu impacto para o receptor da mensagem.

No total, foram copiados 46 artigos e 25 manchetes, encontrados no Boletim de Higiene Mental, publicado pela diretoria de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas, em exemplares publicados entre 1933 e 1939, encontrados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, além de um artigo da revista O Hospital, de 1932, e um artigo do Jornal de Medicina de Pernambuco, de1931, encontrados na Biblioteca Pública Estadual Presidente Castello Branco.

Resultados e Discussão

Nos artigos e manchetes encontrados, fica evidente a tentativa, por parte de seus editores, de influenciar a opinião pública a respeito do uso de bebidas alcoólicas. Seu discurso é, geralmente, apelativo e visa a inibir o uso de tais bebidas por parte da população.

Seus escritores, editores e responsáveis eram pessoas diretamente ligadas à área científica; eram médicos e psiquiatras, figuras de prestígio perante a sociedade, o que tornava difícil a contestação de suas informações pelos que não detinham tais conhecimentos. Sendo assim, restava à grande parte de seus leitores aceitar tais informações, não somente como verdadeiras mas também como ideais de comportamento a serem seguidos.

Isso caracteriza claramente a utilização de controle social do comportamento, evidente nas seguintes manchetes: "Não beba. Pense nos seus filhos!'' (NÃO beba: pense..., 1934, p. 4); "Bebidas alcóolicas levarão para o hospício Sr. e seus filhos." (BEBIDAS alcóolicas levarão..., 1934, p. 2); "Evite o álcool. Ele conduz a ruína para seu lar." (EVITE o álcool: ele conduz..., 1934, p. 4); "A prole do alcoolista destina-se ao hospício ou ao presidio." (A PROLE do alcoolista..., 1934, p. 2).

Aqui é evidente a utilização da imagem de homem/pai/provedor, bastante cultuado na época,

para afastar e afugentar os homens das bebidas alcoólicas. Esse discurso se baseia na teoria de que filhos de alcoólatras têm pouca chance ou nenhuma de serem saudáveis e bem cuidados. É claro que a ideologia eugenista não se apresenta somente no fato de que o álcool faz mal ao corpo, mas também no fato de que os filhos de alcoólatras, segundo médicos e psiquiatras da época, já nascem degenerados, débeis mentais, não têm chance de sobrevivência e representam um grande fardo para a sociedade.

Há também em evidência a utilização da imagem de cidadão nas manchetes. Por exemplo: “Não beba alcool. Entre você e a coletividade há deveres recíprocos.” (NÃO beba álcool: entre você..., 1934, p. 5); “Combater o alcoolismo é concorrer para o progresso do país.” (COMBATER o alcoolismo..., 1934, p. 4). Aqui é notória a idéia dos eugenistas de que o álcool degenera a raça e que, portanto, não beber é contribuir para a purificação da mesma, o que facilita o progresso do país. Há também a cobrança implícita de que os ‘bebedores’ cumpram seus deveres de cidadãos, ou ainda, ‘não beba! Pois você pode perder o seu título de cidadão honrado’, o que seria algo inconcebível para a sociedade da época.

Dentre as várias formas utilizadas pelos higienistas para expandir a luta contra o álcool, o discurso ameaçador é amplamente utilizado. Para isso os escritores de tais artigos não ameaçavam diretamente a vida dos alcoólatras, mas se utilizavam de palavras agressivas que poderiam persuadi-los a parar de usar bebidas alcoólicas. Essas palavras ameaçavam a perda do caráter, anunciavam a vergonha, colocavam em questão a razão e a consciência. Pode-se observar estas ameaças nas seguintes frases: ”Para que lhes serve (aos alcoólatras) a alma, a inteligência, a consciência?” (NÃO beba: o álcool..., 1934, p. 3); “Eles continuaram a perpetuar o estigma da vergonha e execração.” (NÃO beba: o álcool..., 1934, p. 3).

Esses artigos também se apresentam fundamentados na religião. O fato de grande parte da população brasileira ser de religião cristã e, conseqüentemente, também o ser a população pernambucana, tais argumentos se apresentam de forma bastante contundente e, talvez por causa de sua eficácia no controle social do comportamento ou por ser a crença religiosa dos ativistas que lutam contra o álcool, foram amplamente utilizados nas campanhas antialcoólicas. Ora atribuindo a existência do álcool ao ‘diabo’ ou ao deus pagão ‘Baco’, ora discursando que, ao estar alcoolizado, um homem não tem controle sobre seu comportamento e poderá cair em pecados. Para esclarecer, vejamos: “(ao estar alcoolizado, um homem) (...) desonrará o seu pai e a sua mãe; matará; não será casto; furtará; (...)” (NÃO beba: o álcool..., 1934, p. 3); “Não hesito em proclamar Baco o rei dos deuses. Pelo critério da influência sobre os homens. Influência consideravelmente prejudicial exercida através do vinho.” (VITÓRIA de baco, 1934, p. 2); “Mas a gente que já o conhece (o álcool) que tem certeza (...) que foi coisa feita pelo diabo para tirar o juízo” (LIÇÃO que se dá ..., 1934, p. 2).

Sendo assim, pode-se demonstrar um grande interesse, por parte de integrantes do Serviço de Higiene Mental, de manter um controle social sobre o uso de bebidas alcoólicas.

Conclusões

Com base nas análises propostas anteriormente, podemos ver que os médicos-higienistas pernambucanos, durante as décadas de 1920 e 1930, levaram para a luta contra o alcoolismo grande parte dos ideais eugênicos largamente difundidos na época, o que vem complementar a atual literatura sobre o alcoolismo, e que suas instituições, práticas e técnicas, principalmente as do Serviço de Higiene Mental, tornaram-se instrumentos de uniformização moral, denunciando aquilo que era considerado males sociais, dentre eles, o alcoolismo.

Agradecimentos

Ao PIBIC-UNICAP.

Referências

A PROLE do alcoolista. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.02. Set. 1934.

BEBIDAS alcóolicas levarão... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.5, p.02. Maio. 1934.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira Campos. **O combate ao catimbó:** práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

COMBATER o alcoolismo... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.4, p.04. Set. 1934.

EVITE o álcool: ele conduz.... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.7, p.04. Jul. 1934.

LIÇÃO que se dá é herança... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.02. Set. 1934.

LIMA, Nísia Trindade; Hochman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina **:** o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V.(org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. cap. 2.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim:** alcoolismo e masculinidade. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

NÃO beba alcool: entre você... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.05. Set. 1934.

NÃO beba: o álcool... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.8, p.03. Ago. 1934.

NÃO beba: pense... **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.2, p.04. Fev. 1934.

VITÓRIA de baco. **Boletim de higiene mental**. Recife:[s.n.], n.9, p.02. Set.1934.

O IMPACTO DO USO DO ÁLCOOL NA PRÁTICA CRIMINAL.

Edna d'Arc Cavalcanti Santos[1]; Marcus Túlio Caldas[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar.
E-mail: Marcus_tulio@uol.com.br

Resumo

O projeto tem como proposta analisar a vinculação existente entre violência, uso de álcool e suas manifestações na prática da criminalidade, por meio do estudo de sua relação com atos de baixo potencial ofensivo. Em uma primeira etapa, serão examinados os processos judiciais considerados como unidades de análise. Em uma segunda etapa, será escolhida aleatoriamente uma amostra entre os autores do ato delituoso que será submetida à entrevista semi-estruturada. Com o intuito de caracterizar o uso de álcool, consideraremos não só a sua utilização no momento da ação delituosa, como também os hábitos alcoólicos dos envolvidos. Dentre os resultados, encontramos que o álcool contribui significativamente para a incidência de delitos de baixo potencial ofensivo que se distribuem sob diversas formas de atos delitivos e afetam principalmente parentes e conhecidos. Nossa expectativa é de articular os resultados da pesquisa com os diversos setores da Justiça e da Saúde, assim auxiliando na diminuição da violência global, bem como favorecer o planejamento de programas em Saúde Pública.
Palavras-chave: delito, drogadição, justiça.

Introdução

Durante vários séculos, a natureza do alcoolismo tem desafiado o conhecimento humano. Foram propostas concepções que vão desde interpretações místico-religiosas até postulações genético-bioquímicas para tal fenômeno. No entanto, nos últimos dois séculos, observaram-se duas notáveis posições: uma de concepção moral e, outra de concepção médica, caracterizando-o como doença (BERTOLOTE apud RAMOS e BERTOLOTE,1997).

Nesse sentido, o alcoolismo tem sido amplamente reconhecido, ocupando na Classificação Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito (CID), da Organização Mundial de Saúde (OMS), na seção determinada à psiquiatria, toda uma categoria: a F10. A categoria F10 se desdobra em nove subcategorias (F10-F19), que por sua vez se dividirão em diversas outras totalizando vinte e nove condições clínicas que contemplarão os transtornos provocados pelo álcool. Interessam-nos particularmente, quatro transtornos clínicos por estarem associados à possibilidade de atos delituosos: a intoxicação aguda, o uso nocivo, a síndrome de dependência do álcool e o transtorno psicótico. A intoxicação aguda (F10.0) é caracterizada por comportamento mal-adaptativo após recente ingestão de álcool: desinibição de impulsos sexuais ou agressivos (que pode trazer riscos para a integridade do alcoolizado e pessoas próximas), instabilidade de humor, capacidade de julgamento e crítica diminuídos, coordenação motora prejudicada, controle emocional afetado e funcionamento social e profissional abalado. Uso nocivo de álcool (F10.1) é definido pelo CID-10 como um padrão de uso de bebidas alcoólicas que está causando dano à

Projeto: Álcool, violência e a repercussão na prática de atos criminosos na cidade de Recife. **Órgão financiador:** Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

saúde tanto física quanto mental. O padrão de ingestão é patológico, porém não se define pelo volume ou pela freqüência, mas por características consideradas desviantes pelo ambiente cultural em que o indivíduo vive. As repercussões em nível da saúde física ou mental, do funcionamento social ou do desempenho profissional parecem ser o elemento mais marcante do conceito de uso nocivo ou prejudicial. Esse fato confirma a preponderância de componentes sociais e comportamentais na formulação desse conceito, em detrimento de componentes biológicos e intrapsíquicos, que são mais relevantes para o conceito de dependência. Geralmente, repetidos episódios de intoxicação aguda, ou o prolongado uso nocivo, evoluem para a síndrome de dependência alcoólica (F10.2). Define-se como um conjunto de fenômenos fisiológicos ou comportamentais e cognitivos, no qual o uso do álcool ganha prioridade em relação a outros comportamentos antes valorizados pelo indivíduo. As principais características para diagnosticar a síndrome de dependência são: empobrecimento do repertório de ingestão, relevância da bebida, aumento da tolerância ao álcool, sintomas repetidos de abstinência, alívio dos sintomas de abstinência através da ingestão de mais bebida, percepção subjetiva da compulsão a beber e rápida reinstalação da tolerância após quebra de abstinência. Os transtornos psicóticos (F10.5) são subdivididos em sete subcategorias diagnósticas. Muitas delas ocorrem eventualmente. A primeira é a esquizofreniforme (F10.50), com predominância de sintomas que lembram a esquizofrenia tais como: variações sobre temas centrais de delírios fixos, podendo ser paranóides ou não, alucinações auditivas ou de outra natureza, desorganização dos processos de pensamento e sentimentos estranhos de serem controlados. O delírio de ciúmes patológico é bastante comum entre os alcoolistas, designado como transtorno psicótico predominantemente delirante (F10.51 O alcoolista passa a confrontar várias vezes seu companheiro(a) com acusações repetitivas de infidelidade, tomando atitudes agressivas ou até usando de violência para obter provas ou interferir na infidelidade imaginária. A alucinose alcoólica ou transtorno psicótico predominantemente alucinatório (F10.52) é outra subcategoria diagnóstica, na qual o paciente tem apenas alucinações auditivas. Geralmente ouve vozes que parecem dar ordens, fazer comentários amistosos ou ameaçadores, gerando uma vivência bastante desagradável e angustiante que resulta num comportamento perigoso ou em tentativa de suicídio. A quarta (F10.53) é o transtorno psicótico predominantemente polimórfico, apresentando características tanto delirantes quanto alucinatórias. Em seguida, temos o transtorno psicótico em que predominam sintomas depressivos (F10.54), que incluem alterações de humor durante ou imediatamente após o uso de álcool como sensação de desvalia e de auto-acusação; em outra subcategoria, predominam sintomas ansiosos (F10.55), o alcoolista fica agitado, com insônia e dificuldade de concentrar-se. A sétima e última é o transtorno psicótico misto (F 10.56), no qual o paciente apresenta duas ou mais características dos transtornos acima citados.

A conceituação do alcoolismo como uma doença traz em si, a tendência a situá-lo no campo médico e, em conseqüência, a identificá-lo exclusivamente em termos de sua sintomatologia física ou psíquica. Porém os aspectos sociais associados ao consumo de álcool não só constituem parte integrante desse complexo sindrômico, como podem mesmo constituir seus elementos mais relevantes e preocupantes em determinadas fases (EDWARDS, 1995). Os problemas sociais mais freqüentes relacionados ao consumo de álcool são: problemas profissionais, habitacionais, financeiros, conjugais, legais e interpessoais.

A relação entre criminalidade e ingestão excessiva pode ser muito estreita, porém a personalidade, as circunstâncias e o ambiente social também têm que ser sempre levados em conta, em vez de se ver o álcool como causa direta e única de atos criminosos. Todos os tipos de delitos podem, eventualmente, estar relacionados com a bebida, e, em muitos tipos, essa relação realmente é freqüente (EDWARDS, 1995).

Recentemente, trabalhos epidemiológicos nacionais e internacionais vêm observando a estreita relação entre álcool e violência (COTRIM; CHASIN, 2000; DUARTE, 2000; CARLINI-COTRIM, 2000; PARKER, 1993). Na cidade do Recife, Oliveira e Melcop realizaram uma pesquisa relacionando acidentes de trânsito e uso de álcool. Há, entretanto, carência de trabalhos, que, com metodologia adequada, pesquisem a relação do uso do álcool com comportamentos delituosos de baixo e médio potencial ofensivo, bastante freqüentes em nosso meio. Os atos delituosos de baixo e médio potencial ofensivo são caracterizados por penas que não ultrapassam os 4 (quatro) anos (Lei nº 9990/95 e Lei nº 10259/01-DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO), e que, portanto, podem ter substituída a pena privativa de liberdade por medidas alternativas. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a relação existente entre violência, uso de álcool e suas manifestações na prática da criminalidade. Pretendemos responder a esse objetivo através do estudo da relação entre a presença de álcool e a prática de crimes de baixo potencial ofensivo.

Metodologia

Amostra: agentes implicados nas situações de violência relacionada ao uso de álcool.

Profissionais de diferentes setores envolvidos na temática da violência e uso de álcool.

Documentação registrada no 1º Juizado Especial Criminal (JECRIM) e na 2ª Vara Especial de Penas Alternativas do Brasil (VEPA).

Instrumento: formulário desenvolvido para coleta de dados relativos à documentação, formulário desenvolvido para caracterizar o delito, autor e vítima; entrevista semi-estruturada a ser aplicada no autor do delito; entrevista semi-estruturada a ser aplicada nos profissionais de diferentes setores envolvidos na temática da violência e uso do álcool.

Procedimento: contato com os órgãos responsáveis para exame de documentos e registro dos mesmos qualitativa e quantitativamente, com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa; contato com os autores do delito e com os profissionais envolvidos na temática da violência; levantamento sociodemográfico do autor do delito (sexo, idade, anos de escolaridade, ocupação profissional, estado civil, procedência, antecedentes criminais, hábitos alcoólicos e referência ao uso de outras drogas psicotrópicas); para o crime, descrever: hora, dia da semana, local, tipo de arma, autoria única ou múltipla e relação de parentesco entre os envolvidos.

Resultados e Discussão

As Tabelas 1, 2 e 3, mostram os dados obtidos através do exame dos processos de baixo potencial ofensivo que se encontram no Setor Psicossocial do 1º JECRIM. Os processos examinados correspondem a delitos cometidos entre os anos de 2000 e 2003 e que, no momento, estão sendo acompanhados no cumprimento de medidas e penas alternativas. O total de processos examinados correspondeu a 558.

Tabela 1 Relação entre crimes de baixo potencial ofensivo com e sem uso de álcool na cidade de Recife

	N	%
Sem uso de álcool	465	83.33
Com uso de álcool	93	16.67
Total	558	100

Tabela 2 Crimes relacionados ao uso de álcool

	N	%
Ameaça	19	20.43
Lesão corporal leve	15	16.13
Maus tratos	13	13.98
Dirigir sem habilitação	7	7.53
Perturbação da tranqüilidade	6	6.45
Difamação	6	6.45
Dano	5	5.37
Infração penal de menor potencial ofensivo - trânsito	4	4.30
Entregar direção à pessoa não habilitada	3	3.22
Desobediência à autoridade policial	3	3.22
Ato obsceno	3	3.22
Violação de domicílio	2	2.15
Injúria	2	2.15
Importunação ofensiva ao pudor	1	1.07
Rixa	1	1.07
Embriaguez	1	1.07
Desacato	1	1.07
Constrangimento ilegal	1	1.07
Total	93	100

Tabela 3 Características do crime segundo a relação entre envolvidos

	N	%
Parentes	37	45.68
Conhecidos	25	30.86
Estado/sociedade	12	14.81
Desconhecidos	4	4.94
Nr	3	3.71
Total	81	100

Conforme os resultados acima descritos, observamos que nossos dados estão de acordo com trabalhos nacionais e internacionais que chamam a atenção para a presença do álcool nas mais variadas formas de delitos.

Conclusões

Os delitos de baixo potencial ofensivo, cometidos na cidade do Recife, sob a ação do álcool apresentam incidência elevada.

Todos os crimes descritos no Código Penal, hoje considerados de baixo potencial ofensivo, podem ser provocados pelo uso de bebidas alcoólicas, predominando em nossa pesquisa, com metade dos casos, as situações ligadas a violência física e verbal.

O fato dos delitos ocorrerem em 2/3 dos casos dirigidos a familiares e conhecidos indica se tratarem de crimes intrinsecamente relacionados a situações sociais.

Agradecimentos

Ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco (PIBIC-UNICAP).

Referências

BRASIL, **Código penal**. Artigos de nº 44, 61, 62,65, 129, 131, 136, 137, 139, 140, 146,147, 155, 157,163, 233 e 330. 33 ed. São Paulo: Saraiva,1995.

CASTRO, L. **Manual de Psicologia da VEPA**. 1. ed. Recife, PE, 2003, 20 p.

CARLINI-COTRIM, B.; CHASIN,A. A. Blood alcohol content (BAC) and deaths from external causes: a study in the Metropolitan area of São Paulo, Brazil. **Journal Psychoative Drugs**, New York, n. 33, p. 3-16, 2000.

CARLINI-COTRIM, B.; DUARTE, P. Álcool e Violência: estudo dos processos de homicídio julgado nos Tribunais do Júri de Curitiba, PR, entre 1995 e 1998. **Jornal Brasileiro de Dependências Químicas**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 17-25, 2000.

DUARTE, C. A. V. P.; CARLINI-COTRIM, B.; Álcool e violência: estudo dos processos de homicídio julgados nos Tribunais do Júri de Curitiba, PR, entre 1995 e 1998. **Jornal Brasileiro de Dependências Químicas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 17-25, 2000.

EDWARDS, G. **O Tratamento do Alcoolismo**. Tradução: José Manuel Bertolote. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JECRIM, **Guia de parceria rede social**. 1.ed. Recife, PE, 2002, 49 p.

OLIVEIRA, E. M.; MELCOP, A. G. **Álcool e Trânsito**. Recife: Instituto RAID, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PARKER, R. N. The effects of context on alcohol and violence. **Alcohol, Health World**, New York, n. 17, p. 117-122, 1993.

RAMOS, S. P.; BERTOLOTE, J. M. **O Alcoolismo Hoje**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VEPA, **O que a Justiça pode fazer com o pequeno infrator?** Recife, PE, 2003, 6 p.

OS ORGANIZADORES DE TURNO NO DISCURSO DO AFÁSICO

Júlia da Silva Marinho[1]; Marígia Ana de Moura Viana[2]

[1]Estudante do curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: julia_marinho@hotmail.com
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Participante do grupo de pesquisa em Linguagem, Lógica e Cognição. E-mail: marigia@hotlink.com.br

Resumo

O presente projeto tem como objetivo observar de que forma e em que circunstâncias ocorrem o processo de organização de turnos no discurso do portador de afasia e as estratégias utilizadas por esse sujeito na superação das dificuldades resultantes desse processo de descontinuidade na interação verbal. Os estudos para o tema apresentado serão fundamentados na Análise do Discurso e na Análise da Conversação, permitindo um aprofundamento teórico para a investigação da utilização dos organizadores de turno no discurso do afásico. Até o momento, foram entrevistados, para a pesquisa, dois portadores de afasia, do sexo masculino, para [1] ser observada a ocorrência da troca de turnos no discurso, com base nas referências destacadas na fundamentação teórica desse projeto, resultado de leituras de textos na área de interesse do projeto. A relevância do trabalho está em identificar características e oferecer estratégias para a superação das dificuldades enfrentadas por esse sujeito.

Palavras-chave: interação, fatores paralingüísticos, afasia.

Introdução

A proposta aqui apresentada dá continuidade ao programa de pesquisa do Laboratório de Linguagem da UNICAP, o qual mantém relação direta com os cursos de graduação em Psicologia e em Fonoaudiologia, situando-se, também, nas linhas de pesquisa da pós-graduação em que atuam os seus pesquisadores. O Grupo de Pesquisa em Linguagem Lógica e Cognição se propõe investigar questões relacionadas à linguagem e processos de interação.

O tema para a pesquisa ora proposta volta-se para a organização do discurso do portador de afasia, enfocando a troca de turnos como caracterizador de descontinuidade na interação.

A afasia é uma perturbação da linguagem em que há alteração de mecanismos lingüísticos em todos os níveis, tanto no seu aspecto produtivo (relacionado com a produção de fala), quanto interpretativo (relacionado com a compreensão e com o reconhecimento de sentidos), causada por lesão estrutural adquirida no Sistema Nervoso Central, em virtude de acidentes vasculares cerebrais (AVCs), traumatismos crânio-encefálicos (TCEs) ou tumores. (COUDRY, 1988). Exclui-se aí a disartria (lesões neurais superiores e/ou inferiores dos gânglios de basais e cerebelares), distúrbios de linguagem nas psicoses, distúrbio do desenvolvimento da linguagem.

A linguagem do sujeito afásico é reduzida e simplificada ao máximo, ou desviada semântica, fonêmica e morfologicamente da linguagem normal. As estereotipias, repetições perseverativas e involuntárias de um determinado comportamento, são também freqüentes e tão presentes quanto

Projeto: O Discurso Do Afásico. **Órgão financiador:** UNICAP/CNPq

as estereotipias estão os agramatismos, os neologismos e a supressão, em que se tem a ausência total de uma emissão oral ou gráfica. Portanto é comum que vejamos no discurso do portador de afasia, a troca de um vocabulário por outro, seqüências fonêmicas ou grafêmicas semelhantes às palavras, mas que não existem na língua, distorção na produção dos fonemas e outros aspectos relacionados à articulação da palavra falada e/ou escrita. A compreensão apresenta dificuldade, necessitando de pistas, repetições, apoios e ordens bem curtas e objetivas para serem mais bem recebidas.

Para a Análise de Discurso, a interpretação faz parte da atividade de linguagem do sujeito. Diante de qualquer significante, o sujeito é obrigado a doar sentido. Essa interpretação, uma vez assentada sobre a não-equivocidade do discurso, não será de grande valia para o sujeito afásico. No discurso de um falante normal, podemos observar o que Orlandi (1987) chama de produtividade e criatividade, ou seja, a produtividade ou paráfrase, dimensão técnica da linguagem (produz o mesmo de formas variadas) e a criatividade ou polissemia é a ruptura com o processo de produção dominante, é o conflito entre o instituído, o institucionalizado e o que tem de se instituir. Portanto, na afasia, o que ocorre é um desequilíbrio entre esses dois processos de forma que a criatividade se sobrepõe à produtividade. Essa criatividade demasiada é patológica já que altera a inteligibilidade do discurso do afásico, levando então o discurso do terapeuta a abusar da produtividade, a fim de que se mantenha o equilíbrio do seu próprio discurso.

Na Análise do Discurso, entende-se a palavra como algo fluído, em movimento, um processo enunciativo, diferentemente de perspectivas de estudos lingüísticos em que se trata a língua ou a gramática isoladamente, desvinculando-a do contexto de interação. Ao contrário, procura-se, aqui, compreender a língua fazendo sentido, enquanto processo simbólico que parte do contexto social constitutivo do homem e da sua história. (ORLANDI, 2000). Cada discurso é elaborado de acordo com a situação em que é produzido, por isso há diferenças cognitivas e lingüísticas entre os vários discursos e entre os interlocutores, o que pode levar a várias interpretações.

Estudar conversação é voltar-se para a prática social mais comum no dia-a-dia e a primeira das formas de linguagem à qual o homem é exposto. Nela, pode-se prever o que virá a seguir, em termos daquilo que é esperado como resposta e o que certas respostas pressupõem.

A organização da conversação é feita através de turnos. É considerado turno tudo aquilo que um falante faz ou diz, enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade de silêncio (MARCUSCHI, 1986). Os turnos podem ser de dois tipos: os nucleares, característicos de diálogo simétrico (valor referencial) e os inseridos, mais comuns no diálogo assimétrico (não apresentam nítido valor referencial). O turno inserido tem uma função interacional, além de contribuir para o desenvolvimento do tópico.

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar como se dá a utilização dos organizadores de turno no discurso do afásico em momentos de trocas interativas. Verificar, na sua produção discursiva, como se dá a troca de turnos. Tendo em vista as características clínicas do indivíduo com afasia, observar, em momentos de interação, em que circunstâncias os diferentes tipos de trocas de turnos ocorrem e identificar as estratégias lingüísticas por eles utilizadas.

Metodologia

Até o momento, foram entrevistados,para a pesquisa, dois portadores de afasia, do sexo masculino, para ser observada a ocorrência das trocas de turno no discurso, em formas organizacionais, com base nas referências destacadas na fundamentação teórica deste projeto.

Os dados coletados, até o momento, foram obtidos através de gravações de fala espontânea dos portadores de afasia em momentos de interação verbal e, posteriormente, transcritas para análise. Para a transcrição dos dados, está sendo utilizado o Sistema mínimo de notações

para as transcrições do projeto sobre fala e escrita, de Marcuschi (1999).

Dada a dificuldade em encontrar pacientes afásicos com um nível de produção lingüística que possibilite a análise, dos sete selecionados previamente, somente dois apresentaram uma produção que justificasse a sua inclusão no projeto. Estão ainda em fase de entrevistas outros sujeitos.

Características dos sujeitos selecionados até o momento:

S1 - sexo masculino, com 52 (cinqüenta e dois) anos de idade, divorciado, representante comercial, com afasia de grau leve;

S2 – sexo masculino, com 55(cinqüenta e cinco) anos de idade, solteiro, aposentado, com afasia severa.

Resultados e Discussão

Tendo em vista as conseqüências da doença na organização do discurso e dos graus de afasia (que vai de leve a muito severo) desses sujeitos, tem sido difícil encontrar o número inicialmente proposto, muito embora já se tenham outros a serem entrevistados. Espera-se, contudo, que seja possível a conclusão do trabalho com o número estipulado no projeto de pesquisa.

Até o presente momento, foram transcritos os discursos de dois pacientes afásicos, sendo um totalmente ininteligível, já que o grau de severidade de sua afasia é consideravelmente alto, o que dificulta a compreensão do seu discurso, e outro de melhor conversação. Enfim, dada a dificuldade encontrada para o acesso aos pacientes, foi possível, até agora, apenas as transcrições desses dois sujeitos. Sendo um deles (S2), o discurso totalmente ininteligível, tornando impossível observar os tipos de organizadores de turno. O levantamento de dados feito até agora no discurso do outro sujeito (S1) mostrou que a sobreposição de vozes foi a mais recorrente (10 vezes) ; em seguida aparece a tomada de turno pelo afásico (6 vezes); foi observado que a fala simultânea, que é também um tipo de organizador conversacional, não ocorreu durante o discurso. Outros organizadores locais importantes são as pausas, as hesitações e os silêncios, porém, na transcrição analisada, a pausa apareceu duas vezes e a hesitação apenas uma vez; o silêncio não apareceu como organizador conversacional no discurso desse sujeito.

Como exemplo do mais freqüente, segue o seguinte fragmento retirado da transcrição de S1:

0315	L2	aí o senhor não tá mais fazendo... mais a terapia fonoaudiologia...
	P	[não... éh:: no se segundo semestre eu não não tive nem lá... ou seja... combinei com marcia que (.) depois eu... / aí enfim ...

Conclusões

Diante das análises dos protocolos feitas até o momento, pode-se concluir que a sobreposição de vozes foi o tipo de troca de turno mais utilizado pelo sujeito afásico, que geralmente se dá no caos, quando o ouvinte concorda, discorda ou endossa. No caso do sujeito portador de afasia, que pode apresentar distúrbio de compreensão, é bastante importante pelo fato de o interlocutor constatar que está sendo compreendido. As pausas e hesitações são organizadores locais importantes, também observados nas transcrições realizadas, permitem configurar lugares relevantes na transição de um turno ao outro e servem como momentos de organização e planejamento interno. É de suma importância dentro do discurso do afásico já que este organiza as idéias mais lentamente do que um sujeito que não apresenta lesões crânio-encefálicas.

Agradecimentos

Ao PIBIC/CNPq; à Universidade Católica de Pernambuco, e de forma especial, aos pacientes que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Referência

COUDRY, M.I (1988). Diário de Narciso – Discurso e Afasia. São Paulo: Martins Fontes.

MARCUSCHI; L.A. Análise da conversação. São Paulo: Ática, 1999.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo. Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. O discurso pedagógico in A linguagem e seu funcionamento – As formas do discurso. Pontes ed.1987

O MARACATU E SUAS APORTAÇÕES

Edvaldo Monteiro da Silva[1]; Zuleica Dantas Pereira Campos[2]

[1]Estudante do Curso de Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Sociologia do Centro de Ciências Sociais, participante do grupo de pesquisa interação Social e Familiar[1] . E-mail: zuleica@unicap.br;

Resumo
O maracatu é um folguedo afro-brasileiro de grande relevância para a cultura pernambucana. Temos como objeto de nossa pesquisa o maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu, datado de 1824. Verificamos que o maracatu possui ainda hoje uma forte influência, pois, além de reunir várias pessoas que dedicam boa parte de seu tempo em função dele, tem toda uma indústria cultural que é gerada através dele. Tal indústria cultural consegue transformar o maracatu em mercadoria. É nítida a diferença que existe entre a cultura do povo (maracatu) e a cultura da elite (cultura portuguesa), que, posteriormente, fará parte de toda uma indústria cultural, que, por sua vez, modifica o padrão de relacionamento com a cultura, pois esta passará a ser vista como um investimento comercial. Portanto, nossa pesquisa se propôs, através da análise de textos e pesquisa de campo, refletir sobre quais são as aportações do maracatu para a cultura pernambucana hoje, que, mesmo em meio a preconceitos, falta de apoio e desvalorização, caminha de geração em geração, realizando a missão de manter viva uma tradição cultural.

Palavras-chave: folclore; discriminação; cultura.

Introdução

A análise dos fatos e das transformações que o mundo vem sofrendo nos mostra o quanto uma sociedade composta por seus costumes, sua religião, sua cultura, enfim, que expressa um rosto no qual nos permite distingui-la das demais, é vulnerável e facilmente se deixa influenciar por outras culturas. Desse modo, pode contribuir para o enriquecimento de sua cultura ou provocar uma desvalorização dos costumes existentes. Nesse cenário, propomo-nos refletir sobre a questão: quais as aportações que o Maracatu trouxe para a cultura pernambucana hoje?
Este trabalho é a continuação de uma pesquisa que visa ao estudo do Maracatu Nação mais antigo em funcionamento na Região Metropolitana do Recife, a fim de responder às problemáticas propostas em nosso projeto de pesquisa. Agora, munidos de informações sobre a origem do folguedo, da sua contribuição para a sociedade pernambucana e de entrevistas dirigidas e realizadas com os seus integrantes, podemos confrontar o material colhido com as idéias de **cultura popular, cultura da elite, indústria cultural, Estado e Identidade Nacional** conceituadas pelos seguintes autores: Renato Ortiz (1994) e Marilena Chauí (1997). E, por fim, aprofundar e descobrir novas aportações na manifestação cultural pernambucana.
O Maracatu é uma dança folclórica composta por uma mistura do sagrado e profano, que tem sua origem na África através da coroação do Rei do Congo, trazido para o Brasil pelos escravos. Com a sua incorporação à cultura pernambucana, verificamos duas vertentes: o Baque Solto ou Rural e o

[1] **Projeto:** O Maracatu e suas aportações para cultura pernambucana hoje. **Órgão financiador:** PIBIC-UNICAP.

Baque Virado ou Nação. Nós nos concentramos nesse último por manter em seu desfile o cortejo real, muito próximo daquele outrora apresentado pela escravaria africana no período colonial para homenagear a coroação do Rei do Congo. A presença do Maracatu de Baque Virado é mais marcante na área urbana, mais precisamente na capital, no pátio das Igrejas do Recife, Olinda e Itamaracá, promovida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito. Embora encontremos mais maracatus no carnaval, este independe do carnaval. Suas loas fazem referências à coroação do rei negro e às divindades dos cultos populares e seus brincantes buscam, em seus cânticos e músicas, viver para reviver a força de seus antepassados.(GUERRA –PEIXE, 1980).

O Maracatu Nação Estrela Brilhante, de Igarassu, foi o escolhido para pesquisa. Portanto, com esta pesquisa propomo-nos investigar o lugar e a importância do maracatu na formação da cultura hoje e, dessa forma, clarificar e desmistificar o preconceito que as pessoas têm com relação ao maracatu; demonstrar que o maracatu deve ser respeitado e incentivado como forma de engrandecimento dos valores culturais de um povo; investigar o processo de revalorização do maracatu na cultura popular pernambucana; analisar a importância do maracatu na produção de vestes, adereços, músicas, e verificar o processo de assimilação de elementos culturais do maracatu na obra dos artistas populares.

Metodologia

No desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos os métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica, principalmente, no levantamento, análise e documentação dos textos afins à temática investigada. Também referenciamos métodos e técnicas da pesquisa de campo, através da observação e relato em diário de campo e entrevistas dirigidas.

Somados a esses procedimentos, coletamos algumas letras de músicas de artistas populares, inspirados no Maracatu, para análise.

Após a realização dos fichamentos das leituras, das reflexões do diário de campo, da análise das entrevistas e das letras das músicas, elaboramos os resultados dessa pesquisa, que serão brevemente demonstrados a seguir.

Resultados e Discussão

Esta pesquisa foi realizada com componentes que participam ou que participaram do maracatu Nação Estrela Brilhante, de Igarassu. A faixa etária dos entrevistados ficava entre idade mínima de onze anos e máxima de oitenta anos. Foram feitas nove perguntas abertas, das quais quatro eram pessoais e cinco gerais.

Constatamos que muitos dos entrevistados começaram muito cedo a participar do Maracatu. Sua idade de entrada no folguedo varia de sete anos até setenta anos. Observamos que sete dos entrevistados se interessam pelo maracatu porque gostam de dançar o ritmo utilizado pelo folguedo. Eles acham a dança bonita e a maior parte pertence à família dona do Maracatu. É pertinente observar que uma grande parte dos entrevistados tomaram partido, dedicaram-se ao maracatu, devido à pertença a uma família que traz como honra a manutenção de uma tradição que é passada de geração a geração.Ao voltarmos um pouco no tempo, vamos perceber que a região denominada Nordeste surge na "paisagem imaginária" do país, substituindo a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul. Foi fundada na saudade e na tradição. Ele é uma espacialidade historicamente originada por uma tradição de pensamentos, costumes, expressões culturais, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. De fato, é uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado. Sendo assim, o Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos

tradicionais produtores de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. É nesse contexto que o Maracatu foi preservado como acervo cultural desse Nordeste que emergia em meio a uma cultura de elite dominante. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999)

A relação entre o popular e o nacional é uma constante na história da cultura brasileira, pois afirma Nelson Wernek Sodré: "só é nacional o que, é popular". Dessa maneira, podemos afirmar de imediato que o maracatu nação é uma autêntica manifestação da cultura brasileira, visto que o mesmo é considerado como popular.Não é de se espantar ver pessoas de várias classes sociais fazendo parte do folguedo, embora o maracatu carregue ainda o peso de ser um folguedo, uma manifestação de uma cultura periférica. Ele é também um folguedo que encanta ricos e pobres, negros e brancos, crianças, jovens e adultos.(Sobre opud Ortiz,1994)

Embora não pactuemos com a idéia de Wernek Sodré, temos de aceitar que, atualmente, o Maracatu está ganhando projeção nacional. Mesmo sendo o Maracatu uma autêntica manifestação da cultura popular pernambucana com projeções para o âmbito nacional (e por que não internacional?), não podemos afirmar que ele é culturalmente verde e amarelo, pois suas raízes e características são bem próprias da África, continente de origem do folguedo. "O Maracatu é uma dança folclórica composta por uma mistura do sagrado e profano, que tem sua origem na África através da coroação do Rei do Congo, trazido para o Brasil pelos escravos".(GUERRA, Peixe, 1980.)

O Maracatu tem inspirado excelentes canções de artistas populares, por exemplo Antonio Nóbrega, com "Mateus Embaixador" (meu povo meu senhores\ aqui estou no meu destino...\ minha dança é de invocar), que concebe o Maracatu como uma dança de invocação. A partir daí, podemos fazer ponte para o culto afro-brasileiro, que usa do canto e da dança para invocar seus deuses.

É notável que o estudo da cultura popular é uma das manifestações da consciência regional quando ela se opõe ao estado centralizador e autoritário. A perspectiva folclorista nesse contexto sobrevive, sobretudo, nas regiões periféricas do país, onde ocorre uma simbiose entre o popular tradicional e as políticas de cultura realizadas pelas secretarias de cultura e conselhos municipais e estaduais. (ORTIZ,1994)

A relação entre o popular, o nacional e o estado acontece da seguinte forma: o estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui, assim, a identidade. Como construção de segunda ordem, ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo.

O Maracatu é uma forma de oposição ao poder centralizador, no qual quem reina não é o homem branco, rico de bairro nobre, mas sim o homem negro, em sua maioria pobre de bairro periférico. Também o maracatu é aquele que nos vem mostrar que é possível conciliar o popular tradicional com a cultura moderna, contemporânea. Em meio à diversidade cultural em que estamos inseridos e levando em conta que o Nordeste foi fundado na saudade e na tradição, o Maracatu consegue destacar-se pela sua perseverança, riqueza histórica e seu jeito diferente e próprio de se expressar

que encanta a todos . (ALBUQUERQUE JÚNIOR, op-cit)

Conclusões

Portanto, foi possível perceber que o Maracatu se encaixa na relação de cultura popular e cultura da elite. Também é vitima da indústria cultural, que acaba transformando-o em investimento comercial, deixando de lado toda uma preservação da tradição afro-brasileira.

Verificamos, também, uma certa desvalorização da tradição em prol de uma indústria cultural que faz do folguedo mercadoria de consumo. Como também foi possível perceber que, no Brasil, no período de 1964, houve uma reorganização da economia e, conseqüentemente, esse acontecimento teve uma grande expansão das atividades culturais.

O Maracatu é uma expressão popular afro-brasileira que, paulatinamente, vem ganhando projeção nacional, mostrando a força de uma tradição preservada e passada de geração a geração. Contudo o Maracatu, nos dias atuais, continua sendo mal visto pela chamada cultura da elite. Mas, mesmo em meio a preconceitos e falta de apoio, o Maracatu, sobrevive com toda a sua tradição influenciando a sociedade pernambucana que o sente peculiarmente seu.

Agradecimentos
Ao PIBIC/UNICAP, ao Departamento de Filosofia, ao Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu.

Referências

ALBUQERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GUERRA-PEIXE, César. **Maracatus do Recife**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1980.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ORFANATO E ESCOLA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLINDA[1]

Emmanuelle Joanne de Souza[1]; Newton Darwin de Andrade Cabral[2]

[1]Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas, participante do Grupo de Pesquisa em Éticas da Contemporaneidade. – E-mail: newton@unicap.br

Resumo

O projeto "A filantropia dos homens bons: A Santa Casa de Misericórdia de Olinda" teve como prioridade analisar o papel assistencial prestado pelas irmandades leigas, como a Santa Casa de Misericórdia de Olinda, aos vários segmentos da nossa sociedade. A relevância científica do projeto se evidencia pelo fato de ainda não haver sido produzido um trabalho significativo sobre a história das santas casas pernambucanas, tarefa já cumprida para com as suas congêneres da Bahia e do Rio de Janeiro. A existência de tal lacuna confere relevância ao trabalho, pois, ainda hoje, a Santa Casa atua em Pernambuco, sendo importante começar a preencher um vazio ainda existente na historiografia. Pesquisamos inicialmente na Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, na qual encontramos fontes como relatórios e compromissos da Santa Casa de Misericórdia do Recife e de Goiana. Transcrevemos documentos encontrados na Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco, ligados ao nosso viés no tema – os orfanatos e as escolas da Santa Casa, entidade que tem outras frentes de atuação, algumas delas estudadas no projeto da outra bolsista; vários dentre esses documentos são de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa. Na etapa final, estamos empenhados na elaboração de um texto que será apresentado no relatório final como resultado das pesquisas e leituras efetuadas sobre a Santa Casa de Misericórdia.

Palavras-chave: filantropia; irmandade; confraria.

Introdução

O projeto "A filantropia dos homens bons: A Santa Casa de Misericórdia de Olinda" se propôs começar a preencher uma lacuna na História de Pernambuco, realizando um estudo cujos resultados esclareçam o público interessado no conhecimento do papel desempenhado pelas santas casas pernambucanas, em especial a de Olinda, a mais antiga do Brasil. Realizamos este estudo através de pesquisas em fontes encontradas no Arquivo dos Monges Beneditinos, em Olinda; no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Recife; no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano; no Arquivo Público de Olinda; na Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco; e na Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco, na qual terminamos as pesquisas no mês de abril para iniciarmos a elaboração do texto final do trabalho. Na Biblioteca Pública transcrevemos documentos de grande importância que nos darão as condições necessárias para alcançarmos o objetivo final – conhecer o papel desempenhado pela Santa Casa de Misericórdia aqui em Pernambuco.

Durante estas pesquisas só conseguimos encontrar documentos referentes às Santas Casas de Misericórdia do Recife e de Goiana, portanto, ainda não encontramos fontes específicas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Olinda, alvo maior do nosso projeto. A iniciativa de contribuir para elucidar essa problemática envolve uma variedade de questões no campo da história e da cultura da sociedade

[1] **Projeto**: A Filantropia dos Homens Bons: A Santa Casa de Misericórdia de Olinda. **Órgão financiador:** PIBIC/UNICAP.

pernambucana, como a atitude da sociedade diante da miséria, pois a Santa Casa proporcionava abrigo aos desamparados e cuidava de pessoas feridas, acolhia órfãos de ambos os sexos, proporcionando-lhes a possibilidade de crescerem e viverem com dignidade.

As santas casas de misericórdia expandiram-se para a África, Ásia e América. Chegaram ao Brasil no ano de 1539, sendo a primeira em Olinda, depois em Santos, no ano de 1543. Na Bahia, por volta de 1549; no Espírito Santo, em 1551; no Rio de Janeiro, em 1582; e em São Paulo, só em 1600. Através da pesquisa realizada na Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, encontramos alguns documentos – compromissos e relatórios da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Todos os documentos encontrados se inserem no nosso plano de atividades, que trata sobre a orfandade e sobre as escolas da Santa Casa de Misericórdia. Essas fontes têm enriquecido as pesquisas possibilitando colhermos informações acerca de como funcionava a Santa Casa de Misericórdia, quais as suas prioridades, metas e objetivos, e quais os estabelecimentos ligados a ela.

Como afirmamos antes, neste momento, estamos voltados para a elaboração do texto final, no qual abordaremos os conceitos de irmandade e confrarias para definirmos a Santa Casa de Misericórdia. Também analisaremos dados sobre a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, segundo Russell-Wood, que estudou, em suas pesquisas, aquela Santa Casa.

Metodologia

Trabalhamos a partir de uma proposta metodológica que visava a aprofundar informações sobre o tema; em um primeiro momento, através de pesquisa bibliográfica na literatura disponível, mesmo que esta produção seja referente a outras áreas do Brasil. Assim, inicialmente, estudamos a Santa Casa de Misericórdia da Bahia através de Russel-Wood, em seu livro *Fidalgos e Filantropos*, e de João José Reis, em *A morte é uma festa*. Em seguida, localizamos e transcrevemos as fontes primárias encontradas, referentes à orfandade e às escolas da Santa Casa de Misericórdia, em Pernambuco, não exclusivamente às de Olinda.

Concluída essa fase, procedemos a uma análise a partir do campo teórico da História Sociocultural, desenvolvendo reflexões segundo os teóricos Carlo Ginzburg e Michel Foucault. Começamos a ler esses autores em projeto de PIBIC aprovado no período anterior, e tal caminhada tem proporcionado um bom embasamento teórico para fundamentação teórica do trabalho. Por fim, pretendemos organizar o material recolhido e transformá-lo em artigo a ser posteriormente publicado.

Resultados e Discussão

Os resultados se compõem de duas partes. Uma primeira é conceitual; nela nos propomos discutir sobre como a Historiografia define os conceitos de irmandade e confraria. Na segunda parte, construiremos um histórico sobre a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, já que pesquisamos as fontes sobre as Santas Casas Pernambucanas e estamos empenhados na construção de um texto para o relatório final. Segundo o pesquisador João José Reis, autor do livro "A morte é uma festa", as confrarias eram divididas principalmente em irmandades e ordens terceiras; existiam em Portugal desde o século XIII, dedicando-se a obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou para pessoas carentes não associadas. Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas sobretudo por leigos, mas as últimas se associavam a ordens religiosas conventuais (dominicana, franciscana, carmelita), daí originando-se seu maior prestígio (Reis,1991: 49).

Para que uma confraria funcionasse, precisava encontrar uma igreja que a acolhesse ou construir a sua, e ter aprovado seu estatuto ou compromisso pelas autoridades eclesiásticas. A administração de cada confraria ficava a cargo de uma mesa, presidida por juízes, presidentes e

provedores e composta por escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores e mordomos, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da confraria, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas e outras atividades.

A cada ano se renovavam, por meio de votação, os integrantes da mesa. Embora as constituições proibissem expressamente a reeleição, nem sempre tal proibição era respeitada. Além de regularem a administração das irmandades, os compromissos estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus deveres e direitos. Entre os deveres estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades e a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Em troca, os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momentos de crise financeira, a enterro decente para si e para membros da família e a sepultura na capela da irmandade. (Reis, 1991: 50).

As irmandades eram associações corporativas no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais. Havia irmandades poderosíssimas, cujos membros pertenciam à nata da elite branca colonial. No topo, estavam as Santas Casas de Misericórdia que controlavam vasta rede filantrópica de hospitais, recolhimentos, orfanatos escolas e cemitérios. Desenvolviam uma caridade principalmente para fora, para os destituídos da sociedade, uma vez que seus irmãos eram socialmente privilegiados, na expressão de Russell-Wood, eram os fidalgos da colônia.

O compromisso de 1618 da Misericórdia de Lisboa, que regia a da Bahia, estabelecia que seus membros fossem alfabetizados e abastados de fazenda, proibindo a entrada de trabalhadores manuais. Seus membros se dividiam em nobres ou irmãos maiores – os aristocratas portugueses – e oficiais ou irmãos menores – aqueles que prosperavam nas profissões mecânicas (ourives, por exemplo). O primeiro critério de aceitação na Santa Casa de Misericórdia era ser limpo de sangue, sem alguma raça de mouro ou judeu, não somente na sua pessoa, mas também na sua mulher. Ex: A ordem terceira de São Domingos, fundada por bem sucedidos imigrantes do Porto, de Viana, do Minho e de Lisboa, discriminava índios, negros, judeus e brancos pobres. Seu compromisso de 1771 vetava o ingresso de quem não fosse “limpo de sangue, sem alguma raça de judeu, mouro, mulato ou qualquer infecta nação”. A partir da independência, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia, por exemplo, inicialmente de portugueses, passou a admitir brancos brasileiros e, mais tarde, até negros. (Reis, 1991: 52).

Esse breve relato sobre os conceitos de irmandade e confraria possibilita entendermos melhor as funções desempenhadas pela Santa Casa de Misericórdia e sua composição social. No mais, desenvolveremos um pequeno histórico sobre a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, segundo o livro “Fidalgos e Filantropos”, de Russell-Wood, para tentarmos uma comparação entre as Santas Casas existentes no Brasil colonial. A referência mais antiga à existência de uma filial da Misericórdia na Bahia, data de 1552, pois a destruição dos arquivos da Misericórdia pelos holandeses e a ação do tempo e dos insetos afastam a possibilidade de afirmar com precisão a data da fundação da irmandade na Bahia.

O auditor e historiador da Misericórdia no século XIX, Antonio Joaquim Damazio, coloca a fundação como tendo ocorrido entre a chegada de Tomé de Souza, em 1549, e a morte do terceiro Governador-Geral, Mem de Sá, em 1572. A escassez de material referente à Irmandade no período entre 1625 e 1650, ocasiona falhas quanto à descrição das atividades da Misericórdia, embora possibilite uma visão interna da administração.

A Santa Casa obtinha boa parte de sua renda a partir de legados feitos com a condição de que ela desse uma atenção maior à celebração de missas, durante o ano, na igreja da irmandade, para a pessoa desejada (Russell-Wood, 1981). A Misericórdia era a única irmandade da Bahia colonial a proporcionar uma ampla gama de serviços sociais, não apenas para seus membros, mas também para a comunidade. Mantinha o único hospital geral da cidade ao qual qualquer pessoa

podia ser admitida, sem consideração de raça, posição social ou crença religiosa. A Misericórdia proporcionava um serviço fúnebre utilizável por todas as classes, desde os barões do açúcar até o mais humilde servo. Também alimentava e vestia os presos e organizava, por sua própria conta, a defesa dos casos julgados merecedores. Os irmãos visitavam regularmente os pobres, distribuindo esmolas de roupas e dinheiro a viúvas, indigentes e velhos. A Misericórdia administrava um grande número de dotes e os entregava a moças que tivessem merecimento. Em 1716 o Recolhimento do Santo Nome de Jesus foi inaugurado e, dez anos mais tarde, a irmandade instituiu a roda dos expostos. (Russell-Wood, 1981: 274).

Conclusão

A realização da pesquisa "A filantropia dos homens bons: a Santa Casa de Misericórdia de Olinda" contribuiu para a formação de recursos humanos ao desenvolver ações inovadoras no campo da Iniciação Científica, na grande área das Ciências Humanas, proporcionando uma ampliação da formação da atitude de investigação científica e de uma postura metodológica mais acurada dos alunos bolsistas, ao proporcionar atividades como pesquisas em arquivos e bibliotecas pernambucanas. O trabalho também possibilitou aperfeiçoamento na leitura paleográfica, o que era requerido pelas próprias datas dos documentos encontrados. Como se trata de um tema muito amplo em seus desdobramentos e, ao mesmo tempo, escasso em fontes documentais, até agora obtivemos documentos referentes à Santa Casa de Misericórdia do Recife, o que nos levará a apresentar a Santa Casa de Misericórdia de Olinda a partir de aproximações, postergando novas pesquisas possivelmente para uma pós-graduação, já que este projeto tem ajudado a seguir uma linha de pesquisa que aponta para trabalhos mais aprofundados, após a graduação. Portanto, a pesquisa contribuiu com nossa formação histórica, levando-nos a discutir novos objetos e novos métodos a partir da tentativa de compreensão e análise da própria evolução histórica da atuação da Santa Casa de Misericórdia.

Agradecimentos

A Deus, por mais uma vitória alcançada; ao PIBIC/UNICAP, pela bolsa; aos orientadores, tanto a professora que conduziu a pesquisa quanto o professor que concluiu a orientação, ambos contribuíram com a nossa formação acadêmica.

Referências

CASTRO, Fernando de. **Almanach de Pernambuco** (1910). Instituto de Documentação de Documentação - Biblioteca Central Blanche Knopf. Org. Lúcia Maria Coêlho de O. Gaspar, Recife, 1993.

COSTA, F. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2. ed. Recife: Governo de Pernambuco, 1983. v. 10.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

O MAL MORAL: DEFINITIVA E GENUÍNA SOLUÇÃO AGOSTINIANA DO MAL

Fabiano Teixeira Bezerra[1]; Marcos Roberto Nunes Costa[2]

[1] Estudante do Curso de Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professor do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Antiga e Medieval – GEPFAM[1] .

Resumo

Após a conversão ao Cristianismo, Agostinho dá uma guinada na sua concepção do problema do mal, que passa de uma visão centrada em Deus, para uma visão centrada no homem, ou seja, busca-se a origem do mal no homem, definindo-o como pecado. É na obra *O Livre-Arbítrio*, em que a preocupação é responder à questão: o que é o mal ou qual é a sua procedência e suas implicações práticas, e em que Agostinho constata ser a causa do mal a vontade livre humana. Desse modo, surge a indagação: se o livre-arbítrio é ou não um bem. Segundo Agostinho, o homem, por possuir a faculdade da razão, pode escolher entre seguir ou não a "reta ordem", mediante o livre-arbítrio. Conclui-se que todas as coisas são criadas por Deus, logo o livre-arbítrio é um bem. Agostinho demonstra que o mal não tem a sua causa em Deus, mas no mau uso do livre-arbítrio. Entretanto, por que o homem inclina tanto para o mal? Acentua-se o conflito interior entre o querer e o não querer. Agostinho apela para a mente virtuosa, na qual o homem supera as paixões. Assim, somente o exercício das virtudes propiciará ao homem a garantia da boa vontade que o conduz a uma vida feliz ou infeliz. Com o livre-arbítrio o sujeito torna-se responsável por seus atos, constituindo a fonte da moral interior. Por fim, a partir das categorias "*uti frui*", estabelece as condições morais para viver neste mundo e alcançar a "*verdadeira felicidade*", isto é, fazer bom uso dos bens temporais, em vista do Bem Maior.

Palavras-chave: Agostinho; o Bem; Livre-Arbítrio; Moral; Pecado.

Introdução

A presente pesquisa é uma reflexão do pensamento de Agostinho acerca do problema do mal, a partir da investigação filosófica, no tocante à última fase a que chegou Agostinho, a saber, o mal moral, cuja causa está no livre-arbítrio que nos foi dado por Deus. Assim sendo, será apresentada a superação do nível ontológico, de caráter filosófico – natural, para uma concepção de caráter ético-moral. Em decorrência da reflexão acerca da seguinte indagação: "*Unde male faciomus*" – de onde vem o praticarmos o mal? (*Cf De lib. arb.*, I, 2, 4), Agostinho lança a pergunta: por que o homem inclina tanto para o mal? É na obra *O Livre-Arbítrio* que Agostinho dá uma conotação moral ao problema do mal ao apontar sua origem no livre arbítrio humano. Assim sendo, Agostinho define o pecado como a causa preponderante do mal, ao defender a tese de que este consiste na transgressão da "ordem divina" estabelecida por Deus, a partir da livre escolha humana. Desse modo, surge a indagação "o livre-arbítrio é um bem ou um mal?", visto ser, exclusivamente, por ele que pecamos. Agostinho encontra a resposta ao problema depois de acentuar o dilema entre o querer e o não querer presentes no interior do homem e à vontade de poder. Ele continuará afirmando que o único mal que podemos chamar genuinamente de mal é o mal moral que se dá justamente pelo distanciamento do bem – Deus, por parte da livre vontade humana.

[1] **Projeto**: "Ética e Política no Pensamento Patrístico-Medieval". **Órgão financiador**: UNICAP.

Metodologia

A pesquisa teve caráter essencialmente bibliográfico e interpretativo. Constituiu-se, inicialmente, de levantamento bibliográfico, leitura, fichamento de textos primários e secundários sobre o tema proposto.

Num segundo momento, constituiu-se o texto preliminar, utilizando-se método comparativo – interpretativo, e realizando-se a comparação entre os textos primários e secundários acerca do tema. Finalmente, foi passado pelo crivo da crítica pelos membros do grupo de Estudo e do professor orientador, e confeccionado o texto final.

Resultados e discussão

Agostinho, no último estágio de seu pensamento acera do mal, passa a conceber o mesmo como pecado, dando-lhe uma conotação filosófico-religiosa de culpa. É na obra *O Livre Arbítrio* que Agostinho atribui um caráter moral ao problema do mal, ao afirmar que o mesmo é oriundo do pecado e está no âmbito do livre-arbítrio. A partir de então, "o problema do mal passa de uma visão centrada em Deus (enquanto criador do universo)" para uma visão centrada no homem" (COSTA, 2002, p. 281).

Agostinho entende que não existe o mal no cosmos, mas graus inferiores de ser em relação a Deus. Este é o Sumo Bem e seria impossível pensar que o Ser teria gerado um não-ser. Deus, por natureza, é criador de todas as coisas, que, por sua vez, são boas. Logo, o mal não pode ser uma natureza, mas a corrupção da mesma, a qual não poderia ser corrompida se não fosse boa.

Dentre os seres criados, o homem ganha um lugar especial e se destaca em relação aos outros seres, ocupando um lugar superior exatamente porque é provido de razão ou inteligência e esse atributo lhe dá a possibilidade de conhecer a "ordem divina". Portanto, pelo livre-arbítrio, ele pode escolher entre seguir ou não a "reta ordem". Neste sentido, o pecado é classificado como a transgressão culposa dessa ordem.

No entanto, resta saber se de fato o livre-arbítrio é ou não um bem, uma vez que é através dele que o homem está potencialmente sujeito ao proceder mal. Desse modo, Agostinho afirma que é através do bom uso da razão que seguimos a "ordem divina", do contrário, quando nos deixamos levar pelas paixões, cometemos ou caímos no mal moral, que procede da vontade livre.

Assim, partindo do princípio de que é do livre-arbítrio que vem o proceder mal, Agostinho é interpelado com a seguinte indagação: o livre-arbítrio é um bem ou um mal, uma vez que ele nos possibilita o ato de pecar? Agostinho responde a esta questão, voltando à premissa de que Deus é o criador de toda as coisas, e todas elas vindas dele são boas, logo o livre-arbítrio é um bem porque nos foi dado por Deus. Desse modo, se o livre - arbítrio nos fosse dado somente para pecar, este não seria um bem e, conseqüentemente, seu autor Deus, tampouco seria justo. Assim sendo, para que a Justiça Divina se efetive na vida do homem, é de suma necessidade que ele seja livre. A moralidade pressupõe a liberdade.

Agostinho demonstra que o mal não tem a sua causa em Deus, mas no mau uso do livre-arbítrio, que nos foi dado não para procedermos erroneamente, mas para fazermos o bem. Não obstante, se o livre-arbítrio nos foi concedido para o bem, por que o homem inclina-se tanto para o mal?

É com visível desencanto que o Santo Doutor recorda o quanto lhes foram difíceis as relações com a vontade que lhe sobrepuja as forças no momento mais decisivo de sua vida, o da conversão. Daí, afirmar: "assim, duas vontades, uma concupiscente, outra dominada, uma carnal e outra espiritual, batalhavam mutuamente em mim. Discordando, dilaceravam a alma (Conf., VIII, 5, 10)".

Entretanto, é na obra O Livre-Arbítrio, cuja reflexão se volta para a busca da origem do mal, que termina por conduzir a questão para a causa do pecar humano. A problemática central é: por que procedemos mal? De onde provém essa inclinação má? (De lib. arb., I, 2, 4). E a solução ao

problema não tarda em vir: do livre -arbítrio da vontade humana.
A vontade aparece como senhora de si, e como tal, capaz de fazer sua escolha. Tanto pode permanecer unida ao bem, como pode escolher afastar-se Dele. Desse modo podemos constatar o quanto o ser, depois do pecado original, é deficiente no seu agir. Em outras palavras, vulnerável. Assim sendo, em conseqüência do pecado a vontade se fragiliza, causando-lhe uma confusão na mente e dominando-a, o que leva a cometer mais pecado. Na obra *O Livre Arbítrio*, Agostinho remonta tal situação a Adão no ato em que cometeu o pecado original. É o que o Santo Doutor em *As Confissões* chama de "a luta das duas vontades", quer dizer, o desejo de servir a Deus e o desejo de entregar-se ao mundo. Daí o drama entre o querer e o não querer, cujos resultados revelam o quanto a vontade por si mesma é impotente. Por essa razão, Agostinho apela para a mente sábia, racional e virtuosa. Defende a idéia de que só algo muito superior, a graça divina, pode solapar a mente do homem para fazê-lo adepto de um desejo bom.
O mal está na atitude adversa, no afastamento do *Summun Bonum* (*De. lib. arb*. II, 19, 53). As coisas criadas são boas porque foram criadas por Deus, que é bom.
O homem, por ser provido do livre-arbítrio, se torna a partir daí o responsável por excelência por seus atos, logo é na vontade livre que se constitui a fonte da moral interior no homem. É a partir desse legado que caberá ao sujeito, enquanto ser provido de capacidade de fazer escolhas, discernir entre o bem e o mal.
Considerando-se que o homem vive neste mundo, no qual tem de escolher entre as coisas terrenas e entre estas e a Deus, Agostinho introduz os conceitos de "*uti frui*", como princípio da moralidade, que tem como finalidade garantir, através da vontade livre, o poder de distinguir entre as coisas que devem ser gozadas e as que devem ser usadas. Essa atitude, segundo Agostinho, se dá a partir dos atos voluntários, ou seja, a tomada de atitude frente às coisas. Para ele, "*fruir*" significa aderir o sujeito às coisas por amor a elas próprias, enquanto que "*utilizar*" é apropriar-se de algo como meio de alcançar o objeto que se ama.
É através dos bens temporais que devemos buscar as realidades espirituais, ou seja, "das coisas temporais devemos usar, não gozar, para merecermos gozar das eternas. Não como os perversos, que querem gozar do dinheiro e usar de Deus, porque não gastam o dinheiro por amor a Deus, mas prestam cultos a Deus por causa do dinheiro' (*De civ. Dei*, XV, 25).
Portanto, Agostinho mostra que a "verdadeira felicidade" só é possível através da boa vontade, isto é, do bom uso dos bens temporais, de forma regrada, em função do Bem Maior.

Conclusão

Na última fase da investigação filosófica Agostinho supera o próprio neoplatonismo e passa a dar uma conotação ético-moral de culpa ou de pecado ao mal. Assim, a partir daí o mal é, exclusivamente, o mal moral- pecado, e tem sua causa no livre-arbítrio do homem. É na obra *O Livre-Arbítrio* que Agostinho dá uma conotação moral ao problema do mal, oriundo do pecado. Portanto, o livre-arbítrio é o responsável direto pela existência do mal moral. Assim sendo, a livre escolha, entre seguir ou não a "reta ordem" estabelecida por Deus, só é possível mediante a faculdade da razão que o homem possui, que lhe permite por vontade livre discernir entre os bens eternos e os bens mutáveis e efêmeros. Portanto, Agostinho demonstra que o mal não tem causa eficiente, mas deficiente. E que o grande conflito que brota do interior do sujeito está na vontade de poder. Assim sendo, é na independência da vontade, no agir livre do homem que brota o princípio da moralidade, a responsabilidade pelos atos cometidos, dos quais depende a vida feliz ou infeliz.

Agradecimentos

Agradecimento a Deus pelo dom do entendimento, ao professor orientador, Marcos Roberto, pela paciência e dedicação e à Universidade Católica de Pernambuco.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **O Livre–Arbítrio.** Trad., org., introd. e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1997. 296 p.

_____**. A cidade de Deus**: contra os pagãos. 3 ed. Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1991. vI, 414; vII, 589 p.

_____**. Confissões**. 9. ed. Trad. De J. Oliveira Santos e A. Ambrosio de Pina. Petrópolis: Vozes, 1988. 367 p.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antinaniquéia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: PUCRS; Recife: UNICAP, 2002. 429 p.

O CLIMA E A EXPECTATIVA NAS EMPRESAS INCUBADAS

Maria Luiza Nery do Nascimento[1] ; Helder Pontes Régis[2] ; José de Arruda Raposo[3] ; Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo [1] ; Bianca Bastos Mazullo[4]

[1]Estudante do Curso de Administração do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências Tecnológicas, Participante do Grupo de Pesquisa Gestão Empresarial E-mail: hregis@hotlink.com.br
[3]Professor do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa Gestão Empresarial E-mail: jpraposo@rce.neoline.com.br
[4]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.

Resumo

Os processos de incubação utilizam uma diversidade de instrumentos que têm como objetivos a liderança, a competitividade, o bom desempenho e, para isso, dependem das atividades empreendedoras. Nesse contexto, a eficácia dos processos de incubação também está relacionada a um conhecimento mais intrínseco do empreendedor para o qual o programa de incubação está sendo direcionado. Pretende-se, neste estudo, avaliar a motivação e a aprendizagem nas incubadoras de empresas à luz das contribuições mais recentes sobre a natureza da motivação e da aprendizagem organizacional. Para a medição da motivação será empregado o modelo de Vroom, da Teoria da Expectância. Mais especificamente, esse estudo abordará o clima e a expectativa dos empreendedores que estão passando pelo processo de incubação. A coleta de dados está sendo realizada nas incubadoras definidas para amostra; a Matriz Empreendedora do Recife (MATER, incubadora da Faculdade Integrada do Recife), o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), e a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Estado de Pernambuco (INCUBATEP). Dessa forma, a compreensão da motivação e da aprendizagem ajudará as incubadoras a desenvolverem seus programas de gestão e a aumentar o índice de empreendimentos que sobrevivem após o período da incubação.

Palavras-chave: modelo VIE / motivação / empreendedorismo

Introdução

Diante do novo panorama econômico mundial, verifica-se a necessidade de reafirmar a responsabilidade que está sendo direcionada aos pequenos negócios, que hoje são um dos principais responsáveis pela saúde econômica do país. Com a necessidade de se inventarem pequenos negócios, surge um novo perfil de profissional, com consciência da autogestão e de autonomia de desempenho (Versiani e Guimarães, 2003).

Nesse contexto, os jovens se deparam com o despreparo das instituições educacionais, no que se refere à preocupação com o desenvolvimento de uma qualificação para o desempenho de funções necessárias aos negócios.

As incubadoras apresentam um papel fundamental na formação de empreendedores, pois buscam atender às expectativas dos mesmos, fornecendo-lhes ambiente propício e relativamente

Projeto: Aprendizagem e Motivação de Empreendedores Vinculados a Incubadoras de Empresas. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP

protegido da agressiva concorrência de mercado. Porém, há uma grande parte do trabalho dos empreendedores que precisa aprender a gerir e preparar-se para o momento em que deixarão a incubadora. Há a necessidade de compreender o processo de motivação e aprendizagem pelo qual os empreendedores passam, com o fim de contribuir para o desenvolvimento das incubadoras nos seus programas de gestão, capacitação dos empreendedores e de aumentar o índice de empreendimentos que sobrevivem após o período de incubação.

É fundamental o papel das incubadoras no sentido dar as condições físicas e gerenciais para o sucesso dos empreendimentos. Programas de treinamento têm sido implantados nas incubadoras de empresas, no entanto, pouco se conhece a respeito da eficácia dessas intervenções quando comparada à motivação e aprendizagem (XIMENES, 2002).

Nesse âmbito, surgem as seguintes questões: "o que faz um empreendedor crer que um certo nível de esforço resultará em um correspondente nível de desempenho?" e "se recebo boa avaliação de desempenho, isso resultará em recompensas organizacionais?".

A compreensão do processo de incubação e seus impactos na aprendizagem e motivação dos empreendedores contribuirão para o aumento de empresas bem sucedidas, além de estabelecer princípios ou diretrizes que possam orientar a reprodução de modelos de sucesso em outras instituições, de modo particular, na UNICAP.

Os seguintes estudos tiveram relevante função no desenvolvimento e fundamentação da pesquisa: "Fatores Limitantes à Aprendizagem Organizacional e Resistência à Mudança" (MACIEL e NASCIMENTO, 2002); "A motivação para Participar do Pragrama de Qualidade do CEFET-PB: um Exame com Base na Teoria da Expectância" (REGIS e CALADO, 2001);"Aprendizagem e Inovação nas Pequenas Empresas de Base Tecnológica Incubadas: Um Modelo Aplicativo" (XIMENES, 2002) e a Monografia de MBA, de Maria Isabel Vieira, intitulada "A Motivação Para o Planejamento Estratégico: o caso do SENAC Pernambuco".

Na operacionalização do trabalho de pesquisa, foram realizadas atividades como: elaboração do instrumento de pesquisa (questionário), entrevistas nas incubadoras selecionadas para amostra (MATER, INCUBATEP e CESAR), aplicação do questionário, revisão e discussão da literatura voltada ao tema de pesquisa e reuniões semanais com os orientadores.

Tem-se, como objetivo geral do trabalho, avaliar o grau de motivação e identificar a forma de aprendizagem dos empreendedores vinculados a incubadoras de base tecnológica na região metropolitana do Recife, como respostas às intervenções de capacitação e treinamento fornecidos por essas incubadoras. Mais especificamente, busca-se avaliar as expectativas dos empreendedores para com o processo de incubação das empresas no que diz respeito à relação "desempenho X recompensas X metas pessoais" (BERGAMINI,1997); identificar possíveis fatores motivacionais associados ao alto ou baixo nível de esforço dos empreendedores para com o processo de gestão das empresas incubadas, investigar empiricamente evidências sobre o clima psicológico existente nas empresas incubadas e fornecer informações que auxiliem as incubadoras a desenvolverem seus programas de gestão e a aumentar o índice de empreendimentos que sobrevivem após o período da incubação.

Metodologia

Os estudos foram de extrema importância para o aprofundamento dos conceitos necessários para avaliação da variável *expectativa* (VROOM,1964), além da motivação e da aprendizagem.

A pesquisa é em parte exploratória (qualitativa) e também quantitativa. Foi orientada pelo seguinte problema de pesquisa: o que faz um empreendedor crer que um certo nível de esforço resultará em um correspondente nível de desempenho?

Foram realizadas quatro entrevistas, ocorridas com os responsáveis pelos projetos de criação de novos empreendimentos de três incubadoras da Região metropolitana do Recife.

A amostra foi selecionada a partir da entrevista com Marcos Suassuna, do Porto Digital, pela notoriedade da INCUBANET perante as incubadoras da região metropolitana do Recife. Os dados estão sendo coletados por meio de questionários com 28 questões em escala do tipo Likert.

As entrevistas foram de extrema importância para um maior conhecimento do processo de criação de incubadoras em Pernambuco, além de informações de como eram feitos os processos de seleção para um projeto ser escolhido.

A partir das informações obtidas nas entrevistas, entre fevereiro e abril de 2004, foram realizadas reuniões e discussões para elaboração do questionário de pesquisa. Havia o cuidado de formatar algo que fosse de fácil entendimento, uma vez que o questionário seria do tipo auto-administrado.

O questionário abordou os três temas do projeto principal, envolvendo os três alunos do PIBIC. O instrumento de pesquisa, que foi dividido em quatro seções: a primeira traz questões introdutórias ao empreendedor, captação das informações sobre programas de capacitação e treinamento fornecidos pelas incubadoras; e uma questão referente à variável *expectativa* da teoria da expectativa cujos resultados demonstrarão quanto o empreendedor acredita que, engajados em um processo de incubação, obterão bons resultados. A segunda seção refere-se à variável *valência*, cuja resposta dos empreendedores demonstrará o quanto as recompensas apresentadas no questionário são desejadas por eles. A terceira seção corresponde à variável *instrumentalidade* cujas respostas demonstrarão quanto os empreendedores acreditam que o seu desempenho é um meio de conseguir a recompensa desejada. A quarta seção está direcionada ao contexto de aprendizagem, em que se faz uma análise das respostas obtidas, vinculada ao conceito de aprendizagem em circuito simples e circuito duplo.

A medição do grau de expectativa referente ao processo de incubação é expressa em termos de probabilidade.

Após definido o formato e conteúdo do questionário, procedeu-se à aplicação dos mesmos. Foi iniciada na MATER, com sucesso; não houve dúvidas nem dificuldades referentes às questões no sentido de ultrapassar a competência dos pesquisadores.

Resultados e Discussão

Com a análise dos dados ainda em andamento, chegamos a resultados parciais obtidos das entrevistas com os gerentes das incubadoras estudadas e que são, até o momento, comuns aos três alunos participantes da pesquisa. Os gerentes adotam diferentes estratégias de capacitação e desenvolvimento dos seus incubados. A mentoria formal, associando um mentor para acompanhar e orientar os empreendedores é utilizada em uma delas. Outra adota um processo de trazer palestrantes, normalmente empreendedores mais experientes, até mesmo, graduados pela mesma incubadora, realizando inclusive um café da manhã para que haja uma maior integração entre o palestrante e os empreendedores e a última facilita a integração entre empreendedores e professores universitários, contudo o processo não se tem mostrado efetivo, visto que os professores ainda não conseguiram ajustar horários para orientar os empreendedores.

Referente aos cursos de capacitação, foi observado que duas delas adotam os cursos oferecidos por consultores tanto nas áreas técnicas quanto nas áreas administrativas e a última adota uma sistemática de cursos regulares sobre empreendedorismo e gestão no início do processo de incubação. Após a instalação da empresa na incubadora, a forma de oferecer cursos de capacitação desta terceira incubadora se assemelha às outras duas.

O período de incubação dura em média 2 anos nas três incubadoras pesquisadas, sendo o tempo formal de incubação em uma delas de um ano e seis meses. Todas as incubadoras pesquisadas

oferecem a estrutura exigível para desempenhar o papel de incubadora, como computadores, Internet, telefone, secretária em conjunto, etc. Foi observado que o espaço físico para os empresários é diferente de uma incubadora para outra.

Em relação a serviços oferecidos aos incubados, duas das incubadoras pesquisadas disponibilizavam assessoria jurídica aos sócios e apenas uma participava das negociações com os clientes.

As entrevistas foram de extrema importância para ampliar os conhecimentos referentes ao contexto atual do processo de incubação e aos programas de capacitação e treinamento. Foi constatado que não havia nas incubadoras pesquisadas um processo de avaliação do desempenho relacionado ao treinamento e à capacitação por eles empregado.

Nesse sentido, começa-se a ter um olhar crítico, conjugando a teoria estudada e a prática.

Conclusões

É fundamental o papel das incubadoras de empresas para assegurar a capacitação e permanência dos novos empreendimentos. Programas de treinamento têm sido implantados nas incubadoras de empresas, contudo, pouco se conhece a respeito da eficácia dessas intervenções quando comparada à motivação e aprendizagem. Quanto ao clima e à motivação nas incubadoras, observou-se, até o ponto atual da análise, uma expectativa positiva e um clima saudável em relação ao processo de incubação.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP pela oportunidade para realizar a pesquisa; aos orientadores; e aos gerentes entrevistados – Marcos Suassuna (Porto Digital), Celso Perez (MATER), Geraldo Magela (INCUBATEP) e Paulo Tadeu (CESAR).

Referências

BERGAMINI, Cecília W. **Motivação nas Organizações**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

MACIEL, Cristiano de O. e NASCIMENTO, Maurício R. do. **Fatores Limitantes à Aprendizagem Organizacional e Resistência à Mudança**. 2002. In: Anais 26º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Salvador-BA, 2002.

RÉGIS, Helder P. e CALADO, Sônia M. R. **A motivação para participar do Programa de Qualidade do CEFET-PB:** Um exame com base na Teoria da Expectância. In: Anais 25º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Campinas-SP, 2001.

VIEIRA, Maria Isabel. **A Motivação para o Planejamento Estratégico: o caso do SENAC Pernambuco.** Monografia do curso de Especialização (MBS) em Gestão de Organizações Sociais. Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. PROPAD. Recife-PE, 2002.

VROOM, Victor H. **Work and motivation.** New York, John Wiley, 1964.

VERSIANI, A. F.; GUIMARÃES, L. de O. Aprendendo a estruturar um novo negócio – o papel das incubadoras na constituição das pequenas empresas de base tecnológica. In: Anais 27º **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração** – Mídia eletrônica – Área ECE 1020Salvador-BA, 2003.

XIMENES, Ana C. de A. Aprendizagem e Inovação nas Pequenas Empresas de Base Tecnológica Incubadas: Um Modelo Aplicativo. In: Anais, XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 6 a 8 de novembro, Salvador, Bahia, 2002. CD-ROM.

PREVALÊNCIA DE TABAGISMO ENTRE SUJEITOS INTERNOS EM ENFERMARIAS DE HOSPITAL PSIQUIÁTRICO E GERAL DA REDE SUS EM RECIFE-PE

Nathália de Carvalho Milet[1]; Moab Duarte Acioli[2] .

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: nathycm03@hotmail.com.
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa em Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial. E-mail: mbacioli@uol.com.br.

Resumo
O objetivo deste estudo é uma análise epidemiológica sobre a prevalência de tabagismo numa população de pacientes internados no Hospital Geral Otávio de Freitas e serviço psiquiátrico Hospital Ulysses Pernambucano, ambos do SUS/Pernambuco. A amostragem constava de 120 pacientes de ambos os sexos, distribuídos igualmente na Psiquiatria e na Clínica Médica. Foram analisados os prontuários e aplicadas entrevistas diretivas, semidiretivas e a Escala de Fargstrom para avaliação do grau de dependência à nicotina. Os dados foram analisados no *soft* Excel. Assim, detectou-se que, na Clínica Médica, 53% dos pacientes são tabagistas e na Psiquiatria, o são 70% dos pacientes internados. Na Clínica Médica, a patologia com maior prevalência de tabagismo é câncer (44%) e na Psiquiatria, esquizofrenia (62%).

Palavras-chave: Dependência química; epidemiologia; comorbidade.

Introdução

Tabagismo pode ser definido como um hábito de consumo de nicotina e a dependência, um quadro onde está presente a síndrome de dependência. (OMS:1993). Nesse sentido, existe uma relação epidemiológica e clínica importante entre tabagismo e portadores de transtorno mental. Este dado se torna mais relevante desde que o *National Institute of Drug Abuse* (*NIDA*) constatou nos Estados Unidos, em plena década de 70, que o tabagismo não era apenas um hábito cultural, mas uma grave dependência à nicotina, colocada no mesmo *status* que outras: morfina, cocaína e etanol. (Carvalho: 2002).

Existe um processo que apresenta elevado risco de agravo através de patologias com variado espectro de mortalidade e de morbidade, tais como: câncer (esôfago, cavidade oral, faringe, laringe, estômago, pâncreas, bexiga, rins, próstata, colo do útero, mama e pele), doenças pulmonares obstrutivas crônicas, arteriopatias periféricas, arteriosclerose, hipertensão arterial, doença isquêmica do coração, acidente vascular cerebral, úlcera gástrica e péptica, osteoporose, catarata, alterações do sistema imunológico, impotência sexual, hipertensão arterial, problemas na gestação, entre outros. (Carvalho: op.cit.).

Há o reconhecimento dessa relação de comorbidade entre tabagismo e transtornos mentais em outros trabalhos. Lasser et al (2000) concluíram que os cerca de 28% dos tabagistas correntes na população norte-americana, aumentam para 41% entre pacientes psiquiátricos agudos e 35% em pacientes psiquiátricos crônicos. São indicados os seguintes diagnósticos como os mais prevalentes: fobia social, agorafobia, transtorno de pânico, depressão, dependência a substâncias psicoativas, transtorno de personalidade anti-social, transtorno de estresse pós- traumático e transtorno bipolar.

Título do Projeto: O Campo de Pesquisa em Saúde Mental no Espaço do Hospital Geral e Psiquiátrico. **Órgão financiador**: Pibic/Unicap.

A ausência do diagnóstico de esquizofrenia no trabalho anterior não ocorre no estudo de Goff, et al (1992) que relaciona tabagismo entre sujeitos portadores dessa psicose, com a psicopatologia e com os efeitos colaterais da medicação antipsicótica. Os homens apresentaram uma freqüência de 83% contra 47% das mulheres. Os tabagistas recebiam uma dosagem terapêutica de antipsicóticos duas vezes maior do que aquela de pacientes não-tabagistas.
Estudo sobre a realidade ambulatorial em Saúde Mental na Rede SUS em Recife já foi realizado por Feitosa&Acioli(2003). Os autores encontraram entre os diagnósticos dos homens as seguintes prevalências de tabagismo: alcoolismo (85%), esquizofrenia (30%) e epilepsia (13%). Entre as mulheres, depressão (28%), transtorno de ansiedade (21%) e epilepsia (13%).
Dessa forma, um desenho de pesquisa semelhante foi dirigido para a população de sujeitos internados em enfermaria psiquiátrica — o Hospital Ulysses Pernambucano (SUS/PE) — e em enfermaria clínica — o Hospital Geral Otávio de Freitas. São necessárias respostas para duas perguntas: 1º Quem são os sujeitos tabagistas que se encontram internados por motivos clínicos e psiquiátricos? 2º Qual a relação entre o tipo de transtorno e o desenvolvimento do tabagismo? Essa análise da comorbidade procura introduzir no espaço do tratamento em Saúde Mental e na Clínica Médica, a importância da discussão sobre prevenção das complicações dessa forma de dependência química.
Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é realizar um estudo epidemiológico sobre a prevalência de tabagismo numa população de pacientes internados num Hospital Geral da rede SUS em Recife/Pernambuco. Os objetivos específicos são: 1º comparar a distribuição de tabagismo entre sujeitos internos em enfermarias psiquiátricas e clínicas de um Hospital Geral; 2º associar a ocorrência do tabagismo com o diagnóstico clínico ou psiquiátrico; 3º determinar o perfil sociodemográfico dos tabagistas nas enfermarias clínicas e psiquiátricas, segundo sexo, idade, renda, religião, estado civil, atividade ocupacional, e procedência; 4º comparar a história do tabagismo com a história do transtorno clínico e/ou psiquiátrico presente.

Metodologia

- Campo

A pesquisa de campo foi realizada entre dezembro de 2003 a março de 2004 nas enfermarias masculina e feminina da Clínica Médica do Hospital Geral Otávio de Freitas (SUS/PE) e nas enfermarias masculina e feminina do Hospital Ulysses Pernambucano (SUS/PE), de vocação psiquiátrica..

- Sujeitos

Houve uma amostra total e espontânea de 120 pacientes assim distribuídos: 60 na Clínica Médica (30 homens e 30 mulheres) e 60 no Hospital Psiquiátrico (30 homens e 30 mulheres). Na Clínica Médica, os tabagistas perfazem 53% dos homens e 47% das mulheres. Na Psiquiatria, 52% dos homens e 48% das mulheres. Em se tratando da faixa etária, os tabagistas na Clínica Médica encontram-se prevalentemente entre 41 a 60 anos (50%) e na Psiquiatria, entre 21 a 40 anos (62%).

- Estratégias

1ª Pesquisa no prontuário para registro de diagnóstico clínico e psiquiátrico, através de critérios aleatórios. 2ª Aplicação do questionário sobre o perfil sociodemográfico (idade, sexo, estado civil, escolaridade, religião, prática religiosa, ocupação, renda familiar, profissão, procedência) e sobre o tipo de relação com os cigarros (nunca fumou, já experimentou, parou de fumar há quatro anos, parou de fumar há mais de 4 anos e fumante). 3ª Aplicação de roteiro de entrevista semidiretiva sobre os motivos que levaram o sujeito a ser ou não ser tabagista (inclui as seguintes categorias: tabagista, ex-tabagista e não-tabagista). 4ª Aplicação da Escala de Fargstrom (seis respostas positivas indicam dependência à nicotina).

Resultados e Discussão

No atual estado de arte da pesquisa, constata-se existir uma prevalência de 53 % de tabagismo e de 33 % de dependência na amostra da Clínica Médica e de 70 % de tabagismo e de 45 % de dependência na amostra da Psiquiatria. Assim, existe a seguinte Razão de Prevalência de Tabagismo: 70/53 = 1,32 (Tabagismo entre Psiquiatria e Clínica Médica) e a Razão de Prevalência de Dependência: 45/33 = 1,36 (Dependência entre Psiquiatria e Clínica Médica).

Figura 1 Diagnóstico na Enfermaria de Clínica Médica dos Casos de Tabagismo / Dependência

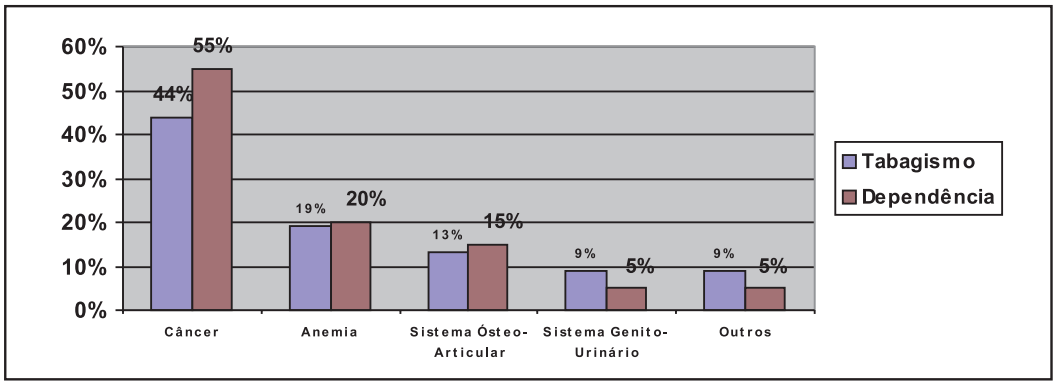
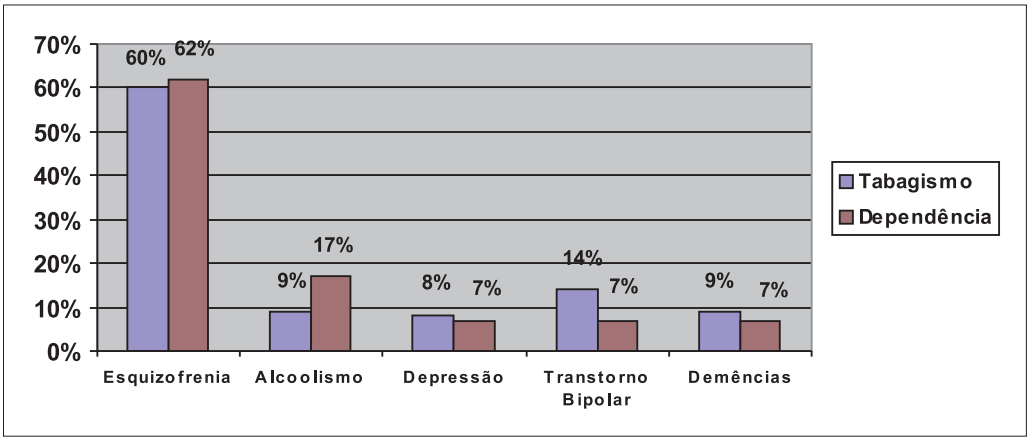


Figura 2 Diagnóstico na Enfermaria Psiquiátrica dos Casos de Tabagismo / Dependência



Como foi visto na Figura 1, na Clínica Médica, 44 % dos pacientes portadores de câncer são tabagistas, sendo dependentes 55 % deste grupo. Na Figura 2, existe uma prevalência de 44 % dos tabagistas que são portadores de câncer. Destes, 55 % são dependentes, na Enfermaria de Clínica Médica. Já na Figura 2, os pacientes portadores de esquizofrenia são respectivamente tabagistas em 60 % dos casos e nestes, 62 % de dependentes da nicotina.

Conclusões

Nestas conclusões parciais, vemos que a maioria dos tabagistas pertence à Psiquiatria (70 %). O perfil sociodemográfico prevalente é o masculino am ambas as enfermarias em mais de 50%. A faixa etária prevalente é mais jovem nos pacientes da Psiquiatria do que nos da Clínica Médica em torno de duas décadas. No caso da renda familiar, em ambas as enfermarias situa-se entre um a três salários mínimos.

A religião prevalente é a católica. Quanto ao estado civil, na Psiquiatria são mais prevalente são solteiros e na Clínica Médica, igualmente solteiros e casados. A atividade ocupacional prevalente na Psiquiatria é aposentadoria por invalidez, enquanto na Clínica Médica, por tempo de serviço. Em se tratando do perfil diagnóstico, na Clínica Médica destacam-se as seguintes prevalências de tabagismo nessas doenças somáticas: câncer (44 %), anemia (19 %) e sistema ósteo-articular (13 %). Na enfermaria psiquiátrica, esquizofrenia (60 %), transtorno bipolar (9 %) e alcoolismo e demências (9 %).

Portanto, tanto na Psiquiatria quanto na Clínica Médica, as respectivas patologias prevalentes estão associadas ao grave risco de morte, física no câncer e psíquica na esquizofrenia. O tabagismo, portanto, é importante instrumento para se chegar a este fim.

Agradecimentos

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP, aos colaboradores do Programa Institucional de Base de Iniciação Científica da Unicap – PIBIC. Ao Hospital Ulysses Pernambucano e ao Hospital Geral Otávio de Freitas e funcionários. Por fim, a todos os pacientes e acompanhantes que nos permitiram fazer a pesquisa.

Referências

CARVALHO, J.T. **O Tabagismo visto sob vários aspectos.** Rio de Janeiro: Medsi Editora, 2002.

EBERT, M; LOOSEN, P; NURCOMBE, B. **Psiquiatria:** Diagnóstico e Tratamento. Porto Alegre: Artmed Editora, p. 233 – 258, 2002.

FEITOSA, M.F.M; ACIOLI, M. **Prevalência de tabagismo entre pacientes portadores de transtorno mental.** Anais da V Jornada de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco. Recife: FASA,2003.

FLETCHER, R; FLETCHER, S; WAGNER, E. **Epidemiologia Clínica:** Elementos Essenciais. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 84 – 102, 1996.

GOFF, D.C. **Cigarette smocking in schizophrenia:** relationship to psychopathology and medication side-effects. American Journal of Psychiatry. n.149, p.1189 - 1194, 1992.

LASSER, K; BOYD, J.W.; WOOLHANDLER,S. ; HIMMELSTEIN, D.;MCCORMICK, D.; BOR, D. **Smoking and mental illness: A population-based prevalence study.** Journal of American Medical Association, November 22/29, v. 284, n. 20, 2000.

MALBERGIER, A. **Tabagismo.** Jornal Brasileiro de Dependência Química. Supl. 1, n. 2, p. 47-51, 2001.

ORGANIZAÇÂO MUNDIAL DA SAÚDE**. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artes Médicas,1993.

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA COMO GARANTIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO PARA AS MINORIAS RACIAIS: ESTUDO COMPARATIVO BRASIL COM OS EUA·

Maria Catarina Ventura da Silva[1]; Gustavo Ferreira Santos[2].

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: catarinaventura@bol.com.br;
[2]Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais Líder do Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais. E-mail: gustavosantos@uol.com.br.

Resumo
O estudo comparativo da implantação das políticas de ação afirmativa, na área de Educação, do Brasil com os Estados Unidos, objetivou delinear o posicionamento sociojurídico referente a tais políticas em ambos os países, elencando e analisando os indicadores raciais aplicados na área de educação nesses Estados. Objetivou, também, com esse estudo avaliar a potencialidade das ações afirmativas, para negros, implantadas na área de educação no Brasil. Essa análise foi realizada através de pesquisas bibliográfica e jurisprudencial, aplicando-se o método indutivo na análise dos dados coletados na bibliografia e na jurisprudência, bem como nas diversas opiniões expressas nos debates referentes a políticas afirmativas na área de Educação. As políticas de ação afirmativa, especificamente as cotas raciais, podem garantir o acesso do negro à educação, pois elas concretizam a igualdade de condições no acesso à educação, previsto constitucionalmente. Tais políticas são, dessa forma, compatíveis com a Constituição. Algumas decisões judiciais, em âmbito de controle difuso, já declararam a constitucionalidade das cotas raciais no acesso à educação. É certo que tais políticas não podem ficar restritas à admissão em universidades, devendo garantir uma inclusão efetiva do negro na educação, o que garantirá a diversidade racial na educação, conquistada nos EUA com a implantação de tais políticas.

Palavras-chave: cotas raciais; racismo; direito à igualdade; negro; discriminação.

Introdução

A preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, exteriorizou o debate da adoção das ações afirmativas (terminologia americana) ou discriminação positiva (terminologia européia) como medidas alternativas de se combater o problema da desigualdade racial no Brasil. A questão do racismo ressurge no debate social.

Com a decodificação do genoma humano, foi superado o conceito biológico de raça. Assim, o estudo do racismo perdeu sua base biológica (raça enquanto conceito biológico), assumindo a real concepção de raça, como uma construção social e política que sempre foi na história da humanidade. Camuflado pelo mito da democracia racial, o racismo no Brasil é dissimulado, velado. A ideologia racista, vergonhosamente, está incrustada na "cultura" brasileira, perpetuando preconceitos raciais em que a pessoa negra (pretos e pardos), por exemplo, é associada à marginalidade, perseguida por jargões e ofensas racistas. A condição socioeconômica do negro brasileiro é extremamente inferior com relação ao homem branco, como mostra

Projeto: Políticas de Ação Afirmativa como Garantia do Acesso à Educação para as Minorias Raciais: Estudo Comparativo do Brasil com o Estados Unidos. **Órgão Financiador:** UNICAP-PROPESP (PIBIC).

os dados estatísticos da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. (SHICASHO, 2002, p.19-35) Essa triste realidade brasileira mostra a ineficácia das nossas normas antidiscriminatórias, causada ora pela resistência do próprio Poder Judiciário em implementar tais normas, pois muitos juízes ainda crêem no mito da democracia racial brasileira; ora pela ambigüidade da linguagem legal dessas normas antidiscriminatórias, o que dificulta as interpretações, e ora pela centralização excessiva no direito penal.(JACCOUD, BEGHIN, 2002, p. 17-18). A implementação de políticas de ação afirmativa é a garantia de eliminar essa diferença social, respeitando o princípio da igualdade no sentido material, ou igualdade jurídica.

Políticas de ação afirmativa, conforme o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim B. Barbosa Gomes, são um conjunto de políticas públicas e privadas que visam a combater a discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, concretizando o ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.(GOMES, 2001, 40)

A garantia do direito à educação, salvaguardada constitucionalmente pelos artigos 6°, 205 e seguintes, da Constituição Federal (1988), é o meio basilar de concretizar a igualdade de oportunidades para as minorias raciais no Brasil. A educação, além de ser um indicador das desigualdades sociais, é um forte indicador das desigualdades raciais. O Estado tem o dever de fornecer a todos o direito fundamental à educação até os níveis mais elevados, conforme o art. 205 e seguintes. E, para isso, conforme o inciso I do art. 206 combinado com o inciso V do art. 208 da CF, deve garantir igualdade de condições no acesso à educação.

O poder judiciário norte-americano foi fundamental, especificamente a Suprema Corte, na implantação e concretização de políticas afirmativas na educação, marcando o pioneirismo dos Estados Unidos da América na concretização da implementação de ações afirmativas para negros como medidas compensatórias para acabar com os efeitos de uma discriminação histórica ou passada.

A partir de 2002, o Brasil começou a implantar políticas de ação afirmativa para negros, causando um grande debate social, dividido por argumentos contrários às ações afirmativas, baseados na igualdade formal e argumentos favoráveis, fundamentados na concretização da igualdade material, no princípio do pluralismo e da dignidade da pessoa humana, argumentos esses também esgrimidos no debate norte-americano. Três universidades estaduais e recentemente, uma federal (Universidades Estaduais do Rio de Janeiro – UERJ e UENF, Universidade Estadual da Bahia - UNEB - e Universidade Federal de Brasília) adotaram cotas raciais – uma espécie de ação afirmativa - no acesso à educação, causando grande polêmica na sociedade e, conseqüentemente, no meio jurídico brasileiro. No caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, mais de 200 ações tramitam no poder judiciário brasileiro (mandado de segurança, ato de representação de inconstitucionalidades de leis e ação direta de inconstitucionalidade).

Ressalta-se que há várias universidades, no Brasil, como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), a Puc-Minas, a Universidade Federal do Amapá (Unifap) e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) que estão em adiantado processo de discussão e/ou implementação de cotas para negros.(SILVA, 2003, p. 28)

Diante dessa realidade e à medida que se comprova que a exclusão social e a exclusão racial estão diretamente ligadas, torna-se de extrema importância uma pesquisa como essa, pois possibilita uma análise social e, principalmente, jurídica das cotas raciais como concretização do direito ao acesso à educação superior, bem como permite traçar as diferenças e similitudes do posicionamento jurídico e social entre um país onde houve um *apartheid* racial formal - Estados Unidos - e um país onde se vive um *apartheid* informal, encoberto pelo mito da democracia racial - Brasil.

A presente pesquisa teve como objetivo geral realizar um estudo comparativo do posicionamento

sociojurídico das ações afirmativas implantadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, na área de educação, demonstrando os indicadores raciais adotados nos dois países e, conseqüentemente, objetivou avaliar a potencialidade das cotas raciais na educação para negros, bem como traçar o posicionamento do ordenamento jurídico brasileiro sobre as políticas de ação afirmativa para afrodescendentes na educação.

Metodologia

A pesquisa partiu da coleta de dados bibliográficos e jurisprudenciais. Utilizou-se o método indutivo na análise desses dados, após a seleção e leitura. Tal método permitiu a construção de esquemas teóricos para a compreensão do delineamento jurídico-constitucional da proteção contra o racismo na educação, a partir das políticas de ação afirmativa implantadas, observando a jurisprudência e a classificação das diversas opiniões colocadas no debate.

Resultados e discussão

A realidade norte-americana, quanto às desigualdades raciais, diverge em vários aspectos da realidade brasileira, não apenas pelo fato da herança segregacionista oficial dos EUA - *apartheid*, ou pela marcante discriminação de origem desse país, como também pela iniciativa de concretização da eliminação do racismo através de ações afirmativas do poder público e do poder privado. A maior transparência nas relações raciais possibilitou uma maior facilidade, diferente do Brasil, para a implantação das ações afirmativas em benefício dos afro-descendentes nos diversos âmbitos sociais: emprego, educação. A classificação racial nos Estados Unidos segue a ascendência racial, ou seja, considera-se negro ou afro-americano qualquer pessoa que tenha uma herança africana, é o princípio da "hipodescendência". (HUNTLEY *apud* SILVA, 2004). Vários doutrinadores alegam que a maior diferença entre o Brasil e os Estados Unidos é que, enquanto no Brasil a discriminação é de marca, esta, baseada nas características físicas, nos Estados Unidos, a discriminação é de origem, ou seja, baseada na ascendência racial; não havendo no nosso país, em conseqüência, um ódio racial. Porém, conforme a advogada Rebeca Oliveira Duarte (2003, p.30-31), a discriminação racial pela origem também existe no Brasil, haja vista que os negros-mestiços (denominados pardos) se encontram no mesmo patamar de violação dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Os Estados Unidos detêm mais de 30 anos de experiência, na adoção de políticas de ação afirmativa para negros nos diversos setores (educação, emprego), sendo essas políticas confirmadas e modeladas de acordo com as decisões da Suprema Corte. A Suprema Corte Americana tem um fator extremamente importante na consolidação dessas políticas e, conseqüentemente, na concretização da igualdade material. Assim, "mesmo diante de erros e retrocessos, não há como negar que a Suprema Corte tem desempenhado papel central na construção de uma sociedade plural na América". (CRUZ, 2003, p.203). No âmbito da educação norte-americana, a ação afirmativa favoreceu a diversidade racial na educação, garantindo, o aumento de profissionais negros em áreas onde a representatividade dessa minoria era inexpressiva, como medicina e advocacia. (GOMES, 2001, p.114)

A adoção de cotas raciais no acesso à educação superior gerou bastante polêmica tanto no Brasil, como nos Estados Unidos. E os argumentos contrários às cotas raciais na universidade, no debate social brasileiro, coincidem com os externados no debate norte-americano, pois tais argumentos se restringem à alegação de que tais medidas são uma afronta ao princípio da igualdade e ao princípio do mérito. Observa-se que esses argumentos partem de uma interpretação formal do princípio da igualdade. Apesar das últimas jurisprudências conservadoras, após a década de 80, a Suprema Corte dos Estados Unidos reafirmou, em 2003, no caso da Universidade de Michigan, a constitucionalidade das ações afirmativas. (MELLO, 2003). O Poder Judiciário brasileiro ainda

não se posicionou definitivamente quanto à constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, mas já existe a declaração de constitucionalidade das cotas raciais no acesso à educação superior, em âmbito de controle difuso. Assim, as cotas raciais são discriminações legítimas, ou seja, compatíveis com a Constituição Brasileira.

Como na experiência norte-americana, a experiência das cotas raciais na Uerj mostrou que as desigualdades de médias no vestibular não indicam o mérito do aluno – a capacidade de cada um -, pois os beneficiados pelas cotas, nessa universidade, tiveram desempenho igual ou melhor que dos alunos não-beneficiados e número de evasão menor. (GOIS, 2003). Dessa forma, as cotas raciais não são uma afronta ao mérito, pois esse, num estado democrático de direito, deve estar atrelado às condições de ensino e de oportunidades de cada aluno.

Conclusão

As cotas raciais nas universidades não são uma afronta à Constituição; ao contrário, elas efetivam os fins democráticos do direito fundamental à educação – a igualdade de condições para o acesso à escola e permanência nela. Elas efetivam o dever do Estado de universalização do direito à educação até os níveis mais elevados. São medidas necessárias e de caráter de urgência, mas devem ser temporárias e implantadas, juntamente, com políticas valorizativas, universalistas e com a aplicação das normas antidiscriminatórias.

Agradecimentos

À UNICAP/PIBIC, pelo incentivo à produção de pesquisa acadêmica.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2002.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença:** as ações afirmativas como mecanismos de inclusão social das mulheres, negros, homossexuais e portadores de deficiência. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

GOIS, Antônio. Aprovado por cota se sai melhor na Uerj. **Folha de São Paulo,** São Paulo – Folha *on line*/Educação. Data de publicação: 14/12/2003. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha /educacao/ult305u14583.shtml>. Acesso em janeiro de 2004.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa & princípio constitucional da igualdade:** (o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA). Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil:** um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002, 72 p.

DUARTE, Rebeca Oliveira. **Manual sobre a discriminação racial:** A perspectiva dos direitos humanos (coleção). DJUMBAY: Recife, DJUMBAY- Direitos Humanos e Desenvolvimento Local Sustentável, vol. I, 2003.

MELLO, Kátia. Muito além das cotas. **Revista ISTOÉ**, São Paulo, Editora Três, 1766 ed., de 06 de agosto de 2003.

SHICASHO, Sônia Tiê (org.). **Desigualdade Racial:** Indicadores Socioeconômicos – Brasil, 1991-2001**.** Brasília:IPEA, 2002, 39 p.

SILVA, Cidinha da. Ações Afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, Cidinha da (org.). **Ações Afirmativas em educação:** experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.

SILVA, Luis Fernando Martins. **Estudo sociojurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil:** aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado. Disponível em <www.mec.gov.br /univxxi/pdf/acao.pdf>. Acesso em março de 2004.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE

Anamaria Tavares de Lima[1] ; Carlos Alberto Cavalcanti Martins[2]

[1] Estudante do curso de Bel. Em Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2] Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia e Participante do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Interação Social e Familiar. E-mail:martinsalb@bol.com.br.

Resumo
Esta pesquisa teve por objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico da família de crianças da rede pública de ensino da zona centro da cidade do Recife. O estudo do perfil envolve questões sociais e econômicas, tais como, renda familiar, tipo de moradia, bens materiais, religião e raça da família, orçamento familiar, entre outros. A metodologia foi quantitativa e trabalhou-se com 181 pais ou responsáveis por alunos com faixa etária de 06 a 11 anos. Utilizou-se um questionário contendo 48 (quarenta e oito) questões. Através deste, foi possível perceber alguns aspectos relevantes para a pesquisa: a maioria dos participantes apresenta ter renda familiar de 01a 03 salários mínimos (58,6%); tipo de moradia: a casa própria (73,5%); bens materiais: carro/casa para aluguel (apenas 2,2%); eletrodomésticos: a televisão (94,4%); o orçamento familiar é mantido só pelo marido (40,4%); a esposa e os filhos não exercem trabalho remunerado (60,2%, 95,0%, respectivamente); a situação conjugal situa-se em torno da união não-formalizada (48,6%); o tempo de união do casal prevalece de 05 a 10 anos (32,0%); e não apresentaram casamentos anteriores (63,0%); a religião da família predomina a católica (58,6%) e a raça com maior incidência na mestiça (41,4%). Pode-se concluir que as estruturas social, econômica e cultural refletem diretamente no perfil sociodemográfico, existindo uma relação mútua entre eles.

Palavras-chave: perfil sociodemográfico; âmbito familiar; escola;

Introdução

Toda instituição social é passível de transformações, de mudanças, e a instituição familiar não poderia ter mudado sem que toda a sociedade mudasse também, pois está inserida nela. Ao longo dos anos, a família vem sofrendo grandes alterações em sua forma, papéis e funções dos membros. Para Prado, “a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da História e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar” (PRADO, 1989, p.12).
Os interesses socioeconômicos e os valores que preservam influenciam na modificação da estrutura familiar.. Nos dias atuais, o seu modelo de organização nuclear tradicional (pai, mãe e filhos) foi se estruturando de acordo com o contexto, como também a dinâmica familiar, representação e perfil sociodemográfico das famílias.

Projeto: Um estudo sobre as famílias de crianças em fase escolar da zona centro da cidade de Recife. **Órgão Financiador**: Programa Institucional de Base para Iniciação Científica - PIBIC/UNICAP

No conceito de Kaloustian (1998):

> A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de, desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. (KALOUSTIAN, 1998, p.11-12):

Entende-se como dinâmica familiar a forma de funcionamento da família, abrangendo motivos que viabilizam esse funcionamento, as relações hierárquicas estabelecidas com relação ao poder, as relações afetivas, a organização e desempenho de papéis familiares (CERVENY; MERCADANTE,1997). Ela também se altera em função de fatores socioeconômicos e culturais e do momento do processo civilizatório em que a consideramos. Sobre a configuração familiar, percebemos novas estruturações como as famílias recasadas, monoparentais, extensas, etc. Não existe, histórica e antropologicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar; não existe a família regular. Entretanto, ainda há uma afirmação crescente da família nuclear. Diante dessas configurações, a representação de família que teremos modificará o sentido que damos às nossas experiências e ao que somos, pois inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. Em relação ao perfil sociodemográfico, as mudanças se dão no sentido das condições de vida (moradia), situação econômica, religião, orçamento familiar, entre outros. Para Osório (2002), as profundas transformações ocorridas no âmbito familiar foram, em grande parte, determinadas pelos avanços científicos e tecnológicos que mudaram significativamente o perfil das necessidades e dos desejos bem como das expectativas de vida dos seres humanos em geral.

Dado o exposto, a pesquisa faz parte de um amplo estudo sobre o tema, tendo como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico da família de crianças da rede pública de ensino da zona centro da cidade do Recife, para situar, revelar e descobrir como essas famílias se organizam econômica, social e culturalmente.

Metodologia

Participaram da pesquisa 181 pais ou responsáveis por crianças de 06 a 11 anos, alunos de escolas da rede pública de ensino da zona centro da cidade do Recife. O instrumento utilizado foi um questionário contendo 48 (quarenta e oito) questões, o qual continha aspectos relevantes ao objetivo proposto sobre o estudo do perfil sociodemográfico das famílias, visando a verificar as questões socioeconômicas da população estudada. Os aspectos se referem à renda familiar, orçamento, bens materiais, tipo de moradia, religião e raça da família, entre outros.

Foi solicitada de cada escola a lista contendo todos os alunos matriculados, cuja faixa etária estivesse entre 06 e 11 anos. A partir dessa relação, fez-se a contagem de todos os alunos com idades possíveis, subdividindo-os em três grupos: 6 a 7 anos, 8 a 9 anos, 10 a 11 anos. Utilizou-se, em seguida, o seguinte procedimento estatístico: na escola que possuísse até 300 (trezentos) alunos, cuja faixa-etária fosse útil à pesquisa, seriam sorteados 30 alunos. E na escola que possuísse mais de 300 (trezentos) alunos úteis à pesquisa, seria sorteada 10% dessa quantidade. Esse procedimento foi adotado a fim de que se trabalhasse com uma amostra representativa. Após a realização desse sorteio, foi encaminhada aos pais, através das crianças, uma carta solicitando sua adesão à pesquisa e seu comparecimento à escola a fim de que respondessem ao questionário. Para o procedimento de análise dos dados, recorreu-se à leitura dos questionários com a finalidade

de familiarizar-se com a população estudada. Fez-se o levantamento estatístico dos dados coletados e os resultados foram demonstrados através de tabela.

Resultados e Discussão

De acordo com os dados obtidos nos 181 questionários, visando a atender ao objetivo específico sobre o perfil sociodemográfico das famílias de crianças na faixa etária de 06 a 11 anos, estudantes de escolas públicas da zona centro da cidade do Recife, foi possível observar alguns resultados e discuti-los. O perfil foi analisado com os dados referentes ao tipo de moradia, a renda familiar (nível econômico), a raça da família, tipo e tempo de união, aos bens materiais possuídos, a religião e ao orçamento familiar (quem mantém a casa).

Tabela 1. Perfil sociodemográfico

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO		**%**	
Renda Familiar	01 a 03 salários mínimos		58,6
Tipo de moradia	Casa própria	73,5	
Bens materiais	Carro/ Casa para aluguel	2,2	
Eletrodomésticos	Televisão	94,4	
Orçamento Familiar	Mantido só pelo marido	40,4	
Trabalho remunerado feminino	Não	60,2	
Trabalho remunerado infantil	Não	95,0	
Situação Conjugal	União não formalizada	48,6	
Tempo de União	De 5 a 10 anos	32,0	
Casamentos Anteriores	Não	63,0	
Religião	Católica	58,6	
Raça	Mestiça	41,4	

Fonte: Dados Coletados na Pesquisa PIBIC/UNICAP-2003/2004

De acordo com a Tabela 1, observa-se que a renda familiar está entre 01 a 03 salários mínimos, com 58,6%. Entretanto a renda predominante é de apenas 01 (um) salário, e, em muitas famílias, a renda é inferior a isso. Embora a maioria dos participantes apresentarem baixa renda, 73,5% das famílias possuem casa própria; com carro e casa para aluguel em apenas 2,2%. Em relação aos eletrodomésticos encontrados na casa predomina a televisão com 94,4%. O orçamento familiar encontra-se mantido só pelo marido (40,4%), reforçando a questão do pai como provedor, garantindo o sustento econômico da família. Acrescente-se o fato de a esposa não exercer trabalho remunerado (60,2%) remontando ao aspecto da mãe como dona-de-casa, cuidando apenas dos serviços domésticos e dos filhos. Esses também não exercem trabalho remunerado (95,0%), provavelmente por apresentarem faixa etária de 06 a 11 anos. Entretanto, como a renda em torno dos pais não garante o sustento da família, as crianças deixam de estudar para fazer biscates nas ruas e trazer algum benefício para casa. Foi verificado que a maior incidência na situação conjugal refere-se à união não-formalizada, com 48,6%, significando que a instituição “casamento” não é de grande importância para essa população. Contudo, apesar de serem uniões informais, não se pode vincular a uniões instáveis, apresentando de 05 a 10 anos de tempo de união (32,0%) como também não foi constatada a presença de casamentos anteriores como maior evidência (63,0%). No que concerne à religião a predominância foi da católica com 58,6%, e quanto à raça, a maior incidência foi de mestiça, com 41,4%, salientando o aspecto da indefinição da cor brasileira.

Conclusão

Pode-se concluir que o perfil sociodemográfico das famílias dessa população estudada vem salientar o aspecto da má qualidade de vida, somado ao fator da má distribuição de renda, acesso ao mercado de trabalho e baixa escolaridade, levando a população a uma carência absoluta. Para se verificar as mudanças ocorridas no âmbito familiar, é necessário inseri-las no contexto próprio à época vigente, considerando que as estruturas social, econômica e cultural refletem diretamente no perfil sociodemográfico, existindo uma relação mútua entre eles.

Agradecimentos

Ao PIBIC da UNICAP, órgão financiador da pesquisa; às escolas que participaram da pesquisa.

Referências

CERVENY, C.M. de; MERCADANTE, C. **Família e ciclo vital:** nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KALOUSTIAN, S. M. (org). **Família brasileira:** a base de tudo. 3 ed. São Paulo:Cortez; Brasília: UNICEF, 1998.

OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. do. **Terapias de famílias:** novas tendências. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

PRADO, D. **O que é família.** 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

PRODUÇÕES ESCRITAS DE SURDOS: UM ENFOQUE NA [1] PONTUAÇÃO DAS HISTÓRIAS

Tarciana Karla de Amorim Oliveira [1] ; Vivivany Andréa Meireles Alves [2]

[1]Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Tecnologia e Ciências Humanas; E-mail: tarciana_karla@hotmail.com.
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Tecnologia e Ciências Humanas. Líder do Grupo de Pesquisa. E-mail: viviany@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a pontuação de textos escritos por adolescentes surdos. Os participantes foram alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, que estudam em escolas da rede pública de Recife e são usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Cada participante produziu uma história baseada em uma seqüência de figuras. As suas produções foram analisadas de acordo com o tipo e a freqüência dos principais sinais de pontuação. Verificou-se se os mesmos foram empregados de forma correta. De acordo com os resultados, o ponto final e a vírgula foram os sinais de pontuação mais utilizados. Foi observado que, junto com o aumento da escolaridade, nas 7ª e 8ª séries, há uma maior freqüência e diversidade na utilização dos sinais de pontuação, assim como um emprego correto dessa pontuação.

Palavras-chave: LIBRAS; escolaridade; adolescentes.

Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar a pontuação de textos escritos por adolescentes surdos. Foram feitas observações quanto à freqüência e à adequação dos principais sinais de pontuação empregados espontaneamente nos textos escritos dos surdos.

Como não existe uma metodologia que supra todas as necessidades dos surdos, podemos verificar um número de fracasso escolar muito grande por parte desses alunos. Devido à uma dificuldade auditiva, torna-se muito difícil a compreensão do mecanismo do Português, nos moldes tradicionais da escola, principalmente para aqueles que possuem uma perda severa e profunda.

Se a escola tivesse conhecimento das diferenças lingüísticas de seus alunos, quem sabe não poderia encontrar caminhos efetivos para a apropriação do conhecimento, independente das peculiaridades de cada aluno, como é o caso da criança surda.

No Brasil, a língua falada pela maioria das pessoas é o português, tanto na modalidade oral como na escrita, que é considerado como língua materna. Para os surdos a língua materna é a língua dos sinais. O grande problema é que são poucos os interlocutores que têm o domínio dessa língua, tornando difícil a comunicação com surdos. A língua escrita poderia ser uma alternativa de comunicação muito eficiente entre os surdos e seus interlocutores, podendo possibilitar ao surdo as mesmas oportunidades dos outros, já que um de seus obstáculos é não saber a língua utilizada pela maior parte da população.

Porém a escrita ainda é um problema para os surdos, estudos (Fernandes, 1990; Ferrari, 1990; Brito 1995; Góes, 1996; Alves, 2002) apontam algumas das principais dificuldades encontradas na escrita dos surdos como por exemplo: uso inadequado ou omissão de preposição, terminação

[1] **Projeto**: Pontuação de surdos. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco

verbal não correspondendo à pessoa do verbo; limitações do léxico, impropriedades no uso de preposições e advérbios, uso inadequado ou omissão dos recursos coesivos, dificuldades narrativas e pontuação.

Um aspecto da escrita muito importante para coesão e coerência do texto é a pontuação, sendo, no entanto um tema ainda pouco pesquisado. Em relação à população surda, isso é ainda mais acentuado. Um raro exemplo de estudo nesta área com essa população é a pesquisa desenvolvida por Ruiz (1997) em um estudo de caso. Neste estudo, foi observado que a criança surda utilizava estratégias diferentes das de crianças não-surdas, porém com um desempenho igual. Lembrando que, nesse caso, a criança foi muito estimulada para essa habilidade, o que não é comum com a população surda, que, na sua grande maioria, apresenta dificuldades na utilização da pontuação correta.

Diante disso, é evidente que a escrita dos surdos precisa ser mais explorada, para poder ser mais compreendida. Essa compreensão por parte de pesquisadores e educadores poderá gerar implicações metodológicas importantes para a alfabetização plena de surdos e para o desenvolvimento de habilidades narrativas (ALVES, 2002).

Desenvolver essa habilidade é possibilitar ao surdo uma comunicação através da escrita, instrumento este de inegável importância social e cognitiva.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi investigar a pontuação dos textos escritos por adolescentes surdos, dando-se mais ênfase na observação da freqüência, diversidade e adequação dos principais sinais de pontuação empregados por eles de forma espontânea.

Metodologia

Participaram deste estudo 72 adolescentes surdos, de ambos os sexos, alfabetizados, cursando de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, alunos de escolas da rede pública na cidade de Recife. Usuários de LIBRAS e não oralizados.

A coleta foi realizada dentro da sala de aula. Cada um dos 72 participantes foi solicitado a elaborar, por escrito, uma história a partir de uma seqüência de gravuras apresentada que era afixada no quadro da sala de aula de forma a ser vista por todos. Entretanto, houve momentos em que a realização da coleta procedeu-se de forma individual, não se precisando, nesse caso, expor a seqüência de figuras no quadro. Esta, então, foi colocada sobre a mesa, de forma que o aluno pudesse visualizá-la e, portanto, produzir sua história.

Antes de iniciar a coleta de dados, a pesquisadora, sob carta de encaminhamento do órgão financiador, dirigiu-se à direção da escola a fim de ter a permissão para realização de tal pesquisa. Posteriormente, a professora ou a intérprete foi orientada sobre as instruções de procedência da atividade. Assim, as instruções, na maioria das vezes, foram dadas de forma coletiva, em sala de aula. Entretanto, quando o trabalho foi realizado individualmente, as mesmas foram feitas de forma individual.

A professora que auxiliava os participantes só foi solicitada por eles quanto à grafia de algumas palavras. Com exceção desta intervenção, os participantes não revelaram nenhum outro tipo de auxílio ou intervenção para a produção do texto.

A atividade foi aplicada em uma única ocasião, com o tempo livre para sua realização. O material utilizado pelos participantes foi: o lápis, a borracha e uma folha de papel. A comunicação com os surdos foi feita através do professor ou intérprete, que têm o domínio da língua de sinais. Durante toda a coleta de dados, a pesquisadora estava presente.

Resultados e Discussão

Foi realizada uma análise com 72 histórias produzidas por adolescentes surdos de 5ª a 8ª série. Destas, verificou-se um total de 392 sinais de pontuação empregados de forma espontânea por estes alunos.

Analisando cada série separadamente, verificou-se que, do total de sinais de pontuação produzidos, 86 foram empregados pela 5ª série, 43 pela 6ª série, 136 pela 7ª série e 127 pela 8ª série. O número de alunos pesquisados correspondente a cada série foi: 27; 10; 20; e 15, respectivamente.

Os sinais de pontuação mais utilizados nas histórias foram: o ponto final (52,8%) e a vírgula (27%), as demais pontuações aparecem de forma pouco expressiva: a interrogação (2,8%), a exclamação (4,1%), o travessão (8,0%) e os dois pontos (5,3%), entretanto, de forma predominante nas 7ª e 8ª séries.

Na 5ª série, os tipos de sinais de pontuação apresentados nas histórias dos surdos foram: o ponto final (65,1%), a vírgula (29%) e a exclamação (5,8%). Na 6ª série foram apresentados quatro tipos de sinalização: o ponto final (48,8%), a vírgula (41,8%), a exclamação (2,3%) e o sinal de dois pontos (7,0%). Nas 7ª e 8ª séries, foram observados um aumento na quantidade e uma variação dos sinais de pontuação. Assim, temos: o ponto final (55,1%), a vírgula (18,5%), a interrogação (4,4%), a exclamação (2,9%), o travessão (17,6%) e o sinal de dois pontos (1,4%) apresentados pela 7ª série. Na 8ª série, foram produzidos: o ponto final (43,3%), a vírgula (29,9%), a interrogação (3,9%), a exclamação (4,7%), o travessão (5,5%) e o sinal de dois pontos (12,6%). Verifica-se, diante destes índices, uma variação da freqüência e dos tipos de sinais apresentados por estes alunos nas diferentes séries. O grau de escolaridade contribui para este aumento. Esses dados estão de acordo com ALVES, 2001.

Em relação à média de pontos produzidos por aluno em cada série, temos: 3,1 na 5ª série; 4,3 na 6ª série; 6,8 na 7ª série e 8,4 na 8ª série. Estes números correspondem ao total de pontos empregados nas histórias de forma certa e errada.

Foi analisando a adequação dos principais sinais de pontuação apresentados pelos adolescentes que constatamos o predomínio do ponto final (62,0%) em relação aos outros sinais. Assim, temos: a vírgula (15%), o travessão (8,6%), dois pontos (7,1%), interrogação (3,6%) e exclamação (3,6%). A utilização adequada destes sinais vai-se tornando mais evidente com o aumento das séries.

Com relação à média de acertos por alunos, a 8ª série apresenta a maior média (6,2) em comparação às outras séries que obtiveram uma média de (1,6), (2,5), e (5,8) para as séries 5ª, 6ª e 7ª respectivamente. Do total de sinais produzidos pelos surdos, 113 (28,9%) foram empregados de forma inadequada nas histórias produzidas por estes alunos nas diferentes séries. Este dado é muito significativo, pois os erros de pontuação apresentados acabam comprometendo a compreensão exata do texto. A coesão e coerência do texto ficam alteradas quando não se tem uma pontuação adequada e isso acaba prejudicando a escrita como um todo.

Como é evidente nas literaturas (Fernandes, 1990; Ferrari, 1990; Brito 1995; Góes, 1996; Alves, 2002), o problema apresentado na escrita dos surdos em corresponder ao português nos moldes tradicionais. Esse trabalho vem ressaltar mais uma dificuldade apresentada nesta escrita, no caso, a pontuação, que deve ser investigada de forma mais abrangente a fim de facilitar o entendimento por parte destes em desenvolver melhor suas habilidades narrativas.

Conclusões

Através desta pesquisa, constata-se, de forma geral, que os sinais mais produzidos pelos adolescentes surdos são o ponto final (52,8%) e a vírgula (27%). As demais pontuações aparecem de forma pouco expressiva: a interrogação (2,8%), a exclamação (4,1%), o travessão (8,0%) e o sinal de dois pontos (5,3%). É verificado também, que no total de pontos empregados de forma correta pelas séries em questão, há predomínio do ponto final (62%) em relação aos outros sinais: a vírgula (15,0%), a interrogação (3.6%), a exclamação (3,6%), o travessão (8,6%) e o sinal de dois pontos (7,1%).

Diante desses dados, é notável que a freqüência, a diversidade e a adequação dos sinais de pontuação aumenta de acordo com o grau de escolaridade. Entretanto, é preciso considerar que a escrita desses alunos precisa ser mais explorada e compreendida por parte dos pesquisadores e educadores, para que desenvolvam novos métodos importantes para facilitar a produção textual dos surdos.

Agradecimentos

À UNICAP, por nos dar essa oportunidade de integração no programa de Iniciação Científica (PIBIC), durante o tempo acadêmico. A Viviany, pela orientação, paciência e precioso apoio. Aos participantes do presente estudo, que se dispuseram a colaborar para a realização desta pesquisa.

Referências

ALVES, V.A.M. **Produção de textos por adolescentes surdos.** Dissertação de Mestrado, não publicada. UFPE, Recife, 2002.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de Língua de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo.** Rio de Janeiro: Agir, 1999.

FERRARI, L.V. **Aspectos da interferência da língua dos sinais na produção do Português**. Rio de Janeiro: Revista Gelles, 1990. p. 23-25.

GÓES, M. C. **Linguagem, Surdez e Educação.** Campinas: Autores Associados,1996.

RUIZ, N.T. **A young deaf child explores puntuaction.** Em Hall, N. & Robinson, A. (Orgs), Learning About Puntuation .Philadelphia: Multilingual Matters Ltd, 1997. p. 109 – 127.

PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS DA FALA EM CRIANÇAS COM HÁBITO DE SUCÇÃO DE DEDO E / OU DE CHUPETA.

Raquel Moura Lins Acioli[1]; Elba Alcântara Manzi[2]

[1]Estudante do Curso de graduação plena em Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa Ciência da Linguagem, E-mail: smanzi@bol.com.br

Resumo
A proposta deste trabalho foi avaliar um estudo descritivo seccional para identificar prevalência dos distúrbios articulatórios entre crianças, de 3 a 5 anos, com hábito de sucção de dedo e/ou de chupeta e suas conseqüências para a fala e a saúde geral da criança. O campo da pesquisa constitui-se de treze creches, situadas na Região Político e Administrativa 3 (RPA3) na cidade do Recife. Do total de 970 crianças que freqüentam essas creches, 110 preenchem os critérios de inclusão deste trabalho, e se constituíram em sujeitos da pesquisa, cujos dados foram obtidos a partir de: entrevistas semi-estruturadas com pais ou responsáveis, observações da fala espontânea das crianças, aplicações de testes específicos. Todas essas atividades foram realizadas no campo da pesquisa.Foi possível identificar sobretudo: distúrbios de fala, padrão respiratório inadequado, postura incorreta de lábios e língua, e pobreza de vocabulário, a qual pode ser atribuída ao contexto sócio-econômico e cultural da população pesquisada. Os dados e os resultados desta pesquisa são apresentados de forma qualitativa e quantitativa.

Palavras-chave: Desvios Fonéticos; Desvios Fonológicos; Fonoaudiologia

Introdução

A evolução da fala (e da linguagem) não são fatos que ocorrem isoladamente no processo de desenvolvimento infantil. Fazem parte de uma série de transformações ocorridas no desenvolvimento global da criança que se relacionam com a forma de compreender e interagir com o mundo.

Segundo AIMARD (1998), às vezes os problemas da fala e da linguagem são decorrentes de uma causa específica, e podem ser diagnosticados bem antes de a criança ir para a escola. Aqueles que as acompanham podem então tomar decisões que revertam para o bem-estar e integração da criança em seu meio ambiente. É voz corrente na literatura que os distúrbios articulatórios podem ocorrer por déficit em um ou mais dos fatores a eles relacionados. De acordo com ZORZI (2002), esses problemas, às vezes, dizem respeito a comprometimentos nas estruturas envolvidas na produção da fala propriamente dita: centros nervosos da fala, vias e terminações nervosas, músculos e ossos, e recebem na literatura mais atual, a denominação de distúrbios fonéticos. Outras vezes, são problemas relacionados ao domínio do padrão fonêmico da língua. Este se apresenta alterado, sem que seja detectado comprometimento orgânico: deficiência auditiva e anormalidades anatômicas ou neurofisiológicas.

Projeto: .Prevalência dos distúrbios da fala em crianças com hábito de sucção de dedo e / ou de chupeta**.**
Órgão financiador: PIBIC / UNICAP.

Na atualidade, esses distúrbios recebem a denominação de fonológicos. Para produzir diferentes fonemas da língua, a criança precisa do gesto articulatório que se realiza quando a voz é modulada em diferentes pontos da boca, os pontos de articulação: lábios, ponta da língua, céu da boca. Assim, é difícil falar e ao mesmo tempo sugar o polegar ou outro dedo ou mesmo uma chupeta. A boca tem sido descrita na literatura (HANSON E BARRET, 1995) como sendo uma fonte de prazer, desde a latência até a idade adulta. Para a criança, ela é fonte natural de prazer e, às vezes, lhe permite alívio de ansiedade: todos nós conhecemos alguma criança que se acalma ao sugar o dedo e/ou chupeta.

Esses hábitos de sucção, tão comuns durante os 2 ou 3 primeiros anos de vida, são aceitos, muitas vezes, como um comportamento normal, e discutidos, por muitas gerações, na literatura relativa a diversas áreas: Psicologia, Medicina, Odontologia e mais recentemente pela Fonoaudiologia.

RAMOS JORGE, REIS E SERRA-NEGRA (2000), tomando como base vários autores, afirmam que as características mais observadas nos portadores do hábito de sucção do polegar são as seguintes: protrusão da maxila, protrusão de incisivos superiores, retroinclinação dos incisivos inferiores, deformidade do palato duro, inibição da erupção dos incisivos superiores e inferiores com mordida aberta anterior, língua inadequadamente posicionada no assoalho da boca e na superfície dos dentes com tendência a hipotonicidade e deglutição atípica, arco superior estreito, mordida cruzada posterior, diastema nos incisivos superiores e inferiores, lábio superior hipotônico e lábio inferior hiperativo, pois pode ser elevado por contrações anormais do músculo orbicular durante a deglutição para uma posição entre os incisivos superiores mal posicionados.

DUNLAP E STREICHER (1970), citados por HANSON E BARRET (1995), demonstraram em seus trabalhos que a sucção do polegar pode restringir a largura do arco dental, tornando difícil a produção dos sibilantes. Esses autores citam diversos estudos de caso em que são discutidos os efeitos negativos desses hábitos em relação à mordida, à deglutição e à fala.

Diante do exposto, justifica-se a realização desta pesquisa, que foi desenvolvida no intuito de identificar a prevalência dos distúrbios de fala entre crianças de 3 a 5 anos, que freqüentam creches situadas na cidade do Recife e possuem hábito de sucção de dedo e/ou de chupeta. Discutem-se as conseqüências desses hábitos para a saúde geral dessas crianças e as implicações que podem ocorrer no seu processo de comunicação, pelo insucesso em produzir diferenças de sons para diferenças de significados. Da relação dos sujeitos foram excluídos os que tinham comprometimentos neurológicos, psíquicos ou sensoriais, os quais poderiam ser a causa principal do distúrbio da fala e não os hábitos de sucção. Com a delimitação da amostra, realizou-se um estudo descritivo seccional que foi capaz de identificar a prevalência de distúrbios, levando em consideração as características socioeconômicas e culturais da população pesquisada.

Metodologia

Participaram desta pesquisa 110 sujeitos que preencheram os critérios de inclusão. Segundo estes, a amostra é de crianças de 3 a 5 anos de idade, sem problemas neurofisiológicos ou psíquicos que possuam o hábito de sucção de dedo e/ou de chupeta e que freqüentam creches do sistema público de ensino, situadas na cidade do Recife. Para chegar ao campo e aos sujeitos da pesquisa, foi feita uma escolha aleatória, através de sorteio entre as regiões da cidade do Recife, de acordo com as registradas na Prefeitura. Sorteada a região, foi feito contato com a Diretoria Geral de Ensino (DGE) da Prefeitura da cidade do Recife, na qual foi explicado o objetivo da pesquisa e solicitada, de sua diretora, permissão oficial para visitar creches, além de uma lista completa do endereço dos estabelecimentos. Foi agendada uma visita às escolas e através do contato com os seus diretores identificou-se as que tinham crianças que preenchiam o critério de inclusão nesta pesquisa.

Em seguida, foi que, por sorteio, 30% desta população fizessem parte da pesquisa. Para cumprir um dos critérios de inclusão, foi feita uma triagem das crianças a partir das informações dos professores. Para avaliação, utilizou-se o teste ABFW (BEFI-LOPES, D.M.- Vocabulário. In:

ANDRADE, C.R.F.; BEFI – LOPES, D.M.; FERNANDES, F.D.M.; WERTZNER,H.F.- ABFW; teste de linguagem infantil nas áreas de fonologia, vocabulário, fluência e pragmática Carapicuiba, Pró-Fono, 2000 cap.1e cap.2). Além dos formulários do teste ABFW, fizeram parte do material utilizado no estudo papel A4, tinta para impressora, xerox, computador, questionário e entrevistas semi-dirigidas aplicadas aos pais e professores dos sujeitos pesquisados. As entrevistas foram gravadas em gravador. Foram também utilizados (com a permissão dos pais e professores) câmera fotográfica e filmadora. O resultado final é apresentado de forma quantitativa – qualitativa.

Resultados e Discussão

Este estudo é do tipo descritivo seccional e tem como objetivo identificar a prevalência dos distúrbios articulatórios entre crianças de 3 a 5 anos com hábitos de sucção de dedo e / ou de chupeta. O campo da pesquisa abrange 13 creches com um total de 970 crianças, das quais 110 crianças (que correspondem a mais de 30% da população que apresenta o hábito acima citado) de ambos os sexos, residentes na cidade do Recife e que freqüentam creches situadas na RPA3. Não foram incluídas, conforme estava no projeto, classes de pré-escolas, por ter sido constatado que a população das mesmas é composta de crianças acima de 5 anos de idade, o que foge a um dos critérios de inclusão na pesquisa (crianças de 3 a 5 anos).

A análise dos dados, realizada a partir de entrevistas, observações e aplicações de testes, permitiu identificar: distúrbios articulatórios (troca de surdas por sonoras, omissão, substituição, redução); postura inadequada dos órgãos fonoarticulatórios (lábio e língua); padrão respiratório inadequado (respirador bucal); presença de cáries; mordida aberta; vocabulário pobre, o qual pode ser atribuído ao contexto socioeconômico e cultural dos sujeitos estudados. A análise das entrevistas apontaram para os seguintes resultados: no que se refere à idade do início desse hábito, 100% das mães afirmaram que introduziram o uso da chupeta logo após o nascimento. Foi constatado que é muito maior o número de crianças com hábito de sucção de chupeta (77) do que de dedo (33). Poucas crianças apresentaram os dois hábitos ao mesmo tempo (11). Nenhuma mãe associou problema de saúde com os hábitos de sucção e referem que as crianças falavam entre um e dois anos. Algumas mães afirmam que seus filhos falam corretamente enquanto outras relatam fala “emboloada” e a presença de trocas sistemáticas de fonemas. Quanto à correção desses hábitos, todas afirmam não conhecer nenhuma maneira de corrigi-los, como também não conheciam o trabalho do fonoaudiólogo . É importante ressaltar que a maioria das crianças sugam chupeta e não dedo desde o nascimento, incentivadas pelas mães. É provável que este fato esteja ligado à existência de uma verdadeira cultura da chupeta. Outro dado discutido na estrutura (SERRA-NEGRA et al, 1999) é a extensão das alterações na região orofacial causadas por esses hábitos. A gravidade está relacionada com a tríade: freqüência, intensidade e duração desses hábitos, mas muitas crianças podem não desenvolver maloclusões e outras alterações.Todos os autores consultados concordam em que a precocidade da remoção desse hábito implica danos menos severos.

Conclusões

Neste estudo, é possível identificar que as crianças avaliadas apresentam alterações de fala, além de problemas correlatos devido ao hábito de sucção de dedo e/ou de chupeta.É constatado também o desconhecimento dos pais ou responsáveis sobre o profissional fonoaudiólogo e seu campo de atuação. Observa-se que muitos problemas podem ser evitados, pois o que existe é um desconhecimento dos efeitos nocivos da chupeta e/ou de dedo. Observa-se que, após serem dadas orientações à família sobre os danos que o hábito pode trazer, muitas mães conseguiram tirar a chupeta de seu filho e se encontram atualmente mais conscientes e atentas aos problemas de seu filho.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, ao PIBIC/UNICAP, à minha família, a todos os participantes (professores, as crianças e seus pais), a Fernando, a Bárbara.

Referências

AIMARD, Paule. **O Surgimento da Linguagem em Crianças.** Porto Alegre: Artmed,1998.

ALMEIDA FILHO, Naaomar de; ROUQUAYROL, M.Z. **Introdução à epidemiologia.** Rio de Janeiro : Medisi editora e Cientifica , 2002.

BOONE, Daniel. **Comunicação Humana e seus distúrbios.** Porto Alegre:Artmd,1994.

HANSON, MAVIN L.; BARRET, Richard H. **Fundamentos da miologia orofacial**. Rio de Janeiro: Enelivros: 1995. PEREIRA, Mauricio G. Epidemiologia. Teoria e Prática. Rio de Janeiro : Guanabara – Koogan , 1995.

PEREIRA, Marvin L; BARRETT, Richard H. **Fundamento da miologia orofacial**. RIO DE JANEIRO : Enelivros,1995.

RAMOS, Jorge, REIS, Maria Cristina Silva; SERRA NEGRA, Juima Maria Chelle. **Como eliminar hábitos de sucção não nutritiva in jornal Brasileiro de Fonoaudiologia.** Ano 1 n°3 p 21-27 S.Paulo. Editora Maio, 2000**.**

SERRA-NEGRA, J..M.C et al. **O uso da chupeta por crianças:** Relato de mães. Jornal Brasileiro de Pediatria. v.2, n. 7, p211-217,1999.

ZORZI, J.L.A **Interação fonoaudiológica nas alterações de linguagem infantil.** Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS FAMÍLIAS DE ESCOLAS DA REDE PARTICULAR DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE.

[1]Melisa Pereira da Silva;[2] Carlos Alberto Cavalcante Martins

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de estatística e informática do Centro de Tecnologia e Ciências Exatas, participante do Grupo de Pesquisa de família. E-mail:martinsalb@bol.com.br

Resumo
Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias de crianças de escolas particulares da zona centro do Recife. As transformações na contemporaneidade, provocam na família mudanças nas crenças, nos valores, nas normas, nas condições de vida. A amostra se constitui de famílias de crianças entre 6 e 11 anos. De cada escola participante foram sorteadas 10% das crianças dessa faixa etária. O instrumento utilizado foi um questionário contendo 48 questões de múltipla escolha, algumas com a possibilidade de mais de uma resposta. Através das crianças, foi enviado aos pais o questionário, acompanhado de uma carta explicativa, pedindo a colaboração com a pesquisa. Após analise, os resultados obtidos mostram uma camada social com maiores possibilidades de desenvolvimento, como aquisição de bens, evidenciando o reflexo da condição financeira, conseqüentemente maior qualidade de vida. Ficando claro, também, a facilidade desses participantes em ter acesso às tecnologias, mostrando o contexto socioeconômico em que essas famílias estão inseridas.

Palavras-chave: família; crianças; perfil demográfico.

Introdução

Com as transformações na contemporaneidade, a família vem sofrendo mudanças nas crenças, nos valores, nas normas, nas condições de vida etc.
Hoje, torna-se difícil, diante da complexidade da sociedade, criar um conceito preciso sobre família. Então, ao pensarmos em dar uma definição sobre família, vem-nos à mente todo o contexto socioeconômico em que o indivíduo está inserido e suas diversas formas de organização. Osório, chega a afirmar que:

> A família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições; ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-las ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano.(OSÓRIO,1996:14)

Projeto:Perfil sócio demográfico das famílias de crianças de escolas particulares da zona centro da cidade do Recife. **Órgão financiador**:UNICAP.

Procedimento

A principio, fez-se o levantamento bibliográfico. Realizou-se a revisão do instrumento, o questionário, como também se elaborou o Termo de Ciência e Consentimento, a ser entregue aos participantes. Em seguida, foi feita a seleção da amostra, através dos seguintes procedimentos: solicitou-se junto à Secretaria de Educação a lista de todas as escolas da zona centro da cidade do Recife. Foram selecionadas as escolas que possuíam a população condizente com o universo utilizado na pesquisa, ou seja, de 06 a 11 anos. Solicitou-se à Coordenação de Pesquisa uma carta de Apresentação para ser entregue às escolas. Tal carta solicita autorização para a realização da pesquisa. Fomos às onze escolas selecionadas levar a Carta de Apresentação para pedir autorização para a realização da pesquisa, tendo a permissão das escolas. Solicitou-se a lista dos alunos para selecionar os que se enquadravam na faixa etária de 6 a 11 anos. Através das crianças, foi enviado aos pais o questionário, acompanhado de uma carta explicativa, pedindo a colaboração com a pesquisa, e o telefone da bolsista para qualquer dúvida.

Resultados e Discussão

Através dos questionários utilizados, foram coletados os dados acerca do perfil sociodemográfico das famílias de crianças das escolas particulares da zona centro do Recife. Alguns resultados foram possíveis, destacando-se aspectos importantes nas tabelas 1, 2 e 3. Podemos observar que, na tabela 1, o maior número de participantes encontra-se na faixa de 01 a 03 salários (24%), revelando uma população que tenta, com pequeno salário, chegar ao desenvolvimento social. Os aspectos expostos na tabela 2 mostram o reflexo da valorização que esses sujeitos dão à aquisição de bens. Outra questão a ser observada na tabela 3 é a identificação racial. Constatou-se que a maioria dos participantes se percebe como de cor branca (78%), sendo questionado esse item no que seria raça e o que essa população entende por raça, levando em consideração as questões culturais, preconceitos ou outros fatores que levam essa população a se identificarem com a raça branca.

Tabela 1. Renda das famílias de crianças de faixa etária de 6 a 11 anos das escolas particulares da zona centro do Recife.

RENDA FAMILIAR	**Nº DE PARTICIPANTES**	**%**
< 1 salário	10	15
01 a 03	15	24
04 a 06	13	20
07 a 10	5	8
11 a 14	7	11
15 a 20	7	11
21 a 30	2	3
> 30	2	3
não responderam	3	5
TOTAL	**64**	**100**

Fonte: dados coletados pela pesquisadora PIBIC UNICAP 2003/2004

Tabela 2. Bens materiais das famílias de crianças de faixa etária de 6 a 11 anos das escolas particulares da zona centro do Recife.

BENS MATERIAIS	Nº PARTICIPANTES	%
Carro	53	83
Casa para aluguel	16	25
Sítio/chácara	5	9
Terrenos	8	13
Casa para veraneio	5	9
Não responderam	11	17

Fonte: dados coletados pela pesquisadora PIBIC UNICAP 2003/2004

Tabela 3. Raça da família das famílias de crianças de faixa etária de 6 a 11 anos das escolas particulares da zona centro do Recife.

RAÇA DA FAMÍLIA	Nº DE PARTICIPANTES	%
Branca	50	78
Negra	4	6
Outras	8	13
Não responderam	2	3
TOTAL	64	100

Fonte: dados coletados pela pesquisadora PIBIC UNICAP 2003/2004

Conclusões

Podemos concluir que essas famílias vêm retratando uma camada social com maiores possibilidades de desenvolvimento, possuindo maiores chances na aquisição de bens. Mostram um reflexo da condição financeira melhor, com maior acesso à tecnologia. Incorporam valores e características do processo globalizante, refletindo a família contemporânea.

Agradecimentos

Agradeço ao núcleo de pesquisa Unicap, por possibilitar a ampliação de conhecimentos. E aos professores e orientadores Cristina Amazonas e Carlos Alberto Martins.

Referências

OSÓRIO, L.C**. Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PRADO, D. **O que é a família**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POSSIBILIDADES DE FLEXIBILIZAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA E A SUA CONSTITUCIONALIDADE, À LUZ DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 741 DO CPC BRASILEIRO[1]

Talita Rodrigues Mendonça[1]; Ricardo de Oliveira Paes Barreto[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: hgatalita@hotmail.com
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: ropb@smartsat.com.br

Resumo
O presente estudo surge ante a necessidade de maior discussão sobre esse tema de grande atualidade, buscando o aperfeiçoamento do sistema processual brasileiro. O tema merece da classe jurídica brasileira uma postura firme diante das situações constrangedoras que vêm sofrendo o Poder Judiciário, tendo os nossos magistrados se deparado com julgamentos que chegam a afrontar a Constituição, sem que possam ser modificados, uma vez que tais julgados estão constitucionalmente protegidos pelo verniz da indiscutibilidade da coisa julgada. A pesquisa utilizada foi doutrinária e jurisprudencial e a interpretação foi feita pelos métodos teleológico e sistemático, largamente utilizados na doutrina pátria. Precipuamente foi feito um embasamento dos aspectos gerais da coisa julgada, de sua história, seus conceitos, características e limites, possibilitando a melhor compreensão de tal instituto no sistema processual vigente. Em seguida, abordou-se a inovação trazida pelo parágrafo único do artigo 741 do CPC pátrio, objeto deste trabalho, em suas três hipóteses elencadas. Destacou-se, por conseguinte, a histórica imutabilidade da coisa julgada, partindo-se, em seguida, para a análise da constitucionalidade do referido parágrafo, objeto principal da pesquisa. Por fim, chegou-se à conclusão de que o parágrafo único do artigo 741 do CPC é constitucional, vez que a norma que reveste a coisa julgada do manto da indiscutibilidade é processual e não constitucional. Entendeu-se que, nas hipóteses legalmente estabelecidas, o legislador deve relativizar a segurança jurídica, fim maior do instituto da coisa julgada, em detrimento da busca da verdade real, da justiça e do respeito à Constituição.

Palavras-chave: relativização; segurança; justiça; infra-constitucional.

Introdução

A coisa julgada é um instituto de grande relevância no mundo jurídico, estando previsto no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 6º, *caput*, e § 3º, consubstanciando e integrando um dos pilares básicos do sistema jurídico vigente. Por meio desse instituto, o legislador constitucional buscou garantir a segurança jurídica das decisões judiciais, bem como a paz social, através de uma prestação jurisdicional definitiva e estável.

Assim, tendo em vista a singular importância deste tema, o trabalho versará sobre os limites objetivos da coisa julgada e sua flexibilização, tema de grande polêmica doutrinária, tendo como principal enfoque a questão da imutabilidade da *res iudicata* em relação ao direito posteriormente considerado incompatível com o texto constitucional.

[1] **Projeto:** O parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil Brasileiro e os limites objetivos da coisa julgada. **Órgão financiador:** PIBIC UNICAP.

Isso porque o princípio constitucionalista determina que a validade de quaisquer atos do Poder Público, inclusive as decisões judiciais, dependa sempre de sua conformidade com a Constituição, sob pena da decretação da inconstitucionalidade dos referidos atos. Assim, ante a supremacia constitucional, decorrente de sua elaboração por um poder constituinte e da hierarquização normativa, que põe no topo a Carta Magna, todos os atos do Poder Judiciário, bem como, de todo o ordenamento jurídico, devem coadunar com ela, a sua Lei Fundamental.

Destaque-se que os estudos e preocupações jurídicas adstritas sempre se detiveram no exame das desconformidades constitucionais dos atos legislativos, não havendo uma maior preocupação, ou qualquer atenção especial, com os atos emanados do Poder Judiciário, que, sem sombra de dúvidas, podem ser passíveis de serem desconformes com a Constituição.

PAULO OTERO, constitucionalista português, detecta as razões desse esquecimento com bastante propriedade ao afirmar que as questões de validade constitucional dos atos do poder judicial formam objeto de um esquecimento quase que total, apenas justificado pela persistência do mito liberal que configura o juiz como a boca que pronuncia as palavras da lei e o poder judicial como invisível e nulo.[2]

Nesses termos, a introdução do parágrafo único do art. 741 do CPC introduz três possibilidades ou hipóteses de inexigibilidade do título executivo judicial, que foram analisadas no decorrer do estudo: **a) a existência de julgado proferido pelo STF que tiver reconhecido a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo sobre o qual se funda o título executivo; b) título executivo judicial que implique a aplicação tida por incompatível com a Constituição; c) título executivo judicial que implique interpretação tida por incompatível com a Constituição.**

Destarte, esse dispositivo, inserido no CPC pela Medida Provisória 2.102-26 de 27/12/00, trouxe em seu bojo a possibilidade de uma possível flexibilização dos limites objetivos da coisa julgada, constantes no direito positivo, tornando-se, assim, a motivação deste trabalho acadêmico.

Neste sentido, insta ressaltar que esta pesquisa prestou-se, de maneira geral, a analisar a possibilidade de flexibilização dos limites objetivos da coisa julgada e sua aplicabilidade ao parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil. E, especificamente, busca: verificar a evolução histórica do instituto da coisa julgada; determinar os conceitos que envolvem a coisa julgada, tanto formal, quanto material; relacionar e diferenciar os institutos da coisa julgada e da preclusão; verificar a constitucionalidade da relativização da coisa julgada; verificar as hipóteses de utilização de embargos elencadas no parágrafo único do artigo 741 do CPC, tendo em vista ser este o instrumento recursal determinado pela referida lei adjetiva.

Metodologia

O meio utilizado para a consecução deste trabalho será a pesquisa doutrinária e jurisprudencial referente ao tema proposto, bem como suas divergências, e a análise da letra legal. A análise doutrinária será desde os doutrinadores clássicos, até os mais contemporâneos ensaios e artigos que versem sobre o tema.

O presente estudo utilizará os métodos teleológico e sistemático, largamente aceitos e utilizados pela doutrina pátria, levando-nos a interpretar o texto legal à luz da técnica, especificamente da técnica processual, e da conjuntura que envolve o direito positivo.

[2] *Apud* THEODORO JÚNIOR, Humberto e CORDEIRO DE FARIA, Juliana. A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para o seu controle. In: **Coisa julgada inconstitucional**, coord. Carlos Valter do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2004, p.80.

Resultados e Discussão

A Medida Provisória nº 2.180-35 de 24/08/2001, que inseriu o parágrafo único ao artigo 741 do CPC, acrescentou três novas hipóteses de inexigibilidade do título executivo judicial, sendo elas: quando o título for fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

Observa-se que, dentro das hipóteses desse parágrafo, possibilitou-se a relativização da coisa julgada a qualquer tempo, vez que este artigo supramencionado não fixou o prazo em que se poderia argüir essa inexigibilidade, de modo que cabe a modificação do título mesmo depois de passado o prazo bienal previsto para a ação rescisória.

CARVALHO JÚNIOR, interpretando tal dispositivo, alude, ainda, que na primeira hipótese não se reclama que o julgamento proferido pelo STF tenha ocorrido através do controle de constitucionalidade concentrado, bastando, portanto, a existência de julgamento proferido no Pretório Excelso, ainda que decorra de controle difuso; e que as duas últimas hipóteses prescindem da existência de julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal.[3]

Ante a existência de dúvidas em relação à compatibilização desse dispositivo com a Carta Constitucional, o Conselho Federal da OAB impetrou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn n. 2418-3, cujo Relator é o Ministro Sydney Sanches), que até o presente momento ainda não foi julgada, nem mesmo em sede de liminar.

Neste diapasão, a análise da constitucionalidade desse parágrafo trouxe à tona os fundamentos da histórica imutabilidade da coisa julgada. Conforme entendem alguns doutrinadores, como se expõe no corpo do trabalho, atualmente tal imodificabilidade advém da Constituição.

Os doutrinadores que entendem neste sentido passaram, então, à discussão doutrinária do que deveria prevalecer nesta hipótese: a imutabilidade da coisa julgada ante a segurança jurídica que proporciona ou a relativização dos limites objetivos da coisa julgada com fulcro na busca da justiça no caso concreto.

Entretanto, contrariando esses entendimentos, neste estudo verificou-se que *in casu* não há o confronto direto desses princípios constitucionais, visto que a norma que estabelece a indiscutibilidade da coisa julgada não é a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXVI, mas a norma infraconstitucional, o Código de Processo Civil, em seu artigo 467.

Neste sentido, posicionaram-se, por exemplo, THEODORO JÚNIOR e CORDEIRO DE FARIA[4], NASCIMENTO[5], CARVALHO JÚNIOR[6], LIMA[7] e BARROS DIAS[8].

Assim, o referido parágrafo, na medida em que flexibiliza os limites objetivos da coisa julgada, encontra-se na mesma situação do consagrado instituto da ação rescisória, cuja inconstitucionalidade, aliás, ninguém questiona.

A inserção desse parágrafo tem, pois, uma importância peculiar, ou seja, o fato de defender o princípio consagrado da primazia da Constituição ante às decisões judiciais inconstitucionais, ou com aplicação ou interpretação, tidas por incompatíveis com a Carta Constitucional.

---

[3] CARVALHO JÚNIOR, Gilberto Barroso de. **A coisa julgada inconstitucional e o novo parágrafo único do artigo 741 do CPC**[on line]. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 61, janeiro de 2003. Disponível em <http:// www1.jus.com.br/ doutrina/texto.asp?id =3605>. Acesso em: 14 de abril de 2004. p. 5.

[4] THEODORO JÚNIOR / CORDEIRO DE FARIA, op. cit., p. 94.

[5] NASCIMENTO, Carlos Valter do. **Coisa julgada inconstitucional**. 3 ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. p. 28.

[6] CARVALHO JÚNIOR, op. cit., p. 02.

[7] LIMA, Paulo Roberto de Oliveira. **Contribuição à teoria da coisa julgada**. São Paulo: RT, 1993. p. 106.

[8] BARROS DIAS, Francisco. **Breve análise sobre a coisa julgada inconstitucional**. Outubro de 2002. Disponível em: http://www.jfrn.gov.br/docs/doutrina129.doc. Acesso em 12 de abril de 2004. p. 9/10.

Neste diapasão, compreende-se que, além de o referido preceito ser constitucional, não há confronto entre os princípios constitucionais da segurança jurídica e os da busca pela prestação jurisdicional justa, vez que o almejo pela justiça vai até onde há a previsão infraconstitucional de que se pode recorrer, como nas hipóteses elencadas pelo parágrafo único do artigo 741, do CPC. Além disso, a segurança jurídica assegura que não há possibilidade de flexibilização dos limites objetivos da coisa julgada além das hipóteses previamente previstas na legislação infraconstitucional.

Por fim, almeja-se que a ADIn nº 2418-3, quando for julgada, consagre tal posicionamento.

Conclusões

Ante os resultados, acima expostos, verifica-se que o parágrafo único do artigo 741 do CPC é constitucional, porque a imutabilidade da coisa julgada não advém da Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXVI, mas do Código de Processo Civil em seu artigo 467.

Além do que, observa-se que as hipóteses elencadas no referido parágrafo defendem, ainda, o princípio consagrado da Supremacia da Constituição ante as decisões judiciais inconstitucionais, ou com aplicação ou interpretação, tidas por incompatíveis com a Carta Constitucional.

Verifica-se que não há um confronto direto entre os princípios da segurança jurídica e os da busca pela prestação jurisdicional justa, mas uma complementariedade entre eles, dentro dos parâmetros previamente fixados pela lei adjetiva.

Observou-se, por fim, que a imutabilidade plena da coisa julgada é apenas histórica, de modo que hoje os limites objetivos da coisa julgada têm seus parâmetros fixados e flexibilizados pela norma infraconstitucional.

Agradecimentos

Ao PIBIC, que concedeu a bolsa concretizando esta pesquisa; a Fernando Sérgio da Rocha Faria Filho, que, sendo participante do projeto, propiciou um confronto das pesquisas realizadas, engrandecendo este trabalho e aos meus pais, que sempre me estimularam à pesquisa científica.

Referências

BARROS DIAS, Francisco. **Breve análise sobre a coisa julgada inconstitucional**. Outubro de 2002. Disponível em: http://www.jfrn.gov.br/docs/doutrina129.doc. Acesso em 12 de abril de 2004.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Relativização da coisa julgada material.** Outubro de 2003. Disponível em: http://www.cacofud.org/upload/relativizacao_coisa julgada.rtf**.>.** Acesso em 15 de abril de 2004.

CARVALHO JÚNIOR, Gilberto Barroso de. **A coisa julgada inconstitucional e o novo parágrafo único do artigo 741 do CPC** [on line]. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 61, janeiro de 2003. Disponível em <http://www1.jus.com.br/ doutrina/texto.asp?id =3605>. Acesso em: 14 de abril de 2004.

LIMA, Paulo Roberto de Oliveira. **Contribuição à teoria da coisa julgada**. São Paulo: RT, 1993.

THEODORO JÚNIOR, Humberto e CORDEIRO DE FARIA, Juliana. A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para o seu controle. In **Coisa julgada inconstitucional**, coord. Carlos Valter do Nascimento. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2004.

PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO A PARTIR DO QUE DIZEM OS PROFESSORES DO CURSO DE FONOAUDIOLOGIA DA UNICAP SOBRE A DAP

Flávia de Aquino Santana[1]; Denise Maria de Queiroz Barbosa Lopes[2]

[1]Aluna do curso de Graduação Plena em Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: denisemarialopes@ig.com.br. Participante do Grupo de Pesquisa em Ciências da Linguagem.

Resumo
O objetivo deste trabalho foi investigar, a partir do conhecimento sobre as atividades da Divisão de Ação Pastoral/UNICAP (DAP), o interesse de professores do curso de Fonoaudiologia em realizar projetos de pesquisa cujos objetivos estejam vinculados aos trabalhos desenvolvidos pela Pastoral. Esses professores orientam trabalhos de conclusão do curso que exploram as áreas de prevenção e ações comunitárias, não se desenvolvendo junto às atividades da DAP, mas, sim, em outras instituições. O estudo contou com a participação de professores do curso de Fonoaudiologia, que, entre outras atividades de docência, orientam os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo grupo de alunos estagiários dos 7º e 8º períodos do curso de Fonoaudiologia. Para desenvolver este trabalho, foram entregues questionários relacionados ao conhecimento dos professores do curso de Fonoaudiologia sobre a DAP; em seguida, foram fornecidos folders explicativos sobre as atividades da DAP e a extensão de suas propostas éticas e de cidadania. Os resultados apontaram que os participantes, em sua maioria, não conhecem as propostas da DAP e, por conseqüência, não desenvolvem trabalhos vinculados a ela. A partir das informações acerca do assunto, todos os professores demonstraram interesse em integrar-se a atividades que a DAP desenvolve, principalmente as que dizem respeito ao FLUI e ao Voluntariado e, assim, relacioná-las às áreas da Fonoaudiologia, a saber: linguagem, voz, audiologia e motricidade oral. Assim, acreditamos que esta investigação contribuiu para a ampliação de novas parcerias, não só para o curso de Fonoaudiologia e outros Departamentos e Centros da UNICAP como também à Divisão de Ação Pastoral.

Palavras-chave: Divisão de Ação Pastoral; humanismo/ética/cidadania; comunidade/universidade.

Introdução

Observamos que a grande maioria dos projetos relacionados a ações de prevenção ou intervenção comunitária não está vinculada às atividades da Divisão de Ação Pastoral (DAP) e, sim, inseridos em trabalhos desenvolvidos por outras instituições, quer sejam privadas ou públicas. Diante disso, consideramos de interesse discutir aspectos sobre: Humanismo e Cidadania; a Universidade Católica de Pernambuco; a Divisão de Ação Pastoral e áreas e campo de atuação da Fonoaudiologia. Como disseminação de sua essência motivada pela espiritualidade inaciana, a Universidade desenvolve um serviço de pastoral cujo objetivo se traduz na interação com a comunidade na busca da promoção social, na formação de seus estudantes e colaboradores, promovendo a investigação, o ensino e o saber, à luz da fé evangélica. Com essa proposta, a Divisão de Ação Pastoral (DAP) da UNICAP acolhe os estudantes como principais participantes, convidando-os a serem evangelizados e, mais adiante, evangelizadores, sendo todos incentivados a participar da missão de Jesus Cristo. Diante dessas explanações, podemos remeter-nos a pensar

possibilidades de se emergirem atividades integradas ao Curso de Fonoaudiologia, onde a prevenção e/ou intervenção comunitária seja permeada por verdadeiras lições de ética e de cidadania, priorizados durante a missão Pastoral. Sendo assim, temos a intenção de investigar, a partir do conhecimento sobre as atividades da Divisão de Ação Pastoral/UNICAP, o interesse de professores do curso de Fonoaudiologia em realizar projetos de pesquisa cujos objetivos estejam vinculados aos trabalhos desenvolvidos pela Pastoral.

Metodologia

Participaram deste estudo exploratório 19 professores que lecionam a partir do 3º período do curso de Fonoaudiologia, que, entre outras atividades de docência, orientam os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo grupo de alunos estagiários dos 7º e 8º períodos do curso de Fonoaudiologia. O material utilizado foi: Carta de Apresentação; Termo de Livre Consentimento Esclarecido como participante; Questionário semi-estruturado contendo perguntas relacionadas às atividades da DAP; Folders explicativos acerca das atividades da DAP e Questionário semi-estruturado contendo perguntas relativas aos campos de possível interesse do professor em orientar projetos de pesquisa vinculados às atividades da DAP. O procedimento do estudo foi dividido em: agendamento do encontro com os professores, ocasião em que foram entregues a Carta de Apresentação, o Termo de Livre Consentimento Esclarecido e respondido o primeiro questionário sobre as atividades da DAP. Recolhidos os questionários, foram entregues os folders explicativos sobre a DAP e discutidas questões levantadas pertinentes à amplitude das propostas éticas e de cidadania da DAP nas quais possam ser incluídas ações que digam respeito às áreas de atuação fonoaudiológica. Em seguida, foi entregue o segundo questionário, cujo conteúdo são as questões relativas aos campos de possível interesse do professor em desenvolver/orientar projetos de pesquisa vinculados às atividades da DAP. A análise dos dados foi de forma quantitativa de conteúdo.

Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa referem-se às respostas de 19 participantes, considerando que dos 26 professores do curso de Fonoaudiologia, seis não cumpriram todas as etapas do procedimento por motivos diversos: dificuldades de agendamento, não devolução dos questionários etc. As Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 considerarão o número de participantes, isto é, o total de respostas corresponde ao número de professores participantes. A Tabela 4A se refere ao número de sugestões indicadas pelos professores como possibilidades de pesquisas em Fonoaudiologia integradas às atividades da DAP. No primeiro questionário, a pergunta inicial foi em relação às informações que o professor possui acerca das atividades desenvolvidas pela DAP.

Tabela 1. Informações do professor sobre a DAP

Respostas Obtidas	Participantes
1. Associa as atividades da DAP a ações junto à comunidade e/ou à Igreja	11
2. Não tem conhecimento	4
3. Relata ter poucas informações, mas não aponta nenhuma	2
4. Tem conhecimento das atividades da DAP intracampus e das ações comunitárias e religiosas	1
7. Associa as atividades da DAP a apenas ações sociais, citando algumas	1
TOTAL	**19**

Observamos que a maioria dos participantes, 11, quando informada do significado da sigla, associa a DAP a atividades vinculadas a ações sociais e/ou religiosas, porém não as especifica. Esse fato nos leva a crer que as dimensões exploradas pela Pastoral – *Anunciar, Celebrar e Servir* (DAP,

2003b) – são conhecidas entre os docentes de Fonoaudiologia, no entanto poderiam ter maior ênfase no que diz respeito à divulgação de suas atividades, não só entre os estudantes como também entre os professores, propiciando, efetivamente, ao meio acadêmico a discussão de questões pertinentes à ética e à cidadania. Além disso, duas respostas encontradas referem-se à menção, apenas, de informação limitada a respeito da DAP. Esse aspecto merece destaque, pois, ao contrário das expectativas da UNICAP, que priorizam o caráter comunitário da universidade e a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (UNICAP, 1995), estes dados parecem distanciar os participantes da pesquisa de tais princípios. Apenas um professor, ao relacionar a DAP com questões sociais, mencionou algumas das atividades como a Ronda Noturna e o Voluntariado, porém manteve, também, uma postura de conhecimento limitada, já que a Pastoral não se restringe apenas ao exercício social, ela realiza e apóia atividades de cunho espiritual e religioso, como a preparação para os sacramentos e celebrações especiais: missas diárias, palestras, exposições, entre outros. Essas respostas levam-nos a supor que as estratégias de divulgação das propostas e atividades da DAP parecem não ter sido eficazes para atingir o corpo docente de Fonoaudiologia. A falta de articulação dos professores com a DAP dificulta sua maior participação e a dos seus alunos nos serviços comunitários, e, conseqüentemente, limita o aparecimento de mudanças positivas nas expectativas de integração criadas pela UNICAP e apoiadas pela DAP, além de afastar-se de alguns princípios das universidades inacianas, que priorizam a formação integral do aluno, sensibilizando-o como cidadão socialmente responsável.

Tabela 2. Participações do professor em atividades oferecidas pela DAP

Respostas Obtidas	*Participantes*
1. Não participou	*16*
2. Participou de algumas atividades religiosas	*3*
TOTAL	***19***

Das 19 respostas obtidas, 16 voltaram-se para a não participação, e apenas três à participação em algumas atividades, porém relacionadas a aspectos religiosos, sendo, portanto, atividades pertencentes à dimensão do *Anunciar* e *Celebrar*, deixando à margem a dimensão do *Servir*, isto é, as atividades mencionadas não incluem as ações sociais promovidas pela DAP. Essas respostas reforçam a idéia de que os professores relacionam a proposta da Pastoral/UNICAP apenas à atuação sacramental e a paroquial, não havendo, entre os docentes de Fonoaudiologia, conhecimento do engajamento da UNICAP nos trabalhos social, político, econômico e cultural, não só junto a nossa comunidade, como também a nossa região. (BAVERESCO, 2001).

Tabela 3. Projetos de monografias desenvolvidos pelo professor relacionados às atividades da DAP

Respostas Obtidas	*Participantes*
1. Não desenvolveu	*19*
TOTAL	***19***

Nessa questão, todos os participantes, sem exceção, negaram ter desenvolvido projetos de monografia vinculados à DAP. Isso reforça o distanciamento dos professores de Fonoaudiologia das atividades da DAP, o que dificulta a integração do curso à DAP e suas propostas sociais.

Tabela 4. Conhecimento das atividades e interesses do professor em participar com projetos

Respostas Obtidas	*Participantes*
1. Ampliou o conhecimento do docente e despertou seu interesse por desenvolver projetos de pesquisa	*12*
2. Informou o docente e despertou seu interesse por desenvolver projetos de pesquisa	*7*
TOTAL	***19***

De acordo com as respostas obtidas, verificamos que o folder explicativo sobre a DAP ampliou o conhecimento do docente quando ele já possuía alguma informação acerca das atividades da Divisão, evidenciando um número de respostas equivalente a 12. Outras sete respostas sinalizaram que as explicações fornecidas pelo Folder informaram o professor, já que os mesmos não apresentavam nenhuma informação a respeito das propostas da DAP. O folder explicativo foi, assim, considerado material eficiente e eficaz como instrumento de coleta. Os dois tipos de respostas indicaram que todos os participantes deste estudo demonstraram interesse em desenvolver e orientar trabalhos vinculados às atividades realizadas pela Pastoral UNICAP.

Tabela 5. Atividades da DAP apontadas pelo professor como campo de possível integração com as áreas da fonoaudiologia

Respostas Obtidas	*Participantes*
1. Apontou, mas não especificou como local de atividade da DAP	*8*
2. FLUI	*5*
3. Voluntariado	*1*
4. Ronda Noturna	*2*
5. Jornada de Aprofundamento Universitário	*1*
6. Celebrações, momentos oracionais, palestras	*1*
7. Parcerias com outros Departamentos da UNICAP	*1*
TOTAL	***19***

A Tabela 5 demonstra que oito respostas se voltam a locais de atuação da Pastoral, como creches, hospitais e comunidades, embora não tenham sido distinguidos os locais específicos onde a DAP atua. O FLUI foi citado cinco vezes. A Ronda Noturna, como podemos observar, foi apontada, dentre as 19 respostas, duas vezes, já o Voluntariado, a Jornada de Aprofundamento Universitário, as celebrações, momento oracionais e palestras bem como parcerias com outros Departamentos da UNICAP para assim desenvolver trabalhos norteados pela Campanha da Fraternidade (DAP, 2003b, p. 9), foram citados apenas uma vezes. Esses dados levam-nos a inferir que, diante das informações fornecidas, os docentes parecem-nos interessados em elencar parcerias inéditas com as atividades fornecidas pela DAP.

Conclusões

Ao investigarmos o interesse dos professores do curso de Fonoaudiologia em realizar projetos de pesquisa vinculados aos trabalhos desenvolvidos pela Pastoral, concluímos que eles, a partir das informações obtidas, se interessaram em integrar-se às atividades que a DAP desenvolve, principalmente no FLUI e no Voluntariado sugerindo projetos nas áreas de Linguagem, Voz, Audiologia e Motricidade Oral. Constatamos o desconhecimento dos professores do curso acerca da DAP, a partir do fato de que até a sigla não faz vínculo com a função da Divisão, seria, portanto, interessante conhecer os aspectos que estão contribuindo para esse fato, e se esse é recorrente, nos outros cursos e setores da UNICAP.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) – órgãos financiadores desta pesquisa. À Divisão de Ação Pastoral e a todos os professores do curso de Fonoaudiologia, que, com suas participações, contribuíram para a efetivação dos nossos objetivos.

Referências

Divisão de Ação Pastoral. DAP: o que faz? O que é? Recife: FASA, 2003b, p. 2. Universidade Católica de Pernambuco. **Carta de Princípios da Universidade Católica de Pernambuco**. Recife: UNICAP, 1995, p. 17.

BAVARESCO, R.M.S. Pastoral da Universidade: uma nova visão. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO INTEGRAL E UNIVERSIDADE EM PASTORAL. 2001, Rio Grande do Sul. **Pastoral da Universidade**. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2001, p. 1-4.

PROCESSO JUDICIAL: ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE MODALIZAÇÃO NAS INTERAÇÕES INTERPESSOAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.*

Anna Rafaela Rodrigues da Silva1; **Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves**2

1 Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, E-mail: annarrs@yahoo.com
2 Professora do Departamento de Letras, do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem e Direito, E-mail: virginia_colares@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa busca identificar as estratégias lingüístico-disursivas, referindo-se especificamente aos marcadores de modalização, em dados autênticos coletados na Justiça pernambucana. O material de análise tem como fonte audiências de instrução e julgamento realizadas no Juizado Especial Criminal, instituto recente que apresenta peculiaridades quanto aos procedimentos dos atos processuais, bem como quanto aos princípios que os regem. A modalidade examinada servirá para que se possam observar as marcas de poder e saber no contexto das interações orais retiradas desse evento. Através desta análise, buscam-se as possíveis indicações de interesses dos enunciadores contidas no sentido do discurso produzido, observando o posicionamento do locutor em relação ao enunciado. Intenta-se saber, de igual forma, se há uma relação assimétrica entre os participantes presentes na audiência, sendo expressa através das disposições lingüísticas estudadas.

Palavras-chave: discurso jurídico; estratégias de modalização; juizados especiais criminais

Introdução

Tradicionalmente, o Direito tem tratado as questões de linguagem de maneira periférica ou tidas como "naturais". Com a concepção clássica da linguagem, esta tinha uma função de representar o real, sendo o enunciado verdadeiro se correspondesse a um estado de coisas existente. Através da modernidade, a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. A linguagem deixa de ser algo sincrônico e abstrato, fazendo parte de um contexto representacional ou referencial, e passa a ser signo dialético, vivo, dinâmico, tendo a língua uma atividade estruturante, sendo relativizada a respeito da posição pessoal e espaço-temporal, bem como de quem produz e de quem interpreta (Brandão,2002).

A análise do discurso visa à compreensão, a partir de uma visão pragmática, de como um objeto simbólico produz sentido, como ele está investido de significância. Essa compreensão, por sua vez, implica explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeitos e sentidos.

*__Projeto__: Processo Judicial: Análise dos modalizadores na textualização de discursos. **Órgão Financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq

É importante saber que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições ideológicas daqueles que as empregam. Contudo o sujeito não é apenas elaborador de sentidos. Pode-se dizer que é o homem.

sujeito a e *sujeito de*, ou seja, o homem determina o que diz, mas é determinado pela exterioridade, está sujeito à ideologia e à história, de forma a ser verdadeira a afirmação que o discurso é um objeto sócio-histórico (Orlandi, 2000). Deste modo, a análise crítica do discurso (ACD) se propõe realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspectos meramente lingüísticos, tentando apreender nas formas de organização discursiva as relações de antagonismo, de aliança, de dissimulação, de absorção que se processam, ou seja, procura observar os laços ocultos entre linguagem, poder e ideologia bem como as estratégias empregadas (Alves,2003).

Nos discursos da ciência jurídica, atualmente, não se pode conceber, de forma puramente objetiva, a significação, pois esse modelo de entendimento adota a idéia de que a consciência pode ser reproduzida sem deturpações, como se a linguagem fosse uma manifestação ingênua (Warat, 1983). As relações comunicacionais na ciência jurídica devem ser observadas a partir da relação entre e discurso e as condições concretas de transmissão, quer dizer que não se pode isolar a fala de suas condições sociais a fim de obter uma análise neutra dos discursos produzidos no âmbito jurídico, pois a linguagem e o Direito são indissociáveis e fazem parte de um mesmo contexto. Com o escopo de se atingir uma compreensão a respeito da textualização dos discursos jurídicos, sempre com a idéia de que a linguagem representa as intenções subjetivas dos atores das relações comunicacionais, parte-se para o estudo da modalização, que consiste nos dispositivos enunciativos, pelos quais o emissor cria os universos de referência que serão compartilhados com o(s) receptor(es), estabelecendo uma relação entre ele (o enunciador) e seu enunciado, sinalizando a modalidade, os graus de afinidade ou comprometimento com os enunciados, de forma que o emprego dos modalizadores nos discursos possibilita a identificação do ponto de vista do enunciador do discurso (Pinto, 1994). A força semântica das modalidades e sua distribuição sintática se identificam ao sentido e ao comportamento sintático dos verbos modais: poder, dever, saber, querer. Essa classe nuclear é completada por outras classes periféricas, com outros verbos, com outras seqüências morfológicas e com tipos de entonação e de formas particulares de expressão estilísticas. As modalidades são como características que determinam o valor de verdade das proposições e tornam possível a compreensão da intencionalidade de quem enuncia (Parret, 1988).

A análise de dados verbais autênticos coletados em situações sociais da justiça justifica-se pelo deslocamento das análises de construções hipotéticas ideais e apriorísticas da tradição jurídica para uma abordagem científico-empírica da produção textual na justiça. As condições de uso da linguagem abrangem múltiplos aspectos, simultâneos e sucessivos, no contexto institucional da justiça, criando um "novo objeto", devendo extrapolar a mera análise lingüística para construir um objeto de estudo de natureza interdisciplinar: os usos da linguagem regidos pelos princípios jurídicos.

O objetivo deste presente projeto é identificar a modalização de enunciados, analisando como se criam e/ ou reproduzem diferenças de saber e poder entre os interlocutores nas situações de interação (oral e/ ou escrita) em eventos autênticos de realização de processo judicial.

Metodologia

Inicialmente, utilizou-se, neste trabalho, uma análise em nível textual com a revisão bibliográfica referente aos assuntos abordados, a saber: os modalizadores, os JEC, bem como a análise do discurso, para que assim se pudesse ter uma orientação a respeito das referidas matérias. O projeto tem como objeto dados orais autênticos retirados de audiências de instrução e julgamento realizadas nos Juizados Especiais Criminais (JEC). Com os dados coletados e transcritos, segundo o modelo apresentado pelo projeto NURC (*apoud* Alves,2003), partiu-se para a análise desses dados, usando como plano os modalizadores.

O projeto realizou-se em quatro etapas:
1 revisão bibliográfica
2 coleta dos dados orais através de aparelho áudio-gravador
3 transcrição dos dados coletados
4 análise lingüística nos "corpus" acerca da manifestação dos modalizadores nas interações orais.

Resultados e Discussão

Para a formação do *corpus*, foi delimitado o objeto, estabelecendo-se assim que as interações orais ocorridas nas audiências de instrução e julgamento nos Juizados Especiais Criminais configurariam o material a ser analisado. Procedeu-se dessa forma, pois trata-se o Juizado Especial Criminal de instituição de base constitucional recente, visto que foi disposto pela lei nº 9.099, de 1995, e posteriormente no âmbito federal através da lei nº 10.259, de 2001, com peculiaridades tanto em relação à aplicabilidade no mundo empírico quanto ao funcionamento técnico-procedimental, prezando pela agilidade na prestação jurisdicional sem prejudicar o andamento nas varas comuns. Há, nesse microssistema, princípios, ou melhor, critérios, que, apesar de não se sobreporem aos princípios constitucionais, são caracterizadores e específicos deste instituto, fundamentando e orientando o processo. São eles: o da oralidade, o da celeridade, o da simplicidade, o da informalidade, o da economia processual (Figueira, 1997).

Após a coleta e a transcrição do material, realizaram-se recortes para que desses pudessem ser observadas a presença dos marcadores de modalização e as relações estabelecidas entre os enunciadores a partir do que dizem. Como exemplo, tem-se o fragmento1.

12.	como a gente tá acostumado a/ certo? olhar bastante/ tá fazendo a
13.	ronda a gente fica olhando as pessoas que estavam lá / tava do
14.	outro lado da rua a gente atravessou

Fragmento 1

A modalidade, de maneira geral, pode ser definida como a forma com que o enunciador, conscientemente ou habitualmente, demonstra o grau de afinidade com seu enunciado. Neste fragmento, pode-se observar a utilização do termo "a gente" pela testemunha. Esse termo demonstra uma tentativa de distanciamento em relação à representação dos estados de coisas que constrói em seu enunciado. Trata-se da impessoalização, que é o último grau de distanciamento que se pode obter em relação à representação que se faz de um estado de coisas. O enunciado pode se apresentar de forma mais ou menos distanciada, dependendo do emprego de outras marcas de modalização.

No exemplo específico, o termo "a gente" evidencia uma identificação parcial com o conteúdo que está sendo representado, apresentando um efeito progressivo de distanciamento, uma vez que não se pode aferir a total relação do enunciador com o seu enunciado. Infere-se que a testemunha tem intenção de não se comprometer totalmente com o que diz, diluindo sua identificação com outro sujeito, sendo que, do ponto de vista jurídico, ele pode estar tentando diminuir sua responsabilidade perante a assertiva, minimizando a sua participação. Observa-se também que se trata de policiais militares, podendo levar a crer que a utilização deste termo "a gente", várias vezes durante a tomada de depoimento de ambas as testemunhas, significa um certo corporativismo, pois é comum que, fazendo parte de um grupo homogêneo, o emissor passe a tratar no plural, evitando a abordagem pessoal. Corriqueiramente, é comum notar a utilização dessa expressão.

Vale ressaltar que, no procedimento sumaríssimo dos JEC, a prova testemunhal é correntemente utilizada, assim como no procedimento ordinário, mas, devido aos critérios particulares desse microssistema, é comum notar que o depoimento testemunhal parece ser o único meio de prova. As testemunhas são pessoas que, presenciando ou sabendo do fato ou circunstância relevante à lide, vão depor sobre o fato controvertido frente ao juiz, sendo importante meio de convencimento. No exemplo exposto, trata-se de uma testemunha ocular ou presencial que, no entanto, parte de seu depoimento se apresenta com respostas sem precisão e indicando incerteza sobre fatos relevantes. A interpretação, como bem explica a Profª. Virgínia Colares (Alves, 2003), da história que corresponde ao fato criminoso pela justiça, fundamenta-se no princípio do livre convencimento do juiz, sem, contudo, possibilitar a decisão arbitrária do juiz. A

sentença deve ser fundamentada com base nas fontes de onde o juiz tirou suas conclusões, uma dessas fontes é a prova testemunhal.

Conclusões

A partir do primeiro *corpus* selecionado, percebe-se que, diante de uma relação de fato, numa interação oral, pode-se, a partir do que é dito, retirar não só a mensagem expressa, como também a ideologia própria do emissor e sua intenção, sendo essas conscientes ou não.

É necessário, portanto, que diante da prática jurisdicional, possa-se estar alerta para essas variantes que demonstram que a mera compreensão do que foi dito não significa, muitas vezes, algo limitado no seu significado e sentido.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica – PIBIC / CNPQ, pela oportunidade de desenvolvimento da pesquisa e pelo financiamento do projeto.

Referências

ALVES, Virgínia Colares Soares Figueiredo. **Inquirição na justiça: estratégias** lingüístico-discursivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

BRANDÃO, Helena H Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 8 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. **Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Campinas, SP: UNICAMP, 1988. p 79-106.

PINTO, Miton José. **As marcas lingüísticas de enunciação:** esboço de uma gramática enunciativa do português. In: dispositivos de modalização. Rio de Janeiro: NUMEN Ed, 1994.

WARAT, Luis Alberto.**O direito e sua linguagem**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1983.

PALAVRAS DE OFÍCIO

Edson Fernando Sales de Lima[1] ; Elizabeth Angélica Santos Siqueira[2]

[1]Estudante do Curso de Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: salesef@uol.com.br;
[2]Professora do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Núcleo de Pesquisas em Literatura e Lingüística Aplicada (NUPALLA). E-mail: siqueira17@hotmail.com

Resumo
Esta pesquisa tem o objetivo de resgatar a produção poética feminina em Pernambuco. Retratamos o mundo e a obra de cinco poetas pernambucanas, realizando um estudo detalhado a respeito da escritura feminina contemporânea. Traçamos também o perfil biográfico dessas escritoras, analisando a sua produção poética, buscando observar confluências temáticas e características discursivas em suas obras, a partir de uma abordagem literária feminista. O estudo consiste em um mapeamento da linguagem e das temáticas utilizadas em seus poemas, numa tentativa de se criar um consenso em torno dos textos poéticos produzidos pela mulher em nosso Estado. Pretendemos, através desse trabalho, dar maior visibilidade às suas obras, possibilitando sua maior divulgação no meio acadêmico, assim como junto às críticas local, regional e nacional.

Palavras-chave: escritura feminina; novo olhar; pós-modernismo

Introdução

Uma avaliação dos estudos sobre a mulher no final do século passado, em qualquer área de conhecimento, é uma tarefa deveras difícil. É preciso analisar todo o processo de desencadeamento da liberdade feminina, acompanhando as suas lutas, suas batalhas e suas vitórias.

A história nos apresentou as mulheres, durante longo tempo, como seres inferiores ao homem, sempre submissas a caprichos, aptas a cumprir ordens. Entretanto, a partir do movimento feminista dos anos sessenta, abriram-se novas perspectivas para elas em todos os campos de atividades.

Segundo Moreira (2003, p.21), "a produção literária feminina, no decorrer da história universal, sempre foi considerada inferior, de baixa qualidade, porque esta, também, era a posição sociocultural da mulher nas sociedades ocidentais". Portanto, o discurso feminista, no pós-modernismo engaja-se na luta pelo poder de interpretar e ter a palavra como instrumento de propagação de sentimentos e idéias. Esse novo discurso começa a espalhar-se pelo mundo, tentando ocupar o lugar de destaque que lhe cabe na sociedade, reconstruindo a antes menosprezada imagem da mulher, impondo-a à sociedade, na busca do direito à liberdade e à igualdade de condições.

De acordo com a crítica literária atual, a mulher, com seu *female gaze*, ou olhar feminino, debruça-se sobre sua própria produção literária, fazendo uma releitura da sua obra. Portanto, "a crítica feminista deu condições para que se compreendesse de uma nova maneira a conexão entre duas das formas de rebaixamento a que a mulher esteve sujeita: a social e a literária" (Moreira, 2003, p.36). Dessa forma, a abordagem teórica feita durante a pesquisa serve como embasamento para o resgate da poesia produzida pela mulher, que já ocupa um lugar de destaque no mundo literário contemporâneo. Sua relevância, em relação à literatura produzida em Pernambuco, deve-se à pouca divulgação da obra literária feminina em nosso Estado e a sua não-inclusão no cânone literário brasileiro.

Temos como objetivo geral não apenas traçar o perfil biográfico de autoras pernambucanas contemporâneas, mas também realizar a análise de sua produção poética, de acordo com uma abordagem literária feminista. Visamos ao estudo da obra e vida de cinco poetas contemporâneas pernambucanas:

Alice Colares, Ana Maria César, Bartyra Soares, Maria Lúcia Chiappetta e Marilena de Castro. Realizamos, também, a revisão bibliográfica da crítica literária feminista atual; estudamos e descrevemos o processo da criação poética das autoras estudadas; traçamos o seu perfil biográfico, a partir das entrevistas realizadas, observando recorrências e dissonâncias de idéias, numa perspectiva da pós-modernidade; analisamos os textos quanto à temática apresentada e sua composição poemática.

Metodologia

Este trabalho consiste na segunda fase de uma pesquisa maior, que pretende estudar não só as poetas pernambucanas residentes no Recife, mas, posteriormente, ser ampliada também para o interior do estado, com o objetivo de realizar um levantamento da poesia produzida por mulheres em Pernambuco, na contemporaneidade. Tivemos, inicialmente, que restringir o nosso *corpus*, uma vez que tememos ficar na superficialidade se ampliássemos por demais o universo a ser estudado. Nesse segundo momento, que denominamos "Novo Olhar", a pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas, com cinco escritoras: Alice Colares, Ana Maria César, Bartyra Soares, Maria Lúcia Chiappetta e Marilena de Castro. A partir da temática apresentada por cada escritora, analisamos os tópicos recorrentes em sua produção poética. Buscamos reunir os textos no que se pode identificar como uma "escritura feminina" (traduzida da expressão *écriture feminine*, utilizada por *Cixous*, para denominar a escrita feminina que, segundo ela, é a "fala do corpo"). A pesquisa também se baseou no caráter bibliográfico e interpretativo do material teórico e das obras analisadas. Dessa forma, foi realizada a leitura, a sistematização e a análise de livros, resumos e artigos sobre o assunto, o que serviu como arcabouço teórico no desenvolvimento do trabalho de campo. No decorrer do estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e teórico do *corpus* estudado; coleta de dados – entrevistas e gravações dos dados; fotografias; transcrição das entrevistas; análise dos dados; elaboração do relatório parcial e relatório global da pesquisa.

Resultados e Discussão

De acordo com os estudos realizados, constatamos que, apenas a partir do século XIX, no Brasil, a mulher começa a libertar-se da vida doméstica e adentrar na esfera pública. Dá-se o início dessa fase com o ingresso da mulher no magistério, pois, até então, era contra o conservadorismo da época um homem ensinar em escolas freqüentadas apenas por meninas.

Observamos uma maior preocupação com as questões de gênero e da crítica feminista, a partir do movimento feminista, ocorrido nos anos sessenta. Este representou um movimento transformacional que visou a ampliar todos os espaços da mulher, inclusive o literário, de forma a inserir obras de autoria feminina até então esquecidas, ou mesmo ignoradas.

Podemos também dizer que a crítica feminista pode ser considerada como revisionista, pois, freqüentemente, está revisitando textos passados, trazendo-os ao presente e adaptando-os aos dias atuais. Ainda hoje, essa crítica persiste em atingir seu objetivo, que é o de identificar características da escrita feminina e construir uma estruturação para a análise da literatura dessa escrita.

As mulheres se uniram para quebrar as correntes que as impossibilitavam de manifestar suas idéias, seus desejos e seus sonhos. Conseguiram também desmistificar a crítica androcêntrica, a qual desprezava o movimento feminista.

Como declara Moreira (2003, p.40), "nós, mulheres do Terceiro Mundo, sempre à margem

dos processos sociais e políticos, precisamos nos debruçar sobre nós mesmas, sobre as singularidades e excentricidades que compõem o nosso universo; temos que legitimar nossas vozes no espaço privilegiado do conhecimento. Já é hora, pois, de reivindicarmos uma área crítico-teórica sólida toda nossa".

Ressaltamos, ainda, que, segundo Moreira (2003, p. 44), "a escritura feminina era revolucionária porque rompia com as estruturas opressivas e convencionais da linguagem e do pensamento masculinos".

Após a segunda etapa desta pesquisa, observamos que há uma grande produção poética feminina em Pernambuco, na contemporaneidade, embora não haja uma maior divulgação das obras. Portanto, voltamos nosso olhar para escritoras que ainda não se fizeram reconhecer pelo grande público e pela crítica literária local, como forma de dar maior visibilidade aos seus poemas.

Conclusões

Através do estudo realizado, buscamos deter-nos no estudo de textos produzidos por mulheres, assim como discutir textos relacionados à crítica literária feminista. Esses textos têm buscado estudar e re-estudar a escrita feminina, a partir de uma abordagem pós-moderna, buscando identificar marcas discursivas as quais demonstram o "eu" feminino que o permeia. Essas marcas, identificadas a partir de novas "vozes enunciativas", revelam um estilo próprio, através de temáticas próprias e de uma linguagem mais voltada para a *escrita do corpo* (Cixous,1981) . Essa análise encontra uma maior ressonância junto aos críticos literários e aos leitores providos de um aparato cultural que possa interpretar e acrescentar algo de inovador a essas obras.

As escritoras estudadas trabalham com temáticas diversificadas. Além de explorar temáticas voltadas para o ambiente doméstico, são mais intimistas, exploram também tópicos voltados para o social, o filosófico, o político,o religioso, dentre outros.

Na verdade, é muito complexo o estudo da escrita feminina, dificultando, dessa forma, uma definição plausível para o que seria esta escrita. Portanto, o que identificamos em um texto de autoria feminina é o "eu" que o permeia, somando-se a uma análise do discurso que nos fornece subsídios para o classificarmos como sendo uma obra de mulher.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Católica de Pernambuco – PIBIC, por me proporcionar tamanha experiência, dando-me oportunidade de ampliar meus conhecimentos. À Profª. Elizabeth Siqueira e à amiga Sandra, meus sinceros agradecimentos pela paciência, compreensão e dedicação.

Referências

CIXOUS, H. **The Laugh of The Medusa**, in Marks, Elaine and Courtivron, Isabelle eds. New French Feminisms. Brighton: Harverster Press, 1981.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. **A Condição Feminina Revisitada:** Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin. João Pessoa: Universitária / UFPB, 2003.

WOOLF, Virginia. **Um Teto Todo Seu.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 149p

PRODUÇÃO DE BIOSSURFACTANTES POR *CANDIDA GLABRATA* UTILIZANDO ÓLEO DE ALGODÃO COMO SUBSTRATO

Juliana Moura de Luna[1,3]; Leonie Asfora Sarubbo[2,3]

1- Estudante do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas do Centro de Ciências e Tecnologia
2- Professor do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia, participante dos Grupos de Pesquisa Processos Tecnológicos e Ambientais e Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular, e-mail: leonie@unicap.br
3- Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais (NPCIAMB)/UNICAP

Resumo
A produção de agentes surfactantes de origem microbiana tem sido intensivamente estudada nos últimos anos, uma vez que esses agentes são biodegradáveis e possuem aplicação em diversos setores industriais. Nesse sentido, a *Candida glabrata*, uma levedura isolada de mangue e com ação surfactante comprovada em estudos anteriores, foi estudada para a produção de surfactantes a partir de óleo de algodão e glicose como fontes de carbono. Além do estudo da influência da variação das concentrações desses substratos na produção dos surfactantes, a concentração do extrato de leveduras também foi testada utilizando-se um planejamento fatorial. Os melhores cultivos para a emulsificação do n-hexadecano e óleo de algodão foram obtidos no ponto central do planejamento experimental. A determinação da tensão superficial no líquido metabólico livre de células contendo o biossurfactante revelou que o mesmo foi capaz de reduzir a tensão superficial da água de 70 mN/m para 31 mN/m. Testes de atividade de emulsificação realizados no líquido metabólico livre de células contendo o biossurfactante demonstraram a eficiência desse polímero na emulsificação de substratos específicos, bem como uma relativa estabilidade em condições extremas de pH e temperatura e manutenção da atividade emulsificante sob elevadas concentrações salinas. O rendimento de produção foi de 4g/L. A capacidade de emulsificação do hexadecano pelo líquido metabólico livre de células foi totalmente recuperada pelo biossurfactante isolado, enquanto que, para o óleo de algodão, essa capacidade aumentou em 25%.

Palavras-chave: *Candida*; bioemulsificante; óleo vegetal

Introdução

A poluição ambiental por óleos e derivados de petróleo é um problema que atinge proporções mundiais e, a cada ano, o acúmulo de resíduos oleosos emitidos por indústrias de diversos ramos aumenta drasticamente. O maior estímulo para o estudo do crescimento de microrganismos em hidrocarbonetos consiste na possível utilização destes organismos no tratamento da poluição do meio ambiente por compostos oleosos (MARÍN, 1996). Bactérias, leveduras e fungos filamentosos que degradam substratos insolúveis em água como os hidrocarbonetos sólidos e líquidos, óleos e gorduras, usualmente, produzem biossurfactantes que auxiliam na disponibilidade destes compostos à célula microbiana através das emulsões formadas (NITSCHKE; PASTORE, 2002).

Os surfactantes constituem uma importante classe de compostos químicos amplamente utilizada em diversos setores industriais. A grande maioria dos surfactantes hoje disponíveis são sintetizados a partir de derivados de petróleo. Entretanto o crescimento da preocupação

Projeto: Produção de Agentes Surfactantes por Leveduras a partir de Substratos Insolúveis. **Órgão Financiador**: UNICAP e CNPq.

ambiental entre os consumidores, combinado com as novas legislações de controle do ambiente, tem levado à procura por surfactantes naturais como alternativa aos produtos existentes (MARÍN, 1996). Os surfactantes constituem moléculas anfipáticas, contendo porções hidrofílicas e hidrofóbicas que tendem a se localizar preferencialmente na interface entre fases fluidas que possuem diferentes graus de polaridade e pontes de hidrogênio, interfaces óleo-água ou ar-água. Essas propriedades possibilitam a redução das tensão superficial e interfacial e a formação de microemulsões em que os hidrocarbonetos possam se solubilizar-se em água ou vice-versa (RON; ROSENBERG, 2001). Essas características conferem excelentes detergência, emulsificação e ação dispersante, o que torna o surfactante um dos produtos químicos mais versáteis (GALLERT; WINTER, 2002).

Vários substratos têm sido utilizados na produção de biossurfactantes, destacando-se os óleos vegetais, fontes renováveis e de grande consumo mundial (MAKKAR; CAMEOTRA, 2002). Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo produzir agentes surfactantes microbianos, utilizando substratos de baixo custo como alternativa econômica, na produção de polímeros coadjuvantes dos processos de redução da poluição ambiental.

Metodologia

A levedura *Candida glabrata*, isolada no mangue, no Município de Rio Formoso, foi obtida no Banco de Culturas do NPCIAMB da UNICAP. As culturas foram mantidas em meio YMA. Para produção do biopolímeros, foi utilizado um meio mineral com a seguinte composição: 0,1% de NH_4NO_3, 0,01% de KH_2PO_4, 0,5% de $MgSO_4.7H_2O$, 0,01% de $FeCl_3$, 0,01% de NaCl, 0,1% de Uréia e 0,4% de extrato de levedura. Os substratos utilizados foram óleo de algodão e glicose. A amostra de *Candida* foi incubada em meio líquido YMB sob agitação orbital a 27°C, por 24 horas, a 200 rpm, para obtenção do pré-inóculo. As fermentações foram realizadas durante 144 horas, partindo-se de um inóculo inicial de 10^5 células/mL. O crescimento foi monitorado por Contagem em Câmara de Neubauer e o pH por potenciometria. A determinação da atividade de emulsificação em óleo de algodão e hexadecano também foi realizada ao longo do cultivo (COOPER; GOLDENGERG, 1987). Um planejamento fatorial 2^3 com 8 ensaios e 4 repetições no ponto central foi realizado com o objetivo de avaliar a influência das variáveis independentes óleo de algodão, glicose e extrato de levedura sobre a variável resposta atividade de emulsificação. Após a seleção da melhor condição de produção dos biossurfactantes, segundo o planejamento fatorial, determinou-se a tensão superficial em um tensiômetro (KSV-Sigma 70) e procedeu-se ao estudo da eficiência do biossurfactante selecionado através de variações nas proporções entre a fase oleosa e o caldo de cultura livre de células e posterior determinação da atividade de emulsificação. O efeito da temperatura sobre a capacidade de emulsificação no líquido metabólico livre de células foi avaliado após exposição a 4, 27, 70 e 120º C. Os efeitos da adição de NaCl (2, 4, 6, 8 e 10% de concentração) e da variação do pH (2, 4, 6, 8, 10 e 12) na emulsificação também foram testados. O isolamento do biopolímero foi realizado a partir do líquido metabólico livre de células liofilizado. O material obtido foi ressuspendido e posteriormente tratado com clorofórmio em funil de separação (SARUBBO et al., 2001). A fase aquosa foi, então, extraída, sendo liofilizada e, posteriormente, pesada.

Resultados e Discussão

A produção de agentes surfactantes foi realizada com base em um planejamento fatorial completo 2^3 com 4 pontos centrais para analisar os efeitos principais e interações das variáveis concentração de óleo de algodão, concentração de glicose e concentração de extrato de levedura sobre o índice de emulsificação do biossurfactante produzido por *Candida glabrata*. A análise dos resultados foi realizada, utilizando-se o programa STATISTICA versão 6.0 da Statsoft, USA.

Os resultados obtidos no planejamento experimental permitiram selecionar os cultivos obtidos no ponto central do planejamento fatorial (7,5% de óleo de algodão, 5% de glicose e 0,3% de extrato de levedura em meio mineral), para a emulsificação do n-hexadecano e óleo de algodão. A determinação da tensão superficial no líquido metabólico livre de células contendo o biossurfactante revelou a excelente capacidade surfactante do polímero, uma vez que o mesmo foi capaz de reduzir a tensão superficial da água de 70 mN/m para valores em torno de 31 mN/m.

Figura 1 - Eficiência do biossurfactante (A) em função da variação das proporções entre o líquido metabólico e a fase oleosa (substrato teste: hexadecano), onde P = 3,0 mL do líquido metabólico e 2,5 mL de Hexadecano; A = 2,5 mL do líquido metabólico e 3,0 mL de Hexadecano; C = 1,5 mL do líquido metabólico e 4,0 mL de Hexadecano; D = 1,0 mL do líquido metabólico e 4,5 mL de Hexadecano; Influência do pH (B), da concentração de NaCl (C) e da temperatura (D) na atividade de emulsificação do biossurfactante produzido por Candida glabrata em meio contendo 7,5% de óleo de algodão, 5% de glicose e 0,3% de extrato de levedura

A eficiência e a estabilidade da capacidade de emulsificação do agente surfactante selecionado foram avaliadas em testes de proporção, variações no pH, temperatura e adição de concentrações crescentes de NaCl (Figura 1). A análise da variação das proporções entre as fases oleosa e aquosa pode contribuir com modificações na metodologia para determinação da atividade de maneira mais eficaz. O biossurfactante produzido foi capaz de emulsificar mais de 80% do óleo de algodão em todas as proporções testadas, o que não aconteceu para o hexadecano, o qual foi mais emulsificado para a variação A (Figura 1A). A alteração do pH do líquido metabólico livre de células demonstrou pequenas variações no índice de emulsificação (Figura 1B), mostrando o grande espectro de aplicações do biossurfactante de *Candida glabrata* em meios ácidos e básicos. O discreto aumento da atividade de emulsificação em pH extremos pode ser justificado pela desnaturação de componentes protéicos ou pelo aumento da ionização do meio (KIM et al., 2000). Resultados similares foram obtidos para o biossurfactante produzido a partir de uma bactéria em meio, contendo hexadecano como fonte de carbono (KIM et al., 2000). Para a adição de NaCl, concentrações crescentes do sal apenas ocasionaram uma leve redução na atividade de emulsificação dos substratos testados, observando-se, porém, um grande aumento da emulsificação

do óleo de algodão após a adição de 10% de NaCl (Figura 1C). As variações de temperatura demonstraram que a capacidade surfactante se manteve relativamente estável, com maiores índices na temperatura ambiente e menores índices a 70°C (Figura 1D). Esses resultados mostram a eficácia do surfactante isolado para aplicação em ambientes com condições específicas, ao contrário dos surfactantes comerciais para os quais uma concentração de 2% de NaCl é suficiente para inativar a capacidade surfactante (KIM et al., 2000). A extração do biopolímero em clorofórmio permitiu o isolamento do biossurfactante. Após a liofilização, este se apresentou como um precipitado caramelo solúvel em água. A atividade de emulsificação foi determinada para o biopolímero isolado e o rendimento de produção calculado. Os resultados indicaram uma recuperação de 100% da atividade de emulsificação para o n-hexadecano e um aumento de 25% na capacidade de emulsificação do óleo de algodão em relação ao produto bruto (líquido metabólico livre de células). O processo de produção permitiu um rendimento de 4 g/L.

Conclusões

Os resultados demonstram a capacidade do microrganismo em se desenvolver e produzir agentes surfactantes eficientes quando cultivado em óleo de algodão e glicose, demonstrando o potencial desses substratos na produção de agentes de superfície e incentivando estudos futuros para aplicação desses agentes, nos processos de descontaminação ambiental.

Agradecimentos

Os autores agradecem a colaboração da Profa. Clarissa Daisy, do Departamento de Informática da UNICAP, na análise estatística dos resultados e o apoio financeiro da Universidade Católica de Pernambuco e do CNPq.

Referências

COOPER, D.G.; B.G. GOLDENBERG. Surface active agents from two *Bacillus species*. **Applied and Environmental Microbiology**, v. 53, p. 224-229. 1987.

GALLERT, C. ;WINTER, J. Solid and liquid residues as raw materials for biotechnology. **Z. Naturforsch**, v. 89, p. 483-496, 2002.

KIM, S.H.; LIM, E.J.; LEE, S.O.; LEE, J.D.; LEE, T.H. Purification and characterization of biosurfactants from *Nocardia sp.* L - 417. **Biotechnolology and Applied Biochemistry**, v. 31, p.249-253. 2000.

MAKKAR, R.S.; CAMEOTRA, S.S. An update on the use of uncoventional substrates for biosurfactant production and their new applications. **Applied and Environmental Microbiology**, v. 58, p. 428-434, 2002.

MARÍN, M.; PEDREGOSA, A.; RIOS, S.; LABORDA, F. **International Biodeterioration and Biodegradation**, v. 5, p. 69-75.1996.

NITSCHKE, M.; PASTORE, G.M. **Quimica Nova**, v.25, p.772-776, 2002.

RON, E.Z.; ROSENBERG, E. Natural roles of biosurfactants, **Z. Naturforsch**, v. 3, p. 229-236, 2001.

SARUBBO, L.A.; MARÇAL, M.C.R.; NEVES, M.L.C.; SILVA, M.P.C.; PORTO, A.L.F.; CAMPOS-TAKAKI, G.M. Bioemulsifier production in batch culture using glucose as carbon source by *Candida lipolytica***. Applied Biochemistry and Biotechnology**, v. 95, p. 59-67, 2001.

TULEVA, B.K.; IVANOV, G.R.; CHRISTOVA, N.E. Biosurfactant Production by a New *Pseudomonas putida* Strain. **Z. Naturforsch**, v. 57, p. 356 - 360. 2002.

PROCESSO DE COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS DO TIPO NARRAÇÃO E DO GENERO LITERAL DESENVOLVIDOS POR ADOLESCENTES SURDOS

Suzane de Lima Benvindo[1]; Denise Costa Menezes[2]

[1]Estudante do curso de Fonoaudiologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas

Resumo

Este trabalho objetivou estudar o processo de leitura de textos literais do tipo narração desenvolvidos por adolescentes surdos. Participaram deste estudo 32 adolescentes surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e integrantes da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental. Os participantes foram selecionados em duas instituições de Ensino Fundamental na cidade do Recife. Os participantes foram requisitados a ler um texto retirado de um livro de ensino do Português para quinta série. Após a leitura, atribuíram um título ao texto em Português e reproduziram o texto em sua língua natural (LIBRAS). As reproduções foram vídeo-gravadas e posteriormente traduzidas por um intérprete oficial da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos). A compreensão da idéia global do texto foi analisada através dos títulos, e as idéias principais, através das reproduções. Percebeu-se que a maioria dos estudantes apresentou dificuldades em identificar a idéia global do texto. Com relação às idéias principais, também foram identificadas dificuldades. A maioria dos participantes apresentou menos da metade das idéias principais em suas reproduções textuais. De acordo com os resultados encontrados, pode-se concluir que os estudantes investigados apresentaram dificuldades de compreensão do texto escrito. Esse fato pode estar relacionado ao contexto educacional de crianças surdas no Recife ou às características peculiares de aprendizes do Português escrito como segunda língua. Novas investigações devem ser realizadas com o objetivo de investigar essas dificuldades e suas prováveis causas para que soluções possam ser sugeridas.

Palavras-chave: surdez; leitura; educação especial

Introdução

Muitas ainda são as questões sobre o aprendizado e o uso da escrita. Não se pode afirmar que a escrita acrescenta a seus usuários uma maneira diferenciada de compreender o mundo, ou que os faz desenvolver formas cognitivas mais elevadas. No entanto, percebe-se diferença entre quem opera com a escrita e sem a escrita no mundo de hoje. O uso da escrita aumenta as possibilidades de acesso ao conhecimento, acarretando conseqüências nas formas de conceitualização e apropriação do mesmo (Marcuschi, 1999).

Assim como a escrita não é uma simples representação da fala, a leitura não deve ser definida como uma simples decodificação alfabética. O processo de leitura requer *compreensão* (através de reflexão crítica) do texto escrito. A compreensão é uma habilidade que exige mais do que o reconhecimento ou agrupamento de palavras ou frases, pois é a construção de um modelo mental a partir de informações tratadas no texto, ou de informações não contidas nele. Marcuschi (1996) afirma que a compreensão de um texto ocorre através de um processo de inferência, e que o sentido é

Projeto: Processo de Compreensão de Textos Escritos em Adolescentes Surdos. **Órgão Financiador:** PIBIC-UNICAP

construído através da combinação de informações retiradas do texto e outras não contidas no mesmo.

O ensino da Língua Portuguesa é consideravelmente discutido por lingüistas, psicólogos e educadores. A importância do conhecimento do indivíduo sobre textos e habilidades narrativas vem sendo abordada em propostas educacionais. A proposta apresentada pelo MEC, em seus *Parâmetros Curriculares Nacionais* (MEC / PCN, 1997), menciona a ineficácia das escolas em desenvolver nos alunos habilidades textuais que permitam usar a linguagem escrita de forma ampla, extrapolando o domínio do código alfabético e das regras léxico-gramaticais. Atualmente, pode-se observar freqüentemente o ensino de língua através da compreensão e produção de textos. O gênero textual mais utilizado em escolas é o *literal* e, dentro de suas modalidades textuais, recebe destaque a *narrativa*. Essa modalidade é referida pelo MEC como de fundamental importância durante todo o processo de aprendizagem (Silva e Spinillo, 1998).

Ao contrário de crianças ouvintes, a criança surda não desenvolve a fala de maneira espontânea. Sua língua natural (a qual aprende espontaneamente) é denominada Língua de Sinais. Essa língua difere em modalidade da língua oral, sendo realizada através da visão e da utilização do espaço (Almeida, 2000). As línguas de sinais são comparáveis em complexidade e em expressividade às línguas orais, pois possuem estrutura e regras gramaticais próprias, tendo, assim, valor lingüístico semelhante às línguas orais. No Brasil, a língua de sinais mais utilizada é a LIBRAS -Língua Brasileira de Sinais (Moura 2000).

A falta de uma língua em comum entre surdos e ouvintes dificulta a interação entre os dois mundos culturais. Ao aprender a língua dos ouvintes através da modalidade escrita, o surdo estaria apossando-se de boa parte dessa cultura, depositada em livros, revistas, jornais, cinema, teatro. Sem dúvida, um contato mais íntimo com a cultura do país do qual é nativo, possibilitaria ao surdo um enriquecimento educacional e pessoal. No entanto, observa-se uma certa dificuldade por parte dessa população em dominar a modalidade escrita de sua segunda língua. Parte dessa dificuldade pode estar atribuída ao contexto escolar. Como mencionado anteriormente, o trabalho de compreensão e produção de textos escritos não vem sendo desenvolvido adequadamente em programas educacionais para crianças ouvintes, e essa situação pode-se tornar ainda mais relevante quando se trata de alunos surdos. Fernandes (1990) conduziu uma investigação sobre a compreensão de textos escritos em 40 portadores de surdez profunda (maiores de 18 anos, com escolaridade variando da 4ª à 8ª série do ensino fundamental). A autora comenta que os surdos, de maneira geral, não estão preparados para realizar atividades de compreensão de textos, possivelmente, devido à ausência dessa atividade nas situações escolares.

Características próprias da escrita dos surdos são evidenciadas por autores brasileiros (Fernandes, 1990). Esses estudos apontam algumas dificuldades na produção escrita do surdo, como por exemplo: limitações do léxico, impropriedades no uso de preposições e advérbios, uso inadequado de verbos, uso inadequado ou omissão dos recursos coesivos, dificuldades narrativas. Esses estudos também sugerem que muitas dessas dificuldades relacionadas à escrita podem ser em decorrência da falta de um estímulo mais eficiente e/ou específico direcionado a essa habilidade. O presente estudo objetivou estudar o processo de leitura de textos literais do tipo narração desenvolvidos por adolescentes surdos.

Metodologia

Participaram deste estudo trinta e dois adolescentes surdos, cursando da 5ª à 8ª série do ensino fundamental de duas escolas da rede pública para surdos na cidade do Recife. Todos os participantes são usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e aprendizes do Português (na modalidade escrita) como segunda língua. O texto utilizado para a tarefa de leitura foi do gênero literal e o tipo narrativo, selecionado de um livro acadêmico para

a 5ª série de ensino fundamental. Intitulado de "O diamante", o texto traz a história de uma criança que, ao chegar da escola, traz um conflito pessoal e o divide com os pais, para o qual apontam uma solução. Houve a preocupação por parte dos pesquisadores em selecionar um texto pouco extenso e de linguagem acessível para o grau de escolaridade dos participantes. A metodologia deste estudo teve base em estudos desenvolvidos para investigar a compreensão de textos escritos. Inicialmente, os participantes eram requisitados a atribuir um segundo título ao texto lido. Dessa forma, pretendeu-se investigar a compreensão global do conteúdo. Posteriormente, pediu-se a eles para 'recontar' a história em sua língua natural. Os participantes foram filmados para posterior análise dos dados. Os textos reproduzidos pelos participantes foram traduzidos para o Português por um intérprete oficial, membro da FENEIS, e monitoradas pelas pesquisadoras, também usuárias da Língua de Sinais. Com o objetivo de minimizar possíveis interpretações pessoais provenientes do intérprete ou das pesquisadoras, apenas as informações compatíveis com o registro das quatro pessoas (intérprete e pesquisadoras) foram classificadas como dado de análise. Nesses dados, investigou-se a presença de uma organização seqüencial da estrutura do texto escrito e das idéias principais contidas no texto.

Resultados e Discussões

Os dados coletados foram analisados da seguinte forma: a compreensão global do texto foi analisada através do título atribuído ao mesmo pelo estudante, e a compreensão das idéias principais, através da reprodução textual. Os títulos atribuídos pelos alunos foram divididos em seis categorias. A categoria A, que representa a cópia de alguma frase do texto, e a categoria C, a cópia de palavras soltas (ex: escola muito triste) demonstraram índice de 12,5% e 28,12% respectivamente. Provavelmente, esses alunos desconhecem a função de um título, no entanto, entendem que o mesmo é uma parte do todo, o texto. Dessa forma, escolhem, de maneira aleatória, alguma palavra ou frase que o represente. Os títulos que apresentaram conteúdo não relacionado ao texto oferecido foram categorizados como "B" (18,75% dos participantes). Essa categoria incluiu frases ou palavras que não faziam parte do texto e cujos significados não apresentavam relação com qualquer idéia tirada do texto. Acredita-se que essa foi uma alternativa utilizada pelos alunos que também não sabiam fazer uso do título. A categoria "D" representa a cópia do título original e 12,5% dos participantes foram enquadrados nessa categoria. Apesar de terem sido orientados a oferecer um novo título ao texto, alguns alunos copiaram o título original alegando não saber desempenhar tal tarefa. A categoria "E" contém títulos que abordam conteúdos presentes no texto, porém não representantes do sentido global. Apenas 18,75% dos participantes foram incluídos nela. Essa categoria representa uma melhor compreensão do texto; no entanto, ainda não aponta para uma compreensão sobre a função do título. A última categoria denominada de "F" corresponde aos títulos que trazem idéia do conteúdo global. Apenas 3 estudantes (9,37%) ofereceram um título que, de acordo com o julgamento das três examinadoras, puderam representar a idéia global do texto. Esses resultados apontam para uma ausência de relação entre o que os examinadores julgam idéia global do texto e o que os participantes apontaram como tal através da escolha de um título. Esse fato pode sugerir uma dificuldade por parte dessa população em fazer uso de um título ou de identificar a mensagem global de um texto.

Foram identificadas pelos examinadores nove idéias principais no texto. São elas: 1-Maria chegou a casa com um problema; 2- a mãe tentou ajudar, mas não conseguiu; 3- Maria traz o problema para a mesa de jantar; 4- problema: ela acha que não vale nada por saber que existem várias Marias no mundo; 5- a mãe tenta resolver o problema dizendo que todos gostam de Maria, mas não adianta; 6- quem ajuda Maria é seu pai; 7- solução do problema: o pai explica a Maria que ela é única e que as outras são diferentes; 8- o pai usa uma metáfora: Maria tem o valor de um diamante; 9-Maria demonstra melhorar de sua aflição ao ir conversar com seu cachorrinho de

pelúcia. Observou-se que a maioria (87,5%) dos estudantes apresentou menos de quatro dessas idéias em suas reproduções. Nenhum participante identificou as nove idéias como sendo principal. Duas idéias não foram citadas em nenhum momento pelos alunos participantes. Os resultados não apontaram para uma relação entre o conteúdo identificado como mensagem principal do texto pelos examinadores e participantes. Esse fato podesugerir dificuldades no processo de leitura do gênero textual investigado para esta população visto que todos os participantes estavam cursando séries educacionais compatíveis com o nível do texto utilizado. Alguns alunos apresentaram partes fragmentadas do texto, sem considerar sua estrutura organizacional.

Conclusões

O presente estudo aponta para dificuldades no processo de leitura de textos do gênero *literal* e tipo *narração* desenvolvidos por adolescentes surdos, usuários da Língua de Sinais como primeira língua e Português escrito como segunda. A análise da compreensão global do conteúdo, realizada através dos títulos oferecidos pelos participantes, demonstrou que apenas 28,12% (9 alunos) dessa população apresentou algum conhecimento sobre o uso de um título em um texto narrativo. Com relação às nove idéias identificadas no texto pelos examinadores como principais, a maioria dos participantes (87,5%) citou menos de quatro dessas idéias. Nenhum participante identificou as nove idéias como sendo principal. Duas idéias não foram citadas em nenhum momento pelos alunos participantes. Os resultados não apontaram para uma relação entre o conteúdo identificado como mensagem principal do texto pelos examinadores e participantes. Esse fato pode sugerir dificuldades no processo de leitura do gênero textual investigado para esta população. Essas dificuldades podem estar relacionadas ao contexto educacional de crianças surdas no Recife ou às características peculiares de aprendizes do Português escrito como segunda língua. Novas investigações devem ser realizadas com o objetivo de investigar essas dificuldades e suas prováveis causas para que soluções possam ser sugeridas.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Católica de Pernambuco, pela ajuda financeira para a realização desta pesquisa. Agradecemos aos representantes, professores e alunos das instituições de ensino que contribuíram com este trabalho e nos confiaram o sigilo de sua identidade. Agradecemos ainda à intérprete que se disponibilizou a nos ajudar na tradução dos textos.

Referencias

ALMEIDA, E. **Leitura e Surdez: um estudo com adultos não oralizados**. Rio de Janeiro, Ed. Revinter, 2000.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro, Editora Agir, 1990.

MARCHUSCHI, L. A. Exercícios de compreensão ou copiação nos manuais de ensino de língua? (no prelo) **Revista Em Aberto**, Brasília, INEP-MEC. Org por Marisa Lajolo.1996.

MARCHUSCHI, L. A.. Oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo?. **Conferência pronunciada no 12 COLE**, na UNICAMP, Campinas, SP, julho de 1999.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1997.

MOURA, M. C.. **O surdo: caminha para uma nova identidade**. Rio de Janeiro. Editora Revinter, 2000.

SILVA, M. E., SPINILLO, A.. Uma análise comparativa da escrita de histórias pelos alunos de escolas públicas e particulares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.79, n.193, p.5-16, set/dez, 1998.

PROCESSO DE COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS DO GÊNERO NOTÍCIA JORNALÍSTICA E DO TIPO NARRAÇÃO, DESENVOLVIDA POR ADOLESCENTES SURDOS

Flávia Regina Filgueira Tamarindo [1]; Denise Costa Menezes[2]

[1]Estudante do curso de Fonoaudiologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas

Resumo

Este trabalho objetivou estudar o processo de leitura de textos do gênero notícia jornalística e do tipo narração desenvolvidos por adolescentes surdos. Participaram deste estudo 32 adolescentes surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e integrantes da 5ª a 8ª série do ensino fundamental. Os participantes foram selecionados em duas instituições de ensino fundamental na cidade do Recife. Os participantes foram requisitados a ler um texto retirado de um jornal local. Após a leitura, atribuíram um título ao texto em língua portuguesa e reproduziram o texto em sua língua natural (LIBRAS). As reproduções foram vídeo-gravadas e, posteriormente, traduzidas por um intérprete oficial da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos). A compreensão da idéia global do texto foi analisada através dos títulos, e as idéias principais, através das reproduções. Percebeu-se que a maioria dos estudantes apresentou dificuldades em identificar a idéia global do texto. Com relação às idéias principais, também foram identificadas dificuldades. A maioria dos participantes apresentou menos da metade das idéias principais em suas reproduções textuais. De acordo com os resultados encontrados, pode-se concluir que os estudantes investigados apresentaram dificuldades de compreensão do texto escrito. Esse fato pode estar relacionado ao contexto educacional de crianças surdas, no Recife, ou às características peculiares de aprendizes do Português escrito como segunda língua. Novas investigações devem ser realizadas com o objetivo de investigar essas dificuldades e suas prováveis causas, para que soluções possam ser sugeridas.

Palavras-chaves: surdez; leitura; educação especial

Introdução

Muitas ainda são as questões sobre o aprendizado e o uso da escrita. Não se pode afirmar que a escrita acrescenta a seus usuários uma maneira diferenciada de compreender o mundo, ou que os faz desenvolver formas cognitivas mais elevadas. No entanto, percebe-se diferença entre quem opera com a escrita e sem a escrita no mundo de hoje. O uso da escrita aumenta as possibilidades de acesso ao conhecimento, acarretando conseqüências nas formas de conceitualização e apropriação do mesmo (Marcuschi, 1999).

Assim como a escrita não é uma simples representação da fala, a leitura não deve ser definida como uma simples decodificação alfabética. O processo de leitura requer *compreensão* (através de reflexão crítica) do texto escrito. A compreensão é uma habilidade que exige mais do que o reconhecimento ou agrupamento de palavras ou frases, pois é a construção de um modelo mental a partir de informações tratadas no texto, ou de informações não contidas nele. Marcuschi (1996) afirma que a compreensão de um texto ocorre através de um processo de inferência, e que o sentido é construído através da combinação de informações retiradas do texto e outras não contidas no mesmo.

Projeto: Processo de Compreensão de Textos Escritos em Adolescentes Surdos.
Órgão Financiador: PIBIC- UNICAP

O ensino da Língua Portuguesa é consideravelmente discutido por lingüistas, psicólogos e educadores. A importância do conhecimento do indivíduo sobre textos e habilidades narrativas vem sendo abordada em propostas educacionais. A proposta apresentada pelo MEC, em seus *Parâmetros Curriculares Nacionais* (MEC / PCN, 1997), menciona a ineficácia das escolas em desenvolver nos alunos habilidades textuais que permitam usar a linguagem escrita de forma ampla, extrapolando o domínio do código alfabético e das regras léxico-gramaticais. Atualmente, pode-se observar freqüentemente o ensino de língua através da compreensão e produção de textos. O gênero textual mais utilizado em escolas é o *literal* e, dentro de suas modalidades textuais, recebe destaque a *narrativa*. Essa modalidade é referida pelo MEC como de fundamental importância durante todo o processo de aprendizagem (Silva e Spinillo, 1998).

Ao contrário de crianças ouvintes, a criança surda não desenvolve a fala de maneira espontânea. Sua língua natural (a qual aprende espontaneamente) é denominada Língua de Sinais. Essa língua difere em modalidade da língua oral, sendo realizada através da visão e da utilização do espaço (Almeida, 2000). As línguas de sinais são comparáveis em complexidade e em expressividade às línguas orais, pois possuem estrutura e regras gramaticais próprias, tendo, assim, valor lingüístico semelhante às línguas orais. No Brasil, a língua de sinais mais utilizada é a LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (Moura 2000).

A falta de uma língua em comum entre surdos e ouvintes dificulta a interação entre os dois mundos culturais. Ao aprender a língua dos ouvintes através da modalidade escrita, o surdo estaria apossando-se de boa parte dessa cultura, depositada em livros, revistas, jornais, cinema, teatro. Sem dúvida, um contato mais íntimo com a cultura do país do qual é nativo, possibilitaria ao surdo um enriquecimento educacional e pessoal. No entanto, observa-se uma certa dificuldade por parte dessa população em dominar a modalidade escrita de sua segunda língua. Parte dessa dificuldade pode estar atribuída ao contexto escolar. Como mencionado anteriormente, o trabalho de compreensão e produção de textos escritos não vem sendo desenvolvido adequadamente em programas educacionais para crianças ouvintes, e essa situação pode-se tornar ainda mais relevante quando se trata de alunos surdos. Fernandes (1990) conduziu uma investigação sobre a compreensão de textos escritos em 40 portadores de surdez profunda (maiores de 18 anos, com escolaridade variando da 4ª à 8ª série do ensino fundamental). A autora comenta que os surdos, de maneira geral, não estão preparados para realizar atividades de compreensão de textos, possivelmente, devido à ausência dessa atividade nas situações escolares.

Características próprias da escrita dos surdos são evidenciadas por autores brasileiros (Fernandes, 1990). Esses estudos apontam algumas dificuldades na produção escrita do surdo, como por exemplo: limitações do léxico, impropriedades no uso de preposições e advérbios, uso inadequado de verbos, uso inadequado ou omissão dos recursos coesivos, dificuldades narrativas. Esses estudos também sugerem que muitas dessas dificuldades relacionadas à escrita podem ser em decorrência da falta de um estímulo mais eficiente e/ou específico direcionado a essa habilidade. O presente estudo objetivou estudar o processo de leitura de textos literais do tipo narração desenvolvidos por adolescentes surdos.

Metodologia

Participaram deste estudo trinta e dois adolescentes surdos, cursando da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental de duas escolas da rede pública para surdos na cidade do Recife. Todos os participantes são usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e aprendizes do Português (na modalidade escrita) como segunda língua. O texto utilizado para a tarefa de leitura foi do gênero notícia jornalística e do tipo narrativo, selecionado de um jornal local e contextualizado histórica e socialmente. Intitulado de “Mais três animais morrem no Zoo”, o texto traz a notícia da morte de três animais no zoológico de São Paulo, e é uma informação adicional ao problema, que já vinha sendo publicado na mídia há alguns dias antes dessa notícia.

A notícia cita e descreve os tipos de animais mortos e refere a existência de suspeita de envenenamento. Houve a preocupação por parte dos pesquisadores em selecionar um texto pouco extenso e de linguagem acessível para o grau de escolaridade dos participantes. A metodologia deste estudo teve base em estudos desenvolvidos para investigar a compreensão de textos escritos. Inicialmente, os participantes eram requisitados a atribuir um segundo título ao texto lido. Dessa forma, pretendeu-se investigar a compreensão global do conteúdo. Posteriormente, pediu-se a eles para 'recontar' a história em sua língua natural. Os participantes foram filmados para posterior análise dos dados. Os textos reproduzidos pelos participantes foram traduzidos para o Português por um intérprete oficial, membro da FENEIS, e monitorados pelas pesquisadoras, também usuárias da Língua de Sinais. Com o objetivo de minimizar possíveis interpretações pessoais provenientes do intérprete ou das pesquisadoras, apenas as informações compatíveis com o registro das quatro pessoas (intérprete e pesquisadoras) foram classificadas como dado de análise. Nesses dados, investigou-se a presença de uma organização seqüencial da estrutura do texto escrito e das idéias principais contidas no texto.

Resultados e Discussões

Os dados coletados foram analisados da seguinte forma: a compreensão global do texto foi analisada através do título atribuído ao mesmo pelo estudante, e a compreensão das idéias principais, através da reprodução textual. Os títulos atribuídos pelos alunos foram divididos em seis categorias. A categoria A representa a cópia de alguma frase do texto e a categoria C inclui os títulos elaborados com palavras soltas contidas no texto (ex: animais morte três). Essas categorias apresentaram índices de 3,12% e 9,37%, respectivamente. Provavelmente, esses alunos desconhecem a função de um título, no entanto, entendem que o mesmo é uma parte do todo, o texto. Dessa forma, escolhem, de maneira aleatória, alguma palavra ou frase que o represente. Os títulos que apresentaram conteúdo não relacionado ao texto oferecido foram categorizados como "B". De todos os participantes, 15,62% foram enquadrados nessa categoria, que incluiu frases ou palavras que não faziam parte do texto e cujos significados não apresentam relação com qualquer idéia tirada do texto (ex: "o mundo existe problemas"). Acredita-se que essa foi uma alternativa utilizada pelos alunos que também não sabiam fazer uso do título ou não compreenderam a mensagem global do texto. A categoria "D" representa a cópia do título original e apresentou índice de 15,62% dos participantes. Apesar de terem sido orientados a oferecer um novo título ao texto, alguns alunos copiaram o título original alegando não saber desempenhar tal tarefa. A categoria "E" contém títulos que abordam conteúdos presentes no texto, porém não representantes do sentido global. Essa categoria representa uma melhor compreensão do texto, no entanto, ainda não aponta para uma compreensão sobre a função do título. Foi a categoria prevalente neste estudo: 43,75% dos alunos participantes. A última categoria denominada de "F" corresponde aos títulos que trazem idéia do conteúdo global. Apenas quatro estudantes (12,50%) ofereceram um título que, de acordo com o julgamento das três examinadoras, puderam representar a idéia global do texto. Apesar da alta prevalência da categoria E, que demonstra compreensão de partes do todo, os resultados apontam para uma ausência de relação entre o que os examinadores julgam idéia global do texto e o que os participantes apontaram como tal. Esse fato pode sugerir uma dificuldade por parte dessa população em fazer uso de um título ou de identificar a mensagem global de um texto.

Foram identificadas cinco idéias principais no texto. São elas: 1-morte freqüente de animais no zoológico de São Paulo (epidemia); 2- morte de três animais no zoológico de São Paulo; 3-novas mortes trazem os mesmo sintomas de mortes anteriores; 4- suspeita da causa de morte: veneno de rato; 5- animais que morreram são raros no Brasil e ameaçados de extinção. Observou-se que apenas seis participantes (18,75%) identificaram três ou mais dessas idéias. Quatorze

alunos (43,75%) não identificaram uma sequer das idéias tidas como principais. Os resultados não apontaram para uma relação entre o conteúdo identificado como mensagem principal do texto pelos examinadores e participantes. Esse fato pode sugerir dificuldades no processo de leitura do gênero jornalístico desenvolvido por esses participantes. Essas dificuldades podem estar relacionadas ao contexto educacional desses adolescentes surdos no Recife, pois, talvez, não seja freqüente o uso desse gênero textual em atividades escolares. Os resultados também podem estar relacionados a características peculiares de aprendizes do Português escrito como segunda língua.

Conclusões

O presente estudo aponta para dificuldades no processo de leitura de textos do gênero *notícia jornalística* e tipo *narração* desenvolvidos por adolescentes surdos, usuários da Língua de Sinais como primeira língua e Português escrito como segunda. Sobre a análise de compreensão global do texto realizada através do título proposto pelos participantes, os dados mostraram que apenas 12,05% (4) dos participantes demonstraram compreender o conteúdo global do texto. Com relação às cinco idéias identificadas no texto pelos examinadores como principais, 43,75% (14) dos alunos não identificaram uma sequer dessas idéias e apenas 18,75% (6) demonstraram compreensão de pelo menos três idéias principais do texto. Os resultados encontrados não apontaram para uma relação entre o conteúdo identificado como mensagem principal do texto pelos examinadores e participantes. Esse fato pode sugerir dificuldades no processo de leitura do gênero textual investigado para essa população. As dificuldades podem estar relacionadas ao contexto educacional dessa população ou às características peculiares de aprendizes do Português escrito como segunda língua. Novas investigações devem ser realizadas com o objetivo de investigar tais dificuldades e suas prováveis causas, para que soluções possam ser sugeridas.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Católica de Pernambuco, pela ajuda financeira na realização dessa pesquisa. Agradecemos aos representantes, professores e alunos das instituições de ensino que contribuíram com este trabalho e nos confiaram o sigilo de sua identidade. Agradecemos, ainda, à intérprete que se disponibilizou a nos ajudar na tradução dos textos.

Referências

ALMEIDA, E. **Leitura e Surdez: um estudo com adultos não oralizados**. Rio de Janeiro, Ed. Revinter, 2000.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro, Editora Agir, 1990.

MARCHUSCHI, L. A. Exercícios de compreensão ou copiação nos manuais de ensino de língua? (no prelo) **Revista Em Aberto**, Brasília, INEP-MEC. Org por Marisa Lajolo.1996.

MARCHUSCHI, L. A.. Oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo?. **Conferência pronunciada no 12 COLE**, na UNICAMP, Campinas, SP, julho de 1999.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1997.

MOURA, M. C.. **O surdo: caminha para uma nova identidade**. Rio de Janeiro. Editora Revinter, 2000.

SILVA, M. E., SPINILLO, A.. Uma análise comparativa da escrita de histórias pelos alunos de escolas públicas e particulares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.79, n.193, p.5-16, set/dez, 1998.

PALAVRAS DO SER

Sandra Regina Pereira de Freitas[1]; Elizabeth Angélica Santos Siqueira[2]

[1]Estudante do Curso de Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: sandra.freitas@timnordeste.com.br
[2]Professora do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas, participante do grupo de pesquisa NUPALLA. E-mail: siqueira17@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo estudar a produção poética feminina contemporânea em Pernambuco, a partir do estudo das obras e das entrevistas realizadas com cinco escritoras de nosso Estado: Alaíde Correia, Lenilde Freitas, Lourdes Nicácio, Selma Vasconcelos e Tereza Halliday. Buscamos dar maior visibilidade às suas obras, reunindo-as em torno de temáticas que se confluem em dois campos semânticos principais: aquele que denominamos *Palavras do Ser*, voltado para uma criação mais intimista, e o que agrupamos como *Palavras do Ofício,* aquele que diz respeito mais à construção poética como forma de engajamento. A relevância da presente pesquisa reside no resgate de obra literária das poetas pernambucanas, ressaltando a sua importância tanto no cenário literário local, quanto em nível nacional.

Palavra Chave: obra poética; pernambucanas; perfil biográfico.

Introdução

Do ponto de vista teórico, a literatura de autoria feminina precisa criar, politicamente, um espaço próprio dentro do universo da literatura mundial mais ampla, em que a mulher expresse a sua sensibilidade a partir de um ponto de vista e de um sujeito de representação próprios, que sempre constituem um olhar da diferença. A temática que daí surge será tanto mais afetiva, delicada, sutil, reservada, frágil ou doméstica quanto retratará as vivências da mulher no seu dia-a-dia, se for essa sua vivência. (Nogueira, 2000: p.115).

O resultado dos estudos da crítica feminista pode ser visto através do número de linhas de pesquisas, em várias universidades, que se ocupam do resgate de escritoras, da releitura das produções em circulação e dos eventos, assim como das publicações em livros, revistas e anais, que discutem a questão da mulher e das relações de gênero.

A acepção de literatura "feminista" vem carregada de conotações políticas e sociológicas, sendo em geral associada à luta pelo trabalho, pelo direito de agremiação, às conquistas de uma legislação igualitária ao homem no que diz respeito a direitos, deveres, trabalho, casamento, filhos, dentre outras. Entretanto, o texto literário feminista é o que apresenta um ponto de vista da narrativa, experiência de vida e, portanto, um sujeito de enunciação consciente de seu papel social. É a consciência que o eu da autora coloca, seja nas vozes enunciativas, no eu-lírico, ou na sua *persona* na narrativa, mostrando uma posição de confronto social, com respeito aos pontos em que a sociedade a cerceia ou a impede de desenvolver seu direito de expressão. O novo posicionamento feminino reflete-se também na sua produção poética. Embora Almeida (apud Hortas, 1978, p.12) afirme que: "a arte, enquanto força e beleza, não precisa de insignificantes detalhes que lhe determine a origem, como este de ter sido criada por homem ou por mulher", a referida autora afirma que: "há, na poesia de mulher um certo "diferencial básico", que se reflete na constância de alguns temas

Projeto: Novo Olhar: A Literatura Feminina Contemporânea em Pernambuco. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica-PIBIC.

(em coerência direta com o acidente do sexo), em certos posicionamentos vitais, impossíveis de afastar, e na própria maneira de escrever...".
O objetivo deste trabalho é, portanto, estudar não só o perfil biográfico de autoras pernambucanas contemporâneas, mas também realizar a análise de sua produção poética, de acordo com uma abordagem literária feminista.

Metodologia

Durante a realização da pesquisa, objetivamos estudar a produção poética de cinco escritoras pernambucanas, a partir da temática apresentada e da linguagem utilizada por cada uma delas. A entrevista constitui-se em questões voltadas para assuntos literários e questões voltadas para o perfil biográfico. Em seguida, foram analisadas poesias que apresentaram os temas mais constantes, embora houvesse uma heterogeneidade de motivos que resultaram em óticas diversas. Tivemos, inicialmente, que restringir o nosso *corpus*, uma vez que temíamos ficar na superficialidade se ampliássemos por demais o número de obras a serem estudadas. O primeiro momento, que chamamos de "momento de resgate", pretendeu pesquisar as escritoras mais atuantes, que estão sendo premiadas atualmente e publicando seus livros pelas diversas editoras do estado e do país. Na segunda fase da pesquisa, buscamos estudar as obras de poetas que ainda não têm sua obra amplamente divulgada. Durante o estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e teórico do *corpus* estudado; coleta de dados através de entrevistas e gravações dos dados; transcrição dos dados; reprodução de imagens e análise do *"corpus"*.

Resultados e Discussão

Foram realizadas entrevistas com cinco poetas pernambucanas. Durante o encontro, percebemos um perfil diferenciado de cada uma. Descobrimos temáticas confluentes em suas obras e certas características discursivas recorrentes em seus textos, partindo dos pressupostos de uma abordagem literária feminista. A maioria das poetas utiliza a imagem como inspiração para seus poemas, ou até mesmo uma vaga lembrança de infância. E, neste último momento, percebemos que o "eu lírico" dos seus poemas se fundem com elas próprias. Por isso, a entrevista biográfica foi de grande valor para nossa pesquisa, pois conseguimos, de uma forma mais detalhada, identificar pontos relevantes para acrescentar ao nosso estudo. Vale destacar que para as poetas não existe uma escritura feminina ou uma escritura masculina, mas sim uma forma especial de ver e de expressar as coisas. Segundo Funck: "... o cânone da literatura de autoria feminina se modificará muito se a mulher retratar vivências resultantes não de reclusão ou repressão, mas sim a partir de uma vida de sua livre escolha, com uma temática, por exemplo, que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas "domésticas" e "femininas" e ainda de outros estereótipos do "feminino" herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje."

Algumas escritoras estudadas como, por exemplo, Lourdes Nicácio e Selma Vasconcelos afirmam que a mulher vê o mundo com mais beleza, mais amor e, conseqüentemente, assim escreve.

Conclusões

Encontramos, nos poemas produzidos por mulheres em Pernambuco, várias temáticas: o amor, sempre recorrente nas obras analisadas; o sentido do dever, a dor que se expressa através das palavras, os sentimentos em alerta, a dor causada pelos outros, a traição do amado, a adversidade, a injustiça e a virtude vencedora. A mulher, através da literatura, revela, na maioria das vezes, o seu lado *female gaze*, ou olhar feminino de perceber e descrever o mundo. O desejo de expressão e reconhecimento no cânone literário brasileiro transparece de forma marcante durante todo o processo de produção literária das escritoras pesquisadas.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por tudo e principalmente pela possibilidade de estudar na Universidade Católica de Pernambuco, a qual me está proporcionando esta experiência enriquecedora. Agradeço também o carinho e comprometimento da Profª. Elizabeth Siqueira e do meu colega Edson Sales.

Referências

ANDRADE, Janilto. **Da beleza à poética**. Rio de Janeiro:Imago, 2001 320 pp.

CASTRO, Manuel Antônio de. **Revista Legenda**, n.º 07, 1983.

FUNCK, Susana Bornéo. **Trocando idéias sobre a Mulher e a Literatura**. Florianópolis: Edime Ind. Gráfica e Comunicação S.A, 1994.

FREITAS, Lenilde. **Grãos na eira**. São Paulo, ed. Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, Alaíde Correia. **Indizível Ternura**. Recife, ed. Do Autor. 105p., 2003.

LINDSTROM, Naomi. **Narrative Display and Social Statement: Helena Parente Cunha, XV Latin American Studies Association**, Florida, Miami, 1989.

NOGUEIRA, Lucila. **Revista da Lusofonia e Cultura do Gabinete Português de Literatura:** Ano 16. nº 16. 2000.

NICÁCIO, Lourdes. **Os dois mundos de Madalena**. Recife: 4ª ed. Comunigraf, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero:Uma categoria útil para análise histórica**. New York, 1989.

SILVA, Lourdes Nicácio. **Os dois mundos de Madalena**. Recife: 4ª ed. Ed. da Autora, 112 p. , 2001.

VASCONCELOS, Selam. **Zumbi dos Palmares**. Recife: 2ª ed. Ed. Da Autora, 116 p. , 2003.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu.** Rio de Janeiro: 2ª ed.Nova Fronteira, 1985.

POTENCIAL BIOTECNOLÓGICO DE FUNGOS ISOLADOS DE SOLO CONTAMINADO COM PETRÓLEO

Marcela Vieira Leite[1]; Kaoru Okada[2]; Galba Maria de Campos Takaki[3]

[1]Estudante do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Departamento de Biologia, Centro de Ciências e Tecnologia.
[2]Professora do Departamento de Biologia, Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais, Centro de Ciências e Tecnologia. Grupo de Pesquisa de Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular. E-mail: kao@unicap.br
[3]Professora do Departamento de Química, NPCIAMB, do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa de Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular. E-mail: takaki@unicap.br

Resumo

Os fungos e bactérias são hábeis em degradar os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAHs) em condições de pH ácido. São capazes de crescer sob condições ambientais não favoráveis para o crescimento de muitos organismos, como por exemplo, pH ácido e baixa provisão de nutrientes. Neste estudo, foram utilizadas amostras de fungos filamentosos, (*Aspergillus* (8), *Penicillium* (1) e *Rhizopus* (1)), isoladas de solo coletado em área contaminada com derivado de petróleo na cidade de Recife, com o objetivo de estudar o potencial de biodegradação desses fungos. No teste de degradação, as amostras foram inoculadas em placas de poliestireno, contendo meio Mineral adicionado do hidrocarboneto pireno ou naftaleno. No estudo da influência do pH e temperatura no crescimento, os isolados foram inoculados em placas de Petri contendo meio Agar Extrato de Levedura e Malte (YMA), pH 4,0 e Caldo de Extrato de Levedura e Malte (YMB) + Gelrite Gellan Gum (GGG), pH 2,5 e 3,0, e incubados a 29, 37 e 45°C, por 4 dias. No meio contendo pireno, foi observado melhor crescimento dos isolados. O pH 3,0 foi o mais favorável para o desenvolvimento das colônias nas três temperaturas testadas.

Palavras-chave: biodegradação; microrganismo; hidrocarbonetos.

Introdução

Inúmeros microrganismos têm sido testados nos processos de biorremediação de áreas degradadas, que utiliza o potencial metabólico desses organismos para limpar os ambientes contaminados ou minimizar a contaminação (WATANABE *et al*, 2001).

Um grupo de compostos tóxicos e persistentes no meio ambiente são hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAHs) que podem ser degradados pela atividade enzimática de microrganismos (BLUMER, 1976). Os PAHs são contaminantes que estão presentes no ar, água, solo e sedimentos. Os PHAs são extremantes prejudiciais à saúde por serem tóxicos e apresentarem potencial cancerígeno e mutagênico (VERDIN *et al*, 2003).

Os microrganismos dispõem de um arsenal enzimático variado que permite a utilização de várias fontes de nutrientes necessários para seu metabolismo (YATEEM *et al*, 1998; BOONCHAN *et al*, 2000). A capacidade de organismos em degradar alguns PAHs na natureza depende das

Projeto: Potencial Biotecnológico dos Microorganismos Termofílicos e sua Aplicação nos Processos de Degradação e Redução dos Contaminantes Derivados do Petróleo. **Órgão Financiador:** CNPq-CTPETRO, FINEP, PIBIC CNPq, UNICAP.

propriedades físicas e químicas dos contaminantes, do ambiente e da atividade dos organismos nativos (STAPLETON *et al*, 1998). Apesar dos malefícios produzidos, certos PAHs podem ser degradados pelos microrganismos completamente em CO_2 e H_2O ou metabólitos intermediários (JUHASZ & NAIDU, 2000).

Os fungos filamentosos são considerados bons degradadores, pois são capazes de crescer sob condições ambientais de "stress", como pH ácido e baixa provisão de nutrientes (BOUCHEZ *et al*, 1996; BONAVENTURA & JOHNSON, 1997).

A combinação de condições físicas e químicas (mudanças de temperatura, baixo pH e nutrientes limitados), atua como fatores seletivos que pressionam e direcionam a evolução da comunidade microbiana nesses ambientes. Segundo WORSZTYNOWICZ *et al*, (1998), as comunidades microbianas formadas por fungos e bactérias são hábeis em degradar PAHs em condições de pH ácido.

Neste trabalho, foi estudado o potencial de biodegradação de fungos isolados de solo contaminado com derivados de petróleo na cidade de Recife, através do "screening" para determinação da capacidade de degradação de derivados de petróleo; da análise dos aspectos fenotípicos dos isolados em meios de cultura usados nos testes de degradação e do estudo da influência do pH e temperatura no crescimento da colônia dos isolados degradadores.

Metodologia

Microrganismos - fungos filamentosos isolados de solo contaminado com derivados de petróleo, Recife, Pernambuco.

Manutenção dos microrganismos – os fungos foram mantidos em tubos de ensaio contendo meio Agar Extrato de Levedura e Malte (YMA), pH 5,8, incubadas a 35°C durante 5 dias.

Teste da capacidade de degradação de hidrocarbonetos (pireno e naftaleno) – em placas de poliestireno com 24 cavidades foram adicionados 1,8mL de meio mineral líquido e 10ul de uma solução 2g/L de Pireno ou 0,5mg/mL de Naftaleno, a glicose foi utilizada como padrão. Em seguida, 100ul de suspensão de esporos dos isolados foram inoculados nas placas e incubadas durante 7 dias a 35ºC.

Análise da influência do pH e temperatura no crescimento dos isolados - foram utilizados os meios YMA ajustado o pH para 4,0 e Extrato de Levedura e Malte (YMB) + Gelrite Gellan Gum (GGG) com pH 2,5 e pH 3,0. Foram testadas três diferentes temperaturas de incubação (29, 37 e 45°C). As amostras foram inoculadas e incubadas durante 4 dias.

Resultados e Discussão

Tabela 1 – Resultados do teste de degradação de hidrocarbonetos (pireno e naftaleno) por fungos filamentosos (*Aspergillus, Penicillium* e *Rhizopus*) a temperatura de 35ºC após 7 dias de incubação.

GÊNERO	AMOSTRA	CRESCIMENTO DAS AMOSTRAS (DIAS)																				
		PIRENO							NAFTALENO							GLICOSE						
		1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
Aspergillus	PR4-6	+	+	+	+	+	+	+	-	-	-	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
Aspergillus	PR2-020-d	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Aspergillus	PR4-8	+	+	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Aspergillus	PR1-020-g	-	+	+	+	+	+	+	-	-	-	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
Aspergillus	PR4-020-e	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Aspergillus	PR3-6	+	+	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Penicillium	PR4-020-m	+	+	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+
Rhizopus	PR2-07	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

+ Houve crescimento; - Não houve crescimento.

As amostras apresentaram crescimento significativo no pireno após o segundo dia de observação, exceto a amostra *Rhizopus* (PR2-07) que só demonstrou crescimento a partir do sexto dia. No naftaleno os isolados degradadores apresentaram crescimento a partir do terceiro dia com exceção da amostra Aspergillus (PR3-6) que só mostrou desenvolvimento a partir do sexto dia (Tabela 1).

Os fungos *Aspergillus terreus, A. versicolor, A. niger e Penicillium corylophilum* já foram citados por Lemos *et al.* (2002) como potenciais para aplicação na biorremediação de ambientes contaminados com resíduo de petróleo, por utilizarem-nos como fonte de carbono.

Tabela 2 Influência do pH 2,5 e das temperaturas de incubação (29, 37 e 45ºC) no crescimento dos isolados em 4 dias de acompanhamento do crescimento das colônias

MEIO YMB + GGG	GÊNERO	AMOSTRA	HALO DE CRESCIMENTO (cm)											
			29ºC				37ºC				45ºC			
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
	Aspergillus	PR4-6	*	0,5	2,5	3,5	0,5	1,0	2,0	3,0	*	*	0,5	1,0
	Aspergillus	PR2-020-d	*	0,5	1,0	2,0	0,5	1,0	2,0	2,5	0,5	1,0	1,5	2,0
	Aspergillus	PR4-8	*	0,5	1,0	1,5	0,5	1,0	1,5	2,0	*	0,5	0,5	1,0
	Aspergillus	PR4-020-o	*	*	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	1,5	*	*	*	0,5
	Aspergillus	PR4-020-e	*	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,5	2,0	*	*	*	0,5
	Aspergillus	PR3-6	*	0,5	1,0	1,5	0,5	1,0	1,5	2,5	*	*	*	*
	Aspergillus	PR4A-020-o	*	0,5	0,7	1,0	0,5	1,0	1,0	1,5	*	*	*	0,5
	Aspergillus	PR2-1	*	0,5	1,0	1,5	0,5	1,0	1,0	1,0	*	*	0,5	0,5
	Penicillium	PR4-020-m	*	*	0,5	1,0	*	*	0,5	1,0	-	-	-	-

* Halo inferior a 0,5 cm; - Não houve crescimento.

Tabela 3 Influência do pH 3,0 e das temperaturas de incubação (29, 37 e 45ºC) no crescimento dos isolados, em 4 dias de acompanhamento do crescimento das colônias

MEIO YMB + GGG	GÊNERO	AMOSTRA	HALO DE CRESCIMENTO (cm)											
			29ºC				37ºC				45ºC			
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
	Aspergillus	PR4-6	*	1,0	2,0	3,0	1,0	2,0	3,5	4,5	*	0,5	1,0	1,0
	Aspergillus	PR2-020-d	*	0,5	1,0	2,0	0,5	1,5	2,5	3,0	0,5	1,0	1,5	2,0
	Aspergillus	PR4-8	0,5	1,0	1,5	2,0	0,5	1,0	2,0	2,5	*	0,5	0,5	1,0
	Aspergillus	PR4-020-o	*	*	0,7	1,0	0,5	1,0	1,5	1,5	*	*	*	0,5
	Aspergillus	PR4-020-e	*	0,5	0,7	1,0	0,5	1,0	1,5	2,0	*	*	*	0,5
	Aspergillus	PR3-6	*	0,7	1,0	1,5	0,5	1,0	1,5	2,0	*	*	*	0,5
	Aspergillus	PR4A-020-o	*	0,5	0,8	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	*	*	*	0,5
	Aspergillus	PR2-1	*	0,8	1,5	2,0	0,5	1,0	1,0	1,5	*	*	0,5	1,0
	Penicillium	PR4-020-m	*	*	0,5	1,0	*	*	0,5	1,0	-	-	-	-

* Halo inferior a 0,5 cm; - Não houve crescimento.

A amostra *Aspergillus* (PR4-6) apresentou maior halo de crescimento nas temperaturas de 29 e 37°C, pH 2,5 e 3,0. Na temperatura de incubação de 45°C, *Aspergillus* (PR2-020-d) apresentou halo de 2,0cm, nos pH 2,5 e 3,0. O único isolado pertencente ao gênero *Penicillium* (PR4-020-m) teve não apresentou halo de crescimento na temperatura de 45°C. As amostras restantes tiveram resultados que se enquadram numa média entre os valores de maior e menor crescimento das colônias citadas acima (Tabelas 2 e 3).

A biodegradação de PAHs por bactérias *Acidocella sp., Acidiphilium facilis* (bactérias) e *Pichia sp.*(levedura), demonstrou-se mais eficiente em pH ácido, quando comparado à sua degradação no pH básico (STAPLETON *et al* 1998).

Conclusões

Os gêneros *Aspergillus*, *Penicillium* e *Rhizopus* podem ser eficientes na degradação do pireno como fonte de carbono. O melhor crescimento das amostras foi observado no pH 3,0 e na temperatura de 37 ºC.

Agradecimentos

CNPq-CTPETRO, FINEP, CNPq/UNICAP pela bolsa de Iniciação científica.

Referências

VERDIN, A.; SAHRAOUI, A.L.-H.; DURAND, R. Degradation of Benzo[a]Pyrene by Mitosporic Fungi and Extracellular Oxidative Enzymes. **International Biodeterioration & Biodegradation**, Oxford, v.53, p.65-70, 2003.

BLUMER, M. Polycyclic aromatic hydrocarbons nature. **Science**, Washington, v.234, p.35-45, 1976.

BONAVENTURA, C.; JOHNSON, F.M. Healthy environments for healthy people: Bioremediation today and tomorrow. **Environmental Health Perspectives**, Washington, v.105, p.5-20, mar 1997.

BOONCHAN, S.; BRITZ, M. L.; STANLEY, G. A. Degradation and Mineralization of High-Molecular-Weight Polycyclic Aromatic Hydrocarbons by Defined Fungal-Bacterial Cocultures. **Applied and Environmental Microbiology**, Washington, v.66, n.3, p.1007-1019, 2000.

BOUCHEZ, M.; BLANCHET, D.; HAESELER, F.; VANDECASTEELE, J. P. Les hydrocarbures aromatiques polycycliques dans I'environnement. **Revue de I'Institut Français du Pétrole**, France, v.51, p.797-828, 1996.

JUHASZ, A.L.; NAIDU, R. Bioremediation of high molecular weight polycyclic aromatic hydrocarbons: a rewied of the microbial degradation of benzo[a]pyrene. **International Biodeterioration & Biodegradation**, Oxford, v.45, p. 57-88, jan-mar 2000.

LEMOS, J.L.S.; RIZZO, A. C.; MILLIOLI, V. S.; SORIANO, S. U.; SARQUIA, M. I. M.; SANTOS, R. Petroleum degradation by filamentous fungi. Utulsa.edu/Ipec/Conf2002/tech)_sessions.html, 2002.

STAPLETON, R.D., SAVAGE, D.C.; SAYLER, G. S.; STACEY, G. Biodegradation of Aromatic Hydrocarbons in an Extremely Acidic Environment. **Applied and Environmental Microbiology**, Washington, p.4180-4184, may 1998.

WATANABE, K; BAKER; P.W. Microorganisms relevant to bioremediation. **Current Opinion in Biotechnology**, Amsterdam, The Netherlands, v.12, p.232-241, 2001.

WORSZTYNOWICZ, A.; ALTMAN, D. J.; HAZEN, T. C.; *et al*. The Czechowice Oil Refinery bioremediation demonstration of a process waste lagoon. **The Project Final Report,** Katowice, 1999.

YATEEM, A.; BALBA, M. T.; AL-AWADHI, N. White rot fungi and their role in remediating oil-contaminated soil. **Environment International**, Oxford, v.24, p.181-187, jan-feb 1998.

POTENCIAL BIOTECNOLÓGICO DE FUNGOS FILAMENTOSOS ISOLADOS DE SOLO CONTAMINADO COM DERIVADOS DO PETRÓLEO

Emanuela de Souza Lyra[1]; Kaoru Okada[2]; Galba Maria de Campos Takaki[3]

[1]Estudante do Curso Licenciatura Plena em Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia da UNICAP;
[2]Professora do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia, Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais da UNICAP. Participante do Grupo de Pesquisa de Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular. E-mail: kao@unicap.br.
[3]Professora do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia, Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais da UNICAP. Líder do Grupo de Pesquisa de Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular. E-mail: takaki@unicap.br.

Resumo

Durante produção, transporte e refinamento do petróleo há geração de poluentes recalcitrantes, como os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAHs). Os PAHs podem ser degradados por fungos filamentosos em condições ambientais adversas, como baixa disponibilidade de nutrientes e temperaturas extremas, mesmo esses compostos apresentando alta toxicidade. Através do isolamento de fungos de áreas contaminadas e a otimização *in vitro*, pode-se contribuir para potencializar a ação desses microrganismos no processo de degradação no ambiente. Foram utilizadas 16 amostras de fungos filamentosos, sendo *Aspergillus* (12) e *Penicillium (*4), isoladas de solo coletado em posto de gasolina, área contaminada com derivados do petróleo, para avaliação do potencial de degradação por essas amostras. No teste de degradação, as amostras foram inoculadas, por suspensão espórica, no Meio Mineral com Pireno e Naftaleno como única fonte de carbono, incubadas a 45ºC, durante sete dias. Para estudar da influência do pH e temperatura no crescimento dos fungos, as amostras foram inoculadas em placa de Petri em Meio Yeast Malt Agar (YMA) e Yeast Malt Broth (YMB) + Gelrite Gellan Gum, incubadas a 28/ 37/ 45ºC, em pH 2,5, 3,0 e 4,0, durante quatro dias com medição diária das colônias. Na determinação da capacidade de degradação dos hidrocarbonetos, as amostras estudadas apresentaram crescimento, quando cultivados em meio com Pireno e Naftaleno. As amostras de *Aspergillus* (G2 1.2; G3 1.3; G3 1.4 e G7 1.3) foram as que apresentaram melhor desenvolvimento no Pireno. Os isolados apresentaram melhor crescimento no meio de cultura com pH 3,0 e temperatura de incubação de 37ºC.

Palavras-chave: fungos; biodegradação; pireno e naftaleno.

Introdução

Os resíduos liberados na produção, transporte e refinamento do petróleo são basicamente compostos de óleo, água, sólidos e, devido às suas características, há dificuldades de reutilização, o que lhe confere um grande poder recalcitrante. Do ponto de vista químico, essa recalcitrância pode ser devida à estrutura aromática dos hidrocarbonetos (PAHs) que são complexos compostos de diferentes pesos moleculares, tóxicos, mutagênico e carcinogênico que agem como solventes nas membranas microbiológicas (URURAHY *et al.*, 1998).

Em resíduos sólidos, a presença de PAHs é de grande interesse, uma vez que pode resultar em contaminação direta, por contato com o resíduo, ou indireta causada pelo destino final inadequado dos resíduos e conseqüente contaminação ambiental do solo, lençóis freáticos, biotas e ar (SISINNO et al., 2003). Apesar de apresentarem essas características, certos PAHs podem ser degradados pelos microrganismos e resultando em $CO_{2,}$ água ou metabólitos intermediários (JUHASZ; NAIDU, 2000). A biorremediação é uma tecnologia promissora no tratamento de solos e terrenos contaminados, sendo

muito eficiente particularmente em procedimentos com contaminação de hidrocarbonetos do petróleo. Bactérias e fungos agem como agentes primários responsáveis pela degradação desses poluentes como também de compostos tóxicos derivados de fontes antropogênicas como dioxinas, pesticidas e outros (ROCKNE *et al*., 2000; HEDLUND *et al*., 1999; DIAZ *et al*., 2001).

Microrganismos que se encontram em áreas contaminadas por petróleo e/ou seus derivados podem ser indicativos da capacidade que os mesmos possuem de degradarem esses compostos e a sua utilização como fonte nutritiva. Através do isolamento de fungos filamentosos dessas áreas contaminadas e a otimização nas condições de crescimento em laboratório, pode-se contribuir para potencializar a ação desses microrganismos no processo de degradação no ambiente.

Metodologia

Foram selecionadas16 amostras de fungos filamentosos isolados de solo coletado em área contaminada com derivados do petróleo. Para manutenção das amostras, foi utilizado o meio Yeast Malt Agar (YMA).

O teste da capacidade de degradação de hidrocarbonetos foi feito, em placas de poliestireno, contendo 24 cavidades, onde foram colocados 1,8ml de meio mineral líquido e adicionados 10ml de Pireno, Naftaleno e glicose como padrão. Em seguida foi feita a suspensão espórica (10^6), inoculados 100ml dessa solução nas placas e levadas à incubação 35ºC, durante sete dias. No estudo da influência do pH e da temperatura no crescimento colonial, as amostras foram inoculadas em placas de Petri, contendo meio YMA, pH ajustado no valor de 4,0 e Yeast Malt Broth (YMB) + Gelrite Gellan Gum com pH de 2,5 e 3,0, incubadas nas temperaturas de 28°C, 37°C e 45°C, durante quatro dias; o crescimento foi acompanhado diariamente.

Resultados e Discussão

Teste de degradação

Foram testadas oito amostras, sendo cinco pertencentes ao gênero *Aspergillus* e três do gênero *Penicillium* (Tabela 1).

Tabela 1 Resultados do teste de capacidade degradação de *Aspergillus* e *Penicillium*

Microrganismos	Amostras	Análise diária das amostras													
		Pireno							Naftaleno							Resultado Final
		1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	
Aspergillus	G2 1.2	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++
Aspergillus	G3 1.4	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+	++
Aspergillus	G7 1.3	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Aspergillus	G16 1.8	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Aspergillus	G3 1.3	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++
Penicillium	G12 1.4	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Penicillium	G15 1.5	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	±
Penicillium	G10 1.5	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	±

++ crescimento ótimo/ + crescimento bom/ ± crescimento mínimo/ - não houve crescimento

As amostras de *Aspergillus* (G2 1.2, G3 1.4 e G3 1.3) apresentaram ótimo crescimento, quando comparados com as outras amostras. Duas amostras de *Penicillium* (G15 1.5 e G10 1.5) apresentaram discreto crescimento (tabela 1). Os fungos filamentosos são capazes de crescer em resíduos petrolíferos como única fonte de carbono e energia, segundo URURAHY *et al*., (1998). LEMOS *et al*., (2002)

demonstrou a aceleração, por fungos filamentosos, na degradação do Meio Mineral acrescido com derivados do petróleo, o que não ocorreu com outras fontes testadas nesse experimento, o Meio Mineral acrescido de extrato de levedura e Meio Mineral sem nenhum outro substrato.

Influência da temperatura e pH no crescimento dos isolados

Nesse experimento, foi utilizado outro solidificante, Gelrite Gellun Gum (GGG), produzido por bactérias que apresentam vantagens sobre o Agar. Nos meios preparados com o GGG, utiliza-se ¼ da concentração de Agar para se obter a mesma consistência e proporcionar transparência ao meio, auxiliando na detecção de uma possível contaminação no meio de cultura (LEITE *et al.*, 1993). No pH 2,5 e 3,0 a melhor amostra foi *Aspergillus* (G2 1.2) (Tabelas 2 e 3). Apenas a amostra *Penicillium* (G15 1.5) não cresceu nos pHs 2,5 e 3,0, mas cresceu no pH 4,0 e apenas na temperatura de 37°C. O melhor resultado foi obtido em pH 3,0 e temperatura 37ºC. STAPLETON *et al.*, (1998) verificaram que ambientes contaminados com PAHs apresentam valores de pH ácidos, em pH 6,1 constataram a diminuição da capacidade de degradação demonstrada em pH 3,0. Para o estudo da influência do pH e temperatura no crescimento das colônias, das dez amostras para pH 4,0, *Aspergillus* (G2 1.2 e G3 1.4) obtiveram o melhor crescimento e na temperatura de 37ºC.

Tabela 2 Teste influência de temperatura e pH 2,5 no crescimento das colônias

MEIO YMB + GELRITE	Amostras		Halo de crescimento (cm/dias)											
			28ºC				37ºC				45ºC			
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
	Aspergillus	G2 1.2	*	*	0,6	1,3	*	*	1,3	2,0	-	*	*	0,5
	Aspergillus	G3 1.4	*	*	0,7	1,2	*	*	1,3	2,0	*	*	*	*
	Aspergillus	G2 1.10	*	*	0,7	1,0	*	0,8	1,2	1,4	-	-	*	*
	Aspergillus	G3 1.3	*	*	0,6	1,3	*	*	1,0	1,3	*	*	*	*
	Penicillium	G12 1.4	*	*	*	0,5	*	*	*	0,5	-	*	*	*
	Penicillium	G151.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*crescimento menor que 0.5cm/ ¯não houve crescimento

Tabela 3 Teste da influência da temperatura e pH 3,0 no crescimento das colônias

MEIO YMB + GELRITE	Amostras		Halo de crescimento (cm/dias)											
			28ºC				37ºC				45ºC			
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
	Aspergillus	G2 1.2	0,5	1,0	1,0	2,0	0,5	1,0	1,3	2,5	*	*	*	0,5
	Aspergillus	G3 1.4	*	0,5	1,0	1,5	0,5	1,0	2,0	2,5	*	*	*	*
	Aspergillus	G2 1.10	*	0,6	0,8	1,0	*	1,0	0,6	2,0	*	*	*	*
	Aspergillus	G3 1.3	*	*	0,7	1,0	*	*	1,7	2,0	*	*	*	*
	Penicillium	G12 1.4	*	*	*	1,0	*	*	*	0,5	*	*	*	*
	Penicillium	G151.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*crescimento menor que 0.5cm/ ¯não houve crescimento

Conclusões

As amostras *Penicillium* (G15 1.5 e G10 1.5) apresentaram crescimento mínimo em todas as fontes, e os melhores resultados, no teste de degradação, foram as de *Aspergillus* (G2 12; G3 1.4 e G3 1.3. Os isolados apresentaram melhor crescimento em meio com pH 4,0, 37ºC. A temperatura de 45ºC inibiu o crescimento das amostras. No meio YMB + Gelrite Gellan Gum, o melhor resultado foi obtido no pH 3,0, 37ºC.

Agradecimentos

A CNPq/CTPETRO, FINEP e UNICAP, pela concessão da Bolsa de Iniciação Cientifica e aos funcionários do NPCIAMB.

Referências

DIAZ, E.; FERRRANDEZ, A.; PRIETO, M.A.; GARCIA, J.L. Biodegradation of Aromatic Compounds by *Escherichia coli*. **Microbiology and Molecular Biology Reviews**, Washington, v. 65, n. 4, p. 523-569 Mar., 2001.

HEDLUND, B.P.; GEISELBRECHT, A.D.; BBAIR, T.J.; STALEY, J.T. Polycyclic Aromatic Hydrocarbon Degradation by a New Marine Bacterium, *Neptunomonas naphthovorans gen. Nov., sp. nov.* **Applied and Environmental Microbiology**, Washington, v. 65. n. 1, p. 251-259 Jan., 1999.

JUHASZ, A.L.; NAIDU, R. Bioremediation of High Molecular Weight Polycyclic Aromatic Hydrocarbons: A Review of the Microbial Degradation of Benzo[a]pyrene. **International Biodeterioration & Biodegradation**, Oxford, v. 45, p. 57-88 Marc., 2000.

LEITE, D.L.; PETERS, J.A.; NAKASU, H. Efeito de Solidificantes sobre a Multiplicação e Crescimento de Gemas de Pereira. **Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal**, Pelotas, p. 47-49, 1993.

LEMOS, J.L.S.; RIZZO, A.C.; MILLIOLI, V.S.; SORIANO, A.U.; SARQUIS, M.I.M.; SANTOS, R. Petroleum Degradation by Filamentous Fungi.**utulsa.educ/Ipec/Conf2002/tech_sessions.html**, 2002

ROCKNE, K.J.; CHEE-SANFORD, C.; SANFORD, R.A.; HEDLUND, B.P.; STALEY, J.T. Anaerobic Naphthalene Degradation by Microbial PureCultures under Nitrate-Reducing Conditions. **Applied Environmental Microbiology**, Washington, v. 66, n. 4, p. 1595-1601 Apr., 2000.

SISINNO, C.L.; NETTO, A.D.P.; REGO, E.C.P.; LIMA, G.S.V. Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos em Resíduos Sólidos Industriais: Uma Avaliação Preliminar do Risco de Contaminação Ambiental e Humana em áreas de disposição de Resíduos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, Marc/Abr., 2003.

URURAHY, A.F.; MARINS, M.D.; VITAL, R.L.; GABARDO, I.T.; JR, N.P. Effect of Aeration on Biodegradation of Petroleum Waste. **Revista de Microbiologia**, São Paulo, v. 29, n. 4, oct/dec., 1998.

STAPLETON, R.D.; SAVALE, D. C.; SAYLER, G. Biodegradation of Aromatic Hidrocarbons in na extremely Acidic Environmental Micobiology. **Apllied and Environmental Microbiology**, Washington, v. 64, n. 11, p. 4180-4184, nov., 1998.

PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES POR SELEÇÃO NATURAL

Caio César de Carvalho Almeida[1]; Sérgio Mario Lins Galdino[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia. E-mail: caiocesarcalmeida@yahoo.com.br;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciências e Tecnologia. E-mail: segal@unicap.br

Resumo
Com o estudo da teoria evolutiva proposta por Charles Darwin, pode-se perceber o comportamento dessa teoria em relação ao algoritmo genético, suas técnicas e aplicações nas diversas áreas do conhecimento. Tendo como base essas idéias, obtivemos a capacidade de desenvolver algoritmos que resolvem problemas contendo um grande número de variáveis, otimizando-o através de certos ajustes, pelos quais se consegue um grande ganho de tempo nas execuções de buscas nesses tipos de problemas. Com estudos posteriores, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre algoritmo genético e suas aplicações em ganho de performance nos problemas apresentados, com o intuito de avaliar esses algoritmos para um melhor aproveitamento de sua utilização, visando a reduzir ainda mais os números de busca. Através de simulações computacionais com populações virtuais e com as idéias de adequação dos seres ao meio ambiente, podemos encurtar severamente esses números, em um pequeno espaço de tempo, tendo em vista que os métodos convencionais não demonstram muita eficiência para as soluções desse tipo de problema.

Palavras-chave: performance, ajuste, seleção, otimização.

Introdução

O estudo voltado para algoritmos genéticos, segundo Gould (1996), dá-nos a idéia de como entender a natureza da evolução dos seres, e como eles podem adaptar-se ao meio, usando modelos biológicos através da simulação computacional, bem como a otimização de problemas e o estudo do comportamento da evolução social.
Segundo as simulações estudadas por Goldberg (1989), que se seguem às regras regidas pela natureza, cada ser vivo consiste em uma ou mais célula, não deixando de lado exceções que existem a quase todas as regras em biologia. Não obstante, certas características de hereditariedade e evolução parecem ser universais ou quase assim, daí segui-las para conseguir resultados simulados, concretos e similares do comportamento da evolução dos seres. Utilizando-se essas simulações para otimização de problemas, nas quais encontra-se um grande número de combinações de variáveis em questão, podemos encurtar severamente esses números, em um pequeno espaço de tempo, tendo em vista os métodos convencionais, que não demonstram muita eficiência para as soluções desse tipo de problema.
É preciso entender e interpretar métodos para a otimização de problemas, a fim de alcançar um melhor desempenho em processos em diversas áreas da ciência, para compreender como os seres sofrem mutação, reprodução e seleção através de recombinações, e como suas novas características podem adaptar-se ao meio através da otimização das funções com o objetivo de evoluir para seres perfeitos. Isso nos levará a uma analise de como a adaptação será feita nas áreas da ciência, nos modelos de otimização por fase e de como poderá ser implantado.

Projeto: Métodos de Simulação Computacional. **Órgão financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Cientifica (PIBIC – Unicap).

Metodologia

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre algoritmos genéticos e suas aplicações em evolução natural, otimização de problemas e evolução social. Baseando-se em modelos determinísticos e não determinísticos encontrados em Gould (1996), adotamos modelos reproduzidos pelos algoritmos genéticos. A linguagem de programação utilizada foi Java com a ferramenta de uso livre Jcreator LE e ou C++ Builder. Para implementação dos algoritmos, usamos técnicas de Threads para que os seres em questão executem operações concorrentes, como espaço e tempo iguais.

Utilizar métodos não determinísticos para a evolução dos seres não é realmente indeterminado, pois se pode ter idéia de acordo com os parâmetros que são determinados pelos seres, isto é, quando um ser chega a um estado de perfeição não se tem como ir além do que já era esperado.

Resultados e Discussão

Uma das principais vantagens da utilização de técnicas do algoritmo genético é ser capaz de otimizar as estruturas de decisões complexas em menos tempo que outros algoritmos levariam para fazer a mesma ação. A fim de se ter um conjunto de soluções que melhor se adaptem as novas condições. Isso porque algoritmo genético não está preocupado em avaliar toda a cadeia de circunstâncias e sim apenas os que tiverem a melhor condição de adaptação, e assim obter resultados satisfatórios para uma certa aplicação, visto que esses algoritmos modelam uma solução para um problema específico. No entanto, o Algoritmo Genético pode convergir em uma busca de azar, podendo ir para o caminho menos favorável no momento, porém sua utilização assegura que nenhum ponto do espaço de busca tem probabilidade zero de ser examinado.Os Algoritmos Genéticos diferem dos métodos tradicionais de busca e otimização, principalmente em quatro aspectos:

- Algoritmos Genéticos trabalham com uma codificação do conjunto de parâmetros e não com os próprios parâmetros;
- Algoritmos Genéticos trabalham com uma população e não com um único ponto;
- Algoritmos Genéticos utilizam informações de custo ou recompensa e não derivadas ou outro conhecimento auxiliar;
- Algoritmos Genéticos utilizam regras de transição probabilísticas.

Foram feitas pesquisas, com base nos algoritmos genéticos, para se ter idéia de como eles podem obter uma melhor performance. A performance é obtida a partir da diminuição de buscas feita nas variáveis, chegando assim a uma melhora no tempo de respostas do sistema.

Para se entender a seleção natural, no ponto de vista computacional, considere o problema enfrentado por um cozinheiro para fazer um bolo, que quer encontrar a otimização entre a quantidade de açúcar e farinha, isto é, como se encontrar a porção perfeita de entre os dois ingredientes.

Essencialmente, o cozinheiro tem que encontrar a melhor qualidade nas duas dimensões, entre o açúcar e a farinha, como ilustrado na Figura 1. Daí será encontrado o número de melhor qualidade para se fazer o bolo em quilograma de açúcar e em quilograma de farinha. A qualidade é obtida fazendo-se o cruzamento na Figura 1 nas duas dimensões em questão.

Nessa ilustração, o cozinheiro precisa fazer várias combinações, notando que existem apenas 81, notando que o número de opções aumenta quando o número de dimensões aumenta, tornando assim impraticável sem a técnica de algoritmo genético.

9	1	2	3	4	5	4	3	2	1
8	2	3	4	5	6	5	4	3	2
7	3	4	5	6	7	6	5	4	3
6	4	5	6	7	8	7	6	5	4
5	5	6	7	8	9	8	7	6	5
4	4	5	6	7	8	7	6	5	4
3	3	4	5	6	7	6	5	4	3
2	2	3	4	5	6	5	4	3	2
1	1	2	3	4	5	4	3	2	1
Açúcar/Farinha	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Figura 1 – Definição do fator de qualidade

Para termos idéia de como o cozinheiro se comportaria, será necessário desenvolver dois cromossomos análogos, que conteriam a quantidade de açúcar e farinha a ser utilizada em sua produção como mostra a Figura 2. Esse número iria variar entre 1 e 9 como mostra a Figura 1.

Kilograma de farinha	Kilograma de açúcar
5	1

Figura 2 – Estrutura dos alelos do cromossomo

Na Figura 3, são mostrados dois cromossomos envolvendo-se em uma série de mutações, nos quais os alelos são adicionados ou subtraídos de 1, gerando assim seus filhos, passando por processos de escolha e sobrevivendo para a próxima geração cuja produção não tenha repetições, até que se chegue a uma produção cuja qualidade seja 9: o açúcar e a farinha se encontrariam em estados perfeitos para a produção de bolo no caso na posição 5-5, na Figura 1.

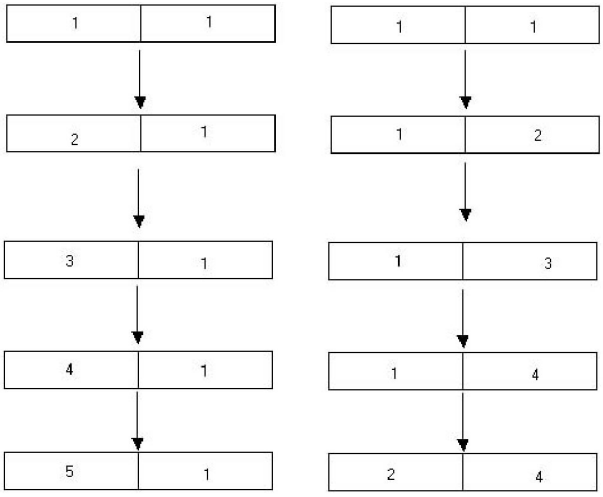


Figura 3 – Mutações sobre os alelos no cromossomo

Se o cozinheiro fosse testar cada caso, faria mais de 1000 combinações de ingredientes experimentados. Com o estudo desse caso foram produzidos os resultados abaixo, encontrando-se, no melhor caso, para essa proposta, que seria em 8 gerações, com a utilização do algoritmo genético.

Conclusões

Os algoritmos Genéticos formam a parte da área dos Sistemas Inspirados na Natureza, simulando os processos naturais e aplicando-os à solução de problemas reais. São métodos generalizados de busca e oti
mização que simulam os processos naturais de evolução, aplicando a idéia darwiniana de seleção natural.

Algoritmos Genéticos são muito eficientes na busca de soluções ótimas, ou aproximadamente ótimas, em uma grande variedade de problemas, pois não impõem muitas das limitações encontradas nos métodos de busca tradicionais.

Procurou-se descrever os aspectos fundamentais sobre algoritmos genéticos desde sua origem até a escolha da solução mais apta ao problema, mostrando como são selecionados, recombinados, mutados, com critérios de avaliação para se atingir a otimização em um tempo muito reduzido.

Agradecimentos

A todos os membros desse projeto, cujas idéias permeiam cada fase do trabalho.

Ao PIBIC – Programa Institucional de Base de Iniciação Cientifica – cujo apoio financeiro tornou possível à conclusão desse trabalho.

Referências

GOLDBERG, DAVID E. **Genetic algorithms in Search, optimization, and...** Massachusetts: Adderson-Wesley, 1989.

GOULD, HARVEY; TOBOCHINIK, JAN. **An Introduction to Computer Simulation Methods: Applications to Physical Systems**, Massachusetts, Addison Wesley Publishing Company, 1996. 720p.

PERCEPÇÃO DO PRIMEIRO CICLO X RESULTADOS DO MEC: O CASO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNICAP

Elisabeth Francisca da Costa[1] ; Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira[2] ;

[1]Estudante do Curso de Serviço Social do Departamento de Sociologia do Centro de Ciências Sociais
[2]Professora do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas - GEPP E-mail: gvxf@unicap.br

Resumo
Esta pesquisa alinha-se aos trabalhos realizados pelo PAI/UNICAP no âmbito da pesquisa e das atividades institucionais. Trata-se de investigar e aprofundar as representações sociais dos funcionários/ administradores, professores e alunos ingressantes do curso de Engenharia Civil, em relação à UNICAP como instituição de ensino. O método utilizado foi da pesquisa qualitativa e quantitativa. É possível afirmar que os professores consideram que o nível dos alunos ingressantes é razoável. Percebem que não há interesse por parte dos alunos com o Provão. Os funcionários e administradores demonstram desconhecer as razões para o fraco desempenho do curso nos exames. Cerca de 35,0% dos alunos consideram as instalações das salas de aula boas, porém enfatizaram a necessidade de climatizá-las. Gostam do curso e informam que até o momento atende suas expectativas.
Os resultados parciais indicam a importância de um investimento institucional no aprimoramento dos segmentos analisados.

Palavras-chave: avaliação institucional; representações sociais; alunos ingressantes; funcionários; professores.

Introdução

Este projeto dá prosseguimento ao anterior, intitulado “Representações Sociais sobre a UNICAP – a percepção docente, discente e administrativa” (Costa, 2003) e trata da análise detalhada dessas mesmas percepções, agora em âmbito de dois cursos do CCT (CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA), Engenharia Civil e Licenciatura em Ciências Biológicas, na expectativa de que, melhor conhecendo-os e a seus atores, seja possível entender os aparentes paradoxos entre as avaliações do MEC, Exame Nacional de Curso (Provões) e Avaliação das Condições de Ensino e colher subsídios para melhorar o desempenho de ambos no ENC.
O Curso de Engenharia Civil participa do ENC desde o seu primeiro ano de aplicação (1996) e não tem logrado resultados melhores que D e E, mantendo o E nos três últimos anos, enquanto na Avaliação das Condições de Ensino, em 2002, obteve conceitos entre Bom e Muito Bom.
O processo de Avaliação Institucional da UNICAP tem-se caracterizado por inovações que visam a contribuir para o aperfeiçoamento das atividades da instituição e avanços dos estudos na referida área.
Investigar as percepções dos professores, alunos e funcionários/administradores sobre o contexto no qual atuam, sobre os outros e sobre si mesmos, é identificar valiosos elementos para o direcionamento de decisões que venham a atender às expectativas e às necessidades daqueles que constituem, em primeira instância, a comunidade acadêmica.
A realização do estudo conta com alunos de Iniciação Científica, que estão seguindo o mesmo

Projeto: Buscando Relações entre as Representações Sociais da Comunidade Acadêmica e os Resultados das Avaliações do MEC em Cursos do CCT: Engenharia Civil e Licenciatura em Ciências Biológicas. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco

plano de trabalho, voltado, contudo, para a análise de dados referentes ao curso especificado (Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia - CCT).

A pesquisa está dando ênfase a um estudo mais profundo sobre as representações sociais dos alunos, professores e funcionários/administradores do primeiro ciclo e os resultados das avaliações do MEC, tendo como aporte teórico os pressupostos das Representações Sociais.

Para a interpretação das representações sociais sobre a UNICAP, é importante que se compreenda o seu conceito e suas condições de produção, bem como percepção, e por que estão sendo utilizados os pressupostos da análise do discurso.

Historicamente, nas Ciências Sociais, as representações passaram a ser estudadas pelo sociólogo Émile Durkheim, que procurou enfatizar a grande importância das representações na coletividade e como elas influem nas decisões que as pessoas tomam individualmente.

Existe uma certa dificuldade na apreensão do conceito de representação social, devido a sua posição "mista" situada na interface de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos.

Pode-se dizer que as representações sociais se constituem no universo cotidiano de cada um e são expressas através da fala, do gesto, das idéias, das teorias e dos acontecimentos. Serge Moscovici, primeiro cientista social a utilizar o conceito de representação, afirma que:

> Uma representação social é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas (1976, apud Reigota, 1995 p.12).

Nas representações sociais, o conteúdo do conhecimento é adquirido socialmente e responde a certas normas morais do grupo, orientado às práticas sociais. São elaboradas através dos meios de comunicação, pela educação, integrando uma rede de conceitos, valores, crenças e conhecimentos já estabelecidos.

Em se tratando de percepção, entende-se que perceber é o ato de conhecer e interpretar. É uma maneira de ter idéias sensíveis sobre algo e envolve a personalidade, a história, afetividade e desejos dos indivíduos. A filósofa Marilena Chauí explica que "a percepção é uma forma de comunicação que estabelecemos com os outros e com as coisas" (CHAUÍ, 2001 p.123). Nesse processo perceptivo, o sujeito estabelece uma relação com aquilo que vê (mundo exterior) e há características que levam o indivíduo a perceber o que não existe, ou distorcer qualidades do objeto observado, a depender do seu estado emocional e de suas experiências pessoais.

As representações sociais são a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou uma reprodução do conteúdo do pensamento. A pesquisadora Maria Cecília Souza Minayo define:

> Representações Sociais nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. (MINAYO, apud Jovchelovitch, Guareschi, 1994 p. 89)

No entanto, as representações são símbolos importantes de reflexão sobre fatos e acontecimentos reais.

Serão utilizados os pressupostos da Análise do Discurso para uma melhor compreensão dos sentidos das palavras, pois, segundo Orlandi, "a análise do discurso visa a fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido" (ORLANDI, 2000 p. 26). Por isso a importância da Análise do Discurso, uma vez que as ideologias que se apresentam consolidadas nos indivíduos e expressas através do uso da linguagem, refletem o sentido dimensionado dos discursos no tempo, no espaço do homem e sua história, justificando que nem sempre o que os indivíduos falam reflete de fato o que realmente desejariam expressar.

O presente estudo tem como objetivo identificar a percepção dos professores e administradores/ funcionários em relação ao aluno ingressante no que diz respeito ao nível intelectual, maturidade emocional e compromisso com a própria formação profissional. Da percepção do aluno ingressante interessa sua opinião sobre estrutura física, o curso escolhido e sobre si mesmo enquanto estudante universitário. Investigar, ainda do ponto de vista dos professores e funcionários/administradores, as razões para o fraco desempenho do Curso de Engenharia Civil no ENC (Provão).

Metodologia

O método utilizado para atender aos objetivos foi a pesquisa qualitativa e quantitativa, implementada através de questionários aplicados aos segmentos de interesse. Entre os alunos ingressantes do curso de Engenharia Civil, 45 foram os participantes e responderam a 14 questões. A coleta de dados foi realizada através de visitas às turmas nos respectivos horários de aula, com o consentimento e auxílio do professor de cada turma. Em relação aos funcionários, foram 05 participantes do primeiro ciclo e 6 as questões colocadas. Quanto aos administradores, o questionário aplicado foi composto de 7 questões e pretendia-se, através dele, de forma aleatória, obter informações do chefe de departamento ou do coordenador de curso, de acordo com a disponibilidade de tempo dos mesmos. Foram 2 participantes.
Aos entrevistados foram explicados os objetivos da pesquisa, assegurando-se sigilo total das informações coletadas e a não necessidade de identificação.

Resultados e Discussão

A análise parcial dos dados da amostra pesquisada permite as seguintes afirmações.
Os administradores possuem pós-graduação. Percebem o aluno ingressante do curso de Engenharia Civil (50,0%) com nível intelectual suficiente. Acrescentam que o grau de maturidade é relacionado a características pessoais e formação familiar de cada um. O mesmo percentual (50,0%) considera os ingressantes com nível intelectual razoável e, quanto à maturidade emocional, não há consenso. Em relação às razões para o fraco desempenho do curso no Exame Nacional de Cursos (Provão), todos os administradores entrevistados responderam que fica difícil opinar, pois, após o segundo período, perdem, completamente, o contato com os alunos de Engenharia Civil, assim como com os alunos dos outros cursos.
A maioria dos funcionários (80,0%) possui nível superior; 20,0% dos entrevistados com pós-graduação. Com relação às suas representações quanto ao fraco desempenho do curso no Provão, 60,0% informaram, assim como os administradores, que não sabiam opinar porque, após o segundo período, perdem contato com esses alunos; 20,0% atribuíram o resultado nos exames à desqualificação de alguns professores e da maioria dos alunos. Também foi enfatizada a ausência de disciplinas práticas para o corpo discente, além de maiores incentivos aos docentes.
Cerca de 53,3% dos alunos ingressantes exercem outra atividade fora da Universidade, como trabalho, estágios, etc. 54,0% têm seus estudos financiados pelos pais; os demais variam entre bolsa e custeio próprio. A maioria dos ingressantes (93,0%) informou está gostando do curso porque o mesmo vem atendendo às suas expectativas. Outros alunos associaram ao fato de já estarem trabalhando na área e alguns à sua identificação com a área da Engenharia Civil.
Em relação às instalações oferecidas para o curso de Engenharia Civil, especificamente salas de aula, 35,6% dos ingressantes consideram que as instalações são boas; 31,1% avaliaram que essas instalações precisam melhorar. Em relação às avaliações do MEC, as salas são adequadas, porém algumas apresentam incidência de raios solares, provocando desconforto.
Com relação à percepção dos ingressantes no que diz respeito às razões para o fraco desempenho do curso no Exame Nacional de Cursos, os dados até o momento organizados demonstram que parte dos alunos calouros acredita ser cedo para realizarem uma avaliação nesse sentido. Alguns ainda sugeriram que o fraco desempenho do curso talvez seja proveniente da ausência de tempo para estudo, pois muitos alunos trabalham. Há também falta de interesse.

Quanto à opinião dos professores, acreditam que grande parte dos alunos não acha necessário o resultado do Provão: "para eles é indiferente". Há uma pequena parcela, todavia, que o considera importante.

Conclusões

Da análise dos dados já sobressaem algumas tendências. Tanto os administradores como os funcionários, quando questionados sobre o desempenho do curso nas avaliações do MEC, demonstraram não possuir subsídios suficientes para emitir qualquer juízo de valor, uma vez que mantêm contato com os alunos somente até o segundo período. Consideram o nível intelectual dos ingressantes como suficiente.

Os alunos, por sua vez, encontram-se satisfeitos com o curso e com instalações das salas de aula; algumas ressalvas são sobre a climatização. Associam o fraco desempenho do curso no Provão à falta de tempo para estudo, bem como ao desinteresse por parte de outros alunos. Os docentes compartilham da mesma percepção dos alunos no que diz respeito ao Provão.

Essas representações apresentam indícios que justificam, em parte, os resultados das avaliações do MEC; podem ainda, de forma sistemática, ser aperfeiçoadas pela UNICAP.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC/UNICAP, pelo suporte financeiro que foi dado à pesquisa, ao público entrevistado, a Fernando Nascimento, funcionário do PAI/UNICAP pelas orientações em informática prestadas e a professora Drª Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira, amiga e orientadora do trabalho.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001. 440p.

COSTA, Elisabeth Francisca. Representações sociais e percepção dos funcionários, administradores e alunos concluintes do CCT sobre a Universidade como instituição de ensino-aprendizagem. *In* UNICAP **Anais da Semana de Integração Universidade Sociedade**. Recife. UNICAP, 2003. CD-ROM

JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. 324p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000. 100p.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 87p.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE PAIS ADOTIVOS ATRAVÉS DE OFICINAS INTERATIVAS

Jecilene Gonçalves Walzertudes[1]; Edilene Freire de Queiroz[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professor do Departamento de psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas do Grupo de Pesquisa.CNpq- Psicologia Clínica E-mail: equeiroz@unicap.br.

Resumo

O presente trabalho surgiu em conseqüência dos resultados de duas pesquisas anteriores: *O ato de adoção: um estudo sobre pais adotivos e adotantes* e *A filiação por adoção: Medos e Desejos* nas quais estudamos o imaginário dos pais adotivos, antes e depois do ato de adoção. Os resultados de ambas as pesquisas apontam para a criação de um trabalho preventivo de atenção a pais adotivos no que concerne aos seus medos e ansiedades sobretudo quanto à revelação da origem da criança. Nesta pesquisa, desenvolvemos um projeto experimental interventivo com criação de oficinas, palestras e atenção psicológica aos casos que se fizerem necessários. Trata-se de um trabalho experimental no sentido de implantar e avaliar a estruturação de um Serviço de Orientação à Filiação por Adoção.

Sujeitos da pesquisa: pais adotivos indicados pelas ONGs, Setor de Adoção da 2º Vara da Infância e da Juventude e membros da comunidade, através de perguntas enviadas pelo site do Serviço.Como metodologia, utilizamos a observação participante e intervenção nos discursos dos pais. Houve grande demanda por atendimentos individuais e pouca inscrição para as oficinas.Isso nos mostra que os tabus vividos pelos pais adotivos, já indicados em pesquisas anteriores, são mais fortes do que o desejo de compartilhar ansiedades e medos com outros pais.

Palavras-chave: filiação; pais adotivos; prevenção; intervenção.

Introdução

O Estado e a Sociedade, de um modo geral, têm incentivado a adoção, criando programas de orientação a casais que desejam adotar crianças abandonadas. No entanto, a prática da adoção de crianças não pode estar associada unicamente a um caráter assistencial e filantrópico, nem tampouco a fins egoístas de qualquer um dos pais, tais como: preencher solidão, ou minimizar qualquer tipo de fato subjetivo. Bernardino coloca muito bem a questão quando fala da necessidade de interrogar o lugar que a criança irá ocupar e que tipo de filiação irá se estabelecer.

Na pesquisa anterior: *A filiação por adoção: medos e desejos,* essas dificuldades em relação à adoção aparecem quando os pais se mostram receosos na condução dessa relação, sendo o momento da revelação o mais difícil. “No momento da revelação tive muito medo de que ele não mais me reconhecesse como mãe”. (Fala de uma mãe adotiva). Percebemos, portanto, que o medo de não serem aceitos leva alguns desses pais a decidirem silenciar a origem do filho. Embora a experiência clínica mostre o quanto a criança, mesmo “não sabendo”, detém indícios de conhecimento sobre sua realidade, essa atitude silenciosa acaba por emitir sinais que são captados inconscientemente pelo outro, de modo que há “um saber não sabido”.

Projeto: Atenção a Pais Adotivos: Um projeto experimental de pesquisa interventiva **Órgão financiador**: CNPq.

A família ampliada também se mostra resistente à aceitação da criança. A questão cultural

reforça esse tipo de preconceito. Isso se dá porque há uma ênfase exacerbada na filiação por consangüinidade, produzindo, no imaginário coletivo, a crença, a fantasia de que a condição biológica garante por si só uma perfiliação.

O lugar dos avós adotivos é de grande importância, pois é preciso passar três gerações para que a criança se sinta inserida numa genealogia e numa tradição.

Na pesquisa anteriormente citada, identificamos que há uma certa resistência em aceitar os recém-adotados. Essa dificuldade se dá, no caso de nossa pesquisa, com uma maior intensidade, pelo lado paterno.

Nessas condições, os pais adotivos se vêem condenados a não contarem com o apoio de parentes na defesa dos seus filhos contra as ameaças exteriores e, em última instância, levam, muitas vezes,a rupturas familiares.

As oficinas visam a atingir tais pontos críticos, e, com vista à prevenção, oferecem uma orientação anterior ao ato de adotar, pois acreditamos que a orientação preventiva facilitará a instalação de uma filiação com repercussões positivas na relação pais e filhos. “Prevenir é atender alguém quando este precisa, independente do caráter psicopatológico, significa buscar um sabre prévio sobre o mal a ser tratado a tempo, ou seja, de algo que ainda não se tornou sintoma”.(DOLTO,1998, p.35).

Isabel Marin (1994, p.92) adverte sobre a importância dos serviços de orientação junto aos casais que se propõem adotar, no sentido de fornecer a eles uma oportunidade de se colocarem em contato com suas próprias motivações, expectativas e dificuldades, podendo assim se perceberem e se apropriarem melhor daquilo que verdadeiramente representa a adoção, e, mais especificamente, o filho e suas histórias de vida. No meio psicanalítico, esse tipo de atitude produz controvérsias, pois, segundo a mesma autora, não se têm garantias sobre o efeito de uma intervenção psicanalítica. Trata-se, portanto, de uma aposta, pois, cada vez mais ,esses profissionais são solicitados para facilitar a relação pais-filhos.

Na pesquisa interventiva, trabalhamos com candidatos a pais adotivos de forma ativa, aproveitando os participantes das oficinas, para fazer intervenções práticas e facilitadoras na minimização dos medos e ansiedades. O objetivo consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada, intervindo a tempo para evitar o indesejável.

Metodologia

Trata-se de um trabalho experimental, no sentido de avaliar a estruturação de um serviço de orientação à Filiação por Adoção.

Trabalharemos com pais adotivos indicados pelas ONGs e setor de adoção da Segunda Vara da Infância e da Juventude para participação das oficinas e palestras. Contaremos também com a participação da comunidade através das perguntas enviadas pelo site de serviços e dos consultores.

Os dados serão colhidos pela observação participante e intervenção nos discursos dos pais.

Resultados e Discussão

Conforme projeto original, foram realizadas as seguintes atividades.

1- Participação na organização e na realização da IX Semana de Debates sobre a Infância, promovida pela Clínica Manoel de Freitas Limeira, na qual foi apresentado o trabalho de pesquisa, cujo tema foi*: A filiação por adoção*: m*edos e desejos,* concluído em agosto de 2003. e a anterior: *O ato de* a*doção: u*m *estudo sobre pais adotivos e adotantes*, que foi concluído em 2002 pela outra bolsista. Esse evento contou com a participação de 218 pessoas. Foi também colocada a nossa atual proposta de pesquisa interventiva, cujo objetivo é trabalhar com as dificuldades

identificadas nas duas pesquisa anteriores. **2-** Organização e delimitação das temáticas e das atividades a serem trabalhadas nas oficinas, estruturação do folder, cartazes e Web para a divulgação, e colaboração na estruturação da ficha de inscrição para as oficinas. Além desses veículos de divulgação, fizemos também a apresentação da nossa proposta e a programação das oficinas, através da mídia televisiva no programa Bom Dia Pernambuco, ao vivo, do dia 16 de Março, às 7 h. Nesse programa, estava presente o psicólogo Luiz Schettini, que falou sobre a filiação por adoção. Houve divulgação na Rádio Jornal do Comércio, no dia 20 de Março, às 9 h com a coordenadora do projeto Edilene Freire de Queiroz. **3-** Participação na reunião do grupo GEAD para divulgar as oficinas. Assistimos também a alguns trabalhos sobre filiação adotiva, esclarecendo nosso conhecimento sobre tal tema. **4**-Realização da 1º oficina: *Gravidez de filho adotivo: ansiedade de espera.* **5**- Discussão e organização do encontro de pais adotivos cujo tema era: "Encontro de pais adotivos: construindo uma relação pais e filhos". A divulgação externa foi feita nas principais instituições de ensino, tais como: (Matter Christi,NAPP,Salesiano, Contato, Americano Batista, Vera Cruz, Nóbrega, Bem-me-quer, Fazer crescer, Equipe, SantaHelena, São Luiz, Agnes, Damas, Reino Mágico, Pernambucano, Recanto, Visão, Apoio, Rosa Gattorno, Expoente,Imaculado Coração de Maria, Santa Emília,São José, Helena Lubienska, Israelita, Apoio, Santa Catarina), no juizado, Conselho Regional de Psicologia, Secretaria da Saúde e no GEAD (Grupo de Apoio a Pais adotivos). **6**- Organização das temáticas e realização do encontro de pais adotivos. **7**- Realização da 4º oficina: *Revelando* a *origem do filho.*

Avaliação das oficinas

Na primeira oficina, *Gestação de filho adotivo: ansiedade de espera*,houve a participação de uma mãe, apesar de vários telefonemas solicitando informações e lamentando o horário ser pela manhã.

Para o desenvolvimento desta, utilizamos textos de acordo com as questões colocadas pela participante de modo a facilitar a reflexão. Sempre que necessário, fazíamos intervenções com o propósito de explicitar melhor seus desejos e receios em relação à adoção. Centramos as discussões no tema da gestação do filho adotivo, o tempo diferenciado de espera, a co-participação do marido, futuro pai adotivo, o luto do filho consangüíneo, o imaginário de filho, etc. No início da oficina, percebemos, na candidata a mãe adotiva, uma ansiedade, associada ao receio de não dar certo. Já havia tido várias oportunidades de adotar e, em todas elas, não se reconhecia pronta e recusava a criança. Aos poucos, compreendemos que a participante alimentava o desejo de gestar um filho consangüíneo, embora já se considerasse velha para engravidar e começava a aparecer medos de gerar filho com má formação congênita. Ao final da oficina, percebemos que ela já refletia sobre a possibilidade de adotar um menino, antes impensado, e se mostrava mais confiante e menos ansiosa. Propusemos que continuasse com um acompanhamento individual tanto para ela, quanto para o seu marido, na Clínica de Psicologia da UNICAP.

Por motivo dessa escassa procura para as oficinas, resolvemos promover um encontro de pais adotivos antes de cada oficina a fim de mobilizar outros pais a participarem e a divulgarem. Tal evento ocorreu no dia 12 de maio de 2004. A divulgação foi feita nas escolas anteriormente citadas. Nesse encontro, trabalhamos as seguintes temáticas: O que é ser um pai adotivo? Origem; segredo e revelação; partilhando experiências, medos, ansiedades, preconceitos e limites. Além destas temáticas, foi apresentado para os participantes os resultados das pesquisas anteriores, com o intuito de se apropriarem ainda mais de assuntos que se referem à adoção, como surgiu o nosso trabalho e qual é o nosso objetivo. Foi ouvido qual era o interesse desses em participarem das oficinas, como também um pouco da sua história de vida em relação à adoção. Ao final do encontro, percebemos um interesse desses pais a participarem das outras oficinas, tendo alguns deles já se inscritos no mesmo dia. Neste encontro, os participantes não tiveram tanto espaço para colocar seus questionamentos, pois isso só foi feito nas oficinas nas quais eles colocavam seus questionamentos e nós, facilitadores, entervínhamos quando necessário.

A segunda oficina, *Revelando a historia de origem do filho*,contou com a participação de sete pessoas, com freqüências alternadas. A maioria dos pais manifestou o interesse em "aprender" como contar para o filho sobre a adoção. No entanto, todos já haviam revelado para seus filhos esse fato, utilizando-se de recursos como historinhas, analogias ou que são "filhos do coração".

Mais adiante, no decorrer das sessões, fica claro que o receio dos pais e o desejo de aprender e como revelar diz respeito a informações sobre os genitores e recusa deles em permanecer com suas crias. Observamos que a maioria dos pais tem conhecimento sobre a história pregressa dos filhos relativo à genitora e não ao genitor.

Há um receio de causar sofrimento aos filhos com a revelação e de não ser compreendido nos seus gestos, preferindo, muitas vezes, indicar que a genitora morreu.

Ao final das oficinas, os pais conseguiram fazer uma distinção entre pais e genitor e, do mesmo modo, refletiram sobre o fato de tentar encarar a revelação como algo que faz parte do cotidiano de suas vidas, e não como especial e particular. Para facilitar o processo, fornecemos alguns livros infantis que tratam sobre o assunto, e nos colocamos a disposição caso precisassem de outras orientações.

Conclusões

Com base nas oficinas e no encontro de pais adotivos, pudemos destacar que a dificuldade da revelação se coloca em relação à historia, dos genitores e não ao fato de serem adotivos. Há um completo desconhecimento sobre o genitor masculino, centrando-se tal questão na mãe de barriga, que continua sendo uma referência significativa, tanto aos olhos dos pais quanto em relação ao imaginário desses pais sobre o interesse dos filhos. Por isso, há um receio sobre como responder às indagações dos filhos sobre isso.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente, à Universidade Católica de Pernambuco, pela oportunidade de ingressar em atividades científicas; ao CNPq, pela bolsa PIBIC. E a orientadora Edilene Freire de Queiroz, que, além das trocas de conhecimentos, e revisão do trabalho de pesquisa, demonstrou companheirismo e dedicação.

Referências

DOLTO, FRANÇOISE. **Destinos de Crianças: Adoção, famílias de acolhimento, trabalho social.** Tradução de Eduardo Brandão.São Paulo: Martins Fontes,1998. Titulo original: **Destins d enfants.**

HAMAD, NAZIR. **A criança Adotiva e suas famílias**. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.Titulo original: **L' infanta adoptif Ses Families.**

MARIN, I. K. In FREIRE, F. (Org), **Abandono e Adoção. Contribuições para uma cultura da adoção II.** Curitiba: Terre des Hommes, 1994.

MERLEAU- PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Freitas Bastos, 1976.

QUEIROZ, E.F.& MACÊDO, L.EM.L. Relatório de Pesquisa sobre **O Ato de Adoção: Um estudo sobre pais adotivos e adotantes.** Universidade católica de Pernambuco. Pesquisa PIBIC, 2002. 26p.

QUEIROZ. E. F,WALZERTUDES, J. G. e SCHETTINI, S.N. Projeto de pesquisa sobre **A Filiação por Adoção: Medos e Desejos**. Universidade Católica de Pernambuco. Pesquisa PIBIC,2002/2003.

SCHETTINI FILHO, L. Compreendendo o filho adotivo. Recife: Edições Bagaço,1996

THIOLLENT,MICHEL. **Metodologia da pesquisa ação.** São Paulo: Cortez, 2000. 103p.

QUAISQUER QUE SEJAM AS CONSEQÜÊNCIAS: DOM HELDER CAMARA E AS DENÚNCIAS DE TORTURA NO BRASIL PÓS-1964·

Felipe Pereira da Silva[1]; Newton Darwin de Andrade Cabral[2]

[1] Estudante do Curso de Bacharelado em Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais
[2] Professor do Departamento de Filosofia, do Centro de Teologia e Ciências Humanas; participante do Grupo de Pesquisa em Éticas da Contemporaneidade – E-mail: newton@unicap.br

Resumo

Embora a tortura tenha sido aplicada reiteradamente a prisioneiros comuns, as vítimas mais freqüentes foram as pessoas que se envolveram na luta pela justiça e pelos direitos humanos em suas próprias sociedades; pessoas que tiveram a coragem de dar voz às necessidades do povo. Acreditando em sua eficácia e rapidez, as investigações policiais e militares passaram a adotar a tortura como método de apuração de fatos considerados crimes contra a segurança nacional. O golpe militar, mais conhecido como "revolução de 31 de março", utilizou a tortura não apenas para arrancar a "verdade" do acusado, mas, também, como estratégia de manutenção do poder. Naquele momento conturbado da história política brasileira, o ex-arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, destacou-se como defensor dos Direitos Humanos, tornando-se, conseqüentemente, um dos alvos do regime.

Palavras-chave: repressão; ditadura; direitos humanos; pensamento helderiano.

Introdução

A situação política brasileira da década de sessenta, experimentando transformações no âmbito interno de suas estruturas, coincidiu com mudanças do modelo eclesial adotado pela Igreja Católica, efetuadas a partir da renovação proposta pelas decisões do Concílio Vaticano II. Com a implantação do Regime Militar, a trajetória da Igreja foi de constante evolução em suas preocupações sociais, passando de uma posição inicial de mantenedora ideológica da intervenção militar, para a defesa corajosa dos Direitos Humanos, resultando disso um crescente distanciamento entre as autoridades eclesiais e governantes, o que levou a um posicionamento crítico frente às medidas adotadas pelos militares e a conseqüente perseguição e repressão típicas de uma situação de confronto.

A situação da Arquidiocese de Olinda e Recife foi destacada, pois nela acirraram-se as características conturbadas da relação entre a Igreja e o Estado naquele período. Diversos movimentos sociais a agitavam; quando eclodiu o golpe, Miguel Arraes era o governador do Estado, o que levou a que, na capital pernambucana, houvesse, rapidamente, numerosas perseguições a pessoas consideradas suspeitas; no âmbito eclesial, poucos dias após a instauração do novo regime, a Arquidiocese recebeu Dom Hélder Câmara para administrá-la, ele que viria a tornar-se o representante maior, nos quadros da Igreja Católica, da luta contra as estruturas injustas e, conseqüentemente, o principal alvo das forças repressivas.

Assim, constituiu-se objetivo da pesquisa realizada o entendimento da amplitude do conceito de direitos humanos na vida do ex-arcebispo Hélder Câmara e sua conseqüente luta pela efetividade desses direitos.

Projeto: A temática dos direitos humanos nos escritos de Dom Helder Camara. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no CeDoHC (Centro de Documentação Hélder Câmara) onde foi realizada a leitura dos discursos do ex-arcebispo, desde o seu pronunciamento de posse na Arquidiocese, à abertura política em 1979. Além dos discursos, foram lidas algumas cartas-circulares que ele escrevia, nas madrugadas, para um grupo de assessores e amigos do Rio de Janeiro e do Recife. Realizamos, ainda, pesquisa bibliográfica nas obras "Vigiar e punir", de Michel Foucault; "Estado, Governo, Sociedade" e "A era dos direitos", de Norberto Bobbio; "A reconstrução dos Direitos Humanos", de Celso Lafer e o 1° capítulo da tese de doutoramento do orientador desta pesquisa, Professor Newton Cabral. Tratou-se, portanto, de uma pesquisa de caráter qualitativo e analítico.

Resultados e Discussão

Dom Hélder, "o comunista que só difama o Brasil no exterior", "o arcebispo esquerdista". Em síntese, o ex-arcebispo de Olinda e Recife foi obrigado a conviver com rotulações desse tipo, desde 1964, quando um golpe militar destituiu o então presidente João Goulart. O golpe, mais conhecido como "revolução de 31 de março", não admitia outra tomada de posição senão a de ser "revolucionário" ou "anti-revolucionário". E, como Dom Hélder não aceitou tal dicotomia, acabou tornando-se, dentre os membros da hierarquia da Igreja Católica, o que teve um maior número de atritos com os militares brasileiros estabelecidos no poder.

Assim entendemos: a existência de acusações de "comunista" que lhe eram feitas por alguns membros da própria hierarquia católica; atentados a bala à sua residência; prisão de assessores; assassinato de padre de sua Arquidiocese (Henrique Pereira Neto, 26 de maio de 1969); circulares de departamentos do Exército que o acusavam de "subversivo"; censura à veiculação, por parte da imprensa e, durante dez anos, de qualquer notícia envolvendo seu nome; campanha implementada no exterior, através da diplomacia brasileira, para que o seu nome não fosse escolhido para o Prêmio Nobel da Paz quando foi indicado em mais de uma ocasião etc.

A tudo isso Dom Hélder foi submetido a partir de 1964, mesmo sendo pública uma posição sempre presente em seus discursos: a condenação do sistema comunista.

Apesar de constantes, os atritos entre Dom Hélder e representantes do governo militar brasileiro nunca chegaram a caracterizar um rompimento das relações entre a Igreja e o Estado em Pernambuco, ou no país. Ocorreram muitos choques, alguns de conseqüência grave, outros de menor importância; muitas vezes, as acusações feitas ao ex-arcebispo eram tão absurdas que não exigiam sequer uma resposta: diluíam-se por si mesmas.

Se, por um lado, os atritos entre Dom Hélder e representantes do governo militar brasileiro nunca chegaram a caracterizar um rompimento total em suas relações, por outro, eles serviram de motivação para que simpatizantes e defensores do governo aderissem à disposição de criticar ou acusar o arcebispo por qualquer motivo. Jamais qualquer autoridade eclesiástica sofrera, no Brasil, uma campanha tão persistente e agressiva, visando à sua desmoralização perante a opinião pública. Alegações de que Dom Hélder teria aberto as portas do Brasil ao comunismo, e pichações nos muros de sua residência com dizeres "Cristo sim, Marx não", tornaram-se mais freqüentes depois que, em 26 de maio de 1970, no Palácio dos Esportes de Paris, Dom Hélder denunciou, pela primeira vez, no exterior, a prática de torturas a presos políticos brasileiros com o discurso intitulado "Quaisquer que sejam as conseqüências".

Tal denúncia acabou constituindo o maior atrito entre Dom Helder e o governo brasileiro e foi o ponto de partida para a posterior adoção de várias medidas punitivas contra ele, acima elencadas.

Conclusões

No período entre 1964 e 1984, a tortura foi regra, e não exceção, nos interrogatórios dos suspeitos de atividades contrárias aos interesses do regime militar. As trágicas dimensões das práticas de tortura estabelecidas requeriam uma tomada de posição firme e corajosa na defesa dos direitos humanos.

Nesse difícil contexto da vida pública brasileira, constatamos a luta e o engajamento de Dom Hélder na busca pela efetividade desses direitos, sobretudo a partir dos compromissos assumidos pela Igreja durante o Concílio Vaticano II e em seus diversos desdobramentos.

Embora constantemente acusado de subversão e comunismo, Dom Hélder sempre apresentou um discurso que denunciava os ataques aos direitos humanos provocados pelo sistema socialista; em seu conceito, os direitos humanos não estariam limitados aos sistemas ideológicos vigentes. Esses direitos eram condições para a criação de um mundo sem exploração e subjugo.

Em seu livro, "Espiral de violência", Dom Hélder apresenta seu conceito de violência que não estaria limitado a questões meramente repressivas, mas também a questões sociais, tais como: miséria, fome, injustiça. Dessa realidade infra e sub-humana partiam a solicitude e o empenho pastoral do ex-arcebispo, o que demonstra uma preocupação não focalizada apenas a presos políticos mas a todo um contexto político-social.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP, pelo incentivo à pesquisa via concessão da bolsa.

Referências

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de janeiro: Campus, 1992.

_____. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CABRAL, N. D. A. **Báculos no meio dos caminhos**: modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990). Recife, 2001, 372 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 2001.

CAMARA, H. **Espiral da violência.** Porto: Editora Cadernos para o Diálogo, 1971.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: Constituições, Decretos, Declarações. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MARCONI, P. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978).** São Paulo: Global Editora, 1980.

PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Dom Hélder Câmara:** entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997.

VV. AA. **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1985.

RÁDIO E TELEVISÃO COMUNITÁRIA: UM SETOR DE INTEGRAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES

Flávia Regina Ferreira dos Santos[1]; Maria Cristina Guimarães Oliveira[2]; Maria de Fátima Galindo M. Fernandes[3]

[1]Estudante do Curso de Jornalismo, do Departamento de Comunicação Social, do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professora do Departamento de LETRAS/CTCH e do NUESP/ CCS, integrante do Grupo de Pesquisa: associativismo e cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br;
[3]Professora do Departamento de SOCIOLOGIA/CCS e do NUESP/CCS (orientadora), integrante do Grupo de Pesquisa: associativismo e cooperativismo. E-mail: macol@unicap.br

Resumo

A construção de instrumentos eficazes de comunicação em áreas de escassa definição social e política, caso da comunidade do Bode, principalmente no que diz respeito à sua população de pescadores e catadores de mariscos, tem-se revelado um eficaz exercício de aprendizagem teórica para alunos da área de comunicação, especialmente para os do curso de jornalismo. Na perspectiva do projeto, de se buscar referências teórico-metodológicas de incubação de cooperativas, procurou-se utilizar o viés alternativo das rádios comunitárias.
Não se constituindo de forma definida socialmente, determinadas comunidades populares tornam-se presas da armadilha da pouca estima (individual e coletiva), da incapacidade para um trabalho decente e finalmente fora dos direitos a que fazem jus. A organização de grupos legalmente constituídos é a alternativa política que permite o acesso a recursos e políticas públicas para o setor, além de constituir um instrumento de integração dos laços comunitários já em condições de fragilidade e decomposição.

Palavras-chave: comunicação, organização popular, associação comunitária

Introdução

A tentativa de desenvolvimento e construção de um referencial teórico-metodológico sobre incubação de cooperativas populares, objeto de estudo do Projeto de Pesquisa PIBIC 2002/2003 e 2003/2204 insere-se na institucionalização da pesquisa e da extensão na UNICAP. Além do mais, traz à luz as dificuldades e – sempre – os desafios da pesquisa social na medida em que esta se identifica, conforme Melo José (MELO:2002) com a "extensão como trabalho de pesquisa (e) é um trabalho que envolve uma perspectiva social bastante definida".

Este relatório consubstancia tentativa de análise conclusiva a respeito da participação ativa de pesquisadores na própria realidade dos fatos observados, como consta da proposta inicial, onde se afirma que o objeto de investigação "não é constituído das pessoas mas sim da situação social e ainda, dos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação". Nesta conformidade e, segundo Paul Singer (SINGER:2003), o direito à subsistência, este direito primordial do homem, aplica-se de forma distinta aos que podem e aos que não podem trabalhar.

Projeto**: Construção de Incubadoras de Cooperativas: em busca de referências teórico metodológicas.** Órgão financiador**: UNICAP**

Com o desemprego em massa e a economia deprimida, parcela crescente da classe trabalhadora é privada do gozo de vários direitos sociais e o gozo de outros tende a encolher, por causa dos cortes nos benefícios.

Ao resgatar as atividades de pesquisa e extensão, o NUESP, através deste Projeto PIBIC, empenhou-se em, dentro da perspectiva de introduzir habilidades e conhecimentos de pesquisa científica aos alunos dos diversos cursos de graduação da UNICAP, também inseri-los no universo das teorias bem como das principais referências metodológicas íncitas à pesquisa social.

A metodologia de incubadoras de cooperativas populares, programa da Rede UNITRABALHO, desde seu início, identificou a necessidade de se criar uma teoria da incubação, relacionando-se os procedimentos adotados com os resultados alcançados. A busca de novos referenciais teórico-metodológicos – objeto deste projeto – mercê da ausência de um referencial nacional, e já apontado alhures como uma de suas carências principais, motivou nossa pesquisa. Como resultado, porém, constata-se que a realidade do grupo trabalhado – o das mulheres marisqueiras da comunidade do Bode no Pina, bairro do Recife – pela inconsistência ou degradação acelerada dos laços sociais e comunitários da população em tela e primordialmente pelo desmantelamento da rede de instituições existentes na área, não possui mais "*uma realidade social definida*", pelo menos nos moldes e padrões convencionais da economia capitalista predominante, inviabilizando a utilização dos referenciais de incubação existentes.

Novas abordagens utilizadas podem contribuir para um melhor atendimento da problemática da (re)organização produtiva e social de comunidades de baixa renda, por não se constituírem sujeitos de suas histórias nem possuírem mecanismos para sua integração social. Os problemas encontrados na comunidade do Bode, Pina Recife, relativos à comunicação interna entre os diversos grupos, já comprometem a prática coletiva e tradicional da pesca e da catação de mariscos, passando pela necessidade de re-articulação daquela cadeia produtiva. Durante muito tempo desprovida de uma entidade oficial, os moradores, no ano de 1995, fundaram o Grupo de Ativação Cultural, GRAC, no intuito de resgatar os entes culturais presentes na comunidade, dando oportunidade ao surgimento de novas idéias – caso da Rádio Comunitária FM A Voz do Mangue – e permitindo restaurar a integração comunitária, voltando esta para um desenvolvimento mais solidário e sustentável.

Metodologia

Leitura de material bibliográfico existente sobre rádios comunitárias e de alguns estatutos de diferentes rádios, assim como visitas a algumas comunidades que seguem o mesmo propósito de criação de um veículo popular de comunicação e a participação em reuniões da Associação de Rádios Comunitárias de PE, permitiram a utilização do levantamento de informações junto aos grupos do Pina, no sentido de introduzir novas abordagens teóricas e metodológicas.

Mediante presença assistencial nas reuniões da entidade cultural ativa do bairro do Pina, o GRAC, acompanhou-se o processo de definição da estrutura interna da futura Rádio Cultural FM, a Voz do Mangue, que se pretendia criar. Por outro lado, articulou-se o grupo com os membros da Associação das Rádios Comunitárias, ARCLs, na tentativa de buscar elementos esclarecedores acerca da construção de uma rádio comunitária e sua função, contando com a presença em reuniões do grupo de jovens do Pina, futuros locutores e programadores da rádio comunitária.

A análise estratégica se dá a partir do processo de constituição do grupo para a construção da rádio, considerada aí como meio de comunicação eficiente e mobilizador da comunidade. A análise qualitativa foi constatada pela presença, entre os grupos interessados em participar do projeto de construção da rádio, sobretudo dos jovens, que encontraram uma alternativa de exercício da cidadania através do desenvolvimento (discussão) da futura grade de programação que inclui atividades culturais, políticas e educativas, além dos aspectos técnicos igualmente necessários para a consecução dos objetivos de integração do grupo com os movimentos sociais.

Resultados e Discussão

Mediante reuniões com o grupo de jovens, envolvidos com a criação da rádio comunitária do Pina, elaborou-se o Estatuto da futura estação: Rádio Comunitária FM A Voz do Mangue. Construído em conjunto, está baseado na Lei no. 9612, de 1998, que permite o funcionamento legal de rádios não comerciais e populares. O grupo de pesquisa acompanhou o processo de construção desse estatuto e participou da discussão sobre as diretrizes da mesma para seu funcionamento. Foi então constatado que, na região metropolitana do Recife, há o quantitativo de 36 rádios ativas e cadastradas, segundo dados da Associação de Rádios Populares de Pernambuco, a ARLCs. O funcionamento dessas rádios esteve em pauta nas reuniões, objetivando-se captar novos elementos que completassem a iniciativa da constituição da rádio do Pina.

O acompanhamento às reuniões, assim como ao cotidiano da associação das rádios comunitárias, através de entrevistas e discussões com dirigentes e sócios da associação e dos grupos, foi a estratégia utilizada para a continuidade de nossa pesquisa. Com o não atendimento ao pleito anterior por parte do Ministério das Comunicações, este fato somou-se à necessidade de conscientização pelo grupo para uma nova investida. As reuniões com outros grupos de comunicação comunitária nos permitiram aferir alguns elementos indicativos da possibilidade de construção de um novo referencial de comunicação. Trata-se de referências mais relacionadas à indefinição social da própria comunidade, como já referido em outra seção..

O processo de administração da rádio será feito de forma horizontal, sendo os moradores os próprios responsáveis pela direção da rádio. As tarefas serão divididas entre eles. A diretoria será composta de onze cargos, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Segundo-Secretário, Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Diretor de Operações, Vice-Diretor de Operações, Diretor Cultural e de Comunicação Social, Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social e Diretor de Patrimônio, bem como descreve o Art. 10° do Segundo Capítulo do estatuto da rádio.

O planejamento de um sistema de comunicação popular diz respeito às decisões relativas, aos mecanismos estruturais de funcionamento do veículo (aparelhagem, recursos financeiros e técnicos, normas) aliados aos objetivos, de orientação política, ao teor da programação, aos princípios de gestão, à composição da equipe e às atividades de apoio. Procura-se então agrupar os membros e a parcela jovem da comunidade e engajá-los em oficinas que irão capacitar os mesmo no que diz respeito ao funcionamento da rádio. È válido dizer que todos terão espaço e os interessados em participar da programação serão capacitados.

Conclusões

Ao se buscar desenvolver, mediante a participação de sujeitos participantes dos movimentos sociais do Pina, ações voltadas ao desenvolvimento da idéia de constituição de uma rádio comunitária, busca-se atender aos objetivos já identificados na proposta inicial deste projeto PIBIC. A apreensão dos elementos essenciais para a consolidação deste veículo de informação e comunicação popular, junto à comunidade do Bode, permite, ao mesmo tempo, acompanhar o processo de envolvimento de seus principais atores na integração dos movimentos populares ali existentes. Mediante novas habilidades de rádio-difusão, pode-se antever algum processo de desenvolvimento solidário e sustentável, pois se pode atingir a todos os moradores, principalmente os pescadores e marisqueiras. Ao fim, pretende-se também introduzir e desenvolver, princípios cooperativistas, incitando a economia solidária no sentido de uma melhor qualidade de vida, tomando a participação como referência primordial.

Utilizar instrumentos eficazes de comunicação em áreas de escassa definição social e política, por outro lado, insere-se fundamentalmente em nossa formação acadêmica, na medida em que o que nos interessa extrair é o domínio teórico e metodológico que melhor possa atender a uma determinada realidade social. Desvendar o “teórico” na metodologia de incubação de cooperativas, portanto, passa pela necessária reconstrução teórica sobre grupos populares haja vista a documentação e as experiências exitosas de instrumentos de comunicação alternativa,

popularmente denominadas de Rádios (e TVs) Comunitárias, considerados como fator de integração dos movimentos sociais comunitários e, naquela realidade, retomar antecedentes desta prática.

Agradecimentos: Ao Programa PIBIC pela oportunidade de realizarmos experiências reais de comunicação e de aproximação com outras comunidades da cidade onde vivemos, e aos professores, pela orientação e zelo acadêmico demonstrado.

Referências

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

MELO, J. M. de. **Comunicação, Modernização e Difusão de inovação no Brasil** 1 ed Petrópolis: Vozes,1978.

RAZOABILIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Walter Gomes D'Angelo[1]; João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira[2].

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais. E-mail: jpallain@hotmail.com
.

Resumo

O projeto tem como objetivo a busca da solução de conflitos entre direitos fundamentais utilizando os métodos da tópica e da retórica, trazendo à baila ensinamentos difundidos pela nova retórica. O desenvolvimento regular do trabalho se deu a partir de pesquisas bibliográficas, monográficas e visitas ao site do Supremo Tribunal Federal. Os resultados obtidos são importantes para a construção de uma nova hermenêutica, baseada na utilização da razoabilidade, conceito este que se aproxima do justo. A pesquisa também seguiu uma vertente, com a qual se almejou a proteção dos direitos fundamentais no instante da transformação do mercado e nas relações entre as sociedades. O juiz atual deve também preocupar-se com a repercussão da sua decisão perante uma determinada sociedade e em certa época, pois essa manifestação oficial deve estar de acordo com os valores preservados naquele grupo. Concluo, julgando o trabalho como excelente e levarei uma lição apreendida nos 11 meses de projeto: o juiz contemporâneo deve ser aquele que, antes de aplicar a lei regra, aplica a lei valor, lei princípio.

Palavras-chave: hermenêutica, direitos fundamentais, tópica, retórica, razoabilidade.

Introdução

Aplicação do método tópico retórico na interpretação dos direitos fundamentais. *Prima facie*, assusta o tema do projeto, no entanto, ao saber da intenção com a pesquisa disposta, verifica-se a importância do tema: solução dos conflitos quando entram em choque os direitos fundamentais.

A justificação para o problema anteriormente exposto está na busca de uma criterização no instante de o magistrado e qualquer operador do direito decidir acerca de direitos fundamentais em conflito, por exemplo, um médico diante de uma paciente que necessita urgentemente de transfusão de sangue e aquele indivíduo, devido a sua religião, não permite tal procedimento. Ora, dois princípios fundamentais estão em discussão e conflito: o direito à liberdade religiosa e o sagrado direito à vida. Obviamente que a decisão é a preservação da vida, no entanto, busca-se, no projeto, a construção desse caminho para chegar à decisão final sem danificar a garantia fundamental de qualquer cidadão.

E mais, diante das constantes mutabilidades que vive o mercado e seu poder intervencionista, estudar-se-iam os direitos fundamentais e a proteção que eles exercem sobre os cidadãos.
De início, foi criada uma base, mergulhando profundamente na teoria dos direitos fundamentais e sua eficácia; em seguida, o mesmo árduo trabalho de construção do sustento foi realizado em prol da interpretação constitucional e hermenêutica tradicional. Nesse ponto, especificamente, constatou-se uma certa anacronicidade do instituto, pois algo mais evoluído estava em ascensão, qual seja, a nova hermenêutica.

Projeto: A aplicação do método tópico retórico na interpretação dos direitos fundamentais. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

Essa nova hermenêutica, fundamentada pela retórica modernizada de Aristóteles e pela tópica sempre atual de Theodor Viehweg, luta pela exaltação da lei como princípio comumente aceita por determinada sociedade e época em detrimento da aplicação mecanizada da lei enquanto norma escrita.

Tércio Sampaio, ao escrever o prefácio da Obra de Viehweg, Tópica e Jurisprudência, foi feliz ao afirmar que "o ponto de partida de Viehweg está no questionamento da aplicação da racionalidade científica de tradição positivista no âmbito do direito, cuja pretensão máxima consiste em associar a tarefa do cientista a uma tarefa meramente descritiva. Assim, Viehweg constata que pertencem ao domínio jurídico preocupações que não são propriamente cognoscitivas, como os valores, que influenciam decisivamente o pensamento jurídico".

A lição que difunde com mais intensidade esse movimento jurídico mundial é Chaim Perelman, que, com a lógica jurídica, à busca das soluções concretas obrigará, muitas, vezes a reinterpretar os princípios, a opor o espírito à letra da lei, o ponto de vista pragmático, que leva em consideração as conseqüências resultantes da aplicação de uma regra a ponto de vista formalista, o da aplicação literal do texto.[1]

A pesquisa também seguiu pelo estudo do papel protetivo exercido pelos direitos fundamentais na proteção dos cidadãos mediante as transformações do mercado e nas relações sociais em geral.

Na oportunidade, Boa Ventura de Souza Santos divide a sociedades em poderes e neles estão as relações entre cidadão e estado, cidadão e trabalho, entre o cidadão e sua família e a relação do cidadão no plano nacional.

Mais interessante tema é a utilização da razoabilidade cada vez mais presente nas decisões em qualquer esfera do judiciário nacional, diante do estudo, verifica-se a importância e que esse princípio é o que se aproxima do justo.

Os objetivos do projeto são a pesquisa das diversas tendências da "nova hermenêutica", relacionando-as à interpretação dos direitos fundamentais bem como discutir, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a aplicabilidade dos princípios da "nova hermenêutica" na experiência do ordenamento jurídico pátrio e aprofundar a importância dos direitos fundamentais nas constantes transformações das relações entre os poderes sociais.

Metodologia

Dada a própria natureza do trabalho, a metodologia adotada foi baseada principalmente na pesquisa bibliográfica, cuja estrutura foi bem sustentada pela Biblioteca Central da Universidade Católica. A título de comprovação de nossas hipóteses, buscou-se apoio no acervo de decisões jurisprudenciais, notadamente nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos são notórios no momento em que foi alcançado o objetivo de aprofundar o conhecimento da teoria da interpretação e os direitos fundamentais.

Primeiramente, no estudo da teoria da interpretação, foram analisados os seus métodos e sistemas bem como a utilização de uma nova hermenêutica na interpretação dos direitos fundamentais, contribuindo, assim, para formação de uma base que serviu de guia para a conclusão de todo o projeto.

Assim, conseguiu-se um conhecimento profundo da evolução (dimensões), da aceitação e das controvérsias que giram em torno dos direitos fundamentais, principalmente na sua interpretação na Constituição de 1988 e sua aceitabilidade em nossos tribunais.

No mesclar desses dois temas centrais, nesta primeira etapa do projeto, ficou a construção de uma ótima base, pois, a partir deste momento, novos alvos serão buscados, a fim de alcançar a criterização na solução dos conflitos entre princípios fundamentais.

Em seguida, redescobriu-se a retórica e a tópica de Aristóteles, através de Chaim Perelman e de

Theodor Viehweg, os quais inauguraram o movimento da "despositivação" do direito, difundindo a idéia da proliferação da presença dos valores antecedendo a aplicação da lei propriamente dita no instante de decisões judiciais.

Numa nova diretriz do projeto, traçou-se um panorama na proteção dos indivíduos mediante a força e a interferência das alterações e desenvolvimento dos poderes socias, trazendo, no seu bojo, o papel dos direitos fundamentais neste trabalho protetivo.

Fundamental discussão foi a da Razoabilidade, princípio inicialmente estudado pela Lógica do Razoável, de Renan Siches, e lapidado pelos diversos ordenamentos jurídicos pelo mundo. No Brasil, dentre tantos, segundo Luís Roberto Barroso, o princípio da razoabilidade é um parâmetro de valoração dos atos do Poder Público para aferir se eles estão informados pelo valor superior inerente a todo ordenamento jurídico: a justiça!

Conclusões

Julgo o trabalho, realizado em 11 meses, bastante satisfatório, uma vez que pude ter contato com a literatura com a qual normalmente o acadêmico de direito não tem oportunidade de lidar durante o caminho pela Universidade. Também valiosa é a contribuição que espero deixar para a sociedade, pois o saber de um povo depende do seu estudo, pesquisa e aprofundamento. Enfim, verifica-se que a lei, daqui a alguns anos, será apenas um referencial para a solução de conflitos entre direitos fundamentais, o que valerá mesmo são os valores presentes em determinada sociedade e em certa época, a fim de que, com a aplicação do método tópico retórico, consiga uma decisão razoável, ou melhor, baseada no justo.

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo exemplo e amor; aos irmãos; à SRG Advogados, à Interbrazil Seguradora; aos amigos e à Universidade Católica de Pernambuco.

Referências

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação - A Nova Retórica**.São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEHWEG, Theodor. **Tópica e Jurisprudência**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

RELAÇÕES ENTRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO CICLO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA CIVIL E OS RESULTADOS DO MEC.

Fabiana Lins Resende[1] ; Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira[2]

[3] Estudante do curso de Bacharelado em Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.
[2] Professora do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia participante do Grupo de Estudos de Pesquisas Pedagógicas E-mail: mgvxf@unicap.br

Resumo
Este projeto procura aprofundar os estudos sobre representações sociais, buscando as relações entre os dados já obtidos sobre a UNICAP, pela UNICAP (egressos, avaliações internas e externas...) e a análise do desempenho e os resultados das avaliações do MEC (Exame Nacional de Curso e Avaliação das Condições de Ensino). Em uma análise geral dos resultados junto aos alunos, fica claro que estão satisfeitos em relação às instalações oferecidas para o curso de Engenharia Civil, tais como espaço físico, equipamentos, biblioteca, entre outras. Afirmam, no entanto, que o fraco desempenho nos Provões realizados pelo MEC, é devido ao desinteresse do aluno em relação a tal avaliação. Os mesmos também alegaram que o ensino da UNICAP está defasado, o que também poderia prejudicar, de certa forma, os alunos nesse tipo de avaliação. Alguns deles também acham que o sistema de ensino da universidade, no que diz respeito à parte prática, pode estar contribuindo para o resultado. Em relação aos professores, esses, na grande maioria consideram o método de avaliação do MEC muito teórico, e a grande parte dos alunos de Engenharia Civil está preocupada com a parte prática. Os administradores e funcionários do Departamento de Engenharia Civil concordam com a opinião de parte dos alunos que acreditam que o fraco desempenho no Provão se dá pela falta de interesse desses mesmos alunos na avaliação do MEC. Comparar analiticamente as informações produzidas, interna e externamente, parece ser um promissor instrumento de suporte para que a Instituição, em suas diversas instâncias, possa construir um Programa de desenvolvimento Institucional cada vez mais adequado à sua realidade e às suas aspirações.

Palavras-chave: avaliação institucional; UNICAP; provão

Introdução

Este projeto dá prosseguimento ao anterior, intitulado “Representações Sociais sobre a UNICAP – as percepções docente, discente e administrativa” (Resende, 2003), e trata da análise detalhada dessas mesmas percepções agora no âmbito do curso de Engenharia Civil, na expectativa de que, melhor conhecendo-os e a seus atores, seja possível entender os aparentes paradoxos entre as avaliações do MEC, Exame Nacional de Curso (Provões) e Avaliação das Condições de Ensino, e colher subsídios para melhorar o desempenho do citado curso no ENC.

Projeto Buscando Relações entre as Representações Sociais da Comunidade Acadêmica e os Resultados das Avaliações do MEC em cursos do CCT: Engenharia Civil e Licenciatura em Ciências Biológicas.
Órgão Financiador: UNICAP

A teoria das representações sociais afirma que estas se constituem no universo cotidiano de cada um; dessa forma, faz-se necessário, para pesquisar sobre representações sociais e percepção, um maior esclarecimento de alguns conceitos.

- **Percepção**

A percepção é uma atividade que o organismo realiza para extrair do ambiente a informação de que necessita para seu funcionamento normal. O sujeito que percebe é o autor de sua própria experiência. Segundo Llera (1993), perceber é um ato cognitivo que tem uma função primordialmente adaptativa; é uma atividade intencional, já que, em toda percepção, o sujeito se refere a um conteúdo ou objeto. A percepção não é um processo dispensável, mas absolutamente necessário para que o homem possa adaptar-se ao meio em que tem de enfrentar múltiplas exigências da vida.

A percepção social é um processo de extração de informação do ambiente, e refere-se, portanto, ao conhecimento da realidade exterior. A primeira informação que se recebe sobre uma pessoa é determinante na formação das primeiras impressões e persiste, embora, algumas vezes, vá seguida de informações contrárias. (Llera, 1993:101)

Pessoas deduzem a personalidade ou conduta de alguém pelas suas percepções implícitas apreendidas anteriormente e julgam-nas. Atribuem-se estereótipos, qualificam-se pessoas como boas ou más, com base nas primeiras impressões.

- **Representações Sociais**

Entende-se por representações sociais a idéia que temos mais próxima da realidade. As representações sociais surgem da necessidade de desvendar o pensamento; elas ocorrem de acordo com a necessidade de representar algo, seja o ambiente, pensamentos ou até mesmo a linguagem. As representações sociais provêm de experiências passadas, que influem em novos conceitos a serem atribuídos a algo.

Em *A representação social da psicanálise* (1978), Moscovici distingue as representações sociais de outros fenômenos psicossociais. Enquanto imagens, opiniões e atitudes somente traduzem a posição e a escala de valores de uma informação circulante na sociedade, representações ainda produzem comportamentos e se relacionam com o meio. As representações sociais, por sua vez, incorporam os demais fenômenos. Dominante na psicologia social, o conceito de atitude, por exemplo, supunha, em sua origem, a interveniência da dimensão social em sua produção, o que se perdeu com o tempo. O que é dominante atualmente em psicologia social é a versão de que atitudes são respostas a partir de construtos internos de estímulos vindos do exterior do indivíduo. Já o conceito de representação social pressupõe que o próprio processo constrói o objeto de representação, ou seja, é produto e processo.

- **Análise de Discurso**

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, construtivo do homem e da sua história.

Para Orlandi (2000), a análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.

Um discurso só tem sentido quando parte de algo que já foi apreendido. Ele traz uma representação; forma-se a partir de conhecimentos e vivência.

A filósofa Marilena Chauí, em sua obra "Convite à Filosofia", afirma que "*... as palavras são núcleos, sínteses ou feixes de significações, símbolos e valores que determinam o modo como interpretamos as forças divinas, naturais, sociais e políticas e suas relações conosco". (Chauí 2001:139).* No entanto, é, de fato, concordar que, para expressarmos nossos sentimentos, estamos sujeitos à linguagem e seus signos.

Através da análise da percepção, da representação social e do discurso serão interpretados os

sentimentos dos alunos ingressantes e professores do CCT sobre a universidade e sobre si mesmos como seres integrantes deste universo.

Metodologia

Os instrumentos de trabalho, questionários têm o objetivo de auxiliar a pesquisa assim como buscar relações entre as representações sociais dos alunos, professores e funcionários/ administradores de Engenharia Civil e os resultados do MEC. Foram elaborados questionários para os segmentos de interesse e, em seguida, definida a amostra. Entre os alunos, foram escolhidas duas turmas do ciclo profissional onde foram coletados 27 questionários. Entre os professores, foram 11 os questionários respondidos. Junto aos funcionários, foram coletados 07 questionários. Terminada a aplicação dos mesmos, foram iniciadas a organização, a análise e a tabulação dos dados. Esta fase está ainda em andamento, uma vez que o projeto deverá estar concluído em julho.

Resultados e Discussão

A análise parcial dos dados obtidos da amostra pesquisada permite as seguintes afirmações.

Quanto aos Professores

A maioria dos professores tem curso de Pós-Graduação. Consideram os alunos da UNICAP preparados em parte para o mercado de trabalho. Acreditam que a universidade está em ótimas condições no que diz respeito ao ensino-aprendizagem. Consideram como bom o trabalho que o corpo docente do curso de Engenharia Civil vem desenvolvendo e acreditam que o fraco desempenho dos alunos nos Provões é pela falta de interesse no método utilizado pelo MEC, que, segundo eles, é muito teórico e a grande parte dos alunos de Engenharia Civil está preocupada com a parte prática.

Quanto aos Alunos Ingressantes

A maioria possui bolsa de estudo, 40% dos alunos trabalham e os outros 60% fazem estágio na área de Engenharia Civil. Alguns dos alunos afirmam estudar na UNICAP pelo prestígio da instituição, assim como muitos relatam que não foi uma escolha e sim uma conseqüência de não terem sido classificados no vestibular das universidades públicas. Em geral, os alunos encontram-se satisfeitos em relação às instalações oferecidas para o curso de Engenharia Civil, tais como espaço físico, equipamentos e biblioteca. De acordo com os alunos concluintes do curso de Engenharia Civil, o fraco desempenho nos Provões realizados pelo MEC é devido à falta de interesse do aluno em relação a tal avaliação. Os mesmos também comentaram que o ensino da UNICAP está defasado, o que também poderia prejudicar, de certa forma, os alunos nesse tipo de avaliação. Alguns alunos também alegam que o sistema de ensino da universidade deixa a desejar no que diz respeito à parte prática.

Quanto aos Funcionários/Administradores

A maioria desses possui curso superior e pós-graduação, vêem os alunos como bons profissionais e estão satisfeitos com os serviços oferecidos pela instituição. Os administradores e funcionários do departamento de Engenharia Civil alegam que o fraco desempenho desses alunos no Provão se dá pela falta de interesse na avaliação do MEC.

Conclusão

Os dados analisados indicam que os segmentos se encontram satisfeitos com os serviços oferecidos pela UNICAP. Em relação ao fraco desempenho nos Provões do MEC, os alunos acreditam ser, primordialmente, pelo desinteresse por tal avaliação. Quanto aos professores, esses acreditam que alunos de Engenharia Civil estão preocupados com a parte prática, uma vez que começam estagiando muito cedo, portanto não valorizam devidamente esse método. Já os administradores/ funcionários concordam com alunos a respeito do desinteresse pela avaliação do MEC.

Agradecimentos

Ao PIBIC/UNICAP, pelo financiamento de bolsas de Iniciação Cientifica e a todos que contribuíram direta e indiretamente.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Atlas, 2000. 440p.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e a Esfera Pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. 324p.

LLERA, J.B. **Psicologia**. Petrópolis, Vozes, 1993. 384p.

ORLANDI. Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2000. 100p.

RESENDE, Fabiana Lins. Representações Sociais e percepção dos professores e alunos ingressantes do CCT sobre a universidade como instituição de ensino-aprendizagem. *In:* UNICAP **Anais da Semana de Integração Universidade Sociedade**. Recife. UNICAP, 2003. CD-ROM

REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE: ANÁLISE DO PERFIL DOS APROVADOS NO CURSO DE PEDAGOGIA.

Deborah Maria Hazl[1]; Maria da Conceição Bizerra[2].

[1]Estudante do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação de Centro de Teologia e Ciências Humanas
[2]Professora do Departamento de Educação do CTCH. Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas. Líder do Grupo: Zélia Soares Jofilli E-mail: jofilli@unicap.br

Resumo
Este estudo possibilitou construir um perfil socioeconômico e cultural dos alunos do Curso de Pedagogia da Unicap, no período de 1998 – 2002, a partir das representações que eles fazem de si mesmos por ocasião da inscrição no vestibular. Para tanto, fez-se necessário compreender a teoria das representações sociais, proposta por Moscovici (1961), segundo a qual um objeto adquire seu sentido na experiência que sobre ele constrói o sujeito, em suas relações e interações cotidianas. As informações obtidas foram organizadas em: caracterização pessoal; nível socioeconômico; nível cultural; nível escolar e expectativas frente à Unicap. Na análise dos dados, observamos que o alunado é nordestino; do sexo feminino; solteiro e tem entre 19 a 21 anos. Possui forte ligação familiar; reside em casa própria; ingressa cada vez mais cedo no mundo do trabalho; recebe baixa remuneração; não contribui para a renda familiar e utiliza transporte coletivo. São filhos, de pais e mães que detêm formação acadêmica em níveis superior e médio, com ocupações indefinidas; praticam várias formas de lazer; gostam de ler textos informativos; estudam inglês e/ou espanhol; têm computador e usam Internet como fonte de informação. Quanto ao nível escolar, os candidatos ao curso não fazem cursinho para ingressar na Universidade; são oriundos de escolas particulares; não dispõem de muito tempo para estudar, fizeram opção pelo Curso de acordo com suas aptidões pessoais e possuem grandes expectativas em relação ao futuro profissional.
Palavras-chave: representação social, alunos ingressantes, caracterização.

Introdução

Este estudo possibilitou construir um perfil socioeconômico e cultural dos alunos do Curso de Pedagogia da Unicap, no período 1998 – 2002, a partir das representações que eles fazem de si mesmos por ocasião da inscrição no vestibular. Para tanto, fez-se necessário compreender a teoria das representações sociais, proposta por Moscovici (1961), segundo a qual um objeto adquire seu sentido na experiência que sobre ele constrói o sujeito, em suas relações e interações cotidianas. Para Moscovici, as representações são construções mentais do objeto. Na atividade representativa, apreender os objetos, o mundo significa neles intervir, construí-los em nível simbólico, a partir da intenção concreta do sujeito no tempo e no espaço. Nessa perspectiva,"as representações sociais são não apenas opiniões sobre ou imagens de, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações baseadas em valores e conceitos e que determinam o campo de comunicações possíveis, de valores ou idéias compartilhadas pelo grupo e que regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas". (MOSCOVICI, 1978, p. 72) Nesse sentido, o que distingue as representações das noções de imagem, atitudes e opiniões e as definem como teoria são os vínculos que elas estabelecem entre o objeto estudado e o contexto. Elas não se constroem de forma isolada, mas particularizam um objeto preciso e fazem as articulações deste com outros, na

perspectiva de rede. Entendemos que a representação atribuída pelo sujeito a determinado fenômeno estudado é resultado da dinâmica social e das associações a outros fenômenos, a partir da história particular de cada um.“Além disso, é uma construção contínua do sujeito em sua totalidade, isto é, envolvendo o todo, a partir das condições concretas, históricas e culturais nas quais vive e interage; num processo necessariamente contraditório e criativo”. (MADEIRA apud MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p. 248) Assim, as representações sociais expressam o que os sujeitos pensam sobre determinado objeto, levando em consideração as dimensões cognitivas, afetivas e volitivas; assim,“devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações sociais e da realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir”. (JODELET, 1989 apud GUARESCHI; JOUCHELOVITCH, 2000, p. 121). Fundamentar o estudo nessa teoria significa buscar compreendê-la no contexto que a define e a estrutura. Assim, as representações que resultam das vivências e interações sociais, construídas e reconstruídas a partir das condições concretas, históricas e culturais, nas quais vivem e interagem as pessoas, ajudam a orientar e organizar suas condutas. Apresentam-se como uma construção mental, simbólica que os sujeitos fazem da realidade, enquanto inseridos numa dada sociedade. Expressam, a visão que as pessoas têm sobre determinado fenômeno, resultante do confronto de sua experiência particular com a totalidade do contexto social em que ele se desenvolve. Logo, expressam o que as pessoas pensam enquanto seres sociais e não como indivíduos isolados. No sentido lato, pode-se dizer que as representações correspondem a uma forma de pensamento individual que traz a marca do social. São carregadas de significações que foram construídas a partir das experiências vividas pelas pessoas, em seu caráter histórico. Ao se estruturar nas relações dos homens entre si e nas relações sociais mais amplas, elas comportam as contradições dessas relações, carregando em si o potencial da transformação possível de ser operada na ótica dos sujeitos envolvidos, diferentes da transformação imposta por outros. Espera-se, assim, que as representações sociais afirmem o que os fenômenos são, e, potencialmente, aquilo que eles poderão ser. Segundo Moscovici, não existe separação entre o universo interno e externo do indivíduo. Sujeito e objeto não são distintos. Toda realidade é representada, reapropriada, reconstruída e integrada ao sistema de valores de um indivíduo. Dessa forma, a representação social considera a não existência de um corte entre o universo exterior e o universo do indivíduo ou do grupo, que o sujeito e o objeto não são heterogêneos. É possível considerar que não existe separação entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo do indivíduo. Nesse processo de construção do conhecimento sobre o objeto, o indivíduo se constitui e, ao mesmo tempo, situa-se no universo social e material segundo a organização que ela se dá ou aceita do real. As representações sociais e seus dois componentes, o núcleo central e os elementos periféricos, funcionam exatamente como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar da outra parte. É a existência desse duplo sistema que permite compreender uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Além disso, as representações são consensuais e possuem fortes diferenças individuais. Tomar a teoria das representações sociais como base para este estudo significa analisar, interpretar e compreender o pensamento individual dos sujeitos envolvidos na pesquisa e as condições sociais nas quais esses sujeitos vivem. Significa buscar consensos e diferenças no grupo. É possível compreender que as representações sociais são heterogêneas, pois são construídas a partir da diversidade dos grupos. Os conteúdos das representações sociais são provenientes das condições e do contexto dos quais emergem. No contexto das representações sociais, o discurso aparece como o instrumento mais adequado para se captar as visões que os sujeitos têm de determinados objetos. Através do discurso livre, é possível apreender o particular de cada um e a história social de forte conteúdo afetivo. Esta pesquisa teve como objetivos: conhecer as representações que os alunos do Curso de Pedagogia fazem de si mesmos e do curso no sentido de subsidiar a organização do trabalho pedagógico e orientação das condutas que sustentam a relação professor aluno no curso e traçar um perfil

socioeconômico e cultural dos alunos do Curso de Pedagogia da Unicap, a partir do estudo dos questionários aplicados pela Universidade na fase de inscrição no vestibular.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido, basicamente, através da análise dos questionários a que 505 (quinhentos e cinco) alunos responderam no momento de inscrição do vestibular. Nesse sentido, as representações dos inscritos no período de 1998 – 2002 foram agrupados em 34 (trinta e quatro) indicadores:sexo; faixa etária; estado civil; religião; residência; com quem reside; com quantas pessoas reside; a ocupação; participação na renda familiar; faixa salarial; a renda familiar; nível de instrução do pai; nível de instrução da mãe; ocupação do pai; ocupação da mãe; lazer predileto; o que mais gosta de ler; o que utiliza para manter-se informado; língua estrangeira de que tem mais conhecimento; onde cursou o ensino fundamental; onde cursou o ensino médio; preparação complementar; horas que dedica ao estudo; principal fator de escolha do curso; principal fator de escolha pela Unicap; expectativas face ao curso; atividades extraclasse por que mais se interessa; grupo da Unicap de que se interessa participar; meio de transporte que mais utiliza; existência do microcomputador em sua casa; uso de internet em pesquisas; participação no Programa Rumo à Universidade; se fez ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Na análise dos dados, foram utilizados os seguintes procedimentos: preparação das informações – tabulação dos dados referentes às questões que obtiveram os dois maiores e o menor percentual de cada pergunta feita; organização das respostas em unidades de análise, a saber: *caracterização pessoal* (sexo; faixa etária; estado civil; religião e onde reside.), *nível socioeconômico* (com quem reside; com quantas pessoas reside; a residência; a ocupação; participação na renda familiar; faixa salarial; a renda familiar e meio de transporte utilizado.); *nível cultural* (nível de instrução do pai; nível de instrução da mãe; a ocupação do pai; a ocupação da mãe; lazer predileto; o que mais gosta de ler; o que utiliza para manter-se informado; língua estrangeira de que tem mais conhecimento; existência de microcomputador em casa e utilização de internet.), *nível escolar* (onde cursou o Ensino Fundamental; onde cursou o Ensino Médio; preparação complementar; horas que dedica ao estudo; principal fator de escolha do curso; participou do Programa Rumo à Universidade e fez ENEM); e *expectativas frente à Unicap* (principal fator de escolha da Unicap; expectativas face ao curso; atividade extraclasse por que se mais interessa e grupo da Unicap de que se interessa participar).

Resultados e Discussão

Buscamos, através da análise do questionário sociocultural respondido pelos ingressantes no Curso de Pedagogia, nos anos 1998, 1999, 2000, 2001, 2002.1 e 2002.2, construir um perfil desses alunos, visando à caracterização inicial do grupo, como uma referência a ser utilizada pelos professores no decorrer do curso.

Perfil dos ingressantes no Curso de Pedagogia da UNICAP no período de 1998 – 2002

Aspectos observados	Resultados
⇒ Caracterização pessoal	
– Naturalidade	Nordestino
– Religião	Católica
– Sexo	Feminino
– Estado Civil	Solteiro
– Faixa Etária	19 a 21 anos
⇒ Nível socioeconômico	
– Com quem o candidato reside	Com a família
– Onde o candidato reside	Casa própria
– Ocupação do candidato	Sem ocupação
– Renda familiar do candidato	5 a 10 salários
– Meio de transporte que mais utiliza	Coletivo
⇒ Nível cultural	
– Escolaridade do pai	Superior e médio completo
– Escolaridade da mãe	Superior e médio completo

– Lazer predileto – Principal fonte de informação – O que o candidato mais gosta de ler – Língua estrangeira	Praia, leitura, cinema, teatro, entre outros. Televisão Textos informativos Inglês e espanhol
⇒ Nível escolar – Ensino Fundamental – Ensino Médio – Horas que dedica ao estudo – Escolha do Curso	 Escola particular Escola particular 2 a 4 horas Aptidões
⇒ Expectativas frente à Unicap – Fator de escolha do Curso – Atividade extraclasse – Expectativas do Curso	 Qualidade Artístico-cultural Formação profissional adequada

Fonte: PROGRADE e PAI/UNICAP

Conclusões

Comparando o perfil dos alunos no momento de ingresso com o perfil dos mesmos no momento em que estão cursando o ciclo profissionalizante, é possível constatar que há mudança no estado civil, aumentando o número de casados e um conseqüente aumento na participação na renda familiar. É possível, ainda, identificar um maior número de horas dedicadas ao trabalho, o que pode, de alguma forma, estar contribuindo para uma diminuição nas horas de estudo. Constatamos, também, que, no ciclo profissionalizante, os alunos têm maior nível salarial. Compõem um grupo bem diversificado e eclético quanto ao lazer e leituras preferidas e quanto ao uso dos meios de comunicação e de informação. Não há muita alteração no que se refere ao interesse por atividades extraclasse. Parece existir uma preferência pelas aulas convencionais. O grande consenso consiste no fato de os alunos ingressarem e permanecerem no Curso com baixo nível de motivação para os estudos. Foi possível constatar uma contradição no sentido de que os alunos afirmam que fizeram opção pelo Curso e não demonstram envolvimento com ele.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Católica de Pernambuco pelo apoio ao desenvolvimento deste projeto.

Referências

GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, C. de (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social.** Goiânia: AB, 2000.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

REPRESENTAÇÃO FAMILIAR EM CRIANÇAS DE ESCOLAS DA REDE PARTICULAR DE ENSINO DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE

Kelly Florêncio Trigueiro[1]; Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.[2]

[1] Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: kellyft5@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Integrante do Grupo de Pesquisa de Interação Social e Familiar. E-mail: crisamaz@elogica.com.br

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar como crianças de escolas particulares da zona centro da cidade do Recife representam a família. Para a coleta de dados, foi utilizado o procedimento do Desenho da Família com Estória (DF-E). Esse instrumento foi aplicado a 210 (duzentos e dez) crianças na faixa etária de seis a onze anos. Observou-se que 74,3% das crianças pesquisadas representaram a família pelo modelo nuclear, seguido de 17,6% do tipo de família extensa. Os demais modelos de família (Abrangente [3,8%], Monoparental [1,4%], Recasada [1,4%], Fraterna [1,0%], Unipessoal [0,5%]) obtiveram índices pequenos de representação nessa população. Portanto percebe-se que a diversidade de formas familiares encontradas na atualidade ainda não está devidamente legitimada e, dessa forma, as crianças não conseguem representá-la.

Palavras-chave: Representação; família; criança.

Introdução

A família é o principal agente de socialização e reproduz padrões culturais no indivíduo. Ela "inculca modos de pensar e atuar que se transformam em hábitos" (Lasch, 1991, p. 25). É na família que se concentram as possibilidades de constituição de pessoas enquanto sujeitos e cidadãos. Entendemos por família um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, consangüíneos ou não, que lhe impõe uma cultura e ideologia particular.

Desde a infância começamos a assumir posições de sujeito, e esses posicionamentos devem trazer atitudes de respeito e tolerância para com a diferença, como também, de questionamento e problematização da produção social e cultural das identidades e das diferenças, pois essas não existem simplesmente como dados da natureza. Assim, a representação de família ocupa um lugar fundamental no processo de constituição das crianças enquanto sujeitos.

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Dessa forma, esses sistemas simbólicos tornam possível àquilo que somos e aquilo em que nos podemos tornar.

O conceito de representação trazido aqui é decorrente da perspectiva pós-estruturalista e da chamada "filosofia da diferença". O pós-estruturalismo questiona a noção clássica de representação, uma vez que concebe a linguagem, e por extensão, todo o sistema de significação, como uma estrutura instável e indeterminada.

Para essa posição teórica, uma "representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material" (HALL, 2000, 90).

[1] **Projeto**: Um estudo sobre a família de crianças em fase escolar da zona Centro da cidade do Recife. **Órgão Financiador**: PIBIC-UNICAP.

Assim, ao partirmos dessa perspectiva teórica, entendemos a representação não como um reflexo ou espelho da realidade, mas como sua constituidora. Assim, não cabe perguntar se uma representação "corresponde" ou não ao "real", mas, em vez disso, como as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre essas crianças, como elas constroem o "real". Para tanto, esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar como crianças de escolas particulares da zona centro da cidade do Recife representam a família.

Metodologia

Participaram dessa pesquisa 210 (duzentos e dez) crianças com idades de seis a onze anos, de ambos os sexos. Esse número compõe uma população de sete escolas da região Centro da cidade do Recife.

Com a finalidade de alcançarmos nossos objetivos, estamos fazendo uso do teste do Desenho da Família com Estória (TRINCA, 1997).

A fim de se trabalhar com uma amostra representativa, utilizou-se o seguinte critério: sortearam 30 alunos nas escolas que possuíam até 300 alunos cuja idade se enquadrasse na amostra pesquisada e sorteou-se 10% nas que possuíam acima de 300. Após o sorteio, enviamos aos pais pela criança, uma carta explicativa (termo de ciência e consentimento) com o pedido da colaboração do seu filho na pesquisa.

A aplicação do DF-E foi individual. Apesar de a técnica ser constituída de quatro consignas, usamos apenas uma, "Desenhe uma família qualquer", pois era a que melhor se coadunava com nossos objetivos. Pedíamos ao participante que desenhasse uma "família qualquer" e, em seguida, solicitávamos que relatasse uma estória acerca do seu desenho - a qual era gravada em fita cassete - e desse um título para o mesmo. Era também realizado um inquérito a respeito de desenho do participante.

Os dados do teste do Desenho da Família com Estória (DF-E) foram analisados a partir da amostra total.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados possibilitou encontrar os seguintes resultados:

Representação Familiar de crianças de 06 a 11 anos. Escolas particulares da zona Centro da cidade do Recife, Fev-Mai, 2004.

Tipos de Familia	Percentuais (%)
Nuclear	74,3
Extensa	17,6
Abrangente	3,8
Monoparental	1,4
Recasada	1,4
Fraterna	1,0
Unipessoal	0,5
Total	100,0

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados coletados nas sete escolas particulares da zona Centro da cidade do Recife.

Os resultados da análise do DF-E mostram que dos tipos de família descritos na literatura, cinco configurações foram encontradas entre as representações de família dessas crianças: família nuclear, extensa, abrangente, monoparental e recasada. Porém encontramos dois modelos de família que ainda não foram descritos pela literatura: o tipo de família que denominamos de fraterna – constituído por amigos, membros que não possuem nenhum parentesco – e o modelo unipessoal – formado por um único membro.

O modelo de família predominante foi o nuclear (74,3%), seguido pelo modelo de família extensa (17,6%), abrangente (3,8%), monoparental (1,4%), recasada (1,4%), fraterna (1,0%) e unipessoal (0,5%).

Desse modo, vemos que a maioria dessas crianças entendem a família como sendo uma instituição que possui a organização nuclear. O modelo de família datado desde a idade moderna –família nuclear – ainda é idealizado por nós. Sobre isso, Lasch (1991) nos diz que esse modelo "baseou-se no isolamento estrutural da família nuclear em relação ao parentesco e à sociedade em geral". Esse argumento serve, também, para a representação da família extensa (17,6%), mas, como consta nos nossos dados, ela é a segunda mais representada. O convívio mais freqüente dessas crianças com avós, tios etc. pode exercer influência no modo de elas representarem a família.

O modelo de família abrangente (3,8%) foi menos representado que o de família extensa. Isso pode demonstrar que temos mais facilidade em aceitar um primo como família do que um vizinho. Apesar das transformações que a instituição familiar vem sofrendo nas últimas décadas, as separações freqüentes entre os casais, levando as mulheres (ou homens) a criarem seus filhos sem a presença do companheiro, um número reduzido de crianças representou a família como monoparental (1,4%). É possível que isso se deva à faixa etária de nossos participantes, uma vez que descasamentos que ocorrem quando os filhos são ainda pequenos, freqüentemente são seguidos de novos casamentos formando um modelo de família distinto do monoparental, ou ainda, é comum mulheres e homens que se descasam e possuem filhos pequenos retornarem à casa dos pais criando seus filhos junto aos avós.

Um outro tipo de família pouco representado foi o de família de recasados, embora ocorram muitos recasamentos na atualidade. É provável que isso seja o resultado das famílias de recasados serem freqüentemente constituídas por pai, mãe e filhos do segundo casamento, ou ainda os filhos de uma mulher, ela própria e o novo marido que é visto como um novo pai para os pequenos. Desse modo, o modelo que se apresenta é muito semelhante ao nuclear.

No que concerne à família fraterna (1,0%) e unipessoal (0,5%), houve uma pequena representação.

Conclusão

Nossos dados revelam que, apesar da diversidade encontrada nas formas familiares vivenciadas na atualidade, o modelo hegemônico ainda é o de família nuclear. E isso é passado às crianças através do processo de socialização levando-as a representar a família, predominantemente, de acordo com esse modelo. Esse fato, também, nos leva a pensar que a diversidade de formas familiares encontradas na atualidade ainda não está devidamente legitimada e, dessa forma, as crianças não conseguem representá-la.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica (PIBIC-UNICAP), pelo apoio financeiro, à professora Albenise de Oliveira Lima e, sobretudo, aos participantes, pela disponibilidade em colaborar conosco, tendo em vista que, sem esses, torna-se inviável a realização desse tipo de pesquisa.

Referências

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T.T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-131.

LASCH, C**. Refúgio num mundo sem coração**: a família – santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

TRINCA, W. (Org.). **Formas de investigação clínica em psicologia**: procedimento de desenhos-estória – procedimento de desenho de família com estória. São Paulo: Vetor, 1997.

[1] REPRESENTAÇÃO FAMILIAR EM CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ZONA CENTRO DA CIDADE DO RECIFE*

Adriana Tavares Pessoa[1]; Albenise de Oliveira Lima[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; e-mail: adrianatpessoa@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas e participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar; e-mail: albenise@unicap.br

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo apreender como crianças de escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife representam a família. Entende-se por representação as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. Contribuíram para esse estudo 182 crianças de 06 a 11 anos, alunos de escolas da rede pública de ensino da zona Centro do Recife. O instrumento utilizado foi o Teste do Desenho da Família com Estória (DF-E). Os Testes analisados possibilitam verificar os seguintes resultados: 52% correspondeu à representação familiar nuclear; 20% extensa; 12% monoparental; 9% fraterna; 4% abrangente; 2% unipessoal e 1% recasada. Como conclusão, aponta-se que foram representados sete modelos de família, o que nos alerta para uma diversidade de representações de família. Também ficou evidente a representação nuclear como dominante, mesmo diante das mudanças ocorridas no âmbito familiar.

Palavras-Chave: Família; Representação Familiar; Criança

Introdução

Observa-se, na presente época, as diversidades com as quais a estrutura familiar se vem apresentando. Não é mais suficiente falar apenas em pai, mãe e filhos (família nuclear), como conceito de família, mas expandir os olhares para tantas outras estruturas que emergem junto à contemporaneidade.

Como tantos outros aspectos, a família também sofreu transformações através dos tempos, acompanhando mudanças religiosas, socioculturais e econômicas do contexto no qual está inserida. Por exemplo, voltando ao passado nas sociedades mais primitivas, o casamento e a quantidade da prole eram frutos da necessidade de subsistência. Acontecimentos históricos, tais como a revolução industrial, o controle da natalidade, o ingresso da mulher no mercado de trabalho possibilitaram mudanças na família, resultando em diferentes formas na dinâmica (como a família funciona), nas configurações (modo como as pessoas de uma mesma família se agrupam e relacionam-se) e nos significados atribuídos à família (repesentação).

As formas antigas do que chamávamos família não desapareceram simplesmente, elas se transformaram neste entramado que se constitui a partir de novas formas de relacionamento humano (AMAZONAS, 2001). Pode-se observar, na literatura, um amplo campo de configurações familiares, a saber: nuclear (pai, mãe e filhos), extensa (pelo menos um dos pais, parentes e a criança), abrangente (pelo menos um dos pais, não parente e a criança), monoparental (um dos pais e os filhos), recasada (formada a partir de remanescentes de casamentos anteriores),

Projeto: Um estudo sobre as famílias de crianças em fase escolar da zona Centro da cidade do Recife. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

dentre outras. Porém, por mais que a família venha mudando, ainda se propõe o modelo nuclear como ideal e normativo de composição familiar, por meio dos livros escolares, da televisão, e por tantos outros meios.

Diante dessa realidade, conceituar o vocábulo família tornou-se uma tarefa um tanto desafiadora. Uma tarefa que deve estar sempre atenta para as considerações particulares pertencentes à cada família, visando a sua época, lugar e grupo social de que faça parte. Mas, afinal, o que é família? Para Osório

> A família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições; ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano. (OSÓRIO,1996,p.14)

Tal afirmação proporciona uma ampla e cuidadosa leitura do que seja família hoje. Essa pesquisa faz parte de um amplo estudo sobre o tema, tendo como objetivo apreender como crianças de escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife representam a família. Entende-se por representação o ato ou efeito de simbolizar, de reproduzir a imagem tal como ela é, ou, às vezes, como desejará que fosse, podendo levar em consideração sentimentos e significados particulares, revelando as experiências e a identidade de cada um. Segundo Durkheim (citado por MINAYO, 1999,p.160): ‘’Não existem ‘representações falsas’, todas respondem de diferentes formas a condições dadas a existência humana’’.

O trabalho descrito justifica-se devido à importância de se conhecer como as crianças selecionadas representam a família e quais representações foram demonstradas, uma vez que a representação é fundamental na construção da identidade e da subjetividade do indivíduo.

Metodologia

Participaram desta pesquisa 182 (cento e oitenta e duas) crianças de ambos os sexos, com idades de 06 a 11 anos e alunos de escolas da rede pública de ensino da zona Centro da cidade do Recife.

O instrumento utilizado foi o Teste do Desenho da Família com Estórias (DF-E). Esse Teste tem por objetivo detectar processos e conteúdos psíquicos de natureza consciente e inconsciente, que dizem respeito a relações do examinando com os objetos internos e externos pertinentes à dinâmica familiar (TRINCA, 1997).

Com o propósito de se trabalhar com uma amostra representativa e aleatória, adotou-se o seguinte critério: sortearam-se 30 alunos nas escolas que possuíam até 300 alunos cuja idade se enquadrasse na amostra pesquisada e sortearam-se 10% nas que possuíam mais de 300 alunos. Após a seleção da amostra, a aplicação do Teste foi realizada de forma individual e em local reservado na própria escola

Resultados e Discussão

Após a análise dos 182 Testes (DF-E), os dados coletados a respeito da representação familiar das crianças possibilitaram chegar aos seguintes resultados:

Tabela 1. Representação familiar de crianças de 06 a 11 anos

Representação Familiar	Percentuais
Nuclear	52%
Extensa	20%
Monoparental	12%
Fraterna	9%
Abrangente	4%
Unipessoal	2%
Recasada	1%
TOTAL	100%

Fonte: dados da pesquisa PIBIC/ UNICAP - 2004

Com base na Tabela 1, pode-se observar sete tipos de representação familiar desenhados pelas crianças pesquisadas, através do DF-E. É notório que a representação nuclear aparece em primeiro lugar com 52%, com isso, entende-se que, apesar de a literatura especializada apontar para a ocorrência de transformações no âmbito familiar (OSÓRIO,2002), a maioria das crianças percebe a família como sendo aquela que possui a configuração composta por pai, mãe e filhos, mesmo que não tenham em casa tal configuração. Em seguida, vem a família extensa (20%). Uma hipótese para esse fato é a interferência de fatores socioeconômicos vivenciados pela amostra como: o desemprego, a falta de moradia, etc. É comum, nas camadas menos favorecidas, as famílias agruparem-se dividindo o mesmo espaço. Esta solidariedade parental é condição essencial para a sobrevivência de famílias extensas em situação de pobreza e discriminação (REGEN,2003); a representação monoparental, com 12%, evidencia o crescimento de famílias compostas apenas por um dos responsáveis. Em pesquisas anteriores, Regen (2003) constatou que, principalmente nas áreas metropolitanas, concentra-se a existência de inúmeras famílias monoparentais, formadas por mulheres que sustentam sozinhas os seus filhos; a família fraterna aparece com 9%, e tal percentual pode ser justificado pelo fato de as crianças passarem maior parte do dia longe dos pais ou de outras figuras adultas, facilitando a identificação com o igual, uma outra criança. Finalmente, com menores percentuais, estão as representações abrangente (4%), unipessoal (2%) e recasada (1%).

Conclusão

Tendo como base os dados coletados, verifica-se que, por mais transparente que sejam as transformações na estrutura familiar, para a maioria das crianças de escolas da rede pública da zona Centro do Recife, o modelo de representar o que seja família continua sendo o tradicional: o nuclear. Pode ser o reflexo de um referencial proposto pelo próprio contexto sociocultural, através dos livros didáticos, de filmes, da mídia, etc. Resulta a introjeção de um modelo pré-estabelecido, ou outra possibilidade, ser uma estrutura de fato vivenciada.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/ UNICAP, pelo financiamento da pesquisa; aos participantes da pesquisa, como também aos demais professores participantes do projeto, Maria Cristina Amazonas e Carlos Alberto Martins.

Referências

AMAZONAS, M. C. **Um Estudo sobre as Famílias de Crianças em fase escolar da zona Oeste da cidade do Recife.** PIBIC/ UNICAP: 2002.

MINAYO, M. C. **O Desafio do Conhecimento.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco,1999.

OSÓRIO, L. C. **Família Hoje** . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

REGEN,M. **Dinâmica familiar.** www.entreamigos.com.br

TRINCA, W. **Formas de Investigação Clínica em Psicologia.** São Paulo: Vetor, 1997.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO LAZER DOS ADOLESCENTES DA COMUNIDADE LAURA GONDIM, EM APIPUCOS[1].

Ilka Guedes dos Santos[1]; Ana Lúcia Hazin Alencar[2].

[1]Estudante do Curso de Turismo do Departamento de Comunicação Social do Centro de Comunicação Social.
[2]Professora do Departamento de Sociologia do Centro de Comunicação Social Participante do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Social Comunitário. E-mail:alhazin@uol.com.br.

Resumo

Este trabalho foi desenvolvido com o propósito de identificar e analisar a representação social do lazer dos adolescentes da comunidade Laura Gondim. Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais de profundidade, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo para verificar a representação que eles têm do lazer. Para os adolescentes, o lazer é diversão, recreação e participação em eventos de massa realizados fora da comunidade. Devido às dificuldades de deslocamento, a rua da própria comunidade é o espaço por excelência dos jogos e brincadeiras. O lazer também significa sair da rotina e liberar o estresse.

Palavras-chave: Rua; amigos; família; situação econômica.

Introdução

No Brasil, a temática do lazer vem ganhando espaço no campo da pesquisa científica e começando a despertar o interesse de teóricos no sentido de tentar compreender esse fenômeno que, embora não sendo novo, precisa ser repensado em conseqüência das transformações que vêm ocorrendo nas sociedades, entre elas o surgimento de valores e culturas centrados no lazer.

O lazer é uma atividade marcadamente tida como supérflua, carregada freqüentemente de preconceitos e também usada como ferramenta ideológica que contribui para disfarçar as desigualdades nas relações sociais. Entretanto, o lazer não pode ser entendido como "simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajuda a conviver com as injustiças sociais" (MARCELLINO, 1996 p.16). Sua verdadeira função para o autor (2000, p.17-18), "engloba valores de desenvolvimento pessoal e social, e [...] é um espaço disponível de superação de níveis conformistas de vivenciar a cultura, para níveis críticos e criativos, tanto na difusão quanto na criação e participação culturais" .

Marcellino (2002, p. 57) ainda diz que "democratizar o lazer implica em democratizar o espaço", uma vez que o espaço urbano é influenciado pela urbanização, causada pelo processo de industrialização e pela especulação imobiliária que muitas vezes exclui do acesso aos equipamentos de lazer parte da população que não pode pagar por eles, afetando a sua qualidade de vida.

Estudos constatam também que, além do acesso ao espaço físico, a classe social, o nível de instrução, o sexo e a faixa etária influenciam a prática do lazer das pessoas, principalmente ao se levar em consideração a qualidade e a freqüência com que este é praticado (MARCELLINO,1996). Daí o interesse em conhecer as representações sociais do lazer dos adolescentes em uma comunidade de baixa renda localizada no bairro de Apipucos, em Recife.

[1] **Projeto:** Ciclo de Vida e Representação Social do Lazer dos Moradores da Comunidade Laura Gondim em Apipucos. **Órgão financiador:** Programa Institucional de Bolsa para Iniciação Científica – PIBIC / UNICAP.

Foi na Teoria das Representações Sociais que se encontraram elementos importantes para abordar o objeto de estudo em questão. “Hoje as representações sociais estão centradas justamente na mediação entre indivíduo e sociedade com a finalidade de reconhecer a realidade do outro e o caráter significante da ação humana” (JOVCHELOVITCH, 2002).

No caso desta pesquisa, o contexto de produção das representações sociais, ou seja, as condições sociais que as engendraram foi de fundamental importância no sentido de entender a realidade do lazer dos adolescentes da comunidade Laura Gondim em Apipucos. A escolha do referido espaço urbano como *locus* da pesquisa se deu devido à potencialidade que o bairro apresenta tanto para o lazer quanto para o turismo e também por ser um bairro rico em história e cultura. Mais que reconhecer o lazer como prática de cidadania, deve-se reconhecer o lazer como fator de contribuição para uma melhor vivência humana, devendo haver uma aliança entre democracia política e econômica para eliminar as barreiras sociais que inibem as práticas culturais de lazer.

Identificar, através de análise de conteúdo, se as representações sociais do lazer estão associadas à classe social e ao ciclo de vida; conhecer as principais práticas de lazer dos adolescentes da comunidade estudada e analisar as representações sociais do lazer e sua prática foram os principais objetivos da pesquisa realizada.

Metodologia

A metodologia empregada é a qualitativa, que “lida com interpretações das realidades sociais, fornecendo os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a sua situação” (BAUER & GASKELL, 2002, p. 65).

A geração de dados foi feita por meio de entrevistas individuais de profundidade com adolescentes de ambos os sexos cuja faixa etária, no momento da pesquisa, estava incluída no intervalo de 12 a 18 anos.

Depois de uma primeira visita à comunidade, com a finalidade de conhecer e observar o espaço físico do estudo, foi realizado o pré-teste, o que permitiu realizar alguns ajustes necessários no roteiro de entrevista, de forma a melhor atingir o objetivo da pesquisa.

Em dez visitas à localidade, foi possível fazer um total de doze entrevistas, sendo seis com adolescentes do sexo masculino e seis do sexo feminino, o que representou 70,5% dos adolescentes que vivem na comunidade. As entrevistas foram realizadas levando em consideração o critério de saturação, ou seja, foram encerradas quando não acrescentavam mais nada de novo.

O contato com os adolescentes foi feito em sua casa, ou na rua – conforme houvesse ou não convite para entrar na residência – por meio de indicação em rede, ou seja, o adolescente entrevistado indicava outro que estivesse disposto a participar da pesquisa.

Para a análise de dados, foi feita a transcrição das entrevistas – todas gravadas com autorização dos entrevistados – e utilizada a técnica de análise de conteúdo, que é um grupo de técnicas de investigação das comunicações desenvolvidas dentro das ciências sociais empíricas, aplicáveis a discursos diversos para fins de pesquisa social.

No primeiro momento, houve a separação dos temas mais citados e significativos, o que permitiu identificar as unidades de registro que se referem a uma determinada categoria. Essas categorias, em número de onze, foram estabelecidas *a posteriori*, ou seja, elaboradas após a análise do material de acordo com os assuntos mais citados. São elas: tempo livre, lazer, violência, família, rua, amigos, gênero, dificuldades para a prática do lazer, lazer das crianças, lazer dos adolescentes e lazer dos adultos.

Foi a partir das categorias identificadas, juntamente com outras observações feitas durante as entrevistas, que se chegou à representação social do lazer dos adolescentes e ao conhecimento de suas principais práticas, o que permitiu verificar sua associação à situação de classe e ao ciclo de vida.

Resultados e discussão

Dumazedier coloca lazer como sendo

> "conteúdo do tempo orientado para a pessoa como fim último. Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas (DUMAZEDIER, 1960)."

Para os adolescentes, o tempo para o lazer, que é o tempo livre, é aquele em que a pessoa não tem nada para fazer, podendo ser usado para brincar, se divertir ou descansar.

Grande parte da população ainda associa o lazer às atividades recreativas ou a eventos de massa, tendência reforçada pelas mídias que divulgam as atividades de lazer consagradas e que geram consumo como cinema, teatro, exposições, etc. Isso contribui para que se acabe tendo uma visão parcial e limitada das atividades de lazer, restringindo seu âmbito e dificultando seu entendimento.

É também essa a visão que os adolescentes têm do lazer, que para eles significa sair da comunidade para outros locais, porém, com as dificuldades de acesso aos equipamentos de lazer, eles tentam adaptar-se às opções existentes na localidade. Para os meninos, em todas as entrevistas, o futebol foi citado como a principal forma de lazer; já para as meninas, não existe nenhum tipo de jogo, brincadeira ou prática esportiva que seja citada, restando apenas como lazer conversar com as amigas na rua. Esta exerce uma importante função como lugar de lazer para os adolescentes, significando um espaço de liberdade e de fuga do controle dos pais.

Também foi possível verificar que os adolescentes têm poucas oportunidades de lazer com a família e isso ocorre por três principais motivos: por pais e filhos acharem que o convívio de casa é suficiente; por causa do trabalho dos pais – como eles têm que trabalhar muito para sustentar a família, as horas livres são usadas para o descanso dentro de casa ou para outra atividade; ou ainda por opção dos adolescentes, que não gostam de sair com os pais. É principalmente com os amigos que os adolescentes gostam de estar e compartilhar as horas de lazer dentro e fora da comunidade.

Entre os fatores que dificultam o acesso dos adolescentes aos equipamentos de lazer, o econômico é determinante, uma vez que o lazer ideal está relacionado à melhoria das condições financeiras da família.

Já a violência, que hoje é tida pela maioria da população dos grandes centros urbanos como um fator inibidor da prática do lazer, não é percebida como tal pelos adolescentes da comunidade Laura Gondim. Eles sentem-se seguros na comunidade e acham que não há perigo algum em permanecer na rua.

Como a análise foi feita por sexo, foi possível observar questões de gênero também presentes nas práticas de lazer. Diferenças de comportamentos entre os meninos e as meninas que se manifestam nas várias esferas de atuação também são notadas no campo do lazer. Na pesquisa, isso se comprova porque, para os meninos, o que atrapalha o lazer é o dinheiro e a escola, enquanto para as meninas os empecilhos são o dinheiro, a escola e os serviços domésticos.

A faixa etária também influencia a representação social do lazer. Os adolescentes acham que são as pessoas que estão na sua faixa etária que se divertem mais e têm mais oportunidades para a prática do lazer. Isto ocorre, segundo eles, porque não trabalham, não têm tantas obrigações quanto o adulto e têm mais liberdade que as crianças para sair sem os pais. Assim, em geral, eles acham que seu lazer é melhor e mais proveitoso do que de qualquer pessoa de outra faixa etária.

Apesar de todas as dificuldades e falta de opções dos adolescentes para a prática do lazer, todos dizem gostar do lazer que praticam e acham-no importante, mesmo que não ocupe o primeiro lugar em suas vidas. Destacam que o mais importante é a escola e outras obrigações que venham a ter.

Segundo Marcellino, “colocadas dentro de uma hierarquia de necessidade as atividades de lazer passam a ser encaradas como bens de luxo, ficando restritas às camadas economicamente superiores que nelas podem investir” (2002, p. 50).

Conclusões

Para os adolescentes, o lazer é diversão, recreação e participação em eventos de massa realizados fora da comunidade. Devido às dificuldades de deslocamento, a rua da própria comunidade é o espaço por excelência dos jogos e brincadeiras.

O lazer também significa sair da rotina e liberar o estresse.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC – UNICAP pela concessão do financiamento, à professora Ana Lúcia Hazin Alencar pela orientação do trabalho e aos moradores da comunidade Laura Gondim, principalmente aos adolescentes participantes. Sem a colaboração de todos, não seria possível realizar esta pesquisa.

Referências

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com imagens, texto e som:** um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 65.

MARCELLINO, N.C. (Org) **Estudos do lazer:** uma introdução. Campinas: Autores associados, 1996. p.16. (Coleção Educação Física e Esportes).

_____. **Lazer e empresa:** múltiplos olhares. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-18.

_____. **Lazer e humanização**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2002. p. 57; 50. (Coleção Fazer/ Lazer).

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e a esfera pública:** a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1960/1999 – (Debates: 164).

REPRESENTAÇÕES DA REALIDADE: ANÁLISE DO PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA NO CICLO PROFISSIONALIZANTE.

Juliana Nascimento Guimarães[1]; Lúcia Maria de Andrade da Silva Caraúbas[2].

[1]Estudante do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação de Centro de Teologia e Ciências Humanas
[2]Professora do Departamento de Educação do CTCH e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas. Líder Zélia Maria Soares Jofilli E-mail: jofili@unicap.br

Resumo

Este estudo possibilitou construir um perfil socioeconômico e cultural dos alunos do Curso de Pedagogia da UNICAP, no período de 1998-2002, a partir das representações que eles fazem de si mesmo, por ocasião da inscrição no vestibular, comparando-se as representações que eles fazem durante o ciclo profissionalizante. Para tanto, fez-se necessário compreender a teoria das representações sociais, proposta por Moscovici (1961), segundo a qual um objeto adquire seu sentido na experiência que sobre ele constrói o sujeito, em suas relações e interações cotidianas. As informações obtidas foram organizadas em caracterização pessoal; nível socioeconômico; nível cultural e aspectos relacionados à universidade. A análise dos dados sugere uma estreita relação com as transformações sociais vivenciadas no país, o que tem se refletido em queda na procura do curso e crescimento do número de desistências relacionado ao achatamento na renda familiar. Observa-se ainda um comportamento mais amadurecido por parte dos alunos refletido na busca de informações e nas visões positivas quanto à extensão dos estudos e a busca de contratações por empresas.

Palavras-chave: perfil socioeconômico e cultural, representações sociais, transformações sociais.

Introdução

A teoria das representações sociais, proposta por Moscovici (1961), diz que um objeto adquire seu sentido na experiência que, sobre ele, constrói o sujeito, em suas relações e interações cotidianas. Para Moscovici, as representações são construções mentais do objeto. Na atividade representativa, apreender os objetos, o mundo, significa neles intervir, construí-los em nível simbólico, a partir da intenção concreta do sujeito no tempo e no espaço. Nessa perspectiva, "[...] as representações sociais são não apenas opiniões sobre ou imagens de, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações baseadas em valores e conceitos, e que determinam o campo de comunicações possíveis, de valores ou idéias compartilhadas pelo grupo e que regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas". (MOSCOVICI, 1978, p. 72*)* Nesse sentido, o que distingue as representações das noções de imagem, atitudes e opiniões e as definem como teoria são os vínculos que elas estabelecem entre o objeto estudado e o contexto. Não são construídas de forma isolada, mas particularizam um objeto preciso e fazem as articulações deste com outros, na perspectiva de rede. Entendemos que a representação atribuída pelo sujeito a determinado fenômeno estudado é resultado da dinâmica social e das associações a outros fenômenos, a partir da história particular de cada um."[...]além disso, é uma construção contínua do sujeito em sua totalidade, isto é, envolvendo-o todo, a partir das condições concretas, históricas e culturais nas quais vive e interage; num processo necessariamente contraditório e criativo". (MADEIRA

apud MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p. 248) Assim, as representações sociais expressam o que os sujeitos pensam sobre determinado objeto levando em consideração as dimensões cognitivas, afetivas e volitivas, assim, "[...] devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações sociais e da realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir". (JODELET apud JODELET, 1989, p. 41). Fundamentar o estudo nessa teoria significa buscar compreendê-la no contexto que a define e a estrutura. Assim, as representações que resultam das vivências e interações sociais, construídas e reconstruídas, a partir das condições concretas, históricas e culturais, nas quais vivem e interagem as pessoas ajudam a orientar e organizar suas condutas. Apresentam-se como uma construção mental, simbólica que os sujeitos fazem da realidade, enquanto inseridos numa dada sociedade. Expressam o que as pessoas pensam enquanto seres sociais e não como indivíduos isolados. No sentido lato, pode-se dizer que as representações correspondem a uma forma de pensamento individual que traz a marca do social e são carregadas de significações que foram construídas a partir das experiências vividas pelas pessoas, em seu caráter histórico. Ao se estruturar nas relações dos homens entre si e nas relações sociais mais amplas, elas comportam as contradições dessas relações, carregando em si o potencial da transformação possível de ser operada na ótica dos sujeitos envolvidos, diferente da transformação imposta por outros. Espera-se, assim, que as representações sociais afirmem o que os fenômenos são, e, potencialmente, aquilo que eles poderão ser. Segundo Moscovici, não existe separação entre o universo interno e externo do indivíduo, nem distinção ou absoluta heterogeneidade entre sujeito e objeto em seu campo comum. Toda realidade é representada, reapropriada, reconstruída e integrada ao sistema de valores de um indivíduo. O objeto se insere num contexto ativo, dinâmico, sendo parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe enquanto função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo. É possível considerar que não existe separação entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo do indivíduo. O real torna-se concreto quando o indivíduo relaciona e integra informações, experiências, estruturando e associando conceitos, imagens, valores, opiniões, normas, símbolos, atitudes e crenças. Nesse processo de construção do conhecimento sobre o objeto, o individuo se constitui e, ao mesmo tempo, situa-se no universo social e material segundo a organização que ela se dá ou aceita do real. A organização de uma representação social e por ser organizada em torno de um núcleo central constituindo-se em um ou mais elementos (periféricos), que dão significado a representação. As representações sociais e seus dois componentes, o núcleo central e os elementos periféricos funcionam exatamente como uma entidade, na qual cada parte tem um papel específico e complementar da outra parte. É a existência desse duplo sistema que permite compreender uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Além disso, as representações são consensuais e possuem fortes diferenças individuais. Tomar a teoria das representações sociais como base para este estudo significa analisar, interpretar e compreender o pensamento individual dos sujeitos envolvidos na pesquisa e as condições sociais nas quais esses sujeitos vivem. Significa buscar consensos e diferenças no grupo. É possível compreender que as representações sociais são heterogêneas, pois são construídas a partir da diversidade dos grupos. Os conteúdos das representações sociais são provenientes das condições e do contexto dos quais emergem. No contexto das representações sociais, o discurso aparece como o instrumento mais adequado para se captar as visões que os sujeitos têm de determinados objetos. Através do discurso livre, é possível apreender particular de cada um e a história social de forte conteúdo afetivo. Essa pesquisa teve como objetivo conhecer as representações que os alunos do Curso de Pedagogia fazem de si mesmo e do curso no sentido de subsidiar a organização do trabalho pedagógico e orientação das condutas que sustentam a relação professor aluno no curso. Para tal fez-se necessário a construção do perfil socioeconômico e cultural dos alunos do Curso de Pedagogia da UNICAP, que ingressaram no período de 1998-2002,

utilizando a representação que eles fazem de si mesmos no ciclo profissionalizante comparada à representação que faziam no momento do ingresso.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido basicamente através da análise e comparação entre os questionários socioeconômico e cultural que os alunos (inscritos no período de 1998-2002) responderam no momento de inscrição do vestibular e o mesmo questionário, adaptado e aplicado aos alunos, no ciclo profissionalizante.Nos questionários aplicados aos alunos, no ciclo profissionalizante, incluíram-se os seguintes itens: a forma de ingresso no curso, se a ocupação atual dos alunos é ou não anterior ao seu ingresso no curso e se está relacionada à área de educação, se o curso estava favorecendo seu desempenho profissional, a quantidade de horas dedicada ao trabalho, as pretensões com a graduação, a área em que os alunos pretendem atuar, suas pretensões em estender os estudos, o que o curso lhe está proporcionando e como estão o curso e a UNICAP dentro das expectativas dos alunos. A realização deste estudo foi feita mediante o seguinte procedimento: estudou-se a fundamentação teórica (Teoria das Representações Sociais), baseada no questionário sociocultural, encontrado no manual dos candidatos ao vestibular da UNICAP e aplicado aos alunos no momento de sua inscrição no vestibular elaborou-se o questionário que foi aplicado aos alunos do ciclo profissionalizante. Após a aplicação dos questionários e a coleta dos dados, tabularam-se as respostas que foram comparadas com as obtidas no momento de inscrição. Estudou-se uma a uma, para destacar então as principais alterações ocorridas no perfil dos alunos. Depois da seleção do que seria estudado, construíram-se gráficos e tabelas para facilitar o estudo dos dados, e promover uma melhor visualização de tais mudanças. Por fim, foram feitas análises, em que se procurou mostrar e justificar tais alterações, além de investigar a visão que os alunos têm do curso e da UNICAP, assim como as expectativas para depois da graduação.

Resultados e Discussão

Faixa Salarial

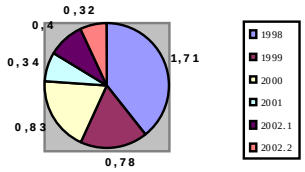
Ingresso	2000		2001		2002	
Fx salarial	Antes	Atual	Antes	Atual	Antes	Atual
Até 1 SM	2%	8%	6%	22%	5%	14%
1 – 2 SM	17%	40%	8%	16%	12%	24%
2 – 3 SM	7%	24%	13%	32%	3%	7%
3 – 5 SM	11%	0%	11%	8%	18%	14%
5 - 10 SM	5%	8%	4%	0%	3%	14%
+ de 10 SM	4%	8%	0%	0%	6%	7%
Sem remun	54%	8%	57%	22%	53%	20%
Inválidas	0%	4%	1%	0%	0%	0%

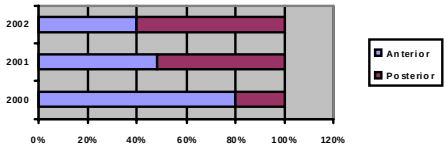
Fonte: Questionários aplicados na inscrição para o vestibular e no ciclo profissionalizante. / Legenda: SM = Salários mínimos

Contribuição na renda familiar

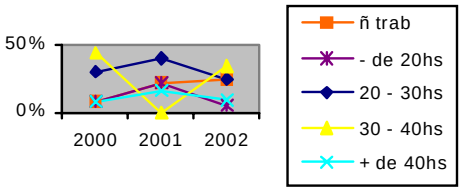
Ingresso	2000			2001			2002		
Cont.	Ncont	Cont	Resp	Ncont	Cont.	Resp	Ncont	Cont	Resp
Ingresso	71%	26%	3%	77%	21%	2%	61%	30%	8%
Atualmente	60%	40%	0%	52%	48%	0%	40%	55%	5%

Fonte: Questionários aplicados na inscrição para o vestibular e no ciclo profissionalizante. / Legenda: Cont. = Contribui; Resp = Responsável; Ncont. = Não contribui. / Obs: As percentagens não apresentadas foram de respostas inválidas.

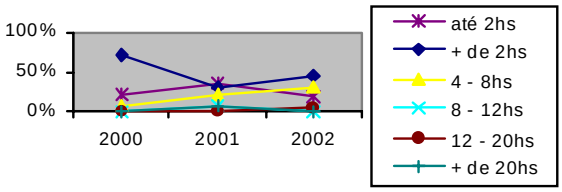




Candidato vaga



Ocupação



Horas que dedica ao trabalho X horas que dedica ao estudo (Atualmente)

Conclusões

Na relação candidato / vaga percebe-se uma forte diminuição, o que talvez seja um alerta ou mesmo conseqüência da falta de atrativos (o desprestigio do mesmo, os baixos salários, o excesso de trabalho etc.) oferecidos pelo curso.Comparando o perfil dos alunos no momento de ingresso com o perfil dos mesmos no momento em que estão cursando o ciclo profissionalizante é possível constatar que o alunado no Curso de Pedagogia da Unicap é, em sua maioria, nordestino e do sexo feminino. No decorrer do curso, há mudança no estado civil, aumentando o número de casados e um conseqüente aumento na participação na renda familiar. O que é possível graças a um maior número de horas dedicadas ao trabalho e uma melhora nos salários. No entanto tal fato gera uma diminuição nas horas de estudo. Os alunos compõem um grupo bem diversificado e eclético quanto a lazeres e leituras preferidas. É notada uma ampliação e diversificação quanto ao uso dos meios de comunicação e de informação. Não há muita alteração pelo interesse por atividades extra-classe ou de natureza científica e pedagógica, o que parece indicar que os alunos já entram no curso desmotivados e não alteram tal posição. São, praticamente, assistidores de aulas convencionais.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco pelo apoio ao desenvolvimento deste projeto.

Referências

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra. (org.). **Textos em representações sociais**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOREIRA, Antônia Silva Paredes (org.) **Representações sociais**: teoria e prática. João Pessoa: Universitária / Autor Associado, 2001.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo central das representações sociais**.Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

UNICAP. **Manual do candidato**. Recife: Fasa, 2003.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTE SOBRE O PAPEL DOS PAIS*

Mariana de Araújo Malheiros [1]; Maria de Fátima Vilar de Melo[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-Mail: mariana_malheiros@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas e participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar; E-Mail: mfvmelo@uol.com.br

Resumo

Esta pesquisa teve por objetivo buscar conhecer as representações sociais de adolescentes de classe média e das classes populares sobre o papel dos pais. Para tal foi utilizada a teoria das representações sociais, que visa a explicar a formação dos conhecimentos práticos e populares, bem como sua função social, levando em consideração as imbricações existentes entre cognição e afeto, comunicação, operações mentais e operações lingüísticas; informação e significação A pesquisa teve como base uma metodologia quantitativa, em que se trabalhou com 30 (trinta) adolescentes de classe média e 30 (trinta) adolescentes de classe popular, com faixa etária de 15 a 18 anos. O instrumento utilizado foi uma redação cujo tema esteve ligado à compreensão do papel dos pais..

Palavras-Chave: representações sociais, adolescentes, papel dos pais.

Introdução

A teoria das representações sociais tem como ponto de partida o estudo de Moscovici sobre a disseminação de uma teoria científica — a Psicanálise – e as mudanças acarretadas por essa teoria na medida em que ela é apropriada por diferentes grupos sociais. A intenção desse autor é de construir uma teoria do conhecimento do senso comum que mostre a interdependência entre o saber científico e o saber popular e estivesse apta a dar conta dos processos estudados pela a Psicologia Social. Mas, ao contrário das teorias tradicionais, ela coloca, na teoria e no método dessa disciplina, um lugar para o mundo social e seus imperativos, sem perder de vista a capacidade criativa e transformadora dos sujeitos sociais.Em decorrência desses princípios,nessa teoria, o sujeito tem um papel central, sendo considerado como ativo visto que é responsável pela formulação de teorias científicas ou senso comum que possibilitam a criação de uma realidade consensual.(JOVCHELOVITCH, 2001 apud VILAR DE MELO, 2004). Desse modo, como Jodelet (1996, p.22, apud VILAR DE MELO, 2004) afirma:

> Representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com objetivos práticos, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber do senso comum ou ainda saber ingênuo, natural,esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico.Entretanto é tida como objeto de estudo

***PROJETO:** Um estudo sobre adolescentes, na faixa etária de 15 a 18, anos, estudantes de escola pública e particular. Da cidade do Recife. **Órgão Financiador:** PIBIC/UNICAP

> tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais

Ademais, essa teoria se propõe interligar:cognição e afeto, comunicação,operações mentais e operações lingüísticas, informação e significação. A partir do que foi posto, podemos afirmar que ela se constitui uma ferramenta teórica fecunda para a investigação dos objetivos da presente pesquisa.

De acordo com Dantas (2002), a literatura sobre a adolescência na Psicanálise ainda pode ser considerada como lacunar, embora esse fenômeno venha atraindo um número cada vez maior de pesquisadores, tendo como resultado um aumento de publicações, o que parece ser explicado pelo que assinala Calligaris (2000): o ideal da época em que vivermos é a adolescência. Adolescência tem duas origens epistemológicas. Primeiro vem do latim *ad*, que significa "a", e *olescer* que tem como significado o processo de crescimento, o indivíduo que está apto a crescer. O conceito de adolescência é considerado tardio, e, mesmo nos dias atuais, existem dificuldades no emprego do termo adolescência, como por exemplo, fixar temporalmente o período. Os teóricos divergem em relação à delimitação do início e do fim da adolescência, sobretudo porque, na contemporaneidade, esse fenômeno tem começado mais cedo e se prolongado.

Em termos gerais, a adolescência pode ser compreendida como um processo de individuação de caráter psicológico que começa com as alterações fisiológicas da puberdade, terminando à medida que o individuo atinge o status adulto. Osório (1989) afirma que a adolescência é um fenômeno psíquico e social, distinto da puberdade que corresponde a um processo biológico. Não obstante, esses dois processos são bastante imbricados.

Para Aberastury e Knobel (1981), a adolescência se caracteriza por três perdas fundamentais, consistindo em lutos a serem elaborados durante esse período. Essas perdas são: perda do corpo infantil, perda da identidade infantil e perda dos pais da infância. Pode-se afirmar que o final da adolescência está intimamente relacionado com a elaboração dessas perdas, que, ao serem elaboradas, darão lugar às modificações necessárias ao nascimento de uma nova identidade: a adulta. À família cabe ser o suporte dessa passagem, desse processo em que o adolescente se torna, muitas vezes, extremamente provocador e onipotente

Metodologia

Participaram desta pesquisa 60 adolescentes, compreendidos na faixa etária de quinze a dezoito anos. Esses adolescentes serão distribuídos eqüitativamente em dois grupos: o primeiro grupo é composto por 30 adolescentes oriundas da classe média e o segundo grupo por 30 adolescentes pertencentes às classes populares.

O instrumento utilizado foi umas redações individuais, cujo tema foi: Representações sociais de adolescentes sobre o papel dos pais.

As análises foram inspiradas em análises empregadas pelos autores ligados ao estudo da linguagem e lógica natural, também chamada de lógica discursiva, como também em estudos realizados por Vilar de Melo (1998; 1999). As noções de *objeto*, de *classe-objeto* do discurso e de *esquematização*, definidas por GRIZE (1983) consistiram em instrumentos importantes para realizar esta análise.

A análise foi realizada em três etapas: num primeiro momento, foram separados os subtemas dos debates e das entrevistas, de acordo com o desenvolvimento cronológico do discurso, bem como as proposições de cada participante. Posteriormente, fez-se um resumo das idéias apresentadas. O passo seguinte consistiu na extração das representações que compunham os subtemas. Essas representações foram agrupadas em categorias.

Resultados e Discussão

Através da análise empreendida até o presente momento, chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 1

Distribuição das freqüências obtidos pelas categorias concernentes às representações dos adolescentes oriundos das classes populares

Idades	16 anos	17 anos	18 anos	***Total***
Categorias	f	f	f	
Criar com carinho	10	8	9	27
Proteger	8	6	7	21
Educar	3	5	6	14
Dialogar	4	5	5	14
Dar limites	4	5	5	14
Ser amigo	3	4	3	10
Preparar para o futuro		2	2	4
Total	32	35	37	

A representação de “criar com carinho” é a mais freqüente em todas as idades. Essa categoria diz respeito às representações que apareceram nos seguintes enunciados: “criar o filho com amor”; “devem cuidar dos filhos com amor e carinho”. Em seguida, aparece a categoria “proteger”. Foram incluídos, nessa categoria, os seguintes tipos de enunciados: “os pais precisam estar ao lado dos filhos para sempre, protegendo-os”; “proteger os filhos e não desprezar os filhos em caso de drogas ou gravidez.” Essas representações caracterizam a necessidade primordial dos adolescentes de classe popular de terem carinho e proteção dos pais. Esse gênero de representação pode ser justificado pela forte presença da violência no cotidiano das grandes cidades brasileiras, sobretudo na periferia dessas cidades, onde geralmente residem as classes populares. Essa suposição é corroborada por outro gênero de representação, que diz respeito à função de dar limites: “dar limites, mas sem violência”. Aliás, as categorias dar limites, “dar educação”, e dialogar receberam a mesma freqüência. Finalmente, as categorias “ser amigo” e “preparar para o futuro” são as menos freqüentes.

Tabela 2

Distribuição das freqüências obtidos pelas categorias concernentes às representações dos adolescentes oriundos da classe média

Idades	16	17	18	
Categorias	f	f	f	***Total***
Preparar para o futuro	8	9	10	27
Educar	7	8	10	25
Ser “espelho”	6	7	9	22
Dialogar	4	5	7	16
Criar com carinho	6	5	3	14
Dar limites	3	5	6	14
Ser amigo	3	4	5	12
Total				

A representação de “preparar para o futuro” é a mais freqüente em todas as idades. Nessa representação, foram incluídos os seguintes enunciados: “preparar o filho para o mercado de trabalho”;

"preparar o filho para o mercado da competitividade". Em seguida, apareceu "educar", teve a segunda maior freqüência. Essas representações caracterizaram a importância do setor educacional para os adolescentes de classe média, além da perspectiva do futuro. Os adolescentes de classe média também consideraram muito importante a representação de "pais são espelhos". A representação de "criar com carinho" aparece em menor freqüência , principalmente para os adolescentes da faixa etária de dezoito anos.

Conclusão

Pode-se perceber, até o momento, que todos os adolescentes, independente da faixa etária ou classe social, consideraram a função de educar fundamental, porém os adolescentes de classe média consideraram essa representação a segunda mais importante, enquanto que, para os adolescentes de classes populares, essa representação não teve tanta importância assim. Percebe-se também que os adolescentes da classe média consideram o papel de preparar o filho para o futuro o mais importante, enquanto que os adolescentes de classes populares, praticamente, não citaram essa representação. Pode-se perceber que a perspectiva de futuro para os adolescentes de classes populares é muito baixa, em função das próprias condições concretas de vida. Os pais atuarem como espelhos para os filhos é um papel que aparece em todas as faixas etárias dos adolescentes de classes populares, porém os adolescentes das classes populares não citam essa representação. As representações de dialogar e dar limites aparecem nas duas classes, nas quais os adolescentes colocam que os pais devem dialogar e ser amigos dos filhos,porém dar limites é essencial. Para os adolescentes da classe popular, no geral, os pais têm que desempenhar o papel de criar os filhos com carinho e protegê-los, deixando a violência de lado. Os adolescentes da classe média, no geral, consideram que os pais têm que educar e orientar os filhos para o futuro.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/ UNICAP pelo financiamento da pesquisa, aos participantes da pesquisa e à minha orientadora Maria de Fátima Vilar de Melo.

Referências

ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

CALLIGARIS, C. **Adolescência**. São Paulo, Publifolha, 2000.

DANTAS, N. M. **Adolescência e psicanálise**: uma possibilidade teórica. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2002.

OSÓRIO, L. C. **Adolescente hoje**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

VILAR DE MELO, M. F. Considerações gerais sobre as Representações sociais e Interlocuções – **Revista de Psicologia da UNICAP.** (40 –51). Ano 1, n.1, 2001.

RETORNOS CRESCENTES DE ESCALA E O PROCESSO DE AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA*

Renato Correia de Albuquerque[1]; Luís Henrique Romani de Campos[2]

[1] Aluno do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais - CCS.
[2] Professor do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais - CCS.

Resumo

A importância deste estudo é identificar o papel do processo histórico para o sucesso de uma aglomeração. A corrente neoclássica entende que um acidente histórico pode levar ao surgimento de uma região altamente dinâmica se houver um ambiente propício a isso, ambiente no qual existam retornos crescentes de escala por externalidades. Em outros termos, uma região que apresentar um determinado conjunto de características socioeconômicas pode, a qualquer momento, despontar como uma localidade que centralize atividades produtivas específicas. Dessa forma, quanto mais cedo for detectada e apoiada uma aglomeração produtiva, maiores as chances de sucesso da mesma.

Os modelos de Solow e Romer ajudam a esclarecer que é muito importante o progresso tecnológico para a acumulação de capital físico, porém o de Solow diz que o progresso tecnológico é exógeno. Já o modelo de Romer, mais recente, incorpora a idéia do progresso tecnológico endógeno, resultado da pesquisa e desenvolvimento. A quantidade de investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento é fruto de decisões econômicas dentro da lógica de maximização de lucros. Nesse ambiente, o crescimento pode ocorrer de forma explosiva, sem a existência de um equilíbrio de longo prazo. Aquelas regiões que apresentarem um crescimento nos moldes do apontado no modelo de Romer tenderão a formar aglomerações produtivas.

Dentro dessa visão sobre a formação de aglomerações produtivas, o trabalho apresenta quais os setores industriais de Pernambuco que podem ser considerados estatisticamente como uma aglomeração produtiva. Para tanto, é realizado o teste de Moram, cuja operacionalização é apresentada no trabalho.

Palavras-chave: economia regional; crescimento econômico; desenvolvimento regional.

Introdução

Na última década, o Governo do Estado de Pernambuco tem dado ênfase ao apoio de cadeias produtivas localmente distribuídas como forma de buscar o desenvolvimento do estado. Esse tipo de apoio não é só uma preocupação regional, também é um movimento nacional e até mesmo mundial. Dentre as aglomerações que estão sendo apoiadas pelo governo, destacam-se: i) porto digital; ii) pólo gesseiro; iii) pólo médico; iv) pólo vitivinícola; v) turismo. (SEPLAN, 2004).

Os exemplos acima mostram a importância das aglomerações produtivas no processo de geração de emprego e no procedimento de crescimento de capital, ou seja, de crescimento

***Projeto**: O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco: uma aplicação do método da econometria espacial. **Órgão Financiador:** UNICAP.

de renda. Então se percebe que esse estudo é de total importância para o desenvolvimento econômico regional.

Existem diversos tipos de aglomerações produtivas as quais são nascidas da consolidação sistemática entre firmas, que podem assumir diversas formas. Destaca-se a aquisição de partes de capital, alianças estratégicas, externalização de funções de empresa. Essas redes de empresas sur-gem por meio do agrupamento formal ou informal de empresas autônomas, com o objetivo de re-alizar atividades comuns, permitindo que elas se concentrem apenas em suas atividades princi-pais. Além de se especializarem apenas em suas atividades fins, essas empresas ainda obtém vantagens como melhoria da produtividade, redução de custos, poupança de recursos, acesso a novos mercados, novas tecnologias, mão-de-obra e fornecedores, aumento do poder de barganha em compras e comercialização, troca de experiências e maior acesso à informação, melhoria da reputação do setor na região, maior acesso a instituições e programas governamentais.

Por isso se vê a necessidade de compreender esse processo de surgimento de aglomerações produtivas e uma das explicações de tal é baseada em modelos de crescimento econômico com retornos crescentes de escala. O objetivo deste estudo é identificar as aglomerações produtivas existentes em Pernambuco, tendo como pano de fundo o argumento da corrente neoclássica de que essas surgem e se desenvolvem pela presença de retornos crescentes de escala.

Metodologia

Para identificar esses processos, será utilizado o índice de Moran, o qual é um teste de autocorrelação utilizado para identificar regularidades e padrões espaciais. Esse índice é dado pela formula: (ALMEIDA, 2003)

$$I = \frac{n}{\sum_{i=1}^{n}\sum_{j=1}^{n} w_{ij}} \cdot \frac{X^{*'} W X^{*}}{X^{*'} X^{*}}$$

Onde n é o número de observações, que no caso dessa pesquisa é o número de municípios; w_{ij} é um elemento na matriz de pesos espaciais; X^{*} é o vetor padronizado do indicador, que no caso deste trabalho é o quociente locacional; W é uma matriz.

Pode-se fazer um teste onde a hipótese nula é a que não existe uma autocorrelação espacial, ou seja, não existe uma relação entre um município e seus vivinhos tornando a existência de uma aglomeração invalidada. Esse teste segue uma distribuição normal padronizada, obtida através da seguinte equação: (ALMEIDA, 2003)

$$Z_I = \frac{[I - E(I)]}{\sqrt{VAR(I)}}, \text{ onde } E(I) = \frac{-1}{(n-1)}$$

Esse índice pode assumir valores negativos e positivos, sendo que para efeitos deste trabalho importa apenas o valor absoluto desse índice, se o mesmo assumir um valor muito alto indica que existe uma autocorrelação espacial, ou seja, um município se relaciona com seus vizinhos indicando a presença de uma aglomeração produtiva na região. São usados para calcular esse índice valores obtidos através de pesquisas para se formar uma matriz de pesos espaciais (W), o qual são retirados *wij* que é um elemento dessa matriz, *xi* e *xj* que são as observações para as localidades *i* e *j* respectivamente e o elemento *n* que é o número de observações, ou seja, o número de municípios de Pernambuco. Neste caso o índice de Moran revela a correlação entre os municípios e os municípios vizinhos (ou mais próximos), pois os

municípios não vizinhos (ou muito distantes) terão multiplicador zero, não sendo esta observação computada na correlação. (ALMEIDA, 2003)

Essa matriz de pesos espacial W é uma matriz quadrada onde nas linhas e colunas indicam os municípios de Pernambuco, cada elemento da matriz é dado pelo inverso da distância ao quadrado entre duas localidades. Essa matriz das distancias foi montada a partir das latitudes e longitudes, ou seja, esta matriz desconsidera as estradas e acidentes de relevos.[4]

Resultados e Discussão

O trabalho inicia apresentando uma revisão matemática de equações diferenciais e modelos de bifurcação que são utilizados em modelos de crescimento de longo prazo com retornos crescentes de escala. Uma vez apresentado esse instrumental, são tratados dois modelos de crescimento de longo prazo, o primeiro desenvolvido originalmente por Robert Solow. Entre as hipóteses desse modelo, está a presença de retornos constantes à escala e de evolução tecnológica exógena. Como conclusão, tem-se que a economia caminha, a longo prazo, para um estado estacionário em que a renda "per capita" cresce à mesma taxa de crescimento da tecnologia. A principal limitação do modelo de Solow é que a variável-chave para o crescimento econômico, a tecnologia, é tida como exógena.

Romer (2001) apresenta um modelo de crescimento de longo prazo que é discutido neste trabalho. Segundo esse modelo, dependendo dos efeitos de transbordamento da tecnologia, pode haver rendimentos crescentes de escala. Quando isso ocorre, o crescimento é exponencial, mesmo no sentido "per capita", ou seja, as regiões que apresentarem retornos crescentes de escala tenderão a atender a demanda não só de sua própria região, mas também de outras regiões, levando à acumulação produtiva.

Na tabela 1, estão representados os setores industriais de Pernambuco que apresentaram uma aglomeração produtiva de acordo com as hipóteses dos retornos crescentes de escala, conforme demonstrado na seção da metodologia.

Tabela 1 – Setores industriais com aglomerações produtivas significantes em Pernambuco

Descrição	MORAN 1		MORAN 2		MORAN 3	
	I-1	p-1	I-2	p-2	I-3	p-3
Extração de minerais metálicos	-0,0123	0,006	-0,0129	0,004	-0,0041	
Extração de outros minerais	0,3854	0,001	0,3846	0,001	0,346	0,001
Fabricação de produtos alimentares e bebidas	0,21	0,001	0,1843	0,001	0,1813	0,003
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,2186	0,002	0,2171	0,004	0,2758	0,001
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,0379	0,052	0,0374	0,042	0,0444	0,038
Fabricação de pastas, papel e produtos de papel	0,1376	0,013	0,1369	0,011	0,0984	0,031
Fabricação de produtos químicos	0,1677	0,009	0,1738	0,006	0,2549	0,002
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,372	0,001	0,3635	0,001	0,2967	0,001
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,0859	0,032	0,0821	0,031	0,1895	0,004
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação	0,1698	0,005	0,1566	0,011	0,0911	0,013
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carroceiras	-0,0283	0,003	-0,0264	0,007	-0,0169	0,258
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,1159	0,026	0,1119	0,035	0,1894	0,007
Eletricidade, gás e água quente	0,171	0,003	0,176	0,001	0,0973	0,026
Captação, purificação e distribuição de água	0,445	0,001	0,3807	0,001	0,5395	0,001
Alojamento e alimentação	0,0826	0,042	0,0805	0,033	0,0882	0,043

[4] Disponível no site: www.planeta.terra.com.br/educacao/astronomia/distancia.html

Transporte aéreo	-0,0196	0,013	-0,0186	0,022	-0,0179	0,004
Atividades de informática e conexas	0,0562	0,043	0,0532	0,048	0,0391	0,039
Administração pública, defesa e seguridade social	0,3326	0,001	0,3351	0,001	0,3969	0,001
Coleta de lixo e águas residuais, esgoto doméstico e industrial e atividades similares	0,034	0,048	0,0314	0,035	0,0036	0,134
Serviços pessoais de outros tipos	0,05	0,016	0,0501	0,018	-0,0066	0,621
Residências particulares com empregados domésticos	0,114	0,022	0,1009	0,019	0,079	0,052
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,2721	0,001	0,259	0,002	0,1921	0,011

Conclusões

Os aglomerados produtivos são de grande importância no processo crescimento econômico. Sabe-se que o crescimento econômico é pré-requisito indispensável do desenvolvimento. Então se percebe que esse estudo é de total importância para o desenvolvimento econômico regional. Esses tipos de aglomerações recebem apoios, e não é só uma preocupação regional, também é um movimento nacional e até mesmo mundial. Por isso se vê a necessidade de compreender esse processo de surgimento de aglomerações produtivas e uma das explicações de tal é baseada em modelos de crescimento econômico com retornos crescentes de escala.

Os estudos da teoria do crescimento econômicos iniciaram-se com Robert Solow, o qual indica que independentemente do seu ponto de partida a economia converge para um caminho de crescimento equilibrado, ou seja, existem retornos constantes de escala com tecnologia exógena. Porém foi Paul Romer quem endogeinizou o avanço tecnológico resultando em ambiente de retornos crescentes de escala e formação de aglomerações produtivas.

A pesquisa mostrou que existem 23 aglomerações produtivas em Pernambuco, muito mais do que o Governo do Estado vem trabalhando em seu planejamento estratégico. Muitas dessas aglomerações decorrem de questões de infra-estrutura, o que indica que o estado deve rever algumas de suas práticas de investimento.

Referências

ALMEIDA, Manoel Bosco de, et al. **Identificação e Avaliação de Aglomerações Produtivas: Uma Proposta Metodológica para o Nordeste**. Recife IPSA/PIMES, 2003.

BOYCE, William E. **Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de Contorno**. Rio de Janeiro: LTC, 7ª edição, 2001.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **Economia Espacial**, 2002.

JONES, Charles I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Stanford University, Rio de Janeiro, 1997.

LEIGHTON, Walter. **Equações Diferenciais Ordinárias**. Rio de Janeiro: LTC, reimpressão, 1981.

ROMER, D. **Advanced Macroeconomics.** 2. ed. New York: McGraw-Hill, 2001.

SEPLAN, www.pernambuco.gov.br

www.planeta.terra.com.br/educacao/astronomia/distancia.html

SETORES INDUSTRIAIS DINÂMICOS E AS POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL.[1]

Suanny Mirella Silva[1]; David Rosenthal[2]

[1]Estudante do Curso de Ciência Econômica do Departamento de Economia e Administração, do Centro de Ciências Sociais E-mail: mirella@unicap.br
[2]Professor Doutor do Departamento de Economia e Administração, do Centro de Ciências Sociais, e Pesquisador do Núcleo de Estudos para América Latina.E-mail: drosen@unicap.br

Resumo

Este trabalho apresenta uma descrição do projeto de pesquisa, que visou a estudar os setores industriais dinâmicos e as políticas de capacitação tecnológica no Brasil. Nele se discutiram alguns conceitos, tais como Tecnologia, Capacidade Tecnológica, Capacitação Tecnológica, Inovação Tecnológica e Competitividade de forma que, no andamento da pesquisa, esses termos foram utilizados para melhor compreensão das idéias. Esses conceitos iniciais são baseados principalmente, em Rosenthal (1995), que foi objeto de leitura e discussão com o orientador. A pesquisa compõe também a classificação dos setores industriais representados pelos seus respectivos códigos, segundo a estrutura e composição da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Após a classificação, foi feita seleção dos setores industriais mais dinâmicos e intensivos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e, a partir dessa classificação, são citados exemplos de algumas empresas dentro de seus respectivos setores. Depois foi feita uma análise sobre a participação desses setores dinâmicos na economia do Brasil, ou seja, o percentual das exportações desses setores. Tais informações foram obtidas através do site www.mdic.gov.br, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Gazeta Mercantil (Balanço Anual, 2002). Portanto, o objetivo da pesquisa é verificar a participação dos setores dinâmicos na economia brasileira.

Palavras-chaves: capacidade tecnológica; inovação tecnológica; setores dinâmicos

Introdução

A pesquisa é continuação daquela que já vinha sendo desenvolvida desde junho de 2002. O problema diz respeito, em primeiro lugar, à renitência com que o desenvolvimento econômico e o social vêm-se configurando, para o Brasil - assim como para a totalidade dos países da América Latina - como um alvo fugidio: perseguido há, pelo menos, meio século, esse objetivo insiste em se afastar da gente, apesar das profundas mudanças que vêm ocorrendo na economia mundial em ritmo cada vez mais rápido[2]; em segundo lugar, esse problema concerne às regularidades que parecem caracterizar – também aqui, apesar das transformações por que tem passado a sociedade e a economia brasileiras – a natureza e as raízes dos obstáculos ou "pontos de estrangulamento[3]" que bloqueiam o atingimento daquele objetivo; e, finalmente, com as cada vez mais fortes evidências da relação entre

[1] Capacidade Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento: Sistemas Nacionais de Inovação e o Papel da Empresa Nacional.

[2] Ver *Brasil precisa de "decolagem suave", diz Gianetti*, em **Valor Econômico**, 20/08/2001, p. A3.

[3] Ver Souza (1997), p. 41.

Projeto: Capacidade Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento: Sistemas Nacionais de Inovação e o Papel da Empresa Nacional. **Órgão Financiador:** UNICAP

esses obstáculos e a "inferioridade", em termos de capacidade tecnológica, que caracteriza o posicionamento e a articulação desses países no sistema econômico mundial, configurando uma relação normalmente designada como de dependência tecnológica[4].

Os objetivos da pesquisa consistem em: estudar e aprofundar a discussão sobre o fenômeno da capacitação tecnológica e sua relação com o processo de desenvolvimento; estudar a evolução do Sistema Nacional de Inovação brasileiro na última década; formular sugestões voltadas para a elevação da eficácia das políticas nacionais de capacitação tecnológica. De forma que se procurou testar as seguintes hipóteses: a) "o principal vetor da capacitação tecnológica de um país é sua empresa" nacional "; b)" o processo de desnacionalização dos segmentos mais dinâmicos e avançados do setor produtivo brasileiro, que vem ocorrendo a partir do início da década passada, enfraquece o Sistema Nacional de Inovação e tende a reduzir, em médio prazo, a competitividade do País[5]; c) a superação dos "estrangulamentos ao desenvolvimento[6]" de um país, impostos pela "restrição externa" exige a (e depende da) capacitação tecnológica desse país – isto é, da expansão de sua capacidade de competir nos mercados mundiais mais dinâmicos, que são aqueles cujos produtos são intensivos em conhecimento científico e tecnológico avançado.

O objetivo do presente projeto de PIBIC é analisar a participação dos setores mais dinâmicos na economia do Brasil.

Metodologia

A primeira etapa do trabalho de pesquisa consistiu em um levantamento sobre a classificação dos setores industriais, buscando selecionar a classificação desses setores com seus respectivos códigos. Deve-se salientar que, desde janeiro de 1995, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) (ver em anexo a estrutura comum do Mercosul) vem sendo adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que tem por base o Sistema Harmonizado.

Da metodologia dos dígitos da NCM tem-se que dos oito que o compõem, os seis primeiros são formados pelo Sistema Harmonizado (O Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, ou simplesmente Sistema Harmonizado "SH", que consiste em um método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições).

As informações e dados secundários, referentes à classificação desses setores Industriais e em relação à nomenclatura dos códigos, corresponde ao levantamento fornecido pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

A segunda etapa do trabalho de pesquisa teve como finalidade, dentro da classificação, selecionar os setores industriais mais dinâmicos e, após esta seleção, foi possível destacar algumas empresas estrangeiras e nacionais dentro dos setores dinâmicos. Essas informações são baseadas em dados secundários fornecidos principalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), localizado através dos sites: www.ibge.gov.br; www.mct.gov.br; www.mdic.gov.br. Os dados também foram fornecidos a partir da revista Exame: as 500 maiores empresas do Brasil As complementações dessas informações serão obtidas através de livros, relatórios de pesquisa, etc.

A terceira etapa do trabalho de pesquisa, de acordo com a composição dos "Setores Dinâmicos", no Brasil é verificar a participação das empresas nacionais e das multinacionais no

[4] Ver, por exemplo, Rosenthal (1987); Rosenthal e Moreira (1992); Rosenthal (1995); e, mais recentemente, Rosenthal (2001).

[5] - O governo atual, instalado em 2003, vem dando alguns sinais de que esse processo pode estar em vias de começar a ser revertido. Ver, por exemplo, Kupfer (2003).

[6] Souza (1997), p. 41

faturamento desses setores e ainda verificar a participação dos setores dinâmicos nas exportações brasileiras.O objetivo desse é, além de selecionar esses setores dinâmicos, acompanhar sua evolução no mercado brasileiro e no mercado exterior.

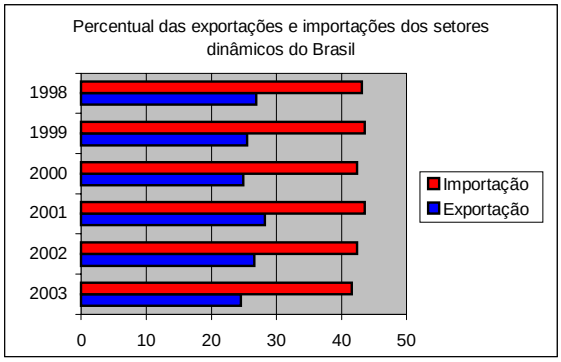
Resultados e discussões

Para a etapa inicial da pesquisa, foi necessário fazer um levantamento sobre a classificação dos setores industriais, buscando selecionar a classificação desses setores com seus respectivos códigos. E, a partir dessa classificação, selecionamos os setores mais dinâmicos do Brasil, tais como setor químico, setor aeroespacial, setor eletrônico e o setor de bens de capital.

Dentro desses setores, selecionaram-se algumas empresas nacionais e multinacionais, havendo dificuldades na classificação de algumas empresas nacionais. Isso pode ser conseqüência da deficiência em capacitação tecnológica, ou seja, *"processo dinâmico através do qual a capacidade tecnológica é criada, ou seja, é o processo pelo qual uma nação desenvolve suas fontes de inovação tecnológica e acumula experiência pratica na sua utilização, através da geração e/ou introdução de inovações*[7] *"*. Esta por sua vez pode ter relação com o nível de instrução dos indivíduos.

Apresenta-se ainda participação dos setores dinâmicos (químico, eletrônico, bens de capital e aeroespacial) nas exportações brasileiras, ou seja, o percentual das exportações desses setores dinâmicos, de forma a observar a participação deles na economia brasileira. Os dados sobre as exportações desses setores foram obtidos através do MDIC (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior), pelo AliceWeb, que informa todos os produtos[8] exportados de 1998 a 2003.

Gráfico 1



Dados fornecidos a partir MDIC (ALICE WEB)

Como mostra o gráfico acima, verifica-se que a participação desses setores nas exportações ainda continua sendo muito pequena em relação às importações.

Conclusão

O trabalho desenvolvido até agora foi dedicado à classificação dos setores mais dinâmicos tais como de alta intensidade em P&D e os de média intensidade em P&D. Através dessa seleção, foi possível destacar dentre as 500 maiores empresas, as empresas nacionais e multinacionais. A pesquisa

[7] Ver em Rosenthal (2001).

[8] Da metodologia dos dígitos da NCM tem-se que dos oito que o compõem; os seis primeiros são formados pelo Sistema Harmonizado (O Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, ou simplesmente Sistema Harmonizado "SH", que consiste em um método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições).

foi dedicada também à coleta de dados sobre a participação dos setores dinâmicos nas exportações brasileiras. O resultado encontrado coincide com o esperado, ou seja, nesses setores, as exportações são muito menores que as importações. Além disso, nesse universo das (500 maiores empresas), a participação das empresas nacionais é bastante reduzida quando comparada à participação das empresas estrangeiras.

Dentre os setores analisados, o setor de bens de capital tem maior participação nas exportações. Mas a participação, ou seja, o percentual desses setores dinâmicos nas exportações ainda continua sendo muito pequeno.

Agradecimentos

A pesquisa obteve grande contribuição do Núcleo de Estudos para América Latina, o qual concedeu espaço e disponibilizou recursos, de forma a facilitar e contribuir, não apenas para o desenvolvimento da pesquisa, mas para o aprendizado do aluno.

Referências

GAZETA MERCANTIL S. A. Balanço Anual, ano XXVI – Nº 26 – Junho de 2002

KUPFER, José Paulo, *A política industrial sai do museu*, em No Mínimo, 08 de maio de 2003

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA, 500 maiores, agosto de 2002, vol. 56, Nº 08.

REVISTA EXAME, As 500 maiores empresas do Brasil. Editora abril, julho de 2003.

ROSENTHAL, David e Moreira, Inaldo Lima, *Algumas considerações Sobre a Natureza do Processo de Capacitação Tecnológica*, em **Revista de Administração Pública**, 26(4): 145-160, Out./Dez 1992

ROSENTHAL, David, *Capacitação Tecnológica em tempos de Globalização: Idéias para uma Agenda para o Mercosul*, em Recife: **Anais do Seminário Internacional Integração Latino-Americana Ante a Globalização**, UNICAP/NEAL, 2001

ROSENTHAL, David, *Capacitação Tecnológica: Uma Sugestão de Arcabouço Conceitual de Referência*, em David Rosenthal e Sílvio Lemos Meira Orgs.), **Os Primeiros 15 Anos da Política Nacional de Informática**, Recife: CNPq/ProTeM-CC, 1995

ROSENTHAL, David. Capacitação Tecnológica: Uma sugestão de arcabouço conceitual de referência. In: Rosenthal, David e Meira, Silvio Lemos (Orgs.). Os Primeiros 15 Anos de Política Nacional de Informática: O paradigma e sua implementação. Recife, PROTEM-CC, 1995. p73-136

SOUZA, Nali de Jesus, **Desenvolvimento Econômico**, São Paulo: Editora Atlas S.A., 1997

GIANETTI, *Brasil precisa de "decolagem suave"*, **Valor Econômico**, 20 /08/2001, Caderno A, p.3.

SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL DO CRESCIMENTO DE TUMORES

Keyla Mary Cavalheiro Mendonça[1]; Francisco Luiz dos Santos[2].

[1]Estudante do Curso de Bacharelado em Física com ênfase em Física-Médica do Departamento de Física do Centro de Ciências e Tecnologia.
[2]Professor do Departamento de Física do Centro de Ciências e Tecnologia. Líder do Grupo de Pesquisa Física-Médica e Computacional. E-mail: chico@unicap.br.

Resumo

A simulação computacional é um dos instrumentos que tem auxiliado nas pesquisas em diferentes áreas da ciência. O objetivo neste trabalho é desenvolver um modelo computacional aproximado para simulação do crescimento de tumores. Utilizamos algoritmos implementados em C/C++ para observar fatores de crescimento que influenciariam no desenvolvimento de tumores. Após várias simulações de crescimento, notamos deformidades na superfície das regiões crescidas dos aglomerados com aspectos penetrantes de poros e dendridos, além de vazios dentro da região de crescimento. Esses resultados podem ser, provavelmente, causados por um efeito de baixa adesão celular. Estudamos os possíveis mecanismos de desenvolvimento de aglomerados em forma de tumores e que podem dar o caráter benigno ou maligno.

Palavras-chave: crescimento artificial de aglomerados, mecanismos de agregação, câncer.

Introdução

O câncer é uma das doenças que causa temor nas pessoas pelo fato de ser uma das que mais mata no mundo e por não existirem vacinas ou remédios capazes de eliminá-las com eficácia. Muito tem sido feito para o entendimento e a cura do câncer, porém isso é uma tarefa árdua, pois existem ainda mecanismos desconhecidos de tumores. O estudo realizado com cobaias é caro e eticamente polêmico. A simulação computacional do crescimento de aglomerados do tipo tumor em órgãos humanos é uma alternativa importante para testes e ampliação do conhecimento sobre os mecanismos de crescimento de doenças como o câncer. Baseados nessa motivação, procuramos desenvolver um modelo computacional para simulação do crescimento de tumores que contribua para um melhor entendimento da dinâmica de desenvolvimento dessa patologia. Assim, essas ferramentas computacionais poderão auxiliar os oncologistas a realizarem testes a partir da modelagem microscópica de crescimento e seus efeitos no padrão macroscópico da forma dos aglomerados, quando comparados com imagens médicas reais.

Metodologia

Inicialmente, realizamos um breve estudo do crescimento de colônias de fungos com enfoque matemático na dinâmica de crescimento e em parâmetros geométricos. O estudo inicial foi baseado na monografia de “Simulação do Crescimento de Tumores” desenvolvida por Reis (2000), em que começamos a ter um conhecimento das técnicas de simulação computacional do crescimento de aglomerados de partículas (células) na composição de um tumor. Também realizamos um estudo dos algoritmos básicos do tipo DLA (diffusion aggregation algorithms) (GOULD, 1996). A implementação dos algoritmos foi feita na linguagem de programação de uso geral C++ Builder da Borland – Interprise, EUA. Os testes iniciais mais simples eram rapidamente feitos em linguagem Basic da Microsoft como ponto de início e discussão dos mecanismos básicos envolvidos no modelo de crescimento e depois melhor elaborados de forma mais definitiva em linguagem C/C++.

Como matriz de crescimento das células para estudo e discussão inicial dos algoritmos, utilizamos papel milimetrado, adotando-se cada elemento quadrado do papel como célula. O mecanismo básico que adotamos para o crescimento do aglomerado foi o surgimento de pontos vizinhos ao redor de pontos já ocupados, através do sorteio pela aplicação do método de Monte Carlo. A partir de uma semente no meio da matriz e da definição de seus vizinhos, ocupa-se aleatoriamente um dos seus vizinhos mais próximos. O próximo passo é considerado os novos vizinhos do aglomerados e continuar a ocupação como no passo anterior. O teste inicial foi realizado em papel milimetrado como ilustrado na Figura 1. O algoritmo que utilizamos está descrito em maiores detalhes abaixo:

Algoritmo de crescimento

1. Escolha de um ponto inicial de ocupação em algum lugar no meio da matriz de pontos desocupados (0).
2. Definição das bordas com a marcação dos vizinhos (2). Acima, abaixo e dos dois lados do último ponto ocupado (1).
3. Sorteio de um elemento da borda (2) e marcação como ocupada (1).
4. Repetir 2-3.

Legenda: (0)->desocupado; 1)->ocupado e (2)->vizinho.

Depois desse procedimento, desenvolveu-se um programa para que as simulações de crescimentos aglomerados (tumor) fossem feitas.

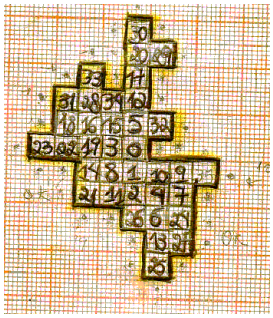


Figura 1 Crescimento de um agregado de partículas a partir da semente (o) no centro

Resultados e Discussão

As Figuras 2, 3 e 4 representam diferentes fases de crescimento artificial ou computacional de um aglomerado semelhante ao crescimento de tumor. A cor amarela representa a borda, e a cor vermelha representa área de extensão desse aglomerado de partículas. A Figura 2 representa uma fase inicial da simulação do crescimento de um tumor. Nos primeiros momentos, o crescimento já assume formas irregulares com tamanho relativo de deformidades considerado grande. Embora o tamanho relativo diminua com o crescimento do aglomerado, o tamanho absoluto, ou na mesma escala, é da mesma ordem. Isso significa que o mecanismo inicial de duplicação de células já pode embutir o grau de rugosidade atingido pelo agregado desde o início.



Figura 2 Estágio inicial de uma simulação de crescimento de tumor

Por outro lado, os vazios ou poros internos surgem a partir de um tamanho médio, fase intermediária, como ilustrado na Figura 3, e incrementa um pouco sua freqüência com o tamanho do aglomerado, aumentando os riscos de dissociação e penetrabilidade sobre as vizinhanças.



Figura 3 Estágio intermediário de uma simulação de crescimento de tumor

Embora a forma apresentada aqui tenha um formato de uma oval irregular, isso não é uma constante nas simulações. Na média, as formas apresentadas tenderiam para um círculo. No entanto é muito difícil ou raro obter um aglomerado circular.

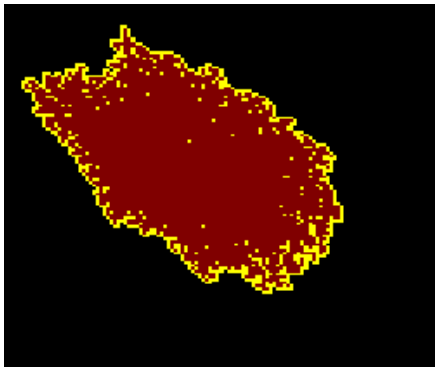


Figura 4 Estágio final de uma simulação de crescimento de tumor

Alguns fatores relevantes foram considerados na dinâmica microscópica de crescimento. O mais importante é o mecanismo compacto adotado, em que cada célula marcada só pode ser uma das vizinhas de primeira ordem de alguma outra anteriormente marcada. Após realizadas diversas vezes as simulações de crescimento de câncer, avaliou-se que apesar de admitir o mecanismo compacto de crescimento, houve poros e protuberâncias infiltrativas no corpo do tumor. Quer dizer, deformidades que penetraram no aglomerado de células, por isso têm formas irregulares ou assimétricas. Além disso, perceberam-se poros provavelmente devido a um efeito de baixa adesão celular, ou seja, processo no qual as células se reorganizam espacialmente através da força de contato entre elas.

Conclusão

Com os resultados obtidos das simulações de crescimento de tumores, estamos contribuindo com uma ferramenta para se entender melhor as causas que levam o câncer a se desenvolver. Essas simulações mostram que algumas propriedades no crescimento celular ajudam o tumor a se desenvolver e alguma delas devem estar associadas à baixa adesão celular como, por exemplo, o fato de terem sido considerados os vizinhos de primeira ordem como os candidatos os próximos sítios a serem ocupados, ou células a se tornarem cancerosa. Devido a essa característica, ocorrem protuberâncias infiltrativas, podendo ser, talvez, um fator relevante para a diferenciação de um tumor maligno e benigno. Com isso, está-se tentando desenvolver um modelo computacional de crescimento de tumores, aproximando do real.

Agradecimentos

Ao PIBIC-UNICAP, que me concedeu a oportunidade de desenvolver esse projeto, valioso para o entendimento dessa doença. Aos colegas Rosa e Everton, pela disposição em ajudar nas resoluções de dúvidas desta pesquisa.

Referências

MATEUS, César Augusto. **C++Builder 5.** São Paulo: Ed. Érica, 2001.

GOULD, H.; TOBOCHNIK, J. **An Introduction to Computer Simulation Methods**,

2 ed. New York: Addison Welley Publising, 1996.

REIS, Adriana Neves. **Simulação do Crescimento de Tumores**.. 2001. Dissertação (Mestrado em Computação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2001.

SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO: ESTUDO COMPARATIVO DO BRASIL, CORÉIA E OUTROS PAÍSES ASIÁTICOS.

Carlos Raphael Macêdo Ribeiro[1]; David Rosenthal[2]

[1] Aluno do Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais.
[2] Professor Adjunto do Departamento de Economia e Administração do Centro de Ciências Sociais.

Resumo
Este trabalho apresenta uma síntese dos resultados que, de certa forma, são parciais já que a pesquisa ainda se encontra em andamento, visando a intensificar os conhecimentos do fenômeno que é o Sistema Nacional de Inovação do Brasil e sua importância para o processo de desenvolvimento. Um dos objetivos do trabalho até aqui desenvolvido é verificar a participação da empresa nacional na introdução de Inovação Tecnológica no Brasil, realizando um estudo comparativo com a Coréia e outros países asiáticos. Os resultados obtidos têm como base um amplo levantamento de dados e informações disponíveis em sites e na Internet em geral. A principal conclusão que se pode tirar, até o momento, é que as pesquisas científicas realizadas no Brasil estão em um bom nível, mas, quando o assunto é "patente", o país deixa a desejar. Esse fato deve-se à falta de empresas brasileiras de capital nacional capazes de concorrer, em condições de igualdade, com outras empresas no mercado internacional, no que diz respeito à Inovação Tecnológica. As patentes coreanas, que há 20 anos se encontravam no mesmo patamar que a brasileira, hoje se encontram em um nível muito superior.

Palavras-chave: Sistema Nacional de Inovação, inovação tecnológica, capacitação tecnológica e capacidade tecnológica.

Introdução

O problema que tem sido abordado nesta pesquisa, até o dia de hoje, é a Inovação tecnológica que o Brasil apresenta em relação aos países como Coréia e outros asiáticos, que se traduz no baixo nível de competitividade nos mercados mundiais e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento econômico.

O estímulo que é dado às pesquisas científicas, realizadas em universidades, institutos de pesquisa e nas empresas (ver Caldas, 2000), visando a gerar conhecimento que possa vir a resultar em alguma Inovação, só não tem dado melhores resultados pela falta de empresas brasileiras de capital nacional, como por exemplo, EMBRAER e PETROBRÁS, capazes de absorver esse conhecimento resultante da pesquisa desenvolvida e torná-los em inovação tecnológica, além de desenvolverem também, em seus respectivos centros, pesquisas que, em geral, resultem em novos conhecimentos.

Esse cenário brasileiro de não possuir muitas empresas nacionais competitivas no mercado internacional pode ser comprovado com uma comparação do número de patentes entre Brasil e Coréia. O país asiático detém hoje um patamar bem mais elevado no nível de patentes, apesar de, há vinte anos, ambos se situarem no mesmo patamar. Apesar de não ter acompanhado as patentes coreanas, quando o assunto é publicações de pesquisas científicas realizadas pelos países, ambos estão num mesmo patamar. Esse fato mostra que as políticas de C&T da Coréia era muito mais voltada para as empresas, no caso brasileiro, a concentração maior da política é voltada para as Universidades.

Projeto: Capacidade Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento: Sistemas Nacionais de Inovação e o Papel da Empresa Nacional. **Órgão Financiador**: UNICAP

Essa diferença existe, pois a quantidade de empresas brasileiras capacitadas para disputar o mercado internacional era muito menor que as coreanas e os estudos científicos no Brasil sempre mantiveram um nível interessante de publicações, só que a introdução desses novos conhecimentos esbarravam na falta de empresas brasileiras de capital nacional capazes de competir no mercado mundial.

Uma observação mais atenta da economia coreana mostra a diferença fundamental em educação ao Brasil, de forma que a comparação feita entre os dois resulta apenas como lamentação de fatos passados e irreversíveis. Quando os dois países tinham mercado fechado e restrições à importação, o governo coreano implementou políticas de C&T e industrial pró-ativas e agressivas. Inicialmente, o investimento em pesquisa era bancado quase que exclusivamente pelo governo. As empresas coreanas exportavam graças à sua abundância de mão-de-obra e importavam produtos com alto valor tecnológico. Graças às políticas coreanas e à cobrança pelo governo, através da penalização daqueles que tinham mau desempenho, o quadro foi invertido.

Hoje, o setor produtivo responde pela maior parte do investimento em P&D, e as indústrias coreanas são expressivas depositárias de patentes no mundo.

Mercado fechado e governo agindo agressivamente na formação de um parque industrial poderoso e inovador, esse era o panorama da Coréia, ou seja, o governo dava incentivos, mas cobrava resultados, quando o Brasil era apenas um mercado fechado com governo paternalista. Quando veio a abertura das importações, a indústria nacional não era um competidor razoável no mercado interno, quanto mais no externo.

Metodologia

Pesquisa realizada com base em uma ampla consulta bibliográfica e de periódicos, tendo-se utilizado, também, bancos de dados disponíveis na Internet, como o banco da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei) e também o da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet). Além de leituras diárias de jornais, revista e artigos, como Gazeta Mercantil, Valor Econômico, Jornal da Ciência, entre outros.

De início, foram levantados dados sobre as legislações de Ciência e Tecnologia (C&T) do Brasil, disponível no site do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e da Coréia, encontrado no site do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Com base nessas informações, foi possível uma melhor visualização dos fatores que contribuem para os diferentes níveis atingidos, seja de patentes ou mesmo de capacitação tecnológica.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento econômico de uma nação depende de sua capacidade de gerar e introduzir inovações tecnológicas em seu sistema produtivo, já que estas atuam no processo produtivo ampliando a produtividade.

Os gastos em P&D constituem fortes indicadores utilizados para medir a capacidade das empresas.

As quatro grandes metas do Plano da Coréia buscam o aumento do investimento público em P&D (ver Tabela); o estabelecimento de uma coordenação interministerial para aumentar a eficiência e a eficácia dos investimentos em P&D; a elaboração e apoio a projetos prioritários estratégicos vitais para a ampliação da competitividade da economia do país e a melhoria da gestão de C&T com vistas a tornar mais ágil o desenvolvimento de novas tecnologias.

Tabela - Investimento público em P&D previsto no Plano Qüinqüenal de Inovação em C&T. (Dados respectivos à Coréia)

Anos

Atividades	1998	2002
Participação no Orçamento Público	3,4%	5,0%
Fundo de promoção da Ciência e Tecnologia	570,8 bilhões de Won	1 Trilhão de Won
Financiamento a Instituições Públicas de P&D	2,6%	4,0%

Fonte: MOST, 1996.

Essa tabela demonstra o aumento do investimento público em P&D, comparando o ano de 1998 com o de 2002. Em 98, a participação desses investimentos no orçamento público coreano atinge 3,4%, quatro anos após encontra-se em 5,0%. Com relação ao fundo de promoção da ciência e tecnologia que estava em um patamar de 570,8 bilhões de Won em 98, atinge a excelente marca de 1 trilhão de Won, em 2002. Já o financiamento a instituições públicas saiu de 2,6% e alcançou os 4,0% no último ano.

Como é observado na tabela, as políticas adotadas pelo governo coreano surtiram o efeito esperado, elevando, em vários setores, o investimento público em P&D.

Os principais campos de atuação do Plano Qüinqüenal (1997-2002) são os seguintes:

- Programa Nacional para Tecnologias Críticas
- Programa de Promoção da Pesquisa Básica
- Programa de Capacitação de Recursos Humanos e sua utilização em C&T
- Programa “Dual Use Technology”
- Programa de Apoio à P&D na Empresa
- Programa de Melhoria da Educação em Ciência
- Programa da Infra-Estrutura de Ciência e Tecnologia
- Programa de Desenvolvimento das Tecnologias de Infra-Estrutura para o Bem-Estar Social

Conclusões

Para uma melhor análise entre Brasil e Coréia, é necessário conhecer as políticas que cada país adotou na década de 80, quando os dois países praticamente detinham o mesmo índice de patentes e a mesma quantidade de publicações de estudos científicos no exterior. As publicações entre os países permanecem no mesmo nível, só que o número de patentes do Brasil não evoluiu tanto quanto o da Coréia. Isso ocorre porque as políticas adotadas pelo governo brasileiro, em geral, são voltadas para as empresas. No caso coreano, o governo adotou uma política deliberada com objetivo de incentivar suas empresas nacionais a se capacitarem, introduzindo inovação no mercado.

Outro ponto que contribui para os diferentes níveis atingidos de patentes, é o fato de que, no Brasil, existem poucas empresas de capital nacional, entre elas estão: EMBRAER, PETROBRÁS.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus e a minha família, que sempre me deu força para a realização deste trabalho; ao Prof. David Rosenthal, por contribuir fortemente para a minha formação acadêmica; ao NEAL, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa; e à UNICAP, pela oportunidade dada para o meu crescimento.

Referências

BARROS, Hélio G. **Política Científica na Coréia: Evolução na Máxima Ciência Contida no Conhecimento.** Publicação – 2000. Disponível em: http://ftp.unb.br/UnB/ipr/rel/ipri/2000/2623.PDF

CALDAS, Ruy de A. **O Setor e a Política de Biotecnologia na Coréia.** In: **Programas de apoio a C&T na Coréia.** Publicação – 2000. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/ciencia_tecnologia/setor.asp

CASSIOLATO, José Eduardo e **LASTRES,** Helena Maria Martins. **Sistemas de Inovação: Políticas e Perspectivas.** Publicação - Maio/2000. Disponível em: **http://www.mct.gov.br/cee/revistas/parcerias8/cassiolato.pdf**

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização.** São Paulo: PAZ E TERRA, 1999.

MATESCO, Virene Roxo**; HASENCLEVER,** Lia. **O Brasil e os Desafios da Globalização.** In: VEIGA, Pedro da Motta (Org.). As empresas transnacionais e o papel na competitividade industrial e dos países: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; São Paulo: SOBEET, 2000. Pág. 161-192

ROSENTHAL, David. *Capacitação Tecnológica*: Uma sugestão de arcabouço conceitual de referência. In: ROSENTHAL, David e MEIRA, Silvio Lemos (Orgs.). **Os Primeiros 15 Anos de Política Nacional de Informática**: O paradigma e sua implementação. Recife: PROTEM-CC, 1995. p73-136

SOCIEDADE E RECAÍDA: ELEMENTOS PSICOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS IMPLICADOS NA DIFICULDADE DE MANTER A ABSTINÊNCIA EM PACIENTES DEPENDENTES DO ÁLCOOL.

Michelle Maria Campos Carvalho[1]; Marcus Túlio Caldas[2]

[1]Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;

[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa Interação Social e Familiar. E-mail: marcus_tulio@uol.com.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar como ocorre a recaída em pacientes dependentes do álcool e como objetivo específico identificar em uma população de pacientes dependentes de álcool de nossa região, os elementos psicológicos e socioculturais implicados na dificuldade de manter a abstinência. A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Prevenção Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo (CPTRA), situado na Região Metropolitana do Recife. Participaram desse estudo 10 pacientes, selecionados aleatoriamente entre a clientela do CPTRA. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi–estruturada, gravada (com a autorização dos participantes) e em seguida transcrita. Os temas abordados foram os possíveis fatores psicológicos e socioculturais implicados na recaída. Entre os resultados observou-se que os sujeitos atribuíam valores aos fatores facilitadores de recaída. A euforia foi considerada quanto aos fatores psicológicos positivos como a de maior risco. Em relação aos fatores negativos, a raiva apresentou-se na fala de quase todos os entrevistados. No que diz respeito aos fatores socioculturais, a relação com o sexo oposto é condição quase que unânime como via facilitadora para as recaídas.
Palavras-chave: Recaída, Cultura, Drogadições.

Introdução

O uso de bebidas alcoólicas é amplamente difundido em nossa sociedade ocidental, de maneira tal que podemos considerar o álcool uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo admitido e até incentivado. Seu uso, quando condizente com determinadas normas sociais, não implica maiores conseqüências. Consumido de forma excessiva, passa a ser um problema, pois dependendo da dose, da freqüência e das circunstâncias, pode provocar um quadro de dependência conhecido como alcoolismo (RAMOS, 1997). A síndrome de dependência do álcool (SDA) é definida pelo Código Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10 1993 p.74-75), como: “um conjunto de fenômenos fisiológicos ou comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância (álcool, nesse caso), ou de uma classe de substâncias, alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo de consumir drogas psicoativas”. As dificuldades no tratamento do dependente de álcool são de diversas origens: reconhecer a dependência e iniciar o tratamento, aderir ao tratamento e seguir as várias etapas necessárias para a reabilitação, além de manter-se abstinente em uma sociedade em que a oferta e o uso de bebidas alcoólicas é abundante (EDWARDS, MARSHALL E COOK, 1999; MILLER E ROLLNICK,2001; RAMOS EM RAMOS E BERTOLOTE,1997). Para a maioria das pessoas, é relativamente fácil mudar temporariamente

Projeto: Organização sociocultural e a possibilidade de enfrentamento da recaída em pacientes dependentes do álcool. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco.

qualquer comportamento indesejado; a manutenção dessa mudança, no entanto, é tarefa bem mais complexa e difícil. Em relação ao uso do álcool, a dificuldade é semelhante: parar de beber não é problema, o difícil é manter-se em abstinência. De acordo com Paulo Knapp (apud RAMOS E BERTOLOTE, 1997) a dependência química é um transtorno crônico e pela sua própria natureza tem grandes tendências a lapsos e recaídas. Segundo o mesmo autor, vários modelos de tratamento têm sido propostos e pesquisados, na tentativa de diminuir as taxas de recaída, tão elevadas entre alcoolistas em todas as partes do mundo. Ramos (em RAMOS E BERTOLOTE, 1997) considera que em qualquer uma das formas de tratamento, a tarefa mais difícil e complexa é exatamente conseguir se manter sem ter recaídas; entre outras razões pela sobreposição de elementos sócio-culturais a SDA. Entre esses elementos, o autor cita: a relação que o uso de bebidas alcoólicas estabelece com as normas e valores culturais, a influência dos pares, o comportamento da família e outras situações inter e intrapessoais.

Tylor (1974 p.10), refletindo sobre o conceito de cultura, afirma: “cultura é o conjunto de conhecimentos, crenças, artes, normas e costumes, e muitos outros hábitos e capacidades adquiridos pelos homens em suas relações como membros da sociedade”. A cultura, em seus variados aspectos, dá sentido à vida dos seres humanos, que se comportam de acordo com as normas e valores. Ordenados e expressos por uma linguagem simbólica e em conjunto, constituem o estilo de vida do grupo. Ainda se pode definir cultura como o resultado final das atitudes, idéias e condutas compartilhadas pelos membros de uma determinada sociedade, juntamente com os resultados materiais dessa cultura, isto é, as invenções, os métodos de investigação do ambiente, e o acúmulo de objetos manufaturados (MELLO FILHO, 1983). Uma cultura adquire conformação e caráter específicos graças à coerência e unidade de suas instituições sociais, tais instituições possibilitam a continuidade social e constituem os instrumentos efetivos do seu equilíbrio (op. cit).

Estudos realizados por Marlatt e Gordon (1993) redundaram no importante trabalho “Prevenção da Recaída”, no qual listam grupos de causas implicadas nas dificuldades de lidar com o tratamento e com a manutenção da abstinência. Em nosso país, Knapp e Bertolote, com a colaboração de Woitowitz e Monti (1994), reorganizaram o trabalho de Marlatt e Gordon, com amplo apoio dos autores, propondo um modelo de pesquisa e aplicação clínica voltada para a questão da prevenção da recaída. Os autores listaram seis grupos, subdivididos em questões que podem ir de nove a dezessete, essenciais na difícil tarefa de vencer a dependência e manter-se sóbrio. Os principais grupos foram divididos da seguinte forma: lidar com emoções negativas, lidar com situações difíceis, lidar com diversão e prazer, lidar com problemas físicos ou psicológicos, lidar com o hábito de usar álcool ou drogas e lidar com o tratamento. É sabido que o trabalho de Knapp e Bertolote tem sido aplicado a diferentes populações em nosso país, que apesar de semelhanças em sua organização sócio-cultural, igualmente apresentam diferenças importantes, entre elas quanto a normas e valores que determinam o comportamento masculino.

Diversos autores (NOLASCO, 1988; TREVISAN, 1998) têm chamado a atenção sobre as questões ligadas à masculinidade e a sua importância em diversas situações implicadas no comportamento masculino. Trevisan (1998) fez uma ampla revisão antropológica em que aponta as articulações socioculturais que colocam o homem, pelo simples fato de possuir o órgão genital masculino, como superior ao gênero feminino e com direitos a exprimir uma agressividade e uma sexualidade primitiva e distante de um maior envolvimento emocional. Nolasco (1988), em dissertação de mestrado, estuda como homens de classe média, de cultura urbana da zona sul do Rio de Janeiro, pensam seu próprio papel e em extensão suas relações com as mulheres. As conclusões do autor apontam para as dificuldades do homem moderno em vivenciar um outro papel, em que poderia considerar outra maneira de se relacionar consigo mesmo e com os demais; pelo medo subjacente de perder o poder masculino. Os autores concordam que o preço a pagar é sempre muito alto: distanciamento de suas emoções, alienação profissional e social, ilusão quanto ao seu papel de dominador e sensação de vazio e inutilidade existencial.

Metodologia

Amostra: a pesquisa foi desenvolvida no Centro de Prevenção Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo (CPTRA), situado na Região Metropolitana do Recife. O centro atende a dependentes do álcool, em sua maioria de baixa renda, caracterizados como tendo uma síndrome de dependência do tipo grave. Participaram desse estudo 10 pacientes, selecionados aleatoriamente entre a clientela do CPTRA.

Instrumento: o instrumento utilizado foi uma entrevista semi–estruturada, gravada (com a autorização dos participantes) e em seguida transcrita. Os temas abordados foram os possíveis fatores psicológicos e socioculturais implicados na recaída do álcool.

Procedimento: inicialmente foi feito um contato com a direção do CPTRA para apresentação do projeto. Após a autorização, foi dado início à pesquisa. Primeiro foi realizada a escolha aleatória dos 10 participantes. Após esse momento foram agendados os dias em que aconteceriam as entrevistas, sendo essas realizadas em local adequado na instituição. Não houve nenhuma recusa por parte dos pacientes escolhidos. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2003 a janeiro de 2004.

Análise de dados: foi realizada a partir da estratégia qualitativa. A partir da análise de conteúdo desde uma perspectiva de categorização dos temas surgidos nas entrevistas, segundo a proposta de Minayo (1996), buscamos encontrar elementos psicológicos e socioculturais implicados nas recaídas.

Resultados e Discussão

O trabalho apresenta como resultado os fatores psicológicos e sócio-culturais implicados na recaída de dependentes do álcool em nossa região. De acordo com o valor dado pelos sujeitos durante a entrevista, dividimos os fatores psicológicos em positivos e negativos.

Entre os fatores psicológicos apontados como positivos, encontramos: euforia, coragem, prazer e elevação de auto-estima. O fator coragem foi apontado de maneira unânime pelos entrevistados, além de ser o primeiro a ser citado.

Raiva, tristeza, depressão, medo, ansiedade, timidez, insegurança, baixa auto-estima e culpa foram apontados como fatores negativos.

Em relação aos fatores psicológicos positivos, observamos que os negativos ofereceram um leque maior de respostas.

Outro dado curioso é que o fator compulsão, freqüentemente citado por dependentes do álcool para justificar a recaída, esteve pouco presente.

Observa-se ainda que esse fator está mais ligado aos aspectos biológicos do alcoolismo que aos psicológicos e socioculturais.

Destacam-se, entre os fatores socioculturais, as relações estabelecidas com o sexo oposto, dificuldades familiares, conflitos familiares, o papel que o dependente assume diante da família e a geração de violência. Também foram citadas as festividades típicas da região e da cristandade, propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação, influência de amigos e companheiros e dificuldades na área profissional.

Vale a pena, a nível de exemplo, citar alguns dos fatores relatados como responsáveis pela recaída quando na relação com o sexo oposto: sair com uma mulher, sair com uma mulher que beba bebidas alcoólicas, buscar um desempenho sexual melhor, sentir-se “mais homem” e mais seguro de sua capacidade masculina, quando da ocorrência de relações extra conjugais, e sensação de poder e força em situações em que se sente desafiado.

Constatamos que os fatores apontados pela clientela como relevantes em suas recaídas relacionam-se diretamente com o que a psicologia social e a antropologia identificam como masculinidade, entendida esta como uma intensificação dos atributos que caracterizam culturalmente o gênero masculino.

Conclusões

A recaída da clientela dependente do álcool em nossa região está fortemente relacionada aos atributos que caracterizam culturalmente a masculinidade.

O uso de bebidas alcoólicas, por ser um fator desinibidor da agressividade e da sexualidade primitivas, seria um fator reforçador da masculinidade.

Trabalhos de prevenção terão que levar necessariamente em consideração esses elementos para responderem positivamente aos desafios da recaída.

Agradecimentos

Em especial ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pernambuco e ao Professor Orientador do Projeto.

Referências

GRIFFITH, E; MARSHALL, E. J.; COOK, C. C. H. **O tratamento do alcoolismo:** um guia para profissionais da saúde. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 1999.

KNAPP, P.; BERTOLOTE, J.M. .**Prevenção da Recaída:** Um manual para pessoas com problemas pelo uso de álcool e de drogas. 1. ed. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1994.

MARLATT, G.A.; GORDON, J. R. **Prevenção de recaída:** estratégias de manutenção no tratamento de comportamentos adictivos. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1993.

MELLO FILHO, JÚLIO de. **Concepção psicossomática:** visão atual. 3. ed. Rio de janeiro. Tempo Brasileiro, 1983.

MILLER, W. R.; ROLLNICK, S. **Entrevista Motivacional:** preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos. Porto Alegre. Artmed, 2001.

NOLASCO, Sócrates Álvares. **Identidade masculina:** um estudo sobre o homem de classe média. 1988. 176p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

RAMOS, S. P.; BERTOLOTE, J. M. **Alcoolismo hoje.** 3. ed. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997.

SCHUCKIT, M.. **Abuso de álcool e drogas:** uma orientação clínica ao diagnóstico e tratamento. Porto Alegre. Artes Médicas,1991.

SILVA, E. A.; FERRI, C. P.; FORMIGONI, M. L.O.S..Situações de recaída em pacientes dependentes de álcool e outras drogas durante o tratamento: um estudo preliminar. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria.** Rio de Janeiro, v. 44. n. 6, p 311-315, 1995.

TREVISAN, J. S. **Seis balas num buraco só:** a crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**. New York, 1974.

SUJEITOS ADULTOS E ALFABETIZADOS PORTADORES DE AFASIA: É POSSIVEL (RE)CONSTRUIR A LINGUAGEM ORAL SOBRE A ESCRITA?

Elis Leal Cavalcanti[1]; Elba Alcântara Manzi[2]

[1]Estudante do Curso de graduação plena em Fonoaudiologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas;
[2]Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa de Ciências da Linguagem, e-mail: smanzi@bol.com.br.

Resumo

O presente estudo teve como proposta investigar e discutir a relação entre o sujeito afásico, sua linguagem, seus interlocutores e suas ações sociais, identificando o papel desempenhado pela escrita no seu processo de comunicação. Foi realizado na UNICAP e teve como sujeitos quatro adultos afásicos alfabetizados que freqüentam o grupo de convivência para portadores de doenças neurológicas. Constituiu-se como um estudo descritivo apoiado em observações, entrevistas e atendimentos individuais semanais dos sujeitos em oficinas de leitura/escrita. O aluno pesquisador registrou cada encontro em um diário de campo. A partir da análise dos dados colhidos nas entrevistas e nas anotações do diário de campo, foram identificadas mudanças de comportamento como a melhora da auto-estima e das relações com seus familiares, além de discretos e significativos avanços na capacidade comunicativa desses sujeitos, tanto através da linguagem oral quanto da escrita.

Palavras-chave: distúrbios cérebro vasculares; comunicação; fonoaudiologia.

Introdução

Numa sociedade letrada, como a nossa, a linguagem escrita apresenta-se como familiar e de uso fácil. Trabalhos como os de TFOUNI (1993) discutem em que sentido a escrita aparece como possibilidade ou exigência de comunicação, dados certos contextos socioeconômicos-culturais.

Não é de hoje que se procura compreender os distúrbios da leitura e da escrita nos afásicos. Há, na literatura, uma vasta classificação desses distúrbios e a constatação que a afasia compromete a linguagem gestual, oral e a escrita, variando de grau de sujeito para sujeito.

A afasia é entendida classicamente como qualquer comprometimento do sistema nervoso central que leve a alterações no sistema lingüístico, já Fonseca (1995) refuta essa visão, baseada nas deficiências lingüísticas, apontando que "a afasia é a linguagem em funcionamento", entendendo linguagem como uma estrutura complexa que vai além do simples ato verbal; como um processo ativo que envolve uma partilha constante entre interlocutores e que não se encerra pela supressão do falar.

Num resgate histórico e cronológico no estudo da afasiologia, Fonseca (1995) faz uma retrospectiva das principais correntes que estudaram e refletiram sobre esse tema. Passando por autores como Broca, Wernicke, Goldstein, Lúria, Freud, Jakobson, Saussure, chegando até os estudos mais recentes como os de Lemos, Lecours, Lier-De Vitto.

Não existe uma relação de mais valia entre as teorias, mas diferentes concepções de sujeito, linguagem e atuação profissional. Parlato (1999) propõe, em sua dissertação de mestrado, uma análise

Projeto: Sujeitos Adultos e Alfabetizados Portadores de Afasia: É Possível (Re)construir a Linguagem Oral Sobre a Escrita? **Órgão financiador**: PIBIC / UNICAP.

do processo discursivo, voltando-se à leitura das paráfrases "enquanto efeito de interrupção, de duplicidade, de réplica, de deslocamento, de trajetos argumentativos, de contradição". Na verdade, a leitura incide sobre características da linguagem, não com o objetivo de rotulá-las, mas de atribuição de sentido e na busca de compreender o processo discursivo.

Levin (1995) aponta que existe um diálogo tônico no sujeito em que o desejo se imprime na linguagem corporal e onde o movimento não é apenas pura ação ou puro tônus muscular: "Não é o corpo que fala, mas sim o sujeito através de seus movimentos e de seu corpo".

Autores, como Santana (2001) e Coudry (1988), comentam que o processo que envolve um sujeito com manifestações afásicas vai além da "simples" perda ou alteração da fala, atinge diretamente o lugar social ocupado por esse sujeito, trazendo à tona situações fronteiriças que colocam o sujeito diante de aspectos áridos, que envolvem seu contexto familiar, afetivo, profissional, social e sua auto-imagem, fundamentais na autoria de um discurso.

Diante do exposto, justifica-se o desenvolvimento deste trabalho à medida que procurou desvelar aspectos relevantes do processo de comunicação de sujeitos afásicos alfabetizados e contribuir com estudos fonoaudiológicos nessa área.

A pesquisa constituiu-se como uma proposta de atuação e estudo interdisciplinar sobre comunicação em portadores de alterações neurológicas, fazendo parte do projeto **Inclusão social para portadores de alterações neurológicas**, mais especificamente, do subgrupo voltado para sujeitos com afasia e teve como objetivos refletir sobre a relação entre a linguagem escrita e a linguagem oral na afasiologia, sem esquecer que a "base destas questões situa-se primeiramente na explicitação dos termos da relação entre linguagem oral e escrita no interior da Neurolinguistica" (SANTANA, 2002) e criar um espaço possibilitador da integração e troca de experiências entre familiares, e sujeitos que têm entre suas várias nuances questões relacionadas às seqüelas decorrentes de distúrbios cérebro vasculares; congregando pesquisadores interessados em aprofundarem-se no conhecimento das relações biopsicosocioculturais dos sujeitos em questão.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo apoiado em observações, entrevistas e atendimentos individuais a quatro adultos alfabetizados portadores de afasia em oficinas de leitura/escrita. Inicialmente, foi feita a seleção dos sujeitos da pesquisa entre os afásicos que freqüentam o grupo de convivência para portadores de doenças neurológicas da Universidade Católica de Pernambuco, onde foi realizada a pesquisa. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: ser adulto, alfabetizado e afásico; freqüentar o grupo de convivência para portadores de doenças neurológicas; não possuir déficit auditivo relevante, deficiência mental ou distúrbio psicológico grave.

Após a seleção, realizou-se uma entrevista com os familiares dos sujeitos da pesquisa. Em seguida, procedeu-se a uma avaliação para determinar o tipo de afasia de cada sujeito e outra da sua linguagem oral e escrita.

Foram avaliadas as várias nuances que envolvem as questões orgânicas, funcionais e sociais desses sujeitos que vivem a experiência da afasia, para a construção de ações que poderiam beneficiar os sujeitos e, indiretamente, aqueles que estavam a eles relacionados.

Foram realizados atendimentos semanais individuais, com duração de, aproximadamente, quarenta minutos, nos quais foram estimulados e desenvolvidos os processos de comunicação oral dos sujeitos da pesquisa, mediados pela escrita.

Realizaram-se encontros mensais com os familiares dos afásicos com a finalidade de obter-se informações a respeito das possíveis mudanças na integração social e na qualidade comunicativa daqueles.

O aluno pesquisador organizou um diário de campo em que foram registrados os atendimentos e os encontros com os familiares dos sujeitos da pesquisa. As anotações do diário de campo, os relatos dos atendimentos e os dados das entrevistas nortearam as discussões, o desenvolvimento e análise qualitativa da pesquisa.

Além dos materiais citados, foram utilizados: gravador, filme e/ou fotografia, câmera fotográfica, filmadora, papel A4, tinta impressora, testes específicos e cadernos para anotações do aluno pesquisador.

Resultados e Discussão

A avaliação da linguagem oral revelou sintomas comuns à afasia de expressão: estereotipia verbal com automatismos, a prosódia com articulação lenta e trabalhosa da palavra, agramatismo com omissão de artigos, preposições, conjunções, de modo que a linguagem assume um caráter telegráfico, nos quatro sujeitos em graus variados. Apenas um sujeito apresentou sintomas de afasia de compreensão: parafasias literais, parafasias verbais, neologismos e jargonofasia, concluindo-se que este apresenta afasia do tipo mista.

Quanto à escrita, autores como TFOUNI (1993) discutem que ela aparece como possibilidade e exigência de comunicação dados certos contextos socioeconômicos culturais. Contudo os dados colhidos nas entrevistas revelaram que apenas um sujeito voltou a utilizá-la como meio de comunicação após o acometimento da afasia.

A avaliação revelou que dois dos sujeitos são capazes de fazer uso da mão direita (utilizada antes do acometimento cerebral) para escrever, apresentando letra legível, uma ortografia razoável e capacidade de elaborar frases isoladas. Os outros sujeitos apresentam dificuldade motora à direita, necessitando utilizar a mão esquerda para a escrita. São capazes de escrever apenas o próprio nome.

Os quatro afásicos da pesquisa encontram-se incapazes de elaborar textos. Em relação à leitura, todos os sujeitos podem realizá-la, porém têm dificuldades na interpretação dos textos.

A metodologia empregada nas oficinas de leitura/escrita foi fundamentada em Santana, 2002: a leitura e a escrita devem ser significativas. As atividades propostas devem ser do interesse do sujeito: fazer lista de compras, escrever cartas ou bilhetes, receitas culinárias.

Ao apresentar alguma dificuldade com alguma palavra, o interlocutor pode ajudá-lo sugerindo a letra oralmente ou visualmente. Enfim, o terapeuta deve ser um co-autor dos textos escritos pelo afásico. Através da vivência com as situações significativas de linguagem escrita, o sujeito vai readquirindo, aos poucos, sua linguagem.

O terapeuta deve ter o papel de interlocutor privilegiado, compreendendo as dificuldades, analisando os processos de leitura e escrita e propondo meios alternativos para superá-las. Deve propor, completar vazios, interpretar gestos, expressões corporais e faciais, já que esses aspectos são importantes para que o sujeito, com afasia, continue sendo um sujeito da/na linguagem, participando de diálogos, lendo e escrevendo, apesar de suas dificuldades.

Os resultados apresentados até o momento indicam avanços discretos, porém significativos em relação ao processo de comunicação dos afásicos, tanto através da linguagem oral quanto da linguagem escrita.

Observa-se uma melhora da auto-imagem dos sujeitos e das relações com seus familiares, à medida que participam das atividades das oficinas de leitura/escrita. Os afásicos apresentam-se bastante motivados a realizar as atividades propostas, havendo uma melhora de humor a cada encontro.

Conclusões

A análise qualitativa dos dados colhidos, através do diário de campo, das entrevistas e avaliações, confirma a influência da atividade da escrita/leitura na "(re)construção" da linguagem oral do sujeito afásico, assim como sua importância para a comunicação.

Percebe-se a relação entre os avanços na capacidade comunicativa e benefícios em aspectos biopsicosocioculturais dos afásicos, como melhora da auto-estima e da relação com seus familiares.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, aos sujeitos da pesquisa e seus familiares, ao PIBIC/UNICAP, a meus pais e irmãos, a Nelson, a meus amigos.

Referências

COUDRY, M.I.H. **Diário de Narciso:** discurso e afasia. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FONSECA, S.C.Da. **Afasia:** a fala em sofrimento. 1995. 147 f Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LEVIN, E. **A garatuja como vestígio das letras.** Estilos de Clínica. Instituto de Psicologia, universidade de São Paulo. Vol 1, n1. São Paulo, 1995.

PARLATO. E.M. **Da impossibilidade de dizer o mesmo:** reflexão sobre a paráfrase no discurso de sujeitos afásicos. Tese de Mestrado. Curso de Lingüística: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. Campinas, 1999.

SANTANA, Ana Paula. Da Escrita à fala: reflexões da afasiologia. In. **Revista Fonoaudiologia Brasil**. v.1, n. 2. São Paulo, 2001.

SANTANA, Ana Paula. **Escrita e Afasia:** O lugar da linguagem escrita na afasiologia. São Paulo. Plexus Editora, 2002.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Papirus, 1993.

TÉCNICAS DE ESCALONAMENTO PARA BANCO DE DADOS DE TEMPO-REAL

José Henrique Lins Neto[1] ; Maria Lígia Barbosa Perkusich[2]

[1]Estudante do Curso de Ciências da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciência e Tecnologia; e-mail: elins@dei.unicap.br.
[2]Professora do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciência e Tecnologia. Participante do Grupo de Pesquisa 'Tecnologia da Informação'; e-mail: ligia@dei.unicap.br.

Resumo

Este trabalho apresenta um modelo baseado em Redes de Petri Coloridas (CPN) que permite analisar o escalamento de transações de Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados em Tempo-Real (SGBD-TR). As transações podem ser *periódicas* com prazos *estritos* ou *suaves* e *esporádicas* com prazos *estritos.* O modelo considera mecanismos de controle de concorrência semântico para a negociação entre a consistência lógica e temporal dos dados e transações de acordo com as necessidades da aplicação. Para a análise do escalonamento, várias condições semânticas foram consideradas. Em nenhuma delas, observou-se a inconsistência temporal dos dados e das transações. Quando a consistência lógica foi sacrificada, uma imprecisão foi introduzida ao banco de dados, no entanto, dentro dos limites definidos a priori.

Palavras-chave: Banco de Dados de Tempo-Real; Redes de Petri; escalonamento.

Introdução

Atualmente podemos identificar várias aplicações que envolvem o processamento de grandes volumes de dados com restrições temporais. Entre essas aplicações, estão os sistemas de controle de tráfego aéreo, sistemas para monitoramento de energia nuclear e robótica. Geralmente esses sistemas precisam interagir com o ambiente continuamente para obter dados, que podem ter um tempo de vida limitado e utilizá-los no processamento de atividades que devem produzir respostas em tempo-real. Os SGBD-TR são adequados para tratar com tais aplicações, pois apresentam as características necessárias para tratar com dados e transações com restrições temporais.

Atualmente, questões como modelo de dados, controle de concorrência e escalonamento de transações entre outras, estão sendo pesquisadas e desenvolvidas para SGBD-TR [LINDSTRON, 2003; RIBEIRO, 2003].

Neste trabalho de pesquisa, o foco é a investigação de um modelo, baseado em CPN [JENSEN, 1998], para análise de escalonamento de transações periódicas com prazos estritos ou suaves e esporádicas, com prazos estritos para SGBD-TR, considerando mecanismos de controle de concorrência semântico. Buscamos, assim, definir um modelo para análise de escalonamento de transações em um SGBD-TR, que forneça uma transparência de complexidade e permita uma maior produtividade para os desenvolvedores de "software", que usam esses sistemas. Além disso busca-se criar uma documentação sobre os recursos a serem utilizados na construção do modelo, permitindo assim um maior entendimento das funcionalidades oferecidas e servir como base para projetos futuros.

Projeto: Escalonamento e Controle de Concorrência em Banco de Dados em Tempo-Real. **Órgão Financiador**: PIBIC UNICAP.

Metodologia

Para desenvolver este trabalho, inicialmente, fizemos um estudo geral dos conceitos fundamentais de SGBD-TR [PERKUSICH et al, 2000] e CPN [JENSEN, 1998]. Em seguida, aprofundamo-nos em técnicas de controle de concorrência para SGBD-TR, mais especificamente em uma técnica de controle de concorrência semântico, denominada *Técnica de Bloqueio Semântico* [DIPIPPO, 1997]. A *Técnica de Bloqueio Semântico* utiliza conhecimento específico sobre uma aplicação para determinar quais as transações que podem ser executadas concorrentemente em um SGBD-TR. Tal técnica suporta consistência lógica e temporal dos dados e transações e permite a negociação entre elas. A técnica também controla a imprecisão resultante dessa negociação. Nessa técnica, o controle de concorrência é distribuído entre os vários objetos do SGBD-TR e, para cada objeto, define-se uma *função de compatibilidade* que controla o acesso concorrente aos seus métodos e acumula a imprecisão gerada no sistema. Essa técnica suporta consistência lógica de dados e transações através da definição de funções similares às técnicas de controle de concorrência para BDs convencionais. Ela suporta consistência temporal dos dados por permitir a negociação entre consistência lógica e consistência temporal e suporta consistência temporal das transações por permitir a especificação de escalonamentos mais flexíveis que aqueles permitidos por serialização. Além disso, essa técnica pode especificar e limitar alguma imprecisão no contexto *Epsilon Serializability* [DIPIPPO, 1997], que possa surgir no sistema devido ao relaxamento da serialização.

Para análise do modelo, consideramos um conjunto finito de transações periódicas e esporádicas em tempo-real modeladas em CPN, em que, onde para cada transação T_i, foram definidos os parâmetros temporais (tl_i,tc_i,pr_i,pe_i), onde: tl_i é o tempo de liberação da transação, isto é, o momento no qual todos os recursos necessários à execução da transação T_i estão disponíveis. A partir desse momento, a transação estará pronta para ser executada; tc_i representa o tempo computacional da transação, isto é, o tempo de processamento necessário para executá-la; pr_i especifica o prazo máximo para execução da transação T_i, e pe_i indica a periodicidade da transação. O esquema geral do sistema, mostrado na Figura 1, é dividido em duas camadas funcionais: relógios e transações. A camada dos relógios é subdividida em relógio global e relógio local. O relógio global dita o tempo total do sistema e os relógios locais definem os parâmetros temporais das transações. Para cada transação, existe um relógio local sincronizado ao relógio global. A camada transação é composta pelo lugar de ativação das transações, e pela transação, propriamente dita. Para cada transação, existe um modelo CPN. Assim, o sistema é composto por um conjunto de *n* transações modeladas por *n* modelos CPN. Esse esquema de modelagem para transações foi adotado devido à facilidade para analisar o escalonamento das transações, visto que, para saber se uma transação cumpriu o prazo ou não, basta apenas, através da geração do espaço de estados, verificar as marcações do lugar *Ativação* no modelo CPN daquela transação.

Resultados e discussão

Agora vamos considerar o modelo baseado em CPN apresentado na Figura 2, que foi usado para análise do controle de concorrência semântico e do escalonamento. Neste trabalho enfatizamos a análise escalonamento.

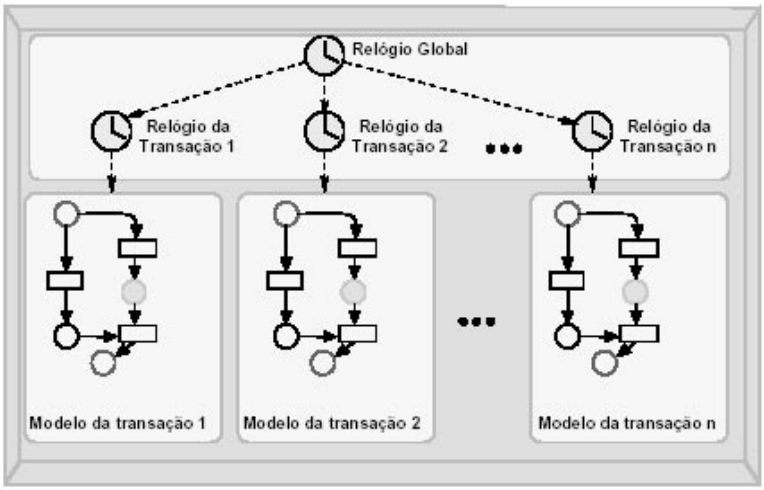


Figura 1: Esquema Geral do Sistema

Temos um *objeto banco de dados*, que pode ser acessado por diferentes transações concorrentemente. Para o objeto banco de dados, foram modeladas três funções de compatibilidade que determinam as situações nas quais as transações podem ser executadas concorrentemente. Assim, vamos considerar quatro diferentes tipos de transações: **1**. a *transação 1* é de atualização periódica com prazo estrito; **2**. a *transação 2* é de atualização esporádica com prazo estrito; **3.** a *transação 3* é de leitura periódica com prazo estrito, e **4.** a *transação 4* é de leitura periódica com prazo suave.

O seguinte cenário foi utilizado para a análise do escalonamento, considerando as transações definidas: atualização no objeto banco de dados, executando as transações representadas pelos pares Atualiza1, Acessa1 e Atualiza2, Acessa2, modeladas como apresentado na CPN da Figura 2, bem como a leitura do objeto banco de dados executando as transações representadas pelos pares LeituraEstrita, AcessaOBD e LeituraSuave, AcessaOBDS, como mostrado também no modelo CPN apresentado na mesma figura.

Para analisar a atualização e a leitura no objeto de banco de dados, temos: marcação inicial do lugar Inicia1, indicando que a transação para atualização de itens de dados no banco de dados está pronta para ser executada. Marcação inicial do lugar Inicia2, indicando que a transação, para atualização no banco de dados, está pronta para ser executada. Marcação inicial do lugar IniciaLeitura, indicando que a transação para leitura da quantidade de itens de dados, no banco de dados, já pode ser executada. Marcação inicial do lugar Inicia-Leitura Suave, indicando que a transação para leitura da quantidade de itens de dados, no banco de dados, está pronta para ser executada.

Na análise do escalonamento, utilizamos o grafo de ocorrência, considerando a execução concorrente das transações, para definir a seqüência, ou seqüências, de escalonamento. O grafo de ocorrência gerado para análise do modelo é temporizado, isto é, cada nó representa um estado do sistema que contém um valor de tempo associado e uma marcação temporizada. Devido ao comportamento periódico de uma aplicação de tempo-real, o grafo de ocorrência precisa ser limitado através de um critério de parada determinado. Para isso, introduzimos o lugar Critério de Parada no modelo CPN dos relógios. A marcação inicial desse lugar é definida pelo algoritmo de escalonamento *Rate Monotonic* [PERKUSICH et al, 2000].

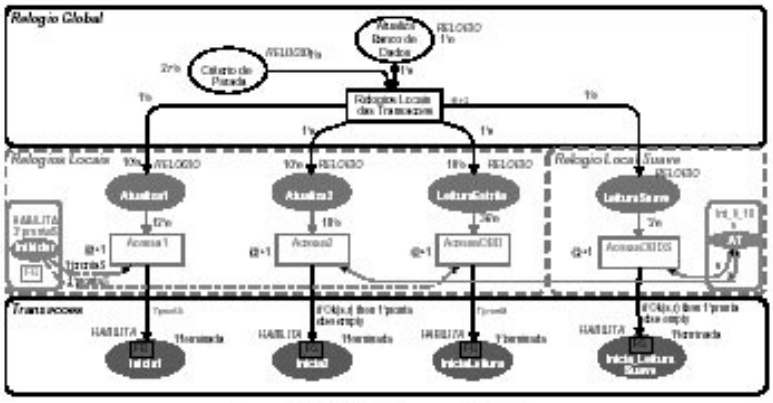


Figura 2: Modelo CPN para os Relógios

Conclusões

Nesse trabalho, apresentamos um modelo, baseado em CPN, para analisar o escalonamento de transações em um SGBD-TR. A análise do escalonamento foi desenvolvida considerando um conjunto de transações *periódicas* com prazos *estritos* e *suaves* e *esporádicas* com prazos *estritos*, e uma técnica de controle de concorrência baseado em informação semântica que permite a negociação entre consistência lógica e temporal de acordo com as necessidades da aplicação. A ferramenta Design CPN foi usada no processo de modelagem das transações e análise do escalonamento das mesmas. Realizamos a análise do escalonamento, considerando várias condições semânticas. Em nenhuma das situações, observou-se a inconsistência temporal dos dados e das transações. Quando a consistência lógica foi sacrificada, uma imprecisão foi introduzida ao banco de dados, no entanto, dentro dos limites definidos, em uma função de compatibilidade, usada pela técnica de controle de concorrência semântico.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela saúde a mim conferida.

Referências

DIPIPPO L. C. Object-based semantic real-time concurrency control with bounded imprecision. Technical report, University of Rhode Island, TR96-247, 1997.

JENSEN K. An introduction to the practical use of coloured petri nets. In Lectures on Petri Nets II: Applications. Springer, 1998.

LINDSTRON, J. Optimistic Concurrency Control Methods for Real Time Databases. PhD Thesis, Department of Computer Science, University of Helsinki, Finlandi, 2003.

RIBEIRO, P. F.; PERKUSICH, M. L. B.; PERKUSICH, A. A Formal Especification of the Seriazibility Considering Quality of Service. IEEE Systems, Man and Cybernetics Conference. Hyatt Regency, Washigton, USA, 2003.

PERKUSICH, M. L. B. Um Método Baseado em Redes de Petri para Modelagem de Banco de Dados em Tempo-Real, Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Engenharia Elétrica, CCT/ UFPB, Campina Grande, 2000.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E MODELOS APLICADOS À GENÉTICA E À BIOLOGIA MOLECULAR

Daniela Santiago Vilar[1] ; Tânia Maria de Oliveira Neri[2]

[1]Estudante do Curso de Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologias;
[2]Professora do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas Participante do Grupo de Pesquisa Tecnologias da Informação E-mail: tneri@unicap.br

Resumo

Nas últimas décadas, a biotecnologia ganhou um grande impulso com o surgimento da Engenharia Genética, a qual corresponde a um conjunto de técnicas que permite a manipulação do DNA. Através desse princípio, é possível mapear os genes nos cromossomos e até determinar a seqüência gênica.

Esse tipo de informação, referente a seqüenciamento de genoma, é gerado em larga escala e alta velocidade. As tecnologias da informação e comunicação oferecem possibilidades de disponibilizar tais informações.

A Bioinformática é a área de atuação que tem a computação como atividade meio aplicada ao desenvolvimento das ciências biológicas (ATTWOOD et al, 1999;GIBAS, 2001).

Este projeto de iniciação científica descreverá inicialmente conhecimentos básicos de biologia molecular e genética para dar base ao estudo principal deste trabalho, que é a descrição de ferramentas computacionais que tornam possível conhecer detalhadamente seqüências gênicas, estruturas e funções protéicas e os padrões de expressões dos genes, fornecendo, assim, a habilidade de entender como a vida funciona do modo mais exato possível. Estando implícita nessa expectativa a habilidade de manipular os seres vivos com precisão e exatidão (BAXEVANIS et al, 2001).
Palavras-chave: Bioinformática; Projeto Genoma; sistemas da informação; seqüência gênica.

Introdução

Para se entender o significado da “construção de uma molécula de DNA recombinante”, é preciso ter em mente que o DNA é a principal chave de todo o enigma da vida. O DNA especifica nos mínimos detalhes o que cada célula de cada planta ou animal é capaz de realizar. No entanto, apesar de sua imensa responsabilidade na criação e no desenvolvimento da vida, o DNA é uma molécula tão simples e monotonamente repetitiva, que, por muito tempo, foi difícil aceitá-lo como a substância que guarda toda a informação hereditária requerida para o desenvolvimento de um organismo (ALBERTS et. Al 2002).

A manipulação do DNA significa, em sua essência, a manipulação da vida.

A imagem do DNA, até então inviolável, passou a ser manipulada por cientistas através da Biologia Molecular e da Engenharia Genética. Os genes (unidades fundamentais da vida contidas no DNA) podem agora ser isolados, alterados, reproduzidos e transplantados de um para outro organismo vivo.

Quando uma parte do DNA é replicada incorretamente, e o erro não é corrigido pela maquinaria de reparo da célula, ocorre à mutação (FARAH , 2000).

As mutações podem causar graves efeitos ao fenótipo do organismo ou podem não provocar efeitos aparentes. Ao longo do tempo, as mutações que trouxeram benefícios ou não causaram danos

Projeto: Tecnologias da Informação e Modelos Aplicados à Genética e Biologia Molecular. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP.

às espécies se fixaram na população, fazendo com que a forma mutante do gene esteja presente com uma certa freqüência em indivíduos de uma determinada espécie. Em um futuro distante, as mutações podem-se acumular, favorecendo o surgimento de novas espécies.

Como as mutações costumam ser preservadas caso sejam funcionalmente úteis ou, pelo menos, inofensivas, partes com funções importantes de seqüências tendem a ser preservadas para que permaneçam constantes no processo evolutivo. Por outro lado, seqüências não funcionais ou não codificantes são bastante diferentes entre si. Essa tendência de preservar seqüências funcionalmente importantes é a base para o campo de análise de seqüências, pois permite a previsão de conexões evolutivas correspondentes na seqüência.

Dessa forma, uma verdadeira revolução está mudando a Biologia: é o uso cada vez maior de computadores nas pesquisas sobre os seres vivos. Essa progressão tem sido tão avassaladora, que já existem não apenas uma, mas várias subespecialidades da Biologia e da Informática, que se entrelaçam, formando um mosaico multidisciplinar riquíssimo, onde aos poucos a antiga distinção entre as duas áreas se dissolve .

A Bioinformática tem como objetivo desenvolver e aplicar técnicas computacionais no estudo de Genética, Biologia Molecular e Bioquímica. Entre outras coisas, ela é essencial para a construção de bases de dados e comparação desses dados contendo informação sobre os genes e as proteínas dos organismos vivos, para a descoberta de novos genes, e de novos medicamentos (ATTWOOD et al, 1999).

A existência do Projeto Genoma indica a intenção para o uso de dados que ele gera. Os objetivos implícitos na Biologia Molecular moderna, com o auxílio da Bioinformática, são, de maneira simplificada, ler os genomas completos de todos os seres vivos, identificar cada gene, combinar cada gene com a proteína que ele codifica, determinar a estrutura e a função de cada proteína (Genoma & Genética, 2004).

A expectativa é de através de ferramentas computacionais conhecer detalhadamente a seqüência gênica, a estrutura e as funções protéicas e os padrões de expressões dos genes, fornecendo, assim, a habilidade de entender como a vida funciona do modo mais exato possível. Esta implícita, nessa expectativa, a habilidade de manipular os seres vivos com precisão e exatidão (PENNINGTON et al, 2001; SABBATINI, 2003).

É possível, através do estudo comparativo de seqüências de DNA, desenvolver métodos quantitativos para entender quando e como as mutações ocorreram, e também a maneira e o objetivo que as levou a serem preservadas em populações e espécies diferentes. A genômica e a bioinformática (a produção de dados genômicos e o desenvolvimento de ferramentas para analisá-los) possibilitam o estudo do registro evolutivo e a obtenção de crescentes dados quantitativos sobre a relação evolutiva de uma espécie para outra.

Por tudo isso se dá à importância de se conhecer melhor as ferramentas de bioinformática que serão apresentadas neste projeto.

Metodologia

As seqüências de nucleotídeos de DNA e RNA e as seqüências de aminoácidos das proteínas são reduzidas com clareza a seqüências de caracteres, em que uma única letra representa um único nucleotídeo ou aminoácido. Os desafios restantes da representação de dados de seqüências são verificar se os dados estão corretos, anotá-los sistematicamente e manusear dados que se manifestam em fragmentos cada vez maiores, como a seqüência de cromossomos e os genomas completos.

O primeiro banco de dados de seqüências de DNA, estabelecido em 1979, foi o GSDB (*Gene Sequence Database*). Embora o GSDB tenha sido suplantado pela colaboração mundial que é o moderno GenBank (GenBank, 2004).

Sendo o GenBank de fácil acesso e com uma grande quantidade de informações, uma maior compreensão relativa a bancos de dados públicos se deu através dele.

Há duas formas de pesquisar no GenBank: a primeira é utilizar uma consulta baseada em texto para pesquisar as anotações associadas a cada entrada de seqüência de DNA no banco de dados; a segunda é utilizar um método denominado BLAST para comparar uma seqüência de DNA (ou proteína) pesquisada com um banco de dados de seqüências KORTH et al, 1997).

Resultados e Discussão

Com uma seqüência, cujo gene não é conhecido, é possível fazer experiências, no GenBank, bastante interessantes.

Para o experimento deste projeto, foi utilizada uma seqüência de DNA, aleatória, descrita abaixo:

ATT TGC TTC TGA CAC AAC TGT GTT CAC TAG CAA CCT CAA ACA GAC ACC ATG GTG CAC CTG ACT CCT GAG GAG AAG TCT GCC GTT ACT GCC CTG TGG GGC AAG GTG AAC GTG GAT GAA GTT GGT GGT GAG GCC CTG GGC AGG CTG CTG GTG GTC TAC CCT TGG ACC CAG AGG TTC TTT GAG TCC TTT GGG GAT CTG TCC ACT CCT GAT GCT GTT ATG GGC AAC CCT AAG GTG AAG GCT

Como ponto de partida, tínhamos a necessidade de descobrir que seqüência era essa. De que organismo essa seqüência podia ser derivada. E qual a seqüência de aminoácidos da proteína formada a partir dessa seqüência.

Para desvendarmos tais perguntas, em primeiro lugar foi preciso nos familiarizar com o NCBI (National Center for Biotechnology Information). Os passos para chegarmos nas respostas das perguntas citadas seguem abaixo:

Foi acessado o NCBI através do endereço http://www.ncbi.nlm.nih.gov/

O primeiro passo consistiu em utilizar o BLAST, que é uma importante ferramenta em pesquisa por alinhamento de seqüências.

Neste momento, especificamos a seqüência aleatória, já descrita, utilizada no experimento.

O resultado da busca por seqüências, que eram idênticas ou similares à nossa seqüência é apresentado na forma de porcentagem.

Para a compreensão da forma como os resultados são apresentados, existem alguns pontos importantes a serem descritos:

a) as cores preto, azul, verde, rosa e vermelho indicam o quanto a seqüência é similar àquela que utilizamos para fazer a busca;

b) a linha grossa vermelha inicial representa a nossa seqüência;

c) todas as outras linhas vermelhas seguintes representam uma seqüência encontrada no GenBank, que apresenta homologia com a seqüência que introduzimos;

d) a primeira seqüência escrita, neste caso, “Homo sapiens hemoglobin, beta...”. É a seqüência que tem maior homologia com a seqüência que utilizamos na busca.

O experimento permitiu obter resultados importantes referentes à seqüência utilizada:

1- como em vermelho estão as seqüências com maior homologia. Todas as seqüências apresentadas tem grande homologia com a nossa seqüência.

2- o diagrama mostra que parte das seqüências se sobrepõe com as outras seqüências. Logo, da quinta a décima terceira linha, de cima para baixo, não apresentam homologia com a nossa seqüência desde o início;

3- o gene referente à seqüência que tem maior homologia com a seqüência utilizada na busca deve ser o gene de tal.

Logo, foi possível responder às duas perguntas iniciais do experimento: 1) que seqüência era essa? Beta hemoglobina. 2) de que organismo essa seqüência podia ser derivada? Homo sapiens.

Conclusões

O desenvolvimento desse trabalho permitiu o conhecimento da tecnologia da informação e comunicação necessárias para se trabalhar com genética molecular. Foi possível compreender e interagir com ferramentas computacionais que tornam possível o armazenamento e a disponibilização de informações e com isso formular teses baseadas no estudo de seqüências de genoma.

Esse novo processo, existente através da integração e desenvolvimento de tecnologias, mais especificamente da Bioinformática, viabiliza trabalhos colaborativos que são fundamentais para a construção de conhecimentos, principalmente quando o tipo de informação é gerado em larga escala e alta velocidade, como é o caso dos mapeamentos e codificações genéticas.

Agradecimentos

Agradeço, em especial, à Professora Tânia Neri, pelo apoio e colaboração.

Referências

ALBERTS, B.; BRAY, D.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WATSON, J. D. Molecular Biology of the Cell, 4ª Ed. New York and London. Garland Science Publishing, 2002.

ATTWOOD, T. K.; PARRY-SMITH, D. J. Introduction to Bioinformatics. Ed. Longman, 1999

BAXEVANIS A. D.; OVELLETTE, B. F. F. Bioinformatics: a pratical guide to the analysis of genes and proteins. Ed. Wiley Interscience, 2001

FARAH, S. B. DNA: Segredos e Mistérios. Ed. Sarvier, São Paulo, 2000.
Genoma & Genética; O que é o Genoma? www.users.hotlink.com.br/cesar/genome.htm, 2004.

GenBank; Seqüências de ácidos nucléicos. www.ncbi.nlm.nih.gov:80/entrez/query.fcgi?db, 2004

GIBAS, C.; JAMBECK, P. Desenvolvendo Bioinformática: ferramentas de software para aplicação em biologia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KORTH, H.F.; SILBERSCHATZ, A.; SUDARSHAN, S. Database Systems Concepts. 3ª Ed. McGraw Hill, Inc., 1997

NCBI. http://www.ncbi.nlm.nih.gov, 2004.

PENNINGTON, S. R.; DUNN M. Y. Proteomics: from protein sequence to function BIOS, Ed. Trowbridge 2001.

SABBATINI, R.M.E.; Bioinformática: A Profissão do Futuro. www.epub.org.br/correio/cp990430.htm, 2003.

TIPOLOGIA BIOÉTICA DE PARECERES EMITIDOS PELOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA NO RECIFE[1]

Walleska Romena de Sousa Costa[1]; Degislando Nóbrega de Lima[2]

1. Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: wallcosta@bol.com.br;
2.Professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Participante do Grupo de Pesquisa "Fé e Cultura Urbana". E-mail: degis@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa visa a mostrar a relevância social dos CEP's através de uma tipologização bioética dos projetos de pesquisa submetidos à análise dos Comitês de Ética em Pesquisa do Recife. E toma como base os pareceres emitidos no ano de 2002, cujos conteúdos consistiram em restrições com pedido de adequação ou tenham sido reprovados. Para tanto, além da apropriação bibliográfica de temas referentes à bioética, aos seus princípios e à pesquisa em seres humanos, fez-se necessário o acesso aos arquivos dos CEP's. Os resultados atuais da pesquisa refletem apenas a situação do CEP-IMIP, uma vez que ainda não foi possível o acesso aos protocolos dos CEP's da UFPE e da UPE. Verificamos que mais de 60% dos projetos com alguma restrição referem-se a falhas no TCLE. Observamos também elementos relativos à relação entre metodologia e ética e à fiscalização dos projetos aprovados e à correlação desses projetos aprovados ou não pelos CEPs com o aspecto ético teológico.

Palavras-chave: bioética; CEPs; ética teológica.

Introdução

A bioética é uma ciência que combina o conhecimento biológico (bio) com o conhecimento dos sistemas de valores humanos (ética).

Ela é multidisciplinar e a sua relevância se dá pela proteção da vida humana frente ao crescente desenvolvimento tecnológico e científico.

O tema do valor e dos limites da pesquisa em e com humanos é um dos mais graves e, por sua vez, levou ao estabelecimento da bioética. A preocupação é tanta que foram criados comitês de ética clínica e em pesquisa para acompanhar e defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade, visando a salvaguardar a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar desses sujeitos.

O primeiro comitê de ética foi criado em Washington e data de 1962. Entretanto, apenas em 1992, foi introduzida a bioética no Brasil. E somente em 1996, foi criada a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que elaborou as diretrizes de ética em pesquisa com seres humanos, expressas na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. A Conep trabalha em parceria com os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), que são de suma importância tanto para a sociedade quanto para a própria bioética e seus princípios, pois, uma vez instalados em hospitais e universidades, esses comitês analisam a consideração de princípios bioéticos na formulação de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos. Nesse sentido, o documento mais importante a ser considerado é o Termo

[1] **Projeto:** Tipologia Bioética de Pareceres Emitidos pelos Comitês de Ética em Pesquisa no Recife. **Órgão Financiador**: Universidade Católica de Pernambuco

de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, esta pesquisa se concentrou na análise dos pareceres emitidos sobre projetos de pesquisa no ano de 2002, cujas decisões consistiram em restrições com pedido de adequação como condição de uma posterior aprovação ou em completa rejeição. Procedeu-se à análise dos pareceres em vista da elaboração da tipologia bioética dos problemas trazidos pelo desenvolvimento da pesquisa, envolvendo seres humanos, no Recife. Foi possível, também, constatar que aspectos possuem maior relevância para os CEPs na hora de aprovar ou não um projeto; e se os mesmos têm condições de fiscalizar se os projetos rejeitados estão sendo executados. Através da apropriação bibliográfica abrangendo questões de bioética geral e especificamente referentes à atuação dos CEPs, foi possível analisar a relevância social dos CEPs, assim como a posição ético-teológica relativa à pesquisa envolvendo seres humanos.

Metodologia

A pesquisa está sendo realizada através de um extenso levantamento bibliográfico de temas referentes à bioética e aos seus princípios, à compreensão da pesquisa envolvendo seres humanos, ao histórico da constituição dos CEPs e sua importância, aos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos e a posição da Teologia Moral no que concerne às pesquisas em seres humanos. Fez-se necessária pesquisa de campo em CEPs de instituições no Recife, com a finalidade de analisar os protocolos de projetos de pesquisa do ano de 2002, e, a partir daí, traçar critérios de uma tipologia bioética.

Resultados e Discussão

A bioética, segundo a definição da Encylopedia of Bioethics, é "o estudo sistemático do comportamento humano na área das ciências da vida e dos cuidados da saúde, quando se examina esse comportamento à luz dos valores e dos princípios morais".[1] Ela busca dar respostas satisfatórias para a sociedade no que se refere aos avanços da genética, da bioquímica, da microbiologia, da biotecnologia e aos limites ético-científicos das pesquisas em seres humanos.

Para tanto, foram elaborados alguns documentos internacionais que estabelecem normas para a pesquisa médica em seres humanos. Desses os mais importantes foram o Código de Nuremberg, com o estabelecimento do "consentimento voluntário" e a Declaração de Helsinque, a qual estipula que os protocolos de pesquisa devem ser encaminhados para uma comissão independente para serem examinados. Foi, porém, o Informe Belmont que estipulou princípios éticos básicos que deviam nortear a experimentação em seres humanos: o respeito pela pessoa (autonomia), a beneficência e a justiça. Acrescenta Léo Pessini que o respeito pelas pessoas incorpora pelo menos duas convicções éticas: "que as pessoas deveriam ser tratadas como entes autônomos; que as pessoas cuja autonomia está diminuída devem ser objeto de proteção".[3]

Dando ênfase ao princípio da autonomia, foi elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um documento intitulado "Diretrizes Internacionais propostas para a pesquisa biomédica em seres humanos". O mesmo foi traduzido e publicado pelo Ministério da Saúde do Brasil (1985). Posteriormente, foi publicada a Resolução n°01/88, que, apesar da importância, não acompanhou o

---

[1] W.T.REICH (Org.), **Encyclopedia of Bioethics**, New York, 1978, v.1, Introduzione, p.19. Apud BELLINO, Francesco. **Fundamentos da Bioética**: aspectos antropológico, ontológicos e morais. São Paulo: EDUSC, 1997. p.12.

[3] PESSINi, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul (organizadores). **Fundamentos de Bioética.**São Paulo: Paulus, 1996. p. 52.

desenvolvimento tecnológico e científico ocorrido em nível mundial. Por isso, foi designado um Grupo executivo de Trabalho-GET para coordenar o processo de elaboração de novas normas, que resultou na Resolução nº196/96.

A Resolução n °196/96 incorporou os princípios básicos da bioética presentes no Informe Belmont e se fundamentou nos principais documentos internacionais, assim como criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), que são de suma importância tanto para a sociedade quanto para a própria bioética e seus princípios, pois, uma vez instalados em hospitais e universidades, esses comitês analisam e consideram projetos de pesquisa envolvendo seres humanos a partir dos princípios bioéticos, cabendo-lhes garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas.

Essa importância pôde ser notada com base nos dados obtidos nos protocolos de pesquisa do IMIP no ano de 2002, onde mais de 60% dos projetos com pedido de adequação são referentes a falhas no termo de consentimento livre e esclarecido, o que resulta em um indicador de desconsideração ou desconhecimento dos princípios básicos da bioética: a autonomia.

O que também chamou a atenção no momento da análise dos protocolos de pesquisa do IMIP (2002) foi a grande quantidade de projetos que não continham uma boa base científico-metodológica, totalizando mais de 25% de todos os projetos com pedido de adequação analisado neste hospital, no referido ano. Os comitês de ética em pesquisa não podem aprovar um projeto que não tem consistência científica e que, por esse motivo, já representa um perigo ao sujeito de pesquisa, sendo portanto, antiético[4]. Com base na tabela 1, podem ser observados os princípios bioéticos que são freqüentemente descumpridos e esquecidos pelos pesquisadores.

No ano de 2002, deram entrada ao CEP-IMIP 88 projetos, dos quais 43 contiveram alguma restrição (pendente/ arquivado/ não aprovado), o que demonstra um grande número, quase 50% do total de projetos, com problemas éticos. Os CEPs têm como assegurar que os projetos rejeitados não serão executados, pois são desenvolvidos dentro do próprio hospital. Porém, depois de aprovado um projeto, o CEP-IMIP não tem nenhum órgão responsável pela sua fiscalização e esta fica restrita ao relatório anual obrigatório pela Resolução nº 196/96. Não significa, porém, que o sujeito da experimentação fica desprotegido, pois, quando aprova um projeto, o CEP já analisa todos os possíveis riscos assim como os benefícios.

Essa tipologia bioética foi realizada com base nos princípios bioéticos identificados no Informe Belmont e alguns aspectos da Resolução n°196/96. Porém, estando a pesquisa ainda em andamento, a tipologia bioética traçada até o momento não corresponde à realidade dos comitês de ética em pesquisa do Recife, refletindo apenas a situação do CEP-IMIP.

[4] MARTIN, Leonard M., C. Ss. R. **.Os Direitos Humanos nos Códigos Brasileiros de Ética Médica**: ciência, lucro e compaixão em conflito. São Paulo: Loyola, 2002. p.135.

Tabela 1 Tipologia bioética- IMIP

PRINCÍPIOS DESCUMPRIDOS		Com adequação	Arquivado	Reprovado
AUTONOMIA	Ausência de consentimento livre e esclarecido	26	05	01
JUSTIÇA	Ausência de benefícios para o sujeito da pesquisa	01		
	Ausência de benefício para a comunidade			
NÃO MALEFICÊNCIA (DANOS PREVISÍVEIS)	Falta de ponderação entre riscos e benefícios	05	01	01
AUSÊNCIA DE EXPERIMENTAÇÃO PRÉVIA				
RESPEITO AOS VALORES CUULTURAIS				
CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE		02	01	
ASPECTO CIENTÍFICO-METODOLÓGICO		11	04	02

Total de projetos –ano 2002: 88
Projetos com pedido de adequação: 33
Projetos reprovados: 02
Projetos arquivados: 08

Conclusões

Pelo estudo da bioética, notamos sua relevância no tocante às implicações morais e sociais das técnicas resultantes dos avanços nas ciências e ao envolvimento de humanos em pesquisa.

Percebemos a contribuição do Código de Nuremberg e da Declaração de Helsinque. Concluímos que o Informe Belmont é o documento mais importante, porque identifica os princípios éticos da experimentação humana.

No Brasil, temos a Resolução nº196/96, cuja importância prática se dá pela criação dos CEPs e da CONEP.

Os CEPs analisam os projetos de pesquisa envolvendo humanos. Eles são importantes para a sociedade. Tutelam os direitos do paciente e analisam a eticidade das pesquisas em humanos.

Notamos, na análise dos projetos do CEP-IMIP, que tanto o aspecto ético como o científico são pré-requisitos para que um projeto seja aprovado.

Verificamos que o motivo de maior rejeição ou pendência é referente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE. O Comitê tem como assegurar que os projetos reprovados não serão executados.

Entretanto, depois do projeto aprovado, o CEP-IMIP não tem nenhum órgão responsável pela sua fiscalização.

Notamos que a teologia moral não está preocupada com o avanço da biotecnologia propriamente dita, mas no uso dessas técnicas em humanos.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/UNICAP, que nos concedeu a bolsa. E, em especial, ao coordenador do CEP-IMIP, pela cordialidade com que nos recebeu no momento da pesquisa de campo.

Referências

BELLINO, Francesco. **Fundamentos da bioética**: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. São Paulo:EDUSC, 1997.

GARRAFA, Volnei; PESSINI, Léo (org). **Bioética**: Poder e Injustiça. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTIN, Leonard M., C. Ss. R.**Os Direitos Humanos nos Códigos Brasileiros de Ética Médica**: ciência, lucro e compaixão em conflito. São Paulo: Loyola, 2002.
PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul (org). **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Paulus, 1996.
W.T.REICH (Org.), **Encyclopedia of Bioethics**.New York, 1978.

TÍTULOS DE CRÉDITO VIRTUAIS: PRINCÍPIOS, UTILIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Alena Guerra de Moraes Teles[1]; Onélia de Medeiros Pontes[2]

[1]Estudante do Curso Bacharelado em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais E-mail: alenaguerra@yahoo.com.br;
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais.

Resumo

A desmaterialização dos títulos de crédito é fato que se verifica cada vez mais comumente nas transações comerciais. O Brasil é hoje o país da América Latina que mais utiliza o comércio de varejo *"on line"*.Pode-se adquirir, através de um computador ligado à rede, desde um simples livro ou CD a até mesmo um carro, com as mesmas condições de compra que se teriam na loja. É impossível não se levar em consideração o enorme potencial da *Internet* em razão da expressiva influência na economia contemporânea. Tudo na rede mundial de computadores é grandioso. O volume de negócios efetuados na nova economia, qual seja, empresas baseadas em ambiente virtual, detêm cifras milionárias.O princípio da cartularidade, que determina que os títulos de créditos sejam materializados em um documento, não é mais absoluto. Dessa forma, busca o presente projeto realizar um profundo estudo sobre o tema proposto, através de livros, periódicos, consultas à *internet*, visitas a órgãos especializados, tendo por escopo disponibilizar à sociedade informações sobre as transações comerciais virtualmente realizadas, analisando-se suas vantagens e riscos.

Palavras - chaves: Direito Cambiário; transações comerciais via computador; segurança.

Introdução

O direito cambiário do século XXI ganhou uma nova roupagem, corolário da utilização do título de crédito virtual cuja existência se restringe ao computador, sendo materializado apenas em determinadas situações.

O processo magnético vem tomando o lugar do documento escrito, devido a sua eficiência e praticidade, evitando-se o volume desnecessário de papel e o acúmulo em arquivo.
A problemática na utilização dos títulos de crédito virtuais se dá quando ocorre a fraude virtual, o que se configura grande ameaça à segurança nas transações via computador. A legislação que regula o comércio eletrônico é ainda bastante incipiente.

O volume de dinheiro movimentado no comércio eletrônico é fantástico. Os números do *e-commerce* envolvem cifras milionárias. Ante as cifras milionárias dessa nova forma de se fazer negócios, o nosso país tem de ficar atento a esse novo comércio. A *internet* é um inegável fato social e econômico, que vem trazendo inúmeras mudanças nas relações de comércio, seja entre vendedor e consumidor, seja entre empresas.

Dessa forma, torna-se de salutar importância a presente pesquisa, visto que tem por objetivo um maior esclarecimento acerca do comércio eletrônico e a desmaterialização dos títulos de crédito, os cuidados que todos devem tomar bem como as vantagens que a utilização dos títulos virtuais trará para a sociedade contemporânea.

Projeto: Desmaterialização dos Títulos de Créditos na Era da Informática. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

Metodologia

O presente projeto tem por base a pesquisa exploratória em livros, periódicos e *sites* que abordem o tema em estudo, bem como visitas a instituições especializadas.

Resultados e Discussão

Em meados da década de 70, nos Estados Unidos, no intuito de agilizar e garantir o funcionamento e segurança das informações contidas nos computadores para fins militares, foi desenvolvido um sistema de interligação daqueles em rede. O sucesso em âmbito militar despertou o interesse no mundo dos negócios, e o fim da Guerra Fria possibilitou a abertura da *internet* ao mundo civil.

A comunicação eletrônica pode ser feita de três formas: entre pessoas, por meio do correio eletrônico; de forma interativa, em ambientes específicos; ou entre sistemas conhecidos como ***Eletronic Data Interchange (troca de dados eletrônicos).***

A Tabela 1 ilustra o percentual e tempo gasto por homens e mulheres na *web* no Brasil:

Tabela 1. A internet no Brasil

	INTERNAUTAS			
	HOMENS		MULHERES	
UNIVERSO TOTAL DE USUÁRIOS NA *WEB* NO BRASIL: 9,8 MILHÕES	%	TEMPO GASTO NA *WEB EM JAN/01*	%	TEMPO GASTO NA *WEB EM JAN/01*
	57	8h e 04m	43	5h e 50m

*Pesquisa do IBOPE/ eratings/ janeiro/2001

A partir do aperfeiçoamento da comunicação eletrônica, tornou-se possível a realização de transações comerciais via *internet.* O comércio eletrônico pode ser definido como a compra e venda de produtos e bens pela *internet*. Existem em torno dessa definição discussões doutrinárias com efeitos práticos.Alguns entendem que somente os bens que circulam pela rede é que caracterizam o comércio eletrônico, ou seja, produtos que podem ser transferidos de uma máquina para a outra, tais como programas de computador, o projeto arquitetônico de uma casa, uma música digitalizada, o conteúdo de um livro etc. Pode-se chamá-los como produtos de *"bits"*.Outros entendem que todos os produtos adquiridos pela Internet fazem parte do comércio eletrônico. A diferença é que esses são entregues pelo correio ou empresas de transporte. Ou seja, são produtos de átomos. Perante o ordenamento jurídico, ainda não há um consenso sobre sua definição ou delimitação.

Sob os aspectos fiscais e tributários, há ainda muita divergência. Existe, na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma proposta do governo norte-americano para que o comércio de bens em *bits* não seja tributado. A referida proposta fundamenta-se nem tanto em bons propósitos, mas na grande dificuldade de fiscalização que, com certeza, colocaria os agentes arrecadadores em situação vexatória.

A dificuldade em tributar os bens não-tangíveis – e quando possível, sob quais critérios - tem deixado os burocratas atônitos e perplexos. A prestação de serviços profissionais e venda de *softwares*, músicas e outros bens têm causado reflexões profundas, à medida que o conceito de fronteira simplesmente deixa de existir.

O comércio eletrônico possui três etapas básicas. A primeira é a busca do produto por meio de *sites* das empresas, ou seja, utilizando uma plataforma de comércio eletrônico. A segunda fase é o pedido e o pagamento. A terceira é a entrega do produto, seja em *bits* ou em "átomos". Atualmente, a tendência tem sido no sentido de que a característica fundamental do comércio eletrônico está em o pedido ser feito pela rede, não importando o tipo de produto.

Observa-se que é cada vez mais comum nas transações comerciais realizadas eletronicamente a utilização dos títulos de crédito virtuais. Tal fenômeno vem sendo denominado pela doutrina como a "desmaterialização dos títulos de crédito". A duplicata, hoje em dia, não é documentada em meio papel. O registro dos elementos que a caracterizam é feito exclusivamente em meio magnético e assim são enviados ao banco, para fins de desconto, caução ou cobrança. Com a desmaterialização do título de crédito, tornaram-se as indicações a forma mais comum de protesto. É salutar destacar que alguns autores não concordam com a utilização da expressão "desmaterialização dos títulos de crédito".Essa corrente da doutrina defende que a simples codificação digital de um título de crédito não o torna, propriamente, imaterial, pois o mesmo continuaria disponível, ainda que representado somente em código binário (e não na forma escrita por pigmento de tinta) e em suporte diferente do papel. Nesse diapasão, o documento eletrônico apenas está representado por uma outra tecnologia, inteiramente nova, mas continua disponível, acessível e inteligível. A desmaterialização nada mais seria, segundo esse segmento doutrinário, do que a substituição do suporte clássico pelo magnético.

Em países onde a transmissão de dados por meio digital é mais desenvolvida, costuma-se exigir a conciliação de outros meios de prova para confirmar o conteúdo do documento digital (criptografia, assinatura digital, senhas etc).

Como contraponto aos riscos, a tecnologia digital oferece vantagens únicas: a informação eletrônica pode ser processada automaticamente, com absoluto grau de precisão e em alta velocidade, mesmo quando manipulada em grande escala. Está em franca evolução e com custos decrescentes. Além disso, permite o armazenamento de grandes quantidades de dados em pequeno espaço.

A problemática dos títulos de crédito virtuais abrange temas novos e bastante delicados, tais como a segurança das transações comerciais realizadas eletronicamente e a necessidade de revisão dos princípios que regem o direito cambiário, que se encontram em declínio, obsoletos.

Conclusão

Conclui-se que a presente pesquisa será de grande valia, pois auxiliará sociedade em geral no que tange às vantagens e desvantagens de realizar transações comerciais utilizando-se os títulos de crédito virtuais.

Agradecimentos

À Universidade Católica de Pernambuco, por ter proporcionado a oportunidade de desenvolver a presente pesquisa no âmbito de Direito da Informática, ramo novo do direito e ainda pouco explorado; e a todos que de certa forma contribuíram para a execução dessa desafiadora atividade.

Referências

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. v.3. 3ª ed. São Paulo:Editora Saraiva,2002;

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet**. 2.ed.São Paulo: Editora Saraiva.2002;

MAMEDE, Gladston. **Títulos de Crédito de acordo com o Novo Código Civil**. São Paulo: Editora Atlas,2003;

VOLPI NETO, Ângelo. **Comércio eletrônico** – Direito e segurança. 1. ed, Curitiba: Juruá, 2002;

OLIVEIRA JÚNIOR, João Batista Caldeira de. A desmaterialização e a circulação do crédito hoje. Aspectos jurídicos. **Jus Navegandi,** Teresina, a.5, n.51, out.2001, disponível em www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2193.

TRANSAÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL[1]

Natália Barbosa de Medeiros[1]; Marília Montenegro Pessoa de Mello[2]

[1]Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Bolsista do PIBIC da UNICAP. E-mail: naty_medeiros@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais. Participante do Grupo de Pesquisa de Direitos Fundamentais. E-mail: mariliamello@hotmail.com.

Resumo

A transação penal foi prevista pelo art. 98, I, da Constituição Federal, e instituída pela Lei 9.099/95, que estabelece a propositura do benefício, pelo *Parquet*, ao imputado de uma conduta delituosa, evitando o início da ação penal.
Do exposto, observa-se que se trata de um instituto de extrema importância, pois o *jus puniendi* estatal não será exercido caso o autor do fato se submeta ao cumprimento de sanção alternativa. Por este motivo, este trabalho objetivou verificar se a transação penal é eficazmente aplicada, cumprindo a finalidade ressocializadora, preventiva e repressiva. Para tanto, foi utilizada a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico, pesquisa empírica, análise dos dados colhidos e síntese geral do trabalho.

Ressalta-se, finalmente, que o Estado, ao reprimir a prática de delitos, visa tutelar as liberdades individuais dos cidadãos, por isso, este trabalho demonstra-se relevante para verificar se a transação penal é aplicada coerentemente com os objetivos supra mencionados.

Palavras-chave: benefício; efetividade; cumprimento; sanção alternativa.

Introdução

Com a falência do sistema penitenciário e com a impunidade para muitos crimes, tendo em vista a morosidade da justiça brasileira, o Estado passou a adotar modelos de política criminal baseados nos princípios de simplicidade, oralidade e informalidade, propiciando uma solução rápida dos litígios, mediante o consenso das partes.
A doutrinadora Ada Pellegrini Grinover[2] , em sua obra "Juizados Especiais Criminais", apontava a preocupação do jurista brasileiro em realizar uma transformação no sistema jurídico, de forma que se propiciasse uma maior efetividade ao processo penal pátrio. Leciona a mencionada doutrinadora que "há muito tempo o jurista brasileiro preocupava-se com um processo penal de melhor qualidade, propondo alterações ao vestuto Código de 1940, com o objetivo de assegurar praticamente a utilidade das decisões. Trata-se do tema da efetividade do processo, em que se põe em destaque a instrumentalidade do sistema processual em relação ao direito material e aos valores sociais e políticos da Nação."
A preocupação do legislador em dar maior efetividade ao processo penal culminou com a previsão da Constituinte de 88 criar Juizados Especiais Criminais, os quais contemplam a tendência moderna de aplicação da pena de prisão apenas como *ultima ratio*.

[1] O Problema do Cumprimento da Transação Penal em Sede dos Juizados Especiais Criminais. Órgão financiador: PIBIC-UNICAP.

[2] GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. **Juizados Especiais Criminais**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 23.

Inspirada no permissivo constitucional, foi editada a lei 9.099/95, que prevê a criação de Juizados Especiais Criminais competentes para o julgamento de infrações penais de menor potencial ofensivo, nestas compreendidas aquelas em que a lei comine pena máxima não superior a dois anos.

Como é cediço, essa lei inovou profundamente o ordenamento jurídico brasileiro. Cumprindo determinação constitucional, o legislador ordinário instituiu três medidas despenalizadoras, ou seja, que evitam o encarceramento. Essas medidas são as seguintes: 1. composição civil (art. 75); 2. aplicação de pena alternativa, mediante transação penal (art. 76); 3. suspensão condicional do processo (art. 89).

A transação penal, prevista na Lei 9099/95, é o instituto pelo qual o Ministério Público propõe ao autor de infração penal de menor potencial ofensivo a alternativa de cumprir determinada sanção penal — consistente na aplicação de pena restritiva de direitos ou no pagamento de multa — em troca de não ser processado criminalmente, livrando-se, deste modo, da incidência dos efeitos secundários da condenação, tais como: inclusão do nome no rol dos culpados, reincidência, entre outros.

Sobre esse tema, Damásio de Jesus[3] ensina que "não se trata de um negócio entre o Ministério Público e a defesa: cuida-se de um instituto que permite ao juiz, de imediato, aplicar uma pena alternativa ao autuado, justa para acusação e defesa, encerrando o procedimento."

Como se pôde perceber, o conceito acima transcrito, a transação penal tem o fito de impedir o início do processo criminal. Com isso, proporciona inúmeros benefícios sociais e econômicos para a coletividade.

Por outro lado, como ressalta Garcia-Pablos de Molina[4], os crimes beneficiados com a transação penal, apesar de serem de menor potencial ofensivo, agridem o ordenamento jurídico e a paz social, trazendo preocupações não apenas aos juristas, mas a todos que estão integrados na sociedade atual.

Desta forma, a presente pesquisa prestou-se, sobretudo, a estudar a efetividade da transação penal, analisando se os indivíduos beneficiados estão cumprindo as condições impostas e verificando se, na prática, a transação penal atinge a finalidade de prevenir os delitos, de ressocializar o suposto autor do fato delituoso e de reprimir o cometimento de crimes. Isto foi possível a partir do confronto entre dados colhidos empiricamente no Juizado Especial Criminal, o III Fórum Universitário de Pernambuco, e as posições doutrinárias e jurisprudenciais acerca do tema.

Metodologia

Para a realização deste estudo, foi necessária a divisão do trabalho em quatro etapas, já outrora identificadas no projeto de pesquisa. São elas:

1ª Etapa – Compreendeu a fase teórica do trabalho, onde foi feito um minucioso levantamento bibliográfico e coleta de posicionamentos jurisprudenciais, que contribuíram sobremaneira para a compreensão tanto do instituto da transação penal, quanto da aplicabilidade e efetividade das normas vigentes que tratam do assunto.

2ª Etapa – Relativa à fase prática do estudo, na qual foi realizada a pesquisa de campo, realizada no III Fórum Universitário do Estado de Pernambuco, situado em prédio anexo à Universidade Católica de Pernambuco, de maneira sistemática e organizada. Desse modo, foi realizada a colheita de dados acerca do direito posto, que propiciaram a constatação do modo de aplicação e cumprimento da transação penal.

3ª Etapa – Consistiu na análise de todos os materiais colhidos acerca dos processos que receberam o benefício objeto da presente pesquisa, possibilitando o confronto entre as normas relativas ao tema e o tratamento prático do instituto analisado;

---

[3] JESUS, Damásio E. de. **Lei dos Juizados especiais criminais anotada**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 75.

[4] Cf: MOLINA, Antônio Garcia-Pablos. **Criminologia** : introdução a seus fundamentos teóricos. Tradução e notas: Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

4ª Etapa – Consistiu na síntese geral de todo o trabalho, que será apresentado quando da elaboração do Relatório Final.

Resultados e Discussão

Durante a pesquisa, foi realizada uma análise aprofundada acerca dos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais e acerca das conseqüências do descumprimento da transação penal. Desta feita, foi possível perceber a diversidade de posicionamentos nesse campo. Entre outros, existem doutrinadores que defendem que, na hipótese de as penas alternativas serem descumpridas, deve ser oferecida a denúncia. Outros acreditam que a conseqüência deve ser a decretação da pena de prisão. Há também os que defendem que a homologação do benefício deve ser posterior ao seu cumprimento. Entre estes, encontra-se Marino Pazzaglini Filho,[5] que se posicionando sobre o tema ensinou: "Entendemos que, para evitar-se a total ineficácia dos Juizados Especiais Criminais, deverá o membro do Ministério Público definir como um dos requisitos da proposta de transação penal seu efetivo cumprimento, e, conseqüentemente, deverá o magistrado condicionar a homologação da transação penal, uma vez aceita pelo autor da infração, ao prévio cumprimento da sanção imposta".

Sob o mesmo vértice, os posicionamentos jurisprudenciais estão longe de pacificar o tema. Posteriormente, foi desenvolvida uma pesquisa empírica no Juizado Especial Criminal conveniado à UNICAP. Através dessa pesquisa foram colhidos dados sobre o cumprimento das transações penais nas quais os processos continuam em trâmite. Os dados colhidos estão sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1 Dados obtidos no Juizado Especial Criminal

Ano	2001	2002	2003
Transações penais analisadas	8	21	41
Cumprindo regularmente	4	11	28
Não há cumprimento regular	4	10	13

Das estatísticas acima apresentadas, demonstra-se que existe um significativo percentual de transações penais que não estão sendo cumpridas regularmente. Esses dados corroboram a relevância do estudo acerca das conseqüências do descumprimento do instituto em comento.
Outro dado relevante que foi constatado é a prescrição dos crimes de menor potencial ofensivo que receberam transação penal. Isso se deve ao fato de esses crimes terem prazo prescricional exíguo e de o benefício sob análise não ser causa suspensiva ou, até mesmo, interruptiva da prescrição. Portanto, no período que leva para se constatar o descumprimento, ou o cumprimento irregular da transação, e a utilização de alguma providência, em alguns casos, já ocorreu a prescrição.

Percebeu-se, também, que, mesmo nessas hipóteses de prescrição, nenhuma providência é tomada, continuando os beneficiários a cumprir a sanção alternativa imposta.
Num momento posterior da pesquisa, foram realizadas entrevistas com os profissionais de direito que atuam no III Fórum Universitário de Pernambuco e que aplicam constantemente a transação penal. Essas entrevistas demonstram a divergência de entendimentos existentes entre as estagiárias do Ministério Publico que atuam no setor psicossocial, as promotoras e a juíza.
Finalmente, foi possível perceber a falta de estrutura do setor psicossocial, decorrente da suspensão

[5] PAZZAGLINI FILHO, Marino, et al. **Juizado Especial Criminal** : aspectos práticos da Lei 9099/95. São Paulo: Atlas, 1999, p. 65.

do Projeto Paz Social, através do qual esse setor foi implantado. Dessa forma, não há profissionais atuantes nessa área. Existe também carência de promotores e juízes, ante a grande quantidade de processos distribuídos diariamente no Juizado Especial Criminal do local analisado.

Conclusões

Os dados acima elencados demonstram que das transações penais que se encontram em tramitação há um percentual significativo de cumprimentos irregulares, pelo fato de inexistir uma eficaz fiscalização do benefício. Essa fiscalização deficiente decorre, muitas vezes, da carência de pessoal.

Além disso, verifica-se que no III Fórum Universitário de Pernambuco não há imposição de sanções quando constata o descumprimento desse instituto. Essa apatia jurisdicional é decorrente das inúmeras divergências existentes entre os profissionais que atuam junto ao Juizado Especial conveniado à UNICAP acerca das conseqüências do descumprimento do instituto.

Por fim, é possível perceber que a prescrição dos crimes que recebem transação penal é um problema freqüente. No entanto, nessas hipóteses, nenhuma providência é tomada pelos profissionais que atuam junto ao Juizado Especial da UNICAP. Essa inércia é decorrente da inexistência de previsão legislativa sobre o tema, bem como de dados elaborados acerca da quantidade de transações que prescrevem durante o cumprimento.

Agradecimentos

Ao PIBIC, que, concedendo esta bolsa, viabilizou nossa pesquisa. E às demais pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Referências

GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. **Juizados Especiais Criminais**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

JESUS, Damásio E. de. **Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

MOLINA, Antônio Garcia-Pablos. **Criminologia** : introdução a seus fundamentos teóricos. Tradução e notas: Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

PAZZAGLINI FILHO, Marino, et al. **Juizado Especial Criminal** : aspectos práticos da Lei 9099/95. São Paulo: Atlas, 1999.

TRANSEXUAL: MUDANÇA DE NOME E DIREITOS DA PERSONALIDADE

Bruno Henning Veloso[1]; Antônio Natanael Martins Sarmento[2]

[1] Estudante do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais da UNICAP.
[2] Professor Doutor do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais da UNICAP. Participante do Grupo de Pesquisa de Direitos Fundamentais. E-mail: natanaelsarmento@uol.com.br

Resumo
Trata-se de pesquisa sobre a possibilidade jurídica, ou não, da mudança de nome pelo transexual, submetido à cirurgia de transgenitalização. O estudo consiste numa análise multidisciplinar, com ciências metajurídicas, para demonstrar como a alteração da identidade influencia no aspecto psicológico e moral do indivíduo, e, sobretudo, para sondar como a sociedade há de se comportar diante da possível retificação do prenome nos registros civis. Por meio de pesquisas bibliográficas, entrevistas e vídeo especializado, tentamos encontrar respostas adequadas aos direitos humanos e menos conservadoras para a questão. Verifica-se que possibilitar a mudança do nome contribui para o equilíbrio psíquico do indivíduo, pondo fim a conflitos de identidade que perduram até a retificação dos dados nos documentos pessoais; além disso, evidencia-se a íntima ligação entre a mudança do nome e os valores fundamentais da dignidade da pessoa humana, que servem de suporte aos direitos da personalidade, mais precisamente ao direito à identidade pessoal e à honra. Admitir a mudança do nome ao transexual operado é uma forma de positivar uma realidade que necessita apenas de um respaldo legal, devendo-se posteriormente adequar os institutos do direito civil a essa mudança; mudança esta que referenda o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: transexualismo; identidade; dignidade humana.

Introdução

A presente pesquisa objetiva contribuir para o debate acerca dos efeitos jurídicos que subsistem em torno do transexual, submetido à cirurgia de mudança de sexo, sem receber o respaldo legal do Estado para a mudança de nome nos registros públicos.

Ser humano em conflito de identidade, não resignado com as características físicas naturais, em busca de uma harmonia entre a sua psique e o seu estado físico, a par dos preconceitos da sociedade e da família, são algumas considerações preliminares a respeito do transexual.

Apesar de o tema ter ganho fôlego, no Brasil, nas últimas décadas, graças aos avanços técnicos pelos quais passaram as ciências médicas bem como pela publicação da resolução n.º 1.482/97, do Conselho Federal de Medicina, posteriormente alterada pela resolução de n.º 1.652/2002, na qual se autorizou a cirurgia de transgenitalização, estudos evidenciam que a vontade de mudar de sexo ocorre desde os nossos antepassados.

Será justo, pertinente, condigno ao ser humano, poder alterar as suas características físicas, mediante procedimento cirúrgico complexo, doloroso e arriscado, e não receber, por parte do Estado, uma resposta favorável ao seu interesse em mudar de nome? Será que não reconhecer a mudança do nome não é implicitamente uma forma de negar ao indivíduo a eficácia plena aos direitos da personalidade,

Projeto: Transexual: Mudança de Nome e Direitos da Personalidade. **Órgão financiador:** UNICAP

que são direitos subjetivos do indivíduo, cujo objeto consiste em bens e valores essenciais à pessoa, nos aspectos físico, moral e da dignidade humana?

Posicionamentos jurídicos distintos subsistem em torno do assunto objeto da pesquisa; um, favorável à mudança do nome, apoiando o seu entendimento, principalmente no princípio da dignidade da pessoa humana e nos direitos e garantias fundamentais do cidadão, previstos no texto constitucional, e outro, contrário à mudança do nome, amparando a sua visão nos argumentos de que a Lei não é expressa em permitir a retificação perquirida, e, além disso, o desejo do transexual vai de encontro a princípios morais e éticos da sociedade.

Silveira[2] entende que "Nenhuma justificativa é cabível para negar a mudança, não se fazendo necessária sequer alterações de dispositivos legais para chancelar a pretensão", reforçando a idéia de que os princípios constitucionais e os direitos fundamentais, postos na Constituição, são mais do que suficientes para autorizar a pretensão do transexual a mudar de nome.

A jurisprudência tem-se comportado de forma diversa no sistema jurídico brasileiro, inclinando-se, na maioria das vezes, à denegação do pedido, em virtude do conservadorismo que permeia o julgador, quando da aplicação das Leis, e do legislador, quando da elaboração das Leis.

Somente com os motivos que desencadeiam no ser humano a aversão ao sexo biológico é que se pode tentar alcançar uma resposta em que resida maior razão e caráter humanitário. Sabemos que o discurso da sexualidade é próprio ao campo da linguagem – ethos humano – e não ao lugar do discurso da realidade anatômica.

A matéria exige minuciosos estudos e ponderações, com o fim precípuo de editar uma norma que venha proteger o interesse que não é apenas de ordem subjetiva, mas de cunho social, pois envolve a personalidade e a razão humana, fatores essenciais à convivência em sociedade.

Em torno dessa matéria "apaixonante, intrigante e complexa" , como bem disse Maria Luíza de Almeida[3] , inclinamos nossos estudos, objetivando: contribuir para o debate sobre o tema; verificar os aspectos jurídicos que a mudança do nome proporciona ao indivíduo; demonstrar como a mudança do nome influencia nos aspectos psicológico e moral do interessado; informar como se comporta a sociedade diante da possibilidade da mudança do nome; e enquadrar os principais institutos do direito civil, no caso de se chancelar a pretensão.

Metodologia

Inicialmente, foi desenvolvido um estudo teórico sobre o tema através da leitura, do fichamento e da discussão da doutrina referente às origens do transexualismo, aos direitos da personalidade e aos direitos fundamentais do cidadão. Para tal, foram utilizadas diversas fontes bibliográficas, como livros e artigos científicos gerais e especializados; matérias jornalísticas e informações coletadas em redes de computação.

Dando continuidade aos estudos, realizaram-se entrevistas informais com psicólogos, assistentes sociais e médicos cirurgiões para entender melhor a personalidade do interessado, ao se submeter à cirurgia adaptativa para mudança de sexo.

Posteriormente, foram capturados alguns textos e assistiu-se a um vídeo especializado na matéria, no Conselho Regional de Medicina de Pernambuco - CREMEPE, que possibilitou vislumbrar todo procedimento cirúrgico, bem como os dramas pessoais do transexual e de sua família, antes e depois da cirurgia de transgenitalização.

Por fim, foram realizadas novas entrevistas, dessa vez com operadores do Direito e com membros da coletividade, a fim de sondar sobre a opinião predominante acerca do tema, como também para saber

---

[2] SILVEIRA, José Francisco Oliosi da. **Transexualismo na Justiça**. Porto Alegre: Síntese, 1995.

[3] ALMEIDA, Maria Luíza de. **Biótica e Transexualismo**; In: www.fec.br/artigos/bioetica.htm. Acessado em 15.10.2003.

qual seria o comportamento adotado pelos aplicadores da lei, diante do caso concreto, porventura tenha sido posta a sua análise.

Resultados e Discussão

Verificou-se que o transexualismo não é uma simples opção do cidadão em alterar as suas características físicas primárias, mas um distúrbio contínuo e consistente, no campo da cultura em que vem enquadrado. Ele rejeita sua identidade genética, identificando-se psicologicamente com o sexo oposto e, mesmo com acompanhamento de psicólogos e de assistentes sociais, é bastante improvável que desista da sua incessante busca pela mudança de sexo, haja vista o próprio campo em que se insere, que é o campo da linguagem.

Observou-se que, a cada dia, é maior o número de interessados em se submeterem à cirurgia para mudança de sexo, principalmente após a publicação das resoluções pelo Conselho Federal de Medicina, autorizando o procedimento cirúrgico do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários, sem incorrer o médico-cirurgião nas penalidades do crime de lesão corporal de natureza grave (art. 129, § 2.º, do CPB).

Por conseguinte, o número de interessados em alterar o nome nos registros pessoais também aumenta, e o não reconhecimento pelo Estado do seu pleito põe-nos em situação marginalizada perante a sociedade, uma vez que não se podem olvidar os preconceitos sofridos e as afrontas aos direitos da personalidade, mais precisamente o direito à identidade pessoal e à honra.

Conclusões

A pesquisa contribui para o debate sobre o tema, à medida que traz não somente posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre as questões jurídicas que giram em torno do assunto, mas, também, por dar um enfoque multidisciplinar ao tema em conjunto com a Psicologia, o Serviço Social e a Medicina, o que leva a construir um entendimento mais humano para a matéria.

Observa-se que a mudança ao nome é uma forma de satisfazer as necessidades pessoais do indivíduo, pondo fim a conflitos pessoais e corroborando para o bem-estar psíquico do transexual.

Apesar de a sociedade insistir em não aceitar a realidade que se descortina a olhos vistos, é preciso, em curto espaço de tempo, haver uma resposta do Estado que atenda à dignidade da pessoa humana, fazendo publicar uma lei onde se permita a mudança de nome nos registros do transexual, pois o espírito há de romper com todas as barreiras de isolamento porventura existentes no seio social.

Agradecimentos

Agradecemos ao PIBIC/UNICAP pela oportunidade que nos foi dada de desenvolver trabalho de relevante cunho social. Agradecemos a todos os que fazem parte da Biblioteca Central da UNICAP. Agradecemos à Psicanalista Dulcinéia Santos pelas diversas orientações, verdadeiras aulas que nos foram ministradas; por fim, agradecemos, também, a todos que fazem o CREMEPE.

Referências

ALMEIDA, Maria Luíza de. **Bioetica e Transexualismo**. In: www.fec.br/artigos/bioetica.htm. Acessado em 15.10.2003

SILVEIRA, José Francisco Oliosi da. **Transexualismo na Justiça.**. Porto Alegre: Síntese, 1995.

TRANSPORTE E METABOLISMO DE *CUNNINGHAMELLA ELEGANS*: SÍNTESE DEGRADAÇÃO E APLICAÇÃO DE POLIFOSFATO

Thayse Alves de Lima e Silva[1]; Galba Maria de Campos Takaki[2]; Clarissa Daisy da Costa Albuquerque[2]

[1]Estudante do 8º período do Curso de Ciências Biológicas do Departamento de Biologia do Centro de Ciências e Tecnologia: ithalv@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia Líder do Grupo de Pesquisa Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular e-mail: takaki@unicap.br

Resumo
Para promover a descontaminação de ambientes, os fungos apresentam estratégias metabólicas, entre elas, destaca-se o consumo dos substratos estocados em seu interior, onde, o fósforo assimilado é acumulado na forma de grânulos de polifosfato, estando o mesmo, relacionado aos processos de biorremediação de compostos xenobióticos, - os efluentes têxteis, que podem afetar drasticamente a qualidade das águas, além de oferecer riscos à saúde pública. Considerando essas informações, este trabalho visa a investigar o transporte de fósforo inorgânico, através da acumulação na forma de polifosfato inorgânico em *Cunninghamella elegans* e avaliar a capacidade de descoloração do corante alaranjado II pelo micélio. Os resultados iniciais relacionados à otimização do crescimento de *C. elegans* em diferentes meios de cultura, utilizando um planejamento fracionário de nível 2, sugeriram o transporte do fósforo inorgânico, demonstrado por meio de bioacumulação. Os aspectos bioquímicos e fisiológicos da bioacumulação de polifosfato foram relacionados ao processo de remoção do corante azo reativo alaranjado II, utilizando biomassa fresca e liofilizada, inativada e não-inativada. Os estudos demonstraram que a biomassa liofilizada e inativada apresentam maior capacidade de sorção do alaranjado II.

Palavras-chave: *Cunninghamella elegans; f*ósforo inorgânico; sorção; descoloração

Introdução

A sorção é considerada um dos processos mais significativos para remoção dos contaminantes orgânicos em tratamentos de sistemas de resíduos, juntamente com a biodegradação e a destruição (JACOBSEN *et al*., 1993). Muitos poluentes orgânicos perigosos têm sido identificados nos efluentes e lodos dos serviços de tratamento de resíduos industriais. Esses poluentes são, na maioria das vezes, recalcitrantes e provenientes de instalações industriais. Os fungos, particularmente, são microrganismos que crescem com facilidade, produzem alto rendimento de biomassa e, ao mesmo tempo, podem ser manipulados genética e morfologicamente. Esses organismos são largamente utilizados em uma grande variedade de processos industriais e sua biomassa, que poderia ser usada como subproduto de baixo custo em quantidades substanciais (KAPOOR, VIRARAGHAVAN, 1995). Para promoverem a descontaminação do ambiente, os fungos apresentam estratégias metabólicas, que são as reações de transformação, mineralização e assimilação do composto recalcitrante. As transformações envolvem passos do metabolismo primário e podem corresponder a hidroxilações, oxidações, epoxidações, hidrólises, declorinações, reduções e formação de conjugados (FU, VIRARAGHAVAN, 2001).

Projeto: Aspectos Bioquímicos, Fisiológicos e Morfológicos de Fungos da Ordem Mucorales e do Gênero *Candida*.
Órgão financiador: Finep, CNPq, ÚNICAP.

O polifosfato inorgânico é um polímero de cadeia linear formado por dezenas e centenas de resíduos de fósforo inorgânico conectados por ligações fosfoanidídricas altamente energéticas, que formam estruturas não-ramificadas quando hidrolisadas, gerando energia (HAROLD, 1996).
Considere-se o potencial biotecnológico de *Cunninghamella elegans* na acumulação de polifosfato inorgânico evidenciado por Barbosa *et. al.*, (2003), o qual é objeto de vários estudos no grupo de pesquisa. Neste trabalho, foi investigada a bioacumulação de polifosfato inorgânico, utilizando um planejamento fracionário e o processo de descoloração do corante azo reativo alaranjado II pela biomassa do fungo.

Metodologia

Microrganismo: foi utilizada a amostra selvagem de *Cunninghamella elegans* UCP 542, isolada de sedimento de mangue do município de Rio Formoso, Pernambuco (GOMES *et. al*., 2000)

Meio de manutenção**:** a amostra foi mantida em meio Sabouraud dextrose-ágar, constituído de peptona bacteriológica, 10g/L; D-glicose, 20g/L; ágar, 15g/L; água destilada, 1000mL, pH= 5,7. Meio de crescimento: o meio de cultura utilizado para o crecimento do microrganismo foi o Sabouraud líquido suplementado com sacarose 20g/L.

Produção de biomassa: alíquotas de 1ml da suspensão de 10^7esporos/ml de *Cunninghamella elegans* foram inoculadas em frascos de Erlenmeyer, de 250ml de capacidade, contendo 50 ml dos meios indicados na tabela. Em seguida, os frascos foram incubados sob agitação orbital de 150 rpm, temperatura de 28°C por 96 horas. O micélio foi coletado por filtrado a vácuo (MARCONI-MA 058), lavado com água destilada gelada, congelado e submetido ao processo de liofilização (LABONCO FREEZONE 44.5-177) e, posteriormente, mantido em dessecador até peso constante (balança analítica METTLER TOLEDO AB 104). Do líquido metabólico foi realizada determinação do pH, consumo de glicose e biomassa e conteúdo de fósforo inorgânico.

Planejamento Experimental: realizou-se um planejamento fracionário de nível 2, com 4 pontos centrais para analisar os efeitos principais e interações das variáveis peptona, sacarose, fosfato monobásico de potássio, ácido glutâmico e pH sobre polifosfato inorgânico intracelular. Os ensaios do planejamento foram realizados a 28° C e 150 rpm, sendo a concentração de polifosfato inorgânico intracelular determinada com 96 horas de cultivo. Foram selecionadas 4 condições (nº 02, 05, 06, 13) do experimento fatorial, as quais apresentaram uma significante quantidade de biomassa e de polifosfato inorgânico, para realização do teste de descoloração do corante. O corante alaranjado II, do tipo azo reativo. Inativação do micélio: o micélio foi inativado segundo Aksu e Tezer (2000), com algumas modificações. O micélio foi tratado com uma solução de formaldeído a 1%, sob agitação de 150 rpm, 28°C durante 2 horas. Após esse período, foi filtrado e submetido à liofilização durante 24 horas. Em seguida, foi ressuspendido e homogeneizado em 100ml de água estéril, durante 2 horas 150 rpm 28°C, filtrado em filtro de nylon e submetido à cinética de adsorção do corante alaranjado II, com diferentes concentrações de biomassa (200 e 400mg).

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos sugeriram que diferentes concentrações de fósforo inorgânico nos meios de cultivo podem influenciar de forma significativa no processo de bioacumulação de polifosfato em *C. elegans* (Tabela 1). A figura 1 apresenta os estudos comparativos do processo de descoloração do corante alaranjado II pelo micélio fresco inativado e não inativado, com as concentrações de 200mg e 400mg de biomassa, de acordo com o tempo. As amostras com menor concentração de micélio demonstraram um maior potencial de remoção corante ao final das 144 horas de incubação observando-se uma descoloração constante, correspondendo a 51,12%. Observou-se ainda que o uso de células mortas na biossorção é mais vantajoso visto que a biomassa não será afetada por resíduos tóxicos, e podendo ser reutilizado (TEXIER *et al.*, 2002).

Tabela 1. Descoloração do corante pelo micélio inativado de acordo com as concentrações de fósforo inorgânico e pH.

Amostras	Fósforo inorgânico intracelular (g/L)	Descoloração	pH
02	0,518	21%	6.25
05	0,386	51,2%	5.70
06	0,547	15,3%	6.18
13	0,280	12,5%	6.29

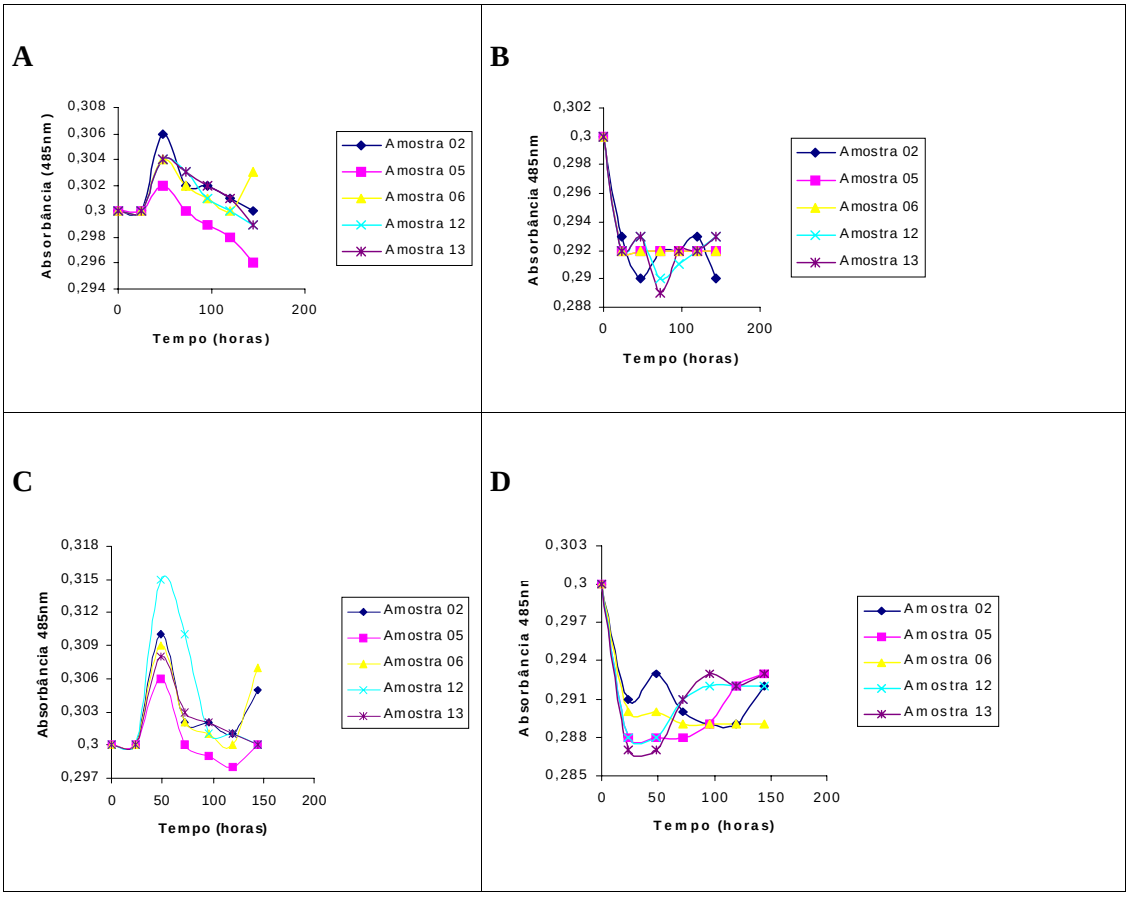


Figura 1. Descoloração do corante Alaranjado II pelo micélio de *Cunninghamella elegans* durante as 144 horas de incubação. **A** = Biomassa não inativada (200mg); **B** = Biomassa inativada (200mg); **C** = Biomassa não inativada (400mg); **D** = Biomassa inativada (400mg).

Conclusões

O aumento da fonte de carbono influencia diretamente no aumento da produção de biomassa, e o fosfato inorgânico disponível no meio de cultivo é consumido e acumulado sob a forma de polifosfato. Os estudos realizados com o processo de descoloração do corante alaranjado II e o posterior estudo comparativo das condições – biomassa fresca e liofilizada, inativada e não inativada, demonstraram uma maior capacidade de remover compostos recalcitrantes ao ambiente pelo micélio inativado, observando-se ainda que a biomassa em maior bioac0umulação de fósforo, liofilizada e inativada apresenta maior poder de remoção da cor.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao suporte do CNPq, FINEP, UNICAP.

Referências

AKSU, Z.; TEZER, S. Equilibrium and kinetic modelling of biosorption of Remazol Black by *Rhizopus arrizus* in a bach system: effect of temperature. **Process Biochemistry**, n. 36, p. 431-439, 2000.

BARBOSA, M. A.L.; NASCIMENTO, A.E.; CAMPOS-TAKAKI, G. M.; SOUZA, W.; FUKUSHIMA, K., Effects of phosphorus on POLYPHOSPHATE ACCUMULATION BY *Cunninghamella elegans*, **Brazilian Journal of Microbiology,** n. 34, p. 363-372, 2003.

FU Y; VIRARAGHAVAN T. Fungal decolorization of dye watewaters: areview. **Biosource Technology,** n. 79, p. 251-261, 2001.

GOMES, P.F.; NASCIMENTO, A.E.; OKADA, K.; MESSIAS, A.S.; SHARIA, A.E. N.; CAMPOS-TAKAKI, G.M., Aspectos da qualidade de ecossistemas do município de Rio Formoso. **International Conference –** Sustainable use of estuarries and mongroves: challenges and prospects, 82, 2000.

HAROLD, F.M. Inorganic Polyphosphates in Biology: Structure, Metabolism, and Function. University of Colorado, School of Medicine, Denver, Colorado, 1996.

JACOBSEN, B. N.; NYHOLM, N.; PEDERSON, B. M.; POULSEN, O.; ÓSTFELD, P. Removal of organic micropollutans in laboratory activated sludge reactions under various operating conditions: sorption. **Water Research.** n. 10, p. 1505-1510, 1993.

KAPOOR, A.; VIRARAGHAVAN, T. Fungal biosorption – An Alternative Treatment Option for heavy Metal Bearing Wastewaters: A review . **Bioresource Technology** n. 53, p. 195-206, 1995.

TEXIER, A. C.; ANDRES, Y.; FAUR-BRASQUET, C.; LE CLOIREC, P. Fixed-bed study for lanthanide(La, Eu, YB) ions removal from aqueous solutions by immobilized *Pseudomonas aeruginosa*: experimental data and modelization. **Process Biochemistry**. n. 47, p. 333-342, 2002.

UMA ALTERNATIVA AO MÉTODO DE EDMONDS PARA EMPARELHAMENTOS EM GRAFOS QUAISQUER: APLICAÇÃO AO PROBLEMA DA ALOCAÇÃO ÓTIMA DE HORÁRIOS.

João Paulo de Melo Ataide[1]; Emerson Alexandre de Oliveira Lima[2]; Glaucio Gomes de Magalhães Melo[1];

[1]Estudante do Curso de Ciência da Computação do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciência e Tecnologia;
[2]Professor do Departamento de Estatística e Informática do Centro de Ciência e Tecnologia Participante do Grupo de Pesquisa de Processamento Digital de Sinais E-mail: eal@dei.unicap.br

Resumo

Neste trabalho, discutiremos as técnicas de atribuição de executores a tarefas com ênfase no método primal-dual de solução que, utilizado conjuntamente ao método de Edmonds para emparelhamento em grafos quaisquer (em complemento ao método húngaro, específico ao caos de emparelhamentos em grafos bipartidos), fornece uma alternativa interessante aos métodos clássicos de solução imediatamente aplicável ao problema de alocação de horários, ou seja, atribuição de horários aos professores.
Este trabalho está sendo aplicado ao problema específico da geração de horários para professores – de forma apenas simulada – do Departamento de Estatística e Informática da Unicap.

Palavras-chave: emparelhamentos, atribuição de executores a tarefas; grafos.

Introdução

Um grafo é definido como uma terna do tipo (V,E,φ) no qual V, o conjunto finito de vértices, é não vazio e φ associa a cada elemento de E, conjunto das arestas – também finito, um par não ordenado de vértices, não necessariamente distintos, chamados de fins da aresta. É comum sobrecarregarmos a notação de φ(e) = (u, v) para, simplesmente, e = (u, v) (FOULDS, 1992).
Se o mesmo vértice está em ambos os fins de uma aresta, tem-se um laço e se arestas distintas têm os mesmos fins, são denominadas paralelas. A um subconjunto máximal de arestas paralelas chamamos de feixe. Um grafo sem arestas paralelas ou laços é chamado de simples.
É comum associarmos a um dado grafo um diagrama que torna patente algumas de suas principais propriedades. No que segue, nós nos referiremos indiferentemente a um grafo e ao seu diagrama, identificando-os por sobrecarga. A figura 1, abaixo, esclarece a notação acima estabelecida.

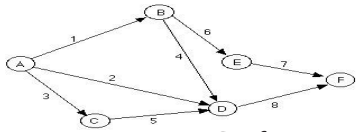


Figura 1 – Grafo.

Um grafo no qual seu conjunto de vértices possa ser parcionado em dois conjuntos não vazios e disjuntos de tal forma que todas as arestas estejam ligando vértices com fins em conjuntos diferentes é chamado de bipartido. Neste caso, se V = X∪Y (e, por definição de bipartição: X∩Y = ∅; X,Y≠∅; E = E (X, Y)), escrevemos G = (X,Y, E).

Projeto: Métodos de Simulação Computacional: Algoritmos de Otimização Discreta. **Órgão financiador**: Universidade Católica de Pernambuco.

Um subconjunto de arestas com a propriedade de não existem duas arestas no conjunto incidentes, isto é, com algum dos fins igual, ao mesmo vértice, é chamado de emparelhamento. Um emparelhamento é chamado de máximo se não houver nenhum outro com maior cardinalidade e é chamado de perfeito se cada vértice incide em alguma aresta do emparelhamento. A figura 2 abaixo ilustra estas definições.



Figura 2 – Emparelhamento.

Conforme classicamente descrito na literatura, o problema da atribuição de executores a tarefas pode ser modelado por um grafo bipartido em dois conjuntos de vértices: X (o conjunto das tarefas) e Y (o conjunto dos executores) de tal forma que uma aresta conecta um executor a uma tarefa quando aquele executor for capacitado para realizar a tal tarefa. Dessa forma, atribuir quem irá executar cada tarefa é escolher um subconjunto de arestas (ou seja, atribuir tarefas dentro das competências de cada executor) de tal forma que não se atribua a mesma tarefa a mais de um executor nem o mesmo executor a mais de uma tarefa (todas as tarefas são consideradas simultâneas) (PARKER, 1995).

Especificando essa notação para o problema da atribuição de horários, teríamos como executores os professores que informam em uma lista de competências quais as disciplinas (tarefas) estão dentro de suas capacidades. O problema de encontrar um emparelhamento perfeito no conjunto das tarefas, uma vez que nenhuma disciplina oferecida possa ficar sem professor, é então resolvido para cada horário (AB, CD, EF, ..., PQ), gerando um emparelhamento para AB, outro para CD e assim sucessivamente, e o horário final é simplesmente uma união destes emparelhamentos.

Surgem então dois problemas específicos a essa aplicação da teoria dos emparelhamentos ao chamado problema da alocação ótima de executores a tarefas: o primeiro consiste em que existe uma série de restrições na elaboração dos horários que restringem a liberdade do algoritmo classicamente utilizado nesta classe de problemas – o método Húngaro – tornando-o inaplicável neste contexto, por exemplo, é natural tentar-se minimizar o número de dias que um dado professor tenha de vir à instituição assim como o número de disciplinas diferentes por semestre (um exemplo: é preferível ao professor vir apenas nas segundas e quartas-feiras ministrar, em cada um destes dias, três turmas da mesma disciplina a ter de vir todos os dias ministrando, em cada dia, uma disciplina diferente, mesmo que a quantidade de turmas seja a mesma). Outro problema é que, apesar do professor ser capacitado para ensinar um certo elenco de disciplinas, ele tem por preferência um subconjunto menor de disciplinas desta classe, por exemplo, um professor pode ter competência para ensinar as disciplinas A, B e C porém sua ordem de preferências indica que ele prefere ensinar B; ensinaria A se solicitado, mas apenas em último caso gostaria de ministrar a disciplina C.

A solução que propomos é a atribuição de uma série de métricas que meçam a optimalidade de um certo horário em oposição à técnica clássica que utiliza como métrica apenas a cardinalidade do emparelhamento. Os horários são então gerados pelo método primal-dual de programação linear e um horário ótimo, no sentido de fornecer maior valor ao conjunto destas métricas, é então fornecido(DANTZIG, 1993).

Metodologia

Inicialmente, foi feita uma coleta de dados, com o auxílio da secretaria do Departamento de Estatística e Informática da Unicap, no sentido de especificar e catalogar as regras de decisão que guiam os responsáveis pela elaboração dos horários.

Muitas dessas regras são intuitivas, de forma que sua implementação não é tão direta como nos modelos clássicos baseados na cardinalidade do conjunto solução. O estudo dessas regras sugeriu o uso de

métricas diferenciadoras das diferentes soluções e uma busca exaustiva das soluções à procura da de maior valor com relação a essas métricas.

Uma vez que o número de soluções cresce exponencialmente com o tamanho de entrada (fatorial do produto do número de executores pelo número de tarefas), a busca exaustiva torna-se rapidamente impraticável computacionalmente, de forma que o problema foi modelado como um problema de Programação Linear e o método clássico (método húngaro) foi modificado com a introdução de uma fase dual-primal resolvida pelo uso da fatoração ETA e LU da base.

A implementação dessas fatorações e a escolha das métricas foram o foco principal de desenvolvimento deste trabalho finalizado pela implementação de um ambiente de uso intuitivo para o sistema como um todo.

Todo trabalho computacional foi realizado com o uso dos recursos disponíveis no Laboratório Inácio de Loyola do Departamento de Estatística e Informática da Unicap. A linguagem de implementação escolhida foi o Java e a linguagem de modelagem foi a UML, ambas suportadas no ambiente de desenvolvimento Eclipse. A escolha das linguagens e ambiente foi conduzida tendo em vista a portabilidade e escalabilidade do sistema.

Resultados e Discussão

A fase inicial da pesquisa teve ênfase no estudo de técnicas de agendamento, com ênfase na teoria do agendamento determinístico, com a finalidade de resolver os problemas de implementação de um algoritmo eficiente e eficaz de agendamento ótimo. Após a fase inicial de pesquisa foi identificado, como principal problema no desenvolvimento dos algoritmos de simulação a serem estudados, a resolução eficiente de sistemas lineares.

A implementação das técnicas de Programação Linear (métodos Simplex e Karmakar) de forma direta não é eficiente do ponto de vista computacional por realizar uma série de tarefas, em particular, produtos matriciais, cuja carga de cálculos cresce geometricamente com relação ao tamanho de entrada do problema, medido pelo **produto** do número de tarefas pelo número de executores.

Mesmo o método revisado tem forte carga computacional, o que inviabiliza seu uso para este problema em particular (CHVATAL, 1999). Fazendo uso do fato das variáveis serem binárias e do teorema da integralidade de Edmonds (PARKER, 1995), modificamos a fatoração da base no método Simplex (fatoração ETA), obtendo uma aproximação de menor ordem no dual que refinada monotonicamente no primal obtendo a solução desejada do problema com o uso mínimo dos recursos da máquina com ganhos significativos em velocidade de computação.

Testes preliminares indicaram ganhos na ordem de 20%, sendo o limite teórico (baseando os produtos no algoritmo de Strassen) da ordem de 35%.

Os testes foram conduzidos apenas fazendo produtos de matrizes binárias aleatoriamente geradas. Testes com as matrizes reais (que devem ser bem menos densas e, portanto, mais rapidamente computáveis) devem ser realizados no início do próximo semestre, a partir dos dados reais da disponibilidade de professores e demandas de turmas do Departamento de Estatística e Informática da Unicap.

Espera-se que o sistema esteja completamente calibrado com a escolha das variáveis que compõem a medida da optimalidade ao fim desses testes e que sua utilização como ferramenta de apoio à decisão crie forte aumento da produtividade do processo, atualmente conduzido por tentativa-e-erro.

Conclusões

O uso de métricas para discriminação de horários segundo sua adequação às regras atualmente vigentes na elaboração dos mesmos mostrou-se bastante adequado, gerando horários bem próximos àqueles elaborados por operadores humanos, neste caso, os alunos participantes do projeto.

O uso dessas métricas em alternativa ao método clássico, entretanto, aumentou substancialmente a complexidade computacional do sistema, o que não pôde ser modificado, uma vez que as técnicas

clássicas não são aplicáveis no contexto da elaboração de horários. Essa complexidade foi minimizada pela utilização de técnicas numéricas avançadas tais como fatoração ETA e fatoração LU.

Como perspectivas futuras a este trabalho, pretende-se utilizar o sistema desenvolvido na elaboração de horários reais e sua comparação com aqueles horários criados pelos especialistas, o que deve fornecer um ajuste fino das métricas desenvolvidas e a elaboração de outras métricas mais adequadas a capturar algumas particularidades ainda não estudadas do processo.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unicap, pelo suporte financeiro do projeto; e ao Departamento de Estatística e Informática, pelo suporte material e disponibilização do laboratório Inácio de Loyola e pelo suporte técnico da secretaria e coordenação nos procedimentos de elaboração de horários.

Referências

BONDY, J. A; MURTY, U. S. R. Graph theory with applications. 1. ed. Ontario: The Macmillan press, 1976.

PARKER, R. Gary. Deterministic scheduling theory. 1. ed. London: Chapman & Hall, 1995.

FOULDS, L. R. Graph theory applications. 1. ed. New york: Springer, c1992.

CHVATAL, Vasek. Linear programming. 1. ed. New york: W. h. freeman and company, 1999.

DANTZIG, George B. Linear programming and extensions. 1. ed. Princeton: Princeton university, 1993.

UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM AUDIÊNCIAS DE TRANSAÇÃO PENAL NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL*.

Mariana Pacheco R. Almeida[1]; Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves[2]

[1]Bacharelanda do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas. e-mail: marypra@hotmail.com
[2]Professora do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem e Direito; e-mail: virginia_colares@hotmail.com

Resumo

Partindo da premissa de que a Lei 9099/95, ao criar o instituto da Transação Penal, não especificou o procedimento a ser adotado pelo Promotor de Justiça durante o oferecimento da proposta; considerando que a aceitação desta é o objetivo vislumbrado pela referida lei, que visa a desafogar o Judiciário e dar efetividade ao que prevê a legislação pátria para os crimes de menor potencial ofensivo. Esta pesquisa de natureza interdisciplinar objetiva verificar as estratégias de argumentação utilizadas pelos Promotores de Justiça para atingir os objetivos acima mencionados. Para descrever tais estratégias, buscam-se subsídios teórico-metodológicos na lingüística, mais especificamente na abordagem da análise crítica do discurso, visando a explicitar a estrutura e o funcionamento da Transação Penal a fim de levar os dados coletados à discussão nos cursos de Direito, seja para facilitar a iniciação dos neófitos, ou ainda, a sistematização de tais procedimentos pelos mais experientes, bem como destacar os procedimentos que provocam a ineficiência do instituto, tornando mais eficaz o funcionamento do mesmo. Afinal, fica caracterizada a necessidade de se recorrer à lingüística como campo de gloriosos subsídios para a felicidade do discurso jurídico, sobretudo no evento da transação penal, em que não há discriminação nenhuma de um procedimento a ser adotado pelo Promotor de Justiça a fim de lograr êxito.

Palavras-chave: audiência preliminar; análise crítica do discurso; procedimento sumaríssimo.

Introdução

Em conseqüência da prerrogativa oferecida ao cidadão, pela Constituição Federal de 1988, de poder exercer seus direitos e exigir omissões do poder público, este canalizou para o Judiciário toda sua expectativa de cidadania, culminando numa explosão de demandas que, somada às falhas da organização judiciária e ao uso de métodos obsoletos, atingimos o que chamamos de "*Crise de Prestação Jurisdicional*" (OLIVEIRA, 2001).

Na seara Penal, devido à necessidade de se priorizarem os processos que retratavam crimes mais graves, as pequenas infrações penais foram sendo deixadas em segundo plano. Acontece que mesmo sendo consideradas infrações de menor potencial ofensivo, as mesmas agridem o ordenamento jurídico e a paz social, não podendo, pois, ficar impunes aqueles que as praticam.

Dentro desse contexto, era latente que se modificasse a legislação processual-penal brasileira e, fundamentada no art. 98, I, da Constituição Federal, foi criada a Lei 9099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, propondo uma solução rápida, quer pelo consenso das partes, quer pela transação penal, para os crimes de menor potencial ofensivo, aqueles em que a pena não ultrapassasse o limite de um ano, limite esse alterado para dois anos por analogia à lei 10.259/01 que instituiu os Juizados Especiais Federais.

* **Projeto**: Estrutura e Funcionamento de Textos na Instituição Jurídica. **Órgão Financiador**: Programa Institucional de Base de Iniciação Científica – PIBIC / UNICAP.

A Transação Penal consiste num "acordo" feito entre o Ministério Público e o autor do fato delituoso, em Ações Penais Públicas Condicionadas à Representação e em Ações Penais Públicas Incondicionadas, no sentido de que seja aplicada de imediato uma medida restritiva de direitos, desde que o autor do fato preencha os requisitos legais previstos no art. 76, § 2º, da Lei 9099/95, a fim de que o processo seja arquivado sem análise de mérito (análise da verdade), permanecendo desta forma, o autor do fato, isento de antecedente criminal, ou qualquer outro ônus que uma condenação penal traz para o indivíduo.

Na prática, a proposta é elaborada pelo Ministério Público com base na situação econômica do autor do fato delituoso e na sanção determinada para o delito cometido. Havendo a aceitação da mesma, esta deve ser submetida à apreciação do Juiz, que somente verificará se estão presentes os requisitos legais da transação penal, ou seja, trata-se de crime de menor potencial ofensivo e se o autor do fato pode ser beneficiado por tal instituto. "*Não cabe ao Juiz avaliar o valor da proposta, se vantajosa para o Estado ou para o infrator, verificando apenas a legalidade da adoção da medida proposta*" (MIRABETE, 1998). Entendendo não ser possível a homologação da proposta, deve ser aplicado, por analogia o art. 28, do CPP, ou seja, o magistrado encaminhará o feito ao Procurador-geral da Justiça que decidirá sobre a manutenção da proposta ou oferecimento de denúncia.

Cumprindo o acordo celebrado com o Ministério Público, o autor do fato terá extinta definitivamente sua punibilidade, sendo registrada a sentença apenas para efeito do art. 76, §4º da Lei 9099/95, ou seja, apenas para que um mesmo autor do fato não venha a obter o benefício da Transação Penal mais de uma vez, dentro do prazo de cinco anos. Em caso de descumprimento, a sentença de extinção da punibilidade será automaticamente desconstituída. Quanto ao procedimento a ser tomado a partir daí, existem grandes divergências doutrinárias e jurisprudenciais, se deve ocorrer a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade ou se deve o Ministério Público oferecer a Denúncia contra o autor do fato. Segundo o STF, essa seria a melhor hipótese, já que a primeira infringe o princípio do devido processo legal.

Também existem divergências doutrinárias acerca da inconstitucionalidade da Transação Penal por se alegar que o instituto lesa os princípios constitucionais do devido processo legal e da presunção de não-culpabilidade, mas a corrente predominante alega que a Constituição Federal previu sua criação, pois se trata apenas de um benefício apontado, e ainda, na audiência preliminar há um procedimento penal, que sendo obedecido constitui o devido processo legal. Não se viola o princípio da presunção da não-culpabilidade porque é uma faculdade do autor aceitá-la ou não, orientado obrigatoriamente por advogado ou, na falta deste, por Defensor Público. É devido a esse aspecto consensual do instituto que a proposta elaborada pelo Ministério Público deve ser clara e precisa, para que o autuado e seu defensor tenham pleno conhecimento da medida despenalizadora proposta.

Levando-se em consideração o fato de a Lei não prever a maneira como se deve conduzir a audiência de Transação Penal (ATP) e conseqüentemente o êxito do membro do Ministério Público, ao tentar fazer com que o autor do fato aceite tal benefício, depende fundamentalmente da experiência na interação com seus interlocutores e da construção de sua argumentação. Tal experiência não pode ser transferida de uma pessoa para outra, senão vivida. A construção da argumentação e das estratégias discursivas utilizadas, constitui a própria realização do ato processual e a sistematização desses estudos interdisciplinares torna evidente o funcionamento efetivo da Transação Penal apenas insinuado na doutrina jurídica.

Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo central identificar e analisar as estratégias discursivas utilizadas durante as audiências de Transação Penal no Juizado Especial Criminal, com o intuito de verificar a práxis discursiva do evento e sua correspondência com os objetivos vislumbrados pela lei, e como objetivos específicos:

1) realizar uma pesquisa bibliográfica referente aos assuntos abordados neste trabalho, quais sejam, o instituto da Transação Penal, a argumentação e as estratégias discursivas;

2) coletar dados através de audiogravações autênticas de audiências de Transação Penal, com conseqüente recolhimento dos seus "Termos de Audiência";
3) analisar os dados coletados de acordo com a teoria e a prática já abordadas a fim de verificar as estratégias discursivas utilizadas pelos Promotores de Justiça.

Metodologia

A pesquisa consiste numa abordagem descritiva das estratégias discursivas utilizadas pelos interlocutores em sessões presididas pelo Promotor de Justiça nas audiências de Transação Penal dos Juizados Especiais Criminais e, conseqüentemente, a constituição de dados se realiza através da coleta de materiais orais e escritos registrados nas próprias audiências, os nomes das partes envolvidas serão omitidos, visando a preservá-las.

A metodologia utilizada na coleta de dados orais é o modelo de Transcrição da Análise da Conversação proposto pelo Projeto NURC (Norma Urbana Culta) (PRETI, 2000). A primeira transcrição (bruta) é feita no mesmo dia da gravação para incorporar ao material verbal as anotações de elementos contextuais e gestuais, registrados no diário de campo. Após algumas análises, a "transcrição básica" é registrada como resultado de um processo lento, contínuo e seletivo, preservando os enunciados produzidos pelos interlocutores e omitindo a identidade dos sujeitos reais envolvidos no evento jurídico.

Para o tratamento dos dados verbais, a pesquisa fundamenta-se na metodologia desenvolvida para as análises da interação na conversação, análise do discurso e lingüística de texto, tomando como referência o trabalho da orientadora deste projeto pioneiro no Brasil (ALVES, 1992; 2003).

Resultados e Discussão

O discurso é definido como a relação entre a língua e a exterioridade (ORLANDI, 2001). A análise crítica do discurso propõe uma abordagem do mesmo, concebido de maneira tridimensional, ou seja, o texto inserido numa determinada prática discursiva e esta realizada dentro das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Dessa forma, enfatiza-se as relações de poder e ideologia do discurso, somando-se à análise lingüística textual a teoria da função social da linguagem e a análise não crítica, puramente descritiva.

A função do analista do discurso não é identificar o que o texto significa, mas como se chegou a tal significação, seguindo a premissa de que as palavras *per si* não têm sentido algum, o sentido atribuído às mesmas depende de diversos fatores internos e externos, quais sejam, o interdiscurso, que consiste nos sentidos atribuídos às palavras pelo nosso inconsciente; as condições de produção e, a formação discursiva, definida como *"aquilo que numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito."* (ORLANDI, 2001).

Na Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), a identificação das estratégias é fundamental para a caracterização do evento social em observação, no nosso caso, a Audiência de Transação Penal. A noção de estratégia discursiva provém da abordagem wittgensteineana (*apud* ALVES, 2003), ou seja, interagir socialmente é jogar um jogo que tem regras, mas sobretudo requer o uso de estratégias. Nesse evento discursivo, o uso das estratégias será fundamental para o êxito da atuação do Promotor de Justiça, onde a intenção de cada interlocutor é se fazer entender e persuadir o(s) outro(s), vale salientar que persuadir não significa necessariamente enganar, é o resultado de uma organização do discurso capaz de fazer com que o interlocutor o tome como verdadeiro. Cabe à retórica verificar quais os instrumentos a serem utilizados ao se persudir.

Enveredando, ainda, pelo caminhos do sociologismo, uma das correntes do pensamento lingüístico que faz uma relação entre linguagem e sociedade, analisando o percurso social da linguagem e considerando o aspecto informal do discurso nas audiências de Transação Penal no Juizado Especial Criminal, não poderíamos deixar de citar a Análise da Conversação (AC), que estuda a conversação como um fenômeno altamente organizado, onde durante um mesmo tempo, dois ou mais interlocutores

voltam sua atenção visual e cognitiva para uma interação verbal comum.

O método utilizado pela AC é o indutivo; não há modelos *a priori*, ela parte de dados empíricos em situações reais; são os próprios interlocutores que fornecem ao analista as evidências das atividades por eles desenvolvidas, atarvés da observação das transcrições.

Verifica-se constantemente a utilização de estratégias linguístico-discursivas utilizadas por Promotores de Justiça ao conduzir as audiências supra-referidas, articulando técnicas persuasivas, objetivando convencer o autor do fato que a aceitação da proposta é o melhor caminho a ser seguido, ou até mesmo convencê-lo que a medida tem que ser aplicada devido aos elementos existentes no processo, valendo-se do seu juízo de probabilidade de culpabilidade do autor do fato *"numa antevisão da necessidade da aplicação da pena"* (MIRABETE, 1998).

Conclusões

No decorrer da pesquisa, através das revisões bibliográficas e da coleta de dados com sua conseqüente análise, fica caracterizada a necessidade de se recorrer à linguística como um campo de gloriosos subsídios para o discurso jurídico a fim de encontrar as condições de felicidade do discurso, sobretudo no evento da transação penal, em que não há discriminação nenhuma de um procedimento a ser tomado pelo Ministério Público a fim de lograr êxito, ou seja, a fim de que o autor do fato delituoso aceite a proposta a ele oferecida, evitando, dessa forma, a instauração de mais um processo criminal.

Agradecimentos

Ao PIBIC/Unicap como órgão financiador e aos Juízes, Promotores de Justiça, Conciliadores e servidores do 1º Juizado Espacial Criminal da Capital, que autorizaram a livre circulação da bolsista no recinto.

Referências

ALVES, Virgínia Colares Soares Figueirêdo. **A Decisão Interpretativa da fala em depoimentos Judiciais**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFPE. Recife: UFPE, 1992.

_____.**Inquirição na Justiça:** Estratégias lingüístico-discursivas. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Juizados Especiais:** Comentários, Jurisprudência, Legislação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Beatriz Abraão de. **Juizados Especiais Criminais:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Texto:** Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas,São Paulo: Pontes, 2001.

PRETI, Dino. (org.) **Fala e escrita em questão**: projetos paralelos NURC/SP. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS AUDIÊNCIAS DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM VARAS CÍVEIS

Jéssica Mariana Japiassú[1]; Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves[2]

[1] Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, E-mail: jessicajapiassu@aol.com;
[2] Professora do Departamento de Letras, do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem e Direito, E-mail: virginia_colares@hotmail.com

Resumo

De caráter interdisciplinar, o presente trabalho tem como objetivo geral a descrição do discurso produzido nas audiências de tentativa de conciliação em Varas Cíveis, através da gravação e transcrição das interlocuções realizadas durante essa interação. Possuindo como suporte teórico a doutrina jurídica e estudos de Análise Crítica do Discurso (ACD), esta pesquisa busca evidenciar as condições de produção do discurso jurídico, bem como a influência da interação comunicativa para a constituição do significado. A partir da verificação do tratamento textual dado às unidades pragmáticas no evento discursivo acima indicado, a observação das estratégias de polifonia, intertextualidade e referenciação apontam as estruturas de participação e a assimetria interativa de tais eventos jurídicos, a partir da desigualdade material entre as partes de uma lide. A divergência entre os sujeitos falantes a partir de dados autênticos, no que se refere à função social dos mesmos enquanto produtores da linguagem, possui característica influenciadora na formação do convencimento do julgador quando frustrada a tentativa de acordo em audiência. Para isso, deu-se enfoque às variações socioeconômicas, sociojurídicas e sociolingüísticas.

Palavras-chave: discurso jurídico; condições de produção; variações sociojurídicas; estratégias lingüístico-discursivas

Introdução

Adotando-se a noção do poder ideológico e da semiologia política como *locus* da pesquisa jurídica, uma vez que não há como desvincular da *praxis* do Direito as dimensões significativas oriundas da formação ideológica dos juristas e da sociedade como um todo, é que se tem por adequada a observação em que "*não podemos produzir um saber crítico sobre o direito sem uma análise semiológica sobre as capacidades geradoras das teorias jurídicas*" (WARAT, 1983, p. 87).

A doutrina costuma descrever aquilo que "deve ser", baseando-se em conceitos abstratos normalmente oriundos da tradição e de especulações filosóficas. O presente trabalho, tratando cientificamente os materiais autênticos produzidos em audiências de tentativa de conciliação (ATC) em Varas Cíveis, volta-se para a análise da oralidade discursiva proveniente da interação entre as partes de uma lide e delas com o juiz, evidenciando aquilo que "é", ou seja, a exteriorização do próprio Direito enquanto discurso social vivo.

Dispõe o art. 125, inciso IV do Código de Processo Civil que cabe ao juiz dirigir o processo conforme as disposições contidas no referido diploma, competindo-lhe, a qualquer tempo , tentar conciliar as partes. No entanto, o ato conciliatório não se restringe ao disposto na norma supramencionada , posto que também se verifica nas audiências previstas nos arts. 277 (rito sumário),

Projeto: Estrutura e Funcionamento de Textos na Instituição Jurídica. **Órgão financiador**: PIBIC/UNICAP

331 (audiência preliminar) e 448 do CPC (audiência de instrução e julgamento), bem como no próprio requerimento das partes, através de petição, para a homologação de transação por elas efetivada extrajudicialmente. Em todos os casos, tem-se na conciliação uma das causas para a extinção do processo com julgamento do mérito, como previsto no art. 269, inciso III do CPC.

É de se notar, portanto, a importância da composição entre as partes litigantes para o sistema jurídico vigente. Havendo transação em audiência, o juiz homologa o acordo celebrado ao término da mesma, evitando, assim, uma futura sentença de mérito a ser prolatada , onde , indubitavelmente, alguma das partes ficaria insatisfeita com a decisão e,
neste ciclo, ingressaria com o recurso próprio. Logo, o princípio da celeridade é posto em evidência, já que a sentença homologatória é realizada na própria audiência, enquanto as partes, acordadas, irão dispensar a interposição de recurso. É um benefício que volta para a sociedade, desafogando o Judiciário e evitando, neste ciclo, a imposição de uma futura sentença condenatória.

Ante a importância jurídica e social que envolve a composição entre os litigantes, a verificação das estratégias lingüístico-discursivas utilizadas para a formação da interação comunicativa nas ATC´s demonstra quais os caminhos percorridos para se chegar ao resultado conciliatório. O julgador, envolvido pelos princípios da concentração, da livre convicção do juiz, da imediação e da oralidade, poderá observar não só o que alegam as partes mas também como o fazem.

A pesquisa apresenta como objetivos específicos: a verificação do desenvolvimento da produção discursiva e das estruturas de participação entre os interlocutores, destacando trocas simétricas e assimétricas; promover o relacionamento da assimetria interativa com as diferenças socioeconômicas, sociojurídicas e sociolingüísticas, e verificar a influência dessa assimetria na prolatação da sentença quando frustrado o acordo; analisar, a partir de gravações e transcrições das interlocuções entre as partes litigantes e delas com o juiz, em situações autênticas de audiência de tentativa de conciliação, fenômenos de polifonia, intertextualidade e estratégias de referenciação; e, por último, identificar as estratégias lingüístico-discursivas utilizadas tanto pelo juiz (em seu ato de convencimento das partes a fim de se obter o acordo), como por ambos os pólos da lide no evento em estudo. Desse modo, a análise dos dados coletados passa a ser de fundamental relevância para os estudos acadêmicos avançados de produção lingüística, ideológica e sociojurídica, uma vez que o estudo dos processos empíricos submetidos às condições concretas de produção do discurso encontra na interdisciplinaridade a sua maior característica.

Metodologia

Na primeira etapa da pesquisa, foram elaboradas fichas de leitura a partir de estudos bibliográficos referentes à literatura Lingüística aplicada ao discurso e à doutrina jurídica, especialmente no que se relaciona às audiências previstas pelos artigos 125, inciso IV e 331, ambos do Código de Processo Civil.

Discussões teóricas a partir da revisão bibliográfica realizada bem como a identificação das fontes de obtenção dos dados constituíram a segunda etapa do trabalho, dando-se início ao processamento estratégico do texto oral produzido em situações autênticas de audiência de tentativa de conciliação em Varas Cíveis.

A terceira fase da pesquisa coincide com os trabalhos de análise exploratória, sendo esses desenvolvidos com a utilização de gravações em fita-cassete para a posterior transcrição do que fora captado. Os enunciados produzidos pelos interlocutores foram preservados integral e literalmente, resultando o trabalho de transcrição num processo lento, contínuo e seletivo. O modelo de transcrição adotado segue os princípios gerais inspirados nos teóricos alemães e franceses da Análise da Conversação e orientações propostas pelo projeto de Estudo Coordenado da Norma Lingüística Urbana Culta (Projeto NURC) (PRETI, 2000, p. 15-16). Como auxílio da análise, fez-se o uso de anotações de elementos contextuais e gestuais no diário de campo, os quais, quando agregados ao

material verbal, encontram a sua maior importância no estudo dos processos de referenciação. As estratégias lingüístico-discursivas pelas quais se textualiza o discurso jurídico foram identificadas a partir da organização do evento de onde os textos foram extraídos e às estruturas de participação dos interlocutores na interação.

Como quarta e última etapa, procedeu-se à análise e interpretação do *corpus*, mediante os aspectos jurídicos e lingüístico-discursivos, objetos da pesquisa, fazendo-se, para isso, referência aos processos sociocognitivos nos quais são investidas ideologias na pragmática dos sujeitos considerados historicamente.

Resultados e Discussão

A *mens legislatoris* reflete uma tendência do Estado à preferência pela composição das partes no lugar de uma decisão imposta onde se verificam as figuras do vencedor e do vencido. Nessa hipótese, provavelmente, a relação entre as partes não irá alcançar a devida pacificação social em decorrência do acirramento majorado pela sentença, contrariamente ao que ocorre quando elas acordam sobre os direitos e deveres levados para a apreciação do Judiciário.

A transcrição das interações comunicativas no evento de ATC, funcionando como uma espécie de fotografia de um dado social vivo e dinâmico, registra conteúdos socioideológicos considerados objetos fundamentais para o presente estudo. Na análise dos dados, foram registradas passagens de cunho hermenêutico que indicam formações jurídicas e sociais a serem consideradas à luz da legislação processual vigente.

Os interlocutores foram observados desempenhando uma formação imaginária fundamental para a constituição do significado. Se, a um dos interlocutores é conferida autoridade através do status social que o outro lhe atribui, estabelece-se uma assimetria de poder no confronto entre os litigantes. É nesse sentido que "*as práticas hermenêutico-interpretativas (...) estão presas à dicotomia sujeito-objeto, carentes (...) à viragem lingüística de cunho pragmatista-ontológico ocorrida contemporaneamente, onde a relação passa a ser sujeito-sujeito*" (STRECK, 2003, p. 18). O que pode e deve ser dito acaba por encontrar a sua variável de acordo com as condições sociais, políticas e econômicas influentes no espaço discursivo criado entre o "eu" e o "outro".

Partindo-se da idéia de que "*a Justiça é uma instância institucional marcada pela assimetria interativa*" (ALVES, 2001, p. 91), as estruturas de participação e tomadas de turno efetuadas pelo cidadão leigo no evento comunicativo evidenciam uma desigualdade material, especificamente no que se refere à variação sociojurídica, quanto ao exercício de defesa do seu direito. Desse modo, a negociação para o desfecho da lide torna-se mais distante e, se efetivada, poderá vir a ser uma transação sacrificada para o pólo hipossuficiente do litígio, uma vez que uma boa solução de conflitos é conseqüência imediata de um procedimento discursivo caracterizado pelo equilíbrio entre os locutores.

Conclusões

As estratégias lingüístico-discursivas utilizadas em situações autênticas de ATC´s, especialmente os fenômenos de polifonia, intertextualidade e processos de referenciação, evidenciam-se como uma constante para a efetividade do discurso, tornando este mais convincente e, por isso mesmo, mais persuasivo. O uso do "conjunto de vozes", principalmente pelos advogados, promove uma maior convergência de opiniões ante a utilização de textos já conhecidos e aceitos, observando-se, desse modo, o discurso polifônico como a principal estratégia para a obtenção de acordo entre as partes.

Não sendo atingida a conciliação, contudo, a verdade real mostrada ao julgador em audiência passa a exercer nele grande influência para a formação de seu convencimento. Isso porque o princípio da verdade formal ("o que não consta nos autos não existe no mundo") adotado pela teoria processual civil, mostra-se defasado quando confrontado com a análise do discurso jurídico oralmente produzido. Este, em grande parte das situações, diverge da argumentação contida nos autos, mostrando que nem

sempre o que existe no mundo encontra-se devidamente deduzido no texto escrito. É assim que a audiência de tentativa de conciliação, envolvida pelo princípio da oralidade, torna mais clara a relação material controvertida, evidenciando direitos e deveres face ao dinamismo e pessoalidade da interação comunicativa.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional de Base de Iniciação Científica – PIBIC / UNICAP – por ter possibilitado a construção de mais uma pesquisa.

Referências

ALVES, Virgínia Colares Soares Figueirêdo. **Estratégia de Retextualização**: um estudo de caso da TD nº 0201 (F02A(100-242). Interlocuções, Unicap, n. 2, p. 86 – 111, julho – dezembro, 2001;

PRETI, Dino. (org.) **Fala e escrita em questão**: projetos paralelos NURC/SP. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003;

WARAT, Luis Alberto. O lugar da fala: digna voz da majestade. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda. **Pesquisa científica e Direito**. Recife: Editora Massangana, 1983. p. 77 – 88.

UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A EVOLUÇÃO DA TÉCNICA PROCESSUAL

Michelle Oliveira Souza[1] ; Alexandre Freire Pimentel[2]

[1]Estudante do Curso de Direito, do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais;
[2]Professor do Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Sociais, Participante do Grupo de Pesquisa: Direitos Fundamentais. E-mail: pimentelalexandre@ig.com.br

Resumo

O projeto consiste na investigação literária sobre a evolução da técnica processual e analisa: a Escola Procedimentalista da França (1807), que inspirou várias legislações processuais européias; a subseqüente Escola Cientificista Alemã (1868); e a Escola do Direito Jurisdicional. A pesquisa justifica-se, por si só, pela indiscutível relevância das alterações doutrinárias. É a partir da mudança na doutrina que a prática apresenta as modificações decorrentes da influência acadêmica. Esse estudo histórico-evolutivo da técnica processual permitiu antever, a fim de preparar o campo da técnica do processo, a implementação da tecnologia à experiência jurídica. As atividades executadas foram baseadas em pesquisas bibliográficas (leitura e fichamento dos textos), bem como na apuração minuciosa da jurisprudência acerca da concepção da finalidade do processo, como instrumento de resolução de conflitos sociais. Verificam-se as repercussões processuais decorrentes da superposição da jurisdição em relação à ação e ao processo, com a finalidade de garantir um efetivo e irrestrito acesso à justiça. Que a jurisdição estabeleça-se como conceito subordinante no sistema processual-jurisdicional e que a ação e o processo quedem-se como conceitos subordinados. Essa perspectiva jurisdicional do direito processual revela uma preparação de efetivação processual. É a partir de então que a tecnologia pode surtir maiores efeitos na resolução de conflitos de interesses, ou seja, com a possibilidade de efetivação de pretensões sem os rigores da Escola Formalista.

Palavras-chave: Procedimentalismo; Cientificismo; Direito Jurisdicional.

Introdução

Pesquisou-se, inicialmente, a obra de LARA PEINADO e LARA GONZÁLES (Los Primeiros Códigos de la Humanidad. Tecnos Editora), com a finalidade de familiarizar-se com a técnica (sistemática) processual civil das mais antigas civilizações do mundo, chegando até o advento das Escolas Processuais Francesa e Alemã. Após esta visão sistêmica, a aluna passou a estudar o livro de ALTAVILA (Origem do Direito dos Povos), que também informa o surgimento do direito na humanidade. Em seguida, veio a estudar a obra do professor SALDANHA, Nelson (Pequeno Dicionário da Teoria do Direito e Filosofia Política).

Isso foi feito com o intuito de formar uma visão prévia acerca da Evolução da Técnica Processual, ao analisar antigos códigos como Enmtena, UR-Nummu, Lipit-Istar, Eshnunna(Dadusha), Hamurabi, Lei da XII Tábuas; o Direito Grego e Romano, antes de estudar as Escolas Francesa e Alemã, primeira fase da pesquisa.

Esta segunda fase da elaboração do Projeto foi fundamentalmente de coleta de material bibliográfico para a pesquisa teórica através de leitura e fichamento dos textos pertinentes ao Direito Processual Francês e ao Direito Processual Alemão, mais precisamente, sobre as Escolas Processualistas Francesa e Alemã.

Projeto: Um Estudo Histórico sobre a Evolução da Técnica Processual. **Órgão financiador**: Unicap.

Estudou-se a obra de DAVID, René.(Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo), a fim de entender como se deu a evolução histórica do Direito Processual Francês, passando pela escola processualista francesa e chegando à atualidade do Direito Processual Francês. Logo após, passou-se a pesquisar o livro de OTHON SIDOU, J.M. (Processo Civil Comparado), que confronta importantes Direitos Processuais Civis existentes.

Grande foi o esforço (orientador/orientanda) na realização desta etapa do Projeto, visto que a bibliografia a respeito das escolas processualistas supracitadas é escassa, principalmente no que tange a Escola Processualista Alemã.

Já na terceira fase do Projeto, foi analisada a obra de GONZALES, Manuel. (História del Derecho), com o intuito de entender como se processou a evolução histórica do Direito Processual Alemão. Depois, veio a estudar a obra de GOLDSCHMIDT, James (*Direito Processual Civil*), para entender especificamente sobre Processo Civil Alemão.

O projeto encontra-se em fase de conclusão. Em virtude disso, não será analisado, neste resumo expandido, a teoria processual na atualidade, em países como Espanha, Itália e Alemanha, e nem será demonstrada a tendência de se substituir a nomenclatura da disciplina *processo civil* por *direito jurisdicional civil.*

Essa ambiência jurisdicional reclama, além da alteração na mentalidade dos juristas e dos aplicadores do direito, que o processo deixe de ser o centro do sistema jurisdicional, bem como que não mais seja considerado como um fim em si mesmo, mas como um 'meio' de efetivação de direitos.

Metodologia

Inicialmente procedeu-se à análise e especificação do funcionamento dos antigos sistemas processuais; dos subsistemas probatórios; dos subsistemas dispositivos; dos subsistemas recursais: duplo grau de jurisdição. Foi para o recolhimento de material bibliográfico a respeito das Escolas Processuais Francesa e Alemã, justificando-se esta ordem em virtude cronológica de cada momento histórico.

Nos próximos três meses seguintes, continuou no levantamento de material bibliográfico para a pesquisa teórica através de leitura e fichamento dos textos sobre as Escolas supra e, em seguida, ingressou na segunda fase do projeto, que consistiu na comparação das experiências, entre essas duas Escolas, acima citadas, cuja duração estimada, desta fase, foi de três meses.

Após, enveredou pela a pesquisa bibliográfica no NIC (Virtual); na Biblioteca da UNICAP e na Biblioteca Central da UFPE, sobre os Processos Civis Francês e Alemão.

Depois, ingressou na última fase do projeto, em que ainda se encontra, a qual consiste no estudo da teoria processual, na atualidade, em países como Espanha, Itália e Alemanha. Com a finalidade de demonstrar a tendência de se substituir a nomenclatura da disciplina processo civil por direito jurisdicional civil. E, por último, elaborará a monografia conclusiva da pesquisa então realizada, na qual fixará sua proposta teórica.

Resultados e Discussão

Com o amadurecimento do antigo Direito, sucederam-se os sobressaltos do Direito intermediário. No curso do Antigo regime, o Processo Civil conheceu uma longa e lenta evolução. Descobrem-se aí os traços das influências franca, feudal e romano-canônica, desde o selo real da política centralizadora dos Capetos, chegando a Philippe Auguste, que "institui" a Justiça, e a Louis XIV, que deu à França seus primeiros Códigos; indo até o advento do Código de Processo Civil.

Nesta época, o código de processo civil francês condensou a mais perfeita sistematização das leis processuais, pois foi amparado, também, no prestígio napoleônico, servindo de modelo aos da Bélgica, da Holanda, da Grécia, da Rússia, e de outros povos, ou de fonte aos de outros, como o da Itália, de

1865, influindo mesmo sobre o Processo alemão."

Será analisado, adiante, o surgimento do direito alemão. De origem discutida, os povos bárbaros ocupavam uma região chamada Germânia e se subdividiam em vários povos: borgúndios, vândalos, francos, saxões, anglos, lombardos, godos e outros.

Predominava entre os invasores (pós queda do Império Romano do Ocidente) o direito de origem costumeiro, particularista, rudimentarmente desenvolvido e fortemente impregnado de sentido comunitário. Os usos da tribo ascendiam à categoria de lei mediante sua definição pelo órgão judicial, a assembléia, no julgamento dos casos concretos. As decisões constituíam precedentes e se aplicavam com força legal. O direito era, ao mesmo tempo, de origem popular e judicial, conservado pela tradição oral.

As leis bárbaras ordenaram os usos e costumes das tribos na forma escrita, recolhendo a influência de princípios do direito romano, mediante compilações do período pós-clássico, das constituições imperiais e da jurisprudência. Nessas codificações, as leis ou a jurisprudência romana podiam aparecer justapostas, sem modificações, ou resumidas, modificadas e intercaladas.

Nos primórdios do direito Germânico, o direito penal conheceu a fase da *vingança divina* e da *vingança de sangue*. A concepção do jurídico reduzia-se à proteção da paz e o cometimento de qualquer delito, quer se tratasse de delitos de natureza pública ou privada, importava na ruptura da paz jurídica.

Já o direito processual civil alemão é resultante de uma fusão entre o processo ítalo-canônico e o saxão. E foi desde o século XIV que os territórios do sul e do oeste da Alemanha adotaram o modo italiano de resolução de conflitos. A outra parte do território alemão era regida pelo processo civil saxônico.

O processo germânico-saxônico era mais rápido que o ítalo-germânico dos Tribunais de Câmaras, tanto que em 1654 os legisladores do Reich utilizaram-se do procedimento saxão para reformar o processo de inspiração italiana.

A influência francesa atingiu toda a Europa continental, de forma que até nas universidades italianas e espanholas a *modernidade-procedimental* do processo civil passou a ser ministrada. Na Alemanha, porém, isto não se verificou de imediato porque a primeira ordenança processual só surgiu no ano de 1877. Essa tardança germânica no trato legislativo do processo proporcionou aos autores alemães poderem livrar-se da servidão procedimental da forma francesa antes dos demais.

Por conta disso, os germânicos aprofundaram, também precedentemente, o estudo teórico sobre o fenômeno processual. Enquanto as universidades francesas, italianas e espanholas ensinavam meros *procedimentos* judiciais, as alemãs, ainda no século XVIII, ensinavam '*direito processual* '. Foi esta atitude alemã que possibilitou o enfrentamento dos verdadeiros problemas processuais.

Até então não se concebia o processo como uma relação jurídica de direito público e distinta da relação jurídica de direito material nele debatida. Foi exatamente nesse contexto histórico que Billow distinguiu 'processo' de 'procedimento', no ano de 1868. Somente a partir de então é que o processo veio a ser concebido como relação jurídica, superando-se a idéia francesa de índole procedimentalista.

Na atualidade, segundo texto de STAECHELÉ, François: "a organização da Justiça na República Federal da Alemanha distingue-se por uma proteção jurídica completa e por uma forte especialização.

Conclusões

O Processo Civil francês atual é o resultado de uma evolução lenta, mas segura dentro de um estilo todo particular, baseado sobretudo nos costumes, que foram sendo compilados até chegar-se à Ordenança de 1667 e, depois, ao Código de Processo Civil de 1806, e, posteriormente, ao Novo Código de Processo Civil, que, no entanto, não é o resumo de tudo o que existe em termos de

Processo Civil, tanto que não há preocupação, regra geral, no Processo Civil Francês com o tecnicismo, sendo, aliás, a própria redação do NCPC tida com de pouca técnica, se comparada, mas sobressaindo sempre em todas essas modificações para melhor acompanhar a evolução dos tempos, a praticidade e o empenho em se encontrar soluções ao mesmo tempo rápidas e justas para as partes.

A influência francesa atingiu toda a Europa continental, de forma que até nas universidades italianas e espanholas a *modernidade-procedimental* do processo civil passou a ser ministrada. Na Alemanha, porém, isso não se verificou de imediato porque a primeira ordenança processual só surgiu no ano de 1877. Essa tardança germânica no trato legislativo do processo proporcionou aos autores alemães poderem livrar-se da servidão procedimental da forma francesa antes dos demais.

Agradecimentos

À UNICAP, por incentivar seu corpo discente à Pesquisa de Iniciação Cientifica.

E a minha MÃE, pelas constantes demonstrações de carinho que são, também, incentivo e estímulo.

Referências

ALTAVILA,_____. **Origem do Direito dos Povos**.[s.l.: s.n], [s.d.].

DAVID, René. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOLDSCHMIDT, James. **Direito Processual Civil**. Tomo I. Traduzido por Lisa Pry Scarpa. I. ed. Campinas: Bookseller, 2003.

GONZALES, Manuel. **História del Derecho**.[s.l.: s.n], [s.d.].

OTHON SIDOU, J.M. **Processo Civil Comparado**. [s.l.]: Forense Universitária, 1. ed.,1997.

PEINADO, Lara; GONZÁLES, Lara**. Los Primeiros Códigos de la Humanidad**. [s.l.]: Tecnos, [1994].

SALDANHA, Nelson. **Da teologia à metodologia:** secularização e crise no pensamento jurídico. Belo horizonte: Del Rey, [1993].

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho o Resumo Expandido, que se constitui no artigo: “Um Estudo Histórico sobre a Evolução da Técnica Processual”, à Coordenação de Pesquisa, a qual funciona na Rua Nunes Machado, 42, Bloco J, sala 020, Boa Vista – Recife-PE.

Para a Publicação nos ANAIS DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE - SOCIEDADE da **6ª Jornada de Iniciação Científica**, correspondente ao exercício 2003/2004.

O resumo expandido está sendo entregue em uma via impressa e a outra no arquivo: “resumo expandido”, em disquete.

A fim de ser revisado quanto à forma pelo Comitê Local do PIBIC e referendados para a publicação pelo Comitê Científico de Pesquisa da Coordenação de Pesquisa da PROPESP.

MICHELLE OLIVEIRA SOUZA
Bolsista

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL
Orientador

Recife, 01 de Junho de 2004.

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho o Resumo Expandido, que se constitui no artigo: “Um Estudo Histórico sobre a Evolução da Técnica Processual”, à Coordenação de Pesquisa, a qual funciona na Rua Nunes Machado, 42, Bloco J, sala 020, Boa Vista – Recife-PE.

Para a Publicação de um CD rom contendo os Resumos Expandidos dos participantes DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE - SOCIEDADE da **6ª Jornada de Iniciação Científica**, correspondente ao exercício 2003/2004.

O resumo expandido está sendo entregue em uma via impressa e a outra no arquivo: “resumo expandido”, em disquete.

A fim de ser revisado quanto à forma pelo Comitê Local do PIBIC e referendados para a publicação pelo Comitê Científico de Pesquisa da Coordenação de Pesquisa da PROPESP.

MICHELLE OLIVEIRA SOUZA
Bolsista

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL
Orientador

Recife, 01 de Junho de 2004.

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho o Resumo Expandido, que se constitui no artigo: “Um Estudo Histórico sobre a Evolução da Técnica Processual”, à Coordenação de Pesquisa, a qual funciona na Rua Nunes Machado, 42, Bloco J, sala 020, Boa Vista – Recife-PE.

Para a Publicação de um CD rom contendo os Resumos Expandidos dos participantes DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE - SOCIEDADE da **6ª Jornada de Iniciação Científica**, correspondente ao exercício 2003/2004.

O resumo expandido está sendo entregue em uma via impressa e a outra no arquivo: “resumo expandido”, em disquete.

MICHELLE OLIVEIRA SOUZA
Bolsista

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL
Orientador

Recife, 01 de Junho de 2004.

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho o Resumo Expandido, que se constitui no artigo: “Um Estudo Histórico sobre a Evolução da Técnica Processual”, à Coordenação de Pesquisa, a qual funciona na Rua Nunes Machado, 42, Bloco J, sala 020, Boa Vista – Recife-PE.

Para a Publicação nos ANAIS DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE - SOCIEDADE da **6ª Jornada de Iniciação Científica**, correspondente ao exercício 2003/2004.

O resumo expandido está sendo entregue em uma via impressa e a outra no arquivo: “resumo expandido”, em disquete.

MICHELLE OLIVEIRA SOUZA
Bolsista

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL
Orientador

Recife, 01 de Junho de 2004.

UTILIZAÇÃO DA PONTUAÇÃO NAS HISTÓRIAS PRODUZIDAS POR SURDOS

Kátia Cesário de Holanda Cavalcanti[1]; Viviany Andréa Meireles Alves[2]

[1]Estudante do curso de Fonoaudiólogia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; e-mail: titaholanda@hotmail.com
[2]Professor do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: viviany@unicap.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a utilização dos sinais de pontuação na escrita dos surdos. Participaram da pesquisa 40 alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de escolas da rede pública do Recife usuários da Língua Brasileiras de Sinais (LIBRAS) e não-oralizados. Dessa forma, a coleta foi na sala de aula. Primeiro, foram dadas aos alunos frases para que eles as pontuassem a seu modo. Em segundo lugar, foram dadas outras frases com os sinais de pontuação destacados, a fim de que explicassem qual o sinal de pontuação e sua função. Especificamente, o projeto de pesquisa pretendeu verificar se os surdos utilizam os sinais de pontuação de forma correta e se sabem justificar essa pontuação em frases pré-determinadas. Foi observado que, com o aumento da escolaridade, os surdos obtiveram um número de acertos.

Palavra-chave: LIBRAS; surdez; escrita

Introdução

Levando em consideração a dificuldade que uma criança surda apresenta para adquirir a linguagem escrita, esta pesquisa teve como objetivo a pontuação de textos escritos por adolescentes surdos. Mais especificamente analisamos se os surdos[1] utilizavam os sinais de pontuação de forma correta em frases pré-determinadas, assim como verificamos se os mesmos sabiam justificar e nomear a utilização dos sinais de pontuação em frases pré-determinadas.

As pesquisas sobre pontuação dos surdos são, de fato, raras, pois ainda não existe uma metodologia que supra todas as necessidades dos surdos. O que se pode notar é um alto nível de fracasso escolar por parte desses alunos. Devido à dificuldade auditiva dos surdos, torna-se muito difícil a compreensão do mecanismo do português, nos moldes tradicionais da escola, principalmente para aqueles que possuem uma perda severa e/ou profunda.(GOES-1996).

Metodologias educacionais diferenciadas poderiam ajudar a alfabetização e educação dos alunos que apresentam diferenças lingüísticas e necessidades especiais, mas isso ainda não é uma realidade. Muitos estudos estão sendo realizados com o objetivo de minimizar as diferenças educacionais dos alunos portadores de necessidades especiais(Fernandes,1990; Ferrari,1990; Brito,1995; Góes,1996; Alves,2002).

A maior parte da população brasileira tem como base lingüística o português, que é a língua materna, já os surdos têm como língua materna a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), o grande problema é que são poucas as pessoas ouvintes que têm o domínio da LIBRAS, dificultando, assim, a comunicação entre os surdos e a maior parte da população. A escrita poderia ser a grande solução

1 **Projeto:** Pontuação dos Surdos. **Órgão financiador:** Universidade Católica de Pernambuco

desse problema, já que é utiliza utilizada pelos surdos e ouvintes. Porém o que os estudos mostram é uma dificuldade muito grande por parte dos surdos também nessa modalidade lingüística.

As principais dificuldades apontadas pelos estudos (Fernandes,1990; Ferrari,1990; Brito,1995; Góes,1996; Alves,2002) são: uso inadequado ou omissão de preposição, terminação verbal não correspondendo à pessoa do verbo; limitações do léxico, impropriedades no uso de preposições e advérbios, uso inadequado ou omissão dos recursos coesivos, dificuldades narrativas e pontuação.

Dessas dificuldades, a utilização dos sinais de pontuação tem sido pouco explorada nos estudos com essa população. Em um estudo de Ruiz (1997), foi observado que a criança surda utilizava estratégias diferentes das crianças normais, porém com um desempenho igual. Lembrando que, nesse caso, as crianças normais foram muito estimuladas, o que não é comum com as surdas.

Diante disso, é notável que a escrita dos surdos precisa ser mais explorada, para poder ser compreendida de uma forma melhor.

Sendo assim, nosso objetivo foi verificar a pontuação de textos escritos por adolescentes surdos especificando se os mesmos utilizaram os sinais de pontuação de forma correta e também se sabiam justificar a utilização dos sinais de pontuação em frases pré-determinadas.

Metodologia

A proposta da presente pesquisa estudou a utilização e justificativa do uso dos sinais de pontuação por adolescentes surdos. A comunicação, com os participantes, foi realizada através de um interprete e/ou pelo professor do aluno

Participaram do estudo quarenta adolescentes surdos, cursando de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, alunos de escolas da rede pública em Recife. Os participantes foram usuários da Língua Brasileira de Sinais(LIBRAS) e não oralizados.

A escolha dessas séries e da faixa etária foram devidas ao fato de que, para a realização da tarefa proposta, os participantes deveriam saber a escrita de textos

A coleta foi realizada dentro da sala de aula. As atividades foram divididas em duas etapas: na primeira, cada participante recebeu doze frases diferentes uma das outras, porém nenhuma delas apresentavam sinais de pontuação. Os participantes pontuaram, de forma como acharam correto, todas as frases. Na segunda etapa, cada participante recebeu outras frases cujos sinais de pontuação estavam destacados. O participante foi questionado individualmente a responder qual o sinal de pontuação e sua função.

Os resultados obtidos nesse estudo foram analisados, considerando-se a utilização e justificativa dos sinais de pontuação de forma correta pelos surdos em frases pré-determinadas.

Foi esperado, na primeira parte desse estudo que cada aluno analisado (10 de cada série) apresentasse nas 12 frases que lhes foram dadas para pontuar, 20 sinais de pontuação, sendo: 6 vírgulas, 2 dois-pontos, 2 travessões, 2 exclamações, 2 interrogações e 6 pontos-finais.

Já, na segunda parte, cada aluno (10 de cada série) recebeu outras 12 frases com os sinais de pontuação destacados a fim de nomear e justificar sua pontuação. Foi esperado que cada aluno nomeasse e justificasse 6 sinais de pontuação, sendo: 1 interrogação, 1 exclamação, 1 vírgula, 1 dois-pontos, 1 ponto-final e 1 travessão. Eles receberam uma frase por vez, com o sinal de pontuação destacado, indicando seu nome e função.

Os materiais utilizados foram: oficio endereçado à escola, doze frases com ausência de sinal de pontuação e, por fim, mais vinte e quatro frases com os sinais de pontuação destacados.

Resultados e Discussão

De acordo com os resultados obtidos, na primeira parte do estudo, observamos que os 40 alunos analisados utilizaram um total de 456 sinais de pontuação, considerando acertos e erros, sendo: 109 da 5ª série, 123 da 6ª série, 103 da 7ª série e 121 da 8ª série. A média do total de sinais de

pontuação da 5ª série, foi 10,9, da 6ª série, 12,3, da 7ª série, 10,3 e da 8ª série, 12,1.

Analisando os alunos que pontuaram suas frases corretamente, obtivemos 167 sinais de pontuação corretamente empregados, sendo: 35 na 5ª série, 41 na 6ª série, 51 na 7ª série e 40 na 8ª série. A media, por série, da pontuação utilizada corretamente foi: 3,5 na 5ª série, 4,1 na 6ª série, 5,1 na 7ª série e 4 na 8ª série. Esperava-se que nas 12 frases apresentadas, eles tivessem um total de 20 sinais de pontuação empregados de forma correta (cada aluno), ou seja, 200 sinais de pontuação por série.

Nessa parte da analise, foi observado que o grau de escolaridade teve pouca influência nas produções de sinais. Este resultado precisa ser investigado com uma população maior, mais representativa. Como neste estudo foram utilizados 10 participantes de cada série, não podemos generalizar seus resultados.

Na segunda parte desse estudo, cada aluno deveria nomear 6 tipos de sinais de pontuação. Dos 40 alunos pesquisados era esperado um total de 240 sinais de nomeados por todas as séries.

Os 40 alunos pesquisados nomearam um total de 80 sinais de pontuação, considerando-se acertos e erros, sendo: 12 na 5ª série, 23 na 6ª série, 20 na 7ª série e 25 na 8ª série. A média do total de sinais de pontuação nomeados por cada série foi a seguinte: 1,2 na 5ª série, 2,3 na 6ª série, 2 na 7ª série e 2,5 na 8ª série.

Levando em consideração os sinais de pontuação nomeados corretamente, obtivemos 53 pontos, sendo: 5 da 5ª série, 14 de 6ª série, 15 da 7ª série e 19 da 8ª série. Podemos perceber que, mesmo com uma amostra pequena,de acordo com as séries, houve um aumento de acertos.A media, por série, com relação à nomeação correta foi de: 0,5 na 5ª série, 1,4 na 6ª série, 1,5 na 7ª série e 1,9 na 8ª série.

Com relação à justificativa, cada aluno deveria justificar 6 tipos de sinais de pontuação. Dos 40 alunos pesquisados, era esperado um total de 240 sinais justificados por todas as séries.

Foram justificados 106 sinais de pontuação, considerando-se acertos e erros, sendo: 18 na 5ª série, 35 na 6ª série, 25 na 7ª série e 28 na 8ª série. Com relação à média obtida por cada série, tivemos: 1,8 na 5ª série, 3,5 na 6ª série, 2,5 na 7ª série e 2,8 na 8ª série.

Os alunos justificaram corretamente 82 sinais de pontuação, sendo: 12 na 5ª série, 30 na 6ª série, 20 na 7ª e 20 na 8ª série. A média do total de pontos justificados corretamente por cada série ficou distribuída em: 1,2 na 5ª série, 3 na 6ª série, 2 na 7ª série e 2 na 8ª série. Podemos observar que a 7ª e 8ª série tiveram o mesmo resultado, acertando 20 pontos, cada uma. Já 6ª série, justificou metade (30 pontos) do esperado, por cada série, pela pesquisa (60 pontos).

A partir dessa análise, podemos observar a grande dificuldade dos surdos em relação à pontuação, pois, durante a pesquisa, muitos deles desconheciam os sinais de pontuação, quando foram questionados sobre os mesmos. Também, na segunda parte da pesquisa, demonstraram dificuldade para nomear e justificar os sinais de pontuação apresentados.

Dessa forma, a nossa pesquisa pretendeu mostrar essa pontuação atípica para que surjam novos estudos nesse campo tão pouco trabalhado. O que se pode notar é que há uma grande dificuldade por parte da população surda com respeito à pontuação. Estudos (Ruiz, 1997) mostram que os surdos utilizam estratégias diferentes dos que ouvem, porém com um desempenho igual. Mas devemos lembrar que, nesse caso, a criança foi muito estimulada para essa habilidade, o que não é comum com a população surda que, na sua maioria, apresenta dificuldade na utilização da pontuação correta.

Um conhecimento mais amplo dos processos de escrita dos surdos pode possibilitar metodologias mais adequadas para a educação, melhorando a aprendizagem dos surdos e permitindo que estes possam atuar de forma mais participativa na sociedade, lutando pelos seus direitos e cumprindo suas obrigações como um cidadão qualquer (Alves,2002).

Conclusão

Diante dos achados concluímos, que os adolescentes surdos pesquisados, na sua grande maioria, não sabem utilizar, justificar e/ou nomear, os sinais de pontuação de forma correta. Muitas vezes, quando nomeavam e justificavam o ponto, o fazia de forma errada.

Estudos realizados sobre a pontuação das produções escritas dos surdos são raras, sendo assim esse estudo pretendeu contribuir para a literatura científica, trazendo novas informações sobre o assunto e servindo de base para outros estudos em áreas como a Fonoaudiologia, Lingüística e Educação.

Agradecimentos

À Universidade Católica de Pernambuco, por nos propiciar essa oportunidade no campo da pesquisa. Aos participantes, pelo carinho com o qual fui recebida. Às instituições de ensino, pela gentileza do atendimento.

Referências

ALVES, V**. Produção de textos por adolescentes surdos**. Não publicada. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE,2002. (Dissertação Mestrado).

BRITO, L**. Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1995.

FERNANDES, E**. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro Agir,1990.

FERRARI, L.V. Aspectos da interferência da língua dos sinais na produção do português. Rio de Janeiro, **Revista Gelles**, n. 4, v. 4, p. 23-25. 1990.

GOES,M.C. **Linguagem Surdez e Educação**. Campinas. Editora Autores Associados,1996.

RUIZ, N.T**.** A young deaf child explores puntuaction. Em Hall, N & Robinson, A. (Orgs), **Learning About Puntuation** . Philadelphia: Multilingual Matters, 1997, p. 109-127.

UTILIZAÇÃO DE ÓLEO DE CANOLA E GLICOSE COMO SUBSTRATOS PARA A PRODUÇÃO DE AGENTES SURFACTANTES POR *CANDIDA LIPOLYTICA*

Charles Bronzo Barbosa Farias[1,3]; Leonie Asfora Sarubbo[2,3]

1- Estudante do Curso de Engenharia Ambiental do Centro de Ciências e Tecnologia
2- Professor do Departamento de Química do Centro de Ciências e Tecnologia, Participante dos Grupos de Pesquisa Processos Tecnológicos e Ambientais e Biotecnologia, Biologia Celular e Molecular, E-mail: leonie@unicap.br
3- Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais (NPCIAMB)/UNICAP

Resumo

Este trabalho teve como objetivo estudar a produção de surfactantes por *Candida lipolytica* utilizando óleo de canola e glicose como substratos. A otimização da produção foi realizada com auxílio de um planejamento fatorial 2^3 com 8 ensaios e 4 repetições no ponto central para avaliar a influência das variáveis óleo de canola, glicose e extrato de levedura sobre a variável resposta atividade de emulsificação. O planejamento experimental permitiu selecionar o biossurfactante produzido em meio com as maiores concentrações em óleo e glicose (10%) e a menor concentração do extrato de levedura (0,2%). A eficiência do biopolímero como agente surfactante foi confirmada pelo valor da tensão superficial do líquido metabólico, uma vez que o mesmo foi capaz de reduzir a tensão superficial da água de 70 mN/m para 34 mN/m. O biossurfactante também apresentou potencial de aplicação em condições extremas de pH e numa ampla faixa de temperatura, embora a adição de sal tenha inibido a capacidade de emulsificação do hexadecano. O produto purificado com acetato de etila se concentrou totalmente na fase orgânica. A emulsificação do hexadecano pelo polímero purificado foi 10% superior à emulsificação pelo líquido metabólico livre de células e o rendimento em produto foi de 8,0 g/L. Os resultados obtidos demonstram que óleos vegetais e açúcares são fontes de carbono atrativas para a produção de polímeros surfactantes com potencial de utilização industrial.

Palavras-chave: *Candida*; biossurfactante; óleo vegetal

Introdução

A produção mundial de surfactantes excede 3 milhões de toneladas por ano, sendo a grande maioria dos surfactantes disponíveis sintetizados a partir de derivados de petróleo. Os surfactantes são moléculas anfipáticas constituídas de uma parte hidrofóbica e outra parte hidrofílica. A porção apolar é freqüentemente uma cadeia hidrocarbonada, enquanto a porção polar pode ser iônica (aniônica ou catiônica), não-iônica ou anfotérica (NITSCHKE & PASTORE, 2002).

O advento da biotecnologia e as novas legislações de controle ambiental têm incentivado a pesquisa por surfactantes naturais como alternativa aos produtos já existentes (NITSCHKE & PASTORE, 2002). Os biossurfactantes constituem uma das principais classes de surfactantes naturais, sendo classificados de acordo com a sua composição química ou origem microbiana. As principais classes incluem glicolipídeos, lipopeptídeos e lipoproteínas (RON & ROSENBERG, 2001). Outra vantagem reside no fato de serem compostos não derivados de petróleo, fator importante à medida que os preços do petróleo aumentam (NITSCHKE & PASTORE, 2002). A possibilidade de

Projeto: Produção de Agentes Surfactantes por Leveduras a partir de Substratos Insolúveis. **Órgão Financiador**: UNICAP e CNPq.

modificação da estrutura química e das propriedades físicas dos biossurfactantes através de manipulações genéticas, biológicas ou químicas permite o desenvolvimento de produtos para necessidades específicas (RON & ROSENBERG, 2001). Os biossurfactantes, apesar da diversidade de aplicações industriais, ainda não são amplamente utilizados devido aos altos custos de produção associados a métodos ineficientes de recuperação do produto e ao uso de substratos caros. O problema econômico da produção de biossurfactantes, no entanto, pode ser significativamente reduzido através do uso de fontes alternativas de nutrientes, facilmente disponíveis, e de baixo custo (KIM et al., 2000).

Muitos microrganismos têm sido utilizados como produtores de agentes surfactantes. Entre as leveduras, espécies de *Candida* têm sido largamente empregadas na fermentação de óleos vegetais e hidrocarbonetos com a produção de biossurfactantes (CAMEOTRA & MAKKAR, 1998). Nesse sentido, a proposta em produzir agentes surfactantes a partir de substratos agrícolas representa uma alternativa na produção de polímeros com aplicações nas indústrias do país.

Metodologia

A linhagem de *Candida lipolytica* procedente do Departamento de Micologia da Universidade Federal de Pernambuco, catalogada sob o número 1055 e mantida no banco de culturas do NPCIAMB da UNICAP, foi utilizada para a produção dos biossurfactantes. Os biopolímeros surfactantes foram produzidos em meio mineral com a seguinte composição: 0,1% NH_4NO_3, 0,01% KH_2PO_4, 0,5% $MgSO_4.7H_2O$, 0,01%$FeCl_3$, 0,01%NaC, 0,1% Uréia e 0,4% extrato de levedura. Os substratos utilizados foram óleo de canola (*Brasica campestris*) de padrão alimentar e glicose. As fermentações foram realizadas sob agitação orbital de 200rpm durante 144 horas a 27°C, partindo-se de um inóculo inicial de 10^5 células/mL. Alíquotas foram retiradas para as seguintes determinações: cinéticas de crescimento (contagem em C. Neubauer), determinação do pH e atividade de emulsificação de hexadecano e óleo de milho (COOPER & GOLDENBERG, 1987). A tensão superficial foi automaticamente medida em tensiômetro (Modelo Sigma 70 KSV Ltd.) a temperatura ambiente. O efeito da temperatura sobre a capacidade de emulsificação no líquido metabólico livre de células foi avaliado após exposição a 4, 27, 70 e 120º C. Os efeitos da adição de NaCl (2, 4, 6, 8 e 10% de concentração) e da variação do pH (2, 4, 6, 8, 10 e 12) na emulsificação também foram avaliados no líquido metabólico livre de células. Para o isolamento do biopolímero, o líquido metabólico livre de células foi centrifugado a 5000 rpm por 15 minutos e liofilizado, sendo o material ressuspendido. Em seguida, o material concentrado foi tratado com acetato de etila, por três vezes, em funil de separação a 25º C. A fase orgânica foi evaporada a 60ºC, lavada três vezes com hexano, deixada em estufa até peso constante e pesada (CIRIGLIANO & CARMAN, 1884).

Resultados e Discussão

As pesquisas atuais envolvendo o emprego de surfactantes se concentram na utilização de microrganismos na degradação de óleos, tendo em vista a necessidade de redução da poluição ambiental. Nesse contexto, a indústria petrolífera torna-se um dos maiores mercados para os biossurfactantes, na qual podem ser utilizados como controladores de motilidade nos processos de recuperação de óleos.

Os ensaios realizados para a produção dos agentes surfactantes por *Candida lipolytica* foram avaliados com o auxílio de um planejamento fatorial completo 2^3 com 4 pontos centrais para analisar os efeitos principais e interações das variáveis concentração de óleo de canola, concentração de glicose e concentração de extrato de levedura sobre o índice de emulsificação dos biossurfactantes produzidos. Com base nos resultados obtidos, selecionou-se o biossurfactante produzido em meio contendo 10% de óleo de canola, 10% de glicose e 0,2% de extrato de levedura para caracterização e isolamento do produto. A determinação da tensão superficial no líquido metabólico de *Candida lipolytica* após 144 horas de cultivo contendo o biossurfactante revelou a capacidade surfactante do polímero, uma vez que o mesmo foi capaz de reduzir a tensão superficial da água de 70 mN/m para

valores em torno de 34 mN/m. Esses resultados são similares aos obtidos por ZHOU e KOSARIC (1995), que obtiveram valores de 33 mN/m para a tensão superficial do meio contendo um biossurfactante produzido por *Candida bombicola* em condições semelhantes às estudadas neste trabalho (meio contendo 10% de glicose, 10,5% de óleo de canola e 0,4% de extrato de levedura). Considerando o custo do extrato de levedura, o biossurfactante produzido nas condições aqui estudadas, ou seja, utilizando-se 0,2% do extrato de levedura, apresenta vantagens econômicas para uma posterior aplicação industrial.

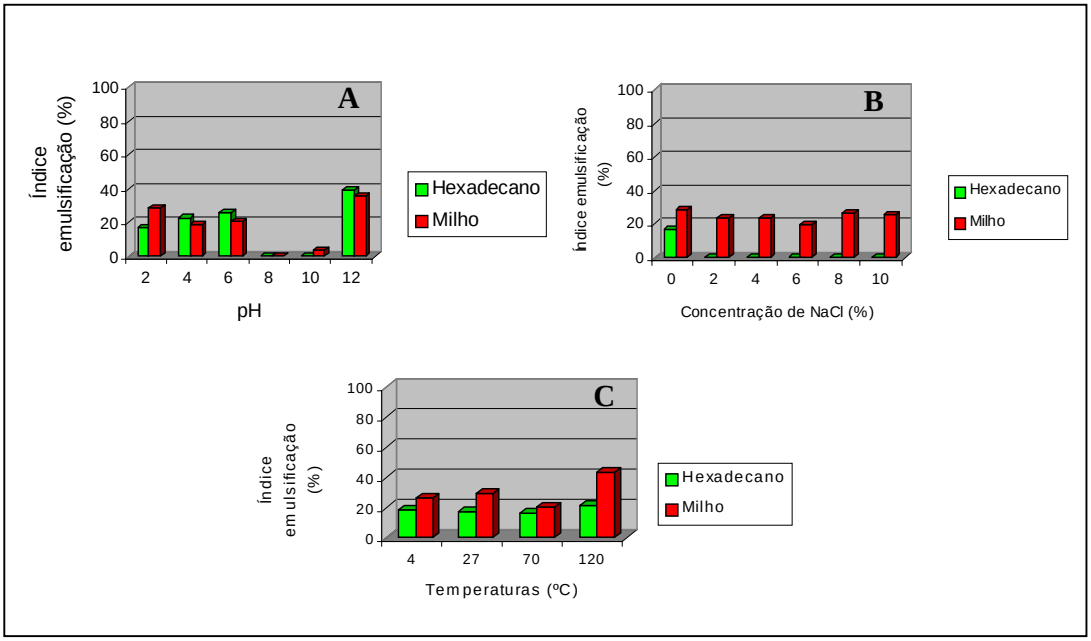


Figura 1 - Influência do pH (A), da concentração de NaCl (B) e da temperatura (C) na atividade de emulsificação do biossurfactante produzido por *Candida lipolytica* em meio contendo 10% de óleo de canola, 10% de glicose e 0,2% de extrato de levedura

Os testes de emulsificação do biossurfactante selecionado foram realizados no líquido metabólico, livre de células para diferentes pH (Figura 1A), demonstrando uma relativa estabilidade da atividade na faixa ácida. A alcalinidade do meio, por outro lado, inibiu a emulsificação, embora a solução tenha apresentado valores de atividade superiores aos obtidos em pH ácido quando o líquido metabólico apresentava pH 12. É interessante ressaltar que resultados bastante semelhantes foram obtidos para o líquido metabólico contendo células de uma cultura bacteriana mista (GHURYE et al., 1994). Segundo GHURYE e colaboradores (1994), a transformação de espécies menos ativas em emulsificantes mais ativos em pH extremos poderia ser explicada em termos de desnaturação dos componentes protéicos presentes ou pelo aumento da ionização nesses valores de pH. MAKKAR e CAMEOTRA (1998), por sua vez, obtiveram emulsões estáveis ao longo de uma ampla faixa de pH para o líquido metabólico livre de células de *Bacillus licheniformis*, cultivado em carboidratos e hidrocarbonetos, enquanto que a efetividade do liposan de *Candida lipolytica* crescida em hexadecano esteve limitada a pH ácidos (CIRIGLIANO & CARMAN, 1984). A adição de concentrações crescentes de NaCl (Figura 1B) praticamente não influenciou a emulsificação do óleo de milho, embora tenha demonstrado um efeito negativo sobre a emulsificação do hexadecano. A presença de sais também reduziu a emulsificação do hexadecano pelo liposan de *Candida lipolytica* (CIRIGLIANO & CARMAN, 1984). A capacidade de emulsificação do biossurfactante de *Candida lipolytica* não se alterou quando o líquido metabólico livre de células foi submetido a temperaturas variando entre 0 e 120°C (Figura 1). A variação da temperatura entre 0 e 100°C também não alterou a capacidade de

emulsificação de soluções contendo o biossurfactante de *Nocardia* sp. cultivada em hexadecano (KIM et al., 2000).

Após isolamento do biossurfactante com acetato de etila, as fases aquosa e orgânica foram submetidas a testes de emulsificação, confirmando-se a concentração do biossurfactante totalmente na fase orgânica, uma vez que não houve emulsificação do hexadecano na fase aquosa. A atividade de emulsificação na fase orgânica foi de 45%, ou seja, 10% superior à emulsificação do substrato pelo líquido metabólico livre de células e o rendimento em produto isolado foi de 8,0 g/L.

Conclusões

Os resultados obtidos demonstram o potencial de óleos vegetais e carboidratos como substratos promissores na obtenção de altos rendimentos em biossurfactantes com propriedades tensoativas atrativas para aplicação em processos industriais e ambientais. Dessa forma, propõem-se estudos futuros de otimização da produção.

Agradecimentos

Os autores agradecem a colaboração da Profa. Clarissa Daisy, do Departamento de Informática da UNICAP, na análise estatística dos resultados e o apoio financeiro da Universidade Católica de Pernambuco e do CNPq.

Referências

CAMEOTRA, S. S.; MAKKAR, R. S. An update on the use of uncoventional substrates for biosurfactant production and their new applications. **Applied Microbiology and Biotechnology**, v. 50, 520 p., 1998.

CIRIGLIANO, M.C., CARMAN, G.M. Isolation of a bioemulsifier from *Candida lipolytica.* **Applied and Environmental Microbiology**, Washington, v. 48, p. 747-750, 1984.

COOPER, D.G., GOLDENBERG, B.G. **Applied and Environmental Microbiology**, Washington, v. 53, p. 224-229, 1987.

GHURYE, G. L.; VIPULANANDA, C.; WILSON, R. C. A practical approach to biosurfactant production using nonaseptic fermantation of mixed cultures. **Biotechnology and Bioengineering**, v. 44, p.661 - 666, 1994.

KIM, S.H.; LIM, E.J.; LEE, S.O.; LEE, J.D.; LEE, T.H. Purification and characterization of biosurfactants from *Nocardia sp.* L - 417. **Biotechnolology and Applied Biochemistry**, v. 31, p.249-253. 2000.

MAKKAR, R.S.; CAMEOTRA, S. S. Production of biosurfactant at mesophilic and thermophilic conditions by a strain of *Bacillus subtilis.* **Journal of industrial microbiology and biotechnology**, v. 20, p. 48 - 52, 1998.

NITSCHKE, M.; PASTORE, G. M. Biosurfactantes: propriedades e aplicações. **Quimica Nova**, v. 25, p. 772-776, 2002.

RON, E.Z.; ROSENBERG, E. Natural roles of biosurfactants, **Z. Naturforsch**, v. 3, p. 229-236, 2001.

ZHOU, Q-H.; KOSARIC, N. Utilization of Canola oil and lactose to produce biosurfactant with *Candida bombicola*. **JAOCS**, v. 72. p. 67-71, 1995.